



**CONGRESSO NACIONAL**

**ANAIS DO SENADO FEDERAL**

ATAS DA 90ª SESSÃO À 101ª SESSÃO DA 3ª SESSÃO  
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA

VOLUME 29 Nº 26  
24 JUN. A 30 JUN.

SENADO FEDERAL  
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES  
**SUBSECRETARIA DE ANAIS**  
BRASÍLIA – BRASIL  
2005

## VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

**1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.**

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.  
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-  
v. ; 27 cm.  
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531  
CDU 328(81)(093.2)

**Senado Federal  
Subsecretaria de Anais - SSANS  
Via N 2, Unidade de Apoio I.  
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.**



## **SENADO FEDERAL**

### **COMISSÃO DIRETORA (2005-2006)**

<b>PRESIDENTE</b>	<b>Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)</b>
<b>1º VICE-PRESIDENTE</b>	<b>Senador TIÃO VIANA (PT-AC)</b>
<b>2º VICE-PRESIDENTE</b>	<b>Senador ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)</b>
<b>1º SECRETÁRIO</b>	<b>Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB)</b>
<b>2º SECRETÁRIO</b>	<b>Senador JOÃO ALBERTO DE SOUZA (PMDB-MA)</b>
<b>3º SECRETÁRIO</b>	<b>Senador PAULO OCTÁVIO (PFL-DF)</b>
<b>4º SECRETÁRIO</b>	<b>Senador EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB-TO)</b>

### **SUPLENTES DE SECRETÁRIO**

<b>1º Senadora</b>	<b>SERYS SLHESSARENKO (PT-MT)</b>
<b>2º Senador</b>	<b>PAPALÉO PAES (PSDB-AP)</b>
<b>3º Senador</b>	<b>ALVARO DIAS (PSDB-PR)</b>
<b>4º Senador</b>	<b>AELTON FREITAS (PL-MG)</b>

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL**  
**(52ª LEGISLATURA)**

	<b>BAHIA</b>	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	<b>RIO DE JANEIRO</b>	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		<b>SANTA CATARINA</b>
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	<b>MARANHÃO</b>	PT	Ideli Salvatti
PMDB	Antonio Leite	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		<b>ALAGOAS</b>
PFL	Roseana Sarney	PSOL	Heloísa Helena
	<b>PARÁ</b>	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa		<b>SERGIPE</b>
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
	<b>PERNAMBUCO</b>	PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		<b>AMAZONAS</b>
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	<b>SÃO PAULO</b>	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		<b>PARANÁ</b>
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	<b>MINAS GERAIS</b>	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		<b>ACRE</b>
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
	<b>GOIÁS</b>	PSOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		<b>MATO GROSSO DO SUL</b>
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	<b>MATO GROSSO</b>	PT	Delcídio Amaral
S/ Partido	Luiz Soarez	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		<b>DISTRITO FEDERAL</b>
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	<b>RIO GRANDE DO SUL</b>	PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		<b>TOCANTINS</b>
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	<b>CEARÁ</b>	PSB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
S/ Partido	Patrícia Saboya Gomes		<b>AMAPÁ</b>
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	<b>PARAÍBA</b>	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Moraes		<b>RONDÔNIA</b>
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
	<b>ESPÍRITO SANTO</b>	PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		<b>RORAIMA</b>
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
	<b>PIAUI</b>	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Wirlande da Luz



## ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
<b>ARTIGO DE IMPRENSA</b>			
Transcrição do artigo intitulado “O curto Governo Lula”, de autoria do ex-Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, publicado no jornal Folha de São Paulo, no dia 19 de junho de 2005. Senador Eduardo Azeredo. ....	97	tigo intitulado “Lula admite que sabia de mesada; governo prevê CPI”, publicado no jornal Folha de São Paulo, no dia 7 de junho de 2005. Senador Reginaldo Duarte. ....	105
Transcrição do artigo intitulado “Um mal chamado corrupção”, de autoria de Fátima Borges, publicado na coluna “No Divã” do jornal O Estado de Amazonas, no dia 12 de junho de 2005. Senador Arthur Virgílio. ....	99	Transcrição do artigo intitulado “O bombardeio das CPIs e a estratégia da vergonha”, de autoria do ex-Presidente do STF Maurício Corrêa, publicado no jornal O Correio Braziliense, no dia 05 de junho de 2005. Senador Sérgio Guerra. ....	197
Transcrição do artigo intitulado “O nome da crise”, de autoria do jornalista Jânio de Freitas, publicado na Folha de São Paulo, no dia 29 de maio de 2005. Senadora Lúcia Vânia. ....	100	Transcrição do artigo intitulado “Carrasco é tratado como fidalgo”, de autoria da colunista Dora Kramer, publicado no jornal O Estado de São Paulo, no dia 9 de junho de 2005. Senador Flexa Ribeiro. ....	199
Transcrição do artigo intitulado “Tudo à vista”, de autoria do colunista Jânio de Freitas, publicado no jornal Folha de São Paulo, no dia 09 de junho de 2005. Senador Leonel Pavan. ....	101	Transcrição do artigo intitulado “O autismo político”, de autoria do professor da UFRGS Denis Lerrer Rosenfeld, publicado no jornal O Estado de São Paulo. Senador Arthur Virgílio. ....	200
Transcrição da matéria intitulada “Uma mentira contada na PF”, publicada pela revista Veja, edição de 08 de junho de 2005. Senador Sérgio Guerra. ....	102	Transcrição da matéria intitulada “Amanhã poderá ser tarde demais”, publicada no jornal O Correio Braziliense, no dia 15 de maio de 2005. Senador Alvaro Dias. ....	201
Transcrição do artigo intitulado “Todos os homens de Roberto Jefferson”, de autoria do jornalista Gerson Camarotti, publicado no jornal O Globo, no dia 05 de junho de 2005. Senador Flexa Ribeiro. .	104	Transcrição do artigo intitulado “História da ruína petista-lulista”, de autoria de Vinícius Torres Freire, publicado no jornal Folha de São Paulo, no dia 06 de Junho de 2005. Senador Reginaldo Duarte. ....	203
Transcrição do editorial “O ‘Mensalão’”, publicado no jornal Folha de São Paulo, no dia 7 de junho de 2005; do artigo intitulado “‘Mensalão’ agrava crise”, publicado no jornal O Estado de São Paulo, no dia 7 de junho de 2005; do artigo intitulado “Imobilidade preocupante”, de autoria de Merival Pereira, publicado no jornal O Globo, no dia 7 de junho de 2005; do artigo intitulado “Governo sabia de mensalão e não apurou; CPI é irreversível”, publicado no jornal O Estado de São Paulo, no dia 7 de junho de 2005; do artigo intitulado “Ciro diz que soube de denúncia de mesada”, publicado no jornal a Folha de São Paulo, no dia 07 de junho de 2005 e do ar-		Transcrição do artigo intitulado “A primeira página do Diário Oficial da União no dia 29 de junho de 2005. Senador Arthur Virgílio. ....	469
		Transcrição da entrevista intitulada “O Islã é fascista”, publicada na revista Veja, edição de 22 de junho do corrente. Senador Arthur Virgílio. ....	497
		Transcrição do artigo intitulado “A corrupção em nossa história”, de autoria do articulista Boris Fausto, publicado no jornal Correio Braziliense, no dia 4 de junho de 2005. Senadora Lúcia Vânia. ...	504
		Transcrição do artigo intitulado “Cheque, ônus e bônus”, de autoria do articulista Clóvis Rossi, pu-	

	Pág.		Pág.
blicado no jornal Folha de São Paulo, no dia 07 de junho de 2005. Senador Leonel Pavan. ....	505	CONCESSÃO HONORÍFICA	
Transcrição do “Painel do leitor”, da Folha de São Paulo, publicado no dia 9 de junho de 2005. Senador Reginaldo Duarte. ....	506	Satisfação com a indicação para o Prêmio Nobel da Paz de Concita Maia, reconhecida ativista social brasileira. Senador Tião Viana. ....	530
Transcrição do artigo intitulado “No mundo da lua”, publicado no jornal Folha de São Paulo, no dia 19 de maio de 2005. Senador Alvaro Dias. ....	507	Satisfação com a indicação para o Prêmio Nobel da Paz de Concita Maia, reconhecida ativista social brasileira. Aparte ao Senador Tião Viana. Senadora Serys Silhessarenko. ....	532
Transcrição da matéria intitulada “Para 59%, Presidente não mais defende as idéias que o elegeram”, publicada pelo jornal Folha de São Paulo, no dia 05 de junho de 2005. Senador Sérgio Guerra. ....	508	Satisfação com a indicação para o Prêmio Nobel da Paz de Concita Maia, reconhecida ativista social brasileira. Aparte ao Senador Tião Viana. Senador Sibá Machado. ....	532
Transcrição do artigo intitulado “Veja no que deu a caixa-preta do Judiciário”, de autoria do ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Maurício Corrêa, publicado no jornal Correio Braziliense, no dia 12 de junho de 2005. Senador Teotônio Vilela Filho. ....	509	Satisfação com a indicação para o Prêmio Nobel da Paz de Concita Maia, reconhecida ativista social brasileira. Aparte ao Senador Tião Viana. Senador Cristovam Buarque. ....	533
Transcrição das matérias intituladas “O pagamento do mensalão” e “Nocaute”, publicadas na revista Veja, em sua edição de 22 de junho de 2005. Senador Reginaldo Duarte. ....	628	CONGRESSO NACIONAL	
Transcrição da matéria intitulada “Lula, agora, resolveu demonstrar preocupação”, publicada no Jornal do Brasil, no dia 23 de maio de 2005. Senador Alvaro Dias. ....	638	Posicionamento contrário ao recesso parlamentar no mês de julho, tendo em vista a necessidade de continuidade dos trabalhos do Congresso Nacional. Senador Antônio Carlos Magalhães. ....	276
Transcrição do artigo intitulado “Más companhias”, de autoria do articulista Valdo Cruz, publicado no jornal Folha de São Paulo, no dia 09 de junho de 2005. Senador Leonel Pavan. ....	639	Comenta o posicionamento contrário ao recesso parlamentar no mês de julho, tendo em vista a necessidade de continuidade dos trabalhos do Congresso Nacional. Aparte ao Senador Antônio Carlos Magalhães. Senador Antônio Carlos Valadares. ....	276
Transcrição da matéria intitulada “Promessas ao vento”, publicada no jornal Correio Braziliense, no dia 06 de junho de 2005. Senador Flexa Ribeiro. ...	640	CORRUPÇÃO	
Transcrição da entrevista do Deputado Roberto Jefferson concedida à Folha de São Paulo, publicada no dia 12 de junho de 2005. Senador Sérgio Guerra. ....	642	Comenta acerca da atual situação política brasileira. Senadora Ideli Salvatti. ....	37
Transcrição da matéria intitulada “A única agenda positiva”, publicada no jornal O Estado de São Paulo e a matéria intitulada “O Pinóquio da estrela vermelha”, de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicada no jornal Folha de São Paulo. Senador Arthur Virgílio. ....	647	Comentários sobre a atual situação política brasileira e sobre o discurso do Presidente da República. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador Paulo Paim. ....	37
ATUAÇÃO		Comentários sobre a época de transição do Governo Fernando Henrique e o Governo Lula, quando o Presidente Lula deveria ter relatado as denúncias de corrupção do outro Governo. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Geraldo Mesquita Júnior. ....	87
Lições que devem ser tiradas da atual crise política. Senadora Ana Júlia Carepa. ....	522	Análise de matéria publicada hoje no jornal Folha de S.Paulo, a respeito de indícios de irregularidades envolvendo o Governo do Acre e uma agência de publicidade. Senador Geraldo Mesquita Júnior. ....	89
CALAMIDADE PÚBLICA		Balanço dos fatos políticos ocorridos nesta semana. Senadora Heloísa Helena. ....	90
Expectativa de que o Governo Federal socorra os municípios pernambucanos assolados pelas fortes chuvas. Senador José Jorge. ....	35		

Pág.	Pág.		
<p>Comentários ao pronunciamento feito ontem pelo Presidente Lula em cadeia nacional de rádio e televisão. Senador Arthur Virgílio. ....</p> <p>Comentário sobre a análise feita pelo Senador Arthur Virgílio sobre o pronunciamento do Presidente Lula. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senadora Lúcia Vânia. ....</p> <p>Solicitação encaminhada ao Ministro Waldir Pires, de prorrogação urgente do Conselho de Transparência e Combate à Corrupção. Senador Alvaro Dias. ....</p> <p>Comentário sobre matérias divulgadas em revistas de circulação nacional, sobre denúncias de distribuição de dinheiro para pagamento de parlamentares. Senador José Jorge. ....</p> <p>Análise dos trabalhos legislativos frente às denúncias de corrupção. Senador Ney Suassuna. ....</p> <p>Análise dos trabalhos legislativos frente às denúncias de corrupção. Aparte ao Senador Ney Suassuna. Senador Leonel Pavan. ....</p> <p>Preocupação com a investigação das denúncias de corrupção no atual governo. Senadora Heloísa Helena. ....</p> <p>Investigações de corrupção com relação ao tesoureiro do PT, Delúbio Soares. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador José Agripino. ....</p> <p>Análise dos fatos que culminaram com a instalação da CPI dos Correios e sua provável relação com a denúncia de pagamento de “mensalão”. Senador José Agripino. ....</p> <p>Posicionamento favorável à apuração das denúncias de corrupção. Senador Arthur Virgílio. ....</p> <p>Posicionamento favorável à apuração das denúncias de corrupção. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador José Jorge. ....</p> <p>Posicionamento favorável à apuração das denúncias de corrupção. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Geraldo Mesquita Júnior. ....</p> <p>Comentários sobre as evidências sobre a existência do mensalão. Senador Antônio Carlos Magalhães. ....</p> <p>Interesse da população no desencadeamento das denúncias de corrupção. Aparte ao Senador Antônio Carlos Magalhães. Senador Eduardo Suplicy. ....</p> <p>Questionamentos sobre a hipótese de envolvimento do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas recentes denúncias de corrupção. Senador Efraim Morais. ....</p> <p>Denúncias de corrupção na prefeitura de Campina Grande – PB. Senador Efraim Morais. ....</p>	<p>94</p> <p>96</p> <p>112</p> <p>143</p> <p>154</p> <p>155</p> <p>156</p> <p>169</p> <p>173</p> <p>176</p> <p>177</p> <p>177</p> <p>195</p> <p>196</p> <p>292</p> <p>370</p>	<p>Considerações sobre as denúncias de corrupção e instauração de CPIs que tratem dessas denúncias. Senador Sérgio Guerra. ....</p> <p>Denúncias de corrupção no Governo do ex-Presidente, Fernando Henrique Cardoso. Senadora Heloísa Helena. ....</p> <p>Considerações sobre as conseqüências das denúncias de corrupção. Senador Aloizio Mercadante. ..</p> <p>Questionamentos sobre o conhecimento e o envolvimento do PT com as denúncias de corrupção. Senador Heráclito Fortes. ....</p> <p>Faz explicação pessoal acerca dos questionamentos do Senador Heráclito Fortes. Senadora Ana Júlia Carepa. ....</p> <p>Crítica à posição assumida pelo PT no momento de crise pelas denúncias de corrupção. Aparte ao Senador Sibá Machado. Senador Heráclito Fortes. ....</p> <p>Postura do PT diante das graves denúncias de corrupção envolvendo o Governo do Presidente Lula. Senador Arthur Virgílio. ....</p> <p>Faz explicação pessoal sobre a sua posição acerca das denúncias de corrupção no PT. Senador Heráclito Fortes. ....</p> <p>Defende investigações profundas de casos de corrupção no Governo. Senador Gerson Camata. ....</p> <p>(CPI)</p> <p>Esclarecimentos acerca das decisões tomadas em reunião entre líderes e o Presidente do Senado, sobre a instauração das CPIs. Senador José Jorge. ....</p> <p>Esclarece que a reunião com os líderes foi realizada para que fossem indicados os nomes para compor as CPIs. Senador Renan Calheiros. ....</p> <p>Explica que não pode comparecer à reunião realizada para que fossem indicados os nomes para compor as Comissões Parlamentares de Inquérito, mas já havia indicado nomes. Senador Mozarildo Cavalcanti. ....</p> <p>Apóia o presidente do Senado e a instalação das CPIs no Senado. Senador Geraldo Mesquita Júnior. ....</p> <p>Considerações a respeito da instalação das CPIs. Senador Aloizio Mercadante. ....</p> <p>Esclarecimentos a respeito de reunião de líderes para tratar da instalação de CPI. Senador Arthur Virgílio. ....</p> <p>Considerações a respeito da instalação das CPIs. Senadora Ideli Salvatti. ....</p>	<p>371</p> <p>372</p> <p>372</p> <p>524</p> <p>525</p> <p>526</p> <p>534</p> <p>536</p> <p>649</p> <p></p> <p>34</p> <p>49</p> <p>49</p> <p>51</p> <p>67</p> <p>73</p> <p>76</p>

	Pág.		Pág.
Considerações a respeito de reunião de líderes para tratar da instalação de CPI. Senador Geraldo Mesquita Júnior. ....	77	(CPMI)	
Comentários a respeito da instalação de CPI. Senador Heráclito Fortes. ....	87	Questionamentos sobre o funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito durante o recesso do Congresso Nacional no mês de julho. Senador Alvaro Dias. ....	291
Posicionamento da Oposição a respeito da instalação de CPI e importância da CPI que investigará a emigração ilegal. Senadora Lúcia Vânia. .	93	Esclarecimentos sobre a instauração da CPMI da Privatização. Senador Aloizio Mercadante. ....	364
Retrospectiva das ações efetivadas pela CPI dos Correios na semana passada. Senadora Ideli Salvatti. ....	166	Questionamentos sobre a presidência da CPMI dos Correios. Senador Arthur Virgílio. ....	366
Contestações ao pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti referente à CPI dos Correios. Senador Heráclito Fortes. ....	168	Considerações sobre instaurações de CPis e CPMIs. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Eduardo Suplicy. ....	368
Explicação pessoal sobre as contestações do Senador Heráclito Fortes. Senadora Ideli Salvatti. ....	171	Considerações sobre instaurações de CPis e CPMIs. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Heráclito Fortes. ....	368
Ressalta as suas contestações ao pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti. Senador Heráclito Fortes. ....	172	Considerações sobre instaurações de CPis e CPMIs. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Edison Lobão. ....	369
Síntese de reportagens publicadas neste final de semana sobre as investigações de corrupção nos Correios e o pagamento de mensalão. Senador Alvaro Dias. ....	174	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
Celeridade para as deliberações na CPI dos Correios. Senador César Borges. ....	178	Crescimento do município de Luís Eduardo, no Estado da Bahia. Senador Antônio Carlos Magalhães. ....	195
Celeridade para as deliberações na CPI dos Correios. Aparte ao Senador César Borges. Senadora Heloísa Helena. ....	180	Considerações sobre a implantação do projeto de transposição das águas do Rio São Francisco e apelo pela aprovação de proposta de emenda à Constituição, de autoria de S.Exa., que estabelece ações destinadas à revitalização do São Francisco. Senador Antônio Carlos Valadares. ....	243
Celeridade para as deliberações na CPI dos Correios. Aparte ao Senador César Borges. Senador Antônio Carlos Valadares. ....	181	Considerações sobre o projeto de transposição das águas do Rio São Francisco. Senador Marco Maciel. ....	295
Debate sobre a CPI dos Correios e a reforma política. Senador Garibaldi Alves Filho. ....	182	Indagações sobre o número de famílias a serem atendidas pelo projeto de transposição das águas do Rio São Francisco. Senador Eduardo Azeredo. ....	449
Comenta instalação de CPI. Aparte ao Senador Antônio Carlos Magalhães. Senador Jefferson Peres. ....	277	DIREITOS HUMANOS	
Considerações sobre a instauração da CPI dos bingos. Senador Antônio Carlos Magalhães. .	304	Críticas ao pronunciamento de ex-oficial do exército, na tribuna da Câmara dos Deputados, que dizia se arrependeu de não ter torturado um militante de esquerda. Senador Cristovam Buarque. ....	152
Considerações sobre a importância dos trabalhos da CPI da imigração. Senador Hélio Costa. ..	398	Comentários ao pronunciamento de ex-oficial do exército, na tribuna da Câmara dos Deputados. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Paulo Paim. ....	153
Considerações acerca da instauração de CPI somente na Câmara dos Deputados para investigar as denúncias de corrupção. Senador Aloizio Mercadante. ....	471	Comentários ao pronunciamento de ex-oficial do exército, na tribuna da Câmara dos Deputados. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Mão Santa. ....	153
Críticas a sugestão do Senador Aloizio Mercadante sobre a instauração de CPI e não de uma CPMI. Senadora Heloísa Helena. ....	471		
Pede ao Governo que nomeie o relator da CPI dos Bingos. Senador Efraim Moraes. ....	496		
Comunica a escolha do Senador Luiz Otávio para relator da CPI dos Bingos. Senador Efraim Moraes. ....	553		

	Pág.	V	Pág.
<b>DISCRIMINAÇÃO RACIAL</b>			
Realização de audiência pública na Subcomissão Permanente da Igualdade Racial e Inclusão, para discutir o Estatuto da Igualdade Racial. Senador Paulo Paim. ....	233		
<b>DIVISÃO TERRITORIAL</b>			
Apoio à criação de um novo Estado, o Maranhão do Sul. Senador Edison Lobão. ....	84		
Apoio à criação de novos Estados, o Maranhão do Sul e o Estado do Gurguéia. Aparte ao Senador Edison Lobão. Senador Heráclito Fortes. ....	84		
<b>DROGAS</b>			
Importância da Semana Nacional Anti-drogas. Senador Wirlande da Luz. ....	47		
Comentários sobre o problema das drogas no Brasil. Aparte ao Senador Wirlande da Luz. Senador Paulo Paim. ....	47		
Comentários sobre o problema das drogas no Brasil. Aparte ao Senador Wirlande da Luz. Senador Mozarildo Cavalcanti. ....	48		
<b>ECONOMIA</b>			
Comentários sobre artigo de autoria de S.Exa. intitulado “Os pilares para democratizar a economia e as decisões governamentais”. Senador Paulo Paim. ....	140		
Satisfação com decisão da Quarta Vara da Justiça Federais de Brasília, que concedeu liminar suspendendo os prazos estabelecidos pelo Cade para que a Nestlé venda a Garoto. Senador Gerson Camata. ....	649		
<b>EDUCAÇÃO</b>			
Elogios ao Presidente Lula, pelos avanços na área de educação, em especial pela expansão do ensino profissionalizante voltado para as populações de baixa renda. Senadora Ideli Salvatti. ....	237		
Sugestões para que haja mudanças na estrutura educacional. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador João Capiberibe. ....	239		
Apelo ao Governo Federal para a execução do Plano Nacional de Educação. Senador José Jorge. ....	280		
			281
<b>ELOGIOS</b>			
Elogios ao Senador Eduardo Suplicy. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senador Mão Santa. ....			185
Elogios ao Senador Eduardo Suplicy. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senador Heráclito Fortes. ....			186
Elogios ao Senador Sibá Machado. Aparte ao Senador Sibá Machado. Senador Heráclito Fortes. ....			526
<b>EXPLICAÇÃO PESSOAL</b>			
Explicação pessoal. Senador Eduardo Suplicy. ....			374
<b>GOVERNO FEDERAL</b>			
Comentários às declarações do Presidente Lula feitas no dia 23 de junho de 2005, em rede nacional de televisão. Senador José Jorge. ....			35
Comentários sobre a reforma ministerial, que seria melhor realizada em janeiro de 2006. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Paulo Paim. ....			145
Críticas ao Governo Lula. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. Senador Leonel Pavan. ....			147
Explicação pessoal que defende o Governo Lula das críticas do Senador Geraldo Mesquita Júnior. Senador Paulo Paim. ....			149
Expectativa de que o Presidente da República constitua uma equipe competente para compor seu Ministério. Senador Alvaro Dias. ....			210
Críticas ao Governo Lula quanto à escolha dos ministros que compõem o governo. Aparte ao Senador Alvaro Dias. Senador José Jorge. ....			211
Defende as escolhas do Presidente da República para os Ministros de Estado. Aparte ao Senador Alvaro Dias. Senador Paulo Paim. ....			212
<b>HOMENAGEM</b>			
Homenagem aos 80 anos de atividade da General Motors no Brasil. Senador Romeu Tuma. ....			205
Homenagem pela escolha do Procurador-Geral da República, Cláudio Fonteles. Senador Aloizio Mercadante. ....			347



	Pág.		Pág.
Homenagem pela escolha do Procurador-Geral da República, Cláudio Fonteles. Senador Arthur Virgílio. ....	348	origem), que cria no âmbito do Ministério da Cultura o Prêmio de Artes Plásticas Marcantônio Vilaça e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.125, de 20 de junho de 2005. ....	387
Comemoração dos 150 anos de instalação e funcionamento da primeira igreja evangélica, em reconhecimento ao trabalho pioneiro do médico escocês Robert Kalley e de sua esposa Sara Poulton Kalley. Senador Ney Suassuna. ....	650		
<b>HOMENAGEM DE PESAR</b>			
Agradecimento às manifestações de pesar pelo falecimento da mãe de S.Exa. Senadora Ideli Salvatti. ....	37	<b>ORÇAMENTO</b>	
Falecimento do jornalista Ubirajara Leme Valdez, Diretor-Geral da Band no Rio Grande do Sul. Senador Paulo Paim. ....	51	Encaminha para votação Parecer nº 1.027, de 2005, do Plenário do Senado Federal, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 241/2005, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa e de Encargos Financeiros da União. Senador César Borges. ....	308
Homenagem ao Senhor José Augusto de Araújo. Senador Geraldo Mesquita Júnior. ....	89	Discute o Parecer nº 1.027, de 2005, do Plenário do Senado Federal, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 241/2005, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa e de Encargos Financeiros da União. Senador José Jorge. ..	309
<b>IGREJA CATÓLICA</b>			
Lançamento, na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), de Compêndio da Doutrina Social da Igreja. Senador Marco Maciel. ....	78	Discute o Parecer nº 1.027, de 2005, do Plenário do Senado Federal, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 241/2005, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa e de Encargos Financeiros da União. Senador Sérgio Guerra. ....	311
<b>MEDIDA PROVISÓRIA</b>			
Colaboração do PSDB no aperfeiçoamento da denominada "Medida Provisória do Bem". Senador Alvaro Dias. ....	112	Discute o Parecer nº 1.027, de 2005, do Plenário do Senado Federal, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 241/2005, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa e de Encargos Financeiros da União. Senador José Agripino. ....	314
<b>MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA</b>			
Mensagem nº 164, de 2005 (nº 377/2005, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor José Vicente de Sá Pimentel, Ministro de Primeira Classe de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Índia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Nepal. ....	121	Discute o Parecer nº 1.027, de 2005, do Plenário do Senado Federal, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 241/2005, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa e de Encargos Financeiros da União. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Heráclito Fortes. ....	315
Mensagem nº 165, de 2005 (nº 378/2005, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Mauro Mendes de Azeredo, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do quadro especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Helênica. ....	126	Discute o Parecer nº 1.027, de 2005, do Plenário do Senado Federal, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 241/2005, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa e de Encargos Financeiros da União. Senador Arthur Virgílio. ....	318
Mensagem nº 166, de 2005 (nº 369/2005, na origem), restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2005 (nº 520/2003, na Casa de		Discute o Parecer nº 1.027, de 2005, do Plenário do Senado Federal, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 241/2005, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa e de Encargos Financeiros da União. Senador Antônio Carlos Magalhães. ....	320

Pág.		Pág.
	Discute o Parecer nº 1.027, de 2005, do Plenário do Senado Federal, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 241/2005, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa e de Encargos Financeiros da União. Senadora Heloísa Helena.	
321		Parecer nº 1.027, de 2005, do Plenário do Senado Federal, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 241/2005, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa e de Encargos Financeiros da União. Senador Maguito Vilela. ....
	Discute o Parecer nº 1.027, de 2005, do Plenário do Senado Federal, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 241/2005, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa e de Encargos Financeiros da União. Senadora Lúcia Vânia.	
323		Parecer nº 1.028, de 2005 - CRE, sobre a Mensagem nº 130, de 2005 (nº 224/2005, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a escolha do Senhor Appio Cláudio Muniz Acquarone Filho, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Unida da Tanzânia. Senador Papaléo Paes. ....
	Discute o Parecer nº 1.027, de 2005, do Plenário do Senado Federal, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 241/2005, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa e de Encargos Financeiros da União. Senador Mão Santa. ..	
324		Parecer nº 1.029, de 2005 – CRE, sobre a Mensagem nº 154, de 2005 (nº 337/2005, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a escolha do Senhor Luiz Felipe de Seixas Corrêa, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Alemanha. Senadora Serys Slhessarenko. ....
	Discute o Parecer nº 1.027, de 2005, do Plenário do Senado Federal, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 241/2005, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa e de Encargos Financeiros da União. Senador Efraim Moraes. ....	
325		Parecer nº 1.030, de 2005 – CRE, sobre a Mensagem nº 159, de 2005, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a escolha do Senhor André Mattoso Maia Amado, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Japão. Senadora Serys Slhessarenko. ....
	Discute o Parecer nº 1.027, de 2005, do Plenário do Senado Federal, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 241/2005, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa e de Encargos Financeiros da União. Senador Geraldo Mesquita Júnior. ....	
326		Parecer nº 1.031, de 2005 – Comissão Diretora, que dá Redação Final do Projeto de Resolução nº 58, de 2005. Senadora Serys Slhessarenko. ....
	<b>PARECER</b>	
	Parecer nº 1.025, de 2005 (da Comissão de Assuntos Sociais), sobre o Ofício “S” nº 43, de 2000 (nº 1.732/2000, na origem), do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, que encaminha ao Senado Federal cópia completa do Acórdão relativo ao Recurso de Ofício na Averiguação Preliminar nº 08000.000518/96-06, em que são representadas as empresa National Medical Care INC., Baxter Internacional INC. Baxter Hospitalar Ltda., referentes às denúncias de monopolização e cartelização da hemodiálise no Brasil. Senador Sérgio Cabral. ....	
228		Parecer nº 1.032, de 2005 (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o a Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003, que altera os artigos 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências. Senador Rodolpho Tourinho. ....
	Parecer nº 1.026, de 2005 (da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle), sobre o Ofício “S” nº 03, de 2003 (nº 4.144/2002, na origem), da Ministra de Estado Corregedora-Geral da União, encaminhando ao Presidente do Senado Federal exemplar do Relatório Anual de Atividades da Corregedoria-Geral da União no ano de 2002. Senador Luiz Otávio. ....	
230		Parecer nº 1.033, de 2005, sobre as Emendas nºs 09 e 10 da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003, que altera os artigos 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências. Senador Rodolpho Tourinho. ....
		Parecer nº 1.034, de 2005 – PLEN, sobre a Mensagem nº 129, de 2005, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado

	Pág.		Pág.
Federal a escolha do Senhor Marcelo Leonardo da Silva Vasconcelos, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Angola. Senador Mão Santa. ....	553	te da República submete à deliberação do Senado Federal a escolha do Senhor Edmundo Sussumu Fujita, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Indonésia. Senador Efraim Morais. ....	562
Parecer nº 1.035, de 2005 – PLEN, sobre a Mensagem nº 131, de 2005, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a escolha do Senhor Carlos Eduardo Sette Câmara da Fonseca Costa, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República das Filipinas. Senador Edison Lobão. ...	555	Parecer nº 1.041, de 2005 – PLEN, sobre a Mensagem nº 158, de 2005, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a escolha do Senhor Maria Celina de Azevedo Rodrigues, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às comunidades Européias. Senador Efraim Morais. ....	563
Parecer nº 1.036, de 2005 – PLEN, sobre a Mensagem nº 139, de 2005, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a escolha do Senhor João Batista Cruz, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Guiné-Bissau. Senador Efraim Morais. ....	557	Parecer nº 1.042, de 2005 – PLEN, sobre a Mensagem nº 02, de 2005, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a escolha do Senhor Luiz Augusto de Castro Neves, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular da China, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Mongólia. Senador Efraim Morais. ...	565
Parecer nº 1.037, de 2005 – PLEN, sobre a Mensagem nº 140, de 2005, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a escolha do Senhor Luiz Fernando Gouvêa de Athayde, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Trinidad e Tobago. Senador Efraim Morais. ....	558	Parecer nº 1.043, de 2005 – PLEN, sobre a Mensagem nº 04, de 2005, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a escolha do Senhor Frederico Cezar de Araujo, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade da Austrália, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Vanuatu. Senador Efraim Morais. ....	567
Parecer nº 1.038, de 2005 – PLEN, sobre a Mensagem nº 145, de 2005, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a escolha do Senhor Luiz Filipe de Macedo Soares Guimarães, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. Senador Efraim Morais. ....	559	Parecer nº 1.044, de 2005 – PLEN, sobre a Mensagem nº 114, de 2005, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a escolha do Senhor Sérgio França Danese, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Argelina Democrática e Popular. Senador Efraim Morais. ...	568
Parecer nº 1.039, de 2005 – PLEN, sobre a Mensagem nº 153, de 2005, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a escolha do Senhor Clodoaldo Huguency Filho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil em Genebra. Senador Efraim Morais. ....	560	Parecer nº 1.045, de 2005 – PLEN, sobre a Mensagem nº 121, de 2005, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a escolha do Senhor Flávio Roberto Bonzanini, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Em-	
Parecer nº 1.040, de 2005 – PLEN, sobre a Mensagem nº 155, de 2005, pela qual o Presiden-			



Pág.	Pág.		
baixador do Brasil junto à República Democrática do Congo. Senador Efraim Morais. ....	569	Apelo ao Governo para que adote medidas urgentes no sentido de minimizar a crise que afeta a agricultura brasileira. Senador Osmar Dias. ....	241
Parecer nº 1.046, de 2005 – PLEN, sobre a Mensagem nº 127, de 2005, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a escolha do Senhor Ricardo Carvalho do Nascimento Borges, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Suriname. Senador Efraim Morais. ....	570	Apelo ao Governo para que adote medidas urgentes no sentido de minimizar a crise que afeta a agricultura brasileira. Aparte ao Senador Osmar Dias. Senador Ramez Tebet. ....	242
Parecer nº 1.047, de 2005, que dá redação final da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227, de 2004, na Câmara dos Deputados) – texto que vai à promulgação. Senador Rodolpho Tourinho. ....	619	Apelo ao Governo para que adote medidas urgentes no sentido de minimizar a crise que afeta a agricultura brasileira. Aparte ao Senador Osmar Dias. Senador Antônio Carlos Magalhães. ....	243
Parecer nº 1.048, de 2005, que dá redação final da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-B, de 2003 – texto que retorna à Câmara dos Deputados. Observação: Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003. Senador Rodolpho Tourinho. ....	620	Importância do pronunciamento do Senador Osmar Dias sobre o setor agrícola. Senador Antônio Carlos Valadares. ....	243
Parecer nº 1.049, de 2005 (da Comissão de Educação), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 238, de 2005 (nº 1.471/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Stênio Congro para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aparecida do Taboada, Estado do Mato Grosso do Sul. Observação: Parecer nº 1.049, de 2005. Senador Delcídio Amaral. ....	623	Apoio às reivindicações dos trabalhadores do setor agrícola reunidos, hoje, em manifestação em Brasília. Senador Antônio Carlos Magalhães.	276
POLÍTICA AGRÍCOLA		Comentários sobre o “tratoço”. Aparte ao Senador Antônio Carlos Magalhães. Senador Eduardo Suplicy. ....	278
Apoio às reivindicações dos participantes de manifestação dos produtores rurais, no dia 28 de junho de 2005, em Brasília, denominada “tratoço”. Senador César Borges. ....	178	Manifestação organizada pela Confederação Nacional de Agricultura em Brasília, para solicitar apoio governamental ao setor agrícola. Senador Aelton Freitas. ....	279
Apoio às reivindicações da manifestação, de 28 de junho de 2005. Aparte ao Senador César Borges. Senador Alvaro Dias. ....	179	Apoio às manifestações dos agricultores reunidos no “tratoço” em Brasília. Senador Mão Santa. ..	286
Dificuldades dos agricultores brasileiros, que se manifestarão em 28 de junho de 2005 em Brasília. Senador Antônio Carlos Magalhães. ....	195	Apoio às manifestações dos agricultores reunidos no “tratoço” em Brasília. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Heráclito Fortes. ....	287
Dificuldades dos agricultores brasileiros, que se manifestarão em 28 de junho de 2005 em Brasília. Aparte ao Senador Antônio Carlos Magalhães. Senador Heráclito Fortes. ....	196	Apoio às manifestações dos agricultores reunidos no “tratoço” em Brasília. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador João Batista Motta. ....	288
Apoio à marcha dos agricultores que está sendo realizada em Brasília, chamada de “tratoço” e apelo para que o governo atenda às reivindicações do setor agropecuário. Senador Ramez Tebet. ....	235	Apoio às manifestações dos agricultores reunidos no “tratoço” em Brasília. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Juvêncio da Fonseca. ....	288
		Realização, em Brasília, de manifestação dos agricultores para reivindicação de adoção de política para o setor. Senador Leonel Pavan. ....	399
		Defesa do atendimento de reivindicações dos manifestantes do setor agrícola reunidos em Brasília no “tratoço”. Senador Maguito Vilela. ....	450
		Considerações sobre as reivindicações dos manifestantes do “tratoço”. Aparte ao Senador Maguito Vilela. Senador Ramez Tebet. ....	451
		Comentários acerca das negociações de Comissão, designada pela Presidência do Senado Federal, com os manifestantes do “tratoço”. Senador Jonas Pinheiro. ....	463
		Informe sobre a situação crítica da manifestação “tratoço”. Aparte ao Senador Jonas Pinheiro. Senador Leonel Pavan. ....	464

	Pág.		Pág.
Comentários acerca das negociações de Comissão, designada pela Presidência do Senado Federal, com os manifestantes do “tratoação”. Senador Sérgio Guerra. ....	464	nica do Estado do Espírito Santo, por iniciativa do Governo do Estado, nas escolas da rede pública capixaba. Senador Gerson Camata. ....	503
Comentários acerca das negociações de Comissão, designada pela Presidência do Senado Federal, com os manifestantes do “tratoação”. Senadora Lúcia Vânia. ....	465	<b>POLÍTICA DE TRANSPORTES</b>	
Considerações sobre encontro de S.Ex <sup>a</sup> com as lideranças do campo na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados. Senador José Agripino. ....	465	Defesa da criação de uma câmara de gestão destinada a estudar alternativas para recuperação das rodovias brasileiras. Senador Alberto Silva. ..	158
Comentários acerca das negociações de Comissão, designada pela Presidência do Senado Federal, com os manifestantes do “tratoação”. Senadora Heloísa Helena. ....	466	Defesa da criação de uma câmara de gestão destinada a estudar alternativas para recuperação das rodovias brasileiras. Aparte ao Senador Alberto Silva. Senador Marco Maciel. ....	159
Comentários sobre a manifestação “tratoação”. Senador Leonel Pavan. ....	467	Informe sobre a reunião, ontem, com o Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, tratando da liberação de verbas para obras. Senador Hélio Costa. .	398
Comentários sobre a manifestação “tratoação”. Senador Eduardo Suplicy. ....	467	<b>POLÍTICA ECONÔMICA</b>	
Importância do movimento dos produtores agrícolas chamado “tratoação”. Senador Sibá Machado. ....	525	Registra crescimento da economia brasileira em 2004, conforme divulgação de índices oficiais. Senador Paulo Paim. ....	140
Considerações acerca do movimento dos produtores agrícolas denominado de “tratoação”. Senador Edison Lobão. ....	527	<b>POLÍTICA ECONOMICO FINANCEIRA</b>	
Comentários sobre o acordo firmado pelo Governo com os manifestantes do “tratoação”. Senador José Agripino. ....	609	Preocupação com o anúncio da redução do déficit nominal a zero. Senador Marcelo Crivella. .	533
Comentários sobre o acordo firmado entre o Governo e os manifestantes do “tratoação”. Senador Arthur Virgílio. ....	610	Transcrição para os Anais do Senado de discurso intitulado “O fim do acordo com o FMI”. Senador Teotônio Vilela Filho. ....	627
Comentários sobre o acordo entre Governo e os manifestantes do “tratoação”. Senador Aloizio Mercadante. ....	610	<b>POLÍTICA ENERGÉTICA</b>	
Participação de S.Exa. nas negociações para a liberação de recursos para o setor agrícola. Senadora Serys Slhessarenko. ....	646	Participação de S.Exa. em reunião que teve como objetivo discutir a extensão do fornecimento da energia proveniente da hidrelétrica de Tucuruí aos municípios da margem esquerda do rio Amazonas e pertencentes ao arquipélago de Marajó. Senadora Ana Júlia Carepa.....	502
<b>POLÍTICA AMBIENTAL</b>		Críticas à atual administração da Petrobrás. Senador José Jorge. ....	529
Declaração do Fórum Internacional do Direito Universal à Água, realizado em Roma, na Itália. Senador Eduardo Suplicy. ....	182	Apelo para que o Governo indique os nomes para diretores da Aneel. Senador José Jorge. ....	559
Defesa da Ministra Marina Silva e do Deputado João Alfredo em razão da aprovação do projeto de preservação do Complexo Estuarino Lagunar. Senadora Heloísa Helena. ....	294	<b>POLÍTICA EXTERNA</b>	
<b>POLÍTICA CULTURAL</b>		Análise das dificuldades enfrentadas por imigrantes brasileiros ilegais nos Estados Unidos. Senador Marcelo Crivella. ....	396
Elogios ao projeto Concertos Populares, que vem sendo desenvolvido pela Orquestra Filarmô-		Registro da sétima Reunião Binacional Brasil-Venezuela, ocorrida na cidade de Santa Helena do Uairém, Venezuela. Senador Moza-riildo Cavalcanti. ....	434

	Pág.		Pág.
Alerta para os efeitos da crise boliviana. Senador Marco Maciel. ....	519	Considerações sobre os fatos ocorridos após a expulsão de S.Exa. do Partido dos Trabalhadores. Senadora Heloísa Helena. ....	172
<b>POLÍTICA FISCAL</b>		<b>POLÍTICA SANITÁRIA</b>	
Excesso de impostos cobrados pelo governo brasileiro. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. Senador Mão Santa. ....	147	Preocupação com a tramitação em urgência constitucional do projeto de lei do Governo Federal que trata da Lei de Diretrizes e de Política Nacional de Saneamento. Senador Gerson Camata. ....	503
<b>POLÍTICA FUNDIÁRIA</b>		<b>POLÍTICA SOCIAL</b>	
Comentário acerca da audiência pública realizada em Porto Alegre, que discutiu a questão fundiária de quilombos. Senador Paulo Paim. ....	140	Defesa da gratuidade no transporte urbano para os idosos e pessoas portadoras de deficiência. Senador Paulo Paim. ....	51
<b>POLÍTICA INDIGENISTA</b>		Considerações sobre a desigualdade na distribuição de renda no país. Senador Mão Santa. .	137
Comentários à demarcação da reserva indígena Raposa/Serra do Sol, localizada no Estado de Roraima. Senador Augusto Botelho. ....	39	<b>PREVIDÊNCIA SOCIAL</b>	
Comentários à demarcação da reserva indígena Raposa/Serra do Sol, localizada no Estado de Roraima. Aparte ao Senador Augusto Botelho. Senador Mozarildo Cavalcanti. ....	39	Apelo pela aprovação da “PEC paralela” da Previdência, antes do recesso de julho. Senador Paulo Paim. ....	233
<b>POLÍTICA INDUSTRIAL</b>		Demora da aprovação da “PEC paralela” da Previdência. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Ramez Tebet. ....	234
Resumo das ações governamentais adotadas para o setor de construção. Senadora Ideli Salvatti. ....	451	Demora da aprovação da “PEC paralela” da Previdência. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Papaléo Paes. ....	235
<b>POLÍTICA ORÇAMENTÁRIA</b>		Apelo para que a votação da “PEC Paralela” seja o mais rápido possível. Senador Tião Viana.	312
Considerações a respeito da Medida Provisória nº 241 que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa e de Encargos Financeiros da União, no valor global de R\$ 299.594.749,00, para os fins que especifica. Senador José Jorge.	35	Apelo para que a votação da “PEC Paralela” seja o mais rápido possível. Senadora Ideli Salvatti. ....	312
<b>POLÍTICA PARTIDÁRIA</b>		Apelo para que a votação da “PEC Paralela” seja o mais rápido possível. Senador Paulo Paim. ...	312
Demonstra a sua simpatia pela aliança do PT com o PMDB. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Paulo Paim. ....	139	Debate sobre a votação da reforma da previdência. Senador Leonel Pavan. ....	399
Solicita a expulsão de parlamentares envolvidos em novas denúncias de corrupção na Assembleia Legislativa de Rondônia. Senador José Jorge. ....	143	Discute a Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. Senador Paulo Paim. ....	437
Reunião com militantes e dirigentes do PSOL, ocorrido ontem na cidade do Rio de Janeiro, para debater a conjuntura política nacional. Senador Geraldo Mesquita Júnior. ....	146	Discute a Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Aloizio Mercadante. ....	438

	Pág.		Pág.
Discute a Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Eduardo Suplicy. ..	438	201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. Senador Juvêncio da Fonseca.....	453
Discute a Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. Senador Romeu Tuma. ....	442	Discute a Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. Senador Garibaldi Alves Filho. ....	456
Discute a Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senador Leonel Pavan. ....	443	Discute a Emenda nº 09 – PLEN à Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. Senador Romeu Tuma. ....	467
Discute a Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senador Geraldo Mesquita Júnior. ....	443	Discute a Emenda nº 09 – PLEN à Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. Senador Sérgio Cabral. ....	468
Discute a Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. Senador José Agripino. ....	443	Defende emenda, de sua autoria, à Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. Senador Hélio Costa. ....	472
Discute a Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. Senador Arthur Virgílio. ....	444	Encaminha à votação a Emenda nº 07 à Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. Senador Antônio Carlos Valadares. ....	477
Discute a Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. Senador Eduardo Azeredo. ....	446	Encaminha à votação emenda à Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. Senadora Heloísa Helena. ....	478
Considerações sobre a votação da proposta de emenda à Constituição paralela à reforma da previdência social. Senador Edison Lobão. ....	449	Sugestão para que a PEC Paralela seja votada após o recesso legislativo. Senador José Agripino. ....	480
Apelo pela aprovação da proposta de emenda paralela à reforma da previdência social. Senadora Ideli Salvatti. ....	451	Esclarecimentos a dúvidas que surgiram durante a votação de emendas a PEC Paralela. Senador Rodolpho Tourinho. ....	480
Discute a Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e		Apelo para que a PEC Paralela seja votada prontamente. Senadora Ana Júlia Carepa. ....	481
		Apelo para que a PEC Paralela seja votada prontamente. Senador Tião Viana. ....	481
		Apelo para que a PEC Paralela seja votada prontamente. Senador Geraldo Mesquita Júnior. .	482



Pág.	Pág.
<p>Apoio para que a PEC Paralela seja votada prontamente. Senador Paulo Paim. .... 483</p> <p>Considerações acerca de pontos destoantes da PEC Paralela. Senador Tião Viana. .... 486</p> <p>Considerações acerca de pontos destoantes da PEC Paralela. Senadora Heloísa Helena. .... 486</p> <p>Considerações acerca de pontos destoantes da PEC Paralela. Senador Edison Lobão. .... 487</p> <p>Considerações acerca de pontos destoantes da PEC Paralela. Senador José Agripino. .... 488</p> <p>Considerações acerca de pontos destoantes da PEC Paralela. Senador Demóstenes Torres. ... 488</p> <p>Considerações acerca de pontos destoantes da PEC Paralela. Senador Magno Malta. .... 489</p> <p>Defende que para haver mudanças na Emenda nº 07 da PEC Paralela é necessário acordo entre os líderes. Senador Rodolpho Tourinho. .... 490</p> <p>Defende a posição do Senador Rodolpho Tourinho em relação à Emenda nº 07 da PEC Paralela. Senador Tasso Jereissati. .... 490</p> <p>Defende que a PEC Paralela deve ser votada ainda nesta sessão. Senadora Ideli Salvatti. .... 491</p> <p>Comentários sobre as divergências contidas na PEC Paralela. Senador Antônio Carlos Magalhães. .... 491</p> <p>Comentários sobre as divergências contidas na PEC Paralela. Senador Ney Suassuna. .... 492</p> <p>Comentários sobre as divergências contidas na PEC Paralela. Senadora Heloísa Helena. .... 492</p> <p>Propõe uma reunião de líderes para o dia seguinte para que seja modificado ou não o texto da PEC Paralela. Senador José Agripino. .... 493</p> <p>Comentários sobre as divergências contidas na PEC Paralela. Senador Demóstenes Torres. ... 493</p> <p>Comentários sobre as divergências contidas na PEC Paralela. Senador Tião Viana. .... 493</p> <p>Comentários sobre as divergências contidas na PEC Paralela. Senador Osmar Dias. .... 494</p> <p>Comentários sobre as divergências contidas na PEC Paralela. Senador Marcelo Crivella. .... 494</p> <p>Comentários sobre as divergências contidas na PEC Paralela. Senador Leonel Pavan. .... 495</p> <p>Comentários sobre as divergências contidas na PEC Paralela. Senador Romeu Tuma. .... 496</p> <p>Impasse na votação da PEC Paralela. Senador Romeu Tuma. .... 573</p> <p>Impasse na votação da PEC Paralela. Senadora Heloísa Helena. .... 573</p> <p>Encaminha para votação a Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor</p>	<p>sobre a Previdência Social, e dá outras providências. Senadora Heloísa Helena. .... 573</p> <p>Impasse na votação da PEC Paralela. Senador Paulo Paim. .... 574</p> <p>Faz uma explicação pessoal acerca do impasse na votação da PEC Paralela. Senadora Heloísa Helena. .... 574</p> <p>Orienta o voto da bancada do PSDB para a PEC Paralela. Senador Arthur Virgílio. .... 575</p> <p>Encaminha para a votação a Emenda nº 08 à Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. Senador Aloizio Mercadante. .... 575</p> <p>Encaminha para a votação a Emenda nº 08 à Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. Senador José Jorge. .... 576</p> <p>Encaminha para a votação a Emenda nº 08 à Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. Senador Marcelo Crivella. .... 576</p> <p>Encaminha para a votação a Emenda nº 08 à Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. Senadora Ideli Salvatti. ... 577</p> <p>Encaminha para a votação a Emenda nº 08 à Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. Senador Sibá Machado. . 577</p> <p>Encaminha para a votação a Emenda nº 08 à Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. Senador Mozarildo Cavalcanti. .... 577</p> <p>Encaminha para a votação a Emenda nº 08 à Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição</p>

	Pág.		Pág.
Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. Senador José Sarney. ....	578	Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. Senador José Agripino. ....	585
Encaminha para a votação a Emenda nº 08 à Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. Senador Leonel Pavan. ...	578	Encaminha para a votação o inciso XI do artigo 37 da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. Senadora Heloísa Helena. ....	585
Encaminha para a votação a Emenda nº 08 à Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. Senadora Heloísa Helena. ...	579	Encaminha para a votação o inciso XI do artigo 37 da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. Senador Jefferson Péres. ....	586
Encaminha para a votação o inciso XI do artigo 37 da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. Senador Romeu Tuma. ....	580	Encaminha para a votação o inciso XI do artigo 37 da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. Senador Tasso Jereissati. ....	587
Encaminha para a votação o inciso XI do artigo 37 da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. Senador Marcelo Crivella. ....	581	Encaminha para a votação o inciso XI do artigo 37 da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. Senador Eduardo Azeredo. ....	587
Encaminha para a votação o inciso XI do artigo 37 da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. Senador Rodolpho Tourinho. ....	581	Encaminha para a votação o inciso XI do artigo 37 da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. Senador Demóstenes Torres. ....	588
Encaminha para a votação o inciso XI do artigo 37 da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. Senador Aloizio Mercadante. ....	582	Encaminha para a votação o inciso XI do artigo 37 da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. Senador Hélio Costa. ....	589
Encaminha para a votação o inciso XI do artigo 37 da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. Senador Arthur Virgílio. ....	584	Encaminha para a votação o inciso XI do artigo 37 da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. Senador José Maranhão. ....	589

Pág.	Pág.
<p>Encaminha para a votação o inciso XI do artigo 37 da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. Senador Juvêncio da Fonseca. ....</p>	<p>616</p>
<p>Encaminha para a votação o inciso XI do artigo 37 da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. Senador Antônio Carlos Valadares. ....</p>	<p>616</p>
<p>Encaminha para a votação a Emenda nº 07 à Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. Senadora Heloísa Helena. ...</p>	<p>616</p>
<p>Encaminha para a votação a Emenda nº 07 à Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. Senador Eduardo Suplicy. ....</p>	<p>616</p>
<p>Encaminha para a votação a Emenda nº 09 à Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. Senadora Heloísa Helena. ...</p>	<p>334</p>
<p>Encaminha para a votação a Emenda nº 09 à Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. Senador Eduardo Siqueira Campos. ....</p>	<p>4</p>
<p>Encaminha para a votação a Emenda nº 10 à Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. Senador Hélio Costa. ....</p>	<p>8</p>
<p>Encaminha para a votação a Emenda nº 07 e 08 à Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. Senadora Heloísa Helena. ....</p>	<p>14</p>
<p>Encaminha para a votação a Emenda nº 07 e 08 à Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. Senador Luiz Otávio. ....</p>	<p>616</p>
<p>Encaminha para a votação a Emenda nº 07 e 08 à Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. Senador Demóstenes Torres. ....</p>	<p>616</p>
<p>Encaminha para a votação a Emenda nº 07 e 08 à Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. Senador Marcelo Crivella. ....</p>	<p>616</p>
<p>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO</p>	
<p>Projeto de Decreto Legislativo nº 320, de 2005 (nº 1.682/2005, na Câmara dos Deputados), que escolhe o Senhor João Augusto Ribeiro Nardes para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, nos termos do artigo 73, inciso II, da Constituição Federal. ....</p>	<p>334</p>
<p>PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL</p>	
<p>Projeto de Lei nº 10, de 2005-CN, sobre a Mensagem nº 60, de 2005-CN (nº 371/2005, na origem), que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 104.462.571,00 para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente. .</p>	<p>4</p>
<p>Projeto de Lei nº 11, de 2005-CN, sobre a Mensagem nº 61, de 2005-CN (nº 372/2005, na origem), que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação e da Reserva de Contingência, crédito suplementar no valor global de R\$ 250.000.000,00 para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. ....</p>	<p>8</p>
<p>Projeto de Lei nº 12, de 2005-CN, sobre a Mensagem nº 62, de 2005-CN (nº 373/2005, na origem), que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito especial no valor de R\$ 19.342.918,00 para os fins que especifica. ....</p>	<p>14</p>

	Pág.		Pág.
Projeto de Lei nº 13, de 2005-CN, sobre a Mensagem nº 63, de 2005-CN (nº 374/2005, na origem), que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R\$ 3.186.731,00 para os fins que especifica. ....	19	de 2003, para submeter os serviços de geração, transmissão e distribuição de energia ao regime cumulativo da contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). Senador Rodolpho Tourinho. ....	217
Projeto de Lei nº 14, de 2005-CN, sobre a Mensagem nº 64, de 2005-CN (nº 375/2005, na origem), que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 54.504.650,00 para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. ....	23	Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2005, que dispõe sobre a concessão do benefício do seguro-desemprego à pessoa física que, trabalhando na pesca artesanal, exerce sua atividade na confecção e reparos de embarcações e petrechos, na captura ou coleta de caranguejos, mariscos ou algas, no seu processamento, e à que contribui diretamente para o exercício da pesca, e dá outras providências. Senador Valdir Raupp. ....	388
Projeto de Lei nº 15, de 2005-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$ 360.000.000,00 para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente. ....	114	Projeto de Lei do Senado nº 239, de 2005, que altera o art. 53 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para dispor sobre a utilização do período de suspensão da veiculação de propaganda eleitoral. Senadora Fátima Cleide. ....	390
<b>PROJETO DE LEI DO SENADO</b>			
Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2005, que altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para evitar que seja suspensa a transmissão radiofônica das sessões plenárias em andamento no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, em decorrência da veiculação obrigatória do programa "A Voz do Brasil". Senador José Jorge. ....	3	Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2005, que acrescenta dispositivos à Lei nº 11.116, de 18 de maio de 2005, para instituir o Fundo de Apoio ao Biodiesel. Senador Sérgio Guerra. ....	391
Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2005, que dispõe sobre o pagamento do seguro-desemprego ao pescador artesanal e ao pescador profissional, na condição de empregado, por ocasião do período do defeso, e dá outras providências. Senador Leonel Pavan. ....	134	Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2005 – Complementar, que altera o Código Tributário Nacional para permitir o fornecimento de informações protegidas por sigilo fiscal ao Poder Legislativo Federal. Senador Tião Viana. ....	392
Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2005, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que "estabelece as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências" para dispor sobre o acesso das pessoas portadoras de deficiência física ao interior de veículos de transporte coletivo. Senador Aelton Freitas. ....	215	Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2005, que regulamenta a letra f no inciso III do art. 52 da Constituição Federal. Senador Tião Viana. ....	539
Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2005, que dispõe sobre inserção de Imposto sobre Produtos Industrializados e Imposto de Importação incidente sobre ferramentas, máquinas, aparelhos e instrumentos adquiridos por profissional autônomo, quando destinados ao uso exclusivo da profissão. Senador Hélio Costa. ....	215	Projeto de Lei do Senado nº 243, de 2005, que altera a Lei nº 1.579, de 19 de março de 1952, para aplicar, no que couber, às testemunhas que colaborem com os trabalhos de investigação de comissão parlamentar de inquérito, as medidas de proteção especial às testemunhas de que trata a Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999. Senador Demóstenes Torres. ....	540
Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2005, que altera a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro		Projeto de Lei do Senado nº 244, de 2005, que define responsabilidades e fixa prazos relativos ao Plano Nacional de Educação aprovado pela Lei nº 10.172/01. Senador José Jorge. ....	546
<b>PROJETO DE RESOLUÇÃO</b>			
		Projeto de Resolução nº 58, de 2005, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor total de até US\$ 38.600.000,00 com o Banco Interamericano	



Pág.	Pág.
de Desenvolvimento – BID. Senador Demóstenes Torres. ....	356
Projeto de Resolução nº 59, de 2005, que modifica a redação do art. 162 do Regimento Interno do Senado Federal, para fixar nova sistemática de votação das matérias. Senador Gerson Camata. .	394
Projeto de Resolução nº 60, de 2005, que altera o art. 228 do Regimento Interno do Senado Federal, para permitir que especialistas convidados emitam parecer a respeito de proposições legislativas sob exame de Comissão. Senador Gerson Camata. ....	395
Projeto de Resolução nº 61, de 2005, que altera o Regimento Interno do Senado Federal com o objetivo de dar nova disciplina à Hora do Expediente. Senador Gerson Camata. ....	536
Projeto de Resolução nº 62, de 2005, que altera o inciso V do art. 14 do Regimento Interno do Senado Federal, para limitar o encaminhamento de votação ao autor, relator ou autor de emenda à proposição. Senador Gerson Camata. ....	539
 <b>PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO</b>	
Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2005, que dispõe sobre a preferência para maiores de 60 anos de idade no recebimento de precatórios. Senador Sérgio Cabral. ....	225
Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2005, que dá nova redação a Constituição Federal, para conferir auto-executoriedade às decisões do Tribunal de Contas da União. Senador Antônio Carlos Valadares. ....	382
Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2005, que dá nova redação ao inciso III do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, para dispor que as unidades de conservação da natureza sejam criadas mediante lei. Senador Mozarildo Cavalcanti. .	385
Proposta de Emenda Constitucional nº 32, de 2005, que acrescenta a letra g ao inciso III do art. 52; e os § 2º, 3º e 4º ao art. 87, da Constituição Federal. Senador Tião Viana. ....	548
 <b>REFORMA POLÍTICA</b>	
Importância da aprovação da reforma política a tempo para implantação das novas regras na próxima eleição. Senador Augusto Botelho. ....	160
Importância da aprovação da reforma política a tempo para implantação das novas regras na próxima eleição. Aparte ao Senador Augusto Botelho. Senador Marco Maciel. ....	161
Importância da aprovação da reforma política a tempo para implantação das novas regras na próxima eleição. Aparte ao Senador Augusto Botelho. Senador Leonel Pavan. ....	162
Importância da aprovação da reforma política a tempo para implantação das novas regras na próxima eleição. Aparte ao Senador Augusto Botelho. Senadora Heloísa Helena. ....	162
Pontos importantes da reforma política aprovados pela Câmara dos Deputados. Senador Sibá Machado. ....	289
Posicionamento do PFL em relação à reforma política. Senador Jorge Bornhausen. ....	435
Posicionamento do PFL em relação à reforma política. Aparte ao Senador Jorge Bornhausen. Senador Marco Maciel. ....	436
Considerações sobre a reforma política. Aparte ao Senador Jorge Bornhausen. Senador Eduardo Azeredo. ....	436
 <b>REQUERIMENTO</b>	
Requerimento nº 702, de 2005, que requer voto de pesar pelo falecimento de Ubirajara Leme Valdez. Senador Paulo Paim. ....	97
Requerimento nº 703, de 2005, que solicita, ao Ministro de Estado das Comunicações, as informações pedidas a respeito da concessão outorgada à Fundação Cultural de Belo Horizonte. Senador Hélio Costa. ....	119
Requerimento nº 704, de 2005, que requer voto de pesar pelo falecimento de Otávio Mendonça. Senador Luiz Otávio. ....	121
Requerimento nº 705, de 2005, que requer voto de pesar pelo falecimento de Paulo Tarso Dias Klautau. Senador Luiz Otávio. ....	121
Requerimento nº 706, de 2005, que requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nos 103 e 461, de 2003, que já tramitam em conjunto, como os de nos 103, de 1999 e 83, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria. Senador José Agripino. ....	121
Requerimento nº 707, de 2005, que requer voto de censura em repúdio à declaração feita pelo Coronel da Reserva do Exército, Lício Augusto Ribeiro Maciel, na tribuna da Câmara dos Deputados, no dia 17 de junho de 2005, de que se arrepende de não ter, como oficial das FFAA brasileiras, usado de violência física contra o Deputado José Genoíno, na época prisioneiro político. Senador Cristovam Buarque. ....	220
Requerimento nº 708, de 2005, que requer a tramitação conjunta dos Projetos a seguir: PLS nº	

	Pág.		Pág.
43 de 2005 e PLS nº 230 de 1995. Senador Gerson Camata. ....	220		
Requerimento nº 709, de 2005, que requer a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2004, com o Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2000, já apensado aos Projetos de Lei nºs 263 e 295, de 2003. Senadora Ana Júlia Carepa. ....	220	Requerimento nº 718, de 2005, que solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Esporte, Agnelo Queiroz, a respeito do contrato de prestação de serviço de publicidade e propaganda, estabelecido entre o Ministério e a empresa SMP&B Publicidade. Senador José Jorge. .	223
Requerimento nº 710, de 2005, que requer a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2003, com o Projeto de Lei do Senado nº 288. Senador Delcídio Amaral. ....	220	Requerimento nº 719, de 2005, que solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações, Eunício Oliveira, a respeito do contrato de prestação de serviço de publicidade e propaganda entre a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos –ECT e a empresa SMP&B Publicidade. Senador José Jorge. ....	223
Requerimento nº 711, de 2005, sobre o PLC/64/2000, que “determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica”, seja submetido ao exame da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, além das comissões constantes no despacho inicial. Senador Sibá Machado. ....	220	Requerimento nº 720, de 2005, que solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado de Minas e Energias, Maurício Tolmasquim, a respeito do contrato de prestação de serviço de publicidade e propaganda, estabelecido entre a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletro-norte e empresa DNA Propaganda. Senador José Jorge. ....	224
Requerimento nº 712, de 2005, que solicita ao Senhor Ministro da Integração Nacional o inteiro teor dos relatórios atualizados do Sistema de Informações Gerenciais – SIG, com o histórico operacional dos Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, desde o seu advento até o ano de 2004. Senador Flexa Ribeiro. ....	221	Requerimento nº 721, de 2005, que solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, a respeito do contrato de prestação de serviço de publicidade e propaganda, estabelecido entre o Ministério e a empresa DNA Propaganda. Senador José Jorge. ....	224
Requerimento nº 713, de 2005, que solicita informações ao Exmoº Senhor Ministro da Fazenda sobre os gastos com publicidade e aplicações financeiras do Banco Popular do Brasil. Senador Tasso Jereissati. ....	221	Requerimento nº 722, de 2005, que requer que o Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2005, seja encaminhado à Comissão de Educação para que se pronuncie sobre o mesmo. Senador Hélio Costa. ....	225
Requerimento nº 714, de 2005, que requer que o Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2005, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo. Senador Hélio Costa. ....	222	Requerimento nº 723, de 2005, que dá preferência para o projeto a fim de ser votado antes do Substitutivo. Senador Maguito Vilela. ....	328
Requerimento nº 715, de 2005, que requer que o Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2005, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo. Senador Hélio Costa. ....	222	Requerimento nº 724, de 2005, que requer urgência para o PRS nº 58, de 2005, advindo da MSF nº 156, de 2005, que “Propõe ao Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até trinta e oito milhões de dólares do Estados Unidos da América, de principal, destinada ao financiamento parcial do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros – PROMOEX”. Senador César Borges. ....	355
Requerimento nº 716, de 2005, que requer a tramitação em conjunto do PLS nº 291, de 2004, com o PLS nº 200, de 2000, por versarem sobre a mesma matéria. Senador Marcelo Crivella. ....	222	Requerimento nº 725, de 2005, que requer urgência para o PLC nº 89, de 2004, que “autoriza o Poder Executivo a efetuar contribuições ao Grupo dos 24 (G-24)”. Senador César Borges. ....	357
Requerimento nº 717, de 2005, que solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Antônio Palocci, informações a respeito do contrato de prestação de serviço de publicidade e propaganda, estabelecido entre o Banco do Brasil e a empresa DNA Propaganda. Senador José Jorge. ....	222		

Pág.	Pág.
<p>Requerimento nº 726, de 2005, que requer urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2005, que “inscreve o nome de José Bonifácio de Andrada e Silva no livro dos Heróis da Pátria”. Senador Romeu Tuma. ....</p>	359
<p>Requerimento nº 727, de 2005, que requer licença para participar da 1ª Conferência Mundial das Mulheres Parlamentares para a Tutela da Criança e do Adolescente, cuja reunião será realizada em Genebra, Suíça, no dia 11 de julho de 2005. Senadora Patrícia Saboya Gomes. ....</p>	362
<p>Requerimento nº 728, de 2005, que informa ausência de sua S.Exª no período de 30 de junho a 08 de julho de 2005 para participar da Frente Parlamentar do Cooperativismo Português, a ser realizado em Portugal. Senador Jonas Pinheiro. ....</p>	362
<p>Requerimento nº 729, de 2005, que requer voto de aplauso ao Hospital Universitário Getúlio Vargas, de Manaus – AM, pelo transcurso de seu 40º aniversário de criação. Senador Arthur Virgílio. ....</p>	362
<p>Requerimento nº 730, de 2005, que requer voto de aplauso em nome do Senado Federal, por intermédio da Comissão de Relações Exteriores, ao Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, Senhor Koichiro Matsuura, em face do brilhante trabalho desenvolvido pela UNESCO no Brasil, e especialmente pelo seu representante Doutor Jorge Werthein. Senador Sérgio Zambiasi. ....</p>	433
<p>Requerimento nº 731, de 2005, que requer a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nº 101, de 2004, que institui o Plano Setorial de Desenvolvimento do Gás, e 226, de 2005, sobre a importação, exportação, processamento, transporte, armazenagem, liquefação, regaseificação, distribuição e comercialização de gás natural, por regularem a mesma matéria. Senador César Borges. ....</p>	433
<p>Requerimento nº 732, de 2005, que requer desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2001. Senador Mozarildo Cavalcanti. ....</p>	433
<p>Requerimento nº 733, de 2005, que requer voto de pesar pelo falecimento do Senhor Arioaldo Paim, irmão do Senador Paulo Paim. Senador Pedro Simon. ....</p>	447
<p>Requerimento nº 734, de 2005, que requer voto de aplauso ao Hospital Universitário Getúlio Vargas, de Manaus – AM, pelo transcurso de seu 40º aniversário de criação. Senador Arthur Virgílio. ....</p>	447
<p>Requerimento nº 735, de 2005, que requer destaque para votação em separado do artigo 37, inciso XI, da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 – redação aprovada pela Câmara dos Deputados – para que conste do texto a ser promulgado. Senador Romeu Tuma. ....</p>	474
<p>Requerimento nº 736, de 2005, que requer votação em separado da Emenda Modificativa nº 02, de autoria do relator, Senador Rodolpho Tourinho, apresentada a Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003. Senador Hélio Costa. ....</p>	474
<p>Requerimento nº 737, de 2005 (PEC nº 77-A, de 2003), que requer destaque para votação da Emenda de nº 09. Senadora Heloísa Helena. ....</p>	476
<p>Requerimento nº 738, de 2005, que requer destaque para votação em separado da Emenda nº 10 – CCJ, apresentada à Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003. Senador Hélio Costa. ....</p>	476
<p>Requerimento nº 739, de 2005, que requer urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 129, de 2005 sobre utilizações pacíficas da energia nuclear. Senador José Jorge. ....</p>	571
<p>Requerimento nº 740, de 2005, que requer preferência para votação de emenda. Senadora Heloísa Helena. ....</p>	574
<p>Requerimento nº 741, de 2005, que solicita informações ao Senhor Ministro da Saúde, Dr. Humberto Costa, sobre quais as ações realizadas pelo Ministério da Saúde com o intuito de se detectar possíveis falhas na execução do projeto de combate à dengue no Município de Boa Vista – RR. Senador Mozarildo Cavalcanti. ....</p>	606
<p>Requerimento nº 742, de 2005, que requer que o Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2004, tramite em conjunto com o PLS nº 96, de 2002, e o PLS nº 310, de 2004, já apensados, uma vez que as três proposições dispõem sobre a mesma matéria. Senador Roberto Saturnino. ....</p>	606
<p>Requerimento nº 743, de 2005, que requer voto de aplauso para a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), na pessoa de seu presidente, Dr. Ricardo Teixeira, pela conquista pela Seleção Brasileira de Futebol, da Copa das Confederações, realizadas no mês de junho, na República Federal da Alemanha. Senador Luiz Otávio. ....</p>	606
<p>Requerimento nº 744, de 2005, que seja destinado o horário do expediente da sessão do Senado Federal, no dia 19 de agosto de 2005, para homenagear a Maçonaria brasileira pelo Dia do Maçom, que transcorrerá no dia 20 de agosto de 2005. Senador Mozarildo Cavalcanti. ....</p>	623

	Pág.		Pág.
<b>RONDÔNIA</b>			
Considerações sobre os conflitos entre a Assembleia Legislativa e o Governo de Rondônia. Senador João Capiberibe. ....	240	nou com a prisão de 18 policiais rodoviários, envolvidos em corrupção. Senador Arthur Virgílio. ....	497
Enaltece a administração da Prefeita Sueli Aragão, do Município de Cacoal no Estado de Rondônia, que propôs o Plano Decenal de Educação. Senador Valdir Raupp. ....	650	<b>SENADO FEDERAL</b>	
<b>SAÚDE</b>			
Ineficácia do combate à dengue no Estado de Roraima. Senador Mozarildo Cavalcanti. ....	43	Registra presença de uma comissão de estudantes da Faculdade Roraimense de Ensino Superior – FARES. Senador Mozarildo Cavalcanti. ..	399
Aponta os principais problemas do ineficiente combate à dengue no Estado de Roraima. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Wirlande da Luz. ....	45	Registra presença do ex-Senador Paulo Brosard. Senador Arthur Virgílio. ....	434
Observações das possíveis conseqüências da ineficiência do combate à dengue no Estado de Roraima. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Augusto Botelho. ....	46	Considerações sobre a não concordância de S.Ex <sup>a</sup> com a quebra de prazos, sessões sucessivas com intervalos de cinco minutos uma maneira de fazer de conta que se cumpre o Regimento Interno. Senador Jefferson Péres. ....	434
Questionamentos sobre os avanços da biogenética. Senador Valmir Amaral. ....	501	<b>SOLIDARIEDADE</b>	
<b>SEGURANÇA PÚBLICA</b>			
Comentários a ações da Polícia Federal no combate à corrupção. Senador Arthur Virgílio. ....	379	Votos de recuperação a Miguel Arraes, que enfrenta problemas de saúde. Senador Nezinho Alencar. ....	378
Preocupação com os problemas que levaram à negativa de pedido, de autoria de S.Exa., de criação de nova delegacia da Polícia Federal no estado de Rondônia. Senador Valdir Raupp. ....	496	<b>TRABALHO ESCRAVO</b>	
Apoyo às ações moralizadoras efetuadas pela Polícia Federal no Estado do Amazonas que culmi-		Debate sobre a questão do trabalho escravo e as medidas adotadas pelo Governo Federal para sua erradicação. Senador Leonel Pavan. ....	149
		Debate sobre a questão do trabalho escravo e as medidas adotadas pelo Governo Federal para sua erradicação. Aparte ao Senador Leonel Pavan. Senador Paulo Paim. ....	150
		<b>VOTAÇÃO</b>	
		Discorre a respeito de votações no Senado Federal. Senador Aloizio Mercadante. ....	208



# Ata da 90ª Sessão Não Deliberativa, em 24 de junho de 2005

## 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Alvaro Dias, Augusto Botelho, Paulo Paim da Sra. Heloísa Helena e dos Srs. José Jorge e Geraldo Mesquita Júnior.*

*(Inicia-se a sessão às 9 horas)*

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.165, de 2004** (nº 753/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Caldense – Açãocaldas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caldas, Estado de Minas Gerais;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.184, de 2004** (nº 894/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Terra de Montes Claros Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.194, de 2004** (nº 776/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Fundação Cultural João Paulo II para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.199, de 2004** (nº 690/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Scala FM Stereo de Belo Horizonte Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.329, de 2004** (nº 1.073/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Barra do Garças Limitada para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda*

*média na cidade de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso; e*

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 69, de 2005** (nº 1.233/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural e Educacional Cascape para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.*

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Educação, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Resolução nº 38, de 2005** (OFS nº 55/96), que *suspende a execução do art. 36 da Lei Estadual nº 7.366, de 29 de março de 1980, do Estado do Rio Grande do Sul;*
- **Projeto de Resolução nº 39, de 2005** (OFS nº 16/2002), que *suspende a execução, no caput do art. 47 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, da remissão feita ao inciso I do art. 29 da mesma Carta;*
- **Projeto de Resolução nº 40, de 2005** (OFS nº 15/2001), que *suspende a execução dos seguintes dispositivos legais: na Lei Estadual Complementar nº 9, de 2 de agosto de 1993, do Estado de Pernambuco: arts. 3º, 5º e parágrafos, 6º, 7º e 8º, II; no art. 7º, parágrafo único, da Lei Estadual nº 8.034, de 1º de novembro de 1979, com a redação dada pelo art. 8º da Lei Estadual Complementar nº 9, de 2 de agosto de 1993, ambas do Estado de Pernambuco, da expressão “e do órgão Especial”; no Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Pernambuco, conforme a Resolução nº 70, de 9 de outubro de 1993, daquele Tribunal: no art. 3º,*

- da expressão “da Corte Especial”; do art. 8º, II; no art. 8º, §§ 1º e 2º, da expressão “a Corte Especial”; do art. 12, I e II; no art. 28 da expressão “as da Corte Especial”; do art. 34, I, b, e, no § 2º, da expressão “ou da Corte Especial”; no art. 8º da Resolução nº 70, de 1993, da expressão “integrantes da Corte Especial”;
- **Projeto de Resolução nº 41, de 2005** (OFS nº 21/2004), que suspende, nos termos do art. 52, X, da Constituição Federal, a execução § 2º do art. 20 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Goiás;
  - **Projeto de Resolução nº 42, de 2005** (OFS nº 87/97), que suspende a execução do subitem 2.2.3 do Setor II da Tabela III da Lei Municipal nº 5.641, de 22 de dezembro de 1989, do Município de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais;
  - **Projeto de Resolução nº 43, de 2005** (OFS nº 100/97), que suspende a execução dos arts. 8º e 9º da Lei Estadual nº 3.310, de 27 de dezembro de 1979, do Estado do Espírito Santo;
  - **Projeto de Resolução nº 44, de 2005** (OFS nº 21/98), que suspende a execução dos arts. 7º, incisos I e II, 87, incisos I e II, e 94 da Lei Municipal nº 6.989, de 29 de dezembro de 1966, com a redação dada pela Lei Municipal nº 11.152, de 30 de dezembro de 1991, ambas do Município de São Paulo, no Estado de São Paulo;
  - **Projeto de Resolução nº 45, de 2005** (OFS nº 74/98), que suspende a execução do inciso XVIII do art. 51, e respectivo parágrafo único, do Decreto Legislativo Municipal nº 12, de 2 de abril de 1990 – Lei Orgânica do Município de Cidreira, no Estado do Rio Grande do Sul;
  - **Projeto de Resolução nº 46, de 2005** (OFS nº 43/99), que suspende a execução da Resolução nº 8/94-GP, de 23 de fevereiro de 1994, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará;
  - **Projeto de Resolução nº 47, de 2005** (OFS nº 45/2000), que suspende a execução do art. 1º da Lei Municipal nº 1.513, de 27 de dezembro 1989, que alterou a redação do art. 29 da Lei Municipal nº 691, de 24 de dezembro de 1984, ambas do Município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro;
  - **Projeto de Resolução nº 48, de 2005** (OFS nº 17/2001), que suspende a execução do art. 1º da Lei Municipal nº 10.991, de 13 de junho de 1991, do Município de São Paulo, no Estado de São Paulo;
  - **Projeto de Resolução nº 49, de 2005** (OFS nº 23/2001), que suspende a execução do inciso V do art. 9º da Lei Estadual nº 6.176, de 18 de janeiro de 1993, alterada pela Lei Estadual nº 6.490, de 10 de agosto de 1994, ambas do Estado do Mato Grosso;
  - **Projeto de Resolução nº 50, de 2005** (OFS nº 4/2002), que suspende a execução do art. 10 da Lei Municipal nº 7.673, de 23 de março de 1995, e do Decreto Municipal nº 9.643, de 10 de maio de 1995, ambos do Município de Fortaleza, no Estado do Ceará;
  - **Projeto de Resolução nº 51, de 2005** (OFS nº 19/2002), que suspende a execução do art. 119 da Lei Municipal nº 2.303, de 2 de dezembro de 1991, do Município de Sarandí, no Estado do Rio Grande do Sul;
  - **Projeto de Resolução nº 52, de 2005** (OFS nº 21/2002), que suspende a execução da Lei Estadual nº 10.521, de 20 de julho de 1995, do Estado do Rio Grande do Sul;
  - **Projeto de Resolução nº 53, de 2005** (OFS nº 22/2002), que suspende a execução da Lei Municipal nº 11.659, de 4 de novembro de 1994, do Município de São Paulo, no Estado de São Paulo;
  - **Projeto de Resolução nº 54, de 2005** (OFS nº 29/2002), que suspende a execução do inciso I do artigo 29 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul;
  - **Projeto de Resolução nº 55, de 2005** (OFS nº 20/2004), que suspende a execução do § 3º do art. 90 da Constituição do Estado de São Paulo; e
  - **Projeto de Resolução nº 56, de 2005** (OFS nº 29/2004), que suspende a execução do art. 96 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.
- Tendo sido apreciadas em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, as matérias serão encaminhadas à promulgação.
- O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)
- Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:
  - **Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2004** (nº 5.211/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público; e
  - **Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2005** (nº 5.873/2001, na Casa de origem), que inscreve o

*nome de José Bonifácio de Andrada e Silva no Livro de Heróis da Pátria.*

Aos projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência comunica ao Plenário que terminou ontem, quinta-feira, dia 23 do corrente, o prazo, sem interposição de recurso, para que o **Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 2005-CN**, seja apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional, nos termos das normas constantes da Resolução nº 1, de 2003-CN, adotadas pela Presidência (Ofícios do Congresso Nacional nºs 823 e 824, de 2004).

O projeto vai à promulgação e será feita comunicação à Câmara dos Deputados e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 233, DE 2005**

**Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para evitar que seja suspensa a transmissão radiofônica das sessões plenárias em andamento no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, em decorrência da veiculação obrigatória do programa “A Voz do Brasil”.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, passa a vigorar com a seguinte redação.

“Art. 38. ....  
.....

**e)** as emissoras de radiodifusão sonora são obrigadas a retransmitir, diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República, ficando reservados 30 (trinta) minutos para divulgação de noticiário preparado pelas duas Casas do Congresso Nacional.

.....  
§ 1º Não poderá exercer a função de diretor ou gerente de concessionária, permissionária ou autorizada de serviço de radiodifusão

quem esteja no gozo de imunidade parlamentar ou de foro especial;

§ 2º As emissoras de radiodifusão sonora operadas diretamente pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados ficam autorizadas a transmitir, por completo, as sessões plenárias das respectivas Casas, independentemente do horário de encerramento, após o que deverão veicular integralmente o programa de que trata a alínea **e** deste artigo. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### **Justificação**

As Casas do Congresso Nacional, ao estruturar suas próprias emissoras de rádio, optaram por exercer diretamente a competência a elas atribuída pelo art. 21, inciso XII, alínea **a**, da Constituição Federal. Ao transmitirem ao vivo as sessões plenárias do Congresso, as emissoras do Senado Federal e da Câmara dos Deputados preencheram uma das lacunas criadas pelo modelo brasileiro de radiodifusão, excessivamente dependente da iniciativa privada.

Por se tratar de um serviço público, a radiodifusão não poderia deixar de transmitir, ao vivo e com o maior alcance possível, os debates legislativos e as decisões que afetam a vida de todos os cidadãos. Aliás, é exatamente com esse propósito – o de levar ao conhecimento da sociedade brasileira as opiniões manifestadas por seus representantes, e as ações e decisões dos demais poderes da República – que se mantém, até hoje, o programa radiofônico informativo denominado “A Voz do Brasil”.

Portanto, não faz sentido que a transmissão das sessões plenárias de ambas as Casas seja suspensa para dar lugar a um programa com finalidade e conteúdo semelhantes, mas privado da transparência inerente às transmissões feitas “ao vivo”. Ademais, não haverá prejuízo para o ouvinte, já que a transmissão integral de “A Voz do Brasil” será realizada ao final de cada sessão plenária.

Este projeto de lei, para o qual solicito apoio dos Senhores Senadores, visa, pois, a retificar o diploma legal que sustenta a atividade de radiodifusão no Brasil, atualizando-o à nova realidade do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 24 de junho de 2005. – Senador **José Jorge**.

## LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....  
Art. 21. Compete à União:  
.....

XII – explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:

a) os serviços de radiodifusão sonora, de sons e imagens e demais serviços de telecomunicações;  
.....

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

**Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:  
.....

Art. 38. Nas concessões e autorizações para a execução de serviços de radiodifusão serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

a) os diretores e gerentes serão brasileiros natos e os técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores serão brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País permitida, porém, em caráter excepcional e com autorização expressa do Conselho de Telecomunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato, para estas últimas funções;

b) a modificação dos estatutos e atos constitutivos das empresas depende, para sua validade, de aprovação do Governo, ouvido previamente o Conselho Nacional de Telecomunicações;

c) a transferência da concessão, a cessão de cotas ou de ações representativas do capital social, dependem, para sua validade, de autorização do Governo após o pronunciamento do Conselho Nacional de Telecomunicações; (Vetado).

d) os serviços de informação, divertimento, propaganda e publicidade das empresas de radiodifusão estão subordinadas às finalidades educativas e culturais inerentes à radiodifusão, visando aos superiores interesses do País.

e) as emissoras de radiodifusão, excluídas as de televisão, são obrigadas a retransmitir diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República, ficando reservadas 30 (trinta) minutos para divulgação de noticiário preparado pelas duas Casas do Congresso Nacional;

f) as empresas, não só através da seleção de seu pessoal, mas também das normas de trabalho observadas nas estações emissoras devem criar as condições mais eficazes para que se evite a prática de qualquer das infrações previstas na presente lei;

g) a mesma pessoa não poderá participar da direção de mais de uma concessionária ou permissionária do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade;

h) as emissoras de radiodifusão, inclusive televisão, deverão cumprir sua finalidade informativa, destinando um mínimo de 5% (cinco por cento) de seu tempo para transmissão de serviço noticioso.

Parágrafo único. Não poderá exercer a função de diretor ou gerente de empresa concessionária de rádio ou televisão quem esteja no gozo de imunidade parlamentar ou de foro especial.  
.....

*(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, cabendo à última a decisão terminativa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, projetos de lei do Congresso Nacional que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE LEI Nº 10, DE 2005-CN  
MENSAGEM Nº 60, DE 2005-CN  
(Nº 371/2005, na origem)**

**Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$104.462.571,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005), em favor do



Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$104.462.571,00 (cento e quatro milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil, quinhentos e setenta e um reais), para atender à programação constante do Anexo desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrem de excesso de arrecadação de Recursos Ordinários.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA  
UNIDADE : 32111 - COMANDO DA AERONAUTICA

ANEXO			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	P O D	M O D	I J	F T E	VALOR
0632		REAPARELHAMENTO E ADEQUACAO DA FORCA AEREA BRASILEIRA							104.462.571
PROJETOS									
05 151	0632 3113	AQUISICAO DE AERONAVES							104.462.571
05 151	0632 3113 0001	AQUISICAO DE AERONAVES - NACIONAL	F	4	2	90	0	100	104.462.571
TOTAL - FISCAL									104.462.571
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									104.462.571

### MENSAGEM Nº 371

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$104.462.571,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente".

Brasília, 21 de junho de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 93/2005/MP

Brasília, 1º de junho de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de Projeto de Lei que abre, ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005), em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$104.462.571,00 (cento e quatro milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil, quinhentos e setenta e um reais).

2. O crédito visa a assegurar ao Comando da Aeronáutica o cumprimento do cronograma de contratos

firmados, relativos à aquisição de aeronaves, mediante o pagamento da segunda parcela de sete EMB-120 e quatro ERJ-145, e da primeira parcela de mais duas aeronaves ERJ-145, com especificações superiores em termos de autonomia de voo.

3. É importante ressaltar que essas aeronaves substituirão as C-91, com vinte e oito anos de uso e economicamente inviáveis pelo seu alto custo de manutenção e dificuldade de obtenção de suprimentos de aviação. Elas serão utilizadas pelo Comando da Aeronáutica na reativação de rotas aéreas do Correio Aéreo Nacional, instrumento de integração e cidadania; no apoio às Forças Armadas no transporte de pessoal e material; nas missões do Projeto Rondon; entre outros.

4. A presente proposição viabilizar-se-á com recursos provenientes de excesso de arrecadação de Recursos Ordinários, e está em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

5. Esclareço, a propósito do que determina o art. 65, § 11, da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005 – LDO-2005), que a abertura do presente crédito não afeta

a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista tratar-se de suplementação de despesas primárias à conta de excesso de arrecadação de Receitas Primárias; além disso, o art. 14 do Decreto nº 5.379, de 25 de fevereiro de 2005, condiciona a execução das despesas objeto dos créditos abertos e reabertos aos limites estabelecidos no referido Decreto.

6. É demonstrado no quadro anexo à presente Exposição de Motivos, o excesso de arrecadação proveniente de Recursos Ordinários, utilizado parcialmente neste crédito, em atendimento ao disposto no art. 65, § 9º, da LDO-2005.

7. Nessas condições, submeto à deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente, – **Paulo Bernardo Silva.**

### DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO¹

(Art. 65, § 9º, da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004)

Fonte: 00 – Recursos Ordinários

R\$ 1,00

NATUREZA	2005		EXCESSO / FRUSTRAÇÃO C = (B-A)
	LEI (A)	REESTIMADO (B)	
11100000 Impostos	71.085.038.693	72.682.550.176	1.597.511.483
11200000 Taxas	96.234.190	91.301.629	-4.932.561
12100000 Contribuições Sociais	32.112.893.606	31.982.313.850	-130.579.756
12200000 Contribuições Econômicas	2.364.329.396	2.240.427.497	-123.901.899
13100000 Receitas Imobiliárias	146.528.070	171.536.747	24.908.677
13900000 Outras Receitas Patrimoniais	28.070.993	31.235.715	3.164.722
17200000 Transferências Intergovernamentais	313.956	671.320	357.364
17300000 Transferências de Instituições Privadas	904.491	5.867	-898.624
17400000 Transferências do Exterior	17.973	138.361	120.388
17500000 Transferências de Pessoas	182.889	0	-182.889
19100000 Multas e Juros de Mora	1.429.517.556	1.076.157.772	-353.359.784
19200000 Indenizações e Restituições	265.118.190	241.947.067	-23.171.123
19300000 Receita da Dívida Ativa	220.984.888	238.223.583	17.238.695
19900000 Receitas Diversas	678.117.045	908.514.498	230.397.453
22100000 Alienação de Bens Móveis	577.816	721.278	143.462
22200000 Alienação de Bens Imóveis	270.000.000	0	-270.000.000
25900000 Outras Receitas	2.169.652	5.009.644	2.839.992
<b>Subtotal (D)</b>	<b>108.701.099.404</b>	<b>109.670.755.004</b>	<b>969.655.600</b>
<b>Modificações orçamentárias efetivadas (E)</b>	<b>-2.494.044.685</b>	<b>-</b>	<b>2.494.044.685</b>
<b>Posição Atualizada F = (D+E)</b>	<b>106.207.054.719</b>	<b>109.670.755.004</b>	<b>3.463.700.285 (*)</b>
<b>Créditos publicados à conta da utilização do Excesso de Arrecadação (G)</b>			<b>111.298.749</b>
Abertura de Créditos Extraordinários			111.298.749
Abertura de Créditos Suplementares e Especiais			0
<b>Excesso de arrecadação disponível H = (F-G)</b>			<b>3.352.401.536</b>

(\*) Excesso de arrecadação compatível com o disposto no § 4º do art. 64 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 (LDO de 2005), acrescentado pela Lei nº 11.086, de 31 de dezembro de 2004.

*LEGISLAÇÃO CITADA*

LEI Nº 11.100, DE 25 DE JANEIRO DE 2005

**Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2005.**

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

**Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.**

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no **DO**, 3-6-1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no **DO**, 3-6-1964)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no **DO**, 3-6-1964)

II – às provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no **DO**, 3-6-1964)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no **DO**, 3-6-1964)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no **DO**, 3-6-1964)

LEI Nº 10.934, DE 11 DE AGOSTO DE 2004

**Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2005 e dá outras providências.**

Art. 64. As fontes de financiamento do orçamento de investimento, as fontes de recursos, as modalidades de aplicação e os identificadores de uso e de resultado primário, aprovados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificados, justificadamente, para atender às necessidades de execução, se autorizados por meio de:

I – portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, para as fontes de financiamento do orçamento de investimento;

II – portaria do dirigente máximo de cada órgão a que estiver subordinada ou vinculada a unidade orçamentária, para as modalidades de aplicação, condicio-

nada a existência de prévia solicitação do Presidente da Comissão Mista Permanente de que trata o art. 166, § 1º da Constituição, e à verificação de inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito na modalidade prevista na lei orçamentária e em seus créditos adicionais; e

III – portaria do Secretário de Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para as fontes de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social e para os identificadores de uso e de resultado primário.

§ 1º As modificações a que se refere este artigo também poderão ocorrer quando da abertura de créditos suplementares autorizados na lei orçamentária, observada a vedação constante do art. 38 desta lei.

§ 2º Não se aplica a exigência estabelecida no inciso II para definição da modalidade de aplicação 99 e para redução da modalidade 90, que serão realizadas diretamente no Siafi pela unidade orçamentária.

§ 3º A exigência de prévia solicitação de que trata o inciso II deste artigo aplica-se apenas às modalidades de aplicação 30.40 e 50 relativas a dotações que tenham sido incluídas ou acrescidas pelo Congresso Nacional, mediante emendas individuais e coletivas, de bancada ou de comissão.

§ 4º Considera-se como excesso de arrecadação, para fins do art. 43, § 3º, da Lei nº 4.320, de 1964, os recursos disponibilizados em razão das modificações efetivadas por força dos incisos I e III deste artigo. (Incluído pela Lei nº 11.086, de 2004)

Art. 65. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento dos Quadros dos Créditos Orçamentários constantes da lei orçamentária anual e encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, preferencialmente, na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro.

§ 1º Observado o disposto no **caput**, o prazo final para o encaminhamento dos referidos projetos é 15 de outubro de 2005.

§ 2º Os créditos a que se refere o **caput** serão encaminhados, de forma consolidada, de acordo com as áreas temáticas definidas no Parecer Preliminar sobre a proposta orçamentária de 2005, ajustadas a reformas administrativas supervenientes, exceto quando se destinarem:

I – às despesas com pessoal e encargos sociais, os quais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade;

II – ao serviço da dívida; ou

III – ao atendimento de despesas de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 3º A exigência de projeto de lei específico, a que se refere o inciso I do § 2º, não se aplica quando do atendimento de despesas de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor, de que trata o inciso III do mesmo parágrafo.

§ 4º O disposto no **caput** não se aplica quando a abertura do crédito for necessária para atender a novas despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal.

§ 5º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 6º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 7º Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição, e no § 6º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em categoria de programação ou subtítulo existentes.

§ 8º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 9º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea **a**, desta lei.

§ 10. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 11. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

DECRETO Nº 5.379,  
DE 25 DE FEVEREIRO DE 2005

**Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder**

**Executivo para o exercício de 2005, e dá outras providências.**

Art. 14. Os créditos suplementares e especiais que vierem a ser abertos neste exercício, bem como os créditos adicionais reabertos, relativos aos grupos de despesa "Outras Despesas Correntes", "Investimentos" e "Inversões Financeiras", ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º do art 1º deste Decreto, terão sua execução condicionada aos valores disponibilizados para empenho e pagamento.

LEI Nº 11.086, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2004

**Altera o inciso IV do § 4º do art. 7º, inclui os §§ 2º-A e 5º-A ao art. 19, altera o inciso III do § 1º do art. 29, acrescenta o § 4º ao art. 64 e o art. 100-A à Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2005 e dá outras providências.**

**PROJETO DE LEI Nº 11, DE 2005-CN**  
**MENSAGEM Nº 61, DE 2005-CN**  
(Nº 372/2005, na origem)

**Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação e da Reserva de Contingência, crédito suplementar no valor global de R\$250.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005), em favor do Ministério da Educação e da Reserva de Contingência, crédito suplementar no valor global de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), para atender às programações constantes do Anexo desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I – superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2004, no valor de R\$125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de reais); e

II – excesso de arrecadação de Recursos Ordinários, no valor de R\$125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de reais).

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,



ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO  
 UNIDADE : 26298 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO

ANEXO

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	P T E	VALOR
1061 BRASIL ESCOLARIZADO									125.000.000
OPERACOES ESPECIAIS									
12 306	1061 0513	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA							125.000.000
12 306	1061 0513 0001	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NACIONAL	S	3	1	30	0	379	13.598.000
			S	3	1	40	0	379	6.799.000
12 306	1061 0513 0011	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DE RONDONIA	S	3	1	30	0	379	1.008.000
			S	3	1	40	0	379	481.807
12 306	1061 0513 0012	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO ACRE	S	3	1	30	0	379	526.193
			S	3	1	40	0	379	498.000
12 306	1061 0513 0013	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO AMAZONAS	S	3	1	30	0	379	309.212
			S	3	1	40	0	379	188.788
12 306	1061 0513 0014	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DE RORAIMA	S	3	1	30	0	379	2.355.000
			S	3	1	40	0	379	1.014.031
12 306	1061 0513 0015	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO PARA	S	3	1	30	0	379	1.340.969
			S	3	1	40	0	379	273.000
12 306	1061 0513 0016	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO AMAPA	S	3	1	30	0	379	222.435
			S	3	1	40	0	379	50.565
12 306	1061 0513 0017	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DE TOCANTINS	S	3	1	30	0	379	5.373.000
			S	3	1	40	0	379	1.276.783
12 306	1061 0513 0018	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	S	3	1	30	0	379	4.096.217
			S	3	1	40	0	379	426.000
12 306	1061 0513 0019	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO MATO GROSSO	S	3	1	30	0	379	302.980
			S	3	1	40	0	379	123.020
12 306	1061 0513 0020	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DE GOIAS	S	3	1	30	0	379	957.000
			S	3	1	40	0	379	489.289
12 306	1061 0513 0021	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO PIAUI	S	3	1	30	0	379	467.711
			S	3	1	40	0	379	5.394.000
12 306	1061 0513 0022	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO PARANA	S	3	1	30	0	379	1.143.000
			S	3	1	40	0	379	4.251.000
12 306	1061 0513 0023	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	S	3	1	30	0	379	2.547.000
			S	3	1	40	0	379	735.000
12 306	1061 0513 0024	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	S	3	1	30	0	379	1.812.000
			S	3	1	40	0	379	5.970.000
12 306	1061 0513 0025	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	S	3	1	30	0	379	987.000
			S	3	1	40	0	379	4.983.000
12 306	1061 0513 0026	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	S	3	1	30	0	379	2.034.000
			S	3	1	40	0	379	717.000
12 306	1061 0513 0027	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DA PARAIBA	S	3	1	30	0	379	1.317.000
			S	3	1	40	0	379	2.736.000
12 306	1061 0513 0028	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DE PERNAMBUCO	S	3	1	30	0	379	969.000
			S	3	1	40	0	379	1.767.000
12 306	1061 0513 0029	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DE PERNAMBUCO	S	3	1	30	0	379	5.340.000
			S	3	1	40	0	379	1.710.000
12 306	1061 0513 0030	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DE ALAGOAS	S	3	1	30	0	379	3.630.000
			S	3	1	40	0	379	2.256.000
12 306	1061 0513 0031	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DE ALAGOAS	S	3	1	30	0	379	517.672
			S	3	1	40	0	379	1.738.328
12 306	1061 0513 0032	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DE SERGIPE	S	3	1	30	0	379	1.416.000
			S	3	1	40	0	379	519.000
12 306	1061 0513 0033	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DA BAHIA	S	3	1	30	0	379	897.000
			S	3	1	40	0	379	11.418.000
12 306	1061 0513 0034	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DA BAHIA	S	3	1	30	0	379	3.408.000
			S	3	1	40	0	379	8.010.000
12 306	1061 0513 0035	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	S	3	1	30	0	379	11.100.000
			S	3	1	40	0	379	5.400.000
12 306	1061 0513 0036	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	S	3	1	30	0	379	5.700.000
			S	3	1	40	0	379	1.923.000
12 306	1061 0513 0037	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO	S	3	1	30	0	379	806.645
			S	3	1	40	0	379	1.116.355
12 306	1061 0513 0038	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	S	3	1	30	0	379	6.792.000
			S	3	1	40	0	379	1.992.278
12 306	1061 0513 0039	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	S	3	1	30	0	379	4.799.722
			S	3	1	40	0	379	19.401.000
12 306	1061 0513 0040	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DE SAO PAULO	S	3	1	30	0	379	9.600.266
			S	3	1	40	0	379	

12 306	1061 0513 0041	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO PARANA	S	3	1	40	0	379	9.800.734 5.547.000
			S	3	1	30	0	379	2.290.172
			S	3	1	40	0	379	3.256.828 3.312.000
12 306	1061 0513 0042	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DE SANTA CATARINA	S	3	1	30	0	379	1.510.362
			S	3	1	40	0	379	1.801.638 5.475.000
12 306	1061 0513 0043	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	S	3	1	30	0	379	2.736.072
			S	3	1	40	0	379	2.738.928 1.893.000
12 306	1061 0513 0051	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO MATO GROSSO	S	3	1	30	0	379	846.558
			S	3	1	40	0	379	1.046.442 3.360.000
12 306	1061 0513 0052	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DE GOIAS	S	3	1	30	0	379	1.683.000
			S	3	1	40	0	379	1.677.000 1.074.000
12 306	1061 0513 0053	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO DISTRITO FEDERAL	S	3	1	30	0	379	1.074.000
			S	3	1	40	0	379	1.524.000
12 306	1061 0513 0054	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	S	3	1	30	0	379	711.000
			S	3	1	40	0	379	813.000

TOTAL - FISCAL 0

TOTAL - SEGURIDADE 125.000.000

TOTAL - GERAL 125.000.000

ORGAO : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA  
UNIDADE : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA

ANEXO

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U E	F T E	VALOR
0999 RESERVA DE CONTINGENCIA									125.000.000
OPERACOES ESPECIAIS									
99 999	0999 0998	RESERVA DE CONTINGENCIA							125.000.000
99 999	0999 0998 0105	RESERVA DE CONTINGENCIA - FISCAL	F	9	0	99	0	100	125.000.000 125.000.000
TOTAL - FISCAL									125.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									125.000.000

## MENSAGEM Nº 372

EM Nº 100/2005/MP

Brasília, 9 de junho de 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação e da Reserva de Contingência, crédito suplementar no valor global de R\$250.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Brasília, 21 de junho de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar projeto de lei que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005), crédito suplementar no valor global de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), em favor do Ministério da Educação – MEC e da Reserva de Contingência.

2. A solicitação visa a adequar o orçamento necessidades de execução, conforme demonstrado a seguir:

R\$ 1,00

Discriminação	Suplementação	Origem dos Recursos
Ministério da Educação	125.000.000	
Reserva de Contingência	125.000.000	
Superávit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial da União do Exercício de 2004	-	125.000.000
Excesso de Arrecadação de Recursos Ordinários		125.000.000
<b>Total</b>	<b>250.000.000</b>	<b>250.000.000</b>

3. O crédito proposto, decorrente de solicitação formalizada pelo MEC, por intermédio do Ofício Eletrônico nº 38/05-CGOMECC, de 15 de abril de 2005, possibilitará ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE custear o aumento do valor **per capita** da Alimentação Escolar para a pré-escola e o ensino fundamental de R\$0,15/dia letivo para R\$0,18/dia letivo, a partir de maio de 2005.

4. Esclareço, a propósito do que determina o art. 65, § 11, da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2005),

que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário estabelecida na referida lei para o corrente exercício, tendo em vista que refere-se à suplementação de despesas primárias à conta de recursos de origem financeira, compensada pela suplementação concomitante da Reserva de Contingência, à conta de excesso de arrecadação de receita primária oriunda de Recursos Ordinários, conforme a seguir demonstrado:

R\$ milhões

Discriminação	Fonte	Aplicação dos Recursos		Origem dos Recursos	
		Primária	Financeira	Primária <sup>(*)</sup>	Financeira
Ministério da Educação	379	125,0	-	-	125,0
Reserva de Contingência (União)	100	-	125,0	125,0	-
<b>Impacto no Resultado Primário</b>		<b>125,0</b>	<b>125,0</b>	<b>125,0</b>	<b>125,0</b>

5. Ressalte-se que o procedimento de suplementar a Reserva de Contingência com Recursos Ordinários visa a propiciar o ingresso de recursos de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União em 31 de dezembro de 2004 vinculados ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

6. A reestimativa de arrecadação dos Recursos Ordinários utilizados parcialmente neste crédito é demonstrada no quadro anexo a esta Exposição de Motivos, em cumprimento ao disposto no art. 65 § 9º, da Lei nº 10.934, de 2004 (LDO-2005).

7. O crédito será viabilizado mediante projeto de lei, a ser submetido à apreciação do Congresso Nacional, estando em conformidade com o art. 43, § 1º, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

8. Nessas condições, submeto à deliberação de Vossa Excelência o anexo projeto de lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente, – **Paulo Bernardo Silva**.

### DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

(Art. 65, § 9º, da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004)

Fonte: 00

R\$ 1,00

NATUREZA	2005		EXCESSO / FRUSTRAÇÃO C = (B-A)
	LEI (A)	REESTIMADO (B)	
11100000 Impostos	71.085.038.693	72.682.550.176	1.597.511.483
11200000 Taxas	96.234.190	91.301.629	-4.932.561
12100000 Contribuições Sociais	32.112.893.606	31.982.313.850	-130.579.756
12200000 Contribuições Econômicas	2.364.329.396	2.240.427.497	-123.901.899
13100000 Receitas Imobiliárias	146.628.070	171.536.747	24.908.677
13900000 Outras Receitas Patrimoniais	28.070.993	31.235.715	3.164.722
17200000 Transferências Intergovernamentais	313.956	671.320	357.364
17300000 Transferências de Instituições Privadas	904.491	5.867	-898.624
17400000 Transferências do Exterior	17.973	138.361	120.388
17500000 Transferências de Pessoas	182.889	0	-182.889
19100000 Multas e Juros de Mora	1.429.517.556	1.076.157.772	-353.359.784
19200000 Indenizações e Restituições	265.118.190	241.947.067	-23.171.123
19300000 Receita da Dívida Ativa	220.984.888	238.223.583	17.238.695
19900000 Receitas Diversas	678.117.045	908.514.498	230.397.453
22100000 Alienação de Bens Móveis	577.816	721.278	143.462
22200000 Alienação de Bens Imóveis	270.000.000	0	-270.000.000
25900000 Outras Receitas	2.169.652	5.009.644	2.839.992
<b>Subtotal (D)</b>	<b>108.701.099.404</b>	<b>109.670.755.004</b>	<b>969.655.600</b>
<b>Modificações orçamentárias efetivadas (E)</b>	<b>-3.316.316.305</b>		<b>3.316.316.305</b>
<b>Posição Atualizada F = (D+E)</b>	<b>105.384.783.099</b>	<b>109.670.755.004</b>	<b>4.285.971.905 (*)</b>
<b>Créditos publicados à conta da utilização do Excesso de Arrecadação (G)</b>			<b>111.298.749</b>
Abertura de Créditos Extraordinários			111.298.749
Abertura de Créditos Suplementares e Especiais			0
<b>Excesso de arrecadação disponível H = (F-G)</b>			<b>4.174.673.156</b>

(\*) Excesso de arrecadação compatível com o disposto no § 4º do art. 64 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 (LDO de 2005), acrescentado pela Lei nº 11.086, de 31 de dezembro de 2004.



*LEGISLAÇÃO CITADA*

LEI Nº 11.100, DE 25 DE JANEIRO DE 2005

**Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2005.**

LEI Nº 10.934, DE 11 DE AGOSTO DE 2004

**Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2005 e dá outras providências.**

Art. 64. As fontes de financiamento do orçamento de investimento, as fontes de recursos, as modalidades de aplicação e os identificadores de uso e de resultado primário, aprovados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificados, justificadamente, para atender às necessidades de execução, se autorizados por meio de:

I – portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, para as fontes de financiamento do orçamento de investimento;

II – portaria do dirigente máximo de cada órgão a que estiver subordinada ou vinculada a unidade orçamentária, para as modalidades de aplicação, condicionada a existência de prévia solicitação do Presidente da Comissão Mista Permanente de que trata o art. 166, § 1º da Constituição, e à verificação de inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito na modalidade prevista na lei orçamentária e em seus créditos adicionais; e

III – portaria do Secretário de Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para as fontes de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social e para os identificadores de uso e de resultado primário.

§ 1º As modificações a que se refere este artigo também poderão ocorrer quando da abertura de créditos suplementares autorizados na lei orçamentária, observada a vedação constante do art. 38 desta lei.

§ 2º Não se aplica a exigência estabelecida no inciso II para definição da modalidade de aplicação 99 e para redução da modalidade 90, que serão realizadas diretamente no Siafi pela unidade orçamentária.

§ 3º A exigência de prévia solicitação de que trata o inciso II deste artigo aplica-se apenas às modalidades de aplicação 30, 40 e 50 relativas a dotações que tenham sido incluídas ou acrescidas pelo Congresso

Nacional, mediante emendas individuais e coletivas, de bancada ou de comissão.

§ 4º Considera-se como excesso de arrecadação, para fins do art. 43, § 3º, da Lei nº 4.320, de 1964, os recursos disponibilizados em razão das modificações efetivadas por torça dos incisos) I e III deste artigo. (Incluído nela Lei nº 11.086, de 2004)

Art. 65. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento dos Quadros dos Créditos Orçamentários constantes da lei orçamentária anual e encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, preferencialmente, na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro.

§ 1º Observado o disposto no **caput**, o prazo final para o encaminhamento dos referidos projetos é 15 de outubro de 2005.

§ 2º Os créditos a que se refere o **caput** serão encaminhados, de forma consolidada, de acordo com as áreas temáticas definidas no Parecer Preliminar sobre a proposta orçamentária de 2005, ajustadas a reformas administrativas supervenientes, exceto quando se destinarem:

I – às despesas com pessoal e encargos sociais, os quais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade;

II – ao serviço da dívida; ou

III – ao atendimento de despesas de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 3º A exigência de projeto de lei específico, a que se refere o inciso I do § 2º, não se aplica quando do atendimento de despesas de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor, de que trata o inciso III do mesmo parágrafo.

§ 4º O disposto no **caput** não se aplica quando a abertura do crédito for necessária para atender a novas despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal.

§ 5º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 6º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 7º Para fins do disposto no art. 165. § 8º, da Constituição, e no § 6º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em categoria de programação ou subtítulo existentes.

§ 8º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 9º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea a, desta lei.

§ 10. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 11. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

**Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.**

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no **DO**, de 3-8-1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no **DO**, de 3-6-1964)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no **DO**, de 3-6-1964)

II – os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no **DO**, de 3-6-1964)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no **DO**, de 3-6-1964)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no **DO**, de 3-6-1964)

LEI Nº 11.086, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2004

**Altera o inciso IV do § 4º do art. 7º, inclui os §§ 2º-A e 5º-A ao art. 19, altera o inciso III do § 1º do art. 29, acrescenta o § 4º ao art. 64 e o art. 100-A à Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2005 e dá outras providências.**

**PROJETO DE LEI Nº 12, DE 2005-CN**

**MENSAGEM Nº 62, DE 2005-CN**

(Nº 373/2005, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito especial no valor de R\$19.342.918,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005), em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito especial no valor de R\$19.342.918,00 (dezenove milhões, trezentos e quarenta e dois mil, novecentos e dezoito reais), para atender à programação constante do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

JUNHO 2005

ANAIIS DO SENADO FEDERAL

15

ORGAO : 47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO  
 UNIDADE : 47101 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	U	F T E	VALOR
1088		GESTAO PUBLICA PARA UM BRASIL DE TODOS							19.342.918
		OPERACOES ESPECIAIS							
04 846	1088 0684	APOIO A MODERNIZACAO DO CONTROLE EXTERNO DOS ESTADOS E MUNICIPIOS BRASILEIROS - PROMOEX							11.500.000
04 846	1088 0684 0001	APOIO A MODERNIZACAO DO CONTROLE EXTERNO DOS ESTADOS E MUNICIPIOS BRASILEIROS - PROMOEX - NACIONAL	F	3	2	30	0	148	7.621.231
			F	3	2	40	0	148	1.678.769
			F	3	2	90	0	148	1.153.560
			F	3	2	90	2	100	1.046.440
		PROJETOS							
04 122	1088 5310	ASSISTENCIA TECNICA PARA MODERNIZACAO DA GESTAO E PLANEJAMENTO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL - PNAGE							7.842.918
04 122	1088 5310 0001	ASSISTENCIA TECNICA PARA MODERNIZACAO DA GESTAO E PLANEJAMENTO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL - PNAGE - NACIONAL							7.842.918
		PROJETO ELABORADO (UNIDADE) 6	F	3	2	90	0	148	3.300.000
			F	3	2	90	2	100	2.721.418
			F	4	2	90	0	148	1.700.000
			F	4	2	90	2	100	121.500
		TOTAL - FISCAL							19.342.918
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							19.342.918

ORGAO : 47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO  
 UNIDADE : 47101 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	U	F T E	VALOR
1088		GESTAO PUBLICA PARA UM BRASIL DE TODOS							19.342.918
		OPERACOES ESPECIAIS							
04 121	1088 0A10	COOPERACAO FINANCEIRA PARA MODERNIZACAO DA GESTAO E PLANEJAMENTO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL - PNAGE							10.042.918
04 121	1088 0A10 0001	COOPERACAO FINANCEIRA PARA MODERNIZACAO DA GESTAO E PLANEJAMENTO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL - PNAGE - NACIONAL							10.042.918
			F	3	2	30	0	148	7.839.796
			F	4	2	30	0	148	2.203.122
04 032	1088 0A11	COOPERACAO FINANCEIRA PARA MODERNIZACAO DO CONTROLE EXTERNO DOS ESTADOS E MUNICIPIOS BRASILEIROS - PROMOEX							9.300.000
04 032	1088 0A11 0001	COOPERACAO FINANCEIRA PARA MODERNIZACAO DO CONTROLE EXTERNO DOS ESTADOS E MUNICIPIOS BRASILEIROS - PROMOEX - NACIONAL							9.300.000
			F	3	2	30	0	148	7.621.231
			F	3	2	40	0	148	1.678.769
		TOTAL - FISCAL							19.342.918
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							19.342.918

**MENSAGEM Nº 373**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito especial no valor de R\$19.342.918,00, para os fins que especifica”.

Brasília, 21 de junho de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM nº 102/2005/MP

Brasília, 10 de junho de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para propor abertura de crédito especial ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005) no valor de R\$19.342.918,00 (dezenove milhões, trezentos e quarenta e dois mil, novecentos e dezoito reais), em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP.

2. A proposta tem por objetivo a inclusão na Lei Orçamentária de categoria de programação destinada à cooperação financeira a ser prestada aos Estados, Distrito Federal e Municípios, objetivando viabilizar a alteração na forma de implementação prevista dos Programas Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal – PNAGE e de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros – PROMOEX, financiados com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

3. Cabe ressaltar que o PNAGE é um programa de modernização institucional das administrações estaduais, que visa promover a eficiência e a qualidade do gasto público a partir da integração das funções do ciclo da gestão pública – planejamento, execução, administração e controle. No caso do PROMOEX, o programa objetiva a modernização e o fortalecimento institucional do sistema de controle externo dos Estados e Municípios, como instrumento de cidadania, de efetiva transparência e de regular gestão dos recursos públicos.

4. Os recursos necessários à abertura deste crédito decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, sendo que as anulações não acarretarão prejuízos à execução da programação objeto de cancelamento, uma vez que foi decidido com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do exercício.

5. Esclareço, a propósito do que determina o art. 65, § 11, da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004

(Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO – 2005), que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que se trata de remanejamento entre despesas primárias do Poder Executivo para priorização da execução da programação suplementada, e o art. 14 do Decreto nº 5.379, de 25 de fevereiro de 2005, condiciona a execução das despesas objeto dos créditos abertos e reabertos aos limites estabelecidos no referido Decreto.

6. O presente crédito envolve, parcialmente, modificação de fontes de recursos para viabilizar o valor necessário de ingresso de operações de crédito externas.

7. Informo, finalmente, que a inclusão das programações de que trata o crédito ora proposto na Lei Orçamentária vigente está em conformidade com o disposto no § 13 do art. 5º da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004 (Plano Plurianual para o período 2004/2007).

8. A abertura deste crédito viabilizar-se-á mediante projeto de lei, estando de acordo com o disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

9. Nessas condições, submeto à deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito especial.

Respeitosamente, – **Paulo Bernardo Silva.**

**LEGISLAÇÃO CITADA**

LEI Nº 11.100, DE 25 DE JANEIRO DE 2005

**Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2005.**

LEI Nº 10.934, DE 11 DE AGOSTO DE 2004

**Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2005 e dá outras providências.**

Art. 65. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento dos Quadros dos Créditos Orçamentários constantes da lei orçamentária anual e encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, preferencialmente, na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro.

§ 1º Observado o disposto no **caput**, o prazo final para o encaminhamento dos referidos projetos é 15 de outubro de 2005.



§ 2º Os créditos a que se refere o **caput** serão encaminhados, de forma consolidada, de acordo com as áreas temáticas definidas no Parecer Preliminar sobre a proposta orçamentária de 2005, ajustadas a reformas administrativas supervenientes, exceto quando se destinarem:

I – às despesas com pessoal e encargos sociais, os quais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade;

II – ao serviço da dívida; ou

III – ao atendimento de despesas de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 3º A exigência de projeto de lei específico, a que se refere o inciso I do § 2º, não se aplica quando do atendimento de despesas de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor, de que trata o inciso III do mesmo parágrafo.

§ 4º O disposto no **caput** não se aplica quando a abertura do crédito for necessária para atender a novas despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal.

§ 5º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 6º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 7º Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição, e no § 6º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em categoria de programação ou subtítulo existentes.

§ 8º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 9º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea **a** desta lei.

§ 10. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a

contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 11. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

.....  
 DECRETO Nº 5.379,  
 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2005

**Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2005, e dá outras providências.**

.....  
 Art 14. Os créditos suplementares e especiais que vierem a ser abertos neste exercício, bem como os créditos adicionais reabertos, relativos aos grupos de despesa “Outras Despesas Correntes”, “Investimentos” e “Inversões Financeiras”, ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º do art. 1º deste decreto, terão sua execução condicionada aos valores disponibilizados para empenho e pagamento.

.....  
 LEI Nº 10.933, DE 11 DE AGOSTO DE 2004

**Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/2007.**

.....  
 Art. 5º A alteração ou a exclusão de programas constantes do Plano Plurianual, assim como a inclusão de novos programas, será proposta pelo Poder Executivo, por meio de projeto de lei de revisão anual ou específico, ressalvado o disposto nos §§ 11, 12 e 13 deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 11.044, de 2004)

§ 1º Os projetos de lei de revisão anual serão encaminhados ao Congresso Nacional até o dia 31 de agosto dos exercícios de 2004, 2005 e 2006.

§ 2º É vedada a execução orçamentária de programações alteradas enquanto não aprovados os projetos de lei previstos no **caput**, ressalvado o disposto nos §§ 11, 12 e 13 deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 11.044, de 2004)

§ 3º A proposta de alteração de programa ou a inclusão de novo programa, que contemple despesa obrigatória de caráter continuado, deverá apresentar o Impacto orçamentário e financeiro no período do Plano Plurianual, que será considerado na margem de



expansão das despesas obrigatórias de caráter contínuo, constante das leis de diretrizes orçamentárias e das leis orçamentárias.

§ 4º A proposta de alteração ou inclusão de programas, conterà, no mínimo:

I – diagnóstico do problema a ser enfrentado ou da demanda da sociedade a ser atendida;

II – demonstração da compatibilidade com os megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual;

III – identificação dos efeitos financeiros e demonstração da exequibilidade fiscal ao longo do período de vigência do Plano Plurianual.

§ 5º A proposta de exclusão de programa conterà exposição das razões que a justifiquem e o seu impacto nos megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual.

§ 6º Considera-se alteração de programa:

I – adequação de denominação ou do objetivo e modificação do público-alvo; (Redação dada pela Lei nº 11.044, de 2004)

II – inclusão ou exclusão de ações orçamentárias; (Redação dada pela Lei nº 11.044, de 2004)

III – alteração do título, do produto e da unidade de medida; (Redação dada pela Lei nº 11.044, de 2004)

IV – alteração da meta física de projetos de grande vulto. (Redação dada pela Lei nº 11.044, de 2004)

§ 7º As alterações no Plano Plurianual deverão ter a mesma formatação e conter todos os elementos presentes nesta lei.

§ 8º Os códigos e os títulos dos programas e ações do Plano Plurianual serão aplicados nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias e seus créditos adicionais e nas leis que o modifiquem.

§ 9º Excepcionalmente, em função de possível alteração do conceito de ação orçamentária a ser definido na lei de diretrizes orçamentárias para 2005, o projeto de lei previsto no **caput** poderá propor agregação ou desmembramento de ações, alteração de seus códigos, títulos e produtos, desde que não modifique a finalidade das ações e não prejudique o disposto no art. 3º, § 3º, desta lei.

§ 10. O projeto de lei previsto no **caput** incorporará os ajustes decorrentes da compatibilização prevista no art. 11 da lei orçamentária para 2004.

§ 11. As alterações de que trata o inciso III do § 6º deste artigo poderão ocorrer por intermédio da lei orçamentária e de seus créditos adicionais, desde que mantenha a mesma codificação e não modifique a finalidade da ação ou a sua abrangência geográfica. (Incluído pela Lei nº 11.044, de 2004)

§ 12. As inclusões de ações orçamentárias poderão ocorrer por intermédio da lei orçamentária e de seus créditos adicionais, quando decorrentes de fusões e desmembramentos de atividades do mesmo programa, hipótese em que deverá ser apresentado, a partir de 2006, o alinhamento da série histórica dessas alterações e os respectivos atributos, bem como as justificativas. (Incluído pela Lei nº 11.044, de 2004)

§ 13. Excepcionalmente, para os exercícios de 2004 e 2005, tanto a inclusão de que trata o inciso II quanto a alteração de que trata o inciso IV, ambos do § 6º deste artigo, poderão ocorrer por intermédio da lei orçamentária e de seus créditos adicionais. (Incluído pela Lei nº 11.044, de 2004)

§ 14. A continuidade da execução, a partir do exercício de 2006, das ações incluídas no Plano Plurianual na forma do § 13 quando se tratar de ações plurianuais, fica condicionada a alteração deste Plano. (Incluído pela Lei nº 11.044, de 2004)

§ 15. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder às alterações dos indicadores e índices dos programas deste Plano. (Incluído pela Lei nº 11.044, de 2004)

.....  
LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

**Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.**

.....  
Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no **DO**, 3-6-1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no **DO**, 3-6-1964)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no **DO**, 3-6-1964)

II – os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no **DO**, 3-6-1964)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei; (Veto rejeitado no **DO**, 3-6-1964)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no **DO**, 3-6-1964)

.....



10 512	0122 002M 0014	ECONOMICO (RIDE) PARA PREVENCAO E CONTROLE DE DOENCAS - NO ESTADO DO AMAZON FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE) 223 APOIO A IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMA PUBLICO DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM MUNICIPIOS INTEGRANTES DE REGIOES METROPOLITANAS E REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (RIDE) PARA PREVENCAO E CONTROLE DE DOENCAS - NO ESTADO DE RORAIM FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE) 11	S	4	2	40	0	151	252.000 12.000
10 512	0122 002M 0016	ECONOMICO (RIDE) PARA PREVENCAO E CONTROLE DE DOENCAS - NO ESTADO DE RORAIM FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE) 11 APOIO A IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMA PUBLICO DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM MUNICIPIOS INTEGRANTES DE REGIOES METROPOLITANAS E REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (RIDE) PARA PREVENCAO E CONTROLE DE DOENCAS - NO ESTADO DO AMAPA FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE) 81	S	4	2	40	0	151	12.000 92.000
10 512	0122 002M 0051	ECONOMICO (RIDE) PARA PREVENCAO E CONTROLE DE DOENCAS - NO ESTADO DO AMAPA FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE) 81 APOIO A IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMA PUBLICO DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM MUNICIPIOS INTEGRANTES DE REGIOES METROPOLITANAS E REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (RIDE) PARA PREVENCAO E CONTROLE DE DOENCAS - NO ESTADO DO MATO G FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE) 137	S	4	2	40	0	151	92.000 155.000
10 512	0122 002M 0054	ECONOMICO (RIDE) PARA PREVENCAO E CONTROLE DE DOENCAS - NO ESTADO DO MATO G FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE) 137 APOIO A IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMA PUBLICO DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM MUNICIPIOS INTEGRANTES DE REGIOES METROPOLITANAS E REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (RIDE) PARA PREVENCAO E CONTROLE DE DOENCAS - NO ESTADO DO MATO G FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE) 35	S	4	2	40	0	151	155.000 39.080
<b>8007 RESIDUOS SOLIDOS URBANOS</b>									<b>19.200</b>
<b>OPERACOES ESPECIAIS</b>									
10 512	8007 002N	APOIO A IMPLANTACAO, AMPLIACAO, MELHORIA DO SISTEMA PUBLICO DE COLETA, TRATAMENTO E DESTINACAO FINAL DE RESIDUOS SOLIDOS PARA PREVENCAO E CONTROLE DE AGRAVOS EM MUNICIPIOS COM POPULACAO ACIMA DE 250 MIL HABITANTES OU EM REGIOES METROPOLITANAS							19.200
10 512	8007 002N 0016	APOIO A IMPLANTACAO, AMPLIACAO, MELHORIA DO SISTEMA PUBLICO DE COLETA, TRATAMENTO E DESTINACAO FINAL DE RESIDUOS SOLIDOS PARA PREVENCAO E CONTROLE DE AGRAVOS EM MUNICIPIOS COM POPULACAO ACIMA DE 250 MIL HABITANTES OU EM REGIOES METROPOLITANAS - NO ESTADO FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE) 120	S	4	2	40	0	151	19.200
<b>TOTAL - FISCAL</b>									<b>0</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>									<b>3.186.731</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>									<b>3.186.731</b>

ORGAO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE  
UNIDADE : 36211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAUDE

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/VACAO/SUBTTULO/PRODUTO	E S F	G N P	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0122 SANEAMENTO AMBIENTAL URBANO</b>									<b>3.186.731</b>
<b>OPERACOES ESPECIAIS</b>									
10 512	0122 002K	APOIO PARA O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DE OPERADORES PUBLICOS DE SANEAMENTO AMBIENTAL EM MUNICIPIOS COM POPULACAO SUPERIOR A 30.000 HABITANTES							3.186.731
10 512	0122 002K 0001	APOIO PARA O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DE OPERADORES PUBLICOS DE SANEAMENTO AMBIENTAL EM MUNICIPIOS COM POPULACAO SUPERIOR A 30.000 HABITANTES - NACIONAL PROJETO APOIADO (UNIDADE) 6	S	3	2	90	0	151	3.186.731
<b>TOTAL - FISCAL</b>									<b>0</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>									<b>3.186.731</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>									<b>3.186.731</b>

**MENSAGEM Nº 374**

EM Nº 103/2005/MP

Brasília, 10 de junho de 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R\$ 3.186.731,00, para os fins que especifica.”

Brasília, 21 de junho de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar projeto de lei que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005), crédito especial no valor de R\$ 3.186.731,00 (três milhões, cento e oitenta e seis mil, setecentos e trinta e um reais), em favor do Ministério da Saúde.

2. A solicitação visa à inclusão de subtítulos de ações já existentes na Lei

Orçamentária Anual, para adequar o orçamento da Fundação Nacional de Saúde, conforme demonstrado a seguir:

		R\$ 1,00
Programa-Ação	Suplementação	Origem dos Recursos
Saneamento Ambiental Urbano	3.167.531	
Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Esgotamento Sanitário em Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) para Prevenção e Controle de Doenças	2.343.651	
Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Abastecimento de Água em Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) para Prevenção e Controle de Doenças	823.880	
Resíduos Sólidos Urbanos	19.200	
Apoio à Implantação, Ampliação, Melhoria do Sistema Público de Coleta, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos para Prevenção e Controle de Agravos em Municípios com População acima de 250 mil habitantes ou em Regiões Metropolitanas	19.200	
Anulação Parcial de Dotação Orçamentária		3.186.731
<b>TOTAL</b>	<b>3.186.731</b>	<b>3.186.731</b>

3. O crédito proposto viabilizará a realização das ações de apoio à implantação, ampliação ou melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário; de abastecimento de água; e de coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos, necessários nos Municípios carentes, com baixos índices de cobertura dos serviços de saneamento, a partir de parceria com o Ministério das Cidades, que está priorizando ações de saneamento ambiental nos Municípios integrantes de Regiões Metropolitanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico – RIDE.

4. Este pleito decorre de solicitação formalizada pelo Ministério da Saúde, segundo o qual a programação objeto de cancelamento não sofrerá prejuízo na sua execução, uma vez que o remanejamento foi decidido com base em projeções de sua possibilidade de dispêndio até o final do presente exercício.

5. Esclareço, a propósito do que determina o art. 65, § 11, da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 (LDO-2005), que as alterações decorrentes da abertura do presente crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário para o corrente exercício, considerando que o crédito refere-se a remanejamento entre despesas primárias do Poder Executivo, para priorização das novas programações. Além disso, o art. 14 do Decreto nº 5.379, de 25 de fevereiro de 2005, condiciona a execução das despesas objeto dos créditos suplementares e especiais abertos e reabertos aos limites estabelecidos no citado Decreto.

6. O pleito viabilizar-se-á mediante projeto de lei a ser encaminhado ao Congresso Nacional, por tratar-se de inclusão de programações não contempladas na Lei Orçamentária Anual, mediante anulação parcial de dotação orçamentária, em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de



1964, obedecidas as prescrições contidas no art. 167, inciso V, da Constituição.

7. Ressalto, finalmente, que o presente crédito não implica alteração do Plano Plurianual 2004/2007, aprovado pela Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, uma vez que trata-se de inclusão de subtítulos de ações já existentes.

8. Nessas condições, submeto à deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa efetivar a abertura do referido crédito especial.

Respeitosamente, – **Paulo Bernardo Silva**.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.100, DE 25 DE JANEIRO DE 2005.

#### **Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2005.**

LEI Nº 10.934, DE 11 DE AGOSTO DE 2004.

#### **Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2005 e dá outras providências.**

Art. 65. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento dos Quadros dos Créditos Orçamentários constantes da lei orçamentária anual e encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, preferencialmente, na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro.

§ 1º Observado o disposto no **caput**, o prazo final para o encaminhamento dos referidos projetos é 15 de outubro de 2005.

§ 2º Os créditos a que se refere o **caput** serão encaminhados, de forma consolidada, de acordo com as áreas temáticas definidas no Parecer Preliminar sobre a proposta orçamentária de 2005, ajustadas a reformas administrativas supervenientes, exceto quando se destinarem:

I – às despesas com pessoal e encargos sociais, os quais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade;

II – ao serviço da dívida; ou

III – ao atendimento de despesas de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 3º A exigência de projeto de lei específico, a que se refere o inciso I do § 2º, não se aplica quando do atendimento de despesas de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor, de que trata o inciso III do mesmo parágrafo.

§ 4º o disposto no caput não se aplica quando a abertura do crédito for necessária para atender a novas despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal.

§ 5º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operacionais especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 6º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41. incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 7º Para fins do disposto no art. 165. § 8º, da Constituição, e no § 6º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em categoria de programação ou subtítulo existentes.

§ 8º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 9º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea a desta Lei.

§ 10. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 11. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

DECRETO Nº 5.379,  
DE 25 DE FEVEREIRO DE 2005.

#### **Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2005, e dá outras providências.**

Art. 14. Os créditos suplementares e especiais que vierem a ser abertos neste exercício, bem como os créditos adicionais reabertos, relativos aos grupos de despesa Outras Despesas Correntes, “Investimentos” e “Inversões Financeiras”, ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º do art. 1º deste Decreto, terão sua



execução condicionada aos valores disponibilizados para empenho e pagamento.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

**Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.**

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

II – os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no DO 03/06/1964)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista

e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

LEI Nº 10.933, DE 11 DE AGOSTO DE 2004.

**Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/2007.**

**PROJETO DE LEI Nº 14, DE 2005-CN  
MENSAGEM Nº 64, DE 2005-CN  
(Nº 375/2005, na origem)**

**Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 54.504.650,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005), em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 54.504.650,00 (cinquenta e quatro milhões, quinhentos e quatro mil, seiscentos e cinquenta reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE  
UNIDADE : 36201 - FUNDACAO OSWALDO CRUZ

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00							
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	G	R	M	I	F	VALOR
			S	F	D	P	O	U	T	
<b>1201 CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO EM SAUDE</b>										<b>8.000.000</b>
<b>PROJETOS</b>										
10 571	1201 7674	MODERNIZACAO DE UNIDADES DE SAUDE DA FUNDACAO OSWALDO CRUZ								8.000.000
10 571	1201 7674 0033	MODERNIZACAO DE UNIDADES DE SAUDE DA FUNDACAO OSWALDO CRUZ - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	S	4	2	90	0	151		8.000.000
<b>TOTAL - FISCAL</b>										<b>0</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>										<b>8.000.000</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>										<b>8.000.000</b>

ORÇAO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE  
UNIDADE : 36211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAUDE

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0122 SANEAMENTO AMBIENTAL URBANO								6.112.980
		OPERACOES ESPECIAIS						
10 512	0122 002L	APOIO A IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMA PUBLICO DE ESGOTAMENTO SANITARIO EM MUNICIPIOS INTEGRANTES DE REGIOES METROPOLITANAS E REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (RIDE) PARA PREVENCAO E CONTROLE DE DOENCAS						4.384.980
10 512	0122 002L 0021	APOIO A IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMA PUBLICO DE ESGOTAMENTO SANITARIO EM MUNICIPIOS INTEGRANTES DE REGIOES METROPOLITANAS E REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (RIDE) PARA PREVENCAO E CONTROLE DE DOENCAS - NO ESTADO DO MARANHÃO						438.025
10 512	0122 002L 0025	APOIO A IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMA PUBLICO DE ESGOTAMENTO SANITARIO EM MUNICIPIOS INTEGRANTES DE REGIOES METROPOLITANAS E REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (RIDE) PARA PREVENCAO E CONTROLE DE DOENCAS - NO ESTADO DA PARAIBA	S	4	2	40	0 151	438.025 285.600
10 512	0122 002L 0028	APOIO A IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMA PUBLICO DE ESGOTAMENTO SANITARIO EM MUNICIPIOS INTEGRANTES DE REGIOES METROPOLITANAS E REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (RIDE) PARA PREVENCAO E CONTROLE DE DOENCAS - NO ESTADO DE SERGIPE	S	4	2	40	0 151	285.600 203.350
10 512	0122 002L 0031	APOIO A IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMA PUBLICO DE ESGOTAMENTO SANITARIO EM MUNICIPIOS INTEGRANTES DE REGIOES METROPOLITANAS E REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (RIDE) PARA PREVENCAO E CONTROLE DE DOENCAS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	S	4	2	40	0 151	203.350 2.221.115
10 512	0122 002L 0041	APOIO A IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMA PUBLICO DE ESGOTAMENTO SANITARIO EM MUNICIPIOS INTEGRANTES DE REGIOES METROPOLITANAS E REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (RIDE) PARA PREVENCAO E CONTROLE DE DOENCAS - NO ESTADO DO PARANA	S	4	2	40	0 151	2.221.115 721.140
10 512	0122 002L 0052	APOIO A IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMA PUBLICO DE ESGOTAMENTO SANITARIO EM MUNICIPIOS INTEGRANTES DE REGIOES METROPOLITANAS E REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (RIDE) PARA PREVENCAO E CONTROLE DE DOENCAS - NO ESTADO DE GOIAS	S	4	2	40	0 151	721.140 515.750
10 512	0122 002M	APOIO A IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMA PUBLICO DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM MUNICIPIOS INTEGRANTES DE REGIOES METROPOLITANAS E REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (RIDE) PARA PREVENCAO E CONTROLE DE DOENCAS						515.750 1.728.000
10 512	0122 002M 0022	APOIO A IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMA PUBLICO DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM MUNICIPIOS INTEGRANTES DE REGIOES METROPOLITANAS E REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (RIDE) PARA PREVENCAO E CONTROLE DE DOENCAS - NO ESTADO DO PIAUI						60.000
10 512	0122 002M 0025	APOIO A IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMA PUBLICO DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM MUNICIPIOS INTEGRANTES DE REGIOES METROPOLITANAS E REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (RIDE) PARA PREVENCAO E CONTROLE DE DOENCAS - NO ESTADO DA PARAIBA	S	4	2	40	0 151	60.000 41.000
10 512	0122 002M 0026	APOIO A IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMA PUBLICO DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM MUNICIPIOS INTEGRANTES DE REGIOES	S	4	2	40	0 151	41.000 388.000

		METROPOLITANAS E REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (RIDE) PARA PREVENCAO E CONTROLE DE DOENCAS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO	S	4	2	40	0	151	388.000 44.000
10 512	0122 002M 0032	APOIO A IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMA PUBLICO DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM MUNICIPIOS INTEGRANTES DE REGIOES METROPOLITANAS E REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (RIDE) PARA PREVENCAO E CONTROLE DE DOENCAS - NO ESTADO DO ESPIRITO	S	4	2	40	0	151	44.000 560.000
10 512	0122 002M 0035	APOIO A IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMA PUBLICO DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM MUNICIPIOS INTEGRANTES DE REGIOES METROPOLITANAS E REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (RIDE) PARA PREVENCAO E CONTROLE DE DOENCAS - NO ESTADO DE SAO PARA	S	4	2	40	0	151	560.000 116.000
10 512	0122 002M 0041	APOIO A IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMA PUBLICO DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM MUNICIPIOS INTEGRANTES DE REGIOES METROPOLITANAS E REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (RIDE) PARA PREVENCAO E CONTROLE DE DOENCAS - NO ESTADO DO PARANA	S	4	2	40	0	151	116.000 519.000
10 512	0122 002M 0052	APOIO A IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMA PUBLICO DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM MUNICIPIOS INTEGRANTES DE REGIOES METROPOLITANAS E REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (RIDE) PARA PREVENCAO E CONTROLE DE DOENCAS - NO ESTADO DE GOIAS	S	4	2	40	0	151	519.000
<b>1287 SANEAMENTO RURAL</b>									<b>7.400.000</b>
		<b>PROJETOS</b>							
10 511	1287 7684	SANEAMENTO BASICO EM ALDEIAS INDIGENAS PARA PREVENCAO E CONTROLE DE AGRAVOS							7.400.000
10 511	1287 7684 0001	SANEAMENTO BASICO EM ALDEIAS INDIGENAS PARA PREVENCAO E CONTROLE DE AGRAVOS - NACIONAL	S	4	2	90	0	151	7.400.000 3.470.000 3.930.000
<b>8007 RESIDUOS SOLIDOS URBANOS</b>									<b>691.670</b>
		<b>OPERACOES ESPECIAIS</b>							
10 512	8007 002N	APOIO A IMPLANTACAO, AMPLIACAO, MELHORIA DO SISTEMA PUBLICO DE COLETA, TRATAMENTO E DESTINACAO FINAL DE RESIDUOS SOLIDOS PARA PREVENCAO E CONTROLE DE AGRAVOS EM MUNICIPIOS COM POPULACAO ACIMA DE 250 MIL HABITANTES OU EM REGIOES METROPOLITANAS							691.670
10 512	8007 002N 0023	APOIO A IMPLANTACAO, AMPLIACAO, MELHORIA DO SISTEMA PUBLICO DE COLETA, TRATAMENTO E DESTINACAO FINAL DE RESIDUOS SOLIDOS PARA PREVENCAO E CONTROLE DE AGRAVOS EM MUNICIPIOS COM POPULACAO ACIMA DE 250 MIL HABITANTES OU EM REGIOES METROPOLITANAS - NO ESTADO DO CEARA	S	4	2	40	0	151	52.870 76.800
10 512	8007 002N 0024	APOIO A IMPLANTACAO, AMPLIACAO, MELHORIA DO SISTEMA PUBLICO DE COLETA, TRATAMENTO E DESTINACAO FINAL DE RESIDUOS SOLIDOS PARA PREVENCAO E CONTROLE DE AGRAVOS EM MUNICIPIOS COM POPULACAO ACIMA DE 250 MIL HABITANTES OU EM REGIOES METROPOLITANAS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	S	4	2	40	0	151	76.800 437.200
10 512	8007 002N 0035	APOIO A IMPLANTACAO, AMPLIACAO, MELHORIA DO SISTEMA PUBLICO DE COLETA, TRATAMENTO E DESTINACAO FINAL DE RESIDUOS SOLIDOS PARA PREVENCAO E CONTROLE DE AGRAVOS EM MUNICIPIOS COM POPULACAO ACIMA DE 250 MIL HABITANTES OU EM REGIOES METROPOLITANAS - NO ESTADO DE SAO PAULO	S	4	2	40	0	151	437.200 106.000
10 512	8007 002N 0052	APOIO A IMPLANTACAO, AMPLIACAO, MELHORIA DO SISTEMA PUBLICO DE COLETA, TRATAMENTO E DESTINACAO FINAL DE RESIDUOS SOLIDOS PARA PREVENCAO E CONTROLE DE AGRAVOS EM MUNICIPIOS COM POPULACAO ACIMA DE 250 MIL HABITANTES OU EM REGIOES METROPOLITANAS - NO ESTADO DE GOIAS	S	4	2	40	0	151	106.000 18.800
10 512	8007 002N 0053	APOIO A IMPLANTACAO, AMPLIACAO, MELHORIA DO SISTEMA PUBLICO DE COLETA, TRATAMENTO E DESTINACAO FINAL DE RESIDUOS SOLIDOS PARA PREVENCAO E CONTROLE DE AGRAVOS EM MUNICIPIOS COM POPULACAO ACIMA DE 250 MIL HABITANTES OU EM REGIOES METROPOLITANAS - NO DISTRITO FEDERAL	S	4	2	40	0	151	18.800
<b>TOTAL - FISCAL</b>									<b>0</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>									<b>14.204.650</b>
<b>TOTAL - CERAL</b>									<b>14.204.650</b>

ORGAO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE  
UNIDADE : 36901 - FUNDO NACIONAL DE SAUDE

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	G	R	M	I	F	VALOR	
											F
1203 VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA E CONTROLE DE DOENCAS TRANSMISSIVEIS											32.300.000
OPERACOES ESPECIAIS											
10 305	1203 0829	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS CERTIFICADOS PARA A EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENCAS									32.300.000
10 305	1203 0829 0001	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS CERTIFICADOS PARA A EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENCAS - NACIONAL	S	3	1	30	0	155			20.000.000
10 305	1203 0829 0012	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS CERTIFICADOS PARA A EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENCAS - NO ESTADO DO ACRE	S	3	1	40	0	155			12.000.000
10 305	1203 0829 0014	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS CERTIFICADOS PARA A EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENCAS - NO ESTADO DE RORAIMA	S	3	1	30	0	155			8.000.000
10 305	1203 0829 0015	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS CERTIFICADOS PARA A EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENCAS - NO ESTADO DO PARA	S	3	1	30	0	155			150.000
10 305	1203 0829 0016	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS CERTIFICADOS PARA A EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENCAS - NO ESTADO DO AMAPA	S	3	1	30	0	155			150.000
10 305	1203 0829 0017	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS CERTIFICADOS PARA A EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENCAS - NO ESTADO DE TOCANTINS	S	3	1	30	0	155			200.000
10 305	1203 0829 0021	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS CERTIFICADOS PARA A EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENCAS - NO ESTADO DO MARANHAO	S	3	1	30	0	155			780.000
10 305	1203 0829 0022	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS CERTIFICADOS PARA A EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENCAS - NO ESTADO DO PIAUI	S	3	1	30	0	155			270.000
10 305	1203 0829 0023	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS CERTIFICADOS PARA A EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENCAS - NO ESTADO DO CEARA	S	3	1	30	0	155			780.000
10 305	1203 0829 0024	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS CERTIFICADOS PARA A EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENCAS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	S	3	1	30	0	155			270.000
10 305	1203 0829 0027	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS CERTIFICADOS PARA A EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENCAS - NO ESTADO DE ALAGOAS	S	3	1	30	0	155			780.000
10 305	1203 0829 0028	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS CERTIFICADOS PARA A EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENCAS - NO ESTADO DE SERGIPE	S	3	1	30	0	155			410.000
10 305	1203 0829 0031	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS CERTIFICADOS PARA A EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENCAS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	S	3	1	30	0	155			410.000
10 305	1203 0829 0032	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS CERTIFICADOS PARA A EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENCAS - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO	S	3	1	30	0	155			1.340.000
10 305	1203 0829 0041	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS CERTIFICADOS PARA A EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENCAS - NO ESTADO DO PARANA	S	3	1	30	0	155			1.340.000
10 305	1203 0829 0042	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS CERTIFICADOS PARA A EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENCAS - NO ESTADO DE SANTA CATARINA	S	3	1	30	0	155			700.000
			S	3	1	30	0	155			700.000
			S	3	1	30	0	155			1.050.000
			S	3	1	30	0	155			1.050.000
			S	3	1	30	0	155			440.000
			S	3	1	30	0	155			100.000
			S	3	1	30	0	155			550.000
			S	3	1	30	0	155			80.000
			S	3	1	30	0	155			80.000
			S	3	1	30	0	155			1.070.000
			S	3	1	30	0	155			1.070.000
			S	3	1	30	0	155			270.000

10 305	1203 0829 0043	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS CERTIFICADOS PARA A EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENCAS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL								1.520.000
			S	3	1	30	0	155		1.520.000
10 305	1203 0829 0051	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS CERTIFICADOS PARA A EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENCAS - NO ESTADO DO MATO GROSSO								760.000
			S	3	1	30	0	155		760.000
10 305	1203 0829 0052	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS CERTIFICADOS PARA A EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENCAS - NO ESTADO DE GOIAS								580.000
			S	3	1	30	0	155		580.000
10 305	1203 0829 0054	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS CERTIFICADOS PARA A EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENCAS - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL								1.250.000
			S	3	1	30	0	155		1.250.000
TOTAL - FISCAL										0
TOTAL - SEGURIDADE										32.300.000
TOTAL - GERAL										32.300.000

ORGAO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE  
UNIDADE : 36201 - FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR	
										S
1201 CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE									8.000.000	
PROJETOS										
10 572	1201 7676	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO EM SAÚDE							8.000.000	
10 572	1201 7676 0033	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO EM SAÚDE - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							8.000.000	
			S	4	2	90	0	151	8.000.000	
TOTAL - FISCAL										0
TOTAL - SEGURIDADE										8.000.000
TOTAL - GERAL										8.000.000







**MENSAGEM Nº 375**

EM Nº 104/2005/MIP

Brasília, 10 de junho de 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$54.504.650,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Brasília, 21 de junho de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005 – LOA 2005), crédito suplementar no valor de R\$54.504.650,00 (cinquenta e quatro milhões, quinhentos e quatro mil, seiscentos e cinquenta reais), em favor do Ministério da Saúde.

2. A solicitação visa a adequar o orçamento vigente do Órgão às suas reais necessidades de execução, conforme demonstrado a seguir:

Unidade/Programa	R\$ 1,00	
	Suplementação	Origem dos Recursos
Fundação Oswaldo Cruz	8.000.000	8.000.000
Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde	8.000.000	8.000.000
Fundação Nacional de Saúde	14.204.650	14.204.650
Saneamento Ambiental Urbano	6.112.980	14.204.650
Saneamento Rural	7.400.000	-
Resíduos Sólidos Urbanos	691.670	-
Fundo Nacional de Saúde	32.300.000	32.300.000
Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças Transmissíveis	32.300.000	32.300.000
<b>Total</b>	<b>54.504.650</b>	<b>54.504.650</b>

3. No tocante à Fundação Oswaldo Cruz, o crédito suplementar objetiva a abertura de duas novas frentes de investimento de modernização de laboratórios, visando adequá-los às normas de biossegurança e gestão ambiental e aos requisitos integrais de qualidade. Os recursos pretendidos serão aplicados na aquisição e instalação de equipamentos e em obras de adequação física dos laboratórios, contribuindo para o atendimento das demandas de Boas Práticas de Fabricação – BPF exigidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

4. A solicitação referente à Fundação Nacional de Saúde tem por finalidade priorizar as ações de saneamento ambiental urbano nos Municípios integrantes de Regiões Metropolitanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico – RIDE, de acordo com parceria estabelecida com o Ministério das Cidades; bem como viabilizar o saneamento básico em aldeias indígenas para prevenção e controle de agravos, atendendo 447 aldeias com implantação e melhoria de sistemas de abastecimento de água e 261 com destinação adequada de dejetos, mediante construção e/ou ampliação de sistemas de esgotamento sanitário e melhorias sanitárias domiciliares.

5. Os recursos destinados ao Fundo Nacional de Saúde são relativos ao “Incentivo Financeiro aos

Estados, Distritos Federal e Municípios Certificados para a Epidemiologia e Controle de Doenças” visando custear ações de notificação, investigação, vigilância ambiental, imunização, sistemas de informação, supervisão, educação em saúde, comunicação e mobilização social na área de vigilância em saúde. Trata-se de remanejamento de recursos destinados ao Distrito Federal, que foram superestimados, para demais localizadores da mesma ação.

6. O pleito decorre de solicitação formalizada pelo Ministério da Saúde, segundo o qual as programações objeto de cancelamento não sofrerão prejuízo na sua execução, uma vez que os remanejamentos foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

7. O crédito viabilizar-se-á mediante projeto de lei a ser submetido à apreciação do Congresso Nacional, à conta de recursos provenientes de anulação parcial de dotações orçamentárias, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

8. Esclareço, a propósito do que determina o art. 65, § 11, da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 (Lei de Diretrizes Orçamentárias 2005), que as alterações decorrentes deste crédito não afetam a meta de

resultado primário anual prevista no Anexo de Metas Fiscais da referida lei, considerando que se referem a remanejamento entre despesas primárias. Além disso, o art. 14 do Decreto nº 5.379, de 25 de fevereiro de 2005, condiciona a execução das despesas objeto dos créditos suplementares e especiais abertos e reabertos aos limites estabelecidos no citado decreto.

9. Nessas condições, submeto à deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente, – **Paulo Bernardo Silva.**

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.100, DE 25 DE JANEIRO DE 2005

#### **Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2005.**

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

#### **Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.**

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

II – os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei; (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las. (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista

e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência ao exercício. (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

LEI Nº 10.934, DE 11 DE AGOSTO DE 2004

#### **Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2005 e dá outras providências.**

Art. 65. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento dos Quadros dos Créditos Orçamentários constantes da lei orçamentária anual e encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, preferencialmente, na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro.

§ 1º Observado o disposto no **caput**, o prazo final para o encaminhamento dos referidos projetos é 15 de outubro de 2005.

§ 2º Os créditos a que se refere o **caput** serão encaminhados, de forma consolidada, de acordo com as áreas temáticas definidas no Parecer Preliminar sobre a proposta orçamentária de 2005, ajustadas a reformas administrativas supervenientes, exceto quando se destinarem:

I – às despesas com pessoal e encargos sociais, os quais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade;

II – ao serviço da dívida; ou

III – ao atendimento de despesas de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 3º A exigência de projeto de lei específico, a que se refere o inciso I do § 2º, não se aplica quando do atendimento de despesas de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor, de que trata o inciso III do mesmo parágrafo.

§ 4º O disposto no **caput** não se aplica quando a abertura do crédito for necessária para atender a novas despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal.

§ 5º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.



§ 6º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 7º Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição, e no § 6º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em categoria de programação ou subtítulo existentes.

§ 8º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 9º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea a, desta lei.

§ 10. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 11. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

DECRETO Nº 5.379,  
DE 25 DE FEVEREIRO DE 2005

**Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2005, e dá outras providências.**

Art. 14. Os créditos suplementares e especiais que vierem a ser abertos neste exercício, bem como os créditos adicionais reabertos, relativos aos grupos de despesa "Outras Despesas Correntes", "Investimentos" e "Inversões Financeiras", ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º do art. 1º deste decreto, terão sua execução condicionada aos valores disponibilizados para empenho e pagamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)  
– Os projetos que acabam de ser lidos vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos das normas constantes da Resolução nº 1, de 2001-CN, adotadas pela Presidência (Ofícios do Congresso Nacional nºs 823 e 824, de 2004), fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação dos Projetos de Lei nºs 10 a 14, de 2005-CN:

Até 29-6 – Publicação e distribuição de avulsos;

Até 7-8 – Prazo final para apresentação de emendas;

Até 12-8 – Publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 22-8 – Encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)  
– O Senhor Presidente da República adotou em 22 de junho de 2005, e publicou em 23 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº **253, de 2005**, que "Prorroga o prazo previsto no art. 32 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003."

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

**SENADORES**

Titulares	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)</b>	
José Jorge (PFL)	vago
Álvaro Dias (PSDB)	vago
Tasso Jereissati (PSDB)	vago
César Borges (PFL)	vago

**PMDB**

Ney Suassuna	Luiz Otávio
Maguito Vilela	Gerson Camata
Hélio Costa	Leomar Quintanilha

**Bloco de Apoio ao Governo(PT/PSB/PL)**

Delcídio Amaral (PT)	vago
Sibá Machado (PT)	vago
Antônio Carlos Valadares (PSB)	vago

**PDT**

Osmar Dias	vago
------------	------

**PTB**

Sérgio Zambiasi	Mozarildo Cavalcanti
-----------------	----------------------



<b>*P-SOL</b>	
Helóisa Helena	Geraldo Mesquita
<b>DEPUTADOS</b>	
<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<b>PT</b>	
Paulo Rocha Colombo	Fernando Ferro Henrique Fontana
<b>PMDB</b>	
José Borba Mendes Ribeiro Filho	Benjamin Maranhão Asdrúbal Bentes
<b>Bloco (PFL/PRONA)</b>	
Rodrigo Maia Roberto Brant	Murilo Zauith Kátia Abreu
<b>PSDB</b>	
Alberto Goldman	Eduardo Paes
<b>PP</b>	
José Janene	Mário Negromonte
<b>PTB</b>	
José Múcio Monteiro	Ricarte de Freitas
<b>PL</b>	
Sandro Mabel	Miguel de Souza
<b>PPS</b>	
Dimas Ramalho	Rogério Teófilo
<b>PSB</b>	
Renato Casagrande	Dr. Ribamar Alves
<b>*PDT</b>	
Severiano Alves	Álvaro Dias

\* Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no **DO**: 23-6-2005
- Designação da Comissão: 24-6-2005
- Instalação da Comissão: 27-6-2005
- Emendas: até 29-6-2005 (7º dia da publicação)
- Prazo final na Comissão: 23-6-2005 a 6-8-2005 (14º dia)
- Remessa do processo à CD: 6-8-2005
- Prazo na CD: de 7-8-2005 a 20-8-2005 (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: 20-8-2005

- Prazo no SF: de 21-8-2005 a 3-9-2005 (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: 3-9-2005
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 4-9-2005 a 6-9-2005 (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 7-9-2005 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 21-9-2005 (60 dias)

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)  
– A Presidência nos termos do inciso III do art. 76 do Regimento Interno, enviou ao Arquivo o **Requerimento nº 1.566, de 2003**.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)  
– Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 358-L-PFL/05

Brasília, 23 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência a Deputada Kátia Abreu para integrar, como membro suplente, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a “investigar as causas e conseqüências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos”, em substituição ao Deputado Moroni Torgan.

Atenciosamente, – Deputado **Rodrigo Maia**, Líder do PFL

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)  
– Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício GSVAMA – nº 126/2005

Brasília, 23 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, venho respeitosamente à presença de Vossa Excelência, ratificando termos do Ofício GSVAMA-087/2005, comunicar-lhe que, por motivo de minha filiação ao Partido Progressista em 26 de abril do corrente ano, passei a ocupar, a partir daquela data, a Liderança do Partido no Senado Federal.

Assim, requeiro as anotações necessárias junto à Secretaria-Geral da Mesa desta egrégia Casa.

Cordialmente, – Senador **Valmir Amaral**.

Ofício GSVAMA – Nº 87/2005

Brasília, 18 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, venho respeitosamente à presença de Vossa Excelência, comunicar-lhe que me filiei ao Partido Progressista – PP, na data de 26 de abril de 2005, desligando-me do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, em conformidade com a Lei nº 9.096/95 (documentação anexa).

Assim, requeiro as anotações necessárias junto à Mesa desta egrégia Casa.

Cordialmente, – Senador **Valmir Amaral**.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Há oradores inscritos.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Pela ordem, tem a palavra o Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de V. Ex<sup>a</sup> iniciar a relação dos oradores inscritos, eu gostaria de dar um esclarecimento sobre as notícias que hoje estão sendo divulgadas sobre a instalação das CPIs no Senado.

Ontem, tivemos uma reunião de líderes com o Presidente Renan, inclusive na sala do Presidente Renan, quando foi decidida a questão das CPIs. Na verdade, com a decisão do Supremo Tribunal Federal de obrigar, vamos dizer assim, o Presidente do Senado a indicar os representantes dos Partidos que por acaso não os indiquem no prazo determinado, o Presidente Renan mandou fazer um levantamento das CPIs cujas assinaturas já foram protocoladas na Mesa para que ele, então, pudesse fazer as designações.

Existem três CPIs no Senado – V. Ex<sup>a</sup> pode até confirmar, o Dr. Carreiro, Secretário-Geral da Mesa, estava lá ontem – para as quais as assinaturas estão protocoladas na Mesa: a chamada CPI dos Bingos, a CPI do Waldomiro, que também é bingo, e a chamada CPI das privatizações. Nas três, as Lideranças não indicaram os membros, então o Presidente Renan manteve esse entendimento.

Na discussão, o Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo, principalmente, mas também outros Senadores colocaram a preocupação em relação à quantidade de CPIs que poderiam ficar em andamento na Casa. Então, discutiu-se bastante esse tema, porque, na realidade, já existem três CPIs mistas instaladas. Existe também a chamada CPI do Mensalão,

que tem assinaturas para ser instalada na Câmara e tem assinaturas para ser instalada como CPI Mista. A idéia é que se instale na Câmara, e assim por diante. Então, ficou decidido que na terça-feira que vem haveria uma reunião de Líderes – aí já sem a presença do Presidente Renan Calheiros – para que decidíssemos quais CPIs seriam instaladas agora e quais ficariam para depois. Isso foi o que ficou decidido. Não há nenhuma decisão de que a CPI dos Bingos ou qualquer outra CPI não vá ser instalada por excesso de CPIs. Como hoje a mídia inteira dá notícia de que houve um acordo para que não fosse instalada a CPI dos Bingos, eu gostaria de esclarecer que não existiu esse acordo. Existiu a possibilidade de se deixar isso para agosto ou se instalar mesmo agora, já que durante o recesso as CPIs vão funcionar. Mas isso ficou para ser decidido numa reunião na próxima terça-feira, inclusive por uma proposta do Senador Ney Suassuna, que é da Base do Governo, é Líder do PMDB, o maior partido da Base do Governo.

Então, gostaria de esclarecer essa questão. Inclusive, alguns Deputados me ligaram, muita gente ligou, perguntando se já tínhamos feito esse acordo. Não fizemos esse acordo, queremos instalar a CPI dos Bingos, que nos custou inclusive um grande esforço. Nós tivemos de entrar no Supremo Tribunal Federal. A Senadora Heloísa Helena já chegou de cara feia para mim, só porque os jornais disseram – ela, que é sempre tão simpática – que tínhamos feito esse acordo. Mas pode ficar tranqüila, Senadora, nós não fizemos o acordo. Vamos discutir na terça-feira, numa reunião, e aí, sim, vai ser decidido quando será instalada a CPI dos Bingos.

Era só isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado, Senador José Jorge. O esclarecimento de V. Ex<sup>a</sup> parece ser consensual. Até a Imprensa, quando diz que a CPI foi adiada para o 2º semestre, deixa implícito que adiou por uma semana, porque o primeiro semestre termina em mais uma semana. Então, não me parece ser um adiamento prejudicial.

Quanto ao excesso de comissões parlamentares de inquérito, o Presidente da Casa, Renan Calheiros, tem sido claro, explícito, enfático: todas as CPIs apresentadas com número regimental serão constituídas. Ele fará a indicação dos nomes, desde que as Lideranças não o façam, para que regimentalmente a CPI possa ser instalada.

É evidente que alguns defendem que há excesso de CPIs. Talvez fosse mais adequado, mais prático, fundir a CPI Waldomiro Diniz e a CPI dos Bingos, porque, na verdade, trata-se da mesma coisa. Então, é evidente

que, se houvesse um entendimento para uma fusão dessas duas CPIs, imagino que seria o adequado.

De qualquer maneira, o Senador José Jorge tem razão. Ontem mesmo, outros Senadores já fizeram esse esclarecimento. Inclusive, a Senadora Heloísa Helena, pelo P-SOL; o Senador Arthur Virgílio, pelo PSDB; o Senador José Jorge, pelo PFL.

Concedo a palavra ao primeiro Senador inscrito, que por coincidência é o Senador José Jorge.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, pela ordem.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria me inscrever para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex<sup>a</sup> fica inscrita.

V. Ex<sup>a</sup> se inscreveu pela Liderança, Senadora Ideli Salvatti?

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Não, para uma comunicação inadiável.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, na última terça-feira, 31 Prefeitos das cidades atingidas pelas fortes chuvas que castigaram o Estado de Pernambuco reuniram-se na Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas para cobrar do Governo Federal a edição de uma medida provisória que libere recursos para os Municípios inundados.

Segundo levantamento da Agência, os estragos alcançaram o montante de R\$178 milhões, sendo que desses R\$80 milhões são devido a perdas na infraestrutura das cidades e R\$98 milhões na agricultura e no comércio.

Segundo o Secretário Executivo da Amupe, Jesus Ivandro, “o nosso objetivo é fazer com que o Governo Federal assuma o compromisso de disponibilizar recursos para que possamos prestar assistência às famílias atingidas. A situação é grave e precisa de medidas urgentes. A cada semana, nós temos visto o número de Municípios afetados e de desabrigados aumentar”.

Na madrugada do último domingo, novos Municípios da Mata Sul foram atingidos pelo transbordamento do rio Una. Só na cidade de Água Preta, 378 famílias estão desabrigadas.

O Governo Federal, em meio a tanta calamidade, mandou apenas uma força-tarefa, composta de representantes do DNIT – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – e dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Integração Nacional, da

Saúde e da Educação, para avaliar a situação da população atingida.

Esse é mais um exemplo da ineficiência do Governo Lula. Em meio ao sofrimento, o Governo opta por fazer mais um grupo de trabalho e, depois de longo processo burocrático, acaba liberando verbas apenas para as prefeituras afinadas com o Governo Federal, como aconteceu no ano passado, com a MP 211, que só atendeu ao Município de Camaragipe.

Sr. Presidente, ano passado, aconteceu esse mesmo problema. Houve uma grave cheia em Pernambuco e em outros Estados do Nordeste, como Alagoas, Piauí, Ceará. Realizamos uma reunião com o Ministro Ciro Gomes e toda a Bancada de Pernambuco e, nessa reunião, o Ministro afirmou que os recursos que o Governo Federal repassaria para esses Municípios e para o Estado, a fim de atender à população, viria de emendas de Parlamentares, de recursos já previstos no Orçamento. Dissemos ao Ministro, na época, que o costume, quando havia uma calamidade, era se fazer uma medida provisória. Aliás, medida provisória para questão financeira é exatamente para isto: para calamidade pública, quando há absoluta urgência e emergência.

Gostaria de dizer que, na realidade, o Governo Federal, ano passado, não fez nada; não ajudou em nada. Os recursos não chegaram e a medida provisória não saiu, mas quando faltava uma semana para a eleição, por uma outra medida provisória, incluíram o que chamamos aqui de contrabando, um recurso de R\$2 milhões para atender àquelas pessoas atingidas pelas enchentes no Município de Camaragipe, que foi apenas um dos 80 Municípios atingidos. Por que o Município de Camaragipe? Porque esse Município era dirigido, à época, pelo Presidente Estadual do PT. Como o Prefeito era o Presidente Regional do PT Estadual, liberaram dinheiro somente para ele. E esse dinheiro, aparentemente, foi muito mal empregado.

E, na semana passada, pedi uma investigação especial do Tribunal de Contas, especificamente sobre essa verba de R\$2 milhões, que foi liberada apenas para um Município, que foi o Município de Camaragipe, enquanto os outros todos ficaram sem recurso. O Tribunal de Contas já me respondeu, dizendo que havia designado um relator e que a investigação já tinha sido feita.

Quando isso sair na **Veja**, Senadora Heloísa Helena, então vão dizer que não era verdade, que não foi bem assim.

Muito diferente do comportamento do Governo Fernando Henrique Cardoso. Em casos semelhantes, havia medidas provisórias e, no caso específico, foram liberados R\$82 milhões.

Portanto, o Governo revela toda essa insensibilidade quando se trata do Nordeste ou do Brasil. Para fora do Brasil, para o exterior, na verdade, não há essa insensibilidade. Como o Presidente Lula quer ser um estadista internacional e quer conquistar um lugar para o Brasil no Conselho de Segurança da ONU, quando há uma questão internacional, então o Brasil sempre libera dinheiro. Liberou para as vítimas do tsunami, no Sri Lanka, na Indonésia, enfim, para aqueles países; liberou quando caiu um supermercado no Paraguai; libera quando há, por exemplo, chuva na Argentina. Nesses casos, foram editadas medidas provisórias. Agora, quando os nordestinos são atingidos pela seca ou por enchente, diz que não é possível editar medida provisória.

A Medida Provisória nº 241, que é o primeiro item da pauta e que está para ser votada desde a semana passada, na realidade, vai socorrer as vítimas de além-mar, no caso do tsunami. Além disso, prevê recursos para o pagamento de bancos que recebem e fazem pagamento para os beneficiários do INSS, no total de R\$209 milhões.

Quando se lê a MP, pensa-se que é dinheiro para pagar Bolsa-Escola ou auxílio-doença, essas coisas. Na realidade não o é. É para pagar os bancos que pagaram essas pessoas. Que os bancos devem ser pagos, tudo bem, ninguém tem nada contra. Se o banco prestou o serviço, ele deve ser pago e, de preferência, em dia, mas, na realidade, não deve ser por medida provisória, porque ela não é feita para isso. Medida provisória é feita exatamente para atender às calamidades. É uma priorização de uso dos recursos públicos que não consigo entender.

As vítimas de cataclismos no estrangeiro e as instituições bancárias merecem mais atenção do que o sofrido povo do meu Estado, Pernambuco, que, por sinal, é o mesmo Estado do Presidente Lula.

Por essa razão, conclamo as Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores para que não aprovemos a Medida Provisória nº 241, que agora foi transformada no Projeto de Conversão nº 14, até que o Presidente Lula edite uma medida provisória que atenda aos desabrigados das cheias em diversos Estados do Nordeste, especialmente em Pernambuco.

Pediria a todas as Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores para que nós, na próxima semana, terça ou quarta-feira, quando essa medida provisória for votada, trabalheemos para obstruir ou mesmo para derrotar, até que o Governo resolva essa questão. O Senador Sérgio Guerra disse-me, há quinze dias, que havia pedido uma audiência com o Ministro Palocci para nós os Senadores de Pernambuco, eu, S. Ex<sup>a</sup> e o Senador Marco Maciel, para exatamente fazer essa reivindicação, mas até agora não

foi marcada. Portanto, o único instrumento que temos é este de não aprovar a Medida Provisória.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de comentar as declarações que o Presidente Lula fez ontem na televisão. Eu tinha grande expectativa sobre a fala de Sua Excelência, porque entendo que, para um Presidente pedir para falar em cadeia nacional em um momento de crise como este deveria ser porque tinha alguma coisa muito grave, muito importante para dizer que a população ainda não conhecesse, Senador Alvaro Dias.

Infelizmente – eu não sei para V. Ex<sup>a</sup> –, mas, para mim, a fala do Presidente Lula foi uma decepção total. Ele não disse nada de novo, não anunciou que ia tomar nenhuma medida, ele só repetiu aquela sua frase “nunca este País”, “nunca este País”, “nunca este País”. Ele sempre acha que ele é que está fazendo a coisa pela primeira vez. Parece que, quando Sua Excelência não era Presidente, não lia jornal, porque quando se referiu à investigação da Polícia Federal afirmou que “nunca neste País houve uma investigação da Polícia Federal”, que “nunca, neste País, nós tivemos um grande jurista de Ministro da Justiça”, que nunca, neste País, se fez isso ou se fez aquilo. Ele só não disse que nunca, neste País, houve “mensalão” para Deputado; isso ele não falou.

Então, na realidade, foi um discurso decepcionante. Eu imagino até que nós, da Oposição, deveríamos ter direito de resposta para tudo aquilo que ele falou, parecia mais propaganda política do que a fala de um Presidente.

Por exemplo, essas cinco pessoas que foram citadas, ontem, pelo Deputado Virgílio Guimarães – que, diga-se de passagem, é do PT, não é da Oposição, é do Governo, é um petista importantíssimo, foi até candidato a Presidente da Câmara –, que integram o “grupo dos cinco”, são: o ex-Ministro José Dirceu, o Presidente do PT, José Genoíno, o secretário-geral do Partido, Silvio Pereira, o secretário de comunicações do PT, Marcelo Serrano e o tesoureiro, Delúbio Soares. Eu achava melhor que, em vez de grupo dos cinco, tivesse chamado de camarilha dos cinco, porque são pessoas que não são do Governo – principalmente agora que José Dirceu saiu – e que tentam interferir no Governo; interferem e são os culpados desta crise. Ontem o Presidente Lula deveria ter aproveitado aquele espaço nacional, que tem mais de 60% de audiência, para dizer: “Vou afastar a camarilha dos cinco e vou governar agora com meu próprio governo, com os meus ministros e vou moralizar este Governo para que possamos terminá-lo bem”.

Depois, a cada dia vem alguém dizer que se quer dar golpe, que se quer derrubar o Presidente



Lula. Ninguém quer dar golpe nem derrubar o Presidente Lula. Ninguém viu uma faixa “Fora, Lula”, como existiu “Fora, FHC”. Isso não existe. Queremos que o Presidente Lula termine seu mandato da melhor forma possível. Nós, da Oposição, temos de fazer oposição. Aliás, o Líder do PT, Delcídio Amaral, já disse isso e também o Deputado Virgílio Guimarães. Quem faz mais oposição ao Governo Lula é o próprio PT. Sentimo-nos até um pouco ludibriados por essa retirada das nossas atribuições como opositoristas, porque a cada dia o próprio PT cria uma crise para o Presidente Lula administrar.

Então, Presidente, vamos governar, vamos tomar as medidas, vamos deixar de blablablá.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)  
– Obrigado, Senador José Jorge.

Com a palavra, a Senadora Ideli Salvatti para uma comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.)  
– Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs Senadores, em primeiro lugar, eu queria, de público, desta tribuna, agradecer todas as manifestações carinhosas que recebi, ao longo desta semana, pelo falecimento da minha mãe. E as referências feitas desta tribuna pelas pessoas que tiveram a oportunidade de conviver em alguns momentos com ela, que me trouxe a este mundo.

Eu queria deixar aqui para a minha mãe e para todas as mães uma poesia muito linda de Bertold Brecht, que chegou às minhas mãos no dia de ontem.

A minha mãe

Quando ela acabou, foi colocada na terra  
Flores nascem, borboletas esvoejam por cima...  
Ela, leve, não fez pressão sobre a terra  
Quanta dor foi preciso para que ficasse tão leve!

A minha mãe está muito leve atualmente, mas ela foi uma pessoa muito firme, precisa e que me delegou, talvez como o seu principal ensinamento, a responsabilidade com as tarefas que assumimos. É por isso que enterrei a minha mãe ao meio-dia da quarta-feira e, às 20h, eu estava no Congresso Nacional, cumprindo com as minhas responsabilidades neste momento tão difícil e delicado por que o País atravessa, onde todos temos responsabilidade. Todos! O País que nós construímos e queremos precisa da participação de todos.

E se não fosse o ensinamento de minha mãe talvez a cena a que assisti ao chegar à casa de meu irmão na quarta-feira depois do enterro tenha contribuído, e muito, para minha decisão de voltar imedia-

tamente ao Congresso Nacional. Refiro-me à cena na Câmara dos Deputados, com o Deputado Bolsonaro exibindo um saco de lixo e fazendo a prática política daquilo que nos custou tanto a superar, Senador Paulo Paim, que é a prática política das trevas, a prática política da ditadura, a prática política da perseguição, a prática política dos piores momentos que este País já vivenciou.

Então, mesmo com toda a dor do enterro de minha mãe, a cena de Bolsonaro fazendo a provocação que fez na Câmara dos Deputados, patrocinando todo o furor e o episódio lamentável que aconteceu, me trouxe imediatamente de volta a Brasília.

Ao longo do dia de ontem, participei, dentro de minhas condições emocionais, contribuindo, de acordo com as minhas condições, com os trabalhos da CPI dos Correios.

Ontem tivemos um trabalho, entendo, bastante profícuo, porque ficou bastante clara uma série de situações, de procedimentos, que, infelizmente, só demonstram o quanto a corrupção está encruada, incrustada na máquina pública, o quanto interesses econômicos contrariados podem se movimentar e podem produzir situações como a que estamos vivenciamos. Quanto à tal da gravação da fita que acabou indo para a **Veja**, ontem ficou muito claro que a gravação tinha um caráter de chantagem e de pressão para os beneficiados pela corrupção, dentro da máquina pública, que são os interesses econômicos, os corruptores, os que pagam efetivamente para que a máquina pública esteja canalizada para os seus interesses e os seus benefícios. Isso ficou muito claro ontem na CPI.

E aí eu me lembrei de alguns pronunciamentos. Pena que não está presente, Senador Paulo Paim, o Senador Pedro Simon, que depois da CPI do Collor, da CPI dos Anões do Orçamento, queria fazer a CPI dos corruptores, dos interesses econômicos, que levam vantagem pela máquina pública ser tão corrupta no Brasil.

E eu gostaria, antes de concluir, de conceder o aparte ao Senador Paulo Paim, com muito prazer.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senadora Ideli Salvatti, em primeiro lugar, quero deixar aqui a minha total solidariedade a V. Ex<sup>a</sup> e à família pela morte da sua mãe. Tive uma oportunidade de encontrar-me com ela em um jantar da Bancada dos Senadores. Com todo o carinho, toda a forma generosa, ela preparou aquela janta para a Bancada. Neste momento, eu não poderia, pela primeira vez que encontro V. Ex<sup>a</sup> depois do falecimento, de deixar registrada a minha solidariedade.

Em segundo lugar, eu gostaria também de aproveitar, já que V. Ex<sup>a</sup> é Vice-Líder do Governo, para dizer



que viu ontem o discurso do Presidente Lula, e vi um Presidente dialogando com o País, no meu entendimento, em uma linha tranqüila, sem deixar de apontar que o Governo será duro no combate à corrupção. Sua Excelência é muito claro quando diz: "... inclusive dos aliados e dos não aliados que estiverem envolvidos com corrupção". Muitos esperavam um pronunciamento bombástico do Presidente, mas Sua Excelência fez aquilo que tinha que fazer, tranqüilamente e, como ele disse, buscando dialogar inclusive com a Oposição, pensando no bem do País. Então vi com tranqüilidade e não esperava outra coisa neste momento em que estamos, de fato, numa crise e há um longo debate em todo o País. O Presidente, em seu pronunciamento, em primeiro lugar, deixou claro o interesse do País; em segundo lugar, valorizou o Congresso Nacional, disse que a CPI ou as CPIs cumprirão o seu papel, ao mesmo tempo em que valoriza o trabalho do Ministério Público e da Polícia Federal, mostrando-se na linha da busca de um amplo diálogo com todos os setores, no Congresso e na sociedade, na busca permanente do combate à corrupção. Então cumprimento V. Ex<sup>a</sup>. Iniciei falando do falecimento da sua mãe, mas gostaria de dizer que, no Rio Grande do Sul, nessa noite, faleceu um grande amigo meu chamado Bira Valdez e, no meu tempo, falei disso.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Agradeço ao Senador Paulo Paim.

Peço um pouquinho de tolerância do Presidente porque quero terminar exatamente com o pronunciamento do Presidente Lula. Havia uma grande expectativa da Nação pelo discurso de Sua Excelência, que, como sempre, respondeu à altura. Tenho a mesma sensação de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Paulo Paim, porque ele foi de uma tranqüilidade necessária para este momento. A tranqüilidade que todos nós precisamos ter, de um país que voltou a crescer, voltou a gerar empregos e está em condições de dar continuidade à política de inclusão social, de justiça social, a partir dessa retomada do crescimento. No combate à corrupção, o Presidente refere-se também de forma muito tranqüila às ações. Apesar de os adversários e a Oposição quererem desqualificá-las, da forma como fez o Senador que me antecedeu, como se estivéssemos fazendo algo de tão novo, realmente as medidas são algo de novo. São inúmeras as medidas inovadoras no combate à corrupção adotadas pelo Governo Lula. Então, quando o Presidente diz que nunca se viram tantas ações da Polícia Federal é porque nunca se viram mesmo tantas ações da Polícia Federal. Nunca tivemos um volume tão significativo de prisões de agentes públicos, de pessoas de alto escalão, de quadrilhas que são desmontadas.

Portanto, essa tranqüilidade que o Presidente expressou em seu pronunciamento é a mesma que nós, do PT, temos que ter neste momento, Senador Paulo Paim, porque o nosso Partido já foi acusado de muita coisa que depois se desmontou. Vou lembrar apenas de três, porque essas nos causaram muito sofrimento. Numa época, fomos acusados de estarmos envolvidos em roubo de Banco na Bahia, logo no começo do PT. Depois, nada era verdade. Posteriormente, fomos acusados de envolvimento no assassinato de trabalhadores rurais em Leme. Lembram-se desse episódio? Pena que o Senador Eduardo Suplicy não esteja neste plenário, porque S. Ex<sup>a</sup> foi, inclusive, um dos acusados de envolvimento nas tais das mortes dos trabalhadores rurais em Leme. Depois, fomos acusados de estar envolvidos no seqüestro do empresário Abílio Diniz. Chegaram a vestir camisetas do PT nos seqüestradores!

Portanto, já criamos uma casca grossa em razão das situações que geraram essas acusações, mas com o passar... O nosso Ministro das Cidades, Olívio Dutra, quando Governador, foi indiciado na CPI da Segurança Pública por não sei quantas falcaturas, mas, depois das eleições, todas as acusações foram anuladas. Já estamos acostumados a isso, e os fatos continuam ocorrendo.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Ontem, houve a entrevista do empresário de comunicação e publicidade. Com o andar da carruagem, as CPIs trarão a público a verdade. Quem quer que esteja envolvido com a corrupção será punido – são palavras do Presidente –, porque este Governo combate a corrupção. Essa atitude está demonstrada, de forma muito tranqüila e serena, pelas ações que vêm sendo desenvolvidas nesses dois anos e meio.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a compreensão por me conceder alguns instantes a mais e volto a agradecer de público não só aos Senadores e às Senadoras, como também a todos os funcionários da Casa e às pessoas que me enviaram condolências.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Concede-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Ouço V. Ex<sup>a</sup> com prazer.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Nobre Senadora Ideli Salvatti, faça este aparte para me solidarizar com V. Ex<sup>a</sup> neste momento. Sempre estamos de lados opostos, mas, evidentemente, quando uma pessoa passa por uma dor...

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – ... como a que V. Ex<sup>a</sup> está sentindo, ficamos do mesmo lado. Estamos ao lado de V. Ex<sup>a</sup>, solidários neste momento. Muito obrigado.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Agradeço ao Senador José Jorge e a todos que foram solidários comigo e com minha família.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senadora Ideli Salvatti, em nome da Casa e de todos os seus colegas, Senadoras e Senadores, manifestamos nossa solidariedade neste momento de dor que V. Ex<sup>a</sup> atravessa.

Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho por permuta com a Senadora Heloísa Helena.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Ideli Salvatti, também manifesto de público os meus sentimentos e de todo o povo de Roraima.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, como é de amplo conhecimento, neste ano, mais precisamente no dia 15 de abril de 2005, o Presidente Lula homologou, de forma contínua, a reserva indígena Raposa/Serra do Sol, localizada no Estado de Roraima.

Trata-se de uma área de 1.743.089 hectares, situada nos Municípios de Normandia, Pacaraima e Uiramutã. Essa área corresponde a 10% do território de Roraima, que equivale ao espaço ocupado pelo Estado de Sergipe e representa três vezes o tamanho do Distrito Federal. Toda essa área será destinada a aproximadamente 15 mil (quinze mil) índios das etnias Ingarió, Makuxi, Tauperang e Wapixana, que vivem na área. Cinco etnias.

A aludida homologação recaiu sobre a Portaria nº 534, de 2005, que, dentre outras disposições, prescreveu em seu art. 5º, parágrafo único, que fica proibido o ingresso, o trânsito e a permanência de pessoas ou de grupos de não-índios dentro do perímetro especificado, além de determinar que a extrusão (ou expulsão) dos não-índios presentes na área Raposa/Serra do Sol será realizada em prazo razoável, não superior a um ano, a partir de 15 de abril de 2005.

Sr. Presidente Alvaro Dias, gostaria de expressar mais uma vez, com este pronunciamento, a minha indignação com a demarcação da Raposa/Serra do Sol feita da forma como o foi. O Presidente Lula, contrariando todas as evidências que convergiam para a necessidade de uma demarcação com exclusão das vilas e da área de produção de arroz, homologou de forma contínua a reserva, da forma como propagavam as ONGs internacionais, encabeçadas pelo CIR – Conselho Indígena de Roraima. Vale dizer que essa indignação não é só minha, mas da quase totalidade

dos habitantes índios e não-índios do meu Estado, principalmente da maioria dos índios que ocupam a área Raposa/Serra do Sol.

Resolvi, por conta dessa desastrosa homologação promovida pelo Presidente, ingressar com uma ação popular com pedido de Efeito Suspensivo Liminar no Supremo Tribunal Federal.

Argüi na ação que a Portaria nº 534, de 2005, e o correspondente decreto homologatório presidencial correspondem a atos administrativos divorciados de todo e qualquer bom senso. A homologação contínua agride frontalmente o princípio da razoabilidade, introduzido na Constituição pelo nosso Senador de Roraima Mozarildo Cavalcanti, a quem concedo um aparte.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – Senador Augusto Botelho, V. Ex<sup>a</sup>, assim como eu, temos sido vozes permanentes aqui nesta Casa para chamar a atenção para esta questão, dizendo claramente que somos a favor, e sempre o fomos, da demarcação da reserva indígena Raposa/Serra do Sol. Aliás, essa é a 35ª reserva a ser demarcada em nosso Estado, que tem uma população indígena de 8% e já tem reservas indígenas superiores à metade da área do Estado. Nós tivemos a oportunidade de participar da Comissão com V. Ex<sup>a</sup>. Inicialmente, eu a presidi, e o Senador Delcídio Amaral era o Relator. Participou também o Senador Jefferson Peres. Fomos a Roraima, ouvimos todos e fizemos um relatório que foi encaminhado ao Presidente da República e ao Ministro da Justiça, mostrando não só o desejo da maioria dos índios que moram naquela área, como também todas as implicações técnicas e jurídica em relação ao interesse da soberania nacional, à questão das reservas estratégicas, à fronteira entre o Brasil e a Venezuela. Apesar de tudo isso e de existir uma liminar no Supremo sustando a demarcação até que se analisasse o mérito da ação, que começou lá em Roraima na Justiça Federal e que comprovou um monte de irregularidades, o Presidente demarcou a reserva. Eu prefiro dizer que tenha sido iludido pelo Ministro da Justiça, porque, Senador Augusto Botelho, V. Ex<sup>a</sup> sabe, e é bom que o povo todo do Brasil saiba também, que o Supremo Tribunal Federal foi induzido a erro pelo Ministro da Justiça, que o Presidente da República considera o maior jurista do Brasil. V. Ex<sup>a</sup> citou aí que a causa dessa demarcação era a Portaria nº 820. Quando a questão foi a julgamento, no dia 14 de abril, era apenas para decidir se a competência para julgá-la era do Supremo ou da Justiça Federal de Roraima. E o Supremo, inicialmente, acolheu a tese de que a competência era sua. Em seguida, o relator aduziu que tinha sido informado de que já tinha sido feita uma nova portaria. Portanto, todas as ações que se insurgiram contra a Portaria nº 820, como a sua,

a minha, a da Deputada Sueli, e as de outros Parlamentares de Roraima, conforme foi dito pelo próprio relator, perderam o objeto. Não era verdadeiro que a Portaria nº 534 – essa que foi assinada depois – estivesse existindo, porque ela não tinha sido publicada; foi publicada no dia seguinte da decisão do Supremo. Então, o que ocorreu foi uma fraude jurídica contra a qual V. Ex<sup>a</sup> já entrou com uma ação popular, eu também entrei com ação no Supremo, assim como o Governador do Estado. Espero que o Supremo não deixe embaixo do tapete uma molecagem que o Ministro da Justiça fez quando informou que existia uma portaria que não existia. S. Ex<sup>a</sup> disse que tinha revogado a portaria. No outro dia, quando foi publicada, constatamos que S. Ex<sup>a</sup> não só não revogou a portaria, como ratificou-a, com ressalvas mínimas, como a manutenção da sede do Município, que não podia extinguir. Quero dizer que é muito delicado ficarmos batendo nessa tecla, mas é importante que continuemos batendo. Quero felicitar V. Ex<sup>a</sup> por isso, porque é preciso que a consciência nacional entenda que não se trata de um caso simples, que não estamos nos insurgindo apenas contra uma pequena reserva para 15 mil índios. No Estado de Roraima, temos uma reserva ianomâmi de 9 milhões de hectares, temos a reserva demarcada recentemente de 1,7 milhão de hectares e, ao todo, temos 50% do Estado, o que corresponde a mais de 12 milhões de hectares, destinados a reservas indígenas. Enquanto isso, os índios, de quem nos interessa cuidar, os seres humanos, estão totalmente abandonados pelo Governo Federal. Não fosse a ação do Governo Estadual e das prefeituras estariam morrendo à míngua, como estão os ianomâmis e os índios da reserva São Marcos. Portanto, quero cumprimentá-lo pela oportunidade do seu pronunciamento e dizer que estou solidário com V. Ex<sup>a</sup> nessa luta.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR)** – Muito obrigado. O que me motivou a fazer esse pronunciamento foi um fato que vou relatar no final, ocorrido na região da Raposa Serra do Sol, próximo ao Marco BV-7, entre Boa Vista e Venezuela.

Tive oportunidade de esboçar na ação popular que o procedimento administrativo de demarcação da reserva Raposa Serra do Sol está eivado de toda sorte de vícios. Só para registro, posso citar o fato de o relatório do Grupo Interdisciplinar, previsto no procedimento, ter sido assinado por uma única pessoa, a antropóloga Maria Guiomar de Melo, representante da Funai, quando deveria ter sido assinado por outros 27 membros do Grupo Interdisciplinar, nomeados também pela Funai. Ademais, o procedimento demarcatório foi maculado pela parcialidade, pois dos 10 índios previstos para participarem no Grupo Interdisciplinar

todos foram nomeados pelo Cimi (Conselho Indigenista Missionário), entidade que sempre defendeu a demarcação de forma contínua da reserva, deixando de fora as outras organizações indígenas, como a Sodiur, a Alidcir e a Arikon.

Muitos outros vícios podem ser verificados, bastando ler o relatório da Comissão de Peritos, cujos membros foram nomeados pelo MM. Juiz Federal Helder Girão. Foi com base nesse relatório que o mesmo juiz concedeu a primeira liminar, em sede de Ação Popular, suspendendo os efeitos da Portaria nº 820, de 1998, que previa a demarcação contínua da reserva Raposa Serra do Sol. Essa liminar foi mantida na 2ª Instância da Justiça Federal e pelo próprio Plenário do Supremo Tribunal Federal. Ressalte-se que o Judiciário se manifestou em peso sobre a necessidade de se manter intacta a área até que sobre o mérito viesse a se pronunciar.

Como se não bastassem os vícios procedimentais, desastrosas serão, para o equilíbrio socioeconômico do Estado, as conseqüências da demarcação contínua. Índios totalmente integrados, imiscuídos mesmo, à sociedade envolvente (formada por não-índios) serão submetidos a um indesejado isolamento – eles não querem ficar isolados e batem sempre nessa tecla. São índios que se ocupam do comércio, da lavoura, da pecuária, da política – temos um índio prefeito em Normandia, um vice-prefeito em Pacaraima e vários vereadores indígenas, sendo muitos deles, coincidentemente, tuxauas, que são os caciques, os chefes indígenas na nossa região. São índios que já constituíram família com os não-índios. Por isso mesmo, argüi na Ação Popular que a demarcação contínua terá o condão de subverter toda uma ordem que há décadas vem se cristalizando. Isso para não falar de não-índios que habitam a região há duas ou mais gerações e que terão, agora, que abandonar as terras. Vários projetos de vida, há anos construídos e consolidados, serão torpedeados pela desumanidade do Governo Lula.

Ocorrerá, por conta da malsinada demarcação, o desmantelamento da estrutura produtiva, sobretudo do arroz irrigado, que, plantado em uma pequena franja da reserva, tem obtido altos índices de produtividade, respondendo por 11% do PIB do Estado.

O relatório de peritos constatou também que a demarcação contínua provocará êxodo rural de índios e não-índios, potencializando os problemas decorrentes do inchamento urbano da Capital do Estado. A demarcação trará fortes reflexos imediatos na produção agropecuária do Estado de Roraima, comprometendo um longo trabalho de planejamento agrícola realizado por órgãos públicos e privados. Poderíamos aqui arrolar,



até a exaustão, várias outras perversas conseqüências da demarcação, o que não vem ao caso.

Vale dizer também que praticamente todas as conclusões a que chegou a Comissão de Peritos, sob os nefastos efeitos provocados pela homologação contínua, foram corroborados pelo relatório das Comissões Externas do Senado e da Câmara, destinadas a examinar as demarcações de terras indígenas no Estado.

Sr. Presidente Alvaro Dias, Senador Paulo Paim, diante dessa esdrúxula homologação, resta-nos a indignação e as incertezas quanto ao futuro do Estado. A insegurança reina absoluta em Roraima, que até hoje não é titular de suas terras, que permanecem sob o injurídico e inconstitucional domínio da União.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Peço mais um minuto, Sr. Presidente.

Qual empresa se habilitaria a se implantar em Roraima diante desse quadro de total insegurança? Ao certo, amanhã, o terreno sobre o qual se assentar uma empresa poderá ser declarado como pertencente a uma área indígena.

Infelizmente, estamos retornando à economia do contracheque!

Passo a relatar o fato que ocorreu ontem na colônia do rio Miang.

A sede do Município de Pacaraima é localizada junto ao Marco BV-8, entre Brasil e Venezuela. Foram assentados pelo Marechal Rondon os Marcos BV-8 e BV-7. A colônia do Miang fica bem próxima ao Marco BV-6. E os colonos têm terreno tanto do lado do Brasil quanto do lado da Venezuela. Eles cultivam e vivem lá pacificamente com os índios.

Porém, um grupo de indígenas do CIR\* (Conselho Indígena de Roraima) foi à área e seqüestrou três colonos, conforme relatado pelo jornal **Folha de Boa Vista**. E esses colonos foram resgatados pelos outros indígenas e pelos colonos que estavam lá. Nessa colônia só se chega pela Venezuela.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Encerro já, Sr. Presidente.

Os colonos Antônio Alves de Souza, de 44 anos, Antônio Ferreira e Otávio Gonçalves da Silva foram soltos por volta das 19 horas de anteontem. A Polícia Federal e os aviões da Funai sobrevoaram a área, inclusive invadindo o espaço venezuelano. Ou seja, estão fazendo arbitrariedades e descumprindo acordos internacionais.

Para encerrar, devo dizer que existe um contencioso entre a Venezuela e a Guiana em relação à fronteira.

A franja do Brasil que está nesse ponto foi toda transformada em área indígena. Só existe uma unidade militar em Bonfim e outra na sede de Normandia. Estamos com a fronteira totalmente sem guarda. Se a nossa Polícia Federal invade o espaço deles com a maior facilidade, o inverso será verdadeiro. Quando Hugo Chávez resolver invadir a Guiana – penso que ele é capaz de fazer isso –, quem vai sobrar seremos nós.

O Lula errou. E seu erro na demarcação da reserva Raposa Serra do Sol só não foi pior do que não deixar a instalação da CPI do Waldomiro Diniz. Quando ele assim agiu, fez igual ao Fernando Henrique, quando não deixou ser instalada a CPI da Corrupção – todos quebraram a redoma de ética em que viviam, quando não deixaram ser instaladas essas CPIs –, e agora ele está sofrendo as conseqüências. Que agüente o tranco então, porque ele não foi ético não deixando instalar a do Waldomiro Diniz.

Vamos lutar para reverter a demarcação da Raposa/Serra do Sol, até trocar o Lula e vir outro Presidente. Sou da quarta geração de índios lá de Roraima, sou de lá, não vou sair de lá e vou continuar lutando para respeitarem a vontade do meu povo, da minha gente, porque não foi a vontade da maioria da minha gente que foi respeitada quando demarcaram dessa forma.

Muito obrigado.

### **SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR AUGUSTO BOTELHO.**

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, como já é de amplo conhecimento, este ano, mais precisamente no dia 15 de abril de 2005, o Presidente Lula homologou, de forma contínua, a reserva indígena Raposa/Serra do Sol, localizada no Estado de Roraima.

Trata-se de uma área de 1.743.089 ha (um milhão, setecentos e quarenta e três mil, oitenta e nove hectares) situada nos Municípios de Normandia, Pacaraima e Uiramutã. Esta área corresponde a 10% do território de Roraima; é a uma área que correspondente à área ocupada pelo Estado de Sergipe e representa três vezes o tamanho do Distrito Federal. Toda essa terra será destinada a aproximadamente 15.000 (quinze mil) índios das etnias Ingaricó, Makuxi, Tauperang e Wapixana.

Aludida homologação recaiu sobre a Portaria nº 534 de 2005 que dentre outras disposições, prescreveu, em seu artigo 5º, parágrafo único, que fica proibido o ingresso, o trânsito e a permanência de pessoas ou grupos de não-índios dentro do perímetro especificado, além de determinar que a extrusão (= expulsão) dos não-índios presentes na área Raposa/Serra do

Sol será realizada em prazo razoável, não superior a um ano, a partir de 15 de abril de 2005.

Sr. Presidente, gostaria de, neste pronunciamento, expressar a minha indignação com a demarcação da Raposa/Serra do Sol feita da forma como o foi. O Presidente Lula, contrariando todas as evidências que convergiam para a necessidade de uma demarcação descontínua, homologou de forma contínua a reserva. Vale dizer, essa indignação não é só minha, mas da quase totalidade dos habitantes não-índios do meu Estado e da grande maioria dos índios que ocupam a área.

Resolvi, por conta da desastrosa homologação promovida pelo Presidente, ingressar com uma Ação Popular com pedido de Efeito Suspensivo Liminar junto ao Supremo Tribunal Federal.

Argüi, na ação, que a Portaria nº 534 de 2005 e o correspondente Decreto Homologatório Presidencial, correspondem a atos administrativos divorciados de todo e qualquer bom senso. A homologação contínua, agride, frontalmente, o princípio da razoabilidade.

Sr. Presidente Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, tive oportunidade de esboçar, na Ação Popular, que o procedimento administrativo de demarcação da Raposa/Serra do Sol está eivado de toda sorte de vícios. Só para registro, posso citar o fato de o Relatório do Grupo Interdisciplinar, previsto no procedimento, ter sido assinado por uma única pessoa, a antropóloga Maria Guiomar de Melo, representante da FUNAI, quando deveria ter sido assinado por todos os 27 membros do Grupo Interdisciplinar, nomeados, também, pela FUNAI. Ademais, o procedimento demarcatório foi maculado pela parcialidade pois, dos dez índios previstos para participarem do Grupo Interdisciplinar, todos foram nomeados pelo Conselho Indigenista Missionário – CIR, entidade que sempre defendeu a demarcação contínua da reserva. Muitos outros vícios podem ser verificados, bastando ler o RELATÓRIO DA COMISSÃO DE PERITOS. Estes peritos foram nomeados pelo Meritíssimo Juiz Federal Elder Girão. Foi com base nesse relatório que o mesmo Juiz concedeu a primeira liminar, em sede de Ação Popular, suspendendo os efeitos da Portaria nº 820 de 1998, que previa a demarcação contínua da Reserva Raposa/Serra do Sol. Esta liminar foi mantida em 2º instância da Justiça Federal e pelo próprio plenário do Supremo Tribunal Federal. Veja que o judiciário se manifestou em peso sobre a necessidade de se manter intacta a área até que sobre o mérito viesse a se pronunciar.

Se não bastassem os vícios procedimentais, desastrosas serão, para o equilíbrio sócio-econômico do Estado, as conseqüências da demarcação contínua. Índios totalmente integrados à sociedade envolvente

(formada por não-índios), serão submetidos a um indesejado isolamento. São índios que se ocupam do comércio, da lavoura, da política. São índios que já constituíram família com os não-índios. Por isso mesmo, argüi na Ação Popular que a demarcação contínua terá o condão de subverter toda uma ordem que a décadas se vem cristalizando. Isso para não falar de não-índios que habitam a região há duas ou mais gerações e que terão, agora, que abandonar as terras. Vários projetos de vida, a anos construídos e consolidados, serão torpedeados pela desumanidade do Governo Lula.

Ocorrerá, por conta da malsinada demarcação, o desmantelamento da estrutura produtiva, sobretudo do arroz que, plantado em uma pequena franja da reserva, tem obtido altos índices de produtividade.

O Relatório de peritos constatou, também, que a demarcação contínua provocará êxodo rural de índios e não-índios, potencializando os problemas decorrentes do inchamento urbano da Capital do Estado. A demarcação trará fortes reflexos imediatos na produção agropecuária do Estado de Roraima, comprometendo um longo trabalho de planejamento agrícola realizado por órgãos públicos. Poderíamos aqui arrolar, até a exaustão, várias outras perversas conseqüências da demarcação, o que não vem ao caso.

Vale dizer, também, que praticamente todas as conclusões a que chegou a comissão de peritos, sob os nefastos efeitos provocados pela homologação contínua, foram corroborados pelo Relatório da Comissão Externa do Senado destinada a examinar as demarcações de terras indígenas no Estado.

Sr. Presidente, diante dessa esdrúxula homologação, resta-nos a indignação e as incertezas quanto ao futuro do Estado. A insegurança reina absoluta em Roraima que até hoje não é titular de suas terras, que permanecem sob o injurídico e inconstitucional domínio da União.

Qual empresa se habilitaria a se implantar em Roraima diante desse quadro de total insegurança? Ao certo, amanhã, o terreno, sobre qual se assentar uma empresa, poderá ser declarado como pertencente a uma área indígena.

Sr. Presidente, estamos, infelizmente, retornando à economia do contra-cheque!

A homologação contínua da reserva Raposa/Serra do Sol envolve, também, conflito federativo de grande monta entre a União – que detém a competência para demarcar as reservas indígenas – e o Estado – do qual são subtraídas enormes extensões de terra. Pelo julgamento da Reclamação nº 2833, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a existência desse conflito.

Não poderíamos deixar de mencionar que, na mesma Ação Popular, alegamos que a demarcação



de grande extensão de terra, em área de fronteira, agride a Segurança Nacional e a Soberania do País. O Ministro Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, por meio do Aviso nº 03157/SC-2 alertou, dentre outros, que “A decisão de conceder áreas exageradas, ricas em minerais e de difícil controle, ocupadas por minorias pouco expressivas da população Brasileira, para estudos antropológicos de indígenas, pode levar a pressões internacionais insuportáveis, se propalada uma pretensa impossibilidade de fiscalização, controle e proteção da área”. E diz mais: “no caso específico da área RAPOSA/SERRA DO SOL, não podemos esquecer a pretensão da Venezuela de estender sua fronteira até o rio Essequibo em território guianense”. No mesmo aviso, o Ministro chama a atenção para a intenção da ONU de restringir a atuação das forças armadas em território indígena. Trata-se, resta indubitado de área estratégica para o resguardo da Soberania Nacional.

Sr. Presidente, na Ação Popular de minha autoria, foi pedido a Suspensão Liminar do Decreto nº 534 de 2005 e do Decreto Homologatório Presidencial que homologou a Raposa Serra do Sol. Porém, o pedido de liminar foi negado pelo Relator Ministro Carlos Ayres Britto.

Para hostilizar tal decisão interpusemos Agravo Regimental, visando a que o Plenário do Supremo Tribunal Federal reconsiderasse o despacho do Eminente Ministro Relator. Tal recurso ainda pende de julgamento.

Gostaríamos de reforçar aqui a nossa convicção de que a Homologação da Raposa/Serra do Sol criou um clima de grade tensão social no meu Estado e precisamos, com urgência, do pronunciamento favorável do Supremo sobre nosso recurso. É previsível – pois já ocorreu no passado e foi amplamente divulgado pela mídia -, que diversas repartições públicas sejam invadidas; estradas sejam fechadas; brigas entre partidários da homologação contínua e partidários da homologação descontínua desencadear-se-ão. O que é pior, mortes podem ocorrer. Trata-se de questão que mexe com os ânimos dos habitantes do Estado e as conseqüências da homologação poderão ser inesperadas e explosivas. Já se está cogitando de resistência armada dos fazendeiros que não querem deixar suas terras

De mais a mais, acreditamos ter demonstrado, tanto na Ação Popular, como no referido Agravo, a presença dos requisitos da Urgência e da Plausibilidade do Direito Invocado. Espero que o Supremo Tribunal Federal se sensibilize com a crise gerada pela demarcação da terra indígena Raposa/Serra do Sol.

É o que tinha a dizer.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado, Senador Augusto Botelho. V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma regimental.

Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti, por permuta com a Senadora Heloísa Helena.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, anteontem, estive ocupando esta tribuna para fazer – disse muito mais como médico do que mesmo como Senador – uma grave denúncia sobre o que está ocorrendo em meu Estado no que tange a uma epidemia de dengue que está assolando principalmente a capital Boa Vista. Li, naquela ocasião, matéria publicada no jornal **Brasil Norte** cuja manchete é “Casos de dengue aumentaram em 42% este ano em relação a 2004”, que informa que mais de 90% dos casos estão na capital. Atualmente, todos os Municípios têm registro da doença, mas Boa Vista concentra 90% dos registros, e é importante que se diga que a capital tem 60% da população. Portanto, a grande maioria da população de Roraima está doente, principalmente a população de Boa Vista. Os Bairros Caraná e Sílvia Botelho são os mais atingidos. Li a matéria e disse que iria encaminhar um expediente ao Ministro da Saúde e ao Presidente da Funasa. Em tese, bastaria ter encaminhado ao Ministro, mas encaminhei aos dois para que um não alegue que a burocracia não fez o assunto chegar ao conhecimento do outro.

O mesmo jornal, ontem, quinta-feira, publicou a manchete “PS vai ampliar capacidade de atendimento”. Diz a matéria:

Epidemia de dengue e malária compromete a qualidade dos serviços; médicos e enfermeiros serão contratados. A Secretaria Estadual de Saúde admite que a quantidade de pessoal e o espaço físico do Pronto-Socorro (...) são insuficientes para atender a demanda crescente. A epidemia de malária e dengue registrada no Estado tem provocado um aumento significativo no número de pacientes. Segundo a diretora do Pronto-Socorro, (...) em maio, houve um aumento de 80% no número médio de atendimento.

Quer dizer, um pronto-socorro que é do Estado está atendendo pacientes cuja doença deveria ter sido evitada pela Prefeitura Municipal.

Diz a diretora do pronto-socorro: “Em junho quase que triplicou o número de pacientes. Nossa capacidade é de 200 atendimentos por dia e temos recebido, diariamente, em média, 450 pacientes”.

A matéria diz que a Secretaria, inclusive, assume, digamos assim, a coordenação do trabalho, convidando a Fundação Nacional de Saúde, as Forças Armadas, a Defesa Civil, o Conselho Estadual de Saúde, o Conselho dos Secretários Municipais de Saúde, a Secretaria de Saúde de Boa Vista, o Conselho Regional de Medicina, o Conselho Regional de Enfermagem, o Ministério Público, a Assembléia Legislativa e o Tribunal de Contas. Quer dizer, é uma verdadeira convulsão que está acontecendo no meu Estado por descaso na prevenção, que é o item principal na área de saúde.

Outra manchete de ontem, publicada no jornal **Folha de Boa Vista**: “Militares vão ajudar no combate à dengue”. As Forças Armadas estão sendo chamadas para ajudar. Por quê? Porque quem era responsável pela ação preventiva, por evitar que isso acontecesse, que é a Prefeitura Municipal, não o fez.

Temos outra manchete aqui: “Ruas que dão acesso ao Jardim Olímpico estão intrafegáveis”. Na verdade, as ruas da minha cidade, Boa Vista, capital do Estado, tirando as principais, que são bem enfeitadas, todas elas estão intransitáveis, todas elas estão cheias de lagoas e de água para todo lado, onde estão também proliferando o mosquito da dengue e o da malária.

Então, Sr. Presidente, quero aqui registrar que já encaminhei ao Sr. Ministro Humberto Costa e ao Sr. Valdi Bezerra, respectivamente Ministro da Saúde e Presidente da Fundação Nacional da Saúde, ofícios, de semelhante teor, dirigidos a ambas as autoridades. Lerei o ofício que encaminhei ao Sr. Presidente da Funasa, semelhante ao que enviei ao Sr. Ministro da Saúde, com as devidas modificações.

Com meus cordiais cumprimentos, levo ao conhecimento de Vossa Senhoria cópia do discurso, em anexo, que proferi ontem na tribuna do Senado Federal, manifestando minha preocupação em relação ao acentuado aumento de casos de dengue neste ano, em relação ao ano de 2004, que vem acometendo a população do Estado de Roraima.

Segundo dados do Diretor de Endemias do Estado, Dr. James Rodrigues, Roraima experimentou neste ano um aumento de 42% nas notificações de dengue, sendo que, destes, mais de 90% dos novos casos estão na capital Boa Vista.

Portanto, Senhor Presidente, diante da gravidade da situação que vem assolando a população do Estado de Roraima, sobretudo no Município de Boa Vista, e visando a reversão desse severo quadro de epidemia, solicito a Vossa Senhoria a premente instauração de uma auditoria no referido Município, a fim de se detectar possíveis falhas na execução do projeto de combate à dengue naquela localidade, bem como requeiro que

seja informado o montante de recursos alocados naquele Município destinado ao referido programa.

Não é possível que nós tenhamos a obrigação – e, aqui, por coincidência, estão os três Senadores de Roraima, todos três médicos –, não é possível que tenhamos a responsabilidade de cuidar de todos os problemas de Roraima. Mas esse é prioritário. É importante o combate à doença – alerta a Nação sobre isso – porque essa epidemia de dengue não vai ficar circunscrita a Roraima, ela vai se expandir pelo Brasil afora. Quando chegar no Rio, Senadora Heloísa Helena, com certeza, vão fazer um estardalhaço danado, vão levar as televisões, vai aparecer o Ministro de casa em casa para dizer que está combatendo a dengue.

Quero aqui fazer justiça. Enquanto o Senador Wirlande da Luz era o Secretário Municipal de Saúde, no início deste ano, os casos de dengue estavam mais ou menos sob controle. Mal o inverno começou, em maio, já tivemos esse aumento, em Boa Vista, de 90% de casos em relação ao ano passado.

O que posso compreender, Senador Wirlande da Luz? Que houve um desmonte na Secretaria Municipal de Saúde, que não se deu prioridade às ações de saúde. Estou fazendo a ressalva, até pelas próprias notícias, de que V. Ex<sup>a</sup> está sendo absolvido, porque no ano passado os casos estavam sob controle. Este ano, quando V. Ex<sup>a</sup> teve que assumir o mandato, passou a haver um desmonte na área da saúde, perdeu-se o foco e a importância. Por quê? Porque a Prefeita nomeou Secretário de Saúde uma pessoa que veio do Paraná, um Estado que talvez nem tenha dengue, e, o que é pior, que está implicado em questões da Justiça, inclusive que está com seus bens bloqueados, que levou a esposa junto, para ser administradora hospitalar, ou vice-versa. Não tenho certeza. O casal que está comandando a Secretaria Municipal de Saúde no Estado é recém-chegado e tem problemas com a Justiça.

Enquanto isso, a população está adoecendo, sobrecarregando o pronto-socorro, que é estadual e que deveria atender emergências mais urgentes. Nós, que somos médicos, sabemos que emergência há em vários graus. Evidentemente, uma pessoa que está com dor e febre se sente numa emergência, mas uma pessoa que, por exemplo, acabou de receber um tiro ou sofreu um traumatismo craniano num acidente está num grau de emergência mais elevado, tem prioridade sobre aquela outra.

Essa convergência desses casos que poderiam não estar indo para o pronto-socorro prejudica toda a população do meu Estado. Então, eu não poderia ficar aqui calado diante...

**O Sr. Wirlande da Luz (PMDB – RR) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?**

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)**

– Vou conceder, em seguida, com muito prazer, um aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

Quero também trazer mais um dado interessante. A Controladoria-Geral da União vem fazendo sorteios para a escolha dos Municípios brasileiros a serem investigados. Meu Estado tem apenas 15 municípios, com a capital. Coincidentemente, foram sorteados sete municípios, todos do interior. Portanto, 50% dos municípios do interior de meu Estado foram auditados pela CGU. A Prefeitura de Boa Vista não foi sorteada; portanto, a capital, que tem 60% da população, não foi sorteada. Muita sorte dela e muito azar do povo de Boa Vista, porque, com certeza, quem vai a minha cidade, quando chega ao aeroporto e transita nas ruas principais, diz: “Que cidade linda”.

Realmente é linda. Agora mesmo, acabou de ser liberado pelo Ministério da Integração Nacional cerca de R\$500 mil para construir mais uma praça nessa avenida. Isso é integração nacional.

Quero realmente uma resposta. Nada solicitei à CGU, porque confio muito pouco naquele órgão, mas pedi ao Ministro, por uma deferência, até por ser um colega médico, que me informe e faça uma auditoria sobre essa questão. Vou também pedir ao Tribunal de Contas da União que faça essa investigação, porque não se trata simplesmente de recursos, não. Trata-se de vidas, da saúde da população. Mais sério ainda – vou repetir: lamento muito que o problema esteja ocorrendo em meu Estado, mas pode se expandir para o Brasil todo, porque o mosquito pode ser levado dentro do avião, que todo dia chega e sai de Roraima. O paciente que tenha adoecido em Roraima pode perfeitamente estar assintomático e chegar ao Rio e São Paulo e, no outro dia, ser picado pelo *Aedes aegypti*, que existe no Brasil todo.

Concedo o aparte ao meu colega médico Senador Wirlande da Luz, que foi Secretário de Saúde durante o ano passado, até o início deste ano.

**O Wirlande da Luz (PMDB – RR)** – Senador Mozarildo Cavalcanti, existe um problema muito sério na questão das ações contra a dengue e contra a malária no Estado inteiro. Há uma dicotomia nessas ações. O Governo Federal libera o veneno para as ações do fumacê. Quem compra o óleo para misturar o veneno, porque esse veneno é adicionado ao óleo para que permaneça mais tempo no ar e tenha um período de ação residual maior, é a Secretária de Saúde do Estado. Quem faz as ações, quem executa o controle na capital é a Secretária Municipal de Boa Vista, assim como em todos os municípios. Há um problema sério: quando chega o veneno, o Governo não fez a licitação do óleo; quando tem o óleo, o Governo Federal

não liberou o veneno. Aí começa a liberar um veneno indissolúvel, que não tem quase ação nenhuma, porque, após o fumacê liberar o veneno, em poucos minutos, ele já desaparece. Ressalto, também, que nos municípios do interior onde o índice de malária é maior, existe um problema muito sério. Essas secretarias não são bem estruturadas, têm poucos recursos, o Governo do Estado tem que liberar – isso foi discutido na bipartite – condições, veículos e óleo diesel. A queixa dos secretários dos municípios do interior é que, quando chega o veículo, não chega o óleo diesel; quando chega o óleo diesel, o veículo está quebrado. Essa é uma questão séria, é uma questão que tem que ser resolvida. As ações de combate a dengue e malária estão em nível dos governos federal, estadual e municipal. Faz V. Ex<sup>a</sup> muito bem encaminhando esse documento ao Presidente da Funasa e ao Ministro da Saúde. Muito obrigado.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR)** – Sr<sup>a</sup> Presidente, peço um pouco de tolerância porque o tema é importante não só para o meu Estado, mas – repito – para o Brasil.

**A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P–SOL – AL)** – Tem toda.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR)** – Senador Wirlande, fiz bem a ressalva da administração de V. Ex<sup>a</sup>, até porque a conheci de perto durante esses anos até o ano passado. Realmente o sistema municipal de saúde desmontou-se a partir da saída de V. Ex<sup>a</sup>. Vou deixar de lado a questão da malária, que quero abordar num outro pronunciamento. Vamos para a dengue, que é um negócio mais violento. Para a malária – sabemos –, tem remédio, e para a dengue, não há remédio e há evolução para uma fase hemorrágica, que é fatal, geralmente.

Quanto a essa observação de V. Ex<sup>a</sup>, uma vez, quando Serra era Ministro, discutiu-se: o mosquito é municipal, federal ou estadual? Ficamos nesta história: quem compra o óleo é fulano, quem compra o veneno é beltrano, quem tem ação é sicrano. Isso é algo que não dá para o povo entender, que não dá para justificar, até porque recursos para a área de saúde são constitucionalmente definidos. Não se pode dizer que faltou recurso para isso, que faltou recurso para aquilo. Estão faltando realmente interesse e gerenciamento adequado desse setor. Estou fazendo essa denúncia novamente e lendo publicamente o ofício que mandei para o Ministro e para o Presidente da Funasa, e vou enviar, semana que vem, também o mesmo documento ao Tribunal de Contas da União, porque não confio muito nessa ação da CGU. Trata-se de um sorteio meio estranho. De um Estado com 15 municípios, sorteiavam-se sete. Proporcionalmente, talvez seja um dos



Estados mais sorteados do Brasil e não se sorteia a capital, Boa Vista.

Antes de encerrar, se V. Ex<sup>a</sup> me permitir, Sr<sup>a</sup> Presidente, concedo o aparte do Senador Augusto Botelho, que também é médico e serviu à Secretaria de Saúde do Estado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Com certeza.

**O Sr. Augusto Botelho** (PDT – RR) – São duas observações. Em relação à CGU, assisti a três sorteios, que me pareceram lícitos, limpos. Mas, quando chegou na metade dos municípios, parou-se de fazer sorteio para Roraima. Com relação à dengue, realmente há na Venezuela o tipo vírus 4, que ainda não temos circulando no Brasil. Nossa fronteira com a Venezuela é aberta, tanto o é que a Polícia Federal passou, deu uma volta – dizem os jornais e as pessoas que viram –, deu uma sobrevoada na fronteira pensando que estava no Brasil. Se passar o vírus 4 para Roraima, vai chegar no Brasil todo. Imaginem, se há no Brasil o vírus 1, 2 e 3, se chegar o vírus 4? O número de casos de dengue hemorrágica vai aumentar muito e o risco de morte vai subir, agravando o problema. Gostaria de fazer a outra observação sobre o que V. Ex<sup>a</sup> falou em relação à assistência dos postos de saúde, que estão deficitários mesmo. Sexta-feira passada, eu estava no Hospital Maternidade e chegou uma mulher jovem com convulsão por eclampsia. Se chega uma mulher nesse estado aos postos de saúde, às unidades, os pré-natais não estão sendo feitos adequadamente. Por coincidência, olhei o cartão de pré-natal, em que constavam seis consultas. Não é possível – pensei – que, mesmo após seis consultas, a mulher esteja toda edemaciada, entrando em convulsão? Os hospitais têm reclamado que a mortalidade materna aumentou nos últimos meses em Roraima.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (Bloco/PTB – RR) – Agradeço muito a V. Ex<sup>a</sup> o aparte, Senador Augusto Botelho, porque, além de médico, V. Ex<sup>a</sup> foi Secretário de Saúde, como eu, que fui duas vezes Secretário de Saúde do Estado, e como o Senador Wirlande da Luz, que foi Secretário Municipal de Saúde durante muitos anos. Portanto, nós três temos a responsabilidade, sim, de exigir do Governo Federal providências urgentes para que o aporte de recursos chegue na hora certa. Do contrário, o Ministro fará o “*showzinho*” que fez no Rio de Janeiro, fará a intervenção e dirá que não está aplicando.

Quero saber o seguinte: não dá para tomar uma atitude sem fazer *show*? Não dá para resolver a questão de um Estado pequeno como o meu, onde há 400 mil habitantes, sem deixar 90% da população da capital com doença? Creio que devemos, inclusive, pe-

dir o afastamento do Ministro se a situação continuar dessa forma e de outras autoridades em nível municipal e estadual que estão deixando a população morrer apenas por descaso. Ficam apenas fazendo um “*auêzinho*” na televisão, dizendo: “Não deixem pneus nem jarrinhos vazios”.

Onde está a vigilância sanitária? Onde está a visitação domiciliar? Há recursos para isso. Por que deixam para fazer uma convocação geral, tentando resolver a situação, quando toda a população já está doente?

É preciso realmente tomarmos uma providência e irmos às últimas conseqüências para responsabilizar os culpados por esses episódios que estão ocorrendo no meu Estado.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada sucessivamente pelos Srs. Augusto Botelho, Paulo Paim e pela Sra. Heloísa Helena.*

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. Bloco/PT – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 24 DE JUNHO DE 2005, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

*(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Alvaro Dias.

Antes de passar a palavra ao Senador Wirlande da Luz, indago de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Paulo Paim, se gostaria de falar como orador inscrito ou se quer fazer uso da palavra para uma comunicação inadiável. Há vários Senadores inscritos, inclusive o Senador Edison Lobão, eu e o Senador Marco Maciel, que já está na Casa. Então, se V. Ex<sup>a</sup> quiser usar da palavra para uma comunicação inadiável, nós vamos utilizar o procedimento que vem sendo usado na Casa, isto é, intercalar.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Senadora Heloísa Helena, como eu quero falar muito da morte desse jornalista sobre o qual eu conversava com V. Ex<sup>a</sup>, Bira Valdez, que eu chamo um homem do bem e não simplesmente um homem de bem, vou esperar

para falar quando eu puder usar dez minutos e mais cinco, que seriam quinze minutos.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Excelente. V. Ex<sup>a</sup> está inscrito.

Com a palavra o Senador Wirlande da Luz.

**O SR. WIRLANDE DA LUZ** (PMDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidenta, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, esta semana foi a Semana Nacional Antidrogas.

A questão das drogas, seguramente, está na origem de grande parte dos problemas do Brasil: a violência, a criminalidade, a corrupção, os acidentes de trânsito e no trânsito, a desagregação da família, a deterioração dos valores. Não é muito fácil, Sr<sup>a</sup> Presidenta, encontrar algumas mazelas em nosso País que não estejam direta ou indiretamente vinculadas ao tráfico ou ao consumo de drogas.

Por isso, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é reconfortante saber que está em andamento mais uma Semana Nacional Antidrogas, a sétima, aberta na última terça-feira, no salão nobre do Palácio do Planalto. Naquela oportunidade, foram premiados os vencedores de três concursos: o VI Concurso Nacional de Cartazes, o III Concurso Nacional de Jingle e o III Concurso Nacional de Fotografia. Também foi lançado, pela Secretaria Nacional Antidrogas, o *site* Mundo Jovem, no Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas – o Obid, que é voltado para os jovens entre 12 e 18 anos e tem o objetivo de prestar a esses adolescentes informações sobre o uso de drogas e suas consequências de forma clara, acessível, leve e interativa.

Ontem, dia 23, uma sessão solene na Câmara dos Deputados, no Plenário Ulysses Guimarães, homenageou a VII Semana Nacional Antidrogas. Na ocasião, Sr<sup>a</sup> Presidenta, a Senad apresentou as ações que vem desenvolvendo no intuito de livrar a sociedade brasileira dessa terrível chaga.

No dia 26 de junho, amanhã, encerrando as comemorações de mais essa Semana Nacional Antidrogas, ocorrerá a V Corrida pela Vida, com a participação de quase três mil pessoas das várias faixas de idade.

De alguma maneira, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não somente a corrida, mas também todos esses eventos o que fazem é celebrar a vida. Apontam ao nosso povo, especialmente a nossos jovens, os riscos de se envolver com drogas e os benefícios de uma existência em que elas não estejam presentes.

E o mais importante, Sr<sup>a</sup> Presidenta, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é que as atividades não se restringem a Brasília. Em todos os Estados e nas mais diversas cidades, estão programadas ações para a Semana Nacional Antidrogas.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senador Wirlande da Luz, peço-lhe um aparte no momento em que V. Ex<sup>a</sup> entender mais adequado.

**O SR. WIRLANDE DA LUZ** (PMDB – RR) – Concedo já, Senador Paim.

Governos estaduais e municipais, organizações não-governamentais e empresas particulares estão envolvendo milhares de pessoas – talvez milhões de pessoas – em atividades científicas, culturais, esportivas e de lazer, sempre com as mesmas palavras de ordem: “Sim à vida! Não às drogas!”

Concedo o aparte ao Senador Paulo Paim.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (Bloco/PTB – RR) – Senador Wirlande, depois me inscreva em segundo lugar.

**O SR. WIRLANDE DA LUZ** (PMDB – RR) – Com muito prazer, Senador.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senador Wirlande da Luz, que também é médico, eu tive de fazer um aparte, porque V. Ex<sup>a</sup> traz um tema muito importante não só para o povo brasileiro, mas também para a humanidade para ser debatido neste plenário: a cruzada internacional contra as drogas. Conheço centenas de pais de família que têm esse problema. Inclusive homens públicos estão nessa situação em que um menino ou menina chega a retirar, quando os pais saem, os móveis e os eletrodomésticos para entregar ao traficante, porque quer receber a tal droga. Existe violência contra a família, filhos ameaçam, inclusive, os próprios pais. Até assassinatos já aconteceram. Esse grito que V. Ex<sup>a</sup> dá na tribuna, pode ter certeza, é ouvido em todo o País. Só quem teve contato... Fui visitar, em alguns centros de recuperação e hospitais, principalmente meninos e meninas, jovens de 15, 16, 18, 20, 25, 30 anos, com uma vida toda pela frente e que estão morrendo aos poucos, morrendo física e mentalmente, quando poderiam ajudar muito este País com sua capacidade, com sua inteligência. Quero somar-me a V. Ex<sup>a</sup>. Vou a essa caminhada, vou a essa cruzada. O que pudermos fazer nesta Semana Antidrogas, pode ter certeza, todos nós o faremos. A humanidade continua chocada, o povo está chocado. Dói, e muito, ver essa situação. Tenho convivido com muita gente, tenho participado até de núcleos de pais de família que choram desesperadamente e dizem: “Por favor, salvem nossos filhos!” Enfim, é com sentimento, porque dói muito em cada um de nós, que cumprimento V. Ex<sup>a</sup>. Como V. Ex<sup>a</sup> disse, setor privado, prefeituras, governos estaduais, governo federal, todos precisam somar esforços para salvar nossa juventude. Recentemente, fui visitar um colégio e vi crianças de 8, 9, 12 anos sendo incentivadas por aqueles que estão aí a arrancar o sangue dos jovens, a arrancar a vida



de nossa gente. Não vou tirar mais o tempo de V. Ex<sup>a</sup>. Quero dizer que um discurso como esse deveria, e deve, como todos aqueles que estão nesta caminhada, repercutir em todo o País. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. WIRLANDE DA LUZ** (PMDB – RR) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim. O aparte de V. Ex<sup>a</sup> veio acrescentar conteúdo ao discurso que ora pronuncio.

O uso de drogas – eu também já tive familiares envolvido com elas, mas, graças a Deus, conseguiram sair – é um problema realmente terrível. E hoje não há mais limite de idade. A idade do início do consumo de droga está baixando, como V. Ex<sup>a</sup> acaba de dizer. Crianças de 4, 5 anos de idade já estão sendo incentivadas a cheirar cola, tomar bebida alcoólica, enfim, a usar todo tipo de droga.

Por sinal, hoje a galeria está cheia de jovens, neste momento em que falamos exatamente desse problema. O início do consumo de drogas normalmente ocorre na juventude. Que esse discurso sirva de reflexão de nossos para os jovens que estão na galeria.

Concedo o aparte ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (Bloco/PTB RR) – Senador Wirlande da Luz, quero parabenizá-lo pelo importante pronunciamento que faz. Essa questão das drogas no Brasil é séria. Embora exista um trabalho até louvável, por outro lado, ele fica banalizado quando autoridades ou, digamos assim, personalidades célebres admitem publicamente que fumaram, que fumam, que defendem. E vou citar nomes aqui, Senador: o nosso Ministro da Cultura disse que fumou até depois dos cinqüenta anos. E diz isso com uma naturalidade! Então, um jovem fica estimulado até para experimentar também. Existem Deputados que defendem a legalização – aí, já é uma questão ideológica. Há quem acredite que, descriminalizando, quer dizer, deixando de ser crime o uso da droga, também cairia, digamos assim, o estímulo ao comércio, ao narcotráfico, porque aconteceu isso com a bebida nos Estados Unidos quando houve a lei seca. Quando se liberou, o preço caiu, o que não impediu o consumo. Mas eu acho – e V. Ex<sup>a</sup> com certeza –, como médico, que não há como compactuar com essa tese. Embora possa ser jurídica e ideologicamente aceitável, do ponto de vista médico e científico é inaceitável, porque sabemos dos danos que a droga, qualquer ela, desde o álcool, passando pela maconha, pela cocaína, pelo *crack*, que é mais violento ainda, todas elas são nocivas demais ao principal órgão que temos, que é o nosso cérebro. Então, não é possível que, realmente, possamos compactuar com essa tese de deixar a coisa mais ou menos aceitável. E lamento quando vejo alguma celebridade dizer na televisão, ou no rádio, ou no jornal, que fumou, que

é um barato, que é isso, que é aquilo. Acho que temos que aumentar o rigor na fiscalização das nossas fronteiras, porque é por lá que entram essas drogas. Vêm da Colômbia, vêm dos diversos países fronteiriços a nós, nessa nossa imensa fronteira amazônica, principalmente. Portanto, acho que esse pronunciamento que V. Ex<sup>a</sup> faz é um alerta, é um chamamento, tanto para os jovens, como V. Ex<sup>a</sup> falou, como também para os pais, para terem uma vigilância e um diálogo melhor.

**O SR. WIRLANDE DA LUZ** (PMDB – RR) – Muito obrigado, Senador Mozarildo Cavalcante. Agradeço o seu aparte. Realmente, a questão colocada por V. Ex<sup>a</sup> de que pessoas públicas declaram em jornais, em entrevistas, em televisão, é um horror, porque normalmente a nossa juventude se espelha nessas pessoas, muitas delas artistas, jogadores de futebol, ministros. Então, essa é uma questão muito séria. Essas pessoas, já que usam e não conseguiram sair, deveriam pelo menos poupar os nossos jovens, não dizendo que aquilo é o maior barato.

Toda essa movimentação, evidentemente, nos lança um desafio: o desafio de levar o espírito desta Semana Nacional Antidrogas às demais 51 semanas do ano. Seria deplorável, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, se esse esforço de conscientização não resultasse em frutos, se não levasse nossa população a refletir profundamente sobre a questão das drogas.

O fato, o lamentável fato, é que essa guerra parece longe de estar ganha. Ao contrário. Todas as estatísticas, e mesmo a percepção que temos da sociedade como cidadãos, mostram que o consumo de drogas segue crescendo. E, ao falar de drogas, Sr. Presidente, não me refiro às ilícitas, como a maconha, a cocaína, o *crack*, e o *ecstasy*. Refiro-me, também, às chamadas drogas lícitas, não proibidas, como o álcool, o fumo e os anabolizantes.

Dados da própria Senad, por exemplo, indicam que 19,4% de nossa população – ou seja, um em cada cinco brasileiros – já fizeram uso de algum tipo de droga ilícita. Por outro lado, de acordo com a Organização Mundial de Saúde, o consumo **per capita** de bebidas alcoólicas em nosso País cresceu 154,8% entre 1961 e 2001. Um percentual que situa o Brasil entre os vinte e cinco países que mais viram crescer o consumo de álcool naquele período.

Muitos outros números, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, eu poderia apresentar. Números que assustam. Números que nos mostram a gravidade da situação. De qualquer forma, penso que essa é uma realidade da qual estamos bem conscientes aqui nesta Casa. Na verdade, o que precisamos, cada vez mais, é levar esse recado aos jovens, principalmente àqueles que, influenciados por falsos amigos, iludidos por uma equivocada bus-

ca de prazer, insatisfeitos com a própria qualidade de vida e, algumas vezes, até desamparados de apoio ou carinho familiar, se deixam tentar pelo sórdido mundo das drogas.

Em Roraima, o Conselho Estadual Antidrogas organizou eventos no Estado cuja programação conta com palestras, entrega de diplomas para formandos no curso de multiplicadores de informações preventivas sobre drogas, queima de substâncias entorpecentes, ação preventiva nas escolas públicas, além de atividades esportivas, como a “corrida pela vida”.

Nesse sentido, Sr. Presidente, iniciativas como a Semana Nacional Antidrogas são sempre bem-vindas. Que cumpram o seu papel. Que ajudem o País a ver seus filhos cada vez mais afastados das drogas.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Wirlande da Luz, a Sra. Heloísa Helena, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada sucessivamente pelos Srs. José Jorge, e Renan Calheiros, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, por permuta com o Senador Marco Maciel, pelo prazo de até dez minutos, prorrogáveis por mais cinco minutos.

Antes, porém, de passar a palavra a S. Ex<sup>a</sup>, farei um rápido comunicado a esta Casa e ao Brasil. Aliás, já fiz ontem esse mesmo comunicado e queria repeti-lo.

Primeiramente, não houve, na Presidência do Senado Federal, nenhuma reunião que objetivasse fazer acordo para não instalar CPI – nem a CPI dos Bingos, nem a CPI do Waldomiro, nem a CPI da Privatização, nenhuma CPI. A reunião convocada ontem não foi para esse fim. A reunião que nós convocamos foi exatamente para pedirmos aos Líderes que indicassem os nomes para a CPI dos Bingos até às 16 horas, porque se eles não o fizessem, eu o faria, mantendo a coerência com o que havia sido estabelecido antes com os próprios Líderes partidários.

Entendo ser algo absurdo os partidos políticos e Parlamentares ingressarem com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal contra uma decisão da Mesa anterior – não foi desta. O Supremo manda que o Presidente indique, contrariando a decisão da Mesa, o Presidente estabelece o prazo, indica os nomes e os Partidos fazem um acordo para não instalar a Comissão, depois de esta Casa ficar exposta a uma decisão do Supremo Tribunal Federal.

Eu não vejo, sinceramente, nenhuma coerência nisso, tanto que, na próxima terça-feira, ouvirei no

Plenário quem participou desse acordo. Quero que os Líderes digam, de viva voz, que fizeram o acordo e, de antemão, quero dizer que esse acordo, mais uma vez, na minha sala, na Presidência do Senado Federal, não aconteceu e não aconteceria.

Não tem sentido, de novo, o Senado Federal ficar exposto, ter uma decisão da Mesa do Senado Federal contestada, o Supremo mandar o Presidente indicar os nomes e os Líderes fazerem um acordo, depois de tudo isso, para não instalarem a Comissão Parlamentar de Inquérito, quando todo mundo sabe que o Brasil quer ver tudo esclarecido. O compromisso do Congresso, que quer de volta a sua credibilidade, é exatamente esclarecer tudo, para dar as respostas que a sociedade cobra.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (Bloco/PTB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Faço questão e quero também me posicionar mediante a sua fala no momento adequado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu darei a palavra, pela ordem, rapidamente ao Senador José Jorge. Em seguida, ao Senador Mozarildo Cavalcanti e ao Senador Edison Lobão, com muito prazer.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, era só para dizer que participei da reunião com V. Ex<sup>a</sup>, como Líder da Minoria, e concordo inteiramente com o que falou. Não houve nenhum acordo para não instalar a CPI. Apenas foram feitas as indicações dos nomes e ficou marcada para a próxima terça-feira uma reunião de Líderes, inclusive sem a presença de V. Ex<sup>a</sup> – porque não é, evidentemente, atribuição de V. Ex<sup>a</sup> –, para que nós marquemos as datas em que as CPIs vão funcionar. Mas não há nenhum acordo para não instalar a CPI.

Eu me admirei hoje com as notícias que estão nos jornais. Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup>, sei que V. Ex<sup>a</sup> me disse que ouviu no rádio, mas eu já fiz esse esclarecimento, hoje de manhã, como primeiro orador da sessão. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço muito a intervenção de V. Ex<sup>a</sup>, Senador José Jorge.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Desejo, como Líder do PTB, dizer que, primeiro, não pude participar da reunião com V. Ex<sup>a</sup>, mas já indiquei os nomes do PTB para compor a CPI dos Bingos: eu, como titular,

e o Senador Zambiasi, como suplente. Não concordamos com o que está dito na imprensa, porque não participamos desse acordo de não instalar a CPI ou de abafá-la. Não participei da reunião. E acredito, como disse o Presidente e como disse V. Ex<sup>a</sup>, Senador José Jorge, que isso é inconcebível. O que se pode fazer, como disse V. Ex<sup>a</sup>, é estabelecermos um cronograma para que instalemos a CPI e, a partir daí, apurarmos adequadamente os fatos.

Então, em nome do PTB, gostaria de deixar registrado aqui que não há, nem haverá, esse tipo de acordo. Desejamos estabelecer um cronograma para trabalhar direito, como V. Ex<sup>a</sup> também disse em sua entrevista a que assisti, para que possamos apurar tudo, deixando também que o Congresso funcione de maneira adequada.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Edson Lobão.

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fui Líder desta Casa, assim como V. Ex<sup>a</sup>, que foi um Líder brilhante! Entendo que os Líderes são importantes no funcionamento do Senado Federal. Eles são os balizadores das decisões que aqui tomamos. Mas nem eles, no meu entendimento, podem modificar, a cada minuto, as disposições regimentais – muito menos as constitucionais.

Ou a Presidência desta Casa decide, em caráter final, cumprir, com rigor, as regras regimentais, ou, então, não teremos mais como obedecer a uma orientação legal no funcionamento do Senado Federal.

Se, eventualmente, os Líderes estiverem interessados em que essa Comissão Parlamentar de Inquérito, assim como outras, não funcionem, devem eles desconstituir a Comissão Parlamentar de Inquérito – um novo requerimento anulando o primeiro.

Agora, por acordo de Liderança, deixar de instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito já com decisão do Supremo Tribunal Federal não nos deixa bem, isso é que será o fim das nossas decisões com base legal.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Senador Renan Calheiros, sobre o mesmo tema, se V. Ex<sup>a</sup> me permitir.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero avulzar a sua fala e quero dar aqui um testemunho. Não sou Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo e muito

menos Líder. Mas ontem fui consultado. E como é que fui consultado, depois da reunião com V. Ex<sup>a</sup>?

– Senador Paim, sabemos que V. Ex<sup>a</sup> não gosta de atuar em CPIs [eu nunca atuei em CPI nenhuma ao longo destes vinte anos], mas como as CPIs vão funcionar, vamos precisar que V. Ex<sup>a</sup> seja indicado para a CPI dos Bingos, porque todos os Senadores serão chamados, já que provavelmente teremos três CPIs em andamento.

Mediante isso, eu disse: “Bom, se é inevitável, eu não vou me furtar de participar do debate da CPI dos Bingos.”

E permiti. V. Ex<sup>a</sup> leu ontem que o meu nome estava encabeçando os nomes dos Parlamentares do Bloco de Apoio ao Governo. Então, quero dar este testemunho do telefonema que recebi da Liderança do Bloco de que a CPI dos Bingos iria funcionar e que eu estava sendo convocado, já que os outros estavam envolvidos na CPI dos Correios ou indicados para a CPI do Mensalão. É só um testemunho que avaliza a posição de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Desejo agradecer a V. Ex<sup>a</sup> e queria, com sua permissão, novamente, conceder a palavra, pela ordem, ao Senador Geraldo Mesquita, que, ontem, aliás, fez uma intervenção com esse mesmo teor, dizendo exatamente que não houve acordo, que esse assunto não foi discutido na reunião, que não foi convocada para esse fim. Nós a convocamos para dar o prazo até às 16 horas para os Líderes, a fim de que eles fizessem a indicação. Fiz um apelo para que eles indicassem e eles o fizeram. Às 16 horas, fiz a leitura dos nomes da Comissão Parlamentar de Inquérito e em nenhum momento da reunião esse assunto foi discutido.

Tanto que eu me surpreendi ontem, no noticiário da televisão à noite, e me surpreendi muito mais hoje no noticiário dos jornais, de que teria havido, na minha sala, um acordo. Não haveria nunca. Eu me antecipei, como Presidente do Congresso Nacional, a uma decisão do Supremo que sequer foi publicada. Disse para a televisão e para aqueles com quem conversei que não me competia, como Presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal, sequer discutir a decisão da Suprema Corte. Eu ia dar concretude a ela.

Agora, eu não entendo e o País muito menos que Líderes partidários entrem no Supremo com um mandado de segurança contra uma decisão da Mesa anterior desta Casa, ganhem e depois façam um acordo para que não se instale a CPI, não se faça a investigação. Expõem a Mesa do Senado Federal. O Supremo manda o Presidente indicar os nomes, eu reúno para indicar os nomes e eles fazem um acordo para não instalar a CPI.

Sinceramente, antes de lhe conceder a palavra, Senador Geraldo Mesquita, não é isso o que o Brasil quer. O Brasil quer ver tudo esclarecido e a única maneira de devolvermos a credibilidade do Senado Federal, do Congresso Nacional, é exatamente fazendo isso. Disse e repito sobre a CPI do Mensalão: eu não entendo por que o caso de o Senado investigar – disse isso publicamente, assumi essa posição. Não tem sentido, absolutamente nenhum sentido, Senadores investigarem quebra de decoro Parlamentar de Deputados. A denúncia se circunscreve aos Deputados. Não tem sentido, portanto, o Senado fazer investigação. O ideal é que a Câmara faça a investigação.

No entanto, tenho um requerimento de criação de uma Comissão Parlamentar Mista. E estabeleci coerentemente um prazo, quarta-feira à noite. Se a Câmara não criar a CPI antes – e não teremos como criá-la no Congresso, porque duas comissões estariam investigando o mesmo fato determinado – vamos ter que fazer a leitura, como fizemos.

Mas, sinceramente, eu não entendo. E, se houve acordo, queria em nome do Senado Federal repudiar esse acordo, porque o Senado ficou exposto. A Mesa anterior teve uma decisão contestada por um mandado de segurança. E isso é uma coisa absurda que não tem sentido.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Geraldo Mesquita.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Queria aqui reafirmar, disse ontem que participei da reunião com V. Ex<sup>a</sup> e aqui quero, sem rasgação-de-seda nenhuma, enaltecer, louvar a postura da Presidência desta Casa, que tem dado demonstração, aos Parlamentares e ao povo brasileiro, da sua completa isenção, do seu encaminhamento justo e correto das questões candentes desta Casa.

Ontem, participei da reunião com V. Ex<sup>a</sup> e com os demais Líderes. Não houve absolutamente tratativas acerca de qualquer acordo de suspensão de CPI ou de postergação de instalação de CPI. Na verdade, é exatamente o que V. Ex<sup>a</sup> acabou de dizer: a reunião foi convocada para que V. Ex<sup>a</sup> anunciasse o propósito de, até às 16 horas de ontem, cobrar dos Líderes Partidários a indicação dos membros da CPI, CPI essa, Sr. Presidente, diga-se de passagem, como V. Ex<sup>a</sup> bem mencionou, contestada judicialmente no maior foro jurídico deste País, que, por decisão de 9 a 1, considerou... E, reportando-se à Mesa desta Casa, orientou-a a proceder, caso as Lideranças não o façam, a indicação dos membros para a instalação da CPI, cujo

pedido se originou da presença de um cidadão em um gabinete privilegiado no Palácio do Planalto. Esse cidadão apareceu na televisão e se confessou “propineiro” e ladrão, envolvido em um grande esquema de corrupção neste País.

O povo brasileiro está atento. Quem sou eu para aconselhar a quem quer que seja nesta Casa! Agora, o povo brasileiro está atento a manobras postergatórias, a manobras que venham resultar na não-instalação dessa CPI. O povo brasileiro está atento e não permitirá que isso aconteça. Esse acordo, se foi feito, foi fora do Gabinete da Presidência desta Casa, porque, eu ali participando não vi esse acordo ser tratado, não vi esse acordo ser fechado. Portanto, não concordo com esse encaminhamento. Onde há fumaça há fogo. Os jornais, hoje, como V. Ex<sup>a</sup> mesmo o disse, anunciam a possibilidade de ter existido um acordo. Agora, eu aqui estou, inclusive na condição de testemunha, dizendo a esta Casa, ao povo brasileiro que, na sala do Presidente Renan Calheiros, isso não aconteceu, muito menos por sua solicitação ou indicação.

É o que eu tenho a dizer, Sr. Presidente. Aguardo serenamente que o juízo tome conta das pessoas neste Senado. Espero que façamos as coisas com o devido encaminhamento que o caso requer. Esse é um caso grave. Essa desculpa de que uma CPI ou outra paralisarão o Senado é um engodo, é uma justificativa que não procede. V. Ex<sup>a</sup>, na condução desta Casa, tem demonstrado que este Senado operará, sim, com CPIs funcionando normalmente. É a isso que o povo brasileiro tem assistido.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a coerência de seu aparte, que, aliás, reafirma tudo o que V. Ex<sup>a</sup> disse aqui na sessão anterior. Concordo com V. Ex<sup>a</sup> em gênero, número e grau. O que atrapalha o funcionamento das duas Casas do Congresso Nacional não são as Comissões Parlamentares de Inquérito, não são as investigações. O que atrapalha o funcionamento das duas Casas são as medidas provisórias. Eu também tenho lutado contra isso. Mais do que nunca, precisamos mudá-las.

Concedo a palavra, com muita satisfação, ao Senador Paulo Paim. Em seguida, darei a palavra ao Senador Marco Maciel.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, inscrevo-me como Líder.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, reafirmo que V. Ex<sup>a</sup> tem o meu nome à sua disposição. Se depender de nós outros, as três CPIs serão instaladas e nós estaremos lá para debater e contribuir de acordo com seu ponto de vista, porque, em primeiro lugar, está o interesse do povo brasileiro. Doa a quem



doer, como diz o Presidente Lula, o Congresso há de cumprir a sua parte em relação às CPIs.

Sr. Presidente, hoje usarei o meu tempo para fazer uma homenagem a um jornalista que, tenho dito, muito mais que ser um homem de bem, trabalhou somente para ao bem. Como jornalista, sempre atuou de maneira construtiva, positiva, foi um mediador de grandes debates, como, por exemplo, o Canal Livre, programa de nível nacional, na TV Bandeirantes, nos domingos à noite, junto com Fernando Mitre. Falo, Sr. Presidente, daquele a quem posso referir-me como amigo: Bira Valdez.

Morreu em São Paulo, por volta das 21 horas de ontem, aos cinqüenta e dois anos, o jornalista Ubirajara Leme Valdez. Ele teria sido vítima de um colapso cardíaco ao praticar exercício em sua esteira no hotel onde estava hospedado.

Bira Valdez, como era conhecido, ocupava o cargo de Diretor-Geral da BAND no Rio Grande do Sul. Aos domingos à noite, o jornalista comandava o programa Canal Livre, em rede nacional na Bandeirantes. Bira já havia atuado na RBS tanto na Rádio Gaúcha quanto na RBS TV.

O corpo do jornalista deve ser removido hoje para Porto Alegre e será velado na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, Bira Valdez chegou ao Rio Grande do Sul – ele nasceu no Rio de Janeiro – em 1975. Entrei na vida política sindical mais ou menos nessa época. Hoje, ele com 52 anos, e eu com 55. Ele me entrevistou centenas de vezes e sempre numa linha propositiva, afirmativa. Era um homem de um enorme caráter, de uma enorme responsabilidade, um vencedor. Por isso, hoje, pela manhã, quando a Rádio Bandeirante me ligou – fiquei sabendo pela Rádio que ele havia morrido –, gaguejei e fiz de conta que a linha havia caído para poder respirar um pouco e falar um pouco mais do Bira.

Quantas vezes o Bira me entrevistou aqui em episódios, desde a época do *impeachment*, da CPI dos Anões, do Estatuto da Igualdade Racial, do idoso, do salário mínimo, da reforma da Previdência. E, no final da entrevista, ele sempre apontava: “Paim, este País tem tudo para dar certo. Vocês, no Congresso Nacional, têm uma enorme responsabilidade”. É esse homem que o Rio Grande do Sul e o Brasil perderam.

Bira Valdez nasceu no Rio de Janeiro, em 14 de janeiro de 1953. A paixão pelo rádio ele atribuía, em parte, à sua mãe, que trabalhou como secretária na Rádio Nacional. Bira teve o primeiro contato com o rádio ainda na

universidade, em 1972, em São Paulo. Era a primeira turma de jornalismo da Faculdade Objetivo.

A sua vida profissional se iniciou na Jovem Pan. Começou como rádio-escuta, mas não demorou a passar para a redação e, em seguida, para a reportagem. Participou da cobertura do incêndio no edifício Joelma, em 1974, quando a emissora ganhou o Prêmio Esso de Jornalismo.

Com a carreira em ascensão, Bira decidiu enfrentar um novo desafio. Em 1975, vem para Porto Alegre, a nossa capital, onde foi trabalhar na Rádio Gaúcha. Depois passou pela Rádio Difusora e Rádio Guaíba e, ao mesmo tempo, começou a apresentar o Jornal do Almoço, da RBS TV, onde permaneceu por doze anos. Saiu para administrar a sua própria empresa, uma produtora de áudio.

Em 1993, na TV Bandeirantes, estava colocando um novo programa no ar, a Rede Cidade. Bira Valdez é assim convidado para assumir a equipe de telejornalismo, responsável por essa produção. Um ano e meio depois, Bira Valdez assumiu a direção-geral do Grupo Bandeirantes no Rio Grande do Sul, dirigindo uma rádio AM, duas FM e uma televisão, envolvendo cerca de 300 pessoas.

Todos tinham um carinho enorme com o Bira Valdez pela sua forma generosa, solidária de se comunicar com a população e, ao mesmo tempo, cuidar do contato pessoal com os trezentos funcionários.

Bira atuou também no teatro. Fez cursos e participou de peças, sempre alternando com a profissão de jornalista.

Era casado com Ana Paixão Cortes, e tinha duas filhas, Paula Valdez, de 25 anos, e Vitória, de seis.

Sr. Presidente, tenho dito que, em todas as áreas, temos ótimos profissionais e aqueles que não são bons profissionais. Isso existe em todas as áreas: aqui no Congresso, na mídia, na área privada, no aparelho de Estado. O Bira Valdez era daqueles homens, Sr. Presidente, que eu, com certeza, não porque ele faleceu, sempre quando ele passasse por mim eu teria orgulho em dizer: esse eu aplaudo de pé, para esse eu tiro o chapéu, a esse eu rendo as minhas homenagens.

Cheguei a dizer na Rádio Bandeirantes e digo aqui, Sr. Presidente: tomara que tenhamos – nessa área tão importante da mídia e da comunicação – outros Bira Valdez. É um exemplo a ser seguido.

Eu gostaria de pedir a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que deixasse registrado nos Anais da Casa o que peguei



no *site* da Rede Band um pouco da caminhada do Bira Valdez, inclusive, a última entrevista, que conta um pouco da sua história, dada por ele na Rádio Famecos da PUC. Está aqui também a entrevista na íntegra.

Como é triste saber que os bons vão mais cedo, Sr. Presidente. Mas como é bom poder vir à tribuna falar em tom de emoção do Bira Valdez. Como é bom que tenhamos no futuro homens e mulheres vendo a trajetória desse profissional, olhando e tendo-o como o exemplo de um herói daqueles que trabalharam na mídia. Não por ver nele, Sr. Presidente, um amigo e um companheiro. E eu não era amigo de freqüentar a casa dele, eu o conheci nas lidas, eu, nas portas das fábricas e ele me entrevistando; eu, na Rádio Bandeirantes ou na TV, dialogando com ele e vendo suas posições sempre construtivas, positivas, sempre acreditando no Rio Grande, no Brasil, no povo brasileiro, acreditando, sim, que o Congresso Nacional cumpre um papel fundamental, defendendo as instituições, valorizando os homens de bem. Ele não era só um homem de bem; era um homem que trabalhava só para o bem. Sem querer copiar um programa que é de uma outra emissora, eu queria muito, um dia, poder dizer: para esse eu tiro o chapéu, porque esse merece todas as nossas homenagens.

Sr. Presidente, feita a homenagem justa a esse jovem de 52 anos, que é um orgulho para todos nós, se V. Ex<sup>a</sup> me permitir e ainda houver tempo, eu gostaria ainda de discorrer um pouco, rapidamente, sobre a situação dos idosos em nosso País. Se V. Ex<sup>a</sup> me permitir aquela tolerância de cinco minutos, já me sentirei contemplado.

Sr. Presidente, ao ingressar na chamada terceira idade, o indivíduo depara-se com um conjunto de novas circunstâncias às quais tem que se adaptar.

Senador Augusto Botelho, V. Ex<sup>a</sup> é médico e sei que estuda essa área. Em termos físicos, o organismo geralmente começa a sinalizar com limitações no desempenho motor, associadas a algumas debilidades orgânicas, criando quadros de doenças crônicas que demandam cuidados regulares.

No aspecto social, ocorrem mudanças substanciais com a chegada da aposentadoria, que muitas vezes configuram perdas definitivas entre as quais a do grupo de trabalho, a das relações cotidianas referentes ao emprego e a da valorização como ser economicamente ativo; enfim, no espaço de trabalho com os colegas e amigos. Infelizmente, o idoso começa a se recolher e fica mais no convívio da família, quando eu entendo que ele deveria continuar com a mesma dinâmica. É isso que lhe dará fôlego. É isso que fará com que ele avance inclusive no número de anos-vida.

Aí que eu entro. Daí a necessidade da reintegração em outros grupos mediante a prática de novas atividades e de outros atos. Vimos hoje a esta tribuna para defender um direito conquistado pelos idosos e pelas pessoas com deficiência: a gratuidade no transporte urbano. Sabemos que, apesar de o Estatuto do Idoso ser lei e alguns Estados e Municípios oferecerem a gratuidade para as pessoas com deficiência baseada na legislação e no Estatuto do Idoso, infelizmente alguns Estados não estão cumprindo a legislação. Esse fato tem levado idosos e pessoas com deficiência às ruas.

Na semana passada, no Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, aconteceram protestos contra os proprietários dos ônibus em Petrópolis, São Gonçalo e Caxias. Em Petrópolis e São Gonçalo, as mobilizações foram lideradas por entidades e por pessoas com deficiência. Em Petrópolis, foi feito um abaixo-assinado com mais de 2.400 assinaturas, de pessoas idosas e portadoras de deficiência, exigindo que se cumpra o que manda o art. 40, por exemplo, do Estatuto do Idoso, ou seja, duas vagas gratuitas e, se estiverem ocupadas, a passagem custaria somente 50%.

Aqui digo ainda, Sr. Presidente, que muitos deficientes estão encontrando dificuldades de fazerem inclusive o recadastramento solicitado pelas Prefeituras. Não há como chegar a elas uma vez que o direito ao transporte gratuito está-lhe sendo negado pela avareza de alguns proprietários de empresas de ônibus. Todos nós sabemos que no preço final da passagem eles computam. Consta já do preço final que os outros cidadãos pagam o valor das duas passagens gratuitas ou o desconto 50%. Então, na verdade, os proprietários de companhias de transporte urbano acabam ganhando duas vezes. Ganham no valor final da passagem e querem cobrar ainda dos idosos e dos deficientes.

Em São Gonçalo, a reclamação diz respeito ao preconceito e à discriminação sofrida. Os motoristas de microônibus barram a entrada das pessoas com deficiência, pagando ou não. Isso ocorre em São Gonçalo. Não querem nem que entrem no ônibus. Conforme a denuncia que nos chega, o mesmo acontece em Caxias. Mas nesse Município os barrados ao entrar em microônibus são os idosos, o que também é uma vergonha. Eu já recebi denúncia aqui de Brasília.

O fato não é isolado. Outras localidades brasileiras enfrentam a mesma situação. Basta lembrarmos o que aconteceu aqui no Distrito Federal em relação àqueles que possuem algum tipo de deficiência: são deixados nas paradas, pois o ônibus passa direto.

Sr. Presidente, fomos informados pelo Secretário Municipal de Atividades Urbanas, Luís Eduardo Colombo dos Santos, que no Município de Bagé, no

meu Rio Grande, os idosos entre 60 e 64 anos estão lutando pelo direito à gratuidade do transporte urbano. Vejam bem, não estamos falando do transporte intermunicipal nem do transporte interestadual, nos quais também travamos uma batalha, mas sim do transporte urbano.

O que nos intriga é o que leva as empresas de transporte coletivo, no caso de Bagé, a querer retirar um direito que já lhe era assegurado há muitos e muitos anos. Não aceitamos a justificativa dada por algumas empresas de que seus caixas são prejudicados com a gratuidade. Sabemos, como eu dizia antes, que já são computados nos custos gerais de cada empresa os valores das ditas passagens gratuitas, ou seja, a única resposta que encontramos é ganância, é falta de solidariedade, é descumprimento da legislação.

Os idosos e as pessoas com deficiência precisam cada vez mais estar mobilizados. Somente assim os seus direitos serão respeitados. Quando acontecem fatos lastimáveis – que lamento, embora defenda a mobilização – como a quebradeira que aconteceu em Salvador ou mesmo em Florianópolis, é preciso que se vejam os dois lados: aquilo é uma reação da população mediante a avareza, como eu dizia aqui, e a ganância dos empresários que não querem sequer cumprir a legislação. É claro que aí a juventude, os idosos, os deficientes, os sindicalistas acabam-se revoltando. Não é que eu defenda essa situação de quebra-quebra – deixo isso bem claro –, mas a pressão e a mobilização da sociedade em relação aos ônibus têm muito a ver.

**O Sr. Wirlande da Luz** (PMDB – RR) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador Paulo Paim?

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Wirlande da Luz** (PMDB – RR) – V. Ex<sup>a</sup> colocou muito bem: essas empresas, quando vão discutir com as prefeituras os seus reajustes, levam uma planilha na qual estão incluídos os custos da passagem dos deficientes. E realmente tem acontecido, no Brasil inteiro, de algumas empresas – não são todas, é bom frisar – não permitirem realmente que os deficientes entrem, quando o preço já está incluído na planilha de custos quando da discussão do reajuste do valor da passagem. Obrigada.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Agradeço o aparte, Senador Wirlande da Luz, que confirma o que estávamos dizendo.

Sr. Presidente, vou encaminhar à Mesa um requerimento de voto de pesar a toda a Rede Bandeirante e à família do Bira Valdez. Tenho certeza de que será colocado em votação por V. Ex<sup>a</sup>, demonstrando solidariedade com a história bonita desse homem cuja

forma de atuar ficará sempre registrada entre nós. Para mim, Sr. Presidente, o jornalista Bira Valdez continuará sendo uma grande referência. Quando eu errar, podem saber que ele não tem nada a ver com isso. Mas sempre que eu acertar, podem saber que estou seguindo o exemplo de Bira Valdez.

Muito obrigado.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.**

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ao ingressar na chamada terceira idade, o indivíduo se depara com um conjunto de novas circunstâncias as quais têm que se adaptar.

Em termos físicos, o organismo geralmente começa a sinalizar com limitações no desempenho motor, associadas à debilidades orgânicas, criando quadros de doenças crônicas, que demandam cuidados regulares.

No aspecto social, ocorrem mudanças substantivas com a chegada da aposentadoria, que muitas vezes configuram perdas definitivas, entre as quais a do grupo de trabalho, a das relações cotidianas referentes ao emprego e a da valorização como ser economicamente ativo.

Daí a necessidade de reintegração em outros grupos, mediante a prática de novas atividades e atos protecionistas.

Vimos hoje a essa tribuna para defender um direito conquistado por idosos e pelas pessoas com deficiência: a gratuidade no transporte urbano.

Sabemos que, apesar do Estatuto do Idoso ser lei – no caso dos idosos-; e de que alguns estados e municípios também ofereçam a gratuidade para as pessoas com deficiência, nem sempre as legislações são cumpridas.

Fato que tem levado idosos e pessoas com deficiência às ruas. Na semana passada, no estado do Rio de Janeiro, por exemplo, aconteceram protestos em três municípios: Petrópolis, São Gonçalo e Caxias.

Em Petrópolis e em São Gonçalo as mobilizações foram lideradas pelas entidades que representam as pessoas com deficiência.

Em Petrópolis foi feito um abaixo-assinado com mais de 2.400 assinaturas. A intenção dessas pessoas é que a prefeitura faça a revisão de um decreto que aumenta as exigências para a gratuidade das passagens.

Muitos deficientes estão encontrando dificuldades de fazer o cadastramento solicitado pela prefeitura. Algumas pessoas não estão tendo seus atestados aceitos.

Em São Gonçalo a reclamação diz respeito ao preconceito e à discriminação sofridas: os motoristas de microônibus barram a entrada das pessoas com deficiência.

O mesmo acontece em Caxias, mas nesse município os barrados de entrarem nos microônibus são os idosos. Uma vergonha!!

O fato não é isolado. Outras localidades brasileiras enfrentam a mesma situação. Basta lembrarmos do que aconteceu aqui no Distrito Federal em relação àqueles que possuem algum tipo de deficiência.

Fomos informados pelo Secretário Municipal de Atividades Urbanas, Luis Eduardo Colombo, que no município de Bagé, lá no meu estado, os idosos entre 60 e 64 anos estão lutando pelo direito à gratuidade no transporte urbano.

Vejam bem, não estamos falando do transporte intermunicipal nem do transporte interestadual – nos quais também travamos batalhas-, mas sim do transporte urbano.

O que nos intriga é: o que leva as empresas de transporte coletivo, no caso de Bagé, a querer retirar esses direitos dos idosos?

Não aceitamos a justificativa dada por algumas empresas de que seus caixas são prejudicados pela gratuidade.

Sabemos que já são computadas nos custos gerais de cada empresa os valores das passagens gratuitas. Ou seja, a única resposta que encontramos é: ganância, falta de solidariedade, descumprimento da legislação.

Os idosos e as pessoas com deficiência precisam fazer valer seus direitos. E isso só será conquistado por meio de mobilizações.

Não esqueçamos as recentes manifestações feitas pelos jovens em Santa Catarina e na Bahia nas quais imperou a violência tendo até ônibus incendiados. Esperamos que essa não seja a linguagem que as empresas de transporte entendam.

Infelizmente em nosso país existe a cultura de não nos informarmos sobre nossos direitos, de não os cobrarmos.

Por quê? Digo a todos os brasileiros: a conquista é de vocês. Mesmo que vocês ainda não sejam idosos, mesmo que não sejam pessoas com deficiência, cada conquista é de vocês.

Por isso, repito, vamos cobrar a execução de cada uma dessas conquistas. O Estatuto do Idoso, já transformado em lei, beneficia aqueles acima dos 60 anos em diversas áreas: saúde, lazer, trabalho, educação, transporte, entre outros.

Devemos aceitar alterações a essa lei? Somente se as mudanças beneficiarem ainda mais os idosos.

Nunca se representarem um retrocesso no que já está disposto em lei.

Por isso estamos travando uma batalha com empresas que oferecem o transporte interestadual. Algumas também se recusam a conceder o desconto de 50% aos idosos, item disposto no artigo 40 do Estatuto.

Na semana passada participamos de uma reunião no Conselho Nacional do Idoso para tratar sobre isso.

Como sabemos, o artigo 40 dispõe que, no transporte interestadual, os idosos com renda de até dois salários mínimos têm direito a gratuidade de duas vagas e descontos de 50% nas demais passagens.

Infelizmente algumas empresas não concordaram com isso e a lei não vem sendo cumprida em sua totalidade.

Acreditamos que a melhor proposta é a já aprovada. Ou seja, a estabelecida no Estatuto. Mas, diante da situação, entendemos que um acordo deve ser construído entre as empresas e as três esferas de governos, sem que a sociedade saia prejudicada.

Nos locais em que a legislação tenha avançado e beneficie ainda mais os idosos, ela deverá prevalecer.

Todos sabem que, dispêndios com remédios, deslocamentos para tratamentos de saúde e acompanhantes são relevantes para o orçamento dos idosos, principalmente, quando se vêem forçados a sair de seus estados para buscar ajuda em centros especializados de saúde.

Viagens para rever parentes ou voltar à terra natal são proibitivas para proventos limitados.

Na esteira do benefício constitucional e infraconstitucional, o projeto de lei 410/2003, de nossa autoria, pretende prover a gratuidade de, no mínimo, duas vagas para pessoas com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos, no transporte coletivo intermunicipal.

Desse modo, garantem-se ao idoso o direito de ir e vir, acesso à saúde em cidades mais desenvolvidas e o lazer merecido pelo trabalho de toda uma vida em prol da sociedade.

Precisamos ver cumpridas as leis existentes e precisamos aprovar também projetos que ampliem os direitos dos idosos pois é para o bem de toda sociedade.

Afinal, todos nós, se Deus assim nos permitir, estaremos inseridos neste grupo um dia!

Como costumamos dizer: não basta termos as leis. Precisamos cobrar o cumprimento de cada uma delas. E isso não depende apenas de nós, parlamentares, depende de cada um dos cidadãos brasileiros.

O mesmo dizemos para as pessoas com deficiência. Infelizmente o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência ainda não foi aprovado, mas já temos leis específicas para esses cidadãos e que devem ser respeitadas.

Precisamos nos conscientizar da importância da mobilização seja na hora de pressionar para aprovar

leis, seja na hora de fazer com que essas mesmas leis sejam cumpridas.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRO-  
NUNCIAMENTO**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

Ubirajara Leme Valdez nasceu no Rio de Janeiro, em 14 de janeiro de 1953. A paixão pelo rádio, Bira atribui, em parte, à sua mãe. Ela sempre gostou de rádio, e até trabalhou como secretária na Rádio Nacional. Bira costumava ouvir programas junto com ela desde a infância, o que o fez conhecer a programação de várias emissoras, como a Rádio Nacional.

O jornalista teve o primeiro contato profissional com o rádio ainda na universidade. Começou o curso de comunicação na Faculdade Objetivo, em 1972. Era a primeira turma de jornalismo da instituição, e de lá surgiram nomes reconhecidos profissionalmente ainda hoje, como Fausto Silva e Milton Neves. Foi com o colega Fausto Silva que Bira Valdez viveu a primeira experiência com o rádiojornalismo, durante cobertura da Jovem Pan em São Paulo, da queda da Rodovia dos Imigrantes, na época, em construção. Bira acompanhou o trabalho e até ajudou Fausto a apurar alguns nomes de feridos durante o acidente. Foi o primeiro passo para a carreira.

Bira Valdez começou na Jovem Pan trabalhando como rádio-escuta, mas não demorou muito a passar para a redação e, em seguida, para a reportagem. Foi aí que Bira participou da cobertura do incêndio no edifício Joelma, em 1974, quando a emissora ganhou o Prêmio Esso de Jornalismo. Foram 24 horas ininterruptas de trabalho, que envolveu toda a equipe de reportagem da rádio, em uma transmissão que começou às oito horas da manhã, com o incêndio no prédio, e só terminou na manhã seguinte, com a equipe divulgando os nomes dos envolvidos na tragédia.

Com a carreira em ascensão, Bira decidiu enfrentar um novo desafio. Em 1975, foi morar em Porto Alegre, onde começou trabalhando na rádio Gaúcha, através de Jair Brito. No ano seguinte, Bira trabalhou na rádio Difusora e, logo, na rádio Guaíba. Ao mesmo tempo, começou a apresentar o Jornal do Almoço na RBS TV Ali, permaneceu durante 12 anos. Só saiu para viver uma nova etapa na carreira, administrando sua própria empresa - a Versus Comunicação, uma produtora de áudio de onde surgiram vários nomes da música gaúcha

Em 1993, a TV Bandeirantes estava colocando um novo programa no ar - o Rede Cidade. Bira Valdez foi convidado para assumir a equipe do telejornalismo responsável por essa produção. Foi a primeira experiência do jornalista no comando de outros profissionais. Um ano e meio depois, Bira assumiu a direção geral do grupo Bandeirantes no Rio Grande do Sul. Era um outro desafio. Ele dirigia, então, uma rádio AM, duas FM, e uma televisão, envolvendo cerca de 300 pessoas. E além de toda a experiência com rádio e televisão, Bira também atuou no teatro.



Untitled Document

Fez cursos e participou de peças, sempre alternando com a profissão de jornalista. O teatro, segundo ele, contribuiu bastante para melhorar a performance diante das câmeras e microfones

Entrevista realizada em 30 de abril de 2002, no estúdio de rádio da Famecos/PUC. [Entrevista na íntegra](#)

Morre aos 52 anos o jornalista Bira Valdez

Ele teria sido vítima de um colapso cardíaco ao praticar exercícios

Morreu em São Paulo por volta das 21h de hoje aos 52 anos o jornalista Ubirajara Leme Valdez. A causa da morte não foi confirmada. Ele teria sido vítima de um colapso cardíaco ao praticar exercícios em uma esteira no hotel onde estava hospedado.

Bira Valdez, como era conhecido, ocupava o cargo de diretor-geral da Band RS. Aos domingos à noite, o jornalista comandava o programa *Canal Livre*, em rede nacional, na *Bandeirantes*. Bira já havia atuado na RBS, tanto na *Rádio Gaúcha* quanto na *RBS TV*.

O corpo do jornalista deve ser removido ainda nesta sexta para Porto Alegre. Ele estava em São Paulo a trabalho.

Bira Valdez nasceu no Rio de Janeiro em 14 de janeiro de 1953. À paixão pelo rádio, ele atribuía, em parte, à mãe, que trabalhou como secretária da *Rádio Nacional*, no Rio. Bira teve o primeiro contato profissional com o rádio ainda na universidade, em 1972, em São Paulo. Era a primeira turma de jornalismo da Faculdade Objetivo.

Sua vida profissional se iniciou na *Jovem Pan*. Começou como rádio-escuta, mas não demorou a passar para a redação e, em seguida, para a reportagem. Participou da cobertura do incêndio no Edifício Joelma, em 1974, quando a emissora ganhou o Prêmio Esso de Jornalismo.

Com a carreira em ascensão, Bira decidiu enfrentar um novo desafio. Em 1975, veio morar em Porto Alegre, onde começou trabalhando na *Rádio Gaúcha*. Depois, passou pelas rádios *Difusora* e *Guaíba*. Ao mesmo tempo, começou a apresentar o *Jornal do Almoço* na *RBS TV*, onde permaneceu 12 anos. Saiu para administrar a própria empresa, uma produtora de áudio.

Em 1993, a *TV Bandeirantes* estava colocando um novo programa no ar – o *Rede Cidade*. Bira Valdez foi convidado para assumir a equipe do telejornalismo responsável por essa produção. Um ano e meio depois, Bira assumiu a direção geral do grupo *Bandeirantes* no Rio Grande do Sul, dirigindo uma rádio AM, duas FM, e uma televisão, envolvendo cerca de 300 pessoas. Bira também atuou no teatro. Fez cursos e participou de peças, sempre alternando com a profissão de jornalista.

Ele era casado com Ana Paixão Cortes, e tinha duas filhas, Paula Valdez, de 26 anos, e Vitória, de seis.

Com informações de Zero Hora.

## Clippagem Senador

**Data:** 24/06/05

**Fonte:** Correio Braziliense  
**Caso Waldomiro fica para agosto**

*Virgílio: "Os escândalos da vez são o dos Correios e o do mensalão. Não vamos complicar o meio-campo"*

Rudolfo Lago

Da equipe do Correio

Saiu de moda. Depois de ter passado um ano representando um risco político para o governo, a CPI dos Bingos agora não deverá mais ser instalada. Um dia depois de o Supremo Tribunal Federal (STF) ter determinado indicação dos integrantes da comissão que, na prática, deveria investigar o caso Waldomiro Diniz, os líderes do Senado fecharam um acordo que praticamente sepulta a investigação. "A coisa é como moda. A moda da vez. Os escândalos da vez são o dos Correios e o do mensalão. Não vamos complicar o meio-campo", pregou o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM).

Numa reunião ontem pela manhã no gabinete do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), os líderes resolveram que fariam a indicação dos integrantes da CPI, como determinou o STF (leia quadro). Mas não instalariam a comissão. Para isso, simplesmente não darão quorum às sessões. O compromisso da oposição com essa tática, no entanto, ainda não está totalmente fechado. A oposição marcará uma nova reunião para a próxima terça-feira, quando, finalmente, decidirá o que fazer.

Renan abriu a reunião comunicando a decisão do STF. Na véspera, por nove votos a um, o Supremo entendeu que era errada a decisão tomada pelos líderes governistas, que impediram, no ano passado, o funcionamento da CPI dos Bingos por não terem indicado integrantes para ela. A comissão de inquérito deverá investigar a ligação de casas de bingo com o crime organizado e o escândalo do ex-assessor do Palácio do Planalto Waldomiro Diniz, flagrado pedindo propina ao empresário do ramo de jogos Carlinhos Cachoeira. Na época, Waldomiro comandava a Loterias do Estado do Rio de Janeiro (Loterj).

No entender do STF, em um caso como esse, cabe ao presidente do Senado fazer a indicação. O presidente do Senado fez, então, um apelo para que os líderes indicassem os integrantes para que ele não ficasse obrigado a isso.

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), levantou, então, o entendimento de que a decisão do STF não podia ser circunscrita à CPI dos Bingos. Criava uma jurisprudência para qualquer CPI. Com isso, ficava claro que os partidos precisariam indicar membros para todas as comissões de inquérito em tramitação. Isso poderia levar o Senado a ter ao mesmo tempo sete comissões diferentes.

Além dos Correios, já em funcionamento, e dos Bingos, a CPI mista do Mensalão e mais comissões sobre o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS), privatizações, imigração ilegal e da terra. "Não existe nem senador em número suficiente para tanta CPI", argumentou. "Foi uma decisão madura. Um recuo responsável", elogiou o líder. "A decisão final será na semana que vem. E, no máximo, a CPI fica para agosto. Não pode ficar para depois", advertiu, porém, Virgílio.

## Clippagem Senador

---

### QUEM VAI INVESTIGAR

#### PFL

##### **Titulares**

Romeu Tuma (SP)

José Jorge (PE)

Efraim Moraes (PI)

##### **Suplentes**

Paulo Otávio (DF)

Demóstenes Torres (GO)

#### PSDB

##### **Titulares**

Almeida Lima (SE)

Leonel Pavan (SC)

##### **Suplente**

Álvaro Dias (PR)

#### PMDB

##### **Titulares**

Luiz Otávio (PA)

Wirlande de Luz

Maguito Vilela (GO)

Ney Suassuna (PB)

##### **Suplentes**

Garibaldi Alves Filho (RN)

Leomar Quintanilha (TO)

Valdir Raupp (RO)

### BLOCO GOVERNISTA

##### **Titulares**

**Paulo Paim** (PT-RS)

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

Fátima Cleide (PT-RO)

Magno Malta (PL-ES)

##### **Suplentes**

Sibá Machado (PT-AC)

## Clippagem Senador

Tião Viana (PT-AC)

PDT

**Titular**

Juvêncio da Fonseca (MS)

PTB

**Titular**

Mozarildo Cavalcanti (RR)

**Suplente**

Sérgio Zambiasi (RS)

**Fonte: Correio do Povo**

**A. Burd**

**INDICADOS**

Paulo Paim, do PT, e Sérgio Zambiasi, do PTB, foram indicados para integrar a CPI dos Bingos. Paim já foi sondado para ser presidente ou relator, apesar de estar temporariamente suspensa. Essa será a primeira participação de Paim em CPIs. Mesmo quando era deputado federal, pedia ao PT para ficar de fora.

**Fonte: Diário on line // Valor Econômico // Panorama Brasil // Correio Web // Folha on line // JB on line // Paraná on line // O Globo on line // Terra on line // Joven Pan**  
**Líderes partidários indicam integrantes da CPI dos Bingos**

Do Diário OnLine

Com Agência Brasil

Os líderes partidários indicaram nesta quinta-feira seus representantes para a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) dos Bingos. Na quarta-feira, o STF (Supremo Tribunal Federal) determinou que o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), indicasse os integrantes da comissão. Diante disso, o presidente da Casa deu o prazo até as 16 horas para que os líderes apresentassem os componentes da CPI.

Ainda não foi fixada a data para a instalação da CPI. O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), afirmou que ela poderá ser instalada em agosto, uma vez que o Congresso deverá entrar em recesso parlamentar no dia 30 de junho. Para o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), por causa do número de CPIs em funcionamento na Casa, não seria prudente instalar mais uma neste momento.

A CPI dos Bingos foi proposta no ano passado com a assinatura de 35 senadores. Eram necessários 27. Ela foi protocolada após a divulgação de uma fita de vídeo na qual o ex-assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz aparece negociando propina com o empresário de jogos Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira. Na época, os líderes da base governista não indicaram os integrantes da comissão e o então presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), decidiu não fazer as nomeações.

**Os senadores indicados para a CPI dos Bingos são:**

*Romeu Tuma (PFL-SP)*

*José Jorge (PFL-PE)*

*Efraim Moraes (PFL-PB)*



## Clippagem Senador

*Almeida Lima (PSDB-SE)*  
*Leonel Pavan (PSDB-SC)*

*Luiz Otávio (PMDB-PR)*  
*Wirlande da Luz (PMDB-RR)*  
*Maguito Vilela (PMDB-GO)*  
*Ney Suassuna (PMDB-PB)*

**Paulo Paim (PT-RS)**  
**Fátima Cleide (PT-RO)**

*Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)*

*Magno Malta (PL-ES)*  
*Juvêncio da Fonseca (PDT-MS)*  
*Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)*

### **Fonte: Pioneiro**

#### **Líderes acertam trégua**

Não há prazo determinado para a instalação

Brasília - Os líderes partidários reunidos com o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) decidiram ontem suspender, sem prazo, a instalação de novas comissões parlamentares de inquérito (CPI), entre elas a dos Bingos.

- Fizemos um acordo de lideranças para avaliar a oportunidade de instalação de mais CPIs neste momento - disse a jornalistas o líder do governo Aloizio Mercadante (PT-SP).

A suspensão favorece um acordo tácito entre parlamentares do governo e da oposição para delimitar o campo de batalha das CPIs que investigam irregularidades no governo Luiz Inácio Lula da Silva e podem alcançar o período do antecessor Fernando Henrique Cardoso. Congressistas do PT e do PSDB ouvidos sustentam que a abertura de outras quatro CPIs prontas para a instalação poderia comprometer a governabilidade e o funcionamento normal das instituições.

A partir de uma decisão do STF, que na quarta-feira determinou a instalação, no Senado, da CPI dos Bingos, também tornou-se inevitável a instalação de CPIs da Privatização, que investiga irregularidades no Cartão do SUS e nas privatizações no setor elétrico (todas no governo FHC). Os líderes no Senado decidiram fazer a indicação dos nomes para essas comissões, mas não marcaram data para sua instalação.

O mesmo ocorreu em relação à CPI dos Bingos. Os líderes decidiram indicar os nomes dos seus componentes (veja quadro). Coube ao líder do PSDB, Artur Virgílio (AM), verbalizar a proposta ao chegar ao gabinete de Renan.

- Para instalar e fazer funcionar todas as CPIs propostas, seria necessário mobilizar 66 senadores - contabilizou o tucano, deixando claro, porém, que o partido está pronto para indicar seus nomes para qualquer CPI, inclusive as que investigam o governo FHC.

## Clippagem Senador

Sobre uma possível não-instalação da CPI do "mensalão" (dinheiro para parlamentares em troca de apoio ao governo), o argumento é que a CPI dos Correios vai, inevitavelmente, chegar às denúncias de mesada feitas pelo deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ).

Os indicados à CPI dos Bingos
- Leonel Pavan : PSDB-SC
- Romeu Tuma: PFL-SP
- José Jorge : PFL-PE
- Efraim Moraes: PFL-PB
- Almeida Lima : PSDB-SE
- Luiz Otávio : PMDB-PR
- Wirlande da Luz: PMDB-RR
- Maguito Vilela : PMDB-GO
- Ney Suassuna : PMDB-PB
- <b>Paulo Paim</b> : PT-RS
- Antonio Carlos Valadares: PSB-SE
- Fátima Cleide : PT-RO
- Magno Malta : PL-ES
- Juvêncio da Fonseca: PDT-MS
- Mozarildo Cavalcanti : PTB-RR

### Fonte: Valor Econômico

#### Líderes acertam trégua

Não há prazo determinado para a instalação

Brasília - Os líderes partidários reunidos com o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) decidiram ontem suspender, sem prazo, a instalação de novas comissões parlamentares de inquérito (CPI), entre elas a dos Bingos.

- Fizemos um acordo de lideranças para avaliar a oportunidade de instalação de mais CPIs neste momento - disse a jornalistas o líder do governo Aloizio Mercadante (PT-SP).

A suspensão favorece um acordo tácito entre parlamentares do governo e da oposição para delimitar o campo de batalha das CPIs que investigam irregularidades no governo Luiz Inácio Lula da Silva e podem alcançar o período do antecessor Fernando Henrique Cardoso. Congressistas do PT e do PSDB ouvidos sustentam que a abertura de outras quatro CPIs prontas para a instalação poderia comprometer a governabilidade e o funcionamento normal das instituições.

A partir de uma decisão do STF, que na quarta-feira determinou a instalação, no Senado,

## Clippagem Senador

da CPI dos Bingos, também tornou-se inevitável a instalação de CPIs da Privatização, que investiga irregularidades no Cartão do SUS e nas privatizações no setor elétrico (todas no governo FHC). Os líderes no Senado decidiram fazer a indicação dos nomes para essas comissões, mas não marcaram data para sua instalação.

O mesmo ocorreu em relação à CPI dos Bingos. Os líderes decidiram indicar os nomes dos seus componentes (veja quadro). Coube ao líder do PSDB, Artur Virgílio (AM), verbalizar a proposta ao chegar ao gabinete de Renan.

- Para instalar e fazer funcionar todas as CPIs propostas, seria necessário mobilizar 66 senadores - contabilizou o tucano, deixando claro, porém, que o partido está pronto para indicar seus nomes para qualquer CPI, inclusive as que investigam o governo FHC.

Sobre uma possível não-instalação da CPI do "mensalão" (dinheiro para parlamentares em troca de apoio ao governo), o argumento é que a CPI dos Correios vai, inevitavelmente, chegar às denúncias de mesada feitas pelo deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ).

Os indicados à CPI dos Bingos
- Leonel Pavan : PSDB-SC
- Romeu Tuma: PFL-SP
- José Jorge : PFL-PE
- Efraim Moraes: PFL-PB
- Almeida Lima : PSDB-SE
- Luiz Otávio : PMDB-PR
- Wirlande da Luz: PMDB-RR
- Maguito Vilela : PMDB-GO
- Ney Suassuna : PMDB-PB
- <b>Paulo Paim</b> : PT-RS
- Antonio Carlos Valadares: PSB-SE
- Fátima Cleide : PT-RO
- Magno Malta : PL-ES
- Juvêncio da Fonseca: PDT-MS
- Mozarildo Cavalcanti : PTB-RR

### Fonte: Agência Senado

Paim defende greve dos funcionários públicos federais

O senador **Paulo Paim** (PT-RS) defendeu nesta quinta-feira (23) o movimento grevista dos funcionários públicos federais como um "direito legítimo dos trabalhadores de forçar um processo em busca dos seus direitos". Para o parlamentar, é preciso "olhar com carinho também" o movimento das mulheres dos militares, que visa a aumentar o soldo

## Clippagem Senador

dos seus maridos, e o movimento dos aposentados e pensionistas, cujos salários já acumulam uma defasagem de mais de 60%, como lembrou o senador.

- Ninguém faz greve porque gosta. É um movimento de pressão natural no processo democrático do sistema capitalista que visa a pressionar o governo na busca de entendimento. Nós todos temos compromisso com esse avanço. Já conseguimos fazer com que o salário mínimo ultrapasse os US\$ 100, mas se o ideal é que ele chegue aos US\$ 500, vamos continuar trabalhando para isso e para que a economia pague, com tranquilidade, seus assalariados. Se o povo tem poder de compra, vai estimular a economia a gerar mais emprego. Essa é a bandeira do salário mínimo, que está cravada na mente, na alma e no coração de todo o povo brasileiro - afirmou.

### Quilombo

Paim pediu também a transcrição, nos Anais do Senado, da decisão do juiz federal Cândido Alfredo da Silva Leal Júnior, da Vara Federal Ambiental, Agrária e Residual de Porto Alegre, que garantiu a posse aos "legítimos ocupantes" de uma área na região de Três Filgueiras. O local, conhecido como Associação Comunitária do Kilombo da Família Silva, é ocupado, há mais de 60 anos, por 11 famílias remanescentes de quilombos. Paim lembrou que, na última quarta-feira (22), foi publicada no Diário Oficial da União a portaria 19, da superintendência regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), aprovando as conclusões do Relatório Técnico de Identificação, Delimitação e Levantamento Ocupacional e Cartorial sobre o Quilombo Silva. Segundo o parlamentar, trata-se de um importante passo que o governo federal dá para o reconhecimento do primeiro quilombo urbano no Brasil.

- Esse é o início de uma importante decisão histórica. O juiz garantiu, com sua justa e imparcial decisão, a proteção jurisdicional ao patrimônio cultural brasileiro, fazendo-nos acreditar na Justiça brasileira e na sua função estatal de aplicar o direito - afirmou. O Decreto 4.887/03, que regulamenta o processo de titulação dos quilombos, é, segundo o parlamentar, um marco importante para todos os descendentes de escravos que vivem no Brasil. Paim elogiou a iniciativa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, de darem prioridade aos 2.228 quilombos brasileiros.

- Precisamos ajudar a cumprir esse compromisso do presidente Lula, de promover a cidadania desse povo sofrido pela enorme discriminação suportada no passado, cumprindo, assim, com o dever de cada um de nós de fomentar a responsabilidade social - concluiu Paim.

### Fonte: Agência Senado

Jonas Pinheiro anuncia manifestação de agricultores em Brasília

Em discurso no Plenário, nesta quinta-feira (23), o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) disse que na próxima semana 25 mil produtores rurais de todo o país farão manifestação em Brasília por melhores condições de financiamento para o setor. Os agricultores reivindicam o reescalonamento das dívidas, segundo o senador.

- A nação assiste à paralisia quase total da agricultura brasileira porque a safra deste ano caiu em 18 milhões de toneladas de grãos - declarou.

Jonas Pinheiro disse ainda que "a maior praga" que ataca a agricultura brasileira neste momento é o desequilíbrio entre o custo de produção e os preços dos produtos no mercado. Ele registrou que, no Rio Grande do Sul, a seca provocou uma queda de 70% na produção agrícola.

Jonas Pinheiro anunciou que, no IV Congresso de Agrobusiness em São Paulo, esta semana, irá reivindicar a ajuda dos produtores de fertilizantes e de outras grandes empresas do agronegócio para os agricultores. Com apartes dos senadores Augusto



## Clippagem Senador

Botelho (PDT-RR), Sibá Machado (PT-AC) e **Paulo Paim** (PT-RS), Jonas Pinheiro registrou a falta de capital do setor para investir.

Augusto Botelho disse que cada emprego no campo cria outros quatro empregos na cidade. Botelho acrescentou que o governo deve fazer um esforço para atender as reivindicações dos agricultores. Eles precisam de R\$ 85 bilhões e o governo, segundo o senador, promete apenas R\$ 45 milhões. Sibá Machado colocou-se à disposição para negociar com o governo mais ajuda para os agricultores.

Já o senador **Paulo Paim** informou que receberá na próxima semana uma delegação com lenços brancos e vermelhos que simbolizam, segundo o parlamentar, um pedido à bancada gaúcha de unidade em relação ao atendimento das reivindicações dos agricultores.

**Fonte: Agência Senado**

**Negro na mídia** - A Subcomissão Permanente da Igualdade Racial e Inclusão, criada no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), deve votar, em reunião que começa às 10h desta quinta-feira, requerimento do senador **Paulo Paim** (PT-RS) que propõe a realização de audiência pública no dia 30 de junho para tratar de questões raciais atinentes aos temas "Negro na mídia", "Dia da consciência negra" e "Estatuto da Igualdade Racial". Paim sugere que sejam ouvidos a ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, e o presidente da Fundação Palmares, Ubiratan Castro, além de senadores, deputados federais e estaduais.

**Fonte: O Globo on line**  
**PFL não defende queda de Lula, diz ACM**

*Agência Senado*

BRASÍLIA - O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) classificou de gravíssima a situação do país, durante pronunciamento feito nesta quinta-feira no plenário do Senado. Mas garantiu que seu partido não defende a queda do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que, a seu ver, ainda tem tempo para corrigir os rumos do governo. - Não queremos tirar o presidente em nenhuma hipótese, mas amigos de Lula estão forçando sua saída com os crimes que praticam contra a nação - advertiu o senador.

Na opinião de ACM, o país espera que o presidente exclua de seu governo os ministros que "têm o amargo da derrota pelo voto". Lembrou que o presidente conta com 36 pessoas em seu Ministério e que não despachou com algumas delas mais do que uma vez por ano.

O senador lamentou que as pessoas competentes do PT tenham sido esquecidas na composição do governo e que o presidente da República tenha escolhido os "piores nomes" para integrar a sua equipe. Entre os que poderiam chegar ao Ministério, na sua opinião, estão os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), **Paulo Paim** (PT-RS) e Aloizio Mercadante (PT-SP).

Antonio Carlos questionou "com que cara" Lula viajará ao exterior a partir de agora, como presidente do que o senador classificou de país "mais corrupto do mundo". A seu ver, Lula aparecerá triste, como já tem estado, com a situação do país. Na opinião do senador, a situação do presidente já seria quase de depressão.

## Clippagem Senador

- Quando o presidente acha que ninguém igual a ele é tão ético e moral, isso não é fruto da normalidade de consciência - disse Antonio Carlos.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ter confiança na capacidade do presidente Lula de superar "a difícil situação" em que se encontra. Por sua vez, Eduardo Azeredo (PSDB-MG) afirmou que o PSDB repudiou "de maneira firme" a insinuação de que as oposições estariam envolvidas em uma articulação golpista. O senador Mão Santa (PMDB-PI), também em aparte, observou que a esperança do país estaria na alternância de poder.

**Fonte: Veja on line**

**Brasil**

**Governistas e oposição adiam a CPI dos Bingos. Objetivo seria não parar Senado**

Em manobra que garantiu o que o governo queria, senadores da base de apoio e da oposição fecharam acordo nesta quinta-feira para adiar a instalação da CPI dos Bingos até que sejam concluídos os trabalhos das CPIs dos Correios e do Mensalão, que ainda não foi instalada. Atualmente, estão em funcionamento também as comissões mistas da Terra e da Imigração Ilegal. Como as CPIs têm 180 dias para fazer a investigação, a dos Bingos – proposta no ano passado, após divulgação de vídeo de 2002 no qual o ex-assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz aparece negociando propina com o empresário de jogos Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira – pode ficar para o ano que vem. Segundo acordo entre os parlamentares, eles indicaram os integrantes da CPI dos Bingos, como determinou nesta quarta-feira o Supremo Tribunal Federal (STF), mas não vão instalar a comissão agora por considerarem que mais uma CPI vai tumultuar o trabalho do Congresso. De acordo com o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (SP), "cada CPI precisa de 22 senadores, e nós sequer temos disponibilidade dos senadores para participar de tantas CPIs. Além disso, precisamos garantir o funcionamento do Senado, a votação das matérias e o funcionamento das comissões".

O líder do governo disse ainda que "a sociedade deseja investigar a fundo a corrupção nos Correios e a suposta existência do mensalão, e a partir dessas CPIs vamos avaliar a necessidade outras. Vamos indicar os representantes e reavaliar a oportunidade".

O líder do PFL na Câmara, Rodrigo Maia (RJ), disse que a CPI dos Bingos tem valor fundamental para a democracia. "Acho que é muito grave que a oposição recue de uma vitória do país e deixe a CPI para depois". O pedido da Comissão foi feito em 2004 no Senado e o requerimento teve a assinatura de 35 senadores, oito a mais que os 27 necessários.

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), disse que não vão faltar senadores para as CPIs e afirmou que as investigações não atrapalham em nada o funcionamento das Casas. "Nós temos como compatibilizar isso. Esse argumento não vai desmerecer investigação ou desestimulá-la. Pelo contrário, vou demonstrar que é possível, sim, fazer quantas investigações forem necessárias, e o Congresso funcionar." Os senadores indicados para a CPI dos Bingos são: Romeu Tuma (PFL-SP), José Jorge (PFL-PE), Efraim Morais (PFL-PB), Almeida Lima (PSDB-SE) e Leonel Pavan (PSDB-SC). O PMDB indicou os senadores Luiz Otávio (PR), Wirlande da Luz (RR), Maguito Vilela (GO) e Ney Suassuna (PB). Também foram indicados os senadores **Paulo Paim** (PT-RS), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Fátima Cleide (PT-RO) e Magno Malta (PL-ES). O PDT indicou o senador Juvêncio da Fonseca (MS) e o PTB, o senador Mozarildo Cavalcanti (RR).

**Fonte: Yahoo Notícias**

## Clippagem Senador

### ACM diz que "amigos" podem tirar Lula do poder

Agência Estado

ACM diz que "amigos" podem tirar Lula do poder Por Gilse Guedes Brasília, 23 (AE) - O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse hoje (23), em discurso, que os "amigos" do presidente Luiz Inácio Lula da Silva podem forçar sua saída do comando do País por estarem envolvidos em supostos esquemas de corrupção. Foi uma referência indireta às denúncias de participação do tesoureiro nacional do PT, Delúbio Soares, do secretário geral do partido, Sílvio Pereira, e do ministro Luiz Gushiken, da Secretaria de Comunicação de Governo, em irregularidades. Ele negou que o PFL esteja assumindo um discurso golpista, mas afirmou que a crise política está ficando cada vez mais grave por causa das inúmeras denúncias de irregularidades. "Não queremos tirar o presidente em nenhuma hipótese, mas amigos de Lula estão forçando sua saída com os crimes que praticam contra a nação", discursou. Para o senador, Lula fará suas viagens ao exterior e aparecerá como o presidente do país "mais corrupto do mundo". "Com que cara Lula vai viajar?", perguntou. Segundo ACM, Lula tem estado triste com a situação. Ele avalia que o presidente aparenta estar até mesmo "deprimido". "Quando o presidente acha que ninguém igual a ele é tão ético e moral, isso não é fruto da normalidade de consciência", discursou. ACM também pediu que, na reforma ministerial, Lula tire do comando de algumas pastas ministros que não têm mostrado eficiência nos trabalhos. Irritado com as dificuldades impostas pelo ministro das Cidades, Olívio Dutra, à realização de obras do metrô de Salvador, o senador elegeu o petista gaúcho alvo predileto de suas críticas. Segundo ele, o presidente deve demitir ministros que "têm o amargo da derrota" em eleições. Ele avalia que Lula excluiu de sua equipe os melhores quadros do PT, citando o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), e os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e **Paulo Paim** (PT-RS). ACM disse que o presidente deve fazer justiça e escolhê-los para sua equipe.

**Fonte: Congresso em Foco  
Subcomissão da Igualdade Racial**

Na pauta, aprecia requerimento do senador **Paulo Paim** (PT-RS) que solicita a realização de audiência pública com vistas a tratar de questões raciais atinentes ao negro na mídia, ao Dia da Consciência Negra e ao Estatuto da Igualdade Racial. às 10h, na ala Alexandre Costa, sala 13.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros PMDB-AL)  
– A Mesa acolhe o requerimento de V. Ex<sup>a</sup>, que será encaminhado brevemente para votação no plenário.

Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP.  
Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)  
– Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, gostaria de expressar o que entendi que nós decidimos ontem, no Colégio de Líderes. Apesar de ter sido expresso pela manhã o que tínhamos deliberado, e também ao longo do dia,

por meio dos veículos de comunicação, fiquei surpreso com alguns pronunciamentos, hoje, neste plenário.

Quero expressar como entendi que ocorreu a reunião. Quero também solicitar à Presidência da Casa que possamos gravar todas as próximas reuniões, porque, com certa recorrência, precisamos explicar o que eventualmente dissemos em reunião. E a melhor solução seria a elaboração de uma ata formal – como ocorre em todas as demais Comissões – do Colégio de Líderes, que é uma instância da Casa e tem um papel importante, para que posteriormente possamos expressar o que

dissemos e, enfim, o que foi discutido. Devemos aprovar regularmente essas atas, que, na minha opinião, melhoram a qualidade do relacionamento.

Talvez cada um tenha entendido de forma diferente o que de fato ocorreu. O Presidente expôs a decisão do Supremo Tribunal Federal, amparada em um artigo da Câmara dos Deputados para definir qual a decisão que o Senado Federal deveria tomar. Realmente, do ponto de vista regimental do Senado, não há nada que defina o papel do Presidente no sentido de indicar membro de comissão parlamentar de inquérito; nunca houve isso na história do Senado. De qualquer forma, não discutimos decisão do Supremo, apenas a cumprimos. O Supremo entendeu, reportando-se a um artigo do Regimento da Câmara dos Deputados que não existe no Regimento do Senado, que o Presidente do Senado deveria indicar os membros quando os Líderes não o tivessem feito.

Quero lembrar que, à época da proposta da CPI dos Bingos, da CPI do Waldomiro e da CPI das Privatizações, o PMDB, então liderado pelo Senador Renan Calheiros, o Bloco, liderado na época pela Senadora Ideli Salvatti, e os Líderes de todos os Partidos da Base – PL, PTB, PPS, PSB – deliberaram não indicar, porque entendiam que, naquele momento, sobretudo quanto às denúncias que envolviam o Sr. Waldomiro Diniz, as providências estavam sendo tomadas – e foram. Era um episódio anterior ao Governo, a este não dizendo respeito.

Realizou-se uma CPI onde ela deveria ocorrer, ou seja, no Estado do Rio de Janeiro, e, depois, em Goiás, em virtude do Sr. Cachoeira. Ambas as CPIs concluíram seus trabalhos, assim como a Polícia Federal e o Ministério Público. O sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Waldomiro Diniz foi quebrado. Além disso, pediu-se a sua prisão – ele foi enquadrado em mais de 20 artigos do Código Penal –, bem como dos três ex-Presidentes da Loterj, do Rio de Janeiro; 43 pessoas e 47 empresas foram punidas, e encaminharam-se à Justiça as providências penais e legais, como de fato prevíamos, com bastante eficiência.

A partir de então, houve uma evolução da conjuntura política, tendo sido absolutamente legítimo que a Oposição pleiteasse essas CPIs. E a CPI das Privatizações foi apresentada pela Oposição – e é relevante, porque, de fato, ao longo da história recente, houve várias iniciativas tentando investigar as privatizações na época, o que não foi possível. Há agora um pedido de investigação das privatizações, que somam US\$87 bilhões – o volume total –, perfazendo 76% do patrimônio público. Era um tema que poderia evidentemente ser objeto de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Havia também uma CPI do Cartão SUS. Não sei por que ela não está propriamente na agenda. Sob o meu ponto de vista, deveria estar, porque também

foi apresentada no início da legislatura passada, não houve as indicações, e ela foi arquivada. Mas ela foi apresentada no mesmo cenário da CPI do Waldomiro e de outras iniciativas. Portanto, entendo que quatro CPIs haviam sido apresentadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Se V. Ex<sup>a</sup> permitir a interrupção, gostaria de dar uma informação que julgo fundamental.

Ontem, nessa reunião, fizemos questão de deixar totalmente claro que, se V. Ex<sup>a</sup> requeresse que designássemos os membros de todas as comissões, de pronto o faríamos. Se fosse ontem, eu designaria ontem mesmo, até as 16 horas.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão, mas o Bloco já encaminhou a indicação dos nomes para todas as CPIs. Tive a informação de que o Senador Ney Suassuna faria o mesmo, e os demais Partidos, também. Então, todas as CPIs terão os membros indicados.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O que contestei aqui, e me compete fazê-lo, Senador Aloizio Mercadante, com o perdão da interrupção – não quero polemizar com V. Ex<sup>a</sup>, que sabe do respeito que lhe tenho –, foi exatamente a exposição em que a Instituição ficou. Parlamentares e Líderes partidários entraram com um mandado de segurança contra uma decisão da Mesa. E não discuti sequer a decisão, que foi tomada com base em um artigo do Regimento da Câmara e de um artigo do Regimento do Senado Federal que diz que, nas Comissões Permanentes, em caso de impedimento dos membros cujos Líderes se recusarem a substituir, o Presidente é obrigado a fazê-lo, o que não é o caso, não vem ao caso. Eu sequer discuti a decisão.

Pelo contrário, antes da publicação da decisão do Supremo, fiz questão de telefonar ao Ministro Nelson Jobim, Presidente do Supremo Tribunal Federal, e de dizer que daria concretude o mais rapidamente possível a ela.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – É verdade.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – E convoquei uma reunião de Líderes para isso. Não a convoquei para discutir se a CPI seria ou não instalada; não compete a mim. O meu papel se esgota – tenho dito e repito – na indicação dos membros, se os Líderes não indicarem, de acordo com o Regimento Comum do Congresso Nacional. A instalação é um problema dos Líderes. Então, a reunião não houve, na minha sala, e não haveria.

No que se refere à proposta de V. Ex<sup>a</sup> de fazer uma ata, concordo com ela. Mais do que fazer uma ata, precisamos gravar essas reuniões para que todos saibam o que, na verdade, se discutiu e aconteceu.



**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP)

– Concordo plenamente. Creio que é o melhor caminho. Assim, um não precisa sair dizendo o que o outro disse; cada um disse o que disse, está lá gravado e documentado. Faremos a reunião, portanto, com mais transparência e segurança.

Retratarei o que entendi que aconteceu na reunião. V. Ex<sup>a</sup> tem toda a razão. V. Ex<sup>a</sup> abriu dizendo: “Está aqui a decisão do Supremo Tribunal Federal, e eu, portanto, até as quatro horas da tarde, indicarei, caso as Lideranças não o façam.” Pelo que sei, as Lideranças o fizeram, ou seja, indicaram os nomes para a composição da CPI.

E V. Ex<sup>a</sup> disse: “Tratarei da CPI dos Bingos, que é a decisão do Supremo.” Conversei com o Ministro Nelson Jobim, Presidente do Supremo, e perguntei se aquela decisão dizia respeito àquela CPI específica ou a todas as demais. S. Ex<sup>a</sup> me disse que aquilo passaria a ser uma jurisprudência sobre todas as demais CPIs. Ou seja, quando os Líderes não fizerem, no tempo regimental, as indicações para as CPIs, compete ao Presidente do Senado fazê-las.

Como tínhamos outras CPIs na mesma situação da CPI dos Bingos, apesar de apenas esta ter sido objeto de interpelação judicial, a minha arguição é de que a providência teria que ser tomada para todas as CPIs. E a nossa Liderança imediatamente indicou os nomes para todas as CPIs. Então, esse problema está superado. O Presidente cumpriu exemplarmente a sua função, não havendo qualquer questionamento quanto ao desempenho da Presidência.

**A SRA. Ideli Salvatti** (Bloco/PT – SC) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP)

– Deixe-me avançar um pouco, Senadora.

O que aconteceu na reunião, no meu entendimento, foi que, após a abertura, alguns Líderes – não me lembro exatamente – disseram: “Do ponto de vista da Oposição, quanto mais CPI, melhor.” Essa foi a expressão utilizada. Ainda ponderei que essa não era a minha avaliação, nem para a Oposição, nem para o Senado, nem para o País, nem para o Congresso Nacional, mas que, evidentemente, respeitava a opinião. E não me pronunciei.

Eu estava aguardando o pronunciamento do Senador Arthur Virgílio, que, de forma muito franca, disse: “No que vou dizer não quero que seja interpretada nem primeira, nem segunda, nem terceira, nem quarta intenção. Eu quero dizer, com transparência, o que eu penso e gostaria que fosse respeitado o que eu penso.”

E acrescentou: “Acho que temos hoje um fato fundamental, que é a CPI dos Correios, e temos que investigar o episódio da compra de votos, o chamado

“mensalão”. São os dois fatos prioritários para os quais, hoje, a opinião pública exige investigação e transparência do Congresso Nacional. Acho que as CPIs dos Bingos, das Privatizações, do Cartão SUS e do Waldomiro devem ser instaladas, mas devemos discutir qual é a melhor oportunidade para fazê-lo.”

Ninguém disse, naquela reunião, que as CPIs não seriam instaladas. O que se discutiu foi a oportunidade da instalação neste momento. E o Senador Arthur Virgílio foi muito franco e objetivo.

Quando S. Ex<sup>a</sup> terminou de falar, comecei a ler um discurso, sem dizer de quem era. Li os seguintes trechos:

Quero dizer aos ilustres membros da Bancada do PT que, com meu apoio, porque golpista não sou, a continuar o clima de denunciamento, em um eventual Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, não duraria seis meses no Poder.

Li ainda um segundo trecho, que dizia assim:

Passamos então a imaginar um eventual Governo do PT. Esse Partido, que tem hoje 56 bravos Deputados [o discurso é de 21 de maio de 2001], passaria a contar, digamos, com 85 ou 90, um crescimento que nem ele próprio talvez preveja dessa monta, que, com exagerada boa vontade, lhes concedo, obviamente que a título da imaginação. Depois, a isso somar-se-iam alguns partidos, perfazendo 120 ou 140 Deputados. Não sei que credibilidade reuniriam para efetivamente tocar a governabilidade.

Li, então, o último trecho do pronunciamento:

A única frase que ficou na mente quando houve a tragédia do Palácio de La Moneda – Allende suicidou-se ou foi assassinado, a história é controvertida nesse episódio –, dentre todas as que foram proferidas, foi a do Secretário-Geral do então Partido Comunista Italiano, Enrico Berlinguer, que sentenciou: “Acabei de descobrir que maioria escassa não basta”. Imaginem, então, um eventual Governo do PT exposto no Congresso Nacional a um pedido de CPI atrás do outro, fictício ou não, legítimo ou não, um atrás do outro. Viria a ingovernabilidade, o caos administrativo e, quem sabe, a interrupção do mandato presidencial.

Lerei novamente:

Imaginem um eventual governo do PT exposto no Congresso Nacional a um pedido de CPI atrás do outro, fictício ou não, legítimo ou não, um atrás do outro. Viria a ingovernabilidade, o caos

administrativo e, quem sabe, a interrupção do mandato presidencial. Digo isso não por minha causa. Eu faria oposição a ele com dignidade e com espírito construtivo. Não sou golpista.

Quando falei do Allende, o Senador Arthur Virgílio falou que esse discurso era dele; eu respondi que sim e concluí, dizendo que estava esperando o pronunciamento de S. Ex<sup>a</sup> para ver qual era a avaliação que ele faria. Terminei dizendo que queria elogiar o Senador Arthur Virgílio, porque ele estava sendo coerente com o que havia dito em 2001, dizendo que uma CPI atrás da outra, fictícia ou não, necessária ou não, serviria sobretudo para criar um clima de ingovernabilidade, de crise administrativa e, quem sabe, a interrupção do mandato. E aí projetava o cenário do Governo Lula.

Acertou na questão da Bancada – foram 90 deputados – e também na análise que fazia do momento político. Eu disse do respeito que tinha pela forma como ele estava tratando essa questão, porque era evidente que não temos a menor condição de instalar mais quatro CPIs. Não temos, nem pelo Regimento, que, em seu art. 156, diz que o Senador só poderá integrar duas comissões parlamentares de inquérito: uma como titular, outra como suplente.

Ora, temos três CPIs mistas funcionando. A média de participantes é de quinze Senadores e mais sete suplentes. Só saberemos se a CPI do Mensalão será mista ou não na próxima quarta-feira, porque a posição do Colégio de Líderes – pode ser que a minha memória seja fraca, mas foi o que apreendi da reunião foi que essa CPI deveria ser feita na Câmara dos Deputados, por se tratar de decoro parlamentar de Deputados – é a de que, se a Câmara não a instalar, nós instalaremos a CPI mista. Foi marcada reunião do Congresso Nacional para a próxima quarta-feira, às 20 horas, pois aguardamos a decisão da Câmara a respeito do assunto esta semana. A Câmara está votando as medidas provisórias e, em seguida, votará o requerimento de preferência para instalar a CPI, pois o País inteiro quer que apure as denúncias que foram feitas em relação ao chamado “mensalão”, à compra de votos de parlamentares.

Portanto, poderemos ter uma quinta CPI até quarta-feira; ou quatro ou cinco. E a regra que vale para a CPI dos Bingos, evidentemente, vale para todas as demais CPIs, mesmo porque o bingo é uma prática que tem vários indícios de ilícito, de lavagem de dinheiro, mas existe também uma demanda da sociedade com relação às privatizações, à licitação do Cartão SUS e a outras matérias que possam surgir.

Mais quatro CPIs, com uma média de 15 Senadores por CPI, estamos falando de 60 Senadores. Fora as três que já estão instaladas... Pelo Regimento, o Senador não pode participar de duas CPIs. São

três CPIs, com média de quinze Senadores efetivos e sete suplentes, com mais quatro, seriam sete CPIs, podendo chegar a oito. Então...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Aloízio, se V. Ex<sup>a</sup> me permite. Nós fizemos uma alteração no Regimento do Senado Federal quando criamos mais Comissões Permanentes, e a participação dos Senadores foi elevada para três Comissões Permanentes, o que significa dizer que o entendimento é o mesmo para as Comissões Parlamentares de Inquérito. Além do mais, não podemos incluir na conta das CPIs do Senado a CPI Mista do Congresso Nacional. Isso é uma outra questão...

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Não. Sr. Presidente, nós estamos vivendo em um tempo em que a interpretação regimental é bastante ampla. Nós já temos agora...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Se houve um acordo para não instalar as Comissões Parlamentares de Inquérito foi um acordo político. Político, pois não há impedimento regimental.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Eu só quero concluir, Presidente. O art. 145 do Regimento Interno do Senado, em seu § 3º, diz assim: “O Senador só poderá integrar duas comissões parlamentares de inquérito, uma como titular, outra como suplente.”

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Foi alterado com a criação das novas comissões permanentes.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Então, V. Ex<sup>a</sup> me diga onde está a revogação desse artigo e qual é a outra.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nós criamos mais duas comissões permanentes: a Comissão de Desenvolvimento Regional...

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Mas aqui não fala em comissão permanente, mas em comissão parlamentar de inquérito. Mas, de qualquer forma, nós podemos... Eu gostaria de concluir...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O raciocínio é o mesmíssimo.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de concluir a minha intervenção.

Então, a minha visão é que o Regimento trata disso. Acho absoluta e politicamente descabido criarmos mais uma CPI. A minha posição é muito clara: não vejo como nem por que termos mais três ou quatro CPIs funcionando. Devemos nos concentrar naqueles que são os grandes temas nacionais, e, neste momento, é apurar tudo o que diz respeito aos Correios, tudo, porque os fatos estão vindo à tona, e queremos que

eles venham. Ao apurar as questões relativas aos Correios, colocaremos as coisas no seu devido lugar. Se há algum ilícito, quem praticou deve ser punido. E as ilações e as difamações eventuais também serão identificadas e apuradas. Então, queremos investigar tudo, queremos apurar tudo em relação à suposta compra de votos. E poderemos, evidentemente, apurar outros fatos relevantes, pois existem a CPI da Terra e a CPI da Imigração Ilegal, que estão em funcionamento.

O que foi acordado? Que não deveríamos instalar imediatamente essas CPIs, que faríamos uma reunião na próxima semana, provavelmente na terça-feira, para avaliar como encaminharemos essa questão, mesmo porque, provavelmente, por acordo, teremos recesso. Todos sinalizaram a disposição de votar a LDO na próxima quarta-feira. Votando a LDO, teríamos o recesso em julho. Também acordamos que as CPIs que estão instaladas funcionariam normalmente ao longo do recesso. Então, teríamos CPI, teríamos trabalho no recesso. Sentaríamos para avaliar a conjuntura e a oportunidade de instalação das CPIs, e não poderíamos imediatamente, nesse quadro, instalar essas CPIs, porque considero isso inviável do ponto de vista político, inconveniente do ponto de vista da Instituição e impropriedade do ponto de vista dos argumentos.

O Senador Arthur Virgílio fez um discurso que ontem li da tribuna e que lhe dei para ler na íntegra. S. Ex<sup>a</sup> disse que mantém tudo o que disse, e eu o elogiei não só pela coerência, mas sobretudo pela qualidade da análise que fez, ao dizer que uma CPI atrás da outra, necessária ou não, fictícia ou não, serve para criar um caos administrativo, um quadro de ingovernabilidade e prejudicar o País, o que não era a intenção dele, como não é a nossa, e espero que não seja a do Senado.

*(Interrupção no som.)*

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Sendo assim, termino dizendo que em nenhum momento dissemos que as CPIs não seriam instaladas. O que dissemos foi da inoportunidade de instalação imediatamente e que faríamos uma reunião na terça-feira para avaliarmos quando e como encaminharíamos essa questão. Foi isso o que eu disse ontem publicamente, da tribuna, e sobre isso não fui questionado por nenhum Líder, em nenhum momento.

Tivemos um longo debate. Eu disse na entrevista e os outros Líderes corroboraram a interpretação que foi dada que voltaríamos a nos reunir para verificar a oportunidade da instalação, como decisão política. Isso não é um problema da Mesa, como da outra vez não foi decisão do Presidente Sarney, pois foram os Líderes que tomaram a decisão de não indicar os membros, e V. Ex<sup>a</sup> era Líder à época. Foi decisão política. Nem o Supremo,

em nenhuma outra decisão, pode passar por cima da decisão política de cada Bancada, que tem que prestar contas a seus eleitores e à opinião pública nacional.

Essas CPIs serão instaladas. Quando? Vamos sentar e avaliar o melhor momento.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Por último, quero dizer que posso estar errado na minha interpretação, mas, seguramente, se os Senadores avivarem a memória, eles saberão dizer que foi exatamente isso que se processou. Foi isso o que acordamos, foi esse o procedimento.

As pessoas têm o direito de mudar de posição, o que eu respeito. Elas podem sentar com a sua Bancada e dizer que mudaram sua avaliação. Respeito isso. Mas o que acordamos é que na próxima terça-feira sentaríamos para avaliar a oportunidade de instalação das CPIs e que, neste momento, não poderíamos fazê-las todas, porque, neste quadro...

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte? Como participei da reunião, acho que teria que falar.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – É evidente, Senador José Jorge.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL. *Fazendo soar a campanha.*) – Senador José Jorge, concederei a palavra a V. Ex<sup>a</sup> pela ordem, porque o orador está falando como Líder, não podendo conceder aparte. Mas darei a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Encerro minha observação dizendo que foi isso que ocorreu, foi isso que foi divulgado. Ninguém questionou toda a divulgação que a imprensa fez ao longo do dia de ontem.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – As Lideranças se pronunciaram. Os discursos estão gravados e publicados. Foi este o entendimento de todos: sentaríamos, terça-feira, para verificar quando instalaríamos essas CPIs, pois era inoportuno, neste momento, que elas se instalassem no quadro que já estamos vivendo. O Congresso tem uma série de outras funções, com votação de matérias relevantes nas dez Comissões permanentes, e não podemos transformar, simplesmente, a agenda do Congresso Nacional em CPIs. Com relação a isso estou totalmente de acordo com o pronunciamento feito pelo Senador Arthur Virgílio, em 21 de maio de 2001.

Era o que tínhamos a dizer. Muito obrigado.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pelo art. 14.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou conceder a palavra, pela ordem, a todos os que a pediram. Antes, porém, vou apenas me permitir fazer a leitura de uma resolução de 2005 cujo § 1º reza “Cada Senador poderá integrar” – obviamente, depois da criação das novas comissões permanentes – “três comissões como titular e três comissões como suplente”, o que significa dizer que o raciocínio é o mesmo para as comissões parlamentares de inquérito.

Absolutamente em nenhum momento, referi-me a intervenções de Senadores na reunião de Líderes. As intervenções ocorreram. Pedi, mais uma vez, para que essa discussão de mérito, com a qual concordo, fosse tratada num fórum próprio e não na Presidência. Tenho pedido isso para retirar a Presidência dessa discussão, porque ela tem que ter isenção para conduzir os fatos, que são absolutamente graves.

Não estou me reportando à intervenção do Senador Aloizio Mercadante, que, aliás, S. Exª repetiu no plenário, citando a intervenção do Senador Arthur Virgílio. Não estou me referindo a isso. Estou me referindo à inexistência de um acordo para não instalar. É isso que não tem sentido, porque não tem sentido Líderes partidários entrarem no Supremo Tribunal Federal contra uma decisão da Mesa e, depois, entenderem, entre eles, de não formar comissão parlamentar de inquérito. Só teria um caminho para que isso acontecesse: era desconstituir o requerimento, era retirar as assinaturas do requerimento, o que não é mais possível. Isso é que se teria que fazer, mas seria preciso assumir politicamente, porque de outra forma, a instituição fica exposta – e está exposta –, com uma decisão que não cabe sequer discutir, porque é lastreada numa interpretação do Regimento da Câmara dos Deputados, e com o fato de, depois, os Líderes acordarem, na expressão do Senador Aloizio Mercadante, de não fazer a investigação. Fazem um acordo e não comunicam esse acordo.

É isso que tem que ficar claro, absolutamente claro. Se houve acordo, quero saber. Na próxima terça-feira, vou indagar aos Líderes partidários se houve ou não acordo para não instalar a comissão.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peça a palavra por ter sido citado, de acordo com o art. 14.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Tenho dois comentários. Primeiro: essa resolução não altera o Capítulo IX nem faz qualquer menção às comissões parlamentares de inquérito, que são tratadas num capítulo específico do Regimento. O art. 145 está

em vigor e não foi revogado. Mas, de qualquer forma, podemos ter uma outra interpretação regimental. A que eu tinha é o que está escrito e é o que estabelece o título específico das comissões parlamentares de inquérito.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Exª usou o verbo no tempo certo: tinha. Já há uma resolução que revogou isso.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, a resolução não menciona o capítulo das CPIs nem a revogação do art. 146.

De qualquer forma, Sr. Presidente, o fato mais substantivo – V. Exª disse de novo e vou repetir: em nenhum momento foi dito naquela reunião que as CPIs não seriam instaladas. Eu nunca disse isso, nunca defendi isso e não foi o que foi proposto. Foi dito que, nesta oportunidade, elas não deveriam ser instaladas.

Li o artigo do Senador Arthur Virgílio, fiz a minha argumentação em apoio às ponderações que ele fez na reunião e agradei a ele pela franqueza e coerência do discurso em relação ao que ele dizia no passado – ele estava se comportando da mesma forma naquele momento. Disse que achava que não havia a menor possibilidade de instalarmos mais três ou quatro CPIs neste cenário em que estamos vivendo.

Portanto, fiz a avaliação política – por sinal, a mesma que fiz há algum tempo. Foi isso que foi dito. Tanto foi dito, que marcamos para terça-feira que vem uma reunião de Líderes para avaliarmos como encaminharíamos essa questão, se seria depois do recesso, quando seria, em que oportunidade, que calendário estabeleceríamos. Foi isso que foi acordado.

Portanto, eu não disse nem agora, nem ontem, nem na reunião, que as coisas não devam ser apuradas. Nem eu, nem ninguém. Eu disse que não havia um cenário que contribuísse para instalarmos mais três ou quatro CPIs no Senado Federal. Acho impraticável que a Casa possa funcionar com 10 Comissões. Há três CPIs já funcionando, e a atenção da opinião pública está toda centrada neste momento em apurar os Correios e em apurar o episódio da compra de votos. São os dois episódios que estão sendo investigados com grande atenção da opinião pública.

Devemos concluir a CPI da Terra, a CPI da Emigração Ilegal e, evidentemente, investigar as privatizações, o cartão SUS, instalar CPI dos Bingos, CPI do Waldomiro, o que for necessário de acordo com as regras regimentais e constitucionais, com fato determinado, com assinaturas, com requerimento acatado pela Mesa e com decisão do Supremo de que, se os Líderes não indicarem, o Presidente indica.

V. Exª disse que a resolução do Supremo não obriga a instalação, porque o voto do Relator Eros Grau tratava inclusive dessa questão. Mas os outros



membros do Supremo em nenhum momento trataram da instalação, mas da obrigatoriedade de o Presidente indicar. V. Ex<sup>a</sup> disse: vou cumprir a obrigação do Supremo, e cumpriu. Os Líderes se anteciparam e indicaram os nomes. Estão todos indicados. O Supremo está plenamente respeitado e acatado.

A decisão de instalar é política e é deste Plenário. Avaliamos, naquela oportunidade, que não era o momento e que, numa próxima reunião de Líderes, analisaríamos a oportunidade de quando e como encaminhar essas demandas.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Fico agora absolutamente esclarecido com a intervenção de V. Ex<sup>a</sup>, porque V. Ex<sup>a</sup> acaba de negar a existência de um acordo para não instalar e não fazer a investigação. Agora, V. Ex<sup>a</sup> esclarece de uma vez por todas.

O que estava sendo contestado, inclusive por esta Mesa – que aliás é papel constitucional meu, como Presidente do Congresso Nacional e do Senado –, era não entender o porquê da existência de um acordo para não investigar, porque a Mesa anterior ficaria exposta. Houve uma decisão dela contestada. Líderes e Parlamentares entraram no Supremo contra uma decisão da Mesa anterior. É importante que isso fique absolutamente claro. Depois que o Supremo mandou o Presidente da Mesa seguinte suprir uma posição da Mesa anterior, que o Presidente estabeleceu o prazo, e disseram que, na mesma reunião, foi feito um acordo para não instalar. É isso o que a imprensa está dizendo. Foi contra isso que eu me bati, e não aceito, porque fica muito mal para a instituição. Como seu Presidente, vou defendê-la até as últimas consequências.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, só para concluir.

O que eu disse está gravado ao final da reunião e disponível para qualquer órgão de imprensa. Sinto-me contemplado com o que foi publicado e divulgado pela mídia nacional tanto televisiva como escrita. O que eu disse foi o que ocorreu e é o que definimos: decidimos instalar não imediatamente as CPIs, e voltaríamos a analisar, numa nova reunião de Líderes, terça-feira que vem, uma avaliação da oportunidade de instalação, quando e como encaminharemos essa questão. É absolutamente improcedente, inoportuno e inviável, de meu ponto de vista, mais quatro CPIs funcionando. Dependendo da decisão da Câmara dos Deputados, podemos ter uma quinta, o que é absolutamente incompatível com a responsabilidade dos Senadores, que trabalham em duas a três comissões permanentes, mais as votações de plenário, mais nossas obrigações constitucionais e legislativas, a não ser que o quadro descrito pelo Senador Arthur Virgílio realmente seja a intenção de alguém, que não acredito que seja. O

debate político foi esse, os argumentos que usei na reunião uso-os aqui, e foi essa a discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador, sem pretender polemizar com V. Ex<sup>a</sup>, não é esse o mérito da discussão. O mérito da discussão é que a imprensa disse hoje e ontem que houve um acordo dos Líderes para não instalar, para não investigar. Fiquei preocupado com isso. Houve o acordo? É essa a pergunta que lhe faço. Houve o acordo ou não houve o acordo? A dúvida é essa, não é com relação ao mérito nem com relação à existência de CPIs. Isso para mim não importa. O que importa para mim é a defesa da instituição, é nisso que tenho me batido. Quero saber: houve o acordo para não instalar? Na minha sala, não houve. É essa minha dúvida. Vi ontem no noticiário da televisão e nos jornais de hoje que teria havido acordo. Houve acordo? É isso que pergunto. Houve acordo? Não sei.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Citado 373 vezes hoje, peço a palavra pelo art. 14.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, quero também pedir minha inscrição, tendo em vista que eu estava na reunião, representando o PT.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Inscreverei V. Ex<sup>a</sup> com muito prazer, o Senador José Jorge já está inscrito e inscreverei também o Senador Geraldo Mesquita Júnior, com muito prazer.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio por cinco minutos.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Para uma explicação pessoal. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, se fossem cinco minutos por citação, eu teria mais de mil e quinhentos minutos.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, antes de qualquer coisa, faço um rápido histórico do desabafo que tive com a imprensa brasileira, pedindo que entendesse ao pé da letra o que uma pessoa ao pé da letra, como eu, fala. Não sou de metáforas. Sou claro, não sou de metáforas. Quando digo que não gosto é porque não gosto; quando digo que gosto, gosto. E tenho uma trajetória pública que me permite imaginar que as pessoas sabem que costume remar contra a maré, e até gosto de remar contra a maré.

Meu Partido expulsava por aquele delito do painel o então Senador José Roberto Arruda. E era tão fácil obter mídia fácil acusando o Senador José Roberto Arruda! Fui o único que, àquela altura, ofereceu o benefício da dúvida a S. Ex<sup>a</sup>, e fui contra a direção do meu Partido. Enfim, eu não seria mais um algoz do então Senador; já havia muitos, não seria mais um. Eu empaco feito burro diante de minhas posições e convicções. Não me movo por outro combustível que não esse.

Até hoje sou, talvez, o único Senador a ter o retrato do Presidente Fernando Henrique Cardoso na sala. Não existe mais ninguém. Tenho dois retratos: um na liderança e outro em meu gabinete.

Pedi algo que penso que mereço: que entendessem o desabafo que faria como expressão absoluta de minha sinceridade e, para a imprensa, antes da reunião – na reunião repeti o discurso para a imprensa –, disse que os contornos da crise dos Correios eram ainda indefinidos, ainda desconhecidos, e que eu via uma situação extremamente grave no País.

E, na reunião de Líderes, diria a mesma coisa, primeiro, exigindo do Governo que parasse com o discurso de Oposição golpista; segundo, deixando claro que, por mim, o PSDB não proporia, mas estaria aberto para negociar uma data para a instalação da CPI dos Bingos e das demais, levando em conta o quadro de caos que se poderia abater sobre o País – e continuo pensando assim –; terceiro, que não falaria mais sobre isso, até porque tudo o que eu não queria era ter minhas palavras mal interpretadas, pois não merecia tê-las mal interpretadas.

Cheguei à reunião de Líderes e pedi ao Presidente Renan Calheiros que me desse a palavra antes de qualquer coisa. S. Ex<sup>a</sup>, muito gentilmente, me concedeu a palavra, apesar de eu haver chegado atrasado à reunião. E repeti exatamente isto: que a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Correios está causando um impacto muito grande, que consigo fazer oposição ferrenha ao Presidente Lula, mas não estou em um processo de desestabilização do País, não estou mesmo. Se existe alguém que não prega golpe, porque não lucra com golpe, não concorda com golpe, sou eu. Não sou golpista mesmo!

Portanto, eu entendia que teríamos que acertar. Se todos os líderes quisessem, imediatamente, depois de indicados os nomes para a CPI dos Bingos, instalar essa e as demais, o PSDB silenciaria, e indicaria nomes para todas as Comissões que estivessem em pauta ou quisessem entrar em pauta. E que o PSDB entendia, porém – ainda cheguei a dizer ao Senador Aloizio Mercadante –, que se eu fosse Líder do Governo trataria de imaginar que seria melhor trabalhar a CPI dos Correios agora, estabelecendo um prazo para a entrada em vigor das outras, porque os impactos ainda não são conhecidos, ainda não estão perfeitamente delimitados e delineados. Percebi que isso não foi mal recebido, que o debate foi bastante simpático em torno da idéia, não ouvi ninguém que tivesse protestado contra.

E ficou acertado que, na terça-feira, nós nos reuniríamos para definir. O Presidente Renan Calheiros indicaria os nomes, se não indicássemos até certo prazo, e na terça-feira definiríamos a data de início de funcionamento da CPI dos Bingos. O Líder Aloizio Mercadante levantou a hipótese de outras CPIs – Cartão SUS, privatizações,

e uma outra também ligada a Waldomiro Diniz. O Presidente Renan Calheiros disse que se alguém fizesse uma questão de ordem, S. Ex<sup>a</sup> imediatamente tomaria a mesma atitude em relação a cada uma das CPIs.

Muito bem. Continuo acreditando que é obrigação minha, é obrigação da imprensa, é obrigação de qualquer segmento da Oposição, é obrigação de qualquer segmento do Governo, sobretudo do Governo, é obrigação de todos nós e de cada um de nós trabalharmos nossas funções com o olho no tamanho da crise que aí está e que não é pequena. Voltarei a falar como orador, daqui a pouco, e comentarei o pronunciamento do Senhor Presidente da República, que me parece não estar ainda compreendendo o tamanho da crise.

Todos nós temos de pensar bastante no desdobramento para o País. Quando digo “pensar no País que se vai herdar”, não falo no partido tal que ganhará a eleição ou que perderá a eleição, e que herdará ou não um país assim ou assado, como se fosse em seu benefício. Falo num país que as gerações herdarão. Falo num país que as gerações precisam receber de um Presidente para outro, cada vez em situação mais equilibrada e melhor. Foi esse o meu ponto de vista.

Portanto, entendo que, na terça-feira, definiremos a data de entrada em vigor das CPIs. Se quiserem para já, é para já. Se não quiserem para já, não é para já. Entendo que houve bastante simpatia para a idéia de que era uma demasia instalarmos a Comissão Parlamentar de Inquérito neste momento, no primeiro minuto, embora o Presidente Renan Calheiros tivesse de cumprir – e cumpriu – com toda a determinação que recebeu do Supremo Tribunal Federal.

Ficou mais ou menos acertado, na minha interpretação – acredito que todos falaram de boa-fé e cada um tem o direito, não negando o corpo, a espinha dorsal do que foi acertado, de ter as suas interpretações –, o seguinte: todo o empenho para que se apurasse, nos Correios, o que ali está sendo exposto e exibido. No tocante à CPI do Mensalão, convencionou-se que seria negativo, do ponto de vista da relação entre as duas Casas, haver uma Comissão Mista, com Senadores investigando Deputados. Desse modo, o Presidente Renan Calheiros teria dado um prazo já elástico, a fim de que houvesse tempo para que a Câmara dos Deputados desobstruísse a pauta e implantasse – ela própria, Senador Geraldo Mesquita Júnior – uma CPI naquela Casa para investigar a questão do mensalão. Todos nos colocamos de acordo, pelo silêncio ou pela palavra.

Ficou acertado, então, que a CPI do Waldomiro seria instalada – pelo que percebi, não era desejo de ninguém que a instalação ocorresse imediatamente – numa data acertada na terça-feira. E as demais Comissões Parlamentares de Inquérito seriam instaladas

com base, por exemplo, em provocação do Senador Aloizio Mercadante ou de alguma pessoa da base do Governo, ou de outro Parlamentar qualquer, que quisesse que as outras viessem à tela, questionando por que Waldomiro e por que não Cartão SUS, que investiga a administração do Ministro José Serra, hoje Prefeito de São Paulo. Por que não aquela – aliás, de minha autoria – que investiga privatizações no Governo Fernando Henrique Cardoso? Bastaria alguém solicitar uma questão de ordem e V. Ex<sup>a</sup> tomaria a mesma atitude.

Mantenho meu ponto de vista com relação ao discurso aqui citado, de maneira respeitosa e fraterna, pelo Líder Aloizio Mercadante. Mantenho minha posição de ontem...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peça mais um minuto.

Esse assunto deve ser tratado com serenidade, mas na busca de um consenso para avançarmos, e não empacarmos, nos caminhos do diálogo nesta Casa.

Mantenho a minha posição, mantenho os termos do que disse para a Imprensa ontem, mantenho os termos do que disse para os meus colegas Líderes ontem e quero repetir aqui a mesma coisa.

Li hoje as coisas mais... Eu li assim “abafa”. Não houve abafa, talvez abafa fosse quatro CPIs funcionando, nenhuma dando certo, uma grande confusão no País, uma grande competição entre várias CPIs, reflexos na economia e talvez pouca apuração. Entendo que para fazer bem feito seria a dos Correios, tal data. Data pode ser, Senador Mercadante, primeiro: Agosto? Pode ser. Outra data? Sugestão minha. Quando acabasse uma dessas CPIs. Acabou uma dessas CPIs entraria imediatamente em vigor essa de Waldomiro. Mas como eu disse ontem e já concluo, Sr. Presidente, que eu estava fazendo um desabafo que eu não ia ficar pagando um pato qualquer, não ia ficar permitindo que, com boa-fé ou com má-fé, quem quer que fosse interpretasse mal as minhas palavras tipo: Ah, ele não está com boa-fé não; ele não está pensando no Brasil, não; ele é mesquinho também; ele não é uma pessoa séria não; ele está brincando de parecer que é sério, mas não é sério; ele quer, no fundo, que não se investiguem as privatizações do Governo Fernando Henrique. Ah, porque ele não quer que investigue o cartão SUS do Serra.

Esse raciocínio canhestro, repulsivo, estúpido. Esse raciocínio que não compete a pessoas que, elas próprias, tenham boa-fé, esse raciocínio me fatiga como ser humano, esse raciocínio me exaure, me esgota e, em resposta a esse raciocínio, estou dizendo “muito bem, na terça-feira, se a decisão for a de começar a funcionar imediatamente...”

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – ...e entrando pelo período do recesso, vamos funcionar. Se funcionar aquilo que julgo bom senso, marca-se uma data para se ter uma avaliação correta e concreta dos impactos desta CPI dos Correios sobre a economia brasileira, sobre a vida nacional. Mas, por via das dúvidas, e, para que não haja dúvidas em cima de uma figura pública que não gosta de dúvidas, e eu não gosto de dúvidas sobre os outros, muito menos que os outros tenham dúvidas a meu respeito – se há algo que realmente não é coluna do meio é a minha participação na vida pública – estou comunicando ao Líder José Jorge que já tenho os nomes para as CPIs todas. Se for para instalar o que considero dar margem à insensatez, ou seja, instalar já as quatro, se quiserem multiplicar por quatro são dezesseis, e se quiserem multiplicar por duas, são trinta e dois, e se quiserem multiplicar por duas, são sessenta e quatro, e se quiserem multiplicar por duas, são cento e não sei quanto, já perdi a conta, nunca fui bom em matemática, aqui estão, vamos lá:

CPI do Cartão SUS. Senador José Jorge, meu líder da minoria, Senador Eduardo Azeredo, Senador Eduardo Siqueira Campos; Suplente Senador Teotônio Vilela.

CPI das Privatizações: Senador Arthur Virgílio, Senador Tasso Jereissati; Suplente Senador Flexa de Lima;

CPI do Waldomiro: Senador Almeida Lima, Senador Leonel Pavan; Suplente Senador Alvaro Dias.

Portanto, tudo o que peço é que olhem com justiça e com justeza a contribuição que procurei dar numa hora delicada para o País. Não estou falando com segundas intenções, nem costume falar assim. Se é possível imaginarem que eu, opositor, evidentemente que interessado até em vitórias eleitorais em 2006, que estou preocupado com o quadro que estou vivendo, que estou preocupado com o País que está aí, que não quero vitória a qualquer preço e que não quero desestabilizar quadro constitucional algum, se alguém conseguir imaginar que esse é o melhor reconhecimento para a vida pública de alguém que não almeja bens pessoais, que não almeja bens materiais e que quer apenas sustentar o fio da sua coerência,...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – ...aquele discurso, a sua presença na vida pública de hoje, eu agradeceria de coração. Mas não estou aqui imaginando que eu tenha direito de cobrar reconhecimento de quem quer que seja, reconhecimento vem mesmo é depois que morremos – não quero morrer tão cedo, já estou muito



feliz por estar o meu discurso tão famoso, porque, enfim, costumam falar de discursos depois que a pessoa morre, então, ainda bem que está acontecendo agora.

Sr. Presidente, encerro dizendo duas coisas mais. Considero desastroso para o País estabelecermos várias comissões parlamentares de inquérito. Segundo, não abri mão de CPI de Waldomiro. Terceiro, não temo nenhuma outra CPI. Quarto, vou fazer aquilo que os Líderes quiserem na terça-feira. Quinto, se os Líderes quiserem várias CPIs, os nomes do meu Partido já estão dados antes até dos de outros partidos. Sexto, confio muito na sabedoria do conjunto de Líderes desta Casa, tão bem liderada por V. Ex<sup>a</sup>, Senador Renan Calheiros, e imagino que, num primeiro momento, é mais espetaculoso nós dizermos aquilo que é mais fácil e, num segundo momento, talvez seja menos espetaculoso, mas talvez seja mais conseqüente, mais histórico, mais correto, mais justo nós examinarmos com clareza o papel que cada um cumpriu nesta quadra histórica, e o meu papel tem sido o de cobrar firmemente a apuração, ao mesmo tempo o de não me precipitar na direção de crises que podem ser funestas para o País.

Essa crise que está aí, que não foi gerada por nós, já é muito grave, extremamente grave. Não quero crises artificiais, eu não quero algo a mais do que o que já está aí, eu quero que o Brasil saiba que conta comigo e com o meu Partido na linha de frente para lutarmos por ética, mas não confundimos a luta por ética com o que seria a desestabilização da economia, a desestabilização de um Poder eleito pelo voto popular. Em outras palavras, estou hoje esperando 150 e-mails daqui a pouco. Setenta e cinco dizendo que estou certo, setenta e cinco dizendo que estou errado. É assim. A unanimidade, como diz Nelson Rodrigues, não é inteligente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>. Queria fazer um apelo aos oradores que estão inscritos pela ordem para que pudéssemos, se for o caso, acomodá-los com três minutos porque existem oradores que estão aguardando já há bastante tempo a retomada da lista normal de inscrições.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito pela ordem, Senador José Jorge. Em seguida, darei a palavra à Senadora Ideli, ao Senador Geraldo Mesquita e ao Senador Marco Maciel, retomando a ordem normal das inscrições.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só gostaria de confirmar isso tudo. Acho que está se chegando a um acordo que já se deu. Na realidade, foi marcada uma reunião para terça-feira para que, a partir daí, examinem-se todas essas CPIs e se marque a data de funcionamento de cada uma. Isso, a meu ver, não

quer dizer que a CPI não vai ser instalada agora, porque isso foi na quinta. O primeiro dia de pauta...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE)...de votação depois da quinta-feira é a terça. Então era dia normal mesmo de se fazer reunião para marcar a data. Como são três CPIs e agora apareceu essa quarta, chamada Cartão SUS, vamos verificar a forma de instalá-la e, se depender do PFL, vamos defender que a dos Bingos seja instalada imediatamente, mas vamos, evidentemente, conversar com todos. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>. Concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, participei da reunião, representando a Bancada do PT e do Bloco, tendo em vista que o Senador Delcídio estava, naquele momento, presidindo a CPI dos Correios. A reunião, do meu ponto de vista, transcorreu com a tranquilidade que o momento exige, com as ponderações que todos os Líderes fizeram. A divulgação do resultado da reunião não transcreve o que efetivamente ocorreu. Todos fizeram ponderações a respeito da dificuldade de termos as instalações de tantas CPIs ao mesmo tempo no Congresso Nacional, de forma muito especial no Senado da República.

Mas, em nenhum momento, alguém levantou a hipótese de não instalar, tanto que a deliberação do Supremo não foi questionada – decisão judicial cumpra-se – e a determinação era de que, até às 16 horas, os nomes deveriam ser indicados. Todos os Partidos fizeram as indicações, portanto, a decisão do Supremo foi acatada e como a decisão do Supremo é inclusive referente à decisão, não apenas para a CPI dos Bingos, mas para todas as que tivessem sido protocoladas, tomamos a iniciativa de fazer as indicações das outras. Que ainda não chegaram à Mesa, porque ficamos aguardando o critério da proporcionalidade encaminhado apenas no final da tarde de ontem, se não me falha a memória, foi a informação que tive. Mas o ofício já está para colher assinatura do Senador Delcídio Amaral para serem encaminhados os nomes da CPI da Privatização e da CPI do Waldomiro Diniz. Portanto, ninguém está discutindo nem a decisão judicial, nem a questão debatida na reunião.

Indiscutivelmente, há um problema político que nós, politicamente, vamos tratar na reunião de terça-feira. Quero dizer que não há nenhum problema em fazer discussão política a respeito do andamento dos trabalhos. Esta Casa, permanentemente, trata do andamento, politicamente. Nós decidimos quando se fecha acordo, o que vai para a pauta, o que se vota em



um dia ou em outro. Portanto, é da lógica desta Casa também decidir quando vão funcionar as CPIs cujos membros foram indicados. E isso não é nenhuma novidade. Por exemplo, na Câmara a CPI da privatização do setor elétrico, que, embora, há dois ou três meses, todos os nomes tenham sido indicados, ainda não funcionou. Por quê? A informação que temos é a de que há um concertamento política no sentido de não instalar mais essa CPI neste momento.

Então, acho que faremos isso com muita calma e tranquilidade, na terça-feira, com a mesma lógica, respeito e espírito patriótico tendo em vista o momento que o País atravessa, como fizemos na última quinta-feira. Eu não entendo por que toda essa polêmica. Houve um clima muito tranquilo e sensato durante a reunião. Quanto à interpretação dada pela imprensa, não consigo entender de onde veio a fonte, pois, dos que participaram da reunião, ninguém saiu com essa lógica de não instalar, de abafar, mas, sim, a lógica de escolher o momento mais adequado dentro das tarefas e das obrigações que temos a cumprir para o próximo momento.

Obrigada.

**O Sr. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra, também pela ordem, ao nobre Senador Geraldo Mesquita Júnior.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, há um fato que pode aclarar de vez essa situação. Resgato algo que foi proposto pelo Senador Aloizio Mercadante, que falou em gravar reuniões do colegiado de Líderes. Tenho uma proposta que, creio, nos permitiria operar com muito mais transparência neste caso: abrir as reuniões do colegiado de Líderes, fazer reuniões públicas para que todos tenham conhecimento instantâneo, imediato, do que ali está sendo tratado, inclusive a própria imprensa, para que não se atribua à imprensa interpretação equivocada do que houve numa reunião. Assim, realizando reuniões públicas, supriríamos esse problema.

Se houve, naquela reunião, proposta aprovada no sentido de não instalar a CPI, por que se marcou uma reunião para terça-feira? Se já havia uma decisão para não instalar a CPI, para que a reunião de terça-feira? Não faria sentido.

O Senador Aloizio Mercadante também disse que nenhum dos participantes da reunião teria ferido o assunto neste plenário. Não é bem verdade. Lastimei a ausência do Senador em plenário, quando fiz referência à reunião. Eu estava no meu gabinete, ouvindo o pronunciamento do Senador Aloizio Mercadante e fiz questão de ressaltar que, se ouvi bem ou se ouvi mal, teria sido mencionado o fato de que teria havido

um acordo naquela reunião de não se instalar a CPI. Ora, Sr. Presidente, a CPI dos Bingos, para mim, até pessoalmente, tem um significado especial, a partir, como dito há pouco, da aparição de alto servidor do Palácio do Planalto na televisão dizendo que era ladrão e propineiro. E, olhem, o meu raciocínio é o seguinte: antes de o Presidente Lula assumir o Governo, nós, que sempre fizemos parte de partidos considerados de esquerda – quanto a alguns outros hoje vemos que não eram bem assim –, sempre que havia um fato que incomodava a Nação brasileira, um fato que envolvia corrupção, qual era o procedimento das lideranças dos partidos de esquerda neste Congresso? No mesmo dia, ou no dia seguinte, protocolavam um requerimento de instalação de CPI. Quando o Presidente Lula foi eleito, eu disse: agora vamos nadar de braçadas porque essa praia é nossa. Quando aconteceu de o Sr. Waldomiro Diniz ir à televisão fazer aquela autoconfissão, eu pedi minha inscrição avulsa naquela CPI. Mesmo sabendo que não tinha respaldo regimental para isso, pedi porque considerava que teríamos na égide de um governo que elegemos o compromisso moral, ético, político de perseverar na linha de investigações profundas, como disse o Presidente, doesse a quem doesse.

Portanto, os fatos estão serenamente sendo postos no seu devido lugar. De fato, não houve o tal acordo. De fato, houve a provocação para que na terça-feira o colegiado de Líderes se reunisse, mais uma vez, para deliberar sobre esses assuntos e outros. A Senadora Heloísa Helena vai retomar o seu posto de Liderança na próxima reunião. Quem, em sã consciência, pode admitir que a Senadora Heloísa Helena participe, terça-feira, de um acordo que postergue a instalação da CPI, porque S. Ex<sup>a</sup> é uma das brasileiras, uma das Parlamentares que mais têm lutado pelo aprofundamento dessas investigações. Sua postura na CPI dos Correios tem demonstrado isso para o Congresso e para a Nação. Por sorte, os fatos estão sendo postos com a devida clareza, devidamente equacionados. Acredito que não devem restar mais dúvidas.

Por último, Sr. Presidente, queria tratar apenas de uma questão. Fico encabulado com o fato de afirmarem aqui, hora sim e hora também, que CPI é um instrumento das oposições. Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, para mim, CPI é um instrumento à disposição do Congresso Nacional para que possamos investigar casos como esse. Não estou aqui condenando ninguém. Estou apenas, como toda a Nação brasileira, debruçando-me sobre esse cipoal de evidências, esse cipoal de fatos que surgem a toda hora.

Temos aqui uma reportagem de Fernando Rodrigues, considerado um dos jornalistas mais sérios, da **Folha de S. Paulo**, que traz fatos relativos ao ocorrido

no meu Estado, Acre, que envolve uma agência de publicidade que, possivelmente, tenha ramificações com a agência desse tal de Marcos que está envolvido até a raiz do cabelo. Dizem que ele é o “homem da mala”, aquele que leva e traz dinheiro. Um Governo que tem a capacidade de gerar tanto fato negativo, de permitir que neste País se instale uma rede de corrupção como essa que aqui foi instalada não precisa de ninguém para provocar situações...

Eu digo que, se for necessário instalarmos duas, três, quatro CPIs neste Congresso, que sejam instaladas, mas que se vá a fundo na investigação dessas questões. E olhe, Sr. Presidente, quem for de vidro neste País que se estilhaça, porque o povo brasileiro, o Congresso Nacional, não está aí para pôr panos quentes nos atos indecentes e corruptos cometidos por pessoas com quem não podemos ter compromisso.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, desejo registrar fato para mim muito significativo, ocorrido terça-feira passada, na CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Na referida cerimônia foi lançado o intitulado **Compêndio da Doutrina Social da Igreja**, com a presença do Cardeal Raffaelo Martino, Presidente do Pontifício Conselho Justiça e Paz, assim como do Núncio Apostólico Dom Lourenzo Baldisseri, de Dom Geraldo Majella Agnelo, Dom Celso Queiroz, Dom Odilo Pedro Scherer, respectivamente Presidente, Vice-Presidente e Secretário-Geral da CNBB, de Dom. João Braz de Aviz Acebispo de Brasília, bem assim de Ministros, Senadores, Deputados, integrantes do Clero, juristas, magistrados e convidados outros, inclusive, dirigentes de órgãos de classe.

Faço esse registro, Sr. Presidente, por entender que os assuntos tratados nesse Compêndio, que é resultado de um longo trabalho feito pelo Pontifício Conselho Justiça e Paz, representam uma contribuição não somente para que os cristãos possam melhor conhecer a doutrina social da Igreja, mas também muito importante para os políticos, porque dizem respeito a questões que, de alguma maneira, marcam o mundo dos nossos dias, inclusive nosso País.

Trata-se de uma obra sem precedentes na história da Igreja por versar sobre questões complexas relativas à natureza mesma dessa doutrina e a sua finalidade de conferir ao documento uma dimensão unitária e universal, em que pese aos numerosos aspectos e infinitas diversidades da realidade social no mundo, de molde a que fosse oferecido um ensinamento que resistisse

ao tempo, numa fase como a atual, que se caracteriza, como nós sabemos, pela fugacidade e rapidez das mudanças sociais, econômicas e políticas. \*

Os temas tratados no referido compêndio são também importantes, porque, como se sabe, no mundo e no Brasil, se vivem instantes de muito relativismo ético, e esses temas não podem deixar de merecer uma reflexão de todos nós, independentemente de nossas convicções religiosas ou partidárias.

O Compêndio que ora a Igreja lança, e no Brasil por intermédio da CNBB, refere-se especificamente à doutrina social da Igreja. Embora a mensagem que Cristo nos deixou date de mais de dois mil anos, a doutrina social da Igreja é bem mais recente. Ela começou a ser formulada de maneira mais clara em 1892, quando o Papa Leão XIII promulgou a encíclica **Rerum Novarum** – geralmente as cartas encíclicas são precedidas por duas palavras em latim –, sobre as novas coisas. Naturalmente, era uma resposta que o Papa Leão XIII dava às grandes questões sociais que marcaram o fim do século XIX.

Como se sabe, naquela ocasião já havia uma grande fermentação social e, de modo especial, também uma grande fermentação ideológica, porque as idéias de Karl Marx já se faziam sentir em todo o mundo.

Também nessa Encíclica é examinada a condição dos trabalhadores assalariados, particularmente pensa para os operários das indústrias afligidos por uma indigna miséria. A questão operária é tratada segundo sua real amplitude, explorada em todas as suas articulações sociais e políticas, para ser adequadamente avaliada à luz dos princípios doutrinários baseados na revelação, na lei e na moral natural. A *Rerum Novarum* se converteu, conforme diz o próprio compêndio, na Carta Magna da atividade cristã no campo social. O tema central da doutrina social da Encíclica é da instauração de ordem social justa, em vista da qual é mister individuar critérios de juízo que ajudem a avaliar os ordenamentos sócio-políticos existentes e formular linhas de ação para uma oportuna transformação.

É bom lembrar que o Papa Leão XIII se antecipou em sua crítica à doutrina marxista, quando, já naquela ocasião, analisava tanto o liberalismo não-social quanto o marxismo. O então Papa considera que o marxismo era um remédio pior do que a doença. Isso se confirmou depois, com a instauração dos regimes comunistas no mundo, que afinal começaram a desaparecer com a queda do muro de Berlim.

Mas devo também dizer, Sr. Presidente, que, ao longo do tempo, a doutrina social da Igreja foi sendo enriquecida por uma série de outras encíclicas e por uma interpretação doutrinária que, a partir daí, se seguiu. Já que me refiro especificamente ao Compêndio ora

lançado, dois pontos me parecem extremamente ligados à atividade política que os cristãos leigos exercem. A primeira diz respeito ao princípio da subsidiariedade. O princípio da subsidiariedade surgiu já com PIO XI, portanto no século XX, na Encíclica *Quadragesimus Annus*. Essa encíclica é de 1931 e, na realidade, registrava a passagem dos quarenta anos da *Rerum Novarum*. O Papa faz uma leitura do passado e situa, de forma muito apropriada, esse princípio da subsidiariedade. Em que consiste isso basicamente? Consiste em fazer aquilo que uma entidade menor pode fazer que a maior não a realize, e assim sucessivamente. Em outras palavras, esse princípio não se aplica apenas aos estados nacionais, mas também à sociedade internacional.

Convém alguma reflexão porque, em verdade, vivemos num País que é republicano e federativo e pressupõe, conseqüentemente, cada vez mais a necessidade de descentralizar e desconcentrar as decisões. A Federação se sente derruída nos seus princípios básicos, e é necessário que insistamos na descentralização e, sobretudo, na desconcentração. Isso tem muito a ver não somente com o fortalecimento dos Estados e Municípios, estes somente agora considerados entes federativos, pela Constituição de 1988, mas também com a própria cidadania.

Daí por que considero importante fazer-se uma reflexão desse princípio da subsidiariedade, à luz das questões federativas brasileiras. O que observamos é que, freqüentemente, há uma crescente concentração do poder de decisão em favor da União, tirando ou retirando das primeiras instituições da sociedade a capacidade de decidir, inclusive aí se aplicando especificamente ao Município.

A segunda observação que, na minha opinião, tem um forte viés político, diz respeito ao problema da democracia. O *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, frisa que “uma autêntica democracia não é somente o resultado de um respeito formal de regras, mas é o fruto da convicta aceitação dos valores que inspiram os procedimentos democráticos: a dignidade da pessoa humana, o respeito dos direitos do homem, do fato de assumir ‘o bem comum’ como fim e critério regulador da vida política. Se não há um consenso geral sobre tais valores, perde-se o significado da democracia e compromete-se a sua estabilidade”. E acrescenta o documento: “a doutrina social individua, um dos riscos maiores para as atuais democracias no relativismo ético, que induz a considerar inexistente um critério objetivo e universal para estabelecer o fundamento e a correta hierarquia dos valores”. E, por fim, diz, lembrando, aliás, um pronunciamento feito recentemente pelo falecido Papa João Paulo II no Parlamento italiano:

“Uma democracia sem valores converte-se facilmente num totalitarismo aberto ou dissimulado, como a história demonstra”.

Com isso, queremos dizer que é fundamental que insistamos também na necessidade do fortalecimento da democracia, mas também que continuemos a buscar conciliar o exercício da democracia representativa com a democracia participativa, para que todos tenham, portanto, acesso às deliberações de interesse da comunidade. Por fim, Sr. Presidente, encerraria dizendo que esse documento lançado em boa hora trata...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Marco Maciel, com o perdão da interrupção, a Mesa assegurará o tempo necessário para V. Ex<sup>a</sup> concluir o discurso.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE) – Então, Sr. Presidente, eu, gostaria, já que V. Ex<sup>a</sup> me concede mais alguns minutos, de dizer que considero importante que, além da democracia representativa, estimulemos formas participativas de democracia. Acho que os novos tempos, com o progresso das tecnologias do conhecimento e da informação, permitem que possamos exercitar de melhor forma a cidadania, ascultando a sociedade, nas suas angústias, nos seus problemas, e buscando, para essas questões, encontrar uma resposta pronta e adequada.

Acho que à medida que se estimula a participação da cidadania, se estabelecem condições para que a democracia possa sentar raízes mais fundas no tecido social brasileiro, fazendo com que todos se sintam responsáveis pelo País.

Já no século V antes de Cristo – Péricles, o homem que monopolizara a cena política de Atenas durante 30 anos, autor das mais profundas reformas democráticas de sua pátria –, discursando em celebração ao final do primeiro ano da guerra do Peloponeso, enfatizou dever sua cidade o que era ao fato de ser governada pela intervenção pessoal de todos os seus cidadãos, anatemizando a quem não partilhava dessa obrigação cívica, por isso que “*um homem que não participa da política é de ser considerado não um cidadão tranqüilo mas um cidadão inútil*”.

Sr. Presidente, eu pediria que fossem publicados os que não li, mas que constam do meu discurso.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**Muito obrigado.**

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR MARCO MACIEL.**

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores,

## A DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA

Após cinco anos de estudo e reflexão, a Igreja Católica vem oferecer tanto a seus fiéis quanto aos demais cristãos e a todas as pessoas comprometidas com a promoção do bem social da humanidade, sua Doutrina Social, elaborada pelo Pontifício Conselho Justiça e Paz, presidido pelo Cardeal Renato Raffaelo Martino. Sua Eminência veio ao Brasil para lançar pessoalmente o COMPÊDIO dessa doutrina (publicado pela Editora Paulinas) nas cidades do Rio de Janeiro, Salvador, Brasília, Belo Horizonte e São Paulo, nos dias 20 a 23 do corrente mês de junho. Trata-se de uma obra sem precedentes na história da Igreja -, por versar complexas questões relativas à natureza mesma dessa doutrina e à sua finalidade de conferir ao documento uma dimensão unitária e universal, em que pese aos numerosos aspectos e infinitas diversidades da realidade social no mundo, de molde a que fosse oferecido um ensinamento que resistisse ao tempo, numa fase como a atual, que se caracteriza pela fugacidade e rapidez das mudanças sociais, econômicas e políticas.

A obra tem três partes: os pressupostos dessa doutrina social; seus conteúdos e temas clássicos; e orientações para o uso da doutrina na prática pastoral e na vida dos cristãos. Discernindo os sinais dos tempos, a Doutrina enfrenta três desafios: o das culturas múltiplas, face a face com o Evangelho; a da indiferença ética e religiosa, que urge superar; e o pastoral, na consolidação dessa doutrina no próprio seio da Igreja. E conclui pela necessidade de se construir uma nova civilização, em diálogo com as disciplinas do saber humano, com as demais religiões e com todos os homens com vista à obtenção de um humanismo integral e solidário.

Não é de hoje a preocupação da Igreja com os graves problemas da humanidade. Para nos cingirmos à atualidade, contudo, basta determo- nos sobre as preocupações pontificias deste século que findou e o início do que ora vivemos.

O ponto de partida, que mereceu inúmeras remissões e comemorações papais posteriores, foi a famosa encíclica *Rerum Novarum* “sobre a condição dos operários”,



onde Leão XIII defendeu o dever do Estado de garantir os direitos dos operários, nomeadamente de se sindicalizarem, rejeitou o socialismo e responsabilizou o capitalismo pela questão social. Comemorando os quarenta anos dessa encíclica, Pio XI promulgou a *Quadragesimo Anno*, encarando o confronto dos blocos totalitários do nazi-fascismo com o comunismo, a ser substituído pelo corporativismo cristão, pelo respeito à dignidade inalienável da pessoa humana e a primazia do bem comum sobre os interesses corporativos ou classistas. Em homenagem aos setenta anos da referida primeira encíclica, João XXIII publicou a *Mater et Magistra*, na qual são examinadas as novas dimensões da questão social, ressaltando a disputa entre os povos desenvolvidos e a multidão dos que soçobravam no subdesenvolvimento – desigualdades essas desenvolvidas em sua última encíclica *Pacem in Terris*. Paulo VI, endossando seu antecessor, profligou, então, na *Populorum Progressio*, a impostura dos grandes sistemas do capitalismo e do comunismo, que propunham o consumo como a solução de todos os problemas. E ainda, comemorando os oitenta anos da *Rerum Novarum*, a Carta Apostólica *Octogesima Adveniens* deixou claro que a Igreja renunciava a qualquer pretensão de propor um sistema alternativo - sendo a missão dos leigos comprometidos na política construir os modelos adequados às diversidades nacionais. Pela *Laborem Exercens*, João Paulo II teve sua vez de proclamar: “O trabalho é uma chave e provavelmente a chave essencial de toda a questão social” – quando esta se achava centrada na propriedade; na *Sollicitudo Rei Socialis* insistiu em que só a solidariedade internacional podia promover o desenvolvimento integral; e na *Centesimus Annus* convidou-nos a um triplice olhar sobre a *Rerum Novarum*: “olhar para traz”, isto é, os princípios então formulados pela encíclica, “olhar ao redor”, ou seja, as coisas novas deste fim de século; e “olhar para o futuro”, a saber, as incógnitas e promessas do terceiro milênio.

Como se vê dos textos pontifícios, eis a síntese que deles se pode extrair:

→ A Igreja Católica, numa posição de extraordinário equilíbrio em sua Doutrina Social, defende com intransigência a dignidade inalienável da pessoa humana; as

primazias do bem comum, da destinação universal dos bens sobre a propriedade particular e do trabalho sobre o capital; e os princípios fundamentais da subsidiariedade e da solidariedade. Se enfrentou corajosamente o comunismo, não foi apenas por seu ateísmo, mas sobretudo pela tirania de seu desrespeito aos direitos naturais, ínsitos à dignidade da pessoa humana, que é anterior mesmo a seu ingresso na sociedade. Restringindo-nos apenas ao reinado de João Paulo II, Sua Santidade, em discurso no Parlamento italiano, lembrou: “À luz da extraordinária experiência jurídica amadurecida ao longo dos séculos a partir da Roma pagã, como não sentir o compromisso... de continuar a oferecer ao mundo uma mensagem fundamental, de que, no centro de qualquer ordem civil justa, deve estar o respeito pelo homem, pela sua dignidade e pelos seus direitos inalienáveis?” Mas advertiu na Encíclica *Centesimo Anno*: “As idéias e as convicções podem ser facilmente instrumentalizadas para fins de poder. Uma democracia sem valores converte-se facilmente num totalitarismo aberto ou dissimulado, como a história demonstra; também a do século XX que há pouco terminou”. E incisivamente, na Nota da “Congregação da Doutrina e da Fé”: “As sociedades democráticas atuais, onde louvavelmente todos participam na gestão da coisa pública num clima de verdadeira liberdade, exigem novas e mais amplas formas de participação na vida pública por parte dos cidadãos, *cristãos e não-cristãos*. E todos podem, de fato, contribuir através do voto na eleição dos legisladores e dos governantes, também de outras formas na definição das orientações políticas e das opções legislativas que, no seu entender, melhor promovam o bem comum. (...) É consequência deste ensinamento fundamental do Concílio Vaticano II que os fiéis *leigos* não podem, de maneira alguma, abdicar de participar na *política*, ou seja, na múltipla e variada ação econômica, social, legislativa, administrativa e cultural, destinada a promover de forma orgânica e institucional o bem comum...” Entretanto, adverte Sua Santidade: “Não cabe à Igreja formular soluções concretas – e muito menos única – para questões temporais, que Deus deixou ao juízo livre e responsável de cada um, embora seja seu direito e dever pronunciar juízos morais

sobre realidades temporais quando a fé ou a lei moral o exigirem. Se o cristão é obrigado a ‘admitir a legítima multiplicidade e diversidade das opções temporais’, é igualmente chamado a discordar de uma concepção do pluralismo em chave de relativismo moral, nociva à própria vida democrática, que tem necessidade de bases verdadeiras e sólidas, ou seja, de princípios éticos que, por sua natureza e função de fundamento da vida social, não são *negociáveis*”. Esclarece ainda Sua Santidade: “No plano da militância política concreta, há que ter presente que o caráter contingente de algumas escolhas em matéria social, explicam o fato de geralmente poder dar-se uma pluralidade de partidos, dentro dos quais os católicos podem escolher sua militância para exercer – sobretudo através da representação parlamentar – o seu direito-dever na construção da vida civil de seu País”. Para culminar, o Papa salienta: “O apelo que muitas vezes se faz à *laicidade* que deveria guiar a ação dos católicos, exige uma clarificação, não apenas de terminologia. A promoção segundo consciência do bem comum da sociedade política nada tem a ver com o *confessionalismo* ou a *intolerância religiosa*. Para a doutrina moral católica, a *laicidade* entendida como *autonomia* da esfera civil e política da religiosa e eclesiástica – mas não da moral – é um valor adquirido e reconhecido pela Igreja e faz parte do patrimônio de civilização já conseguido”. Aliás, foi a *Gaudium et Spes*, que introduziu a inovação de *bem comum do gênero humano* – cuja busca deve prevalecer sobre o bem comum de cada Estado, numa lealdade à família humana, embora não se descartando a lealdade para com os próprios concidadãos e para com sua pátria.

Já no séc. V antes de Cristo – Péricles, o homem que monopolizara a cena política de Atenas durante trinta anos, autor das mais profundas reformas democráticas de sua pátria – discursando em celebração ao final do primeiro ano da guerra do Peloponeso, enfatizou dever sua cidade o que era ao fato de ser governada pela intervenção pessoal de todos os seus cidadãos, anatematizando a quem não partilhava dessa obrigação cívica, por isso que “um homem que não participa da política é de ser considerado não um cidadão tranqüilo, mas um cidadão inútil” ..

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa defere o pedido de V. Ex<sup>a</sup> na forma do Regimento.

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup> para uma comunicação inadiável e, em seguida, darei a palavra ao Senador Heráclito Fortes, à Senadora Heloísa Helena, que acaba de permutar com o Senador Heráclito Fortes a sua inscrição, e ao Senador Arthur Virgílio.

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, no período em que governei o Estado do Maranhão, a cuja administração me devotei integralmente – felizmente com excelentes resultados –, pude tomar consciência da espinhosa dificuldade em atender, equanimemente, um território de 332 mil quilômetros quadrados.

Muitas vezes, veio-me à reflexão a sábia decisão que levou os Estados Unidos da América do Norte a uma divisão territorial da qual resultaram 50 Estados e o Distrito de Washington.

Não inviável, mas difícil para o administrador ter olhos, disposição, meios materiais e outras condições para marcar, da sua mesa de trabalho, extensões tão grandes e de diferentes vocações na economia, como ocorre em meu Estado. São distintas vocações que se têm harmonizado exemplarmente, pois atuam sob aspiração comum de impulsionarem o crescimento do Maranhão.

Os indícios de insatisfação surgem no instante em que forças populares e econômicas se unem para reivindicar uma redivisão política e territorial. De um lado, no caso maranhense, uma opinião pública que, testemunhando o êxito do vizinho Estado do Tocantins, considera-se, de igual modo, com plenas possibilidades de apressar o seu desenvolvimento em processo autônomo; de outro, a população do território original, que não se considera ferida pelo desmembramento que faria recuar alguns dos seus limites geográficos. Ao contrário, analisando desmembramentos já ocorridos em outros Estados, vê as vantagens de uma redução territorial que lhe proporcionaria amplas oportunidades de receber investimentos mais concentrados e melhores condições de vida.

Esse fato é o que está ocorrendo no Maranhão frente à perspectiva de criação de um novo Estado. Ali cresce a velha aspiração por um Maranhão do Sul, recebendo o apoio de todos os setores da sociedade. São pessoas do povo e lideranças empresariais que envolvem todo o meu Estado nesse pleito.

Faz-se forte, enfim, o sentimento a favor da criação dessa nova unidade federativa no Brasil, cujo movimento recebe o meu apoio e colaboração por considerá-lo justo e oportuno para uma região que se assenta em vigorosa viabilidade econômica, financeira e política.

A região que se pretende desmembrar, Sr. Presidente, é sabidamente reconhecida pelo dinamismo do seu progresso. Ali se inicia, como de grande importância estratégica e econômica, a Ferrovia Norte-Sul, que interligará as regiões Norte, Nordeste, Sul e Sudeste. Essa obra vai constituir-se em uma importante opção logística para o escoamento do comércio internacional brasileiro, beneficiando a economia nacional. Embora ainda não terminada, já alavanca o desenvolvimento do setor agrícola da região de 1,8 milhões de quilômetros quadrados de fértil cerrado, com elevado potencial de produtividade agrícola.

O trecho Açailândia-Imperatriz desta ferrovia, com 106 km de trilhos em funcionamento, está interligado à Estrada de Ferro Carajás, sob administração da Companhia Vale do Rio Doce, e também com o trecho Imperatriz – Estreito, de 120 km. Essa via férrea fará escoar uma boa fração dos atuais fluxos de transportes de cargas de longa distância entre as regiões Norte e Sul do Brasil, principalmente por meio do Pátio de Integração Multimodal. Este localiza-se entre as cidades de Porto Franco e Estreito, cujas obras já foram iniciadas, com uma movimentação prevista de aproximadamente 45 milhões de toneladas de grãos por ano.

Sr. Presidente, aqui falo sobre a criação do novo Estado do Maranhão, o Estado do Tocantins do Maranhão, vamos chamar assim.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senador Edison Lobão, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, com a ajuda do nosso Presidente?

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA) – Concedo um aparte, com todo prazer, ao Senador Heráclito Fortes.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senador Edison Lobão, desejo solidarizar-me com V. Ex<sup>a</sup> por essa idéia. Fico torcendo para que ela prossiga e prospere, até porque, no meu Estado, estamos vivendo momento semelhante, com a criação do Estado do Gurguéia, cujo projeto tramita no Congresso Nacional. Tenho certeza de que serão duas soluções altamente positivas para o Nordeste brasileiro. É uma divisão para unir, para crescer, e poderemos contar com a pujança dos dois Estados do Maranhão e também dos dois Estados do Piauí, em benefício do Brasil. Parabênizo V. Ex<sup>a</sup> pela lucidez do pronunciamento. Concordo que V. Ex<sup>a</sup>, como Governador do Maranhão, fez um governo extraordinário, deixando marcas que o Maranhão todo reconhece.



Daí por que a popularidade de V. Ex<sup>a</sup> naquele Estado é comprovada toda vez que é testada. Parabéns!

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Heráclito Fortes. Não há dúvida nenhuma de que estamos, o Maranhão e o Piauí, definitivamente associados na economia, na sua política e na sua faixa social também. São dois Estados que caminham juntos. A criação do Estado do Tocantins foi um grande avanço nessa região, e a criação futura do Estado do Maranhão do Sul sê-lo-á também, assim como a do Estado do Gurguéia.

Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> que considere como lido o restante do meu discurso, já que o meu tempo – V. Ex<sup>a</sup> me chama a atenção – já se esgotou.

Muito obrigado.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR EDISON LOBÃO.**

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, no período em que governei o Estado do Maranhão, a cuja administração me devotei inteiramente – felizmente com excelentes resultados -, pude tomar consciência da espinhosa dificuldade em atender, equanimemente, um território de 331.983.293 quilômetros quadrados. Muitas vezes veio-me à reflexão a sábia decisão que levou os Estados Unidos da América do Norte a uma divisão territorial da qual resultaram 50 estados e o distrito de Washington.

Não inviável, mas difícil para o administrador ter olhos, disposição, meios materiais e outras condições para abarcar, da sua mesa de trabalho, extensões tão grandes e de diferentes vocações na economia como ocorre no meu Estado. Diferentes vocações, diga-se, que se têm harmonizado exemplarmente, pois atuam sob a aspiração comum de impulsionarem o crescimento do Maranhão.

Os indícios de insatisfação surgem no instante em que forças populares e econômicas unem-se para reivindicar uma divisão política e territorial. De um lado, no caso maranhense, uma opinião pública que, testemunhando o êxito do vizinho Estado do Tocantins, considera-se de igual modo com plenas possibilidades de apressar o seu desenvolvimento em processo autônomo; de outro, a população do território original, que não se considera ferida pelo desmembramento que faria recuar alguns dos seus limites geográficos. Ao contrário, analisando desmembramentos já ocorridos em outros Estados, vê as vantagens de uma redução territorial que lhe proporcionaria amplas oportunidades de receber investimentos mais concentrados e melhores condições de vida.

Isto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é o que está ocorrendo no Maranhão frente à perspectiva de criação de um novo Estado. Ali cresce a velha aspiração por um Maranhão do Sul, recebendo o apoio de todos os setores da sociedade. São pessoas do povo e lideranças empresariais que envolvem todo o meu Estado nesse pleito.

Faz-se forte, enfim, o sentimento a favor da criação dessa nova unidade federativa no Brasil, cujo movimento recebe o meu apoio e colaboração por considerá-lo justo e oportuno para uma região que se assenta em vigorosa viabilidade econômica, financeira e política.

A região que se pretende desmembrar, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é sabidamente reconhecida pelo dinamismo do seu progresso. Ali se inicia, como de grande importância estratégica e econômica, a Ferrovia Norte-Sul, que interligará as regiões Norte, Nordeste, Sul e Sudeste. Essa obra vai constituir-se em uma importante opção logística para o escoamento do comércio internacional brasileiro, beneficiando a economia nacional. Embora ainda não terminada, já alavanca o desenvolvimento do setor agrícola da região de 1,8 milhões de quilômetros quadrados de fértil cerrado, com elevado potencial de produtividade agrícola.

O trecho Açailândia-Imperatriz desta ferrovia, com 106 km de trilhos em funcionamento, está interligado à Estrada de Ferro Carajás sob administração da Companhia Vale do Rio Doce, e também com o trecho Imperatriz – Estreito, de 120 Km. Essa via férrea fará escoar uma boa fração dos atuais fluxos de transportes de cargas de longa distância entre as regiões Norte e Sul do Brasil, principalmente através do Pátio de Integração Multimodal. Este localiza-se entre as cidades de Porto Franco e Estreito, cujas obras já foram iniciadas e com uma movimentação prevista de aproximadamente 45 milhões de toneladas de grãos por ano.

A Ferrovia Norte-Sul interliga importantes rodovias estaduais e federais. Com a inclusão do transporte fluvial pelos rios Tocantins e Araguaia, suscitará mais desenvolvimento e empregos. Tal realidade já se efetiva com a implementação do trecho em construção do referido 1º Pátio de Integração Multimodal e com a fábrica de dormentes de concreto. Esta fábrica é a segunda maior em capacidade de produção no Brasil, em funcionamento na cidade de Porto Franco, onde são fabricados 1.200 dormentes diariamente, gerando 150 empregos diretos e 400 indiretos.

O Sul do Maranhão abriga o *Pólo Agrícola de Balsas*, “capital maranhense da soja”, constituído pelos municípios de São Raimundo das Mangabeiras, Fortaleza dos Nogueiras, Riachão, Tasso Fragoso, Alto Parnaíba e já agora também Grajaú, os quais têm demonstrado

capacidade empreendedora e uma enorme força produtiva agrícola. Nessa região, a produtividade média por hectare -tanto na produção da soja, arroz, milho, feijão e de outros grãos, como também do eucalipto para a produção de celulose – chega a ser superior, em alguns casos, até mesmo à dos Estados do Sul do Brasil. E destaque-se que a qualidade da nossa soja é nacionalmente reconhecida como de excelência, devido principalmente ao seu elevado teor de óleo.

São detalhes, Sr. Presidente, a demonstrarem o otimismo com que se observam as expectativas oferecidas pelo Sul do Maranhão. A safra ali colhida em 2003 movimentou recursos da ordem de US\$700 milhões. A reboque desses sucessos, veio o desenvolvimento do comércio, da construção civil e do setor de serviços, elevando a economia de Balsas a uma velocidade de 8,5% ao ano de taxa de crescimento.

As perspectivas energéticas do Sul do Maranhão são notáveis. O Rio Tocantins é um dos mais notáveis mananciais para o aproveitamento da potência hidrelétrica. As usinas de Serra Quebrada, próxima a Imperatriz, e a do Estreito devem ser implementadas brevemente. As bacias dos Rios Manuel Alves e Farinha poderão gerar no futuro cerca de 500.000 Kwatts. Idem em relação ao aproveitamento hídrico do Rio Balsas, que pode fornecer aproximadamente 350.000 kwatts. Os Rios Maravilha e das Neves, no Sul do Maranhão, terão capacidade de geração de outros 50.000 kwatts. Para efeito comparativo, recorde-se que o atual consumo de toda a energia elétrica do Estado do Maranhão não chega a 400 mil quilowatts (excluindo-se a fábrica de alumínio ALUMAR, em São Luís).

Vê-se, portanto, que o Sul do Maranhão tem potencial energético suficiente para garantir os investimentos que ali estão ou venham a se instalar pela atração das oportunidades que oferece.

Desnecessário recordar a saga de Imperatriz, a rainha tocaninense por todos conhecida. Um bravo município que alcançou vertiginoso crescimento pelo trabalho e extraordinária determinação dos seus habitantes, que transformaram uma pequena comunidade no grande centro político-econômico dos dias atuais.

Açailândia, outro núcleo do sul-maranhense que já se apresenta com um PIB que o elevou à categoria de o segundo mais importante município maranhense, sedia um pólo guseiro que, congregando várias siderúrgicas, exporta aproximadamente 1,5 milhão de toneladas de ferro-gusa por ano, e assegura 30 mil empregos diretos e indiretos.

Em Grajaú, outro município abarcado pelo Sul do Maranhão, emerge um pólo gesseiro com muitas possibilidades de expansão.

Às tantas riquezas do Sul do Maranhão, acrescente-se o rebanho bovino, o maior do Norte do Brasil, cuja produção leiteira é responsável por 70% do abastecimento da capital São Luís.

Permito-me transcrever, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, um trecho que extraí da Internet em torno da aspiração secular por um novo Estado que se desmembrasse do Maranhão:

“Vejamos um pouco da História: o Norte foi colonizado, predominantemente, por imigrantes vindos do além-mar (portugueses, franceses, holandeses, etc.) que procuravam cultivar a cana de açúcar, estruturar engenhos ou plantar algodão, que enviavam inicialmente para a Europa e posteriormente para a fiação que montaram em São Luís e Caxias. O Sul teve colonização diferente: nordestinos baianos, pernambucanos, cearenses e outros aqui se aclimataram, trazendo o gado e seus costumes, fixando-se na vasta região dos Pastos Bons, ou vieram à procura do rio Tocantins e seus afluentes, terras virgens e férteis como em nenhuma outra parte se viu. Já na segunda parte do século XIX, intelectuais, tangidos pela Revolução de 1817, também se fixaram em Pastos Bons e sonharam estabelecer uma República no Sul do Maranhão – a República de Pastos Bons, movimento que não teve ressonância, em virtude da Proclamação de nossa Independência em 1822, tendo alguns dos seus chefes se envolvido, posteriormente, nas escaramuças da Guerra Balaiada”.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a efetivar-se a criação do novo Estado, o Maranhão do Sul terá uma área aproximada de 120 mil quilômetros quadrados e será o quinto maior Estado do Nordeste em extensão territorial. A futura unidade da Federação será territorialmente maior do que Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Sergipe. O Maranhão, que atualmente tem área de 331.983,293 quilômetros quadrados (*fonte IBGE*), ainda ficaria com um grande território, muito superior a de outros estados brasileiros.

Lembro que a capital, São Luís, fica a mais de 1.000 quilômetros dos municípios do sul do Estado. O Maranhão do Sul abrange 49 Municípios. Esta a previsão para o novo Estado. A população desses municípios é de 1.096.578 pessoas, o equivalente a quase 20% da população do atual Estado do Maranhão.

O caminho a seguir, portanto, é o de se dar continuidade à proposta que cria o novo Estado. Cabe apenas dar cumprimento às preceituações do art. 18, §§ 2º e 3º da Constituição Federal, para que se ofereça aos maranhenses o direito de decidir sobre a criação de uma nova unidade federativa.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Edison Lobão, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.*

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – V. Exª será atendido na forma do Regimento.

A campanha, Senador Edison Lobão, toca automaticamente.

Com a palavra o Senador Heráclito Fortes, por permuta com a Senadora Heloísa Helena. V. Exª dispõe de 10 minutos, Senador.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estamos aqui em mais um dia que a Senadora Heloísa Helena chama de “muro das lamentações”, a sexta-feira ingrata. Hoje até que um pouco recheada por representantes do Governo, e representantes importantes.

Confesso que não era minha intenção vir ao Senado hoje, estava com viagem programada, mas, ao ouvir a manifestação lúcida do Senador Renan Calheiros sobre a instalação das CPIs, e, de maneira muito específica, da CPI dos Bingos, resolvi vir a esta Casa, em primeiro lugar, para solidarizar-me com o Presidente da Casa, que fez uma defesa lógica, lúcida, inteligente da Casa que preside. Não ficaria bem, para nenhum de nós, depois da luta travada no Supremo – onde as bancadas que fazem oposição foram, por diversas vezes, apelar aos membros daquela Casa para que dessem uma decisão rápida sobre a instalação das CPIs – simplesmente, numa reunião a portas fechadas, houvesse a decisão pura e simples de não se instalar as CPIs.

A questão da instalação de quatro ou cinco CPIs, no meu modo de ver, Senador Geraldo Mesquita, merece um estudo, uma análise, mas a CPI dos Bingos, que foi a que gerou o pedido, não. Não vamos misturar as questões, não vamos enganar, ficar pensando que a população brasileira é besta. O nosso pedido, o pedido que a Casa fez, foi para a instalação da CPI dos Bingos. As outras simplesmente foram beneficiadas por uma medida tomada. Moralmente, estamos na obrigação de instalar esta CPI. As outras podem esperar. Mas essa não. O que é que o Governo quer jogar para

a imprensa? Que nós, da Oposição, não queremos a instalação das quatro CPIs porque, por um motivo ou outro, tememos a CPI da Privatização. O Senador Arthur Virgílio, como líder, já disse aqui diversas vezes que não tememos nenhuma CPI. Se quiserem criar CPI para apurar queda de cabelo estamos a favor. CPI é um instrumento lógico. E a inspiração nossa, a nossa ânsia, a nossa ganância por CPI foi inspirada pelo PT. Ninguém pediu mais CPI neste País do que o PT quando era Oposição.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Trinta segundos de aparte, Senador Heráclito Fortes?

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Com muito prazer, Senador Arthur Virgílio.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Até queda de cabelo. Agora, o essencial é fazer o que estamos propondo: queda de caráter.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Concedo um aparte ao Senador Geraldo Mesquita.

**O Sr. Geraldo Mesquita** (P-SOL – AC) – Senador Heráclito Fortes, a Senadora Heloísa Helena é muito contundente quando se refere ao amor platônico existente entre o PT e o PSDB, com todo respeito ao nosso Líder Arthur Virgílio. Acho que o primeiro ato explícito de amor platônico, protagonizado pelo PT em face do PSDB, foi o momento da transição, cantado em prosa e verso, uma transição serena, democrática. Naquele momento, disse a muita gente: o Presidente Lula vai se arrepender de, nesse momento...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – É um namoro parecido com o do Ronaldinho e da Daniella Cicarelli: durou pouco.

**O Sr. Geraldo Mesquita** (P-SOL – AC) – É verdade. E disse, já naquele momento, que o Presidente Lula iria se arrepender de não ter trazido à luz fatos. E eu disse: quando ele fizer isso, ele vai fazer sem legitimidade, porque não o fez no momento adequado, oportuno. Por exemplo, o que está talvez embaralhando a nossa tentativa legítima de instalar a CPI dos Bingos é que há outras CPIs que dizem respeito a um governo anterior. Por que não se fez isso no momento da transição?

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Estão querendo derrubar o Governo Fernando Henrique. O objetivo é esse.

**O Sr. Geraldo Mesquita** (P-SOL – AC) – O momento da transição era o momento adequado para se dizer: há fatos gravíssimos aqui revelados nessa transição, que dizem respeito ao governo que estamos aqui recebendo. Por que não se fez isso naquele momento, não é verdade? Agora, é tarde. Então, reputo como o primeiro ato explícito de amor platônico, existente entre o PT e o PSDB, aquele momento da



transição, como diz a Senadora Heloísa Helena. Eu o tenho como a expedição de uma certidão ao Governo do Presidente Fernando Henrique – passada pelo Presidente Lula e pelo seu Governo – de que, aparentemente, tudo o que ocorreu naquele na administração anterior foi recebido com a maior naturalidade e sem qualquer embaraço. Então, não se venha agora dizer que a CPI dos Bingos não pode ser instalada, porque há mais três, mais quatro... Que se instalem dez aqui, Senador Heráclito. Que se instalem dez e vamos a fundo nessa apuração.

**O Sr. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Aproveito para saudar a presença do Deputado Babá, e indagá-lo sobre aquele período de V. Ex<sup>a</sup>, de felicidade eterna no PT, quando recebia do Ministro José Dirceu e do Senador Mercadante aqueles apitos para usá-los em plenário contra o Governo Fernando Henrique, é coisa do passado. Guarde com carinho aqueles momentos. Eles mudaram completamente. A fixação do PT, agora, é derrubar o Governo Fernando Henrique, é promover o *impeachment* do Governo Fernando Henrique que se encerrou há dois anos e meio. Eu nunca vi nada tão paranóico. Vocês imaginam que, ontem, na CPI, apareceu uma concorrência feita nos Correios em 2002. Precisa ver a sofreguidão dos seus ex-colegas. Só que toda a execução da concorrência começou no ano de 2003. O Governo Fernando Henrique não tinha nada a ver com a história. Aí, eles vão chegando à real.

É como diz a Senadora Heloísa Helena quanto a ser o Presidente Fernando Henrique um objeto de desejo de quem está no Governo. É como aquele menino infeliz que a história conta: o pessimista e o otimista. O pessimista ganhou uma bicicleta e reclamou do pai. “Papai, bicicleta? Eu posso cair e quebrar o braço. Vou me machucar”. Para o outro filho ele deu uma lata com cocô de cavalo. O menino, quando abriu, disse: “Cadê o meu alazão?” É isso. O cara tem poder, tem governo e quer se preocupar com o outro. Deixe-o trabalhar em paz. Cuide da sua administração.

Agora apareceram com uma novidade que é um desrespeito a esta Casa: gravar reuniões de líderes. Só espero que a gravação não seja feita pela mesma pessoa que fez a que está dando uma confusão danada e que motivou as CPIs. Isso é um desrespeito ao Senado da República. Essas reuniões têm de ser públicas. Chamem a imprensa, gravem, mostrem. Agora, para atender o capricho de alguém, haver gravação, não! Transmitam. A TV Câmara está aí; a TV Senado também. Esse tipo de gravação com o intuito da coação é vergonhoso propor, é vergonhoso discutir. Afinal de contas, não me espanto, porque, toda vez que o PT tem oportunidade, demonstra seu veio

autoritário. Não há nada mais desagradável, Senador Geraldo Mesquita Júnior, do que uma proposta dessa natureza.

**O Sr. Geraldo Mesquita Júnior** (P-SOL – AC) – Daqui a pouco, Senador, vão propor gravar e, posteriormente, se alguém disser algo que não aconteceu, será punido.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Pois é. E contratar permanentemente aquele Molina, da Universidade de Campinas, para saber se a gravação não foi adulterada. Isto aqui não é quartel de polícia nem tribunal de inquisição, e sim uma Casa de Parlamento em que se discute e se decide ou não decide.

Aliás, Senadora Heloísa Helena, essa idéia de gravar devia ter surgido no primeiro dia, porque estaríamos aqui, hoje, vendo quantas vezes o PT e o Governo assumiram compromissos e não cumpriram com a palavra. Quantas vezes assumiram o compromisso com o trabalhador brasileiro de acordo para aumento de salário. Houve várias outras ocasiões, e não cumpriram nenhuma vez com a palavra. Até vou mudar de opinião: penso que se deve gravar. Em seis meses vamos ver quem é que não cumpre palavra, quem é que não cumpre acordo nesta Casa.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o PT precisa amadurecer e ajudar o Presidente Lula. O PT está ajudando a manchar a biografia do Presidente da República. Precisa dar soluções a Sua Excelência, não criar problemas. Agora mesmo, nessa crise, o Presidente quer encontrar uma solução de reforma ministerial, e o PT coloca o pé atrás porque não pode perder ministério, não pode perder poder. Um Partido que tem 20% das cadeiras nas duas Casas, mas tem 80% do Governo. Dessa maneira, não há governo de coalizão que funcione, não há governo que funcione, porque há sempre um desequilíbrio. Quando se propõe uma união, um governo participativo, ele tem que ser mais equitativo e justo. O mais interessante disso é que há ganância pelas tesourarias, é claro, os postos em que a caneta é forte. Ninguém quer brigar pelos programas de ação social.

Senadora Heloísa Helena, quero chamar a atenção de V. Ex<sup>a</sup> aqui para um fato, a fim de que fique registrado nos Anais da Casa. Ontem, na televisão, contei um fato que presenciei, Senador Geraldo Mesquita Júnior, uma conversa entre um construtor e um engenheiro. O construtor estava reclamando que estava sendo perseguido pela fiscalização por causa de uma obra que havia feito. Os fiscais contestavam ou colocavam em dúvida a qualidade do concreto. O engenheiro, uma pessoa humilde, disse: “Olha, o concreto é o maior amigo do homem. Ele nunca o surpreende, nunca o trai. Ele dá sempre avisos. Também, quando



ninguém o escuta, o concreto lava as mãos.” Corrupção é do mesmo jeito. Ela não chega de repente. Ela dá sinais. Ela vai se mostrando devagarzinho. Quando se vai fechando os olhos, ela vai tomando pé. Quando não se pune um...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Vou concluir, Sr. Presidente.

Quando não se pune um, o outro vai e faz. Dali a pouco, perde-se o controle...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Senadora Heloísa Helena, V. Ex<sup>a</sup> sabe muito bem que a Previdência Social tem um órgão – nós até derrotamos o sucessor que quiseram aprovar aqui para ele, a Previc (Superintendência Nacional de Previdência Complementar) –, chamado SPC (Secretaria de Previdência Complementar), que é quem cuida, formalmente, e acompanha os fundos de pensão no Brasil. Mas nós sabemos que, de fato, essa questão está no Palácio, na Secretaria de Comunicação Social. A decisão é do Ministro Luiz Gushiken, que é quem nomeia, quem faz, quem decide.

Estou lembrando, Senadora Lúcia Vânia, porque, dias atrás, a jornalista Dora Kramer, num dos seus artigos sempre lúcidos, Senadora Heloísa Helena...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – ..., fez um comparativo das coincidências entre o Governo Collor e o Governo Lula, e umas das coisas que levou o Presidente Collor à crise foi exatamente isto: os fundos de pensão. Quer dizer, ali deve ter jabuticaba dentro; todos querem brigar pelos fundos de pensão. Embora, formalmente, pertencessem à Previdência Social, eram administrados de fato por um senhor cujo nome não me lembro, mas era chamado de PP. Esse foi um dos grades escândalos, um dos grandes estouros. Os fundos ficaram desenquadrados, fizeram investimentos irregulares, e ainda hoje pagam o preço disso.

Esse fato está se repetindo.

Estou fazendo esse registro nesta Casa para que não se diga amanhã que o Presidente, que o Governo não foi avisado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

A próxima oradora será a Senadora Heloísa Helena, depois a Senadora Lúcia Vânia, pela ordem de inscrição.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, hoje cheguei um pouco mais tarde à Casa, porque tive o prazer de recepcionar no aeroporto de Brasília um grande brasileiro, que estava passando do Acre para São Paulo, juntamente com meu pai. Trata-se de Luiz Cláudio de Castro e Costa, jornalista, escritor, uma pessoa muito importante para o Acre, que nasceu em Manaus mas viveu lá muitos anos. Em 1963, no Governo do Dr. José Augusto de Araújo, ele assumiu o cargo de Secretário de Educação e introduziu no nosso Estado o Método Paulo Freire de alfabetização e educação popular. Por essa razão, Sr. Presidente, ele veio a ter os seus direitos políticos suspensos, foi cassado pelo golpe militar e esteve recentemente no Acre para ser homenageado no 16º Encontro de Escritores e Leitores, promovido pela Academia Acreana de Letras, em parceria, lógico, com o Governo do Estado, por meio da Fundação Elias Mansour. E eu tive hoje essa grata satisfação de reencontrar, juntamente com meu pai, o velho amigo Luiz Cláudio, acompanhado de sua ilustre esposa, que está passando de Rio Branco para São Paulo.

Venho à tribuna também, Sr. Presidente, para revelar o conteúdo de uma matéria veiculada hoje no jornal **Folha de S. Paulo**, de autoria de Fernando Rodrigues e de Fernando Canzian, dois jornalistas da maior credibilidade, da maior seriedade neste País. Eu o faço por uma razão muito simples. A matéria trata de indícios de irregularidade envolvendo o Governo do Estado do Acre com uma agência de publicidade que lá tem escritório, se bem que sediada em Belo Horizonte. Há ilações, inclusive, que ligam essa empresa à do tal do Marcos, esse que é considerado o homem da mala.

Não estou aqui condenando ninguém. A reportagem é muito responsável e traz informações. Eu não estou aqui condenando ninguém e apenas trago à luz o fato porque desconfio que essa matéria não circulará no meu Estado. O atual Governo, que é do PT – repito que muitas pessoas no País pensam se tratar do paraíso da democracia, o que é um grande equívoco –, mantém grande parte da mídia, da imprensa acreana, sob controle absoluto e doentio, Senador Paulo Paim. A verdade é essa.

A matéria trata de um contrato de publicidade firmado com essa empresa cujos aditivos – treze ou mais – superam em 177% o valor original do contrato, quando se sabe que pela Lei de Licitações qualquer

reajuste no valor de um contrato dessa natureza somente poderá alcançar um percentual de 25%.

A matéria traz informações. Eu quero reproduzir aqui, inclusive, o trecho de uma conversa travada entre o jornalista e o assessor de comunicação do Governo do Estado. O assessor, respondendo ao jornalista – que queria informações acerca do contrato –, diz o seguinte: “Quero entender que não tenho que passar essa informação. É uma decisão sua de fazer uma matéria que vai tentar criar dificuldades para a gente. A gente acha que não tem que detalhar isso para vocês”, disse à **Folha** Aníbal Diniz, secretário de Comunicação do Acre.

Para concluir, Sr. Presidente – não vou me estender –, isso é uma matéria que dará ensejo a investigações, e penso que o caminho é esse, serenamente. Quero apenas fazer aqui um paralelo. Esse senhor, Aníbal Diniz, assessor de Comunicação do Governo, Senador Paulo Paim – já lhe contei essa história uma vez –, é o mesmo que, certa feita, mandou retirar de um jornal uma entrevista que eu havia dado no Estado, no início de 2004, na qual eu fazia uma análise do Governo Estadual, do Governo Federal, destacando os pontos positivos, os pontos negativos, com a maior franqueza, com a maior lealdade, como sempre fiz, e ele não permitiu a publicação. Interveio no jornal – um jornal privado – e não permitiu a publicação.

Eu soube disso porque a entrevista seria publicada em um domingo. Eu aqui em Brasília abri a Internet e não vi a entrevista. Liguei para o dono do jornal, Brana, e perguntei: “Brana, o que é que houve?” O Brana, gaguejando, não me dizia “a” com “b” e eu desconfiei de algo. Tive aquela intuição, liguei para o assessor de comunicação do Governo, que até então merecia, inclusive, minha consideração, e disse: “Aníbal, houve isso. Você sabe o que aconteceu?” E ele disse: “Olha, Geraldo, é porque você anda fazendo umas críticas aí meio pesadas, e tal.” E eu fustigando: “Mas você sabe por que a entrevista não saiu?” Ele respondeu: “Eu recomendei de fato que a entrevista não saísse...”

*(Interrupção do som.)*

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – “... porque há aspectos ali que não deveriam...” E ele acossado abriu, Senador Paulo Paim – como se diz no popular –, dizendo-me seguinte: “De fato, eu mandei retirar a entrevista porque na entrevista você diz muita...” E usou aquela expressão que não repetirei aqui em respeito a todos aqui.

Batemos boca ali e, desse momento em diante, começou um processo de censura absoluta em relação

à minha pessoa, à minha atuação como Parlamentar, à minha presença inclusive no meu Estado, por grande parte da Imprensa. E aqui ressalvo o constrangimento da maioria dos jornalistas que me têm apreço, que me têm consideração, mas que não reproduzem matérias relativas à minha atuação, porque estão constrangidos a não o fazerem.

Então, trata-se do mesmo assessor de imprensa que aqui, de forma despótica, de forma arrogante, diz para o jornalista Fernando Rodrigues que quer entender que não tem que passar...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. GERALDO MESQUITA** (P-SOL – AC)  
– Peço dez segundos Sr. Presidente.

Ele diz que entende que não tem que passar essa informação.

Qual é a leitura que fazemos disso? Ele não deve, nem o seu Governo, satisfação à Imprensa e, por conseguinte, à opinião pública acerca de fatos que o jornalista, de forma responsável, levantou envolvendo o Governo do Estado com a agência de publicidade, fatos esses que sinalizam para a existência de indícios graves de irregularidades.

Como ele não tem obrigação? Tem obrigação, sim, Senador Paulo Paim. E esses fatos terão que vir à luz porque, de alguma forma, ou na Assembléia Legislativa ou por meio do Senado Federal, exigiremos esses documentos que o Governo do Estado, por intermédio de seu assessor de comunicação, nega à imprensa brasileira e, por conseguinte, ao conhecimento da opinião pública.

Repito que apenas estou trazendo essa matéria a conhecimento público – inclusive para os acreanos que estão me ouvindo – por temer que ela não circule no meu Estado...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. GERALDO MESQUITA** (P-SOL – AC)  
– Hoje fatos dessa natureza são absolutamente censurados no Acre para que a opinião pública do meu Estado não tome conhecimento de algumas situações reprováveis que ali acontecem.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena, por dez minutos.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)  
– Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, às vezes, vimos a esta Casa nas sextas-feiras para ter a consciência tranqüila de que estamos a cumprir o nosso papel constitucional e as nossas obrigações até como servidores públicos, agentes públicos que efetivamen-

te somos. Como eu já disse várias vezes nesta Casa, a sexta-feira vira uma espécie de “muro das lamentações” – com todo o respeito ao Muro das Lamentações de fato.

No entanto, sentimo-nos na obrigação de fazer um balanço sobre esta semana; um balanço sobre os trabalhos da Casa, sobre a conjuntura nacional, sobre aquilo que de fato move mentes e corações, no Brasil todo, com as tais malditas denúncias de corrupção. Não que sejam malditas as denúncias; malditos e infames são os mecanismos utilizados por delinqüentes de luxo, por parasitas do setor público, por políticos que são profissionais na arte de conjugar o verbo “roubar” em todos os tempos e modos, enfim, essas coisas que deixam a população brasileira em estado de náusea permanente.

Vimos acompanhando o Governo do Presidente Lula, e não me canso de repetir, Senadores Geraldo Mesquita Júnior e Senador Augusto Botelho, que, a cada dia quando vejo esses fatos ou assisto a um pronunciamento do Presidente Lula, não consigo ter alegria ou comemorar o que vejo. Não consigo comemorar. Se os açoites, as humilhações, as cicatrizes que a fogueira do processo de expulsão nos deixou fossem motivação para hoje olharmos e dizermos: “Está vendo? Ainda bem que nós falávamos, mas lá já não estamos mais...” Repito todos os dias para mim mesma, Senadora Lúcia Vânia, aquilo que eu já sabia, que não está na Bíblia, mas que é verdade: Deus escreve certo em linhas tortas. Afirmando isso porque eu não estaria aqui feito um moribundo, um morto-vivo, sendo obrigada a defender aquilo que efetivamente qualquer pessoa, no mínimo honesta intelectualmente, não tem condições objetivas de defender.

Não se trata de calúnia vulgar ou filosófica; não se trata de moralismo pequeno-burguês, ou seja, o velho e conhecido moralismo farisaico, de que, muitas vezes, a elite se utiliza para fazer a disputa política, embora seja incapaz de usá-lo como norma para a sua vida objetiva. Não se trata disso.

Ficamos forçados a falar sobre esses assuntos, porque aprendemos, ao longo da nossa história de vida, da nossa militância socialista, que a verdade é revolucionária. Nós aprendemos isso. Aprendemos que a verdade é revolucionária. Para completar, aprendemos isso muito antes, até com o pensamento cristão. Por isso, às vezes, algumas pessoas ficam constrangidas ou chateadas quando uso palavras aparentemente agressivas ou muito fortes, embora saiba eu que, ao verbalizar isso, estou verbalizando o que está contido na garganta de milhares de pessoas espalhadas pelo Brasil afora, porque, além de

tudo, sou cristã e aprendi com a “turma” de Jesus Cristo que é quente ou frio; o morno se vomita. Portanto, a verdade é revolucionária para o socialista, para o cristão, para todos aqueles que querem fazer deste País maravilhoso uma Pátria soberana, justa, igualitária, fraterna, socialista; uma Pátria socialista que certamente não veremos. Talvez as condições objetivas não nos permitam, com essa estrutura anatomofisiológica, conseguir ver e sequer dar os passos necessários para garantir a soberania e uma política econômica que não seja esta.

É como se tivéssemos dedicado os melhores anos da nossa vida para construir algo que, ao tocar os tapetes supostamente sagrados do Palácio do Planalto, se transforma numa grande farsa. E então já não podemos ter esses melhores anos de nossas vidas de volta. E como não podemos ter de volta os melhores anos de nossas vidas em que nos dedicamos a ajudar a construir o PT, temos a obrigação de continuar nadando contra a correnteza, tendo a mais absoluta certeza de que, mais cedo ou mais tarde, chegaremos ao outro lado do rio para fazer aquilo que realmente o povo brasileiro quer.

O duro de identificar esse processo é que, ao mesmo tempo, há a legitimação da verborragia neoliberal. Tudo o que condenávamos com veemência num passado muito recente, hoje toda a política econômica e o aprofundamento do projeto neoliberal deixam absolutamente claro, para quem é honesto intelectualmente, independentemente de identificar-se como capitalista, socialista ou cínico enamorado da terceira via, que essa política econômica legitima a verborragia da patifaria neoliberal, joga a riqueza do País para ser usufruída pela pocilga do capital e condena a grande maioria à dor, ao desemprego, à miséria, à humilhação, ao sofrimento, à ausência de políticas públicas e sociais de modo geral.

Como se isso fosse pouco, o que consolida uma traição a todas as concepções programáticas acumuladas pela esquerda socialista e democrática tentando se confrontar ao pensamento único, ainda existem os desvios éticos inimagináveis.

Ontem, a Senadora Lúcia Vânia conversava comigo sobre detalhes de quem está acompanhando o procedimento investigatório da CPI. O que era que, efetivamente, eles faziam? Primeiro, tem a caracterização do Estado brasileiro. Por mais que existam divergências ideológicas ou programáticas, concepções distintas sobre o Estado brasileiro, se é um simples artifício para atenuar tensões sociais e preservar a relação capital-trabalho, isolando, aniquilando o trabalho, por qualquer caracterização que se faça, o Estado brasileiro é um instrumento importante para possibi-

litar políticas públicas, políticas sociais para a grande maioria da população brasileira, que tem como única alternativa o Estado brasileiro.

Nós aqui temos seguro-saúde, podemos escolher a escola em que colocamos nossos filhos, alguns andam com segurança, com carro blindado, o que não é o meu caso, graças a Deus, porque alguém pode ser até capaz de mandar matar e dizer que foi um assalto e que tentei reagir. Se tiver que matar, vai ter que fazer um negócio bem arrumadinho mesmo.

O Estado brasileiro é a única possibilidade para milhões de pessoas pobres neste País. Na hora em que o idoso está em casa com uma doença crônico-degenerativa, em que a mulher está sentindo a dor do parto, em que a criança está ardendo em febre em casa, a maioria das pessoas no Brasil não tem o seguro-saúde, um médico amigo, a enfermeira do hospital que facilite que ela fure a fila. A grande maioria da população brasileira não tem carro blindado ou firma de vigilância na porta; ela precisa de condições dignas de trabalho para o policial militar, para o policial civil, com auditoria, com mecanismos relacionados aos direitos humanos, com salário digno, para que não se consolide a promiscuidade entre o aparato policial e o crime organizado. Ela precisa da Polícia Federal, do Exército brasileiro, das Forças Armadas, da Marinha, da Aeronáutica. Isso é o mínimo, o mínimo de que precisa um país!

O que é absolutamente nauseante – como é horário de almoço, não vou falar determinadas palavras, porque pode ser que as pessoas estejam almoçando – é o que estamos a identificar: o Estado brasileiro é partilhado por delinquentes de luxo, para delinquentes de luxo. O Estado brasileiro é entregue pelo Governo Lula, tal qual fazia o Fernando Henrique, para delinquentes de luxo continuarem parasitando, privatizando o espaço público a serviço de suas corriolas, quadrilhas, partidos ou bandos. Esse Estado brasileiro é a única alternativa para milhões de pobres do País! Milhões de pobres, no nosso País, sabem que a única alternativa de dinamização da economia local, de geração de emprego, de geração de renda, de saneamento, de saúde, de educação, de segurança pública, de habitação popular é o Estado brasileiro. Porque não adianta só ter fé em Deus, porque Deus olha lá de cima e diz “não me meto nesse mundo podre da política”. Então, você tem que ter fé em Deus e fé na luta do povo, até para continuar sobrevivendo num mundo tão desgraçado como este da política.

No mundo da política é pior, porque a verdade é revolucionária, mas é como se a verdade não tivesse sintonia com a política. É uma desgraça! Quem fala a verdade está frito. E política se faz aqui, nos tapetes

azuis do Senado, nos tapetes verdes da Câmara, no Palácio do Planalto. Já dizia o Cardeal Mazzarino: a política é a arte do cinismo e da dissimulação. Quem não é cínico e dissimulado fica angustiado, é capaz de sair daqui enfartado. Então, Deus me livre de morrer. Aliás, se eu morrer, por favor, político nenhum no meu enterro fazendo discurso. Por Nossa Senhora, senão eu me levanto da cova! Pode acreditar, Senador Augusto Botelho. O senhor é doutor e vai ver um negócio desses, porque não podem ir para a minha cova fazer discurso. Senadora Lúcia Vânia, por favor, controle esses homens para eles não irem lá, pelo amor de Deus!

O que vemos, então, na CPI? O que é a delinquência de luxo. Nós esculhambávamos aqui. Deus do céu, eu me lembro de que, desta mesma cadeira, eu era Líder do PT no Senado, era Líder da oposição ao Governo Fernando Henrique, falava, há quatro anos, as mesmas coisas que falo hoje. É um absurdo uma coisa dessas!

Quando é a direita, carcomida, cínica, que está falando alguma coisa, você tem até prazer em fazer a disputa ideológica, a disputa programática, em “meter o dedo” nas contradições e na corrupção. Agora, o maior Partido de esquerda na América Latina, a maior liderança popular da América Latina, um filho do povo, um retirante nordestino, um operário, e é essa mesma turma que patrocina as mesmas coisas que condenávamos ao longo da nossa história de vida. Não tem quem agüente uma tristeza dessas...

De onde é que vinha o dinheiro do “mensalão”? Como é que fazia? O Governo Lula distribui aos delinquentes de luxo cargos, prestígio, liberação de emendas, poder. Esses delinquentes de luxo estão nos cargos e patrocinam um processo fraudulento nas licitações. O empresário vitorioso da fraude patrocinada pelo agente público, ao ganhar o processo fraudulento da licitação, pega o dinheiro para pagar aos partidos, aos parlamentares e, portanto, fazer a maldita “boquinha podre do mensalão”. É isso que acontece. É uma coisa muito organizada, mecanicamente, é sórdida, mecanicamente organizada. Foi isso que eles fizeram. É por isso que dizem que não pode ter muita CPI. Então faz uma CPI só, da corrupção. Por que isolar? Por que voltar todas as atenções para um e outro, se é parte de um balcão de negócios sujos? Digo tudo isso apenas para fazer um desabafo.

Senador Geraldo Mesquita, V. Ex<sup>a</sup> está conosco ajudando na construção de um abrigo para a esquerda socialista democrática que não se vende para se lambuzar no banquete farto do poder. Estamos aqui com a Senadora Lúcia Vânia e o Senador Augusto Botelho, que, embora sejam de tradições ideológicas distintas



das nossas, nos respeitam muito nesta Casa. Para nós, o que é esquisito são exatamente essas coisas que vão acontecendo, porque tem uns que preferem o Governo Lula fraco, tal qual um organismo fraco, para que eles continuem parasitando. Há pessoas que querem o Governo Lula fraco. Aí dizem: “Não, eu quero que o Governo Lula vá sangrando, fique bem fraco, porque, aí, a gente se apropria dele”. Os velhos oportunistas do Senado, da Câmara, da política brasileira preferem a fraqueza do Governo para continuarem minando, tendo cargos, prestígio e poder, para fazer bases de bajulação e conseguir majorias absolutamente artificiais, a governabilidade mentirosa, delinqüente, covarde! Há pessoas que querem por isso.

Nós, não. Quando ficamos discutindo é porque sabemos qual será o impacto disso para o futuro da Esquerda Socialista Democrática. Para nós que nascemos em família pobre ainda é pior, porque há aquele dito popular “Quem é pobre, quem nunca viu mel, quando come, se lambuza”. Essa é ainda pior, é a caracterização do pobre que nunca viu mel e que, quando come, se lambuza. É a caracterização do despreparado tecnicamente e que, portanto, ao ser despreparado, não poderia estar ocupando uma instância de decisão política importante como aquela. Para nós, isso é motivo de profunda tristeza.

Embora seja motivo de profunda tristeza, como sabemos e aprendemos que a verdade é revolucionária, temos a obrigação de todos os dias estar aqui e dizer, como já dizia D. Helena, no interior de Alagoas, a senhora minha mãe: “Quem é podre que se quebre”. (Palmas.)

*Durante o discurso da Sra. Heloísa Helena, o Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.*

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. P-SOL – AC) – Muito bem, Senadora.

Concedo a palavra à ilustre Senadora Lúcia Vânia, do glorioso Estado de Goiás.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a Senadora Heloísa Helena acabou de falar e transmitiu a tristeza que tomou conta desta Casa, pelo menos daqueles que se sentem incomodados com a situação como a que estamos vivendo.

Tivemos uma semana extremamente tensa, uma semana de acontecimentos os mais desagradáveis, os mais degradantes possíveis.

No final da semana, fomos surpreendidos com matérias, em alguns jornais, que apontam a Oposi-

ção como se tivesse feito um acordo para que não se instalassem mais as CPIs que estão para ser instaladas.

Na verdade, o que todos nós da Oposição pretendemos, sim, é uma organização dos trabalhos para que possamos realmente nos aprofundar naquilo que se faz necessário neste momento. É preciso que concentremos as nossas atenções na CPI dos Correios e, à medida que os fatos forem evoluindo, tenhamos a oportunidade de iniciar as novas CPIs.

Paralelamente ao trabalho que estamos fazendo de investigação, mesmo não sendo membro, faço questão absoluta de acompanhar aquela comissão parlamentar de inquérito, para eu possa formar opinião a respeito do assunto.

Na verdade, apesar de toda a dificuldade, do transtorno vivido pelo Senado da República, pelo Congresso Nacional como um todo, temos de tocar o nosso trabalho com certa regularidade. É bem verdade, como eu disse há dois dias, que esse trabalho não tem sido feito com a eficiência com que gostaríamos, mesmo porque o ambiente, a tensão não nos permite concentrarmo-nos naqueles temas mais polêmicos e que demandam maior debate. A atenção da sociedade está toda voltada para as CPIs, para as investigações. Apesar de tudo isso, temos procurado fazer o nosso trabalho com certa regularidade.

Ao lado dos fatos negativos da semana, houve alguns fatos positivos. Entre eles, destaco a aprovação, na Comissão de Assuntos Sociais, de projeto de lei que possibilita à dona-de-casa ser contribuinte da Previdência, naturalmente com uma alíquota proporcional à sua renda.

Houve também a votação, na Comissão de Assuntos Econômicos, de um projeto de lei de autoria do Senador César Borges muito importante para os pequenos agricultores, principalmente para os usuários dos fundos do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste. Esse projeto de lei nos trouxe muitas alegrias.

E, hoje pela manhã, tivemos a oportunidade de estar em Palácio com o Excelentíssimo Senhor Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, representando o Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Sérgio Guerra, ao lado do Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, do representante da Frente Parlamentar da Agricultura e do representante da Frente Parlamentar das Cooperativas do Brasil. Estavam presentes também outros Parlamentares ligados à agricultura brasileira.

Na ocasião, pudemos falar para Sua Excelência, o Senhor Presidente, dos problemas da agricultura brasileira, alertá-lo para o descontentamento do setor e principalmente para o movimento que deverá ser

feito na próxima segunda-feira, quando os produtores de todo o País estarão em Brasília fazendo o famoso “tratoção” e mostrando a indignação e a insensibilidade do Governo, até então, com os problemas da agricultura brasileira.

O Presidente da República nos recebeu juntamente com o Ministro da Agricultura e o Ministro do Desenvolvimento Agrário, que, na ocasião, também nos transmitiram as suas preocupações. Esperamos que essa audiência tenha resultado até segunda-feira, quando o Presidente assumiu conosco a responsabilidade de dar uma solução pelo menos para os problemas mais urgentes.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, meu pronunciamento de hoje destina-se a cumprimentar esta Casa e, em especial, os Senadores Hélio Costa e Marcelo Crivella, pelo seu empenho na criação da comissão parlamentar mista de inquérito que investigará a emigração ilegal de brasileiros.

Sem dúvida, esse será um trabalho de fôlego, que exigirá da CPI a apuração de crimes e delitos penais e civis, envolvendo mais de três milhões de pessoas que deixaram o Brasil e se encontram em outros países.

Boa parte dessa evasão está ligada a ações de tráfico de seres humanos, que precisam de ampla investigação, como agora a CPI se propõe a fazer.

Algumas informações já são conhecidas. Segundo o Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos, mais de 23 mil brasileiros lá se encontram presos; no Japão, são 1.300; mais de mil, na Inglaterra; e centenas e centenas, na Espanha.

As causas que levam essas pessoas a trocar o Brasil pelas incertezas de uma emigração ilegal precisam ser investigadas.

A quase totalidade daqueles que se aventuram são jovens que poderiam prestar grandes serviços ao Brasil, mas que se arriscam até mesmo a morrer nas fronteiras em nome de um sonho de uma vida melhor.

Na próxima segunda-feira, teremos a primeira reunião da CPI, que contará com a presença de pessoas que estão tratando desse assunto. Também teremos a oportunidade de convidar os que estão orientando a novela América, que aborda esse assunto com muita propriedade.

A partir daí, a CPI iniciará suas investigações.

É preciso esclarecer, por exemplo, se a emigração ilegal é um novo tipo de crime, que começa a se estruturar internacionalmente, visando seu combate pelas autoridades brasileiras.

É nesse sentido que considero a instalação desta CPI importante e necessária.

O esclarecimento de casos que envolvem tão grande número de brasileiros é fundamental. E o Legislativo é o local onde esse trabalho pode ser feito com a imparcialidade que precisa, para garantir os resultados necessários aos seus esclarecimentos.

Meu Estado, o Estado de Goiás, é o segundo da Federação em que a maioria dos jovens sai para tentar a vida fora do País. Daí o meu interesse na CPI.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. P-SOL – AC) – É um prazer, Senadora Lúcia Vânia.

Concedo a palavra, com muito prazer, ao Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB nesta Casa.

Senador Arthur Virgílio, antes de V. Ex<sup>a</sup> iniciar seu discurso, peço licença para prorrogar a sessão por mais quinze minutos a fim de que tenhamos o prazer de ouvi-lo.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente Geraldo Mesquita Júnior.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, foi com alguma expectativa que a Nação aguardou o pronunciamento do Presidente Lula em cadeia de rádio e televisão na noite de ontem.

Esperávamos novidades do Presidente, tendo em vista o quadro grave de irregularidades e de corrupção que circunda e envolve o Governo. Aliás, como sempre diz o próprio Presidente, usando a já surrada expressão “Nunca se viu neste país...” ou “É a primeira vez neste país que um governo...”. Enfim, é preciso que alguém diga para o Presidente que Sua Excelência está ficando chato. É preciso que um netinho ou uma pessoa da família diga: “Vovô, o senhor está ficando chato com essa história de a primeira vez”. Mas vi, Senadoras Heloísa Helena e Lúcia Vânia, que tais frases cabem neste momento: nunca se viu tanta corrupção neste país.

Como já foi dito neste plenário por alguém – e quem o disse revelou muito talento e senso de oportunidade –, neste Governo, tudo que é bom não é novo e tudo que é novo não é bom. O pronunciamento de ontem não foi bom porque não foi novo. Foi repetição da insistência no *marketing* ao invés da inauguração de uma forma sincera de o Presidente abordar a Nação brasileira.

Cheguei a ficar pasmo. Depois, recebi um telefonema do Presidente do meu Partido, o Senador Eduardo Azeredo, que está inquieto, já vinha inquieto, com as bazófilas do Ministro Ricardo Berzoini na OIT a respeito do número de empregos. Daqui a pouco, os empregos propalados pelo Ministro resolveriam não apenas o problema do Brasil, mas até o da China. E diz a Senadora Heloísa Helena, com muita oportuni-

dade, que, aliás, o Ministro está tentando resolver da China, pois considerou aquele país uma economia de mercado, e haja penduricalhos chineses por aqui, desempregando no Brasil e empregando naquela grande nação asiática.

Mas o Presidente Lula – fui alertado pelo Presidente Eduardo Azeredo – chegou a falar em beneficiar, com a tal obra de transposição das águas do rio São Francisco, doze milhões de pessoas. Uma média de cinco pessoas, no mínimo, por família, seriam sessenta milhões de pessoas. Esse é um número que, sem ter recorrido a qualquer auxílio técnico, posso dizer que é mentiroso, Senadora Lúcia Vânia, porque não existe hipótese de esse projeto atingir mais do que quinhentas mil ou um milhão de pessoas, sei lá. Sessenta milhões é um número delirante, de quem delira de boa-fé ou finge delirar por estar de má-fé. E o Presidente disse que vai punir, ou seja, Sua Excelência usou até a transposição das águas do São Francisco, obra que nem começou e já tem sido crivada de suspeitas, como tentativa de explicar a corrupção. E mente, porque não vai atingir sessenta milhões de pessoas.

Esses dados precisam ser cotejados para que o Presidente leve uma reprimenda pública do Congresso Nacional, a fim de que nos respeite e respeite a análise que temos a obrigação de fazer do que Sua Excelência diz, bem como a da opinião pública, que não é uma entidade desvalida disposta a comprar eternamente gato por lebre.

Em outra passagem curiosa, o Senhor Presidente da República disse que vai punir os corruptos, sejam adversários ou aliados. Primeiro, o Presidente vai punir como, se não é a Justiça? Outro dia, Sua Excelência disse que não prende ninguém. Agora vai punir? Ele não é CPI, não é Justiça nem Ministério Público. Como vai punir? Além disso, punir aliados, sim. Aliados muito atacados por fatos de seu Partido, figuras de proa de seu Partido, aliados muito repreendidos por fatos de seu Governo, de sua Base parlamentar. Agora, punir ou indicar adversário à punição? Que adversário ocupa cargo no Governo do Sr. Lula? Que adversário pode estar envolvido em mensalão, se o mensalão é feito para aprovar projetos de interesse do Governo? Portanto, que adversário estaria recebendo mensalão para aprovar projeto de Governo, se adversário vota contra o que o Presidente pede?

Sempre digo, de parte do meu Partido, e disse isso já em janeiro ou fevereiro de 2003, que temos vontade, pelas urnas, não por outra via qualquer, de ocupar um cargo no Governo Federal. Um. Não é diretoria não sei de quê da Petrobras, não é diretoria do IRB, não tem nada a ver com mesada para ninguém, nada, nada, não tem nada a ver com Correios e Telégrafos,

nem com Telégrafos e Correios. Nós queremos o cargo do Presidente Lula, pelo voto, se o povo quiser. Se o povo não quiser, ficamos na Oposição. É uma coisa tão transparente, Presidente Geraldo Mesquita Júnior! Tão transparente, tão clara!

O Senhor Presidente da República não precisa explicar suas dificuldades, dizendo, em outras palavras, o que quis dizer, que existem aliados e adversários envolvidos nisso. Não, Presidente. Existem aliados seus. E aliados seus não porque tenha sido sempre assim, mas porque a relação de seu Governo com o Congresso Nacional tem sido uma relação promíscua, licenciosa, e sua Base pode ter enveredado por esses desvãos. É bom então que Vossa Excelência, quando fala em cortar na carne, seja sincero, porque a sociedade brasileira exige mesmo profundos cortes em uma carne que ameaça entrar em estado de putrefação.

E digo mais, Sr. Presidente, que o Presidente Lula fala muito das ações da Polícia Federal como se fossem uma resultante de sua determinação de investir contra a corrupção. Para começar, hoje, as ações da Polícia Federal se devem, em grande parte, a medidas tomadas pelo Governo passado, que reestruturou cargos, corrigiu salários, fez reciclagem profissional, permitiu o ingresso na carreira de delegados gabaritados, atualmente responsáveis pela deflagração das ações de que tanto se vangloria, engenheiro de obras feitas que é, o atual Governo. O aparelhamento de estruturação da Polícia Federal foi realizado pelo Governo passado, o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

E sempre cito dois dados para mostrar que não tem tanto controle assim a Polícia Federal. Um diz respeito à injustiça praticada contra o Sr. Antônio Carlos Hummel, Diretor do Ibama. Ocupei a tribuna para defendê-lo, já que foi vítima de uma ação leviana do Procurador-Geral da República e de uma ação autorizada pela Justiça, é claro, mas impedida pela Polícia Federal. Duvido que o Governo tivesse tido conhecimento disso. Como não teve conhecimento da invasão na GTech\* atrás de documentos que visavam esclarecer e elucidar o caso Waldomiro Diniz. Duvido. E duvido que tenham os do governo dado ordens para prender na rinha de galo o Sr Duda Mendonça; tanto não mandaram que depois perseguiram os delegados que prenderam Duda e os transferiram arbitrariamente para outro lugar, causando todos os transtornos familiares para suas esposas e seus filhos, os transtornos que uma repentina movimentação domiciliar e funcional causam a um funcionário público.

Então o pedido que faço ao Presidente Lula é que ele poupe a Nação brasileira desses pronunciamentos sem boas novidades. Poupe. Foi constrangedor.

O Presidente revelou algo, Sr. Senador Geraldo Mesquita, que é alma. O Presidente não estava bem. Tem uma alma, tem uma coisa dentro de nós, a que se convencionou chamar de alma, que determina se estou tranqüilo, se estou intranqüilo. Se minha mãe, que é uma senhora enferma de noventa anos de idade, entra em crise, não adianta que ninguém vai me ver de bom humor aqui. É a alma, é o que vem de dentro. Estou chamando de alma, outros podem chamar do que quiserem. O Presidente Lula fez, obrigado pelas circunstâncias, um pronunciamento – deve ter gravado milhões de vezes – em que a sua alma passava intranqüilidade, a sua alma passava vexame, a sua alma passava até uma certa tentativa de passar entendimento, mas passou, a meu ver, rancor; foi o que depreendi das suas palavras pela leitura dos seus olhos, que eram o reflexo da sua alma.

No discurso de ontem, o Presidente falou em investigação de corrupção por meio de uma CPI já instalada. Não pode o Presidente se vangloriar, Senadora Heloisa Helena, da instalação da CPI dos Correios porque sabemos o esforço que o Governo fez para não deixá-la funcionar; tentou tudo. Até meia noite não houve aquele jogo emocionante para saber se tinham ou não tinham assinaturas em número suficiente para instalar a CPI? Não houve uma guerra de tira e põe assinatura? O Governo não usou do estratagema de um recurso à Mesa do Congresso, para questionar a validade, a legitimidade, a constitucionalidade, a regimentalidade da CPI? Então, o Presidente não pode, sob pena descrédito, dizer: eu sou a favor. Sabemos que não o é. Ele aceitou uma verdade imposta pelos fatos, imposta pela realidade nacional. Essa é a verdade. Ele teria que fazer uma autocrítica; seu discurso passou longe da figura democrática, legítima da autocrítica.

Ora, Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> cometeu, de certa forma, o equívoco lamentável da leviandade no dia de ontem. Se eu pudesse aconselhar o Presidente, em alguma coisa, diria: Presidente, mande de uma vez o Duda Mendonça para casa. Eu recomendaria: passe a ler discursos redigidos por **ghost writers** seus de bom-senso, evite seus improvisos, mas se o senhor tiver que optar entre essa armação colorida meio – vou ser um pouco antigo – meio **eastman collar**, meio sei lá o quê, essa coisa colorida, essa coisa fantástica, efeitos de Spielberg, efeitos especiais, eu prefiro, Senhor Presidente, os seus improvisos. Seus improvisos são mais sinceros, seus improvisos revelam mais a sua alma, podem até ser prejudiciais ao seu Governo. Agora, toda aquela manipulação ali foi mais prejudicial do que seus improvisos para sua imagem perante a Nação.

Vejam bem, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, lá no miolo do discurso, Senadora Lúcia Vânia, o Presidente diz algo que é de absoluto descompromisso com a verdade dos fatos. Diz Sua Excelência que seu Governo, no afã de combater a corrupção, teria criado um órgão, a Corregedoria-Geral da União, sob o comando do Ministro Waldir Pires, e enumera 200 mil investigações, 400 mil ações, 700 mil não sei o quê, ou seja, números fantásticos, dignos do **Guinness Book**. Mas o Presidente falta com a verdade. Se eu fosse mal-educado, eu diria que o Presidente mentiu. Como não sou, digo que o Presidente foi inverídico, o Presidente foi inverossímil, o Presidente foi insincero. Procuo manter a boa educação doméstica mais do que nunca quando sei que estou falando à Nação brasileira.

Esse órgão, Presidente Lula – é preciso que o senhor seja bem informado e se contenha –, foi criado no Governo passado, no Governo do Presidente Fernando Henrique, e teve como Ministra dessa Pasta a Dr<sup>a</sup> Anadyr de Mendonça, Procuradora da República. Essa é a verdade dos fatos. O que o senhor fez, Presidente Lula, foi trocar o nome. Para mostrar que estava mudando, Vossa Excelência trocou o nome de Corregedoria-Geral da União para Controladoria-Geral da União. Sendo assim, passou a ser vítima de seu próprio feitiço, acreditando que a inverdade que transmitia à Nação passava a valer como verdade. Mas não passou. Apenas o senhor acreditou na inveracidade que divulgou.

Portanto, o Presidente Lula está desperdiçando oportunidades. É hora de parar com as bravatas. Ele se dizia bravateiro do passado; e, a meu ver, continua bravateiro do presente. Usar cadeia nacional para falar inverdade, afirmando que criou a Controladoria-Geral da União quando, na realidade, mudou o nome de Corregedoria-Geral da União para Controladoria-Geral da União? Tudo isso ocorre por pensar que a opinião pública que o ouviu, Sr. Presidente, é inerte, inepta e inerme. Ele pensa que a sociedade brasileira é uma massa disforme e não uma sociedade que se organiza, cada vez mais, para defender os seus destinos.

O Presidente Lula parece-me em campanha desde 1989 e assim continua. Tive esse dado triste confirmado pelo pronunciamento de ontem.

Senhor Presidente, se lhe posso pedir para não entrar em campanha, solicito-lhe que passe a falar a verdade para o povo brasileiro porque suas bravatas estão contribuindo, juntamente com os casos de corrupção, para o descrédito e o desabamento moral do Governo que o senhor preside.

Senadora Lúcia Vânia, ouço V. Ex<sup>a</sup> com prazer.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO) – Senador Arthur Virgílio, cumprimento-o pelo seu pronunciamento.



to. V. Ex<sup>a</sup> faz uma análise fria do discurso do Presidente da República na noite de ontem. V. Ex<sup>a</sup> transmite a sensação da sociedade brasileira, que esperava desse pronunciamento algo impactante, que a motivasse a tornar a acreditar que este País voltaria ao seu ritmo normal. No entanto, a frustração descrita por V. Ex<sup>a</sup> é – tenho certeza – a de toda a sociedade brasileira. Portanto, cumprimento-o, principalmente quando aponta a mudança de nomes dos diversos órgãos, o que tem sido talvez um dos grandes desacertos deste Governo que deixa a sociedade atônita, porque os programas que estão em andamento deveriam ter certa continuidade. A sociedade teria que fixar o nome desses programas para que ela soubesse onde apontar. No entanto, isso não acontece, e estamos todos sem saber o que é novo e o que é velho, o que continua e o que não continua. Portanto, parabéns a V. Ex<sup>a</sup> por esse pronunciamento.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Peço um minuto para concluir e digo à Senadora Lúcia Vânia que seu aparte é uma síntese do que tenho aqui tentado colocar e uma síntese brilhante que cabe a uma pessoa da sua estatura pública.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo duas coisas: a primeira coisa é que o Presidente perde terreno de credibilidade quando insiste nessa balela do “pela primeira vez, nesse país”. Isso já é glosado por jornalistas, já é glosado pela opinião pública, já é glosado nas rodas de bar, já é glosado nos campos de futebol. O senhor daqui a pouco vai ser apelidado de “o fulano de tal, primeira vez, Lula da Silva” porque é isso.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Agora eu já não posso me dizer tão criativo nem tão inovador assim.

Presidente Lula, não posso dizer que é a primeira vez. Presidente Lula, é a milésima vez que venho à tribuna para criticar a sua insinceridade; é a milésima vez que venho à tribuna para dizer que o senhor é leviano quando diz que “pela primeira vez só o seu Governo fez”. Presidente Lula, se o senhor é o presidente da falsa primeira vez, eu lamento ter que ser o Senador da lamentável, dolorosa, mas sincera milésima vez a repetir que V. Ex<sup>a</sup> precisa encontrar rumos, que V. Ex<sup>a</sup> está efetivamente sem rumos e perdido no emaranhado de uma crise que construiu com o seu desgoverno e com e com sua inépcia, e até mesmo promiscuidade da relação de seu Governo com o Congresso Nacional, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

Era o que tinha a dizer!

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. P-SOL – AC) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 702, DE 2005**

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, seja inserido em ata voto de pesar pelo falecimento de Ubirajara Leme Valdez, que no dia 23-6-2005 fora vítima de um colapso cardíaco, e, nos termos do art. 221, inciso I, a apresentação de condolências a seus familiares bem como à Rede Bandeirantes de Televisão.

Sala das Sessões, 24 de junho de 2005. – Senador **Paulo Paim**.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. P-SOL – AC) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Eduardo Azeredo, Arthur Virgílio, A SRA. Senadora Lúcia Vânia, os Srs. Senadores Leonel Pavan, Sérgio Guerra, Flexa Ribeiro e Reginaldo Duarte enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “O curto Governo Lula”, de autoria do ex-Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** do último dia 19 de junho do corrente.

No referido artigo, o autor afirma que “a paralisação do Governo é definitiva e se tornou claro que o Governo Lula terminou. Foi um curto governo, que no seu breve período frustrou esperanças e realizou pouco”.

O autor aponta, ainda, que “as razões imediatas do fracasso estão relacionadas com a forma pela qual o Governo se confundiu com o PT”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Obrigado.

#### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO AZEREDO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

Eduardo Azeredo

Folha S. Paulo

29/06/05

## O curto governo Lula

LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA

**H**Á CERCA DE UM MÊS eu dizia nesta Folha que o governo já não governava, mas que o Estado continuava a funcionar normalmente. Hoje, o quadro é o mesmo, mas, como a crise política se aprofundou com o escândalo do "mensalão", a paralisação do governo é definitiva e se tornou claro que o governo Lula terminou. Foi um curto governo, que no seu breve período frustrou esperanças e realizou pouco. As perspectivas de uma "volta por cima" são mínimas e o melhor que podemos esperar é que termine formalmente daqui a 18 meses sem maiores traumas.

As razões imediatas do fracasso estão relacionadas com a forma pela qual o governo se confundiu com o PT e como ambos decidiram conseguir maioria no Congresso por meio de dois métodos nunca vistos em nossa história: um deles beneficiando deputados do PTB; e o outro, do PP e do PL.

Não há dúvida de que o sistema eleitoral, com voto proporcional, impede a formação de maiorias parlamentares. Todos os governos recentes sofreram com essa irracionalidade que caracteriza o sistema político brasileiro e que só poderá ser resolvida com o sistema de voto distrital misto combinado com fidelidade partidária e financiamento público de campanhas. Sem reforma, os governos anteriores tiveram de fazer concessões aos parlamentares dos partidos aliados. Mas jamais da maneira como ocorreu desta vez, por meio de uma mensalidade por fora. O que se fazia era controlar as emendas dos parlamentares e reservar alguns cargos.

O presidente Fernando Henrique, por exemplo, jamais confundiu seu governo com o PSDB e em nenhum momento sugeriu que seu tesoureiro operasse politicamente no governo. O presidente mal via a lista de doadores, para os quais era deixado claro que a doação não implicava nenhuma troca nem novas doações depois do pleito. Nada a ver com as práticas do atual governo.

Dá para consertar o malfeito? Sem dúvida, é possível e necessário demitir os responsáveis ou afastar os que estão sob

*Dá para consertar o malfeito? Sem dúvida. Mas o fato objetivo é que o governo perdeu legitimidade política*

suspeição, como já começou a ser feito. Mas o fato objetivo é que a atual onda de escândalos apenas consumou um fato: o governo perdeu sua base social de sustentação e, com isso, perdeu legitimidade política.

O presidente Lula foi eleito com o apoio do povo e também de grande parte dos empresários industriais e da burocracia do Estado. Contra ele, tinha a classe média de pequenos proprietários, os rentistas e o sistema financeiro.

Entretanto, a partir de um ato de radical oportunismo — a "Carta aos Brasileiros" —, o PT rompeu com todos os compromissos que havia feito com esses dois setores fundamentais da sociedade brasileira. Eles se sentiram traídos: a burocracia do Estado porque o governo ocupou com militantes do PT uma quantidade inimaginável de cargos públicos a ela reservados; os empresários do setor produtivo porque a política econômica manteve as taxas de juros abusivas e permitiu que o câmbio voltasse a se valorizar.

E o povo? Não é possível enganá-lo todo o tempo. As pesquisas já estão indicando o início de sua deserção do governo. O processo é lento, mas inexorável. A política econômica não levou, como não poderia ter levado, à retomada sustentada do emprego e do desenvolvimento. Assim, os salários diretos mantiveram-se estagnados. A política social, por sua vez, sem recursos (já que estes estavam dedicados ao pagamento de juros) e sem idéias claras de como agir, não foi capaz de aumentar os salários indiretos. Agora, esse povo está vendo, no rádio e na televisão, a crise moral do governo e sua desorientação.

Quando um governo perde sua base social de apoio, perde legitimidade real. Continua com a legitimidade formal, que deverá ser suficiente para que termine normalmente no final de 2006, mas que não é suficiente para que de fato governe. Poderá, entretanto, reduzir as perdas se reconhecer a gravidade da situação e reconhecer os erros; se agir com serenidade e voltar a respeitar as regras do jogo político; que deixou de seguir desde as eleições para a presidência da Câmara Municipal de São Paulo.

A economia, prejudicada pelos juros altos — favorecendo os rentistas — e pelo câmbio baixo — beneficiando os competidores internacionais — já se encontrava em desaceleração e deverá se desacelerar ainda mais com o aumento da insegurança.

É verdade que o governo continua comprometido com o ajuste fiscal e com o respeito aos contratos, mas isso não significa que a única âncora em que o governo pode ainda se apoiar está no Ministério da Fazenda, como é comum ouvir. Essa é uma pobre âncora. Primeiro, porque a disciplina fiscal é o mínimo que se pode esperar de qualquer administração das finanças públicas. Segundo, porque, no fundo, a origem da crise está na infidelidade do governo ao que prometeu mudar na política econômica.

A âncora que resta ao governo é a democracia brasileira, garantida pela sociedade e pela Constituição — uma democracia que está sendo abalada pela crise, mas que é forte o suficiente para resistir a ela. Foi a democracia que o governo Lula desrespeitou ao fazer acordos inaceitáveis no Parlamento e na economia, mas é a própria democracia que poderá apontar para as saídas da crise.

Luiz Carlos Bresser-Pereira, 70, professor de economia na FGV-SP (Fundação Getúlio Vargas), é colunista do caderno Dinheiro. Foi ministro da Ciência e Tecnologia e da Administração Federal e Reforma do Estado (governo FHC), além de ministro da Fazenda (governo Sarney). É autor de, entre outras obras, "Desenvolvimento e Crise no Brasil: 1930-2002" (Editora 34).

lcbresser@uol.com.br

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Um mal chamado corrupção”, de autoria de Fátima Borges, publicado na coluna “No Divã” do jornal **O Estado do Amazonas**, em sua edição do último dia 12 de junho do corrente.

O artigo tece considerações bastante apropriadas sobre as denúncias de corrupção que atualmente assolam o País. A autora cita, ainda, que “*diante de tantas denúncias, é de fundamental importância a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquéri-*

*to para apurar, com toda a isenção, as denúncias de corrupção*”.

Para que conste dos Anais do Senado, requieiro, Sr. Presidente, que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento. O texto é o seguinte:

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**NO DIVÃ**

**Um mal chamado corrupção**

Fátima Borges

A existência de um mal chamado corrupção na maioria dos países, é do conhecimento de todos, porém o aumento desenfreado no Brasil e a conivência das autoridades devem ser combatidos com todo rigor.

Nós, brasileiros, sofremos historicamente com a corrupção endêmica, um cataclismo ético que, de tão entranhado em nossa cultura, tem produzido atitudes e comportamentos contraditórios tais como a sadia repugnância, o sentimento de impotência, assim como, por outro lado, a indesejável atitude de cinismo e de indiferença e, até mesmo, a inaceitável conivência com esta prática social, o que leva, freqüentemente, à impunidade.

Esse tipo de comportamento, praticado por pessoas despreparadas para lidar com o dinheiro público, é considerado pela psicologia como um desvio ético e que tem afligido econômica, social e psicologicamente a todos os brasileiros, de forma indiscriminada.

Nos últimos anos, várias foram as denúncias de corrupção na política brasileira. As mais recentes, envolvendo figuras do alto escalão do Governo Federal e de parlamentares da base aliada, nos fazem refletir: qual a raiz de tanta corrupção?

Há alguns anos, se dizia que a fonte estava nas elites brasileiras, que tentavam impedir a chegada das classes trabalhadoras ao poder. Porém, mesmo com o Palácio do Planalto sendo ocupado, hoje, por um legítimo representante dos movimentos sindicais, e que chegou ao posto mais elevado da política brasileira, como a grande esperança de redenção do nosso povo, não se conseguiu diminuir a corrupção. Pelo contrário, o que estamos vendo é cada vez mais o aumento da corrupção, além de denúncias do envolvimento dos próprios dirigentes em casos de corrupção.

**Denúncias para todos os lados**

As denúncias se alastram por todo os escalões do governo, inclusive com suspeita de compra de votos de deputados para aprovação de projetos do executivo, através de uma “mesada” de R\$ 30 mil, para mais de cem parlamentares.

Na psicologia, a concepção de autoridade exercida pelo líder, se fundamenta na crença generalizada que o indivíduo que a detém, “tem o direito de determinar o comportamento” de seus subordinados. Tal condição se estabelece a partir de relações afetivas entre as partes; dá atribuição de uma competência ou aptidão legada ao líder ou da mediação das instituições.



Podemos afirmar que o sujeito inicia a sua preparação para a vida em sociedade através do aprendizado de costumes, normas e da ética que regem as relações sociais as quais irá se engajando progressivamente. A relação de liderança é sem dúvida essencial ao funcionamento da sociedade e de suas instituições: família, escola, empresas. Em qualquer destes modelos, a organização é hierárquica e seus líderes colocam a obediência como um valor fundamental nas relações.

Penso que aspirar a construção de uma sociedade plenamente democrática, com direitos e ações igualitárias, implica que o líder maior projete essa possibilidade através de escolhas, orientadas por uma ética que os elevem além do plano individual de suas necessidades e motivações egoístas. Construir essa nova sociedade significa uma orientação das emoções e ações para um projeto coletivo, onde a construção de um desenvolvimento sadio da consciência moral destaque-se como fator extremamente importante nesse processo de transformação.

### O que fazer, então?

Diante da atual situação que os brasileiros estão vivenciando, é importante a necessidade do surgimento de ações e fatos tão amplos quanto esclarecedores por parte das nossas lideranças, pois somente assim, eles irão poder contribuir para essa construção do desenvolvimento sadio do caráter e da credibilidade dos brasileiros.

Creio que se não houver uma inibição de tais fatos, através da punição exemplar dos acusados, poderá ocorrer uma generalização da corrupção em nosso País, o que irá refletir em nossos filhos e netos. Além disso, a falta de punição poderá contribuir para a perpetuação do estigma de que o Brasil é o País do “jeitinho”.

Diante de tantas denúncias, é de fundamental importância a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar, com toda a isenção, as denúncias de corrupção, levando as barras da justiça todos os envolvidos, pois se assim não for feito e a sociedade se acostumar a ver denúncias sem investigação, com certeza o nosso País, que por muitos anos era o “País do futuro”, em breve estará sendo conhecido como o “País da corrupção e da malandragem”.

Com isso, o Brasil estará abrindo suas portas para todos os “mafiosos” do mundo que aqui quiserem se instalar. Esses serão tratados como pessoas da mais alta idoneidade, podendo até se tornarem nossos representantes em qualquer instância do poder.

Acorda Brasil!

\*\*\*

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo hoje esta tribuna para um breve comentário baseado no artigo intitulado “O nome da crise”, de autoria do jornalista Jânio de Freitas, publicado na **Folha de S.Paulo** de 29 de maio do corrente.

A culpa da crise política não é da CPI dos Correios e sim da vexaminosa derrota do Governo ao tentar impedir a instalação da mesma. Derrota essa, que teve como titular da operação José Dirceu, que partiu para cima das Lideranças partidárias e de muitos Parlamentares pedindo que retirassem as assinaturas do requerimento para criação da CPI. Assim, fica claro

que o nome da “crise política” é na verdade José Dirceu, “porque a crise é do Governo e o dedo forte na política do Governo é o José Dirceu”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*



## FOLHA DE S. PAULO

### JÂNIO DE FREITAS

# O nome da crise

**C**RISE POLÍTICA não resulta de um só fator. Mas, entre os elementos que a provocaram, há sempre um principal, gerador da maioria dos outros que se acumularam e conjugaram.

A derrota do governo na disputa pela CPI dos Correios, com a conseqüente instalação de ares de crise, é atribuída por Lula e José Dirceu ao apoio de parlamentares do PT e do PC do B ao requerimento de inquérito, uns "nove" que se recusaram a retirar a assinatura. Apesar de irrelevante, uma vez que o requerimento apresentou os apoios necessários, o número de resistentes citado pelos governistas merece uma observação: tanto Dirceu e outros po-

dem dizer que faltaram xis, como se pode dizer que sua citação não é verdadeira, porque nada indica quantos, de fato, mantiveram ou mudariam de lado.

A aprovação da CPI não é, como tantos dão a entender, "a" crise. É o ponto atual, e por ora culminante, de um desarranjo que vem de muitos meses, em uma seqüência de agravantes cuja culminância anterior foi a derrota do governo para Severino Cavalcanti na disputa pela presidência da Câmara.

Na seqüência do desarranjo, a relevância pode variar, caso a caso, de uns para outros dos fatores. Em todos, porém, um fator permanece entre os de maior in-

fluência: José Dirceu. Na útil definição que a giria proporciona, o trator José Dirceu.

Na derrota vexaminosa do comando governista em torno da CPI, o papel determinante de José Dirceu mostrou-se com clareza total. Levado por sua truculência permanente, precipitou um bate-boca com a oposição que a acirrou, agraciou-a com amplos espaços na mídia; obrigou-a a empenhar-se em uma disputa que de início era só provocação retórica — e José Dirceu nem ao menos sabia com que forças contava. A rigor, veria já tardiamente, não contava, mas para isso tem a safada de outra truculência: culpa um punhado de segundos e terceiros.

A percepção das circunstâncias está nublada no governo, há muito tempo, pelo deslumbramento de Lula (com o poder e, mais ainda, com ele mesmo) e pela truculência de José Dirceu. No caso da CPI, José Dirceu nem ao menos se deu conta de que havia um ingrediente muito forte, ausente, por exemplo, na disputa perdida para Severino Cavalcanti: a opinião pública, ativada pela unanimidade da mídia. José Dirceu tomou o comando da operação abafa e partiu para cima das lideranças partidárias e de muitos parlamentares, sem considerar que os punha diante dessa escolha: o governo já enfraquecido e mais perturbado, além de velho descum-

prido de acordos; e, de outra parte, o eleitorado com seu apoio para um gesto valorizador também na tabela palaciana. Era hora de sutileza, não de truculência.

As diferenças de intensidade com que José Dirceu tem aplicado o seu estilo atropelado não alteraram a linha que, desde o início do governo, caracteriza a sua ação com o Congresso, com a mídia e no âmbito governamental. Exceto na política econômica, e exceto em termos, José Dirceu não reconhece limites políticos e administrativos à sua interferência autoritária. Se não convém fazê-lo por via direta, interfere por via indireta, valendo-se, inclusive, de portavozes ocultos (mas nem tanto)

que tem em jornais. Nada na prática política do governo e de Lula é alheio à sua influência incisiva.

Como tático do governo, Dirceu não tem mostrado as habilidades com que formulou a estratégia para Lula. Não é responsável pela "crise da CPI" por ter aprovado o vigarista para os Correios, como o acusa o senador Cristovam Buarque — ele próprio incapaz de dar, em seus tantos pronunciamentos recentes, explicação respeitável para recusar apoio à investigação parlamentar da corrupção. O nome da "crise política" é José Dirceu porque a crise é do governo, e o dedo forte na política do governo, forte demais é certo de menos, vê-se em José Dirceu.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, "Tudo à vista". Este é o título do artigo de autoria do colunista Jânio de Freitas, publicado no jornal **Folha de S. Paulo** de 9 de junho do corrente.

Não houve respostas na entrevista do Delúbio Soares, tesoureiro do PT, que tentou usar a técnica do seu Partido para se esquivar do interrogatório promovido pelos jornalistas. Contudo, sua confissão ficou quase explícita em suas frases gaguejadas e em sua insegurança ao responder algumas indagações. Apesar de ter recebido instruções, por escrito, de José

Genoíno, não conseguiu lê-las e acabou se enrolando, tendo que ser retirado da sala por seu companheiro para evitar vexame maior.

Para que conste dos Anais do Senado da República, requeiro, Sr. Presidente, que o artigo passe a integrar este pronunciamento.

A matéria segue em anexo.

#### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

## FOLHA DE S. PAULO

### JANIO DE FREITAS

# Tudo à vista

**A** ENTREVISTA sem respostas, propriamente, do acusado Delúbio Soares, tesoureiro do PT, teve o mérito de evidenciar a tática escolhida pela Presidência da República em relação à denúncia do deputado Roberto Jefferson. Está explicada nestas frases gaguejadas em nervosa insegurança:

*“O PT não participa de compra de votos” / “O PT não compra voto e apoio de deputado” (essa, dita duas vezes).*

Ocorre que o PT não foi acusado de fazê-lo, seja por Roberto Jefferson ou outra pessoa. Dizer que Delúbio Soares é tesoureiro do PT, como faz Roberto Jefferson na entrevista-denúncia à Folha, é simplesmente identificá-lo, pois afinal a notoriedade não o alcançara antes da presente acusação de entregar o suborno mensal a deputados do PP e do PL.

Entre a necessária identificação da pessoa e a hipotética acusação ao PT, o que há é uma falsificação dos fatos para favorecer a Presidência da República, beneficiária dos votos de parlamentares subornados. E na qual Delúbio Soares era encontrado por políticos e por repórteres. A Presidência da República joga o problema do mensalão para o PT.

A idéia mais forte de defesa de Delúbio Soares foi a oferta de abertura dos seus sigilos bancário e fiscal. Para quê?

Ninguém acusou Delúbio Soares de subornar deputados com dinheiro seu ou operado por suas contas e transações pessoais. Além disso, no ano passado a Folha tornou pública a compra de um imóvel, por Delúbio Soares, com pagamento

em dinheiro vivo. Prática usual de quem não inclui nas contas bancárias e na relação de bens tudo o que possui. No caso de Delúbio Soares, se suas contas revelarem algo de útil, por certo não será em sua defesa.

O aturdido Delúbio Soares, figura até há pouco tão imbuída da presunção comum à cúpula do governo e do PT, teve a colaboração de José Genoíno para transformar a possível entrevista em duplo vexame. Mas foi, ainda mais, pelo nervosismo de ambos, um bom indicador da existência de motivos fortes para suas aflições.

Genoíno bem que passou orientações escritas ao entrevistado. Em vão. Delúbio Soares não entendeu, não leu, e Genoíno afinal levantou-o, deu um berro de “chega, acabou”, e empurrou seu parceiro porta afora.

Para chegar a essas cenas, a direção do PT e o pessoal da Presidência da República levaram três dias.

É justa, porém, a decisão petista de não afastar Delúbio Soares do seu cargo na direção partidária. Não por ele. Mas porque não é o único a precisar responder nessa novidade de mesada subornadora de parlamentares.

#### Galaticce

O senador Eduardo Suplicy foi retirado, por José Genoíno, da chapa em que disputaria a próxima eleição interna do PT, e logo se divulgava sua futura punição, por ter assinado o requerimento da CPI dos Correios. Agora, a direção do PT decidiu apoiar a CPI, já que não pode evitá-la. Quem fez o papelão, Suplicy ou Genoíno?

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Uma mentira contada na PF”, publicada pela revista **Veja**, edição de 8 de junho de 2005.

A revista, por intermédio do jornalista Policarpo Júnior, confirma e apresenta a gravação da entrevista concedida, semana passada, pelo Sr. Lídio Duarte, ex-Presidente do IRB, Instituto de Resseguros do Brasil, quando afirma que havia um “esquema” dentro da estatal, com vistas a renegociar o pagamento

de dívidas, mediante uma “propina compensadora”, e que esse dinheiro seria repassado para o PTB, pelo Sr. Henrique Brandão, pessoa da confiança do Deputado Roberto Jefferson.

Disse Lídio Duarte: “O Roberto (Jefferson) chama a pessoa na casa dele em Brasília, para fazer prestação de contas”. Diz, ainda: “É um negócio constrangedor”.

A revista não sabe exatamente o motivo que levou o ex-funcionário a negar à Polícia Federal o conteúdo da gravação, e finaliza: “Por que será que todo mundo,

quando fala de Roberto Jefferson, desata a fazer um monte de bravatas?"

Para concluir, Sr. Presidente, requiro que a reportagem acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# UMA MENTIRA CONTADA NA PF

**Especial** CORRUPÇÃO

O ex-presidente do IRB depõe na PF, mas diz que nunca ouviu falar em caixa de 400 000 reais ao PTB. Ouviu, sim. VEJA gravou

Policarpo Junior

**N**a semana passada, o economista Lídio Duarte prestou depoimento à Polícia Federal, em Brasília. Até três meses atrás, ele presidia o IRB, estatal de resseguros do país, e poderia contar aos policiais detalhes do esquema ali montado pelo PTB do deputado Roberto Jefferson. O esquema, conforme publicado por VEJA, era o seguinte: Jefferson, usando um intermediário, seu amigo e corretor Henrique Brandão, exigiu que Lídio Duarte brindasse o caixa do PTB com uma mesada de 400 000 reais — coisa de 5 milhões de reais ao ano. A pressão era justificada pelo fato de Lídio Duarte ter chegado à presidência do IRB por indicação do PTB. Surpreendentemente, Lídio Duarte falou por quatro horas aos policiais e negou tudo. Negou que tenha sido pressionado a dar 400 000 reais ao PTB. Negou até que tenha concedido entrevista a VEJA sobre o assunto. Na saída do depoimento, ele não falou à imprensa, mas seu advogado, José Araújo de Almeida, disse que a reportagem de VEJA sobre o caso era "uma fantasia".

As informações que VEJA publicou foram contadas pelo próprio Lídio Duarte em entrevista gravada — cujos

trechos podem ser lidos em destaque na página ao lado e ouvidos no endereço [www.veja.com.br](http://www.veja.com.br). A revista, cumprindo o compromisso do off, no qual a fonte conta o que sabe sob a promessa de não aparecer como origem das informações, não noticiou que o esquema dos 400 000 reais fora revelado por Duarte. Só o faz agora, nesta reportagem, por considerar que Duarte quebrou sua parte no compromisso, ao tentar desmentir a revista. Duarte não disse a VEJA apenas que fora pressionado a dar 400 000 reais ao PTB. Disse muito mais. Contou até que lhe indicaram como arrancar o dinheiro no IRB. Seria negociando ações judiciais. Em vez de o instituto recorrer contra o pagamento de dívidas até a última instância judiciária, a idéia era negociar o pagamento imediato — mediante, claro, uma propina compensadora. Duarte contou ainda que alertou seu interlocutor de que a sugestão era inócua, pois o IRB é obrigado a recorrer.

Lídio Duarte deu mais detalhes a VEJA: disse que o deputado Roberto Jefferson reunia periodicamente seus indicados em encontros em sua casa, em Brasília. Nessas ocasiões, o deputado cobrava o pagamento de mesada de seus afilhados instalados em cargos federais. Com a palavra, Lídio Duarte: "O Roberto (Jefferson) chama a pessoa que ele indica para jantar na casa dele em Brasília". Para que servem as reuniões? "É uma prestação de contas." Lídio Duarte chegou a presenciar alguma reunião? "Fui umas duas vezes lá." E como era a conversa de cobrar a mesada ao partido? "A conversa é aberta, o mais aberto possível." Na entrevista a VEJA, Duarte imitou o jeito e a entonação de Jefferson no momento em que se dirige aos apaniguados para cobrar a caixinha do partido. Diz Duarte que ele fala assim: "Como é que é isso? Nada acontece? O fulano está pressionando... A gente está com a es-

pada sobre a cabeça e nada acontece..." Depois de relatar as reuniões e as abordagens de Jefferson, Duarte concluiu: "É um negócio constrangedor".

É notório que algo ocorreu com Lídio Duarte entre o dia 12 de maio, data em que deu entrevista a VEJA e contou tudo, e a quinta-feira passada, quando depôs na PF e negou tudo. Só não se sabe o que foi. Na entrevista, Duarte disse que, certa vez, tentou convencer Jefferson a conseguir dinheiro de outro modo. Propôs que, se fizesse uma boa gestão, os clientes do IRB, que são seguradoras de grandes bancos, ficariam satisfeitos e, na hora da eleição, contribuiriam financeiramente com o PTB. Na hora, Jefferson parecia concordar, mas logo depois ressurgia o corretor e amigo Henrique Brandão com suas propostas heterodoxas. No depoimento à PF, porém, Duarte disse que Jefferson só lhe fez dois pedidos: receber o deputado Nelson Marquzelli e receber a deputada Elaine Costa, ambos do PTB. Os dois, segundo ele, queriam indicar afilhados ao IRB. Ele não aceitou.

Publicamente, Duarte deixou o comando do IRB em razão de problemas políticos. A VEJA disse que, na verdade, abandonou o cargo porque não agüentava mais as pressões pecuniárias do PTB. A gota d'água foi uma visita de Henrique Brandão, ocasião em que foi explícito na exigência dos



400 000 reais mensais. A proposta foi feita por Brandão e referendada pelo próprio Jefferson. Duarte conta que Brandão agia como se fosse a maior autoridade do IRB. "O sujeito é truculento, falava para todo mundo que

quem mandava no IRB era ele. Dizia que qualquer coisa ele resolvia." Não se sabe por que Lídio Duarte negou à Polícia Federal tudo o que declarou a VEJA. Mas, depois que Maurício Marinho, o corrupto do vídeo dos Correios, afirmou que tudo o que falou eram "bravatas", é

possível que Duarte, confrontado com a gravação da entrevista, venha também a dizer que tudo o que falou eram "bravatas". Restará, porém, uma dúvida: por que será que todo mundo, quando fala de Roberto Jefferson, desata a fazer um monte de bravatas? ■

## O que ele disse

**Confira o que Lídio Duarte, ex-presidente do IRB, disse em entrevista gravada a VEJA**

### ATUAÇÃO DA DÚPLA

"O Roberto Jefferson colocou uma pessoa para falar comigo, chamada Henrique Brandão, que opera na área de seguros pra ele. (...) Quando eu tentei falar com ele sobre os problemas que o intermediário (Henrique Brandão) estava me criando, ele disse assim: 'Conheço o fulano há trinta anos'. Aí, eu fui saber depois que o fulano (Henrique Brandão) empregava o genro, bancava um monte de coisa pra ele. Era a pessoa que opera pra ele. Esse foi o meu problema. (...) Ele (Roberto Jefferson) pressiona e o outro (Henrique Brandão) vem com a solução."

### MESSADA DE 400 000 REAIS

"O partido (PTB) tem despesas com os diretórios, com as festas, com os jantares, com não sei o quê. Cada indicado tem que botar 400 000 reais por mês. Eles colocam essa espada em cima da cabeça das pessoas. (...) Dizem que o partido tem um ônus, todo mundo tem que ajudar, contribuir.

Depois vêm aquelas coisas; atende fulano, que tem uma reivindicação; atende beltrano, que tem outra reivindicação. Eu não toquei nisso."

### REUNIÕES DE COBRANÇA

"O Roberto (Jefferson) chama a pessoa que ele indica para jantar na casa dele em Brasília (...). É uma prestação de contas. Fui umas duas vezes lá. A conversa (arrecadação de dinheiro público para o partido) é aberta, o mais aberto possível. (...) É um negócio constrangedor."

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado "Todos os homens de Roberto Jefferson", de autoria do jornalista Gerson Camarotti, publicado no jornal **O Globo**, em sua edição de 5 de junho do corrente.

Os afiliados políticos do Deputado Roberto Jefferson ocupam pelo menos oito cargos importantes, de segundo escalão do Governo, responsáveis pela gestão de pelo menos R\$ 4 bilhões anuais. Dentre eles estão: o Diretor de Finanças da Embratur, Emerson Palmieri; o Presidente do IRB, Luiz Appolônio Neto; o Vice-Presidente de Logística da Caixa Econômica Federal, Carlos Alberto Cotta; Diretor de Planejamento e Gestão da Eletronuclear, Luiz Rodon; o

Diretor de Operações Logísticas da BR Distribuidora, Fernando Cunha; Presidente da Eletronorte, Roberto Salmeron; o Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Alfredo Luiz Almeida Cardoso e o Delegado Regional do Trabalho do Rio de Janeiro, Henrique Pinho.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



## TENTÁCULOS DO PODER

# Todos os homens de Roberto Jefferson

Afilhados políticos do presidente do PTB controlam cerca de R\$ 4 bilhões em cargos de segundo escalão

Gerson Camarotti

BRASÍLIA

O presidente do PTB, deputado Roberto Jefferson (RJ), adotou uma estratégia de ocupação de poder no governo Lula. Em vez de lutar por ministérios com visibilidade política, preferiu funções técnicas e conseguiu montar uma rede em cargos do segundo escalão, principalmente nas estatais. Os afilhados políticos de Jefferson ocupam ao menos oito cargos importantes, responsáveis pela gestão de cerca de R\$ 4 bilhões anuais. Além dos implicados nos escândalos dos Correios e do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), dois outros indicados por Jefferson para a Delegacia Regional do Trabalho no Rio e para a Infraero foram investigados pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas da União.

Na contabilidade foram excluídos dois cargos que já não estão sob controle do deputado: a diretoria administrativa dos Correios, que era ocupada por Antonio Osório Batista, afastado em maio depois de denúncias envolvendo a estatal; e a Superintendência Regional Leste da Infraero, que foi comandada por Juarez Lessa, exonerado em 2003.

A preferência de Jefferson por cargos técnicos foi explicitada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas negociações da reforma ministerial. Numa conversa no Planalto, em março, Jefferson disse que não queria um ministério e que estava satisfeito com a representação do PTB no primeiro escalão, o ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia. Mas cobrou agilidade na distribuição de cargos federais nos estados.

A estratégia surtiu efeito: há dois meses

ele passou a controlar o comando do IRB, com Luiz Apollônio Netto, cargo também cobiçado pelo PP, e a poderosa vice-presidência de Logística da Caixa Econômica Federal, com Carlos Alberto Cotta.

Segundo um ministro petista, em troca do apoio do PTB, Jefferson passou a controlar cargos em estatais e postos-chaves do Executivo. O ministro diz que é uma aliança amiscada, mas que, em um governo de coalizão, não há outra saída.

No IRB, Jefferson indicou Luiz Apollônio Netto para substituir o economista Lídio Duarte, que deixou o cargo há dois meses. A Polícia Federal investiga a denúncia feita pela revista "Veja" de que Lídio sofreu pressão para pagar mesada de R\$ 400 mil ao PTB para permanecer no cargo. O IRB movimentou US\$ 450 milhões por ano no mercado de resseguros.

## Governo mandou vigiar indicados do PTB

• Antes de Carlos Alberto Cotta ser aprovado para a Caixa, o governo investigou seu currículo. A vice-presidência de Logística administra os jogos de loteria. É considerada chave para expandir a rede de atendimento da Caixa, via loterias.

A nomeação foi confirmada, mas a Caixa seguiu a recomendação do governo de controlar de perto os passos do indicado do PTB. A estratégia foi adotada também na Delegacia Regional do Trabalho do Rio, comandada por Henrique Barbosa de Pinho, e na presidência da Eletronorte, ocupada por Roberto Salmeron, ambas indicações de Jefferson.

Na Eletronorte, responsável pela se-

gunda etapa da Hidrelétrica de Tucuruí (PA), orçada em US\$ 1,3 bilhão, o governo nomeou para a diretoria de Engenharia Adhemar Palocci, irmão do ministro da Fazenda, Antonio Palocci.

Mesmo sob vigilância, o presidente do PTB emplacou aliados em cargos com grande poder. Há um ano, conseguiu a nomeação do diretor de Planejamento e Gestão da Eletronuclear, Luiz Rondon, responsável pela administração de um orçamento de R\$ 1,8 bilhão em 2005. Para a diretoria de Operações Logísticas da BR Distribuidora, indicou Fernando Cunha, que controla R\$ 800 milhões em negócios por ano.

Ainda estão na cota de Roberto Jefferson o diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Alfredo Luiz de Almeida Cardoso, que integra o grupo responsável pela regulação e fiscalização do mercado de planos de saúde, que atende 37 milhões de pessoas. Sua indicação causou polêmica no Congresso pelo fato de Cardoso já ter sido diretor da Amil, uma das maiores empresas privadas de planos de saúde, e ter sido proprietário de uma empresa de consultoria para essas operadoras.

Na Embratur, ele apadrinhou o diretor de Administrações e Finanças, Emerson Palmieri, indicado pelo ex-presidente do PTB José Carlos Martinez, já morto. Palmieri, ex-tesoureiro do PTB e da campanha presidencial do ministro Ciro Gomes, tornou-se homem de confiança de Jefferson.

Procurado pelo GLOBO, Jefferson informou por meio de sua assessoria que não comentaria o caso. Em discurso na Câmara, no dia 17 de maio, disse que não tinha problema de dizer que cargos o PTB ocupa no governo. Palmieri não retornou as ligações. Carlos Alberto Cotta, Roberto Salmeron e Luiz Rondon não quiseram falar.

## Os cargos no governo

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA EMBRATUR  
**Emerson Palmieri** (controla um orçamento de R\$ 165 milhões)

PRESIDENTE DO IRB (Instituto de Resseguros do Brasil)  
**Luiz Apollônio Netto** (o IRB movimentou recursos na ordem de US\$ 450 milhões)

VICE-PRESIDENTE DE LOGÍSTICA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
**Carlos Alberto Cotta** (uma das mais cobiçadas vice-presidências da Caixa, é a responsável pela área de loterias)

DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DA ELETRONUCLEAR  
**Luiz Rondon** (responsável pela administração de orçamento previsto de R\$ 1,8 bilhão em 2005)

DIRETOR DE OPERAÇÕES LOGÍSTICAS DA BR DISTRIBUIDORA  
**Fernando Cunha** (essa diretoria movimentou cerca de R\$ 800 milhões em negócios por ano)

PRESIDENTE DA ELETRONORTE  
**Roberto Salmeron** (controla um orçamento anual de cerca de R\$ 900 milhões. Ele também comanda uma das maiores obras em andamento do governo Lula, a segunda etapa da hidrelétrica de Tucuruí, orçada em US\$ 1,3 bilhão)

DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS)  
**Alfredo Luiz de Almeida Cardoso** (integra a diretoria que regula e fiscaliza o mercado de planos de saúde, que atende 37 milhões de pessoas)

DELEGADO REGIONAL DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO  
**Henrique Pinho**

### O DEPUTADO JÁ COMANDOU NO GOVERNO LULA

■ SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL LESTE DA INFRAERO  
**Juarez Lessa** (exonerado em 2003)

■ DIRETORIA ADMINISTRATIVA DOS CORREIOS  
**Antonio Osório Batista** (afastado em maio)

**O SR. REGINALDO DUARTE** (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para tratar da atual crise política que o País enfrenta, que teve como origem as denúncias de corrupção nos Correios e culminou com as acusações do Presidente Nacional do PTB, Roberto Jefferson, de que o tesoureiro do PT, Delúbio Soares, pagava “mesadas” de R\$ 30 mil a diversos Parlamentares em troca de apoio político ao Governo no Congresso Nacional.

Os jornais dessas duas últimas semanas vêm mostrando que a tensão no ambiente político está aumentando a cada dia e que, com isso, aumenta também

o imobilismo do Governo, abalando a credibilidade do Governo petista.

Assim, Sr. Presidente, é em função da atual crise que requeiro que as matérias abaixo relacionadas sejam consideradas parte deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

### DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A 2 terça-feira, 7 de junho de 2005

# FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL ★ ★ ★

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S/A

Presidente: LUÍS FRIAS

Diretor Editorial: OTAVIO FRIAS FILHO

Superintendentes: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES E JUDITH BRITO

Editora-executiva: ELEONORA DE LUCENA

Conselho Editorial: LUIS ALBERTO BAHIA, ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, JANIO DE FREITAS, GILBERTO DIMENSTEIN, LUÍS NASSIF, CLÓVIS ROSSI, CARLOS HEITOR CONY, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUÍS FRIAS E OTAVIO FRIAS FILHO (SECRETÁRIO)

## EDITORIAIS

E-mail: editoriais@uol.com.br

### O "MENSALÃO"

SÃO ESTARRECEDORAS as declarações do presidente do PTB, Roberto Jefferson, em entrevista publicada ontem por esta Folha. O homem a quem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que daria um cheque em branco veio a público para aprofundar e ampliar as proposições da crise política, acusando o PT de prover uma mesada de R\$ 30 mil a políticos do PP e do PL, a título de assegurar apoio no Legislativo.

De acordo com Jefferson, o "mensalão", como ele se referiu à compra de parlamentares, era distribuído pelo tesoureiro do PT, Delúbio Soares, nome que tem rondado com inquietante assiduidade o noticiário de casos nebulosos na seara petista. A prática teria vigorado até o começo deste ano, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva — sempre na versão do entrevistado — veio a tomar conhecimento do caso por intermédio do petebista.

Jefferson, que se encontra no centro do escândalo de corrupção nos Correios e no Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), explicou a lógica do "mensalão" afirmando que é "mais barato pagar o exército mercenário do que dividir poder".

Parece claro que o presidente do PTB, vendo-se na iminência de ser abandonado no episódio das estatais, decidiu bombardear o PT e ou-

tros aliados. "Percebo que estão evacuando o quartirão, e o PTB está ficando isolado para ser explodido", disse na entrevista, referindo-se à "bomba" arnada pelas revelações sobre a intermediação de negócios nas duas empresas federais.

Se, por um lado, o famigerado histórico de Jefferson exige cautela em relação ao que diz, por outro, sua familiaridade com os bastidores do poder o torna um profundo conhecedor de situações como essas a que se referiu. Não basta, portanto, como fez o PT, manifestar "surpresa e indignação" e considerar que o caso não tem "fundamento na realidade".

Diante da gravidade do que foi dito, o mínimo que a sociedade pode esperar é uma investigação profunda. Mesmo que o presidente tenha chorado e manifestado indignação ao saber da compra de votos — logo a seguir supostamente suspensa —, haveria outras atitudes a tomar.

Segundo disse ontem o ministro Aldo Rebelo, da Coordenação Política, o presidente pediu informações sobre o assunto depois do relato de Jefferson. Soube então que o caso já havia sido levantado, em setembro, pelo deputado Miro Teixeira (PT-RJ), gerando uma sindicância na Câmara. Como Teixeira, porém, recuou da denúncia, nada foi apurado. É preciso, portanto, reabrir o inquérito. O país precisa de explicações.

JORNAL

O ESTADO DE S. PAULO

DIA:

07

MÊS/ANO:

Junho/05

CATEGORIA:

Notas &  
Informações

A

3

# 'Mensalão' agrava crise

O PT corre o sério risco de se arrender da sua nota de ontem, segundo a qual "não têm o mínimo fundamento na realidade" as acusações do deputado Roberto Jefferson, em entrevista à *Folha de S. Paulo*, de que o tesoureiro petista, Delúbio Soares, pagava mesadas de R\$ 30 mil aos parlamentares do PL e do PP. Por menor que seja a credibilidade do presidente do PTB - acusado de ser o mentor do esquema de corrupção nos Correios e de exigir de um presidente do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) mesada de R\$ 400 mil -, ainda é maior do que a do partido do governo.

Nenhum brasileiro minimamente informado acreditará que "o relacionamento do PT com todos os partidos da base de sustentação do governo, inclusive o PTB", como diz a nota, "se assenta em pressupostos políticos e programáticos". Não há qualquer resquício de dúvida sobre os meios a que os operadores recorreram com o maior descaramento para "garantir a governabilidade do País e implementar o programa de governo pelo qual o presidente Lula foi eleito" - ou, como está à vista de todos agora, para sufocar a CPI dos Correios.

As últimas pesquisas sobre a avaliação do governo, com uma penca de más notícias para o presidente Lula também no quesito corrupção, indicam que não poderia haver hora pior do que esta para o PT tratar o chamado "público externo" como se fosse constituído de imbecis. Apelar novamente para o argumento de que a Polícia Federal, o Ministério Público e a Controladoria-Geral da União se desdobram para elucidar as denúncias que tomam conta do noticiário e isso basta é tapar o sol com peneira: o PT deixou definitivamente de parecer honesto.

A reação do partido às declarações plangentes e ameaçadoras do deputado - que se queixava dos petistas por não terem se solidarizado com ele, ao contrário de Lula, no caso dos Correios - sugere que o governo resolveu queimar os navios, sem deixar uma brecha para um mea-culpa numa situação-limite. O efeito mais provável dessa atitude desafiadora será estimular na oposição uma resposta contrária de igual intensidade, aumentando as tensões políticas e a desconfiança nos meios econômicos e financeiros, que já derrubou o Ibovespa ontem.

Mesmo tendo partido de quem partiu, a acusação clama por providências. Mal secara a tinta da nota do PT, por sinal, o líder do PDT no Senado, Jefferson Peres, pediu o imprescindível: a mobilização do Conselho de Ética e da Corregedoria da Câmara para investigar as ações do tesoureiro Delúbio - sobre quem pairavam pesadas suspeitas não como pagador, mas como arrecadador. O deputado "não faria uma denúncia desta, se não fosse verdadeira", avalia Peres. "Agora se entende por que o governo comprometeu até o ministro da Fazenda para barrar a CPI dos Correios."

O tom da entrevista, aliás, não deixa margem a dúvidas: sabendo que não sairá ileso da crise ("não me preocupa mais o mandato, não vou brigar por ele"), Jefferson resolveu levar consigo o PT para o cadafalso. Pagando solidariedade com solidariedade, poupou o presidente Lula, dizendo que ele "chorou" - de vergonha ou de desespero? - quando lhe contou o que Delúbio fazia e que, desde então, o "mensalão" teria cessado. Mas a questão central, evidentemente, não são as manobras do antigo capitão da tropa de choque collorida, embora ele decerto ainda não disse tudo que sabe.

O ponto é que o presidente só tem a escolher entre o menos mal e o pior - para ele e o seu partido. O movimento inicial, a nota do PT, foi uma escolha pelo pior. O menos mal teria sido o próprio Lula anunciar já na manhã de ontem que, diante do fato novo, instruíra os líderes governistas a apoiar não apenas a CPI dos Correios, mas também toda e qualquer investigação parlamentar sobre a compra de votos no Legislativo revelada por Jefferson. O fato de não tê-lo feito representa literalmente uma provocação que a oposição aceitará de bom grado.

Dela, de todo modo, se espera que seja mais responsável do que o governo. É de seu dever contribuir para expor o que possa haver de fraudulento nas ações do Planalto e do PT. É de sua conveniência minar o patrimônio eleitoral de um presidente que, enquanto o mundo à sua volta ameaça ruir, continua obsessivamente em campanha, como se viu no fim de semana em São Bernardo. Mas a oposição não pode ignorar que no Brasil ainda é tênue e quebradiça a linha que separa crise política e crise institucional. A forte queda da Bolsa ontem é um sinal ominoso.



JORNAL

**O GLOBO**

DIA:

07

MÊS/ANO:

Junho/05

EDITORIA:

País

CADERNO:

A

PÁGINA:

40

# MERVAL PEREIRA

## Imobilidade preocupante

• Ao confirmar parte do relato do deputado Roberto Jefferson, o ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, deu ares de verdade a toda sua denúncia, o que torna mais tenso o momento político. O que se poderia esperar como consequência dessa crise em que o governo está metido certamente não é essa atitude quase de fuga, de fingir que é normal o presidente da República ouvir denúncia tão grave e nada acontecer.

O ministro Aldo Rebelo dizer que os partidos políticos é que estão em xeque, e não o governo, seria risível se não representasse a dramática imobilidade do governo diante de acusações que atingem o Palácio do Planalto, que tem uma relação conspícua com seu partido oficial.

O tesoureiro Delúbio Soares, acusado de dar mesadas de R\$ 30 mil para políticos votarem a favor do governo, é figura fácil em gabinetes do Planalto, e suas atitudes não podem ser separadas das decisões do governo. Além da punição dos responsáveis por esse gigantesco tomalá-dá-cá em que se transformaram as relações do Executivo com o Legislativo, é preciso haver uma verdadeira revolução de costumes políticos neste país.

Os episódios dos últimos dias mostram bem como está enraizada nos atores políticos uma distorção de comportamento que chega às raias do absurdo. A revista "Época" denunciou que um antigo assessor do deputado

Roberto Jefferson, sem ter a mínima condição para isso, seria dono de duas rádios em locais do Estado do Rio onde o deputado do PTB tem influência política. Seria o popular laranja, pessoa que aparece como dona de uma propriedade que o verdadeiro dono, no caso o deputado Roberto Jefferson, não poderia assumir.

Para se defender, o deputado diz que pediu ao empresário dono das rádios que desse sociedade a seu assessor, um sorveteiro de cidade do interior, para recompensá-lo pelos serviços prestados. Ora, por que o empresário aceitaria fazer isso? Pela simples razão de que foi o deputado Roberto Jefferson quem conseguiu a concessão das rádios para ele. Para justificar uma irregularidade, o deputado recorre a outra, como se fosse a coisa mais normal do mundo um deputado arranjar concessões de rádio para amigos, e fazer negócios com elas.

Já na entrevista à "Folha de S. Paulo", o deputado relata com a maior tranqüili-

dade que, por ter indicado Lídio Duarte para a presidência do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), sentiu-se em condições de pedir a ele que tentasse levantar junto aos clientes da estatal financiamentos de campanhas para o PTB. Como se isso fosse uma tarefa normal para o presidente de uma estatal. Depois fingiu-se que não se sabe por que o presidente da Câmara exige do presidente Lula "aquela diretoria que lura poço e acha petróleo".

Dentro do mesmo teatro do absurdo, revela-se que o governador de Goiás, Marconi Perillo, avisou pessoalmente ao presidente Lula, um ano e meio atrás, que havia esse esquema de mesadas para os deputados entrarem nos partidos da base. O presidente cortou o assunto, alegando que essa prática havia sido instituída pelo ex-ministro, já falecido, Sérgio Motta, o grande articulador político do PSDB e amigo pessoal do ex-presidente Fernando Henrique. Ora, mesmo se fosse verdade o que o presidente disse, não justificaria adotar a mesma prática em seu governo. E ele tinha que denunciar o que supostamente teria ocorrido no governo anterior.

A situação está tão descontrolada que o deputado Roberto Jefferson, acuado por denúncias por todos os lados, ainda teve a desfaçatez de enviar aos jornalistas garrafas de champagne, numa atitude arrogante e acintosa de quem se considera inatingível. E, no meio da crise, ainda havia quem, dentro do governo e com gabinete no Palácio do Planalto, considerasse que a situação criada pela entrevista de Jefferson era favorável ao arquivamento da CPI dos Correios, pois colocaria todos — PT, PP, PL, PTB e até mesmo o PMDB — no mesmo barco, que afundaria se não houvesse solidariedade entre eles.

Esse mesmo raciocínio funcionou até certo ponto



JORNAL	DIA:	MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁGINA:
<b>O GLOBO</b>	07	Junho/05	Pais	A	42/5

na tentativa de retirada das assinaturas, estava prevalecendo na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, e provavelmente prevaleceria no plenário. Mas, depois das confissões parciais do deputado Roberto Jefferson — ou alguém duvida que ele ainda tem muita bala na agulha para sair atirando por aí antes de morrer politicamente? — ficou impossível manter esta postura cínica diante dos acontecimentos.

Está claro que o ambiente político não favorece o abafamento das investigações e, mesmo que, por

mais implausível que seja, o governo se mantenha nessa política suicida e consiga impedir a CPI dos Correios, outros requerimentos surgirão, provavelmente no Senado, onde a oposição tem maioria. E outros depoimentos virão à tona, outras denúncias surgirão, porque nessas horas não há como controlar a bola de neve em que se transformam investigações desse tipo.

Certamente muitos foram preteridos nas "tenebrosas transações" que podem ter ocorrido por baixo do pano; muitas outras gravações devem ter sido feitas — ontem corria no Congresso que o deputado Roberto Jefferson

teria gravado a conversa que teve com o chefe da Casa Civil, José Dirceu, e com o ministro Aldo Rebelo, em sua casa, quando, segundo seu relato, os dois "só faltaram se ajoelhar" para pedir que o PTB retirasse as assinaturas de seus deputados do requerimento da CPI dos Correios.

Há indícios suficientemente graves de que há algo de podre em Brasília, e o governo e o Congresso têm a obrigação de apurar tudo, sob pena de perderem a credibilidade diante da opinião pública. Aí, sim, teríamos uma crise institucional grave.

JORNAL	DIA:	MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁGI
<b>O ESTADO DE S. PAULO</b>	07	Junho/05	Nacional	A	4

ALIADOS SOB SUSPEITA • Denúncias de corrupção batem à porta do PT

# Governo sabia de mensalão e não apurou; CPI é irreversível

Ação de pagamento de mesada a deputados reforça tendência de CPI, abala credibilidade do presidente e afeta mercados

O governo petista enfrenta sua maior crise política. As denúncias do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) de que deputados recebiam uma mesada para votar conforme o interesse do Planalto tornaram irreversível a abertura de uma CPI para investigar suspeitas de corrupção nos Correios. O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), quer instalar a CPI em 48 horas. "O espaço para manobras é muito menor", disse. "A cada dia, há menos espaço para retardar decisões que levem à investigação que a sociedade quer."

As denúncias abalaram a credibilidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e afetaram pela primeira vez o mercado financeiro, com queda na Bolsa de Valores e alta da cotação do dólar. Petistas ficaram em estado de choque e a oposição teve a oportunidade de fazer cobranças diretamente a Lula — e não mais a ministros ou líderes no Congresso.

"A crise política está ficando fora de controle", avaliou o senador Cristovam Buarque (PT-DF). Já o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), exigiu de Lula a demissão de auxiliares sob suspeita: "É mais fácil

para o presidente se livrar dos indesejáveis do que o Brasil querer se livrar dele." Preocupado com a hipótese de crise institucional, o ex-presidente Fernando Henrique recomendou cautela: "Não podemos, numa hora dessas, tocar fogo no paiol."

Jefferson, que ocupa a presidência do PTB, disse em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo* que o tesoureiro do PT, Delúbio Soares, pagava uma mesada de R\$ 30 mil para que parlamentares do PPE do PL votassem a favor do governo. O deputado afirmou ter conversado pessoalmente com Lula sobre o chamado "mensa-

lão", numa reunião testemunhada por auxiliares do presidente.

A mobilização do PT para reagir à entrevista começou ain-

## A mobilização do PT começou de madrugada no apartamento de Lula

da na madrugada de ontem, quando Lula recebeu membros da cúpula do partido em seu apartamento de São Bernardo do Campo, onde passara o do-

mingo. Pouco depois das 10 horas da manhã, a direção do PT divulgou uma nota na qual refutava as acusações de Jefferson e dizia tê-las recebido com "surpresa e indignação".

Mais tarde, porém, o ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, e o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), confirmaram que Jefferson comentara com Lula a existência de boutos sobre o "mensalão". Ambos disseram que, embora o deputado não tenha apresentado nenhuma evidência da irregularidade, Lula determinou que o caso fosse investigado.

O governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), colocou mais combustível na história, ao declarar que alertara Lula para o assédio a deputados tucanos. "Era para trocar de partido, sair do PSDB e ir para a base do governo por uma mesada de R\$ 40 mil por mês e R\$ 1 milhão ao fim do ano, de bônus", afirmou.

A crise causou, ainda, a primeira baixa: o presidente da Eletro-norte, Roberto Salmeron, pediu demissão. O gesto foi previamente combinado com Jefferson. •

JORNAL	DIA:	MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁGINA:
FOLHA DE S. PAULO	07	Junho/05	Brasil	A	6

## ESCÂNDALO DO "MENSALÃO"

*Antonio Palocci nega, em nota, ter tomado conhecimento da denúncia de Jefferson, e José Dirceu evita comentar; Walfrido confirma*

# Ciro diz que soube de denúncia de mesada

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA  
DA ENVIADA ESPECIAL A MADRI

O ministro **Ciro Gomes** (Integração Nacional) comentou ontem ao Globonews as denúncias feitas pelo presidente do PTB, deputado **Roberto Jefferson**, e confirmou que sabia do "mensalão" há um ano. Jefferson cita **Ciro** na entrevista à *Folha*. O ministro está em Washington (EUA).

"Ele [Jefferson] esteve na minha sala e, numa conversa, disse que havia um boato de que haveria essa prática de dinheiro para uma fração de deputados que estavam no PL e no PP." Completou: "Tenho nojo cada vez que tenho que testemunhar como se comportam certos setores da política brasileira. São como ninho de cobra, se chafurdando em coisas sujas".

**Ciro** acredita que o presidente **Luiz Inácio Lula da Silva** resolverá o caso com cautela e autoridade.

### Palocci

O ministro **Antonio Palocci Filho** (Fazenda), por sua vez, negou em nota ter ouvido do presidente do PTB a denúncia de que o PT pagava o "mensalão". Palocci evitou declarações públicas ontem.

"A assessoria de imprensa do Ministério da Fazenda informa que o ministro **Antonio Palocci Filho** nunca foi abordado pelo deputado **Roberto Jefferson** sobre

procedimentos inadequados junto à base parlamentar", diz nota.

### Dirceu

Pela manhã, em Madri, **José Dirceu** (Casa Civil) já acompanhava a repercussão da entrevista de Jefferson. Dirceu, que está em viagem de cinco dias pela Europa para tratar basicamente de investimentos em infra-estrutura, evitou a imprensa. Logo pela manhã, questionado sobre o caso, foi lacônico: "Eu não vi nada".

A resposta do ministro foi dada na saída de uma palestra feita para cerca de 25 empresários espanhóis na Confederação Espanhola de Organizações Empresariais.

### Walfrido

O ministro do Turismo, **Walfrido Mares Guias**, também disse ontem que ouviu relato sobre "boatos de mesadas" de Jefferson.

A primeira, segundo ele, foi no início do ano passado. Na ocasião, o ministro disse que falou "exatamente o que ele disse na entrevista, que não poderíamos aceitar aquilo, que desmoralizaria o partido". A segunda foi neste ano, na reunião que tiveram com o presidente **Lula**. "Ele falou no final da reunião, disse que tinha boatos sobre um 'mensalão', mas ficou nisso." Walfrido disse que sempre entendeu que se tratavam de boatos que circulavam no Congresso.

JORNAL <b>FOLHA DE S. PAULO</b>	DIA: <b>07</b>	MÊS/ANO: <b>Junho/05</b>	EDITORIA: <b>Brasil</b>	CADERNO: <b>A</b>	PÁGINA: <b>4A</b>
------------------------------------	-------------------	-----------------------------	----------------------------	----------------------	----------------------

# Lula admite que sabia de mesada; governo prevê CPI

★ *Declarações de deputado fazem a Bolsa de São Paulo cair e o dólar subir*

★ *Estratégia do Planalto é preservar o presidente e transferir o ônus para o PT*

A crise em que está enredado o governo Luiz Inácio Lula da Silva chegou ontem ao seu momento mais agudo, com a repercussão da entrevista que o presidente do PTB, deputado Roberto Jefferson, concedeu à Folha. Pela primeira vez desde que apareceram as denúncias envolvendo a base governista, o noticiário político impactou a economia: a Bolsa caiu e o dólar subiu.

Já ao final do dia, depois de reunião no Planalto com o chamado núcleo político do governo, o ministro Aldo Rebelo (PC do B), da Coordenação Política, divulgou a versão oficial sobre o caso, procurando preservar o governo e a figura do presidente das denúncias de Jefferson.

Aldo confirmou que houve encontro entre Lula e Jefferson em março e admitiu que o presidente tomou conhecimento da denúncia do deputado, segundo quem o tesoureiro do PT, Delúbio Soares, distribuía uma mesada —batizada de “mensalão”— a parlamentares de parte da base aliada, do PL e do PP.

Segundo Aldo, porém, o caso já havia sido investigado pela Câmara no ano passado, quando houve a primeira denúncia sobre a existência de tal mesada.

A investigação citada pelos governistas não durou mais do que 12 dias e foi arquivada porque o autor das denúncias na época, o deputado e ex-ministro Miro Teixeira (PT-RJ), negou que tivesse sido a fonte das informações que davam conta da existência de uma me-

sada no Congresso.

Ontem, porém, Miro confirmou que ouviu do próprio petebista a história que Jefferson contou à Folha. Além dele, o ministro da Integração nacional, Ciro Gomes (PPS), também confirmou que ouviu de Jefferson, em sua sala, “boatos” de que haveria distribuição de mesada na Câmara. O governador Marconi Perillo (PSDB-GO), por sua vez, afirmou que fez comentário semelhante, sobre a existência do chamado “mensalão”, num encontro com Lula em 2004.

No Congresso, o clima ontem foi de exaltação. Os governistas já vêem a CPI dos Correios, cuja criação estava praticamente sepultada, como um fato inevitável. A oposição pediu apuração das responsabilidades, convidando Jefferson, cinco ministros e 24 políticos e empresários citados na entrevista para depor.

O PSDB foi cauteloso e falou em pacto de governabilidade e manutenção de ordem institucional; pefelistas citaram várias vezes a palavra impeachment. Muitos dos políticos citados por Jefferson como conhecedores do esquema negaram saber do assunto ontem.

Ouvidos reservadamente, ministros do Supremo Tribunal Federal consideraram o caso tão grave quanto os eventos que levaram, 13 anos atrás, ao impedimento de Fernando Collor de Mello.

Jefferson, estopim da crise, não falou ontem. O PTB discute a hipótese de requerer seu afastamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. P-SOL – AC) – Antes de encerrar a sessão, como faço sempre, desejo agradecer a presteza e a gentileza de todos os servidores desta Casa, do mais graduado ao mais simples, que nos ajudam a cumprir nossa tarefa de fazer com que o Brasil nos ouça.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. P-SOL – AC) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 13 horas e 50 minutos.)*

**DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 23 DE JUNHO DE 2005, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.**

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, gostaria de me associar àqueles que se pronunciaram destacando a importância do discurso do Senador Flávio Arns, meu companheiro do Paraná. Também manifesto minha profunda admiração pelo comportamento ético, responsável e lúcido de meu parceiro paranaense.

Na linha de suas preocupações, trago uma solicitação encaminhada ao Ministro Waldir Pires\* pela Transparência Brasil\* para a convocação urgente do Conselho de Transparência e Combate à Corrupção, presidida por S. Ex<sup>a</sup>. Esse Conselho foi criado no dia 18 de dezembro de 2003, pelo Decreto nº 4.923. Integram o Conselho, Sr. Presidente, a OAB, a CNBB e outra entidade representativa da sociedade, a ONG Transparência Brasil. A solicitação faz sentido diante dos escândalos de corrupção que se sucedem no País nos últimos meses, especialmente.

Ainda ontem, na CPMI dos Correios, o servidor público Maurício Marinho fez denúncias da maior gravidade. Denunciou seus colegas de diretoria e selecionou contratos e licitações supostamente irregulares que devem ser alvo de investigação rigorosa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Portanto, Sr. Presidente, diante desses deploráveis acontecimentos que revelam a existência de um modelo de relação promíscua Executivo-Legislativo, implicando corrupção revoltante, que provoca a indignação da sociedade brasileira, nada mais correto do que usar todos os instrumentos disponíveis para se colocar o mal à luz a fim de que ele possa ser combatido, condenando a corrupção de todas as formas e punindo, implacavelmente, os responsáveis por ela.

Já que o Presidente da República pretende, no dia de hoje, em cadeia de rádio e televisão, anunciar tudo o que o Governo tem feito no combate à corrupção, gostaríamos que Sua Excelência anunciasse também o atendimento a esse pleito da Transparência Brasil\*, oficializando a reunião desse Conselho, criado em 2003 e que permanece inativo até os dias de hoje.

Mas quero também, Sr. Presidente, aproveitar o tempo que me resta para destacar que o Governo editou a Medida Provisória nº 252, semana passada, definindo-a como “Medida Provisória do Bem”. Eu indago: as demais seriam do mal? Certamente, Senador Geraldo Mesquita Júnior, muitas das medidas provisórias aprovadas pelo Congresso Nacional poderiam ser cognominadas de “MP do Mal”. Não sei se nós deveríamos, então, aprovar as demais, já que não são consideradas do bem pelo Governo.

Aliás, na última terça-feira, a Câmara dos Deputados rejeitou uma medida provisória, num reflexo da desarticulação completa do Governo Lula.

Estamos tentando melhorar essa medida provisória do bem. Quem sabe, ela possa ser a medida provisória do bem melhor, ou do bem mais, Senador Pavan. Para isso, nosso Partido está protocolando 26 emendas, para deixar melhor essa medida provisória. Além de aprofundarmos a redução da carga tributária para alguns setores produtivos da economia e desonerar a produção, também apresentamos um conjunto de oito emendas para desonerar as operações dos fundos de pensão, que foram penalizados recentemente com a rejeição da Medida Provisória nº 233 no plenário desta Casa.

Na verdade, essas emendas aperfeiçoam a Lei nº 11.053, que trata da aplicação dos regimes regressivo e progressivo de tributação, a saber: primeiro, extensão do prazo para a opção que vence no próximo dia 30/6. É impossível para o participante tomar uma decisão de caráter irrevogável em apenas nove dias...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – ... no prazo de até 60 dias para os futuros participantes optarem pelo regime de tributação. Inclusão das reservas oriundas dos fundos administrativos e assistenciais para efeito de não incidência do Imposto de Renda na fase de capitalização. Retorno para a tabela progressiva, no caso de benefício de riscos, ao participante que optar pelo regime regressivo. É aplicada alíquota de 35% nos primeiros dois anos. Se ele tiver a infelicidade de se acidentar e precisar resgatar o benefício,



será duramente penalizado, daí a sugestão da reversão da opção.

Preservação das ações coletivas para efeito de adesão ao Regime Especial de Tributação – os fiscais estão exigindo a desistência de ações coletivas. Como isso não foi feito no passado, as entidades estão sendo excluídas da anistia.

CPMF. Não incidência nos casos de transferências entre fundos ou planos, desde que não seja alterada a titularidade.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu concluo dizendo o seguinte: se o Presidente quer realmente que essa medida provisória seja realmente a medida provisória do bem, deve autorizar a base aliada a apoiar e aprovar as vinte e seis emendas que o PSDB está propondo para aprimorar essa proposta de alteração de uma medida provisória.

O fato de admitirmos votar uma medida provisória já é uma manifestação de boa vontade da Oposição. Por isso, nós esperamos a contrapartida com o Governo aceitando o aprimoramento dessa proposta.



**MENSAGEM Nº 376**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$360.000.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente”.

Brasília, 21 de junho de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM. Nº 106/2005-MP

Brasília, 15 de junho de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar projeto de lei que abre ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005), em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$360.000.000,00 (trezentos e sessenta milhões de reais).

2. A suplementação visa a atender despesas do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – PROAGRO, decorrentes da criação do “Proagro Mais” pela Resolução do Banco Central do Brasil nº 3.234, de 31 de agosto de 2004, destinado aos pequenos produtores vinculados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, garantindo, além da cobertura do financiamento contratado, parte da sua renda estimada em caso de ocorrência de sinistro. Além disso, a partir do final de 2004, ocorreu estiagem em todos os estados da região Sul do Brasil, que ampliou substancialmente o número de ocorrências de perdas pelos agricultores amparados pelo “Proagro Mais”, gerando uma necessidade adicional de recursos.

3. Cabe esclarecer que este crédito será viabilizado mediante anulação parcial de dotações orçamentárias nas ações 0062 – Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas – Implantação e 0427 – Concessão de Crédito-Instalação aos Assentados – Recuperação. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, esta anulação não inviabilizará o atendimento de sua programação, uma vez que foi decidida em função de sua capacidade de execução.

4. Esclareço, a propósito do que estabelece o art. 65, § 11, da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – 2005), que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que as respectivas despesas foram consideradas no cálculo do referido resultado, constante do Anexo V do Decreto nº 5.463, de 13 de junho de 2005.

5. O presente crédito viabilizar-se-á mediante projeto de lei, e está em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

6. Nessas condições, submeto à deliberação de Vossa Excelência o anexo projeto de lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente, – **Paulo Bernardo Silva**.

Aviso nº 609 – C. Civil

Em 21 de junho de 2005

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Efraim Moeais  
Primeiro Secretário do Senado Federal  
Assunto: Projeto de lei

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa ao projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$360.000.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente”.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

*LEGISLAÇÃO CITADA*

LEI Nº 11.100, DE 25 DE JANEIRO DE 2005

**Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2005.**

LEI Nº 10.934, DE 11 DE AGOSTO DE 2004

**Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2005 e dá outras providências.**

Art. 65. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento dos quadros dos créditos orçamentários constantes da lei orçamentária anual e encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, preferencialmente, na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro.

§ 1º Observado o disposto no **caput**, o prazo final para o encaminhamento dos referidos projetos é 15 de outubro de 2005.

§ 2º Os créditos a que se refere o **caput** serão encaminhados, de forma consolidada, de acordo com

as áreas temáticas definidas no parecer preliminar sobre a proposta orçamentária de 2005, ajustadas a reformas administrativas supervenientes, exceto quando se destinarem:

I – às despesas com pessoal e encargos sociais, os quais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade;

II – ao serviço da dívida; ou

III – ao atendimento de despesas de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 3º A exigência de projeto de lei específico, a que se refere o inciso I do § 2º, não se aplica quando do atendimento de despesas de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor, de que trata o inciso III do mesmo parágrafo.

§ 4º O disposto no **caput** não se aplica quando a abertura do crédito for necessária para atender a novas despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal.

§ 5º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 6º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 7º Para fins do disposto no art. 165, 8º da Constituição, e no § 6º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em categoria de programação ou subtítulo existentes.

§ 8º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão consideração automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 9º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea **a**, desta lei.

§ 10. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 11. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário

anual previsto no anexo de metas fiscais desta lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

**Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.**

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

(Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

II – os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei; (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las. (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

DECRETO Nº 5.463, DE 13 DE JUNHO DE 2005

**Altera os Anexos V, VI, VIII, IX e X do Decreto nº 5.379, de 25 de fevereiro de 2005, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal.**



de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2005, e dá outras providências.

**ANEXO V RESULTADO PRIMÁRIO DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
E DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS - 2005**

--R\$ bilhões

DISCRIMINAÇÃO	Jan-Ago	Jan-Dez
1. RECEITA TOTAL	243,1	368,2
1.1. Receita Administrada pela SRF	211,8	322,1
1.2. Receitas Não Administradas	29,7	43,5
1.3. Contribuição ao FGTS (LC 110/01)	1,6	2,6
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	52,3	76,3
2.1. FPE/FPM/IFI-EE	41,3	59,9
2.2. Demais	11,0	16,5
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	190,8	291,9
4. DESPESAS	131,5	209,8
4.1. Pessoal e Encargos Sociais	57,7	92,0
4.2. Outras Correntes e de Capital	73,8	117,8
4.2.1. Contribuição ao FGTS (LC 110/01)	1,6	2,6
4.2.2. Não Discricionárias	22,9	38,3
4.2.3. Discricionárias - LEJU + MPU	2,6	4,3
4.2.4. Discricionárias - Poder Executivo	46,7	72,6
5. RESULTADO DO TESOUREIRO (3-4)	59,3	82,1
6. RESULTADO DA PREVIDÊNCIA (6.1-6.2)	(21,8)	(38,9)
6.1 Arrecadação Líquida INSS	66,0	106,6
6.2 Benefícios da Previdência	87,8	145,5
7. AJUSTE METODOLÓGICO - ITAIPU	0,7	1,1

8. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	(0,2)	(0,2)
9. RESULTADO PRIMÁRIO DO OF E DO OSS (5+6+7+8)	38,0	44,1
10. RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS	7,3	15,2
11. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO FEDERAL (9+10)	45,3	59,3
12. AÇÕES SELECIONADAS NOS TERMOS DO § 3º DO ART.16 DA LEI Nº 10.934, DE 2004	1,7	2,8
13. RESULTADO PRIMÁRIO AJUSTADO PARA FINS CUMPRIMENTO LDO 2005 (11+12)	47,0	62,1

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O projeto lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos das normas constantes da Resolução nº 1, de 2001 – CN, adotadas pela Presidência (Ofícios do Congresso Nacional nºs 823 e 824, de 2004), fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação do projeto:

Até 2-8 Publicação e distribuição de avulsos;

Até 10-8 Prazo final para apresentação de emendas;

Até 15-8 Publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 25-8 Encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

**OFÍCIO Nº 292/2005 – GLDBAG**

Brasília, 24 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico, a Senadora Serys Slhessarenko, para integrar, como titular, a Comissão Mista para analisar a Medida Provisória nº 252, de 2005, que “Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação – REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – RECAP e o Programa de Inclusão Digital, dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica e dá outras providências”, em substituição ao Senador Delcídio Amaral.

Atenciosamente, – Senador **Delcídio Amaral**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. Nº 802

Brasília, 27 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Ibrahim Abi-Ackel, como suplente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar as causas e conseqüências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Cordialmente, – Deputado **José Janene**, Líder do PP.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência designa o Sr. Senador Deputado Ibrahim Abi-Ackel, como suplente, para compor a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar as causas e conseqüências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 26, de 2005**, que *suspende a execução da expressão “locação de bens móveis”, constante do item 79 da Lista de Serviços a que se refere o Decreto-Lei Federal nº 406, de 31 de dezembro de 1968, na redação dada pela Lei Federal Complementar nº 56, de 15 de dezembro de 1987, e da mesma expressão contida no item 78 do § 3º do art. 50 da Lista de Serviços da Lei Municipal nº 3.750, de 20 de dezembro de 1971, do Município de Santos, no Estado de São Paulo.*

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 703, DE 2005**

Requeiro, na forma do art. 50 § 2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam fornecidas pelo Ministro de Estado das Comunicações as informações solicitadas abaixo, a respeito da concessão outorgada à Fundação Cultural de Belo Horizonte, por meio do Decreto Presidencial de 27 de fevereiro

de 2002, para fins de instrução do Projeto de Decreto Legislativo do Senado Federal nº 563, de 2003, do qual sou relator.

1. É possível outorgar a concessão de canal educativo para o serviço de geração de sinais de sons e imagens (GTV) a uma instituição privada que não desenvolve projetos educativos ou culturais na região em que se pretende atuar e nem mesmo possui sede no município onde se deseja obter o canal GTV?

2. A concessão de um canal GTV no Município de Ouro Preto – MG, à Fundação Cultural de Belo Horizonte, poderá inviabilizar a obtenção, pela Universidade Federal de Ouro Preto, de um outro canal de GTV naquele município?

3. Caso não haja restrição à outorga de concessão de um canal educativo de geração de sons e imagens à Universidade Federal de Ouro Preto, já tendo, naquele município, em operação um canal GTV de outra instituição, quais os procedimentos que a Universidade Federal deva adotar para o recebimento do canal?

#### **Justificação**

Analisando o PDS nº 563, de 2003, verifico que a Fundação Cultural de Belo Horizonte, instituição privada, com sede em Belo Horizonte, mantenedora da Televisão Educativa de Ouro Preto (TOP), Canal 15, requer a autorização para ser, além de repetidora, geradora de programas também no Município de Ouro Preto – MG (fls. 67 do processado).

A Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), centro de excelência em educação na região e com grande influência em outros 13 pólos municipais, almeja também obter a concessão de um canal de serviço de geração de sinais de sons e imagens no Município de Ouro Preto, para divulgação de seus projetos culturais, educativos, científicos e sociais na região.

Preocupado com a possibilidade de que a concessão de canal GTV a uma instituição privada, que não desenvolve projetos educacionais e culturais no Município de Ouro Preto, venha a prejudicar a Universidade Federal instalada na localidade é que tomo a iniciativa de formular esse requerimento de informações.

Sala das Sessões, 27 de junho de 2005. – Senador **Hélio Costa**.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO  
NA REUNIÃO DE 21 / 06 / 05 , OS SENHORES SENADORES:

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	
DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES <i>mar. av</i>	4- JOSÉ AGRIPINO <i>[assinatura]</i>
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL <i>[assinatura]</i>
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA <i>[assinatura]</i>
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA <i>[assinatura]</i>	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN <i>[assinatura]</i>	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE	10- TASSO JEREISSATI
PMDB	
HÉLIO COSTA <i>[assinatura]</i>	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA <i>[assinatura]</i>	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
GERSON CAMATA <i>[assinatura]</i>	4- PAPALÉO PAES
SÉRGIO CABRAL <i>[assinatura]</i>	5- MÃO SANTA <i>[assinatura]</i>
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
WIRLANDE DA LUZ <i>[assinatura]</i>	7- (VAGO)
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	
AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM
CRISTOVAM BUARQUE	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS <i>[assinatura]</i>	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO <i>[assinatura]</i>	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI <i>[assinatura]</i>	8- NEZINHO ALENCAR
PDT	
AUGUSTO BOTELHO <i>[assinatura]</i>	1- JUVÊNIO DA FONSECA

(À Mesa para decisão)



**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O requerimento lido vai ao exame da Mesa e será anexado, em cópia, ao processado do Projeto de Decreto Legislativo nº 563, de 2003, o qual visa instruir. Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 704, DE 2005**

Requeiro, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno, a inserção, em ata, de voto de pesar pelo falecimento, em Belém, na última sexta-feira, dia 24 de junho, do advogado e professor Otávio Mendonça. O professor Otávio Mendonça nasceu em Belém do Pará, no dia 12 de março de 1921 e era descendente de antiga e tradicional família da região do Baixo Tocantins. Dentre muitas atividades, destacou-se como Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pará, como professor de várias gerações do curso de direito da Universidade Federal do Pará e como membro da Academia Paraense de Letras. O professor Otávio Mendonça, hábil com as palavras e com a escrita, foi um exemplo de cidadão, educador e advogado, prestando relevantes serviços ao povo e à cultura do Estado do Pará.

Requeiro, ainda, que o voto de pesar do Senado seja comunicado à Academia Paraense de Letras, à Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pará, ao Jornal **O Liberal**, onde Otávio Mendonça era articulista e advogado e à sua família.

Sala das Sessões, 27 de junho de 2005. – Senador **Luiz Otávio**, PMDB – PA.

#### **REQUERIMENTO Nº 705, DE 2005**

Requeiro, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno, a inserção, em ata, de voto de pesar pelo falecimento, em Belém, no último dia 15 de junho próximo passado, do advogado Paulo de Tarso Dias Klautau. Com exemplar dedicação, serviu e honrou a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pará, onde foi Presidente no biênio 1987/1989, período em que realizou valorosas ações em defesa da classe dos advogados e da sociedade civil. Foi também Conselheiro Federal por dois mandatos, entre 1981 e 1987, e, posteriormente, Presidente do Tribunal de Ética e Disciplina (TED), entre 1989 e 1991.

Paulo klautau foi sempre incansável na defesa da ética na advocacia, na defesa das grandes causas institucionais e pelo fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

Requeiro, ainda, que o voto de pesar do Senado seja comunicado à Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pará e à sua família.

Sala das Sessões, 27 de junho de 2005. – Senador **Luiz Otávio**, PMDB – PA.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência encaminhará os votos de pesar solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 706, DE 2005**

Sr. Presidente,

Nos termos do art. 258, do Regimento Interno, requeiro a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 103 e 461, de 2003, que já tramitam em conjunto, com os de números 103, de 1999 e 83, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 12 de maio de 2005. – Senador **José Agripino**.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O requerimento que acaba de ser lido será publicado e, posteriormente, incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, II, c, 8, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, mensagens que passo a ler.

São lidas as seguintes:

#### **MENSAGEM Nº 164, DE 2005**

(Nº 377/2005, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 39, § 1º, do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor José Vicente de Sá Pimentel, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Índia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Nepal.

O Embaixador também foi indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular de Bangladesh pela Mensagem nº 370, de 20 de junho de 2005.

Os méritos do Embaixador José Vicente de Sá Pimentel que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 21 de junho de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 199 DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 14 de junho de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,  
De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal e com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 39, § 1º, do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor José Vicente de Sá Pimentel, Ministro de Primeira Classe

da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Índia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Nepal.

Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e curriculum vitae do Embaixador José Vicente de Sá Pimentel que, juntamente com a mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim.**

## I N F O R M A Ç Ã O

### CURRICULUM VITAE

### MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE JOSÉ VICENTE DE SÁ PIMENTEL

**CPF.: 4214820100**

**ID.: 3204-MRE**

- 1946 Filho de Victor Hugo Pimentel e Sonia de Sá Pimentel, nasce em 02 de março, em Vitória/ES.
- 1970 CPCD - IRBr
- 1970 Terceiro Secretário em 03 de fevereiro
- 1970 Bacharel em Direito pela UnB/DF, em 20 de dezembro
- 1972 Curso de Prática Diplomática e Consular - IRBr
- 1973 Segundo Secretário, por merecimento, em 01 de janeiro
- 1973 Embaixada em Washington, Segundo Secretário
- 1976 Embaixada em Santiago, Segundo e Primeiro Secretário
- 1978 Primeiro Secretário, por merecimento, em 12 de dezembro
- 1979 Gabinete, Assessor do Ministro
- 1980 Ordem de Bernardo O'Higgins, Chile, Oficial
- 1982 Medalha Mérito Tamandaré, Ministério da Marinha, Brasil
- 1982 Conselheiro, por merecimento, em 16 de junho
- 1982 Embaixada em Paris, Conselheiro
- 1985 Reescalonamento da dívida da Costa Rica para com o Brasil, Clube de Paris, Paris, Chefe de delegação
- 1985 CAE - IRBr - "François Mitterrand e os Países Subdesenvolvidos: a Herança, as Promessas e os Fatos"
- 1985 Reescalonamento da dívida do Togo e Zâmbia para com o Brasil, Clube de Paris, Chefe de delegação
- 1985 Reescalonamento da dívida da Polônia para com o Brasil, Clube de Paris, Varsóvia, Chefe de delegação
- 1985 Embaixada na Guatemala, Conselheiro
- 1988 Divisão da América Central e Setentrional, Chefe
- 1989 Instituto Rio Branco, Professor de Redação Oficial

- 1989 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 18 de dezembro
- 1990 Secretaria de Imprensa, Chefe
- 1990 Instituto Rio Branco, Professor de Prática Diplomática
- 1991 Consulado-Geral em Roma, Cônsul Geral
- 1991 República de San Marino, Cônsul Geral (cumulativo)
- 1993 Medalha Mérito Santos Dumont, Ministério da Aeronáutica, Brasil
- 1994 Instituto Rio Branco, Professor de Política Externa Brasileira Contemporânea
- 1994 Subsecretaria-Geral de Planejamento Político e Econômico, Assessor Especial
- 1994 Negociações preparatórias à "Cúpula das Américas": Panamá, Nicarágua, Guatemala, São José, San Salvador, Tegucigalpa, São Domingos, Chefe de delegação
- 1995 Secretaria de Planejamento Diplomático, Chefe
- 1995 Instituto Rio Branco, Professor de Política Externa Brasileira Contemporânea
- 1995 Ordem do Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
- 1996 Departamento da África e Oriente Próximo, Diretor-Geral
- 1996 Consultas Políticas com a África do Sul, Pretória, Chefe de delegação
- 1996 Instituto Rio Branco, Professor de Diplomacia Brasileira (1996/1997)
- 1996 Reunião de Altos Funcionários das Chancelarias dos Países de Língua Portuguesa, Maputo, Chefe de delegação
- 1997 Consultas Políticas com a África do Sul, Pretoria, Chefe de delegação
- 1998 Instituto Rio Branco, Professor de Política Externa Brasileira
- 1998 Missão brasileira aos países do Golfo Árabe. Riade, Jedá, Kuaite, Abu-Dhabi, Dubai, Chefe de delegação
- 1998 Reunião dos Responsáveis Políticos da CPLP, Funchal, Chefe de delegação
- 1998 Consultas políticas com a Namíbia, Windhoek, Chefe de delegação
- 1998 Reunião CPLP-CEDEAO para mediação da crise na Guiné Bissau, Abidjan, Chefe de delegação
- 1998 Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 29 de dezembro
- 1999 Reunião dos Responsáveis Políticos da CPLP, Cascais, Chefe de delegação
- 2000 "Relações entre o Brasil e a África Subsaariana", in Revista Brasileira de Política Internacional, ano 43, nº 1, 2000, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, Brasília
- 2001 "O Padrão de Votação Brasileiro na ONU e a Questão do Oriente Médio", in "Israel-Palestina: A Construção da Paz Vista de uma Perspectiva Global", Editora UNESP, São Paulo
- 2001 Consulado-Geral em Los Angeles, Cônsul Geral
- 2004 Embaixada em Nova Delhi, Embaixador

  
**CLAUDIA D'ANGELO**

Diretora do Departamento do Serviço Exterior

## NEPAL

- **Capital:** Katmandu
- **População:** 27.676.547 (est. julho de 2005)
- **Área:** 147.181 km<sup>2</sup>
- **Idiomas:** nepali (oficial), tibetano, maithili, bhojpuri
- **Religiões:** hinduísmo, crenças tradicionais, budismo, islamismo
- **Sistema Político:** monarquia parlamentarista
- **Chefe de Estado:** Rei GYANENDRA Bir Bikram Shah
- **Chefe de Governo:** Primeiro-Ministro Sher Bahadur DEUBA
- **PIB (PPP):** US\$ 39.53 bilhões (2004)
- **PIB per capita (PPP):** US\$ 1.500 (2004)
- **Unidade monetária:** rúpia nepalesa

Com um PIB de aproximadamente US\$ 40 milhões, o Nepal é uma dos países menos desenvolvidos do mundo. Cerca de 40% da população vive abaixo da linha de pobreza. A agricultura permanece responsável pela renda de 80% dos nepaleses.

Em janeiro de 2005, o rei do Nepal, Gyanendra Bir Bikram Shah Dev, dissolveu o Governo e demitiu o Primeiro-Ministro Sher Bahadur Deuba. Gyanendra, além de acusar os partidos políticos de excesso de indulgência com os guerrilheiros maoístas. Desde sua eclosão em 1996, a guerrilha maoísta fez mais de onze mil vítimas, em seguintes tentativas de derrubar a monarquia constitucional.

Em 2005, o Brasil apoiou o consenso internacional adotado em relação à resolução da Comissão de Direitos Humanos sobre consultoria e assistência técnica em Direitos Humanos no Nepal.

Sob pressão internacional, em maio corrente, o monarca nepalês afirmou que suspendeu o estado de emergência, restituiu todos os direitos e liberdades civis, autorizou o pleno funcionamento das instituições democráticas e deu início aos preparativos de eleições gerais.



O Nepal apóia a reforma das Nações Unidas, incluindo a revitalização da Assembléia Geral e do Conselho Econômico e Social. O Nepal “apóia a ampliação do Conselho de Segurança e a reforma dos seus métodos de trabalho a fim de torná-lo mais representativo, transparente e democrático”. Segundo o Chanceler nepalês Prakash Sharan Mahat, em declaração de setembro de 2004, “as aspirações de alguns Estados-membros, incluindo Índia, Japão, Alemanha e Brasil, merecem séria consideração para serem membros permanentes do Conselho de Segurança. Ao mesmo tempo, há um imperativo urgente para expandir o número de membros não-permanentes com vistas a assegurar maior participação de Estados-membros menores”.

O relacionamento entre Brasil e Nepal tem-se caracterizado, até hoje, por baixa intensidade. Isso ocorre não apenas devido ao pouco peso específico do Nepal e à distância que separa os dois países, mas também à reduzida abertura para o mundo que prevaleceu naquele país durante várias décadas. A relação restringiu-se, em boa medida, à troca de votos em organismos internacionais e a pedidos mútuos de apoio. País essencialmente agrícola, desprovido de tecnologias modernas, com baixo nível socioeconômico, o Nepal, como parceiro comercial, tem poucos atrativos a oferecer ao Brasil, salvo seu enorme potencial hidrelétrico, quase completamente inexplorado. A representação diplomática do Brasil junto ao Governo nepalês incumbe à Embaixada em Nova Delhi, cumulativamente.

Há proposta brasileira de Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Nepal, com vistas a estabelecer cooperação técnica do Brasil na área de aproveitamento de recursos hídricos, inclusive na construção de hidrelétricas de médio e grande porte. O acordo, de interesse do Nepal, estaria sendo finalizado pelo Governo brasileiro para assinatura.

#### Intercâmbio Comercial Brasil – Nepal (US\$)

	Exportações brasileiras	Varição	Importações brasileiras	Varição	Total do Intercâmbio	Saldo
2001	164.359	177,34%	375.892	-22,64%	540.251	-211.533
2002	141.458	-13,93%	35.245	-90,62%	176.703	106.213
2003	276.937	95,77%	20.845	-40,86%	297.782	256.092
2004	128.508	-53,60%	123.727	493,56%	252.235	4.781
2005*	488.971	**	121.323	**	610.294	367.648

\* Janeiro a abril/2005.

\*\*Dado não disponível.

Fonte: MDIC

Aviso nº 610 - C. Civil.

Em 21 de junho de 2005.

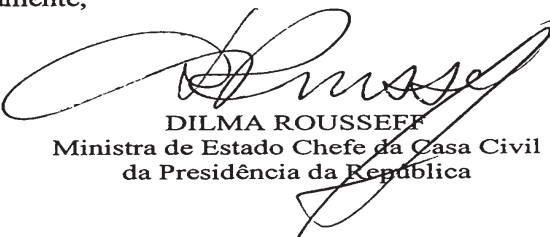
A Sua Excelência o Senhor  
Senador EFRAIM MORAIS  
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOSÉ VICENTE DE SÁ PIMENTEL, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Índia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Nepal.

Atenciosamente,



DILMA ROUSSEFF  
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República

**MENSAGEM Nº 165, DE 2005**

(Nº 378/2005, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto nos arts. 18, I, e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Mauro Mendes de Azeredo, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Helênic.

Os méritos do Embaixador Mauro Mendes de Azeredo que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 21 de junho de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

**EM Nº 203 DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES**

Brasília, 16 de junho de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal e com o disposto nos arts. 18, I e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Mauro Mendes de Azeredo, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Helênic.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e curriculum vitae do Embaixador Mauro Mendes de Azeredo que, juntamente com a mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim.**

**INFORMAÇÃO  
CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE MAURO MENDES DE AZEREDO**

CPF.: 7505469487

ID.: 863 MRE/DF

- 1937 Filho de José Raphael de Azeredo e Maria Mendes de Azeredo, nasce em 26 de julho, em Porto Alegre/RS
- 1957 Primeiro Lugar, Vestibular CPCD/IRBr, em 30 de dezembro
- 1959 CPCD, IRBr
- 1959 Prêmio Rio-Branco, em 29 de dezembro, Medalha de Vermeil, Primeiro Lugar CPCD/IRBr
- 1959 Cônsul de Terceira Classe
- 1960 Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Faculdade Nacional de Direito, em 20 de dezembro
- 1961 Departamento Geral de Administração, Assistente da chefia
- 1961 Estágio na OEA
- 1962 Ministro da Indústria e Comércio, à disposição
- 1963 Segundo Secretário, merecimento, em 19 de março
- 1963 CAD, IRBr
- 1963 Divisão de Política Comercial, Assistente da chefia, e Chefe, interino
- 1964 Embaixada em Paris, Segundo Secretário
- 1966 Embaixada em Quito, Segundo Secretário
- 1967 Gabinete do Ministro de Estado, Oficial de Gabinete
- 1968 Primeiro Secretário, merecimento, em 29 de novembro
- 1969 Embaixada em Roma, Primeiro Secretário
- 1972 Embaixada no México, Primeiro Secretário e Conselheiro
- 1972 Conferência Geral do OPANAL no I Período Extraordinário de Sessões, Chefe
- 1973 Conselheiro, merecimento, em 30 de março
- 1974 Gabinete do Ministro de Estado, à disposição do Assessor Especial
- 1976 Gabinete do Ministro de Estado, Assessor
- 1977 Divisão da Europa I, Chefe
- 1977 Ministro de Segunda Classe, merecimento, em 17 de novembro
- 1977 Légion d'Honneur, Oficial, França
- 1978 Grupo de Trabalho para Questões Financeiras da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Econômica, Presidente
- 1978 Ordem do Mérito, Grande oficial, República Federal da Alemanha
- 1978 Ordem Militar de Cristo, Grande oficial, Portugal
- 1978 III Seção da Comissão Mista Brasil-Itália, Chefe de delegação
- 1979 Embaixada no Vaticano, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios na ausência do titular
- 1984 Ordem "pro merito Melitense", Grande Oficial

- 1984 Ordem de São Gregório Magno, Grande Oficial, Santa Sé
- 1984 Departamento de Coordenação de Planejamento, Chefe
- 1986 Departamento de Temas Internacionais Especiais, Chefe
- 1986 IV Sessão Reconvocada da comissão Preparatória da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, New York, chefe de delegação
- 1986 Comissão Nacional para Assuntos Antárticos (CONANTAR), Secretário-chefe
- 1987 XIV Reunião Consultiva do Tratado da Antártida, Rio de Janeiro, Chefe de delegação
- 1987 Consultas Bilaterais Brasil-URSS sobre Espaço Exterior e Direitos do Mar, Moscou, Chefe de delegação
- 1987 V Sessão da Comissão Preparatória da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, Kingston, Chefe de delegação
- 1987 Grupo dos 77, Nações Unidas, Direito do Mar, Presidente
- 1987 Ordem do Mérito Militar, Comendador, Brasil
- 1987 V Sessão Reconvocada da Comissão Preparatória da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, New York, Chefe de delegação
- 1987 XIV Reunião Consultiva do Tratado da Antártica (XIV ATCN), Rio de Janeiro, Chefe de delegação
- 1987 Ordem do Mérito Aeronáutico, Comendador, Brasil
- 1987 Ordem do Mérito Forças Armadas, Comendador, Brasil
- 1987 Reunião do Comitê Geral da Comissão Preparatória da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, New York, Chefe de delegação
- 1987 Ministro de Primeira Classe, merecimento, em 16 de dezembro
- 1988 VIII Reunião Consultiva Especial do Tratado da Antártica, Paris, Chefe de delegação
- 1988 Ordem de Rio-Branco, Grã-Cruz, Brasil
- 1988 VI Sessão da Comissão Preparatória da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, Kingston, Chefe de delegação
- 1988 Seminário da CEPAL de Assessoramento ao Grupo Latino Americano na Comissão Preparatória da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, Santiago (coordenador)
- 1988 VI Sessão (reconvocada) da Comissão Preparatória da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, New York, Chefe de delegação
- 1989 Embaixada em Tegucigalpa, Embaixador
- 1989 Conferência Internacional sobre Refugiados Centro-Americanos (CIREFCA), Guatemala, Chefe de delegação
- 1989 VII Conferência Íbero-Americana e I Reunião Internacional de Comissões Nacionais para a Comemoração do V Centenário do Descobrimento da América-Encontro de dois Mundos, Guatemala, Chefe de delegação
- 1992 XXIII Reunião do Conselho Interamericano de Educação, Ciência e Cultura, Guatemala, Chefe
- 1994 Embaixada em Argel, Embaixador
- 2003 ERERIO, Chefe

  
**CLAUDIA D'ANGELO**

Diretora do Departamento do Serviço Exterior



**GRÉCIA**  
**(REPÚBLICA HELÊNICA)**

Departamento da Europa  
16 de junho de 2005

**DADOS BÁSICOS**

Nome oficial	República Helênica
Idioma	Grego
Superfície	131.957 km <sup>2</sup>
População total 2004*	11.140 mil
Capital	Atenas
Principais cidades	Salônica, Patras, Herákleion (Ilha de Creta)
Força de trabalho 2004*	4,8 milhões
Desemprego 2004*	10,3%
PIB 2004* (euros bi)	163.4
PIB per capita 2004 * (euros)	14.850
Inflação 2004 *	3,0%
Moeda:	Euro
Exportações 2004* (euros bi)	12.7
Importações 2004* (euros bi)	38.1
Déficit comercial 2004* (euros bi)	25.4
Déficit em conta corrente 2004* (euros bi)	6.4
Saldo do turismo 2004* (euros bi)	8.0
Saldo dos transportes 2004* (euros bi)	7.6
Balanço dos Serviços 2004* (euros bi)	15.5
Receitas dos emigrantes 2004* (euros bi)	2.4
Recursos recebidos da	
União Européia (UE) 2004* (euros bi)	6.5
Pagamentos para a UE 2004* (euros bi)	2.3
Reservas 2004** (euros bi)	2.0

---

*Fontes: Serviço Nacional de Estatística. Banco da Grécia. Ministério da Economia e Finanças.*

*\* Estimativas.*

*\*\* Ouro e moedas de países não-membros da EU*

## RELAÇÕES BRASIL-GRÉCIA

---

### Considerações gerais

Brasil e Grécia mantêm relações diplomáticas desde o princípio do século, sempre assinaladas por um clima de cordialidade e pela ausência de atritos ou litígios. Fechada durante a 1ª Guerra Mundial, a partir de 1941, a Legação do Brasil foi reaberta em março de 1945 e elevada à categoria de Embaixada em 1958.

A imigração grega para o Brasil e a presença, segundo as estimativas helênicas, de cerca de 25.000 descendentes de gregos no Brasil, contribuem para o bom relacionamento entre os dois países, forjando laços econômicos e culturais.

As relações comerciais nunca atingiram níveis muito elevados, embora, tendo em vista o tamanho do mercado grego, nossas exportações não sejam negligenciáveis. O déficit comercial grego é largamente compensado pela importante participação dos armadores gregos em nosso mercado de fretes.

### Relações políticas

Ao longo dos últimos cinquenta anos, terá, como é natural, havido momentos de maior ou menor coincidência das posições internacionais dos dois países. Assim, por exemplo, nos primeiros anos da Guerra Fria, ambos os países identificavam-se perfeitamente com a causa ocidental. Durante o primeiro governo Papandreou, a simpatia da Grécia pelos problemas dos países em desenvolvimento gerou uma ampla faixa de coincidências de posições nos organismos internacionais.

A progressiva integração da Grécia na União Européia tende a fazer com que sua política internacional se aproxime das posições européias, exceto naquelas questões em que a Grécia, identificando interesses nacionais prioritários - as chamadas questões nacionais - reclama, ao contrário, a solidariedade européia. Isto explica que, em questões de interesse do Brasil em suas relações com a União Européia, a Grécia tenha revelado uma tendência a simplesmente alinhar-se ao consenso europeu, sem aprofundar-se no fundamento ou nas razões de nossos pleitos.

A grande distância geográfica e a concentração quase obsessiva da Grécia com os problemas de seu entorno imediato fazem com que a América Latina ocupe uma prioridade discreta na política exterior grega. No caso do Brasil, a primeira preocupação de Atenas está na preservação dos laços com a pequena comunidade de origem grega residente no Brasil, estimada em 25.000 almas, entre emigrantes e seus descendentes. Projeção, ao nível do Brasil, da defesa do helenismo, esta política se traduz na manutenção de uma rede consular relativamente importante, no estímulo ao ensino do grego moderno, em centros comunitários ligados às paróquias ortodoxas, em escolas secundárias e em nível universitário (Universidade de São Paulo), e no apoio à Igreja Ortodoxa, que desempenha papel importante na coesão dos núcleos de descendentes de gregos no exterior.

O crédito de simpatia de que goza a Grécia no Brasil e a postura compreensiva de nossa diplomacia com respeito às questões de vital interesse para a Grécia alimentam

um sentimento de cordialidade das autoridades gregas, mas também uma certa tranquilidade quanto ao nosso comportamento em relação aos seus interesses, e o conformismo com o nível atingido nas relações bilaterais.

Deve-se admitir que um estado similar da parte brasileira tem contribuído para o nível discreto do diálogo político e a existência de apenas um acordo vigente entre os dois países, bem como para a ausência, não percebida como carência, de um foro para o exame das relações bilaterais e a escassa frequência de visitas oficiais. Cabe, neste contexto, registrar a existência de convite ao Ministro das Relações Exteriores para visitar a Grécia, reiterado em 1996 quando do encontro do então Ministro Pangalos e o Senhor Ministro de Estado por ocasião da 51ª Assembléia Geral da ONU.

### Relações econômicas

As relações econômicas entre o Brasil e a Grécia se caracterizam por uma assimetria nas transações comerciais e de serviços. Enquanto o Brasil apresenta um regular superávit comercial, a balança de serviços é largamente favorável à Grécia graças à ampla participação de armadores gregos, sob as bandeiras mais variadas, no mercado brasileiro de fretes marítimos internacionais.

### Comércio bilateral

De acordo com os dados preliminares do MDIC/SECEX, em base FOB, o valor do intercâmbio de mercadorias (exportações e importações) Brasil-Grécia alcançou US\$ 242.1 milhões em 2004, registrando um aumento de 50,3% com relação a 2003 (US\$ 161.1 milhões). O comércio de bens efetua-se de maneira tradicionalmente favorável ao Brasil, tendo a balança comercial bilateral registrado superávits constantes.

Intercâmbio comercial Brasil-Grécia (US\$ mil – FOB)					
	2004	2003	2002	2001	2000
Exportações	192.884	136.842	147.094	155.449	144.017
Importações	49.232	24.243	27.436	19.063	31.231
<b>Saldo comercial</b>	<b>143.652</b>	<b>112.599</b>	<b>119.658</b>	<b>136.386</b>	<b>112.786</b>
Fonte: MDIC/SECEX					

Em 2004, os principais produtos da pauta brasileira foram: café cru em grãos (US\$ 40.5 milhões); outros grãos de soja, mesmo triturados (US\$ 34,4 milhões); fumo (US\$ 21,5 milhões) bagaços e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja (US\$ 15,2 milhões); carnes e miudezas comestíveis (US\$ 14.1 milhões); veículos (US\$ 10.6 milhões); cereais (US\$ 7.4 milhões); caldeiras e máquinas (US\$ 6.5 milhões); calçados (US\$ 5.6 milhões); produtos cerâmicos (US\$ 4.4 milhões); madeiras (US\$ 4.1 milhões); açúcares (US\$ 3.3 milhões); máquinas, aparelhos e materiais elétricos (US\$ 3.0 milhões).

Vale destacar as vendas de aviões da Embraer: 2002: US\$ 24.6 milhões; 2001: US\$ 53.9 milhões; 2000: US\$ 14.7 milhões.

Os principais itens da pauta grega foram: combustíveis (US\$ 26.1 milhões); adubos (US\$9.2 milhões); máquina, aparelhos e materiais elétricos (US\$ 3.8 milhões);

obras de pedra, gesso (US\$ 2.3 milhões); fumo (US\$ 2.2 milhões), outras partes para aviões e helicópteros (US\$ 1.3 milhão); ferramentas, aparelhos de barbear, não elétricos (US\$ 1.2 milhão); algodão (US\$ 1.1 milhão).

Vale mencionar que já profundas disparidades entre as estatísticas brasileiras e gregas. Dentre as causas das disparidades citam-se as bases de registro das mercadorias CIF ou FOB e as datas de entrada ou saída dos produtos, entre outros. Na estatística brasileira, as exportações e as importações são computadas em base FOB. Na estatística grega, as importações são CIF, e as exportações FOB. Segundo o Serviço Nacional de Estatísticas da Grécia, as importações gregas do Brasil elevaram-se, em 2004, a cerca de US\$ 330 milhões e as exportações gregas correspondem a cerca de US\$ 29 milhões.

Se o intercâmbio comercial fosse analisado apenas sob o ponto de vista da balança comercial bilateral, poder-se-ia deduzir que as trocas entre os dois países realizam-se de maneira desvantajosa para a Grécia. Todavia, uma avaliação mais correta das relações econômicas deverá atentar para o perfil da totalidade das relações comerciais Brasil-Grécia, incluindo a venda de mercadorias e a prestação de serviços, que apenas repetem, em nível bilateral, as relações deste país com o mundo, ou seja: se por um lado a Grécia é tradicionalmente importadora líquida de mercadorias, por outro, esta situação é contrabalançada, em sua maior parte, pela oferta de serviços, sobretudo o transporte marítimo.

Portanto, limitar as relações bilaterais à evolução da balança comercial resulta em uma apreciação equivocada da verdadeira natureza desse intercâmbio. De fato, a balança de serviços é tradicionalmente desfavorável ao Brasil, carreando elevados déficits que, até anos recentes, mais do que compensaram, para a Grécia, os saldos favoráveis ao Brasil, acumulados na transação de bens.

A posição geográfica da Grécia, na proximidade dos Bálcãs e as relações tradicionais dos empresários gregos na região abrem perspectivas de negócios, sobretudo na medida em que a Grécia avança para a resolução de problemas com a Albânia e FYROM. Empresas brasileiras poderiam promover exportações para aqueles mercados, com base na Grécia, ou por meio de contratos triangulares com empresas gregas. Nesse particular, deve-se mencionar que (a) as exportações gregas para os Bálcãs representam cerca de 18% do total; (b) os investimentos gregos nos Bálcãs elevam-se a mais de US\$ 6 bilhões e mais recentemente verifica-se uma expansão dos horizontes dos empresários gregos para a Europa Central, Península Ibérica, Oriente Médio e América do Norte.

## Serviços

A Grécia é uma importante prestadora de serviços de transportes marítimos para o Brasil. Estima-se que o valor total dos fretes e afretamento marítimo contratados na Grécia ultrapassem US\$ 100 milhões. Do lado da receita, o principal fator de entrada de divisas é o dos “gastos portuários”. A balança de serviços é nitidamente desfavorável ao Brasil.

Segundo os dados mais recentes da Organização de Turismo da Grécia (EOT), foram registradas as seguintes entradas de turistas brasileiros no país: 2001: 3.019; 2002: 2.808; 2003: 2.625.



## Investimentos

Conforme as informações do Banco Central do Brasil, os investimentos gregos no Brasil seriam de US\$ 1.20 milhões para os anos de 2001(US\$ 560 mil) e 2002 (US\$ 640 mil).

Não há investimentos brasileiros na Grécia. Cabe, entretanto, registrar as minas de ouro de Cassandra, projeto com investimento da empresa canadense “TVX, que é controlada por capitais brasileiros (grupo Eliezer Batista).

## Acordos bilaterais

Entre o Brasil e a Grécia não existem Acordos de Cooperação Econômica e Comercial, - Acordos para evitar a dupla tributação, bem como Acordos Marítimos.

O único ato internacional vigente entre o Brasil e a Grécia é o Acordo de Previdência Social, assinado em Atenas, em 12 de setembro de 1984.

Representantes dos Governos brasileiro e gregos tiveram um encontro em 19 de dezembro de 2002, em Brasília, para tratar de um acordo de cooperação no setor de turismo para a promoção do desenvolvimento econômico em ambos os países. O Acordo em questão objetiva:

- Desenvolvimento do fluxo de turistas entre a Grécia e o Brasil e promover a cooperação entre as agências de turismo, operadores de cruzeiros marítimos, e o envolvimento de outras entidades do setor de turismo;
- Encorajar o turismo através da troca de informações, material promocional e de propaganda em conformidade com a legislação de ambos os países;
- Promover e facilitar investimentos mútuos de empresas brasileiras e gregas, bem como, joint-ventures no setor turístico;
- Encorajar a troca de informações técnicas, em particular, enfatizar a troca de “know-how” e experiências práticas entre empresas e instituições do setor de turismo;
- Desenvolver a cooperação entre agências de viagens e outras instituições pertinentes na atração de turistas de terceiros países.

Com o objetivo de implementar o Acordo e submetê-lo à apreciação das Autoridades competentes de cada país, uma Comissão Conjunta, composta por autoridades de cada país reúne-se periodicamente, inclusive com a participação do setor privado.

Esse acordo passará a vigorar quando as partes signatárias notificarem um ao outros, através de vias diplomáticas, que as formalidades requeridas por cada legislação foram adotadas. O Acordo vigorará por um período de cinco anos e poderá ser renovado por igual período, a menos que seja denunciado por uma das partes.

Aviso nº 611 – C. Civil

Em 21 de junho de 2005

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Efraim Morais  
Primeiro-Secretário do Senado Federal  
Assunto: Indicação de autoridade

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Mauro Mendes de Azeredo, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Helênic.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– As matérias vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 234, DE 2005**

**Dispõe sobre o pagamento do seguro-desemprego ao pescador artesanal e ao pescador profissional, na condição de empregado, por ocasião do período do defeso, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica assegurado o benefício do seguro-desemprego, no valor de um salário mínimo mensal, durante o período de defeso de atividade pesqueira para a preservação da espécie, ao pescador profissional que exerça sua atividade:

I – de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com auxílio eventual de terceiros;

II – como empregado em empresa de pesca, observadas além do disposto nos incisos I, II, III e IV do art. 2º, seguintes condições:

**a)** ter sido dispensado sem justa causa e em razão da decretação, pelo Instituto

Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, do início do período do defeso, na forma que o regulamento dispuser;

**b)** não estar em percepção de qualquer das modalidades do benefício do seguro-desemprego mencionadas na Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990.

.....  
§ 2º O período de defeso de atividade pesqueira é o fixado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, em relação à espécie marinha, fluvial ou lacustre, a cuja captura o pescador se dedique, e deverá ser comunicado, oficialmente, quinze dias antes da data do seu início ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT e ao Ministério do Trabalho e Emprego.” (NR)

Art. 2º A Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

“Art. 2º-A O pagamento da primeira parcela do benefício será efetuado ao pescador artesanal no primeiro dia do período de defeso decretado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e o das parcelas subseqüentes, a cada intervalo de trinta dias.

Parágrafo único. O pescador fará jus ao pagamento integral das parcelas subseqüentes para cada mês, por fração igual ou superior a quinze dias, desde que satisfeitas as condições estabelecidas nesta lei.

“Art. 2º-B O benefício do seguro-desemprego ser requerido pelo pescador artesanal, nos órgãos competentes a partir da data de publicação do ato normativo, que estabelecer o início do período de defeso, até o seu final, não podendo ultrapassar o prazo de cento e oitenta dias.”

Art. 3º O art. 2º da Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º.....

Parágrafo único. O ato normativo a que se refere o **caput** será publicado com antecedência mínima de quinze dias em relação à data de início do período de proibição da pesca.” (NR)

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

O seguro-desemprego é o pagamento da assistência financeira temporária concedida ao pescador artesanal durante o período do defeso. Muitas vezes, no entanto, há demora no pagamento. O atraso compromete o sustento das próprias famílias que vivem da pesca. E certamente contrária ao direito a atuação do Ministério do Trabalho nesses casos, pois o pagamento do seguro-desemprego deve coincidir com o período de proibição da pesca.

Não podendo desenvolver suas atividades profissionais durante esse tempo, os pescadores artesanais são obrigados a recorrer a empréstimos porque, não raras vezes, transcorrido o período do defeso, boa parte dos pescadores ainda não recebeu qualquer das parcelas do benefício a que fazem jus.

Ninguém desconhece que se trata de pessoas, geralmente carentes, muitas delas residentes no interior, com dificuldades até mesmo de se locomover até a instituição bancária, e que passam por graves dificuldades financeiras em razão da interrupção de suas atividades profissionais.

Como se sabe, os períodos de defeso são estabelecidos por meio de atos normativos do Ibama. Todavia, não existe uma regra, nem mesmo um padrão que determine a antecedência com que esses atos devam ser baixados. Há inclusive casos em que o período é fixado por ato com data posterior ao início do defeso.

Por isso, estamos propondo que o pagamento da primeira parcela do benefício seja efetuado ao pescador artesanal no primeiro dia do período de defeso decretado pelo Ibama e o das parcelas subseqüentes, a cada intervalo de trinta dias. Para dar maior efetividade a essa nova regra, o projeto estabelece que os atos normativos do Ibama, relativos à fixação do período do defeso, sejam publicados com antecedência mínima de quinze dias e comunicados, no mesmo prazo, ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) e ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Com isso, os pescadores poderão entrar com o requerimento para o recebimento do seguro-desemprego até quinze dias antes do início do período de defeso, ao mesmo tempo em que o Codefat e o MTE terão mais tempo para agilizar os procedimentos para o pagamento do benefício.

Estamos também propondo alteração ao art. 1º da Lei nº 10.779, de 2003, com o intuito de atender uma antiga reivindicação dos sindicatos de pescadores, que diz respeito ao pagamento do seguro-desemprego aos empregados de estabelecimentos de pesca.

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Pesca de Santa Catarina (SITRAPESCA), em

decorrência das datas da decretação dos períodos de defeso durante o ano, muitos pescadores profissionais que trabalham como empregados não podem receber o benefício do seguro-desemprego, uma vez que não permanecem o tempo limite mínimo de seis meses no emprego. E que por determinação da Instrução Normativa nº 7, de 20 de novembro de 2003, do Ministério do Meio Ambiente, existem dois períodos de proibição da pesca da sardinha verdadeira, durante o ano, que, segundo o Sitrapesca, somam sete meses.

Como a regra do recebimento do seguro-desemprego estabelece que o empregado tenha sido demitido sem justa causa e tenha recebido de pessoa jurídica ou pessoa física ou pessoa física equiparada à jurídica, período de seis meses consecutivos, imediatamente anteriores à data de demissão, os pescadores profissionais que trabalham como empregados e se dedicam à pesca da sardinha verdadeira não fazem jus ao benefício.

Assim, com a mudança proposta ao art. 1º da citada lei, o pescador profissional que trabalhe como empregado em empresas de pesca, passa a ter direito ao seguro-desemprego, desde que tenha sido demitido sem justa causa e que a demissão seja decorrente da decretação, pelo Ibama, do início do período do defeso, conforme vier a dispor o regulamento.

Diante do elevado alcance social dessa medida, temos a certeza de contar com o apoio dos ilustres pares para a aprovação do presente projeto, de lei.

Sala das Sessões, – Senador **Leonel Pavan**.

### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.779, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2003

**Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal.**

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O pescador profissional que exerça sua atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de parceiros, fará jus ao benefício de seguro-desemprego, no valor de um salário mínimo mensal, durante o período de defeso de atividade pesqueira para a preservação da espécie.

§ 1º Entende-se como regime de economia familiar o trabalho dos membros da mesma família, indispensável à própria subsistência e exercido em con-

dições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados.

§ 2º O período de defeso de atividade pesqueira é o fixado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, em relação à espécie marinha, fluvial ou lacustre a cuja captura o pescador se dedique.

Art. 2º Para se habilitar ao benefício, o pescador deverá apresentar ao órgão competente do Ministério do Trabalho e Emprego os seguintes documentos:

I – registro de pescador profissional devidamente atualizado, emitido pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, com antecedência mínima de um ano da data do início do defeso;

II – comprovante de inscrição no Instituto Nacional do Seguro Social – INSS como pescador, e do pagamento da contribuição previdenciária;

III – comprovante de que não está em gozo de nenhum benefício de prestação continuada da Previdência ou da Assistência Social, exceto auxílio acidente e pensão por morte; e

IV – atestado da Colônia de Pescadores a que esteja filiado, com jurisdição sobre a área onde atue o pescador artesanal, que comprove:

a) o exercício da profissão, na forma do art. 1º desta lei;

b) que se dedicou à pesca, em caráter ininterrupto, durante o período compreendido entre o defeso anterior e o em curso; e

c) que não dispõe de outra fonte de renda diversa da decorrente da atividade pesqueira.

Parágrafo único. O Ministério do Trabalho e Emprego poderá, quando julgar necessário, exigir outros documentos para a habilitação do benefício.

Art. 3º Sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis, todo aquele que fornecer ou beneficiar-se de atestado falso para o fim de obtenção do benefício de que trata esta lei estará sujeito:

I – a demissão do cargo que ocupa, se servidor público;

II – a suspensão de sua atividade, com cancelamento do seu registro, por dois anos, se pescador profissional.

Art. 4º O benefício de que trata esta lei será cancelado nas seguintes hipóteses:

I – início de atividade remunerada;

II – início de percepção de outra renda;

III – morte do beneficiário;

IV – desrespeito ao período de defeso; ou

V – comprovação de falsidade nas informações prestadas para a obtenção do benefício.

Art. 5º O benefício do seguro-desemprego a que se refere esta lei será pago à conta do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, instituído pela Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Lei nº 8.287, de 20 de dezembro de 1991.

LEI Nº 7.679, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1988

### **Dispõe sobre a proibição da pesca de espécies em períodos de reprodução e dá outras providências.**

Faço saber que o Presidente da República adotou medida provisória que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Humberto Lucena, Presidente do Senado Federal, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica proibido pescar:

I – em cursos d'água, nos períodos em que ocorrem fenômenos migratórios para reprodução e, em água parada ou mar territorial, nos períodos de desova, de reprodução ou de defeso;

II – espécies que devam ser preservadas ou indivíduos com tamanhos inferiores aos permitidos;

III – quantidades superiores às permitidas;

IV – mediante a utilização de:

a) explosivos ou de substâncias que, em contato com a água, produzam efeito semelhante;

b) substâncias tóxicas;

c) aparelhos, petrechos, técnicas e métodos não permitidos;

V – em época e nos locais interditados pelo órgão competente;

VI – sem inscrição, autorização, licença, permissão ou concessão do órgão competente.

§ 1º Ficam excluídos da proibição prevista no item I deste artigo os pescadores artesanais e amadores que utilizem, para o exercício da pesca linha de mão ou vara, linha e anzol.

§ 2º É vedado o transporte, a comercialização, o beneficiamento e a industrialização de espécimes provenientes da pesca proibida.

Art. 2º O Poder Executivo fixará, por meio de atos normativos do órgão competente, os períodos de proibição da pesca, atendendo às peculiaridades regionais e para a proteção da fauna e flora aquáticas, incluindo a relação de espécies, bem como as demais medidas necessárias ao ordenamento pesqueiro.

Art. 3º A fiscalização da atividade pesqueira compreenderá as fases de captura, extração, coleta, transporte, conservação, transformação, beneficiamento, industrialização e comercialização dos seres animais



e vegetais que tenham na água o seu natural ou mais freqüente meio de vida.

Art. 4º A infração do disposto nos itens I a IV do art. 1º será punida de acordo com os seguintes critérios:

I – se pescador profissional, multa de cinco a vinte OTN, suspensão da atividade por 30 a 90 dias, perda do produto da pescaria, bem como dos aparelhos e petrechos proibidos;

II – se empresa que explora a pesca, multa de 100 a 500 OTN, suspensão de suas atividades por período de 30 a 60 dias, perda do produto da pescaria, bem como dos aparelhos e petrechos proibidos;

III – se pescador amador, multa de 20 a 80 OTN, perda do produto da pescaria e dos instrumentos e equipamentos utilizados na pesca.

Art. 5º A infração do disposto nos itens V e VI do art. 1º será punida de acordo com os seguintes critérios:

I – pescador desembarcado – multa correspondente a 50 OTN, perda do produto da pescaria e apreensão dos petrechos de pesca por quinze dias;

II – pescador embarcado – multa correspondente ao quádruplo do valor da taxa de inscrição da embarcação, perda do produto da pesca e apreensão dos petrechos de pesca por quinze dias.

Parágrafo único. Se o pescador utilizar embarcação de comprimento inferior a oito metros, será punido com multa correspondente a 50 OTN, perda do produto da pescaria e apreensão do barco por quinze dias.

Art. 6º A infração do disposto no § 2º do art. 1º sujeita o infrator a multa no valor equivalente a 100 OTN e perda do produto, sem prejuízo da apreensão do veículo e, se pessoa jurídica, interdição do estabelecimento pelo prazo de três dias.

Art. 7º As multas previstas nos arts. 4º, 5º e 6º serão aplicadas em dobro, em caso de reincidência.

Art. 8º Constitui crime, punível com pena de reclusão de três meses a um ano, a violação do disposto nas alíneas a e b do item IV do art. 1º.

Art. 9º Sem prejuízo das penalidades previstas nos dispositivos anteriores, aplica-se aos infratores o disposto no § 1º do art. 14 da Lei nº 6.938, de agosto de 1981.

Art. 10. Esta medida provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o § 4º e suas alíneas, do art. 27 da Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, alterada pela Lei nº 7.653, de 12 de fevereiro de 1988.

*(Às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e de Assuntos Sociais, cabendo a última decisão terminativa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa. S. Exª dispõe de até 15 minutos por se tratar de um dia de sessão não-deliberativa.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Ideli Salvatti. Em seguida, ouço o Senador Geraldo Mesquita.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de deixar a minha inscrição para uma comunicação inadiável, caso não alcance a minha vez como oradora inscrita, na 15ª posição.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC. Pela ordem.) – A minha solicitação é no mesmo sentido, Senador Tião Viana.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Exªs estão inscritos para uma breve comunicação, caso haja um **rush** de parlamentares na tribuna.

O Senador Mão Santa tem a palavra por até 15 minutos.

Peço a devida colaboração com o tempo na tribuna.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmº Sr. Senador Tião Viana, que preside esta sessão de 27 de junho, Srªs e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes, brasileiras e brasileiros que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, entendo que o Senador Geraldo Mesquita Júnior entregou os melhores anos da sua mocidade, da sua juventude, à busca do saber, para, com saber, com ciência, servir com consciência ao Acre e ao Brasil.

Senador Paulo Paim, V. Exª também tem uma história que, se de início não foi logo devotada ao estudo – eu aqui cheguei com estudo e trabalho, trabalho e estudo –, tornou-o símbolo, hoje, do trabalhador que venceu, com o trabalho que antecedeu o estudo, e chegou à competência. E V. Exª tem feito, no Congresso, leis boas e justas; as melhores que vivemos nestes anos de convivência partiram de sua coragem e inteligência.

Senador Tião Viana, o mesmo eu diria de V. Exª, que sem dúvida nenhuma é o orgulho da ciência médica, que é a mais humana das ciências e que tem no

médico o grande benfeitor da humanidade. E V. Ex<sup>a</sup> é este símbolo, de Sócrates a hoje, do médico que busca a ciência. Mesmo com essa amante, que é a política, uma amante exigente, V. Ex<sup>a</sup> se dedica ao estudo e, para orgulho de todos nós, principalmente os médicos do Senado, recentemente fez um concurso público. Um exemplo vale mais do que palavras. V. Ex<sup>a</sup> dá exemplo tendo sido laureado com o primeiro lugar em doenças infecto-contagiosas pela Universidade da Capital da República.

Eu advertiria o Presidente Lula: acreditei nestes valores do estudo e do trabalho. Sei que foi migrante e teve pouca oportunidade de estudar. Infelizmente, trabalhou muito pouco o Presidente Lula, muito pouco. Sei que ele sofreu um acidente muito cedo, um acidente de trabalho, perdeu um dedo e aposentou-se. Mas nunca é tarde. Deus coloca o certo no lugar certo. Ele tem realmente essa história, é abençoado por Deus e conta com a nossa força, do povo brasileiro. Todos nós lutamos pela esperança que seria Lula. Não sei quem mais, mas eu lutei muito.

Nunca antes tantos brasileiros tiveram tamanha esperança, e a esperança não pode acabar – está no Livro de Deus. O apóstolo Paulo, que foi o maior líder religioso – disputa até com Cristo, porque viveu mais, pregou mais o cristianismo –, na sua síntese, Senador Paulo Paim, diz que tem que se ter fé e acreditar que a fé remove montanhas. Tem que se ter esperança, amor e caridade. Então, essa esperança não pode faltar.

Presidente Lula, aproveite essa benção e acredite em outros valores: no estudo e no trabalho.

Presidente Lula, só conheço um lugar em que o sucesso vem antes do trabalho: no dicionário. No resto, tem que trabalhar, o Lula. E aqui está um companheiro que o ajudou a eleger-se, que foi prefeitinho e que governou o Estado do Piauí, e esse povo me trouxe para cá. Essa é uma longa experiência que o Presidente não teve, mas ele teve essa oportunidade.

Então, tem que entender as coisas e se dedicar. De economia, pouco entende o Presidente da República, vemos isso na própria escolha que fez. Eu sei porque fui do começo. Eu aqui combati os peladeiros; combati o núcleo duro; combati o Zé Maligno – disso, todo o País sabe. Então, Tião Viana, quero dizer o seguinte: a própria escolha do Palocci. V. Ex<sup>a</sup> sabe que ele é como nós, curioso, mas não é economista, não é. Tenho mais experiência porque fui prefeitinho, como ele foi, e governei o Estado do Piauí.

Há um livro que ele deve ler, só um. O Tião Viana, sei que ele tem que buscar agora homens como você, para se salvar, para se segurar. E eu só dou conselho bom – V. Ex<sup>a</sup> sabe disso. Daí a nossa amizade ser pura.

Quero ver todos os Partidos fortes: o PT forte, o PT de V. Ex<sup>a</sup> e do Paulo Paim; o P-SOL de Geraldo Mesquita; o PFL; o PSDB – entendo que a democracia é forte com Partidos fortes –; e o meu MPB, que é PMDB. Ulysses está encantado no fundo do mar e disse: “Ouça a voz rouca das ruas”. O Presidente Michel Temer, eu vim das ruas, eu ouço. O meu Presidente Renan Calheiros, não é essa a conversa, não. Esse negócio de trocar o PMDB, de vender, de trocar por cargos, não é a nossa história. Não é isso! Isso é uma blasfêmia contra esta Casa! Rui Barbosa deixou claro. Ele fez a República, foi o primeiro Ministro da Fazenda. Quando ele viu um militar, o segundo, o terceiro queriam que ele fosse militar, mas ele disse: “Estou fora”. Ofereceram-lhe de novo o Ministério da Fazenda, a chave do cofre. E o velhinho Rui... Por isso é que ele está aí, Tião Viana. O Lula! Ele disse: “Não troco a trouxa de minhas convicções por um ministério”.

Assim, o PMDB também tem que ter essas inspirações históricas. Não é por aí. A governabilidade todos nós queremos. Queremos que o Brasil tenha prosperidade na governabilidade. Governo bom é que traz a prosperidade.

Mas quero enfrentar o PT, Tião Viana. Sou do Piauí, e lá o nosso hino diz: “Piauí, terra querida, filha do sol do Equador. Na luta, o teu filho é o primeiro que chega”. Quero enfrentar o PT de peito aberto. Lá no meu Estado, avançaram demais. Está todo mundo cooptado, cada um com uma repartição. Quero enfrentá-los de peito aberto, repito. Lula, fui Governador e tive esse problema.

Tião, eu nunca quis reeleição. Sou contra isso. Fui obrigado a disputar porque realmente eu era o nome mais forte naquele momento. Hoje, pode haver outros. E o candidato era muito forte: tinha sido Ministro três vezes. Ser Ministro três vezes? Uma já é difícil, e o Tião Viana ainda não foi; já deveria ter sido; pensei que ele ia agora, Paim. Pois o nosso adversário era um Senador.

O PSDB, Geraldo Mesquita, era meu aliado. A governabilidade tinha as pastas mais importantes, e o meu vice era do PSDB, era um sem-terra, Osmar Araújo, líder de Fetag. Ele, com o líder do meu governo, era do PSDB. Havia um deputado muito forte, Wilson Martins. E vieram atentar que eu podia sufocar a convenção do PSDB. Eu disse: “Não, eu vou ficar na história”. E eles saíram, escolheram um candidato excelente, extraordinário, o ex-prefeito de Teresina, que terminou o mandato do saudoso professor Wall Ferraz.

Venci de peito aberto o povo de Teresina. Isso que está fazendo o Lula é imoral, é indigno, é falta de vergonha! Meus colegas peemedebistas, vamos respeitar o povo, que nos colocou na Oposição. Por

determinação própria, vocês fizeram a chapa com o José Serra.

Vamos obedecer. A democracia, Tião Viana, tem ter que ter esses dois lados. “*To be or not to be. That’s the question.*” O Governo e Oposição.

Então, defendo essa candidatura própria que traga uma nova opção, diferente da neoliberal que está aí, que favorece os bancos, que foi a do Governo passado e é deste. Que favoreça o trabalho e o trabalhador. O trabalhador como Paim, aquele do salário mínimo que o Paim defende. É ele que faz a riqueza;

Há um livro que ganhei de um engenheiro, Dr. Alcino Queiroz, quando era governador, que eu gostaria de adotar: **A Riqueza das Nações**, de Adam Smith. É um livro simples, prático, é uma leitura agradável, Lula. Esta semana, o ideal é falar menos e ler mais – e Vossa Excelência está dopado. Senador Geraldo Mesquita Júnior, que didática, que entendimento.

Já concederei o aparte, Senador Paulo Paim.

Isso tudo foi para chegar ao seguinte: a vergonha. Gini e a distribuição da renda. Sabem o que é Gini? Não é Geni, não. Alguém conhece Conrado Gini? Senador Geraldo Mesquita Júnior, atentai bem, desligai o telefone. Itália e Roma. Não há civilização, Senador Geraldo Mesquita Júnior, ninguém pode desconhecer, na sua própria profissão, o Direito romano, o renascimento. Leonardo da Vinci, Michelangelo, Rafael, Dante Alighieri, Maquiavel, em **O Príncipe**, o criar a bússola da globalização, a imprensa, a pólvora.

Senador Tião Viana, existe um economista chamado Pareto, da Itália. Senador Wirlande da Luz, se você for governo, ele diz que, em qualquer sociedade, 20% produzem 80%. Em qualquer sociedade, 20% é que trabalham e produzem. Isto em é em Rotary, é em prefeitura, é em governo...

(*O Sr. Presidente faz soar a campanha.*)

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – ... é em qualquer atividade e sindicato, principalmente na economia: 20% produzem 80%. Foi assim que eu governei. Então, você pega os 20% mais ricos, já tem 80% da receita, e deixa os outros. Dispensa 10%, e você libera, não maltrata, não persegue 70% dos irmãos que querem trabalho com dignidade e liberdade: os pequenos camelôs, os pequenos comerciantes, os pequenos lavradores.

Aqui diz, o Lula e Ulysses beijou a Constituição, que é uma lei, é uma obrigação do governante diminuir a diferença das riquezas.

Então, eu quero dizer que esse Gini é o nome de um matemático italiano que criou o índice, ao qual deu o seu nome, índice de Gini.

Esse índice mede o grau de concentração de renda num país e é utilizado e respeitado no mundo inteiro. Numericamente, o índice varia de zero a um. Quanto mais próximo de zero, melhor a distribuição de renda do país. Quanto mais próximo de um, pior a distribuição de renda.

No último relatório do BIRD (Banco Mundial), o Brasil foi considerado como o País de maior desigualdade de renda entre todos os países da América Latina e do Caribe. Dizendo de outra forma: somos os mais desiguais dentro da região mais desigual.

Segundo o relatório, os 10% mais ricos do Brasil detêm 47,2% das riquezas, e os 40% dos mais pobres apenas 2,6% da renda.

Numa escala que vai de zero a um, o Brasil situa-se no índice de Gini com 0,59. Estamos atrás da Colômbia, da Guatemala.

Ainda segundo o relatório, a nossa desigualdade tem custos elevados e explica...

(*O Sr. Presidente faz soar a campanha.*)

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) –

... sem dúvidas, boa parte da explosiva violência que caracteriza atualmente o nosso País.

Infelizmente, é isso que queremos que o Governo entenda dessa economia. Aumentou a desigualdade. Enfim, os ricos ficaram mais ricos e os pobres, mais pobres. Quero só comentar um quadro antes do aparte do Senador Paulo Paim: número de milionários no Brasil cresce 7,1%: de 92 mil passaram para 98 mil. Cresceram os banqueiros e os ricos.

Com a palavra o rico de trabalho e de exemplo de liderança, Senador Paulo Paim. Contamos com a generosidade de Tião Viana.

(*O Sr. Presidente faz soar a campanha.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Eu só pediria o máximo de brevidade, Senador Paulo Paim, em colaboração com a Mesa.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Gostaria apenas de dizer aos Senadores Mão Santa e Wirlande da Luz, ambos do PMDB, que sempre fui simpático – confesso, e não é de hoje, desde o início do Governo Lula – a uma política de aliança com o PMDB. Sempre defendi, porque entendia e entendo que há uma identidade muito grande. Quero apenas dizer a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mão Santa, que foi comigo a Porto Alegre, que essa política de aliança teve apoio do P-Sol, Senador Geraldo Mesquita. Estava lá também a militância do P-SOL apoiando. Estivemos juntos no Quilombo Silva. Hoje posso dizer a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mão Santa que elogiou muito o discurso da Procuradora Elisa Hessel, que efetivamente está assegurada – eu diria, com 90% – a titularidade da terra dos quilombolas, na qual V.



Ex<sup>a</sup> esteve e ajudou a conquistar para aquelas famílias que seriam expulsas daquele primeiro quilombo urbano. Faço esse aparte para dizer que esse tipo de aliança deu certo e espero que continue dando certo. Ela uniu o PMDB, o PDT, o PPS e o P-Sol, todos, para defender o Quilombo Silva, que hoje é uma conquista do povo negro daquela capital.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Peço permissão para sintetizar e concluir, dizendo que, nos meus 62 anos de luta, foi um dos momentos de maior felicidade para mim, quando pude ser o cireneu – aquele que ajudou Cristo –, ajudando esse extraordinário homem de justiça social, racial, econômica, que lutou pelo salário mínimo e pelos idosos: o Senador Paulo Paim. Os negros eram despejados da capital Porto Alegre, onde residiam havia quase um século. Esse é um resgate da dívida que temos com os negros desta Pátria, principalmente os gaúchos, com a batalha Farroupilha e com os Lanceiros Negros.

Quisemos estar juntos para essa conquista. Mas eu entendo prejudicial retirar essa oportunidade do PMDB, que tem compromisso com a democracia, de ser uma opção para trazer a este País melhores dias por meio da justiça social.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço ao Senador Mão Santa a colaboração com a Mesa.

Concedo a palavra ao eminente Senador Paulo Paim.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de até 15 minutos.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu gostaria que fosse publicado na íntegra este pronunciamento que faço sobre o Quilombo Silva.

Eu comentava, em aparte ao pronunciamento do Senador Mão Santa, que S. Ex<sup>a</sup> esteve comigo numa audiência pública, em Porto Alegre, representando o Senado da República. Nesse pronunciamento que entrego à Mesa, discorro sobre uma Ação Declaratória de Nulidade de Sentença com pedido de tutela antecipada, que foi assinada pelas promotoras Miriam Balestro Floriano, Ana Rita Scvhinestisck, Ângela Salton Rotunno, Marines Assmann, além do Promotor Renoir da Silva Cunha e da Procuradora Carmem Elisa Hessel.

Mediante esse documento e as medidas tomadas também pelo Ministro Miguel Rossetto, eu dizia ao Senador Mão Santa que foi muito importante a sua ida comigo à capital e que está praticamente assegurado que devemos ir para o encaminhamento final, amanhã, no Ministério da Reforma Agrária, sobre a titularidade da terra dos Quilombolas.

Sr. Presidente, no dia de hoje, eu quero fazer um pronunciamento que escrevi esse fim de semana, que

leva o título: Os Pilares para Democratizar a Economia e as Decisões Governamentais.

Sr. Presidente, pretendemos abordar, em nosso pronunciamento de hoje, o que chamamos de “os pilares para democratizar a economia e as decisões de Governo”.

É inegável que nesses dois anos e meio de gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a economia deu um salto de qualidade. Todos os indicadores demonstram que 2004 foi o ano da retomada econômica do Brasil.

Senador Tião Viana, o Produto Interno Bruto registrou alta de 5,2%, o melhor desempenho anual desde 1994. Todos os setores da economia apresentaram alta significativa, variando de 6,2% (indústria) a 3,7% (serviços), além de um aumento de 5,3% no PIB da agropecuária.

Em apenas 25 meses, foram criados cerca de 3 milhões de postos de trabalho com carteira assinada. Sabemos que não é o ideal, mas avançamos.

Segundo a Fundação Getúlio Vargas, a capacidade instalada da economia cresceu, em média, 8% no ano passado, confirmando que o movimento de expansão é firme e durável.

Somente em 2004, a dívida pública caiu de 57,6% para 51,8% do PIB, na primeira redução do nível de endividamento desde 1994.

Conforme os índices oficiais do IPCA, a inflação caiu de 12,5%, em 2002, para 9,3%, em 2003, chegando a 7,6%, em 2004. A meta para 2006 e 2007 é de 4,5%.

As exportações brasileiras têm registrado recordes de crescimento, ultrapassando pela primeira vez, em fevereiro de 2005, a barreira dos US\$100 bilhões por ano.

O superávit comercial, em 2002, foi de US\$13,1 bilhões, em 2003, de US\$24,8 bilhões, e, em 2004, US\$33,7 bilhões. O superávit total do Governo Lula, até fevereiro de 2005, chegou a US\$63,5 bilhões.

O risco Brasil, que chegou a superar 2.400 pontos em setembro de 2002, caiu para 400 pontos ao final de 2004, chegando ao patamar mais baixo desde 1997.

Quando o Presidente Lula assumiu, em 2003, o dólar estava em R\$3,43. Hoje está mais ou menos em R\$2,40.

A taxa de juros, em 2003, foi de 24,90% ao ano. Hoje é de 19,75% ao ano. Devemos reconhecer que ainda continua sendo uma das mais altas do mundo.

Sr. Presidente, faço uma pequena análise. Os números que apresentamos e que são públicos demonstram que o Governo do Presidente Lula está no caminho certo quanto ao crescimento da economia. Alguns podem achar que são números acanhados.



Reconheço que gostaria que fosse muito mais. Mas também reconheço que houve um avanço.

Sr. Presidente, vou além e digo: é preciso aprofundar as raízes das árvores que dão bons frutos; é preciso democratizar a economia e transferir as benesses para o campo social, promover o que chamo de um choque de distribuição de rendas e inclusão.

Democratizar a economia é fazer com que ela alcance também aqueles que estão fora dos direitos da cidadania. Mas não seremos ingênuos, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a distribuição de renda e inclusão social é um processo lento e gradativo. Porém acreditamos que podemos aplicar algumas ações imediatas, que chamamos de “os pilares para democratizar a economia” e que agora passo a enumerar.

A recuperação do poder de compra do salário mínimo é um instrumento fundamental na distribuição de renda. O salário mínimo está ligado a programas como bolsa-escola, seguro-desemprego, salário-família, renda mínima, nos acordos e dissídios coletivos, no salário de aposentados e pensionistas, nos pisos das categorias, na reativação do mercado interno e também no salário mínimo regional.

Por tudo isso, e baseado na proposta original do Governo Lula, entendo que o salário mínimo – se depender de mim, estou trabalhando nesse sentido, tanto na LDO como no Orçamento –, em 1º de maio do ano que vem poderá chegar a R\$400.

A redução da jornada de trabalho sem redução salarial é uma forma mais rápida e eficaz de gerar novos empregos. Apresentei projeto nesse sentido, o chamado PPEP – Projeto de Parceria Empregado-Empregador. Se atingidos os objetivos, conforme eu listo nesse projeto, com o fim das horas extras, no primeiro momento, nós geraremos 2,8 milhões de novos empregos. E se conseguirmos o objetivo final do projeto por mim apresentado, de chegar ao turno de seis horas, chegaremos rapidamente a sete milhões de novos empregos.

É fundamental a redução das taxas básicas de juros da economia, para que efetivamente ocorram conseqüências diretas para a sociedade, como o aumento da produção e mais oportunidades de emprego.

Vou além. Falo também de uma reforma tributária condizente com a realidade e a necessidade atual. Sabemos que é elevadíssima a carga de impostos, que somente fomenta a sonegação, inibe novos empreendimentos e, por conseqüência, deixamos de gerar novos postos de trabalho.

O fortalecimento de políticas, por exemplo, na reforma agrária é que garantirá, efetivamente, a permanência do homem no campo com direito de na terra trabalhar, produzir e fazer com que o alimento chegue

mais barato às cidades. Precisamos de uma política pública que fortaleça a produção nacional, já que há uma expectativa internacional de que o Brasil efetivamente se torne o “celeiro do mundo”, pelo potencial de nosso produtores.

Sr. Presidente – voltando a uma longa bandeira, de mais de vinte milhões de aposentados e pensionistas –, entendo que é fundamental que os benefícios dos aposentados sejam reajustados conforme o mesmo índice assegurado ao salário mínimo, e que os servidores civis, como também os militares, tenham aumento digno nos salários. Para isso, Srs. Senadores Mão Santa, Geraldo Mesquita, Wirlande da Luz e Sr. Presidente Tião Viana, é fundamental aprovarmos a PEC paralela da Previdência, que melhorará muito a situação de todos os servidores, civis e militares.

V. Ex<sup>a</sup>, Senador Tião Viana, como Relator, é quem melhor conhece essa proposta, já que a lavra final foi da relatoria. Nós trabalhamos na articulação junto com V. Ex<sup>a</sup>. Estou esperançoso de que o Congresso Nacional aprove a PEC paralela esta semana, antes do recesso, já que, segundo o Relator Rodolpho Tourinho, há entendimento.

Digo aqui também, Sr. Presidente, que é fundamental que o Congresso Nacional volte a legislar, a votar, a decidir, ou seja, é preciso que inibamos a edição de medidas provisórias.

Senador Mão Santa, antes de dar um aparte a V. Ex<sup>a</sup>, quero citar uma frase – porque já estava escrito no fim de semana, e não porque V. Ex<sup>a</sup> falou –, socorrendo-me do inesquecível líder já falecido Ulysses Guimarães, que foi nosso Presidente na Constituinte. Quando Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, ele dizia: “Srs. Deputados, Sr<sup>as</sup> Deputadas, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, votem, votem, votem! O voto é o principal instrumento da democracia. Quando não é possível construir um acordo, um entendimento, somente o voto resolve”. Palavras de Ulysses Guimarães, que foi nosso Presidente na Assembléia Nacional Constituinte.

Vou além, Sr. Presidente: espero que o Congresso Nacional aprove – assim como ocorreu com o Estatuto do Idoso – o Estatuto da Igualdade Racial, que considero a verdadeira carta de alforria dos negros brasileiros, e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que beneficiará cerca de 24 milhões de pessoas, de acordo com o último censo.

É preciso também haver políticas para os chamados trabalhadores experientes, que são discriminados e eliminados do mercado de trabalho por terem mais de 40 anos. Existem na Casa diversos projetos nesse sentido, não só de minha autoria. Lembro o mais antigo, que é do Senador Jefferson Péres.

Quero também destacar, mais uma vez, a importância da criação das escolas técnicas profissionalizantes, para que os nossos jovens sejam inseridos no mercado de trabalho ao mesmo tempo em que se preparam para a universidade.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores é preciso iluminar a caminhada dos nossos jovens. Se não fizermos isso, estaremos apagando as lamparinas e permitindo que o narcotráfico e a violência tomem conta da vida da nossa juventude. Seremos irresponsáveis se permitirmos que isso ocorra à geração do presente, e as gerações futuras haverão de nos cobrar.

Sr. Presidente, o crescimento econômico do Governo do Presidente Lula se assemelha em muito às “sementes espalhadas pelo chão” – frase que usei como chave na minha campanha –, pois acredito que tudo que está sendo plantado terá a sua época de colheita. Disse e repito: Já fizemos muito, mas, com certeza, ainda há muito por fazer.

Quero enfatizar que as manifestações que estão sendo feitas hoje pelos movimentos sociais, sindicais e populares em defesa da ética na política, do combate à corrupção, em defesa da democracia e pelo desenvolvimento do País estão corretas. Não endosso o discurso da história do golpe – não há qualquer relação com isso. Na minha opinião, os movimentos sociais estão corretos quando fazem manifestações pelo combate à corrupção, pela ética na política, sempre em consonância com o processo democrático.

Sr. Presidente, precisamos também democratizar as decisões governamentais para iniciarmos, de fato – e talvez bem rapidamente –, a construção de um novo pacto federativo.

Enfatizamos a democratização das decisões de Governo. É preciso que tenhamos encontros suprapartidários na busca de saídas para os setores sociais, econômicos e políticos, de acordo com o interesse do País.

Por que não haver, por exemplo, encontros mensais até mesmo com líderes da Situação, da Oposição e com o próprio Presidente da República para dialogarmos sobre tudo aquilo que for de interesse do País? Conversar não é capitular. É fundamental uma política de parceria com o Congresso Nacional sobre os grandes temas. Os projetos não podem chegar, Sr. Presidente, a esta Casa pela imprensa ou por medidas provisórias. Um novo pacto federativo é essencial.

Para finalizar, Sr. Presidente, peço somente um minuto.

Neste momento de crise, é fundamental, para a vida da República, que aproveitemos ainda este ano e façamos a reforma política. Entendo que ela só terá razão de ser se contemplar pelo menos dois pilares:

fidelidade partidária e financiamento público de campanha.

Sobre o combate à corrupção, reafirmo a importância das CPIs e a punição dos corruptos, doa a quem doer.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Reitero, ainda, a necessidade da transparência total, que venha ao encontro do interesse do povo brasileiro.

Por tudo isso, reafirmo as palavras de ordem, no meu entendimento, hoje expostas pelo movimento social: democratizar a economia e as decisões do Governo.

Volto a afirmar, ainda, o meu total apoio e compromisso com o movimento social e sindical organizado, que realizará, em Porto Alegre, uma audiência pública em 30 de junho e um ato público em 13 de julho na Assembléia Legislativa do meu Estado, com a chamada: “Pela governabilidade, pela ética na política, contra a corrupção e pelo desenvolvimento econômico e social do País.

Sr. Presidente, com a permissão de V. Ex<sup>a</sup>, concedo um aparte ao Senador Mão Santa, por um minuto, já que S. Ex<sup>a</sup> me concedeu também um minuto do tempo de seu pronunciamento.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, aplausos a V. Ex<sup>a</sup> e ao Senador Tião Viana, que preside com muita sensibilidade esta sessão. Todos os dados citados são verdadeiros. Fiz muita cirurgia e operação, sonhando que daria certo, mas surgia uma infecção. E o fato é que, mesmo com toda a boa vontade, surgiu a desgraça: os ricos ficaram mais ricos, e os pobres, mais pobres! Aqui está o trabalho da Merrill Lynch: os ricos, aliás, os milionários, os banqueiros, cresceram, no ano que passou, 7,1%, ou seja, de 92 mil os milionários passaram para 98 mil. Então, desejamos combater a corrupção e essa infecção que está havendo na economia, na riqueza do Brasil.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup> verificará, ao longo do meu pronunciamento, que o mesmo foi nessa linha, que a economia ficou estabilizada nesse período.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Eu dizia aqui, apresentando 11 propostas, que este é o momento de o Governo Lula investir no campo social. Quanto aos dados apresentados por V. Ex<sup>a</sup> – embora discordemos no enfoque – demonstram que, se a economia está sob controle, precisamos fazer com que o Governo Lula desenvolva um processo de investimento no campo social. E, nesse aspecto, o PMDB, o PT,

o P-SOL, todos os Partidos concordam que é preciso investir no social.

Era o que eu tinha a dizer.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.**

**O SR PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, recebemos em nosso Gabinete a íntegra da Ação Declaratória de Nulidade de Sentença com Pedido de Tutela Antecipada encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da 13ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de Porto Alegre – RS pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul e do Ministério Público Federal, referente à sentença, com trânsito em julgado, que determinou a desocupação da área ocupada pelos quilombolas em Porto Alegre.

O processo, eivado de vícios jurídicos, fez com que o Ministério Público solicitasse a nulidade da sentença proferida.

Tal nulidade se baseou em dois fatos relevantes: o Ministério Público não foi intimado a intervir na causa em que havia interesses de incapazes (menores); e a parte autora não indicou corretamente o pólo passivo, não se formando, assim, relação processual válida, pois não foram indicados os litisconsortes passivos necessários.

Assinam o documento as Promotoras Miriam Balestro Floriano; Ana Rita Scvhinestsck; Ângela Salton Rotunno; Marines Assmann, além do Promotor Renoir da Silva Cunha e a Procuradora Carmem Elisa Hessel.

Com citações de ilustres juristas, Ministros do Supremo Tribunal Federal e doutrinadores renomados, a ação traz, em seu pedido, razões de sobra para nulidade da sentença.

Sr. Presidente, queremos aqui ler algumas citações trazidas no corpo do documento:

Diz Pontes de Miranda ao falar da ação em que não houve citação:

“(…) A sentença proferida em processo, em que não houve citação, nem o réu compareceu, ou a citação foi nula ou revel foi o réu, é sentença nula de pleno direito, e não só rescindível (Comentários ao Código de Processo Civil, Forense, vol. III, p. 102).

E ainda, segundo reza o artigo 84 do Código de Processo Civil:

“Quando a lei considerar obrigatória a intervenção do Ministério Público, a parte promover-lhe-á a intimação, sob pena de nulidade do processo.”

Neste sentido, na esteira da jurisprudência, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul assim se pronunciou:

“Tratando-se de causa em que há interesse de incapaz, a intervenção do Ministério Público é obrigatória, sob pena de nulidade, à luz dos arts. 82 e 84 do CPC. Não havendo intimação do Ministério Público para se manifestar, é de ser decretada a nulidade do processo. Art. 246 do CPC. Sentença desconstituída.” (Apelação Cível nº 70010140457, Quinta Câmara Cível, rel. Des. Leo Lima, em 23/12/2004, grifo nosso.)

Mencionamos, ainda, a citação das sábias palavras do Ministro do STJ, Exmo. Sr. Dr. José Delgado (**In**: Efeitos da coisa Julgada e os princípios constitucionais):

“Enfrento, porém, as perguntas com as afirmações que registro: A grave injustiça não deve prevalecer em época nenhuma, mesmo protegida pelo manto da coisa julgada, em um regime democrático, porque ela afronta a soberania da proteção da cidadania.”

Com a bela defesa do Ministério Público do Rio Grande do Sul e do Ministério Público Federal, baseada nos ideais de justiça, de democracia e da segurança jurídica que o nosso ordenamento jurídico nos confere, queremos parabenizar as Promotoras e o Promotor de Justiça do Estado, bem como a Procuradora Federal que assinam a defesa dos remanescentes afrodescendentes, protegendo o interesse público, na Ação Declaratória de Nulidade de Sentença.

Temos certeza de que será preservado o interesse social na causa em tela, pois se trata de uma comunidade de afrodescendentes Remanescentes de Quilombo que reside no local há mais de 60 anos, e cuja situação já foi reconhecida pelo Governo Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge, por permuta com a Senadora Heloísa Helena. S. Ex<sup>a</sup> dispõe de até 15 minutos.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, por mais que tenhamos o desejo de aproveitar estes momentos que temos aqui na tribuna para falar de outros assuntos, é impossível que não utilizemos esse tempo para falar sobre os escândalos que estão aparecendo diariamente em nosso País.

Esta semana, se pegarmos as principais revistas semanais do País, a **Veja**, a **Época** e a **Istoé**, como tem

acontecido nas últimas três ou quatro semanas, veremos que todas vêm utilizando suas matérias principais para fazer, cada dia, mais e mais denúncias sobre os Correios, mensalão e questões paralelas.

Esta semana, a revista **Época** aborda a questão do contrato dos Correios para transporte aéreo com a chamada Skymaster. Essa empresa tem um contrato de transporte aéreo no valor de R\$100 milhões por ano, ou seja, é um bocado de dinheiro. Essa empresa recebia R\$9,5 milhões por mês. Quando o Ministro Miro Teixeira entrou, conseguiu reduzir para R\$4,7 milhões. Com a saída do Ministro Miro Teixeira, o custo do contrato passou novamente para R\$9,8 milhões por mês, o que significa que, se em determinado momento a empresa pôde fazer, em outro já não podia mais.

Na realidade, de acordo com todas as matérias que estão sendo feitas sobre esse assunto, o Dr. Sílvio Pereira, que é o Secretário-Geral do PT, era o lobista, vamos dizer assim, encarregado de conseguir mudar o valor desse contrato. E conseguiu. E esse foi um dos contratos que o Sr. Maurício Marinho pediu que fosse investigado de perto. Acredito que a CPMI dos Correios fará isso.

Em segundo lugar, tivemos também uma matéria, na revista **Istoé**, que considere até mais grave. O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) acompanha todas as liberações em dinheiro que são sacadas nos bancos. O Sr. Marcos Valério é considerado um dos operadores do mensalão. E o Deputado Roberto Jefferson, na sua denúncia, disse que foi o Sr. Marcos Valério que levou os R\$4 milhões a serem entregues ao PTB, em duas parcelas, uma de R\$2,2 milhões e outra de R\$1,8 milhão, em malas, em dinheiro vivo.

E o que há nos dados do Coaf? Os dados do Coaf mostram que, no prazo de um ano ou um ano e meio, o Sr. Marcos Valério retirou, em dinheiro, do Banco Rural, cerca de R\$20,6 milhões, quase R\$21 milhões. Ora, esse é mais um dado que dá credibilidade à acusação feita pelo Deputado Roberto Jefferson sobre o mensalão e da distribuição de dinheiro pelo PT aos partidos aliados. Por quê? Primeiro, ele falou e tem uma testemunha, que era o tesoureiro que recebeu junto com ele o dinheiro; segundo, a secretária do Sr. Marcos Valério também já disse que viu diversas vezes sair dinheiro, fazerem descontos, pagamentos, em dinheiro vivo, para trazer a Brasília para o mensalão ou para os aliados do PT. E agora o dinheiro apareceu. Quer dizer, de acordo com a Coaf, são R\$20,6 milhões, considerando que o Sr. Marcos Valério era um operador do Sr. Delúbio, ele trabalhava na questão de agências de publicidade. Mas deve haver outros operadores que trabalhavam em outros segmentos. Portanto, podemos

ver quão altos eram esses valores que estão colocados nessas diversas matérias.

Gostaria de destacar aquilo que aconteceu, do ponto de vista de ocupação do Estado, neste Governo do Presidente Lula.

Desde que o Governo foi montado, sabia que tinha pouca chance de dar certo. Tínhamos vinte e poucos Ministros e, no novo Governo, o número passou para trinta e seis. Criaram-se milhares de cargos novos em comissão, cerca de 3 mil, além dos 17 mil aproximadamente que existiam. Em vez de ocuparem todos esses cargos com pessoas técnicas especializadas, ocuparam com militantes do PT e dos partidos aliados. Daí começou toda essa confusão. Então, cada vez que sai uma denúncia de corrupção em algum órgão público, alguém do PT está metido lá. Agora mesmo saiu uma que diz o seguinte: o ex-Secretário da Prefeitura de Mauá, entre 1979 e 2001, Altivo Ovando Júnior, disse ao Ministério Público que, em 2000, o PT exigiu de uma empresa uma colaboração – colaboração, o nome! – de R\$1,8 milhão para a campanha de Marta Suplicy. Não era tão pequena assim, quase R\$2 milhões, Senador Mão Santa.

E o que está acontecendo hoje? Estamos tentando fazer a CPI, que é chapa branca, mas, bem ou mal, vai andando. De qualquer maneira, é preciso que o Governo reaja. E qual foi a sua reação? Em primeiro lugar, foi dizer que demitiria alguns Ministros e reduziria alguns Ministérios: algumas Secretarias Executivas que têm *status* de Ministério deixarão de ter. Essas foram as primeiras palavras do Presidente Lula. E o que ele fez? Qual Ministro irá tirar? Eu esperava que ele tirasse os mais incompetentes, os que estão envolvidos em corrupção. Mas não, vão tirar aqueles que têm mandato. Portanto, voltarão para a Câmara na qualidade de Deputados, para formar uma tropa de choque. Olha, esse pessoal que vem demitido do Governo pode, no máximo, formar uma tropa de cheque, mas de choque não formará nunca, porque não tem atitude para poder defender o Governo, pois já há uma base enorme que pode muito bem defendê-lo e que não está envolvida diretamente com ele.

Esse é um critério equivocado. E, a meu ver, o critério para mudar o Governo, se quiserem melhorá-lo, deveria ser o seguinte: vamos examinar, vamos reduzir esse número de Ministérios, que está exagerado, e tirar aqueles Ministros que, na realidade, não estão dando conta do recado, que, diga-se de passagem, é a maioria. Poderiam tirar entre 10 e 15 Ministros que ninguém ia sentir saudade; mas, não, vai tirar o Ministro somente porque ele tem um mandato de Deputado e, portanto, vai voltar a ser Deputado para formar uma pseudotropa de choque.



**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senador José Jorge, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Claro, Senador Paim, com muito prazer.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senador José Jorge, eu não poderia deixar de fazer um aparte, até porque defendo essa tese há mais de um mês e não seria correto, agora, eu ficar em silêncio. Vou-lhe explicar a tese que venho defendendo há mais de um mês: todos nós sabemos que inúmeros Ministros serão candidatos a Deputado Federal, a Senador, a Governador ou, quem sabe, até a Deputado Estadual, porque não vou decidir qual será opção de cada Ministro nas eleições do ano que vem. O que eu dizia há mais ou menos um mês atrás – e fiz inclusive um programa de televisão aqui, em Brasília – era que, se fosse o Presidente Lula, faria da seguinte forma para encaminhar a reforma: quem fosse candidato – não é se tem ou não tem mandato –, a partir do ano que vem, se não teria que fazer uma outra reforma quando chegar em janeiro... Então, para evitar duas reformas em praticamente seis ou sete meses, eu, se tivesse que decidir, faria uma reforma com um critério. Não acho que seja numa linha – não sou de queimar ninguém –, por filosofia minha. Então, o que eu faria? Aqueles que vão ser candidatos botam o cargo à disposição, e eu faço uma montagem definitiva do Ministério. Sendo bom ou não, ele vai ter que sair, no máximo, em abril. Então, essa tese não é se tem mandato ou não o tem. Aqueles que vão ser candidatos no ano que vem botariam o cargo à disposição e eu faria uma outra montagem ministerial com esse viés, claro, da crise – não há como não olhar o viés da crise – e apresentaria à sociedade, então, uma mudança que daria um impacto, quem sabe, até em dez Ministérios pelo número de Ministros que são candidatos. Eu só quis fazer este aparte porque tenho falado publicamente dos candidatáveis. Entendo que o discurso de V. Ex<sup>a</sup> vem contribuir com o País neste momento tão difícil.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Na realidade, a idéia do Presidente Lula é diferente da de V. Ex<sup>a</sup>, que quer tirar logo os Ministros que são candidatos exatamente para não se fazer outra reforma. O Presidente Lula quer tirar aqueles que são Deputados ou Senadores para formar a chamada tropa de choque. Com a quantidade de Deputados competentes, trabalhadores que o Governo tem na Câmara, e de Senadores, no Senado, não são esses Ministros que vão mudar a situação do Governo. Talvez a solução de V. Ex<sup>a</sup> seja mais ponderada: tirar os que são candidatos.

O Presidente Lula foi eleito Presidente, não foi o José Dirceu. Assim, cabe-lhe decidir sem critério. Não é preciso um critério objetivo, do tipo: tirar quem

vai ser candidato, quem é Deputado. Ele tem que tirar os que têm que ser tirados, Deputados ou candidatos. Deve retirar aqueles que efetivamente têm que ser retirados e deixar os outros. Na verdade, essa situação gera insegurança.

Por exemplo, com relação ao Ministro Humberto Costa, do meu Estado, não há um dia em que um jornal não publique que ele vai sair do Governo. O Senador Tião Viana é testemunha de que faz mais de dois anos que, diariamente, um jornal faz uma matéria dizendo que ele vai sair. Ora, como é que alguém pode administrar um Ministério de tal amplitude, de tal responsabilidade, se todos os dias pela manhã ele está como se fosse sair do Ministério? Agora ele vai sair e não é Deputado mais – não sei bem qual será o critério, talvez esse de V. Ex<sup>a</sup>, de ele ser candidato.

Na realidade, o que ocorreu? O Governo fez uma ocupação política exagerada. Ontem mesmo a revista **Veja** colocou na sua capa uma foto muito bem montada em que, em vez de República Federativa do Brasil, estava “República Federativa do Zé”. Na realidade, foi exatamente o que ocorreu. O Ministro José Dirceu e esses seus aliados montaram um governo que, na realidade, não está dando certo, e o Presidente Lula tem grandes dificuldades de tomar as providências devidas.

É outra questão essa do PMDB. Na verdade, o Presidente Lula agora ficou nas mãos do PMDB para saber o que fazer. O PMDB, todos sabemos, é dividido em diversas alas. Chamou o Presidente do PMDB, Partido que já tem uma convenção aprovada para sair do Governo, e ofereceu ao PMDB quatro ministérios de porteira fechada. Há duas coisas erradas: primeiro, ele fica nas mãos do PMDB para tomar essa decisão – e ele é o Presidente da República, não deveria ficar dessa forma; em segundo lugar, ele fica novamente nessa questão de ministério de porteira fechada, de porteira aberta. É outra decisão, a meu ver, errada, a forma como se está conduzindo essa crise.

Sr. Presidente, ontem, no Fantástico da Rede Globo, foram apresentadas novas denúncias contra a Assembléia Legislativa de Rondônia de que 23 dos 24 deputados recebiam uma espécie de “mensalão” estadual retirado a partir de funcionários fantasmas. Um dos deputados mais envolvidos era o Deputado Carlão de Oliveira, que é Presidente da Assembléia Legislativa e que, infelizmente, é do PFL.

Já mandei um ofício, um requerimento ao Presidente do Partido, Senador Jorge Bornhausen, pedindo a sua expulsão do nosso Partido porque, na realidade, as denúncias são de tal gravidade que não se necessita mais de apuração nenhuma – só com o que a televisão mostrou, ele já deve ser expulso. Já dei entrada

nesse requerimento, e a Executiva do PFL deverá se reunir na quarta-feira para expulsá-lo do Partido. Vamos também fazer uma intervenção no diretório estadual, para que todas as pessoas envolvidas nesse tipo de questão sejam afastadas.

Sr. Presidente, gostaria de encerrar o meu pronunciamento desta forma: o que se espera do Presidente Lula, além de palavras, são ações. Que o Presidente Lula tome a ação, primeiro, de afastar aqueles que estão envolvidos em corrupção. Ele afastou alguns bagrinhos, mas precisa afastar gente com maior responsabilidade.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador José Jorge, eu só queria pedir permissão para incluir no pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> aquele pensamento do bispo, sempre repetido por Heloísa Helena: o que está faltando mesmo é vergonha na cara e amor no coração.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Muito obrigado, Senador.

Na realidade, o que ocorre é isso. Precisamos que o Presidente Lula rapidamente tome as decisões. Já temos a CPI, já temos muito mais do que denúncia. Tenho visto diversos Senadores e Deputados pedindo o afastamento dessas pessoas que estão envolvidas no PT. Já demorou demais, essas pessoas já deveriam ter sido afastadas para, inclusive, fazer sua defesa fora do Partido.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, era o que eu gostaria de dizer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a colaboração com a Mesa no uso da tribuna.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, por permuta com o Senador Heráclito Fortes.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, início meu pronunciamento lançando um grito de guerra, Senador Paulo Paim: tremei, reacionários, ratos, ratazanas e gulosos deste País, o P-SOL vem aí! Melhor dizendo, o P-SOL está aí, Senador Paulo Paim.

Ontem tive o prazer, a satisfação imensa de me reunir com dezenas de militantes do P-SOL, com dirigentes do P-SOL, com os 101 fundadores do Partido na cidade maravilhosa do Rio de Janeiro, sempre maravilhosa, reunião que tinha o objetivo de, formalmente, fazer as designações das comissões regionais do Partido e das comissões municipais.

Tratou-se de uma reunião rica em debates acerca da conjuntura política nacional, em que tiramos outras palavras de ordem também. Aprovamos um “Fora, todos os corruptos”, por exemplo. Do mesmo modo, aprovamos um fim à política econômica de Lula. Aparentemente, dirá alguém que não tem relação uma coisa com a outra.

Afirmo, Senador Paulo Paim, que tem muita relação uma coisa com a outra. O Senador José Jorge acaba de relatar um fato grave ocorrido no Estado de Rondônia. Essa corrupção que se espalha pelo País inteiro e que se mostra na sua inteireza, na sua forma, no seu **modus operandi**, está vindo à tona, com clareza absoluta para a população brasileira.

Não quero minimizar a gravidade do fato, mas ressalto que mais grave ainda – Senador Ramez Tebet, sempre com a presença muito querida neste plenário – é o pagamento dessa dívida externa cruel, que pesa sobre os ombros dos brasileiros.

Ao assomar à tribuna, ocorreu-me, Senador Ramez Tebet, a idéia de apresentar um projeto nesta Casa propondo que, nas próximas eleições, a Justiça Eleitoral inclua a possibilidade de um plebiscito, para que os brasileiros decidam de que forma devemos encarar daqui para frente a questão dessa dívida contraída ao longo de décadas e décadas para enriquecer uma elite inescrupulosa deste País em detrimento da cada vez crescente miséria do povo brasileiro.

Pois bem, minha tese é a de que esta é a corrupção central: a apropriação de recursos públicos suados, a poupança do povo brasileiro. São bilhões e bilhões de reais que poderiam estar sendo aplicados na recuperação de nossa infra-estrutura, em programas sociais, no aprofundamento dos programas de alfabetização e na saúde, no sentido de propiciar ao povo brasileiro melhores condições de vida.

No entanto, toda essa dinheirama, Senador Ramez Tebet, que até o final do ano poderá chegar a R\$350 bilhões – veja V. Ex<sup>a</sup> –, está sendo, segundo meu entendimento, desviada para o pagamento de juros dessa dívida monumental, construída com o sacrifício do povo brasileiro.

Acredito que essa é a matriz da grande corrupção. Tudo o mais é derivativo, tudo o mais é pagamento de dividendos para aqueles que coonestam ou validam essa situação. Creio que todos nós temos o dever e a obrigação de nos debruçar sobre a apuração rigorosa dos fatos que, a cada momento, se avolumam, incomodam a Nação brasileira e tiram o sossego dos trabalhadores.

É um caso atrás do outro! Uma coisa impressionante! E aqui se faça justiça: o Governo Lula não inventou a corrupção, isso é verdade. Contudo, adotou

um processo espúrio, que já ocorre no País há muito tempo. Essa é a grande verdade.

Eu diria que as palavras de ordem aprovadas na memorável reunião do P-SOL ontem, no Rio de Janeiro – “Fora todos os corruptos!” e “Fim à política econômica de Lula!” –, têm tudo a ver, pois devemos tratar de frente e com firmeza a questão da dívida externa brasileira. Repito, proporei a esta Casa que aprovemos a possibilidade de um plebiscito nacional acerca da dívida. O povo brasileiro tem o direito de se manifestar. Passados tantos anos, com essa carga pesada sobre os ombros, o povo brasileiro tem o direito de se manifestar acerca da origem da dívida, se devemos continuar a pagá-la, sobre a necessidade da realização de uma grande auditoria para sabermos até quando e como, em que limite é legítima ou não, Senador Ramez Tebet. Essa é uma situação que angustia o povo brasileiro, e devemos encaminhá-la dessa forma, a meu ver.

A manchete do **Jornal do Brasil** de hoje diz: “P-SOL se reúne de olho da herança política do PT”. E abaixo: “Militantes avaliam a crise no governo e criam slogan contra corrupção”.

Com relação à primeira manchete, Senador Paulo Paim, tenho tido o cuidado, em primeiro lugar, de não condenar ninguém. Assim como as demais Senadoras e Senadores, eu me assombro com a dimensão da crise, eu me apavoro com a extensão e com o volume dos fatos que, a toda hora, chegam ao nosso conhecimento e ao conhecimento do País. São casos e casos de corrupção. Os fatos fazem conexão uns com os outros. Agora mesmo, o publicitário Marcos Valério, que negava de pés juntos seu envolvimento nesse caso tenebroso, foi flagrado ao retirar milhões e milhões em espécie do Banco Rural, conforme publicou a revista **ISTOÉ**, escancarando os fatos. Onde ele meteu essa dinheiro toda, Senador Ramez Tebet?

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador Geraldo Mesquita Júnior?

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Diz ele que, com o dinheiro, comprou gado. Se relacionar os nomes de alguns fazendeiros, tomarei a iniciativa de convocá-los a fim de que comprovem que esse dinheiro entrou na conta deles e que serviu para a compra de gado. O Sr. Marcos Valério terá que comprovar isso aqui. Ele que não venha com a leviandade de transmitir informações falsas e dizer que comprou isto ou aquilo, pois terá que justificar para onde foi essa dinheiro toda.

Ouçó o Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, V. Ex<sup>a</sup> é o símbolo da firmeza. Evidentemente, tem que ter muita coragem. Convocar

o plebiscito é justo e é lícito. Devemos meditar sobre isso. A história se repete. Aprendemos, em História, que houve a Inconfidência Mineira. Por quê? Em razão da derrama de impostos. Pagava-se 20% de ouro, de gado, de pau-brasil, para os portugueses. Houve até aquela novela “O Quinto dos Infernos”, porque era um quinto. Agora não, são dois quintos. Cada brasileiro paga 40%, e o Governo não retribuiu naquilo que é o mínimo essencial: a segurança e a escola que V. Ex<sup>a</sup> que está me ouvindo – não é V. Ex<sup>a</sup>, Senador Geraldo Mesquita Júnior, mas o povo do Brasil que paga a conta – paga e não recebe; tem que pagar por fora uma privada. A educação pública não presta; tem que pagar uma privada por fora. A saúde e as estradas estão aí nessa situação lastimável. Temos que continuar com a luta e chamar o povo que se revoltou na Inconfidência Mineira contra a derrama, o povo do quinto dos infernos, que, no Governo Lula, é dos “dois quintos dos infernos”.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Senador Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup> citou a questão das estradas. Fico danado da vida quando vou visitar, em meu pequeno Estado do Acre, companheiros da zona rural, que estão penando, sofrendo, e observo que talvez R\$200 mil seriam necessários para melhorar a situação de um ramal que dá acesso ao tráfego da produção. Duzentos mil reais, Senador Mão Santa! E nós estamos falando de mais de R\$300 bilhões, desviados do povo brasileiro para pagar juros a banqueiros internacionais e nacionais, sendo que esses nunca ganharam tanto dinheiro como nos últimos anos. É uma vergonha!

**O Sr. Leonel Pavan** (PSDB – SC) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador Geraldo Mesquita Júnior?

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Pois, não, Senador Leonel Pavan, com muito prazer.

**O Sr. Leonel Pavan** (PSDB – SC) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, nós aqui no Senado Federal temos ocupado seguidamente a tribuna para combater o Governo, principalmente quando não investe no social, quando não emprega o dinheiro público onde existe realmente um pleito muito forte por parte da sociedade, que é na área social. V. Ex<sup>a</sup> é de um Estado pobre, que precisa da assistência do Governo Federal, de investimento em infra-estrutura, em saneamento, educação, saúde e geração de emprego, a fim de que as pessoas possam vislumbrar algum espaço na sociedade. V. Ex<sup>a</sup> está no P-SOL, Partido da nossa querida Senadora Heloísa Helena, que possui um programa fantástico. Pelo que podemos ver e acompanhar pelos pronunciamentos, V. Ex<sup>a</sup> escolheu esse Partido porque acredita que é possível fazer o melhor para a

sociedade mais carente. Lamentamos profundamente que o PT, no caso, o atual Governo Federal, que tinha como bandeira justamente combater a corrupção, os banqueiros, os juros e as injustiças sociais, está terminando o mandato e não faz os investimentos devidos, aqueles em relação aos quais V. Ex<sup>a</sup> alerta o Governo e chama a atenção dele. Cumprimento-o pela coragem de optar por um partido novo, o P-SOL, partido em que haveremos de acreditar, pois apresenta uma proposta concreta, viável, como a do PT no passado, mas que, infelizmente, foi jogada debaixo do tapete. Muito obrigado.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Muito obrigado, Senador.

Antes de passar a palavra ao Senador Paulo Paim, gostaria de me referir à manchete do **Jornal do Brasil**, “P-SOL se reúne de olho na herança política do PT”, aproveitando que V. Ex<sup>a</sup> citou o Partido nominalmente, para dizer que tenho muito cuidado para não condenar...

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – ...a não ser diante de provas cabais, de evidências incontestes. Creio que estamos nos encaminhando para o momento de colhermos neste País, para assombro de todos, a prova legítima, concreta, o peso das evidências de que a corrupção tomou conta das entranhas deste Governo. Todavia, Senador, tenho muito cuidado de não generalizar.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Tenho outra tese também: a de que a cúpula do PT se apropriou desse Partido histórico, tomando decisões que, tenho certeza absoluta, o conjunto da militância do PT jamais avalizaria, como, por exemplo, a expulsão da Senadora Heloísa Helena. Estou certo de que, se esse assunto tivesse sido levado para as instâncias do partido, para a militância como um todo...

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Mais um minuto, para concluir, Sr. Presidente.

Tenho certeza absoluta de que o PT como um todo não teria aprovado. Assim como, se tivessem sido apresentadas para a militância do PT a reforma da Previdência, a aprovação das PPPs, a blindagem de Meirelles, tenho certeza absoluta de que o conjunto da militância do PT não aprovaria.

Portanto, faço esta ressalva: quando me refiro, nesta tribuna, ao PT, estou me referindo à cúpula que se apropriou desse Partido indevidamente e tem to-

mado decisões espúrias muitas das vezes, em nome do Partido que, tenho certeza, não as avaliza.

Para demonstrar esse fato, existe uma pessoa com uma expressão enorme no nosso Estado. Chama-se Antônio Alves, Toinho Alves, como o chamamos carinhosamente no Acre. Fundador, formulador, militante do PT, pessoa que tem respeitabilidade no nosso Estado, ele escreveu no dia 17 de junho, em seu *blog*...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Vou ler rapidamente, Sr. Presidente. Um minuto.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Peço que V. Ex<sup>a</sup> conclua. Mais um minuto.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Vou concluir, Senador.

Toinho Alves, essa pessoa que eu descrevi, escreveu, justificando a tese que eu aqui declino, Senador Paulo Paim:

Fui dormir três e meia da madrugada, caindo de sono e cansaço. Às quatro e meia, acordei, sentindo uma súbita e dolorosa compreensão do significado íntimo de tudo isso. Vi o absurdo de toda essa situação e tive a sensação de que me haviam roubado o passado. As antigas utopias e até as mais tolas ilusões, assim como os erros que cometi na tentativa de realizá-las, eram, para mim, jóias íntimas e preciosas, patrimônio de minha evolução, compartilhadas com a geração inquieta e criativa. A sensação dolorosa que tive foi a de que tudo isso tinha sido arrancado de dentro de mim e jogado no meio da rua, exposto à galhofa pública.

Esse é o sentimento que colho, quando ando pelas ruas, Senador Paulo Paim, de grande parte de militantes do PT, Partido que tem Paim...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Mesa concede um minuto improrrogável para V. Ex<sup>a</sup> concluir o seu pronunciamento.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – ... que tem Walter Pinheiro, Eduardo Suplicy, Flávio Arns, Maninha, João Alfredo e tantos outros Parlamentares da maior envergadura neste País. O Partido dos Trabalhadores conta com uma militância cujo sangue vermelho ainda corre nas veias, cujo coração ainda pulsa e que quer fazer do Brasil outro país, com distribuição de renda.

V. Ex<sup>a</sup> fez um brilhante discurso há pouco, trazendo dados do crescimento econômico do País, Senador Paulo Paim, mas também demonstrou que o crescimento econômico no Brasil, muitas das vezes, significa que a elite ganhou um pouco mais ou um pouco menos,



mas que a população, que os trabalhadores brasileiros continuam, apesar desse crescimento econômico, numa absoluta e cada vez mais profunda miséria, cada vez mais merecendo a responsabilidade de todos, da Senadora Heloísa, dos militantes do P-SOL,...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – ...dos militantes de todos Partidos, que têm o compromisso com o Brasil, de eliminar esse grande mal, essa grande chaga que grassa sobre todo o País.

*Durante o discurso do Sr. Geraldo Mesquita Júnior, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Jorge.*

*Durante o discurso do Sr. Geraldo Mesquita Júnior, o Sr. José Jorge, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu preferia ter feito um aparte, mas, como não foi possível, peço um minuto para uma explicação pessoal, conforme estabelece o art. 14.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex<sup>a</sup> tem direito a usar o inciso VI do art. 14 para uma explicação pessoal.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, primeiramente expressei meus cumprimentos pelo encontro que o P-SOL realizou no Rio de Janeiro com os 101 primeiros signatários do manifesto do Partido.

É muito importante para o processo democrático que haja partidos com todas as matrizes. E V. Ex<sup>a</sup>, sem sombra de dúvida, representa essa matriz histórica do campo da esquerda, que merece os meus cumprimentos.

Quanto ao ataque à corrupção, estamos no mesmo barco, remando juntos. Tenho certeza de que todos aqui querem que as duas CPIs – ou as três – vão ao extremo, de forma tal que paguem aqueles que, imprópriamente, se apossaram do dinheiro público. Temos que lutar todos juntos contra a corrupção, doa a quem doer.

No discurso que fiz na tribuna, mostrei o avanço no campo econômico no Governo Lula. Por outro lado, expliquei que é hora da grande virada para investimentos no campo social, com a qual V. Ex<sup>a</sup> concordou no encerramento do seu pronunciamento.

Senador Geraldo Mesquita Júnior, V. Ex<sup>a</sup> sabe o respeito que lhe tenho, mas, no tocante a essa questão histórica, por exemplo, da dívida externa, todos

sabemos que a elite deste País, ao longo desses mais de 500 anos, fez tudo o que fez. De fato, não acredito também que um Presidente como o Lula possa, em dois anos e meio, resolver os desmandos daqueles que hoje tanto cobram dele – sabe-se que eu não estou referindo-me a V. Ex<sup>a</sup> – e, no passado, administraram de forma incorreta este País. Lembro, por exemplo, que somente o povo negro ficou sob o regime de escravidão no mínimo 400 anos. São esses mesmos que hoje querem que o Presidente Lula, em dois anos, resolva todos os grandes problemas entre a elite e os pobres, aqueles que ficaram marginalizados.

V. Ex<sup>a</sup> fornece um dado que também pretendo confirmar. É triste ter que dizer que cerca de 55 milhões de brasileiros têm uma renda correspondente a R\$120,00!

Esse é um debate que faremos aqui, de forma respeitosa, apontando um caminho pelo qual, efetivamente, a economia contribua para o investimento no social.

Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Alberto Silva. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan, por permuta com o Senador Alvaro Dias. S. Ex<sup>a</sup> dispõe de até 15 minutos.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Pronúncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para tratar de um tema bastante discutido no Brasil atual: a questão do trabalho escravo e as ações implementadas para combatê-lo, inclusive já mencionada em parte pelo nosso Senador Paulo Paim, querido amigo do nosso Rio Grande do Sul.

É nesse contexto, Senador Paulo Paim, que gostaria de lembrar neste momento que, há exatos 10 anos, ou seja, em 27 de junho de 1995, o então Presidente Fernando Henrique Cardoso editou o Decreto nº1.538, criando o Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado (Gertraf), que tinha a finalidade de coordenar e implementar as providências necessárias à repressão ao trabalho forçado. Alguns dias antes, já havia sido criado o Grupo Móvel de Fiscalização, que, desde então, é o grupo de fiscais especiais que se dedica à fiscalização e ao combate ao trabalho forçado e que, atualmente, é um dos serviços mais eficientes da República.

Essas medidas levaram a um declínio constante e significativo das ocorrências de trabalho escravo. Os grupos criados naquele momento tiveram um desempenho acima da média e conseguiram resultados bastante surpreendentes. As ações foram cada vez mais

sofisticadas, e, ao receber as denúncias, as equipes eram colocadas imediatamente em campo, num prazo recorde de 72 horas no máximo. Portanto, as medidas adotadas no Governo Fernando Henrique representaram um passo de qualidade nas ações do Executivo, na manifestação de vontade política do Governo.

Com isso, pode-se concluir que a atuação do Governo Fernando Henrique Cardoso, reconhecendo a persistência da escravidão e adotando as medidas necessárias, foi fundamental para combater essa forma de trabalho que se constitui ainda em um problema estrutural grave na atual realidade do nosso País.

No entanto, é bom lembrar que o Gertraf foi extinto pelo atual Governo em 2003, tendo sido criada em seu lugar a Conatrae, Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Forçado, que, na verdade, nada mais é do que uma fusão do antigo Gertraf com a comissão especial que, em 2002, foi criada na Secretaria de Direitos Humanos pelo então Ministro, hoje Deputado Federal, Aloysio Nunes Ferreira, por sugestão do próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso. A propósito, essa comissão especial, na verdade, desmobilizava o Gertraf, de alguma forma bloqueado no Ministério do Trabalho, e colocava o problema especialmente no âmbito dos direitos humanos.

Essa comissão trabalhou cerca de um ano e produziu, em outubro de 2002, o Plano Nacional de Combate ao Trabalho Escravo. Mas a coincidência do final do Governo FHC com a necessidade de verificação dos aspectos legais das mais de setenta medidas propostas pela comissão (de propostas de emenda à Constituição a medidas administrativas em âmbitos setoriais) fez com que o documento só ficasse pronto para adoção de providências em março de 2003, no atual Governo, quando passou a ser chamado de Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo.

Vou dar um aparte ao Senador Paim, assim que terminar.

Para finalizar e, diante do que foi exposto aqui, podemos concluir que as medidas adotadas no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e que têm produzido bons resultados para o Brasil – merecendo inclusive o reconhecimento da Organização Internacional do Trabalho –, nada mais são do que uma seqüência das providências adotadas durante o período de gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Apenas o Presidente atual trocou o Sonrisal pelo Alka-Seltzer para a mesma doença. Mas tudo começou a ser edificado, trabalhado, e hoje completa dez anos, na gestão de Fernando Henrique Cardoso.

A participação histórica do Governo Fernando Henrique Cardoso no reconhecimento da persistência da escravidão sob nova forma e das fundamentais me-

didadas tomadas para combatê-la tem sido, infelizmente, omitida pelo Governo atual, que, no geral, atribui para si todos os êxitos nessa matéria, o que, como se viu, não corresponde aos fatos.

Aqueles que, no passado, combateram e trabalharam não ficaram omissos, como alguns dizem. Não é Luiz Inácio Lula da Silva quem apenas, em dois anos, tem que fazer tudo. Não! Luiz Inácio Lula da Silva, em muitos casos, está dando seqüência ao que se começou há muitos anos. É preciso que isso seja reconhecido, não apenas puxar para si quando se criam projetos sociais. Repito, trocaram apenas o remédio para combater a mesma doença. Remédio esse que começou a ser criado no Governo Fernando Henrique Cardoso.

Concedo, com muita honra, o aparte a um dos homens que combate a escravidão com seus projetos, com seus pronunciamentos, com sua luta, o nosso querido amigo Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senador Leonel Pavan, essa é uma área em que atuo há muito tempo. Quando fazemos um aparte, alguém já espera que será oposição ao que está sendo dito na tribuna. Não estou entrando na seara de quem faz situação ou oposição. Quero dizer que é bom vermos algumas iniciativas positivas sendo construídas há algumas décadas, independentemente de qual seja o governo. Posso citar aqui o Estatuto da Criança e do Adolescente, uma peça que tem mais de quinze anos e é elogiada por todos, independentemente do governo em que foi apoiada e aprovada por unanimidade nas duas Casas. Posso falar no Estatuto do Idoso, que começamos a discutir – inclusive com V. Ex<sup>a</sup> – quando ainda éramos Deputados, aprovado há um ano e meio. Vejo com alegria que a luta contra o trabalho escravo, um processo que começamos lá atrás, independentemente de governo, está dando resultado. A OIT elogia o Brasil pela forma como tem atacado o trabalho escravo. O Unicef também elogia o Brasil, que está defendendo que o adolescente e a criança não trabalhem, evitando-se assim a chamada exploração indevida da criança menor. O Senador Cristovam é um especialista na área e fez aqui recentemente uma bela audiência pública. Confesso-lhe que no Governo anterior, por diversas vezes, me reuni com Raul Jungmann, que era um dos que cuidavam dessa área, juntamente com os Ministérios do Trabalho e da Justiça, e discutimos o assunto. Lembro a política de quotas no serviço público adotada em diversos Ministérios. Isso não quer dizer que não possamos ampliá-la neste momento. O meu pronunciamento é para dizer que bom que, na questão de fundo, o Governo atual está continuando e ampliando, dentro do possível, o

ataque ao trabalho escravo. Então não faço no meu aparte nenhuma contestação ao pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, apenas reafirmo: que bom! Tomara que não só o Governo Lula – independentemente de se reeleger ou não –, mas que todos os governos continuem avançando cada vez mais no combate ao trabalho escravo. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> por trazer este tema ao debate, com muito respeito e muito carinho, porque é bom que os grandes temas que interessam a toda a população estão venham para o palco do debate, principalmente no discurso de V. Ex<sup>a</sup>, como forma de aprimorar o que foi feito até o momento, principalmente no que tange ao trabalho escravo.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Agradeço o aparte.

Trouxe o assunto porque tudo o que o Governo atual está fazendo dá a impressão de que nada se fez no passado e porque muitos projetos sociais tiveram troca de nome no atual Governo. Hoje esse decreto faz dez anos. Refiro-me ao Decreto nº 1.538/95, baixado em 27 de junho de 1995, que criou o Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado. O Governo FHC elaborou projetos, baixou medidas de extrema importância para a sociedade. Infelizmente, às vezes, isso não é reconhecido pelo atual Governo, que apenas trocou o nome dos programas. Foi só uma lembrança.

Eu queria aproveitar, antes de encerrar o meu pronunciamento, para dizer que o Governo do PT tem falado em herança maldita. Isso é engraçado, porque o PT, quando se sente no atoleiro, numa areia movediça, vai buscar justamente partidos que foram aliados do Governo que ele considera maldito. O PMDB ficou oito anos com Fernando Henrique Cardoso, ocupando os principais Ministérios. Era do PMDB o vice do candidato do PSDB nas últimas eleições, combatidos pelo PT como oligarquias, inescrupulosos, como partidos que fizeram mal ao País, que não investiram no social, que deixaram as rodovias serem depredadas, que não duplicaram a BR-101 e outras.

De repente, o Governo atual sente-se arrasado em virtude de corrupção, de desmandos, e o Presidente, sem forças para governar, sem comando, fica desesperado e pede que lhe dêem as mãos para mostrar que estão unidos e vão salvar o País.

Pois o Governo atual, Senador Paim... Eu digo que o Lula está longe de ser um Collor – pelo amor de Deus –, nem está envolvido nesse processo todo. Acredito que não está – não está mesmo – até que me provem o contrário. Mas a sua equipe, infelizmente, aqueles que Sua Excelência colocou em volta de si, já está comprovado que botaram a mão na lama, no piche e já não conseguem se desgrudar disso tudo.

Não falem mais aqui em passado. Pelo amor de Deus, não falem mais aqui em herança maldita, porque estão buscando justamente os partidos aliados ao Governo passado, estão buscando aqui justamente aqueles que foram condenados pelo Lula, pelo PT e pela sua equipe nas últimas eleições. O PMDB, mesmo tendo direito e sendo-lhe oferecida a oportunidade de abocanhar quatro, cinco ou seis Ministérios, mesmo assim, não quer pegar na mão do Governo.

O PT, o Governo atual, está igual a pó de mico: todo mundo quer ficar longe, ninguém quer pegar. Está todo mundo apavorado. Ninguém quer, nem mesmo sendo-lhe oferecida a oportunidade de ajudar a governar. Vejam que situação! Por isso, nunca mais usem desta tribuna para falar em herança maldita, já que o PTB agora está sendo escorraçado e também estava no passado, já que o PL está sendo escorraçado e também estava no passado, já que o PP está sendo escorraçado e também estava no passado. O PMDB – vou finalizar –, que ocupou os principais Ministérios no Governo Fernando Henrique Cardoso e concorreu como vice à Presidência da República numa chapa do PSDB, agora está sendo requerido, está sendo implorado que ajude o PT a governar. Não existe mais herança maldita, se a tal herança está sendo requisitada com carinho, com orgulho e com honra – parece-me – para ajudar a governar o País. Quem sabe o Governo começa a trabalhar, porque até agora só houve promessa, desculpa. Ficaram olhando pelo retrovisor e não conseguiram, infelizmente...

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – ... mostrar à sociedade brasileira por que vieram, por que foi esse Governo instalado. Várias pessoas que assumiram esse Governo, que tinham uma conduta séria, equilibrada, com propostas sociais... Mudaram os Ministros, tiraram Ministros, tiraram pessoas que tinham qualidade, expulsaram pessoas que tinham qualidade para tomar um rumo que a sociedade brasileira não aprova. As trocas feitas até recentemente não deram certo.

Espero que o Governo, agora, buscando um pouco da herança...

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – ... de que eles falavam tanto, possa se firmar e começar a governar o País, porque a sociedade vai cobrar. Vai cobrar. Nas próximas eleições, com certeza, não haverá mais esse discurso demagógico de falar do passado, se o passado faz parte do presente do PT.

Um abraço.

Obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de até 15 minutos.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco/PT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sr<sup>as</sup> Senadoras, eu vim falar de golpe, mas não do golpe que se discutiu aqui a semana passada, porque eu próprio me manifestei dizendo que não via nenhuma ameaça à democracia brasileira apenas porque a Oposição estava tomando posições firmes em relação a alguns fatos que podem incomodar o Governo.

Também não vim falar em hipótese de golpe.

Eu vim falar, Sr. Presidente, de um golpe que eu vi pela televisão, na semana passada, ao assistir a um ex-Oficial do Exército, na tribuna da Câmara dos Deputados, dizer que se arrependia de não haver torturado, com a debochada expressão “dar bolacha”, que ele se arrependia de não haver torturado um jovem que lutava na clandestinidade pela democracia no Brasil.

Sr. Presidente, poucas vezes fiquei tão chocado, em vinte anos de democracia no Brasil, quanto naquele momento, ao ver, na tribuna da Câmara, que nós lutamos tanto para abrir, um representante, profissional, das Forças Armadas, dizer que se arrependia de não ter torturado um militante de esquerda. E esse militante de esquerda no qual ele dizia se arrepender de não ter “dado bolacha” é o Presidente do meu Partido, José Genoíno.

Eu discordei aqui, na semana passada, de afirmações do próprio ex-Deputado José Genoíno, quando falava em ameaças golpistas às instituições brasileiras, mas eu quero dizer que, entre as pessoas de minha geração, se eu tiver de me identificar com aquele senhor que disse aquilo ou com o Presidente do meu Partido, José Genoíno, eu me identifico com José Genoíno, porque ele lutava pelo lado certo, de um modo que a gente tem de respeitar.

O que mais me incomoda é que lutamos muito para abrir esse Congresso, que alguns fecharam e outros tutelaram durante anos, e agora essa mesma Casa, por meio da Câmara dos Deputados, tenha escutado um discurso em que um agente da repressão nos anos 70 disse – Senador Mão Santa, não sei se V. Ex<sup>a</sup> ouviu pela televisão – arrepender-se de não ter dado – e ele disse debochadamente – algumas “bolachas” no então jovem guerrilheiro José Genoíno.

Sr. Presidente, gestos como esses, sim, ameaçam a democracia, gestos como esses, sim, podem signi-

ficar o risco de golpismo, não discursos da Oposição, mas manifestações desse tipo, claramente antidemocráticas, pior ainda, que não respeitam a dignidade das pessoas que lutaram pela democracia.

O ex-Deputado Genoíno é um homem que dedicou a parte mais rica da sua juventude à luta pela democracia no Brasil. Escolheu um caminho que eu, da mesma idade, não escolhi, que foi a luta armada, mas o fato de ele ter escolhido aquele caminho não diminui em nada a sua luta e, talvez, até a engrandecça, tendo em vista a coragem pessoal.

Esse homem saiu da guerrilha preso, torturado, como todos sabem. Sofreu na prisão e, depois, teve uma carreira brilhante, a ponto de ser Presidente do Partido dos Trabalhadores, no momento em que o Partido chega ao poder.

Dizer aquilo é não apenas um gesto golpista, sim, como é também um golpe de falta de respeito a um cidadão brasileiro, falta de respeito a uma geração inteira, porque, como disse um poeta uma vez, certas pessoas representam toda a sua geração. Neste momento para mim, o ex-Deputado José Genoíno representa toda a minha geração. Aqueles que lutaram como ele na guerrilha, aqueles que lutaram nas ruas das grandes cidades, aqueles que lutaram nos sindicatos, aqueles que ficaram no exílio, cada um daqueles que tinham acesa a chama da democracia e conseguiram, eles juntos, nós todos, que a democracia voltasse a se implantar no Brasil. E foi graças a essa democracia que conseguimos reabrir, com plenitude, o funcionamento das duas Casas do Congresso.

E nós não podemos deixar passar em branco um discurso desse tipo. Deixar passar em branco um discurso desse tipo hoje é tolerar, amanhã; passar em branco discursos desse tipo, até o dia que, em vez de discursos, outra vez se usem as armas para ameaçar de fato a democracia.

Da mesma maneira que eu vim aqui dizer que a Oposição nada tem de golpista, eu venho aqui dizer que gestos isolados como esse, se deixarmos passar em branco, podem criar uma cultura golpista no Brasil. Sobretudo quando – e vamos reconhecer – nós, os civis que assumimos este País, às vezes passamos à juventude de hoje a sensação de que não estamos à altura do momento que atravessamos. E esta é a idéia que muitos jovens têm hoje: a de que os civis não estão tendo a capacidade, a firmeza e a ética de levar o Brasil no caminho certo, de desatar os nós que recebemos e atam o crescimento, a decência no Governo e a concentração de renda; esses diversos atos que nós não conseguimos desatar: da concentração da renda, do crescimento da violência, da pobreza.



Nós estamos passando, hoje, uma imagem má para essa juventude. Se se alia o caldeirão que nós estamos criando, por nossas omissões, com o caldeirão que alguns revanchistas como aquele senhor manifestam aqui dentro, aí, aquilo que na semana passada eu disse que não havia, na próxima semana poderá começar a existir.

É por isso, Sr. Presidente, que eu vim aqui para apresentar a V. Ex<sup>a</sup> um requerimento, com base no art. 222, no sentido de que seja manifestado o nosso repúdio, com toda clareza, ao uso da tribuna da Câmara para que se digam aberrações políticas e éticas como aquela. Nós, diferentemente de outros, não devemos fechar o Congresso nem impedir que suba à tribuna quem quiser falar, mas não podemos silenciar diante dos discursos equivocados e antidemocráticos que sejam ditos aqui nesta Casa.

Por isso, eu deixo com V. Ex<sup>a</sup> o requerimento no sentido de que seja, com clareza, manifestado o nosso repúdio e que se faça conhecer ao Presidente Severino Cavalcanti a nossa insatisfação com o fato de que, neste período, 20 anos de democracia, depois de tanto sacrifício, sejamos obrigados a ouvir aqui dentro, transmitido pela televisão ao Brasil inteiro, um senhor que exerceu o poder autoritário no passado dizer que se arrepende de não ter torturado – volto a insistir: com o debochado nome de “dar bolacha” – um companheiro da mesma geração dele, da mesma geração minha, chamado José Genoíno. Eu hoje me identifico como parte daquela geração muito mais com José Genoíno do que com aquele ex-Oficial do Exército.

Concedo um aparte ao Senador Paulo Paim.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam Buarque, comungo com as idéias de V. Ex<sup>a</sup>. Eu comentava aqui com os Senadores Leonel Pavan e Mão Santa o início do pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, quando cita que essa história de dizer que a Oposição, porque está a cobrar e fiscalizar, está dando um golpe, acho que é totalmente equivocada. Eu cheguei a usar o termo, é uma bobagem. Agora, por outro lado, V. Ex<sup>a</sup> vai à tribuna e faz um pronunciamento, em nome do processo democrático, sobre aquele ato escandaloso e vergonhoso que ocorreu na Câmara dos Deputados, inclusive contra o Regimento Interno, pois, em sessão de homenagem na Câmara dos Deputados, só quem pode usar a tribuna são os Deputados. Falo como ex-membro da Mesa. O Deputado que solicitou a sessão, ao permitir que alguém que não é Parlamentar use a tribuna, agiu de forma indevida. Foi um ataque que nos envergonha perante o País da forma que foi feita. Um articulista do jornal **Folha de S.Paulo** escreveu um belo artigo, em que diz que ele discorda do PT, nunca votou no PT, critica o PT e faz uma defesa de ponta a

ponta do Presidente do Partido José Genoíno. E diz que duvida quem, torturado, em 99% dos casos, não acuse até Jesus uma, duas, três vezes. Com isso ele não está dizendo que Genoíno acusou ou não acusou, mas diz: “Agora se inverteram os valores: o torturado é culpado e o torturador quer virar herói.” Por isso eu cumprimento V. Ex<sup>a</sup>, que alerta, faz uma defesa do processo democrático. E aí eu daria mais um gancho que já fiz da tribuna: acho correto o movimento feito por entidades civis, que estão fazendo atos e vão fazer um em Porto Alegre, onde estarei presente, não dizendo que alguém é golpista, mas em defesa da democracia e em defesa do combate permanente à corrupção e em defesa da ética na política. Os movimentos sociais se movimentando em defesa do processo democrático e combatendo à corrupção está mais do que correto. E V. Ex<sup>a</sup>, no meu entendimento, faz um alerta nesse sentido. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco/PT – DF) – Agradeço, nobre Senador Paulo Paim, seu aparte.

Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer que ficou clara essa inversão do perseguidor transformar-se em vítima do perseguido. Mas, para mim, mais do que essa, me preocupa a inversão mais profunda de que a tribuna que José Genoíno lutou para abrir dentro do Congresso seja usada por uma pessoa para dizer que se arrepende de não haver torturado ele. Essa inversão é que é a gravidade do momento, e esta Casa não pode ficar em silêncio diante disso, porque silêncio uma vez, silêncio outra vez... silêncio outra vez significa suicídio. Nós não temos o direito de suicidar a democracia brasileira. Temos de respeitar a Oposição, e não aceitar essa idéia de que a Oposição é golpista, mas temos de dizer com clareza que há golpes, sim, na cabeça de algumas pessoas que nada têm a ver com a Oposição; têm a ver, sim, é com um passado que, felizmente, nós já sepultamos, embora, de vez em quando, algumas pessoas querem pôr o dedinho de fora. Nós não podemos deixar que isso aconteça. Democraticamente, temos que lutar para que essas pessoas sintam, pelo menos, o nosso repúdio.

Senador Mão Santa, concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Cristovam Buarque, como sempre V. Ex<sup>a</sup>, com toda a arte da prudência, usa da palavra. Mas eu aprendi do latim **pars in pabula facimile congregatur**, pancada traz pancada. Isso tudo ocorreu pelo mal comportamento do José Dirceu. Padre Antônio Vieira disse que um bem sempre traz outro bem, mas o mal traz outro mal. A maneira como ele se comportou na sua volta ao Congresso foi uma maneira vil, uma maneira que traduz o caráter do José Dirceu. Congresso é para isto: reflexão, meditação, pronunciamentos prudentes. E ele

trouxe um exército de baderneiros, pensando que, com a sua história, desconhecida até para seus próprios familiares, amedrontasse os que estiveram e que lutaram pela democracia. Eu, por exemplo, estava lá no momento, cantando. Estava no Rio de Janeiro e vi Geraldo Vandré: “Vem vamos embora que esperar não é saber/ Quem sabe faz a hora/Não espera acontecer”. E saímos cantando Brasil afora. E eu, lá na minha cidade de Parnaíba, eu fiz o PMDB, o MDB derrotar o Partido do Governo, numa primeira grande vitória popular e democrática. Então que seja advertido também o mal comportamento de José Dirceu.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco/PT – DF)

– Senador Mão Santa, estou falando de dois momentos completamente diferentes. Um momento foi o pronunciamento na Câmara do Deputado José Dirceu, em que aconteceram as coisas que o senhor está citando. A outra foi num momento posterior, independente, sem nada que ver com aquilo que foi o pronunciamento de um ex-oficial do Exército, que, eu tenho certeza, nada tem a ver com as atuais gerações de oficiais e soldados do nosso Exército...

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Pediria ... apenas para justificar quando busquei o latim **Pars in pabula facimile congregatur**, pancada atrai pancada. Então o Zé Dirceu pensou que iria amedrontar. Não amedronta nada, é um Zé Moleirão.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco/PT – DF)

– Sr. Presidente, então eu quero deixar aqui o meu requerimento de que esta Casa não fique em silêncio diante do que aconteceu. E que o Senador Mão Santa, com todo direito, faça um requerimento relacionado com o outro evento, que nada tem a ver com aquele que estou trazendo aqui à sua presença.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, cumprindo com a minha consciência, para que amanhã ninguém diga que eu fiquei em silêncio diante de uma aberração que foi aquela fala daquele senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Mesa aguarda o requerimento do nobre Senador Cristovam Buarque, para as devidas providências no processo legislativo.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Wirlande da Luz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna. S. Ex<sup>a</sup> dispõe de até 15 minutos.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB.) – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A seguir, Senadora Heloísa Helena.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ninguém ama quem não conhece.

Se perguntarmos:

Você ama uma pessoa que você não conhece?

Não, não sei quem é.

À medida que conhecemos, ou amamos ou nos desinteressamos, podendo detestar ou odiar. Os Parlamentares buscam ser conhecidos para obter, a partir do apoio popular, os votos necessários às suas eleições. Espera-se que aqui os Parlamentares defendam os interesses das suas comunidades e do Brasil e que se comportem dentro de parâmetros da ética, da correção etc.

A semana passada foi triste para as duas Casas. Estamos tendo alguns exageros na nossa, mas, no conjunto, foi muito ruim para todos os Parlamentares, porque alguns itens se generalizam. Falam “os Parlamentares”. Fala-se “o Congresso”. Evidentemente, sei que, quando chegar a hora da eleição no próximo ano, tudo será peneirado, e o joio ficará separado do trigo. Porém, com toda a certeza, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, devemos ter mais prudência, mais firmeza e realizar um trabalho forte para mudar essa imagem com a qual estamos terminando este período antes do recesso.

No recesso que ocorrerá em julho, três CPIs estarão em funcionamento na Casa. A CPI da Imigração é necessária, pois existe hoje uma quantidade incrível de brasileiros presos nos Estados Unidos, por volta de 20 mil – dizem que há um pouco mais. Por incrível que pareça, essa situação foi resultado da propaganda da novela América. Esse número subiu de 8 mil para 12 mil, e agora há mais de 20 mil pessoas presas. A CPI da Terra vem-se arrastando, mas já chegou a algumas conclusões e está cumprindo o seu dever. Na CPI dos Correios, esta semana será muito quente. Até quarta-feira, deverá sair a CPI do Mensalão na Câmara dos Deputados, onde a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar também está funcionando.

Em todas essas frentes, espero baixar a poeira do comportamento do Congresso, para que se façam todas as investigações, sim. Ninguém quer esconder os fatos, mas sem as agressões, a violência e gritaria.

Por que estou dizendo isso hoje da tribuna? Circulei, neste fim de semana, em vários ambientes. Em todos eles, a crítica é uma só: “Vocês enlouqueceram? O que aconteceu com o Congresso? Não é possível!” As pessoas pensam, no primeiro instante, que a situação se generalizou. Não é verdade. Prestem bem atenção

– e esse é o alerta que faço não para nós, mas para o público em geral. A situação, às vezes, parece caótica, mas, até no caos, há uma certa ordem.

Foi uma semana de catarse, sim. Essas duas últimas semanas foram muito difíceis. Como eu apóio o Governo, critico a Oposição? Não. A Oposição está no papel dela – embora, talvez, um pouco açodada. Ela tem o direito de fazer, de pensar, de encontrar e de buscar... Essa é a função da Oposição.

Nós do Governo, nós como força auxiliar do Governo, grupo que procura dar governabilidade – He-loísa, não fique rindo; você esperava que eu dissesse que estamos no Governo. Nós não estamos. Nós somos força auxiliar do Governo. Estamos dando a governabilidade.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Ouço V. Ex<sup>a</sup> com prazer.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Senador Ney Suassuna, nós da Oposição temos sido os mais ponderados possíveis. Ninguém mais do que nós. Todo Governo gostaria de ter uma Oposição racional e responsável como a desse. Aliás, agora mesmo, o Presidente Lula pediu o apoio do PMDB, oferecendo ao Partido quatro Ministérios para que ele participe do Governo. Todos nós da Oposição estamos torcendo para que o PMDB apóie o Governo, até para melhorar a governabilidade. Queremos o PMDB no Governo, a fim de que possamos fazer o nosso trabalho de Oposição, porque se o Governo não tem apoio fica até difícil para nós fazermos oposição. Então, apelo a V. Ex.<sup>a</sup> para que use seu prestígio no PMDB para conseguir que o PMDB efetivamente apóie o Governo e deixe o papel de oposição para nós porque o povo nos colocou nessa posição.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Nobre Senador José Jorge, eu faço a diferença entre a Oposição do Senado e a Oposição na outra Casa, quando digo que o perigo é o da generalização.

Agora já acalmou a própria CPI, mas no começo qualquer palavra dada era uma gritaria tão grande que a gente não se entendia, não conseguia se entender na CPI. Foi muito açodado o começo. E eu estou vendo que os próprios Líderes do PFL chamaram a atenção dizendo que aquilo não era bom daquele jeito, daquela forma. E as coisas estão sendo ponderadas.

Eu sei que a Oposição no papel dela, inclusive as Lideranças da Oposição, estão tentando colocar as coisas em parâmetros de normalidade. Disso eu sou testemunha porque vi fazendo. Agora, o que quero dizer para o público em geral que nos vê através da TV Senado é que nesta Casa, às vezes, parece que a

balbúrdia está imperando, mas tudo isso não é assim, tem regras e tudo isso tem normas e que nós somos humanos como qualquer pessoa e há horas que a adrenalina está muito elevada.

Nesta semana, quando a partir de amanhã o tempo vai estar muito quente, vamos ter várias coisas para resolver – e amanhã vamos ter um dia muito difícil – e eu espero que nós saibamos controlar a nossa adrenalina, até porque estamos sendo vistos por todo o Brasil. As TVs da Câmara e do Senado passaram a ter um lbope incrivelmente alto. Então, é muito importante que façamos tudo o que tem que ser feito, mas dentro de parâmetros que não levem o público a achar que ao conhecer, não amar, porque isso vai significar uma grande taxa de renovação, como no ano passado. Todos sabemos que isso vai ocorrer. Mas é preciso que o público entenda, que os eleitores entendam, que os brasileiros entendam que, seja oposição, seja governo, nós estamos buscando cumprir o nosso dever, de forma que não haja luz vazando de um lado para o outro. Desejamos tudo bem iluminado e muito bem resolvido.

**O Sr. Leonel Pavan** (PSDB – SC) – Senador Ney Suassuna, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Concedo um aparte, com muito prazer, ao Senador Leonel Pavan.

**O Sr. Leonel Pavan** (PSDB – SC) – Senador Ney Suassuna, todos sabemos que V. Ex<sup>a</sup> tem sido bastante claro em seus pronunciamentos, no seu trabalho, e sempre tem atuado para que as coisas realmente ocorram na maior tranquilidade. V. Ex<sup>a</sup> cumpre o papel de Líder do PMDB com muita honra e orgulho para a sua legenda, e todos reconhecemos o belo trabalho que exerce. Porém, temos que deixar registrada uma questão: não é possível jogar todos os homens públicos na mesma vala. Recentemente, foi preso o Juiz Lalau, nem por isso podemos culpar todo o Judiciário. Recentemente, foram presos, e estão para ser julgados, representantes do Ministério Público, nem por isso podemos julgar essa instituição como um todo, até porque o Ministério Público é a base da democracia e da ordem. Recentemente, foram presos diversos funcionários públicos, nem por isso podemos julgar todos os funcionários públicos pelos desmandos e corrupções que cometeram aqueles. Recentemente, foram presos alguns policiais federais, nem por isso podemos julgar essa instituição, que é a que está realmente fiscalizando, que é o órgão principal para manter a ordem no País. Então, digo que a classe política também não pode ser toda ela julgada. Porém, a Câmara dos Deputados precisa jogar um óleo de rícinho e limpar aqueles que estão sendo, hoje, colocados

na imprensa como homens públicos que cometeram atos ilícitos. É preciso varrê-los dali, limpar, tirá-los da vida pública, para que possamos continuar fazendo o melhor para o nosso País. Muitos se elegeram, nobre Senador Ney Suassuna, prometendo atender aos anseios populares na ética, na lisura no trabalho público. Prometeram honrar os seus cargos em defesa da nossa Pátria. No entanto, após assumir o mandato, cometeram atos ilícitos e precisam receber penas. Precisamos puni-los, colocá-los fora do processo da vida pública; se não o fizermos, toda a classe vai pagar por isso. Entendi perfeitamente o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> e é esse o chamamento que faço. Está em nossas mãos esta responsabilidade: fazer que a CPML levante todos os culpados e que todos eles sejam punidos, independentemente de cores partidárias, se são do Governo ou se são da Oposição. Não interessa. Todos devem ser punidos. Devemos varrê-los da vida pública para que a instituição democrática, para que a Câmara dos Deputados, para que o Senado Federal, para que o Governo Federal não sejam julgados como se todos fossem iguais. Parabenizo o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, que vem ao socorro da minha tese. É exatamente o que acabei de dizer: tem que se separar o joio do trigo. Mas eu falava mais sobre o processo. Nos primeiros dias de CPI, V. Ex<sup>a</sup> deve ter visto, ninguém conseguia falar. Quando um pedia a palavra, todos gritavam ao mesmo tempo; era uma balbúrdia só. E todos que encontrei nesse final de semana criticavam isto: fala-se excelência para lá, excelência para cá, mas se agrediam, se provocavam. A semana passada foi uma semana difícil para a imagem do Congresso, seja pelo excesso de adrenalina e de agressão, seja porque tivemos, além disso, provocações que não eram necessárias. Não estou entrando no mérito de quem provocou quem, mas não havia necessidade daquilo; somos adultos, não somos colegiais. Tudo isso vai ser analisado; será punido quem merecer, mas com ponderação e com prudência.

Era essa minha ponderação, lembrando que esta semana não será fácil, mas que a nós cabe prudência e firmeza.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Com a palavra, pela ordem, o Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra somente para dizer que nós, da Liderança da Minoria, estamos solidários com o requerimento do Senador Cristovam Buarque em relação àquela sessão que houve na Câmara dos Deputados. Achei aquela ses-

são absurda, até surrealista. A meu ver, não deveria ter havido aquela sessão e muito menos aquilo que foi dito ali, que foi, sem sombra de dúvida, exagerado.

Portanto, eu gostaria de dar o apoio da Minoria em relação do requerimento do Senador Cristovam Buarque.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Mesa acolhe a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>. E, pessoalmente, Senador José Jorge, não manifesto uma opinião a respeito por estar neste momento na Presidência da Casa.

Concedo a palavra à nobre Senadora Heloísa Helena.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de até 15 minutos, Senadora.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>es</sup> e Senhores Senadores, a exemplo de vários parlamentares, militantes, movimentos sociais, reconheço que toda generalização é perversa e cruel. A partir do momento em que se apresentam todos os políticos como bandidos, membros de quadrilhas e outras coisas mais, mesmo sabendo que toda generalização é perversa, digo sinceramente, Senador Tião Viana, que eu não me incomodo, porque não ponho a carapuça. Sei que a generalização perversa é ruim para o aprimoramento da já combatida democracia representativa, mas a população brasileira tem muita razão de se mostrar indignada, nauseada, em estado de vômito permanente, porque não sai do noticiário a lama da corrupção.

Então, quando o atual Governo e parte importante da sua base de bajulação reproduz a mesma metodologia do Governo passado, de entregar o aparelho de Estado brasileiro a conhecidos, delinqüentes de luxo, saqueadores dos cofres públicos, realmente fica muito difícil que a população brasileira não reaja com profunda indignação.

Certamente que, se Jesus por aqui estivesse, com certeza, Ele entraria em algumas instituições, em alguns órgãos públicos do Brasil, ou do Executivo ou do Legislativo, com o chicote na mão a denunciar que alguém fez disso aqui um covil de ladrões.

É evidente que as denúncias são muito graves em relação à Câmara, mas tenho a obrigação de dizer que não boto a mão no fogo pelo Senado porque não quero torrar a minha pobre mãozinha, fazer dela um churrasco. As denúncias do “mensalão” estão na Câmara, mas é evidente que sabemos todos nós que há outras formas sofisticadas de montar o balcão de negócios sujos, de se distribuírem cargos, prestígio, liberação de emenda e poder para que outros também sejam partes de formas mais sofisticadas do “mensal-



lão”. Então, quero deixar muito claro que minha mãozinha delicada não ponho no fogo para proteger as patas de quem quer que seja: ou Deputado, ou Senador. Por isso é importante a CPI; por isso é essencial uma Comissão Parlamentar de Inquérito para que, através de um procedimento investigatório que traz para si poder de investigação próprio das autoridades judiciais, possamos dar conta das investigações pela quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico dos que são parte do bando de partidos, ou empresários, ou outros mais que estão ajudando nos saques aos cofres públicos. Isso é muito importante!

Quem viu todas as revistas e jornais, por um lado, aquela foto, uma foto bem chique e que mostrava claramente que há pessoas que não estão nem um pouco preocupadas. Essa foto é aquela da aliança PT/PMDB. Isso não é novidade, porque todos sabem que o PMDB é assim: “És governo, estou dentro”. O povo brasileiro está absolutamente indignado, está entre a tristeza profunda e a indignação. Na foto estava o Presidente do PMDB, Michel Temer, o Presidente do Senado, Renan Calheiros, o Presidente Lula e o Líder do Governo, Aloizio Mercadante. Eles podiam, ao menos, diante da crise gravíssima em que o Brasil se encontra, se comportarem de maneira mais sisuda. Mas não: estavam lá gargalhando. Pareciam-se com alguém que está em cima de uma fossa estourada, fingindo que sente o perfume das rosas, quando o mais simples cidadão, que perto dali está, sente a podridão avassalando suas narinas e seu coração.

À medida que eu via as revistas de toda a semana, ficava impressionada. Isso porque o luxuoso hotel de Brasília que foi utilizado para promover a nossa expulsão é o mesmo onde empresários, dirigentes partidários e Parlamentares alugavam salas e suítes para viabilizar o esquema da podridão, da corrupção que entristece e indigna a maioria da população brasileira.

Quero só deixar aqui claro, mais uma vez, que não sou movida por moralismo pequeno-burguês. Mas é evidente que a condenação da hipocrisia dos escribas, dos fariseus e dos sicofantas tem que efetivamente ser mostrada e apresentada ao povo brasileiro.

Mais uma vez, sai publicado no jornal tudo o que já estávamos vendo nesse período: dirigentes partidários entregam o aparelho do Estado para delinqüentes de luxo; esses senhores fraudam a necessidade e a demanda, fraudam o processo de instrução de uma licitação para que determinado empresário ganhe essa licitação fraudulenta; e o empresário que ganha a licitação fraudulenta recompensa os dirigentes partidários e os seus serviços da política com o “mensalão” e outras estruturas igualmente apodrecidas, certamente mais sofisticadas para viabilizar os negócios sujos.

Então é duro, realmente é muito difícil. Começa com a fraude no processo de instrução, com as estratégias jurídicas que são montadas para o empresário ganhar a licitação. Depois, quando ele ganha a licitação com um processo fraudulento, porque a diretoria tal cria uma necessidade de compra de um produto de que não há necessidade, combinam com o empresário que lá coloque uma especificação técnica no seu produto para que ele ganhe. Articulam-se de forma bandida, tal e qual o banditismo de covil de ladrões, colocando o preço lá embaixo para que depois se promova uma estratégia jurídica e, por meio de aditivos, o preço seja recompensado. E, depois que o preço é recompensado, o empresário que ganha a operação fraudulenta recompensa os dirigentes partidários e os seus malandros parlamentares com o dinheiro sujo da corrupção.

Então, realmente fica muito difícil que alguém consiga ter paciência e serenidade quando se estão saqueando os cofres públicos. Alguém até pode responder com serenidade, porque o dinheiro que está sendo utilizado, ninguém está vendendo suas mansões do Lago, ninguém está vendendo seus iates, seus aviões particulares, ninguém está tirando dinheiro das suas contas do paraíso fiscal, ninguém está fazendo isso. Está-se tirando dinheiro do povo, dinheiro público. Cada vez que se saqueiam os cofres públicos, é uma menininha pobre que vai para a rua vender o corpo por um prato de comida e um jovem pobre que vai para a marginalidade como último refúgio.

Portanto, nós nos sentimos na obrigação de, mais uma vez simplesmente protestar, o que realmente adianta pouco. Mas, pelo menos, deixamos aqui registrado o nosso protesto em relação ao banditismo dos delinqüentes de luxo. Estejam eles onde estiverem, trazendo na lapela do terno o broche que for, que eles possam, realmente, cumprir o destino que a ordem jurídica vigente do País, que a legislação em vigor do País possibilita, que é cadeia para os corruptos, para os que patrocinam crimes contra a Administração Pública!

Nós não podemos aceitar que o destino do pobre, quando rouba um pão para alimentar o seu filho faminto, seja apanhar no presídio, enquanto o destino dos delinqüentes de luxo que saqueiam os cofres públicos seja transitar nos tapetes azuis do Senado ou verdes da Câmara, ou ser recebidos nos salões da *high society*, como se homens honrados fossem, quando, na verdade, delinqüentes de luxo, parasitas sem pátria, saqueadores dos cofres públicos efetivamente são!

Era o que tinha dizer, Sr. Presidente.

(Bravo! Manifestação nas galerias.)

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao nobre Senador Alberto Silva. S. Ex<sup>a</sup> dispõe de até 15 minutos.

A Mesa informa, a título de orientação, que a galeria não pode se manifestar quando houver orador na tribuna.

A seguir, concederei a palavra à Senadora Ideli Salvatti e depois ao Senador Augusto Botelho.

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna do Senado hoje, com este País como está aí. Em cada uma das revistas, há uma notícia mais complicadora. Por todo lado, o que se ouve é que o País está parado e que não andaré enquanto não se apurar tudo o que está aí nessas CPIs. Já por duas vezes em que ocupei esta tribuna, fiz um apelo ao Presidente no sentido de que Sua Excelência assumisse o comando e não deixasse o País parar, independentemente da apuração que está havendo. Quem for culpado será punido, e o próprio Presidente disse que cortaria na carne. Então, se o Presidente da República diz que é para ser apurado, eu não tenho razão alguma para não crer que isso vai acontecer. Mesmo porque as CPIs estão andando e estamos assistindo aos resultados.

Eu agora falo aqui em nome do meu Partido. Os jornais estão cheios de notícias de que o Presidente está pedindo o apoio do PMDB para que possa, de alguma forma, tocar o Governo. Posso e estou nesta tribuna agora para levantar uma questão, e creio que o País todo que está me ouvindo vai concordar com a proposta que pretendo fazer aqui e agora.

O PMDB está-se reunindo e, seguramente, vai tomar uma decisão, porque, se nós somos políticos, se temos um partido forte, duas coisas nós podemos fazer: ir para a Oposição e deixar o Governo, ou aceitar o convite do Presidente e discutir com Sua Excelência em que condições vamos apoiar o governo que está aí. Alguns dizem: “É o fisiologismo do PMDB, vai querer cargos e Ministérios”. E os jornais falam que o PMDB vai ter quatro, cinco ou seis Ministérios. Conversando com meus companheiros, eu disse assim: “Ministério não resolve o problema deste País de jeito nenhum. Na emergência em que estamos, é preciso coisa muito maior do que Ministério”. Alguém diz: “Mas o que é isso? O senhor quer subverter a ordem democrática? O Governo é democrático, tem um Presidente, tem os Ministros, e é isso que funciona”. Tudo bem, mas, quando se tem uma calamidade, o que fazemos? Apelamos para leis específicas de calamidade. Quando se decreta calamidade, uma porção de leis deixa de vigorar. Não é querer passar por cima da lei; é que o interesse público e a desgrça pública estão acima de

qualquer lei isso é verdade, sem subverter a ordem pública. Isso é verdade.

Então, a minha proposta é a seguinte: o PMDB vai, mas com uma condição. Qual é o problema imediato deste País? Há vários, mas o desemprego é o primeiro deles. Podemos resolver o problema do desemprego dentro de uma emergência? Seguramente, não. Temos de ter um programa. O Presidente tinha um programa e pensou que podia resolver os problemas com o Fome Zero, o Bolsa Família e outros.

Isso, a longo prazo, pode ocorrer, mas estamos diante de uma calamidade. E V. Ex<sup>as</sup> querem saber qual é a calamidade número um do País? Às vezes comentamos sobre as medidas tomadas pelo atual Governo, e a Senadora Heloísa Helena diz que é a mesma coisa do Governo passado, que é a mesma política. Ela diz, com certa firmeza, que o dinheiro do sacrifício dos brasileiros é para encher a pança dos banqueiros do FMI. Ficamos ouvindo e, na verdade, lá no fundo... No dia em que tomei posse no cargo, com muita honra, de Conselheiro da República, no pequeno pronunciamento que proferi, disse ao Presidente que Sua Excelência já havia mostrado ao mundo que o País existe, que o Brasil é grande, que não pode ficar parado diante das desgraças dos outros países e quer aparecer como líder das Américas e como líder mundial – dizem que Sua Excelência ficou até emocionado. Todos reconhecemos isso. No entanto, afirmo que o Presidente teria de chegar para os ricos e dizer que já dobramos a casa dos cem bilhões de superávit primário – ou seja lá que nome queiram dar – e que nós brasileiros precisamos de uns dez bilhões, desses cento e tantos que vamos pagar. O Ministro Palocci disse que não sobra nada porque temos que pagar primeiramente os juros internos ou externos. Não sobra nada. Aí o Brasil fica parado. Eu disse ao Presidente que assumisse o comando, pois o País não pode parar! Que as CPIs continuariam, mas que Sua Excelência teria de assumir o comando.

Agora, o Presidente está nos chamando. Estou falando aqui em nome do meu Partido, sem delegação alguma. Sou o mais antigo desta Casa – e, seguramente, não apenas na idade. Então, se sou antigo, tenho pelo menos o direito de dar uma sugestão. De quê o Brasil vive? De onde vêm esses cem bilhões? Cerca de 70% desse valor vêm da agricultura, do campo, ou seja, da soja, do café, do algodão, do milho, que são exportados. E como se exporta neste País? Desde a época de Juscelino Kubitschek e do advento das fábricas de automóveis e caminhões no Brasil, esquecemo-nos da ferrovia. Não temos esse sistema de transporte. Atualmente, fala-se em construir ferrovias, mas isso não se faz em um dia. A construção da Nor-

te-Sul e da outra ferrovia durará cerca de seis anos. E estamos em uma emergência.

O Governo Lula tem seis meses até o final do ano e depois mais um ano. Qual é a emergência número um? Abri, outro dia, o jornal e fiquei assombrado. Os transportadores e os donos dos grãos apresentaram um número alarmante: dois milhões de carretas transportam a riqueza do Brasil para os portos por estradas esburacadas, liquidadas. Estou acabando de fazer uma atualização desses dados, e está perto de 40 mil quilômetros a extensão de estradas que precisam de conserto. Como consertar 40 mil quilômetros de estradas? Com o Ministério do Transportes, com aquela organizaçãozinha que leva seis meses – a lei diz isso e vamos cumpri-la – para fazer uma licitação para resolver um problema do projeto e, depois, mais outros três, quatro, seis meses ou sei lá quantos para um trecho de estrada? Dizem os transportadores que, somando-se a quantidade de grãos que caem das carretas até a chegada no porto, o prejuízo ultrapassa a casa dos quatro bilhões. Esse número é fantástico! Nosso companheiro, o Senador Mão Santa, fala em 76 impostos e cita números. Pois eu cito um número perigoso para nós: quatro bilhões de prejuízo.

E por que o prejuízo? Por causa dos buracos. Então, vamos consertar os buracos. Assim, teremos quatro bilhões recuperados.

Já disse aqui muitas vezes que não quero ser repetitivo, mas não tenho escolha. Diante da calamidade, tenho que ressaltar aquele ditado bem nordestino: “Água mole em pedra dura tanto bate até que fura”. É um chavão, e não gosto de chavão. Mas, se eu não repetir, quem vai saber disso? Atualmente a Petrobras importa óleo *diesel*, porque as nossas refinarias não garantem o volume que o País consome e troca por gasolina. Não sei se o resultado é favorável ou não, mas a realidade é essa. Dizem que estamos perto da auto-suficiência em petróleo, mas que o nosso petróleo é ruim. Parte dele é do chamado petróleo pesado, que não produz o óleo *diesel* que precisamos. Então, importamos.

Temos muita gasolina e vendemos, mas as pessoas estão fugindo da gasolina; estão querendo álcool. E o Brasil pode entrar nessa agora. Mas, antes de entrarmos, vamos consertar as estradas? De que jeito? Vai aqui a primeira proposta, que já falei várias vezes: para se consertarem 40 mil quilômetros de estradas, rebentadas como estão, é preciso haver um comando. O Ministério dos Transportes, mesmo que se nomeie o Ministro mais aureolado deste País e que se coloquem ao lado dele as pessoas mais competentes, possui uma estrutura interna tão pequena, tão impotente para um

problema dessa natureza, que não conserta. Então, qual é a proposta?

No Governo passado – tenho que citar, porque eu estava presente –, montou-se uma Câmara de Gestão. O Ministro das Minas e Energia era o Senador José Jorge, que topou na hora. Tiraram de seu Ministério a função de resolver o problema do “apagão”, porque o Ministério não tinha capacidade estrutural para resolver o problema.

Assim, foi feito um negócio engenhoso, inteligente, que se chamou Câmara de Gestão. Quem era o comandante? Era Pedro Parente, um excelente cérebro deste País, descendente de um grande amigo nosso lá do Piauí. Assisti a tudo. Ele era o comandante e criou um grupo de trabalho com pessoas altamente competentes para decidir o que fazer diante da calamidade, diante da certeza de que haveria um “apagão”. Não chovia, os mananciais eram insuficientes, o rio São Francisco não tinha mais os lagos – o rio estava no caixão –, havia um risco. Feita essa constatação, organizaram um racionamento criativo, competente, oportuno e, por meio disso, eles retiveram um pouco o consumo de energia para dar tempo ao São Francisco, com sua vazão normal, de encher os reservatórios aos poucos, e apelando a Deus que fizesse chover. Mas, no período crítico, foi a Câmara de Gestão que resolveu o problema.

A calamidade das estradas só terá solução se houver um grupo de trabalho, como a Câmara de Gestão, de que os Ministros farão parte, evidentemente, mas haverá uma gerência do projeto. Essa gerência será exercida por pessoas altamente competentes, que já fizeram estradas, que sabem o que é estrada, sabem como se faz. Temos cem empresas de engenharia neste País, prontas, prontas para entrar em uma guerra como esta.

**O Sr. Marco Maciel** (PFL – PE) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um brevíssimo aparte, Senador Alberto Silva?

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI) – Por favor, como o Sr. Presidente me concedeu quinze minutos, eu queria completar.

**O Sr. Marco Maciel** (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Serei muito breve. Quero apenas fazer uma observação. Já que V. Ex<sup>a</sup> se referiu à Câmara de Gestão, de fato uma excelente iniciativa do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, eu gostaria de lembrar que, quando a crise energética se instalou – e não houve “apagão”, houve racionamento, é bom que se diga – quando a crise energética se instalou, o Governo Federal, na figura do Presidente Fernando Henrique Cardoso, entendeu que a questão não poderia ser gerida apenas pelo Ministério de Minas e Energia, então conduzido competentemente pelo hoje Senador José



Jorge. Como o racionamento envolvia toda a sociedade brasileira, o Presidente houve por bem fazer um conselho, uma câmara de gestão composta por grande parte dos integrantes da Administração Federal.

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI) – Mas havia um comando único.

**O Sr. Marco Maciel** (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Havia um Secretário-Executivo, Pedro Parente, que se incumbiu muito bem da missão. Com isso, quero dizer que não menos importante foi o papel do Senador José Jorge, que conduziu a gestão que lhe cabia, na parte energética, e prova disso é que praticamente encerramos o processo de racionamento sem maiores danos. Aproveito a ocasião para repetir que não houve “apagão”, houve racionamento, e isso é importante ser frisado porque há uma distinção muito grande entre uma coisa e outra. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pelo discurso que profere nesta tarde, como o faz habitualmente, com talento e inteligência.

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel.

Completando o meu raciocínio, eu gostaria de dizer que o problema das estradas é de calamidade mesmo. E digo que com a estrutura do Ministério – e é a estrutura, não o Ministro – não dá para se montar um esquema executivo capaz de, na calamidade, resolver esse problema.

Então, tive o cuidado, como um experiente... Afinal de contas, como V. Ex<sup>a</sup> também foi um dos grandes Governadores de Pernambuco, grande Senador e Vice-Presidente da República – V. Ex<sup>a</sup> tem um grande serviço prestado ao País, inexcusável –, o que eu queria dizer é que aproveitei a experiência que tive como Governador para propor o que estou propondo em escala maior...

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI) – Se me permite, se me der um tempinho, quero somente terminar, porque isso é para o País, meu caro Presidente. Agradeço.

Eu queria encerrar assim: uma câmara de gestão, no momento atual, mobilizaria 100 empresas de engenharia pelo processo que fizemos lá. Tenho o preço, tenho o padrão. Já fizemos esse estudo e o atualizamos. Uma estrada em que o asfalto está destruído, se eu tiver de tirar a capa de asfalto dos milhares de quilômetros, eu pago 150 mil por quilômetro pelo asfalto; se a base estiver comprometida, isso vai para 200 mil. Hoje, já existem várias estradas que estão sendo feitas. Se eu tiver 30 mil na sobra, 30 mil vezes 200 mil dá R\$6 bilhões. Ora, se eu estabelecer um prazo de 18 meses, que é o que falta para o Presidente...

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI) – Concluo, Sr. Presidente.

Faltam dezoito meses. Em seis meses, fazemos dez mil; em seis meses, mais dez mil; em seis meses, mais dez mil. No Governo dele, faríamos 30 mil quilômetros de estradas. Agora, com o Ministério só, não, com a câmara de gestão.

Essa é a sugestão que deixo. Vou me inscrever para continuar da próxima vez.

Obrigado, Sr. Presidente.

Brasileiros que estão me ouvindo, entendam o que estou falando. A economia é muito grande, porque economizaremos seis bilhões de óleo diesel jogados fora pelas carretas nas freadas, nas acelerações e na mudança de rumo. Os engenheiros rodoviários que estão me ouvindo sabem do que estou falando. Quando se desacelera uma carreta de 50 toneladas, o motor joga óleo fora; quando se acelera, ele joga mais, porque consome mais. Somando tudo, chega-se a 30% a mais de consumo de óleo. Isso representa seis bilhões.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (César Borges. PFL – BA) – Para encerrar, nobre Senador Alberto Silva.

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI) – Muito obrigado, Sr. Presidente. É todo o dinheiro que precisamos para a reforma das estradas.

*Durante o discurso do Sr. Alberto Silva, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. César Borges.*

**O SR. PRESIDENTE** (César Borges. PFL – BA) – Seguindo a ordem dos oradores inscritos, concedo a palavra ao nobre Senador Augusto Botelho, do Estado de Roraima, pelo prazo de 15 minutos e, em seguida, à Senadora Ideli Salvatti, nobre Senadora representante do Estado de Santa Catarina.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ao longo de toda a nossa história política os partidos políticos, com exceção dos chamados partidos revolucionários, foram criados por conveniência de um ou outro grupo, com o objetivo único de satisfazer os interesses de poder em uma determinada conjuntura.

A partir de 1989, com a volta plena da democracia, consagrada pela eleição direta do Presidente da República, depois de 21 anos de regime militar e de um curto período de transição, iniciado com a escolha de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, começou



a ser escrito um novo capítulo do processo político brasileiro.

Um grande debate motivou amplos setores da sociedade e o Congresso Nacional na direção da necessidade urgente de modernização do Estado Nacional, com o objetivo de prepará-lo para ser o suporte fundamental da democracia, do desenvolvimento e das mudanças que começaram a ocorrer a partir daquele momento histórico. É importante destacar que esse novo cenário negava totalmente o arcabouço político e institucional gestado nos primeiros momentos da proclamação da República e que foi vigoroso na vida política brasileira até a eleição do ex-Presidente Collor de Mello.

Sr. Presidente César Borges, hoje, esse debate já atingiu a maturidade. Neste momento, um dos temas mais importantes dessa agenda é, sem dúvida alguma, a Reforma Política, que vem sendo discutida desde 1995, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, e que precisa ser votada até o próximo dia 30 de setembro para poder vigorar nas eleições do ano que vem. Portanto, o Congresso Nacional dispõe de pouco tempo para concluir os retoques finais dessa importante reforma, que tem tudo para certo após o incansável debate que se arrasta por mais de uma década. Nos acertos finais, espero que seja definida uma legislação moderna, consistente e duradoura, livre do clientelismo, do oportunismo, dos interesses cartoriais e da vergonhosa infidelidade partidária, que sempre castigaram a vida política nacional e deformaram o desenvolvimento dos partidos políticos.

Sou da opinião de que os Parlamentares precisam urgentemente disciplinar com cuidado a pauta dessas discussões, justamente para evitar atropelos durante a troca de opiniões. Defendo, por exemplo, que a questão da fidelidade partidária, uma das mais importantes da pauta, e que já encontra um certo consenso em relação a sua aprovação, seja apreciada com grande relevo porque está diretamente relacionada com a democracia e com o aperfeiçoamento da vida dos partidos. Como bem acompanhamos no noticiário nacional, nos últimos dois anos e cinco meses, mais de 150 Deputados Federais mudaram de partido cerca de 200 vezes. Essa estranha mobilidade deve ser vista como uma desmoralização para as agremiações partidárias e uma aberração para todo o sistema político.

No momento atual, sempre que analisamos as características dos partidos políticos, o assunto fidelidade partidária é um dos mais complexos. Se por um lado ela se equilibra precariamente no processo político, como temos observado em várias situações, por outro lado, a própria Constituição Federal admite

que cada partido deve ter autonomia suficiente para cuidar do assunto.

Diante dessa fragilidade estrutural e da inexistência de freios partidários capazes de impedir a migração intensa dos Parlamentares de uma sigla para outra, de uma maneira geral, os políticos menos engajados ideologicamente ou doutrinariamente são os que mais praticam o fisiologismo, o oportunismo e aceitam determinados favores em troca da assinatura de uma ficha de filiação em outro partido. É indiscutível que a Reforma Política precisa aprofundar mais essa discussão e não pode perder de vista a necessidade urgente de estabelecer mecanismos eficientes para impedir a continuidade dessa prática que denigre a atividade política.

Ao contrário de instituições como as nossas, nas democracias bem estruturadas, os partidos são fortes, funcionam de maneira orgânica e representam uma verdadeira escola de formação de quadros e de militantes. Na vida democrática organizada, os partidos políticos estão acima dos interesses pessoais, porque o poder de sua organização não permite que outros grupos sejam capazes de manipulá-los para satisfazer os seus interesses específicos. Penso que o fortalecimento da democracia, do equilíbrio social e do desenvolvimento depende estreitamente do funcionamento correto das instituições políticas.

**O Sr. Marco Maciel** (PFL – PE) – Nobre Senador Augusto Botelho, conceda-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Com todo prazer, concedo o aparte ao Senador Marco Maciel.

**O Sr. Marco Maciel** (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Estou ouvindo com muita atenção o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> e desejo dizer da minha satisfação em vê-lo defender a necessidade da reforma política, que, em última análise, é a busca para melhorar o desempenho das instituições no nosso País. Digo sempre que já temos hoje no País consolidada uma democracia, mas, se essa é fundamental, todavia não é suficiente para fazer com que as instituições sejam capazes de responder às demandas da sociedade. O caminho é a reforma política, que poderíamos chamar mesmo de reforma institucional. Aliás, deveria ter sido a primeira a ser feita. Afirmo isso com tranquilidade interior, porque a defendo desde 1977, quando fui Presidente da Câmara, coisa do século passado, portanto. Se a tivéssemos realizado há mais tempo, outro seria o estágio em que estaria o nosso País, porque ela não afeta só o segmento, como V. Ex<sup>a</sup> salienta, eleitoral-partidário, mas se prolonga na questão da Federação, do sistema de governo, das instituições republicanas, de um modo geral. Certamente, sem essas mudanças, essas

transformações, não vamos ter a nação com a qual sonhamos, nem vamos melhorar a percepção externa que se tem do nosso País. Daí por que a palavra de V. Ex<sup>a</sup> ser muito importante neste instante. Ela ajuda a fazer com que se gere na consciência coletiva a necessidade de enfrentar esse problema. Não podemos perder mais uma oportunidade. É lógico que, no passado, obtivemos alguns avanços. Mas ainda há muito a fazer. Talvez o maior desafio desta legislatura seja a reforma política. Se for adequadamente respondido, teremos prestado um grande serviço ao País e às suas instituições. Certamente ajudaria a melhorar também a imagem do Congresso Nacional, de modo particular, e das instituições representativas, de modo geral. Portanto, sem tomar o tempo de V. Ex<sup>a</sup>, quero cumprimentá-lo e dizer que aprecio muito o desempenho de V. Ex<sup>a</sup> nesta Casa, pois dá com seus pronunciamentos uma contribuição muito grande para a solução de nossos problemas.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR)** – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>. As suas palavras lapidam o meu discurso. Conheço a biografia de V. Ex<sup>a</sup>, a sua luta pela reforma política. Pode contar com um soldado ao seu lado para conseguir fazer a reforma necessária para este País melhorar, para não ficarmos passando pela vergonha que estamos passando agora, pela segunda vez, em pouco menos de 10 anos.

**O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC)** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, Senador?

**O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR)** – Concedo o aparte ao Senador Leonel Pavan, de Balneário Camboriú.

**O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC)** – Senador Augusto Botelho, eu estava falando há pouco com o Senador Marco Maciel, e S. Ex<sup>a</sup> me falava que foi Deputado Federal junto com seu pai, já lutando pela democracia do nosso País. Hoje V. Ex<sup>a</sup> dá continuidade no Senado ao trabalho iniciado pelo seu pai há muito tempo. Com toda certeza, Roraima tem nesta Casa um dos grandes homens públicos, que dignifica e honra seu Estado. V. Ex<sup>a</sup> levanta um tema de extrema importância: a questão da reforma política, que estava parada, na gaveta, muito falada pela mídia. Trata-se de um assunto que gerava muitas discussões nos gabinetes, nas comissões, em alguns pronunciamentos, mas ninguém tinha coragem de realmente trazê-lo para apreciação dos Parlamentares. Agora, com essa onda ruim de corrupção que assombra nosso País, com esse mar de lama que envergonha grande parte da vida pública nacional, começa a se levantar como a salvadora de tudo a reforma política. Realmente ela vai ajudar muito. Mas não adianta apenas a reforma política. É preciso que o homem público, aquele que exerce a função públi-

ca, a exerça com dignidade. Não basta apenas haver reforma para resgatar a credibilidade e acabar com a corrupção. Precisamos, na verdade, eliminar isso, com reforma ou sem reforma. Essa reforma proposta está sendo trabalhada para beneficiar alguns desses que já estão no poder há muitos anos e que vão certamente continuar no poder se houver o voto em lista. Tenho uma preocupação muito grande. Por exemplo: eu, na qualidade de um dos Líderes do PSDB em Santa Catarina e Senador do PSDB, seria beneficiado, estaria sempre como primeiro, segundo da lista. Isso é ruim, porque vai acabar com a renovação política. Poucos vão se inscrever, poucos vão ter coragem de colocar o seu nome em apreciação. Aqueles que estão sendo condenados hoje não perderão o mandato, porque certamente não haverá provas para tirá-los da vida pública, vão estar na lista. Tenho uma preocupação muito grande. As candidaturas serão desmotivadas. Certamente V. Ex<sup>a</sup> será um dos primeiros da lista, será beneficiado. Não podemos pensar no nosso benefício, no nosso nome. Temos que pensar na renovação política, porque muitos e muitos homens e mulheres que querem contribuir com a democracia e com a sociedade do nosso País se sentirão desmotivados quando, aprovada a lista, não estiverem em primeiro, segundo, terceiro ou quarto lugar. É preciso que tenhamos uma reforma política para motivar a sociedade, para motivar o trabalhador, o pobre, a classe média também, aqueles que ainda não tiveram a oportunidade de colocar o seu nome para ser apreciado nas próximas eleições. Se aprovarmos o voto em lista, teremos problemas para achar novos nomes, novos candidatos para renovar o pensamento, ou pessoas que realmente defendam a ética com dignidade – essa é a verdadeira reforma política, a meu ver. Tenho a preocupação de, na reforma política, se aprovar o voto em lista.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR)** – Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo o aparte à Senadora Heloísa Helena.

**A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL)** – Serei rápida, Senador Augusto Botelho, já que o Presidente, Senador César Borges, já está olhando com ar de preocupação. É um tema muito interessante. Sei que V. Ex<sup>a</sup> já tratou deste tema outras vezes, mas eu também já tratei.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL)** – E sempre ficamos querendo homenagear a pessoa que traz o tema à Casa, porque, infelizmente, a reforma política, que é algo extremamente importante, entra no debate nacional como uma manobra inteligente para dizer à opinião pública que toda a corrupção está

ocorrendo por não haver reforma política. Na verdade – V. Ex<sup>a</sup> e eu sabemos; V. Ex<sup>a</sup> compartilha comigo a opinião –, o que está ocorrendo no Brasil não tem relação exatamente com isso. O Código Penal, que manda colocar delinqüente de luxo na cadeia, realmente não o faz. Mas o debate que V. Ex<sup>a</sup> traz é muito interessante, e penso que há três temas muito importantes. Quanto à fidelidade partidária, é importante que a tratemos como se fosse fidelidade ao programa do partido. O que pode ocorrer? Pode ser que o chicote do Líder vendido e a cúpula partidária igualmente vendida queiram estabelecer uma lista de mercadorias de Parlamentares para eleições da Mesa, para eleições de Bancada, para o que quer que seja.

*(Interrupção do som.)*

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – É essencial que possamos tratar da fidelidade partidária como fidelidade ao programa do partido e não ao chicote do Líder vendido e às cúpulas partidárias. Considero importante também garantir a permeabilidade do aparelho de Estado a fim de que, cada vez mais, as forças vivas da sociedade possam participar da definição das normas estabelecidas na vida em sociedade, e isso não ser uma exclusividade das relações Palácio do Planalto e Congresso Nacional. Abrir essa permeabilidade, criar instrumentos para que a população participe mais, é essencial. Tenho a mesma preocupação com relação às listas fechadas. É claro que no caso do P-SOL não haverá problema, porque ninguém vai brigar internamente. Mas, em alguns partidos, isso pode acontecer. Como disse o Senador Leonel Pavan, isso impede a renovação porque, no acordo feito com relação às listas partidárias, quem vai estar em primeiro lugar nas listas partidárias é quem já tem mandato. Assim, é muito difícil. Podemos suprir isso, que teoricamente é bom, mas, infelizmente, a vivência das relações partidárias mostra o contrário, com a inclusão das chamadas listas da sociedade, adotadas por alguns países. O Deputado Fernando Gabeira defende isso na Câmara dos Deputados; eu defendo no Senado Federal. Temos um projeto a esse respeito. Ou seja, para que aquelas pessoas não filiadas a partidos também tenham o direito de ter suas representações no Congresso Nacional. Refiro-me às listas da sociedade. Há as listas dos partidos e as listas da sociedade. Portanto, pode ser eleito quem não é filiado a um partido, mas que representa uma determinada posição social, uma determinada convicção ideológica ou um movimento social. Que essa pessoa também possa ser eleita, como existem algumas experiências extremamente importantes, para ajudar a democrati-

zar o Parlamento e as decisões. Talvez esse seja um mecanismo...

*(Interrupção do som.)*

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Peço desculpas, Sr. Presidente. Já estava concluindo. Deixe-me concluir, para não atrapalhar o Senador Augusto Botelho.

**O SR. PRESIDENTE** (César Borges – PFL – BA) – Nobre Senador Augusto Botelho, V. Ex<sup>a</sup>, lamentavelmente, teve os quinze minutos, e mais dois. V. Ex<sup>a</sup> dispõe de mais um minuto para encerrar.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Obrigada, e parabéns a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Augusto Botelho.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Agradeço o aparte de V. Ex<sup>as</sup>, Senador Leonel Pavan e Senadora Heloísa Helena. Também entendo que essa lista pode servir para as pessoas se esconderem. Pessoas que talvez não serão atingidas ou podem ser cassadas se lançam novamente e se escondem em uma lista. O povo brasileiro não está acostumado a votar em lista, mas em pessoas. As pessoas têm que ter compromisso com seu ideal, com o programa de seu partido. Aí é que temos que trabalhar.

A idéia da Senadora Heloísa Helena é muito boa. Eu desconhecia, e vou conversar com o Deputado Fernando Gabeira a esse respeito, pois temos que melhorar a representatividade popular. Existe o caso da Lei de Responsabilidade Fiscal, lei que veio de baixo para cima, é muito boa e provocou uma transformação no País.

Sr. Presidente, solicito a V. Ex<sup>a</sup> que considere como lido o meu discurso.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Acredito no Parlamento, acredito na Democracia, e sonho com um país justo e humano, em que todos tenham oportunidade de estudar, de trabalhar, de ter moradia digna e segurança, principalmente o povo de Roraima, que não possui nem sua terra ainda, porque nem a terra da União foi repassada para o meu Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR AUGUSTO BOTELHO.**

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ao longo de toda a nossa história política, os partidos políticos, com exceção dos chamados partidos revolucionários, foram criados por conveniência de um ou outro grupo, com o objetivo único de satisfazer interesses de poder em uma determinada conjuntura.



A partir de 1989, com a volta plena da democracia, consagrada pela eleição direta do Presidente da República depois de 21 anos de regime militar e de um curto período de transição iniciado com a escolha de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, começou a ser escrito um novo capítulo do processo político brasileiro.

Um grande debate motivou amplos setores da sociedade e o Congresso Nacional na direção da necessidade urgente de modernização do Estado Nacional, com o objetivo de prepará-lo para ser o suporte fundamental da democracia, do desenvolvimento e das mudanças que começaram a ocorrer a partir daquele momento histórico. É importante destacar que esse novo cenário negava totalmente o arcabouço político e institucional gestado nos primeiros momentos da proclamação da República e que foi vigoroso na vida política brasileira até a eleição do ex-Presidente Collor de Mello.

Sr. Presidente, hoje, esse debate já atingiu a maturidade. Neste momento, um dos temas mais importantes dessa agenda é, sem dúvida alguma, a reforma política, que vem sendo discutida desde 1995, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, e que precisa ser votada até o próximo dia 30 de setembro para poder vigorar nas eleições do ano que vem. Portanto, o Congresso Nacional dispõe de pouco tempo para concluir os retoques finais dessa importante reforma que tem tudo para dar certo, após o incansável debate que se arrasta por mais de uma década. Nos acertos finais, espero que seja definida uma legislação moderna, consistente e duradoura, livre do clientelismo, do oportunismo, dos interesses cartoriais e da vergonhosa infidelidade partidária que sempre castigaram a vida política nacional e deformaram o desenvolvimento dos partidos políticos.

Sou da opinião de que os Parlamentares precisem urgentemente disciplinar com cuidado a pauta dessas discussões, justamente para evitar atropelos durante a troca de opiniões. Defendo, por exemplo, que a questão da fidelidade partidária, uma das mais importantes da pauta e que já encontra um certo consenso em relação à sua aprovação, seja apreciada com grande relevo porque está diretamente relacionada com a democracia e com o aperfeiçoamento da vida dos partidos. Como bem acompanhamos no noticiário nacional, nos últimos dois anos e cinco meses, mais de 150 Deputados Federais mudaram de partido cerca de 200 vezes. Essa estranha mobilidade deve ser vista como uma verdadeira desmoralização para as agremiações partidárias e uma aberração para todo o sistema político.

No momento atual, sempre que analisamos as características dos partidos políticos, o assunto fidelidade partidária é um dos mais complexos. Se por um lado ela se equilibra precariamente no processo político, como temos observado em várias situações, por outro lado a própria Constituição Federal admite que cada partido deve ter autonomia suficiente para cuidar do assunto.

Diante dessa fragilidade estrutural e da inexistência de freios partidários capazes de impedir a migração intensa de Parlamentares de uma sigla para outra, de uma maneira geral, os políticos menos engajados ideológica ou doutrinariamente são os que mais praticam o fisiologismo, o oportunismo, e aceitam determinados favores em troca da assinatura de uma ficha de filiação em outro partido. É indiscutível que a reforma política precisa aprofundar mais essa discussão e não pode perder de vista a necessidade urgente de estabelecer mecanismos eficientes para impedir a continuidade dessa prática, que denigre a atividade política.

Ao contrário de instituições como as nossas, nas democracias bem estruturadas, os partidos são fortes, funcionam de maneira orgânica e representam uma verdadeira escola de formação de quadros e de militantes. Na vida democrática organizada, os partidos políticos estão acima dos interesses pessoais, porque o poder de sua organização não permite que outros grupos sejam capazes de manipulá-los para satisfazer os seus interesses específicos. Penso que o fortalecimento da democracia, do equilíbrio social e do desenvolvimento dependem estreitamente do funcionamento correto das instituições políticas. Se a vida democrática no Brasil sempre foi interrompida por golpes de Estado, por contragolpes e por outras manifestações semelhantes, devemos isso à fragilidade das instituições políticas, que, como bem sabemos, sempre foram imperfeitas e incapazes de garantir a estabilidade, o crescimento e a continuidade da democracia.

Face a essa realidade histórica, entendo que a reforma política mais importante para o momento em que vivemos precisa ultrapassar em muito a fronteira do fortalecimento dos partidos, do cumprimento da fidelidade partidária, das mudanças no sistema eleitoral, dos critérios para definir melhor a representação política, das melhores formas de financiamento das campanhas eleitorais, do estabelecimento de limites mais rígidos à imunidade parlamentar, e provocar um grande choque, uma verdadeira reviravolta estrutural em todo o sistema político.

Além dessas mudanças que não podem mais tardar, uma verdadeira reforma política precisa acompanhar a fundo as grandes transformações que estão acontecendo nas relações internacionais de poder, no



campo econômico e no tecido social, que estão em constante ebulição. Assim, é preciso chegar aos alicerces do Estado, construir novos pilares de sustentação de suas estruturas para que ele possa realmente, com uma nova proposta, garantir a moralização das instituições políticas em todas as unidades da Federação e promover a ampliação dos canais de participação, que devem ser abertos a novos atores que sempre estiveram privados do exercício da militância política.

Sr. Presidente, a consolidação da democracia brasileira depende fundamentalmente de importantes mudanças institucionais que precisam ser realizadas daqui para a frente e de ajustes constantes que devem ser feitos nos mecanismos do sistema político, todas as vezes que sejam identificadas contradições capazes de ameaçar o seu bom funcionamento.

Aliás, é importante ressaltar que esse sempre foi um recurso utilizado pelas democracias mais maduras do mundo ocidental em seus momentos de grandes turbulências. Sem dúvida alguma, acho que essas experiências, ocorridas sobretudo nos países mais representativos da Europa Ocidental em diversos momentos, são extremamente válidas para nos orientar como lidar melhor com a nossa problemática e com os reclamos da sociedade.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, neste início de século, em que aprendemos rápido a administrar diariamente os grandes desafios da globalização, extremamente complexos, temos diante de nós um desafio semelhante e igualmente gigantesco que ainda não decidimos encarar com a mesma determinação. É justamente o encontro do econômico e do social com o político que está faltando ao Brasil. Sem dúvida alguma, é essa integração fundamental que irá determinar a nossa verdadeira presença na chamada sociedade avançada do conhecimento e a nossa inclusão entre os países democráticos mais dinâmicos e modernos do mundo.

Para conquistar esse lugar e permanecer nele de maneira sustentável, precisamos fazer um grande esforço para ganhar a confiança do povo brasileiro. Hoje, em relação a esse quesito, infelizmente somos reprovados com as piores notas. Por exemplo, para a maioria dos brasileiros, Parlamento e democracia pouco significam em suas vidas. Além do mais, para a quase totalidade, pouco importaria se todas as Casas Legislativas fossem fechadas e os seus representantes mandados para casa ou mesmo para a cadeia no caso dos políticos corruptos.

Apesar de toda a crise a que assistimos estarecidos e de todas as denúncias de corrupção que estão sendo desnudadas, estamos diante de uma imensa oportunidade para mudar de vez a imagem dos po-

líticos e da política em nosso País. Em síntese, tudo vai depender basicamente da disposição e da consciência dos homens públicos e dos parlamentares em reconhecer a gravidade do momento, o significado e os impactos positivos que as profundas transformações que precisam ser feitas agora causarão na vida política brasileira.

Em minha opinião, partidos sem história, sem vínculos ideológicos, sem expressão política e eleitoral não contribuem em nada para a grandeza da democracia e muito menos para a respeitabilidade da atividade política. Os partidos de invenção mancham a cena política e eleitoral. Não têm história, não têm rumo, não têm representatividade e são os maiores responsáveis pela prática desprezível do clientelismo e da infidelidade partidária, que, como já disse, precisam desaparecer para sempre do novo cenário da política brasileira.

Sr. Presidente, antes de finalizar, eu gostaria de insistir em um ponto que julgo dos mais importantes. A reforma política que deverá ser votada nos próximos dias não pode esquecer de considerar que deverá existir sempre, na prática política, uma perfeita integração entre a vontade popular e a vontade manifesta do Parlamento. Sem dúvida alguma, se esse aspecto for levado em consideração, em curto espaço de tempo conseguiremos eliminar uma das maiores causas dos descaminhos da representação política.

Ao terminar este pronunciamento, eu gostaria de lembrar um eminente Professor de Ciências Políticas, o francês Maurice Duverger, que define muito bem como deve ser um partido político em uma sociedade organizada, participativa, moderna e perfeitamente consciente de que deve preservar a democracia para torná-la cada vez mais presente na vida cotidiana dos cidadãos.

“Os partidos políticos, como os conhecemos modernamente, são as organizações que visam ao enquadramento das massas e à seleção de quadros e correspondem às estruturas das sociedades contemporâneas...”

Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (César Borges. PFL – BA) – Obrigado, nobre Senador Augusto Botelho. V. Ex<sup>a</sup> será atendido. O discurso de V. Ex<sup>a</sup> será transcrito na íntegra.

Antes de conceder a palavra à próxima oradora, a Senadora Ideli Salvatti, eu gostaria de saudar a delegação do meu Estado da Bahia, presente neste plenário. A Deputada Estadual Jusmari Oliveira, o Prefeito de Luís Eduardo Magalhães, Oziel Oliveira, vereadores, lideranças ruralistas e sindicalistas que aqui se encontram para amanhã levar suas reivindicações

às autoridades maiores do País em um momento tão angustiante para a agricultura brasileira, em particular do oeste da Bahia. Os brasileiros estarão muito bem representados pelos líderes da área, que comparecerão, em massa, a Brasília.

Com a palavra a nobre Senadora Ideli Salvatti, pelo Estado de Santa Catarina, por quinze minutos.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Agradeço, Sr. Presidente.

Cumprimento as Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que se fazem presentes nesta sessão e a todos os que ocupam as galerias.

Antes de tratar do assunto que me trouxe à tribuna, comentei brincando com a Senadora Heloísa Helena que racionamento não é apagão. Houve apagão sim. E houve racionamento. Tanto houve apagão, que depois houve o “seguro apagão”. E até hoje estamos apagando e pagando.

O que me traz à tribuna é que, na semana passada, tive a oportunidade de acompanhar apenas uma parte dos depoimentos da CPMI dos Correios, mas, da parte que tive a oportunidade e a condição, inclusive emocional, de participar, começa a se desenhar algo extremamente interessante e importante para todos aqueles que querem levar a investigação até as últimas conseqüências, o que significa chegar não apenas aos corruptos, mas também aos corruptores. Infelizmente, no País, existe a tendência de pegar apenas uma parte da corrupção. E os corruptores, principalmente os envolvidos com os grandes interesses, especialmente os econômicos, acabam ficando de fora.

Nos depoimentos da semana passada, houve alguns dados importantes que faço questão de trazer aqui. O primeiro diz respeito à gravação que surgiu e que, algumas vezes, foi repetida e utilizada, a do Sr. Maurício Marinho enfiando no bolso a propina de R\$3 mil. Para começar, aquele equipamento não é qualquer um, não está à venda em qualquer barraquinha de camelódromo. Trata-se de um equipamento extremamente sofisticado. No depoimento, além de isso ter ficado claro, ficou também transparente que o esquema para achacar, montado pelos empresários que prestaram o depoimento – e também dá a impressão, no depoimento, de que eles não são a ponta, que existem fatos, e não poucos, por trás de quem montou aquele sofisticado esquema de gravação e achaque –, é algo antigo. Não é algo feito, como tem sido dito pela imprensa, única e exclusivamente para derrubar o Sr. Maurício Marinho, que estava criando dificuldades, mas um esquema muito mais antigo e mais complexo.

Houve até um Deputado do PSDB que colocou que aquilo parecia briga de gangue de quarteirão. Não

é briga de gangue de quarteirão. Devemos nos dar conta de que, pelo andar da carruagem, as investigações poderão nos levar a questões bastante graves e sérias, de disputas volumosas e de interesses econômicos não tão pequenos.

E, nesse andar da carruagem, se nós nos concentrarmos no foco e levarmos a fundo a investigação, sem buscar pipocar de forma tão rápida e sem que as coisas sejam profundamente investigadas, penso que surgirão revelações e comprovações importantes e interessantes.

Aliás, temos sido acusados. Não é a primeira nem a segunda vez que Parlamentares da Oposição acusam o Presidente Lula de dizer: “No meu governo...”. Até já disseram, algumas, vezes, que parece que nós, em determinadas situações, estamos reinventando a roda. Inclusive, tive a oportunidade de ler o artigo do Presidente do PFL no jornal **Folha de S.Paulo**. Parece que nós é que inventamos a corrupção! Parece que nunca houve corrupção no País, que corrupção é algo novo, chegou agora, está colocado aí. Quando todos nós sabemos que a corrupção é endêmica neste País, está incrustada, encruada na máquina pública, funciona onde há poder, onde há dinheiro. Está instalada, e é uma briga muito grande para desinstalar a corrupção. Portanto, o artigo do Presidente do PFL é bastante estranho, porque segue a lógica de que parece que surgiu agora, como se nunca houvesse existido um enfrentamento ou problemas com a corrupção ao longo de toda a sua vida e de sua administração, em todos os espaços de poder.

Algumas das questões demonstram, de forma muito clara, que, se vamos investigar as denúncias que estão aparecendo agora, elas têm que se reportar a episódios anteriores. Não é possível não se reportar. Por exemplo, na lista dos contratos que o Sr. Maurício Marinho leu na CPI, a maior parte é de contratos não realizados por este Governo, mas pelo Governo anterior. No que diz respeito a transporte aéreo, temos que avaliar, analisar questões de modificações, aditivos ao contrato. Mas não dá para não voltar à briga ocorrida na tramitação da Lei Postal, geradora de modificações em vários contratos feitos àquela época. E é importante lembrar que a briga da Lei Postal derrubou o Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, em confronto com o Ministro da época.

Então, a respeito de tudo que investigaremos, terá que se levantar toda a retrospectiva, porque é impossível, em casos como esse de transporte aéreo, que envolve alguns bilhões de interesses, que esse assunto não venha a público.

Outras questões: teremos depoimentos de outros diretores dos Correios sobre a questão da informáti-

ca. É voz corrente; todos comentam que, por traz de muitas questões de informática, há a famosa briga da Microsoft com o **software** livre e a posição do Governo Lula, de bancar determinadas situações, como, por exemplo, em relação ao posicionamento da China. Isso vai estreitando a potencialidade da Microsoft no mercado internacional. Essa não é uma briga de cachorro pequeno, mas de cachorro grande. Ela está por traz e permeia uma série de situações, de confrontos, de conflitos e de interesses econômicos grandíssimos.

De acordo com a lógica de que as investigações têm de caminhar para os corruptores, para, obrigatoriamente, se detectarem os graúdos interesses econômicos envolvidos em disputas de parcela, de atuação e de estruturação da máquina do Estado, leio trechos da reportagem da revista **CartaCapital** desta semana, sob o seguinte título: “O Orelhudo tá nessa”.

Essa revista apresenta alguns dados e correlações bastante interessantes que vêm subsidiar o que citei anteriormente, para que possamos ter a magnitude, a dimensão de onde nos levará as investigações da CPI dos Correios ao estabelecermos todas essas correlações. E mais: o quanto estão correlacionadas determinadas ações da Polícia Federal, que não está apartada do Governo, mas que age sob a orientação do Ministro da Justiça, que, por sua vez, atua sob a orientação do Presidente da República. Portanto, eu não quero mais ouvir essa história de que a Polícia Federal é a mesma sempre. Não. A Polícia Federal age sob ordens e orientação.

Indiscutivelmente, a Polícia Federal, no atual Governo, tem, comparativamente com ações da mesma Polícia Federal sob a ordem de outros Governos, um comportamento absolutamente diferenciado nas operações, desmonte de quadrilhas e de prisões. E a própria manchete da **CartaCapital** “O orelhudo tá nessa” mostra que há conexões com outras operações de desmonte da Polícia Federal, tais como Operação Chacal e Operação Cevada, que acabam imbricando determinados interesses econômicos e empresariais prejudicados por esse desmonte das quadrilhas, sob as ordens do Ministro Márcio Thomaz Bastos, do Governo Lula.

Mas eu queria ler aqui alguns trechos que eu acho que são bastante interessantes:

**CartaCapital** colheu novos detalhes da versão que Marcos Valério contou a amigos e colaboradores, em parte publicada na edição da revista **Veja** de 22 de junho. O publicitário disse a amigos ter provas de que o depoimento de Fernanda Somaggio foi forjado no sítio do executivo Carlos Rodenburg, no interior do Rio de Janeiro, por volta de agosto do ano

passado. Rodenburg é ex-cunhado e sócio de Dantas. Segundo Valério, o Opportunity teria tentado cooptar outros funcionários da agência SMP&B, até encontrar a secretária, demitada alguns meses antes.

Em 2004, Valério foi procurado por Dantas. O banqueiro tentava uma aproximação com o governo federal e uma forma de neutralizar a resistência do secretário de Comunicação, Luiz Gushiken, aliado dos fundos de pensão na briga pelo controle de empresas de telefonia avaliadas em cerca de R\$15 bilhões. Em troca, o dono do Opportunity entregou à DNA, uma das agências do publicitário, as contas da Telemig Celular e da Amazônia Celular.

Passo a ler outros trechos:

Valério confidenciou a amigos que brigou com Dantas ainda em 2004, mas não deu detalhes dos motivos. “É muita sujeira”, teria dito. Para o publicitário, está nessa briga a origem dos depoimentos de Fernanda Somaggio.

A revista **IstoÉ Dinheiro** afirma ter entrevistado a secretária em dois momentos. A primeira vez, em 2 de setembro de 2004. As declarações de Fernanda Somaggio não teriam sido publicadas à época, diz a revista, pois “era necessário avançar nas investigações”. Uma nova conversa teria ocorrido depois que o Deputado Roberto Jefferson apontou Marcos Valério como um dos operadores do mensalão.

Mais à frente:

Adriana Fantini, funcionária da SMP&B, afirmou que Fernanda Somaggio teria dito que um jornalista lhe havia oferecido dinheiro em troca de informações sobre o publicitário e suas empresas.

Posteriormente, a reportagem cita a Operação Cevada que pegou os donos da Schincariol e fez também correlações com os episódios envolvendo o Dantas, a Fernanda Somaggio.

Em outro trecho da revista:

Em outubro de 2004, a PF desencadeou a Operação Chacal e apreendeu documentos no Banco Opportunity, na sede da BrT e nas residências de Dantas e Cico. De lá para cá, a vida do banqueiro se complicou. Até então tratado como um empresário astuto e polêmico, Dantas passou a carregar a imagem de criminoso. Em maio deste ano, a Justiça Federal o indiciou por formação de quadrilha. Sabe-se que os delegados federais responsáveis pela apuração sofreram pressão, mas tiveram carta-

branca do diretor-geral da PF, Paulo Lacerda, para continuar o inquérito.

Mais adiante:

**CartaCapital** apurou que Valério foi informado da entrevista por Domingo Alzugaray. O publicitário e o editor encontraram-se na sede da Três, em São Paulo. Presente o jornalista Gilberto Mansur, amigo do publicitário. O sócio da SMP&B, que ainda não havia emergido dos bastidores do mundo político, quis saber o motivo do interesse da revista no relato da secretária. “Você é um homem poderoso”, teria afirmado Alzugaray.

A versão do publicitário vai mais longe. A entrevista não foi publicada, mas o conteúdo chegou ao ouvido do ex-governador Anthony Garotinho e, por extensão, ao conhecimento do Deputado Roberto Jefferson. Pela tese de Valério, Roberto Jefferson sabia da tese da existência de Fernanda Somaggio e lançou a história para desviar o foco das investigações dos Correios. O interesse de Garotinho seria enfraquecer Lula. À *Veja*, o ex-governador respondeu: “Esse Marcos Valério está delirando”.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Já vou concluir, Sr. Presidente.

Em outro trecho, diz-se o seguinte:

Uma série de conexões parece dar algum sentido à versão de Valério, sem que, repita-se, isso o inocente ou torne as declarações de Fernanda Somaggio sem validade.

(...)

Fernanda Somaggio decidiu procurar a revista **IstoÉ Dinheiro** e, especificamente, o jornalista Leonardo Attuch, para revelar o esquema de desvio de dinheiro. Attuch está no centro de uma discussão a envolver a Polícia Federal, Daniel Dantas, a Kroll, e a revista **Veja**.

Entra, de novo, aquela história da Krol, do grampo de personalidades do Governo e tal.

Mais adiante:

No relatório final da Operação Chacal, a PF dedica cerca de cinco páginas à **Dinheiro** e a Attuch. Para os federais, a publicação e o repórter foram utilizados “para lançar matérias convergentes com o interesse do grupo criminoso (*leia-se Daniel Dantas...*)

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (César Borges. PFL – BA) – Concedo mais um minuto a V. Ex<sup>a</sup> para encerrar, por favor, Senadora Ideli Salvatti.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) –

*...Carla Cico e funcionários da Kroll)*”. Os delegados que cuidam do caso chegaram a pedir a quebra do sigilo telefônico do jornalista. O pedido foi negado pela Justiça (...)

Então, fiz questão de trazer esses trechos, porque, como eu já disse, nós estamos iniciando a CPI dos Correios. Em outras CPIs, chegou a se cassar Parlamentares, a prender pessoas e uma série de elementos bastante claros da corrupção dentro da máquina pública, seja do Executivo, do Legislativo e, em alguns casos, até do Judiciário. Mas, infelizmente, nós não conseguimos chegar aos grupos econômicos que se beneficiam da corrupção. Espero que, desta vez, nós tenhamos essa capacidade política. Esse é o nosso papel primordial em todas as investigações que estamos fazendo, neste momento, no nosso País. É chegar aos corruptores, aos grandes interesses da corrupção que, como, neste caso, a reportagem traz insinuações, ilações, e como já tivemos oportunidade, inclusive, de detectar nas oitivas feitas na semana passada, que caminham para a lógica de buscarmos os corruptores, que são os grandes interessados em que a corrupção persista no nosso País.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (César Borges. PFL – BA) – Eu é quem agradeço, nobre Senadora Ideli Salvatti.

Seguindo a lista dos inscritos, concedo a palavra ao nobre Senador Heráclito Fortes, do Piauí; em seguida, ao nobre Líder do Partido da Frente Liberal, Senador José Agripino, que pediu a palavra pela liderança do PFL.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, na sexta-feira, eu disse aqui nesta tribuna que a chaleira estava apenas se destampando e que muita sujeira acompanhada de verdades, é claro, surgiriam aos poucos.

Quero elogiar a postura da Senadora Ideli Salvatti, a sua coragem de vir aqui defender um amigo, defender um correligionário. Pela primeira vez, Senadora Ideli Salvatti, V. Ex<sup>a</sup> está de parabéns: defende o Sr. Marcos Valério. V. Ex<sup>a</sup> está de parabéns pela coragem. Não se deve deixar amigos no meio da rua. Já que foi seu parceiro, já que foi companheiro durante tanto tempo, merece a defesa sincera. V. Ex<sup>a</sup> já demonstra que não é daquelas que, quando o navio começa a naufragar, abandona-o sem nenhum pudor.



Sr. Presidente, a única coisa estranha nisso tudo é que a Senadora Ideli, de posse da mídia publicada pela Radiobrás e que no domingo se dedica às revistas semanais, traz matéria de primeira página da de menor circulação, nem por isso mais acreditada e menos valorosa. Se olhar a capa das revistas **Veja**, **IstoÉ** e **Época**, ela vai ver como é que os fatos são tratados pelo Governo.

Pensei que ela viesse aqui dizer que os documentos que o Coaf mandou, mostrando a movimentação de cheques do seu defendido, fossem mentira; pensei que ela viesse aqui apresentar fatos que esclarecessem a Nação, que mostrassem a indignação com tudo o que está acontecendo, como tenho visto, com vários dos seus companheiros. Mas não. Faz a defesa de um companheiro. Ela disse que é verdade. Essa é uma guerra que envolve o poder econômico. E tenta, mais uma vez, naquela sua psicopatia de combater o Senador Jorge Bornhausen, criticar um artigo que ele escreveu como cidadão e que tem todo o direito de fazê-lo. A Senadora Ideli Salvatti não tomou como lição aquela sua tentativa frustrada de criar a CPMI do Banestado para acusar o Presidente Nacional do PFL. Deveria, isto sim, explicar por que a CPMI do Banestado não foi concluída, por que não foram apurados os culpados e dizer quem foi que travou a CPMI do Banestado. Prestaria mais serviços à Nação do que vir aqui sofismar um fato que não tem nada com a verdadeira vontade que a Nação tem de investigar.

Ora, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quem prometeu banir a corrupção no Brasil foi o PT. Quem prometeu dar um fim aos atos que condenava, dizendo que eram praticados pelos governos passados, foi o PT!

Acusar o Governo passado com relação ao caso específico da Skymaster é, no mínimo, falta de memória. O Ministro Miro Teixeira, ao assumir o Ministério, reduziu os custos do contrato dessa empresa. Tiraram o Ministro Miro Teixeira de maneira misteriosa. Criaram uma crise, e o Ministro se afastou. Talvez agora se saiba dos fatos reais. Dois meses depois, elevaram o preço do contrato da Skymaster a um valor acima do previsto inicialmente. Foi tudo do Governo anterior. Quem criou a Vice-Presidência de Tecnologia dos Correios foi o Governo anterior, para acomodar mais um do esquema. Quem fez uma diretoria colegiada, distribuindo, entre os Partidos políticos, o quinhão que cada um merecia foi o Governo anterior. Acabem com essa história de ficar olhando pelo espelho retrovisor os erros do passado! Afinal de contas, foi o Partido da Senadora Ideli Salvatti que prometeu acabar com tudo isso. Não fomos nós!

O Brasil, quando acreditou e votou no Presidente Lula, não sabia que ele colocaria no Banco Central

um banqueiro comprometido com o capitalismo internacional que eles tanto combateram, o Sr. Henrique Meirelles. Se eles têm tanto ódio do PSDB, por que foram buscar um tucano recém-eleito Deputado Federal para ser Presidente do Banco Central? O que a Nação não aceita são essas contradições.

A semelhança do atual Governo, Senador José Agripino, com o Governo Collor cada dia assusta mais. Um dos fatos que mais desgastou o Governo Collor foi o esquema de fundo de pensão ser entregue ao Diretor da Abin na época, Sr. Pedro Paulo. Agora, fundo de pensão é entregue ao Sr. Luiz Gushiken – e ela está aqui como seu porta-voz, tentando envolver empresários numa questão que não é essa.

**O Sr. José Agripino** (PFL – RN) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Ouço V. Ex<sup>a</sup> com o maior prazer.

**O Sr. José Agripino** (PFL – RN) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex<sup>a</sup> toca numa questão muito interessante, e atrevo-me a apartear-lhe apenas para lembrar que há um traço de união muito forte entre o **affair** Collor e o **affair** Mensalão, José Dirceu, Sílvio Pereira, Delúbio Soares, Marcelo Sereno e Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Ambos os escândalos foram gerados por tesoureiros – sempre dinheiro. Num caso, foi PC Farias; no outro, Delúbio Soares, que – supõe-se – está mergulhado nesse assunto até os gorgomilos. É necessário haver total esclarecimento. Não adianta tergiversar, nem mudar o foco, nem olhar para trás, por uma razão muito simples, Senador Heráclito Fortes: aqueles que fazem o Governo não perceberam ainda o sentimento da opinião pública, que não vai perdoar nem a eles nem a nós se não passarmos a limpo essa história de corrupção brava, gravada em fita de vídeo e denunciada por não apenas uma pessoa, mas muitas pessoas – daqui a pouco vou falar sobre isso –, por uma corrente de pessoas. E, se não comprovam nada, ninguém até hoje desmentiu nada do que eles falaram. Repito: ninguém desmentiu nada do que eles falaram. De modo que quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup>, dando esta informação adicional: a conexão entre o caso Collor e esse grupo do PT tem um traço de união na sua origem, no âmago, no centro nevrálgico; é que os operadores dos escândalos, de um caso e de outro, foram iguaizinhos: os tesoureiros, que são os homens que cuidam de dinheiro, Delúbio Soares e PC Farias.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Senador José Agripino, o que me causa estarrecimento maior nisso é o Governo agora querer fazer da ação da Polícia Federal e do Ministério Público obra de seu Governo. É um desrespeito e um atentado à liberdade e à independência da Polícia Federal, porque quem diz

que manda apurar tem também o direito de mandar parar a apuração.

Será que a Polícia e o Ministério Público estão a serviço do Governo? Se estão, estão recebendo ordem de quem? Do Presidente da República? Era até ontem do Sr. José Dirceu? Quem é que está dando essa ordem? Cadê a polícia republicana, cantada em prosa e verso pelo Ministro da Justiça? Será que foi o Presidente da República quem mandou prender esse senhor do Ibama de Mato Grosso, que ficou preso injustamente durante cinco dias? Ele assume a responsabilidade dessa falha, ou o erro é da Polícia? Governo que não faz, que não tem obra, que não tem realização quer se justificar com uma ação da polícia, que, a meu ver, age de acordo com o Ministério Público, atendendo a determinações da Justiça. A polícia é do Estado e está a serviço do Estado e do cidadão, não a serviço de governo. Isso está muito mal explicado. Acho que a Senadora Ideli Salvatti, ao pinçar essa matéria, deveria ter entendido melhor o seu conteúdo!

Senadora Ideli, vou mandar às mãos de V. Ex<sup>a</sup> a cópia do último depoimento **da SRA. Karina** à Polícia Federal, que tenta de todas as maneiras arrancar confissões dela a respeito de fatos... Estão aqui para que V. Ex<sup>a</sup> veja. Sei como é a sofreguidão do militante do PT, quando recebe ordem de cima. Tem de cumprir, custe o que custar! Mas, depois, paga o preço.

V. Ex<sup>a</sup> devia ter aprendido muito com a CPI do Banestado. Jogou um cesto de pedras para cima, e caíram todas na cabeça do PT. É preciso que se respeite a opinião pública, que não é burra; é atenta, lê e não vai acreditar nessas histórias mal contadas com que tentam desviar, de fato, o que realmente está acontecendo e o que o País estarrecido percebe.

A corrupção foi vista, até agora, em uma parte dos Correios, em uma diretoria. A CPMI vai ter oportunidade de ver o resto. O Sr. Roberto Jefferson pode ter todos os pecados do mundo, mas, Sr. Presidente, prestou um grande serviço ao Brasil. Foi a oportunidade de destampar essa chaleira que estava aí na garganta de todos, de que todos sabiam, porque viram, pela mudança de comportamento, pela mudança de vestimenta, de modos, de hábitos dos petistas, e que ninguém sabia de onde estava vindo.

Enfrentamos uma campanha municipal em 2004, Senador Mão Santa. Enquanto nós, que éramos tidos como burgueses, oriundos de partidos ricos, contratávamos cantores e pequenos conjuntos locais, o Partido dos Trabalhadores ostentava as bandas e os conjuntos mais caros do Brasil. De onde vinha tudo isso?

Os fatos estão aparecendo. O Eclesiastes é muito sábio quando diz que, mais cedo ou mais tarde, a virtude triunfará. Acho que o PT, em vez de ficar jo-

gando lama e agredindo as pessoas, para desviar os fatos, devia, humildemente, antecipar-se e evitar que o escândalo chegue – como chegou esse dos Correios – à opinião pública, tomando providências sérias e graves, cortando, como disse o Presidente Lula, na própria carne.

O Delúbio é osso, não é carne; o Sílvio Pereira é osso, não é carne. Para cortar osso é preciso serrote, é preciso coragem. Cada um desses é uma bomba atômica ambulante, porque sabe exatamente o que se passou.

Elogio a Senadora Ideli Salvatti pela coragem de vir aqui defender seus colegas, seus companheiros.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Mas lamento que S. Ex<sup>a</sup> não traga nenhum argumento novo, nenhum fato que justifique para a opinião pública e a Nação brasileira este mar de lama em que o PT se embrenhou.

Peço a Deus que o Presidente Lula ainda esteja preservado nisso, pela sua história, pela sua biografia. Prefiro acreditar que ele é o amigo enganado e traído pelas más companhias a pensar que é conivente com tudo isso. Sou um homem otimista e, acima de tudo, de boa-fé. O PT, num momento como este, em vez de procurar redirecionar seus caminhos, está anunciando novas alianças, novas distribuições de cargos, novo fisiologismo.

**O Sr. José Agripino** (PFL – RN) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um novo aparte?

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Pois não, com o maior prazer.

**O Sr. José Agripino** (PFL – RN) – Só para acrescentar alguma coisa ao que já foi dito por V. Ex<sup>a</sup>.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O Sr. José Agripino** (PFL – RN) – V. Ex<sup>a</sup> fala na história do Presidente Lula, história que o País inteiro aplaude: um operário que chegou à Presidência. Só que o Presidente precisa entender que uma história só tem fim quando a pessoa falece – ele está vivo, e quero que vá muito longe – e o que legitima um mandato não é o desempenho eleitoral, não é a vitória nas urnas, é o desempenho administrativo e político do mandato que o povo lhe conferiu. A biografia do Presidente Lula está sendo construída, e neste momento está sendo desdito um passado de muitos anos pelos atos que estão sendo denunciados e não estão sendo, por parte do Governo, esclarecidos com a boa vontade que a população esperaria do operário que chegou à Presidência e que diz: “Não vai ficar pedra sobre pedra. Irei às últimas conseqüências.”

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O Sr. José Agripino** (PFL – RN) – “Não pouparei ninguém, nem que tenha que cortar na própria carne”. Que corte e que escancare as portas do Governo para que, em vez de impedir as comissões parlamentares de inquérito, facilite as investigações.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Senador José Agripino, o velho Ulysses Guimarães, meu querido amigo, para mim foi um verdadeiro mestre nos meus anos de Casa. Aqui, quando cheguei, tive ele e o Paulo Affonso Martins de Oliveira como “anda já”. Eles me ensinaram os primeiros passos. E foram muito úteis. Aprendi muito. Ele dizia que o mal do Brasil era o homem público confundir crédito de confiança com popularidade. Ao ser consagrado nas urnas, achava que era popular e dono de tudo e não tinha a humildade de compreender que aquilo era um crédito de confiança que a Nação lhe dava.

**O SR. PRESIDENTE** (César Borges. PFL – BA) – Nobre Senador Heráclito Fortes, mais um minuto para V. Ex<sup>a</sup> concluir o seu pronunciamento.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Agradeço. E citava o exemplo do Juscelino, dizendo que Juscelino foi salvo por Aragarças. Nos primeiros meses do seu governo, viveu aquele episódio de Aragarças e teve que sair do pedestal, descer, conversar com a farda, com os militares, com a Nação. E equacionou o seu problema. Talvez o Aragarças do Presidente Lula – e ele não teve a noção de ver isso – tenha sido o episódio Waldomiro. Em vez de se apurar a fundo o que aconteceu, tentou-se colocar tudo debaixo do tapete – e colocou. Onde está o processo de apuração da apreensão daquele dinheiro no aeroporto de Brasília, filmado e fotografado, transportado por Waldomiro Diniz? Onde estão as denúncias? Quem apurou? Ninguém apurou nada; botou debaixo do tapete – repito. A impunidade faz com que se imite o exemplo, e o PT montou uma verdadeira escola de “waldomirinhos”, que estão por aí usando...

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – ... exatamente daquela mesma estratégia, porque sabiam que aquilo não ia dar em nada. Sabiam. Previam. Felizmente, aparece sempre um Fiat Elba, uma secretária ou alguém para denunciar.

Senadora Ideli Salvatti, eu me despeço. Sei que V. Ex<sup>a</sup> vai invocar o art. 14, e eu irei responder-lhe com muita alegria. A maior imagem que guardo de V. Ex<sup>a</sup> foi a da véspera da cassação da Senadora Heloísa Helena, no Hotel Blue Tree, tomando uísque selo azul, ao lado do Delúbio, do Sílvio Pereira e de outros mais. Senadora Ideli, o que dá para rir dá para chorar.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (César Borges. PFL – BA) – Concedo a palavra ao nobre Líder do PFL...

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, tenho direito ao art. 14.

**O SR. PRESIDENTE** (César Borges. PFL – BA) – Se V. Ex<sup>a</sup> estiver querendo o art. 14, efetivamente V. Ex<sup>a</sup> terá direito a cinco minutos para explicação pessoal.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Para uma explicação pessoal. Sem revisão da oradora) – Sr. Presidente, eu só quero lamentar, porque fiz um pronunciamento extremamente sereno. Trouxe elementos para o andamento das investigações que interessam ao País, elementos que dizem respeito à gravidade dos fatos que acontecem atualmente em nosso País. Volto a afirmar, os graves fatos a que hoje temos acesso, através do andar das investigações e das reportagens, não são de hoje. São fatos que, na sua maioria, na sua totalidade, eu diria, remontam a situações que têm história, têm históricos, têm agentes, têm modalidades, têm **modus operandi** e que existem no aparelho público brasileiro, infelizmente, e existem porque interesses econômicos se utilizam disso. Temos, em todos os processos de corrupção, em maior ou menor escala, interesses econômicos em jogo. Não há lógica da corrupção da máquina pública, a não ser para que interesses econômicos se viabilizem em maior ou menor escala. Os interesses econômicos de que estamos falando, neste caso, no que estamos investigando na CPMI dos Correios, já têm prenúncios, já têm indícios de não serem interesses econômicos pequenos. Como pude afirmar em meu depoimento, de forma muito clara, transparente – não entendeu quem não quis, distorceu quem tem a intenção de distorcer –, são interesses econômicos gravíssimos, graúdos, que envolvem não apenas interesses econômicos brasileiros, internacionais, como é o caso, na área da informática, a questão da *Microsoft*.

A reportagem que fiz questão de trazer aqui não é uma reportagem, obviamente, de defesa de ninguém, até porque em nenhum momento fiz defesa de ninguém. Inclusive li trechos da reportagem em que a própria reportagem que comungo apresenta a figura do Sr. Marcos Valério como alguém que tem, sim, culpa no cartório, vai ter que se explicar – e se explicar muito bem – a respeito desses vinte milhões que apareceram como saque.

Agora, o que pode estar por trás do Sr. Marcos Valério, que é o que traz a reportagem da **Carta Capital**, é que entendi oportuno trazer a esta tribuna. Agora, o ensejo da reportagem da **Carta Capital** também pode desencadear oportunidades de defesa do Opportunity. Então, é isso que temos que fazer. Que venham todos, que as investigações avancem, que tenhamos capacidade de investigar. Volto a dizer, o



mais importante é chegar aos corruptores, aos interesses econômicos que levam vantagens pequenas, médias, grandes, astronômicas na corrupção existente no aparelho brasileiro.

Então, foi isso que disse. Lamento, lamento, entende...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (César Borges) – Agradeço-lhe, Senadora.

Senador Heráclito Fortes.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, eu quero invocar o art. 14, muito embora não tenha sido citado nominalmente. Esse pronunciamento é exatamente na linha do que falei.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, já tivemos dois usos do art. 14 hoje e fiz questão absoluta, mesmo que direito houvesse, de não ter feito nenhuma citação.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Eu imagino o desespero da Senadora de não querer me ouvir. Mas, Sr. Presidente, apelo para o seu espírito acima de tudo democrático. A resposta foi feita a um pronunciamento feito por mim. De forma que, baseado nisso, gostaria de V. Ex<sup>a</sup> o direito de poder responder.

**O SR. PRESIDENTE** (César Borges. PFL – BA) – Senador Heráclito Fortes, sabe V. Ex<sup>a</sup> como eu lamento não poder lhe dar a palavra pelo art. 14 porque, pela Mesa, já foi concedida a palavra duas vezes pelo art. 14 e o Regimento implica apenas dois usos do mesmo. Em segundo lugar, também por conta de que a Senadora Ideli Salvatti não citou V. Ex<sup>a</sup>. A não ser que V. Ex<sup>a</sup> solicite a palavra pela ordem e faça um breve comunicado.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, então peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (César Borges. PFL – BA) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra por três minutos.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – A Senadora Ideli está querendo trazer para a CPMI dos Correios, e não tem nada a ver, uma briga travada pelo Sr. Gushiken contra o banco que tem ligações históricas, não o banco, mas os seus diretores, com o PFL. Essa história é antiga, é preciso que se assuma. A Senadora Ideli, ao trazer essa questão aqui, que não tem nada a ver com a CPMI – se ela quiser convocar algum diretor, que o faça –, quando fala em tráfico de influência, deve estar se referindo, no caso dos Correios, ao Bradesco, que é o ganhador das maiores concorrências e que tem uma relação estreitíssima com o PT, embora seja uma relação nova. Ela deve estar se referindo às empresas que ganhavam concorrência e que devem estar fazendo a

manipulação dessas apurações. Mas ela está puxando um outro fato que corre em outra área da Justiça, que não tem nada a ver com o “mensalão”, tampouco com a CPMI dos Correios. É o desespero. Mas eu acho também que se devia aproveitar a oportunidade para esclarecer isso de uma vez por todas.

Aliás, o Presidente da Previ, Sérgio Ricardo Silva Rosa, está sendo convocado para ir à Comissão de Assuntos Econômicos. Seria bom que a Senadora Ideli Salvatti fosse lá ouvir o que se vai falar. Eu sempre tenho dito aqui, Senadora Heloísa Helena, que o grande escândalo deste Governo ainda vai envolver fundo de pensão. O que está acontecendo agora é bagrezinho, é coisa pequena. Por que o PT não se antecipa e não propõe isso? O mesmo crime cometido no Governo Collor se repete agora, formalmente. A área de fundo de pensão pertence ao Ministério da Previdência, mas quem administra essa área é um ex-sócio do Sr. Gushiken, no escritório que, primeiro, tinha o nome de Gushiken Associados e, de repente, passou para Global e funciona no interior de São Paulo. Que venha aqui esclarecer por que a Secretaria de Previdência Complementar é nomeada pelo Ministro do Palácio do Planalto encarregado de comunicação. Vamos esclarecer esses fatos – é preciso que se esclareça – e não ficar aqui com simbologia. Não! Eu acho que o PT tem obrigação moral de esclarecer esses fatos. Imagine se, em outro governo, pega um sócio de escritório de Ministro e manda tomar conta de uma área dessas! Manda examinar esse escritório, quanto ele fatura por mês, quais são as suas atividades. Vamos acabar com isso! Basta essa história de estar dando uma de bonzinho e, pelas costas, praticando crimes.

**O SR. PRESIDENTE** (César Borges. PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (César Borges. PFL – BA) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena, pela ordem.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-Sol – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Serei breve, até porque o Senador José Agripino está inscrito como Líder e me sinto na obrigação de respeitar. Quero apenas fazer uma brevíssima consideração. Tanto o Senador Heráclito, como a Imprensa e várias pessoas militantes do PT que estavam lá no tal do Blue Tree no dia da nossa exposição disseram exatamente estas coisas: que encheram a cara, comeram caviar, tomaram uísque e vinho no dia da nossa expulsão. Mas eu, a cada dia, chego mais à conclusão de que sou uma filha muito amada pelo Pai celestial e que todas as dores que Ele me deu foram até para que eu aprendesse a



ser mais forte, mais corajosa, sem perder o amor no coração e a vergonha na cara.

Eu não sei quem comeu caviar, bebeu uísque importado, encheu a cara, certamente com o dinheiro público do “mensalão” ou da trambicagem, mas de uma coisa eu sei: cada um deles está, aos poucos, desmoralizando-se e vendo a sua estrutura de poder desmoronando a cada dia. Não guardo raiva, não guardo rancor, mas, às vezes, quando uns são penalizados aqui na Terra, é extremamente importante, porque a penalização daqueles que conspiram contra os justos não pode se dar apenas no reino dos céus.

Então, é só, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (César Borges. PFL – BA)

– Agradeço, Senadora Heloísa Helena.

Concedo a palavra ao nobre Líder, Senador José Agripino, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário, seguido do Senador inscrito, Alvaro Dias.

**O SR JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, eu gostaria inicialmente de dizer que concordo com a Senadora Ideli Salvatti quando S. Ex<sup>a</sup> diz que o importante é encontrar o agente corruptor.

Não tenho nenhuma dúvida. É importantíssimo! E, nesse processo que se está verificando, todos os indícios remetem ao agente corruptor encastelado no Poder Executivo. E eu vou circunstanciar essa minha suposição.

Sr. Presidente, já está em curso a CPMI dos Correios, vai se instalar na quarta-feira a CPMI do Mensalão e a CPI do Waldomiro, a dos Bingos, está para ser instalada.

Eu gostaria, Senador Geraldo Mesquita, de fazer aqui umas elucubrações de um sentimento pessoal para conhecimento de V. Ex<sup>as</sup> e, quem sabe, Senador Heráclito, para a contestação ou não de meu pensamento. Posso até estar errado.

Tudo começou, Sr. Presidente, com uma fita gravada do Sr. Maurício Marinho, nos Correios. Aquela que já repetida à exaustão do cidadão de óculos pegando com a ponta do dedinho aquele maço de dinheiro e colocando-o sorratoriamente no bolso. E contando coisas. Ele dizia na fita que estava lá a serviço de um Partido Político e citava Roberto Jefferson.

Citado Roberto Jefferson, ele veio a público para dizer algumas coisas, que não foram comprovadas até agora – mas não foram desmentidas. E ele declarou, Senador Alberto Silva, que recebeu R\$4 milhões numa mala, em dinheiro vivo, com a cintazinha do Banco Rural. Quem declarou foi ele. Ele é a própria testemunha do dinheiro que recebeu. E ele disse que existia o mensalão. Sobre o mensalão ele fez ilação com o

Chefe da Casa Civil, Deputado José Dirceu; com o Sr. Delúbio Soares, Tesoureiro do PT; com o Sr. Sílvio Pereira, Secretário do Partido dos Trabalhadores. Fez ilações que até agora não foram comprovadas, mas foram feitas ilações.

Ato contínuo, o Sr. Maurício Marinho veio à Comissão Mista Parlamentar de Inquérito. Prestou um longo depoimento contraditório. Até um certo ponto ele disse coisas, parou, reconheceu que tudo o que havia dito era mentira e daí para frente iria contar a verdade. Eu suponho que um homem que faz o que ele fez, reconhece que estava mentindo e daí para frente iria falar a verdade, o tenha feito de fato: falado a verdade.

Ele disse o seguinte: que os contratos de publicidade dos Correios eram “triados” pela Secretaria de Comunicação Social, dentro do Palácio do Planalto, e que os diretores dos Correios tinham padrinhos. Os principais diretores dos Correios, seja da Diretoria de Operações ou da Diretoria de Tecnologia, tinham como padrinho o Sr. Sílvio Pereira, Secretário do PT.

Depoimentos do Sr. Roberto Jefferson. Depoimento do Sr. Maurício Marinho. De repente, não mais do que de repente, aparece uma figura chamada Karina, uma moça, secretária, ex-secretária do Sr. Marcos Valério, dono da DNA e da SMP&B, duas agências de publicidade.

Curiosamente, o Sr. Marcos Valério foi o homem que, segundo o Deputado Roberto Jefferson, lhe havia dado os quatro milhões em uma mala, com a cintazinha do Banco Rural.

A ex-secretária Karina disse algumas coisas interessantes. Disse muita coisa, mas umas coisas interessantes. Falou que tinha visto malas de dinheiro, malas de dinheiro, circulando pela empresa. Disse que testemunhou vários telefonemas do Sr. Marcos Valério com o Delúbio Soares, que usava até um avião do Banco Real, com o Sílvio Pereira e com o então Ministro José Dirceu. Conversas telefônicas informadas por Karina, a ex-secretária. E disse mais: que tinha visto uma festa de comemoração de uma vitória que se celebrava por antecipação de uma concorrência ganha. Nunca vi isso! De véspera, só quem morre é o peru. A ex-secretária disse que, de véspera, com champanhe Moët & Chandon, havia visto a comemoração da vitória de uma concorrência nos Correios por parte da DNA.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Peço tolerância, Sr. Presidente, porque é importante este assunto. Solicito mais um minuto.

Disse a ex-secretária Karina que a festa de comemoração de um contrato gordo tinha ocorrido e, para mim – aí entram as minhas elucubrações e as minhas

considerações –, demonstra claramente que, quando o Maurício Marinho disse que havia uma triagem das concorrências pela Secom, do Ministro Gushiken, isso seria um indício de verdade muito grande, porque as ligações telefônicas de Marcos Valério, ditas pela ex-secretária Karina, com o Palácio do Planalto, eram muito fortes. Então, é de se supor que ele sabia que ia ganhar porque tinha sido operado um esquema para que ele ganhasse aquela concorrência, para que, ganhando a concorrência – que eu suponho superfaturada – pudesse gerar malas de dinheiro!

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN)** – O que é que estou deduzindo, Sr. Presidente? E queria a sua paciência, porque o assunto que estou falando é seriíssimo e interessa ao povo brasileiro. O que eu posso concluir? Que há uma ilação fortíssima entre o mensalão e os Correios. Em quê? O contrato ganho foi nos Correios. A CPMI dos Correios está ligada ao Sr. Marcos Valério. Tem uma correlação direta. Foi ele quem entregou a mala de dinheiro ao Roberto Jefferson. Então, ele está no centro das atrações da CPMI dos Correios.

Há um fato novo, que é consagrador. A descoberta do extrato bancário da DNA, que mostra saques em dinheiro de R\$20,9 milhões. Roberto Jefferson recebeu R\$4 milhões. Vinte ponto nove menos quatro, sobram dezesseis ponto nove milhões. É muita mala de dinheiro. Aí é onde eu acho que está o móvel do mensalão. É onde estão as conversas de Delúbio, de Sílvio, do Deputado José Dirceu com o Marcos Valério. Estão interligadas a CPMI dos Correios com o mensalão dentro da DNA da SMP&B.

Para mim, não há nenhuma dúvida.

Sr. Presidente, há um outro fato. A CPI dos Bingos, pela posição do PFL, será instalada, na minha opinião, até o dia 1º de agosto. Mas vou reunir a Bancada amanhã e tenho a impressão, pelo que já ouvi, de que a minha Bancada, diante dos fatos novos, vai querer que ela se instale logo em julho, por uma razão muito simples: a interligação entre a CPI dos Bingos, que tem como figura central o Sr. Waldomiro, a CPMI do Mensalão e a CPMI dos Correios é claríssima. Quem são os operadores da CPMI dos Correios e do Mensalão? Sílvio Pereira, Delúbio Soares, Marcelo Sereeno. Funcionários de onde? Da Casa Civil. Ocupavam o quê? Uma salinha na Casa Civil. O Sr. Waldomiro é funcionário de quem? Da Casa Civil. Ocupava o quê? Uma salinha na Casa Civil. Qual é o pecado dos dois? Propina. Dos dois! Propina dos dois! Não há nenhuma mudança. E um traço de união forte: ambos da Casa Civil da Presidência da República, vizinho ao Presidente Lula, que, se não sabia, não sabe o que está ocorren-

do no seu Governo. Tenha paciência, mas Presidente assim não dá! Ou, se sabia, prevaricou. Se sabia, prevaricou. Em qualquer das circunstâncias, condenável. Biografia manchada.

O que é que eu desejo com essas ilações que faço? Exigir a instalação da CPI dos Bingos. Urge, pois ela está conectada. Para mim, Senador Arthur Virgílio, estou convencido, o Sr. Waldomiro é o precursor do escândalo do mensalão. V. Exª já deve ter ouvido que ele era chamado de “ministro”, andando pela Câmara dos Deputados. Quando ele atuava, o Governo não perdia; ganhava todas. Ele era um operador que foi denunciado por acaso, em uma fita também gravada, pedindo propina a um bicheiro. É a mesma coisa, é a mesma conexão. É imperativo que aquilo que o PFL, o PSDB, o PDT pugnaram junto ao Supremo Tribunal Federal e a tese com a qual concorda o Presidente Renan Calheiros aconteça logo.

Vamos exigir que a CPI dos Bingos se instale com a maior brevidade possível, para que tenhamos informações conectadas, para que a sociedade tenha a sua curiosidade atendida e para que os corruptos possam ir para a cadeia, como disse a Senadora Ideli, os corruptores – que, na minha opinião, estão encastelados no Poder Executivo – e aqueles que foram os operadores onde o dinheiro foi apanhado, quem apanhou e quem recebeu o dinheiro. Quem recebeu o dinheiro, se for parlamentar, deve ser cassado e depois punido pela justiça comum para ir para a cadeia.

*Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. César Borges, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho.*

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias como orador inscrito, por 15 minutos.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na semana passada, desta tribuna afirmei que as tardes das quintas-feiras se tornam de apreensão, eu diria até mesmo que são tardes verdadeiramente ameaçadoras para muitos dos que vivem na Esplanada dos Ministérios diante da expectativa do que virá nas revistas no final da semana.

Sem dúvida, muitos devem estar preocupados depois do que, no final de semana, as revistas divulgaram para todo o País. Faço aqui uma síntese. As revistas de circulação nacional ratificaram aquela apreensão da tarde de quinta-feira.

Na Revista **Veja**, reportagem sobre os saques milionários em dinheiro, feitos por Marcos Valério, acu-

sado de ser o pagador do “mensalão”. Os saques foram detectados pelo Banco Central. Segundo: “Assalto ao Estado. O ‘mensalão’ destrói a imagem ética do PT, mas o problema do País está na ocupação predatória do Governo por petistas e aliados”. Matéria assinada por Otávio Cabral.

Revista **Época**: “A história secreta de uma guerra suja. Disputa por contrato milionário envolve Ministros, líderes petistas e lobistas amigos”. É matéria de capa da revista. A reportagem intitulada “O submundo dos Correios” demonstra o que já estava em parte delineado no depoimento do Maurício Marinho à CPMI dos Correios: apurar a Skymaster é um dos fios da meada.

Revista **IstoÉ**: “A rota do ‘mensalão’”, detalhada reportagem sobre os saques milionários em dinheiro, feitos no Banco Rural, e o documento em poder do Ministério Público, após as denúncias do Roberto Jefferson e do testemunho da secretária Karina Somaggio.”

Revista **IstoÉ Dinheiro**: entrevista com a Secretária Karina denunciando ameaça de morte.

Revista **Carta Capital**: “Haja lama”. Matéria de capa. Reportagem menciona as conexões entre Daniel Dantas, o “orelhudo”, Marcos Valério, integrantes do PT e o depoimento da Secretária.

Há um novo itinerário na rota da corrupção, reportagem da revista **Carta Capital**. A matéria estabelece novos elos entre os Correios e o “mensalão”.\*

Portanto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, se havia uma preocupação da Bancada do Governo de que a Oposição na CPMI procuraria ampliar as investigações, alcançando o “mensalão”, por meio de conexões, não há mais necessidade de se preocupar, porque a imprensa, de forma farta, robusta, estabelece os *links* existentes entre o escândalo dos Correios e o chamado “mensalão”.

É forçoso reconhecer a dificuldade de nos afastarmos dessa “agenda negativa” produzida pelo próprio Partido do Presidente da República. É com perplexidade que tomamos conhecimento, no jornal **Folha de S. Paulo** do dia 26 de junho, do depoimento do economista Paulo de Tarso Venceslau. Ele é fundador do Partido dos Trabalhadores e foi expulso em 1997 do PT, bem antes de a Senadora Heloísa Helena. Ele foi expulso em 1997 por ter denunciado um esquema de corrupção operado por um compadre e benfeitor de Lula, o Sr. Roberto Teixeira, na Prefeitura de São José dos Campos. O economista conhecido pelas iniciais de seu nome e de seu Partido – PT – avisou pessoalmente Lula do esquema na Prefeitura. E foi Lula quem pediu a cabeça do denunciante.

Esse fato é sintomático. O Presidente Lula pediu a cabeça de quem denunciou corrupção. Em vez de investigar o fato e realmente apurar para valer, exigindo

exemplar punição, foi mais confortável para o Presidente, na época, pedir a cabeça do denunciante.

Sobre as denúncias que pesam agora sobre o Governo Lula, o PT – o Sr. Paulo de Tarso, e não o Partido dos Trabalhadores – afirma: “Não adianta negar. O Lula sabe de tudo. Ele sempre manteve um controle rigoroso do Partido”.\*

O que estamos afirmando, há tanto tempo, desta tribuna do Senado Federal esse ex-petista afirma com a maior autoridade do que nós. Ele diz que Lula sabe de tudo, porque sempre manteve um controle rigoroso do Partido dos Trabalhadores, o que confirma a impressão que todos temos: aqueles que são citados constantemente desde o episódio Valdomiro Diniz até agora, no caso dos Correios, do IRB e do Mensalão são os mesmos. Não é mera coincidência. Não é mera coincidência. É a constatação do fato. São os artífices do modelo adotado de relação espúria Governo/Congresso Nacional. São os coadjuvantes principais do Presidente Lula agora na articulação política como antes quando Lula não era Presidente da República, mas era o presidente do Partido dos Trabalhadores em tempo integral e remunerado.

São os mesmos aqueles coadjuvantes de antes, são coadjuvantes de agora. Se antes conviviam com o Presidente, dividiam com ele todas as preocupações partidárias e compartilhavam de todas as articulações no seio do partido, certamente fazem agora na mesma proporção e intensidade.

Eclodiu ainda denúncia sobre suposto esquema de propina envolvendo a cúpula do PT em São Paulo, para financiar campanhas eleitorais. A denúncia foi relatada ao Ministério Público pelo Secretário da Habitação de Mauá, o ex-petista Altivo Ovando Júnior.

Como se vê, há uma presença marcante dos ex-petistas nesse cenário de denúncias intermináveis que naturalmente está a exigir uma assepsia geral e irrestrita sem perda de tempo e de oportunidades.

Imaginamos ser oportuno agora um reforço da equipe técnica da CPMI dos Correios porque as denúncias espantam. Há, na verdade, um esquema de corrupção sem precedentes. E, certamente, se, no período Collor de Mello, estávamos mais restritos a algumas pessoas envolvidas em corrupção, a partir de PC Farias, alguns oriundos especialmente da chamada “República das Alagoas”, hoje, o esquema de corrupção instalado na Esplanada dos Ministérios alcança outros agentes, outros artífices. Esse esquema já alcançou partidos políticos que foram denunciados, citados, partidos da base aliada do governo, como políticos, parlamentares ou executivos ocupantes de cargos comissionados do atual governo, ou mesmo ocupantes de cargos na estrutura do Partido dos Tra-



balhadores. Portanto, o modelo de corrupção praticado hoje, ou instalado hoje, na Esplanada dos Ministérios, evidentemente com sucursais em alguns Estados, é muito mais amplo e tem um alcance superior àquele deflagrado no período do Presidente Collor, que culminou com o *impeachment* do Presidente.

Vou conceder, com prazer, um aparte à Senadora Heloísa Helena, esperando que não seja um protesto pela referência feita, porque, na verdade, a referência não é feita à Alagoas da qual todos nós nos orgulhamos, inclusive a Senadora Heloísa Helena, mas àquela republiqueta caricata que foi instituída e constituída em determinado pedaço de Brasília, e não no território das Alagoas.

**A Sra. Heloísa Helena** (P-SOL – AL) – Pronto, Senador Alvaro Dias, V. Ex<sup>a</sup> já fez a ressalva absolutamente necessária. V. Ex<sup>a</sup> viu nos meus olhos o que eu ia fazer, até porque muitos “ilustres” da chamada “República das Alagoas” hoje são ilustres queridos do Presidente Lula. Tendo V. Ex<sup>a</sup> feito essa ressalva aos alagoanos maravilhosos, honestos, corajosos, agradeço o aparte.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sem dúvida, Senadora Heloísa Helena. Aliás, Alagoas é uma terra fantástica. Deus foi generoso, oferecendo belezas naturais imbatíveis àquela terra. Mas, lamentavelmente,...

**A Sra. Heloísa Helena** (P-SOL – AL) – Foi por isso que Ele colocou ali uma elite bem canalhinha, para compensar e não ser injusto com os outros Estados.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – E das Alagoas temos tido tanta coisa boa na política, como a Senadora Heloísa Helena, como Teotônio Vilela, o Menestrel das Alagoas, que nos legou, como herança bendita, o seu filho Teotônio, que nos honra e nos orgulha nesta Casa e no nosso Partido, o PSDB.

Portanto, a referência feita, eu tenho absoluta convicção, os alagoanos entenderam muito bem, mas é sempre bom enfatizar, para que dúvida não persista em relação à verdadeira intenção ao fazer referência àquele fato histórico.

Eu estava dizendo da necessidade de se reforçar a equipe técnica dessa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Porque as provas testemunhais são robustas, são incontestavelmente inúmeras. Temos à farta provas testemunhais e precisamos buscar provas documentais que possam dar consistência à eventual denúncia e responsabilização civil e criminal dos envolvidos.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – É evidente que não nos alimenta o ódio. Ao contrário. Pode nos alimentar a ira santa, que é absolutamente imprescindível

para que, em nome de uma sociedade sedenta de modernização e de progresso, possa se conter o processo de corrupção, que é deletério, que corrompe as estruturas do Poder Público nacional em favor da construção de um novo tempo de progresso, de avanço, de distribuição de renda, de modernidade e de justiça social.

Portanto, queremos, sim, Sr. Presidente, uma assepsia com competência e, por isso, a necessidade de requisição de técnicos do Tribunal de Contas da União, da Polícia Federal, do Ministério Público, do Banco Central, da Receita Federal, desse órgão instalado no Ministério da Fazenda.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Já estou concluindo, Sr. Presidente. Já completei os quinze minutos? Sr. Presidente, o tema realmente é de tal proporção, que o tempo voa e não nos apercebemos. Mas vou concluir.

Apenas para finalizar, eu citava esse órgão do Ministério da Fazenda, o Coaf, que revelou os números dos recursos repassados pelo Banco Rural ao publicitário de Minas Gerais, que deve ser ouvido por esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Até para que esses depoimentos possam alcançar resultados práticos, necessitamos uma assessoria técnica competente para nos orientar nos momentos de questionarmos, para que a Comissão Parlamentar de Inquérito possa significar o caminho...

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – ...para a rigorosa punição que o Brasil exige.

Não podemos compactuar e conviver com esse esquema de corrupção que, lamentavelmente, debilita as instituições públicas do nosso País e semeia a desesperança no povo brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, como Líder do PSDB, por cinco minutos.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, se alguém tem ainda alguma dúvida do tamanho significativo e assustador dessa crise, esse alguém deve imediatamente procurar um psicólogo, ajuda psicanalítica, ajuda psiquiátrica, porque o seu deslocamento da realidade está acima do que pode ser tolerado pelos padrões da normalidade.

Já ouvi aqui no Senado, hoje, expressões do tipo: destampou tudo. Já ouvi coisas – e concordo – do tipo: tudo que o Deputado Roberto Jefferson (que, por sua vez, é acusado de coisas gravíssimas) denunciou está sendo confirmado. O Senador Alvaro Dias me dizia ain-



da há pouco: “R\$20 milhões para comprar gado, haja terra e haja boi”. E haja churrasco e haja pasto.

O Deputado Paulo Delgado, do PT de Minas Gerais, que é uma figura admirável pela sua cordialidade, pela sua seriedade, concedeu a um grande jornal brasileiro, neste fim de semana, uma entrevista marcante. Diz ele que só uma coisa pode salvar o PT e, por extensão, o Governo Lula: a verdade. Há as desculpas, os álibis: não foi bem assim, foi para comprar gado, poderia ter sido assado, quem sabe, ela está mentindo, afinal de contas, o Sr. Roberto Jefferson não conhecia a sra. Karina – não a conhecia que eu saiba –, e a sra. Karina diz coisas que batem com o que diz o Sr. Roberto Jefferson.

A CPI está no seu começo e já se torna um fato de enorme alcance, de enorme repercussão. Repito: no seu começo, no começo do seu começo.

Há apatia do Governo. Há incapacidade do Governo de gerar fatos efetivamente positivos, e não esses: “Vamos fazer uma agenda positiva.” Então, fingimos que não há nada de mais. Vamos brincar de agenda positiva durante dois ou três meses, fazendo de conta que não há nada de podre no reino da Dinamarca. Isso não é aceitável. A incompetência alia-se a toda essa leniência com a corrupção. E se quiserem um retrato da incompetência, direi que o retrato é precisamente aquele da visita do alto comando do PMDB ao Presidente Lula, que dá como fato consumado um acordo que não tinha sido combinado com o PMDB. Sabemos, hoje, que os Governadores não querem o acordo. Sabemos, hoje, que uma parte do PMDB não quer o acordo. Sabemos, hoje, que o PMDB não está uno no projeto de apoiar o Governo Lula. Além disso, o método foi errado. O método foi chegar oferecendo mais cargos. O Presidente deveria saber que o problema todo se deu por causa da distribuição atabalhoada e sem critérios de cargos no seu Governo.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Concederei o aparte em um segundo, Senador José Jorge, com muito prazer.

Quando vejo, pouco depois da efeméride, braços levantados, sorrisos, vejo que não houve acordo algum e penso: Meu Deus! Falta ao Presidente Lula a sabedoria do velho PSD, que combinava as coisas para que, na reunião, tudo se desse conforme o combinado. Falta ao Presidente Lula maturidade para tocar o País. Isso está mais do que visível. Estamos, hoje, todos na dependência de um fato gravíssimo: todos torcemos para que o Presidente Lula – e esta é a melhor das hipóteses – seja um néscio, seja um tolo; não sabendo de nada, não tinha responsabilidade qualquer, até

porque néscio, até porque tolo, até porque desavisado, até porque despreparado, até porque alienado.

Não dá para desconfiarmos mais do tamanho dessa crise.

Concedo um aparte ao Senador José Jorge, nobre Líder da Minoria nesta Casa.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Senador Arthur Virgílio, eu gostaria de concordar com V. Ex<sup>a</sup> e de dizer que, infelizmente, fica muito difícil acreditar que o Presidente Lula não soubesse de toda essa corrupção que estava existindo à sua volta. É muito difícil acreditarmos que uma pessoa que foi candidato a Presidente por três vezes e se elegeu Presidente seja um inepto. Na realidade, penso que o Presidente Lula sabia de tudo e não tomou as providências que deveria ter tomado. Agora mesmo, nesse fim de semana, vimos que esse Sr. Valério retirou R\$20,6 milhões em dinheiro, e agora está dizendo que comprou gado, sendo que não tem fazenda. Se comprou gado, eram 40 mil cabeças de gado. É muito boi! Ele deixou de ser uma espécie de rei da publicidade oficial para ser, agora, o “rei do gado”. Esse Sr. Valério, com essa quantidade de gado que comprou em um prazo tão curto, é o novo “rei do gado” do Brasil. Muito obrigado.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Ele pode também, Senador José Jorge, ter comprado, por esse dinheiro todo, aquele touro Bandido, da novela “América”. Pode ser que só um animal valha tudo. Assim, está justificado contabilmente.

**O Sr. Geraldo Mesquita Júnior** (P-SOL – AC) – Senador Arthur, permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Com muita honra, Senador Geraldo Mesquita.

**O Sr. Geraldo Mesquita Júnior** (P-SOL – AC) – Eu perguntaria ao Senador José Jorge se seria “rei do gado”, “rei do gato” ou “rei do rato”?

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Penso que seria mais “rei do rato”. (Risos.)

**O Sr. Geraldo Mesquita Júnior** (P-SOL – AC) – Queria aproveitar o ensejo. V. Ex<sup>a</sup> afirmou e traduziu aqui o sentimento de todos nós. Todos torcemos realmente para que a situação volte ao normal e para que o Presidente Lula acerte. Hoje, aqui neste plenário, li um texto escrito por um dos fundadores do PT lá na minha terra, uma pessoa por quem todo o Acre tem o maior respeito, o jornalista Antonio Alves. Ele escreveu há poucos dias, em seu **blog**, sobre o seu sentimento em face de tudo isso que está acontecendo. Hoje ele volta à carga, já sem qualquer esperança, e diz: “Para mim, já deu. Não vou mais ficar triste com o destino do Lula ou do PT. Torço para que se recuperem, sigam adiante e façam boas coisas, mas não dá para se identificar com eles, sua linguagem, seus valores.” Neste ponto,

Senador Arthur Virgílio, entra aquela parte que V. Ex<sup>a</sup> estava traduzindo por todos nós: “O Governo do Lula é como a seleção do Parreira. A gente torce a favor porque, afinal de contas, está jogando contra argentinos metidos ou ingleses arrogantes, mas não dá para ficar triste se levar uma goleada da Nigéria ou de Camarões.” É o espírito que V. Ex<sup>a</sup> acabou de traduzir e que creio estar no coração de todo brasileiro.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador Geraldo Mesquita Júnior. Concluo, Sr. Presidente, dizendo algo bem simples...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Primeiro, não está na vez e não está na hora de desculpas do tipo: não se provou, não está suficientemente provado, não há documento, não há gravação, essas conversas. Não resolveram até agora e o destampatório foi muito forte para que, daqui para frente, possam ainda tergiversar pelo caminho delas. Segundo – e isso me impressiona muito negativamente –, não há uma só declaração indignada de ninguém deste Governo contra tantas acusações.

Certa vez, acompanhei o Líder Freitas Nobre, figura inesquecível, para ouvir um personagem da política brasileira que se defendia. Defendeu-se corretamente: acusação nº 1, defesa nº 1; acusação nº 37, defesa nº 37; acusação nº 64, defesa nº 64. Na volta, pergunto ao Freitas: “Líder, que lhe pareceu? Foi bem? Foi mal?” Ele disse: “Técnicamente ele foi bem” – e nem é o caso de um Governo que vai muito mal tecnicamente ao responder, até porque não responde às acusações que sofre. E acrescentou: “O que falta ao personagem em tela” – cujo nome não preciso citar agora – “é a indignação de inocentes.” Eles ouvem tudo, cobras e lagartos, e não há uma só declaração indignada de ninguém deste Governo, o que corresponde quase a uma confissão de culpa.

Estamos passando para a fase do alerta vermelho. O Governo deve providenciar aquilo que lhe é exigido pelo Deputado Paulo Delgado, do PT de Minas, na entrevista que concedeu a um jornal deste País, nesse fim de semana – entrevista lúcida, correta, própria de S. Ex<sup>a</sup> –, dizendo: “Só a verdade salva o PT.” Portanto, acrescento: só a verdade poderá salvar este Governo.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – De meia verdade em meia verdade, de mentira em mentira, de tergiversação em tergiversação, este Governo poderá estar cavando para si e para o País momentos obscuros, de trevas, de muita inquietação, de muita infelicidade.

Por enquanto, Sr. Presidente, era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador César Borges.

V. Ex<sup>a</sup> disporia de quinze minutos, Senador, mas faço um apelo para que contenha o seu pronunciamento em dez minutos, para dar oportunidade aos outros oradores.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, tentarei atendê-lo, mas considero essa quase uma missão impossível, até porque iniciarei meu pronunciamento tratando de um assunto que foge um pouco à pauta que domina o cenário nacional, que é exatamente a sucessão de escândalos, de denúncias, de conexões que se vão fazendo, hora a hora, sobre esse assunto que começou com uma mera gravação. O Presidente da República chegou a dizer que a crise se resumia a um funcionário de quarto ou de quinto escalão que recebeu R\$3 mil. E V. Ex<sup>as</sup> estão assistindo para onde vai essa crise. Voltarei a esse assunto.

Sr. Presidente, falarei, em primeiro lugar, sobre algo que suscita também muitas preocupações no cenário político e administrativo brasileiro, que é a manifestação, à qual Brasília assistirá amanhã, dos produtores rurais de todo o País, que estão aqui para fazer um alerta do campo. Esse movimento está sendo chamado de “tratoação”. Eles explicam, por meio de um documento, a crise por que passa a agricultura brasileira.

Defendem eles que, no ano de 2003, a agricultura era o suporte básico da nossa economia; cresceu a quase 9% ao ano, quando o País não cresceu; sustentou a economia brasileira; mas, nem por isso, merece hoje a devida atenção do Governo Federal, porque, se a safra de 2004 foi plantada com o dólar valendo de R\$3,40 a R\$3,50, hoje essa mesma safra está sendo vendida com o dólar a R\$2,40. Com os juros como estão, é impossível a qualquer agricultor arcar com seus compromissos perante os bancos oficiais e perante instituições privadas, que financiam a safra por falta até de financiamento oficial para o plantio.

Portanto, a crise é grave, é gravíssima. É preciso que o Governo Federal deixe de ser meramente ouvido de mercador, que não ouve sequer seu Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, um dos Ministros competentes deste Governo, e ouça apenas o setor da economia, o setor financeiro, que se locupleta cada vez mais com lucros maiores. Todos os bancos estão ganhando, porque basta comprar título do Governo que tem assegurado um ganho de 19,75%, que são os

juros da taxa Selic. Que o Governo saia desta posição imobilista. Que ele esteja atento porque este setor é importantíssimo para a Nação brasileira. Ele representa 33% de tudo o que se produz no País e 37% da geração dos empregos em nível nacional. Se entrar em crise o campo, quem vai pagar são as cidades, que terão os trabalhadores vivendo de subemprego, aumentando o inchaço das metrópoles e trazendo todos os problemas sociais que conhecemos muito bem.

Estão aqui os produtores rurais, que vieram a Brasília para explicar à sociedade as razões que causaram a atual crise no campo. Entre elas o aumento do custo da produção, a queda dos preços agrícolas, a perda da produção por problemas climáticos, a ausência de seguro rural, a defasagem cambial, que reduz o preço recebido, a dificuldade de prorrogação dos financiamentos junto aos bancos na negociação caso a caso, a falta de instrumento que possibilite um alongamento nos prazos de pagamento na aquisição de defensivos, fertilizantes, máquinas e outros insumos agropecuários junto aos fornecedores privados; além da deficiência de logística e infra-estrutura para o armazenamento e escoamento da safra, que é um problema crônico, e o Governo Federal nada providencia para melhorar a situação lastimável das nossas estradas, portos e ferrovias. Cabe citar ainda a importação de produtos agrícolas do Mercosul e a proibição de os produtores brasileiros comprarem defensivos mais baratos de outros países, inclusive de países do Mercosul. Nós podemos importar o milho e depreciar o preço do nosso produto, mas não podemos importar defensivos mais baratos.

É bom que o Governo fique alerta, uma vez que acusa a todos de tentar desestabilizar, de tirar a governabilidade, quando é ele o centro da crise. Se o Presidente Lula hoje pegar o “Aero-Lula” e viajar, viajou a crise, porque a crise está dentro do próprio Governo.

Feita essa observação e esse alerta para que o Governo tenha sensibilidade com os agricultores e os produtores brasileiros, entro, Sr. Presidente, na questão...

**O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR)** – Permite-me um aparte, Senador César Borges, antes de V. Ex<sup>a</sup> mudar de assunto?

**O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA)** – Pois não, Senador Alvaro Dias.

**O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR)** – Eu queria manifestar também o meu apoio à tese de V. Ex<sup>a</sup>. Realmente o Governo é devedor da agricultura do País e dos agricultores. É um Governo que apenas assiste à competência e ao trabalho. O produtor agrícola do nosso País é bravo e competente; tem produzido extraordinariamente, em que pese a ausência de uma

política agrícola definida e do apoio governamental. Ele compete de forma desigual com os seus concorrentes internacionais no momento da exportação, porque enfrenta a política protecionista dos Estados Unidos, do Japão, dos países avançados da Europa, as barreiras alfandegárias e não-alfandegárias, enfim, disputa o mercado internacional em terrível desvantagem. Apesar disso, promove o progresso tecnológico, moderniza o campo, avança extraordinariamente e, quando há uma crise como esta que estamos vivendo, é justo exigir do Governo que devolva um pouco daquilo que toma em excesso do produtor rural brasileiro. V. Ex<sup>a</sup>, por essa razão, merece os nossos aplausos, pois está defendendo uma causa justa, uma causa do País, porque a agricultura é a alavancagem formidável no processo de desenvolvimento econômico do Brasil.

**O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA)** – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pelo aparte, Senador Alvaro Dias. V. Ex<sup>a</sup> conhece bem a situação, visto que é de um Estado produtor, o Paraná, e tem sensibilidade para esse setor. Mas, infelizmente, o setor que comanda a economia brasileira não tem essa sensibilidade. Só se preocupa com superávit primário e já trabalha no sentido de ter o déficit nominal zerado também. Onde vamos parar, Senador Alvaro Dias? Até a Ministra da Casa Civil já se considera assustada com essa proposta.

Eu queria convidar todas as Senadoras e todos os Senadores para participarem amanhã, às 15 horas, na Câmara dos Deputados, de uma reunião conjunta da Comissão de Agricultura da Câmara e do Senado para debater esses problemas.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, estamos aqui sob o impacto das denúncias das revistas semanais desse final de semana, principalmente da **IstoÉ**, intitulada “A Rota do Mensalão”, sobre a qual vários Senadores se referiram. As conexões estão feitas. Chamo a atenção para o fato de que nós, que temos como uma das nossas funções constitucionais a fiscalização do Executivo – e essa fiscalização se dá inclusive através da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito existente –, estamos indo a reboque da mídia.

Quero parabenizar a imprensa brasileira, que está conseguindo, pouco a pouco, mostrar a verdade à Nação. Não são poucas manchetes, mas enxurradas delas que estão acontecendo em todos os jornais, em todas as revistas semanais.

Na semana passada, fiz um requerimento, como membro titular da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – e entreguei o requerimento na terça-feira, Senadora Heloísa Helena –, para que tivéssemos, para o conhecimento da Comissão, a relação de todos os saques acima de R\$100 mil feitos pela empresa de



publicidade SMPB, de Minas Gerais, e a DNA, também de Minas Gerais, no Banco Rural.

Pois bem! Meu requerimento não foi apreciado, meu requerimento não foi votado. E hoje, o que acontece? A revista **IstoÉ** traz aqui essa relação, fornecida pela Coaf, que é o Conselho de Controle de Atividades Financeiras. E só houve essa fiscalização a partir das denúncias, a partir da divulgação da fita dos Correios, antes até da instalação da CPMI dos Correios.

Então, se não fosse a denúncia e tudo o que a imprensa e a mídia fizeram no Brasil, estaríamos também com esse caso abafado.

Portanto, estamos realmente a reboque do que está saindo na mídia. A CPMI não está trabalhando como deveria trabalhar, com a agilidade devida, aprovando os requerimentos, apresentando às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores esses documentos que mostram o saque de R\$20 milhões em dinheiro vivo! Vinte milhões em dinheiro vivo!

Senadora Heloísa Helena, V. Ex<sup>a</sup> gostaria de um aparte?

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – É só para compartilhar com a preocupação de V. Ex<sup>a</sup>. É claro que não vamos querer disputar com o jornalismo investigativo. V. Ex<sup>a</sup> saudou o jornalismo investigativo também. Mas quero aproveitar o aparte para solicitar que todo o processo de instrução das licitações possa ser disponibilizado, porque, nesta semana, vêm diretores, os ex-diretores das áreas que estão sendo denunciadas pelos indícios relevantes de crimes contra a Administração Pública. Não adianta para nenhum parlamentar, como para nenhum técnico, analisar simplesmente o contrato, porque a fraude da especificação técnica ou da criação fraudulenta de uma demanda para que o empresário ganhe o processo de licitação vai desde o processo de instrução para o edital de licitação. Então, faço um apelo – aproveitando o aparte a V. Ex<sup>a</sup> – para que todos os requerimentos possam ser analisados o mais rapidamente possível, senão vamos estar diante dos diretores sem os instrumentos necessários para identificar onde houve a fraude, desde o processo de instrução, no contrato, e, depois, no processo de execução de contrato e nos termos aditivos também. Então, este aparte é para compartilhar da preocupação de V. Ex<sup>a</sup> e solicitar que a Comissão agilize, porque há muitos requerimentos de quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico de muitas pessoas que estão sendo denunciadas também, além desse que é essencial. Todo o processo de instrução, antes do contrato, depois da execução e dos termos aditivos, é essencial para os trabalhos da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador César Borges, antes que V. Ex<sup>a</sup> res-

ponda à Senadora Heloísa Helena, vou prorrogar a sessão por mais 15 minutos, sendo cinco minutos para que V. Ex<sup>a</sup> conclua o seu pronunciamento e 10 minutos para outros dois oradores que ainda ocuparão a tribuna.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Agradeço, Sr. Presidente.

Senadora Heloísa Helena, V. Ex<sup>a</sup> tem inteira e absoluta razão, porque, até no caso do contrato das empresas de publicidade, estamos cientes de que houve interferência do Palácio do Planalto, por intermédio do Ministro Gushiken, para modificar a maneira como eram selecionadas as empresas.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – O departamento jurídico dos Correios solicitou que a Secom assumisse efetivamente a responsabilidade pela modificação, diminuindo a exigência do patrimônio líquido de R\$3 milhões para R\$2 milhões, para que a empresa SMP&B pudesse participar e ser vencedora da licitação. O departamento jurídico dos Correios foi contrário, e temos que verificar, de forma antecipada, como é que a licitação, a preparação do edital e as normas foram modificadas para permitir a inclusão dessas empresas.

Sr. Presidente, por incrível que pareça, essa empresa detém conta hoje com o Banco do Brasil, com os Correios, com a Eletronorte, com o Ministério do Trabalho.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Trata-se de valores que chegam a R\$700 milhões, Sr. Presidente.

O próprio Deputado Paulo Delgado chegou à conclusão de que o Governo se entregou à publicidade. Se fosse para fazer publicidade do Governo, seria até – eu não diria – justificável, mas poderia se dizer que haveria licitude, porque se fez concorrência. Mas, não, Sr. Presidente. O Banco Popular, que gastou R\$24 milhões em publicidade, emprestou apenas R\$20 milhões. Agora, foram gastos R\$24 milhões em publicidade? Não, Sr. Presidente. Aí é que está. O Governo está batendo recorde de gastos em publicidade, chegando a quase R\$1 bilhão. Agora, são gastos com publicidade? Não, Senador Augusto Botelho. Nesse valor está embutido um valor a ser subtraído e incluído na mala para compra de consciências, por meio do famoso “mensalão”, no Congresso Nacional, de forma mais especial na Câmara dos Deputados.

É isso que a Nação brasileira está vendo. A conexão está feita. A partir de uma fita simples de um funcionário que, segundo o Presidente Lula, é de ter-



ceiro escalão, vem a declaração do Deputado Roberto Jefferson. Não há como se desqualificarem suas declarações, porque tudo está sendo comprovado. A partir das denúncias do Deputado Roberto Jefferson – não faço nenhum julgamento sobre o Deputado Roberto Jefferson, mas, sim, sobre suas denúncias que estão sendo comprovadas, dia-a-dia, pela mídia –, chegou-se a essas empresas de Belo Horizonte do Sr. Marcos Valério, que negou inicialmente o fato. Veio, então, a denúncia da própria secretária Karina Somaggio. Posteriormente, o Banco Central comprovou que existem saques em dinheiro de valores absolutamente inadmissíveis, o que só pode significar lavagem de dinheiro ou efetivamente o que disse Roberto Jefferson: dinheiro para comprar a consciência de Deputados e subverter o processo político brasileiro, aprovando reformas e medidas provisórias que o Governo deseja.

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (Bloco/PSB – SE) – Concede-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Concederei, em seguida, um aparte ao Senador Antonio Carlos Valadares.

V. Ex<sup>as</sup> devem lembrar como eram aprovadas, rapidamente e sem modificação, as medidas provisórias na Câmara dos Deputados. Quando chegavam ao Senado, tínhamos o trabalho de revê-las, de reanalisá-las e ficávamos sem entender como a Câmara dos Deputados havia aprovado com tanta rapidez aquelas medidas provisórias e os projetos encaminhados pelo Governo Federal, muitas vezes sem alteração alguma.

Concedo o aparte ao nobre Senador por Sergipe Antonio Carlos Valadares.

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (Bloco/PSB – SE) – Senador César Borges, quero apenas registrar, como adendo ao seu pronunciamento, a conduta retilínea que reflete bem o caráter e a personalidade do Presidente da CPMI, Senador Delcídio Amaral. Ainda não estive pessoalmente com S. Ex<sup>a</sup> para confirmar o que li na imprensa, mas acredito que seja verdadeira a sua pretensão de entregar a Liderança do PT a outro companheiro seu para que possa dedicar-se de corpo e alma a desvendar todos os fatos relacionados às denúncias feitas diariamente por meio da imprensa, que tem, efetivamente, realizado um grande trabalho de investigação e proporcionado, como V. Ex<sup>a</sup> disse, a oportunidade de os Senadores se dedicarem, mais ainda, à elucidação dos fatos.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (Bloco/PSB – SE) – Destaco também a atuação de V. Ex<sup>a</sup> na CPMI – tenho visto pela televisão e pessoalmente, quando

compareço –, procurando cumprir o seu papel e a sua obrigação como Senador, membro de uma comissão das mais importantes. Fui um dos primeiros a assinar o requerimento para instalação dessa CPMI e o fiz com o pensamento no País e também na intenção de ajudar a desvendar a verdade, como falou o Deputado do Partido dos Trabalhadores de Minas Gerais, Paulo Delgado. Quem for o culpado que pague. Mas não estamos no Senado Federal, seja da Oposição, seja do Governo, para amparar quem quer que seja, mas, sim, para exercer plenamente a democracia – que passa pela investigação realizada pelos Poderes Legislativo e Executivo.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (Bloco/PSB – SE) – Notadamente agora, com essas denúncias feitas nesta semana, uma nova linha de investigação pode ser adotada a fim de descobrir, o mais rápido possível, os verdadeiros culpados para que sejam punidos exemplarmente. Obrigado a V. Ex<sup>a</sup> pela atenção.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> o aparte e espero que o Governo possa ouvir as suas palavras, porque até agora ele não tem colaborado efetivamente.

Por que a Polícia Federal ainda não ouviu o Sr. Delúbio Soares e o Sr. Sílvio Pereira, que estão envolvidos? Por que a CPMI ainda não convocou o Ministro Luiz Gushiken, que está diretamente envolvido? Disseram que ele tem influência na licitação dos Correios para contratação de uma empresa de publicidade.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, para não abusar e encerrar no meu tempo, eu havia dito ao Senador Delcídio Amaral que era impossível imaginar uma comissão parlamentar mista de inquérito investigando o Governo, investigando basicamente o PT, pois PT e Governo não se desassociam mais, porque o aparelhamento do Estado foi tão grande que o PT achou que o Governo era dele. O PT está em todas as áreas do Governo. O aparelhamento do Governo foi realmente total e completo. Sabemos disso pelo PT em detrimento até de outros partidos, que eles achavam que poderiam comprar pelo “mensalão”.

Sr. Presidente, como é que o Líder do PT nesta Casa, o Senador Delcídio Amaral, teria isenção para presidir essa CPMI? Ele faz muito bem em renunciar à liderança do PT ou renunciar à Presidência da CPMI, que deveria ser dada à Oposição, como de praxe.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Estaria o Governo isento de qualquer tipo de suspeição e também o próprio Senador Delcídio Amaral? Respeito-o e o considero uma figura lhana, correta – não tenho reparos a fazer sobre a figura do Senador Delcídio Amaral. Houve insistência do Presidente Lula para que ele disputasse a Presidência, e ele devia ter resistido, como fez na véspera. Mas, no dia seguinte, cedeu – infelizmente, cedeu. Hoje recai sempre essa suspeição de que há uma chapa branca para amortecer as investigações, para colocar em marcha lenta e fazer, inclusive, com que sejamos desmoralizados, porque vamos correr atrás do que a imprensa vai trazer a cada semana, a cada dia.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, agradecendo pela tolerância.

*Durante o discurso do Sr. César Borges, o Sr. Garibaldi Alves Filho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.*

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR)

– Muito obrigado, Senador César Borges.

Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho, por ordem de inscrição. S. Ex<sup>a</sup> dispõe de cinco minutos. Em seguida, o Senador Eduardo Suplicy, também por ordem de inscrição, por cinco minutos.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, na verdade, estamos aqui em uma sessão cuja metade do tempo foi dedicada às denúncias trazidas pelas revistas semanais, principalmente a **Época** e a **IstoÉ**. São denúncias que, é claro, merecem ser imediatamente apuradas. E há um clamor de toda a Nação brasileira no sentido de que isso seja feito como está sendo feito, sem açodamento, sem radicalismos, mas com critério, com seriedade, como o momento exige. O momento é da maior gravidade, e exige que cada um se compenetre do seu dever, principalmente aqueles que estão tomando assento na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que apura todo esse vendaval de denúncias que invadiu o País.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, relembro que o debate deve ser também voltado para a chamada reforma política. Hoje, os jornais – aliás, não apenas hoje, mas durante todo o fim de semana – advertiram para alguns equívocos que estão sendo cometidos com o processo de reforma política, que se encontra na Câmara dos Deputados, depois de ter sido aprovado no Senado Federal. O equívoco diz respeito à lista de parlamentares. Seria adotada no País uma lista que daria oportunidade ao eleitor de, pela primeira vez, em vez de votar no candidato, votar no partido. Sabe-se

hoje que, no Brasil, a grande maioria do eleitorado se volta mais para o candidato do que para o partido.

Então, o que se diz a respeito do que foi mostrado pela imprensa – vou procurar me aprofundar, é claro, nessa matéria – é que os Parlamentares atuais figurariam inicialmente na lista. Isso poderia se transformar no famoso “chapão”, aquele “chapão” tão condenado ao longo dos anos.

Por outro lado, o financiamento público de campanha – que é a providência mais acertada, tendo em vista os escândalos que aí estão – também teria que ser adotado com maior rigor e com maior cuidado.

Não tenho condições, com o tempo que me foi cedido, de fazer uma análise mais aprofundada, como a que foi feita pela jornalista Helena Chagas no matutino **O Globo**, edição de hoje. Mas prometo, Sr. Presidente, perseverar nesse caminho, nessa preocupação com o que poderá acontecer depois. Mesmo punidos todos aqueles, como serão punidos, tenho certeza, que forem culpados agora, é preciso cuidar do futuro, lançar um olhar para o futuro, e votar a reforma política da forma mais correta possível.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR)

– Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> por ter cumprido o horário dentro do prazo estabelecido, como sempre.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, por ocasião do último Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, tive a oportunidade de dialogar com a Sr<sup>a</sup> Danielle Mitterrand, viúva do Presidente da França, por 14 anos, François Mitterrand, que tanto dignificou a vida política nacional francesa e que se constituiu, na verdade, em um exemplo de estadista.

François Mitterrand, em 1988, quando iniciou seu segundo mandato, colocou em prática um de seus principais compromissos: a instituição da *revenue minimum d'insertion*, que é uma renda mínima de inserção para todos os franceses, o que pode ser considerado um passo na direção de uma renda básica de cidadania.

A Sr<sup>a</sup> Danielle Mitterrand falou-me da importância de se instituir o direito humano universal à água. Ela é uma das principais proponentes dessa batalha, ela que esteve presente na Jornada Especial de Roma, em Campidoglio, em 10 de dezembro de 2003, quando foi proclamada a Declaração da Água como Direito Humano Universal: “Declaremos o Direito Humano à Água”.

É tão importante o documento, que passarei a lê-lo. Certamente, aqueles Parlamentares que aqui tanto

têm dialogado sobre a água – a água do rio Amazonas, a água do rio São Francisco, a água do Nordeste brasileiro, e assim por diante – têm essa preocupação.

Declaração de Roma, de 10 de dezembro de 2003

1 – Há no mundo, ainda hoje, mais de 1,4 bilhão de pessoas sem acesso à água potável e 2,4 bilhões sem acesso a redes de distribuição de água e saneamento básico, em decorrência do que morrem, *por dia*, 30 mil seres humanos, vitimados por doenças decorrentes da falta de água saudável ou de meios de higiene adequados. Entretanto, em 1980, as Nações Unidas tinham promovido “O decênio da Água e do Saneamento” (1981-1991), com o objetivo de garantir o acesso de todos à água até o ano 2000!

2 – A comunidade internacional (institucional) continua recusando-se a reconhecer o acesso à água como um direito humano, isto é, universal, indivisível e imprescritível. Em particular, desde a Conferência Internacional da Água (Dublin, 1992), ela prefere tratar o acesso à água como necessidade essencial, e a água, como matéria-prima, bem econômico, favorecendo com isso as políticas orientadas para o mercado, a privatização da gestão dos serviços hídricos, a mercantilização da água.

Em novembro de 2002, o Comitê das Nações Unidas para os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais afirmou que o acesso ao fornecimento adequado de água de uso pessoal e doméstico constitui um direito humano básico de toda pessoa. Em seu “Comentário Geral” nº 15, relativo à implementação da Convenção Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966, o Comitê ressalta que “o direito humano à água é indispensável para viver a existência própria em condições de dignidade humana. Esse direito constitui pré-requisito para a realização dos outros direitos humanos. O “Comentário Geral”, infelizmente, não tem caráter impositivo para os 146 Estados signatários da Convenção. Por isso, os mesmos Estados reiteraram, em março de 2003...

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador Eduardo Suplicy?

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP) – Gostaria apenas de avançar um pouco mais, Senador Mão Santa. Com a maior honra, quero lhe conceder o aparte.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP)

– Se me permite o Senador Augusto Botelho, porque se trata de uma questão de grande relevância. Hoje aqui se tratou tanto da questão relativa aos episódios dos Correios. A água é algo que limpa a alma e o corpo dos seres humanos. Os brasileiros merecem essa água que poderá limpar todos nós.

Assim, pediria muito a V. Ex<sup>a</sup> a gentileza de alguma tolerância.

Senador Mão Santa, quero avançar um pouquinho mais para, com toda a honra, conceder-lhe o aparte.

Por isso, os mesmos Estados reiteraram, em março de 2003, na declaração ministerial final do 3º Fórum Mundial da Água, que o acesso à água é uma necessidade vital (não um direito) e que a água deve ser considerada, principalmente, um bem econômico, ao qual cumpre atribuir valor econômico, em função de um preço de mercado suficiente para recuperar o preço total de produção (incluído o lucro).

Muito felizmente, nesse mesmo Fórum, várias organizações partícipes externaram opiniões divergentes. Em particular, a Igreja Católica apresentou um documento em que defendeu o princípio de que o acesso à água é um direito humano e fez importantes ressalvas no tocante à privatização da gestão dos serviços hídricos. O Sindicato Internacional dos Serviços Públicos também se manifestou nesse sentido.

O direito à água já foi mencionado em atos e decisões de caráter internacional. A Convenção sobre os Direitos da Infância, por exemplo, contém referência à água. A Primeira Conferência das Nações Unidas sobre a água, em Mar Del Plata, em 1977, estabeleceu que toda pessoa tem direito ao acesso à água potável para satisfazer suas necessidades básicas. Mas, em realidade, os líderes políticos, econômicos e técnico-científicos dos países mais ricos e poderosos do mundo – bem como, amiúde, as classes dirigentes dos países ditos em desenvolvimento – têm praticado políticas institucionais, financeiras, agrícolas, industriais e comerciais com gravíssimos efeitos devastadores opostos às escassas declarações de princípio a favor do direito humano à água;

As perspectivas também não parecem muito auspiciosas. Parece haver uma tendência ao fortalecimento da mercantilização da água. Há mais ou menos 10 anos que as análises e “previsões” da ONU, da FAO, da OMS, da UNECO, do PNUD e do Banco Mundial só “anunciam”:

– um aprofundamento da “crise hídrica” no mundo. Vaticina-se que em 2032, decorridos 40 anos da Primeira Cúpula da Terra no Rio de Janeiro, 60% da

população mundial “viverá” em regiões do mundo caracterizadas por acentuada escassez hídrica;

– graves problemas de abastecimento hídrico para a agricultura na China, Índia e nos Estados Unidos. Os lençóis freáticos nesses países baixaram consideravelmente devido às excessivas retiradas efetuadas nos últimos 50 anos pela agricultura e indústria, inclusive para a produção de energia;

– a multiplicação e intensificação dos conflitos entre Estados, gerados pela concorrência no uso da água. Desde já, a água só é referida como sendo “ouro azul” e se vaticina que o século XXI será o século das “guerras da água”.

Esses futuros são possíveis, porém inaceitáveis.

O ano de 2003 foi declarado pelas Nações Unidas Ano Internacional da Água. No momento em que acaba este ano, reunimo-nos, na qualidade de simples cidadãos provenientes de diversas regiões do mundo...

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. EDUARDO SUPLYCY** (Bloco/PT – SP)

–...no intuito de evitar que este ano seja um ano de celebrações altamente retóricas...

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR. Faz soar a campanha) – Senador Suplicy, permita-me prorrogar a sessão por mais dez minutos para V. Ex<sup>a</sup> e o Senador Antonio Carlos, também, falar.

**O SR. EDUARDO SUPLYCY** (Bloco/PT – SP)

– Agradeço muito a sua atenção, Senador Augusto, ainda mais que V. Ex<sup>a</sup> é de um dos Estados brasileiros que tem maior quantidade de água limpa. Então, agradeço muito a sua generosidade.

...altamente retóricas e se encerre com insignificantes compromissos políticos concretos, como ocorreu com o G8 em junho passado em Évian!

Tinham anunciado os líderes do G8 que esperavam assumir compromissos importantes em matéria de água. Ventilou-se a possibilidade de triplicar a ajuda internacional para a água, aumentando-a até US\$30 bilhões por ano. A decepção foi grande: o G8 encerrou-se sem assumir qualquer compromisso no sentido previsto. Cabe salientar que o G8 vai se reunir daqui a alguns dias, Sr. Presidente.

Confrontados com essa realidade, desejamos reagir...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. EDUARDO SUPLYCY** (Bloco/PT – SP)

– ...e exortamos todos os cidadãos a mobilizar-se em torno dos seguintes princípios, objetivos e iniciativas, afirmamos que:

– o reconhecimento formal do direito à água é um passo fundamental para a concretização do direito à vida para todos;

– a realização do direito à água para todos é um pré-requisito para a erradicação total da pobreza no mundo;

– é economicamente exequível garantir o acesso à água para todos (e não apenas para a metade das pessoas atualmente privadas desse excesso) até 2015. Já em 1997, demonstraram as Nações Unidas (em especial o PNUD) ser economicamente exequível o objetivo de acesso à água para todos no prazo de 15 anos.

Inclusive V. Ex<sup>a</sup> e a Bahia, Senador Antonio Carlos Magalhães, devem ter esse acesso à água.

O principal obstáculo não reside na ausência ou inadequação de recursos financeiros, competências ou tecnologias. Tais elementos existem. O que falta é vontade política e opções políticas e econômicas condizentes.

Por isso, é nossa opinião que:

– a exclusão da água – há 55 anos – do rol dos direitos explicitamente mencionados na Declaração Universal dos Direitos Humanos tem impedido os cidadãos de exercer pressões eficazes sobre os governos, favorecendo a afirmação, nas legislações nacionais e práticas políticas, em contexto internacional marcado por crescente economismo neoliberal, de abordagens e modos de gestão baseados na água como “bem econômico”;

– é urgente e indispensável reconhecer o caráter de “bem comum público” da água e dos ecossistemas, bem como excluir a água da categoria “bens e serviços mercantis”, e não apenas no que diz respeito à utilização da água potável. Por ser também elemento essencial e insubstituível de outras atividades econômicas de fundamental importância para o direito à vida e à convivência, deve a água ser considerada bem comum público, inclusive nessas utilizações;

– a água e os serviços hídricos não devem ser objeto de negociações comerciais no âmbito da OMC, mas de regras mundiais que definam e promovam a valorização e a gestão da água como bem comum e direito humano universal.



Para tanto, reafirmamos os princípios fundamentais: a água é um bem comum que pertence à Humanidade e a todas as espécies vivas; o acesso à água é um direito humano e social, individual e coletivo; é responsabilidade da coletividade o financiamento dos custos necessários para garantir a todo ser humano acesso à água, em quantidade e qualidade suficientes para a vida;

Em conseqüência, propomos que: entre as inúmeras ações e soluções conhecidas e possíveis, a Jornada Especial de Roma priorize os seis objetivos a seguir, a serem realizados no decorrer dos cinco, dez próximos anos.

Primeiro, constitucionalizar o direito à água:

– mediante sua inclusão na Declaração Universal dos Direitos Humanos, com outros detalhes. Transformar a água em instrumento de paz. Liberar as carregadoras de água...

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Eduardo Suplicy, solicito um aparte.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – ...pôr fim aos bombeamentos e supraconsumo devastadores. Inventar uma finança cooperativa para a água. Ampliar a democracia “local”.

Sr. Presidente, peço que seja transcrita, inclusive nos seus detalhes, essa declaração e todos os seus signatários presentes naquela reunião.

Com muita honra, concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Eduardo Suplicy, eu e o País estamos atentamente ouvindo V. Ex<sup>a</sup>. Segundo os estudiosos da natureza do Universo, os fundamentos de tudo são o ar, a terra, o fogo e a água. V. Ex<sup>a</sup> vem em boa hora falar...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – ... da água, H<sub>2</sub>O, justamente quando seu Partido está pegando fogo, o senhor traz água.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – É necessário.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me permita mostrar a crença que tenho e o entusiasmo com que estou. Senadora Heloísa Helena, eu sempre acreditei na vitória do bem sobre o mal. Eis o Senador benigno, os malignos estão se acabando. V. Ex<sup>a</sup> traduz isso tudo. Quero falar da minha satisfação, porque vim agora de São Paulo e senti que, para o paulista, homem, mulher, criança e idosos, V. Ex<sup>a</sup> é o símbolo da esperança daquela estrela com a qual sonhamos todos nós do Brasil. V. Ex<sup>a</sup> lá é mais do que a estrela e do que o sol, porque

V. Ex<sup>a</sup> é a verdade, é a palavra verdadeira. Como Cristo disse, que tudo passa, só não passarão minhas palavras e as palavras de Suplicy para guiar o povo paulista.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senador Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Agradeço a gentileza. Concederei o aparte, apenas quero agradecer a gentileza do Senador Mão Santa. Quero aqui dar uma boa nova para muitas pessoas que aqui têm manifestado respeito pelo meu mandato.

Sabe, Senador Mão Santa, ontem, realizou-se, no Teatro Oficina, uma plenária, na qual compareceram de 500 a 600 pessoas – não contei exatamente, mas lotou o teatro e vieram pessoas dos mais diversos segmentos, dos movimentos sociais...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – ... e Parlamentares do PT. Vieram o Presidente do PT, José Genoíno; os candidatos a Presidente Plínio de Arruda Sampaio, Valter Pomar, Markus Sokol, Ivan Valente, Gilmar Tatto e Valter Teixeira. Os candidatos ao Governo de São Paulo, Aloizio Mercadante, Marta Suplicy e João Paulo Cunha.

O que foi mais especial para mim. Compareceram Celso Antonio Bandeira de Melo; Dalmo de Abreu Dallari. Assim compareceram juristas, mas também o representante dos Correios, dos moradores de rua, dos movimentos sociais. Veio o pessoal do *rap* das favelas do Capão Redondo, como o escritor Ferréz, que veio com os Detentos do Rap.

Manifestaram todos a importância de eu poder continuar aqui..

*(Interrupção do som.)*

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Outro dia, o Fernando Rodrigues, da **Folha de S. Paulo**, perguntou se não seria exagero que eu, já Senador por dois mandatos, somando 16 anos, me candidatasse a mais um mandato, somando 24 anos.

Eu disse que seria melhor perguntar ao povo, aos meus companheiros. Por isso eu fiz a pergunta: deve o PT lançar o Senador Suplicy por mais oito anos? E, felizmente...

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Respondendo ao povo de São Paulo, em homenagem ao Senador Antonio Carlos Magalhães: Rui Barbosa passou 31 anos aqui. V. Ex<sup>a</sup> tem que chegar lá.

**O SR EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Eu não sabia dos 31 anos de mandato de Rui Barbosa. Que maravilha!

Mas, felizmente, todos vieram dizer positivamente, que eu deveria continuar, inclusive o meus companheiros e o próprio Presidente José Genoíno, o Mercadante, a Marta e o João Paulo Cunha; todos disseram. Então, hoje estou me sentindo como se tivesse tomado um ótimo banho de água limpa. Por isso, estou relacionando isso ao direito humano à água.

Concedo o aparte ao Senador Heráclito Fortes, com muita honra.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** (PFL – BA)  
– ...água suja?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP)  
– Água limpa, de Roraima, de toda a Amazônia.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senador Suplicy, o meu aparte é exatamente para parabenizá-lo pela consagração que V. Ex<sup>a</sup> recebeu ontem do povo de São Paulo, principalmente dos militantes. Tenho as minhas dúvidas quanto à sinceridade de alguns da cúpula do Partido que ali o homenageavam. Tenho medo de que dêem a V. Ex<sup>a</sup> água envenenada, porque alguns que o estavam homenageando eram exatamente os que queriam derrubá-lo há poucos dias, quando V. Ex<sup>a</sup>, com a sua consciência, clarividência e, acima de tudo, espírito voltado para a liberdade e para o esclarecimento dos fatos, assinou e defendeu a CPI dos Correios. Talvez, se tivessem ouvido V. Ex<sup>a</sup> desde o princípio, e a CPI fosse instalada imediatamente, o Partido não tivesse passado por aquele suplício e sufoco. Esses fatos estariam mais encaminhados, e a dor inicial seria algo do passado. V. Ex<sup>a</sup> falou da presença de vários candidatos a Governador. Só faltou o Deputado José Dirceu, que lançou a sua candidatura da tribuna da Câmara, na sua reestréia, com a presença inclusive de V. Ex<sup>a</sup> no plenário.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP)  
– Eu estava lá.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Pois é. Faltou ele. Mas deve ter mandado a V. Ex<sup>a</sup> um telegrama, um conforto ou um apoio. Espero que essa candidatura agora seja para valer, porque eu já vi alguns desses, em diversas ocasiões, ora dizerem que V. Ex<sup>a</sup> é o candidato, ora que não é o candidato. A maré baixou, e o PT hoje precisa de um nome inatacável, um nome de respeitabilidade, de credibilidade, um nome que o povo respeite. Sem dúvida nenhuma, a maior estrela de São Paulo é V. Ex<sup>a</sup>. Se bem que o que me chamou a atenção não foi isso. Mostraram-me uma fotografia em que aparecem alguns carteiros com suas roupas características no fundo do plenário. Foram lhe prestar uma homenagem, dizendo que somente por sua palavra poderiam reparar a honra da categoria a que

pertencem e que está sendo chamuscada exatamente pelo Governo de V. Ex<sup>a</sup>. Parabenizo-o por isso. O povo de São Paulo, felizmente, sabe separar o joio do trigo. Parabéns!

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP)  
– Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP)  
– Estou concluindo, Sr. Presidente.

É fato que ali estiveram trabalhadores da Empresa de Correios e Telégrafos, lembrando o Sr. Porfino, que era o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na ECT em 1985, e episódios daquela época, quando o Ministro das Comunicações era o Senador Antonio Carlos Magalhães. Eles estão até hoje reivindicando direitos daquela época.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** (PFL – BA)  
– Naquela época, eles foram atendidos. Inclusive, tive uma luta com o Ministro Mailson da Nóbrega, exigindo o aumento deles ao ponto de ficarem iguais aos funcionários da Telebrás e, por isso, recebi grandes homenagens dos carteiros.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP)  
– Obrigado, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Creio que alguns deles foram afastados por causa da greve e me enviaram um documento que, depois, poderei encaminhar a V. Ex<sup>a</sup> para que conheça a aspiração deles.

Sr. Presidente, agradeço as palavras do Senador Heráclito Fortes e concluo apenas requerendo que também seja parte deste meu pronunciamento o artigo do Ministro Olívio Dutra, “Lei de Saneamento é uma conquista da cidadania”, em que fala do projeto de lei encaminhado pelo Presidente da República que estabelece diretrizes para os serviços públicos de saneamento básico e política nacional de saneamento básico, que trata do saneamento e do fornecimento de água como uma garantia à população brasileira. Então se relaciona ao tema, e eu peço que ambos os documentos sejam transcritos.

Muito obrigado pela sua tolerância, prezado Senador Augusto Botelho, do Estado de Roraima e das boas águas limpas no Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º do Regimento Interno.)*

O Valor - 24/06/05

## **Lei de Saneamento é uma conquista da cidadania**

Por Olívio Dutra

O presidente da República enviou à Câmara dos Deputados em 23 de maio passado, o projeto de lei (PL) que estabelece as diretrizes para os serviços públicos de saneamento básico e a Política Nacional de Saneamento Básico.

Encaminhado ao Congresso Nacional em regime de urgência constitucional, o PL nº 5.296/2005 trata de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e de águas pluviais. O documento é resultado de um esforço de equipe interministerial, coordenada pelo Ministério das Cidades, que aperfeiçoou a versão preliminar, submetida a amplo processo de debate, através de 11 audiências públicas e de consulta pública pela internet.

Todas as entidades do setor participaram das discussões. A maioria delas, como a Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental (Fnsa), a Assemae, a FNU/Cut, a Fase, o Idec (Instituto de Defesa do Consumidor), e outras como a Abcon e a Abrelpe, apóiam o PL 5296. O projeto foi também aprovado no Conselho das Cidades e no Conselho Nacional de Saúde.

O PL 5296/2005 apóia-se na definição de serviço público de saneamento básico como essencial, ao qual todo cidadão tem direito ao acesso e que deve ser prestado de forma planejada e com qualidade. O texto, que preconiza a manutenção dos subsídios cruzados de forma transparente, estabelece diretrizes para planejamento, regulação, fiscalização e delegação dos serviços.

Foram fixadas ainda diretrizes para a cobrança de taxas e tarifas, a prática do subsídio cruzado e as relações de complementaridade entre os serviços integrados (que atendem mais de um município) e os de interesse local como a distribuição de água, a coleta dos esgotos e de lixo, por exemplo. Assim, o projeto de lei contribui decisivamente para a solução de conflitos nas regiões metropolitanas que envolvem municípios prestadores dos próprios serviços de distribuição de água e de coleta de esgotos.

O texto enviado ao Congresso segue a lógica na qual a prestação de serviço não deve se guiar exclusivamente pela busca da rentabilidade econômica e financeira. Os investimentos devem estar atrelados às metas de universalização e de integralidade a fim de possibilitar o acesso de todas as camadas da população ao serviço.

Importante destacar que o PL 5296/2005 se coaduna com a nova lei nº 11.107/2005, dos consórcios públicos e gestão associada de serviços públicos. O projeto contempla todas as alternativas de gestão dos serviços públicos de saneamento básico previstas nesta lei, como a formação de consórcios intermunicipais ou de vários municípios com o Estado. Isso viabiliza novos arranjos para a prestação dos serviços pelas companhias estaduais, o que permite maior participação do município e transparência para a população.

Atualmente, as formas organizacionais da prestação dos serviços são distintas para os diferentes componentes do saneamento básico. E podem assim permanecer, mas serão reguladas. Operando sistemas em 3.921 cidades - 70% dos 5.561 municípios - as companhias estaduais de saneamento atendem a 75% da população urbana com abastecimento de água e 880 municípios (15%) com serviços de coleta de esgotos, abrangendo 51% da população com serviços de coleta de esgotos.

Já no caso de lixo, os serviços são prestados exclusivamente pelas prefeituras em 88% dos municípios. As empresas privadas, 45, são responsáveis pela coleta de 30% do lixo gerado no



O Valor - 24/06/05

país. Esse perfil operacional se modifica bastante no caso dos serviços de drenagem, prestados quase que exclusivamente pelos municípios .

Não se pretende que a lei resultante desse projeto seja a solução mágica para as mazelas que ainda assolam os serviços públicos de saneamento. Nossas cidades apresentam problemas que refletem a concentração de renda profundamente iníqua. Os déficits e as precariedades do saneamento só terão condições efetivas de serem equacionados no quadro de cidades socialmente mais justas. O saneamento rural não se resolve sem uma solução democrática para a questão agrária.

Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB), do IBGE, indica que 45 milhões de pessoas não têm acesso às redes de abastecimento e tratamento de água; 93 milhões não são atendidos por sistema de esgoto e 15 milhões de pessoas não têm coleta de lixo.

Assim, não é difícil imaginar a magnitude do desafio de universalizar o saneamento básico, que torna imprescindível a intervenção ativa dos municípios, dos Estados e da União, com a participação privada, em um marco regulatório pactuado com a sociedade. Acertadamente, a Constituição Federal responsabiliza a União pelo estabelecimento de diretrizes gerais e confia precipuamente a gestão desses serviços aos 5.561 municípios brasileiros.

O projeto não discute a competência em relação ao provimento dos serviços de saneamento básico. Isso porque cabe à Constituição Federal e não a uma lei ordinária definir se é o município, o Estado e ou a União que deve definir sobre a titularidade. Tal posição reflete também o respeito à estrutura regulatória já organizada pelo prestador. Mas, sabiamente, responsabiliza os três entes federados pelo desenvolvimento de programas com vistas à universalização do atendimento e à melhoria da qualidade de serviços de saneamento.

Um esforço que, num período não superior a duas décadas, é gigantesco para o país, mas não é impossível de ser alcançado com política que valorize o planejamento, o marco regulatório e o controle social. O PL 5296 busca esse objetivo sem se afastar do paradigma constitucional. Reafirma o papel reservado aos Estados de colaborar no financiamento da expansão do atendimento e, pela cooperação interfederativa, de atuar por meio da companhia estadual na prestação de serviços delegados pelo município. Assim, uma empresa estadual, por meio de um contrato, fornece água no atacado e uma autarquia municipal faz a distribuição de água.

Já se passaram 10 anos desde o veto, no governo passado, ao PLC 199 sobre o mesmo tema. A expectativa é que a passagem do novo texto pelo Congresso Nacional permita aperfeiçoar a proposta do Executivo, possibilitando ao país contar com uma lei já estabelecida como necessária pela Constituição de 1988.

*JORNADA ESPECIAL ROMA CAMPIDOGGLIO  
10 DE DEZEMBRO DE 2003*

## **DECLARAÇÃO DA ÁGUA COMO DIREITO HUMANO UNIVERSAL**

### **DECLAREMOS O DIREITO HUMANO À ÁGUA**

#### **Declaração de Roma de 10 de dezembro de 2003**

1 – Há no mundo, ainda hoje, mais de 1,4 bilhão de pessoas sem acesso a água potável e 2,4 bilhões sem acesso a redes de distribuição de água e saneamento básico, em decorrência do que morrem, por dia, 30.000 seres humanos, vitimados por doenças decorrentes da falta de água saudável ou de meios de higiene adequados. Entretanto, em 1980, as Nações Unidas tinham promovido "O decênio da Água e do Saneamento" (1981-1991), com o objetivo de garantir o acesso de todos à água até o ano 2000!

2 – A comunidade internacional (institucional) continua recusando-se a reconhecer o acesso à água como um direito humano, isto é, universal, indivisível e imprescritível. Em particular, desde a Conferência Internacional da Água (Dublin, 1992), ela prefere tratar o acesso à água como necessidade essencial, e a água, como matéria-prima, bem econômico, favorecendo com isso as políticas orientadas para o mercado, a privatização da gestão dos serviços hídricos, a mercantilização da água.



Em novembro de 2002, o Comitê das Nações Unidas para os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais afirmou que o acesso ao fornecimento adequado de água de uso pessoal e doméstico constitui um direito humano básico de toda pessoa. Em seu "Comentário Geral" nº 15, relativo à implementação da Convenção Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966, o Comitê ressalta que "o direito humano à água é indispensável para viver a existência própria em condições de dignidade humana. Esse direito constitui pré-requisito para a realização dos outros direitos humanos. O "Comentário Geral", infelizmente, não tem caráter impositivo para os 146 Estados signatários da Convenção. Por isso, os mesmos Estados reiteraram, em março de 2003, na declaração ministerial final do 3º Fórum Mundial da Água, que o acesso à água é uma necessidade vital (não um direito) e que a água deve ser considerada, principalmente, um bem econômico ao qual cumpre atribuir valor econômico, em função de um preço de mercado suficiente para recuperar o preço total de produção (incluído o lucro).

Muito felizmente, nesse mesmo Fórum, várias organizações partícipes externaram opiniões divergentes. Em particular, a Igreja Católica apresentou um documento em que defendeu o princípio de que o acesso à água é um direito humano e fez importantes ressalvas no tocante à privatização da gestão dos serviços hídricos. O Sindicato Internacional de Serviços Públicos também se manifestou nesse sentido.

3 – O direito à água já foi mencionado em atos e decisões de caráter internacional. A Convenção sobre os Direitos da Infância, por exemplo, contém referência à água. Outrossim, a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre a Água (Mar del Plata, 1977), estabeleceu que toda pessoa tem direito ao acesso à água potável para satisfazer suas necessidades básicas. Mas, em realidade, os líderes políticos, econômicos e técnico-científicos dos países mais ricos e poderosos do mundo – bem como, amiúde, as classes dirigentes dos países ditos em desenvolvimento – têm praticado políticas institucionais, financeiras, agrícolas, industriais e comerciais com gravíssimos efeitos devastadores, opostos às escassas declarações de princípio a favor do direito humano à água.

4 – As perspectivas também não parecem muito auspiciosas. Parece haver uma tendência ao fortalecimento da mercantilização da água. Há mais ou menos 10 anos que as análises e "previsões" da ONU, da FAO, da OMS, da UNECO, do PNUD e do Banco Mundial só "anunciam":

- um aprofundamento da "crise hídrica" no mundo. Vaticina-se que, em 2032, decorridos 40 anos da Primeira Cúpula da Terra de Rio de Janeiro, 60% da população mundial "viverá" em regiões do mundo caracterizadas por acentuada escassez hídrica;

- graves problemas de abastecimento hídrico para a agricultura na China, na Índia e nos Estados Unidos. Nesses países, os lençóis freáticos baixaram consideravelmente devido às excessivas retiradas efetuadas nos últimos 50 anos pela agricultura e a indústria (inclusive para a produção de energia);

- a multiplicação e intensificação dos conflitos entre Estados gerados pela concorrência no uso da água. Desde já, a água só é referida como sendo "ouro azul", e se vaticina que o século 21 será o século das "guerras da água".

**Esses futuros são possíveis, porém inaceitáveis.**

5 – O ano 2003 foi declarado pelas Nações Unidas Ano Internacional da Água. No momento em que acaba este ano, reunimo-nos, na qualidade de simples cidadãos provenientes de diversas regiões do mundo, no intuito de evitar que este ano seja um ano de celebrações altamente retóricas e se encerre com insignificantes compromissos políticos concretos, como ocorreu com o G8 de junho passado em Évian! Tinham anunciado os líderes do G8 que esperavam assumir compromissos importantes em matéria de água. Ventilou-se a possibilidade de triplicar a ajuda internacional para a água, aumentando-a até 30 bilhões de US\$ por ano. A decepção foi grande: o G8 encerrou-se sem assumir qualquer compromisso no sentido previsto.

**6 -- Confrontados com essa realidade, desejamos reagir e exortamos todos os cidadãos a mobilizar-se em torno dos seguintes princípios, objetivos e iniciativas:**

**Afirmamos que:**

- o reconhecimento formal do direito à água é um passo fundamental para a concretização do direito à vida para todos;
- a realização do direito à água para todos é pré-requisito para a erradicação total da pobreza no mundo;
- é economicamente exequível garantir o acesso à água para todos (e não apenas para a metade das pessoas atualmente privadas desse excesso) até 2015. Já em 1997, demonstraram as Nações Unidas (em especial, o PNUD) ser economicamente exequível o objetivo de acesso à água para todos no prazo de 15 anos.
- **o principal obstáculo não reside na ausência o inadequação de recursos financeiros, competências ou tecnologias. Tais elementos existem. O que falta é vontade política e opções políticas e econômicas condizentes.**

**Por isso, é nossa opinião que:**

- a exclusão da água – há 55 anos – do rol dos direitos explicitamente mencionados na Declaração Universal dos Direitos Humanos tem impedido os cidadãos de exercer pressões eficazes sobre os governos, favorecendo a afirmação, nas legislações nacionais e práticas políticas, em contexto internacional marcado por crescente economismo neoliberal, de abordagens e modos de gestão baseados na água como "bem econômico";
- é urgente e indispensável reconhecer o caráter de "bem comum público" da água e dos ecossistemas, bem como excluir a água da categoria "bens e serviços mercantis", e não apenas no que diz respeito à utilização da água potável. Por ser, também, elemento essencial e insubstituível de outras atividades econômicas (agrícolas, energéticas, industriais) de fundamental importância para o direito à vida e a convivência, deve a água ser considerada bem comum público, inclusive nessas utilizações;
- a água e os serviços hídricos não devem ser objeto de negociações comerciais no âmbito da OMC, mas de regras mundiais que definam e promovam a valorização e a gestão da água como bem comum e direito humano universal.

**Para tanto, reafirmamos os princípios fundamentais a seguir:**

- a água é um bem comum que pertence à Humanidade e a todas as espécies vivas;
- o acesso à água é um direito humano e social, individual e coletivo;
- é responsabilidade da coletividade o financiamento dos custos necessários para garantir a todo ser humano acesso à água, em quantidade e qualidade suficientes para a vida;

**Em consequência, propomos que:**

entre as inúmeras ações e soluções conhecidas e possíveis, a Jornada Especial de Roma priorize os seis objetivos a seguir, a serem realizados no decorrer dos 5-10 próximos anos:

**Primeiro objetivo: constitucionalizar o direito à água,**

- mediante sua inclusão na Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- mediante sua introdução nas Constituições de todos os Estados. No que diz respeito aos europeus, devem eles mobilizar-se para que o direito à água seja inscrito na nova Constituição da União Européia;
- mediante sua incorporação nos estatutos das coletividades municipais, provinciais e regionais.

**Segundo objetivo: transformar a água em instrumento de paz,**

- mediante uma campanha de assinaturas, de parte de municípios, províncias, regiões e Estados, de texto em que os signatários se comprometam a rechaçar a utilização da água com objetivos políticos e militares ou como instrumento de opressão, exclusão e chantagem, particularmente no plano comercial;

- além disso, é sabido que os dispêndios com armamento somam, no planeta, cerca de 1.000 bilhões de dólares ao ano<sup>1</sup>; é sabido, outrossim, que numerosos *experts*, entre os quais a UNESCO, estimam em 11 bilhões de dólares por ano a quantia necessária para resolver este drama, bastando portanto decidir retirar 1% dos referidos dispêndios para fazer com que seja respeitado esse direito à água.

**Terceiro objetivo: liberar as carregadoras de água,**

- garantindo, até 2010, o direito à educação dos 18 milhões de crianças (sobretudo meninas) que não podem freqüentar escolas por serem obrigadas a carregar água para suas famílias e aldeias, percorrendo vários quilômetros por dia.

**Quarto objetivo: pôr fim aos bombeamentos e supraconsumo devastadores,**

- reduzindo em 40%, até 2010, em âmbito mundial, as atuais retiradas e perdas da agricultura, da indústria e das redes de distribuição. Outrossim, é preciso reduzir os desperdícios domésticos de água, em que mais de 90% da água potável é empregada para fins não potáveis. As economias hídricas e financeiras assim realizadas serão utilizadas no financiamento de projetos destinados a garantir o acesso à água de todas as populações pobres, entre outros meios, pela participação das populações locais. Nesse particular, a volta ao domínio público da gestão das águas minerais deverá desempenhar um papel importante.

**Quinto objetivo: inventar uma finança cooperativa para a água,**

- pela criação de um sistema financeiro cooperativo mutualista mundial, destinado a promover a implementação de um serviço hídrico público mundial e a financiar ações tendentes a garantir a todos o acesso à água potável, em âmbito local, nacional e continental, especialmente nas regiões áridas e semi-áridas e nas grandes metrópoles marcadas pela pobreza, bem como promovendo as parcerias público-público.

**Sexto objetivo: ampliar a democracia "local",**

- promovendo, em todos os níveis, a constituição de Conselhos de Cidadãos, dotados de poderes efetivos, em apoio e reforço às instituições de democracia representativa e referendária (aldeias, municípios, cidades, províncias, regiões e bacias transnacionais) existentes ou similares, em função do contexto e cultura locais. Compete aos povos decidir em matéria de água.

**A – Signatários presentes em Roma:**

**1. Mário Soares (Portugal)**

Presidente do Comitê Internacional para o Contrato Mundial da Água

**2. Walter Veltroni (Itália)**

Prefeito de Roma

**3. Enrico Gasbarra (Itália)**

Presidente da Província de Roma

**4. Riccardo Petrella (Itália)**

Secretário do Comitê Internacional para o Contrato Mundial da Água, Presidente do Comitê Italiano

**5. Danielle Mitterrand (França)**

Presidente da Fundação França Liberdade, Presidente Honorária da Associação Francesa para o Contrato Mundial da Água

**6. Alex Zanotelli (Itália)**

Missionário Comboniano

**7. Silvano Saverio da Costa (Brasil)**

Presidente da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento-ASSEMAE, que reúne 1.800 cidades do Brasil. Representante da Rede Internacional VIDA, atuante em matéria de direito à água

**8. Elio di Rupo (Bélgica)**

Prefeito de Mons, Presidente do Partido Socialista Belga

**9. Pietro Folena (Itália)**

Parlamentar italiano. Porta-voz da Associação Italiana de Parlamentares e Eleitos Locais para o Contrato Mundial da Água

**10. Tran Hoai (Vietnã)**

Representante do Comitê de Cidadãos da Cidade de Hue

**11. Asma Chaabi (Marrocos)**

Prefeita de Essaouira (Rabat)

**12. Jacques Perreux (França)**

Vice-Presidente do Conselho Geral do Departamento do Val de Marne

**13. Munther Haddadin (Jordânia)**

Ex-Ministro de água e irrigação. Assessor do Príncipe de Jordânia El Hassan

**14. Marc Bureau (Québec)**

Vereador da cidade de Gatineau. Presidente da Comissão de Meio Ambiente (NB: A cidade de Gatineau aprovou uma resolução sobre o direito à água apresentada na Jornada Especial de 10 de dezembro)

**15. Roberto Conti (Itália)**

Vice-Presidente de ANCC Coop (Campanha "Água para a Paz")

**16. Pedro Arrojo (Espanha)**

Fundador e Presidente da Associação "Para uma nova cultura da água"

**17. Alberto Velasco (Suíça)**

Parlamentar da República por Genebra, Presidente de ATTAC Genebra

**18. Bernard J. Wohlwend (Suíça)**

Presidente da International Water Law Association

**19. Selim Beslagic (Bósnia)**

Parlamentar, Ex-Prefeito de Tuzla

**20. Ahmed Sebai (Marrocos)**

Parlamentar nacional

**21. Mireille Volpato (França)**

Membro do Conselho Regional da Aquitânia, Vice-Presidente da Associação de Eleitos Comunistas e Republicanos da França

**22. Maj Fiil Flynn (Estados Unidos)**

"Public Citizen" Water for All Campaign

**23. Jorge Nascimento (Brasil)**

Diretor-Geral do Fórum Internacional das Águas

**24. Jean-Luc Touly (França)**

Presidente da ACME França



**25. Claire Pierson (Bélgica)**

Coordenadora de Oxfam Bélgica para as iniciativas no domínio da água

**26. Massimo Rossi (Itália)**

Presidente da Câmara de Vereadores da Cidade de Grottamare

**27. Rosario Lembo (Itália)**

Presidente do CIPSI, Secretária do Comitê Italiano Água (ACME Itália)

**28. Emilio Molinari (Itália)**

Vice-Presidente do Comitê Italiano Água (ACME Itália)

**29. Patrizia Sentinelli (Itália)**

Vereadora de Roma

**B – Adesões ao documento comunicadas em 10 de dezembro, no decorrer da sessão,**  
por pessoas convidadas e/ou que tinham anunciado sua presença mas tiveram impedimento de última hora.

**- Sociedade civil:****Vandana Shiva (Índia)**

Diretora da Fundação pela Pesquisa Científica

**Jean Ziegler (Suíça)**

Relator especial da Comissão de Direitos do Homem das Nações Unidas

**Rudolf Amenga-Etego (Gana)**

Coordenador do Movimento contra a privatização da água

**Walter Bonan (Itália)**

Presidente do Parque Nacional Dolomiti Bellunesi

**Federico Major (Espanha)**

Presidente da Fundação pela Cultura da Paz

**Eduardo Galeano (Uruguai)**

Escritor

**Carla Montemayor (Filipinas)**

Coordenadora de Philippines for Water Vigilance Network

**Roberto Fumagalli (Itália)**

Circolo ambiente di Merone

**Francesco Ferrante (Itália)**

Diretor-Geral de Legambiente

**Stefano Lenzi (Itália)**

Coordenador do Setor Instituições de WWF Itália

*- Parlamentares:***Francis Wurtz (França)**

Parlamentar europeu. Líder da bancada GUE/NGL

**Paul Lannoye (Bélgica)**

Parlamentar europeu, membro da bancada Verdes/ALE. Autor do Relatório do Parlamento Europeu "Água e política para o desenvolvimento"

**Fidèle Hien (Burkina Faso)**

Deputado

**Francesco Martone (Itália)**

Senador, membro da Associação de Parlamentares e Eleitos para o Contrato Mundial da Água

**Aloizio Mercadante (Brasil)**

Senador, Líder da bancada do PT

**Ernst Ulrich von Weizsäcker (Alemanha)**

Parlamentar, Presidente da Comissão de Meio Ambiente

*- Unidades territoriais:***Gassan Sbakaa (Palestina)**

Prefeito de Bablus, Presidente da Associação de Municípios Palestinos

**Sergio Golinelli (Itália)**

Assessor para o Meio Ambiente da Província de Ferrara

**Paolo Cacciari (Itália)**

Assessor para o Meio Ambiente da Câmara de Vereadores de Veneza

**Antonio Musconi (Itália)**

Assessor do Município de Valmadrera

**Pamela Pantano (Itália)**

Assessora para as Políticas de Infância do Município de Roma

**Leonardo Masella (Itália)**

Líder da bancada PRC da Câmara de Vereadores de Bolonha

**Rodolfo Schiavo (Itália)**

Cidadania Ativa

**C – Parlamentares europeus que comunicaram sua adesão à iniciativa:**

<b>Enrique Barón Crespo (E)</b>	Líder da bancada PE
<b>Michel Scarbonchi (I)</b>	Secretário Nacional de MRC
<b>Elena Ornella Paciott (I)</b>	Bancada PSE
<b>Harlem Désir (F)</b>	Bancada PSE
<b>Danielle Darras (F)</b>	Bancada PSE
<b>Claudio Fava (I)</b>	Bancada PSE
<b>Antonio di Pietro (I)</b>	Bancada ELDR
<b>Alain Savary (F)</b>	Bancada PSE
<b>Massimo Carraro (I)</b>	Bancada PSE
<b>Fausto Bertinotti (I)</b>	Bancada GUE/NGL
<b>Luigi Vinci (I)</b>	Bancada GUE/NGL
<b>Luisa Morgantini (I)</b>	Bancada GUE/NGL
<b>Giuseppe di Lello Finuoli (I)</b>	Bancada GUE/NGL
<b>Pasqualina Napoletano (I)</b>	Bancada PSE
<b>Guido Sacconi (I)</b>	Bancada PSE
<b>Marie-Thérèse Hermange (F)</b>	Bancada PPE
<b>Roger Helmer (GB)</b>	Bancada PPE
<b>Massimo Carraro (I)</b>	Bancada PSE

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR)  
– Muito obrigado, nobre Senador Eduardo Suplicy. V. Ex<sup>a</sup> será atendido de acordo com o Regimento.

Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, por cinco minutos, como último orador inscrito.

Prorrogo a sessão por mais cinco minutos para que o Senador Antonio Carlos Magalhães possa fazer uso da palavra.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL-BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sou grato a V. Ex<sup>a</sup>.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em primeiro lugar, desejo aplaudir o Presidente Renan Calheiros pela sua declaração de que tem que ser instalada a CPI dos Bingos.

Não pode haver transigência em relação a esse assunto. Quando os Partidos políticos vão ao Supremo Tribunal reivindicar uma ação para que a CPI funcione, e o Supremo, por nove a um, dá esse direito ao Congresso Nacional, é impossível não seguir a vontade, não do Supremo, mas do Congresso, de fazer a CPI dos Bingos.

Presidente Augusto Botelho, peço a V. Ex<sup>a</sup> que traduza para S. Ex<sup>a</sup> este agradecimento e a minha certeza de que esta CPI será instalada na hora própria. A hora própria é agora! Nós não podemos transigir com esses assuntos. O meu Partido, pelo seu Líder, ou pelos seus Líderes, já marcou a sua posição. Eu não tenho dúvida de que quem não estiver acreditando na posição do PSDB está enganado. O PSDB jamais vai fugir de um compromisso como esse com a Nação brasileira.

Em segundo lugar, quero dizer que eu estava certo. Quantos aqui estão acanhados! Hoje a sessão está vazia. Quantos ficarão amanhã, quando eu estiver olhando e repetindo que Marcos Valério é um cínico dos maiores que eu já vi na minha vida, com aquela declaração na TV Globo? O cinegrafista até esperou que ele chorasse para comover a opinião pública brasileira, mas é ele o principal artífice da distribuição do mensalão, que infelizmente não é dinheiro dele; é dinheiro da Nação, que é posto na mão de inescrupulosos. E tanto são inescrupulosos os que recebem como os que promovem o recebimento.

Chegou o momento em que as provas estão cada vez mais evidentes. A CPI, o Governo, o Ministério Público já têm os elementos até para prender alguns desses artífices do furto do dinheiro público. Chegou o momento. Não vamos mais conversar.

Tenho certeza de que, a esta hora, o Presidente Lula está dizendo a alguns de seus companheiros que todos os fatos que ele leu são verdadeiros e que ele foi enganado. Não tenho dúvida disso. Se dúvida

houvesse, significaria não acreditar que o Presidente da República tivesse o bom senso de reconhecer a evidência.

Os filósofos antigos diziam...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Terminarei já, Sr. Presidente.

Os filósofos antigos diziam que a evidência não se prova; se sente e se vê. Aí estamos vendo a evidência dos fatos delituosos de um Governo que não preza a moralidade pública, porque colocou nos postos de comando os derrotados, que, por terem sido derrotados, não têm nenhum compromisso com o povo brasileiro.

Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que manifestações existem em toda parte. Eu vim de São Paulo hoje e vi como fui tratado em virtude da posição que exerço nesta Casa. Em todos os lugares a que fui – não tanto quanto o Senador Eduardo Suplicy, um pouquinho menos, o povo de São Paulo, de todas as classes, manifestava a sua satisfação de uma atuação corajosa neste plenário...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT RR) – O toque da campainha é automático, Senador.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, não vou abusar do tempo de V. Ex<sup>a</sup>.

Amanhã, haverá aqui – já tive conhecimento de que o Senador César Borges falou sobre o assunto – o “tratoração”. Essa não é uma manifestação que intimide ninguém, porque ninguém precisa ser intimidado. Pretende apenas mostrar que o homem do campo continua abandonado neste Governo, a despeito do trabalho excelente do Ministro da Agricultura. Mas não há Ministro que possa produzir se não tem recursos.

Alguna coisa tenho conseguido em relação a financiamentos, mas o agricultor brasileiro passa por uma fase das mais difíceis talvez a mais difícil na vida da agricultura no País.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Por isso mesmo, amanhã, eles estarão aqui. Alguns já estão em Brasília, até amigos meus, da minha Bahia e do Nordeste, principalmente do Município Luís Eduardo Magalhães. A despeito do pouco tempo de criação, o Município é um dos que mais progridem neste País, graças ao trabalho do seu prefeito, da sua representante na Assembléia Legislativa, de todos os habitantes, que se uniram, e, mais ainda, do Brasil, que acreditou no êxito daquela região, que cresce

a olhos visto. O Município, criado há apenas quatro anos, ocupa o 16º lugar do Estado em arrecadação. É a região que mais progride. Portanto, não pode parar esse progresso, esse desenvolvimento, que é de lá e de toda a área.

É preciso haver financiamento para o cacau, para o algodão, para a soja. Se o Governo paralisar o financiamento, paralisa o Brasil, e paralisar o Brasil é crime de lesa-pátria.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Concede-me V. Exª um aparte?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Ouço V. Exª com muito prazer.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Primeiramente, a respeito da primeira parte do seu pronunciamento, Senador Antonio Carlos Magalhães, quero dizer que acho muito importante que a Oposição e a Base aliada contribuam, com muito equilíbrio – o Presidente da República disse que espera isso do Congresso Nacional –, para a apuração desses fatos, a fim de que possamos desvendar a inteira verdade, dando todo o direito de defesa a cada um dos possíveis envolvidos, mas com energia, que hoje está sendo acompanhada pela Nação brasileira. É muito importante. Em São Paulo, as pessoas conversaram com V. Exª e o cumprimentaram porque, quando surgem questões como essa, a audiência da TV Senado – e mesmo a da TV Câmara – aumenta bastante. Todos acompanham os eventos que aqui se passam. O povo brasileiro quer muito que a verdade seja inteiramente desvendada, o que só fará bem para o Presidente Lula, para o Congresso Nacional e para todos. Então, esse é um ponto muito importante. Com relação ao “tratoação”, o Presidente Lula e seus Ministros, cada vez que ocorrem movimentos sociais – marcha dos sem-terra, dos que lutam pelo direito à moradia, dos interessados nos mais diversos motivos e objetivos –, normalmente têm-se preocupado em recebê-los e ouvi-los com atenção. V. Exª mencionou que o Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, tem tido uma grande interação, ouvindo os agricultores. Certamente, amanhã ele estará atento, juntamente com o Presidente da República, dialogando com os que aqui trarão questões relevantes.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Se puder levar o Palocci, será melhor.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Acato a sugestão de V. Exª de que o Ministro Roberto Rodrigues esteja com o Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, no diálogo com os representantes desse movimento que

aqui estará. Obviamente, o Ministro Palocci explicará todas as limitações porventura existentes, mas deverá ser sensível à importância do desenvolvimento da agricultura brasileira, até porque, em grande parte, foi graças aos resultados econômicos tão positivos da agricultura que o Brasil pôde ter recordes de exportação de cereais e de outros produtos agrícolas. Então, é preciso garantir a possibilidade de todos os agricultores e todos os que trabalham na agropecuária manterem suas atividades, com a respectiva dignidade e direitos como brasileiros.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Excelente o aparte de V. Exª. É por isso que, em toda parte que vou em São Paulo, falo bem de V. Exª. É justamente porque V. Exª toma a defesa daqueles que dela necessitam. Se os seus companheiros não gostam, pouco importa. V. Exª tem a sua posição; daí por que tem o seu prestígio.

Desse modo, agradeço o aparte de V. Exª e estou certo de que o Governo se mostrará sensível ao setor agrícola, que é a base do agronegócio. Todo o êxito da exportação pode ir por água abaixo se não houver os recursos, os financiamentos na hora certa. Tudo isso o Governo tem que ver. Não é apenas pensar no superávit primário para pagar débitos a quem já recebeu demais. É a necessidade inadiável de atender aos agricultores brasileiros. Por isso, estou convencido de que a voz de V. Exª vai soar mais uma vez, nesta Casa, ao nosso lado.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Exª me concede um aparte?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Concedo um aparte ao Senador Heráclito Fortes.

Terminarei já, Presidente.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senador Antonio Carlos Magalhães, por pronunciamentos como este que V. Exª faz na tribuna, neste finalzinho de sessão, é que todos compreendem o porquê da sua grande liderança no Estado da Bahia e do grande respeito que o Brasil lhe devota. Este é um pronunciamento oportuno e, acima de tudo, justo: a defesa que V. Exª faz desse setor tão incompreendido no Brasil ao longo do tempo. Recebemos todos aqui uma programação do que será a participação dos agricultores em Brasília, nestes dias, com o chamado “tratoação”, que mostram a crise, mostram as alternativas, mostram a solução, diferentemente de movimentos que, às vezes, são organizados,



sem que a sociedade sequer entenda o porquê. Esse, diferentemente dos outros, tem começo, meio e fim. É justo o elenco de reivindicações feitas aqui. O que o Governo não puder atender de uma vez só, pelo menos comece esse processo. A questão do atendimento dos genéricos para a agricultura é básica. Já tivemos uma experiência de sucesso com os medicamentos para humanos. Nós podemos fazer o mesmo com os defensivos agrícolas e com os produtos agrícolas, para baixar os custos. Não há uma infra-estrutura adequada. Eu digo isso, Senador Antonio Carlos, porque tive a alegria muito grande de, certa vez, ir a Mimoso na companhia do seu filho, Deputado Luís Eduardo Magalhães. E dois ou três anos depois voltei, a convite de V. Ex<sup>a</sup>, convite que me deixou emocionado, para a instalação do Município, participando inclusive de uma solenidade em praça pública. Enfim, em três anos, aquela cidade, aquela região cresceu muito. Lá voltei uma segunda vez. É impressionante. Nós, no Estado do Piauí, temos uma região que, copiando o desenvolvimento agrícola do setor de grãos da Bahia, está vivendo o mesmo **boom** e sofrendo os mesmos problemas. É preciso que o Governo se sensibilize pelo menos para alguma coisa produtiva no Brasil. No setor agrícola, que vem dando certo nos últimos anos, é preciso que esse estímulo não pare, que as promessas se concretizem. E que não vejamos apenas em solenidades o anúncio de soluções que não acontecem. O Ministro Roberto Rodrigues é um entusiasta, mas os recursos para a área são sempre contingenciados, em nome de um acordo firmado com o FMI que, por mais que o PT diga que rompeu, sabemos que não é verdade. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>, me solidarizo com V. Ex<sup>a</sup> e acho que esta é a manifestação que o Brasil deve aplaudir, porque tem objetivo, é pacífica e, acima de tudo, é em defesa da nossa produção e, portanto, em defesa do desenvolvimento do Brasil. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Senador Heráclito Fortes, as suas ligações com o Deputado Luís Eduardo fizeram-no conhecer bem essa região. Daí por que seu aparte cresce de significação e, mais ainda, V. Ex<sup>a</sup> traz subsídios excelentes para um Governo que queira agir.

Chegou o momento, Sr. Presidente, de ajudar a quem produz, e não ajudar os que atrapalham a produção. Vamos trabalhar pelos bons agricultores brasileiros. Vamos fazer da agricultura no Brasil o ponto de partida para seu desenvolvimento econômico. Se fizermos isso, como pedem os agricultores, os que

trabalham na terra e que produzem, estaremos servindo ao Brasil e, mais ainda, ao próprio Presidente da República, que necessita que algum setor neste País ande certo e com honestidade.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador Antonio Carlos Magalhães, informo a V. Ex<sup>a</sup> que encaminharei ao Presidente notas taquigráficas do discurso de V. Ex<sup>a</sup>.

Informo também que, neste momento, está sendo aberto o Simpósio sobre Política Nacional de Saúde, SUS – Presente e Futuro, Avaliação do Seu Processo de Construção, na sala Nereu Ramos.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Sérgio Guerra, Flexa Ribeiro, Arthur Virgílio, Alvaro Dias e Reginaldo Duarte enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “O bombardeio das CPIs e a estratégia da vergonha” de autoria do ex-Presidente do STF Maurício Corrêa, publicado no jornal Correio Brasiliense, de 05 de junho de 2005.

Com todas as denúncias de corrupções divulgadas pela imprensa, o governo do Presidente Lula ao invés de providenciar uma apuração rigorosa, mobiliza todo o seu aparelho político para impedir a criação da CPI dos Correios. Têm-se como exemplo a articulação para derrubá-la na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, além de uma farta distribuição de verbas e emendas a serem liberadas pelo sempre rígido Ministério da Fazenda.

O autor, em seu artigo, comenta: “É a execução da estratégia da vergonha a serviço dos moralistas da República do PT. Quem diria que isso pudesse acontecer?! Que corem os petistas do lado do bem.”

Para concluir, Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE  
O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM  
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# O bombardeio das CPIs e a estratégia da vergonha

MAURÍCIO CORRÊA

Ex-presidente do STF

**E**scusem-me de voltar, novamente, a falar do governo. Quando penso que poderei abordar um outro assunto, vem o presidente da República do regresso de mais esse comprido périplo do outro lado do mundo e vaticina que os que o criticam estão apostando no fracasso do Brasil, por isso vão “quebrar a cara”. Tantas têm sido as incontinências verbais ditas por ele, que o melhor seria deixá-las que se consumam no burlesco do anedotário popular. Proferidas, entretanto, por quem exerce a suprema magistratura nacional, ganham relevo afirmações do gênero. A carapuça se encaixa na cabeça de todos nós que desejamos a apuração dos fatos descritos na conversa entre dois empresários e o então chefe de Contratação e Administração de Material dos Correios e Telégrafos.

Quem será que mais quer o bem do Brasil, o presidente da República, seus ministros e seguidores, ou nós que discordamos de muitas de suas ações, e estamos aqui na superfície, até hoje, à espera do milagre do cumprimento da palavra empenhada nas eleições de 2002?

A indignação do presidente, na verdade, exterioriza o fracasso de seus aliados no Congresso Nacional e de assessores mais diretos, que não conseguiram desmontar o motim dos que se aprestavam para a investigação das graves ocorrências verificadas nos Correios.

Como todo o aparelho governamental, com todos os meios e métodos ao seu alcance, foi colocado à disposição do bombardeio programado para liquidar a rebeldia parlamentar em seu nascedouro, mas que não produziu os resultados esperados, a ira palaciana se voltou contra todos os que não rezam pela sua cartilha.

Seriam esses os que torcem pelo fracasso do país?

A CPI está formalmente autorizada a se instalar. Trama-se derubá-la, no tapetão, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Ali o governo tem folgada maioria para prover o recurso interposto pela liderança do PT, que está fundado no pressuposto de que, por não atender o requerimento de formação do órgão aos requisitos pertinentes ao fato determinado, como manda o § 3º do artigo 58 da Constituição Federal, estaria ele eivado de inconstitucionalidade. Pensa-se, por outro lado, em submeter a questão diretamente à apreciação do plenário da Câmara dos Deputados e tentar a reversão do pesadelo, ou até mesmo levar a controvérsia à apreciação do Congresso Nacional, com o que se presume ser possível abortar no nascimento uma outra CPI que poderia ser constituída no Senado. Para isso uma farta distribuição de verbas foi liberada pelo rígido ministro da Fazenda a parlamentares.

Notem bem. Primeiro o governo perde o quorum de subscrições no requerimento de instauração da CPI, depois, derrotado, usa todos os expedientes possíveis e imagináveis para inviabilizá-la, com o exclusivo intuito de evitar que tudo seja devidamente apurado. É sabido que a reputação dos Correios, nesses últimos tempos, é a pior possível. Fala-se da existência de corrupção envolvendo milhões de reais. Altas comissões teriam sido cobradas por agentes de dentro e de fora da empresa.

A administração do órgão é feita por uma diretoria composta de pessoas indicadas por partidos políticos ou políticos isoladamente. Deveria ser o governo o primeiro a querer que tudo fosse devidamente investigado. Prefere, entretanto, como procura justificar, que a Polícia Federal faça as investigações. Claro, a

Polícia Federal é órgão do Ministério da Justiça, sujeito à jurisdição administrativa da Presidência da República. Não resta menor dúvida que a investigação a ser feita pela CPI é muito mais abrangente e independente do que a da polícia do próprio interessado que quer que ela não seja instalada.

Por que, afinal, não quer o governo do PT que os trabalhos da CPI dos Correios prossigam? Só posso pensar que é por medo das

apurações esbarrarem nos umbrais do Palácio do Planalto. Também estremece de medo pela possibilidade da formação de outra CPI, a dos Bingos ou do Waldomiro, como é mais conhecida, no momento dependendo a sua instalação da conclusão do julgamento de mandados de segurança impetrados perante o Supremo Tribunal Federal contra ato do então presidente do Senado que recusou a instalá-la. Essa, inequivocamente, deverá chegar à cozinha do Gabinete Civil. Se não houvesse qualquer temor, qual a razão de tamanha resistência em inviabilizar, pelo menos, as investigações da CPI nos Correios? Vejam bem, justo os companheiros mais graduados do PT é que não a querem, precisamente eles que exigiam a criação de CPI, no passado recente, até contra o vento, o mar e a terra. Como se explica essa absurda metamorfose? Simples, uma coisa era o candidato e outro o presidente empossado.

Quem é mais patriota e torce mais pelo Brasil? Nós que desejamos a apuração desses cabeludos fatos de corrupção existentes nos Correios, ou o governo do presidente da República, de seus companheiros e apoiadores, que estão varrendo para debaixo do tapete do Palácio do Planalto essa vergonha de acumplicimento com o crime?

É lamentável que se ponha todo o aparato do governo para

impedir que se apurem crimes de corrupção no âmbito de uma estatal do porte dos Correios, que movimentam bilhões de reais do novo.

E a execução da estratégia da vergonha a serviço dos moralistas da república do PT. Quem diria que isso pudesse acontecer?! Que se corem os petistas do lado do bem.

Afinal, quem vai “quebrar a cara”, nós que as queremos ou eles que se tornaram os abafadores e demolidores das CPIs?

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, de 9 de junho de 2005, intitulado “Carrasco é tratado como fidalgo”, de autoria da colunista Dora Kramer.

É complicada a missão do PT de tentar desqualificar o Deputado Roberto Jefferson, já que o próprio Partido foi o responsável pelo reaparecimento dele no cenário político. Como bem coloca a colunista, o Deputado Roberto Jefferson tem dito cobras e lagartos a respeito de ministros, deputados e partidos governistas;

## Carrasco é tratado como fidalgo

O deputado Roberto Jefferson tem dito cobras e lagartos a respeito de ministros, deputados e partidos governistas; tem feito gato e sapato da reputação do PT e promete em breve apresentar provas do que diz.

Em contrapartida, é tratado com estranha fidalguia.

Fala que dois ministros se ajoelharam implorando por sua ajuda para evitar uma CPI e ambos aceitam em silêncio a humilhação; acusa o PT de comprar deputados e a reação dos petistas é de imputar-lhe, no máximo, a autoria de fantasias sem em momento algum chamá-lo mais duramente às falas.

Roberto Jefferson dá nome e sobrenome ao condutor do trem pagador da mesada aos parlamentares e Delúbio Soares nem coragem de citar o nome do acusador tem.

Ao final da entrevista concedida ontem, por duas vezes o tesoureiro balbuciou o nome de seu carrasco mas, evidentemente orientado, evitou referências diretas ou desabonadoras. Francamente, de quem se dizia tão profundamente indignado, era de se esperar mais veemência e objetividade.

Por muito menos, o senador Tasso Jereissati foi interpelado na Justiça. Em agosto de 2004, uma frase do tucano sobre o projeto das parcerias público-privadas sobre esse mesmo tesoureiro – “o projeto do jeito que está, é roubalheira para o Delúbio deitar e rolar” – despertou a ira santa do chefe da Casa Civil, um dos ministros citados por Jefferson na descrição da cena de genuflexão explícita.

José Dirceu foi ao Supremo em defesa do tesoureiro em busca de uma reparação moral, negada pelo STF. Agora, Roberto Jefferson fez bem mais que comentários genéricos: apontou Delúbio Soares como executor de suborno para deputados e a ninguém no PT ocorre fazer coisa alguma.

Apenas ontem genericamente o tesoureiro anunciou “medidas cabíveis”. Ainda assim, evitando ostensivamente dizer contra quem.

Referiu-se de forma difusa a uma “chantagem” sem sujeito, objeto ou motivação declarados, quando instado com insistência a explicar-se melhor, citou “uma entrevista que foi dada” como a origem do crime.

Falou como se por algum motivo estivesse premido pela contingência de não entrar em detalhes.

**Jefferson diz o que quer, PT não reage à altura e mostra-se acuado diante dele**

tem feito gato e sapato da reputação do PT e mesmo assim, é tratado com estranha fidalguia.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Foi assim, debaixo de extrema tensão e cuidado com cada uma das palavras pronunciadas e sob a tutela do presidente do PT, José Genoíno, que Delúbio Soares saiu do esconderijo de três dias para, segundo ele, “prestar esclarecimentos à sociedade”.

Não esclareceu coisa alguma. Primeiro, porque visivelmente não sabia o que dizer diante das perguntas. Saiu-se com evasivas e apoiou-se em frases de efeito repetidas a cada instante: “O PT não se rende e não se vende”, “o PT não tem medo e não aceita chantagem”, “estou indignado”.

Entretanto, nada parecido com “o deputado Roberto Jefferson mentiu”, ou o “deputado Roberto Jefferson é um caluniador”, foi sequer mencionado.

Uma novidade, porém, a entrevista exibiu. Delúbio converteu-se aos ditames da transparência na política. Ontem fez da “transparência na política brasileira” uma profissão de fé.

Não era mais o mesmo Delúbio Soares que em abril de 2004 derrubou em reunião do diretório nacional do PT uma proposta do deputado Chico Alencar para que o partido pusesse sua prestação de contas da campanha eleitoral na internet.

Naquela reunião, o tesoureiro defendeu o conceito segundo o qual “transparência assim é burrice” e venceu a votação argumentando que a exibição pública das contas poderia “causar mal-estar aos doadores”.

Ontem estava bem mais humilde, menos autônomo, poder-se-ia dizer, até, estreitamente vigiado pelo presidente do PT, José Genoíno.

Genoíno tomava a palavra quando achava conveniente e, ressaltando a todo instante o caráter “democrático” da entrevista, também tomou a iniciativa de encerrá-la 20 minutos depois aos gritos de “tá bom pessoal, agora chega, vamos embora” enquanto os jornalistas continuavam tentando saber de Delúbio o que, afinal de contas, ele havia ido fazer ali.

E o pior: depois de uma cena daquela, o PT ainda acredita que realmente deu uma satisfação “à sociedade”, que Delúbio Soares está quietes com a opinião pública e tudo deve ser, portanto, considerado devidamente explicado.

### Meninos, ele viu

O desempenho do PT nessa operação reviravolta, incluindo a performance de Delúbio Soares e suas “explicações”, mostra que o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, tinha toda razão no seu argumento contrário à CPI: “Os meninos do PT não têm a menor condição de enfrentar uma comissão de inquérito.”

De fato, o despreparo é tão flagrante que até as defesas reforçam a presunção de culpa.

### Credenciais

Justiça seja feita aos “meninos do PT”: a tarefa de sustentar no dia seguinte a tese oposta à defendida no dia anterior não é nada fácil.

Assim como é espinhosa a missão de desqualificar com autoridade o deputado Roberto Jefferson – desclassificado por todos, até pelos acusados PP e PL, menos pelo PT –, depois de ter sido o responsável pelo recredenciamento dele à cena política principal antes mesmo da eleição. ●



**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, se existe neste país um golpe em curso, não é nada do que o Governo Lula e o PT vivem a entoar num já monocórdio desafinamento que vai cansando a população brasileira, em especial as parcelas que acreditaram e votaram neles.

O PT de hoje não é nem de longe aquele que pregava moralidade e conseguiu levar boa parcela do povo no canto do cisne.

O PT de hoje *mudou e não segue os preceitos da tão decantada ética na política.*

O PT de hoje confunde-se com o fenômeno patológico caracterizado pelo desligamento da realidade exterior, com a criação mental de um mundo autônomo.

O PT de hoje criou um mundo só deles, petistas, uma estranha republica paralela. E isso está bem definido no artigo do professor de filosofia da UFRGS, Denis Lerrer Rosenfeld.

O professor gaúcho publica hoje em **O Estado de S. Paulo** artigo em que mostra a verdadeira face do PT. Estou anexando o artigo a este pronunciamento, com uma única ressalva quanto ao título, *O autismo político*. Afinal, os autistas são pessoas sem culpa por serem portadores desse fenômeno patológico. O PT, ao contrário, assume toda essa postura, por vontade própria e deliberação acertada nos escalões mais altos do partido.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE  
O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO  
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

Segunda-feira, 27 de junho de 2005

**O Autismo Político**

*Denis Lerrer Rosenfeld*

O PT mudou e a sociedade brasileira, também. O PT mudou, pois não mais segue os preceitos da “ética na política”, alterando as suas idéias e não mais se preocupando com a moralidade pública. O resultado prático das declarações de alguns de seus dirigentes é o desconhecimento completo do que está acontecendo, uma espécie de “autismo político”. A sociedade brasileira mudou, não mais aceita como antigamente infrações ao princípio da

“ética na política”, exigindo dos nossos governantes um comportamento exemplar. Os brasileiros acreditaram no candidato Lula e no seu partido, não mais se satisfazendo, agora, com tergiversações nem com demagogias.

Acontece, contudo, que o “autismo político” se manifesta pelo desconhecimento dessa mudança na mentalidade brasileira, que já defende como bandeiras suas a moralidade, a liberdade e a democracia. A opinião pública não se mostra propícia a aventuras, como as que começam a ser propostas pelo agora deputado José Dirceu, por determinadas tendências do PT, pela CUT e por sua base mais claramente revolucionária, como o MST. Ao sair da Casa Civil, o deputado José Dirceu adotou um discurso marxista, baseado na luta de classes, sendo logo seguido por seus crentes, que esbravejaram contra as elites e criaram o fantasmático “golpe” que se estaria esboçando. Em vez de assumirem suas próprias responsabilidades, adotaram esses dirigentes e grupos políticos uma estratégia de radicalização política, produzindo um bode expiatório, que teria a função de ocultar as mazelas do partido/governo dominante, e criando ainda condições para um populismo que teria como alvo final a política econômica.

O discurso sobre as elites conservadoras que estariam tramando a instabilidade do governo não deixa de ser engraçado, não fosse trágico na situação atual. As elites que criaram a instabilidade atual são constituídas pelo governo atual, pelo PT e pelos partidos aliados. Ou seja, trata-se de uma luta interna ao PT e entre este e seus aliados. O detonador de todo esse processo, o deputado Roberto Jefferson, era, naquele então, presidente do PTB, interlocutor privilegiado do presidente Lula e do ministro José Dirceu, além de outros próceres petistas. Chegou a ganhar um cheque em branco do próprio presidente Lula e recebia ministros em sua casa. Os por ele denunciados são parlamentares do PP e do PL, além da cúpula do próprio PT. As ditas ações desestabilizadoras da elite são do próprio governo e de seus partidos. A esquizofrenia política é galopante. O problema é que ela não é fruto de um comportamento individual, mas de uma coletividade política.



Acreditava-se, ao menos formalmente, que o PT teria, pelo menos no Campo Majoritário, feito o luto de idéias marxistas. Ora, o pragmático ex-ministro José Dirceu mostra agora a sua alma cubana. Imediatamente após sua queda, assume um discurso de combate fundado na “luta de classes”. O instrumental explicativo adotado foi o do marxismo, insistindo na divisão radical da sociedade em si mesma, no enfrentamento contínuo, que teria como desenlace a instalação de uma sociedade “socialista”, autoritária, no País. Só faltou combinar com boa parte do empresariado nacional, inclusive em setores financeiros, que tem elogiado a política governamental adotada. Luta de quem contra quem? Só se for de um fantasma com outro.

Mas a imaginação é inesgotável, sobretudo para os que vivem em velhas concepções, embora necessariamente limitada em seu arcabouço. No discurso de posse da Ministra Dilma Rousseff na Casa Civil, o deputado José Dirceu tratou-a de “camarada de armas”. Referência explícita a uma história comum e implícita aos mesmos objetivos que, por outros meios, continuariam a ser perseguidos. Quando “camaradas de armas” não lutaram, conforme foi afirmado, pela “redemocratização do País”, mas pela instauração de uma sociedade socialista, que teria em Cuba seu exemplo. A democracia não fazia parte de suas propostas, senão como meio para a realização de seus fins. Há uma nítida falsificação da História. Aliás, eles poderiam apresentar documentos de seus grupos guerrilheiros proclamando pela democracia, considerada universalmente, como fim em si mesmo. Seria uma contribuição importante para a historiografia brasileira.

Se há um golpe em curso, só pode ser o do estelionato eleitoral. Se os responsáveis petistas quiseram dizer isto, estarão eles, na verdade, fazendo uma autocrítica – aliás, muito salutar e necessária. Infelizmente, não parece ser esse o caso. O que está em questão é uma manobra diversionista, que procura culpar o PSDB e o PFL pela crise atual. Ora, esses partidos foram espectadores do acontecido e, como quaisquer partidos, estão se beneficiando de uma situação inusitada seis meses

atrás, quando quase todos davam como certa a reeleição do presidente Lula. Estão sendo, inclusive, comedidos e responsáveis, não aceitando esse tipo de provocação. O preocupante, contudo, é a ressurgência de cacoetes autoritários, como os que se baseiam nessas pseudo-explicações de “luta de classes”, de “elites” e de “golpe”. O seu correlato é uma espécie de incriminação da oposição, como se esta fosse um inimigo que deveria ser exterminado. Há uma nítida indisposição dessas elites petistas em lidar com a democracia, com a unidade e o dissenso.

A sua expressão mais imediata é o fortalecimento dos elos do PT com os “movimentos sociais”, leia-se com propostas da esquerda autoritária, que tem na luta contra a economia de mercado e contra a democracia os seus eixos condutores. Assim fazendo, essa reconfiguração do PT miraria na política econômica do próprio governo petista, por ser esta “capitalista” e “neoliberal”. A autofagia se apresenta em toda a sua nudez. E ela, como dizia Nelson Rodrigues, será castigada.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho à tribuna para registrar a matéria intitulada “Amanhã poderá ser tarde demais”, publicada no jornal **Correio Braziliense** em sua edição de 15 de maio do corrente.

A matéria trata da insistente intromissão do Executivo no Legislativo. Como se o Ministério da Justiça não tivesse muitos problemas para resolver, instituiu como meta prioritária meter o “bedelho” em seara de outro poder. Criou a Secretaria da Reforma do Judiciário para acompanhar o projeto de criação do CNJ e as votações dos nomes indicados para a composição do Conselho. O mais interessante é que o próprio secretário da Secretaria da Reforma do Judiciário se candidatou para uma das vagas.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

# Amanhã poderá ser tarde demais

MAURÍCIO CORRÊA

Advogado

**D**esde que Montesquieu, no século XVIII, em *O Espírito das Leis*, concebeu as linhas mestras do sistema democrático de governo, ninguém melhor do que ele elaborou forma mais expressiva da manifestação da vontade popular do que a consubstanciada na clássica separação tripartite dos poderes do Estado.

Sob as bases dessa insuperável construção de ciência política é que as maiores democracias do planeta se organizaram e sobrevivem. Não há hegemonia de um poder sobre o outro ou sobre os outros. Cada um tem as suas delimitações estabelecidas em suas próprias constituições. É, pois, dentro desses parâmetros que o exercício das funções de cada um se materializa.

É normal que nos regimes presidencialistas, como o nosso, o destaque maior seja dado ao Poder Executivo, levando-se em conta o elenco de atribuições que a Constituição Federal lhe outorga, tais como as de administrar o país e promover a execução das leis. Nem por isso, entretanto, a soberba deve subir à cabeça dos que se investem nessas altas funções. A simplicidade tem sido o apanágio dos grandes homens, inclusive de muitos de nossos presidentes da República.

Esperava-se com grande expectativa que o governo petista administrasse o país despido dessa arrogância que tem sido sua marca registrada. As relações efetivamente harmônicas entre os três poderes da República é que asseguram e dão permanente sustentação à democracia. Poder-se-ia dizer que ninguém tem nada a ver com o descompasso das relações entre o governo e o Poder Legislativo. Mas tem sim. E muito, porque, afinal de contas, se não se encontram harmonizadas, as consequências acabam se refletindo sobre o povo.

Prova disso é a enxurrada de medidas provisórias que travam a pauta de votação nas casas do Congresso, o mau vezo de ações palacianas sobre lideranças que costumeira e cegamente as obedecem, além de outros comportamentos que caracterizam forma de fazer política com boa dosagem de autoritarismo e prepotência, tudo bem distante da, aquele mar de rosas antes prometido. Esse modo de operar as relações do governo tem produzido sucessivas derrotas nas votações das duas casas do Congresso.

A reforma do Poder Judiciário, com enfoque acentuado na criação do Conselho Nacional de Justiça, passou a ser, praticamente, a única preocupação no Ministério da Justiça, cuja pasta, esvaziada e entregue aos conflitos de índios, Polícia Federal e regularização de estrangeiros, tem tempo de sobra para ações estranhas às suas finalidades. Sem muito o que fazer, instituiu em sua área a Secretaria da Reforma do Judiciário, com a finalidade exclusiva de

meter o bedelho em seara de outro poder. De São Paulo veio o seu primeiro ocupante, que se dedicou efusivamente a fazer lobby no Congresso na votação do projeto da criação do CNJ, se empenhando até mesmo

na derrubada do dispositivo que tratava do efeito vinculante de decisões consolidadas pela jurisprudência do STF, felizmente aprovado para ajudar na limpeza do excesso de demandas repetitivas.

Em pleno vigor a Emenda Constitucional 45 e prestes a se instalar o CNJ, o Senado Federal já se organiza para a votação dos nomes que comporão o órgão, tendo, inclusive, baixado resolução que estabelece o rito das votações. O surpreendente de tudo isso é que o próprio secretário da Reforma do Judiciário, com todo o apoio de seu chefe imediato e empenho do Palácio do Planalto, se lança candidato à vaga no Conselho, destinada à Câmara dos Deputados! Submetidos os nomes que se apresentaram à apreciação do plenário, saiu vitorioso o constitucionalista Alexandre de Moraes, atual secretário de Cidadania e Justiça do Estado de São Paulo — aliás, contrário ao modelo do CNJ instituído na reforma — que obteve 183 votos contra 154 do candidato oficial — de sobra possuidor dos requisitos e qualificações para exercer a função. Foi mais uma fragorosa derrota infligida ao governo.

Além de tudo que todos já sabem em termos de péssima atuação do governo no Congresso e, em geral, na política de relações com a sociedade, contabiliza-se, para complicar ainda mais o quadro, o deferimento no STF do requerimento do procurador-geral da República de sete das oito diligências requeridas contra o presidente do Banco Central no Inquérito 2.206. Inclusive a quebra de seus sigilos bancário e fiscal. Por seu lado, continuam em efervescência as acusações contra o ministro da Previdência Social, agora com a formalização de representação do Ministério Público junto ao TCU, perante o mesmo tribunal e a PGR, além do pedido de abertura de inquérito agora ajuizado pelo procurador-geral da República no STF.

Se isso ainda não bastasse, novamente defronta-se o presidente da Câmara dos Deputados com o presidente da República, em virtude do veto apostado ao projeto de lei que concede aumento de quinze por cento aos servidores da Câmara, do Senado e TCU. O grande

problema não está em si nas frações de atas nas consequências políticas decorrentes de sua consumação.

A não ser que tenha sido apenas uma receita para suavizar o vexame do 0,1% da revisão salarial prometida aos servidores e o descumprimento do resgate da promessa do saldo do reajuste de 23% dos militares, cujas mulheres estão na rua a bater panelas, o que tudo encer-

E preciso que o presidente da República deixe a soberba de lado e dirija o país como um ser mortal comum e não como um príncipe divino ungido pelo Olimpo. Quem sabe amanhã não será tarde demais.

**O SR. REGINALDO DUARTE** (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado “*História da ruína petista-lulista*” de autoria de Vinícius Torres Freire, publicado no jornal **Folha de S. Paulo** do último dia 06 de junho do corrente.

Apenas alguns meses bastaram para que pudesse se perceber que toda a antiga ideologia que o PT pregava foi por água abaixo. Uma série de imprudências e denúncias de corrupção mostraram que o plano de governo não é nada mais que uma política de

escolas e marquetagem. Não há políticas estruturais de governo ou desenvolvimento, e, com dois anos e meio, temos isso: lama.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE  
O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE  
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

V I N I C I U S T O R R E S F R E I R E

## História da ruína petista-lulista

**SÃO PAULO** - *A natureza de Lula e seu PT manifestou-se em sua crua intei-reza apenas após meses de governo. Apesar do despreparo intelectual e programático dos adeptos de Lula, havia pouca gente disposta a lhes negar mesmo o benefício da dúvida.*

*Mas no poder os defeitos de base do PT desabrocharam. Em meses, esnobavam-se os últimos movimentos sociais da “base petista”, projeto iniciado em 1995, assumido em 2000 e escancarado em 2002. Ficou o “projeto de poder” sem idéias. O aparelhismo da pior esquerda. O arrivismo mais vulgar da alta burocracia partidária. Agora, não ficou nem mesmo o Roberto Jefferson.*

*Apesar de o PT ter renegado com despudor 20 anos de tolice econômica, o defeito de origem permaneceu. O governo Lula reagiu à ruína de FHC com os então corretos procedimentos de manual. Mas a ausência de quadros e idéias econômicos no PT o submeteram sem mais à onda conservadora mundial e ao poder da finança e da direita da tecnocracia econômica nacionais. O Tesouro Nacional é drenado pelo monetarismo idiota bancado por Lula.*

*O petismo-lulismo desconectou-se*

*do movimento social. Tornou-se movimento arrivista. Levou ao poder federal os seus quadros volantes, gente que participou do governo de várias prefeituras petistas, algumas muito bem administradas, outras a origem de escândalos sem explicação.*

*Vários assessores próximos de ministros e da cúpula federal muitas vezes aparecem na foto de licitações suspeitas, em consultorias de negócios federais esdrúxulos, em assassinatos: concorrências do lixo, GTech, Santo André, Celso Daniel.*

*O selvagem loteamento do governo, em parte para dar cargos a amigos medíocres de Lula e a tendências petistas, foi contraproducente mesmo do ponto de vista do pragmatismo político. O PT quebrou acordos tanto com a escória aliada como com gente mais séria no Congresso. Lançou o país em crise política.*

*Seu plano de governo é uma política de esmolas e marquetagem originada no quasifascismo paulista. Não há políticas estruturais de governo ou desenvolvimento. E, com dois anos e meio de governo, temos isso: lama.*

@ → [vinit@uol.com.br](mailto:vinit@uol.com.br)

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR)  
– Nada mais havendo a tratar, pedindo a Deus que abençoe a todos os brasileiros, a todos que trabalham nesta Casa e que coloque uma luz para que a verdade apareça nesta confusão, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

### ORDEM DO DIA

– 1 –

#### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 14, DE 2005

(Proveniente da Medida Provisória nº 241, de 2005)  
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 241, de 2005), que abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Justiça e da Defesa e dos Encargos Financeiros da União, no valor global de R\$ 299.594.749,00 (duzentos e noventa e nove milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, setecentos e quarenta e nove reais) para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador Maguito Vilela  
**Prazo final: 1.8.2005.**

– 2 –

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31, DE 2000 (Votação nominal)

Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças.

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

– 3 –

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2002 (Votação adiada, em virtude de requerimento aprovado em 23.2.2005) (Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002,

tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que inclui § 8º no artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 4 –

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2004 (Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.863, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 5 –

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003 (Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 6 –

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 87, DE 2003 (Discussão adiada, em virtude de requerimento aprovado em 26.4.2005) (Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à



Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais* (dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer favorável, sob nº 685, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

– 7 –

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2003**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral*.

Parecer sob nº 463, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ que apresenta.

– 8 –

#### **PROJETO DE LEI DO CÂMARA Nº 73, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 2004 (nº 834/2003, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional da Imigração Japonesa*.

Parecer favorável sob nº 9, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Ger-son Camata.

– 9 –

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2005**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – “Desmanche”, que *altera a redação do art. 126 da lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os artigos 126-A e 126-B*.

#### **APÓS ORDEM DO DIA**

Votação em turno único, do Requerimento nº 599, de 2005, da Comissão de Educação,

solicitando urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2003, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, e dá outras providências. (Dispõe sobre crimes cometidos na área de informática, e suas penalidades, dispondo que o acesso de terceiros, não autorizados pelos respectivos interessados, a informações privadas mantidas em redes de computadores, dependerá de prévia autorização judicial).

Parecer da Comissão de Educação, aguardando leitura; e

Pendente de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 19 horas e 24 minutos.*)

**OS Nº 14027/05**

**DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ROMEU TUMA NA SESSÃO DO DIA 8 DE JUNHO DE 2005, QUE ORA SE REPUBLICA PARA FAZER CONSTAR DOCUMENTOS QUE A ELE SE REFEREM.**

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Pedro Simon, Senador Eduardo Suplicy, por confiança do Senador Antonio Carlos Magalhães, estou relatando a reforma da Lei Antidrogas. Um dos pontos mais críticos que estamos discutindo é a separação entre o usuário e o traficante, e como o Estado pode ajudar a recuperar aqueles que são usuários de drogas.

Venho à tribuna, Sr. Presidente, pedir que seja encaminhado um voto de louvor à General Motors do Brasil, que completou oitenta anos de atividade em nosso País trazendo grandes progressos. Aliás, V. Ex<sup>a</sup> e outros Srs. Senadores assinaram requerimento nesse sentido.

Como não há tempo – a gente se inscreve, mas dificilmente consegue falar –, e esse requerimento já está há dias comigo, peço à Mesa que autorize a publicação e aceite o requerimento para posterior apreciação de um voto de aplauso à empresa.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ROMEU TUMA.**

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores: è com muita satisfação que venho à tribuna para deixar registrada, nos anais do Senado Federal, a homenagem de meu Estado pelo transcurso dos 80

anos da General Motors do Brasil. Imaginei que era meu dever, como um dos representantes de São Paulo, propor este Voto de Aplauso à Empresa. É também, sem sombra de dúvida, um momento muito especial para a formidável rede de milhões de brasileiros que, como trabalhadores, fornecedores, revendedores, consumidores ou simples simpatizantes, se vêem envolvidos com uma das mais destacadas marcas do mundo contemporâneo – a General Motors (GM).

A decidida participação da GM na vida econômica brasileira e mundial, a excelência da ampla gama de produtos que a empresa coloca à disposição dos consumidores, as suas inquestionáveis ações sociais – que a posicionam como um importante personagem do ainda seletto, porque restrito, grupo das chamadas *empresas-cidadãs* – dão sua exata dimensão. Assim, agradeço aos meus Colegas parlamentares que também perceberam a relevância da General Motors para o nosso País e apoiaram esse nosso requerimento.

Como assinala a história da industrialização brasileira, forjada a partir das pré-condições lançadas pelo Presidente Getúlio Vargas, o setor automobilístico teve seu grande e decisivo impulso somente na era JK, no final dos anos 50 do século passado, quando o Estado criou as condições mínimas para que as montadoras se estabelecessem em nosso País. Como consequência da inequívoca opção pelo transporte rodoviário e da abertura de milhares de quilômetros de novas rodovias, que rasgaram o nosso imenso território, a indústria automobilística percebeu a viabilidade de implantação de suas unidades fabris no Brasil.

A General Motors, ou simplesmente GM, como a marca ficou conhecida em todo o mundo, antecipou-se em várias décadas ao ímpeto desenvolvimentista de JK e jamais titubeou quando a questão é acreditar efetivamente no Brasil. Testemunha indelével disso é a sua instalação no País, há exatas oito décadas, no início de 1925. De lá para cá, vimos asseverar-se uma trajetória de continuado êxito e expansão, com a geração de empregos, oportunidades e renda para milhares de brasileiros, o que, por si só, já ensejaria a celebração que ora fazemos.

Mil novecentos e vinte e cinco não foi um ano excepcional para o Brasil, mas teve sua relevância histórica. Com as recorrentes ameaças do tenentismo e a formação da Coluna Prestes, que então começava a sua caminhada, o País vivia os derradeiros anos da República Velha. Uma visão de mundo estava na iminência de ser superada. Um modelo político antiquado marchava, então, para o completo esgotamento. Por sua vez, os Estados Unidos, sede da GM, experimentavam o interlúdio das duas grandes guerras e estavam ainda distantes da quebra da Bolsa de Nova

lorque. Viviam, então, um dinamismo econômico que ultrapassava suas fronteiras.

É nesse contexto, aqui e alhures, que o Brasil recebe a General Motors. Instalada originalmente em galpões alugados no bairro do Ipiranga, em São Paulo, a empresa começa suas operações como uma montadora de veículos, já que recebia do estrangeiro os diversos componentes, limitando-se a montar o automóvel. Em pouco mais de dois anos são produzidos 25 mil veículos, o que anima a empresa a dar início, ainda em 1927, à construção de sua fábrica em São Caetano do Sul. Um ano depois, essa nova unidade fabril começa a produção regular de veículos, embora sua inauguração oficial ocorra apenas em 1930.

Montadora de veículos, fábrica de caminhões, responsável pelo primeiro ônibus com carroceria fabricada no País, a GM, em certa medida, iniciou a lenta popularização de um eletrodoméstico essencial que era privilégio de poucas, pouquíssimas famílias. Em 1932, abriu financiamento para os refrigeradores *Frigidaire*, marca que, em boa parte do século 20, foi epônimo de geladeira. Em minha juventude, recordo muito bem, a *Frigidaire* era o sonho de toda a dona de casa, e traduzia muito mais do que um simples desejo de consumo; era uma crescente necessidade, que a migração do meio rural para o urbano, a radical transformação do modo de vida impunha às famílias.

A trajetória da GM, ao longo de todas essas décadas, vem sendo acompanhada pelas várias gerações de brasileiros. O avanço, o desenvolvimento e a conquista de mercado têm sido a tônica desse empreendimento, que se renova e se amplia.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, quero destacar aquelas atitudes que, em minha opinião, revelam a face mais admirável dessa grande e generosa empresa: o tratamento dedicado aos seus funcionários, e o seu estatuto de autêntica empresa-cidadã, a partir da criação, em 1993, do Instituto General Motors.

No primeiro caso, parece-me mais do que louvável, quando ainda não era moda, a GM reconhecer que a sua “biografia foi escrita por funcionários que dedicaram a ela décadas de trabalho e que, mesmo aposentados, continuam presentes na empresa”. Para inúmeros trabalhadores, a GM, ao implementar uma política de recursos humanos inovadora, atenta e responsável às necessidades deles, transformou-se em uma verdadeira “segunda família”. Ali, como se dizia na minha juventude, o pessoal *veste a camisa*, porque sempre é prestigiado. E isso se torna visível na continuada preocupação da empresa com o bem-estar do funcionário e de seus familiares. O lazer, considerado pela empresa parte essencial da vida de seus empre-

gados, é promovido em bases regulares por intermédio das associações desportivas classistas, dos clubes de campo e do famoso *Clube dos 30*, que, desde 1986, reúne funcionários e antigos colaboradores.

Em 1993, preocupada com a ampliação do trabalho em políticas de desenvolvimento profissional, treinamento, saúde, bem-estar e educação, a GM criou o Instituto General Motors, o IGM. Com pouco mais de uma década, o instituto transformou-se em verdadeiro marco. O IGM tem a missão de recuperar a cidadania de crianças, jovens e adultos de comunidades carentes, localizadas no entorno de suas plantas industriais. São priorizados projetos sociais de média e longa maturação, centrados no desenvolvimento permanente de atividades sócio-educativas auto-sustentáveis. Mas há também os projetos emergenciais, que estão destinados a dar respostas rápidas e efetivas a segmentos sociais em situações de adversidade que demandam pronta ação.

Como destaca o vice-presidente do Instituto General Motors, Pedro Luiz Dias, o instituto e a própria GM enfrentam “um enorme desafio ao trabalhar com projetos sociais em um País com grandes desigualdades sociais como o nosso”. Por isso, recomenda: “é fundamental que as empresas trabalhem com profundo comprometimento na questão social”.

Enfim, Senhor Presidente, a General Motors, ao cabo de oito décadas entre nós, compõe imagens generosas do nosso cotidiano, imiscuindo-se nas paisagens das estradas, ruas, avenidas, praias e montanhas brasileiras. Quem não recorda os grandes sucessos de veículos de passeio, como Opala, Chevette e Monza, nos anos 60 e 70? Muitos deles cativaram consumidores por várias décadas. Nos dias de hoje, vemos os nossos espaços coletivos tomados pelos novos modelos GM, que traduzem o apuro da técnica e da sofisticação, em termos estéticos, mecânicos, funcionais e de segurança. Os modelos mais recentes — como Celta, Astra, Zafira e Meriva — são o resultado de anos de pesquisa e desenvolvimento, nos diversos pontos do planeta, inclusive no Brasil, semeados pela marca GM.

O Brasil, hoje, é sede de três complexos industriais automotivos dessa grande empresa: São Caetano do Sul e São José dos Campos, em São Paulo, e Gravataí, no Rio Grande Sul, inaugurado em 2000. Além disso, desde 1974 está em operação o Campo de Provas da Cruz Alta, em Indaiatuba, São Paulo, que reúne os mais modernos laboratórios e pistas da América Latina.

Em sua recente estada no Brasil, para as comemorações dos 80 anos da GM no País, o presidente mundial da maior montadora do planeta, Rick Wagoner, anunciou novos investimentos. A GM, que tem ven-

das mundiais de 190 bilhões de dólares por ano, vai aplicar 500 milhões de reais no Estado de São Paulo, no desenvolvimento do novo modelo do Vectra. Uma ótima notícia para os paulistas, mas também para os brasileiros. São recursos que fomentam o nosso crescimento.

Concluo, Sr. Presidente; mas antes quero congratular-me com o presidente da General Motors do Brasil, Ray G. Young — um jovem executivo obstinado pelo conceito de qualidade —, e com todos aqueles brasileiros que direta e indiretamente, no chão de fábrica e nas revendedoras, nos laboratórios e na rede de fornecedores, colaboram com a empresa. É graças ao talento, empenho e dedicação de todos eles que a GM ocupa a privilegiada posição de líder mundial do setor automobilístico. E foi também graças a esses brasileiros que, em 2004, a empresa conquistou o inédito primeiro lugar no mercado brasileiro.

Parabéns, General Motors! O Brasil comemora com a GM 80 anos de sucesso.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMEU TUMA EM SEU PRONCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

**REQUERIMENTO Nº , DE 2005**

Requeiro, nos termos do art.222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja consignado nos Anais do Senado voto de aplauso à General Motors do Brasil, no momento em que são comemorados os oitenta anos de atividade no Brasil.

**Justificação**

Venho propor a esta Casa a comemoração dos oitenta anos do início das atividades da General Motors no Brasil por considerar que essa empresa constitui exemplo de dinamismo e competência no cenário produtivo nacional.

Em 26 de janeiro de 1925, foi inaugurada a primeira fábrica da General Motors no Brasil. Tal unidade fabril atuava como montadora, em galpões alugados, em São Paulo. Em 1958, começava a operar sua segunda fábrica. Em 1968, a General Motors do Brasil lançava no País o primeiro automóvel marca Chevrolet — o Opala, que foi produzido durante 24 anos. Nos anos seguintes, outros modelos da GMB foram sucessos de vendas, a exemplo do Chevette, lançado em 1973, cuja produção alcançou 1,2 milhão de unidades, até ser substituído pelo Corsa, em 1994. Esse foi o primeiro veículo popular com injeção eletrônica de combustível.

Posteriormente, em 2000, a GMB inaugurou uma das fábricas mais modernas do mundo, em Gravataí, no Rio Grande do Sul, com um sistema de montagem para os carros da linha Celta, com a parceria dos fornecedores sistematistas e que, por seu caráter inovador, passou a receber a visita de especialistas em montagem do mundo todo.

Além disso, atestando a capacidade da empresa de modernizar seus procedimentos, a GMB adotou pioneiramente o comércio eletrônico de automóveis, iniciado com o Celta, que se tornou o mais vendido do mundo via Internet. Atualmente, a GMB comercializa, além de toda a linha Corsa, diversos outros modelos pela rede eletrônica.

O constante crescimento da General Motors do Brasil, em um setor caracterizado pela forte concorrência, é consequência do contínuo investimento da empresa em tecnologia e em novas instalações no País, refletindo-se no lançamento ininterrupto de novos modelos nos últimos anos.

A empresa possui hoje 502 pontos de venda no País e emprega 17 mil funcionários. Atualmente suas instalações compreendem o Complexo Industrial Automotivo de São Caetano do Sul, o Complexo de São José dos Campos, o Complexo Industrial Automotivo de Gravataí, o Campo de Provas de Cruz Alta em Indaítuba, o Centro Distribuidor de Peças em Sorocaba, e o Complexo Industrial e Comercial de Mogi das Cruzes.

Em 2003, um ano de dificuldades para a economia nacional como um todo, a GMB produziu 333.444 unidades, conseguindo a vice-liderança nacional e, além disso, superando, pela primeira vez, a Volkswagen nas vendas acumuladas no mercado total. Esse foi o terceiro ano consecutivo em que a GMB aumentou sua participação no mercado, obtendo o primeiro lugar no segmento de automóveis. Ressalte-se, também, que a empresa tem alcançado recordes nas exportações, com vendas de aproximadamente US\$ 1 bilhão, em 2002, e de US\$ 1,205 bilhão, em 2003, em conjunto com a GM Argentina.

Um importante aspecto a ressaltar na história da General Motors do Brasil foi a criação, em 1993, do Instituto General Motors para apoio às comunidades carentes situadas próximas às instalações industriais da empresa. O Instituto atua no desenvolvimento profissional, na saúde, educação e bem-estar social dessas populações, em projetos sócio educativos, de média e longa maturação e em projetos emergenciais. Segundo o vice-presidente do Instituto, esse trabalho constitui um enorme desafio em um país com grandes desigualdades sociais. Em suas palavras, “é fundamental que as empresas trabalhem com profundo

comprometimento na questão social, pois só assim conseguiremos mudar este cenário”.

Por toda sua relevante participação na economia e na sociedade brasileiras, proponho a esta Casa que prestemos justa e devida homenagem à General Motors do Brasil, em comemoração aos oitenta anos de suas atividades no País.

**DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALOIZIO MERCADANTE NA SESSÃO DO DIA 24 DE MAIO DE 2005, QUE, RETIRADO PELO ORADOR, ORA SE PÚBLICA.**

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero discutir menos a questão regimental e discutir a questão política de fundo, porque, ao final daquela votação, a sessão foi bastante tumultuada.

Hoje mesmo, o Senador Romeu Tuma disse que eu tinha feito um acordo com o Senador José Agripino, de que não haveria nenhum voto contrário. Nunca tratei do assunto nem com o Senador José Agripino, nem com o Senador Arthur Virgílio, nem com o Senador José Jorge. O único Senador com quem eu tratei foi o Senador Tasso Jereissati, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Quando lá cheguei, logo após a arguição – estava terminando a arguição do Sr. Alexandre de Moraes –, o Senador Tasso Jereissati disse que um Assessor da Liderança, o Gustavo, estaria pedindo voto contrário à votação do indicado Alexandre de Moraes. Eu disse que não havia nenhuma orientação da Liderança do Governo nessa direção. Chamei o Assessor e lhe perguntei se ele estava pedindo voto contrário para a base do Governo. Ele disse que não, que estava apresentando a arguição e os argumentos contrários à indicação, que eram basicamente de duas naturezas: o reconhecimento do longo trabalho do jurista e advogado Sérgio Renault, que foi um dos formuladores da proposta do controle externo da Magistratura e que trabalhou durante todo o processo para construir a reforma do Judiciário – mais tarde, inclusive nos últimos dois anos, junto ao Ministério da Justiça e conosco aqui, nessa tarefa específica, para aprovar a citada reforma; e a consideração de que a indicação de Alexandre de Moraes, que vinha de uma crise na Febem, que tinha escrito artigos contrários ao Conselho da Magistratura, inclusive com a presença de alguém de fora do corpo do Judiciário, era uma injustiça. No entanto, disse-me que a arguição tinha sido bem respondida e que, juridicamente, o Sr. Alexandre de Moraes tinha uma bela formação acadêmica.



Eu disse ao Senador Tasso Jereissati que, se houvesse articulação na Comissão, eu trataria de reverter ao Plenário, porque eu reconhecia que a indicação vinda da Câmara tinha de ser respeitada, mas que havia divergência política com relação à indicação.

Quando abriu a votação, o Ministro Nelson Jobim não teve nenhum voto contrário; todos os demais tiveram dois votos contrários; o único que teve três votos contrários foi o Sr. Alexandre de Moraes. Mas era uma votação que mostrava claramente que não houve articulação, do assessor ou da liderança, contrária à aprovação.

Vim ao plenário e conversei com vários Senadores – pois a imprensa havia dito que vários Senadores do PT tinham assinado a CPI – para verificar se era verdade. Não era. Fui verificar como iam votar. Alguns iam votar contrariamente e outros, favoravelmente. No entanto, eu estava absolutamente despreocupado.

Não senti nenhum movimento no sentido de rejeição do nome. Não houve. Tivemos 16 votos contrários.

Vou ler as votações que fizemos na semana anterior, em que havia acordo para votar. Várias vezes pedi o apoio dos Senadores Arthur Virgílio e José Agripino na votação. Por exemplo, a votação do Sr. Eduardo Flores Vieira para o cargo de Defensor Público-Geral da União: foram 41 a 12. Ele passou no limite, precisava de 41 votos. Houve 12 votos contrários e uma abstenção. O General-de-Exército Sérgio Ernesto Alves Conforto teve 13 votos contrários. O Sr. Noburo Ofugi, para a ANTT, teve 20 votos contrários. O Sr. Dalvino Franca, para a Agência Nacional de Águas, teve 20 votos contrários. O Sr. Otto Agripino Maia teve 7 votos contrários. Tudo isso mostra que havia uma disparidade muito grande. Para a Ancine, houve 25 votos contrários e 26 a favor. Na mesma votação, apesar de haver acordo, chegamos a ter de 7 a 25 votos contrários. Dependendo do nome, do cargo, do clima, as votações evoluíam.

Naquela noite, o Senador José Agripino inverteu a pauta. S. Ex<sup>a</sup> não conversou comigo em nenhum momento. Imaginei que quem patrocinava a candidatura estava atento às questões, sobretudo ao **quorum**. Dois Senadores do PFL não votaram, dois do PSDB não votaram, oito do PMDB não votaram, quatro da base não votaram. E eu desafio quem quer que seja a dizer que nós, de alguma forma, pedimos para alguém não votar. O exemplo da Oposição de não estar no plenário é o mais transparente de que não houve qualquer mobilização das Lideranças da Oposição no sentido de buscar

construir. Sequer conversaram comigo em nenhum momento da votação.

Por isso, sou favorável a essa solução, mas termino apenas expressando qual é o problema de fundo, com o artigo “O congresso e o bom conselho”, do jurista Dalmo Dallari, conhecido de todos e, durante tanto tempo, Diretor da Escola de Direito do Largo do São Francisco.

Ele diz assim:

(...) o Dr. Sérgio Renault tornou-se um dos brasileiros com mais conhecimento das necessidades e dos problemas do Poder Judiciário.

Apesar de suas elevadas credenciais, seu nome foi preterido pela Câmara dos Deputados. Em seu lugar foi escolhido o Secretário da Justiça do Estado de São Paulo, dr. Alexandre de Moraes, ex-membro do Ministério Público Estadual, com menor envolvimento no estudo dos assuntos do Poder Judiciário e, portanto, menos preparado para a tarefa específica. Sem nenhum demérito para o Dr. Moraes, o fato é que a Câmara dos Deputados desprezou os conhecimentos específicos e o preparo superior, neste caso, do dr. Sérgio Renault, tendo indicado o Dr. Alexandre de Moraes com base em sua vinculação partidária, pois ele é militante de um Partido que faz oposição ao presidente da República. Partidarizando a questão, a maioria dos deputados votantes não teve a grandeza de se colocar acima das disputas mesquinhas e decidiu como oposição, não havendo a mínima dúvida de que o interesse público não teve peso nessa escolha.

Feita a indicação do nome do Dr. Alexandre de Moraes, era dada como certa sua aprovação pelo Senado. Entretanto, seu nome foi rejeitado pelos senadores, o que provocou a reação indignada de vários de seus companheiros de partido, que qualificaram de mesquinha a rejeição, por ter sido baseada em questões político-partidárias e não no interesse público. O fato seguinte, que também pode ser enquadrado no campo das mesquinhas, foi o boicote das votações para ratificação dos nomes já aprovados para o Conselho Nacional de Justiça. Os partidos de oposição no Senado pura e simplesmente decidiram negar o número para as votações, visando com isso agredir o Poder Executivo e sem levar em conta que estavam agredindo o interesse público.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que sou favorável a uma solução regimental. Acho que devemos convergir para essa solução, porque é uma indicação da Câmara dos Deputados, deve ser respeitada. Há uma indisposição em relação a um setor da nossa base pelo fato da rejeição do nome de Sérgio Renault.

Faço um apelo para que aproveemos essa indicação, registrada a nossa posição com transparência e de forma pública.

Termino dizendo que, tanto na Comissão quanto no Plenário, não havia da nossa parte nenhum ambiente que levasse ao movimento de derrubada dessa indicação, tanto que dezesseis votos é menos do que toda a média que a Oposição votou em todas as indicações anteriores. E é menos do que Argolo, da OAB, cuja indicação foi votada logo a seguir, que teve 15 votos contrários e 4 abstenções.

Portanto, é da prática da votação secreta esse tipo de divergência quando há de fato uma motivação política de qualquer natureza no Plenário.

***DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 24 DE JUNHO DE 2005, QUE, RETIRADO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.***

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, inicio o pronunciamento de hoje homenageando Villas-Bôas Corrêa, um grande articulista político, atualmente no **JB**, que, hoje, redige um artigo, como sempre inteligente, sob o título: “Hora de baixar a crista da arrogância”. Inicia, dizendo:

Seria um exagero aconselhar o presidente Lula, o governo e o PT a trocar as chuteiras da arrogância pelos confortáveis chinelos da humildade. Décadas de caneladas nas pernas do adversário provocador sedimentam hábitos que se incorporam à personalidade, calombos que se acomodam nos cacoetes de cada um.

Senadora Heloísa Helena, creio que é lúcido refletir sobre esse viés autoritário, sim, do Presidente. Veja a contradição: com uma arrogância inusitada – e eu diria surpreendente e inexplicável –, o Presidente demonstra um viés autoritário. Mas há uma contradição, porque, embora portador desse viés, revela, quase sempre, incapacidade para o exercício da autoridade, que lhe falta.

Esta tem sido, com certeza, a principal razão de percorrermos caminhos ou descaminhos que nos con-

duziram a este momento dramático, com a explosão de escândalos de corrupção em vários setores do Governo e do Poder Legislativo: a ausência de autoridade. Não se governa sem a capacidade de exercer liderança e de impor autoridade, sem autoritarismo. Democraticamente, mas certamente com o espírito de liderança insubstituível. Isso falta no Presidente.

O discurso de ontem, na televisão, foi frustrante. Creio que poderia bem ter evitado. Dez minutos preciosos na mídia nacional desperdiçados. Foi frustrante mesmo a locução do Presidente da República ontem à noite. Repetiu o que já havia dito, e não convenceu, mais uma vez. Utilizou-se do trabalho excepcional da Polícia Federal, que, como instituição, o exerce independentemente de quem governa o País, em qualquer circunstância. Tem sido assim em vários governos. Que o diga o Senador Romeu Tuma, de excepcional trajetória na Polícia Federal, de feitos tão importantes e reconhecidos popularmente que se tornou Senador da República eleito pelo povo de São Paulo.

A Polícia Federal é uma instituição que tem que ser preservada e enaltecida, cujo trabalho todos nós reconhecemos. Trata-se, repito, de apropriação indébita do Presidente valer-se da ação exemplar da Polícia Federal para justificar a postura de combate à corrupção. O Presidente não tem combatido a corrupção, infelizmente. Já em 2003, a Oposição – fiz referência, há poucos dias, a discursos pronunciados – alertava o Governo para a relação espúria entre o Poder Executivo e parte do Poder Legislativo, com a instalação desse balcão de negócios, estabelecendo a barganha, o apoio, em troca de ministérios, de cargos comissionados, de emendas parlamentares, etc.

Esperava-se muito mais do Presidente, ontem, que praticamente ignorou o escândalo de corrupção, que tem origem, sim, em seu governo. Houve uma tentativa recente do Presidente da República, em discurso em Goiás, de transferir integralmente ao Congresso Nacional a responsabilidade pela corrupção. É evidente que a fonte, a origem, o princípio da corrupção está no Poder Executivo. É lá que há instrumentalização para a captação de recursos utilizados na tarefa de corromper alguns parlamentares do Congresso Nacional. Portanto, o Presidente não podia deixar, em seu discurso, de fazer referência a isso com clareza, assumindo a realidade.

Há uma articulação que tem origem no quarto andar do Palácio do Planalto, que arquitetou esse esquema de corrupção. E é evidente que, para desvendá-lo, temos que chegar, sim, até o Palácio do Planalto,

mais precisamente no quarto andar, muito próximo ao Presidente da República.

Esperávamos do Presidente uma palavra autorizatória para que essa ação de investigação chegue sim ao núcleo do poder central, onde mora a grande responsabilidade por tudo o que está ocorrendo, neste momento, em matéria de decepção, de indignação nacional com a corrupção que, desabridamente, tomou conta do Poder Público no País.

Não fez referência também, o Presidente da República, à propalada reforma ministerial. Aliás, revela despreparo e insegurança quando trata do tema. Já foi assim antes. Discutiu-se a reforma ministerial durante meses, e, depois, de reforma ministerial nada se viu. Há substituição de um nome por outro, a manutenção dessa estrutura agigantada, com superposição de ações, com paralelismo. Enfim, é um Governo gastador no que diz respeito ao custeio da máquina, e um Governo deploravelmente mau investidor, porque não só não sabe estabelecer prioridades adequadas, como aplica muito mal os recursos oriundos da receita gigantesca que auferem em função da elevação da carga tributária, que exorbitou e que implica desrespeito a compromissos também assumidos pelo Presidente da República na campanha eleitoral e pelo seu Governo, especialmente através da palavra do Ministro Antônio Palocci de que não haveria elevação da carga tributária.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador Alvaro Dias?

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Vou permitir, Senador José Jorge, mas, antes, quero dar continuidade ao tema da reforma ministerial.

Mais uma vez, o Presidente da República acena com a reforma ministerial a pretexto de deslocar o alvo. Ou seja, o Presidente quer apresentar um novo ciclo de Governo. É o que insinua. No entanto, não temos nenhuma esperança de que isso ocorra, porque anuncia a reforma ministerial e fala em realizá-la através do PMDB e do PP, ou seja, mantendo o modelo de barganha. Se o Presidente dissesse que assume os erros, que reconhece que não constituiu bem o Governo...

Aliás, Maquiavel, em **O Príncipe**, diz que se conhece a competência ou a incompetência, o preparo ou o despreparo de quem governa no momento de constituir a equipe. Se constituir mal revela, de pronto, sua incompetência, seu despreparo. Foi o que ocorreu com o Presidente da República. Agora, só restaria ao Presidente da República a alternativa de recompor sua equipe buscando pessoas talentosas, e convocando-as. Mesmo aquelas desestimuladas para a atividade pública poderiam ser despertadas para essa finalida-

de e convocadas a ocupar funções importantes que pudessem restabelecer a credibilidade sob o ponto de vista da competência e da eficiência administrativa. Mas não é barganhando com o PMDB e com o Partido Progressista que o Presidente da República haverá de constituir uma equipe de competência e eficiência para recuperar o tempo que perdeu nesses dois anos e meio de absoluta incompetência administrativa.

Concedo um aparte ao Senador José Jorge, illustre Líder da Minoria nesta Casa, com prazer.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Senador Alvaro Dias, gostaria também de me congratular com V. Ex<sup>a</sup> pelo tema do seu discurso. Realmente, todos esses problemas do Governo Lula vêm desde o início, na formação do Governo. Em primeiro lugar, ele montou um Governo grande demais, com 36 ministérios, 19 só do PT. Montou-o de forma desequilibrada em relação aos seus aliados. Não escolheu bem, não levou em conta critérios de competência, de técnica, na formação do seu Governo. Então, é um Governo que anda aos trancos e barrancos. Ao fazer uma reforma, a meu ver, o Presidente só piora as coisas, porque demorou seis meses e, na verdade, só mudou um ministro. Trocou o Ministro da Previdência: saiu um ministro, entrou outro; e colocou um ministro novo no Planejamento, que estava vazio. Agora, o Ministro José Dirceu saiu, na semana passada, atendendo a um pedido do Deputado Roberto Jefferson, aparentemente. De lá para cá, a reforma parou, não se fez mais, e ninguém sabe o que se vai fazer. Está-se esperando o Presidente José Sarney voltar, discute-se, mas não se chega a lugar algum. Quanto ao Ministro Aldo Rebelo, ontem mesmo acompanhei um jornal na televisão, esperando o resultado de uma reunião para ver se o Ministro Aldo iria sair ou não. O Ministro Aldo já saiu umas quatro ou cinco vezes, mas não sai realmente. Então, na verdade, isso nos deixa incrédulos de qualquer mudança. Acho que, no fundo, no fundo, é aquela velha história: a montanha vai parir um rato novamente. Muito obrigado.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Obrigado, Senador José Jorge. Realmente esse anúncio de reforma ministerial com base no PMDB e no PP é um filme a que já assistimos. Recentemente presenciamos uma reforma ministerial que se constituiu apenas na mudança de dois ministros: a ascensão do Ministro Eunício de Oliveira, do PMDB da Câmara; a ascensão do Ministro Amir Lando, do PMDB do Senado, para reconstituírem a base de apoio do Governo. E, posteriormente, a substituição do Ministro Amir Lando pelo Ministro Romero Jucá. Portanto, são alterações que se restringem a nomes, mas que não alteram o modelo

e, não alterando o modelo, mantêm o mesmo sistema espúrio de constituição de Governo que só leva, infelizmente, à incompetência.

Ouçó o Senador Paulo Paim, com prazer.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senador Alvaro Dias, neste momento em que faço um aparte a V. Ex<sup>a</sup>, percebo que faz uma análise tranqüila na tribuna, com críticas naturais de um Senador de Oposição. Nós que estivemos nessa posição durante um longo período, também fazíamos críticas e cobrávamos ações do Governo anterior. Então é com muita tranqüilidade que faço este aparte, inclusive para lhe dizer que vi com satisfação a indicação da Ministra Dilma. Até mesmo as falas de S. Ex<sup>a</sup> nesse pequeno espaço de tempo, dizendo que não fará nenhum acordo de indicações políticas e caminhará no campo de profissionais que tenham uma estória, no campo da ética, da moral, da competência para atuar na gestão de Governo. Quanto à fala do Presidente Lula, eu lhe confesso – e disse isso na tribuna hoje – que ouvi com certa tranqüilidade. Eu não esperava que o Presidente Lula, em um momento difícil como este, em que há uma crise – e nós reconhecemos –, fosse fazer um discurso de sindicalista, ou de presidente de partido, ou de presidente de ONG, ou de presidente de associação de bairro, ou de alguém que estivesse indignado, naquele momento, com o trabalho – para mim, sem nenhum problema – da Oposição, que tem cobrado mesmo e quer fiscalizar. Esse é o papel da Oposição. Ele fez, para mim, Senador Alvaro Dias, um discurso buscando diálogo, entendimento; que o País não pode parar; que, as CPis instaladas, o Congresso fará a sua parte. Claro, elogiou o trabalho da Polícia Federal e do Ministério Público, que estão corretos e adequados. E não há como não fazê-lo. Como é que nós, V. Ex<sup>a</sup>, eu próprio e qualquer um aqui não elogiaríamos? Enfim, eu faço mais um aparte – não é nem mesmo uma contestação – porque entendo o papel que V. Ex<sup>a</sup>, de forma muito respeitosa, tem desempenhado aqui no Congresso Nacional. Eu diria até muito mais respeitosa do que foi feito por alguns companheiros que, no passado, foram muito mais agressivos em relação ao Presidente Fernando Henrique. Reconheço também a posição altiva do seu Partido, deixando muito claro que discorda – eu também – daqueles que dizem que é a preparação de um golpe. Sinceramente, eu não concordo com essa tese e acho que é bobagem. A Oposição está cumprindo o seu papel. Quem é da Base do Governo tem de explicar o que está acontecendo. E aí eu fico com aquela frase que tenho repetido seguidamente:

que se instale uma, duas, três CPis. É essa a perspectiva, de acordo com a decisão do Supremo no que tange à CPI do Bingo, além da já instalada CPI dos Correios. E doa a quem doer! Quando digo, doa a quem doer... O Senador Romeu Tuma não está aqui neste momento, e eu aproveito o seu tempo. Sei que a Senadora Heloísa Helena será tolerante com os Senadores. O Senador Romeu Tuma diz: “Doa a quem doer, como?” Ora, doa a quem cometeu os delitos! Seja de que Partido for porque o povo já marchou (arcou com as despesas), indiretamente, porque foi apropriação indébita do dinheiro da população. Portanto faço o aparte de forma muito respeitosa a V. Ex<sup>a</sup>. Conversei muito já com V. Ex<sup>a</sup>, entendendo a posição, para mim muito equilibrada, do seu Partido, que quer investigar e em nenhum momento apontou numa linha de derrubada de Pedro, ou de Paulo, ou de João. Então o aparte é muito mais nessa linha. Entendi que o pronunciamento do Presidente Lula foi no sentido de buscar certa harmonia para que as investigações da corrupção se dêem normalmente, e aí sim, que doa a quem doer.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Senador Paulo Paim, muito obrigado. V. Ex<sup>a</sup> tem sido um exemplo de elegância quando discorda. E contribui, no Senado Federal, participando dessa seleção de construtores, aqueles que realmente não querem destruição, querem construção de um futuro melhor. Discordamos, evidentemente, nesse momento sobretudo porque, para nós, o discurso do Presidente da República foi um filme já visto, houve repetição de afirmações sem nenhuma consequência prática. Gostaria de ter ouvido, por exemplo, do Presidente ontem, a convocação daquele Conselho de Combate à Corrupção, integrado pela OAB, pela CNBB e pela Transparência Brasil, que foi instituído por decreto em outubro de 2003, mas que jamais funcionou.

É evidente que à Oposição cabe a crítica. Temos que apontar os erros e não as soluções, mas de quando em vez escorregamos para a tentação de sugerir. Por isso, quando falamos em reforma de ministério, ficamos até um pouco constrangidos porque queremos apontar o modelo de reforma que deveria fazer o Presidente da República, mas creio ser também papel da Oposição, ao criticar, oferecer alternativas. Por essa razão, apontamos – é claro, despretensiosamente – o caminho da competência administrativa na busca de figuras talentosas da sociedade brasileira para valorizar a equipe, contribuir com conteúdo, qualidade e competência.



V. Ex<sup>a</sup> faz referência à Ministra Dilma Rousseff. Não a conheço. Não conheço sua história na vida pública no Rio Grande do Sul, mas certamente o seu perfil é adequado. Para que V. Ex<sup>a</sup> sinta a sinceridade da nossa manifestação desta tribuna...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – ...entendo que o Presidente acertou em relação à Ministra Dilma porque a Casa Civil exige alguém com competência técnica para agilizar os procedimentos referentes aos processos que chegam para conhecimento e decisão de despacho do Presidente da República. Quando há alguém sem esse perfil na Casa Civil, certamente há um acúmulo dos processos, e o Presidente da República passa a imagem de incompetência, ineficiência exatamente em função da lentidão dos procedimentos administrativos. Então há que se priorizar, sim, a característica técnica nessa área. É evidente que não há

como compatibilizar na mesma função o responsável por esse gerenciamento burocrático com o responsável pela articulação política. Daí ter surgido, junto à Presidência da República, a figura do articulador político, hoje o Deputado Aldo Rebelo\*.

Portanto, Senador Paulo Paim, nós achamos que ainda há tempo para o Governo tornar-se mais eficiente. Eu creio que perdemos muito tempo: dois anos e meio. Isso é muito.

Um provérbio chinês diz que a palavra pronunciada, a seta lançada e a oportunidade perdida não voltam atrás. São três coisas que não voltam atrás: a palavra pronunciada, a seta lançada e a oportunidade perdida.

Perdemos incríveis oportunidades de crescimento econômico, de geração de emprego, de mudança efetiva, de construção de um futuro melhor para o povo brasileiro. – Muito obrigado, Senadora Heloísa Helena..

# Ata da 92ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 28 de Junho de 2005

## 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, Efraim Morais, Papaléo Paes,  
Roberto Saturnino e Mão Santa

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES

AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

## REGISTRO DE COMPARECIMENTO

### SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 28/6/2005 07:40:19 até 28/6/2005 21:54:08

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X	X					
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X	X					
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X	PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X	PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	X
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	X	PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	X	PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X	PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	X
PMDB	MA	ANTÔNIO LEITE	X	X	PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	X	PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X	PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	X
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	X	PMDB	GO	MAGUITO VILELA	X	X
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X	PMDB	PI	MÃO SANTA	X	X
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	X	X	Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	X
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	X	PFL	PE	MARCO MACIEL	X	X
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	X	PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X	Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	X	X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	X	PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X	X	PMDB	AP	PAPALÉO PAES	X	X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	X	Bloco-PPS	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	X	X
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	X	Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	X	PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X	PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	X	PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X	X
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X	PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X	PFL	SP	ROMEU TUMA	X	X
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	X	PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	X
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	X	X	PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	X
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X	X	PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	X	Bloco-PT	MT	SERY'SLHESSARENKO	X	X
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X	Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	X
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	X	PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	X	PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	X	X
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X	X	Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X	X	PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X	X	PP	DF	VALMIR AMARAL	X	X
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X	PMDB	RR	WIRLANDE DA LUZ	X	X

Compareceram: 72 Senadores

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 72 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, DE 2005**

**Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências” para dispor sobre o acesso das pessoas portadoras de deficiência física ao interior dos veículos de transporte coletivo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 16 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 16. Os veículos de transporte coletivo e suas respectivas infra-estruturas de acesso deverão cumprir os requisitos de acessibilidade estabelecidos nas normas técnicas específicas.

§ 1º O disposto no **caput** deste artigo aplica-se aos veículos das modalidades rodoviária, ferroviária, aquaviária e aérea.

§ 2º Aos passageiros usuários de cadeiras de rodas serão asseguradas condições para embarque e desembarque independentemente da ajuda de terceiros. (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor depois de decorridos 365 dias de sua publicação oficial.

#### **Justificação**

A idéia de propor esta iniciativa foi motivada por uma lamentável ocorrência que presenciei há algum tempo e que ora passo a relatar aos nobres colegas.

Quando me encontrava em trânsito no Aeroporto de Brasília, constatei que um cadeirante foi carregado no colo durante uma operação de embarque em aeronave estacionada em posição remota, o que significa que as operações de embarque e desembarque não se fazem por meio das passarelas. Questionado, um funcionário da Infraero, empresa que administra os maiores aeroportos nacionais, informou tratar-se de

operação corriqueira, pois, sempre que havia necessidade de embarque ou desembarque de passageiros cadeirantes em aeronaves estacionadas em posição remota, era aquele o procedimento padrão.

A dignidade do portador de deficiência física depende, necessariamente, do efetivo exercício de seu direito de ir e vir, conforme garantido no texto constitucional. Ao submeter-se à humilhação de ser carregado nos braços por uma terceira pessoa – por mais bem intencionada que esta seja! –, o cadeirante é tolhido, claramente, em suas prerrogativas de cidadania.

Portanto, é fundamental que modifiquemos a Lei nº 10.098, de 2000, de forma a tomar claro não só o fato de que todos os tipos de veículos utilizados no transporte coletivo (independentemente da modalidade) estão sujeitos ao texto dessa lei, mas também que a infra-estrutura de acesso aos veículos submete-se às normas técnicas de acessibilidade e que os cadeirantes devem ter a opção de embarque e desembarque sem a ajuda de terceiros.

Diante do evidente alcance social da medida proposta, solicitamos o apoio dos nobres Pares a fim de acolher o projeto que ora apresentamos.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2005. – Senador **Aelton Freitas**.

#### *LEGISLAÇÃO CITADA*

LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000

**Estabelece normas gerais e critério básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.**

O Presidente da República; Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....  
Art. 16. Os veículos de transporte coletivo deverão cumprir os requisitos de acessibilidade estabelecidos nas normas técnicas específicas.  
.....

(À Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – decisão terminativa.)

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, DE 2005**

**Dispõe sobre isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados e Imposto de Importação incidentes sobre ferramentas, máquinas, aparelhos e instrumentos adquiridos por profissional autônomo, quando destinados ao uso exclusivo em sua profissão.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A aquisição, realizada por profissional autônomo, de ferramentas, máquinas, aparelhos e instrumentos, destinados ao uso exclusivo no exercício da profissão, fica isenta dos seguintes tributos:

I – Imposto de Importação (II); e

II – Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);

§ 1º A pessoa física somente poderá usufruir do benefício de que trata este artigo uma vez a cada cinco anos.

§ 2º A isenção de tributos incidentes sobre bens importados só se aplica aos produtos sem similar nacional e cuja importação seja realizada diretamente pelo profissional autônomo.

§ 3º A isenção não alcança acessórios opcionais que não componham originalmente o produto importado.

§ 4º Para usufruir dos benefícios de que trata este artigo, a pessoa física deverá comprovar sua condição de contribuinte autônomo do INSS e do ISS.

Art. 2º A isenção será revogada de ofício, com a conseqüente exigência dos impostos dispensados, bem como dos acréscimos e penalidades previstos na legislação tributária, se, no prazo de cinco anos contados da data da outorga da isenção, o beneficiário transferir a terceiros, sem a prévia autorização da autoridade aduaneira, a propriedade ou uso, a qualquer título.

Art. 3º O Poder Executivo, para fins de observância do estabelecido nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia tributária resultante do disposto no art. 1º e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, que acompanhará o projeto de lei orçamentária, cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, mas o art. 1º somente produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro subsequente ao do cumprimento do estabelecido no art. 3º.

### Justificação

A Constituição Federal de 1988 consagrou, como direito fundamental, o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão (art. 5º, XIII). Certas profissões, no entanto, dependem, cada vez mais, de instrumentos, ferramentas, máquinas e aparelhos dotados de elevado grau de sofisticação tecnológica, o que os tomam quase sempre onerosos ao trabalhador.

Esse projeto vem ao encontro das políticas de inclusão social e desoneração fiscal, pois na medida em que barateamos as ferramentas de trabalho, estare-

mos criando mais um mecanismo de empregabilidade e de geração de riqueza. Ademais, privilegiar o pleno exercício das profissões, sem amarras econômicas, não só concretiza o princípio constitucional da liberdade de trabalho, como também estimula e dinamiza o setor de prestação de serviços, que tanta importância tem para a economia brasileira.

A proposta prevê também a isenção de Imposto de Importação para as ferramentas e máquinas, quando não houver similares produzidas no País. Ressalto, contudo, que essa isenção não acarreta qualquer gravame à indústria nacional, na medida em que a isenção ao produto importado não alcança bens que tenham similar de fabricação nacional.

Assim, como parte considerável do preço das ferramentas e equipamentos de trabalho se deve aos tributos que sobre eles incidem, e por ser de interesse do Estado a desoneração dos meios essenciais ao exercício da profissão, propomos a isenção do Imposto sobre a Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados.

A proposta prevê algumas condições para a obtenção do referido benefício, tais como, ser profissional autônomo contribuinte do INSS e do ISS.

Além dessas condições, a ferramenta adquirida deverá ter uso exclusivo em sua profissão.

Por fim, restringimos a aquisição de apenas uma ferramenta, máquina, aparelho ou instrumento por beneficiário, a cada cinco anos.

Acreditamos que ao permitir a aquisição de bens que servirão para ampliar a capacidade de trabalho dos profissionais beneficiados, pode-se prevê que a renúncia de receita que o projeto cria será largamente compensada pelo aumento da arrecadação dos tributos que incidem sobre os rendimentos desses mesmos profissionais.

Por essas razões, apresentamos a presente emenda e contamos com o apoio dos nobres Parlamentares para sua aprovação.

Sala das sessões, 28 de junho de 2005. – Senador **Hélio Costa**.

### LEGISLAÇÃO CITADA

#### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....  
Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I – o plano plurianual;

II – as diretrizes orçamentárias;

III – os orçamentos anuais.  
.....



§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

LEI COMPLEMENTAR Nº 101,  
DE 4 DE MAIO DE 2000

**Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.**

O Presidente da República,  
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias, e com as normas desta Lei Complementar:

II – será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário – financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da Lei Orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no **caput**, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alí-

quotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

(À Comissão de Assuntos Econômicos  
– decisão terminativa.)

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 237, DE 2005**

**Altera a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para submeter os serviços de geração, transmissão e distribuição de energia ao regime cumulativo da contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 8º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

Art. 8º .....

XII – as receitas decorrentes de prestação de serviços de geração, transmissão e distribuição de energia. (NR)

Art. 2º O art. 10 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

Art. 10. ....

XXVII – as receitas decorrentes de prestação de serviços de geração, transmissão e distribuição de energia. (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Justificação**

A Lei nº 10.637, de 2002, instituiu o regime de tributação não-cumulativo do PIS/Pasep e elevou sua alíquota de 0,65% para 1,65%. No mesmo sentido, a Lei nº 10.833, de 2003, que tomou a Cofins não-cumulativa, também contemplou elevação de alíquota, que passou de 3% para 7,6%.

É inegável que o fim da comutatividade das contribuições sociais sobre o faturamento trouxe benefícios para a economia do País, pois reduziu a incidência “em cascata” dessas contribuições, especialmente no caso de bens cuja cadeia de produção envolve múltiplas fases.

A calibragem das alíquotas, no entanto, não deveria implicar aumento da já elevada carga tributária, principalmente em relação àqueles setores essenciais à sociedade e à retomada do crescimento. Todavia, somente o PIS/Pasep, no primeiro ano de sua vigência (2003), teve um crescimento real de quase 19%.

Os setores mais prejudicados são aqueles que não dispõem de créditos a deduzir referentes a fases anteriores da cadeia. Nesses casos, têm de arcar, quase que integralmente, com as novas alíquotas. Para corrigir essa distorção, vários setores econômicos, prejudicados que foram pelas novas regras, foram transferidos para o regime anterior, cumulativo, mas com alíquota menor.

No rol de setores que já foram excetuados, incluem-se os serviços de telecomunicações, hospitalares, de hotelaria, de transporte coletivo de passageiros, de educação, de **call-center**, entre vários outros.

A finalidade da proposição que ora apresentamos é, justamente, incluir nesse rol os serviços de geração, transmissão e distribuição de energia.

O setor energético foi extremamente prejudicado pelas novas regras. Segundo levantamento dos principais agentes do mercado, as mudanças nas alíquotas do PIS/Pasep e da Cofins representaram incremento de aproximadamente 50% do peso dessas contribuições no setor de energia, passando de 3,65% para 5,3% do faturamento. Esses custos representaram, para os consumidores, um aumento nas tarifas de 3% a 4%, que, certamente, será revertido com a aprovação da presente proposição.

É sabido, ademais, que a energia constitui insumo para qualquer atividade produtiva. Retirar o setor energético do regime da não-cumulatividade, portanto, além de restaurar a justiça fiscal, trará benefícios a toda economia. A redução de preços não ficará, portanto, restrita à tarifa de energia, mas será geral, aliviando os índices de inflação e o custo de vida do povo brasileiro.

Em razão da relevância da matéria, e tendo em vista os argumentos apresentados, solicitamos aos eminentes parlamentares o apoio necessário à aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2005. – Senador **Rodolpho Tourinho**.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.637, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2002

**Dispõe sobre a não-cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público**

**(PASEP), nos casos que especifica; sobre o pagamento e o parcelamento de débitos tributários federais, a compensação de créditos fiscais, a declaração de inaptidão de inscrição de pessoas jurídicas, a legislação aduaneira, e dá outras providências.**

.....  
.....

Art. 8º Permanecem sujeitas às normas da legislação da contribuição para o PIS/Pasep, vigentes anteriormente a esta lei, não se lhes aplicando as disposições dos arts. 1º a 6º.

I – as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º, 8º e 9º do art. 3º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998 (parágrafos introduzidos pela Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001), e Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983;

II – as pessoas jurídicas tributadas pelo imposto de renda com base no lucro presumido ou arbitrado;

III – as pessoas jurídicas optantes pelo Simples;

IV – as pessoas jurídicas imunes a impostos;

V – os órgãos públicos, as autarquias e fundações públicas federais, estaduais e municipais, e as fundações cuja criação tenha sido autorizada por lei, referidas no art. 61 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988;

VI – (Vetado)

VII – as receitas decorrentes das operações:

**a)** referidas no inciso IV do § 3º do art. 1º;

**b)** sujeitas à substituição tributária da contribuição para o PIS/Pasep;

**c)** referidas no art. 5º da Lei nº 9.716, de 26 de novembro de 1998;

VIII – as receitas decorrentes de prestação de serviços de telecomunicações;

IX – (Vetado)

X – as sociedades cooperativas; (Incluído pela Lei nº 10.684, de 30-5-2003)

XI – as receitas decorrentes de prestação de serviços das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens. (Incluído pela Lei nº 10.684, de 30-5-2003)

.....

LEI Nº 10.833, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2003

**Altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências.**

.....  
.....

Art. 10. Permanecem sujeitas às normas da legislação da Cofins, vigentes anteriormente a esta Lei, não se lhes aplicando as disposições dos arts. 1º a 8º:

I – as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º, 8º e 9º do art. 3º da Lei nº 9.718, de 1998, e na Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983;

II – as pessoas jurídicas tributadas pelo imposto de renda com base no lucro presumido ou arbitrado;

III – as pessoas jurídicas optantes pelo Simples;

IV – as pessoas jurídicas imunes a impostos;

V – os órgãos públicos, as autarquias e fundações públicas federais, estaduais e municipais, e as fundações cuja criação tenha sido autorizada por lei, referidas no art. 61 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição;

VI – sociedades cooperativas, exceto as de produção agropecuária, sem prejuízo das deduções de que trata o art. 15 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e o art. 17 da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, não lhes aplicando as disposições do § 7º do art. 3º das Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e as de consumo;

VII – as receitas decorrentes das operações:

a) referidas no inciso IV do § 3º do art. 1º;

b) sujeitas à substituição tributária da Cofins;

c) referidas no art. 5º da Lei nº 9.716, de 26 de novembro de 1998;

VIII – as receitas decorrentes de prestação de serviços de telecomunicações;

IX – as receitas decorrentes de venda de jornais e periódicos e de prestação de serviços das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

X – as receitas submetidas ao regime especial de tributação previsto no art. 47 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2007;

XI – as receitas relativas a contratos firmados anteriormente a 31 de outubro de 2003:

a) com prazo superior a 1 (um) ano, de administradoras de planos de consórcios de bens móveis e imóveis, regularmente autorizadas a funcionar pelo Banco Central;

b) com prazo superior a 1 (um) ano, de construção por empreitada ou de fornecimento, a preço predeterminado, de bens ou serviços;

c) de construção por empreitada ou de fornecimento, a preço predeterminado, de bens ou serviços contratados com pessoa jurídica de direito público, empresa pública, sociedade de economia mista ou suas subsidiárias, bem como os contratos posteriormente

firmados decorrentes de propostas apresentadas, em processo licitatório, até aquela data;

XII – as receitas decorrentes de prestação de serviços de transporte coletivo rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros;

XIII – as receitas decorrentes de serviços:

a) prestados por hospital, pronto-socorro, clínica médica, odontológica, de fisioterapia e de fonoaudiologia, e laboratório de anatomia patológica, citológica ou de análises clínicas; e

b) de diálise, raios X, radiodiagnóstico e radioterapia, quimioterapia e de banco de sangue;

XIV – as receitas decorrentes de prestação de serviços de educação infantil, ensinos fundamental e médio e educação superior.

XV – as receitas decorrentes de vendas de mercadorias realizadas pelas pessoas jurídicas referidas no art. 15 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976;

XVI – as receitas decorrentes de prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, efetuado por empresas regulares de linhas aéreas domésticas, e as decorrentes da prestação de serviço de transporte de pessoas por empresas de táxi aéreo;

XVII – as receitas auferidas por pessoas jurídicas, decorrentes da edição de periódicos e de informações neles contidas, que sejam relativas aos assinantes dos serviços públicos de telefonia;

XVIII – as receitas decorrentes de prestação de serviços com aeronaves de uso agrícola inscritas no Registro Aeronáutico Brasileiro (RAB);

XIX – as receitas decorrentes de prestação de serviços das empresas de **call center**, **telemarketing**, **telecobrança** e de **teletendimento** em geral;

XX – as receitas decorrentes da execução por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, até 31 de dezembro de 2006;

XXI – as receitas auferidas por parques temáticos, e as decorrentes de serviços de hotelaria e de organização de feiras e eventos, conforme definido em ato conjunto dos Ministérios da Fazenda e do Turismo.

XXII – as receitas decorrentes da prestação de serviços postais e telegráficos prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos;

XXIII – as receitas decorrentes de prestação de serviços públicos de concessionárias operadoras de rodovias;

XXIV – as receitas decorrentes da prestação de serviços das agências de viagem e de viagens e turismo.

XXV – as receitas auferidas por empresas de serviços de informática, decorrentes das atividades de desenvolvimento de software e o seu licenciamento ou

cessão de direito de uso, bem como de análise, programação, instalação, configuração, assessoria, consultoria, suporte técnico e manutenção ou atualização de **software**, compreendidas ainda como **softwares** as páginas eletrônicas.

XXVI – (Vide Medida Provisória nº 252, de 2005)

§ 1º Ficam convalidados os recolhimentos efetuados de acordo com a atual redação do inciso IX deste artigo.

§ 2º O disposto no inciso XXV do **caput** deste artigo não alcança a comercialização, licenciamento ou cessão de direito de uso de **software** importado.

.....  
(À Comissão de Assuntos Econômicos  
– decisão terminativa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 707, DE 2005**

Requeiro, nos termos do art. 223, do Regimento Interno do Senado Federal, um voto de censura em repúdio à declaração feita pelo Coronel da Reserva do Exército – Lício Augusto Ribeiro Maciel, na tribuna da Câmara dos Deputados, no dia 17 de junho, de que se arrepende de não ter, como oficial das FFAA brasileiras, usado de violência física contra o Deputado José Genoíno, na época prisioneiro político.

Sala das sessões, 28 de junho de 2005. – **Cristovam Buarque**, Senador – PT/DF.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Nos termos do art. 222, §1º, do Regimento Interno, o requerimento que acaba de ser lido será despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 708, DE 2005**

Nos termos do disposto no artigo 258, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro tramitação

conjunta dos Projetos a seguir: PLS nº 43 de 2005 PLS nº 230 de 1995.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2005. – Senador **Gerson Camata**.

#### **REQUERIMENTO Nº 709, DE 2005**

Requeiro, nos termos do artigo 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2004, com o Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2000, já apensado aos Projetos de Lei nºs 263 e 295, de 2003.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2005. – Senadora **Ana Júlia Carepa**.

#### **REQUERIMENTO Nº 710, DE 2005**

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 258, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2003, com o Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2003, por regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2005. – Senador **Delcídio Amaral**.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão publicados e, posteriormente, incluídos em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, inciso II, alínea “c”, item 8, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 711, DE 2005**

Requeiro, nos termos regimentais, que sobre o PLC/64/2000, que “determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica”, seja submetido ao exame da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, além das comissões constantes do despacho inicial.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2005. – Senador **Sibá Machado**.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia, oportunamente, nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, item 12, do Regimento Interno.



Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 712, DE 2005**

Requeiro, nos termos do artigo 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitados ao Senhor Ministro da Integração Nacional o inteiro teor dos relatórios atualizados do Sistema de Informações Gerenciais – SIG, com o histórico operacional dos Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, desde o seu advento até o ano de 2004, inclusive informações do volume de recursos financeiros e das contratações e repactuações à conta dos Fundos Constitucionais referidos, discriminados por região, porte de empresa e atividade econômica, com o respectivo nível de inadimplência por porte da empresa.

Requeiro, ainda, que seja solicitado informações sobre o montante e destinação temporária dos recursos não aplicados pelos Fundos Constitucionais de Financiamento, com a respectiva remuneração dos gestores sobre esses recursos, no período referido.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2005. – Senador **Flexa Ribeiro**

*(À Mesa para decisão.)*

#### **REQUERIMENTO Nº 713, DE 2005**

**Solicita informações ao Exmº Sr. Ministro da Fazenda sobre os gastos com publicidade e aplicações financeiras do Banco Popular do Brasil.**

Senhor Presidente,

Nos termos do disposto do Artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, I, do Regimento Interno do Senado, requeiro sejam prestadas pelo Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, em atendimento à competência fiscalizadora do Senado Federal, acerca do Banco Popular do Brasil, subsidiária integral do Banco do Brasil S/A, criada pela Lei nº 10.738 de 17 de setembro de 2003, as seguintes informações:

1. O volume de recursos destinados à propaganda e publicidade, discriminada ano a ano, no período compreendido entre a criação da instituição até a presente data;

2. Relação das agências de publicidade ou quaisquer prestadores de serviços de propaganda e publicidade, contratados no mesmo período.

3. Cópia de todos os contratos de publicidade e propaganda firmados para atendimento ao Banco Popular do Brasil no mesmo período, pelas empresas contratadas relacionadas ao item 2;

4. Relação dos acionistas, quotistas ou proprietários, assim como dirigentes das empresas contratadas;

5. Qual o procedimento aplicado para escolha das agências de publicidade ou prestadores de serviço de publicidade e propaganda, assim como cópia dos documentos relativos ao processo de seleção e julgamento do vencedor.

6. Discriminação das aplicações financeiras feitas pelo Banco Popular do Brasil no mercado financeiro (fundos de investimento, títulos públicos, etc.) no período compreendido entre sua criação e esta data;

7. Em relação ao item 1, identificar as corretoras utilizadas como intermediárias de aplicações financeiras e/ou compra e venda de títulos, especificando seus proprietários, quotistas, acionistas e dirigentes;

8. Taxa de corretagem e valor pago pelo Banco Popular do Brasil a corretoras como contrapartida de serviços financeiros prestados ao Banco Popular do Brasil;

9. Discriminar as espécies de títulos de renda fixa e variável que o Banco Popular do Brasil tenha contratado operações de compra e venda;

10. Apresentar balanços dos exercícios encerrados e balancetes do exercício a encerrar;

#### **Justificação**

Ao longo da discussão do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, lançado pelo Governo Federal por meio da MP nº 226, de 2004, constatou-se o impressionante valor de R\$25 milhões em gastos com propaganda e publicidade do Banco Popular, com uma despesa administrativa de R\$26,3 milhões, valores estes muito superiores ao montante destinado para as operações de microcrédito que não passou de R\$20 milhões.

Por outro lado, O Balanço do Banco Popular relativo ao exercício de 2004, apresentou aplicação – apenas em títulos e valores mobiliários – R\$52 milhões. O aporte de capital efetuado pelo controlador integral, o Banco do Brasil, foi de R\$92 milhões. Significa dizer que mais da metade do capital do Banco Popular foi destinado a aplicações financeiras.

O mesmo balanço indica que a atividade fim daquela instituição, ou seja, proporcionar microcrédito à população de baixa renda, não superou R\$20 milhões, numa evidente distorção de sua finalidade.

Aliada ao desproporcional investimento em propaganda e publicidade (R\$25 milhões) e despesas administrativas (R\$26,3 milhões), constata-se, no mínimo, má administração de recursos.

Por outro lado, por ocasião de reunião secreta ocorrida na CAE do Senado Federal, os dirigentes do Banco Popular comprometeram-se a prestar informações acerca dos gastos em publicidade e das aplicações financeiras da entidade, o que até o momento não ocorreu.

Destarte, justifica-se o presente requerimento de informações de forma a atender a constitucional prerrogativa fiscalizadora do Poder Legislativo, esclarecendo tais dúvidas.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2005. – Senador **Tasso Jereissati**.

*(À Mesa para decisão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 714, DE 2005**

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2005 que, “Altera o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores, para definir como crime de responsabilidade a aplicação indevida de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que impliquem na suspensão do oferecimento da merenda escolar”, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2005. – Senador **Hélio Costa**

#### **REQUERIMENTO Nº 715, DE 2005**

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2005 que, “Dispõe acerca da veiculação de advertência sobre consumo e escassez de água nas hipóteses que discrimina”, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2005. – Senador **Hélio Costa**.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 716, DE 2005**

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno a tramitação em conjunto do PLS nº 291, de 2004, com o PLS nº 200, de 2000, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2005. – Senador **Marcelo Crivella**.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O requerimento que acaba de ser lido será publicado e, posteriormente, incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, II, c, 8, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 717, DE 2005**

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Antônio Palocci, o presente requerimento, para que forneça informações a respeito do contrato de prestação de serviço de publicidade e propaganda, estabelecido entre o Banco do Brasil e a empresa DNA Propaganda.

Gostaríamos de solicitar ao ministro:

- a) Cópia integral do processo que instruiu a licitação e que foi objeto da execução da licitação;

**b)** Cópia do contrato assinado entre o Banco do Brasil e suas subsidiárias, e a DNA Propaganda;

**c)** Cópia de toda a documentação de execução efetiva do contrato, mês a mês, desde sua assinatura até a presente data;

#### **Justificação**

A imprensa brasileira tem divulgado, desde a eclosão dos escândalos denominados de “Corrupção dos Correios” e do “Mensalão”, o envolvimento da empresa DNA Propaganda, em operações suspeitas quando foi contratada por órgãos da administração pública federal.

Entre os órgãos públicos a que a citada empresa presta serviços de publicidade e propaganda, estaria o Banco do Brasil, que é uma empresa sob a coordenação do Ministério da Fazenda.

Em vistas deste fato, requero cópia do processo, do contrato e da documentação relativa à contratação da DNA Propaganda pelo Banco do Brasil e suas empresas subsidiárias.

Por oportuno, solicito aos nobres pares, a aprovação deste requerimento ao senhor Ministro de Estado da Fazenda, de modo a que o Senado Federal possa avaliar a regularidade do processo licitatório, e da execução dos contratos de prestação de serviço de publicidade e propaganda.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2005. – **José Jorge**, Senador da República.

*(À Mesa para decisão.)*

#### **REQUERIMENTO Nº 718, DE 2005**

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requero que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Esporte, Agnelo Queiroz, o presente requerimento, para que forneça informações a respeito do contrato de prestação de serviço de publicidade e propaganda, estabelecido entre o Ministério e a empresa SMP&B Publicidade.

Gostaríamos de solicitar ao ministro:

**a)** Cópia integral do processo que instruiu a licitação e que foi objeto da execução da licitação;

**b)** Cópia do contrato assinado entre o Ministério, e a SMP&B Publicidade;

**c)** Cópia de toda a documentação de execução efetiva do contrato, mês a mês, desde sua assinatura até a presente data;

#### **Justificação**

A imprensa brasileira tem divulgado, desde a eclosão dos escândalos denominados de “Corrupção dos Correios” e do “Mensalão”, o envolvimento da empresa SMP&B Publicidade, em operações suspeitas quando foi contratada por órgãos da administração pública federal.

Entre os órgãos públicos a que a citada empresa presta serviços de publicidade e propaganda, estaria o Ministério do Esporte.

Em vistas deste fato, requero cópia do processo, do contrato e da documentação relativa à contratação da SMP&B Publicidade pelo Ministério do Esporte.

Por oportuno, solicito aos nobres pares, a aprovação deste requerimento ao senhor Ministro do Esporte, de modo a que o Senado Federal possa avaliar a regularidade do processo licitatório, e da execução dos contratos de prestação de serviço de publicidade e propaganda.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2005. – **José Jorge**, Senador da República.

*(À Mesa para decisão.)*

#### **REQUERIMENTO Nº 719, DE 2005**

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requero que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações, Eunício Oliveira, o presente requerimento, para que forneça informações a respeito do contrato de prestação de serviço de publicidade e propaganda, estabelecido entre a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT e a empresa SMP&B Publicidade.

Gostaríamos de solicitar ao ministro:

**a)** Cópia integral do processo que instruiu a licitação e que foi objeto da execução da licitação;

**b)** Cópia do contrato assinado entre a ECT e a SMP&B Publicidade;

**c)** Cópia de toda a documentação de execução efetiva do contrato, mês a mês, desde sua assinatura até a presente data;

#### **Justificação**

A imprensa brasileira tem divulgado, desde a eclosão dos escândalos denominados de “Corrupção dos Correios” e do “Mensalão”, o envolvimento da empresa SMP&B Publicidade, em operações suspeitas

quando foi contratada por órgãos da administração pública federal.

Entre os órgãos públicos a que a citada empresa presta serviços de publicidade e propaganda, estaria a, que é uma estatal sob a coordenação do Ministério das Comunicações.

Em vistas deste fato, requeiro cópia do processo, do contrato e da documentação relativa à contratação da SMP&B Publicidade pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Por oportuno, solicito aos nobres pares, a aprovação deste requerimento ao senhor Ministro das Comunicações, de modo a que o Senado Federal possa avaliar a regularidade do processo licitatório, e da execução dos contratos de prestação de serviço de publicidade e propaganda.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2005. – **José Jorge**.

*(À Mesa para decisão.)*

#### **REQUERIMENTO Nº 720, DE 2005**

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, Maurício Tolmasquim, o presente requerimento, para que forneça informações a respeito do contrato de prestação de serviço de publicidade e propaganda, estabelecido entre a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte e a empresa DNA Propaganda.

Gostaríamos de solicitar ao ministro:

- a)** Cópia integral do processo que instruiu a licitação e que foi objeto da execução da licitação;
- b)** Cópia do contrato assinado entre a subsidiária deste Ministério e a DNA Propaganda;
- c)** Cópia de toda a documentação de execução efetiva do contrato, mês a mês, desde sua assinatura até a presente data;

#### **Justificação**

A imprensa brasileira tem divulgado, desde a eclosão dos escândalos denominados de “Corrupção dos Correios” e do “Mensalão”, o envolvimento da empresa DNA Propaganda, em operações suspeitas quando foi contratada por órgãos da administração pública federal.

Entre os órgãos públicos a que a citada empresa presta serviços de publicidade e propaganda, estaria a Centrais Elétricas do Norte do Brasil – Eletronorte.

Em vistas deste fato, requeiro cópia do processo, do contrato e da documentação relativa à contratação da DNA Propaganda pela Eletronorte.

Por oportuno, solicito aos nobres pares, a aprovação deste requerimento ao senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, de modo a que o Senado Federal possa avaliar a regularidade do processo licitatório, e da execução dos contratos de prestação de serviço de publicidade e propaganda.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2005. – Senador **José Jorge**

*(À Mesa para decisão)*

#### **REQUERIMENTO Nº 721, DE 2005**

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Ricardo Berzoini, o presente requerimento, para que forneça informações a respeito do contrato de prestação de serviço de publicidade e propaganda, estabelecido entre o Ministério e a empresa DNA Propaganda.

Gostaríamos de solicitar ao ministro:

- a)** Cópia integral do processo que instruiu a licitação e que foi objeto da execução da licitação;
- b)** Cópia do contrato assinado entre o Ministério e a DNA Propaganda;
- c)** Cópia de toda a documentação de execução efetiva do contrato, mês a mês, desde sua assinatura até a presente data;

#### **Justificação**

A imprensa brasileira tem divulgado, desde a eclosão dos escândalos denominados de “Corrupção dos Correios” e do “Mensalão”, o envolvimento da empresa DNA Propaganda, em operações suspeitas quando foi contratada por órgãos da administração pública federal.

Entre os órgãos públicos a que a citada empresa presta serviços de publicidade e propaganda, estaria o Ministério do Trabalho e Emprego.

Em vistas deste fato, requeiro cópia do processo, do contrato e da documentação relativa à contratação da DNA Propaganda pelo Ministério.



Por oportuno, solicito aos nobres pares, a aprovação deste requerimento ao senhor Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, de modo a que o Senado Federal possa avaliar a regularidade do processo licitatório, e da execução dos contratos de prestação de serviço de publicidade e propaganda.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2005. – Senador **José Jorge**.

(À Mesa para decisão.)

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 722, DE 2005**

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2005 que, “Altera o inciso III do art. 31 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e inclui parágrafo no art. 35 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, para prever publicação, na rede mundial de computadores (Internet), das informações acerca da gestão das prestadoras de serviços públicos e discrimina quais informações devem ser prestadas pelas concessionárias de rodovias”, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2005. – Senador **Hélio Costa**.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lida a seguinte:

#### **PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2005**

**Dispõe sobre a preferência para maiores de 60 (sessenta) anos de idade no recebimento de precatórios.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º – Acrescente-se um parágrafo ao art. 100 da Constituição Federal, com o seguinte teor:

“Art. 100. ....  
.....

§ – Os precatórios expedidos em favor dos maiores de 60 (sessenta) anos de idade serão obrigatoriamente pagos dentro do primeiro trimestre do exercício de pagamento, com preferência em relação aos demais.”

Art. 2º Os precatórios de titularidade de maiores de 60 (sessenta) anos de idade em atraso, expedidos em exercícios anteriores ao do imediatamente anterior ao ano da entrada em vigor desta Emenda Constitucional, serão obrigatoriamente pagos no prazo de 1 (um) ano da vigência desta Emenda Constitucional.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data da sua publicação.

#### **Justificação**

O sistema de pagamentos das dívidas do Poder Público decorrentes de decisões judiciais se encontra em séria crise, em especial no que se refere aos Estados Federados e aos Municípios.

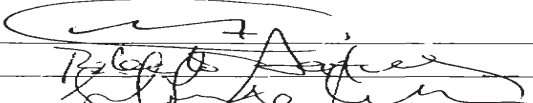
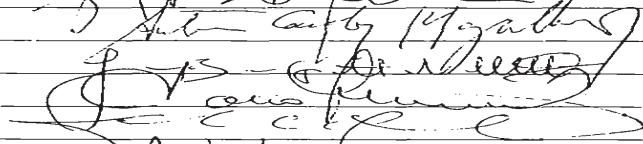
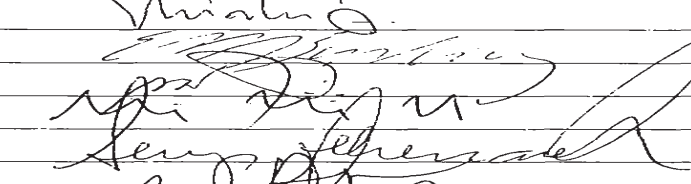
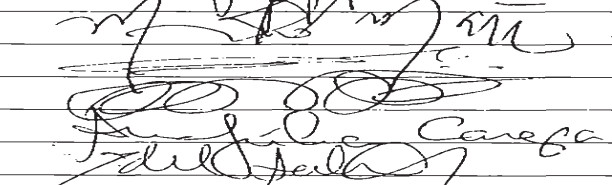
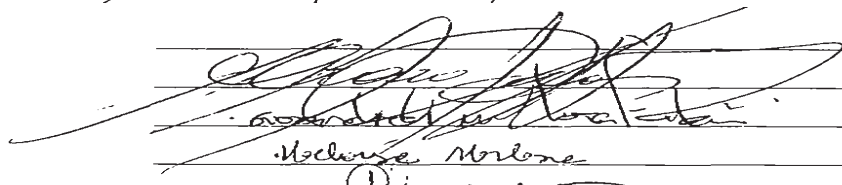
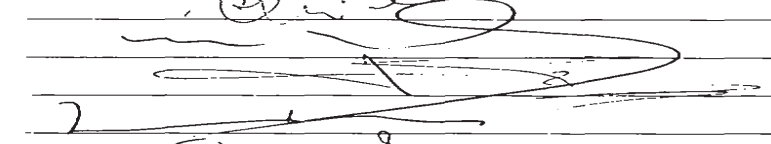
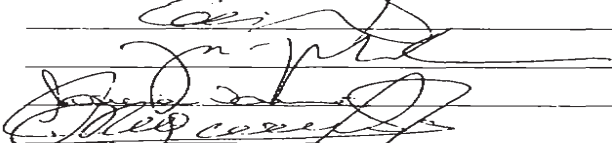
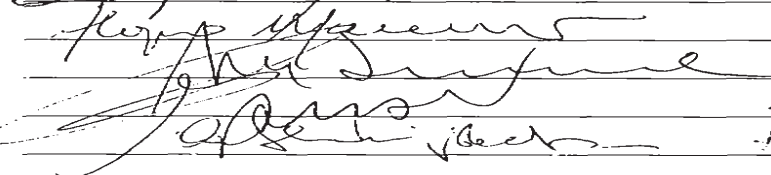
Inúmeros Estados e Municípios não têm pago os precatórios dentro do exercício imediatamente posterior ao da sua expedição, como determina a Constituição Federal.

Os idosos são os que mais sofrem com essa situação, pois são os que mais necessitam de celeridade no recebimento dos valores a que têm direito em razão de decisão judicial transitada em julgado.

Nada mais justo, portanto, que se dar prioridade aos idosos no recebimento dos seus precatórios, com a determinação de que esse pagamento seja obrigatoriamente efetivado dentro do primeiro trimestre do respectivo exercício financeiro.

Esses os motivos pelos quais solicito de meus pares a aprovação desta proposta de Emenda Constitucional.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2005. – **Sérgio Cabral**, Senador.

	GILBERTO HESTRINKO
	João Baptista Motta
	NEZINHO ALENCAR FLÁVIO ARNS
	Ideli Salvatto
	HELOISA
	Maria Acosta
	LUZIA VARELA
	

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CONSTITUIÇÃO

.....  
 Art. 100. À exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos

ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim. (EC nº 20/98, EC nº 30/2000 e EC nº 37/2002)

§ 1º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.

§ 1º-A Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimen-

tos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez, fundadas na responsabilidade civil, em virtude de sentença transitada em julgado.

§ 2º As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor, e exclusivamente para o caso de preterimento de seu direito de precedência, o seqüestro da quantia necessária à satisfação do débito.

§ 3º O disposto no **caput** deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Federal, Estadual, Distrital ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

§ 4º São vedados a expedição de precatório complementar ou suplementar de valor pago, bem como fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, a fim de que seu pagamento não se faça, em parte, na forma estabelecida no § 3º deste artigo e, em parte, mediante expedição de precatório.

§ 5º A lei poderá fixar valores distintos para o fim previsto no § 3º deste artigo, segundo as diferentes capacidades das entidades de direito público.

§ 6º O Presidente do Tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatório incorrerá em crime de responsabilidade.

.....  
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

Of. nº 801

Brasília, 28 de junho de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Indico os Deputados Reginaldo Germano, do PP/BA, como Titular e Ricardo Barros, do PP/PR, como Suplente, para a Comissão Especial destinada

a analisar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 253, de 22 de junho de 2005, que prorroga o prazo previsto no art. 32 da Lei nº 10.826/03, em substituição aos Deputados José Janene, do PP/PR e Mário Negromonte, do PP/BA.

Atenciosamente, – Deputado **José Janene**, Líder do PP.

OF/GAB/I/Nº 820

Brasília, 28 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que os Deputados Lupércio Ramos e Max Rosenmann passam a participar, na qualidade de titular, e os Deputados Carlos Eduardo Cadoca e Luiz Bittencourt, na qualidade de suplente, da Comissão Mista destinada a apreciar e proferir parecer à Medida Provisória nº 252, de 15 de junho de 2005, em substituição aos Deputados anteriormente indicados.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e elevada consideração. – Deputado **José Borba**, Líder do PMDB.

OF/LID/Nº 272/2005

Brasília, 24 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os deputados Cezar Silvestri e Fernando Coruja para integrem, como titular e suplente, respectivamente, em substituição aos deputados Dimas Ramalho e Rogério Teófilo, a Comissão Mista destinada a proferir parecer à MP nº 252, de 2005, que “institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação – REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – RECAP e o Programa de Inclusão Digital, dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica e dá outras providências”.

Atenciosamente, – Deputado **Dimas Ramalho**, Líder.

Of. nº 574/2005

Brasília, 23 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, o Senhor Deputado Ricardo Izar (PTB – SP), como Titular e em substituição ao Senhor Deputado José Múcio Monteiro (PTB – PE), para a Comissão Mista que analisa a Medida Provisória nº 252 de 16 de junho de 2005, que “institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação – REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens

de Capital para Empresas Exportadoras – RECAP e o Programa de Inclusão Digital, dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica e dá outras providências”.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência, protestos de estima e elevada consideração. – Deputado **José Múcio Monteiro**, Líder do PTB.

Of. nº 644/05 – LBP

Brasília, 28 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Ex<sup>a</sup>, que o Bloco PL/PSL indica o Deputado Neucimar Fraga (PL/ES), como titular, em substituição ao Deputado João Paulo Gomes da Silva (PL/MG), para integrar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, “com a finalidade de apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros países, e assegurar os direitos de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Sandro Mabel**, Líder do Bloco PL/PSL.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, pareceres que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

#### **PARECER Nº 1.025, DE 2005**

**Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Ofício “S” nº 43, de 2000, (nº 1.732/2000, na origem), do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, que encaminha ao Senado Federal cópia completa do Acórdão relativo ao Recurso de Ofício na Averiguação Preliminar nº 08000.000518/96-06, em que são Representadas as empresas National Medical Care INC., Baxter International INC. e Baxter Hospitalar Ltda., referentes às denúncias de monopolização e cartelização da hemodiálise no Brasil.**

Relator: Senador **Sérgio Cabral**

Relator *ad hoc*: Senador **Flávio Arns**

#### **I – Relatório**

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) encaminhou ao Senado Federal o Ofício nº 1.732, datado de 30 de maio de 2000, com cópia completa do Acórdão relativo ao Recurso de Ofício na

Averiguação Preliminar nº 08000.000518/96-06, em que são Representadas as empresas National Medical Care INC., Baxter International INC. e Baxter Hospitalar Ltda., referentes às denúncias de monopolização e cartelização da hemodiálise no Brasil.

A Presidência do Senado recebeu o citado documento como Ofício “S” nº 43, de 2000, encaminhando-o ao Plenário, que o reencaminhou a esta Comissão de Assuntos Sociais.

Trata-se de acórdão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Recurso de Ofício na Averiguação Preliminar nº 08012.000518/96-06), autarquia vinculada ao Ministério da Justiça, em que se analisou possível prática de cartelização e dominação do segmento de hemodíalises no Brasil, “suscitando a prática das infrações à ordem econômica decorrentes do exercício de coordenação e monopolização do mercado” (fl. 02) pelas empresas NMC do Brasil, National Medical Care Inc., Baxter International Inc. e Baxter Hospitalar Ltda.

O Cade assim sumariza o fato apurado: “o ato sobre o qual versam essas denúncias é a realização de operações de compra de empresas ou clínicas de diálises, peritoniais ou de hemodíalises realizados por NMC e Baxter que visavam a aquisição de todas essas empresas localizadas no país” (fl. 2).

O acórdão inicialmente remetido ao Senado, publicado em 2 de dezembro de 1997, dava provimento, por maioria, ao recurso de ofício da Secretaria de Direito Econômico (SDE) e determinava o prosseguimento das averiguações. O encaminhamento do acórdão ao Senado deu-se em razão de sugestão do então Presidente daquela Autarquia, para que se transmitissem “aos foros competentes dos três Poderes a preocupação quanto à eventual contradição entre o dispositivo contido no § 3º do art. 199 da Constituição Federal e o princípio constitucional da livre concorrência” (fl. 55).

Mais tarde, foi anexada aos autos do processado a decisão final sobre a matéria, datada de 29 de maio de 2002, em que o Cade conclui pelo arquivamento do feito, por entender que não houve conjunto probatório suficiente para a caracterização da conduta das Representadas como indicio de infração segundo o art. 21 da Lei nº 8.884/94 (fl. 10).

#### **II – Análise**

Não compete a esta Comissão de Assuntos Sociais reanalisar e emitir juízos sobre a correção da decisão do Cade, que é autoridade competente para, autonomamente, decidir sobre a matéria, nos termos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, visto que não pendem dúvidas sobre a lisura do procedimento daquela Autarquia.

Além disso, não vislumbramos a alegada contradição entre o § 3º do art. 199 da Constituição, que proíbe



a participação de empresas ou capitais estrangeiros no auxílio à saúde no Brasil, salvo nos casos previstos em lei, e a defesa da livre concorrência, erigida a princípio da atividade econômica pelo art. 170, IV, da Carta Magna, porque se trata de dois dispositivos constitucionais originários de igual hierarquia normativa. Na verdade, o que o Cade descreve como uma contradição constitucional nada mais é que uma opção política do legislador constituinte, que legitimamente delimitou a extensão da livre concorrência – que, como todos os princípios constitucionais, não é absoluto – no que tange à assistência à saúde.

Quanto ao mérito do dispositivo, entendemos que refoge à competência desta Comissão discutir o assunto, uma vez que não lhe cabe, nos termos do art. 60

da Constituição, a iniciativa de proposta de emenda à constituição (PEC). Se vier à apreciação desta Comissão texto de PEC nesse sentido, esse será o momento adequado para a análise em questão. A propósito, vale salientar que a supressão do § 3º do art. 199 já foi examinada por este Senado Federal, por ocasião da PEC nº 52, de 1995, arquivada ao final da legislatura, nos termos do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal, em 1999.

Dessa forma, tratando-se de ofício informativo, recomendamos seu arquivamento.

### III – Voto

Em razão do exposto, o voto é pelo arquivamento do Ofício “S” nº 43, de 2000.

Sala da Comissão,

#### COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

OFÍCIO “S” Nº 43, DE 2000.	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 07/06/2005, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES <i>Antonio Carlos Valadares</i>	
RELATOR: SENADOR SÉRGIO CABRAL <i>Sérgio Cabral</i>	
BLOCO MINORIA (PFL E PSDB) – TITULARES	
MARCO MACIEL – PFL	BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) – SUPLENTE
JONAS PINHEIRO – PFL	1- HERÁCLITO FORTES – PFL.
MARIA DO CARMO ALVES – PFL	2- JOSÉ JORGE – PFL.
RODOLPHO TOURINHO – PFL	3- DEMÓSTENES TORRES – PFL.
FLEXA RIBEIRO – PSDB	4- ROMEU TUMA – PFL.
LEONEL PAVAN – PSDB	5- EDUARDO AZEREDO – PSDB.
LUCIA VÂNIA – PSDB	6- ALMEIDA LIMA – PSDB.
REGINALDO DUARTE – PSDB	7- TEOTÔNIO VILELA FILHO – PSDB.
	8- SÉRGIO GUERRA – PSDB.
PMDB TITULARES	
JOÃO BATISTA MOTTA	1- HÉLIO COSTA
WIRLANDE DA LUZ	2- RAMEZ TEBET
VALDIR RAUPP	3- JOSÉ MARANHÃO
MÃO SANTA	4- PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- MAGUITO VILELA
PAPALÉO PAES	6- GERSON CAMATA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	1- CRISTOVAM BUARQUE (PT)
FLÁVIO ARNS (PT)	2- MAGNO MALTA (PL)
IDELI SALVATTI (PT)	3- EDUARDO SUPLICY (PT)
RCELO CRIVELA (PL)	4- FÁTIMA CLEIDE (PT)
PAULO PAIM (PT)	5- MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)
PATRICIA SABOYA GOMES (PPS)	6- JOÃO CAPIBERIBE (PSB)
PDT TITULARES	
AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNCIO DA FONSECA.

## PARECER Nº 1.026, DE 2005

**Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), sobre o Ofício S nº 3, de 2003 (nº 4.144/2002 na origem), da Ministra de Estado Corregedora-Geral da União, encaminhando ao Presidente do Senado Federal exemplar do Relatório Anual de Atividades da Corregedoria-Geral da União no ano de 2002.**

Relator: Senador **Luiz Otávio**

### I – Relatório

Mediante o Ofício S nº 3, de 2003 (Of. nº 4144/CGU-PR, de 31-12-02, na origem), a Senhora Ministra de Estado Corregedora-Geral da União remeteu ao Presidente do Senado Federal exemplar do Relatório Anual de Atividades da Corregedoria-Geral da União no ano de 2002, encaminhado a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, nos termos do art. 102-A do RISF.

A Corregedoria-Geral da União foi criada pela Medida Provisória nº 2.143-31, de 2-4-2001, com o objetivo de combater a fraude e a corrupção na esfera administrativa e promover a defesa do patrimônio público, no âmbito do Poder Executivo Federal. Em decorrência do Decreto nº 4.177, de 28-3-2002, a Secretaria Federal de Controle Interno e a Comissão de Coordenação de Controle Interno foram integradas à estrutura da Corregedoria-Geral da União, para a qual foram transferidas as competências de ouvidoria-geral, até então situadas no Ministério da Justiça, na qual permaneceram apenas de ouvidoria-geral de direitos humanos.

Depois de relatar as transformações institucionais pelas quais passou a instituição, a Ministra de Estado Corregedora-Geral informa que “na sua atual conformação, a Corregedoria-Geral da União constitui o sistema de controle interno do Poder Executivo Federal previsto no art. 74, **caput** da Constituição Federal, (controle interno) reunindo as funções administrativas de controle, correição e ouvidoria.” Essa tríplice competência se manifesta nas seguintes atribuições: “**a**) desenvolver as atividades de controle interno e auditoria pública da administração federal; **b**) velar pela apuração de irregularidades administrativas capazes de produzir lesão ou ameaça de lesão ao patrimônio público; **c**) receber e examinar manifestações referentes a procedimentos e ações de agentes, órgãos e entidades, buscando soluções adequadas.”

### II – Análise

Nos termos do art. 49, X, da Constituição Federal, é competência exclusiva do Congresso Nacional fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta. Conforme determina o art. 70, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas.

O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União (art. 71). Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário deverão manter, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de: I – avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União; II – comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado; III – exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União; IV – apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional (art. 74).

No Senado Federal, as ações de fiscalização e controle dos atos do Poder Executivo estão atribuídas à CMA, conforme disciplinam os arts. 102-A a 102-D do RISF, dos quais se destaca, por sua relação com o relatório em exame, as seguintes:

Art. 102-A. À Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, além da aplicação, no que couber, do disposto no art. 90 e sem prejuízo das atribuições das demais comissões, compete:

.....  
I – exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, podendo, para esse fim:

.....  
**d)** avaliar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público federal, notadamente quando houver indícios de perda, extravio ou irregularidade de qualquer natureza de que resulte prejuízo ao Erário;

e) providenciar a efetivação de perícias, bem como solicitar ao Tribunal de Contas da União que realize inspeções ou auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas da União e demais entidades referidas na alínea d;

.....  
 Parágrafo único. No exercício da competência de fiscalização e controle prevista no inciso I deste artigo, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle:

I – remeterá cópia da documentação pertinente ao Ministério Público, a fim de que este promova a ação cabível, de natureza cível ou penal, se for constatada a existência de irregularidade;

.....  
 Art. 102-C. Ao termo dos trabalhos, a Comissão apresentará relatório circunstanciado, com suas conclusões, que será publicado no Diário do Senado Federal e encaminhado:

.....  
 II – ao Ministério Público ou à Advocacia-Geral da União, com cópia da documentação, para que promova a responsabilidade civil ou criminal por infrações apuradas e adote outras medidas decorrentes de suas funções institucionais;

.....  
 Depois de relatar as atividades desenvolvidas em 2002, a Ministra de Estado Corregedora-Geral da União afirma que a divulgação do resultado dos trabalhos do órgão enquadra-se numa política de transparência, para prevenir a ocultação de infrações e favorecer o controle e a fiscalização pelo próprio público. Acrescenta que

a ampla publicidade sobre a atuação da Corregedoria-Geral da União e a intensificação da apuração das irregularidades e da aplicação de sanções e medidas judiciais complementares, por sua vez, levam a maior atenção dos servidores na gestão dos negócios públicos e estimulam a transparência dos atos administrativos.

E finaliza:

A mais importante de todas as contribuições que a Corregedoria-Geral da União pretende haver prestado, entretanto, é, indubitavelmente, a mudança cultural no seio da sociedade, permitindo que o cidadão brasilei-

ro não mais considere que este é o País da impunidade, nem obedeça à Lei de Gerson, mas, ao contrário, tenha restaurado o orgulho de sua nacionalidade, convencido de que, se temos as nossas mazelas – como no mundo inteiro elas existem, também –, nós as detectamos, com eficiente sistema de controle interno, e as corrigimos, punindo os responsáveis e restaurando os danos à res publica.

O relatório confirma as conclusões da Ministra Corregedora-Geral da União. Com efeito, as atividades de fiscalização do órgão, no ano de 2002, apresentaram, segundo o relatório, resultados muito positivos. Tais atividades estão divididas em seis grandes linhas de ação: 1. reformulação do órgão; 2. disponibilização de servidores para instauração de mais de 500 processos disciplinares no âmbito do INSS, DNER, Sudene e Sudam; 3. informações ao público por veículos de imprensa; 4. atividades de controle interno (cumprimento de metas anuais de auditoria e controle; elaboração de indicadores contábeis; elaboração de indicadores de preços; identificação de gestores com contas irregulares; proposta de alteração da legislação e normas específicas do controle interno; consolidação de constatações. Auditoria sobre convênios e contratos de repasse); 5. atividades de correição (promulgação da convenção interamericana contra a corrupção; apuração dos casos de irregularidades mais noticiados na mídia. DNER, Sudene, Sudam, FAT, Terracap – informações ao público e banco de dados); 6. ações de ouvidoria-geral (início do processo de integração das ouvidorias do Poder Executivo Federal; estímulo à participação popular na administração pública; aprimoramento da prestação do serviço público).

Não se trata, portanto, de documento de denúncia de irregularidades, mas antes de relato das ações da Corregedoria-Geral da União para cumprir os objetivos constitucionais de combater a fraude e a corrupção na esfera administrativa e promover a defesa do patrimônio público, no âmbito do Poder Executivo Federal. Sobre o assunto, compete a esta comissão, tomar conhecimento das informações contidas no referido relatório e, se entender que não há algo que mereça ser objeto de exame por outro órgão interno ou externo, deve ser a matéria encaminhada ao arquivo e comunicado o fato à Mesa.

De outro lado, se a CMA entender que o documento não deve ter andamento, deve encaminhá-lo ao arquivo, comunicando o fato à Mesa, nos termos do art. 143, do RISF, **verbis**:

Art. 143. Quando a comissão julgar que a petição, memorial, representação ou outro

documento não deva ter andamento, mandando-o arquivar, por proposta de qualquer de seus membros, comunicando o fato à Mesa.

§ 1º A comunicação será lida na Hora do Expediente, publicada no Diário do Senado Federal e encaminhada ao arquivo com o documento que lhe deu origem.

§ 2º O exame do documento poderá ser reaberto se o Plenário o deliberar, a requerimento de qualquer Senador.

§ 3º A comissão não poderá encaminhar à Câmara dos Deputados ou a outro órgão do Poder Público qualquer documento que lhe tenha sido enviado.

Em razão da natureza do documento examinado, não cabe, neste caso, nenhuma providência ou diligência adicional por parte desta CMA.

### III – Voto

A vista do exposto, o voto é pela aplicação disposto no art. 143 do RISF, com o objetivo de encaminhar ao arquivo o Ofício S nº 3, de 2003 (OF. nº 4144/CGU-PR, de 31-12-02, na origem), da Senhora Ministra de Estado Corregedora-Geral da União ao Presidente do Senado Federal, com o Relatório Anual de Atividades da Corregedoria-Geral da União no ano de 2002 e comunicar a decisão à Mesa.

Sala da Comissão, 21 de junho de 2005.

## COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: OFS "S" Nº 3 DE 2003

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 21/06/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>L. Quintanilha</i> (SEN. LEOMAR QUINTANILHA)	
RELATOR: <i>Luiz Otávio</i> (SEN. LUIZ OTÁVIO)	
<b>BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)</b>	
HERÁCLITO FORTES – PFL	1-JORGE BORNHAUSEN - PFL
CÉSAR BORGES – PFL	2-JOSÉ JORGE – PFL
JONAS PINHEIRO – PFL	3-ROSEANA SARNEY – PFL
TEOTÔNIO VILELA FILHO – PSDB	4- ALMEIDA LIMA – PSDB
ARTHUR VIRGÍLIO – PSDB	5-LEONEL PAVAN – PSDB
FLEXA RIBEIRO – PSDB	6-ÁLVARO DIAS – PSDB
<b>PMDB</b>	
NEY SUASSUNA	1-ANTÔNIO LEITE
LUIZ OTAVIO	2-VAGO
GERSON CAMATA	3-SÉRGIO CABRAL
VALDIR RAUPP	4-AMIR LANDO
LEOMAR QUINTANILHA	5-MÃO SANTA
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
AELTON FREITAS – PL	1-MOZARILDO CAVALCANTI – PTB
ANA JÚLIA CAREPA – PT	2-CRISTÓVAM BUARQUE – PT
SIBÁ MACHADO – PT	3-ANTONIO CARLOS VALADARES – PSB
NEZINHO ALENCAR – PSB	4-IDELI SALVATTI – PT
SERYS SLHESARENKO – PT	5-FLÁVIO ARNS – PT
<b>PDT</b>	
AUGUSTO BOTELHO	1-OSMAR DIAS



**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Com relação aos **Pareceres nºs 1.025 e 1.026, de 2005**, que acabam de ser lidos, referentes aos **Ofícios nºs S/43, de 2000 e S/3, de 2003**, a Presidência, em observância à conclusão dos referidos pareceres, encaminha as matérias ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.267, de 2004** (nº 1.039/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Eldorado de Mineiros Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mineiros, Estado de Goiás*.

Tendo sido aprovada terminativamente pela Comissão de Educação, a matéria vai à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. AELTON FREITAS** (Bloco/PL – MG) – Sr.

Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas.

**O SR. AELTON FREITAS** (Bloco/PL – MG. Pela

ordem.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, peço a V. Exª a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Exªs serão atendidos, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim por até 12 minutos.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Tem a palavra a Senadora Heloísa Helena.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Pela

ordem.) – Desculpe-me Senador Paulo Paim. Sr. Presidente, eu gostaria de saber se já há três inscrições para comunicações inadiáveis.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senadora Heloísa Helena, V. Exª é a terceira inscrita para fazer uma comunicação inadiável.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronun-

cia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, primeiramente, anuncio à Casa que é com alegria que a Subcomissão Permanente da Igualdade Racial e Inclusão, a qual presido, realizará nesta quinta-feira, às 10 horas, uma audiência pública para discutir o Estatuto da Igualdade Racial, a participação da comunidade negra na mídia e a data de 20 de novembro “Zumbi dos Palmares”.

Sr. Presidente, já estão confirmadas as presenças do Deputado Estadual Tiãozinho, de São Paulo, representando os Deputados Estaduais; da Vereadora Elzinha, de Ribeirão Pires, São Paulo, representando os Vereadores; e também da Vereadora Claudete Alves, de São Paulo.

Representando os artistas, virá o Netinho, apresentador e cantor conhecido internacionalmente, e também o Mano Brown, que darão depoimentos sobre a participação do negro na mídia. Participarão também Deputados Federais, Senadores e outros convidados, como a Ministra Matilde Ribeiro e o Presidente da Fundação Cultural Palmares, Dr. Professor Ubiratan Castro.

Sr. Presidente, entendo ser um momento muito importante, porque, além dessa audiência pública, no dia 30, ocorrerá em Brasília a 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Foram realizadas conferências em praticamente todos os Estados.

A 1ª Conferência Nacional terá sua abertura no dia 30 de junho à noite e terminará no dia 3 de julho, domingo, quando ainda reunirei, no meu gabinete, no Senado, a coordenação da Marcha Zumbi + 10, para fecharmos um grande entendimento sobre a marcha sobre Brasília, que será em novembro. Acreditamos, com certeza, a data e também a audiência que teremos com o Presidente da República nesse mesmo dia.

Sr. Presidente, convido os Senadores a fazerem parte dessa importante audiência, principalmente os que relatam o Estatuto da Igualdade Racial.

Senadores Rodolpho Tourinho e César Borges, estamos convidando-os para uma audiência no dia 30, às 10 horas, com a presença de Netinho, Mano Brown, Deputados Estaduais e Vereadores.

Sr. Presidente, vou hoje a uma audiência que seria realizada às 14 horas – eu dizia ao Ministro Miguel Rossetto que chegaria às 14 horas e 15 minutos –, para falar sobre o Quilombo Silva, um espaço de terra privilegiado no centro de Porto Alegre, sobre o qual já me referi desta tribuna. Felizmente, estamos conseguindo a titularidade dos quilombolas.

O Ministro Miguel Rossetto e o Presidente Lula foram fundamentais nesse encaminhamento, assim como, eu diria, o Ministério Público, procuradores, promotores. Todos ajudaram para que a família tivesse o direito à terra.

A audiência seria às 14 horas, mas vai acabar sendo às 14 horas e 30 minutos, no Ministério da Reforma Agrária.

Sr. Presidente, está em debate na Câmara dos Deputados e deve ser encaminhado rapidamente ao Senado o novo projeto de salário mínimo, fixado por medida provisória com o valor de R\$300,00, a partir de 1º de maio.

Faço uma série de considerações sobre a importância de se valorizar o salário mínimo e de se estender para os aposentados e pensionistas o mesmo percentual. Faço aqui uma análise do crescimento real do mínimo, vinculado, pelo meu projeto original, ao dobro do PIB do ano anterior, e também demonstro, na análise que ora faço, uma projeção do salário mínimo para 1º de maio do próximo ano, que chamo de salário mínimo adequado para que o trabalhador viva decentemente com a sua família, numa escala crescente, até que ele atinja efetivamente o que manda a Constituição. Refiro-me ao déficit da Previdência, tão falado! E aqui uso um dado, Sr. Presidente, que me foi passado pela Anfip, que demonstra que, infelizmente, se fizermos uma retrospectiva histórica, veremos que mais de R\$170 bilhões foram usados, na última década, com o objetivo de melhorar o superávit primário. E aí surge sempre aquela discussão sobre se a Previdência é superavitária ou não. Quero, mais uma vez, reafirmar a responsabilidade dos dados que aqui menciono. A Previdência no Brasil é superavitária. Ela pode ser um exemplo para o mundo, pode assegurar um salário decente para os aposentados e também para os pensionistas, desde que os recursos destinados à seguridade social, onde está a Previdência, fiquem efetivamente nessa área, e não sejam, por motivo de caixa, destinados a outros objetivos.

Quero também dizer, Sr. Presidente, que o art. 202 da Constituição Federal diz que é preciso manter o valor real das aposentadorias tanto na área pública como na área privada. Se analisarmos ambos os casos, o aposentado do Regime Geral da Previdência já tem uma defasagem acumulada em torno de 70%. E, no caso do servidor público, a perda é ainda maior.

Por isso tudo, Sr. Presidente, é que fiz questão de, mais uma vez, vir à tribuna para dizer que continuaremos, de forma permanente, na luta pela valorização

do salário mínimo e dos benefícios dos aposentados e pensionistas.

Ontem mesmo, eu fazia aqui um pronunciamento, dizendo que avançamos na economia. E é preciso que, neste momento, mais do que nunca, invistamos no social; e investir no social, queiram ou não alguns, passa pelo salário mínimo.

Eu dizia que o salário mínimo repercute nos cargos e salários das empresas, nos pisos das categorias, nos chamados pisos regionais, no salário-família, no bolsa-família, no bolsa-escola – como quiserem –, no seguro-desemprego; enfim, o salário mínimo é uma grande referência, e insisto sempre nesse dado, porque ele acaba interferindo, de forma direta, na vida de mais de 100 milhões de brasileiros.

Sr. Presidente, quero também informar à Casa que a Bancada do Partido dos Trabalhadores, reunida ontem à noite, por unanimidade – estavam lá, além de todos os Senadores, o Líder do Governo e também o Líder do Bloco –, decidiu que fará todo o esforço para que a PEC paralela seja votada ainda esta semana.

Falei com o Senador Rodolpho Tourinho, que é o Relator da matéria; o Líder Delcídio Amaral também falou com o Senador Rodolpho Tourinho, e S. Ex<sup>a</sup> disse que o seu parecer estará pronto amanhã. Então, se depender do Senador Rodolpho Tourinho, a matéria será votada entre quarta-feira e quinta-feira.

É importante que percebam que Parlamentares da Oposição, da Situação, o Líder do Governo, Aloizio Mercadante, apresentaram uma posição muito clara: é possível que a PEC paralela seja votada.

Senador Ramez Tebet, primeiro quero dizer da minha alegria por V. Ex<sup>a</sup> estar conosco aqui. Tenho dito que V. Ex<sup>a</sup>, que é uma voz equilibrada, tranqüila e que pensa muito no interesse do povo brasileiro, estava fazendo falta. Sei que esteve fazendo um tratamento e, felizmente, voltou. Portanto, é uma alegria conceder um aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS)** – Senador Paulo Paim, agradeço-lhe as palavras não só gentis e encorajadoras, mas as recebo como um preito da nossa amizade. Está aí o valor de V. Ex<sup>a</sup>. Sabe por quê? Porque muitas vezes tenho caminhado para o plenário com a disposição de falar sobre a PEC paralela. Chego no meu Estado e ouço: “O senhor falou que será esta semana, o senhor falou que será na outra!” Procuro refletir sobre o que ouço daqueles que mais lutam pela PEC paralela, e não deixo de citar o nome de V. Ex<sup>a</sup>. Não pela nossa amizade, mas por uma questão de justiça. E também porque tenho insistido – não tanto quanto V. Ex<sup>a</sup>, mas tenho – na votação dessa matéria, porque sinto a grave in-

justiça, o ponto de interrogação que existe na classe dos servidores públicos em decorrência dessa demora, daquilo que foi um dos maiores compromissos parlamentares que presenciei e do qual participei aqui, no Senado da República. De sorte que faço coro com as palavras de V. Ex<sup>a</sup> e torço para que, até este fim de semana, isso realmente aconteça e eu possa dizer, no meu Estado, e V. Ex<sup>a</sup> possa dizer no seu Estado e para o Brasil que, finalmente, valeu a pena lutar tanto.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Ramez Tebet.

Espero que ninguém crie obstáculo para essa votação. Todos com quem falo dizem que são a favor. Seria muito ruim – mas muito ruim mesmo – entrarmos em recesso, voltarmos para o Estado e sermos cobrados, mais uma vez, por que a PEC paralela não foi votada.

Por tudo que ouvi dos Líderes da Oposição e da base do Governo, estou convicto de que não há nenhum empecilho. Se houver um problema ou outro, decidiremos no voto. Se depender de mim, votaremos mediante amplo acordo. Espero não ter de vir aqui dizer: “Mentiram para mim, e a PEC não foi votada”. Tenho certeza de que ela será votada, porque acredito muito tanto nos Líderes do Governo como também nos Líderes da Oposição que assumiram esse compromisso.

Ouçó um aparte do Senador Papaléo Paes.

**O Sr. Papaléo Paes** (PMDB – AP) – Senador Paulo Paim, sou testemunha do seu empenho a favor dos servidores públicos e do trabalhador de uma forma geral. A PEC paralela é uma questão de honra para V. Ex<sup>a</sup>, que se dedicou para que compreendêssemos a necessidade de uma emenda que repararia os erros cometidos quando aprovamos a Proposta de Emenda à Constituição nº 67. Lembro-me de que V. Ex<sup>a</sup> tentou me convencer de todas as maneiras...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – De que a PEC paralela era para valer.

**O Sr. Papaléo Paes** (PMDB – AP) – De que a PEC paralela era para valer. Tínhamos votado, em 2003, a PEC nº 67 – contra a qual votei – e, em 2004, haveria uma convocação extraordinária e a Câmara votaria a matéria, depois o Senado. Resolveríamos essa questão no início de 2004. Já estamos no meio do ano de 2005 e passamos a ter um compromisso muito maior, que é exatamente fazer os acordos necessários e não deixarmos de reparar os erros que foram cometidos com a aprovação da 67. Parabênizo V. Ex<sup>a</sup> e peço-lhe que continue se empenhando, como sempre o fez, em prol do trabalhador brasileiro.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador Papaléo Paes.

Quero dar um testemunho também. V. Ex<sup>a</sup> votou contra a PEC original e fez de tudo para a PEC paralela ser aprovada, confiando que efetivamente isso iria acontecer.

**O Sr. Ramez Tebet** (PMDB – MS) – Senador Paulo Paim, peço a palavra não para fazer um aparte, mas por um sentimento de justiça. V. Ex<sup>a</sup> está fazendo essa cobrança justamente quando preside os trabalhos o Senador Tião Viana...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – O Relator da matéria.

**O Sr. Ramez Tebet** (PMDB – MS) – Essa PEC paralela muito deve a S. Ex<sup>a</sup>. Seria uma injustiça não registrar isso.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Endosso suas palavras.

Para concluir, quero dizer a V. Ex<sup>as</sup>, Senadores Ramez Tebet, Papaléo Paes e Tião Viana, que alguém me perguntou ontem: “E os prazos”? Eu respondi: “Pelo amor de Deus, já vi nesta Casa duas emendas constitucionais serem votadas em dois turnos em uma única noite. Não me digam agora que, se houver acordo ou entendimento, não se poderá votar a PEC paralela, que é fruto de um acordo entre Senado, Câmara e Poder Executivo”. Ninguém me diga aqui que há problema de prazo. Se alguém quiser criar algum obstáculo que o crie e assumo a responsabilidade, porque todos me disseram que ela poderia ser votada até quinta-feira. O Senador Rodolpho Tourinho diz que não é empecilho, que seu projeto está pronto para ser apreciado.

Concluo com muita esperança nesse grande acordo da PEC paralela, que interessa a todos nós.

Senador Tia Viana, quero endossar, mais uma vez, as palavras de Ramez Tebet: V. Ex<sup>a</sup> foi o grande articulador, porque foi quem relatou. Se V. Ex<sup>a</sup> não tivesse escrito, não haveria PEC paralela.

Meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Paim, e ao nobre Senador Ramez Tebet pela generosa lembrança do trabalho da Mesa e do meu, como Relator da PEC paralela e da Emenda da previdência.

Concedo a palavra ao eminente Senador Ramez Tebet, por cessão da Senadora Heloísa Helena, sem prejuízo da ordem de inscrição.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de até 12 minutos.

**O SR. RAMEZ TEBET** (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, de onde venho? Quem represento nesta Casa? Eu venho de Mato

Grosso do Sul e o represento. Esse Estado, que luta pela sua industrialização, haverá de conseguir esse intento sem as chaminés que poluem as grandes cidades.

Eu venho, portanto, de Mato Grosso do Sul, um Estado de vocação agrícola e pecuária, um Estado do campo, cuja economia está baseada no trabalho daqueles que, de chão a chão e de sol a sol, sem perder as esperanças, acreditando na natureza e no potencial de nossas terras, produzem para o Brasil e, por que não dizer, para o mundo. Esses homens são responsáveis por 37% do Produto Interno Bruto e pelo superávit da balança de pagamentos do País, mas passam, no momento, por uma série de dificuldades, o que requer a atenção do Poder Público para a grave crise que o setor do agronegócio brasileiro atravessa.

Demorei-me hoje, Sr. Presidente, para chegar ao Senado da República. A movimentação é muito grande, pois cerca de dois mil tratores estão enfileirados na Praça dos Três Poderes e em outros lugares de Brasília, nossa Capital da República, procurando, de forma democrática e pacífica, alertar as autoridades, chamar-lhes a atenção, buscando dialogar com o Governo Federal no sentido de que haja uma política, neste momento de crise por que passa o setor, que venha, pelo menos, a minorar o sofrimento daqueles que trabalham e lutam.

Não interessa ao País perder produção e renda, ter queda do faturamento bruto. Sabemos que os preços estão em queda, que os custos estão em alta, que há defasagem cambial. É preciso, portanto, que o Poder Público tenha mais sensibilidade para com esses homens do Brasil inteiro, que estão em Brasília enfrentando toda sorte de sacrifícios para defender os interesses da agricultura e da pecuária.

Há um perigo muito grande de redução da produção. Não podemos nos esquecer de que 1/3 dessas riquezas, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é produzido pelos homens que trabalham no campo. O que eles buscam? Buscam entendimento com o Governo, querem o alongamento das suas dívidas e um financiamento que lhes permita continuar a plantar, a colher, a ter essa esperança de ver o País cada vez mais forte.

Não nos podemos esquecer de que os insumos foram adquiridos pelos agricultores, pelos homens do campo e pelos pecuaristas quando o dólar ultrapassava a casa dos R\$3,00. Hoje, ele não chega a R\$2,40, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores. Vejam o quanto isso está representando de prejuízo para os agricultores e pecuaristas.

Eles não estão fazendo um passeio a Brasília, mas mostrando a força do seu trabalho, esse trabalho ingente, de quem nunca perde a esperança e olha para o céu pedindo ao criador que a natureza ajude-os a colher aquilo que plantaram.

Sabemos que este foi um ano triste. Em alguns lugares da Federação brasileira, houve o castigo de uma longa estiagem, de uma longa seca; em outros, o das enchentes. O fato verdadeiro é que a agricultura, como um todo, está sofrendo como nunca neste País. Nunca a agricultura passou por tanta dificuldade como hoje.

Então, o que faço eu nesta tribuna? Faço apenas o eco e força para falar em defesa dos interesses do meu Estado. É esse o meu dever.

O meu Estado é pequeno e nele convivo com os agricultores, com o homem que está no campo e com os pecuaristas. Sei muito bem o que estão passando esses agricultores, que trabalham no campo para honrar os seus compromissos.

Urge, portanto, que o Governo Federal adote uma política que venha, no mínimo, a minorar essa grave crise por que passam a agricultura e a pecuária, enfim, por que passa o campo no Brasil.

Há que se ter sensibilidade; há que se encontrar uma solução; há que se dar uma resposta a esses tratores, que foram conduzidos até aqui para que seja mostrada a força de trabalho. Isso é muito importante, é o símbolo de quem trabalha no campo. Esses tratores, cerca de dois mil, aglomerados aqui, com milhares de agricultores acorrendo a Brasília, positivamente, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, são mais eloqüentes do que qualquer discurso. Isso fala mais do que qualquer outra coisa, traduzindo a necessidade de o Brasil, neste momento, solucionar aquilo que eu chamo de a mais grave crise da Agricultura da nossa Pátria.

Portanto, este é o motivo da minha presença na tribuna: registrar a presença de Mato Grosso do Sul, Estado que tem o maior rebanho e é um dos maiores produtores de soja deste País.

Está aqui a palavra do seu humilde filho, clamando ao Governo Federal que venha em socorro da agricultura, que não permita que ela pereça e que faça com que os agricultores encontrem ânimo para continuar o seu trabalho e, a cada ano, possamos obter uma safra cada vez maior, para ajudar a ter mais comida na mesa do brasileiro, para ajudar também nas exportações, contribuindo para a melhoria da balança comercial do nosso País.

Era esse o registro, Sr. Presidente, que eu gostaria de fazer, na tarde de hoje, em defesa do homem do campo, dos agricultores e de todos aqueles que estão



aglomerados aqui em Brasília, embaixo de barracas, com seus tratores, com suas máquinas, na esperança de que suas vozes sejam ouvidas pelas autoridades federais.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Informo que, em razão dos trabalhos da CPMI, a Mesa decide suspender a sessão por quinze minutos, para que os oradores inscritos possam chegar e não sofram prejuízo do uso da tribuna.

*(Suspensa às 14 horas e 30 minutos, a sessão é reaberta às 14 horas e 36 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Nos termos do § 4º do art. 155 do Regimento Interno, reabrimos os trabalhos.

Concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)

– Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, entre tantos debates acalorados neste plenário nas últimas semanas, o que me traz à tribuna, hoje, é algo muito importante, principalmente para aqueles que entendem que não há possibilidade de desenvolvimento, em nenhum país do mundo, que não aposte e não invista, de forma significativa, em educação. E um País como o nosso, que tem um potencial de crescimento e de desenvolvimento vinculado às áreas tecnológicas e às áreas do desenvolvimento industrial e agropecuário – inclusive, hoje, vivenciamos um dia barulhento, eu diria, uma noite, porque foi durante a noite que começaram a chegar os caminhões e os tratores, que aqui estão para representarem o agronegócio brasileiro, a movimentação denominada “tratoração” –, é muito importante, efetivamente, investirmos na formação de nossos jovens, para que eles possam se capacitar técnica e profissionalmente para atuarem nos setores industrial e no da agricultura.

Então, hoje, assomo à tribuna, para dizer da minha felicidade em trazer tanto novidades quanto deliberações – as tomadas de posição e de decisões – para a implementação de política na área do ensino profissionalizante brasileiro.

Na última sexta-feira, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu, em solenidade no Palácio do Planalto, os representantes da educação profissional e tecnológica do nosso País, oportunidade em que Sua Excelência assinou o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. O projeto foi entregue pelo Ministro da Educação, Tarso Genro, acompanhado do Presidente do Conselho Nacional dos Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica – Concefet, Luiz Edmundo de Aguiar.

Esse plano de expansão do ensino técnico prevê a extensão dessa modalidade de ensino federal para 1.300 Municípios, em 18 unidades da Federação.

“Não existe valor agregado mais importante em qualquer produto deste país do que o valor do conhecimento que a gente deve a nossa juventude e ao povo”, declarou o Presidente Lula. Serão criadas 32 escolas e 54.136 vagas em cursos técnicos de nível médio e superiores de tecnologia. A proposta implica na geração de 3.338 novos empregos [entre profissionais da área de educação e funcionários desses centros de educação] e no investimento de R\$70 milhões para a construção de escolas ou adaptação das estruturas já existentes, compras de equipamentos e capacitação profissional (**sic**).

Para Lula, o Brasil não pode mais considerar o dinheiro destinado à educação como gasto. “Não existe investimento mais sagrado para uma nação do que o investimento na formação da sua gente”, disse.

Essa foi a tônica do discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na assinatura desse plano de expansão.

Durante a solenidade, o presidente Lula assinou o decreto que cria o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (ProEJA), que será desenvolvido pela rede federal de educação tecnológica.

Então, aquele programa de educação de jovens e adultos que já existia exatamente com a finalidade dar alfabetização, escolaridade aos jovens e adultos que não tiveram acesso à escola na idade adequada está agora sendo ampliado. Além da escolaridade fora da idade adequada, propiciaremos a jovens e adultos a educação profissional por meio dessa integração da educação profissional ao ensino médio, na modalidade de educação de jovens e adultos.

O programa vai oferecer cursos de formação inicial e continuada para jovens e adultos e educação profissional técnica de nível médio para os que têm o ensino fundamental. Nos próximos dois anos, serão abertas 20 mil vagas em cursos [ao longo de todo o nosso País].

“Esse ato [da assinatura do decreto, do lançamento do programa de expansão] conecta a educação profissional com as classes

carentes, a quem este ensino era destinado e que, por condições históricas e sociais, foram se tornando vinculadas aos setores médio e superior da população”, explicou Tarso Genro. Em 2006, 10% das vagas da rede de educação profissional e tecnológica serão destinados à oferta de educação profissional integrada ao ensino médio. Em 2007, a exigência será de 20% (sic).

A regra vale para as 144 escolas da rede: 34 centros federais de educação tecnológica (Cefets), 43 unidades descentralizadas, 36 escolas agrotécnicas federais (EAF), 30 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e a Escola Técnica Federal de Palmas (TO). “A gente não quer parar por aí. Gostaríamos de influenciar, sobretudo, as escolas públicas estaduais para, também, contribuírem com o novo desafio de integrar os ensinamentos técnico e médio”, disse o presidente do Concefet, Luis Edmundo de Aguiar.

Com 95 anos de existência, a rede federal de educação tecnológica é composta por 144 instituições que oferecem 666 cursos técnicos e 189 cursos tecnológicos, em 23 Estados da Federação. São 11.900 professores que atendem, hoje, 230 mil estudantes.

Eu gostaria ainda de mencionar, neste pronunciamento que faço com muita satisfação, por ser alguém da área de educação e que sempre teve uma vida vinculada à defesa da escola pública gratuita e de qualidade para todos em todos os níveis – era esse o refrão do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública –, que estamos já na segunda semana, praticamente consecutiva, com ações, deliberações e implementação de programas vinculados à área educacional. Primeiro, houve o envio para o Congresso Nacional e a assinatura do Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, toda a ampliação da capacitação dos professores, o ensino profissionalizante na modalidade “chão de fábrica”, por meio do qual os nossos adolescentes, os nossos jovens podem capacitar-se e formar-se profissionalmente no espaço em que vão exercer depois sua atividade profissional. E, complementando todas essas iniciativas já adotadas há 15 dias, há agora esse programa voltado exclusivamente para os Centros de Formação Tecnológica – Cefets, que podem fazer com que o ensino profissionalizante efetivamente se estenda, alcance um número cada vez maior de Municípios, um número cada vez maior de alunos, e se volte, principalmente, para as populações de mais baixa renda, saindo daquela lógica que, no último período,

acabou configurando-se como voltada mais para as classes médias.

Cito um trecho do pronunciamento do Presidente da República.

Certamente, o ministro Tarso Genro e a sua equipe (...) no Ministério da Educação, têm proporcionado com as suas políticas para educação a esperança de que definitivamente o Brasil se descobriu para compreender que sem investimento na educação nós não seremos nunca o país que já poderíamos ter sido, se há muito tempo atrás tivéssemos priorizado a educação como o pilar mais importante para o desenvolvimento do nosso povo e para o desenvolvimento do nosso país (sic).

Apresento, ainda, algumas palavras do Professor Luiz Edmundo de Aguiar, Presidente do Concefet – Conselho dos Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica, que aborda algumas coisas muito interessantes.

Nos governos anteriores jamais tivemos a oportunidade de discutir nossos problemas com o Presidente da República. É hora, portanto, de assinalarmos as potencialidades da nossa Rede estratégica para o sucesso das políticas de desenvolvimento econômico e social implementadas pelo Governo, apoiadas pelo Ministério da Educação, que tem a educação profissional como um dos seus quatro eixos prioritários na gestão do Ministro Tarso Genro.

Então, vejam V. Ex<sup>as</sup> a emoção dos dirigentes do ensino profissionalizante público federal de serem recebidos pelo Presidente da República e de, juntamente com Sua Excelência, poderem definir as políticas e ver estabelecidos como quatro eixos prioritários a educação básica, a alfabetização, a reforma universitária e o ensino profissionalizante.

Esses são os quatro pilares, Senador João Capiberibe, que o Ministro Tarso Genro vem implementando nas suas ações, de forma participativa, sentando-se à mesa com os principais atores, discutindo com eles.

Para concluir, Senador Tião Viana, com mais satisfação ainda trago esta boa notícia ao Plenário do Senado da República. No ano passado, quando estávamos debatendo as emendas que tínhamos o direito de apresentar para o Orçamento de 2005, fiz um debate bastante interessante com os que apóiam o meu mandato, com aqueles que entendem como deveríamos conduzir-nos. Tenho muita satisfação, por-

que destinei minha emenda – aquela que todos sabem que é a mais volumosa – exatamente à expansão e à interiorização do ensino profissionalizante federal em Santa Catarina.

Há, para o Estado de Santa Catarina, uma emenda no valor de R\$14,236 milhões, que, juntamente com mais duas outras emendas dos Deputados Carlito Merss e Cláudio Vinhatti, totalizam aproximadamente R\$15 milhões a serem implementados nessa expansão do ensino profissionalizante.

Fico mais satisfeita ainda com o Programa assinado sexta-feira porque aquilo que vimos discutindo e debatendo com as unidades do ensino técnico federal em Santa Catarina foi incluído, como a unidade de Chapecó, a expansão da Escola Agrotécnica de Concórdia para o Município de Videira, a implementação e o fortalecimento em Jaraguá do Sul, o curso de enfermagem em Joinville e uma série de outras discussões que fizemos ao longo de todo o debate da implementação.

Se o Presidente me permitir, gostaria muito de ouvir o aparte do Senador João Capiberibe, que é também um dos defensores do ensino técnico-profissional em nosso País.

**O Sr. João Capiberibe** (Bloco/PSB – AP) – Senadora Ideli Salvatti, é inegável que houve significativos avanços na educação em nosso País, mas há um aspecto sobre o qual precisamos nos debruçar e acompanhar de perto. Hoje, já existem verbas vinculadas para a educação nos âmbitos municipal, estadual e federal, mas ainda não criamos um sistema de acompanhamento da aplicação desses recursos. Essa é uma constante preocupação minha. Temos um volume de recursos significativos para a educação, mas, vez por outra, assistimos, na mídia, a desvios de recursos da educação. Um dos pontos fundamentais, e que deveria ser objeto do nosso debate, é a federalização dos professores. Todos os professores deveriam ser federais, ou seja, a União deveria se responsabilizar pelos professores e os Municípios, pelos espaços físicos para promover a educação. Enquanto isso não ocorre, minha sugestão é que se possa trabalhar de forma integrada à descentralização desses recursos para que eles possam chegar à escola, porque a comunidade escolar é capaz de exercer um controle social efetivo. Essa é uma experiência que construímos no Governo do Amapá e me parece ser fundamental. A escola tornou-se atraente, porque passou a desempenhar também um papel econômico na comunidade, pois todo o dinheiro chegava na escola. O único dinheiro que não chegava era o pagamento do professor. Penso que precisamos mudar em relação a esse assunto. A União poderia se responsabilizar,

federalizando o emprego dos professores e descentralizando o dinheiro para que esse fosse direto para a escola, integrando os recursos federal, estadual e municipal. Tenho impressão de que daríamos um salto na qualidade das nossas escolas, porque uma das coisas que mais observamos foi o salto na qualidade e também na integração escola comunidade. As pessoas passaram a freqüentar a escola, que, conseqüentemente, passou a ter uma importância que não tinha antes. Agora, com a centralização do dinheiro, a escola voltou a mergulhar no abandono. A comunidade deixou de freqüentá-la. Os próprios alunos estão com dificuldade de comparecer, porque a carência voltou a dominar o cotidiano da escola. Essa descentralização do dinheiro me parece importante para que haja um controle social maior. As escolas técnicas já gozam de uma certa autonomia, mas eu queria generalizar isso para todas as escolas do País.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Agradeço-lhe o aparte, Senador Capiberibe. V. Ex<sup>a</sup> vem corroborar com várias teses e vários pleitos que nós, da defesa da escola pública gratuita para todos, em todos os níveis, sempre defendemos, qual seja, termos um plano único nacional de carreira para os professores em todas as áreas, em todos os níveis da Federação, Estados e Municípios. Mas penso que temos notícias importantes como esta que trago, da expansão do ensino profissionalizante, que vem exatamente caminhando no sentido de fazermos da educação, efetivamente, prioridade.

E, até em homenagem ao Senador Leonel Pavan, que acaba de adentrar ao plenário, quero informar que, nas nossas atividades de debate das escolas técnicas e da expansão a partir da emenda que apresentamos, a Agrotécnica de Camboriú também será contemplada, inclusive com a perspectiva de termos o curso profissionalizante na área naval, em Itajaí, como extensão da escola de Camboriú. Ou seja, todo o debate importante realizado em nosso Estado com o objetivo de atender aos jovens catarinenses em sua profissionalização, foi incluído nesse Programa Nacional assinado pelo Presidente Lula na última sexta-feira.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Com a palavra o Senador João Capiberibe, por dez minutos. Em seguida, os Senadores Antonio Carlos Valadares e Osmar Dias.

V. Ex<sup>a</sup> falará como Líder, Senador Osmar Dias?

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Então, será o próximo a fazer uso da palavra.



**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, existe uma Comissão no Senado Federal acompanhando o desenrolar dos conflitos entre a Assembléia Legislativa e o Governo de Rondônia, e, ontem, tivemos conhecimento, por meio da imprensa, da Rede Globo, que, dos 24 Deputados, pelo menos 23 tinham alguma cumplicidade criminosa na relação com o Governo. O que mostra que só muda o nome: o que é “mensalão” aqui em relação à Câmara dos Deputados, lá ganha outros nomes. Em Roraima, era Gafanhoto; no Amapá é Jaraqui; lá em Rondônia tem outros nomes. Mas essa é uma relação promíscua e criminosa, ou seja, para combater a corrupção neste País vamos ter que fazer mudanças profundas. Além de investigar a fundo, de mandar os corruptos para a cadeia, é necessário que promovamos algumas mudanças estruturais.

Cheguei a esta Casa trazendo a experiência de ter governado um Estado por dois mandatos, portanto, posso afirmar que as relações institucionais nos Estados são complicadas.

Algumas pessoas afirmam que a corrupção cresceu no País. Posso afirmar, pelos dados, pelos números que tenho colhido sistematicamente pela Internet, que ela sempre foi igual. Desde os mais remotos períodos da colonização portuguesa, ela sempre esteve presente na vida pública de nosso País; atravessou o Império, entrou na República e chegou aos nossos dias muito ativa e institucionalizada. O que ocorre é que hoje temos mais acesso à informação. Todos os sistemas administrativos, financeiros, públicos foram informatizados e algumas senhas foram liberadas para a utilização desses serviços, a exemplo do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal. Então, podemos acessar todos os gastos públicos do Governo Federal por meio de senha.

A Controladoria-Geral da União lançou um portal, chamado Portal da Transparência, que permite ao cidadão acessar várias informações. O Senado deu um belo exemplo de que quer ver as contas públicas sendo prestadas ao cidadão: lançou o sistema de informação gerencial “Siga Brasil”, com muitas informações importantes, entre elas, por exemplo, a informação sobre a liberação de emenda parlamentar.

Senador Tião Viana, estive fazendo um balanço das emendas parlamentares e posso constatar que, até hoje, não liberei uma única emenda. Sou da base do Governo, então, posso falar com absoluta tranqüili-

dade, pois não há nenhum tipo de relação de interesse naquilo que estou colocando, apenas fiz uma revisão geral nas emendas liberadas até agora. Assim, é possível o cidadão acompanhar essa informação. Até há alguns anos, tínhamos dificuldades de acessar esses dados. O Siafi tem uma linguagem complicada, cheia de códigos, ou seja, uma linguagem para especialistas. A transparência é uma luta nossa, e já aprovamos nesta Casa um projeto de lei que torna obrigatória a divulgação de todas as receitas e despesas na Internet, pois esse é o grande instrumento que temos para controlar minimamente o Estado brasileiro, que sempre foi um Estado autocrático.

Digo sempre que se proclamou a República no Brasil, mas não se instalou a República, até porque, neste País, as elites institucionais, econômicas e políticas consideram o bem público como uma extensão de seus bens particulares. A diferença entre o público e o privado no nosso País é muito tênue. Essa fronteira é quase inexistente. Por isso, temos de instalar essas comissões parlamentares de inquérito e investigar, mas também temos de propor uma legislação mais eficiente e capaz de prevenir a corrupção.

Falo isso, Senador Tião Viana, porque, no ano em que ganhamos a eleição, no período entre 15 de novembro de 1994 e a posse, a Lei de Diretrizes Orçamentárias já estava aprovada, e o Orçamento estava em discussão na Assembléia Legislativa. Nossa vitória foi inesperada, porque os meus adversários não imaginavam que poderíamos ganhar aquela eleição. Então, eles fizeram retornar o Orçamento e fizeram uma mudança na LDO precisamente no dia 28 de dezembro de 1994. E transferiram todos os recursos de investimento, que, na época, correspondiam a US\$55 milhões. Em um Estado pequeno, num Orçamento de 340 milhões, transferiram US\$55 milhões, que era uma capacidade alta de investimento, para redistribuir entre os Poderes Legislativo e Judiciário; ou seja, no Orçamento de 1995, não ficou um centavo para investimento. E essa anomalia, em que o Legislativo tinha um Orçamento enorme, perdurou durante anos a fio. Assim, o Estado ficou impedido de realizar os investimentos necessários, como, por exemplo, em água, esgoto, energia, estrada, porque os recursos foram destinados para custeio. Isso, evidentemente, foi um golpe danoso e fez com que a população do meu Estado ficasse sem esses atendimentos até hoje. É evidente que, depois, com o tempo, melhoramos a capacidade de investir.

Lembro que Estados como Rondônia, Roraima e Amapá – principalmente os Estados novos, Amapá e



Roraima – têm uma receita **per capita** elevada, maior do que a do Estado de São Paulo. No entanto, a corrupção é tão perversa, que se termina negando às populações desses Estados o direito à infra-estrutura mínima que o centro-sul brasileiro tem. Não é que não haja corrupção no centro-sul brasileiro. É exatamente igual. Quando a corrupção não se dá na ponta da aplicação do dinheiro público, ela se dá na ponta da arrecadação.

Estive no Rio Grande do Sul e tomei conhecimento de uma política de incentivos fiscais totalmente absurda: algumas empresas estão recebendo isenção de ICMS que chega até R\$3,5 bilhões. Uma dessas empresas colaborou, com declaração feita no TRE, com R\$3 milhões na campanha de um governador. Esse governador ganha a eleição e cria uma política de incentivos fiscais em que essa empresa é beneficiada com R\$1 bilhão de isenções. Isso é corrupção legalizada. Como alguém pode gozar de um incentivo fiscal? O cidadão contribui, paga, e o Estado manda que uma pessoa fique com esse dinheiro!

Portanto, vivemos uma situação em que o braço do Estado, os serviços do Estado – seja de segurança, saúde ou educação – não atingem o conjunto da sociedade brasileira. Existem comunidades com 100 mil, 200 mil pessoas, nos grandes centros, onde a polícia só entra quando invade. Trata-se de uma invasão, de um cerco, porque o Estado não tem como atender essas comunidades. E há mais: a corrupção é tão consentida e tolerada em nosso País, que chegamos a esse nível de endividamento absurdo; ou seja, neste ano, vamos pagar, em juros, R\$145 bilhões. Todo o esforço do povo brasileiro está sendo concentrado nas mãos de pouquíssimas famílias. Desses R\$145 bilhões, pelo menos R\$115 bilhões ou R\$120 bilhões vão parar nas mãos de 800 famílias.

Portanto, a situação é gravíssima. Precisamos de saída, e a saída está aqui entre nós. A nós foi delegado o poder para apresentar soluções, e as soluções são as mudanças estruturais que o Brasil exige.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador José Jorge. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Augusto Boteelho. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias, pela Liderança do PDT.

A seguir, falará o Senador Antonio Carlos Valadares.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quem conhece o temperamento dos agricultores brasileiros, a história da agricultura e a passividade dos agricultores deve perceber, neste momento, o tamanho do desespero e da crise que afeta a agricultura brasileira, pela atitude e pelo posicionamento que eles tomaram: deixaram suas propriedades rurais, deixaram seus Estados e se encontram em Brasília – dizem que são 15 mil, mas acho que há mais de 15 mil agricultores em Brasília –, com mais de 2 mil tratores, tomando a Esplanada dos Ministérios. Essa mobilização dos agricultores é fato inédito. Para o agricultor deixar a sua propriedade e vir às ruas protestar é porque a água bateu no queixo, porque já não existe mais possibilidade alguma de ele continuar aguardando providências, que foram prometidas pelo Governo e que até agora não foram tomadas.

Venho alertando desde janeiro, quando a estiagem começou a preocupar, e venho alertando todas as semanas, desta tribuna, pedindo ao Governo que adote medidas preventivas, para evitar o pior. O Governo foi adiando e não tomou providências, enquanto a seca foi castigando as lavouras. O mercado foi-se deteriorando em função de fatores internos e externos – fatores internos que poderiam muito bem ter sido evitados pelo Governo Federal.

Primeiro, não se admite que, enquanto os concorrentes do Mercosul têm uma carga tributária para produzir em torno de 12% para a produção agrícola, o Brasil coloque nas costas dos seus produtores rurais uma carga tributária próxima de 40% – só aí o produtor rural sai numa desvantagem imensa, e nada ou muito pouco foi feito para que essa diferença existente entre o produtor rural brasileiro e os seus concorrentes do próprio Mercosul deixasse de existir.

Ao lado disso, ou até por causa disso, o mercado nacional é invadido por produtos concorrentes: trigo da Argentina, arroz do Uruguai.

Os produtores que plantaram trigo no ano passado não conseguem comercializar o produto, apesar de não chegarmos a produzir 60% das nossas necessidades. Isso acontece porque os moinhos estão dando preferência para o trigo importado, que chega mais barato em função deste grande diferencial de tributos: 12% na Argentina, 38% no Brasil.

O mercado interno, abarrotado de trigo, derruba os preços. Um produtor que gastou R\$28,00 para produzir uma saca é obrigado a vendê-la hoje por R\$19,00 – se quiser vender e se encontrar quem compre.

O caso do arroz é pior ainda. Os agricultores que produziram arroz, do Rio Grande do Sul ao norte do País, estão perplexos porque nunca viram uma situação como esta: uma saca de arroz a R\$9,00, e quando se encontra comprador! Eles produziram arroz a um custo de R\$30,00. Gastaram R\$30,00 e vão vender por R\$9,00! É o produtor que tem de subsidiar o preço do arroz?

Foram ao Presidente Lula, Senador Antonio Carlos Magalhães. Foi uma comissão que não contava com nenhum parlamentar, porque o Presidente disse que queria receber o setor produtivo – eu queria ir e não pude, mas tudo bem. Foram lá os representantes do setor agropecuário e disseram que não tinham mercado para o algodão, que havia cooperativas abarrotadas, armazéns lotados de pluma de algodão, e que não conseguiam vender porque não há comprador.

Algodão, trigo, arroz. A soja, de ontem para hoje, teve uma queda de preços na bolsa de Chicago de 6,6%. O preço, que já era ruim, desabou: R\$2,00 a menos por saca. Quem gastou R\$32,00 para produzir é obrigado a vender por R\$27,00, R\$28,00. Não há um grão, não há uma cultura que o produtor esteja comercializando de forma a obter alguma margem de lucro ou, ao menos, empatar com o custo de produção.

Foram ao Presidente. E é interessante o que relataram companheiros meus sobre a reação do Presidente. Eles disseram: “Presidente Lula, nós precisamos de ajuda para este setor, que emprega 37% dos trabalhadores brasileiros, que exporta mais de 40% de tudo o que nós exportamos, que é responsável por 33% da renda nacional. Este setor está pedindo ao Governo coisas simples, medidas simples para sair dessa crise e atravessar para o outro lado desse rio turbulento, para que possa continuar contribuindo, produzindo, gerando renda, gerando emprego”. O Presidente Lula respondeu: “Eu não posso deixar de ajudar o Uruguai. Nós vamos continuar permitindo a importação do arroz, porque precisamos ajudar o Uruguai. Eu não posso deixar de ajudar a Argentina. Nós vamos continuar permitindo que o trigo argentino entre no Brasil, porque nós precisamos ajudar a Argentina”. E pasmem com o que disse o Presidente Lula mais adiante. E esse é um relato dos líderes que foram lá – eu não ouvi porque não me foi permitido ir. Presidente ACM, Senador ACM, ouça o que o Presidente disse: “Nós temos que ajudar o Uruguai, deixando que o arroz deles seja comercializado dentro do nosso país. Temos que ajudar a Argentina, estimulando a comercialização do trigo aqui. E temos que encontrar algum produto da Venezuela para ajudar a Venezuela também”.

Mas e quem vai ajudar os brasileiros? Será que podemos esperar que Hugo Chávez ajude os brasileiros? Hugo Chávez não ajuda nem os seus compatriotas! Destruiu praticamente a classe média de seu país – e há quem o considere um ídolo no Brasil!

Estamos vendo as autoridades do Governo dormindo. Acontece agora uma manifestação em frente ao Congresso Nacional: tratores, agricultores protestando, deixando suas propriedades, coisa que eles não fazem – só fazem quando se encontram no desespero.

Em Mato Grosso, 32 mil desempregados em dois meses. No Rio Grande do Sul, passou-se disso. As fábricas de equipamentos, tratores, as propriedades rurais estão demitindo, porque não conseguem manter sequer os trabalhadores. As agências que financiaram a venda de tratores e equipamentos estão recebendo-os de volta: os agricultores não conseguem pagar os financiamentos e, honrados que são, se não podem pagar, devolvem o bem.

E o Governo acha que está tudo bem. O Ministro Palocci, semana passada, disse: “Peçam aos parlamentares que votem as reformas”. Como se o Governo não tivesse maioria aqui! Por que o Governo votou o que quis, aprovou o que quis, aprova medida provisória como e quando quer e não pode aprovar medidas que possam atender um setor fundamental para gerar emprego e renda e que se encontra no desespero neste momento?

Concedo um aparte ao Senador Ramez Tebet, com satisfação.

**O Sr. Ramez Tebet** (PMDB – MS) – Senador Osmar Dias, rapidamente, não com o brilho e com a competência de V. Ex<sup>a</sup>, ocupei a tribuna para abordar o mesmo assunto que V. Ex<sup>a</sup> está abordando. Eu lhe pedi o aparte para cumprimentá-lo, para me solidarizar com o movimento que está aqui em Brasília e para ver se V. Ex<sup>a</sup> consegue me dizer qual é o projeto do Governo que está aqui que poderá auxiliar o homem do campo; qual o projeto do Governo que está a depender de votação do Congresso Nacional. O Governo não tem projeto algum para resolver o problema, não tem uma política agrícola adequada, não tem uma política creditícia, não tem uma política de financiamento adequada para atender às reais necessidades do nosso País. Se for aprovado tudo o que está aqui, se forem aprovados todos os projetos governamentais em tramitação no Congresso, ainda assim, não será ajudado em nada o homem do campo. Vai ajudar em quê? Todas as vezes que chegam projetos com esse objetivo aqui, V. Ex<sup>a</sup> e outros tantos Parlamentares – e permita-me incluir-me entre eles –, ficamos lutando para não perder alguma

conquista que alcançamos, isso sim. O pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, além de substancioso, é altamente oportuno, V. Ex<sup>a</sup>, que é um grande entendido do assunto.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Muito obrigado, Senador Ramez Tebet. O problema é este: falta de projeto para o Brasil.

Senador Antonio Carlos Magalhães, com muita honra.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** (PFL – BA) – V. Ex<sup>a</sup>, sempre que ocupa a tribuna, traz assuntos sérios e do interesse do País. Mais uma vez, V. Ex<sup>a</sup> faz isso, e o faz num dia em que os agricultores brasileiros se reúnem em Brasília para implorar apoio ao Governo Federal. V. Ex<sup>a</sup> coloca uma situação grave que ainda hoje colocamos ao Ministro Palocci, eu e vários Senadores. Há recursos, como os que vamos votar daqui a pouco, para o Haiti, para o tsunami – tudo isso é justo porque são tragédias –, há recursos para o frigorífico do Paraguai, para a Venezuela de Chávez, para empréstimos à Bolívia. Para tudo isso o Governo arranja recursos, mas para essas coisas graves que V. Ex<sup>a</sup> salienta, como esse caso do arroz, que é significativo e ilustrativo para todo o Brasil, não há recursos. V. Ex<sup>a</sup>, mais uma vez, é o intérprete verdadeiro dos agricultores do País. Quero somar a minha modesta voz à de V. Ex<sup>a</sup> para dizer que este País não pode crescer porque não há sequer um projeto em favor da agricultura neste Congresso. Enquanto isso, o Presidente viaja pelo mundo inteiro, dando recursos aos países que precisam. E nós passamos fome ou, então, vamos para a decadência total do desenvolvimento, porque o desenvolvimento, infelizmente, não pode ser feito sem o apoio do Governo Federal.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Obrigado, Senador Antonio Carlos Magalhães. A voz forte de V. Ex<sup>a</sup> ajuda, e muito, na defesa dos agricultores brasileiros; quando V. Ex<sup>a</sup> fala, tem o respeito desta Casa.

Sem dúvida nenhuma, V. Ex<sup>a</sup> sabe tanto quanto eu que, hoje, os agricultores estão aqui, mas esse problema da crise que afeta os agricultores e o seu Estado, que tem um projeto para agricultura, que está produzindo, abrindo novas fronteiras em Municípios importantes, tudo isso vai repercutir na economia dos Estados, vai repercutir na economia dos Municípios e, se essa crise não for debelada, não for agora enfrentada pelo Governo...

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – ...que não está tendo capacidade para discutir e colocar em prática um projeto para resolver esse problema, que é emer-

gencial, a economia será afetada de forma drástica, e o Governo, que comemorou um crescimento pífio da economia no ano passado, poderá amargar um crescimento até negativo da economia neste ano, pois teremos a contaminação de toda a economia brasileira, porque a base da economia, que é a nossa agricultura, está hoje muito combalida.

Portanto, venho alertando desde janeiro e vou continuar alertando. Quem sabe um dia o Governo Federal possa ouvir a voz daqueles que, desta tribuna, defende os agricultores brasileiros e possa colocar em prática um verdadeiro projeto de desenvolvimento para este País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Osmar Dias, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Roberto Saturnino.*

*Durante o discurso do Sr. Osmar Dias, o Sr. Roberto Saturnino, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares. Como orador inscrito, S. Ex<sup>a</sup> terá até dez minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, desejo me inscrever pela Liderança do PFL, se V. Ex<sup>a</sup> assim o permitir, após o orador que está à tribuna.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – V. Ex<sup>a</sup> está inscrito, mas há uma alternativa: V. Ex<sup>a</sup> poderá fazer uso da palavra após o Senador Antonio Carlos Valadares por permuta com o Senador Luiz Otávio.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de enfatizar a importância do pronunciamento do Senador Osmar Dias, que tem sido, nesta Casa, um defensor, entre os maiores, da economia brasileira, principalmente da agricultura do nosso País. V. Ex<sup>a</sup> tem nossa

solidariedade e de quantos pensam, como nós, que a agricultura é preponderante para o desenvolvimento do nosso País. E ela tem sido responsável, nos últimos anos, pela grande alavancagem do desenvolvimento e do progresso, inclusive por meio da exportação. Se o Brasil, hoje, mergulhou num clima de otimismo em relação à exportação, isso muito se deve à agricultura do nosso País, que está vivendo um momento de crise, mas que, se medidas simples e adequadas – como V. Ex<sup>a</sup> aqui acentua – forem tomadas, retomaremos o desenvolvimento da agricultura, proporcionaremos mais empregos e mais tranquilidade no campo em todo o País. Portanto, meus parabéns, Senador Osmar Dias, o grande timoneiro da agricultura no Senado Federal, ao lado do Senador Jonas Pinheiro.

Sr. Presidente, aproveito este momento, quando se fala em revitalização da política com a implementação de um programa governamental sustentado na honradez, na transparência, no trabalho e na preocupação com o social, para falar sobre uma revitalização que considero também essencial, principalmente para uma região tão sofrida, o Nordeste. Falo da revitalização do rio São Francisco.

Tenho em mão um trabalho elaborado, chamado Plano São Francisco, sob a coordenação do Vice-Presidente da República, que fora designado pelo Presidente Lula para chefiar um grupo de trabalho composto por vários Ministérios a fim de analisar propostas existentes e propor medidas de viabilização da transposição de águas para o semi-árido nordestino.

Sr. Presidente, se lermos esse trabalho detidamente – que, como disse, teve a iniciativa do Presidente, mas a coordenação do Vice-Presidente da República –, chegaremos à conclusão de que a transposição foi um projeto que ultrapassou o pensamento e a doutrina desse trabalho elaborado pelo Vice-Presidente da República. Senão vejamos, em primeiro lugar, a preocupação do nosso Vice-Presidente da República e, conseqüentemente, de todos aqueles que o assessoram não só nos Ministérios, como em todos os Estados onde ele ouviu Governadores e Lideranças políticas.

Aqui estão as conclusões desse trabalho, que vislumbra, em primeiro lugar, em vez da transposição, um projeto de revitalização, pois traz recomendações como: para viabilizar a transposição das águas para o semi-árido nordestino, o Governo teria de, em primeiro lugar, acolher por inteiro o conjunto de programas, projetos e ações integrantes do plano que se sugere denominar Plano São Francisco, plano de sustentabi-

lidade hídrica para o semi-árido, em suas dimensões política, econômica e financeira.

Adiante, ele discrimina quais os programas que deveriam ser realmente efetivados, executados para viabilizar uma transposição. Em primeiro lugar, programa de revitalização do rio São Francisco. Tem coisa mais clara que isso? Programa de revitalização do São Francisco, composto de diversos subprogramas, com priorização absoluta, independentemente de quaisquer obras de transposição. Projeto de integração de bacias hidrográficas em segundo lugar, tendo-se como fonte hídrica básica o conjunto fluvial dos rios Tocantins e São Francisco, a partir dos quais se derivarão águas para uso local e usos fora da bacia.

Quer dizer, em primeiro lugar, o Vice-Presidente colocou, como condição **sine qua non**, um projeto de integração de bacias hidrográficas para a realização, **a posteriori**, de uma transposição; projetos para armazenamento e distribuição de água; sistema de adutoras e barragens que serão integradas aos eixos de transposição do rio São Francisco; ações localizadas de infra-estrutura; programas objetivando o atendimento às populações esparsas, como adutoras, priorizando propostas que incluem a participação dessas populações esparsas que, devidamente orientadas, poderão passar a aplicar as chamadas microssoluções, tais como: construção de cisternas, barragens subterrâneas, sistemas coletores de água das chuvas, etc; ações na área de gestão de recursos hídricos, como preconiza a política nacional de recursos hídricos.

E finalizando o elenco de ações que deveria ser tomado pelo Governo Federal, Sr. Presidente, está, em primeiro lugar, o início do programa de revitalização do rio São Francisco, implementando as ações ambientais emergenciais – isso é o que diz o trabalho coordenado pelo Vice-Presidente da República –; ação política de prioridade máxima na votação e aprovação da PEC nº 522, de 2002, pela Câmara dos Deputados, garantindo recursos por 20 anos para o programa de revitalização do rio São Francisco.

Esse trabalho, Sr. Presidente, foi editado em outubro de 2003.

Do que trata essa PEC? É uma PEC de minha autoria, aprovada pelo Senado Federal por unanimidade, tendo o nº 27 no Senado Federal e o nº 524 na Câmara dos Deputados. Ela já foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania e está agora na Comissão Especial, tendo como Relator o Deputado Federal Fernando Ferro, que está aguardando o sinal



verde da equipe econômica do Governo para disponibilizar recursos, visando à revitalização por 20 anos.

Esse trabalho ainda propõe a continuidade das providências para a obtenção de licenciamento ambiental etc.

Sr. Presidente, quem se der ao trabalho de ler o Plano São Francisco, como eu disse, elaborado com a participação intensa do Vice-Presidente da República, chegará à conclusão de que o projeto de transposição é temerário, porque não obedece às linhas mestras dessa recomendação. Por exemplo, a transposição de águas da bacia do rio Tocantins para o rio São Francisco deveria ser uma das primeiras providências do Governo Federal.

Os estudos visando essa transposição do rio Tocantins para o rio São Francisco, segundo esse trabalho:

(...) foram iniciados em 2001, a partir do rio do Sono, conforme proposta do Governo do Estado de Tocantins, no âmbito de um projeto doador de água. Entretanto, nos anos de 2001 e 2002, o Ibama instituiu duas unidades de conservação do grupo de proteção integral no meio ambiente, na área prevista para o empreendimento, inviabilizando, por força de lei, o projeto doador.

Então, o Governo começou a estudar outra saída para transpor as águas do rio Tocantins para o rio São Francisco:

Entendimentos posteriores, [diz aqui o trabalho], realizados entre o Governo Federal e o Governo do Estado do Tocantins, decidiram pelo desenvolvimento de novos estudos, dessa feita ao sul da área protegida, tendo concluído que o projeto é viável tecnicamente a partir do rio Palma (TO), com deságüe na bacia do rio Preto (BA). [Portanto, sai do rio Palma e deságua no rio Preto.] O sistema proposto prevê recuperação parcial da energia utilizada para bombeamento, com a instalação de hidrelétricas no trajeto das águas.

(...)

Ressalte-se que esse problema, comum aos projetos de integração de bacias, é mais significativo, quando o ecossistema receptor ainda está preservado em suas condições naturais. Estima-se em dois anos o tempo necessário para a realização [dos estudos de impacto ambiental].

Sr. Presidente, já estou finalizando, entre as propostas deste grupo de trabalho tem-se barragens de regularização no Estado de Minas Gerais: o incremento da vazão regularizada a ser alcançado dará suporte ao desenvolvimento da agricultura irrigada, por meio das barragens Congonhas e Berizal, e também a implantação das barragens Setúbal e Jequitaí I e II, além das barragens no rio das Velhas, Paracatu e Uruaia...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – ...além de propiciar melhor navegabilidade no médio São Francisco, beneficiando também os Estados da Bahia e de Pernambuco.

E, afinal, Sr. Presidente, segundo os cálculos, quanto custaria a revitalização do rio São Francisco? Não estou falando na transposição do rio Tocantins para o rio São Francisco. O projeto de revitalização, segundo esses estudos, custaria US\$1 bilhão, ou seja, aproximadamente R\$2,3 bilhões. Levando-se em consideração que a transposição custaria mais de R\$4 bilhões, em vinte anos, não seria nada de mais o Governo investir numa proposta tão exequível e tão protetora dos interesses do Brasil e, conseqüentemente, da nossa Região Nordeste, aí também incluído o Estado de Minas Gerais.

Por isso, Sr. Presidente, quero aproveitar o ensejo para recomendar aos Senadores, principalmente aos Senadores do Nordeste do Brasil, do Estado de Minas Gerais, que leiam esse trabalho tão edificante, elaborado, como eu disse, sob os auspícios do Governo Federal, mas sob a coordenação do Vice-Presidente José Alencar, Plano do São Francisco.

Se o Governo tivesse atentado para esse trabalho...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – ...certamente que não teria determinado, assim de pronto, a toque de caixa e a repique de sino, a execução do projeto de transposição e teria atendido, com a revitalização, aos anseios do Nordeste do Brasil e a proteção do Velho Chico, rio da unidade nacional.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*



**VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

**RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL  
INSTITUÍDO POR DECRETO PRESIDENCIAL DE 11 DE JUNHO DE 2003**

**FINALIDADE: ANALISAR PROPOSTAS EXISTENTES E PROPOR  
MEDIDAS PARA VIABILIZAR A TRANSPOSIÇÃO  
DE ÁGUAS PARA O SEMI-ÁRIDO NORDESTINO**

**GRUPO DE TRABALHO**

Vice-Presidência da República - coordenação

Casa Civil da Presidência da República

Ministério da Fazenda

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Ministério do Meio Ambiente

Ministério da Integração Nacional

Brasília, 31 de outubro de 2003

**ÍNDICE**

	Página
1 - Marco inicial: Decreto de instituição do Grupo de Trabalho Interministerial	5
2 - Apresentações Públicas e Reuniões de Trabalho	6
3 - Histórico	9
4 - O Plano São Francisco - Plano de Sustentabilidade Hídrica para o Semi-árido	10
4.1 - Condicionantes políticos	11
4.2 - Questões sociais e fundiárias	12
4.3 - Questões técnicas	15
4.3.1 - Transposição de águas do Rio São Francisco para o Semi-árido Setentrional (PE, PB, RN e CE)	15
4.3.2 - Transposição de águas da Bacia do Rio Tocantins para a Bacia do Rio São Francisco	17
4.3.3 - Transposição de águas da Bacia do Rio Tocantins para o Semi-árido Setentrional	18
4.3.4 - Transposição de águas da Bacia do Rio São Francisco para as Bacias dos Rios Piauí/Canindé	18
4.3.5 - Projeto Sertão Pernambucano	19
4.3.6 - Projeto Sertão Alagoano	19
4.3.7 - Projeto Xingó	19
4.3.8 - Transposição de águas do Rio São Francisco para o Nordeste Meridional – Eixo Sul	19
4.3.9 - Transposição do Rio Tocantins a partir de Carolina, Maranhão	20
4.3.10 - Barragens de regularização no Estado de Minas Gerais	20
4.4 - Implicações econômico-financeiras	20

4.5 - Componentes do Plano São Francisco - Plano de Sustentabilidade Hidrica para o Semi-árido	26
4.5.1 - Programa de Revitalização do Rio São Francisco – PRSF	26
4.5.2 - Projetos de Integração de Bacias Hidrográficas – PIBHI	28
4.5.3 - Projetos para Armazenamento e Distribuição da Água – PROAD	28
4.5.4 - Ações localizadas de infra-estrutura	31
4.5.5 - Ações na área de gestão dos recursos hídricos	32
5 - Recomendações do Grupo de Trabalho	33

*Ao Estimado e Eminentemente Amigo,  
Senador Antonio Carlos Valadares,  
com o meu abraço e votos de  
que continue na defesa dos grandes  
e relevantes assuntos que dizem  
respeito aos interesses de Sergipe  
e do Brasil.*

*Minha visita.*

*Tue Alex*

*Brasília, 3 de junho de 2005*



## 1 - Marco inicial: decreto de instituição do Grupo de Trabalho Interministerial

O Presidente da República, por meio de Decreto de 11 de junho de 2003, instituiu Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) com o objetivo de analisar e elaborar proposta para a transposição de águas para o Semi-árido Nordestino, composto por representantes dos seguintes órgãos:

- Vice-Presidência da República, responsável pela coordenação do Grupo;
- Casa Civil da Presidência da República;
- Ministério da Fazenda;
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Ministério do Meio Ambiente; e
- Ministério da Integração Nacional.

O Decreto de 11 de junho de 2003 determinou prazo de 90 dias, a contar da data da designação dos representantes dos órgãos acima nominados, para elaboração e encaminhamento à apreciação da Câmara de Políticas de Infra-estrutura, de *relatório técnico conclusivo*, contemplando proposta para a transposição de águas para o Semi-árido Nordestino.

A designação dos servidores foi efetivada por meio da Portaria 1.206, da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União do dia 16 de junho de 2003, ficando conseqüentemente fixada a data de 16 de outubro de 2003 para a apresentação do referido relatório técnico, consolidado pelo presente documento. Posteriormente, tal data restou prorrogada por mais trinta dias, em virtude do estabelecido por Decreto de 15 de outubro de 2003. Os servidores designados para integrar o Grupo de Trabalho Interministerial são:

Vice-Presidência da República:

José Alencar Gomes da Silva (Coordenador)

Vicente Coelho Araújo (Suplente)

Casa Civil da Presidência da República:

Johaness Eck (Titular)

Valdomiro José de Almeida (Suplente)

Ministério da Fazenda:

Joaquim Vieira Ferreira Levy (Titular)

Luiz Tacca Júnior (Suplente)

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

Ariel Cecílio Garces Pares (Titular)

Beatrice Kassar do Valle (Suplente)

Ministério do Meio Ambiente:

Cláudio Langone (Titular)

Nilvo Alves da Silva (Suplente)

Ministério da Integração Nacional

Hypérides Pereira de Macedo (Titular)

João Urbano Cagnin (Suplente)

## 2 - Apresentações públicas e reuniões de trabalho

Com o objetivo de ouvir governos estaduais, agentes políticos, entidades não-governamentais, técnicos, ambientalistas e sociedade civil a respeito das diversas alternativas existentes para estruturação do setor hídrico do Semi-árido Nordeste, por meio de projetos sustentáveis de integração de bacias, contemplando todos os estados com parcelas territoriais inseridas no Polígono das Secas, a coordenação do Grupo de Trabalho Interministerial participou, entre os dias 14/7/2003 e 21/10/2003, de apresentações públicas e reuniões de trabalho, pertinentes a empreendimentos de transposição de águas.

Com a realização desses eventos, foi possível compor o quadro de expectativas e preocupações referentes a cada um dos estados doadores e donatários, principalmente no que diz respeito aos aspectos ambientais e socioeconômicos associados especificamente a projetos de transposição, bem como sobre o problema da água como fator de limitação de desenvolvimento em todos os estados com áreas sujeitas às adversas peculiaridades do clima semi-árido.

Os estados que integram as bacias potencialmente doadoras do Tocantins e São Francisco são:

**Rio Tocantins:** Estado do Tocantins, onde é admirável, e já histórica, a postura de sensibilidade e racionalidade em relação à importância da necessidade de garantir a sustentabilidade hídrica do semi-árido, expressando-se essa consciência inclusive de forma concreta, através da elaboração, por parte do Governo do Estado, do chamado “Projeto Doador”, cuja denominação já refletia a louvável disposição do Tocantins em transferir recursos hídricos para o semi-árido.

**Rio São Francisco:** diretamente relacionados com a questão da sustentabilidade hídrica do semi-árido, temos: Minas Gerais, Bahia, Alagoas, Sergipe e Pernambuco, sendo este último ao mesmo tempo doador e donatário.

Os argumentos mais frequentes contrários a transposições possuem naturezas diversas, a saber:

### **Revitalização:**

- argumentos de natureza política, que procuram impor a reconhecida necessária revitalização do Rio São Francisco como condição prévia para a retirada de água para qualquer outro uso fora da bacia (inclusive abastecimento humano).

### **Questão ambiental:**

- argumentos de natureza ambiental, que englobam preocupações ambientais legítimas e pertinentes, e outras que exploram a subjetividade técnica de alguns temas ambientais.

### **Obras de interesse de cada estado:**

- ainda argumentos de natureza política, que impõem como condição de apoio a projetos de transposição para estados fora da bacia a priorização na alocação de recursos, por parte do governo federal, para obras de infra-estrutura hídrica integrantes dos seus respectivos planos estaduais, principalmente para aquelas inconclusas. Inclui-se também, nessas reivindicações, a continuidade/início de implantação de projetos de transposições internas a partir do São Francisco, beneficiando outras bacias dos estados doadores.

**Questão fundiária:**

- argumentos de natureza socioeconômica, que têm como base preocupações com o enfrentamento dos problemas relacionados com a estrutura fundiária, com o planejamento do empreendimento para antes, durante e após a execução das obras.

Nos estados donatários – Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará – prepondera o posicionamento em favor da implantação da alternativa mais adequada a potencializar o desenvolvimento regional, garantindo o suprimento das demandas para o presente e o horizonte futuro de pelo menos médio prazo (25 anos).

Quanto a esse ponto, entretanto, não há unanimidade: alguns ambientalistas e técnicos externam preocupações sobre a necessidade de se priorizar a implementação célere de mecanismos de boa gestão de recursos hídricos para, somente após a conquista de avanços mais enfáticos nessa direção, procurar-se aumentar a oferta hídrica pela implantação de infraestrutura.

Contudo, faz-se necessário mencionar que empreendimentos do porte de transposições, mesmo considerando-se os projetos mais simples, necessitam de tempo para sua conclusão, o que poderá representar, pela situação atualmente constatada e já vivenciada (casos de Fortaleza, Recife, Campina Grande e Caruaru, por exemplo, na última grande seca: 1997-1999), a submissão de grandes conglomerados urbanos a um “apagão” hídrico.

Cabe registrar, de outra parte, o inegável arrefecimento das posições contrárias em relação a transposições, colocadas, como eram, de maneira isolada, ou seja, não permeadas pelas preocupações ambientais que lhe são naturalmente afetas. Da instituição do Grupo de Trabalho até aqui, tem-se, como principais fatores que possibilitaram a melhoria do quadro, os seguintes:

- a própria instituição do Grupo de Trabalho, envolvendo importantes ministérios implicados com o problema, demonstrou a clara disposição do governo federal em enfrentar, de maneira inédita, o problema da escassez de água no Semi-árido Nordeste;
- a inserção das alternativas de transposição não mais como meras iniciativas emergenciais, com cerne na obra física em si (reduccionismo), mas, sim, como parte de um amplo plano de sustentabilidade hídrica para o semi-árido (holístico), beneficiando todos os estados com espaço físico no Polígono das Secas, e tendo como principais norteadores os aspectos de natureza ambiental;
- debate público de considerável ressonância dialética, sem soluções impostas, coletando as preocupações da sociedade e interagindo diretamente com os representantes políticos, organizações governamentais e não-governamentais de todos os estados envolvidos, demonstrando, por um lado, a vontade política de realizar e, por outro, cristalizando a consciência do complexo caráter multidisciplinar que permeia o tema.

As apresentações públicas e reuniões de trabalho realizadas com a participação da coordenadoria do Grupo de Trabalho nos estados doadores e nos estados donatários contaram com a presença dos governadores, vice-governadores, senadores, deputados federais e estaduais, secretários de estado, prefeitos, vereadores, representantes do Poder Judiciário e do Ministério Público, presidentes de entidades de classe, universidades, associações ambientalistas, lideranças e público em geral. As datas e locais de tais atividades estão descritos na Tabela 2.1:

Tabela 2.1 – Apresentações públicas e reuniões de trabalho

<b>Datas</b>	<b>Atividades realizadas/Local</b>
14/7/03	Instalação do Grupo de Trabalho Interministerial – Brasília, DF
21/7/03	Reunião de trabalho com o Presidente da República – Brasília, DF
7/8/03	Banco Mundial – Brasília, DF
8/8/03	Diretoria do Comitê da Bacia do Rio São Francisco – Brasília, DF
14/8/03	Belo Horizonte, MG
18/8/03	Salvador, BA
18/8/03	Aracaju, SE
19/8/03	Maceió, AL
20/8/03	Reunião de trabalho com o Presidente da República – Brasília, DF
28/8/03	Associação Brasileira do Ministério Público do Meio Ambiente – Brasília, DF
4/9/03	Senado Federal – Brasília, DF
5/9/03	BNDES – Rio de Janeiro, RJ
10/9/03	Câmara dos Deputados – Brasília, DF
11/9/03	Palmas, TO
3/10/03	Recife, PE
3/10/03	Penedo, AL
4/10/03	Campina Grande, PB
6/10/03	Natal, RN
6/10/03	Fortaleza, CE
7/10/03	Teresina, PI
16/10/03	Congresso dos 15 Anos da Constituição Federal e da Proteção do Meio Ambiente – Recife, PE
17/10/03	2º Fórum de Secretários de Recursos Hídricos do Nordeste – Teresina, PI
21/10/03	Assembléia Legislativa de Minas Gerais – Belo Horizonte, MG
<b>Datas</b>	<b>Atividades agendadas/Local</b>
5/11/03	Visita do Ministério Público Federal e das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente ao INPE/FUNCATE
14/11/03	Apresentação pública aos Srs. Prefeitos da região de Garanhuns e Caetés, PE

No encerramento da sessão plenária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, realizada em Penedo-AL no período de 1 a 3 de outubro p.p., foi solicitado, através de um documento denominado “Carta de Penedo”, que nenhuma obra de transposição fosse iniciada antes da aprovação do Plano dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. O prazo para execução do referido Plano foi acordado entre a Agência Nacional de Águas (ANA), o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e representantes do Grupo de Trabalho Interministerial em seis meses, a partir daquele dia 3 de outubro de 2003.

Tal proposta foi aceita pela Coordenação do GTI ainda que, mais tarde, em reunião realizada na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais em 21/10/03, tivesse sido solicitada a redução do referido prazo para 90 dias, quando o Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco considerou difícil a redução daquele prazo de 180 dias já estabelecido e acertado em Penedo-AL.



### 3 - Histórico

A seca do Nordeste tem sido, ao longo de mais de um século, motivo de grande preocupação nacional. Os governos brasileiros, todos, têm se preocupado com esse importantíssimo tema, e medidas com o objetivo de viabilizar a sustentabilidade da chamada “Civilização do Semi-árido” também foram objeto de trabalhos realizados ao longo do tempo.

Embora instituições governamentais federais como a Inspetoria de Obras Contra a Seca (IOCS), Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca (IFOCS) – atual Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) – e Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) tenham tido um relevante papel histórico na implantação da infraestrutura hídrica atualmente disponível, vultosos recursos financeiros foram gastos – e ainda são – com medidas de caráter paliativo (fornecimento de carros-pipa, criação de frentes de trabalho, entrega de cestas básicas, etc.).

De maneira histórica, destaca-se, na atual conjuntura, a vontade política de buscar uma solução estruturante que, eliminando o problema da insegurança hídrica da região, abra caminho para o estabelecimento de condições dignas não apenas de sobrevivência, mas de desenvolvimento socioeconômico para aquelas populações, em condições mínimas de igualdade com as outras regiões do país.

A percepção da necessidade de medidas voltadas à integração do semi-árido com fontes hídricas perenes remonta ao Império, quando, por iniciativa de D. Pedro II, procedeu-se a levantamento (1852 a 1854) com o objetivo de levar águas do Rio São Francisco para as regiões mais carentes. Posteriormente, em 1856, o Barão de Capanema, liderando a chamada “Comissão Científica de Exploração”, apontava para a viabilidade da abertura de canal interligando o Rio São Francisco ao Rio Jaguaribe, no Ceará. A mesma cogitação fez parte de um plano estratégico delineado por Euclides da Cunha para suprimento hídrico do semi-árido, em 1908. Outros estudos foram posteriormente desenvolvidos pelo IFOCS, em 1913 e em 1919, com o mesmo objetivo, esbarrando todas as iniciativas em impossibilidades técnicas relacionadas com o estágio de desenvolvimento tecnológico disponível à época.

Mais recentemente, três tentativas merecem registro: uma na década de 80 (Departamento Nacional de Obras de Saneamento - DNOS), outra no início da década de 90 (Ministério da Integração Regional - MIR) e, por último, em 1997, quando o governo determinou ao então Ministério de Planejamento e Orçamento (MPO), através de sua Secretaria Especial de Políticas Regionais (SEPRE), reestudar o assunto.

Os estudos relacionados com esta última iniciativa consideraram ainda o Rio Tocantins como fonte de sustentabilidade hídrica para o semi-árido (reforço à Bacia do São Francisco), cabendo também ressaltar que foi a única iniciativa a contemplar não apenas aspectos de natureza técnica, social, econômica e financeira, mas, também, a necessária incorporação de uma visão holística sobre as bacias doadoras e donatárias, imprescindível para a incorporação ao tema da dimensão ambiental, inclusive contemplando estudos relacionados com a revitalização do Rio São Francisco.

A operacionalização das ações no âmbito do desenvolvimento de estudos e projetos, iniciada em 1997, deu-se através do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e Fundação de Ciências, Aplicações e Tecnologias Espaciais (FUNCATE).

#### 4 - O Plano São Francisco - Plano de Sustentabilidade Hídrica para o Semi-árido

A tomada de decisão do governo em reverter, por meio de medidas estruturantes e sustentáveis, o adverso quadro de desequilíbrio entre ofertas e demandas hídricas no semi-árido do Nordeste brasileiro, exige a integração de ações harmonizadas que, abrigadas na forma de um plano de longo prazo, proporcione a sustentabilidade hídrica para a região, respeitando-se todos os condicionantes de natureza política, social, econômica e ambiental.

Propõe-se, portanto, a adoção de medidas estruturantes e de conservação ambiental que contemplem, de um lado, a integração de bacias hidrográficas superavitárias do ponto de vista hídrico com o semi-árido do Nordeste brasileiro, e, de outro lado, a implementação de outras medidas objetivando diminuir o imenso passivo ambiental da Bacia do São Francisco, ações integradas a partir de um plano de revitalização que garanta sua sustentabilidade ambiental, independentemente de quaisquer intervenções de infra-estrutura hídrica voltada para transposições. A *inadiabilidade* da revitalização do Rio São Francisco urge como determinante na definição de todas as providências voltadas à operacionalização do que se propõe.

Para a elaboração do presente *relatório técnico*, foram inicialmente levantados, junto às diversas instituições federais e estaduais com atuação na região, propostas e alternativas voltadas para a transposição de águas para o Semi-árido Nordestino. Todos os estudos de transposição inventariados têm como fonte hídrica os Rios São Francisco e Tocantins, fazendo-se uso desses de maneira direta - com transposições conduzindo águas diretamente aos pontos de demanda -, ou de maneira indireta, através da transposição do Tocantins para o São Francisco.

Por se tratar de rios federais, nos termos do que estabelece a Lei 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e, por outro lado, envolverem a necessidade de elevados investimentos, os projetos de transposição até então estudados foram desenvolvidos em diferentes graus de detalhamento (arranjo inicial, pré-viabilidade, viabilidade e projeto básico), quase sempre por órgãos da administração federal.

Não menos importante para a composição do espaço sobre o qual se fundamentou a concepção do denominado **Plano São Francisco - Plano de Sustentabilidade Hídrica para o Semi-árido**, tratado a seguir, foi a coleta de informações no âmbito dos estados donatários e doadores da região. Em particular, os governos dos estados banhados pelo São Francisco têm estudado o problema da degradação ambiental da Bacia do São Francisco e dispõem de propostas de ações para a correção dos problemas apontados, que precisam ser levadas em consideração.

Tais propostas, ainda em forma preliminar, poderão ser transformadas em projetos e incorporadas ao **Plano São Francisco - Plano de Sustentabilidade Hídrica para o Semi-árido**.

Minas Gerais, por exemplo, possui um programa de revitalização do Rio São Francisco bastante abrangente, assim como o Estado da Bahia, com o seu Projeto Piloto, que diz respeito a um terço da extensão do rio no estado, entre Ibotirama e Juazeiro, cujo objetivo principal é recuperar e conformar a calha para conferir ao rio condições de navegabilidade no trecho.

Destacam-se ainda propostas de ações para o Baixo São Francisco, abrangendo os Estados de Alagoas e Sergipe, prevendo ações que focam os principais problemas do desenvolvimento sustentável naquela região.

Pernambuco também dispõe de importantes estudos de interesse daquele estado, que obviamente deverão ser acolhidos ainda que, como donatário, o estado receba os benefícios dos Eixos Norte e Leste.

No que concerne à infra-estrutura, a avaliação dos programas, estudos e projetos disponíveis mostrou uma série de obras consideradas estruturantes, que passaram a compor o que se denomina o segmento de infra-estrutura do **Plano São Francisco - Plano de Sustentabilidade Hídrica para o Semi-árido**, adiante descritas no item 4.3 - Questões técnicas.

#### 4.1 - Condicionantes Políticos

Projetos de transposição de águas do Rio São Francisco surgiram e se desenvolveram sob fortes disputas intra-regionais. A dificuldade política de se chegar a um consenso pode ser sintetizada em três vertentes, apresentadas a seguir:

- 1 - problemas decorrentes de fatos precedentes;
- 2 - problemas decorrentes do imediatismo e das demandas políticas insatisfeitas;
- 3 - problemas decorrentes da suposta infalibilidade e universalidade da solução adotada.

Em primeiro lugar, se situam os problemas que decorrem de fatos precedentes, isto é, problemas que, independentemente do mérito das ações propostas pelo projeto de transposição, geram atritos e condicionantes que dificultam o diálogo político intra-regional.

A Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco abrange sete estados. Suas características interioranas (só um dos sete estados ribeirinhos tem sua capital situada em território da bacia) e o peculiar traçado do rio principal (com um extenso trajeto continental no sentido sul-norte e a escassa área de drenagem de seu trecho inferior) fazem da bacia um importante celeiro de recursos naturais, exportados para os grandes centros de consumo, tanto no Nordeste quanto no Sudeste do país.

Na bacia, convivem grandes empreendimentos de geração de energia elétrica, extensas áreas agrícolas sujeitas a irrigação, atividades de extração e transformação de minério, práticas agrícolas de sequeiro, silvicultura e pesca artesanal continental e estuarina.

Tal quadro acumula um elevado passivo socioambiental, que gera conflitos e promove variadas reivindicações das populações ribeirinhas, fatores que nutrem e potencializam os conflitos intra-regionais, alimentando desconfiças e preconceitos em relação a ações tendentes a exportar os recursos hídricos para outras regiões do Nordeste.

Por outro lado, projetos de transposição, num primeiro momento apresentados como uma ação externa à bacia, geraram fortes resistências e alimentaram suspeitas de novas perdas que, somadas ao cenário de degradação da bacia, se constituem em fundamentos para a resistência não só à transposição, como a qualquer ação do poder público no âmbito da bacia.

A mitigação dos problemas decorrentes desses fatores antecedentes será lenta e gradual e terá de se basear, prioritariamente, num intenso *debate político*, para que todos possam conhecer o que se deseja implementar.

Por outro lado, o marcado imediatismo que tem permeado as ações políticas em matéria de convívio com o fenômeno das secas na região, somado à insatisfação das demandas por soluções aos principais problemas do desenvolvimento regional, que se acumulam ao longo de décadas, alimenta e acentua as resistências às intervenções na bacia.

Assim, um projeto de transposição não é visto como obra estruturante, base para a solução dos problemas da região, mas sim como um forte concorrente dos projetos em andamento. Teme-se que as obras de transposição acabem competindo com os serviços e obras reivindicados pelos diferentes estados, muitas delas atualmente paralisadas ou com sua execução preterida por falta de recursos.

Uma terceira vertente dos questionamentos políticos do empreendimento se baseia nas críticas a uma suposta infalibilidade e universalidade das obras de transposição na luta contra o flagelo da seca. São posições muitas vezes mal-intencionadas. Críticas ainda subsistem e se apresentam baseadas em interpretações simplistas em relação à abrangência e ao escopo do projeto de transposição.

As obras de transposição, mesmo com ampla abrangência regional (seis estados do Nordeste e mais de 20 milhões de habitantes beneficiados), não se pretendem nem infalíveis no combate aos flagelos da seca nem em suposta solução universal, definitiva para a região.

Identificar as vertentes das principais críticas políticas ao projeto, intensificar os esforços para a evolução de um debate civilizado e cooperativo e, principalmente, inserir o empreendimento transposição de águas em um plano de maior abrangência, de modo a nele incorporar os diferentes pontos de vista intra-regionais, são os principais desafios da coordenação política do projeto.

#### **4.2 – Questões sociais e fundiárias**

A resolução dos condicionantes sociais para a concretização de uma transposição de águas do Rio São Francisco exige interação entre as diferentes instâncias do poder público e da sociedade civil.

Cabe, porém, ao poder público, criar instâncias capazes de encurtar a distância entre a sociedade política (Estado) e a sociedade civil, para que os condicionantes que dificultam a concretização do projeto sejam minimizados e/ou superados, por meio do estabelecimento de consensos sobre temas específicos.

O eixo de articulação para a superação dos condicionantes sociais parece encontrar-se no *reconhecimento político* do projeto, isto é, no reconhecimento público acerca da necessidade de melhorar, através da incorporação de amplas mudanças nas formas de intervenção do poder público, a qualidade de vida da população nordestina, que sofre as consequências desestruturantes das secas periódicas que atingem a região, dificultando seu desenvolvimento sustentável.



Na tentativa de superar os condicionantes sociais de uma transposição de águas do São Francisco, é necessário promover ampla reflexão sobre as conseqüências da intervenção estatal tradicional e, dentro de uma perspectiva renovada, expor a urgência de serem implementadas políticas sociais públicas para as diversas questões detectadas, dentre as quais destacam-se:

- críticas formuladas por ambientalistas (erosão das margens, assoreamento do rio, desmatamento da mata ciliar, ocupação urbana irregular das margens do rio, uso intensivo de práticas agrícolas inadequadas, virtual inexistência de saneamento básico e tratamento de esgotos), que talvez seja a condicionante social mais generalizada à utilização das águas do Rio São Francisco;
- críticas formuladas por comunidades locais, organizadas cultural e socialmente, ameaçadas em função das mudanças socioeconômicas produzidas pela implantação do projeto sobre as atividades econômicas extrativistas, comerciais, agropecuárias e industriais; e
- críticas formuladas pelos estados envolvidos no projeto, ancoradas na necessidade de justa distribuição de espaços, especialmente ligados a questões ambientais e fundiárias, que devem ser observadas rigorosamente.

Para a superação das questões provocadas pelas críticas ambientalistas e pelas críticas formuladas por comunidades locais que se sentem ameaçadas em função das mudanças socioeconômicas que serão produzidas, é necessário reafirmar a positividade da intervenção estatal, com vistas a melhorar a qualidade de vida socioambiental da população, através da formulação e da implementação de políticas sociais públicas não vinculadas exclusivamente às idéias de assistencialismo ou benefício.

Nesse sentido, as políticas sociais públicas para viabilizar uma transposição de águas deverão ser entendidas como ações do Estado, para que a população atingida por tais políticas seja capaz de consolidar um projeto de autonomia.

A necessidade de revitalização socioambiental da Bacia do Rio São Francisco, a urgência em incorporar a sociedade civil organizada em torno da problemática acarretada pelas mudanças socioeconômicas decorrentes da implantação do projeto e os diferentes condicionantes estabelecidos pelos governos estaduais deverão ser considerados, abordando-se as especificidades regionais e as dificuldades além do alcance do poder local. A superação dos condicionantes sociais somente se dará garantindo-se:

- estabelecimento de um ordenamento territorial e fundiário compatível com as transformações do espaço rural provocadas pelas obras;
- planejamento participativo, ações setoriais e sua relação com modelos alternativos de desenvolvimento sustentável;
- fortalecimento da capacidade administrativa da burocracia local e sua articulação com outras instâncias de intervenção; e
- execução de políticas de desenvolvimento e de assistência singularizadas.

A distribuição da população por área e a sua relação com a ocupação do solo exigirá intervenções nas áreas de influência direta das obras de transposição, que deverão

considerar as diferentes configurações socioespaciais de ocupação: áreas a serem desapropriadas pelo Estado; áreas localizadas fora da área sujeita à desapropriação, mas que terão seu uso e ocupação redimensionados com a implementação da obra; áreas já utilizadas e onde é empregada avançada tecnologia de irrigação, de produção industrial ou de produção energética.

A distribuição da população por área e a sua relação com a possibilidade de acesso a bens e serviços (públicos e/ou privados), a redes de informação, a equipamentos institucionais, associativos/sindicais e de infra-estrutura também exigirá ações específicas, que permitirão a mitigação de condicionantes locais à iniciativa de transposição.

A distribuição da população por área, na sua relação com o uso/ocupação do solo e com o acesso a redes de equipamentos institucionais, legais e de infra-estrutura, norteará a definição do cenário atual de condicionantes sociais e aportará importantes subsídios para a definição do cenário tendencial e do cenário desejável, superior ao anterior, do ponto de vista socioambiental, com a implementação de uma transposição.

O uso múltiplo de águas transpostas deve observar a dimensão social, com ênfase na integração prioritária das populações distribuídas ao longo dos rios receptores, bem como das áreas apropriadas existentes ao longo dos canais.

A exemplo do que já foi previsto para os Eixos Norte e Leste, devem ser mapeadas as zonas de aptidão agrícola, não apenas as grandes manchas concentradas, mas também as ocorrências de potencial edáfico, nas adjacências dos canais, prevendo-se, também para essas últimas, uma vazão para utilização difusa.

Para trechos de obras onde exista essa possibilidade de irrigação, é recomendável o alargamento da faixa de desapropriação fundiária, com o objetivo de promover seu posterior loteamento para assentamento de famílias cujo perfil socioeconômico satisfaça critérios a serem especificados, mas que, no mínimo, inclua aqueles relacionados com origem, histórico em atividades agrícolas e renda.

Nos trechos de rios receptores, a predominância de minifúndios é praticamente a regra nas bacias contempladas. Às exceções poderá adotar-se o tratamento preconizado na legislação vigente, relacionado com a implantação do Programa Brasileiro de Reforma Agrária.

Da perspectiva social, o sucesso da adoção do modelo aludido possui forte determinante exógeno à transposição: Política Agrícola. Aliás, esta componente é fundamental para o setor agrícola como um todo, no qual se inserem os distritos públicos, as irrigações privadas, bem como as áreas a serem potencializadas por projetos de transposição.

A necessidade de adequações na Política Agrícola, em particular no que concerne a condições de crédito, apoio à produção e comercialização e incentivo ao cooperativismo, com tratamento compatível com a nova realidade que emergirá da sustentabilidade hídrica possibilitada pela integração de bacias, não pode ser subestimada.

Uma última condicionante deverá ser considerada: a comunicação social do projeto. Para vencer essas condicionantes, é necessário reconhecer duas formas de conhecimento: a inteligência prática, maneira de conhecer através da previsibilidade, e a inteligência instrumental, que procura remediar uma situação desconfortável utilizando os

resultados obtidos a partir da primeira. As duas formas se acham intimamente vinculadas no projeto técnico-político de uma transposição.

Nesse sentido, a relação das instituições encarregadas de difundir um projeto de transposição com os meios de comunicação disponíveis se torna complexa e necessária. É preciso considerar que, em geral, os projetos técnico-políticos fundamentam sua legitimidade na experiência subjetiva que consiste em transitar da dimensão técnica à dimensão discursiva.

### 4.3 – Questões técnicas

Diversas são as propostas existentes relacionadas com o objetivo de dar sustentabilidade hídrica para o Semi-árido Nordeste. A região inserida no Polígono das Secas apresenta como um dos principais entraves ao seu desenvolvimento a adversa superposição de duas componentes de natureza hidroclimatológica: por um lado, a seca, acíclica e sem periodicidade conhecida; por outro lado, a extrema variabilidade das precipitações interanuais e intra-anuais, essas últimas marcadas pela concentração do período chuvoso em apenas alguns meses do ano.

A variabilidade das precipitações, aliada ao fenômeno das secas (efeito de persistência de anos subsequentes de baixa precipitação), contribui de maneira decisiva para o estabelecimento de um quadro que impõe sofrimento à população mais humilde, que carece de água para atender a suas necessidades básicas, inibindo, por outro lado, a geração de empregos que decorreriam de investimento na agricultura e na indústria que, lamentavelmente se materializa, na melhor das hipóteses, de maneira limitada, por falta de garantia de água.

A minoração do risco de não-atendimento de demandas estabelecidas ou planejadas para os vários setores usuários de água na região passa, inexoravelmente, pela integração de bacias hidrográficas, transferindo-se de maneira racional e sustentável excedentes hídricos de bacias mais favorecidas para bacias menos favorecidas.

Voltar os olhos para as Bacias Hidrográficas do São Francisco e Tocantins, nesta ordem, vem a ser totalmente racional e natural, pois esses rios constituem-se nas fontes hídricas sem as quais os estados com inserção no Semi-árido Nordeste teriam, indiscutivelmente, de abandonar todos os seus planos de desenvolvimento e crescimento futuro.

Aliás, esse fato não mais representa, no meio técnico, um ponto polêmico. O que se discute, atualmente, é a oportunidade de implantação dos empreendimentos voltados à estruturação do setor hídrico da região. As propostas existentes vêm sendo exaustivamente debatidas ao longo de anos e, pelo menos uma delas, a transposição de águas do São Francisco para o Semi-árido Setentrional, há mais de 150 anos.

#### 4.3.1 – Transposição de águas do Rio São Francisco para o Semi-árido Setentrional (PE, PB, RN e CE)

Nas últimas três décadas, foram elaboradas três versões de engenharia para essa alternativa de transposição. A versão mais avançada e contextualizada na nova realidade,

construída a partir da legislação ambiental (1986), foi iniciada em 1997 e partiu de uma revisão técnica dos estudos já elaborados.

Os volumes a serem retirados do Rio São Francisco foram minimizados, propiciando também maior capilaridade da distribuição da água, inclusive inserindo uma nova captação para abastecimento de áreas críticas de Pernambuco e Paraíba – denominado Eixo Leste da transposição – , integrando as principais fontes hídricas regionais: o Rio São Francisco, potencializado pelo reservatório de Sobradinho, com os açudes estratégicos do Nordeste Setentrional, Orós e Castanhão, no Rio Jaguaribe; Santa Cruz, no Rio Apodi, Armando Ribeiro Gonçalves e Coremas, no Rio Piranhas; Epitácio Pessoa e, a jusante, Acauã, no Rio Paraíba; além de Poço da Cruz, no Rio Moxotó, e Chapéu e Entremontes, no Rio Brígida, ambos na Bacia do São Francisco em Pernambuco.

A nova concepção do projeto foi planejada simultaneamente com os estudos de avaliação econômico-financeira e impacto ambiental, cujos termos de referência foram elaborados pelo IBAMA. As concepções de engenharia, como a diretriz do traçado dos canais, deram-se em estrito acordo com as cartas ambientais, ajustadas de modo a minimizar impactos mais relevantes sobre o meio ambiente, evitando interferências em unidades de conservação e em áreas indígenas, bem como alongando o comprimento dos canais de modo a evitar-se lançar água, com conseqüente erosão, nos rios receptores.

Em termos de traçado, procurou-se viabilizar uma rota em cota mais elevada, para melhor distribuir a água para as áreas rurais dominadas topograficamente e situadas ao longo de riachos e vales ocupados por pequenos produtores.

No Rio São Francisco, foram realizados estudos de impacto de retirada de água sobre usuários do rio, em especial os situados rio abaixo das captações dos Eixos Norte e Leste, já que a barragem de Sobradinho, rio acima, interrompe o fluxo d'água natural do rio, modificando o regime fluvial com a garantia de vazões de estiagem muito superiores àquelas existentes no Alto e Médio São Francisco.

A integração do projeto com os açudes estratégicos apresenta inúmeras vantagens e oportunidades, tais como:

- condução das águas transpostas para açudes de relevante papel no atendimento de demandas humana, industrial e de irrigação, dado que, em sua maioria, esses açudes já servem à infraestrutura hídrica implantada;
- minimização da insegurança hídrica das demandas atuais e futuras, não apenas pelo fato de conectar os açudes estratégicos a um rio perene, mas por permitir uma operação menos conservadora do que a atualmente praticada nas águas locais represadas, evitando-se consideráveis perdas por evaporação e vertimento (sinergia hídrica);
- promoção de consideráveis melhorias na qualidade das águas locais represadas nos açudes estratégicos, dado que ao atender às demandas estabelecidas, o tempo de residência dessas águas locais é diminuído, em comparação com aquele resultante da operação atualmente praticada (sinergia hídrica qualitativa).

De outra parte, verificou-se que no Eixo Norte, por estarem integradas grandes bacias, o ganho decorrente das perdas que deixarão de existir pode chegar a 50% das vazões



regularizadas pelos açudes. Para cada metro cúbico de água transferida do São Francisco para as bacias receptoras, haverá um ganho adicional de até 80% em relação à vazão transposta. Isso reduz o custo da água transportada a longa distância e viabiliza seu uso múltiplo. Tal ganho foi conceituado, conforme já mencionado, como a sinergia hídrica do projeto.

Se no Eixo Norte ocorre uma significativa sinergia hídrica nas bacias receptoras, no Eixo Leste, que abastece o Rio Paraíba e o Agreste Pernambucano, a sinergia é menos significativa. O maior custo da água do Eixo Leste recomenda seu uso primordial para o abastecimento urbano e industrial.

No Eixo Norte, a existência de um grande centro consumidor na ponta do sistema hidráulico (Fortaleza), bem como o ganho sinérgico e o menor bombeamento, viabilizam o uso múltiplo da água, inclusive permitindo subsídio cruzado para os mais pobres, prática que já faz parte da realidade do seu setor de saneamento há bastante tempo.

Os estudos de viabilidade e impacto ambiental dos Eixos Norte e Leste foram apresentados ao órgão licenciador, IBAMA, em setembro de 2000.

O IBAMA julgou o estudo apto ao início do processo de audiências públicas, realizadas no primeiro semestre de 2001, nos estados beneficiados pelo projeto: Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Não foi possível realizá-las nos demais estados (Minas Gerais, Bahia, Sergipe e Alagoas), pela inconformidade do meio político com o processo de licenciamento. As audiências programadas no Estado da Bahia foram impugnadas judicialmente.

#### **4.3.2 - Transposição de águas da Bacia do Rio Tocantins para a Bacia do Rio São Francisco**

Inicialmente, quando do desenvolvimento dos estudos de pré-viabilidade (1999-2000), essa alternativa de transporte hídrico foi apresentada como reposição ao Rio São Francisco das águas a serem derivadas a partir do projeto de transposição para o Semi-árido Setentrional (apresentado em 4.3.1).

Estudos posteriores, realizados com o intuito de avaliar o impacto da entrada em funcionamento dos Eixos Norte e Leste no conflito de uso das águas do Rio São Francisco, propiciaram, em uma nova leitura da transposição de águas da Bacia do Tocantins, a sua inserção na estruturação hídrica do Semi-árido Nordeste não mais como um mero “repositor” ou “compensador”, mas como uma importante iniciava no contexto da necessária e inexorável integração das bacias, que podem proporcionar, no longo prazo, a sustentabilidade hídrica para o semi-árido, com benefícios para todos os estados a partir da Bahia, no sentido do curso do São Francisco. Todos os projetos de utilização local das águas ou através de transposições farão uso futuro dessas águas.

Face à importância desse empreendimento, o governo federal, através do Ministério da Integração Nacional, contratou estudos de viabilidade técnico-econômica e de avaliação ambiental preliminar para o projeto.

Os estudos foram iniciados em 2001 a partir do Rio do Sono, conforme proposta do próprio Governo do Estado do Tocantins, no âmbito de um projeto doador de água.

Entretanto, nos anos 2001 e 2002, o IBAMA instituiu duas unidades de conservação do grupo de proteção integral do meio ambiente na área prevista para o empreendimento, inviabilizando, por força de lei, o projeto doador.

Entendimentos posteriores realizados entre o governo federal e o Governo do Estado do Tocantins decidiram pelo desenvolvimento de novos estudos, dessa feita ao sul da área protegida, tendo concluído que o projeto é viável tecnicamente a partir do Rio Palma (TO), com deságüe na Bacia do Rio Preto (BA). O sistema proposto prevê recuperação parcial da energia utilizada para bombeamento, com a instalação de hidrelétricas no trajeto das águas.

Da perspectiva ambiental, a viabilidade do projeto foi avaliada preliminarmente, concluindo-se pela necessidade de, quando da elaboração dos estudos de impacto ambiental, atentar-se, com certa profundidade, para a questão da transferência de biota aquática da Bacia do Tocantins para o São Francisco.

Ressalte-se, entretanto, que esse problema, comum aos projetos de integração de bacias, é mais significativo quando o ecossistema receptor ainda está preservado em suas condições naturais. Estima-se em dois anos o tempo necessário para a realização do EIA/RIMA para o projeto em tela.

#### **4.3.3 - Transposição de águas da Bacia do Rio Tocantins para o Semi-árido Setentrional**

A transferência dos montantes hídricos nesta alternativa voltada à sustentabilidade do Semi-árido Setentrional dar-se-ia diretamente da Bacia do Rio Tocantins para aquela região, através de um canal com aproximadamente 1.800 km de extensão e outras obras de arte pertinentes a tais sistemas de transposição.

Comparável, em termos de porte, à transposição atualmente estudada pela China para levar água do Rio Yang-Tsé para o Rio Amarelo, o traçado do projeto atravessa os Estados da Bahia, Piauí e sul do Ceará, tendo seu trecho final comum ao traçado do Eixo Norte. O projeto está estudado em nível preliminar, necessitando de prazo para elaboração dos estudos de viabilidade técnico-econômica e ambiental.

A topologia do empreendimento, determinada pelos condicionantes técnicos da engenharia, baseia-se em transporte hidráulico através de canal cujo traçado desenvolve-se, em quase toda a sua extensão, em meia-encosta, coincidindo aproximadamente com a divisa entre os Estados da Bahia e do Piauí, cruzando assim unidades de conservação (Parque das Nascentes do Rio Parnaíba e Estação Ecológica do Tocantins) do IBAMA.

Sem nenhuma dúvida, suas interferências de ordem ambiental, considerando-se a legislação vigente, além dos custos a ele afetos, representam o maior óbice ao empreendimento.

#### **4.3.4 - Transposição de águas da Bacia do São Francisco para as Bacias dos Rios Piauí e Canindé**

Trata-se de uma concepção de transporte de água do São Francisco para a zona semi-árida do Piauí. O traçado se iniciaria no reservatório de Sobradinho e alimentaria os Rios Piauí e Canindé, na região sudeste do Piauí, a mais crítica em termos de escassez de água e

desenvolvimento nesse estado. Entretanto, ainda não se dispõe de anteprojeto de engenharia detalhado, que permita avaliação mais apurada de sua viabilidade técnica, econômica, financeira e ambiental.

Sua viabilidade hídrica, todavia, pode ser facilmente avaliada, sendo previsível um prazo de pelo menos dois anos para a realização de estudos que incorporariam todas as dimensões necessárias à avaliação de sua viabilidade.

#### **4.3.5 - Projeto Sertão Pernambucano**

O Plano Plurianual enviado ao Congresso Nacional prevê alocação orçamentária para esse empreendimento em um horizonte mais dilatado (a partir de 2016).

Trata-se de um canal de derivação a partir de Sobradinho, desenvolvendo-se ao longo de cerca de 500 km, passando por 16 municípios, levando água até Serrita, no Sertão do Araripe, em vazão de 135 m<sup>3</sup>/s, superior à soma das vazões dos Eixos Norte e Leste.

#### **4.3.6 - Projeto Sertão Alagoano**

O Canal do Sertão Alagoano aduz, do reservatório de Moxotó, um montante hídrico máximo de 36 m<sup>3</sup>/s, ao longo de 320 km de extensão, levando água ao Sertão de Alagoas.

Trata-se de empreendimento iniciado e paralisado há vários anos, cuja importância como obra estruturadora da região mais carente de Alagoas é indiscutível.

#### **4.3.7 - Projeto Xingó**

Com cerca de 280 km de extensão, o canal do Projeto Xingó objetiva a condução de 25 m<sup>3</sup>/s para beneficiar o Sertão de Sergipe. Infelizmente, o traçado possível não permite a recuperação da energia utilizada no bombeamento.

De todo modo, vem a ser ainda necessária a elaboração dos estudos técnicos de engenharia e de avaliações econômico-financeira e ambiental, para um melhor balizamento da sua viabilidade, sob a ótica das várias perspectivas necessárias.

#### **4.3.8 - Transposição de águas do Rio São Francisco para o Nordeste Meridional – Eixo Sul**

Assim como o Eixo Oeste, o Eixo Sul parte do reservatório de Sobradinho em direção aos Rios Vaza-Barris, Itapecuru e Jacuípe, abastecendo o Nordeste da Bahia e o Sertão de Sergipe.

O perfil desse traçado de engenharia, em seu primeiro trecho, entre o reservatório de Sobradinho e o Rio Vaza-Barris, com capacidade máxima de 60 m<sup>3</sup>/s e extensão de 200 km, dispõe de estações de bombeamento na bacia doadora e usinas hidrelétricas na bacia receptora.

O segundo trecho, derivando do primeiro já mencionado, desenvolve-se na direção de aporte aos Rios Itapecuru e Jacuípe.

Também para este Eixo é necessária a elaboração de projeto de engenharia detalhado, que venha a possibilitar o desenvolvimento dos estudos voltados à análise da viabilidade econômica, financeira e ambiental.

#### **4.3.9 - Transposição do Tocantins a partir de Carolina, Maranhão**

Trata-se de um traçado preliminar, que objetiva a adução de água do Rio Tocantins, próximo à cidade de Carolina, no Maranhão, para o Rio Parnaíba, e deste, pela Bacia do Rio Poti, até o Ceará. A vazão aduzida chegaria aos açudes de Orós ou Castanhão, de onde poderia ser integrada com as Bacias dos Rios Apodi (RN) e Piranhas (RN/PB). O canal de adução possui uma extensão estimada em 1.500 km.

Representa, certamente, uma alternativa de longo prazo para contribuir com a sustentabilidade hídrica do semi-árido, em particular do Semi-árido Setentrional.

#### **4.3.10 - Barragens de regularização no Estado de Minas Gerais**

Reforçando de maneira substancial as vazões regularizadas dos tributários no Vale do Jequitinhonha, integram-se ao **Plano São Francisco - Plano de Sustentabilidade Hídrica para o Semi-árido** as barragens Congonhas e Berizal. Ainda em território mineiro, prevê-se a implantação das barragens Setúbal e Jequitai I e II, além de barragens no Rio das Velhas, Paracatu e Uruçuia.

Os incrementos de vazão regularizada, assim alcançados, darão suporte ao desenvolvimento da agricultura irrigada (Projetos Jaíba e Jequitai), além de propiciar melhor navegabilidade no Médio São Francisco, beneficiando também Bahia e Pernambuco.

#### **4.4 - Implicações econômico-financeiras**

As alternativas para o suprimento hídrico do Semi-árido Nordeste encontram-se em diferentes estágios de desenvolvimento, que vão desde simples traçados preliminares com correspondentes custos estimados com base na experiência dos técnicos envolvidos, até o nível de detalhamento de projeto básico, caso dos Eixos Norte e Leste, para os quais dispõe-se dos respectivos quantitativos e orçamentos.

A Tabela 4.1 resume os custos associados a cada empreendimento integrante do **Plano São Francisco - Plano de Sustentabilidade Hídrica para o Semi-árido**, que totalizam cerca de US\$ 6,5 bilhões. Apenas para fornecer uma referência comparativa entre este montante e os totais gastos pelo governo quando da ocorrência da última grande seca (1997-1999), são



apresentados os valores globais na Tabela 4.2. Sem pecar por simplismo, são válidos os seguintes comentários sobre os números:

- é evidente que os US\$ 6,5 bilhões representam um *investimento* voltado à estruturação de médio e longo prazos de uma região de desenvolvimento socioeconômico historicamente tolhido pela escassez de água. O período de recorrência de secas como a ocorrida entre 1997 e 1999, embora não possa ser determinado mais precisamente (devido à curta extensão da série de dados) ocorre em severidade semelhante pelo menos uma vez a cada 10/15 anos. Os *gastos* referenciados na Tabela 4.2 acumular-se-ão, ao longo do tempo, a cada recorrência, totalizando o montante financeiro correspondente à conta denominada “não-implantação do projeto”;
- também é óbvio que o investimento de US\$ 6,5 bilhões não “acaba” com a seca, mas dota a região de “rios” perenes artificiais (eixos de transposição), a partir dos quais podem-se integrar os sistemas de distribuição de água para os diversos usos, além de serem supridos os reservatórios receptores estratégicos, fontes hídricas utilizadas pelos estados nos seus programas e projetos de suprimento hídrico já implantados ou em fase de implantação.

Tabela 4.1 – Custos aproximados dos principais empreendimentos do Plano São Francisco - Plano de Sustentabilidade Hídrica para o Semi-árido

Empreendimento	Vazão (m <sup>3</sup> /s)	Potência Instalada (MW)			Custo (US\$)
		Bombeamento	Geração	Déficit	
Revitalização da Bacia do Rio São Francisco (MG/BA/PE/SE/AL)					1.000.000.000
Barragens Berizal, Congonhas, Setúbal e Jequitai I e II (MG)	48				280.000.000
Barragens nos Rios das Velhas, Paracatu e Uruçuia (MG)	250				700.000.000
Eixo Sul (BA/SE)	60	112	48	(64)	452.000.000
Eixo Oeste (PI)	30	9	-	(9)	400.000.000
Eixo Norte – PTSF (PE/CE/PB/RN)	99	212	176	(37)	1.216.269.980
Eixo Leste – PTSF (PE/PB)	28	93	-	(93)	406.470.635
Projeto Sertão Alagoano (AL)	37	53	31	(22)	340.000.000
Projeto Xingó (SE)	25	24	-	(24)	360.000.000
Transposição do Tocantins – PTTO (TO/BA)	100	548	375	(173)	1.422.545.341
<b>Total</b>					<b>6.577.285.956</b>

Obs.: Os valores inteiros para custos (números redondos) correspondem apenas a estimativas.

Tabela 4.2 – Gastos relacionados com as consequências da seca 1997-1999

Item	Custos (US\$)
Programas econômicos	910.282.338
Programas sociais	2.868.258.362
Programas de saúde	269.391.375
Total	4.047.932.075

Fonte: Ministério da Integração Nacional/Sudene - 1999

Das perspectivas da viabilidade econômico-financeira e operativa, um importante parâmetro de análise vem a ser o custo unitário da água, associado a cada uma das alternativas disponíveis para os fins mencionados.

A Tabela 4.3 resume esses custos, embora o valor apresentado para os projetos em estágio incipiente de desenvolvimento não seja muito preciso. Conforme dela se observa, os custos unitários da água variam entre 3,3 e 8,1 centavos de real por m<sup>3</sup>, sendo o valor máximo de 8,1 centavos de real relativo ao Eixo Leste, justamente aquele cujas vazões transpostas destinam-se aos setores de maior capacidade de pagamento (abastecimento humano e industrial).

Para citar um exemplo emblemático, temos, servida por esse eixo a cidade de Campina Grande, Paraíba (360 mil habitantes), cujo sistema de abastecimento d'água tem como fonte hídrica o açude Epitácio Pessoa (Boqueirão) - açude estratégico no contexto da transposição.

O suprimento das demandas humana e industrial daquela cidade encontra-se, praticamente de forma contínua, sob risco de colapso absoluto, sendo, portanto, imensurável o custo incorrido para a sociedade pela escassez, sendo certo que "a água mais cara é aquela que não está disponível".

Tabela 4.3 – Custo unitário da água (preliminar) para alguns empreendimentos do Plano São Francisco - Plano de Sustentabilidade Hídrica para o Semi-árido

Empreendimento	Vazão (m <sup>3</sup> /s)	Custo do investimento	Valor Presente (US\$)			Custo da água (l/RS)
			OMG	Energia	Custo da água (RS/m <sup>3</sup> )	
Eixo Sul (BA/SE)	60	352.725.731	26.610.556	24.790.511	0,048	20.819
Eixo Oeste (PI)	30	312.146.665	23.549.164	5.113.282	0,037	27.116
Eixo Norte-PTSF (PE/CE/PB/RN)	99	949.136.545	71.605.354	12.232.914	0,033	30.471
Eixo Leste-PTSF (PE/PB)	28	317.196.132	23.930.109	42.686.433	0,081	12.340
Projeto Sertão Alagoano (AL)	37	265.324.665	20.016.790	8.112.677	0,043	23.205
Projeto Xingó (SE)	25	280.931.998	21.194.248	12.346.172	0,075	13.253
Transposição do Tocantins (TO/BA)	100	1.110.106.959	83.749.385	76.926.486	0,063	15.912

À exceção dos Eixos Norte e Leste, todas as demais alternativas de suprimento hídrico do Semi-árido Nordestino carecem de elaboração de estudos de viabilidade econômica e financeira, que irão, dessas perspectivas, permitir conclusões mais apuradas sobre a viabilidade dos projetos.

Em termos de recursos, vem a ser totalmente factível a obtenção de financiamento tanto por parte do BNDES como de organismos internacionais de fomento a projetos dessa natureza, inclusive com taxas anuais de juros especiais.

A Tabela 4.4 representa o estágio de desenvolvimento de cada um dos estudos anteriormente referenciados:

**Tabela 4.4 – Estado de desenvolvimento dos estudos de alguns empreendimentos do Plano São Francisco - Plano de Sustentabilidade Hídrica para o Semi-árido**

<b>Estudo</b>	<b>Situação atual</b>	<b>Próxima etapa</b>
Revitalização da Bacia do Rio São Francisco	Estudos de pré-viabilidade	Estudo de viabilidade
Barragens Jequitaiá I e II	Projeto básico concluído	Licitação da obra
Barragem Setúbal	Iniciada e paralisada há 10 anos	Retomada da obra
Barragem Congonhas	Obra a ser iniciada	Conclusão da obra
Barragem Berizal	Obra perto de conclusão e interrompida	Conclusão da obra
Barragens nos Rios das Velhas, Paracatu e Urucuia	Estudo de viabilidade contratado	Conclusão do estudo de viabilidade
Eixo Sul	Estudos de pré-viabilidade e inserção regional	Estudo de viabilidade
Eixo Oeste	Estudo de pré-viabilidade	Estudos de viabilidade e inserção regional
Eixo Norte	Projeto básico concluído	Licitação da obra
Eixo Leste	Projeto básico concluído	Licitação da obra
Projeto Sertão Alagoano	Obra iniciada	Conclusão da obra
Projeto Xingó	Estudo de viabilidade contratado	Conclusão da viabilidade
Transposição do Tocantins	Estudos de viabilidade e inserção regional concluídos	Projeto básico

A sensibilidade de instituições financeiras como, por exemplo, o Banco Mundial, em relação ao financiamento de planos e projetos norteados pela mudança de paradigma de desenvolvimento que assegura a sustentabilidade ambiental pode ser depreendida de recente artigo assinado pelo Sr. Vinod Thomas, diretor do Banco Mundial para o Brasil, publicado no Jornal "O Globo" em sua edição de 24/3/2003, no qual ele afirma:

*“No Brasil, a água é ao mesmo tempo um patrimônio e um problema – abundante em algumas áreas e escassa em outras. Com 5,4 trilhões de metros cúbicos, o Brasil tem o maior fluxo interno de água do mundo. Mesmo assim, a região do semi-árido nordestino, que abriga 28 por cento da população brasileira, conta com apenas 5 por cento dos recursos hídricos do país (...). Nos últimos 40 anos, o Brasil expandiu o abastecimento de água para 100 milhões de pessoas e os serviços de saneamento para mais 50 milhões. Mesmo assim, a exemplo do que acontece na América Latina, 39 milhões de brasileiros (23 por cento da população) hoje não têm acesso a saneamento básico. Isso expõe a população a uma variedade de doenças e influi diretamente sobre a mortalidade infantil, que no Brasil é de 29 para cada mil nascimentos”.*

Convém ainda lembrar que, do montante hídrico relativo ao Semi-árido Nordeste acima referenciado, cerca de 70% estão concentrados no Rio São Francisco.

O Plano Plurianual 2004-2007 (PPA), proposto pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, prevê investimentos significativos em obras estruturantes relacionadas com o **Plano São Francisco - Plano de Sustentabilidade Hídrica para o Semi-árido**, em particular no âmbito do Ministério da Integração Nacional (R\$ 1,8 bilhão para a integração com o Semi-árido Setentrional até 2007), como também para o Programa de Revitalização do São Francisco (R\$ 1,1 bilhão até 2007), totalizando R\$ 2,9 bilhões.

Além disso, especificamente relacionada com a revitalização, tem-se a Proposta de Emenda à Constituição - PEC 27/2001, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, aprovada pelo Plenário do Senado Federal em 10/4/2002, atualmente em trâmite na Câmara dos Deputados, sob designação de PEC 524/2002, já aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) em 18/11/2002, que estipula um fundo para a revitalização hidroambiental da Bacia do Rio São Francisco, *“constituído por cinco décimos por cento do produto da arrecadação dos impostos de competência da União, deduzidas as vinculações ou participações constitucionais”.*

Na Tabela 4.5 são apresentadas as listas de Usos e Fontes indicativas para financiamento do empreendimento. Como fontes, foram arrolados o Plano Plurianual (PPA), o Orçamento Geral da União (OGU), recursos oriundos da PEC 524/2002 e outras fontes de financiamento interno e externo.



**Tabela 4.5 – Usos e Fontes indicativas para financiamento**

Usos	R\$ milhões	US\$ milhões
Revitalização da Bacia do Rio São Francisco	2.900,00	1.000,00
Barragens Berizal, Congonhas, Setúbal e Jequitai I e II (MG)	812,00	280,00
Eixo Leste (PE e PB)	1.178,76	406,47
Eixo Sul (BA e SE)	1.310,80	452,00
Canal Xingó (SE)	1.044,00	360,00
Canal Sertão Alagoano (AL)	986,00	340,00
Barragens nos Rios das Velhas, Paracatu e Urucua (MG)	2.030,00	700,00
Eixo Norte (PE, PB, CE e RN)	3.527,18	1.216,27
Transposição de Águas do Tocantins (TO e BA)	4.125,38	1.422,55
Eixo Oeste (PI)	1.160,00	400,00
<b>Total</b>	<b>19.074,13</b>	<b>6.577,29</b>
<b>Fontes</b>		
OGU <sup>1</sup>	811,98	279,99
PPA <sup>2</sup>	12.485,32	4.305,28
Financiamentos Internos <sup>3</sup>	723,89	249,62
Financiamentos Externos <sup>4</sup>	1.689,40	582,55
PEC (2004-2015) <sup>5</sup>	3.363,54	1.159,84
Saldo a definir	(0,00)	(0,00)
<b>Total</b>	<b>19.074,13</b>	<b>6.577,29</b>

<sup>1</sup> OGU 2004 (R\$ 179,28 milhões) e projeções de R\$ 210,5 milhões, anualmente, de 2005 a 2007.

<sup>2</sup> Soma de valores do PPA 2004-2007 (R\$ 2.543,67 milhões) e projeções de R\$ 1.242,71 milhões anuais de 2008 a 2015.

<sup>3</sup> Recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), gerenciados pelo BNDES.

<sup>4</sup> Financiador potencial: Banco Mundial.

<sup>5</sup> PEC já aprovada no Senado Federal. Encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados, onde foi aprovada pela CCJR (PEC-SF 27/01 e PEC-CD 524/02).

## **4.5 - Componentes do Plano São Francisco - Plano de Sustentabilidade Hídrica para o Semi-árido**

### **4.5.1 - Programa de Revitalização do Rio São Francisco - PSRF**

Os objetivos do Plano de Revitalização Hidroambiental da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco são:

- promover a melhoria da oferta hídrica na bacia, tanto nos aspectos quantitativos quanto nos qualitativos;
- promover melhorias nas condições socioambientais das populações ribeirinhas;
- promover a equidade em matéria de benefícios decorrentes de transposições entre as bacias doadoras e receptoras.

As ações propostas no plano de revitalização hidroambiental são amplas e abrangentes, de responsabilidade de diferentes órgãos de fomento e execução do governo federal, dos respectivos governos estaduais e municipais e de responsabilidade/co-responsabilidade do órgão gestor dos recursos hídricos da bacia.

Cinco das linhas de ação foram adotadas com o objetivo de facilitar a análise, a priorização das ações e a identificação dos órgãos executores, a saber:

- A - ações estratégicas de gestão dos recursos hídricos.
- B - ações ambientais emergenciais.
- C - ações de melhoria da quantidade e qualidade dos recursos hídricos na bacia.
- D - ações ambientais de médio e longo prazo.
- E - ações de interesse setorial.

A seguir, são apresentadas as principais ações identificadas, que não têm a pretensão de esgotar o assunto, conforme a desagregação acima mencionada:

A - ações estratégicas de gestão dos recursos hídricos:

- contratação de estudos de planejamento geral da bacia;
- aparelhamento e implantação da agência de bacia e do comitê de bacia;
- elaboração do zoneamento econômico ambiental da bacia e disciplinamento do uso e ocupação do solo;
- recuperação, ampliação, operação e manutenção da rede de monitoramento hidroambiental da bacia;
- operacionalização do processo de outorga pelo uso dos recursos hídricos e da disposição final de cargas poluentes;
- definição da política de operação dos reservatórios de regularização da bacia e da alocação de águas disponíveis para os diferentes usos e usuários;

- elaboração e implantação de planos de manejo e controle das lagoas marginais e ecótonos fluviais e estuarinos;
- elaboração e implantação de planos de manejo e controle das áreas sujeitas a desertificação na bacia;
- recuperação da mata ciliar no leito principal e nos tributários;
- monitoramento e disciplinamento da pesca continental e estuarina.

B - ações ambientais emergenciais:

- mapeamento das áreas ribeirinhas em estado crítico e elaboração de projetos de obras de drenagem, contenção e estabilização de margens;
- recuperação de áreas ribeirinhas degradadas pela ocupação urbana ou por mudanças do regime hídrico;
- mapeamento das lagoas marginais e ecótonos fluviais, identificação da situação patrimonial das áreas e diagnóstico de sua situação ambiental, para fins de hierarquização e manejo;
- identificação das áreas críticas em relação à preservação da vegetação nativa e estabelecimento de medidas para sua preservação.

C - ações de melhoria da quantidade e qualidade dos recursos hídricos na bacia:

- aumento das vazões mínimas nos trechos com maiores pressões de demanda (Médio São Francisco), mediante construção de reservatórios de regularização de vazões;
- redução das cargas poluidoras urbanas, mediante a implantação de obras de coleta e tratamento de esgotos urbanos e industriais;
- redução das cargas poluidoras urbanas mediante a implantação e melhoria dos sistemas de disposição de resíduos sólidos urbanos;
- melhoria das condições sanitárias das pequenas comunidades (sistemas simplificados de abastecimento de água e esgotamento sanitário);
- redução das cargas poluidoras rurais e implantação de medidas de controle e recuperação da erosão em áreas agrícolas.

D - ações ambientais de médio e longo prazos:

- revegetação e recuperação de matas secundárias;
- reflorestamento, com espécies nativas, das matas de topo e nascentes;
- revalorização de áreas urbanas de interesse histórico, paisagístico ou turístico;
- urbanização de áreas ribeirinhas e construção de terminais portuários para fins turísticos.

E - ações de interesse setorial:

- dragagem, derrocamento e sinalização dos trechos navegáveis do Rio São Francisco e de seus tributários;
- melhoria de infra-estrutura portuária existente e construção de terminais de carga intermodais;
- elaboração de medidas tendentes à mudança da matriz energética dos setores industriais que utilizam carvão/lenha de forma intensiva;
- ações voltadas à mitigação dos problemas relativos à ictiofauna do Médio e do Baixo São Francisco;

- identificação e repovoamento, com novas espécies comerciais, dos ambientes lênticos do Submédio São Francisco;
- fomento da aquicultura como recurso para a redução do esforço de pesca.

Vale ainda destacar que, em termos de conteúdo, as ações aqui identificadas como escopo mínimo do Programa de Revitalização do Rio São Francisco fazem parte do PPA 2004-2007.

#### **4.5.2 - Projetos de Integração de Bacias Hidrográficas - PIBHI**

Os projetos de integração de bacias destinam-se à viabilização da sustentabilidade hídrica do semi-árido, fazendo uso do conjunto fluvial dos Rios Tocantins e São Francisco. Tanto usos múltiplos em bacias dos estados doadores como também nos estados donatários estão contemplados.

O mapa apresentado a seguir resume as principais intervenções de infra-estrutura hídrica cotejadas neste segmento do Plano São Francisco.

#### **4.5.3 - Projetos de Armazenamento e Distribuição da Água - PROAD**

Correspondem aos projetos integráveis aos eixos de transposição que, em última análise, dão viabilidade a qualquer transporte de água entre bacias hidrográficas.

Em cada estado do Nordeste semi-árido existem obras planejadas, executadas ou em execução, cuja sustentabilidade hídrica depende, em algum horizonte de tempo, de “importação” de água.

Isso é extensivo a todos os setores usuários, mesmo no caso das demandas de menor monta, como o abastecimento humano, pelo fato de a evolução dos usos fatalmente redundar em disputa com os outros setores usuários.

A garantia de água é o problema crucial do suprimento hídrico nos rios intermitentes, a partir de açudes destinados ao uso múltiplo, problema esse que inibe a geração de emprego e renda sustentáveis no setor agrícola.

O crescimento dos usos competitivos urbano e industrial, viabilizado pelos governos federal e estaduais, através da construção de extensa rede de adutoras desde os açudes estratégicos, especialmente no Semi-árido Setentrional, acaba induzindo um conflito ainda maior com o uso agrícola, à medida que é necessário guardar mais água para, na eventualidade de uma seca de longa duração e imprevisível, garantir o suprimento urbano/industrial, aumentando o risco de perdas no setor rural, com impacto em todo o interior.

Portanto, reduzir os riscos para o setor agrícola constitui um objetivo relevante, que a integração hidráulica de bacias pode resolver. Garantir água de fontes perenes, menos suscetíveis às secas, para o abastecimento urbano/industrial, viabiliza maior flexibilidade e nível de atendimento aos demais usos da água.

Embora a prioridade pelo abastecimento humano seja prerrogativa legal, em nenhum estado brasileiro as estruturas operacionais de gestão de águas conseguem garantir que os usos de menor prioridade captem a água de forma clandestina.



Um exemplo que evidencia o nível de gravidade alcançado pelo problema da sustentabilidade hídrica dos projetos de infra-estrutura hidráulica nos vários setores e, em particular, no Nordeste semi-árido, foi a inserção, por iniciativa da ANA – Agência Nacional de Águas, da análise de sustentabilidade hídrica dos projetos.

A importância dessa análise pode ser demonstrada pelo seguinte dado: dos 38 perímetros irrigados pelo DNOCS no Semi-árido Nordestino, a maioria não alcançou os objetivos, e o principal fator determinante do fracasso total (perímetros irrigados totalmente abandonados) ou parcial (limitação forçada da área irrigada) é a escassez de água.

Com a implantação dos sistemas hidráulicos que materializam a integração do Semi-árido Nordestino com o Rio São Francisco e o Rio Tocantins, estarão lançadas as bases sólidas da sustentabilidade hídrica dos projetos de agora e daqueles planejados para o futuro, capilarizando assim as águas transpostas para seus usos efetivos.

Ao longo dos canais de condução projetados, em função das aptidões identificadas nesse trajeto, prevê-se a implantação de projetos voltados à maximização do benefício social, possibilitando a inclusão das populações difusas que habitam a região.

As barragens e, particularmente, os sistemas adutores e sistemas hidráulicos associados aos distritos de irrigação em execução ou planejados, integráveis aos eixos de transposição, passarão a contar com a alocação de recursos financeiros relacionados com o **Plano São Francisco - Plano de Sustentabilidade Hídrica para o Semi-árido**.

Programas como Pro-Água, Conviver e Programa Nordeste – Desenvolvimento da Agricultura Irrigada, com vários projetos em execução e já inseridos no PPA enviado ao Congresso Nacional, aglutinam-se sob o componente Projetos de Armazenamento e Distribuição de Água – PROAD, do **Plano São Francisco - Plano de Sustentabilidade Hídrica para o Semi-árido**.

A identificação e o cadastramento desses projetos podem ser iniciados de imediato, junto aos governos estaduais e instituições pertinentes à esfera federal.

#### **4.5.4 - Ações localizadas de infra-estrutura**

As ações localizadas de infra-estrutura objetivam o atendimento às populações esparsas, onde não seja economicamente possível conduzir água por canais ou sistemas adutores.

Para tanto, devem ser priorizadas propostas que incluam a participação dessas populações esparsas, que devidamente orientadas, poderão passar a aplicar as chamadas microssoluções, tais como construção de cisternas, barragens subterrâneas, sistemas coletores de água de chuva e outras.

Experiências dessa natureza apresentam uma interessante resposta social, pois capacitam indivíduos da própria comunidade, tornando-os capazes de atuar tanto na manutenção física da microssolução adotada, como também na sua replicação.

Um programa congregando cerca de 600 ONGs, denominado “Programa Um Milhão de Cisternas” é um exemplo exitoso posto em prática em 2002, por meio de associação entre a ANA – Agência Nacional de Águas e a ASA – Articulação do Semi-árido, quando foram construídas mais de dez mil cisternas de placa naquela região.

#### 4.5.5 - Ações na área de gestão dos recursos hídricos

Cerca de 70% de toda a água retirada dos mananciais têm como destinação a agricultura irrigada. Paradoxalmente às adversas condições hidrológicas do Semi-árido Nordeste, sobrevêm exemplos de utilização de sistemas de aplicação de água de baixa eficiência, inclusive irrigação por inundação.

Uma das maiores preocupações dos agentes institucionais atuantes no setor de irrigação é justamente a substituição dos sistemas hoje utilizados na grande maioria dos distritos por sistemas localizados. Providências dessa natureza, sem nenhuma dúvida, contribuem para a racionalização do uso da água, permitindo que as intervenções de infra-estrutura voltadas ao aumento da oferta hídrica efetivamente atinjam seus objetivos.

A regulação do uso dos recursos hídricos, os sistemas de outorga e fiscalização e, de uma forma geral, a aceleração da operacionalização dos mecanismos preconizados pela Política Nacional de Recursos Hídricos - Lei 9.433/97, torna-se indispensável, paralelamente às intervenções no setor de infra-estrutura, para que seja minimizada a severidade do conflito pelo uso das águas nas bacias doadoras e donatárias, potencializando melhor a região através da infra-estrutura existente e planejada.

Nesse contexto, um aprofundamento da articulação entre a Agência Nacional de Águas (ANA) e os órgãos gestores estaduais é de grande importância.

#### 5 - Recomendações do Grupo de Trabalho

Os objetivos explicitados no Decreto de 11 de junho de 2003, que instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial, foram:

- *analisar propostas existentes*
- *propor medidas para viabilizar a transposição de águas para o Semi-árido Nordeste.*

As propostas de transposição existentes estão apresentadas e analisadas em suas principais dimensões: política, ambiental, técnica, econômica, financeira, social e fundiária.

Embora as propostas se encontrem em diferentes estágios, é indiscutível que, a rigor, não há mútua excludência entre elas, todas relacionadas com a sustentabilidade hídrica do semi-árido, a começar pela própria revitalização do Rio São Francisco. Cada uma delas tem sua oportunidade, que vai desde horizontes de longo prazo até a premência, como também é o caso da revitalização.

Torna-se, portanto, **proibitivo** pensar-se em viabilização de transposição de águas, mesmo aquela de notória premência, sem que seja **paralelamente** garantida a **revitalização do São Francisco**. A sustentabilidade hidroambiental do Semi-árido Nordeste não pode ser pensada como uma ação isolada do contexto multidimensional em que está inserida.

Assim, propõem-se, como *medidas para viabilizar a transposição de águas para o Semi-árido Nordeste*:

- o acolhimento, por inteiro, do conjunto de programas, projetos e ações integrantes do plano que se sugere denominar **Plano São Francisco - Plano de Sustentabilidade Hídrica para o Semi-árido**, em suas dimensões política, econômica, financeira, social e fundiária, técnica e ambiental, observando-se rigorosamente a Lei 9.433/97, que estabelece a Política Nacional de Recursos Hídricos, bem como a legislação ambiental pertinente. O **Plano São Francisco - Plano de Sustentabilidade Hídrica para o Semi-árido** apresenta os seguintes componentes estratégicos:

- a) **Programa de Revitalização do Rio São Francisco – PRSF**, composto por diversos subprogramas mostrados no capítulo 4, com priorização absoluta, independentemente de quaisquer obras de transposição;
- b) **Projetos de Integração de Bacias Hidrográficas – PIBHI**, tendo-se como fonte hídrica básica o conjunto fluvial dos Rios Tocantins e São Francisco, a partir dos quais derivar-se-ão águas para uso local (nas bacias) e usos fora da bacia (transposições);
- c) **Projetos para Armazenamento e Distribuição da Água - PROAD**, sistemas de adutoras e barragens que serão integrados aos eixos de transposição, assim como aqueles de sustentabilidade hídrica garantida com águas locais, em todos os estados envolvidos;
- d) **Ações Localizadas de Infra-Estrutura**, programas objetivando o atendimento às populações esparsas, onde não seja economicamente possível conduzir água por canais ou adutoras, priorizando propostas que incluam a participação dessas populações esparsas, que devidamente orientadas, poderão passar a aplicar as chamadas microssoluções, tais como construção de cisternas, barragens subterrâneas, sistemas coletores de água de chuva, mandalas, etc.
- e) **Ações na Área de Gestão dos Recursos Hídricos**, como preconiza a Política Nacional de Recursos Hídricos, Lei 9.433/97.

Considerando ser o **Plano São Francisco - Plano de Sustentabilidade Hídrica para o Semi-árido** para desenvolvimento de longo prazo, e considerando ainda sua característica de largo espectro (sustentabilidade ambiental, integração de bacias, distribuição da água, soluções localizadas, gestão), propõem-se, como **medidas imediatas**:

- 1) início do **Programa de Revitalização do Rio São Francisco - PRSF**, implementando as “**Ações Ambientais Emergenciais**” apresentadas no item 4.5.1;
- 2) ação política de prioridade máxima na votação e aprovação da PEC 524/02 pela Câmara do Deputados (já aprovada pelo Senado Federal), garantindo recursos por 20 anos para o **Programa de Revitalização do Rio São Francisco – PRSF**;
- 3) continuidade das providências para a obtenção do licenciamento ambiental para os Eixos Norte e Leste (licenciamento prévio e de instalação), com prioridade máxima;
- 4) início de estudos voltados à definição da estrutura institucional adequada, necessária à **viabilização operacional** dos projetos;
- 5) **levantamento, junto aos governos estaduais e órgãos fiscalizadores, acerca do estágio de implantação e a situação na qual se encontram os empreendimentos de infra-estrutura hídrica (estados doadores e donatários), reunindo informações (recursos necessários, dificuldades técnicas, etc.) para hierarquizá-los e inclui-los no Plano São Francisco - Plano de Sustentabilidade Hídrica para o Semi-árido.**

Finalmente, ressalte-se que o Plano proposto, contextualizado no espaço formado por todas as dimensões influentes na questão da sustentabilidade hídrica do Semi-árido brasileiro, representa uma resposta histórica a um problema cujas conseqüências socioeconômicas, já seculares, extrapolam os limites do Polígono das Secas, influenciando negativamente o país inteiro, inclusive com repercussão no exterior, fatores suficientes, como apelo ético e moral às forças políticas representativas da nação brasileira, para convergirem em apoio à iniciativa que, certamente, merecerá o aplauso das presentes e futuras gerações.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Papaléo Paes, solicito a V. Ex<sup>a</sup> a minha inscrição para falar após a Ordem do Dia, pela Liderança do PSDB.

Mas é importante também registrar que, neste momento, está ocorrendo um movimento muito grande, bem próximo ao Senado, perto do lago, onde há pessoas desesperadas, preocupadas, porque a polícia está avançando para cima de alguns agricultores, que aqui vieram para reivindicar os seus direitos. É um “tratoço”, como foi noticiado pela imprensa, com a participação de milhares de agricultores do Brasil inteiro.

A nossa preocupação é com a ordem, com a segurança desses agricultores que estão, neste momento, fazendo um movimento pacífico, ordeiro, apenas para reivindicar os seus direitos ao Presidente Lula.

Quero deixar registrado, pois é importante a Casa saber que temos de tomar uma posição para que não venha a ocorrer um confronto entre a polícia e os agricultores, os quais vieram de tão longe reivindicar os seus direitos.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães. Como orador inscrito, S. Ex<sup>a</sup> terá até dez minutos para seu pronunciamento.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. – poucos – Senadores, terça-feira, plenário deserto, mas a Casa está cheia. É que os conluios partidários para a formação do Governo se julgam mais importantes do que as votações do Senado.

Se V. Ex<sup>a</sup> for cumprir o Regimento, às 16 horas vai marcar o início da Ordem do Dia. O painel demonstra que há 42 Senadores, mas, na realidade, além de V. Ex<sup>a</sup> e de mim, há mais dois.

Veja se isso fica bem para o Legislativo, quando os agricultores brasileiros, aqueles que produzem, estão nesta Casa, querendo receber o apoio que o Presidente não lhes dá, querendo pedir que salvem a agricultura do desastre do Governo.

O Senador Osmar Dias fez um discurso perfeito, como, aliás, é do seu hábito, levando em conta os seus conhecimentos da área agrícola brasileira. Mas é preciso que esta Casa se una para exigir da Presidência da República o apoio aos agricultores brasileiros. Eles estão aí. Vieram de longe, de muito longe, mas não sabem o que acontecerá daqui a poucos minutos no Palácio do Planalto.

Não tenho dúvida de que será um discurso inflamado, cheio de promessas que jamais se cumprirão. Este é o hábito do Governo, com o qual nós, Senadores, já nos acostumamos, mas os agricultores ficarão ainda mais decepcionados.

Chegou o momento de se dar força a quem produz, e não aos que atrapalham a produção, que recebem apoio decisivo e financeiro do Governo da República.

Sr. Presidente, venho aqui também – e lamento que o Sr. Presidente Renan Calheiros não esteja presente – para saber, não por conversas que estão havendo, se a CPMI vai funcionar.

Na realidade, a CPMI dos Correios está sendo sabotada pelo Governo. As falcatruas já foram todas localizadas. Entretanto, a Controladoria-Geral da União, o célebre Waldir Pires gosta de olhar os Municípios, mas não olha o Governo Federal, as ladroagens que aqui existem. Na realidade, Sr. Presidente, o Sr. Waldir Pires está segurando todos os processos citados pelo Sr. Maurício Marinho, em que estão envolvidas licitações e desonestidades praticadas por membros do Governo, algumas delas com o objetivo de pagar o “mensalão”. Não se pague “mensalão” – é crime! Ajudar aos que produzem é que é dever do Governo!

Quero saber – e não sei se V. Ex<sup>a</sup> poderá me responder, dada a interinidade da sua função – se vai ou não haver CPMI no recesso. Se não houver, não vamos votar a LDO, porque aí, obrigatoriamente, em julho, teremos que, se não trabalhar, pelo menos frequentar esta Casa.

Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup>...

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (Bloco/PSB – SE) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte, Senador Antonio Carlos?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Pois não, Excelência.

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (Bloco/PSB – SE) – Senador Antonio Carlos Magalhães, compreendo a preocupação de V. Ex<sup>a</sup>. Diante de tantas denúncias que estão sendo divulgadas, principalmente dessas últimas, quando se demonstrou uma grande movimentação financeira nas contas do Sr. Marcos Valério, temos que dar continuidade a essa CPMI. Logicamente, é preciso que se resolva unicamente um problema regimental aqui, no Senado, porque, na Câmara, há uma permissão regimental para que as CPMIs funcionem durante o recesso. Ora, se houver um entendimento entre os Presidentes da Câmara e do Senado, esse obstáculo regimental pode ser vencido, e estaremos realizando a CPMI dos Correios, porque, de fato, V. Ex<sup>a</sup> tem razão. Ela não pode parar, porque isso vai passar muito mal



para a opinião pública. Pensarão que se aproveitarão essas férias para amortecer as denúncias e que somente no mês de agosto faremos novas investigações. Estou inteiramente de acordo com V. Ex<sup>a</sup> e acho que, a essa altura dos acontecimentos – muito embora a Liderança do Governo não esteja aqui, assim como a figura sensata do próprio Presidente da CPMI –, o Senador Delcídio Amaral recomendará a continuidade, e não o paradeiro da investigação. V. Ex<sup>a</sup> tem razão nesse aspecto.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, mas eu diria mesmo que os dois Presidentes da Casa podem fazer uma combinação e convocar o Congresso sem o recebimento da ajuda de custo pelos Srs. Senadores. O povo aplaudirá se nos reunirmos aqui sem receber ajuda de custo; achará que estamos trabalhando e cumprindo nosso dever.

Este mês de julho não deve ser dedicado só à CPMI dos Correios, não. Há outras CPIs, como a que o Supremo autorizou.

Vejam que absurdo: o Senado reclama que o Presidente não designou os membros da Comissão – aliás, acho que S. Ex<sup>a</sup> errou, pois deveria ter designado, porém o Supremo corrigiu o erro –, mas não se vai instalar logo a CPI dos Bingos. Por quê? Deve-se instalar a CPI e fazer um cronograma. Não é preciso ouvir aqui pessoas todos os dias.

Não é possível que vá acontecer com a CPMI dos Correios, que já está instalada há muito tempo e cujos processos citados estão trancados na Corregedoria-Geral da União, que não se faça uma arguição completa aos diretores dos Correios. Como essa CPMI vai arguir diretores dos Correios, uma vez que eles foram claramente apontados como praticantes de ilicitudes, de irregularidades, de corrupção, se os processos de licitação estão presos no Palácio do Planalto? Não! Isso não pode continuar, Sr. Presidente!

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – O Presidente do Senado teve uma atitude digna quando, da Mesa, declarou: “Nós pleiteamos essa solução ao Supremo Tribunal Federal, e ela nos foi concedida. Temos a obrigação de instalar a CPI”.

Agora, começa um ou outro a querer fugir do compromisso, parecendo que alguém tem medo de alguma coisa. Aqui, quem tiver medo não deve ficar, porque, na realidade, essa CPI é indispensável que seja feita, porque é essa CPI que vai complementar a CPMI dos Correios, as maracutaias dos Correios, os Marcos Valérios. Todos eles já foram pegos em 22

milhões; 16 milhões tirados em dinheiro na boca do cofre. Por aí vejam V. Ex<sup>a</sup>s!

*(O Sr. Presidente fez soar a campainha.)*

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHAES** (PFL – BA) – Peço a V. Ex<sup>a</sup> dois minutos para ouvir os Senadores Jefferson Peres e Eduardo Suplicy.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – PA) – Vou prorrogar por mais dois minutos para V. Ex<sup>a</sup> ouvir os apartes.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Quero ouvir a voz autorizada do Senador Jefferson Peres e a do nosso prezado Eduardo Suplicy.

**O Sr. Jefferson Péres** (PDT – AM) – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex<sup>a</sup> levanta da tribuna algo estranho e constrangedor para o Senado. O Senador Pedro Simon e o seu Partido, na verdade com cinco mandados de segurança, e eu fomos ao Supremo, inconformados com aquele erro praticado pelo então Presidente que não indicou os membros da CPI. O Supremo, por nove votos a um, nos dá ganho de causa, Senador Antonio Carlos Magalhães, e os Líderes se reúnem e decidem que não instalarão, por enquanto, a CPI. O que a sociedade vai pensar de nós? O que os Ministros do Supremo Tribunal Federal estão pensando de nós, Senadores? Ocupamos o Supremo para nada, Senador Antonio Carlos Magalhães? De forma que V. Ex<sup>a</sup> tem inteira razão de estar inconformado com isso. Eu também estou. Parabéns pelo seu pronunciamento.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Agradeço ao Senador Jefferson Péres, que é uma voz das mais autorizadas do Congresso Nacional e que realmente teve a coragem de ir ao Supremo, com membros do meu Partido e com o Senador Pedro Simon, para pleitear aquilo que, sendo tão justo, obteve um resultado, no Supremo, de nove a um.

Agora, aqui fica-se protelando. O Sr. Presidente Renan Calheiros não pode deixar terminar este ano sem designar a Comissão. Essa Comissão tem que se reunir para escolher o Presidente e o Relator e começar os seus trabalhos.

Esse negócio de dizer que Comissão de Inquérito atrapalha o Senado, não. Quem atrapalha o Senado são as medidas provisórias do Governo Federal. Essas, sim, é que não deixam que se trabalhe, nem na Câmara, nem no Senado.

Conseqüentemente, não podemos aceitar essa protelação, que macula aqueles que querem fazê-la.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – V. Ex<sup>a</sup> me permite?

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Senador Suplicy, permita-me pedir a V. Ex<sup>a</sup> que seja breve, porque o tempo já se encerrou.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Procurarei fazê-lo.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Ex<sup>a</sup> é sempre breve.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Primeiro, quero afirmar que considero que a interpretação dada pelo Supremo Tribunal Federal, de dizer que os Constituintes haviam previsto o direito de as minorias realizarem a CPI desde que com mais de um terço das assinaturas, foi algo positivo para as instituições democráticas brasileiras. Senador Antonio Carlos Magalhães, que já foi Presidente do Senado e do Congresso Nacional, eu nunca tinha observado, mesmo nas manifestações do tempo em que V. Ex<sup>a</sup> presidia esta Casa, uma situação tal como aquela com que há pouco me deparei. Eu e o Senador Cristovam Buarque estávamos na Embaixada da França para o almoço e tivemos enorme dificuldade de aqui chegar, porque o acesso ao Congresso estava interrompido, inclusive a via de acesso à Chapelaria, por tratores do chamado “tratoção”. Ao entrar aqui, conversei com coordenadores do “tratoção” – Sr. Homero Alves Pereira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Mato Grosso, e Sr. Carlos Rivaci Sperotto, Vice-Presidente da Confederação Nacional da Agricultura –, que me informaram que já providenciaram, se não estão providenciando neste instante, a desobstrução da entrada do Congresso Nacional. Cumprimento-os por isso. V. Ex<sup>a</sup>, se Presidente do Senado fosse, como naquela ocasião, estaria tomando as medidas urgentes para desobstruir a entrada. Até nós, Senadores, tivemos dificuldade, hoje, de entrar aqui no horário adequado para a sessão, por causa dessa obstrução. Transmitilhes, para que possa a manifestação dos agricultores ser devidamente respeitada, que é muito importante que possam contribuir para os bons trabalhos do Congresso Nacional.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Concordo inteiramente com V. Ex<sup>a</sup>. Defendo a tese dos agricultores, que merecem o apoio do Governo e que não o têm recebido. Entretanto, ninguém tem o poder de obstruir a entrada no Senado Federal.

V. Ex<sup>a</sup> sabe que, quando Presidente, fui criticado, inicialmente, porque fiz esses lagos que, realmente, foram importantes para evitar as desordens naquele tempo da CUT e da CGT. Creio que CUT, CGT, agricultores, seja quem for, não têm o direito de obstruir a entrada do Congresso Nacional, mas cabe à Presidência impedir que isso ocorra.

Naquela época, inclusive, peço licença para lembrar V. Ex<sup>a</sup>, um cachorro avançou na sua roupa e a rasgou.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – É verdade.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Isso me fez, na oportunidade, oferecer-lhe um corte de tropical.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Eu agradeço, porque V. Ex<sup>a</sup>, de fato, ficou preocupado. O cachorro avançou sobre a minha perna e, felizmente, não pegou a minha coxa, só a calça.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Só pegou a calça. Eu, então, vi-me naquela obrigação de entregar a V. Ex<sup>a</sup> uma roupa nova para que pudesse continuar brilhando no Senado como brilha.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Ainda bem que V. Ex<sup>a</sup> não precisou me dar uma nova perna, porque essa não foi atingida, felizmente.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Exatamente, mas poderia ser atingida em outra oportunidade se continuasse aquele sistema de CUT, CGT, grupo de agricultores, seja quem for, prejudicando o acesso à Casa do povo brasileiro, que é o Senado Federal.

Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> que entre em contato com o Presidente Renan Calheiros. Cada dia que passa é mais uma segurança de que as coisas não vão correr bem se as CPIs não forem instaladas e forem obstarizadas no seu trabalhos. A CPMI dos Correios não pode trabalhar com a dignidade que merece, levando em conta a maneira com que o Governo atua, segurando processos, evidentemente, irregulares e de corrupção.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Desculpe.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pela ordem.) – Sr. Presidente, ouvi atentamente, como o Brasil, o pronunciamento do Senador Antonio Carlos. Recebi um e-mail que quero que V. Ex<sup>a</sup>, depois, leia. Em respeito a V. Ex<sup>a</sup>, não o lerei, mas depois lhe passarei.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Pode ler.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Só o final. Não o lerei, em respeito em V. Ex<sup>a</sup>, porque até V. Ex<sup>a</sup>, que não merece, ele ataca. É injusto.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Pode ler. Eu acho que V. Ex<sup>a</sup> deveria ler.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – “PMDB – Posso Mudar, Depende da Barganha”. Aonde estamos indo,

Senador Papaléo? Um instante, pela ordem. Senador Antonio Carlos, dizem que até o Senador Papaléo esqueceu o caso.

Nem sei se não, mas acho que estou ficando louco, porque enquanto o País pega fogo, os Parlamentares tiram férias. Como podemos fazer qualquer reflexão política séria neste País? Tudo vira *pizza*, vira barganha. Viva os corruptos!

Essa é a opinião pública. Segundo Abraham Lincoln: “Ninguém consegue triunfar se a opinião pública está em seu desfavor. Com a opinião pública a seu lado, ninguém é derrotado”. Juscelino Kubitschek disse: “Como vai o monstro?” O monstro é a opinião pública, que está aí fora.

Ofereço a V. Ex<sup>a</sup>, que representa o PMDB, porque está na Presidência, os nossos nomes – Pedro Simon, Sérgio Cabral e o meu – para essas CPMIs. Nunca fomos convidados ou escalados para participar delas. Merecemos participar desse momento de pureza da Nação, de se pôr a limpo o País.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever como Líder da Minoria para falar antes da Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador Aelton Freitas, para uma comunicação inadiável.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de até cinco minutos para seu pronunciamento. Em seguida, fará uso da palavra o Senador José Jorge, como Líder da Minoria.

**O SR. AELTON FREITAS** (Bloco/PL – MG. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho deixar, desta tribuna, minhas palavras de apoio aos produtores rurais de 12 Estados brasileiros, que se encontram em Brasília, reunidos em busca de um justo reconhecimento por parte do Governo Federal.

A manifestação organizada pela Confederação Nacional de Agricultura (CNA) conta com mais de dois mil tratores e tem como objetivo principal sensibilizar o Governo sobre a crise em Estados atingidos por problemas climáticos, baixos preços de comercialização, concorrência desleal, falta de crédito, endividamento e câmbio desfavorável.

Este é o momento ideal, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, de haver uma retribuição governamental firme a um setor

que vem sustentando a economia nacional nos últimos anos – posso até dizer na última década. Ignorar, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, os apelos seria mais do que injusto, mas, sim, um grave erro político, pois tornaria inviável o trabalho de muitos agricultores por este Brasil.

As informações das entidades representativas dão conta de que as dívidas da última safra chegaram a R\$8 bilhões, devido à seca, ao aumento de custos e à queda de preço dos produtos. O número expressivo, Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, justifica, mais do que nunca, um plano de crédito emergencial para a safra 2005 e 2006, com novas linhas de auxílio e mais recursos para o setor. São providências fundamentais, para que os produtores possam honrar seus compromissos e continuar produzindo.

O anúncio do Orçamento do Plano Agrícola e Pecuário de 2005/2006, feito na última sexta-feira pelo Governo Federal, apesar de ter acrescentado R\$5 bilhões em relação a 2004/2005, totalizando um volume de recursos de R\$44,35 bilhões, não será suficiente para contemplar as demandas do setor.

Mesmo com R\$33,2 bilhões previstos para o financiamento de custeio e comercialização da produção, muitos produtores não poderiam se beneficiar por já estarem inadimplentes.

E os exemplos de dificuldades se sucedem, Sr. Presidente. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a produção nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas deverá ser quase 5% inferior à de 2004. Entre as causas dessa perda, destaca-se, além da instabilidade climática, o fato de os produtores terem comprado insumos com o dólar acima de R\$3,00 – podemos dizer que chegou a R\$3,20 –, enquanto a cotação atual permanece na casa dos R\$2,40.

O conjunto de fatores favoráveis indica também uma baixa perspectiva de futuros investimentos tecnológicos, o que poderá ainda resultar, no próximo ano, segundo técnicos da Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária –, em lavouras malfeitas e taxas de produtividade ainda menores.

Como se vê, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, os números da crise são evidentes, e a nossa esperança é a de que o Presidente Lula e a equipe econômica deste Governo sejam sensibilizados pelo ronco dos tratores que ecoa na Esplanada dos Ministérios. Os agricultores clamam, precisam e merecem uma ajuda concreta do Governo com relação a novas linhas de crédito.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge, que falará como Líder da Minoria.



S. Ex<sup>a</sup> dispõe de até cinco minutos para fazer o seu pronunciamento.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, na verdade, nos últimos dias, nas últimas semanas, temos sempre falado desta tribuna acerca de questão, que o Brasil inteiro está acompanhando, referente às denúncias de corrupção ocorrida no Governo.

Primeiramente, houve a entrevista gravada com o Sr. Maurício Marinho e, posteriormente, as declarações do Deputado Roberto Jefferson. Ultimamente, várias questões têm aparecido, o que, na realidade, confirma, cada vez mais, serem, em sua maioria, verdadeiras essas denúncias.

Sr. Presidente, hoje, a CPMI dos Correios já está instalada. Quanto à CPI dos Bingos, nós, do PFL, gostaríamos de instalá-la o mais rápido possível. O Supremo Tribunal Federal já decidiu que a Minoria tem direito de instalar suas CPIs. Na realidade, as CPIs vão funcionar. Portanto, desta tribuna, Sr. Presidente, vou me ater a um outro assunto.

Sr. Presidente, no Brasil, em nosso sistema educacional, a estrutura legal é bastante equacionada, vamos dizer assim. Há na Constituição um capítulo que trata da educação, o qual, praticamente, foi aprovado por consenso na Assembléia Nacional Constituinte de 1988, da qual inclusive participei. Depois, houve a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, que foi aprovada oito anos depois, em 1996, após uma grande luta, da qual também participei como Relator. Por último, aprovamos o Plano Nacional de Educação, já na Lei nº 10.172, de 2001, e, nessa época, como Senador, também fui o seu Relator.

Na realidade, Sr. Presidente, o art. 214 da Constituição de 1988 determina:

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à:

- I – erradicação do analfabetismo;
- II – universalização do atendimento escolar;
- III – melhoria da qualidade do ensino;
- IV – formação para o trabalho;
- V – promoção humanística, científica e tecnológica do País.

Sr. Presidente, a Constituição de 1988 colocou, como elemento fundamental, a elaboração do Plano Nacional de Educação, e, aqui, trabalhamos esse

Plano com muita dificuldade, mas conseguimos aprová-lo. Acontece, Sr. Presidente, que, hoje, esse Plano Nacional de Educação está abandonado. O Governo do Presidente Lula simplesmente desprezou o Plano Nacional de Educação. Diga-se de passagem que o PT foi um elemento importante na aprovação de toda estrutura existente no sistema educacional. Inclusive, à época, um conjunto de Parlamentares do PT – à época, eu era Deputado – apresentou um substitutivo para o Plano Nacional da Educação elaborado pelo Governo. Então, houve o Plano do Governo e o plano elaborado pelos Deputados do PT.

Acontece que, agora, no poder, o PT esqueceu-se do Plano Nacional de Educação. No Senado, nenhuma dessas propostas legislativas foi encaminhada pelo Governo. Há uma semana – portanto, há dois anos e meio de Governo –, foi encaminhado um projeto do Fundeb, que é o substituto do Fundef, que está na Câmara, com muitos defeitos e uma série de problemas. Há também o projeto da reforma universitária, que também não foi encaminhado ainda, apesar de já ter sido discutido com a sociedade. Havia um primeiro projeto, que era muito ruim e que, portanto, fora rejeitado pela sociedade; elaboraram um segundo, e o próprio Ministro disse que não era definitivo. E o Governo já vai terminar o seu terceiro ano.

Ao ler o que determina o art. 214 da Constituição, podemos verificar que o Senador Cristovam Buarque, quando Ministro da Educação, estava tentando cumprir esses itens da Constituição. Por exemplo, a erradicação do analfabetismo era prioridade na gestão do Ministro Cristovam Buarque, mas, hoje, não é mais. A universalização do atendimento escolar e a melhoria da qualidade do ensino, que eram prioridade, hoje não são mais, e assim por diante. Hoje, há prioridade para o Ensino Fundamental.

Então, Sr. Presidente, ao preparar este pronunciamento, em primeiro lugar, procedi a uma análise do que está acontecendo, hoje, com o Plano Nacional de Educação, que, a meu ver, deveria ser fundamental, para que pudéssemos dar ordem às mudanças que o Governo quer imprimir à educação.

Se há um capítulo na Constituição tratando da questão, se há a Lei de Diretrizes e Bases, de 1996, e se há o Plano Nacional de Educação, entendo que o Governo – qualquer Governo, não só este –, se quer mudar algo com relação à educação, deve enviar ao Congresso Nacional uma emenda constitucional, a fim de mudar o capítulo da Constituição, ou um projeto mudando a LDB ou deve mudar, por intermédio de projeto, o Plano Nacional de Educação. No caso, este Governo não enviou uma sequer dessas três propos-



tas! Recentemente, enviou a do Fundeb, praticamente com um ano e meio a dois anos de atraso.

Portanto, Sr. Presidente, neste meu pronunciamento, analiso como está sendo executado o Plano Nacional de Educação, mostrando que o Plano não está sendo cumprido. Havia uma série de prerrogativas no sentido de que o Plano fosse acompanhado pelo Governo Federal, com a participação dos Governos municipais e estaduais, mas tudo isso está desprezado. Estou apresentando também um projeto de lei em que solicitamos a montagem de uma nova estrutura para acompanhar essa questão do Plano Nacional de Educação.

Concedo um aparte ao Senador Cristovam Buarque. Não sei se o Senador Sibá Machado pediu o aparte.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Era sobre o assunto anterior.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Ah, sobre a CPI. Até gostaria de falar sobre isso, mas estamos falando um pouco sobre educação.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco/PT – DF) – Senador José Jorge, pedi o aparte, primeiro para entrar no debate que V. Ex<sup>a</sup> traz a esta Casa, sobre um tema que considero fundamental, embora sempre fique tão ausente da nossa agenda, que é a educação básica; segundo, para corroborar algumas de suas afirmações, no sentido de que não é o Governo Lula apenas, é o Governo Lula dando continuidade à história brasileira das últimas décadas, em que os governos federais não dão importância à educação básica. Só para corroborar, dos R\$624 milhões ou R\$625 milhões previstos para a alfabetização neste ano de 2005, até a semana passada só havia sido gasto 0,26%...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Exatamente.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco/PT – DF) – ... ou seja, um quarto de 1%. Se não me engano, dos R\$30 milhões previstos para a educação infantil, nada havia sido gasto. Essa é uma situação sobre a qual, mesmo sendo referente ao Governo a que pertencemos, não podemos ficar calados. Uma maneira de contribuir com o Governo é alertá-lo, porque não é possível que continuemos com a mesma política: o Governo Federal cuida das universidades e deixa a educação fundamental para os Municípios. Isso, lamentavelmente, é o que continua acontecendo.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Muito obrigado, Senador.

Concedo um aparte ao Senador Sibá Machado. V. Ex<sup>a</sup> pediu um aparte?

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Senador, cheguei meio atrasado, por causa de problema

de vôo, e não entendi como ficou a decisão sobre os trabalhos em julho. As Comissões instaladas terão plena autoridade de funcionamento? Eu não entendi, porque, se vamos manter todas as Comissões funcionando, isso significa que não só os membros da Comissão que responde pelo recesso deverão estar a postos em seus trabalhos, mas também os das CPIs. É isso, Senador?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – O acordo que se está fazendo é no sentido de que as CPIs funcionem durante o recesso. Na Câmara, é possível que isso seja feito. Como as CPIs são mistas, o Regimento da Câmara serve, desde que a CPI aprove.

Essa é a posição, pelo menos até o momento, da Oposição. V. Ex<sup>a</sup> sabe melhor que eu que esses acordos se fazem e se desfazem conforme a temperatura política. Mas, pelo menos até o momento, a idéia é de que as CPIs continuem funcionando e de que haja recesso para as demais Comissões e, evidentemente, para os Plenários da Câmara e do Senado.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – E quanto ao Orçamento, pois tínhamos um prazo de votá-lo até amanhã?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – A LDO.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – A LDO, desculpe-me.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Com relação à LDO, a idéia é a de que seja votada na quarta-feira ou na quinta-feira. Se não for votada...

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Haverá autoconvocação, ou seja, os trabalhos não serão encerrados.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Não é autoconvocação, somente prosseguimento das atividades da Câmara e do Senado.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Correto.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas a idéia, pelo menos por enquanto, é a de que a votemos amanhã e de que fiquem funcionando, com isso, apenas as CPIs.

Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> que autorize seja dado como lido o meu pronunciamento.

Muito obrigado.

**SEGUE, NAÍNTÉGRA, DISCURSO DO  
SR. SENADOR JOSÉ JORGE.**

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>es</sup>. e Srs. Senadores, desde o primeiro ano de administração do Presidente Lula, o Congresso Nacional foi palco de inúmeros pronunciamentos de Senadores e de Deputados que apontavam para a fragilidade e o despreparo

do Presidente em governar o País. O Governo dava claros sinais de que faria uma administração espontaneísta, sem planos e sem coordenação.

A própria sociedade brasileira começou a perceber que o Governo Lula era mesmo um governo atrapalhado, com ministros de mais, secretários de mais, diretores de mais e cargos comissionados de mais, sem que o Presidente estivesse preparado para realizar as mudanças prometidas e esperadas pelo povo brasileiro.

Estamos já no meio do terceiro ano da administração Lula, na descida da ladeira de seu mandato, e a situação piorou ainda mais. Ao lado da incompetência, começaram a surgir os *valdomiros*, os *vampiros*, os *delúbios* e outros mais. E o Governo continuou apático, de espantosa lentidão administrativa, inoperante na execução de seus poucos projetos, alguns inclusive voltados para o populismo, para o fisiologismo e para o clientelismo eleitoreiro.

Tudo isso já é extremamente grave, mas, além do desgoverno, que se acentuou, estão vindo à tona os maiores escândalos da história da República.

Mas, neste pronunciamento, não vou tratar de propinas dos Correios, nem de mesadas partidárias do IRB e nem dos *mensalões* do Delúbio. Nós da Oposição, por dever cívico e democrático, diante de grave crise que abala a República, estamos extremamente preocupados com a estabilidade das instituições democráticas e com a governabilidade do País.

E o Brasil espera – é bom que se diga – que nós, Parlamentares da Minoria, continuemos fazendo oposição com a mesma seriedade: uma oposição propositiva, construtiva, zelosa e responsável, cumprindo a nossa função constitucional e democrática.

Por essas razões pretendo hoje fazer outra espécie de abordagem. Quero me deter sobre a situação de abandono em que se encontra o Plano Nacional de Educação, quando vejo chegando ao Parlamento os projetos educacionais priorizados pelo Presidente Lula, que mais parecem planos de eleição do que planos de educação.

A Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que aprovou o Plano Nacional de Educação – parece-me oportuno lembrar –, é o resultado do esforço que todos fizemos na verdadeira luta que foi travada nesta Casa e na Câmara dos Deputados, para que o Brasil dispusesse de um Plano Nacional de Educação, com a forma e a força de uma lei.

Tive a honra de ser Relator no Senado daquela lei, e por isso me toca muito de perto vê-la hoje desconhecida, desfigurada, atropelada, esquecida e desprezada pelo Governo atual, como se de nada valessem ou se

nenhuma importância tivessem as suas diretrizes, os seus objetivos e as suas metas.

Por justiça tenho de lembrar também que a Lei nº 10.172 é o resultado de uma rica história, iniciada de forma mais incisiva com o Manifesto dos Pioneiros da Educação, em 1932, os quais, por primeiro, propuseram um plano de educação unitário e de bases científicas.

A Constituição Federal de 1934 já trazia, como competência da União, a fixação do seu Plano Nacional de Educação (PNE), atribuindo ao Conselho Nacional de Educação a tarefa de elaborá-lo. Do Conselho Nacional seguia o plano para o Poder Legislativo que o apreciava, embora sem o revestimento de lei.

A Constituição Federal do Estado Novo se omitiu na formulação de um plano nacional, mas todas as constituições que a sucederam, de uma forma ou de outra, previram a elaboração dos planos nacionais de educação, mesmo sem o poder de lei.

Somente com a redemocratização do País, em 1985, foi retomada a idéia de transformar em lei o PNE, obrigação que se tornou imperativo constitucional no art. 214 da Constituição de 1988, que assim define :

“Art. 214 – A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder Público, que conduzam à :

- I – erradicação do analfabetismo ;
- II – universalização do atendimento escolar;
- III – melhoria da qualidade do ensino;
- IV – formação para o trabalho;
- V – promoção humanística, científica e tecnológica do País.

A Lei nº 9.394 de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, regulamentando a CF, definiu como incumbência da União, no inciso I do seu art. 9º, “elaborar o Plano Nacional da Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios”. E no §1º do art. 87, a mesma lei fixa o prazo para a União encaminhar o projeto de lei ao Congresso de um PNE para a década, cumprindo acordo internacional intermediado pela Unesco em Jomtien, na Tailândia, em 1990, na Declaração Mundial sobre a Educação para Todos.

No parecer dos mais eminentes educadores e cientistas da educação de nosso País, esse conjunto de ordenamentos jurídicos, desde os arts. 205 a 216 da Constituição Federal de 1988, até a Emenda Constitucional nº 14/96, que criou o Fundef, com a Lei de

Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de dezembro de 1996, e, por fim, com a Lei nº 10.172, de 2001, que aprovou o PNE, esse conjunto de leis constituiu-se no ciclo mais fecundo e mais importante de toda a história da educação nacional.

No entanto, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Governo Lula, que infelizmente continua um governo sem plano e sem rumo, parece desconhecer o próprio Plano Nacional de Educação, exatamente a lei que deve orientar seus planejamentos e seus investimentos em educação.

Neste pronunciamento, vou analisar rapidamente a Lei nº 10.172, que tem apenas 6 artigos em seu corpo, para mostrar que, até agora, no quinto ano do Plano Decenal e no terceiro ano da administração Lula, o Governo não cumpriu nenhum, absolutamente nenhum dos artigos da lei que criou o Plano Nacional de Educação. Isso porque o Presidente Lula tem plano de eleição e não plano de educação.

O art. 1º da Lei nº 10.172, que aprova o plano, deixa muito claro que o Congresso aprova e o Chefe do Poder Executivo sanciona, naquele ato, “Plano Nacional de Educação, com duração de 10 anos”.

Não cabem dúvidas, Sr. Presidente, sobre o entendimento do art. 1º dessa lei. O plano aprovado não é federal, não é estadual, não é municipal, nem é do Distrito Federal. O plano é Nacional, volto a dizer, Nacional, porque é da Federação, porque é de todos os entes federados juntos.

E porque é nacional, esse plano é sistêmico. Por sua natureza intrínseca e por razões técnicas, o PNE não pode ter partes desconectadas. Há um núcleo essencialmente concebido que engloba as suas partes, isto é, as metas de cada ente federado, repartidas e ao mesmo tempo unificadas, sistematicamente, pelo fio condutor dos princípios federativo e republicano.

Assim sendo, cabe à União coordenar a sua concepção e a sua execução, em todas as suas fases. O Poder Executivo não pode esperar que este ou aquele Estado ou Município articule os outros entes federados para tornar o plano realmente nacional. Essa função é da União e é uma função indelegável.

Mas o Governo Lula não assumiu até agora essa visão sistêmica do planejamento. E é muito grave que o Governo ainda não tenha assumido a coordenação geral de todo o plano, como lhe cabe pela lei.

Passo ao art. 2º. Ali foi estabelecido que “a partir da vigência desta lei, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão, com base no PNE, elaborar planos decenais correspondentes”. O art. 2º está complementado com o art. 5º, que assevera: “Os Planos Plurianuais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios serão elaborados de modo a dar su-

porte às metas constantes do PNE e dos respectivos planos decenais”.

Nesses dois artigos, a lei indica claramente que os planos dos Estados e Municípios decorrerão do PNE. É com base no PNE que deverão ser feitos os planos de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Como decorrem do PNE, cabe à União, como ente coordenador, através do MEC, induzir, incentivar, acompanhar e assegurar que cada Estado e cada Município deste País conceba, elabore e aprove o seu respectivo plano.

Daí se conclui: se cada Estado não tem o seu plano; se o Distrito Federal não tem o seu plano e se cada Município não tem o seu plano, o sistema de planejamento que presidiu a aprovação da Lei nº 10.172 não vai se concretizar. Simplesmente não haverá Plano Nacional nenhum, porque são os planos de todos os entes federados que vão dar suporte ao PNE. Se assim não for, a educação nacional ficará diante de um vazio, de um buraco negro, onde podem cair como estão caindo a qualidade da educação e os bilhões de reais nela investidos.

Pergunto aos nobres Senadores: pode uma nação como o Brasil simplesmente colocar debaixo do tapete o seu plano nacional de educação, sobretudo hoje, quando vivemos mundialmente o século do conhecimento, da ciência e da tecnologia? Claro que não. Mas é o que está ocorrendo efetivamente.

Pois bem. Para o Governo Lula, essa questão não é relevante.

Pergunto ainda: o que fez o MEC até agora para assegurar que cada Estado aprovasse o seu plano, já que o plano de cada Estado é parte integrante de um todo que é o Plano Nacional, que aprovamos na Lei nº 10.172 ?

O que sabemos, e não através do MEC, é que boa parte dos Estados ainda não aprovou o seu plano decenal de educação, como previsto na LDB e na Lei nº 10.172. Mesmo em alguns casos trata-se apenas de uma simples carta de intenções e não de um plano.

Pergunto também aos meus ilustres Pares: o que fez o MEC, como fez e quando fez algum programa a fim de apoiar nossos Municípios para realizar e aprovar os seus planos municipais de educação? Mesmo nos grandes Municípios e até nas capitais dos Estados? Pois bem, o que sabemos, e não pelo MEC, é que cerca de um terço dos 5.562 municípios teriam convertido os seus planos em lei.

Vejam a gravidade do problema, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores: o PNE foi aprovado, dentro de uma diretriz sistêmica. O todo é o próprio PNE, que aprovamos, em forma de lei. E as partes são o Plano

Federal, os Planos Estaduais, o Plano do Distrito Federal e os Planos Municipais. Mas tais planos praticamente não existem e, em conseqüência, passa a não existir o próprio Plano Nacional.

Como há os sem-terra, os sem-teto e os sem-emprego, há também um país-sem-plano-nacional-de-educação.

É esse o Brasil da era Lula.

Leio agora o caput do art. 3º da mesma lei, em que está dito: “A União, em articulação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e a sociedade civil, procederá a avaliações periódicas da implementação do PNE”.

A essas alturas, já se vê que o artigo 3º caminha para a sepultura. Vai virar lei morta. Não sei se não é crime e, se for, não sei como tipificar o crime de um governante que não implementa o Plano Nacional de Educação do seu País.

Como poderemos agora avaliar um “suposto” Plano Nacional, há quase 5 anos existindo de direito, se inexistente, de fato, porque ainda não foi integralizado com os planos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios?

É bem verdade que, já no ano 2001, ano em que a Lei nº 10.172 foi aprovada, os Estados e os Municípios poderiam ter iniciado a construção dos seus planos, em consonância com o plano nacional. Pernambuco foi o único Estado da federação que cumpriu esta fase e em 2002 o Plano Estadual de Educação de Pernambuco já era lei.

Ainda é compreensível que no segundo ano da década da educação brasileira, ainda não pudéssemos caracterizar tal fato como um verdadeiro crime contra a Nação, até porque o ano de 2002 foi muito turbulento, pelo embate eleitoral radicalizado pelo PT e que levou ao poder o Presidente Lula.

Mas, como prevê o § 2º do mesmo art. 3º, “a primeira avaliação [do PNE] realizar-se-á no 4º ano de vigência da lei, portanto em 2004, cabendo ao Congresso Nacional aprovar as medidas legais decorrentes, com vistas à correção de deficiências e distorções”.

E aqui cabe mais uma pergunta: onde, quando, em que lugar, em quantos Estados, em quantos Municípios, o Governo Federal fez qualquer avaliação do nosso Plano Nacional de Educação? Onde estão os seus relatórios – se existirem –, dando conta desta tarefa legal do Governo? Quais as medidas sugeridas pelo Governo a esta Casa ou à Câmara dos Deputados, para correção de deficiências e distorções, para modificar a lei? Quando o MEC convocou qualquer Estado, ou o Distrito Federal, ou qualquer dos 5.562 municípios para fazer tal avaliação? E, veja-se, essa incumbência

de articular a avaliação pertence, por lei, à União, ao Governo Federal, ao MEC, ao Presidente Lula.

Vejamos o que estabelece o art. 4º da mesma lei: “A União instituirá o Sistema Nacional de Avaliação e estabelecerá os mecanismos necessários ao acompanhamento das metas constantes do PNE”.

E pergunto mais uma vez, aos meus ilustres Pares e à sociedade brasileira: quem conhece esse sistema de avaliação criado pela União? Quando foi instituído? Quais os mecanismos para acompanhamento fornecidos pelo Governo, para que inclusive esta Casa possa acompanhar a execução do PNE, como prevê o § 2º do art. 3º da citada Lei?

Não, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores: não existe o sistema, não existem os mecanismos, não existe tampouco a avaliação, para não dizer que o próprio Governo está inviabilizando o PNE como plano. Essa situação é típica do Brasil de hoje: a educação nacional está sem plano, como o País está sem rumos e sem gestão.

Por fim, no art. 6º vejo que a Lei nº 10.172 prevê que os “Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios empenhar-se-ão na divulgação deste Plano e da progressiva realização de seus objetivos e metas, para que a sociedade o conheça amplamente e acompanhe sua implementação”.

Não se conhece ainda, na era Lula, nenhuma campanha publicitária para divulgar o PNE, para dar transparência às possíveis atividades ou aos projetos e metas do plano para a população. Quando o Governo inclui em sua publicidade a educação, é para falar de projetos eleitorais, em geral sem qualquer interface com o PNE.

Nesse artigo, como acabei de ler, incumbe-se o Poder Público de incentivar a participação do povo no acompanhamento e na execução do plano, através dos meios de comunicação. Mas não existe a divulgação do plano, nem o próprio plano foi ainda concluído, está enroscado num eterno **fieri heracliteano**.

Convenhamos que nunca se fez tanta campanha publicitária de um governo como o atual. Quem saberia fazer o cálculo dos gastos com publicidade da Presidência da República, de todos os Ministérios e das Secretarias de nível ministerial, de todas as fundações, de todas as empresas públicas, enfim, de todo o Poder Executivo com os seus poderosos tentáculos? E, de posse dos dados, fazer a comparação dessas despesas com o que se gasta com a geração de empregos, com o apoio às pequenas e médias empresas, com o combate ao analfabetismo, com a universalização do ensino médio, com a expansão da educação profissional e tecnológica, com os programas de educação de jovens e adultos, com a precariedade de assistência



à saúde do povo brasileiro, com o combate à fome e também, é claro, com a divulgação do PNE?

Será que algum brasileiro já viu uma só propaganda institucional do Governo Lula sobre o Plano Nacional de Educação, sobre sua avaliação e sobre a sua divulgação? É claro que não. O PNE não produz votos para 2006! Não é matéria de interesse para o Ministro Gushiken?

No "InformativoMEC" de julho de 2004, o Ministério informa as quatro prioridades do Governo Lula, sendo a primeira a "reforma da educação superior, para ampliar e fortalecer a universidade pública e gratuita e nortear pelo interesse público as instituições particulares com padrões de qualidade".

Estamos a postos para dar apoio à reforma da educação superior, por questão de justiça social e de estratégia de desenvolvimento do País.

Uma segunda prioridade é a implantação do Fundeb, imitando o Fundef, como filosofia e como sistemática. E é muito bom que o Governo imite o governo anterior, como Palocci vem fazendo desde o início desta administração. E nós estamos aqui também preparados para analisar e votar o Fundeb.

Mas o que nos preocupa é que esses projetos vêm carimbados pelo Plano Nacional de Eleição e não pelo Plano Nacional de Educação.

Na verdade, o Governo não está levando em consideração as prioridades no já citado art. 214 da Constituição Federal:

- I – erradicação do analfabetismo ;
- II – universalização do atendimento escolar;
- III – melhoria da qualidade do ensino;
- IV – formação para o trabalho;
- V – promoção humanística, científica e tecnológica do País.

Tampouco está percebendo os grandes desafios da educação em nosso País:

Dos 119 milhões de brasileiros com mais de 15 anos de idade, 16 milhões continuam analfabetos; 33 milhões são analfabetos funcionais e 53 milhões são pessoas que não concluíram a 8ª. série.

O Brasil tem 13 milhões de crianças de 0 a 3 anos e nas creches o País tem apenas 1.133.038 crianças matriculadas; tem 10 milhões de crianças de 4 a 6 anos e, nas escolas de pré-escolar, tem apenas 4,5 milhões de crianças matriculadas.

O Brasil tem 10 milhões de jovens de 15 a 17 anos, e somente 4 milhões estão nos seus cursos de nível médio.

Em 2004, o Brasil tinha apenas 676 mil alunos matriculados nos cursos de educação profissional de nível técnico.

Nos cursos de educação de jovens e adultos, desde o início do ensino fundamental até o último ano de nível médio, o Brasil tinha apenas 4.5 milhões de matriculados em 2004.

O Brasil tem apenas 11,5% dos jovens de 18 a 24 anos matriculados em cursos superiores, um dos percentuais mais baixos inclusive da América Latina.

Será que tais desafios não exigem do Governo, por uma razão de Estado, de alta relevância e de extrema responsabilidade, voltar ao PNE e voltar ao art. 214 da Constituição Federal para concluir o próprio planejamento com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e para cumprir as metas já definidas como lei, para o decênio que vai se encerrar em janeiro de 2011?

Será que ainda podemos esperar que o Governo cumpra o PNE?

Por essas razões, Sr. Presidente, quero propor que a Comissão de Educação do Senado Federal elabore um decreto legislativo ou outro instrumento legal, que seja coercitivo, obrigando o Chefe do Executivo, por meio do MEC a:

- articular todos os Estados da Federação para concluir em até 6 meses os seus respectivos planos estaduais de educação;
- articular todos os Municípios brasileiros para concluir em até 12 meses os seus planos municipais de educação;
- promover, ao final dos próximos 12 meses, uma ampla avaliação nacional do PNE, para adequar as metas dos planos estaduais, do Distrito Federal e dos Municípios para alterar, se for o caso, as próprias metas do PNE, de forma a realmente executar o nosso PNE, criado pela Lei n.º 10.172;
- criar, de imediato, o sistema de avaliação e disponibilizar os instrumentos de avaliação para todos os entes federados, com o fim de dar a dimensão nacional à avaliação do PNE;
- criar, de imediato, espaços na mídia institucional da própria Presidência da República para incentivar a participação da sociedade no acompanhamento e avaliação do PNE.

Ao concluir, eu gostaria de solicitar do ilustre Senador Hélio Costa, Presidente da Comissão de Educação do Senado, o apoio daquele colegiado para que façamos cumprir os princípios e os termos do Plano Nacional de Educação, e de informar que estou apre-

sentando, nesta Casa, um projeto de lei que define responsabilidades e fixa prazos relativos ao Plano Nacional de Educação aprovado pela Lei nº 10.172, de 2001.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. José Jorge, o Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Morais, 1º Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB)

– V. Exª será atendido, na forma do Regimento.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Sr.

Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB)

– Com a palavra, pela ordem, o Senador Sibá Machado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu pediria a V. Exª a minha inscrição para falar como Líder do Bloco imediatamente após a Ordem do Dia. Tão logo chegue a autorização, faço-a chegar a V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB)

– V. Exª está inscrito em quarto lugar, após a Ordem do Dia. Estão inscritos os Senadores Leonel Pavan, Efraim Morais, Maguito Vilela e V. Exª.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Quero tirar uma dúvida: antes da Ordem do Dia, qual seria a minha localização?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB)

– Se V. Exª me trouxer a autorização até a Ordem do Dia...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Posso falar de imediato, então? Tão logo chegue a autorização, prefiro falar antes da Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB)

– Desde que não haja um Líder que peça a palavra antes de iniciar a Ordem do Dia.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Eu entendo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB)

– Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, para uma comunicação inadiável. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa. (Pausa.)

Concedo a palavra à nobre Senadora Lúcia Vânia. (Pausa.)

Senador Mão Santa, do PMDB do PI, V. Exª tem a palavra.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Efraim Morais, que preside esta sessão de 28 de junho

de 2005 do Senado Federal, Senadoras, Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação, Senador Antonio Carlos Magalhães, é preciso navegar. Governar, em grego, é navegar. Senador Heráclito Fortes, navegar significava a maior exigência de competência e coragem. Senador Juvêncio da Fonseca, sem bússolas. “Navegar é preciso, viver não é preciso.” Em grego, “governar” é navegar, e “preciso” é precisão. Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Exª e o Senador Tasso Jereissati governaram a Bahia e o Ceará umas três vezes. Vou falar de um, Senador Alberto Silva, que governou quatro vezes: Franklin Delano Roosevelt. Por quatro vezes, ele foi Presidente dos Estados Unidos, e o que nos deixou? Esse país rico, modelo de democracia, de liberdade, de igualdade, Senador Leonel Pavan.

Mas, atentai bem, Senador Hélio Costa, V. Exª que é meio americano, meio mineiro.

**O Sr. Hélio Costa** (PMDB – MG) – V. Exª me permite um aparte?

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Permito até o horário todo. V. Exª veio de Minas. **Libertas quae sera tamen.** Minas, de Juscelino Kubitschek, do desenvolvimento, que está faltando neste Governo!

**O Sr. Hélio Costa** (PMDB – MG) – Só gostaria de lembrar a V. Exª que não devemos confundir americanista com ameriqueiro. Americanista é quem estuda a política dos Estados Unidos e a sociedade americana. Foi o que fiz durante dezoito anos. Da mesma forma que existem brasilianistas famosos, americanos que estudam o Brasil, há brasileiros que estudam os Estados Unidos. Muito obrigado, Senador.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Pois V. Exª há de se lembrar dos ensinamentos de Franklin Delano Roosevelt. Espero que V. Exª, como Vice-Líder dessa aliança do Governo Lula, leve esse ensinamento.

Aí está! Um quadro vale por dez mil palavras, Senadora Heloísa Helena! Olhe o “tratoço”! Vinte mil tratores! Negar isso? O sistema publicitário de Getúlio Vargas dizia que tudo era mentira. Aí Afonso Arinos veio aqui e disse: “Será mentira a viúva? Será mentira o órfão? Será mentira o sangue? Será mentira o mar de lama?” Será mentira esse “tratoço”?

Senador Hélio Costa, leve isso a Lula – a Lula cá, não a Lula lá, de Aerolula, nas nuvens.

Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Exª se lembra, nos programas políticos, que Lula dizia “Vou ser diferente de Fernando Henrique Cardoso, não vou andar viajando, não. Aliás, vou viajar é pelo Brasil, saber do que precisa o homem do campo, do que precisa o piauiense ou o amazônida”. Palavras, palavras,

palavras que se tornaram hoje uma mentira. Esta é a grande verdade.

Mas, Senador Hélio Costa, Franklin Delano Roosevelt disse – atentai para esse quadro que aí está, do “tratoação” – primeiro: “Levai um bico de luz ao campo e que na panela de cada homem do campo tenha uma galinha, e a família ficará lá”. Não era o Fome Zero, era a verdade. E disse mais: “As cidades podem ser destruídas, porque elas ressurgirão do campo; mas se o campo for destruído, as cidades perecerão”.

É, Senador Efraim Morais, esse é o grito do “tratoação”.

E o estado real, Senador Alvaro Dias, do campo seria só um, e um quadro vale por dez mil palavras. Um País deste, Senadora Heloisa Helena, em que uma água importada, essa que a elite hoje rica do PT toma, essas águas minerais importadas são mais caras do que um litro de leite, Senador Alberto Silva.

Qual a perspectiva do campo, do criador, do pecuarista e do plantador? Essa é a verdade. E aí está o resultado: propaganda, propaganda, propaganda. É o Governo de Duda Goebbels Mendonça, onde uma mentira repetida se torna verdade. Mas, Senador Heráclito Fortes, não é aquilo que aprendemos no Piauí. Lá aprendemos que é mais fácil tapar o sol com uma peneira do que esconder a verdade. E a verdade está aí, Senador Alberto Silva, o “tratoação”.

O que me traz aqui é uma preocupação muito maior: a carcinicultura, cultivo de camarão.

Atentai bem, Sibá, aquela sua Ministra...Atentai bem para ela entender as coisas. Vou pedir para ela vir para cá e você ir para lá, ser Ministro do Meio Ambiente.

Senadora Heloísa Helena, atentai bem, carcinicultura é o cultivo do camarão. Alberto Silva, lembro-me muito bem de que o Grupo Klabin, há trinta anos, tentou começar isso no Piauí. V. Ex<sup>a</sup> levou a energia para o Piauí, mas estava fraquinha: 69KW, e eu transformei em 138KW. Então, foi possível. E a carcinicultura desenvolvia-se lá no Equador, na América do Sul, Hélio Costa, não na América da novela e do Bush. Desenvolvia-se aqui, no Equador. Então, Guayaqui e Manta. Eu fui lá. Houve uma epidemia, Heloisa Helena, assim como uma vaca louca, no camarão. Eles ficaram doentes, pálidos, anêmicos, e busquei muitos técnicos. Eles se desenvolveram no Nordeste, floresceram.

Sibá, tenho um documento dos carcinicultores – peço que seja, aliás, peço mesmo é que V. Ex<sup>a</sup> vá para o Ministério e a Senadora venha para cá. Heloísa Helena, para que V. Ex<sup>a</sup> tenha o significado, digo que a riqueza do Piauí é ainda a cera de carnaúba. É secular. Então, quando eu governava o Piauí, isso importava na maior exportação. Em pouco tempo, o Piauí, que

busca a riqueza, como o litoral do Nordeste, onde prosperou a carcinicultura, exporta camarão e essa renda equivale à da cera carnaúba, que propiciou emprego, trabalho e riqueza.

O que quero é o debate, que me leve lá na Ministra. Aliás, o que quero pedir é isso. Não quero nada, não tenho interesse.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador Mão Santa?

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Mas quero lhe dizer que está aqui em documentos. Senador Alberto Silva, temos que entender as coisas. Senadora Heloísa Helena, Sófocles disse, ninguém é contra a natureza. Fui professor de Biologia, estudei Ecologia.

Senador Tasso Jereissati, isto interessa a V. Ex<sup>a</sup>: em 1985, Senador Efraim, representante da Paraíba, que também é Nordeste, desenvolveu a carcinicultura, havia vinte projetos. Hoje, há novecentos e cinco no nosso Nordeste. Eles estão totalmente amarrados, impossibilitados por falta de entendimento.

A natureza sempre existiu, e Sófocles disse que muitas são as maravilhas da natureza, mas a mais maravilhosa é o ser humano, é a gente. E isso propicia trabalho, riqueza.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador Mão Santa?

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Na nossa região só tem desemprego, fome e miséria. Então, eles estão sendo como destruidores.

Pior ainda, um Deputado do PT, que foi relator na Câmara – advirto o Senado para isso; Senador Heráclito Fortes tem já o aparte, a querida Heloisa Helena e o nosso João Batista – disse que o que eles estão fazendo mata até gente. Então, suspenderam todas as licenças, todo o desenvolvimento. Estão estagnando o nosso Nordeste, que está em atraso, em retrocesso.

Vamos pela seqüência, Senador Heráclito Fortes, depois João Batista e, finalmente, a encantadora Heloisa Helena, que quero convidar para conhecer os processos.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pelo aparte e quero mostrar o quanto ele é oportuno. No exato momento em que V. Ex<sup>a</sup> defende os carcinicultores do Piauí, mostra as dificuldades que o Piauí enfrenta, recebo aqui uma cópia de uma matéria do **jornal Meio Norte**, publicada hoje, com a seguinte manchete: “Ministro da Agricultura compra terras griladas nos Cerrados”. Senador Alberto Silva, depois o Governador Wellington Dias e o Presidente do Interpi afirmam: “O Governador Wellington Dias informou ontem que entre as autoridades que compraram terras devolutas do Piauí na região dos Cerrados do Piauí, após serem griladas e registradas em cartório

ilegalmente, está o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues”. Essa é a técnica desleal empregada pelo PT. Apuram-se grilagens de terra no Piauí praticada agora – coisa recente – e, como escudo de proteção, eles se remetem ao fato...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – ... envolvido o empresário Roberto Rodrigues na década de 90, que comprou terras com problemas e se encontra na Justiça. Citam o ex-Ministro César Cals, que só de morto deve ter de 15 a 20 anos, mas sobre as questões atuais não falam. Expor um companheiro de Governo, no caso o Ministro Roberto Rodrigues, com manchete estapafúrdia de jornal? Isso não importa para o Governador do Piauí, para seu Presidente do Interpi, mas o que a sociedade piauiense quer saber é exatamente o que está acontecendo no presente momento, Senador Mão Santa. E o Governador, então, desvia do assunto, remetendo para fatos remotos, coisa muito parecida com a que alguns estão tentando fazer na atual CPI dos Correios, tirando de foco o assunto em questão, que é a corrupção, e usando um retrovisor gigante, que ilumina os caminhos do PT, para remontar a fatos passados. Mas essa é a maneira de agir. Quero, de antemão, dizer que o povo piauiense tem vontade, tem desejo de que homens da qualidade do Ministro Roberto Rodrigues invistam, com a sua sabedoria, com a sua competência e capacidade, nas produtivas terras piauienses.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Agradeço, incorporo e conclamo aqui toda a Bancada...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Mão Santa, para concluir.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Efraim, eu gostaria...

**O SR. João Batista Motta** (PMDB – ES) – Senador Mão Santa.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Com a palavra o Senador João Batista Motta, com a aquiescência de V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente. Isso é problema do Nordeste, da Paraíba, por isso Deus o colocou na Presidência.

**O Sr. João Batista Motta** (PMDB – ES) – Senador Mão Santa, a impressão que se tem é que o Governo enlouqueceu. O problema da carcinicultura no Nordeste, como em todo o País, mostra que o brasileiro não tem mais como trabalhar, o Governo não quer mais que o brasileiro trabalhe. Agora, não é só a carcinicultura. O tratoração que está aí em frente ao Congresso, com tratores velhos, novos, toda a legião de agricultores que está aí na porta do nosso Congresso é de cortar o coração. Esse povo nunca precisou estar aqui, esse povo não tem mais como trabalhar,

esse povo não tem mais o que fazer, esse povo está impedido de agir dentro das próprias terras, está proibido de trabalhar!

Veja bem, Senador Mão Santa, há poucos dias, o Presidente do Ibama de Brasília foi preso, foi levado num camburão, algemado, um homem honesto, direito, sabemos. Ele pertence ao quadro do PT, mas é um homem direito, temos que reconhecer. Simplesmente, a política é que não permite que se tenha preço garantido para o agricultor, que, quando planta, está custando 50, daqui a pouco tem que vender por 15, por 20. Não suportamos mais! Só se tem complacência, só se tem pena da indústria internacional, da Volkswagen, das multinacionais estrangeiras. Essas são beneficiadas. O brasileiro tem que morrer de fome. Essa é uma determinação deste Governo, infelizmente.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Concedo um aparte ao Senador Juvêncio da Fonseca.

**O Sr. Juvêncio da Fonseca** (PDT – MS) – Senador Mão Santa, os argumentos de V. Ex<sup>a</sup> são sempre muito lúcidos e de um fundo culto de conhecimento inteiro, não só da literatura, mas das questões nacionais. Eu gostaria de somar ao seu discurso essa informação que a imprensa deu nesse início de semana, de que a dívida pública cresceu 25% nesse início de ano. Os juros escorchantes que estão aí, que são da tolerância do Governo Federal, favorecem o enriquecimento cada vez maior dos bancos, enquanto os homens de mãos calejadas estão aqui. Quantos peões estão nesses tratores e quantos proprietários de terra estão nesses tratores, querendo trabalhar a terra e não conseguem! Querendo produzir e não conseguem!

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – A Mesa solicita ao orador que conclua o seu pronunciamento, pois fomos bastante tolerantes, e daremos mais dois minutos.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Peça a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois não, Senador.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> diz que está muito tolerante, e acho que é verdade, porque V. Ex<sup>a</sup> deveria ter começado a Ordem do Dia às 16 horas.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Ex<sup>a</sup> me dá mais um motivo de tolerância.

**O Sr. Juvêncio da Fonseca** (PDT – MS) – Eu gostaria de terminar o meu aparte. Senador Mão Santa, enquanto essas mãos calejadas nos volantes dos tratores, na rua, com os pés andando nessas ruas de Brasília, estão nesse sacrifício imenso para mostrar a sua linguagem de progresso ao País, os banqueiros estão sentados em seus gabinetes faturando sem



trabalho, apenas por meio da emissão de papéis e a *Internet* funcionando *on line* para que esse movimento imenso, essa riqueza imensa, que gira nos bancos, cada vez cresça mais. Parabéns pelo seu pronunciamento.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Incorporo as palavras do Senador Juvêncio da Fonseca.

Senador Tasso Jereissati, e o relatório da Câmara Federal é de um Deputado Federal. Acho que V. Ex<sup>a</sup> com seus olhos verdes o perturbou. Ele é João Alfredo do PT. Acho que foi ódio com tudo que é da natureza, com sua beleza; os centros de carcinicultura estão praticamente fechados, perseguidos, violentados. Para essas coisas tem que ter sensibilidade política e responsabilidade administrativa, mas foi desse João Alfredo.

Para terminar, vou citar um frase que não é de qualquer um, é de Armando Klabin. Foi ele que plantou no nosso Piauí a maior fábrica de jaborandi, pilocarpina, da Vegetex, que foi para a Merck, da Alemanha, e ele merece respeito. Foi só uma frase que ele disse. O relatório do Deputado do PT, pelo Estado do Ceará, é um libelo ao desconhecimento e má-fé de um grupelho que corrobora pelo insucesso das iniciativas sociais e econômicas que acentuam a miséria nordestina. Porque ele vê, em cada empresário, um Senador Tasso Jereissati, encheu de ódio e fechou todos os pólos de carcinicultura

E para terminar, em respeito à Paraíba, aqui está o documento de Itamar Paiva Rocha, que é o Presidente da carcinicultura. Então, são essas palavras, Senador Alberto Silva, e convoquei o Deputado Mussa Demes, do Piauí, Coordenador da nossa Bancada, para dar solidariedade e apoio a esses homens que tentam explorar e fazer a riqueza do Piauí.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao nobre Senador Sibá Machado, pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo. S. Ex<sup>a</sup> dispõe de até cinco minutos.

Solicito à Assessoria que ligue as campanhas a fim de darmos início à Ordem do Dia, atendendo solicitação do Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC. Pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, embora de maneira atabalhoada, acho que demos um passo significativo na Câmara dos Deputados com a votação de alguns importantes pontos da Reforma Política Brasileira.

Eu queria fazer aqui um apanhado geral daquilo que posso captar do debate que está sendo feito e o que considero mais importante que estas duas Casas podem oferecer ao País.

Listei 12 passos, inevitáveis, que a reforma política deve tratar, Sr. Presidente:

- o fim das coligações;
- a votação em lista;
- o financiamento público de campanhas;
- a fidelidade partidária;
- as cláusulas de barreira;
- o horário gratuito de propaganda política;
- o voto distrital proporcional;
- a suplência no Senado;
- o voto facultativo, obrigatório;
- a representação no Congresso Nacional, principalmente na Câmara dos Deputados;
- as eleições majoritárias e as eleições proporcionais
  - se elas se juntam ou se separam de vez;
- questão de novo prazo de mandato para cargo no Executivo e no Parlamento; se se mantém ou não a lei da reeleição ou se a extingue;
- e a questão da verticalização.

É difícil falar isso tudo em cinco minutos. Mas vou fazer algumas considerações do que estou, particularmente, defendendo. Primeiro, acho – e tenho até projetos escritos e feito vários debates aqui – que o prazo de mandato no Brasil está equivocado quando se coloca quatro anos. E mais equivocado ainda é termos eleição no País a cada dois anos. Ou seja, do jeito que se reclama da promiscuidade das relações parlamentares com troca de Partidos, a cada instante que a conjuntura se flexibiliza, tira, no meu entendimento, a possibilidade qualquer de termos esse conjunto de situações aqui em convivência harmoniosa. As eleições, no meu entendimento, têm de ser em data única, com mandatos coincidentes, de vereador a Presidente da República. Que pudéssemos acrescentar um ano no mandato de todos, retirando-se a possibilidade de reeleição. Creio que a metodologia utilizada no País, anteriormente à emenda da reeleição – eram cinco anos para o Executivo –, garantia ao gestor público a possibilidade de executar o seu plano de trabalho.

Todos com quem conversei até hoje sempre me disseram que o primeiro ano é para entender a máquina. No segundo ano, já se deparam com uma eleição da qual são obrigados a participar ativamente para formar uma nova aliança política. No terceiro ano têm, de fato, um orçamento pensado e elaborado com o conhecimento da máquina, com um corpo administrativo a pleno vapor. Só teriam esse ano para poder trabalhar. No quarto ano, já há o encerramento do mandato, a disputa da eleição, com a hipótese da reeleição, e uma série de ambigüidades que se fazem presentes.

Sr. Presidente, creio que esses doze pontos que foram listados são obrigatórios; têm que ser analisados e trabalhados coletivamente.

Se perguntássemos à sociedade brasileira o que entende sobre a representação no Senado Federal,

principalmente da suplência, se fizéssemos um plebiscito, com certeza iriam exigir que se voltasse ao período da sub-legenda. O suplente de Senador era obrigado a ter voto para chegar a esta Casa com legitimidade. Tanto concordo com essa tese que tenho também projetos apresentados nessa direção.

Eu gostaria de aproveitar essa ocasião da reforma política para que, na nossa CCJ – e está presente no plenário o Presidente daquela Comissão –, pudesse uma subcomissão temporária, no meu entendimento, utilizar um dia para analisar, no calor do debate, todas essas matérias que ainda estão no âmbito da Comissão e emitir um parecer, embora não com uma característica determinante, dizendo o que o Senado poderia oferecer ainda a essa tão sonhada reforma política, pois só aqui já listei 12 itens inseparáveis, do meu ponto de vista.

Ouçõ com atenção o Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)** – V. Ex<sup>a</sup>, em primeiro lugar, é favorável a aumentar ou a diminuir o mandato de Senador?

**O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC)** – Não; penso que o tempo do mandato de senador está correto. Apresento uma idéia sobre a suplência, porque concordo que é preciso melhorar o grau de representatividade do suplente nesta Casa. Qual seria o critério? Não tenho aqui...

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)** – Só não concordo com isso porque V. Ex<sup>a</sup> veio substituir a Senadora Marina Silva e hoje é a figura mais evidente e mais brilhante do PT.

**O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC)** – Obrigado. Agradeço de coração as palavras de V. Ex<sup>a</sup>, sempre carinhosas com a minha pessoa.

Apresentei aqui um projeto nesse sentido, e o Senador Paulo Octávio também tem algo bem parecido com essa idéia. Então, Sr. Presidente, no meu entendimento, com a unificação dos mandatos, haveria obrigatoriamente uma aliança que, sendo vitoriosa numa eleição, duraria por todo aquele mandato. Não ficaríamos à mercê de, a cada eleição, termos que desmanchar tudo novamente.

Sr. Presidente, peça a V. Ex<sup>a</sup> um minuto de prorrogação do meu tempo.

Quanto à fidelidade partidária, a Casa já trabalha algumas idéias no âmbito regimental, mas acredito que seja possível adiantar no Senado, em termos regimentais, algo que pudesse também ser absorvido em projeto de lei, ou seja, ser do âmbito da própria Comissão em que está sendo trabalhado uma proposta de resolução ou um projeto de lei do Senado

Federal para ser imediatamente remetido à Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, há ganhos que a Câmara nos traz aqui, como a cláusula de barreira. É sempre uma ambigüidade estarmos aqui falando para se evitar a promiscuidade de partidos que só querem utilizar horário gratuito da televisão, mas também temo o cerceamento de partidos de ideologias convictas e históricas, como é o caso do Partido Comunista do Brasil, do recém-criado P-Sol e de outros, que são partidos que têm na sua configuração um arcabouço ideológico e não fisiológico, como é a preocupação do que está sendo colocado aqui nas cláusulas de barreira.

Portanto, no meu entendimento, nada melhor que se pudesse ter a junção dessa Comissão Especial da Câmara dos Deputados com a Comissão Especial do Senado Federal, no que for possível, com o que ganharíamos, entrando com isso em procedimento já a partir de 2006.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)** – Mas V. Ex<sup>a</sup> não está se referindo a esse acordo agora com o PMDB?

**O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC)** – Não, absolutamente. Eu queria apenas que a CCJ pudesse pegar as matérias... Quanto àquilo que já foi votado no Senado, parabéns; quanto ao que ainda não foi votado no Senado, que pudesse se aproveitar essa onda do debate da reforma política e acrescentar mais novidades que sejam importantes para a conclusão dessa tão importante reforma que a sociedade brasileira está a aguardar.

Sr. Presidente, agradeço a sua tolerância. V. Ex<sup>a</sup> é um piauiense atento às questões do nosso Estado. Gostaria de voltar ao assunto em um momento mais adequado.

**O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)** – Já prolonguei o seu tempo por três minutos por V. Ex<sup>a</sup> ter nascido no Piauí.

**O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC)** – Agradeço muito as duas oportunidades: a de ser presidido por V. Ex<sup>a</sup> e a de ter nascido no Piauí.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)** – E se V. Ex<sup>a</sup> quiser pode dispor de mais um minuto pela mudança da gravata.

*Durante o discurso do Sr. Sibá Machado, o Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.*

**O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR)** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)  
– Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Nos termos do art. 403 do Regimento Interno do Senado Federal, estou encaminhando à Mesa uma questão de ordem sobre o funcionamento das Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito durante o recesso do Congresso Nacional no mês de julho.

Nos últimos dias, o Presidente Renan Calheiros anunciou que a Comissão funcionaria normalmente durante o recesso de julho. Como há previsão para votação da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) – pelo menos é o que se anuncia, já há o parecer do Relator e há aqueles que esperam, principalmente a Base aliada no Congresso Nacional, a votação da LDO –, obviamente se encerraria o período com essa votação.

Por essa razão, indago – evidentemente o Senador Renan Calheiros poderá responder posteriormente – se haverá um ato da Mesa convocando o Congresso

Nacional para esse fim específico, ou seja, para o funcionamento único e exclusivo das CPMLs já instaladas. Se a resposta for positiva, ótimo; todavia, se não for positiva, indago da Mesa, com base no mesmo § 2º do art. 57 da Constituição, o que ocorrerá na eventualidade de algum depoente se negar a prestar esclarecimentos à CPML pelo simples fato de o Congresso Nacional estar em recesso e não haver respaldo legal para o funcionamento das CPMLs.

É por essa razão que estou indagando do Presidente do Congresso Nacional se haverá um ato formal da Mesa convocando o Congresso Nacional para que as comissões possam funcionar durante o recesso.

Creio que seria uma providência necessária, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRO-  
NUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

**Questão de Ordem**

**(Senador Álvaro Dias)**

Senhor Presidente,

Nos termos dos artigos 403, do Regimento Interno do Senado Federal, apresento a seguinte Questão de Ordem sobre o funcionamento das Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito – CPML's, durante o recesso do Congresso Nacional, no mês de julho de 2005.

Nos últimos dias foram publicadas declarações do presidente da Câmara, deputado Severino Cavalcanti, e do presidente do Senado, senador Renan Calheiros, afirmando que os trabalhos das CPML's, devidamente instaladas, ocorrerão normalmente durante o recesso de julho que, em princípio, está estabelecido para inicia-se no próximo dia primeiro.

No entanto senhor presidente, o parágrafo segundo do artigo 57 da Constituição estabelece que a Sessão Legislativa é interrompida assim que é aprovada a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Como o parecer do relator à LDO/2006 já foi divulgado, é bem provável que nos próximos dias o Congresso Nacional delibere sobre esta proposição que norteia os princípios gerais para elaboração do Orçamento Geral da União do exercício financeiro de 2006.

Como os regimentos das Casas do Congresso não são claros em relação a esse procedimento eu pergunto a Vossa Excelência:

Haverá um Ato da Mesa convocando o Congresso Nacional para esse fim específico, ou seja, para o funcionamento único e exclusivo das CPMI's já instaladas?

Caso a resposta seja positiva eu agradeço a atenção de Vossa Excelência, antecipadamente.

Caso a resposta seja negativa, eu indago a Vossa Excelência se, com base no mesmo § 2º do art. 57 da Constituição, algum depoente não poderá se negar a prestar esclarecimentos à CPMI pelo simples fato do Congresso Nacional estar em recesso e não haver respaldo legal para o funcionamento das CPMI's.

É a Questão de Ordem que apresento.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2005.



Senador Alvaro Dias

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Encaminharemos sua solicitação ao Presidente da Mesa.

Haverá amanhã uma sessão conjunta do Congresso Nacional, às 20 horas, reunindo a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Sugerimos que V. Ex<sup>a</sup> faça sua solicitação nessa reunião.

Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais, do PFL, do Estado da Paraíba, por permuta com o Senador Nezinho Alencar.

S. Ex<sup>a</sup> tem dez minutos, com dois de prorrogação.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, preocupa-me, como a todo o País, a velocidade, extensão e profundidade da presente crise. Todos nos empenhamos em crer e fazer crer que o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, estaria fora do alcance das acusações.

Todavia, à medida que se coletam novas informações e o quebra-cabeças do escândalo vem sendo

montado, torna-se cada vez mais problemático sustentar a inocência ou o alheamento presidencial.

O que se tem hoje é um dilema constrangedor, que só a CPI será capaz de esclarecer: ou o Presidente sabia – e é réu de crime de prevaricação; ou não sabia – e é inepto. Nenhuma das duas hipóteses o favorece – nem a ele, nem ao País.

Grande parte dos fatos, segundo depoimento de seus protagonistas, passou-se na ante-sala do Presidente da República. Tal como o escândalo Waldomiro Diniz, tudo se deu na intimidade presidencial.

Senão vejamos.

O publicitário Márcio Valério, em entrevista à revista **Veja** desta semana, declarou que esteve várias vezes no Palácio do Planalto – mais especificamente na Casa Civil –, onde teria visitado a assessora-chefe Sandra Cabral, para, segundo ele, tratar de uma possível candidatura a Deputado Federal, pelo Estado de Goiás, do Sr. Delúbio.

Admitiu ainda que conversou algumas vezes – segundo ele, poucas vezes – com o então Ministro José Dirceu, em “encontros casuais”.



Ou seja, estava ali, na Casa Civil, conversando abobrinhas com a assessora-chefe, e, a certa altura, deparou-se com o próprio Ministro, com quem falou, segundo seu depoimento, de política, mas, ainda conforme ele, “sem liberdade”.

“O Zé” – disse ele – “é professor de Deus”. Não sei bem o que ele quis dizer com isso. Talvez registrar a natureza arrogante do ex-Ministro.

Por telefone, segundo ele próprio, Valério, contou a **Veja**, ele e José Dirceu conversaram “umas duas vezes”.

Marcos Valério, sabemos agora, era o homem que operava o mensalão. O “homem da mala”, segundo o Deputado Roberto Jefferson. As revistas semanais expuseram a seqüência de saques milionários que fez no Banco Rural, com destino ainda não comprovado.

A revista **IstoÉ** contabilizou mais de R\$21 milhões. O “Jornal Nacional” registrou mais de R\$27 milhões. Em qualquer das duas hipóteses, são somas altíssimas, que exigem explicação.

Os valores que manipulou coincidem com os valores citados pelo Deputado Roberto Jefferson, cujas denúncias, até aqui, não foram ainda desmentidas substantivamente. Ao contrário, vêm sendo gradualmente comprovadas.

O Deputado Roberto Jefferson disse que José Dirceu deveria sair logo da Casa Civil, sob pena de contaminar o Presidente da República – e José Dirceu obedeceu prontamente. Mencionou a existência desse personagem Marcos Valério – e as investigações iniciais mostram que ele de fato não apenas compulsou quantias milionárias, como desfrutava de surpreendente trânsito na Casa Civil. Disse que Delúbio Soares, o tesoureiro do PT, e Sílvio Pereira, o secretário-geral do PT, despachavam no Planalto – e de fato já há testemunhas dessa rotina operacional de ambos.

Até aqui, portanto, o roteiro de Roberto Jefferson, como já disse, vem se mostrando consistente. Tristemente consistente. O melhor é que tudo não passasse de um delírio. Lamentavelmente, é real. Mas voltemos ao “homem da mala”, o operador do “mensalão”.

Marcos Valério busca justificar aquela seqüência milionária de saques do Banco Rural alegando que comprava gado, muito embora não possua fazenda, nem seja conhecido entre os grande negociantes do setor. Diz que pagava em espécie, pois o mercado de gado não aceitaria em cheque.

O argumento foi amplamente desmentido pelos profissionais do setor, segundo a **Folha de S. Paulo**, que ouviu dirigentes da Confederação Nacional da Agricultura e da União Democrática Ruralista. Todos foram enfáticos em desmentir o publicitário.

João Bosco Leal, presidente do Movimento Nacional de Produtores, disse, por exemplo, que nunca soube de negociação de gado em dinheiro vivo. Diz ele: “Tenho 52 anos de mercado e nunca ouvi falar de alguém que tenha pago em dinheiro vivo. São quatro gerações da minha família, e nunca vimos isso”. Talvez o dinheiro fosse pouco – eram “somente” R\$20 milhões.

O que importa frisar é que esse personagem obscuro, Marcos Valério, que se movimentava nas sombras, desfrutava de intrigante intimidade com o alto escalão petista. Disse que era “muito, mas muito amigo de Delúbio”. Isso abriu-lhe as portas do Ministério Lula.

Além de José Dirceu, o ex-Ministro, ele privou com o Ministro da Saúde, Humberto Costa, e com o então Ministro dos Transportes, Anderson Adauto, cuja campanha política à Prefeitura de Uberaba auxiliou.

Disse ainda à revista **Veja** que ia a esses lugares tratar de campanha eleitoral, em cujo planejamento se especializara.

Não sei se o ambiente ministerial – muito menos o palaciano – é o mais adequado para tratar de campanhas eleitorais, que inevitavelmente envolvem custos – e custos elevados. O certo é que o homem do “mensalão”, segundo denúncias do Deputado Roberto Jefferson, desfrutava da intimidade do Governo e do Palácio do Planalto.

Lá na Casa Civil, segundo o Deputado Roberto Jefferson, o tesoureiro do PT, Delúbio Soares, e o secretário-geral do Partido, Sílvio Pereira, dispunham de uma sala privativa, secretária, e recebiam interlocutores, como o Sr. Marcos Valério, além de empresários.

O Presidente da República desconhecia completamente essa situação? Isso é crível? A Senadora Heloísa Helena tem dito, repetidas vezes desta tribuna, que o Presidente sabe de tudo o que se passa no PT e em seu Governo.

O próprio José Dirceu disse, mais de uma vez, que nada fez sem consultar o Presidente.

Há dias, um ex-petista, fundador do Partido, Sr. Paulo de Tarso, expulso em 1997 – sete anos antes, portanto, que a Senadora Heloísa Helena –, lembrou ao **Estado de S. Paulo** um episódio interessante, que convém registrar, a propósito da presente crise.

Naquela ocasião, procurou o então Presidente do Partido, Lula, para revelar irregularidades na administração petista de São José dos Campos. Forneceu detalhes, na certeza de que providências seriam tomadas. Não o foram.

Além de não apurar as denúncias que recebia, Lula pediu – e obteve – a expulsão do denunciante. O comportamento lembra muito o do PT depois que conquistou a Presidência da República. E lembra muito

o comportamento do próprio Presidente Lula, quando procurado pelo então Presidente do BNDES, Dr. Carlos Lessa, que lhe encaminhava também uma denúncia.

Segundo confessou publicamente o Presidente da República, sua reação foi a de pedir a Lessa que ficasse quieto, que não dissesse nada a ninguém sobre o assunto. Trata-se de um crime de prevaricação confessado em público.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Fico por aqui, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores.

Não posso esconder a minha preocupação, que é a de todo o País, nem disfarçar o incômodo dessa situação. Prezo pessoalmente o Presidente da República, a quem, como Presidente da Câmara dos Deputados, tive a honra de dar posse. Mas a pergunta que não quer calar é esta: o Presidente desconhecia o que se passava na sua ante-sala? Como já disse, só há duas respostas, ambas altamente comprometedoras.

Esperamos uma decisão da Mesa da Casa, do nosso Presidente e das Lideranças em relação ao...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) –... funcionamento das CPIs, porque esse entendimento é necessário. Não se pode parar, não se pode colocar na geladeira o que estamos vendo no País. É preciso continuar com as CPIs funcionando. Penso que esse entendimento não é só das Lideranças, é da sociedade brasileira, é do povo brasileiro, que não quer ver nada esfriar nesta Casa. Precisamos esquentar os debates, principalmente quanto às averiguações que devem ser feitas sobre os Correios, sobre o “mensalão”, sobre os bingos, sobre Delúbio Soares, enfim, sobre todos os que estão citados. Preciso encerrar, senão o meu tempo acaba.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Efraim Morais, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Efraim Morais.

Concedo a palavra à nobre Senadora Heloísa Helena para uma comunicação inadiável, nos termos do § 2º do art. 158 do Regimento Interno.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Com a palavra a Senadora Heloísa Helena.

O Presidente Renan Calheiros pediu-me para transmitir ao Plenário que já está chegando para o início da Ordem do Dia.

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra, pela ordem, aos Senadores Maguito Vilela, Rodolpho Tourinho e Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO. Pela ordem) – Sr. Presidente, quero fazer a minha inscrição para falar pelo PMDB após a Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex<sup>a</sup> é o terceiro inscrito.

Com a palavra o Senador Rodolpho Tourinho, pela ordem.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, cumprindo o compromisso assumido nesta Casa, já entreguei o relatório da PEC paralela. Está entregue o parecer. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Mesa registra a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães, pela ordem.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, considero extremamente correto que existam acordos entre Partidos. Porém, se se fizer um acordo hoje, que ele passe a valer amanhã, e não depois de uma hora da Ordem do Dia, o que, evidentemente, está absolutamente errado. O papel de V. Ex<sup>a</sup> é iniciar imediatamente a Ordem do Dia ou cancelar a Ordem do Dia de hoje. Começar a Ordem do Dia às 17 horas todo dia porque estão fazendo acordos, conluios para votar, geralmente conluios contra a Nação...

Desse modo, esclareço a V. Ex<sup>a</sup> que não concordo com essa prática. Chego aqui na hora certa, estou presente todos os dias, não falto e posso falar com autoridade que esse procedimento está errado. Já presidi esta Casa e nunca iniciei uma Ordem do Dia às 17 horas.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Antonio Carlos Magalhães, tenho o mesmo entendimento de V. Ex<sup>a</sup> sobre a importância de seguirmos o Regimento Interno do Senado Federal. Já externei minha preocupação ao Presidente Renan Calheiros de que a Ordem do Dia deve ter início às 16 horas.

Amanhã, na reunião da Mesa, levarei novamente tal manifestação, pois concordo integralmente com V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra à nobre Senadora Heloísa Helena.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, é no mínimo surpreendente que eu me sinta na obrigação de fazer a defesa da Minis-

tra Marina Silva e do Deputado João Alfredo, do PT do Ceará. É no mínimo surpreendente que seja eu a proceder assim.

Não respeito mais a cúpula palaciana do PT nem ilustres dirigentes do Governo, mas considero muito essas duas pessoas, que foram, convenhamos, atacadas com veemência aqui em razão do projeto de preservação do Complexo Estuarino Lagunar. Esse relatório foi apresentado pelo Deputado João Alfredo e aprovado, por unanimidade, na Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados – portanto, pelo PSDB, pelo PMB, pelo PFL, por todos os Partidos –, após nove audiências públicas, em vários Estados.

Então, não é justo que se fique passando para a opinião pública que os mecanismos de defesa do Complexo Estuarino Lagunar e dos nossos manguezais sejam um impedimento para alternativas de dinamização da economia local e de desenvolvimento econômico o que não é. Ninguém está a atacar qualquer projeto que se relacione à carcinicultura. Esse não é o problema.

O que foi discutido, depois de nove audiências públicas, em vários Estados é algo muito objetivo. Existem mecanismos de aproveitamento, por meio de desenvolvimento sustentável, do nosso Complexo Estuarino Lagunar, inclusive para a produção de alimentos, sem necessariamente significar uma verdadeira esculhambação em relação aos manguezais do País em Alagoas, em Sergipe, na Bahia, no Ceará, no Piauí e em outros lugares.

Isso é só para deixar absolutamente claro e registrar que me sinto muito surpresa que seja eu a ter que fazer a defesa, porque a defesa de alguns delinquentes de luxo apadrinhados do Governo todo mundo aqui faz, assim como se tenta esconder, pela “operação abafa”, uma verdadeira briga de guangues entre partidos. V. Ex<sup>a</sup>, Senador Romeu Tuma, que está acompanhando a CPI, tem visto que é exatamente isto: uma guerra entre gangues, guangues partidárias do PT, do PTB e do PMDB. É absolutamente assombroso, pois a guerra das gangues partidárias promovia fraudes nas licitações, e os empresários beneficiados por essas fraudes pagavam o “mensalão” para estruturas partidárias e para seus respectivos serviços no Congresso Nacional.

Minha fala é para exigir respeito pela Ministra Marina e pelo Deputado João Alfredo, dois ambientalistas respeitáveis, que esta Casa conhece, que o Congresso Nacional conhece e que todas as entidades ambientalistas conhecem também. Claro que sabemos que existem críticas que são necessárias. O nosso querido Deputado Gabeira acabou saindo do PT em função de críticas muito justas, mas, em relação ao projeto de carcinicultura, do combate à exploração pela carcinicultura e um verdadeiro desastre em relação ao

Complexo Estuarino Lagunar e aos manguezais do País, essa crítica efetivamente não cabe.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel, por permuta com o Senador Ney Suassuna.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, desejo falar hoje a respeito de anteprojeto do Governo Federal sobre a transposição do rio São Francisco, tema em discussão nesta Casa e nos Estados envolvidos na questão.

Embora pretenda voltar a tratar do assunto mais adiante, quero, de plano, expor a posição do Estado de Pernambuco. A proposta de Pernambuco tem apoio dos três Senadores – José Jorge, Sérgio Guerra e eu – que integramos a representação do Estado nesta Casa e, também, de parte considerável da Bancada de Deputados Federais, foi expressa em documento encaminhado pelo Governo de Pernambuco ao Ministério de Integração Nacional.

No texto, o Estado reafirma seu enfrentamento ao problema da escassez hídrica no semi-árido nordestino e alerta sobre quatro condicionantes julgadas fundamentais: consistência do projeto com o desenvolvimento integrado da região; solução negociada entre todos os Estados da Bacia do São Francisco e com outros que venham a se beneficiar do projeto; revitalização prévia do rio São Francisco, empreendimento preventivo em relação a possíveis desequilíbrios ecológicos; e, finalmente, estruturação de um sistema de monitoração e gestão, com amplitude e competências adequadas.

Especificamente com relação ao projeto apresentado para discussão, o Governo de Pernambuco, republicanamente, aceitou a passagem dos canais de transposição, mas deseja ver respeitados os legítimos interesses estaduais, como:

**a)** integração sistêmica das bacias pernambucanas à do rio São Francisco, levando em consideração as necessidades de irrigação, custos operacionais e a potencialização de projetos de desenvolvimento econômico e social no Estado;

**b)** garantia do abastecimento de água nas áreas urbanas e rurais, especialmente no semi-árido, sertão e agreste pernambucanos, com absorção de obras previstas no programa estadual de aproveitamento hídrico, e retomada dos projetos de irrigação, que se encontram, aliás – é bom frisar, Sr. Presidente –, parados, embora neles já tenham sido feitos significativos investimentos.

Só para dar um exemplo, os projetos de irrigação na região de Petrolina estão todos parados por absoluta falta de recursos, vez que o Governo Federal não os liberou. São obras iniciadas na administração do Presidente Fernando Henrique Cardoso, ao tempo em que eu era vice-Presidente da República, e que infelizmente estão deixando de gerar renda e emprego na região, por absoluta falta de recursos.

Sr. Presidente, sem querer me alongar nas considerações, solicito a V. Ex<sup>a</sup> que seja transcrito, juntamente com o discurso que acabo de proferir, o documento do operoso Governador Jarbas Vasconcelos

dirigido ao Ministro Ciro Gomes, da Integração Nacional, por intermédio do Vice-Governador Mendonça Filho. Tenho certeza que, pelas razões fundadas, será acolhido por S. Ex<sup>a</sup>.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.  
Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR MARCO MACIEL EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Recife, 13 de junho de 2005

Ofício nº 931/05 GVG

Senhor Senador,

Por orientação do Exmo. Sr. Governador Jarbas Vasconcelos, tenho a satisfação de enviar-lhe, em anexo, para seu conhecimento, documento sobre a transposição do Rio São Francisco que consubstancia a posição do Estado de Pernambuco, relativamente ao Projeto de Transposição, de iniciativa do Governo Federal, coordenado pelo Ministério da Integração.

O citado documento, capeado por carta do Senhor Governador, foi entregue ao Exmo. Sr. Ministro Ciro Gomes, por ocasião da visita que lhe fiz, com essa finalidade, em 24 de maio último, na companhia do Secretário de Planejamento do Estado, Deputado Raul Henry.

Aproveito a oportunidade para manifestar a minha consideração e apreço.

Atenciosamente

José Mendonça Filho  
Vice-Governador

Excelentíssimo Senhor,  
**MARCO MACIEL**  
Digníssimo Senador da República  
Senado Federal  
Brasília - DF

Ofício nº 278/2005

Recife, 23 de maio de 2005.

Senhor Ministro,

Cumprimentando V. Exa., encaminho para a sua consideração, o documento em anexo, que apresenta o posicionamento do Estado de Pernambuco, junto ao projeto de transposição do Rio São Francisco, coordenado por esse Ministério de Integração Nacional.

Na certeza de sua melhor acolhida, renovo os meus votos de consideração

Cordialmente,

JARBAS DE ANDRADE VASCONCELOS  
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Dr. CIRO GOMES  
DD. Ministro da Integração Nacional  
Esplanada dos Ministérios Bloco E - 8º Andar  
Brasília DF



ANEXOTRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

## A POSIÇÃO DO GOVERNO DE PERNAMBUCO

## 1. – CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A transposição de parte das águas do Rio São Francisco é um assunto recorrente, ao longo de quase um século, tomando-se, nas últimas décadas mais freqüentes os propósitos e projetos com aquele objetivo.

Na condição peculiar de Estado **doador e receptor de águas**, o Estado de Pernambuco, reafirma, agora, o seu apoio ao enfrentamento do problema de escassez hídrica do semi-árido nordestino, alertando para quatro pontos fundamentais, que no seu entender constituem premissas inarredáveis de um projeto de transposição, a saber:

1.1. A concepção de projetos realmente consistentes que objetivem o desenvolvimento integrado da Região Nordeste.

1.2. Que a concepção e os formatos desses projetos sejam baseados numa estratégia amplamente negociada, entre todos os Estados da Bacia do São Francisco e, também, com aqueles outros Estados que, mesmo sem integrarem a Bacia do São Francisco, venham a ser beneficiários dos projetos.

1.3. Que se tenha como premissa fundamental, antes de qualquer iniciativa, a **revitalização do Rio São Francisco**, no sentido de se evitar eventuais, porém previsíveis desequilíbrios ecológicos. E, finalmente,

1.4. É imprescindível que seja estruturado um vigoroso Sistema de Monitoramento e Gestão, com abrangência desde Patos de Minas, em Minas Gerais, até o mais longínquo ponto de descarga do sistema.

## 2. CONSIDERAÇÕES SOBRE OS QUATRO PONTOS FUNDAMENTAIS.

## 2.1. – Consistência dos Projetos

É forçoso reconhecer que, no âmbito do próprio Ministério da Integração, na Codevasf, existem subprojetos que compõem o chamado **Projeto Semi-Árido**, os quais encerram, como recomendável, uma visão bem mais abrangente, seja pela percepção sistêmica e integrada para toda a Região Semi-árida, seja pela concepção técnica que visa, como princípios fundamentais, a eficiência e a economicidade do insumo água.

## 2.2. – Estratégia de Negociação

É certo que se percebe, da parte do Governo Federal, uma ponta de ansiedade em relação ao fator tempo, certamente motivada pelos recentes períodos de estiagem que atingiram a Região Nordeste. Se é prudente essa ansiedade, é também justificável considerar-se que, nos últimos 15 meses, a Região Nordeste

teve elevados índices de precipitação pluviométrica, que restabeleceu o mais confortável nível de acumulação dos reservatórios de toda a Região.

Com esse conforto, não se pode, nem se deve, deixar de realizar uma ampla negociação com os Estados da Bacia do São Francisco e com aqueles que, mesmo sem pertencerem a essa bacia, venham a ser beneficiários diretos do Projeto. O Rio que é tradicionalmente conhecido como de integração nacional, não pode se transformar em ponto de discórdia regional.

A Região Nordeste necessita de uma forte integração e convergência de seus Governantes, no sentido de que haja sinergia na defesa dos superiores interesses regionais, sem a qual se perpetuará a perturbadora desigualdade sócio-econômica, que não interessa ao Nordeste, nem ao Brasil.

### 2.3. A Revitalização do Rio São Francisco

É inegável e toda a comunidade científica atesta, que o Rio São Francisco vem padecendo, há muitos anos, de um grave descuido, em relação à sua vitalidade. A construção das barragens para fins energéticos, conquanto de indiscutível necessidade, de alguma forma já promoveu fortes desequilíbrios, sobretudo na região da foz do Rio São Francisco.

A falta de tratamento de esgoto nas Cidades ribeirinhas é outro fator de comprometimento do Rio, que precisa ser, urgentemente, regularizado.

O aumento de sua vazão nominal, já tecnicamente equacionado, necessita de uma grande articulação política para se tornar realidade. Existem opções econômicas que devem ser implementadas, como um gesto de responsabilidade ecológica e como um compromisso pela vitalidade do São Francisco.

### 2.4. Gestão do Sistema

Praticamente todos os problemas de desequilíbrio hídrico da Região Nordeste estão associados à falta de um **Sistema de Gestão** eficiente. Se esse problema, por si só, já é grave, com a transposição alcança crescimento exponencial.

É imprescindível que se faça um **Sistema de Monitoramento e Gestão**, abrangendo toda a área do projeto, que enseje um seguro acompanhamento em tempo real, sob pena de se abrir a guarda para grandes problemas ecológicos e produtivos em toda a Região.

## 3. PERNAMBUCO NO CONTEXTO DO PROJETO

O Governo do Estado aceita a **passagem** dos canais de transposição das águas do Rio São Francisco pelo seu território, desde que sejam respeitados os seus **legítimos interesses**, de Estado **doador e receptor**. Desta forma, devem ser considerados, os **quatro pontos fundamentais** anteriormente citados (1.1. a 1.4.) que, em última análise, dão a sustentabilidade aos interesses de Pernambuco e do Nordeste e, ainda, os pontos a seguir.

- a integração sistêmica das bacias de Pernambuco à bacia do São Francisco, buscando maior racionalidade nos investimentos e na operação do projeto.
- a segurança hídrica das diversas Regiões do Estado, buscando garantir, com prioridade, o abastecimento humano das áreas urbanas e zonas rurais, especialmente no Sertão e no Agreste

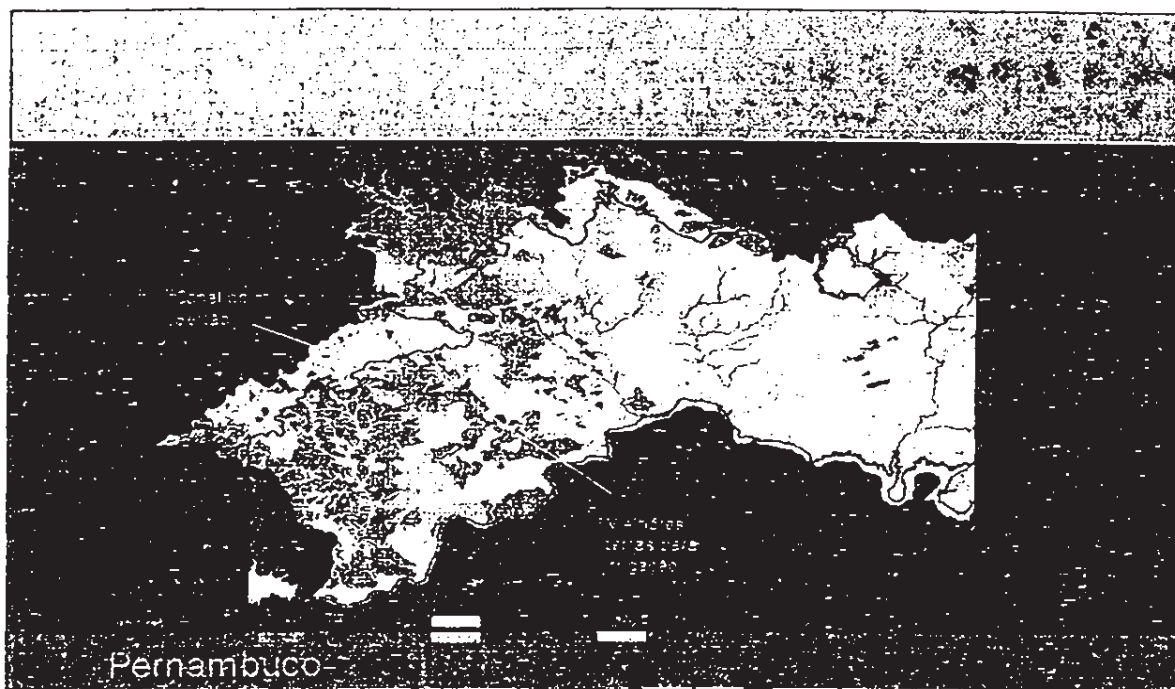
### 3.1. Eixo Norte

O **Eixo Norte** tem se caracterizado, no ajuste promovido pelo Ministério da Integração, como destinado ao abastecimento humano, através da solicitação de outorga de 26m<sup>3</sup>/s para a **garantia hídrica** do CE, RGN e PB, mas sabe-se e se reconhece, que esse projetado Canal tem capacidade para 99 m<sup>3</sup>/s.

A proposta de Pernambuco é de que se **compatibilize o plano de transposição pelo traçado alternativo do Canal do Sertão**, tendo em vista as seguintes vantagens para Pernambuco:

- a) no trajeto do Canal do Sertão estão 40% das melhores terras para irrigação do Estado;
- b) a captação no **Lago de Sobradinho** vence uma altura manométrica, comparativamente com Cabrobó, da ordem de 60 metros, para menos. Isso ocasionará uma diferença, a menor, nos custos de energia elétrica, entre os dois traçados, que beneficia todos os custos de águas originárias do Canal do Sertão. Em se tratando de um projeto de longo prazo, certamente, essa diferença de custos será mais que suficiente, para amortizar a diferença do investimento, a maior, inicialmente, no Canal do Sertão;
- c) o trajeto do **Eixo Norte**, proposto no projeto do Ministério, atravessa terras de baixa qualidade para irrigação, mesmo quando se propõe a criação de uma derivação para a **Barragem de Entremontes**, que não trará benefícios significativos para o Estado.
- d) o trecho do **Canal do Sertão** combina fatores estratégicos para a economia de Pernambuco, permitindo a ocupação de uma grande área que potencializa forte dinamismo econômico, somando-se o **Pólo Gesseiro do Araripe**, o **Pólo de Agroindústria** que se formará nas terras abastecidas pelo Canal e o **Pólo de Fruticultura Irmigada** que já prospera entre Petrolina e Cabrobó;
- e) e, por fim, a concepção do projeto do **Canal do Sertão**, em igualdade de condições, demanda menos água do Rio São Francisco, na medida em que capta águas de rios que correm para o São Francisco, reduzindo os custos relativos da água;

São esses fundamentos que reforçam a convicção do Governo de Pernambuco de que a opção do **Canal do Sertão** (vide-mapa) cria um rastro de prosperidade econômica e social na Região economicamente mais deprimida do Estado e não prejudica, em nada, os quantitativos de volume de água transposto para o que se convencionou chamar de Nordeste Setentrional.



### 3.2. Eixo Leste

Para preservar, ao máximo, a integridade do Projeto do Ministério, é de se acatar o traçado proposto, tendo, como pano de fundo, a perspectiva de que seja recuperado o Perímetro de Moxotó, de responsabilidade do DNOCS e que seja viabilizado o aproveitamento de mancha de terra de alta qualidade na Serra Negra, a partir do Açude Poço da Cruz.

Outras duas derivações do Eixo Leste, além daquela que adentra o Açude Poço da Cruz, têm caráter estratégico para o Estado de Pernambuco, porquanto estarão voltadas, predominantemente, para o consumo humano de regiões de elevada densidade demográfica, com graves déficits hídricos, quais sejam:

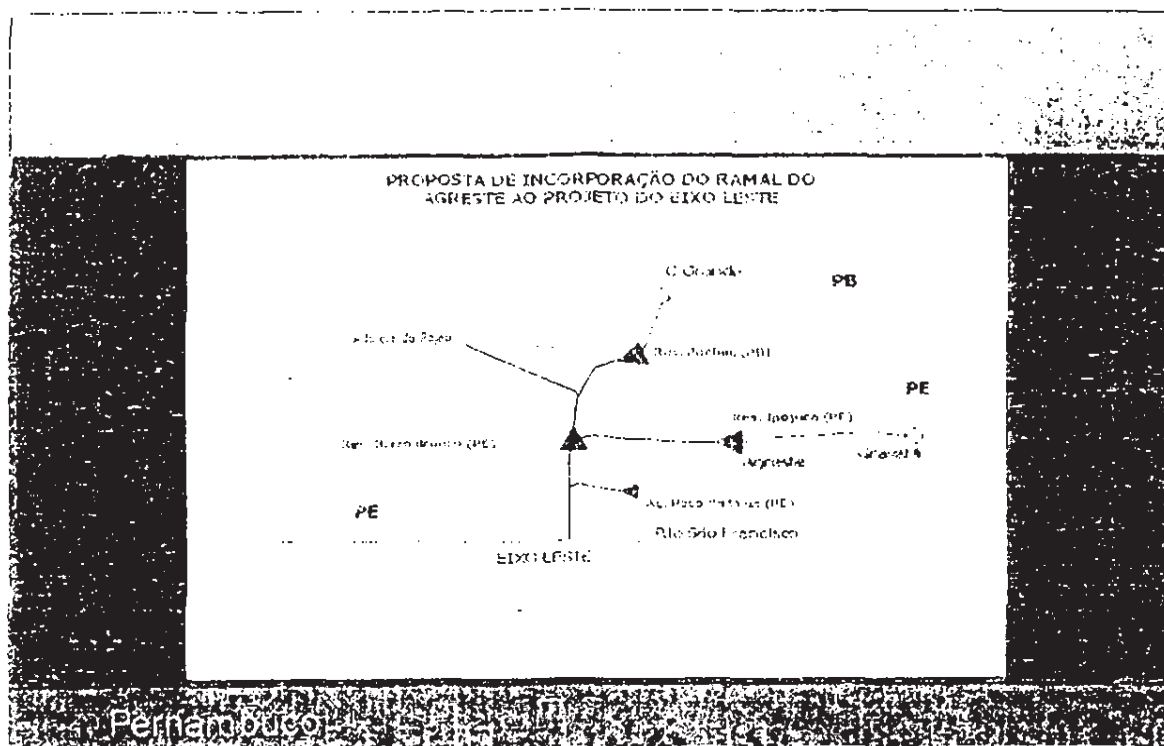
#### 3.2.1. Adutora do Sertão do Pajeú/Moxotó

Para criar maior sinergia hídrica no Sertão do Pajeú/Moxotó, o Estado de Pernambuco reivindica, na defesa de seus legítimos interesses, a construção da Adutora do Pajeú, integrada ao Eixo Leste. O abastecimento poderá ser feito a montante, por gravidade, aproveitando ainda o ganho de escala do bombeamento desse Eixo. A adutora prevê uma vazão de  $1,3\text{m}^3/\text{s}$ , permitindo a segurança hídrica de importantes reservatórios do Pajeú e propiciando o uso produtivo das águas armazenadas.

#### 3.2.2. Ramal do Agreste, até Gravatá

É fundamental para o Estado de Pernambuco e, por isso, o Governo do Estado defende com veemência, que o Governo Federal inclua a extensão do Ramal do Agreste até Gravatá como parte integrante do Projeto. O ramal permitirá a garantia de  $8\text{m}^3/\text{s}$  para todo o Agreste, que já registra déficit hídrico em 2005, podendo ainda representar um reforço, no longo prazo, para o abastecimento do Recife. Essa vazão estimada de  $8\text{m}^3/\text{s}$ , viabiliza o abastecimento para cerca de 4 milhões de pessoas (vide croquis abaixo).





#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão dessa complexa matéria não pode deixar de fora as dificuldades de operação e manutenção de um projeto de longa maturação, tanto do ponto de vista da sustentabilidade econômico-financeira, como institucional. O debate sobre o papel de uma operadora das águas do Nordeste, no âmbito da CHESF, como está sendo cogitada, é pertinente e tem, necessariamente, que ser articulado com os Governos Estaduais.

A existência de um Órgão com essas características é fundamental para uma administração das águas, com critério rigoroso e, sobretudo, compartilhado com os Estados, levando em conta, especialmente, os aspectos de *segurança hídrica e da distribuição justa dos custos e preços entre todos os tipos de usos das águas*.

Em qualquer das hipóteses de ajuste e de sua integração às bacias de Pernambuco, é imprescindível, também, que sejam retomados os projetos de irrigação parados, com significativos investimentos já realizados, mas improdutivos, como é o caso do **Projeto Pontal**. O **Projeto Moxotó**, enquadra-se, também, nessa necessidade, até como forma de dar utilidade à água que se pretende despejar no **Açude Poço da Cruz**.

Essas providências assumem a **condição de imprescindibilidade**, sob pena de a discussão e ajustamento dos pontos críticos levantados pelo Governo do Estado perderem oportunidade e suficiência.

Recife-PE  
23/05/05  
ANEXO

*Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Na forma regimental, defiro o pedido de transcrição de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Foi encaminhado à Mesa, em obediência à Resolução nº 3, de 1990, combinada com o art. 10 do Regimento Comum, o nome dos candidatos do Senado à eleição para comporem a Comissão Representativa do Congresso Nacional, prevista no § 4º do art. 58 da Constituição Federal, com mandato para o período de 1º a 31 de julho de 2005:

Pelo Bloco da Minoria (PFL/PSDB): Titulares: Paulo Octávio, Alvaro Dias; Suplentes: Demóstenes Torres e Sérgio Guerra;

Pelo Bloco de Apoio ao Governo (PT/PL/PSB): Paulo Paim, Roberto Saturnino.

Pelo PMDB: Renan Calheiros, Luiz Otávio, Maguito Vilela e Papaléo Paes.

Pelo PDT/PTB/P-Sol/PP, ainda não foram indicados.

Em votação as indicações.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas.

Está eleita a chapa.

SGM/P Nº 1.172/05

Brasília, 28 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que a Câmara dos Deputados, em sessão realizada nesta data, elegeu, conforme relação anexa, os deputados que integrarão a Comissão Representativa do Congresso Nacional prevista no § 4º do art. 58 da Constituição Federal.

Atenciosamente, – **Severino Cavalcanti**, Presidente da Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência recebeu da Câmara dos Deputados a relação dos eleitos daquela Casa para comporem a Comissão Representativa do Congresso Nacional, prevista no § 4º do art. 58 da Constituição Federal.

Sobre a mesa, ofício do Presidente da Câmara dos Deputados que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

Comissão Representativa do Congresso Nacional prevista no § 4º do art. 58 da Constituição Federal (período de 1º a 31 de julho de 2005).

TITULARES		SUPLENTES
	<b>PT</b>	
GILMAR MACHADO NEYDE APARECIDA RUBENS OTONI		MANINHA MARIA DO CARMO LARA SIGMARINGA SEIXAS
	<b>PMDB</b>	
MAURO BENEVIDES PEDRO CHAVES 1 vaga(s)		LEANDRO VILELA TETÉ BEZERRA 1 vaga(s)
	<b>Bloco PFL, PRONA</b>	
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO RODRIGO MAIA		MURILO ZAUITH ONYX LORENZONI
	<b>PSDB</b>	
CARLOS ALBERTO LERÉIA SEBASTIÃO MADEIRA		BISMARCK MAIA RONALDO DIMAS
	<b>PP</b>	
NÉLIO DIAS NELSON MEURER		BENEDITO DE LIRA WAGNER LAGO
	<b>PTB</b>	
ELAINE COSTA NILTON CAPIXABA		PASTOR FRANKEMBERGEN RICARTE DE FREITAS
	<b>PL</b>	
JORGE PINHEIRO		CARLOS RODRIGUES
	<b>PPS</b>	
GERALDO THADEU		JUÍZA DENISE FROSSARD
	<b>PSB</b>	
GONZAGA PATRIOTA		1 vaga(s)

**OFÍCIO Nº 1.172, DE 2005**

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Fica assim constituída a Comissão Representativa do Congresso Nacional, que exercerá o mandato no período de 1º a 31 de julho de 2005.

**SENADO FEDERAL**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
------------------	------------------

**Minoria (PFL/PSDB)**

Paulo Octávio	Demóstenes Torres
Álvaro Dias	Sérgio Guerra

**Bloco de Apoio ao Governo****(PT/PSB/PTB)**

Paulo Paim	Ideli Salvatti
Roberto Saturnino	Delcídio Amaral

**PMDB**

Renan Calheiros	Maguito Vilela
Luiz Otávio	Papaléo Paes

**PDT/PTB/PSOL/PP (Resolução nº 2/2000-CN)**

Heloísa Helena  
Fernando Bezerra

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
------------------	------------------

**PT**

Gilmar Machado	Maninha
Neyde Aparecida	Maria do Carmo Lara
Rubens Otoni	Sigmaringa Seixas

**PMDB**

Mauro Benevides	Leandro Vilela
Pedro Chaves	Teté Bezerra
Vago	Vago

**Bloco PFL/Prona**

Antonio Carlos M. Neto	Murilo Zauith
Rodrigo Maia	Onyx Lorenzoni

**PSDB**

Carlos Alberto Leréia	Bismarck Maia
Sebastião Madeira	Ronaldo Dimas

**PP**

Nélio Dias	Benedito de Lira
Nelson Meurer	Wagner Lago

**PTB**

Elaine Costa	Pastor Frankembergen
Nilton Capixaba	Ricarte de Freitas

**PL**

Jorge Pinheiro	Carlos Rodrigues
----------------	------------------

**PPS**

Geraldo Thadeu	Juíza Denise Frossard
----------------	-----------------------

**PSB**

Gonzaga Patriota	Vago
------------------	------

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Consulto o Senador Osmar Dias, nobre Líder, se gostaria de indicar o nome do PDT.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Sr. Presidente, recebi, na qualidade de Líder do PDT, uma correspondência de V. Ex<sup>a</sup> solicitando a indicação de um membro do Partido para compor a Comissão Representativa. Só que o PDT, pelo tamanho da Bancada, teria que dividir essa prerrogativa com o P-SOL e com o PTB.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – São duas vagas, porque há uma outra vaga em consequência da Resolução nº 2, que é uma vaga da Minoria.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Seria um titular e um suplente?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – São dois titulares e dois suplentes.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Concordamos que a Senadora Heloísa Helena, que vai permanecer em Brasília em função da CPMI de que participa, seja a indicada desse grupo de partidos, ou seja, pelo menos do PDT e do P-SOL. Estamos recomendando, então, o nome da Senadora Heloísa Helena, deixando ao PTB a outra vaga para sua indicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Senadora Heloísa Helena foi indicada pelo PDT como titular.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA)** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concederei a palavra a V. Ex<sup>a</sup> pela ordem.

Consulto o Senador Fernando Bezerra se gostaria de indicar algum nome do PTB para compor a Comissão Representativa na vaga existente.

**O SR. FERNANDO BEZERRA** (PTB – RN) – Sr. Presidente, eu precisaria consultar os outros companheiros. Pessoalmente, não posso, porque já estou envolvido com a CPMI dos Correios.

Nessa condição de estar na CPMI, posso fazer parte, se for o caso.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex<sup>a</sup> fica integrando, portanto, a Comissão Representativa, de acordo com decisão deste Plenário.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aplaudi de longe a declaração de V. Ex<sup>a</sup> em relação à CPI dos Bingos. Discordei de quantos que não concordaram com V. Ex<sup>a</sup>, mas a opinião pública concordou – isso é importante para V. Ex<sup>a</sup> e todos nós.

Eu queria saber de V. Ex<sup>a</sup> quando será instalada essa Comissão, porque, evidentemente, não se poderá esperar agosto para sua instalação. Essa Comissão deverá fazer um cronograma, ver como vai atuar, para que não fique como a dos Correios. Acho que será necessária e indispensável a atuação de V. Ex<sup>a</sup> para que a Comissão dos Correios funcione. Por quê? Porque o Governo está subtraindo documentos para que a Comissão possa agir, como é o caso dos contratos feitos nas diretorias, sobretudo, de Tecnologia dos Correios. Evidentemente, ninguém pode arguir diretor dos Correios sem os elementos indispensáveis para isso.

Sr. Presidente, isso não está certo! É uma sabotagem! V. Ex<sup>a</sup> tem sido um homem altamente imparcial. Quero que V. Ex<sup>a</sup> continue assim para granjear, cada vez mais, o apoio de todos da Casa e não apenas o de um grupo.

Se V. Ex<sup>a</sup> autorizar a instalação, vamos instalar a CPI dos Bingos. V. Ex<sup>a</sup> pode dizer que a decisão não cabe mais a V. Ex<sup>a</sup>. Mas creio que ainda cabe a V. Ex<sup>a</sup> mandar que os membros se reúnam e que o mais velho presida para se escolher Relator etc.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Antonio Carlos, é exatamente isso. Tão logo houve a decisão do Supremo Tribunal Federal, convocamos os Líderes partidários e estabelecemos com eles um prazo de até as 16 horas daquele dia para que indicassem os membros. Caso os Líderes não indicassem, eu indicaria, concretizando a determinação da Suprema Corte deste País. O meu papel praticamente se esgotou ali. Ainda, compete aos líderes partidários ou ao mais velho membro da Comissão Parlamentar de Inquérito tomar a iniciativa da instalação e da conseqüente eleição do Presidente e designação do Relator.

No que depender da minha participação, da minha mobilização, farei o que for possível. Mas a decisão cabe aos líderes partidários, especialmente ao membro mais idoso da Comissão, a quem compete convocar a instalação.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – E quanto a pedir elementos a fim de que a CPMI dos Correios funcione? Quem fará isso? Por que estão na Corregedoria-geral da República os contratos, e não os enviam para a CPMI, que não pode funcionar.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Estou sendo informado dessas dificuldades

agora. Exatamente agora. V. Ex<sup>a</sup> sabe do meu comportamento, que é de absoluta isenção. O que for preciso fazer para colaborar com a Comissão Parlamentar de Inquérito, que tem poder judicial e pode requisitar, na forma da lei, eu farei a fim de que não haja prejuízo à investigação, ao esclarecimento e à punição, se for o caso.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>. Jamais debatarei com V. Ex<sup>a</sup> em respeito à Presidência da Casa. Mas a Comissão, hoje, incumbiu o Senador Delcídio Amaral de tratar com V. Ex<sup>a</sup> esse assunto, para que o Governo envie os documentos indispensáveis ao funcionamento da CPMI.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Asseguro a V. Ex<sup>a</sup> que colaborarei como for possível no que diz respeito ao assunto.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra, pela ordem.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> que repita os nomes dos Senadores do Bloco que farão parte da Comissão Representativa do Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os nomes dos Senadores do Bloco PT/PSB/PTB, ainda sobre a Comissão Representativa, e respondendo especificamente ao Senador Sibá Machado, são: Titulares: Paulo Paim e Roberto Saturnino; Suplentes: Ideli Salvatti e Delcídio Amaral.

Fica assim constituída a Comissão Representativa do Congresso Nacional, que exercerá o mandato no período de 1º a 31 de julho de 2005.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à

## ORDEM DO DIA

### Item 1:

#### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

##### Nº 14, DE 2005

*(Proveniente da Medida Provisória nº 241, de 2005)*

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 241, de 2005), que abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Justiça e da Defesa e dos Encargos Financeiros da União, no valor global de R\$ 299.594.749,00 (duzentos e noventa e nove milhões, quinhem



*tos e noventa e quatro mil, setecentos e quarenta e nove reais) para os fins que especifica.*

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da última quinta-feira, quando teve sua apreciação transferida para hoje, em virtude da falta de acordo de lideranças para sua deliberação.

À medida provisória foram apresentadas 14 emendas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Foi proferido parecer no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Deputado Márcio Reinaldo Moreira (PP-MG), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária; quanto ao mérito favorável à Medida Provisória, pela inadmissibilidade das Emendas nºs 1 a 12 e pela rejeição das de nºs 13 e 14. O Plenário daquela Casa aprovou as Emendas nºs 13 e 14, que passou a configurar o Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

– a medida provisória foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 21 de março, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 1º de junho;

– a matéria entrou em regime de urgência, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, no dia 18 de abril, passando a sobrestar todas as demais deliberações legislativas;

– o prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por mais sessenta dias pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 17, de 2005, e se esgotará no dia 1º de agosto.

– a medida provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 13 de junho.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Concedo a palavra ao nobre Senador Maguito Vilela, Relator revisor da matéria.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Exª tem a palavra, pela ordem.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever para discutir a constitucionalidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Exª está devidamente inscrito, na forma do Regimento, Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Maguito Vilela.

#### **PARECER Nº 1.027, DE 2005 – PLEN**

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, parecer do Plenário do Senado Federal sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 241/2005, que abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Defesa e de Encargos Financeiros da União.

Com base no art. 62 da Constituição Federal, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 120/2005, a Medida Provisória nº 241, de 3 de março de 2005, acompanhada da Exposição de Motivos nº 00030/2005/MP, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

De acordo com a Exposição de Motivos nº 00030/2005/MP, a abertura do crédito em favor do Ministério da Defesa tem a finalidade de atender aos custos de permanência das tropas brasileiras que participam da Missão de Paz no Haiti, integrando a força multinacional de emergência naquele País (R\$85.580.000,00), assim como aos gastos do Governo brasileiro com a ajuda humanitária aos países da Ásia atingidos recentemente pelo maremoto, envolvendo apoio ao transporte aéreo de medicamentos, alimentos e demais doações feitas pela sociedade civil (R\$5.039.000,00).

No que se refere aos Encargos Financeiros da União, informa que o crédito possibilitará a contratação de instituições financeiras para que não haja interrupção no pagamento de benefícios previdenciários e assistenciais, no recebimento das Guias de Previdência Social e no Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, realizado por essas instituições.

Análise da medida provisória.

A Constituição Federal, em seu art. 62, § 1º, veda a edição de medidas provisórias sobre matérias relativas aos planos plurianuais, às diretrizes orçamentárias, aos orçamentos e aos créditos adicionais. Todavia, o § 3º do art. 167 da Constituição Federal, em caráter excepcional, permite a abertura de extraordinário para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, tais como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

Sr. Presidente, duas emendas foram apresentadas pela Câmara Federal, e já foram analisadas por

todos os Líderes partidários. Houve um acordo entre S. Ex<sup>as</sup>, de forma que não é necessário ler todo o projeto de conversão, que é bastante extenso, e muito menos a medida provisória. Se há acordo por parte das Lideranças, vou apenas proferir o voto.

Pelo exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005, e, automaticamente, concomitantemente, pela aprovação da Medida Provisória, nos termos da proposta original do Poder Executivo.

É o relatório, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

É o seguinte o parecer na íntegra:

### **PARECER Nº , DE 2005-PLEN**

**Do Plenário do Senado Federal, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 241/2005, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa e de Encargos Financeiros da União.**

Relator Revisor: Senador **Maguito Vilela**

#### **I – Relatório**

Com base no art. 62 da Constituição Federal, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 120/2005, a Medida Provisória nº 241, de 3 de março de 2005, acompanhada da Exposição de Motivos nº 30/2005/MP, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

De acordo com a Exposição de Motivos nº 30/2005/MP, a abertura do crédito em favor do Ministério da Defesa tem a finalidade de atender aos custos de permanência das tropas brasileiras que participam da Missão de Paz no Haiti, integrando a força multinacional de emergência naquele País (R\$85.580.000,00), assim como aos gastos do Governo Brasileiro com a ajuda humanitária aos países da Ásia atingidos recentemente pelo maremoto, envolvendo apoio ao transporte aéreo de medicamentos, alimentos e demais doações feitas pela sociedade civil (R\$5.039.000,00).

No que se refere aos Encargos Financeiros da União, a EM 30/2005/MP, informa que o crédito possibilitará a contratação de instituições financeiras para que não haja interrupção no pagamento de benefícios previdenciários e assistenciais (R\$103.000.000,00), no recebimento das Guias de Previdência Social e no recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (R\$88.000.000,00), realizado por essas instituições.

Informa, ainda, a referida EM que as dotações que estão sendo transferidas para os Encargos Financeiros

da União constavam do orçamento do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, sendo destinadas à remuneração de agentes pagadores de benefícios. Desse modo, ocorrerá uma centralização, em um único órgão, das dotações orçamentárias para a remuneração das instituições financeiras, com o objetivo de facilitar e reduzir o custo dessas operações.

Afirma, por último, que a abertura do crédito extraordinário está amparada nas disposições do art. 62, combinado com o art. 167, § 3º, da Constituição Federal, e será viabilizada por meio da anulação das dotações das seguintes ações:

**a)** Remuneração dos Agentes Pagadores do Benefício de Prestação Continuada a Pessoa com Deficiência e da Renda Mensal Vitalícia por Invalidez (R\$11.131.611,00);

**b)** Remuneração dos Agentes Pagadores do Benefício de Prestação Continuada a Pessoa Idosa e da Renda Mensal Vitalícia por Invalidez (R\$6.844.138,00); e

**c)** Reserva de Contingência (R\$281.619.000,00).

Quando do exame da matéria no Plenário da Câmara dos Deputados, foram aprovadas as Emendas nºs 13 e 14, apresentadas à Medida Provisória em exame. Em consequência da aprovação dessas Emendas, a Medida Provisória nº 241/2005, foi aprovada na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005.

#### **II – Análise da Medida Provisória**

A Constituição Federal, em seu art. 62, § 1º/d, veda a edição de medidas provisórias sobre matérias relativas aos planos plurianuais, às diretrizes orçamentárias, aos orçamentos e aos créditos adicionais. Todavia, o § 3º do art. 167 da Constituição Federal, em caráter excepcional, permite a abertura de extraordinário para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, tais como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

No que se refere ao crédito para o Ministério da Defesa, cabe registrar que a Medida Provisória nº 241, de 2005, atende ao pressuposto de urgência, em face da imprevisibilidade da prorrogação da permanência das Forças Brasileiras no Haiti, decidida pela Organização das Nações Unidas e não pelo Governo Brasileiro, em caráter de emergência e com periodicidade de seis (6) meses. Assim, a incerteza quanto à continuidade das ações, associada aos exíguos prazos para realização dessas, não permitem que a matéria seja submetida ao processo legislativo normal aplicável a um projeto de lei de crédito adicional. Com efeito, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, em sua 5.090ª Ses-

são, realizada em 29 de novembro de 2004, examinou a situação do Haiti e decidiu prorrogar a Missão de Paz (MINUSTAH) até 10 de junho de 2005, conforme Resolução 1.576 (2004), acarretando despesas com a manutenção e com o rodízio das Forças Brasileiras que estão atuando naquele País.

Por outro lado, não resta dúvida que o apoio ao transporte aéreo das doações da sociedade civil para as vítimas do maremoto recentemente ocorrido na Ásia, inclusive os custos com a operação logística, se conforma ao caráter de imprevisibilidade e urgência requerido pela Constituição para a abertura de crédito extraordinário, revestindo-se de grande relevância.

Relativamente ao mérito, há que se concluir que a ação externa dos militares brasileiros, em prol da pacificação política e social do Haiti e da ajuda humanitária às vítimas do maremoto ocorrido na Ásia, se inclui dentre os elevados compromissos internacionais assumidos pelo nosso País, em consonância com a sua importância geopolítica e com a natureza eminentemente solidária do nosso povo.

Por sua vez, os créditos em favor de Encargos Financeiros da União se resumem, praticamente, a uma simples transferência de dotação de uma Unidade Orçamentária (Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS) para outra (Encargos Financeiros da União), no valor global de R\$17.975.749,00. Registre-se, não obstante, que parcela significativa do crédito visa a suplementar dotações consignadas a ações já constantes na Lei Orçamentária Anual para 2005 (Lei nº 11.100, de 5 de janeiro de 2005), quais sejam:

– Ação nº 2.910/Remuneração dos Agentes Pagadores de Benefícios Previdenciários (recodificada para 86BK na Medida Provisória) – R\$103.000.000,00;

– Ação nº 6.541/Remuneração de Agentes Prestadores de Serviços pelo Recolhimento da Guia de Previdência – GPS e da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações a Previdência Social – GFIP (recodificada para 86BK na Medida Provisória) – R\$88.000.000,00.

Diante do exposto, se pode concluir que a Medida Provisória em exame atende aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e, da mesma forma, pela sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinando, ainda, pelo mérito das ações por ela custeadas.

Exame das Emendas Aprovadas pela Câmara dos Deputados Preliminarmente, observe-se que a Medida Provisória nº 241/2005, trata de crédito extra-

ordinário. Neste contexto, o § 3º do art. 167 da Constituição estabelece que:

“Art 167. ....

§ 3º a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62”.

### **Emenda nº 13, de autoria do Deputado Capitão Wayne**

Objeto: Acrescentar à MPV nº 241, dotação para a ação nº 6.181.0662.2680.0001 – Combate ao Crime Organizado e ao Tráfico Ilícito de Drogas e Armas (Viaturas para Polícia Militar) – Nacional

Valor: R\$85.580.000,00

Modalidade de Aplicação: 90

GND:4

Verifica-se que a ação que a emenda nº 13, pretende beneficiar com dotações orçamentárias não preenche os requisitos de imprevisibilidade e urgência requeridos pela Constituição para ser atendida mediante crédito extraordinário.

Ademais, a funcional citada na emenda nº 6.181.0662.2680.0001, não comporta a ação pretendida pela emenda, uma vez que, na estrutura orçamentária vigente, ela abriga despesas da Unidade Orçamentária nº 30.909 – Fundo Para Aparelhamento e

Operacionalização da Polícia Federal, dentro do programa nº 662–Combate à Criminalidade. Não há, dessa forma, qualquer possibilidade de os recursos dessa programação serem utilizados para adquirir e distribuir viaturas policiais para os estados.

Na realidade, os recursos para atender às despesas pretendidas pela emenda já constam da atual Lei Orçamentária Anual (Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005), na Unidade Orçamentária 30911 – Fundo Nacional de Segurança Pública/FNSP, na programação 6.181.1127.7797 –Reaparelhamento e Modernização dos Órgãos de Segurança Pública – PNAPOL, no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública – SUSP, com dotação autorizada de R\$159,490 milhões.

A emenda seria, portanto, própria para ser apresentada a um projeto de lei de crédito suplementar e não de crédito extraordinário, como é o presente caso.

Registra-se, ainda, que a emenda contraria frontalmente as disposições da Resolução nº 1, de 2001-CN, que rege a tramitação de matérias de natureza orçamentária, em especial o art. 29, inciso I, **verbis**:

“Art. 29. As emendas a projeto de lei de crédito adicional não serão admitidas quando:

I – contemplarem subtítulos em unidade orçamentária não prevista no projeto de lei”.

Ora, o Ministério da Justiça não consta da Medida Provisória nº 241/2005, logo não poderia ser contemplado com dotação orçamentária, como quer a Emenda em comento.

Importa registrar que o projeto de resolução apresentado pelo Relator da Comissão Mista Especial, criada para reformar os trabalhos da Comissão Mista de Orçamentos e a tramitação de matérias de natureza orçamentária, contém dispositivo mantendo a vedação do art. 29 da Res. 1, de 2001-CN, nos seguintes termos:

“Art. 109. As emendas a projeto de lei de crédito adicional não serão admitidas quando:

I – contemplarem subtítulos em unidade orçamentária não beneficiária do crédito”.

#### **Emenda nº 14, de autoria do Deputado Eduardo Valverde**

Objeto: Acrescentará MPV nº 241 dotação para a ação nº 14.422.0154.6762.0001 – Proteção a Defensores de Direitos Humanos – Nacional – Nacional

Valor: R\$2.000.000,00

Modalidade de Aplicação: 99

GND: 3

Da mesma forma, a Emenda nº 14 não apresenta os requisitos de imprevisibilidade e urgência requeridos pela Constituição para ser atendida mediante crédito extraordinário.

De fato, a programação nº 14.422.0154.6762.0001 – Proteção a Defensores de Direitos Humanos – Nacional já existe na Lei Orçamentária Anual do corrente exercício (Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005), na Unidade Orçamentária 20121 – Secretaria especial dos Direitos Humanos (Presidência da República), com dotação autorizada de R\$1,2 milhões.

A emenda nº 14, a exemplo da anterior, somente poderia ser apresentada a um projeto de lei de crédito suplementar e não de crédito extraordinário, como é o presente caso.

Observe-se que, também no caso da Emenda nº 14, a Unidade Orçamentária – nem ao menos indicada na emenda – não constou da Medida Provisória, fato que contraria, conforme já esclarecido, as normas que regulamentam a tramitação de matérias de natureza orçamentária, no âmbito do Congresso Nacional (Resolução nº 1, de 2001-CN).

Pelo exposto, conclui-se que a aprovação das Emendas nº 13 e 14 contrariou as disposições constitucionais e legais que disciplinam o processo legislativo das matérias de natureza orçamentária no âmbito do

Congresso Nacional, pelo que deveriam ter sido inadmitidas. Entremeios, o Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005,, originado pela aprovação, pelo Plenário da Câmara dos Deputados, das Emendas nºs 13 e 14, carece de sustentação, pelo que não pode ser aprovado por esta Casa.

#### **III – Voto**

Pelo exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005 e pela aprovação da Medida Provisória, nos termos da proposta original do Poder Executivo.

Sala das Sessões, – **Maguito Vilela**, Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005, e aprovação da medida provisória.

Os pareceres preliminares do Relator, Deputado Márcio Reinaldo Moreira (PP – MG), e do Relator revisor, Senador Maguito Vilela (PMDB – GO), são pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da medida provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

Em votação os pressupostos de relevância e urgência e adequação financeira e orçamentária.

Para encaminhar os pressupostos constitucionais de relevância e urgência da matéria, concedo a palavra ao Senador César Borges, pelo PFL.

S. Exª dispõe de até cinco minutos.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, ouvimos bem o relato do Senador Maguito Vilela, que fez muito bem ao rejeitar o Projeto de Lei de Conversão nº 14, que modificava o espírito da Medida Provisória nº 241, pois retirava os recursos para a missão das Nações Unidas para o Haiti e os destinava à Polícia Federal, sem especificar para onde iriam.

Ainda com relação à urgência e relevância, acreditamos que tais pressupostos existem quanto aos recursos para a missão das Nações Unidas para o Haiti, no valor de R\$85.580.000,00, e também quanto ao apoio à operação de ajuda humanitária aos países da Ásia atingidos pelo maremoto, no valor de R\$5.039.000,00, perfazendo um total de R\$90.619.000,00.

Observem, Srs. Senadores, o que está se propondo aqui, na verdade, é um valor que chega a 299 milhões. Urgente e relevante seria um terço, aproximadamente, da Medida Provisória nº 241, porque – e peço



a atenção de V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, e dos Srs. Senadores – os dois terços dos valores que estão aqui não têm urgência ou relevância alguma. Senão, vejamos: são encargos financeiros da União. Qual é a urgência e relevância para isso? Poderia ser encaminhado um projeto de lei, e a medida provisória é inconstitucional porque não há urgência ou relevância.

Vou ler os encargos financeiros da União: remuneração dos agentes pagadores do benefício de prestação continuada à pessoa com deficiência e da renda mensal vitalícia por invalidez, total: 11,131 milhões; remuneração de agentes pagadores de benefícios previdenciários: 103 milhões; remuneração de agentes prestadores de serviço pelo recolhimento da Guia de Previdência Social, GPS, e da guia de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço: 88 milhões; remuneração dos agentes pagadores do benefício de prestação continuada à pessoa idosa e da renda vitalícia: 6 milhões.

Não está se pagando o benefício, e sim os agentes pagadores. São as entidades que estão recebendo esses recursos através dos encargos financeiros da União. Antes, constava do Fundo Nacional de Assistência Social. Agora, serão destinados à remuneração de agentes pagadores de benefício. Assim, o que pretende o Governo é a centralização em um único órgão das dotações orçamentárias para a remuneração das instituições financeiras com o objetivo de facilitar e, segundo o Governo, reduzir os custos.

Mas, Sr. Presidente, a Constituição Federal, em seu art. 62, veda a edição de medidas provisórias sobre matérias relativas aos planos plurianuais, às diretrizes orçamentárias, aos orçamentos e aos créditos adicionais.

Sr. Presidente, a Constituição prevê que podem ser editadas medidas provisórias em caráter excepcional, ou seja, em abertura extraordinária para atender despesas imprevisíveis e urgentes, tais como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública. Nesses casos, enquadram-se os recursos destinados ao Haiti via Missão das Nações Unidas (85 milhões) e mais 5 milhões de apoio à operação de ajuda humanitária aos países da Ásia vítimas do tsunami.

Mas como é que o Governo enxerta – aliás, não é algo incomum, pois a isso assistimos em cada medida provisória – simplesmente 200 milhões para beneficiar exatamente o setor que vai fazer o pagamento, a remuneração dos agentes pagadores de benefício de prestação continuada, que nada mais são do que o setor de prestadores de serviços que fazem essa terceirização para o Governo Federal?!

Por isso, a nossa argumentação é a de que o Governo tem que parar com esse tipo de situação e

inserir algo que tenha mérito, porque são 5 milhões apenas para as vítimas do tsunami, 85 milhões para o Haiti e 200 milhões para prestadoras de serviços, para serviços terceirizados.

Sr. Presidente, dessa forma, encaminhamos contrariamente à urgência e relevância. Que o Governo edite uma medida provisória para atender o Haiti e as vítimas do tsunami, única e exclusivamente. Com base nessa nossa proposta, pediria ao relator que fizesse o encaminhamento no sentido de extirpar esses 200 milhões que foram enxertados...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – ...e de aprovar esses 90 milhões, que têm mérito de urgência e relevância, adequação financeira e orçamentária.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que aprovam os pressupostos de relevância e urgência e adequação financeira e orçamentária queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados, com os votos contrários dos Senadores César Borges, José Jorge, Antonio Carlos Magalhães, Heráclito Fortes, Reginaldo Duarte, Romeu Tuma, José Agripino, Jorge Bornhausen, Marco Maciel, Sérgio Guerra e a Senadora Heloísa Helena.

Aprovados, passa-se à apreciação do mérito.

Em discussão o projeto de lei de conversão, a medida provisória e as emendas, em turno único.

Para discutir, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o Senador José Jorge, por até dez minutos.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, concordo plenamente com o que o Senador César Borges disse.

Na realidade, a medida provisória ora em discussão é absolutamente inconstitucional e, como todas as medidas provisórias que o Governo do Presidente Lula manda para esta Casa, sempre tem um “contrabando” – ou seja, o objeto da medida provisória trata de um assunto e normalmente se inclui outro assunto no meio, que não tem nada a ver com o objetivo da medida provisória originalmente proposta e que, muitas vezes, não é urgente nem relevante.

Esta medida provisória, como não poderia deixar de ser, possui um “contrabando” também, como todas as outras que têm aparecido aqui. Só que, neste caso, há uma diferença, Senador César Borges: nesta medida, o “contrabando” é maior do que o legal. É uma das poucas medidas em que ocorreu isso. Normalmente o “contrabando” é pequeno em relação ao tamanho da

medida provisória. Aqui, não. Aqui, o “contrabando” é maior do que o legal.

Vejamos o que diz a Constituição no §3º do art. 167:

A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública,(...).

Então, penso que está muito claro que só se pode editar medida provisória para falar em recursos em uma destas situações: guerra, comoção interna, calamidade pública. Ora, se olharmos os itens 1 e 2 desta medida provisória, veremos que ela destina crédito de 85 milhões para o Ministério da Defesa gastar no Haiti e crédito de 5 milhões às vítimas do tsunami. Considero corretas essas duas destinações previstas na medida provisória. Todavia, ela destina 31,131 milhões para remuneração dos agentes pagadores do benefício da prestação aos deficientes; 103 milhões para remuneração dos agentes pagadores dos benefícios previdenciários; 6,844 milhões para remuneração dos agentes pagadores do benefício da prestação continuada à pessoa idosa e da renda mensal vitalícia por idade e, finalmente, 11 milhões para remuneração dos agentes pagadores do benefício de prestação continuada à pessoa com deficiência e da renda mensal vitalícia.

Sr. Presidente, quem são esses pagadores? São os bancos, e não são os pequenos bancos. Vamos verificar um total de 200 milhões que serão transferidos da seguinte maneira: 22,3% para o Banco do Brasil; 27% para a Caixa Econômica; 15% para o Bradesco; 8,5% para o Itaú; 4,8% para o Unibanco; 4% para o HSBC, e assim por diante. Na realidade, estamos elaborando uma medida provisória que, de acordo com o preceito constitucional, deveria destinar-se apenas a casos de guerra, comoção interna ou calamidade pública, mas nós estamos fazendo exatamente para pagar bancos. Na realidade, ninguém aqui é contra que o Governo pague aos bancos. É preciso que isso fique claro. Se o banco prestou um serviço ao Governo, pagando esses benefícios, é justo que o Governo pague aos bancos. Já há um contrato, tudo direitinho. O que é inconstitucional e absurdo é que isso seja incluído numa medida provisória, como se fosse abertura de crédito extraordinário para guerra, comoção interna ou calamidade pública. Se tem alguém, Senador José Agripino, que tem dinheiro no Brasil e que pode esperar pela data do pagamento por meio de um projeto de lei são os bancos.

Na verdade, o que aconteceu na Câmara dos Deputados? Tiraram o dinheiro do Haiti – não sei por quê. Isto é outra coisa que eu perguntaria ao relator: por que razão tiraram o dinheiro do Haiti na Câmara dos Deputados? Os 85 milhões do Haiti foram retirados e destinados a dois projetos: o de proteção aos defensores de direitos humanos e o de combate à criminalidade, que não têm nada a ver com urgência, nem com relevância, nem com caso de guerra.

Então, Sr. Presidente, há um grande esforço do Governo no sentido de fazer uma medida provisória para atender a países estrangeiros quando há alguma catástrofe nesses países. Não somos contra isso. Por exemplo, outro dia, houve uma grande catástrofe no Paraguai: caiu um supermercado e morreram 400 pessoas. Fato gravíssimo! Aí, o Governo fez uma medida provisória. Tudo bem. Se o Governo tem o dinheiro e deve ajudar ao Paraguai, somos favoráveis. Agora, no Nordeste, em Pernambuco, em Alagoas, no Ceará, houve uma cheia no ano passado. Viemos ao plenário e pedimos uma medida provisória que, na realidade, não saiu até hoje. Aliás, eu estive no Ministério, e o Ministro me disse: “Medida provisória, não vamos fazer”. Não fez medida provisória nem nada. Portanto não recebemos nenhum apoio para todo o Nordeste atingido pela cheia no ano passado. Neste ano, houve outra cheia, e estamos novamente pedindo auxílio do Governo Federal para que possamos atender aquelas pessoas atingidas pela enchente. Até agora, o Governo Federal não atendeu nosso pleito, mas há uma promessa. Estive hoje, juntamente com o Líder Aloizio Mercadante e outros Senadores do Nordeste, com o Ministro Antônio Palocci, que prometeu que, até a próxima quinta-feira, ou seja, depois de amanhã, haverá uma definição de como será resolvida essa questão da cheia no Nordeste, principalmente em Pernambuco e Alagoas.

Nós da Oposição já havíamos comunicado que obstruiríamos esta medida provisória hoje. Na verdade, se a obstruíssemos, o Governo não teria o número de votos necessários para votar a medida provisória, que derrubaria a sessão. Como também há outros projetos importantes para votar, como é caso da indicação do Procurador-Geral, vamos acreditar na palavra do Líder Aloizio Mercadante e na palavra do Ministro Antônio Palocci – de que, na próxima quinta-feira, será definida essa questão da medida provisória para atender as vítimas das enchentes de Recife, além de outras questões em relação aos metrô de Fortaleza, Recife e Salvador –, e vamos orientar a Bancada, no caso dos Partidos da Minoria, para que votemos contra a medida provisória.

O Relator, agora, pelo que entendi, também está dando parecer contrário ao projeto de conversão aprovado na Câmara, isto é, ao PLV. Aliás, eu gostaria de saber por quê. Basicamente, ele não explicou por que estava contra o PLV. Está-se retornando, então, à medida provisória original, o que significa que o dinheiro do Haiti voltará a estar naquele dispositivo. É uma correção, fica melhor do que está, mas precisa ser explicado por que a Câmara dos Deputados tirou esse dinheiro do Haiti – até agora ninguém soube dizer o motivo.

Na realidade, em resumo, a medida provisória é inconstitucional e absurda. Votaremos contrariamente a ela, esperando que o Governo, nas próximas medidas provisórias, seja mais cuidadoso no encaminhamento dessas questões.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Para discutir, concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Sérgio Guerra, pelo prazo de até dez minutos.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, como sempre, o Senado é instado a votar medidas provisórias de urgência duvidosa.

Certas ponderações levantadas pela Oposição me parecem bastante consistentes. Não nos cabe discutir a oportunidade de colaboração do Brasil para projetos que têm a ver com a nossa diplomacia; esses projetos devem ser examinados no âmbito do comentário, da discussão sobre o padrão e as ações da diplomacia brasileira.

Mas nos cabe discutir, com muita veemência, questão de prioridade. Somos de uma região pobre; represento o Estado de Pernambuco, assim como os Senadores José Jorge e Marco Maciel. E, nos nossos Estados, de maneira especial Pernambuco, Paraíba, Alagoas, há dois anos, têm ocorrido inundações com grande frequência. Se temos permanentemente a questão da seca, passamos a ter repetidas vezes o problema das inundações.

Na primeira dessas inundações, já no Governo do Presidente Lula, Senadores e Deputados de Pernambuco compareceram ao Ministério da Integração, numa longa reunião com o Ministro Ciro Gomes. Para essa reunião, levamos uma proposta de medida provisória dos Governadores do Nordeste que tiveram áreas afetadas por essas inundações.

Medidas provisórias têm sido editadas – e é razoável que assim o fossem, pois elas foram pensadas basicamente para essas situações no passado –; mas têm sido editadas principalmente com essa finalidade. Inundações e secas em Pernambuco, em Alagoas, no

Ceará, sempre mereceram do Governo Federal medidas provisórias. Mas o Ministro Ciro ponderou que não deveria ser esse o caminho, e que o certo deveria ser a liberação de verbas que, segundo ele, existiam no Orçamento e eram adequadas para essa finalidade. Os ministros que operariam essa política eram basicamente do Ministério da Integração e do Ministério das Cidades. O Ministro recusou, pelo Governo, a proposta de medidas provisórias, e anunciou uma série de encaminhamentos com vistas à liberação de recursos de várias fontes que atenderiam às demandas dessas enchentes e suas conseqüências desastrosas. Rigorosamente, apenas 10% e em tempo completamente inadequado daquele que era pensado, de fato, foi liberado. Não houve ação federal efetiva para o enfrentamento das enchentes no Nordeste há dois anos.

Agora, novamente uma enchente. Governos estaduais se mobilizam, vão ao Presidente da República. Parlamentares, Deputados Federais, Prefeitos pernambucanos e o Presidente da Câmara estiveram lá. Uma forte mobilização se deu em Pernambuco e em outros Estados para que se produzisse outra medida provisória apenas para os Estados que não tinham recursos e cuja solução dos problemas estava muito além das suas possibilidades.

Essa reivindicação efetivamente urgente, pela própria natureza urgente dos Governos estaduais, até hoje não teve solução.

O Ministério da Integração e, acredito, também o Ministério das Cidades têm feito já consultas, levantamentos, reconhecimentos para apurar a efetividade das conseqüências desastrosas das enchentes. Mas medida provisória mesmo, recursos, não estão prometidos, não estão comprometidos.

A orientação que tomamos aqui, os Partidos de Oposição, foi de apenas votar a medida provisória que hoje está sendo apreciada com o compromisso de edição de medida provisória urgente para o enfrentamento do problema das enchentes na área do Nordeste, de uma maneira geral, e, de maneira especial, nos Estados de Pernambuco, Paraíba e Alagoas.

A promessa feita é que, até quinta-feira, os Senadores serão informados, nas suas bancadas, sobre os limites que o Ministério da Integração e, provavelmente, o Ministério das Cidades, enfim, que o Governo Federal estará disposto a prover para o enfrentamento das questões levantadas.

Quero dizer que a Oposição acredita na palavra do Ministro Palocci e na palavra do Líder Mercadante e espera que a palavra empenhada seja efetivamente honrada até a quinta-feira. Espera também que recursos suficientes sejam provisionados para o Nordeste

com a brevidade que a natureza de uma catástrofe como essa exige.

Os Governos estaduais não estão em condição de manter o atendimento a algumas milhares de pessoas que estão sem proteção, e algumas dezenas de Municípios que foram parcialmente destruídos, como Moreno, Vitória de Santo Antão, Primavera, Nazaré da Mata e tantos Municípios pernambucanos que visitei.

Sr. Presidente, não apenas em relação a essa questão, mas também à dos metrô, estabeleceu-se o compromisso de, respeitadas as especificidades de cada situação, de Fortaleza, de Salvador, de Belo Horizonte e de Recife, estudar uma solução para conclusão de etapa do projeto de forma que ele tenha financiamento livre da linha de contingenciamento nos próximos dois anos e seja concluído.

O Governo Federal pondera que, em face da conclusão de obras nessa área, seria importante que os Estados assumissem a gestão e a responsabilidade da gestão desses trechos de metrô, o que parece, no geral, sensato. Porém, tudo isso depende de uma avaliação precisa das lideranças de cada Estado e de cada situação, porque inclusive os projetos estão em etapas variadas de execução.

Recursos aprovados que estavam ameaçados de financiamento internacional estarão garantidos pelo acordo feito hoje. Penso que essa é uma boa oportunidade de o Congresso demonstrar o que muitos não querem ver: a Oposição não deseja impedir o funcionamento do Congresso; a Oposição deseja a fiscalização, a apuração de responsabilidade em episódios que comprometem o conceito do País e das suas instituições, ao mesmo tempo em que assume sua responsabilidade de aprovar matérias urgentes, efetivamente urgentes, como é essa de uma medida provisória para ajudar a resolver o problema das consequências dramáticas das enchentes sobre populações do Nordeste.

Essa é a opinião que eu queria dar hoje, Sr. Presidente.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estamos próximos do mês de julho, o que ocorrerá daqui a poucos dias. Sei da sensibilidade que V. Ex<sup>a</sup> tem tido com relação ao andamento do processo legislativo e entendo que há uma matéria que depende de decisão do Senado, que diz respeito à proteção efetiva de pelo menos cinco milhões de brasileiros, que é a chamada PEC paralela da Previdência Social.

O Senador Rodolpho Tourinho fez um relatório primoroso, já o entregou, cumpriu sua função, sua responsabilidade legislativa. Eu faria um apelo a V. Ex<sup>a</sup>, para que, com o entendimento dos Líderes, promovesse um acordo para quebrar o interstício dentro dos preceitos regimentais. Cinco sessões extraordinárias nos permitiriam a votação de uma matéria de tal relevância no dia de amanhã, como uma justa homenagem do Senado aos setores organizados da sociedade brasileira, que clamam pela proteção previdenciária que a PEC paralela pode representar.

Falo isso em nome de muitos Senadores e sem querer criar nenhum tipo de dificuldade para a valorização do trabalho das comissões.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, há poucos minutos, antes de o Senador Tião Viana fazer esse apelo, eu estava conversando com o Senador Arthur Virgílio, que disse que o Senador José Agripino também tem este entendimento, sobre a possibilidade de, havendo acordo, concordância de todos os Líderes, trazer essa matéria imediatamente ao plenário, sem que precisasse ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo em vista a consciência coletiva dos Senadores. Sabemos todos que o que construímos em termos de PEC paralela, negociada e acertada entre nós, entre todos os Partidos e o próprio Executivo, seria o mais conveniente a ser aprovado, porque poderia ser imediatamente promulgado e logo entrar em vigor.

Então, queria corroborar o apelo do Senador Tião Viana, para que pudéssemos, ao longo desta sessão, enquanto efetuamos as votações, consultar todos os Líderes e tentar, ainda hoje, construir esse acordo para trazer essa matéria ao plenário, se possível dispensando a tramitação na Comissão de Constituição e Justiça – se esse for o entendimento de todos os Líderes e, obviamente, também do Presidente da Comissão –, e votá-la antes de encerrarmos os nossos trabalhos neste 1º semestre.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Renan Calheiros, conversei com V. Ex<sup>a</sup> quando entreguei à Mesa o requerimento com a assinatura de todos os Líderes, e V. Ex<sup>a</sup> me disse que dependeria, naturalmente, de uma consulta aos Líderes.



Aqui, numa conversa preliminar, de que também participei, percebi que a vontade da Casa é a de que o acordo firmado entre o Senado, o Executivo e a própria Câmara dos Deputados seja cumprido e que passemos ao recesso parlamentar – se ele acontecer – com a PEC paralela votada. Esse tema interessa a milhões de brasileiros. Não apenas aos servidores públicos, que estão contemplados ali, mas também a outras pessoas, como, por exemplo, as donas-de-casa, que têm lá prevista a sua aposentadoria.

É um apelo que faço. Conversei com o Senador Rodolpho Tourinho e S. Ex<sup>a</sup> me disse: “Se depender de mim, você pode fazer o apelo”, a fim de que, mediante um grande entendimento, votemos a matéria diretamente no plenário – quem sabe? – amanhã.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, de forma objetiva, nós já estamos atrasados no cumprimento do acordo para a votação da PEC paralela. Então, pelo PDT, eu apóio essa proposta do Senador Tião Viana.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria, igualmente, de hipotecar o nosso apoio a esse encaminhamento, para que possamos encerrar o ciclo que o Senado iniciou, por unanimidade, ao elaborar a PEC paralela, aprovando o parecer do Senador Rodolpho Tourinho, que restitui, no fundamental, aquilo que o Senado Federal pactuou e que é o objeto do nosso acordo. Estamos totalmente disponíveis para buscar esse acordo processual a fim de que possamos votar na Comissão e fazer as sessões necessárias, repetindo o consenso construído na aprovação da PEC paralela.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador José Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PFL já tem entendimento firmado sobre a PEC paralela. Tomei a

providência de reunir a Bancada para ouvir o relatório do Senador Rodolpho Tourinho. Hesitei em assinar o requerimento de urgência da matéria, porque, como a PEC paralela foi modificada na Câmara, veio para o Senado com uma feição diferente, e o Senador Rodolpho Tourinho fez os retoques que julgou convenientes, precisei reunir a Bancada, e tenho opiniões divergentes. Mas o PFL está pronto para votar essa matéria, que é urgente. Se quiserem colocá-la em apreciação amanhã, o PFL votará e eu liberarei a Bancada.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra à Senadora He-loísa Helena; em seguida, ao Senador Arthur Virgílio.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – O pessoal está preparado para votar essa matéria há mais de um ano e meio. Até porque sabemos todos nós que a PEC paralela aqui foi votada e não é uma panacéia a resolver todos os males, não vai corrigir todas as distorções e todo os crimes que foram cometidos contra os direitos dos trabalhadores do setor público, mas amenizará um pouco as gigantescas distorções que foram efetivamente criadas. É claro que será um debate longo, até porque há novas categorias que conseguiram incluir emendas na Câmara. Vamos ter que votá-las. O Senador Romeu Tuma está acompanhando muito bem isso, e vamos votar. Com certeza, somos favoráveis ao acordo, e o pessoal está preparado para votar há quase dois anos.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ainda há pouco, no gabinete de V. Ex<sup>a</sup>, nós discutíamos sobre esse assunto, e eu me indagava em voz alta se a matéria estava devidamente maturada, devidamente madura, devidamente diagnosticada, pelo conjunto de forças políticas que formam a própria correlação de forças políticas nesta Casa. Mas percebo que é um desejo da Casa votá-la. Sendo assim, de parte do PSDB, não há nenhum óbice. O PSDB estará pronto para, em estando destrancada a pauta, votar a matéria referente à PEC paralela, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu gostaria de dizer à Casa e aos Sr. Líderes partidários...

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Garibaldi Alves Filho.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na ausência do Líder, Senador Ney Suassuna, quero hipotecar, como Vice-Líder do PMDB, a solidariedade da nossa Bancada à iniciativa proposta pelo Senador Tião e dizer que, desde o início da tramitação da PEC paralela, ela contou com nosso apoio e com a disposição de votá-la integralmente.

Quero dizer ainda que acredito na sensibilidade de V. Ex<sup>a</sup> e dos Líderes partidários e sei que chegaremos a um consenso sobre esse assunto. O Senador Paulo Paim, que continua vigilante, sabe muito bem dessa posição da Bancada do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Senador Sérgio Zambiasi, pela ordem, ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente Renan Calheiros, demais colegas Senadoras e Senadores, nós estamos trazendo também o nosso apoio a essa proposta. Entendemos que esse é um compromisso do Senado, pois foi daqui que partiu a proposta da PEC paralela. E agora, nesse retorno à Casa, entendemos que, se houver concordância de todos os Líderes e, obviamente, a aquiescência do nosso Presidente da CCJ, Senador Antonio Carlos Magalhães – e considero fundamental a sua palavra, a sua manifestação –, a partir exatamente da manifestação do Presidente da CCJ desta Casa, nós, sim, poderemos trazer a plenário essa proposta.

Estou falando em nome do Partido, em nome do PTB. Apoiamos integralmente, mas aguardamos, com muito respeito, a manifestação do Presidente da CCJ desta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu gostaria de dizer à Casa que eu terei muito prazer, mas muito prazer mesmo de, em recebendo uma proposta dos Líderes partidários, submeter esse calendário de tramitação especial à apreciação do Plenário, com dispensa de prazos, de interstícios, de modo a agilizar a tramitação da PEC paralela, que poderia, por exemplo, incluir a apreciação na Comissão de Constituição e Justiça para amanhã e, à tarde, se esse for o desejo da Casa, votarmos aqui no plenário do Senado Federal. No que depender da Mesa, nós vamos colaborar.

Senador Antonio Carlos Magalhães, ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senador Sérgio Zambiasi mencionou que dependia um pouco da Comissão de Constituição e

Justiça. E ouvi a opinião de V. Ex<sup>a</sup>, que deseja esta votação. É claro que é uma votação excepcional – ainda há pouco, eu dizia isso ao Senador Tião Viana e ao Líder Aloizio Mercadante –, mas, da parte da Comissão de Constituição e Justiça, àquilo que representou o parecer do Senador Rodolpho Tourinho, não faremos nenhuma objeção, inclusive de mandar para o Plenário como ela se encontra.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Continua em discussão.

Para discutir, concedo a palavra ao Senador José Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, estamos em processo de votação e discussão de uma medida provisória que, na sua origem, destina recursos: R\$85 milhões para subsidiar as tropas brasileiras no Haiti; R\$5 milhões para socorrer as vítimas do *tsunami* na Ásia; R\$200 milhões para pagamento de débitos a bancos.

Essa matéria poderia ter sido votada já há muito tempo, não tivesse sido levantada, semana passada, com precisão e com toda procedência, pelos Senadores Tasso Jereissati e Antonio Carlos Magalhães, da injustiça em se liberar dinheiro para o Haiti, para a Ásia e não liberar os recursos prometidos para socorrer as calamidades públicas ocorridas no Brasil inteiro, principalmente no Nordeste – secas e enchentes –, recursos prometidos que nunca chegaram. E, mais do que isso: os metrô de Fortaleza, Salvador, Recife e Belo Horizonte estão ameaçados de paralisação definitiva, Senadora Heloísa Helena. Isso porque o Governo brasileiro, Senador Geraldo Mesquita Júnior, parece que, por prevenção ou sei lá por que razão, estava se negando a alocar a contrapartida da União aos recursos do Banco Mundial, já liberados, que se juntam aos recursos de Estados e Municípios para fazer face às despesas das obras. Chegou a ser anunciado que o contrato do Banco Mundial iria ser cancelado, o que provocou, evidentemente, a revolta dos Senadores Tasso Jereissati e Antonio Carlos Magalhães, revolta que teve a nossa absoluta cobertura – nossa, do PFL e do PSDB – e, deliberadamente, nós obstruímos a pauta de votação, até que se encontrasse uma saída.

Fizemos exaustivas reuniões na Presidência do Senado Federal, reuniões de Líderes, e hoje, pela manhã, tivemos uma reunião com o Ministro Antonio Palocci e com o Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, quando foram tomados compromissos que eu quero ver reafirmados. Os metrô de Fortaleza, Recife, Salvador e Belo Horizonte e chamo a atenção

dos Senadores Tasso Jereissati, Sérgio Guerra, Arthur Virgílio, Aloizio Mercadante e Antonio Carlos Magalhães para a reafirmação do compromisso que o Ministro Palocci tomou hoje pela manhã – serão incluídos no PPI, programa que o Governo brasileiro acertou com o Fundo Monetário Internacional, que prevê o investimento com recursos que deveriam atender ao pagamento do serviço da dívida externa e que poderão ser aplicados em obras consideradas essenciais e urgentes.

O Ministro Palocci, no prazo de dez dias, dará uma definição às Bancadas da Bahia, do Ceará, de Minas Gerais e de Pernambuco no Senado, que estão conduzindo o desbloqueio das obras e que procuram articulação com os Governos desses Estados para encontrar um caminho de saída. Dentro de dez dias, haverá uma reunião com os representantes de Pernambuco, Ceará, Bahia e Minas Gerais para a garantia de que os recursos do PPI acudirão a execução de obras nesses metrô, para a conclusão de trechos específicos. Vai-se estabelecer um programa de metas a atingir. Em vez de continuar tudo, serão selecionados, por exemplo, trecho “a”, trecho “b” e trecho “c”, que serão concluídos com essa verba, o que é uma coisa lógica, racional e que foi aceita.

Da mesma forma, o Ministro Palocci tomou o compromisso de, por uma medida provisória, que aí se justifica por urgência e relevância, alocar recursos para acudir as populações flageladas vítimas de calamidade, seca ou enchente, no Nordeste ou no Sul, garantindo o cumprimento de um compromisso, que é de todos os governos e que, neste Governo, não chegou a acontecer.

Em assim sendo e em estando o compromisso tomado – que eu quero ver reafirmado pelo Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante –, o PFL votará esta matéria. Claro que a matéria encerra algumas controvérsias, alguns votarão “sim”, outros, “não”. Eu liberarei a Bancada.

Agora acho que a postura a ser adotada é o retorno ao texto da Câmara, para garantir – e eu não tenho nada contra – a transferência do dinheiro para o Haiti, para as vítimas do Tsunami e para os 200 milhões a serem pagos aos bancos.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senador José Agripino, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Com o maior prazer, Senador Heráclito Fortes.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Estou ouvindo atentamente o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> e fico feliz em ver que vão usar recursos do FMI efetivamente agora em matéria de infra-estrutura. Eu venho alertando há quase um ano para a questão, desde que se começou a discutir o Orçamento. Agora a minha pergunta a

V. Ex<sup>a</sup>: essa promessa do Ministro é para o programa do próximo ano, ou será o remanejamento do acordo com o FMI deste ano?

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Boa pergunta, Senador Heráclito Fortes, porque essa pergunta eu a fiz ao Ministro Antonio Palocci. É para 2005, 2006 e 2007.

– Como 2005, se o plano já está feito? Eu perguntei.

Algumas obras – a explicação que me foi dada –, é muito provável que não tenham suas exigências cumpridas. Saem do programa e cedem espaço para essas, que entram – registre-se – por pressão das Bancadas do Ceará, de Pernambuco, da Bahia e de Minas Gerais.

Senão, essa solução não seria adotada. “Credite-se ao Senado a postura firme adotada para viabilizar essas obras dentro do PPI” – palavras do Ministro Antonio Palocci.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Eu queria pedir ao Senador Francisco Escórcio que colaborasse. Obrigado, eminente Senador.

Fico muito feliz em saber que a questão está sendo resolvida. Não será fácil encontrar esse recurso, porque várias das obras oriundas daquele famoso acordo que chegou aqui proveniente da Casa Civil no dia 23 apresentam concorrência viciada e, a pedido da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, o TCU as está acompanhando. Portanto, o recurso será fácil, se houver boa vontade do Ministro Antonio Palocci – e eu acredito na sinceridade de seus propósitos. Quero parabenizar antecipadamente a comissão que foi lá e também em Salvador, Recife, Fortaleza e Belo Horizonte, porque a solução está equacionada.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sem esquecer, Senador Heráclito Fortes, que foram garantidos também, mediante o compromisso do Ministro Antonio Palocci, recursos para os nossos Estados, Rio Grande do Norte e Piauí, que não têm metrô em construção, mas têm população flagelada, decorrente de seca que já existiu e de eventuais cheias que ocorreram e que vão ser objeto também do atendimento provocado pela comissão de Senadores que se reuniu com o Ministro Antonio Palocci.

Ouçó o Ministro Alberto Silva.

**O Sr. Alberto Silva** (PMDB – PI) – Eu queria fazer apenas um pequeno adendo ao discurso de V. Ex<sup>a</sup>, que é muito oportuno, para dizer que o Piauí tem metrô sim. Está parado exatamente exatamente por falta de quinze milhões. Tão simples, não é?

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Deveria V. Ex<sup>a</sup> ter-se incorporado à nossa Comissão, e ainda

é tempo, para que a gente pleiteie a inclusão desses recursos do PPI para o metrô de Teresina.

De modo que com isso, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu manifesto a minha posição e vou votar pela manutenção do texto da Câmara, agora desejando que o compromisso tomado pelo Governo, pelo Ministro Antonio Palocci, pelo Dr. Murilo Portugal e presenciado pelo Líder do Governo, Aloizio Mercadante, seja cumprido **in totum**, na íntegra, para que a palavra do Governo continue a merecer a credibilidade de S. Ex<sup>as</sup> os Senadores da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Para discutir, concedo a palavra ao nobre Senador César Borges.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem. Há uma dúvida no Plenário sobre o requerimento da PEC paralela. Eu dizia aqui que eu o entreguei em mão de V. Ex<sup>a</sup> com a assinatura de todos os líderes. O requerimento para a tramitação em regime especial já está na mão de V. Ex<sup>a</sup>. Por isso eu não vi a necessidade de nós recolhermos assinaturas novamente com o mesmo objetivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – É que nós precisamos votar um calendário, que poderia especificar a votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para amanhã, se essa for a vontade da Casa e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e marcarmos para as 14 horas e 30 minutos, por exemplo, uma sessão extraordinária unicamente para votarmos a PEC paralela.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Excelente, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador César Borges, V. Ex<sup>a</sup> com a palavra.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, já tive oportunidade, com relação à Medida Provisória nº 241, de fazer um encaminhamento contra a urgência e relevância.

Em primeiro lugar, houve, por parte do Relator, o Senador Maguito Vilela, a rejeição do Projeto de Lei de Conversão, no que S. Ex<sup>a</sup> fez muito bem, porque deturpava o espírito da Medida Provisória nº 241, que beneficiava o Haiti, a missão de paz das Nações Unidas para o Haiti em 85 milhões.

No entanto, Sr. Presidente, como foi muito bem colocado pelo Senador José Jorge, aqui o Governo enxerta 200 milhões em uma medida provisória que teria mérito de urgência e relevância, porque beneficiava em 85 milhões o Haiti e em 5 milhões a ajuda humanitária aos países da Ásia atingidos pelo maremoto, pelo Tsunami. Nesse caso, há urgência e relevância, e era imprevisível. É constitucional.

Mas daí, Sr. Presidente, se colocarem 200 milhões para abrir crédito que vai possibilitar a contratação de instituições financeiras é demais. Esta Casa, no momento em que aprova medida provisória desse teor, inconstitucional, que não é urgente, e enxerta 200 milhões para se aproveitarem noventa milhões, que têm mérito, neste momento, fica difícil a Casa tomar posições contra medidas provisórias. De certa forma, nós estimulamos o Governo Federal a continuar usando esse artifício, editando novas medidas provisórias onde há esse tipo de enxerto e que não têm atendimento aos preceitos constitucionais.

Portanto, Sr. Presidente, eu reforço a minha posição assumida aqui, quando votei contra e encaminhei nesse sentido a urgência e relevância. Por isso mesmo, votarei contra, porque o Governo deveria editar uma medida provisória constitucional, correta, limitando-se àquilo que era urgente, imprevisível, como é o caso do Haiti e do Tsunami. Essa será a nossa posição.

Sr. Presidente, gostaria também de comentar um assunto que por diversas vezes me trouxe à tribuna e que de certa forma foi o que motivou a desobstrução da pauta e estarmos aqui em processo de votação, que é o problema dos metrô das capitais brasileiras de Salvador, Recife, Belo Horizonte e Fortaleza.

Vejo esperança aqui no coração dos Senadores que estiveram junto ao Governo. O Senador José Agripino acabou de falar da sua expectativa positiva e dos compromissos assumidos pelo Ministro Antonio Palocci. Sei do esforço do Senador Antonio Carlos Magalhães, que lá esteve mostrando que era inaceitável para Salvador que nós não tivéssemos recursos necessários para concluir a obra e ela ficasse paralisada, uma obra, Senador Romeu Tuma, que estava, de certa forma, com financiamento alocado do Banco Mundial de mais de US\$90 milhões e que bastava a contrapartida do Governo Federal, assim como do Estado, que tem honrado seus compromissos, e da Prefeitura Municipal de Salvador.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, sou cético e não vejo a esperança neste Governo vencendo qualquer coisa, vejo a incompetência e uma política macro-econômica que, neste momento, fala-se em atingir uma posição de déficit nominal zero, ou seja, vamos aumentar o superávit primário a tal ponto que não teremos mais aumento da dívida por conta de captação de recursos para o pagamento dos juros. Isso significa que vamos ter uma paralisia geral nos investimentos federais em qualquer área.

Então, se esse é o compromisso do Governo Federal, que tem, a cada dia, subido um degrau com relação ao aumento do superávit primário, levando para essa meta do déficit nominal zero, como vamos



imaginar que ele vai negociar com o Banco Mundial e que ele vai encontrar brecha para colocar na negociação com o Fundo Monetário Internacional? Mesmo que coloque, ele vai precisar despende recursos, mesmo que coloque no Fundo Monetário Internacional, ele terá que internalizar dólares.

Então, não vejo nenhuma sensibilidade deste Governo com relação às obras de infra-estrutura. Promessas, sim, mas, a isso estamos assistindo desde o início do Governo, com relação aos próprios metrô. O Ministro Olívio Dutra tinha se comprometido. Nós, a Bancada de Deputados Federais e a Bancada de Senadores baianos, estivemos com ele, negociando essa questão do metrô, no ano de 2003. Ele disse que faria um cronograma de liberação. Em lugar de ter um cronograma, esse cronograma foi, a cada dia mais, diminuindo, diminuindo. A obra hoje está efetivamente paralisada. Há um compromisso de se tentar renegociar as bases para a continuidade da obra, com a Prefeitura e com o Estado. Sou cético. Não tenho por que ter grandes esperanças. Espero que, efetivamente, pelo menos dessa vez, haja sensibilidade por parte do Governo Federal, e a obra possa ser retomada, porque essa paralisação prejudica a camada de trabalhadores, a camada mais pobre da cidade de Salvador e de outras capitais como Recife, Fortaleza e Belo Horizonte.

Sou muito cético, Sr. Presidente. Assistimos, hoje, a uma reunião mista da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados e da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal. Percebemos o desespero dos produtores, que estão ocupando a Esplanada dos Ministérios e as ruas de Brasília com aproximadamente três mil tratores, Sr. Presidente.

Trata-se de um setor importantíssimo para a economia do nosso País. É um setor que ainda consegue fixar no campo 37% da mão-de-obra brasileira, impedindo que os trabalhadores inchem, de certa forma, a periferia das nossas grandes cidades e vivam de subemprego. Esse setor, que é responsável por mais de um terço do que se produz no Brasil, ou seja, do Produto Interno Bruto brasileiro, passa por dificuldades, mas também é responsável, Senador Geraldo Mesquita Júnior, pelo superávit da balança comercial brasileira, porque exporta US\$39 bilhões e importa apenas US\$4 bilhões. Portanto, são US\$35 bilhões a favor da balança comercial. Esse é o saldo da balança comercial brasileira. Isso não é muito bom a médio e longo prazos, porque o País está, cada vez mais, deixando de ser competitivo no plano dos produtos manufaturados e industriais e está conseguindo exportar

apenas *commodities*, bens primários – que agregam muito pouco valor.

Se olharmos a nossa pauta em relação à China, verificaremos que houve uma mudança. Há vinte anos, exportávamos manufaturados. Hoje, exportamos soja, minério de ferro, só produtos primários. Enquanto a China se industrializa rapidamente, assim como a Coréia, o Brasil volta ao passado de exportador de *commodities*, que não agrega valor efetivamente, gerando empregos e riquezas para o nosso País.

Ainda é a agricultura que está mantendo esse superávit. Mas não sentimos nenhuma sensibilidade por parte do Governo Federal. Hoje, o setor agrícola está sofrendo uma crise profunda por conta de um dólar que está deprimido, irreal, no valor de R\$2,33 – ou R\$2,36, um nível recorde. Por que esse dólar está assim? Porque há excesso de dólares vindos do exterior, que está irrigando toda a economia para depreciar o nosso produto e fazer com que o Governo possa pagar juros de 19,75%, quando os juros americanos não alcançam 3%. Os da União Européia são em torno de 2% ou menos.

Evidentemente, a especulação financeira está correndo livre e solta, inclusive vindo com esse mercado e esses recursos voláteis para a economia brasileira. O setor exportador primário, entretanto, plantou uma safra, no ano passado, com o dólar a R\$3,40. Como, agora, fechar as contas quando for pagar, vendendo o seu produto com o dólar a R\$2,40?

Qual é o resultado disso, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores? É que a safra de grãos do Brasil caiu em quase vinte milhões de toneladas com um prejuízo muito grande para toda a Nação. E da mesma forma vai ocorrer no ano que vem. Então, já estamos vislumbrando novamente aquela gangorra. Se o País cresceu no ano passado 4,9%, este ano os cálculos já indicam as previsões: não passaremos dos 3% e, se a agricultura entrar em crise, no ano que vem, também estará comprometido todo o crescimento brasileiro.

O Ministro Palocci – e vi várias lideranças do PT, inclusive o Líder Mercadante – falava muito que o País entraria em um ciclo de crescimento permanente. Já verificamos que isso não é verdade. Tivemos um pico de crescimento no ano passado, em 2004...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA)** ...como anunciava o Governo, Sr. Presidente, de 5,6, mas depois foi recalculado para 4,9 e, no ano que vem, vamos ter um crescimento de menos de três simplesmente pelo fato de que, estatisticamente, quando se fizer o cálculo, o crescimento de 2004 influencia sobre o crescimento de 2005.

Espero que o Governo Federal também ouça a voz dos produtores rurais do País que respondem por um segmento da maior importância para a nossa economia, pois são geradores, volto a repetir, de quase 40% dos postos de trabalho do País. Mas se depender da sensibilidade do Ministro Antonio Palocci, sabemos que trabalha para o déficit nominal zero. É inflexível. Sabe o que têm oferecido aos produtores, Senador Geraldo Mesquita? É dinheiro do BNDES a juros de 17%. Qual é o setor agrícola que tem capacidade de fazer esse pagamento?

Portanto, Sr. Presidente, para encerrar, nossa posição é voto contrário à Medida Provisória nº 241, numa posição de coerência. Não podemos estar aqui votando medidas provisórias inconstitucionais em que 200 milhões são enxertados para mandar recursos para as instituições financeiras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Para discutir, concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> me concede a palavra pela ordem?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Serei rápido, Sr. Presidente. É apenas para dizer que, de acordo com a sugestão de V. Ex<sup>a</sup>, vou convocar para amanhã uma reunião dos membros da CPI dos Bingos. Mas pediria a V. Ex<sup>a</sup> que me ajudasse, no partido em que V. Ex<sup>a</sup> é uma grande figura, pois foram indicados os mesmos membros da CPI, em curso, dos Correios, e evidentemente isso é proibido pelo Regimento.

De modo que o PMDB deve fazer novas indicações para que, amanhã, possamos nos reunir, e, posteriormente, terei um entendimento com todos os líderes, inclusive com os da Oposição, para ver como vamos encaminhar o cronograma da CPI.

Não sei se V. Ex<sup>a</sup> me entendeu.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Entendi, Senador Antonio Carlos, perfeitamente. No entanto, V. Ex<sup>a</sup> sabe que, como Presidente do Senado Federal, tenho a obrigação constitucional de, uma vez indicados os nomes da Comissão Parlamentar de Inquérito, fazer um apelo à Casa para que haja a mobilização no sentido da sua instalação.

No entanto, eu não posso falar pelo PMDB. Institucionalmente, fala pelo PMDB o Senador Ney Suassuna.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Mas poderia o assessor de V. Ex<sup>a</sup>, que é altamente competente, ver os nomes que são da mesma comissão e não podem figurar. Conseqüentemente, na hora da leitura, devia ter chamado a atenção para esse ponto.

Perdoe-me V. Ex<sup>a</sup>, porque jamais gosto de debater com V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a intervenção de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Então eu, publicamente, faço um apelo ao Senador Ney Suassuna para que indique os membros do seu Partido para a comissão, porque vou convocar para amanhã reunião da comissão. E, se não for, eu direi as razões ao público por que não foi instalada.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a Medida Provisória nº 241, de 2005, trata de Crédito Extraordinário em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$90,6 milhões, destinado a atender à ajuda humanitária aos países da Ásia atingidos recentemente pelo maremoto, pelo tsunami, no valor de R\$5 milhões, e aos custos com a permanência das tropas brasileiras na Missão de Paz do Haiti, de R\$85,6 milhões; e de Encargos Financeiros da União, destinados à contratação de instituições financeiras para que não haja interrupção no pagamento de benefícios previdenciários e assistenciais e de recebimento das Guias de Previdência Social, GPS, e de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP, no valor de R\$209 milhões.

Os aspectos de relevância e urgência requeridos para edição de medida provisória são claramente atendidos no caso da ajuda humanitária aos países da Ásia que foram flagelados recentemente pelo maremoto, pois diz isso respeito aos gastos do Governo brasileiro com o apoio ao transporte aéreo de medicamentos, alimentos e demais doações por não possuir previsão orçamentária.

A Missão de Estabilização da ONU no Haiti – Minustah, sob o comando militar do Brasil e que conta com a participação de efetivo de diversos países, além do brasileiro, teve início em junho de 2004. Portanto, deveria ter dotação prevista no Projeto de Lei Orçamentária para 2005, o que dispensaria assim o presente crédito extraordinário.

No caso do crédito em favor de Encargos Financeiros da União, da suplementação total, temos:

R\$18 milhões, ou seja 8,6% do total, referindo-se à transferência da dotação constante do orçamento do Fundo Nacional de Assistência Social, o Fnas, a título de implementar, conforme a Exposição de Motivos do Executivo, o processo de centralização, num único órgão, das dotações orçamentárias para a remuneração dessas instituições (financeiras); R\$191 milhões, ou seja, 91,4%, referindo-se à possibilidade de interrupção no pagamento de benefícios previdenciários e assistenciais, diante da existência de dívida acumulada junto à Caixa Econômica Federal e à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, prestadoras de serviços, hoje estimada em cerca de R\$1,3 bilhão, que decorre de sucessivas dotações subestimadas em anos anteriores e suplementadas por meio do envio de projeto de lei ao Congresso Nacional para apreciação sob os ritos do processo legislativo, evidenciando, assim, o real motivo da suplementação; destes, R\$103 milhões para os Agentes Prestadores de Serviços pelo Recolhimento da GPS (Guia de Previdência Social) e da GFIP (FGTS e Informações à Previdência Social) e R\$ 88 milhões para os Agentes Pagadores e de Benefícios Previdenciários.

Os recursos para atendimento do presente crédito extraordinário decorrerão de anulação das dotações específica do “Fundo Nacional de Assistência Social”, constante do órgão orçamentário do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no valor de R\$ 18 milhões, e da Reserva de Contingência, no valor de R\$281,6 milhões.

Sr. Presidente, esta é a explicação, digamos assim, tentativamente técnica do escopo, dos objetivos dessa medida provisória. Fundamental agora é explicarmos por que, Senador Gilberto Mestrinho, na semana passada, não se votou essa medida provisória, obstaculizada que foi essa votação por ação obstructionista legítima, democrática das oposições, e por que hoje se abre espaço para a colaboração das oposições no sentido de votar a matéria.

É que o Senador Antonio Carlos Magalhães vem à tribuna e diz que o Ministro Olívio Dutra foi a Salvador e lá declarou que estava cortando, suspendendo os efeitos do contrato do empréstimo do Banco Mundial com o Governo da Bahia. Abro um parêntese para dizer que esse comportamento para mim é politicamente esquisito, porque não ir lá e não dizer nada é um costume da política da enrolação, enfim, algo que não é saudável, mas não chega a ser estúpido. Mas ir lá para dizer que vai parar de fazer, francamente, é invenção também desta República, como já existem outras – e aí está o mensalão e outros que tais. É coisa nova; é coisa novíssima; é modernidade pura.

Disse o Senador Tasso Jereissati, em seguida, que estava pendente a liberação de recursos para o metrô de Fortaleza. E aí se juntava a Minas Gerais, que aliás é governada por um Prefeito do PT, Sr. Fernando Pimentel. E mais ainda, alertavam os Senadores Marco Maciel, Sérgio Guerra e José Jorge que havia pendências em relação ao metrô de Recife.

Ao mesmo tempo, a todos nos ocorreu algo de meridiana clareza: é injusto, Senador Tião Viana, conceder recursos para vítimas do maremoto, do tsunami, na Ásia? A resposta de qualquer ser humano normal, dotado de coração medianamente bom, é não. A resposta é não. É injusto o Brasil sustentar o seu compromisso com essa missão, que supostamente seria uma missão de paz no Haiti? Coloco em dúvida se isso é prioridade de uma política externa realista, mas, assumido o compromisso, é preciso honrá-lo. Então, não estou questionando a justeza desse compromisso.

O que a todos nos chamou a atenção, Senador Teotônio Vilela – e V. Ex<sup>a</sup> foi um dos que fez isso da maneira mais enfática –, foi que para a calamidade que avassalou o Nordeste recentemente – leiamos cheias e seca – não havia dinheiro. Havia dinheiro para o tsunami, na Ásia; não havia dinheiro para o metrô de cidades nordestinas importantes, com reflexos humanos, sociais e econômicos, porque isso diminui custo de gastos de saúde com a mão-de-obra, aumenta a produtividade da mão-de-obra. Se quisermos ser frios como economistas, vamos lá; se quisermos ser quentes e calorosos como seres humanos, temos todas as razões para entender que é preferível investir nos metrô de Salvador, de Fortaleza, de Recife ao metrô da Venezuela. É preferível. Mas, de qualquer maneira, dinheiro para cá não haveria, e sobraria dinheiro para fins até nobres, mas que não os prioritariamente brasileiros.

Isso tudo causou uma certa revolta no Plenário. Então, nós nos unimos. Não foi uma manifestação das oposições, e sim do Plenário, na sua racionalidade, na sua inteligência, na sua sabedoria. O Plenário, por todos os Partidos, disse: “Não há como se votar isso”. Então, surgiu a intermediação do Senador Aloizio Mercadante, que marcou uma audiência – depois de tratativas com o Senador Sérgio Guerra, que foi o encarregado pelas oposições de cuidar desse assunto – com o Ministro Antonio Palocci. Fomos à audiência, e lá – já foi dito por vários oradores, suponho, mas vou repetir – o Ministro disse que, em 10 dias, depois de algumas reuniões com os Governadores e sobretudo com os Senadores dos Estados atingidos, teria uma proposta para otimizar e viabilizar uma saída para os metrô. E até quinta-feira viria uma resposta, que suponho positiva e sob a forma de uma medida provi-



sória. Já vimos muita tolice transformada em medida provisória. Atender quem é flagelado da seca ou de uma enchente não é futilidade. Então, cabe, sim, uma medida provisória. Entendo que por aí viria a resposta positiva do Ministro Antonio Palocci.

Em face disso e levando-se em conta que temos duas matérias relevantes na pauta – a votação do nome do Dr. Antonio Fernando para a Procuradoria-Geral da República e a votação do Deputado Augusto Nardes para o Tribunal de Contas da União –, entendemos como racional suspendermos a obstrução e dizermos “sim” a essas matérias.

Chegamos a cogitar, nos dias subseqüentes, em função da revolta anterior, a idéia de votarmos contrariamente. Não consigo entender que seja lógico votarmos “não” à confirmação do Brasil a um compromisso internacional, muito menos sermos contrários a uma matéria que envolve ajuda para as vítimas do *tsunami*. Entendo que o voto deve ser favorável. Minha Bancada votará como entender melhor. Votarei favoravelmente. De qualquer maneira, estaremos aqui para garantir o quórum em quaisquer circunstâncias.

Sobretudo, ficou uma certa lição para o Governo. Então, o Governo não tem dinheiro para a seca, para a cheia no Nordeste, mas tem dinheiro para o Presidente Lula continuar em sua campanha pela participação no Conselho de Segurança da ONU. Não sei se essa missão de paz foi a melhor coisa que o Brasil fez. Já começam a morrer soldados brasileiros no Haiti.

Não estou aqui para discutir política externa. Estou aqui, Sr. Presidente, para falar de nossa convicção de que foi muito bom, democrático e legítimo o gesto de interrompermos a votação, semana passada, e forçarmos o Governo ao diálogo.

Cada um usa a arma que tem. Os produtores estão usando as armas que têm. Considero uma insanidade que um Governo, pela sua incompetência, em vez de manter os tratores no campo, traga-os para a Esplanada dos Ministérios. Cada um usa as armas que tem – e também estamos aqui à disposição dos produtores rurais.

Usamos as armas que estavam ao nosso alcance. Essas armas, Sr. Presidente, passavam pelo discurso parlamentar, passavam por um eventual voto “não”, passaram pela obstrução, passaram pela demonstração ao Governo de que não se atropelariam as Oposições aqui, passaram pela convicção de que o Governo tem que olhar para dentro do País, sim. Deve parar com esse sonho insano do tal Conselho Permanente de uma ONU que não existe mais e prestar atenção nos eleitores que tão fartamente votaram em Sua Excelência no Nordeste; nos eleitores que passam fome, que passam necessidades, em um Nordeste abando-

nado e que precisaria ser olhado com prioridade por um Governo que foi tão sufragado pelo sentimento de esperança daquele povo.

Portanto, valeu a lição. Nunca é tarde para aprendermos. O Presidente Lula aprendeu dessa vez, primeiro, que não doma a vontade do Senado; segundo, alguém da imprensa me perguntou ainda há pouco: “Mas é bom dialogar com o Ministro Palocci?” Claro, trata-se de um cavalheiro, trata-se de um homem educado, inteligente, mas não é bonzinho como quando dizem “fulano de tal é tão bonzinho...”

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – O Ministro Palocci – já concluo, Sr. Presidente – entendeu, sim, a necessidade de dialogar com uma força política organizada aqui no Senado, que estava disposta a obstaculizar, sim, essa e qualquer outra votação para chamar a atenção para dramas do povo brasileiro, para o cotidiano da nossa gente.

Portanto, é com muito alegria que, pessoalmente, votarei “sim”, liberando a minha Bancada. E é com muita alegria que digo do acerto da pressão – pressão legítima, democrática – para que o Governo acordasse e percebesse que não existe só ONU na vida; mais do que ONU, existe Nordeste, Norte, Centro-Oeste, há populações periféricas, populações que têm sido massacradas pelos séculos, populações que exigem que homens públicos se disponham a falar por elas. Foi o que fizemos na semana passada. E, em nome do atendimento do pleito a elas, estamos agora dizendo que podemos aprovar, sim, uma matéria que interessa um pouco, diante de uma outra que será atendida pelo Ministro Palocci – é o seu compromisso –, que interessa muito aos cidadãos desvalidos e às populações menos privilegiadas deste País, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Para discutir, concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, depois dos discursos do Líder do meu Partido, Senador José Agripino, e do Senador Arthur Virgílio, eu estaria dispensado tal a forma completa com que ambos, principalmente o Senador José Agripino, colocaram a nossa posição. Poderia dizer que S. Ex<sup>a</sup> traduziu o pensamento nosso, do Partido e da opinião pública dos nossos Estados.

O Líder Aloizio Mercadante entendeu por bem realizar uma reunião de Senadores do Norte e do Nordeste com o Ministro Palocci. Fizemos a reunião no



dia de hoje. Se eu disser que saí totalmente satisfeito, não estou dizendo a verdade, mas senti um interesse do Ministro em encontrar uma solução real, não uma solução ideal, para o problema não só do metrô como da seca e das enchentes nas nossas Regiões.

O Ministro Antonio Palocci assegurou que tratará desse assunto na próxima semana com Senadores dos Estados, Governador e, onde a Prefeitura for parte, o Prefeito; estudará uma forma de atingir os objetivos no prazo máximo de três anos, levando em conta que poderá utilizar o PPI para dar os recursos suficientes para essas obras, principalmente a do metrô; e fará uma avaliação em relação às enchentes até a próxima quinta-feira.

Sr. Presidente, quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que o Ministro acredita que tem dificuldades para atender, mas declarou que está disposto, ainda este ano, a alocar verbas para os metrôs de Fortaleza, Salvador, Minas Gerais e Pernambuco. Isso realmente é uma posição boa. S. Ex<sup>a</sup> não diz que resolverá o problema este ano, mas diz que o fará no período que for possível – no máximo em três anos – e que também os Governos colaborarão nessas obras, fazendo aquilo que é real e não o ideal.

Isso significa, no caso de Fortaleza, por exemplo, onde há duas linhas, que se marcharia para resolver o problema de uma linha, a principal, alocando os recursos todos ali. Se um dia for possível resolver a outra linha, isso será feito.

Na Bahia ele pede um remanejamento do Orçamento, tendo em vista que o Governo do Estado, a Prefeitura e o Governo Federal aumentaram os recursos em cerca de US\$100 milhões. Ora, se isso não nos satisfaz, entretanto, já ajuda bastante a população mais pobre do Brasil.

Quero dizer que essa é a política certa; não a de créditos que às vezes não são corretos, e muito menos a de se fornecerem recursos para outros países, deixando de cuidar da pobreza nacional.

Penso que todos são humanos e todos querem ajudar o Haiti. Mas aí há uma coincidência entre nós e a Esquerda mais radical: ambos somos contra as tropas no Haiti, ambos somos contra os recursos para o Haiti. Conseqüentemente, não acho certo jogar dinheiro no Haiti, no Paraguai, na Venezuela de Chávez, em outros países, em razão da política de querer, de qualquer maneira, chegar ao Conselho de Segurança Nacional, para, lá chegando, não termos uma voz tão alta quanto à dos países que lá já se encontram. Portanto, vamos cuidar do País. Essa é a nossa tese e deve ser a de todos os Srs Senadores.

Estou convencido também de que todos os Senadores dos outros Estados do Brasil poderão ter

entendimentos com o Ministro Palocci em relação a determinadas obras, que não são um favor, mas uma obrigação do Governo.

Como também reclamamos, ou eu reclamei, quanto a verbas pessoais. Não vamos aceitar que determinados grupos tenham verbas liberadas e outros não. Eu, de minha parte, não quero ter. Não querendo, estou à vontade para dizer que ninguém deve ter. Se a situação do País é grave, não se pode favorecer a este e não se favorecer àquele. Todos, em seus Estados, têm necessidades.

Esse foi um ponto tratado, como também o foi, de uma forma muito séria, o problema das enchentes, principalmente em Pernambuco, Alagoas e parte da Bahia.

Se essa audiência não foi a ideal, foi a possível, e, sendo assim, já é alguma coisa, porque tratamos com dois homens de bem do Governo, o que não é muito comum encontrarmos apenas em um Ministério: o ex-Ministro Murilo Portugal e o Ministro Antonio Palocci.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Já estou concluindo, Sr. Presidente.

Não devo estender-me. Preferia não tratar deste assunto – talvez não deva fazê-lo –, da exclusão de alguns peemedebistas que poderiam sempre iluminar os nossos caminhos nas Comissões, seja de inquérito, seja de Liderança. Contudo, esse problema não pertence a mim, mas aos outros Partidos. Provavelmente, os peemedebistas devem pensar a mesma coisa em relação ao meu Partido.

Estou absolutamente certo de que as melhores figuras do Senado tratarão desses assuntos no Ministério da Fazenda, onde acredito que haja alguém que mande. Tenho a impressão de que, quando o Ministro Antonio Palocci trata, a palavra vale, o que não acontece em quase todos os Ministérios do Governo do Presidente Lula.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Para discutir, concedo a palavra à nobre Senadora Heloísa Helena.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, estamos aqui votando uma medida provisória que abre crédito extraordinário para o Ministério da Defesa e para encargos financeiros da União no valor de, praticamente, R\$300 milhões.

Claro que todos sabemos que o dinheiro já foi liberado, porque medida provisória tem eficácia imediata. Então, ficamos aqui cumprindo o nosso papel, não apenas exercitando o **jus sperniandi**, resmungando, fazendo as críticas construtivas para que, no futuro, isso não volte a ser estabelecido. De fato, é isso. A medida provisória, de eficácia imediata, já se consolidou.

Portanto, os R\$17 milhões que eram do Programa de Combate à Fome; os R\$17 milhões que eram do Fundo Nacional de Assistência Social, esses já foram retirados para, juntamente com a reserva de contingência, inviabilizar os interesses das instituições oficiais de crédito, para variar.

Como socialistas, Senador Geraldo Mesquita, é claro que somos também internacionalistas. Assim sendo, somos solidários a quem quer que esteja sofrendo. Somos absolutamente solidários também às vítimas dos países da Ásia atingidos pelo maremoto, absolutamente solidários. Tenho muitos amigos na Indonésia, na Tailândia. Eu sei da dor e do sofrimento desses militantes, inclusive da esquerda socialista. Muitas das organizações socialistas que lá estão fizeram campanhas de ajuda humanitária também nesses países.

A questão do Haiti é outra. Sabemos todos nós que, de fato, a cobertura de custos para uma participação brasileira, supostamente em nome de uma missão de paz, nada mais foi do que o medíocre interesse do Governo brasileiro em ajudar a financiar e a legitimar o golpe dos Estados Unidos contra o Haiti.

Mas existe algo essencial que devemos deixar estabelecido aqui, além do recurso maior de R\$208 milhões, para os senhores parasitas sem pátria, que alguns chamam de banqueiros, a turma do capital financeiro, que é esse restante do dinheiro para ajuda humanitária. É evidente que nós nos sentimos, Senador Gilberto Mestrinho, às vezes, constrangidos em ficar todo o tempo falando sobre isso. Não significa um desprezo pelos pobres, oprimidos, marginalizados, vítimas de tragédias tão grandes, como a dos países da Ásia. Não significa um menosprezo a sua dor. Mas, o Governo perde a autoridade moral de fazer qualquer discurso humanitário, supostamente humanitário, quando não tem a sensibilidade necessária para olhar a dor, o desemprego, a miséria, o sofrimento aqui no nosso País.

A situação de Alagoas chega a ser um vexame. O Senador Teotonio Vilela Filho e eu resmungávamos há pouco sobre isso. Chega a ser uma infâmia a forma como o Governo Federal trata Alagoas.

Senador Gilberto Mestrinho, uma parte de Alagoas, no sertão e no agreste, como sempre, é tomada pelo problema grave da seca. A última enchente, há mais ou menos um ano, destruiu adutoras, barreiros,

reservatórios de água. Foi um problema muito grave. O Governo Federal não disponibilizou uma única migalha para recuperação das obras de infra-estrutura que preparariam o sertão de Alagoas para um período maior de seca. Os Senadores Alberto Silva e Mão Santa já discursaram diversas vezes sobre isso.

O problema do Nordeste não é falta de chuva, porque no Nordeste chove, no semi-árido nordestino chove. O problema é que não há reservatórios para o armazenamento da água e não existe disponibilidade de recursos de infra-estrutura, de tecnologia, para dinamização da economia local com pequenos projetos de infra-estrutura, pequenos projetos de irrigação, baixo custo, alta tecnologia, pouca água para viabilizar isso. O Governo faz infâmia com Alagoas.

Na parte da seca, não disponibilizaram nenhuma cesta básica. Nem as migalhas que caem do banquete podre e farto que o Governo disponibiliza para os banqueiros foram distribuídas para Alagoas. As migalhas que nós, ao longo da nossa história, combatemos com veemência, como carro-pipa, cesta básica, muitas vezes são instrumentos que acabam sendo manipulados, de forma cruel e perversa, pelas oligarquias regionais, pelos políticos safados da região.

Mas sabemos o quanto isso é essencial. Uma mãe de família que está morrendo de fome não pode esperar nem a justiça social da democracia, nem a justiça social da revolução socialista. Ela não pode esperar. Ela precisa. Ela não pode esperar o projeto de infra-estrutura, ela não pode esperar que o feijão cresça. Ela não pode esperar. Ela precisa da estrutura mínima da cesta básica e do carro-pipa, que, às vezes, sabemos o que significa. Às vezes, o carro-pipa é alugado por muitos políticos para ganharem dinheiro à custa da sede dessas populações, a água é de baixa qualidade.

O que foi que o Governo fez, Senador Ney Suaesuna, o seu Governo? Quis criar um acordo para que a família pobre, que estava cadastrada na outra migalha do Bolsa Família, não pudesse se cadastrar para a cesta básica. O que a família fez? Ela fez a conta e viu que as três ou as duas pessoas que ela tinha em casa, cadastradas no Bolsa Família, qualquer uma que fosse, não recebiam o suficiente para comprar todos os alimentos da cesta básica. Ela foi para a Prefeitura e disse: "Prefeita ou Prefeito, me descadastre, me credencie das bolsas para que eu possa ter acesso à cesta básica". Então, não fizeram nada, nem disponibilizaram recursos previstos no Orçamento, alocados pela Bancada para obras de infra-estrutura importantes. Não fizeram nada, nem cesta básica, nem carro-pipa.

Como se não bastassem a insensibilidade e o desrespeito com o povo de Alagoas, uma outra área

de Alagoas do Baixo São Francisco, que tem um restinho de rio em algumas partes do sertão, na foz do rio, teve um problema muito grave: uma enchente. Houve inundação de várias cidades. Feliz Deserto, por exemplo, perdeu praticamente 70% de suas casas, assim como várias outras cidades. Essa situação é absurda. Há o mesmo protocolo, a mesma burocracia, a mesma sem-vergonhice para não viabilizar a liberação dos recursos.

Portanto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, fica aqui a minha declaração de amor mais sincera a todas as vítimas do maremoto, a todos os países da Ásia, a todas as mulheres, aos homens e às crianças que passam por situações absolutamente adversas, tristes e constrangedoras. Sabemos o que é uma guerra. Uma guerra são mulheres pobres estupradas por fuzil; crianças pobres assassinadas da forma mais perversa; gerações inteiras aniquiladas.

Mas isto é inadmissível! Se o recurso fosse apenas para as vítimas do maremoto e para os pobres do Haiti, mesmo com essa legitimação de golpismo americano... Mas não é isso. Para onde vão esses R\$208 milhões? Para encher a pança dos banqueiros e para viabilizar os interesses dos parasitas sem pátria do capital financeiro: 49% para os bancos públicos, que também ganham com essa política econômica, com o aprofundamento do projeto neoliberal, que também lucram quando o Governo legitima a verborragia da patifaria neoliberal; 51% para os bancos privados continuarem ganhando muito e continuarem se lambuzando no banquete farto do poder, com esse tipo de política econômica.

Então, fica apenas o que nos resta fazer: o nosso protesto e o nosso apelo para que o Governo Federal tenha sensibilidade e, como dizia Dom Pedro Casaldáliga – já falei aqui –, ética na política. Ética na política é vergonha na cara e amor no coração. Portanto, tenham vergonha na cara e amor no coração e ajudem os pobres e oprimidos não apenas da minha querida Alagoas – é verdade –, mas do Brasil, para que tenham autoridade moral para olhar para eles.

Olhamos para os pobres e oprimidos de outros países por amor, por espírito socialista e por solidariedade cristã. Entretanto, muitos olham simplesmente como mecanismo fraudulento para conquistar assento em qualquer desses organismos internacionais.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Heloísa Helena.

Para discutir, concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>

e Srs. Senadores, primeiramente, solidarizo-me com os agricultores brasileiros que se encontram hoje em Brasília para ver atendidas as suas reivindicações. Esses produtores que aqui estão representam o Brasil que dá certo, longe da corrupção, que produz, que trabalha e que gera riquezas.

Portanto, nós que representamos uma região produtiva esperamos que as reivindicações que tivemos a oportunidade de levar para o Presidente Lula na quinta-feira sejam atendidas, para que esses produtores possam voltar para suas terras, plantar e novamente ajudar a equilibrar a balança comercial.

Sr. Presidente, o que me traz aqui é o encaminhamento do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005. Todos já disseram que esse projeto de lei de conversão abre um crédito extraordinário em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Justiça e da Defesa e dos encargos financeiros da União, no valor de R\$299.594.749,00.

O crédito atenderá, como já foi dito por vários Senadores, aos custos com a permanência das tropas brasileiras na missão de paz do Haiti. Servirá para cobrir os gastos do Governo brasileiro referentes à ajuda humanitária aos países atingidos por *tsunamis*. Possibilitará a contratação de instituições financeiras para que não haja interrupção no pagamento de benefícios previdenciários e assistenciais. Implementará o processo de centralização das dotações orçamentárias para a remuneração das instituições assistenciais acima mencionadas, com o objetivo de facilitar e reduzir os custos dessas operações.

Como todos podem ver, esta medida provisória tem uma importância social muito grande, tem um caráter humanitário indiscutível, conforme disseram vários Senadores que me antecederam. Nenhum de nós estamos defendendo que esta medida provisória não seja aprovada. Pelo contrário, entendemos que ela precisa ser aprovada, por se tratar de uma ajuda humanitária importantíssima. Mas aproveitamos a oportunidade para chamar atenção do Governo para aquilo que temos cansado de alertar, durante este ano e o ano que passou, em relação aos problemas sociais do nosso País.

Temos um quadro difícil de seca, de enchentes no Nordeste. Vemos nossos irmãos brasileiros passando fome e dificuldades. Temos um quadro deprimente de jovens que, a cada dia, são mortos nas ruas das grandes capitais, nas regiões metropolitanas, sem que haja uma ação efetiva do Governo, no sentido de minimizar, pelo menos, esses problemas. Somos todo dia surpreendidos com as manchetes dos jornais, mostrando a dificuldade das nossas crianças em relação ao trabalho infantil, e as vemos ainda prejudicadas nos trabalhos

degradantes, nos trabalhos que afetam sua saúde. No entanto, não vemos o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil ser estendido a essas crianças. Pelo contrário, muitas vezes, vemos esses programas passarem por contingenciamento de recursos, numa total insensibilidade do Governo.

Portanto, desejamos chamar a atenção para esse problema e dizer que, assim como falou a Senadora Heloísa Helena, não poderíamos deixar de ser solidários a uma causa tão importante como essa. Ao mesmo tempo, reforçamos a nossa indignação com o Governo brasileiro em relação aos problemas sociais do nosso País.

Solidarizo-me com os Senadores da Bahia, do Ceará, de Recife, que também se referem à importância dos metrô desses Estados, uma vez que esse meio de transporte é fundamental para o trabalhador, aquele que levanta tão cedo e que, muitas vezes, tem que se privar do convívio da família pela dificuldade de transporte.

Portanto, é justo que nós, que fazemos parte da Oposição, utilizemos o instrumento de que dispomos, que é a obstrução, a fim de alertar e sensibilizar o Governo para os problemas que afligem o povo brasileiro.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Para discutir, concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de até dez minutos.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, Senadoras e Senadores, brasileiras e brasileiros, já que a modelagem tem sido os Estados Unidos, busco aquele presidente que deixou uma mensagem, Senadora Heloísa Helena, para a economia. Por isso, Senador Gilberto Mestrinho, os Estados Unidos são um país rico e forte. Abraham Lincoln disse: não baseie sua prosperidade em dinheiro emprestado.

Senador José Sarney, eu me lembro de um Governador do Piauí que foi Senador e que tombou nesta tribuna: Dirceu Arcoverde. Certa vez, eu estava com ele na Praça Nossa Senhora da Graça, em Parnaíba, enquanto esperava uma solenidade, e ele perguntou que reforma era no edifício. Respondi: “É o Banco do Nordeste”. Dirceu Arcoverde, que tombou nesta tribuna, disse: “Mão Santa, não gosto nem de passar na calçada de um Banco”.

Senador Renan Calheiros, faço minhas as palavras de sua companheira, guerreira – o termo já foi utilizado –, a Senadora Heloísa Helena, quanto à solidariedade. O dinheiro para ser emprestado em

solidariedade às vítimas do maremoto e àqueles que sofrem com a guerra, embora o povo sofrido do Piauí, Senador Alberto Silva e Senador Heráclito Fortes, vítima da última enchente, ainda ocupe os complexos esportivos que construímos. Este Governo os abandonou. E lá é PT total, porque é o Governador e é o Presidente Lula.

Mas, Senador Alberto Silva, aprendi os números com V. Ex<sup>a</sup>, que, além de grande engenheiro, foi professor de Matemática. Quando vejo aqui – e somos contra medida provisória, Senador José Sarney – o número desta, que já é a de número 241, isso é uma vergonha! Senador Renan Calheiros, nossa Constituição, que aqui foi beijada por Ulysses Guimarães, possui 250 artigos. Está empatando, pois já são 241 medidas provisórias. Vão engolir a Constituição.

Meu repúdio é que, dessa dinheirama, 70%, Senador Alberto Silva, vai para agente financeiro, para banqueiro. Senadora Heloísa Helena, vamos modificar seu discurso, de dizer que é para engordar a pança de banqueiro. A pança já estourou! Sou médico. Não tem pança que agüente tanto dinheiro desavergonhado que estamos pagando. Vamos modificar. Atentai bem, Senadora Heloísa Helena!

Senador Alberto Silva, passei a noite estudando Adam Smith, autor de **A Riqueza das Nações**. E isso é para presentear o pessoal do PT. O Senador Geraldo Mesquita Júnior não vai mais, mas o Senador Eduardo Suplicy poderia levar esse livro para o Presidente Lula se orientar.

O Brasil pagou, em juros, no mês de maio, mês de Maria, do amor, R\$13,7 bilhões. A continuar nesse ritmo, em 2005, só de juros, pagaremos R\$164 bilhões. Não sei nem escrever esse número. É número demais, é tanto zero que fica difícil até de entender a dimensão dessa fortuna. É zero, é zero, é zero ao infinito: R\$164 bilhões. Vamos tentar entender: pagar R\$13,7 bilhões, Senador Renan Calheiros, de juros ao mês, é o mesmo que...

Atentai bem, brasileiras e brasileiros, esses trafores que aí estão não deveriam estar parados, deveriam colocar uma primeira e avançar em cima dos banqueiros. Pois isso significa pagar R\$685.550.000,00 por dia útil. E quando eu me lembro, Senador Alberto Silva, que com R\$30 milhões V. Ex<sup>a</sup> concluiria o Porto de Luiz Correia, em nosso Piauí!...

Senadora Heloísa Helena, pedi R\$60 mil para o ambulatório do Piauí. Só funcionou o ambulatório, o hospital está parado.

Ou pagar R\$28.564.583,00 por hora!

Atentai bem, Senadoras e Senadores, brasileiras e brasileiros. Como dizia o Professor Sarney, brasileiros e brasileiras! Ele falava assim. Olhai o relógio, um



minuto, Senador Mestrinho, que devia ser chamado de “mestrão”, já que a Amazônia é grande, e ele é grandioso.

Senadora Heloísa Helena, em um minuto, o Brasil paga R\$476.076,00. Acabou, Senador Efraim. Em um minuto, quase R\$500 mil aos banqueiros. Esse Meirelles é um vencedor, é um herói! Está aí, vitorioso. Ganhou de Rothschild, o maior banqueiro da história do mundo. Atentai bem! Ele é vencedor, e nós somos sofrendores, os miseráveis.

Senadora Patrícia, R\$476 mil por minuto. Acabou. Por minuto! Vamos arredondar: R\$500 mil minuto. Ou, ainda, por segundo, R\$7.934,60. É isso! Aí está o Presidente José Sarney, que enfrentou, e não pagamos isso tudo. Aliás, Presidente José Sarney, a história pode se repetir. A Polônia, de João de Deus, que foi para o céu, escolheu um operário, e ele teve a nobreza e a grandeza de ver que não entendia. Foi buscar um intelectual. Que Lula se espelhe nele, e vá buscar o nosso Presidente José Sarney. São R\$7.934,00, por segundo; R\$500 mil, por minuto. É por isso que não há recursos, Senadora Heloísa Helena, para a saúde, para o saneamento básico, para aumentar o salário dos militares, e para as suas estradas, Senador Alberto Silva.

O Senador Alberto Silva é realmente entendedor de estradas. E eu me lembro quando, em 1994, fazíamos a nossa campanha. Senadora Heloísa Helena, comício só presta quando tem bêbado. E nesse tinha um bêbado e estava chovendo. Eu era candidato a Governador. O bêbado chegou, olhou para Albertinho e disse: “É o rei da estrada”. Alberto Silva tem uma proposta. O rei da estrada tem a proposta de consertar os buracos das estradas do Brasil.<sup>4</sup> Mas o dinheiro vai para os banqueiros, vai para Meirelles. S. Ex<sup>a</sup> deu um título ao Brasil, é maior do que Rothschild. É o maior banqueiro que conseguiu fazer essa enrolada e levar o dinheiro todo do Brasil, com os tratores aí.

Lula não sabe. Presidente, tente aí escrever R\$3,7 bilhões. Vai ter dificuldades. São tantos zeros! Tenho também. Atentem bem, para que serve o dinheiro no Brasil? Juros para os banqueiros. Para aqueles de que fala a Senadora Heloísa Helena. A pança deles já estourou. S. Ex<sup>a</sup> fala deles, de seu dinheiro. Serve para a publicidade, para a propaganda. Aí tem! Mais para quê? Presidente Renan Calheiros, para onde vai esse dinheiro todo? Para pagar banqueiro, para a publicidade desavergonhada da Petrobras, etc, e para o Governo, para o mensalão e os corruptos que estão aí a envergonhar a nossa Pátria. O meu voto é contra, mas a favor da vergonha na cara e do amor no coração, do qual a Senadora Heloísa Helena falou.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiro. PMDB – AL) – Para discutir, concedo a palavra ao Senador Efraim Morais.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, queria rapidamente me posicionar em relação a essa medida provisória. Como bem disse a Senadora Heloísa Helena, o dinheiro já foi, já pagaram a quem de direito, lembrando que o Governo assinou essa medida provisória no início de 2005, exatamente no momento em que nós completávamos um ano do inverno de 2004, quando o Nordeste foi altamente atingido.

No caso do meu Estado, a Paraíba, o País tomou conhecimento de uma barragem que cedeu, que foi arrombada pelo excesso de chuvas e pela má execução feita naquela barragem, que tinha o nome de Barra do Camará.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, à época em que cedeu, a barragem destruiu uma cidade inteira, a cidade de Alagoa Grande, no brejo paraibano, além de ter atingido outras cidades como Mulungu, Alagoinha, Gurinhém, entre outras que foram atingidas por aquele desastre da construção civil.

O Governo prometeu a recuperação da barragem e das cidades que foram destruídas, Alagoa Grande, onde famílias inteiras perderam casas, tiveram negócios destruídos – houve aproximadamente dez mortes naquela cidade. Em outras cidades da Paraíba, ainda em 2004, como Alagoa Grande, que já citei, Mulungu, Gurinhém, Santa Luzia, João Pessoa, Campina Grande, entre tantas que tiveram dezenas, centenas e milhares de casas destruídas. O Governo, que sobrevoou, mandou os seus Ministros para a Paraíba; chegaram prometendo recursos, mandaram fazer planos de trabalho. Planos de trabalho foram feitos pelo Governo do Estado, Prefeituras, Defesa Civil e Governo Federal, mas, lamentavelmente, os recursos não chegaram à Paraíba. Propagandas muitas do Governo Federal, promessas muitas, mas, como vem fazendo este Governo, execução zero.

Ouvi bem as palavras do Senador Antonio Carlos Magalhães, quando dizia dos recursos que este Governo gosta de mandar para o exterior. Atende Venezuela, Paraguai, Bolívia. Perdoou dívida da Bolívia, hoje está aí o gás, caríssimo, chegando ao nosso País, mas o Governo perdoou os recursos da Bolívia, os da Venezuela, os do Paraguai, mandou para tudo que era país circunvizinho os recursos que não resolveram os problemas das residências destruídas, da miséria, da fome na hora da seca e da enchente. E, lamentavelmente, está aí o povo nordestino – em especial – totalmente abandonado por este Governo.

Mas vamos esquecer um pouco, Senadora Heloísa Helena, como nós, nordestinos, que temos um coração enorme, nos esquecemos com facilidade essas ações que deixam de ser realizadas por vários Governos, e vamos chegar ao agora, recentemente. O litoral do meu Estado está sendo atingido por fortes chuvas, e essas chuvas chegaram até o brejo paraibano, e lá, na cidade de Guarabira, dezenas de casa foram destruídas, e nenhuma ação do Governo, o que significa dizer que o Governo não está preocupado com nada que acontece no País.

Então, nesta medida provisória sem dúvida existe o lado humanitário do Haiti, mas, por outro lado, Senador Alberto Silva, o Haiti é aqui. Nós estamos numa situação vergonhosa. O Governo abandonou, de uma vez por todos, o social, o Governo não tem preocupação com as estradas do País, não se preocupa com o povo que mais precisa, que é o povo nordestino. O discurso é bonito e, mesmo agora, quando se encontra acuado, na hora em que a vergonha cai sobre este Governo, em que o pano preto está em cima do PT e do Governo, o próprio Presidente Lula e os seus Ministros entendem que o Nordeste tem que ficar mais uma vez esquecido.

O Governo sabe, o PT sabe, o Brasil inteiro sabe que faço Oposição. Agora, fui eleito pelo voto dos paraibanos. Sou Senador da República graças aos votos que recebi dos paraibanos. E faço um apelo, como homem de Oposição, mas como representante do povo, para que, pelo amor de Deus, o Governo tenha vergonha e pense em resolver os problemas do País, do Brasil, para poder fazer política externa, ser bonzinho no exterior, como disse o próprio Deputado Roberto Jefferson, que mencionou que Sua Excelência estava fazendo política no exterior. Um aliado dele que denunciou!

Daí o apelo que fazemos, em nome da Paraíba, dos paraibanos: que o Governo pense duas vezes, que antes de resolver o problema do exterior, pense nos problemas da Paraíba, de Alagoas, da Bahia, do Ceará, do Brasil de uma forma geral. Este é o apelo que fazemos.

Vamos votar contra em nome dos paraibanos. Vamos votar contra porque entendemos que há muito o que ser feito neste País, para se brincar de atender a outros países, a outras regiões. Se o Governo estivesse fazendo o seu dever de casa, nós estaríamos aqui aplaudindo essa posição. Mas o Governo não faz o dever de casa. O Governo não gosta do povo brasileiro. O Governo, que tem raízes no Nordeste, não tolera o povo nordestino, lamentavelmente.

Está aí mais uma posição que nós, brasileiros, em particular os nordestinos, não aceitamos. Daí deixo

o meu apelo ao Governo Federal: chega de migalhas, chega de enganação, porque o povo brasileiro sabe o suficiente da incompetência do Governo do Presidente Lula, o Governo do PT.

Lamentavelmente, o Brasil, que se encheu de esperança, vive hoje um momento de decepção, de tristeza e de descrédito. Para completar, veio o Governo, que não atende o povo, que não tem preocupação com os mais pobres ou com os nordestinos, para manter a sua posição, a sua maioria, alugando bancadas inteiras, distribuindo o mensalão, em vez de distribuir emprego e, acima de tudo, uma política social justa, principalmente para os irmãos nordestinos.

Portanto, votarei contra, em protesto; contra porque estou votando a favor do nosso Nordeste, a favor da minha Paraíba.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Antes de conceder a palavra ao próximo orador inscrito, eu gostaria de lembrar à Casa que teremos muitas votações nominais. Temos sobre a mesa, aguardando votação, o nome de trinta Srs. Embaixadores e três autoridades. Portanto, desde já, faço um apelo às Sr<sup>as</sup> e aos Srs Senadores que se encontram em outras dependências da Casa para que venham ao plenário, porque vamos começar as votações nominais.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra, pela ordem.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, colabore com o apelo de V. Ex<sup>a</sup>, tendo em vista que a CPMI dos Correios teve as atividades suspensas, mas ainda há dois depoimentos para a noite longa de hoje. Então seria muito importante que pudéssemos ser bastante objetivos e encaminharmos as votações.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quantos oradores ainda estão escritos?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Para discutir, vou conceder a palavra ao último orador inscrito, o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PSOL – AC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Renan Calheiros.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a Senadora Heloísa Helena, ao discursar há pouco, falou de algo que nos incomoda muito. Esta medida já se efetivou. Não é, Senadora? Isso nos deixa com cara de besta aqui nesta Casa.

Por sinal, em uma das últimas sessões do ano passado, o ilustre Senador Aloizio Mercadante trouxe um levantamento criteriosamente feito acerca das medidas provisórias que tramitam nesta Casa e exibiu as conclusões. Segundo o relatório que chegou às mãos do Senador Aloizio Mercadante naquela oportunidade, mais de 50% das medidas provisórias que tramitam nesta Casa não apresentam, nem apresentavam os requisitos constitucionais básicos de relevância e urgência. Aplaudi e festejei, naquela oportunidade, a postura do Senador Aloizio Mercadante porque pensei que a coisa mudaria, e essa sensação de fazer papel de besta acabaria, ou pelo menos seria minimizada ao máximo. Mas nada aconteceu. Estamos aí sendo torpedeados, bombardeados, por medida provisória.

Esta aqui é mais uma: vítimas do maremoto. Repito: a Senadora Heloísa Helena, em boa hora, falou por todos. Quem pode ser contra uma ajuda humanitária àquelas pessoas que sofreram tanto, famílias que ficaram ao relento? Concordo, concordo.

E Haiti, Senadora Heloísa Helena? Dentro de Alagoas tem um Haiti ou dois; no Acre, um ou dois Haitis, o Nordeste está cheio de Haitis.

Eu fui dos Senadores que votaram contra o envio das tropas ao Haiti. E está se confirmando aquilo que temíamos. As nossas tropas no Haiti estão fazendo papel de polícia, talvez reprimindo movimentos sociais no país, em um ato de intervenção absolutamente censurável e reprovável. Eu seria de uma incoerência incrível se aprovasse aqui recursos para a manutenção daquelas tropas. Eu quero é que elas vão embora. Se o dinheiro for para custear a retirada das tropas e a vinda para o País, eu aprovaria. Mas como sei que não, estou aqui coerentemente anunciando que votarei contra.

Haiti, tem neste País inteiro, Senador Mão Santa! Um monte de Haiti. Nós deveríamos nos voltar para ele. Lá na minha terra, no Estado do Acre, esse dinheiro faria uma festa. Ali, por muito menos que isso, populações inteiras do interior seriam assistidas; o seu padrão de vida melhoraria bastante; populações que vivem na zona rural, isoladas, sem ramais, sem estradas vicinais, com uma dinheirama dessa aqui, V. Ex<sup>a</sup> sabe a festa que seria, não é?

Agora, sobretudo, a “banqueirada”... Se outra razão não tivesse aqui, Senador Mão Santa, estão aqui as digitais daquilo que eu chamo da grande corrupção brasileira: o pagamento à “banqueirada” nacional e internacional. Essas ratazanas que estão sugando o sangue dos brasileiros. Isso aqui é o epicentro da nossa corrupção. Tudo o mais é derivativo; inclusive o mensalão, Senador Mão Santa. Eu falei isso aqui on-

tem. O mensalão é derivativo. Ele é pago àqueles que coonestam, avalizam essa grande corrupção.

Então, por todas as razões, principalmente por essa, eu estou aqui anunciando o meu voto contra esta medida provisória.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – Permite-me um aparte, Senador?

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Com o maior prazer, Senador Alvaro Dias.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, V. Ex<sup>a</sup> tem razão. Eu apresento três conclusões indiscutíveis. A primeira: esta operação militar brasileira no Haiti já custou R\$340 milhões à União, no período 2004/2005. A segunda conclusão é que o custo total, agora divulgado, é mais que o dobro que o inicialmente previsto para a operação, R\$153,9 milhões. Terceira conclusão: a missão que deveria demorar apenas seis meses, conforme argumentava antes o Governo Federal para ter os recursos que o Congresso aprovou, já foi prorrogada por duas vezes. E agora já não há mais previsão oficial para o Brasil deixar o Haiti. Portanto, ninguém nos garante que daqui a algum tempo estaremos aqui votando uma nova solicitação do Governo, com o aporte de mais recursos para manutenção das tropas brasileiras no Haiti. V. Ex<sup>a</sup> tem toda a razão na argumentação que oferece ao Senado Federal para nossa reflexão.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias, pelo seu aparte.

Para concluir, há uma última razão que me leva a votar contra esta medida provisória: tenho dito aqui e assumo a tese, a postura de que este Governo está sob intensa suspeição, Senador Alvaro Dias. Transferência de recursos para a “banqueirada”, nessa altura do campeonato, com o País envolto nesta crise moral, ética, política, que estamos vivendo, é inadmissível. Este Governo está sob intensa suspeição e prego a necessidade de o Governo se voltar ao feijão-com-arroz simplesmente; parar de propor medidas como essas que autorizam qualquer um de nós, qualquer brasileiro supor, quem sabe, que parte dessa dinheirama não seja para alimentar os mensalões da vida. Eu não sei. Quem sabe?, Senador Mão Santa, nessa altura do campeonato?

Para fechar, eu diria aquilo que a garotada diz hoje: banqueiro, na-na-ni-na-não, Senador Mão Santa. Vou ficar aqui com aquele mantra que V. Ex<sup>a</sup> repetiu e me deu uma cópia, para ficar martelando em nossa cabeça e na cabeça de todo brasileiro. Isso é um mantra que temos de ficar repetindo, toda hora, Senador Mão Santa, para ver se acordamos e chegamos à conclusão do desastre que estamos cometendo neste País.



Vou repetir o que V. Ex<sup>a</sup> disse, em boa hora: pagamos R\$ 685 milhões e 550 mil por dia útil isso foi pago no mês de maio, para as ratazanas, para a “banqueirada” ; R\$ 28 milhões, 564 mil e 583 por hora, Senador Mão Santa; R\$ 476 mil e 76 por minuto – inacreditável ; e R\$ 7.934,60 por segundo. Esse negócio de centavos é coisa de banqueiro, Senadora Heloísa Helena. A ajuda às vítimas do *tsunami* deve ser uma quantia redonda e a do Haiti também deve ser um valor redondo, mas, para a “banqueirada”... A “banqueirada” gosta de tirar até os centavos, Senador Mão Santa. Então, esses 60 centavos é coisa de banqueiro, mesmo. É aquilo usado para “ferrar com a gente”, para mostrar que é tudo mesmo. É uma gulodice, é uma coisa inaceitável. Não podemos admitir.

Por isso, meu voto será absolutamente contrário a essa medida provisória.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Jonas Pinheiro.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 723, DE 2005**

##### **Preferência para projeto a fim de ser votado antes do Substitutivo.**

Nos termos do art. 300, incisos XIII e 311, III, do Regimento Interno, requeiro preferência para a MP nº 241/2005 a fim de ser submetido à apreciação do Plenário antes do PLV nº 14/2005.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2005. – **Máximo Vilela.**

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento de preferência de votação da medida provisória, a fim de ser apreciada pelo Plenário, antes do projeto de lei de conversão.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se, portanto, à votação da medida provisória, sem prejuízo das emendas.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada, contra os votos dos Senadores Antonio Carlos Magalhães, César Borges e Efraim Morais.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço verificação. Vamos votar, porque o acordo é para votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Senador José Jorge pede verificação, com apoio do Senador Geraldo Mesquita Júnior, da Senadora Heloísa Helena e do Senador Heráclito Fortes.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vamos proceder, portanto, à verificação.

Informo à Casa que haverá pelo menos seis votações nominais. Renovo o apelo para que as Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que se encontram em outras dependências da Casa compareçam ao plenário.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge, para encaminhar a votação.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, demos o voto “não” a esse projeto. Na realidade, não fizemos acordo para votar “sim” a esse projeto, mas para não obstruir e não estamos obstruindo; estamos apenas votando.

Então, peço a todos da Minoria que votem “não”.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, o PMDB vota “sim” e solicita aos Srs. Senadores que estão em seus gabinetes que, por gentileza, venham até o plenário para participar das votações.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço um esclarecimento. Estamos votando o PLV ou a medida provisória? O texto original da Câmara?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Estamos votando a medida provisória, porque o Plenário votou a preferência.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Está perfeito. Então, eu libero a Bancada e voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Senador José Agripino libera a Bancada do PFL e vota “sim”. O Senador Romeu Tuma também.

Senador Arthur Virgílio, como vota o PSDB?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, na Bancada do PSDB, há quem discrepe do voto “sim”, o que será respeitado. Eu, pessoalmente, votarei “sim”. A Bancada está liberada.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Bancada do PSDB está liberada e o Senador Arthur Virgílio, pessoalmente, vota “sim”

Como vota o Senador Ney Suassuna?

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, o PMDB vota “sim” e pede aos Senadores



que estão nos gabinetes que, por favor, venham até o plenário.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PL – RJ)

– Sr. Presidente, para encaminhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Senador Roberto Saturnino.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ)

– Sr. Presidente, o PT vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – O PT vota “sim” e recomenda o voto “sim”.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PL – RJ)

– Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Senador Marcelo Crivella, como vota o PL?

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PL – RJ)

– O PL, Sr. Presidente, vota “sim” com ressalvas porque entendemos que esses duzentos milhões pagos de comissão – queria deixar isso registrado aqui – é um

excesso. No entanto, não podemos deixar de lembrar de nossos soldados, de nossa tropa que está no Haiti. Já gastamos vinte e cinco milhões e não podemos deixá-los sem esses recursos importantes – são noventa milhões – que vão para um povo em extremo sofrimento. Votamos “sim”, Sr. Presidente, com ressalva.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Senador Fernando Bezerra.

**O SR. FERNANDO BEZERRA** (Bloco/PTB – RN)

– O PTB vota “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – O PTB vota “sim”.

Se os Srs. Senadores já votaram, vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

(*Procede-se à votação nominal por meio eletrônico.*)

## Senado Federal

## VOTAÇÃO NOMINAL

### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 241, DE 2005

ABRE CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO EM FAVOR DO MINISTÉRIO DA DEFESA E DOS ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO, NO VALOR GLOBAL DE R\$ 299.594.749,00, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA

Num. Sessão: **1** Num. Votação: **1** Abertura: **28/6/2005 19:44:27**  
Data Sessão: **28/6/2005** Hora Votação: **14:00:00** Encerramento: **28/6/2005 19:49:15**

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	SIM
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	SIM
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	NÃO
Bloco-PT	PA	ANA JULIA CAREPA	SIM
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	NÃO
Bloco-PSB	SE	ANTONIO CARLOS VALADARES	SIM
PMDB	MA	ANTONIO LEITE	SIM
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	SIM
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM
PFL	BA	CÉSAR BORGES	NÃO
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	SIM
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	SIM
PFL	MA	EDISON LOBÃO	SIM
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	SIM
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCI	SIM
PFL	PB	ÉFRAIM MORAIS	NÃO
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	SIM
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	SIM
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	SIM
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	SIM
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	SIM
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JUNIOR	NÃO
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	SIM
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	SIM
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	NÃO
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	NÃO
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	SIM
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	SIM
Bloco-PSB	AP	JOÃO CABIBERIBE	SIM
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	SIM
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	NÃO
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM
PFL	PE	JOSÉ JORGE	NÃO
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	NÃO
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	SIM
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	SIM
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	SIM
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	SIM
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	SIM
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	SIM
PMDB	PI	NÃO SANTA	NÃO
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	SIM
PFL	PE	MARCO MACIEL	NÃO
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	SIM
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	SIM
PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	SIM
Bloco-PPS	CE	PATRICIA SÁBOYA GOMES	SIM
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	SIM
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	SIM
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	NÃO
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	SIM

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	NÃO
PFL	SP	ROMEU TUMA	SIM
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	SIM
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	SIM
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	NÃO
PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	NÃO
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	SIM
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM
PP	DF	VALMIR AMARAL	SIM

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 49  
Votos NÃO : 16  
Votos ABST. : 00  
Total : 65

  
Primeiro-Secretário

Senador Papaléo Paes  
Suplente de Secretário

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 49 Srs. Senadores; e, NÃO, 16. Não houve abstenção. Total: 65 votos. Está, portanto, aprovada a medida provisória. Votação, em globo, das emendas de parecer contrário, emendas de nºs 1 ao 14.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.) Rejeitadas as emendas com pareceres contrários. Aprovada a medida provisória, fica prejudicado o projeto de lei de conversão. A matéria retorna à Câmara dos Deputados. É a seguinte a matéria aprovada:

### MEDIDA PROVISÓRIA ORIGINAL Nº 241, DE 2005

Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa e de Encargos Financeiros da União, no valor global de R\$ 299.594.749,00, para os fins que especifica. Pendente de parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

**O PRESIDENTE DA REPUBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, combinado com o § 3º do art. 167 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa e de Encargos Financeiros da União, no valor global de R\$ 299.594.749,00 (duzentos e noventa e nove milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, setecentos e quarenta e nove reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Medida Provisória.

Art. 2º Os recursos necessários a abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias, conforme Anexo II desta Medida Provisória.

Art. 3º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 3 de março de 2005; 184º da Independência e 117º da República

ORGÃO - 3200 - MINISTÉRIO DA DEFESA		FUNÇÃO - 3301 - MINISTÉRIO DA DEFESA									
ANEXO:		CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTADO):		RECURSOS DE OUTRAS FONTES - R\$ 1,00									
FUNCO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA ALAU SUBNÍVELU PRODU	E	C	B	V	C	L	F	VALOR	
			S	P	D	O	S				
4000 - RELAÇÕES DO BRASIL COM ESTADOS ESTRANGEIROS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS											1.839.000
		OPERACOES ESPECIAIS									
05 212	0000 0914	APÓIO A OPERAÇÃO DE AJUDA HUMANITÁRIA AOS PAÍSES DA ÁSIA ATINGIDOS PELO MARÉMOTO (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)								1.019.000	
05 212	0000 0914 0001	APÓIO A OPERAÇÃO DE AJUDA HUMANITÁRIA AOS PAÍSES DA ÁSIA ATINGIDOS PELO MARÉMOTO - CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO - NACIONAL								1.019.000	
											1.839.000

0032 ADESTRAMENTO E EMPREGO COMBINADO DAS FORÇAS ARMADAS		OPERACOES ESPECIAIS				05 580 000
05 212	0032 091 0	MISSAO DAS NAÇOES UNIDAS PARA O MULTICREDITO EXTRAORDINARIO				05 580 000
05 212	0032 091 0 0001	MISSAO DAS NAÇOES UNIDAS PARA O MULTICREDITO EXTRAORDINARIO NACIONAL				05 580 000
			F 3 2 90 0 000			05 580 000
			F 4 2 90 0 000			05 580 000
TOTAL FISCAL						90 819 000
TOTAL SEGURIDADE						
TOTAL GERAL						90 819 000

ORGÃO 71000 - ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIAO  
 UNIDADE 71001 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO: RECURSOS EXTRAORDINARIOS  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA ACAO SUBPROG PRODUZ	FUN	INDICADOR	VALOR	
0065 PROTECAO SOCIAL A PESSOA COM DEFICIENCIA						11 121 618
ATIVIDADES						
18 694	0065 8481	REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES DO BENEFICIO DE PRESTACAO CONTINUADA A PESSOA COM DEFICIENCIA E DA RENDA VITALICIA POR INVALIDEZ (CREDITO EXTRAORDINARIO)			11 121 618	
18 694	0065 8481 0001	REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES DO BENEFICIO DE PRESTACAO CONTINUADA A PESSOA COM DEFICIENCIA E DA RENDA VITALICIA POR INVALIDEZ (CREDITO EXTRAORDINARIO) NACIONAL			11 121 618	
0063 PREVIDENCIA SOCIAL BASICA						103 000 000
ATIVIDADES						
28 694	0063 8481	REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS (CREDITO EXTRAORDINARIO)			103 000 000	
28 694	0063 8481 0001	REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS (CREDITO EXTRAORDINARIO) NACIONAL			103 000 000	
			F 1 2 90 0 000		103 000 000	

0904 ARRECADACAO DE RECEITAS PREVIDENCIARIAS

28.900.000

		ATIVIDADES							
28.604	0904.000K	REMUNERACAO DOS AGENTES PRESTADORES DE SERVICOS PELO RECOLHIMENTO DA COTA DE PREVIDENCIA SOCIAL - GPS E DA COTA DE RECOLHIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVICIO E INFORMACOES A PREVIDENCIA SOCIAL - GFP (CREDITO EXTRAORDINARIO)						10.000.000	
78.604	0904.048K.0001	REMUNERACAO DOS AGENTES PRESTADORES DE SERVICOS PELO RECOLHIMENTO DA COTA DE PREVIDENCIA SOCIAL - GPS E DA COTA DE RECOLHIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVICIO E INFORMACOES A PREVIDENCIA SOCIAL - GFP (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NACIONAL						83.000.000	
			7	5	3	4	0	1.200	88.000.000

1282 PROTECAO SOCIAL AO IDOSO

6.844.118

		ATIVIDADES							
28.604	1282.048L	REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES DO BENEFICIO DE PRESTACAO CONTINUADA A PESSOA IDOSA E DA RENDA MENSAL VITALICIA POR IDADE (CREDITO EXTRAORDINARIO)						6.844.118	
78.604	1282.048L.0001	REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES DO BENEFICIO DE PRESTACAO CONTINUADA A PESSOA IDOSA E DA RENDA MENSAL VITALICIA POR IDADE (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NACIONAL						6.844.118	
			7	5	3	4	0	1.200	13.688.236

TOTAL - FISCAL

208.975.740

TOTAL - SEGURIDADE

0

TOTAL - GERAL

208.975.740

ORCAO : 3240 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME  
 UNIDADE : 15901 - FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE OUTRAS FONTES - R\$ - R

FUNO	PROGRAMATICA	PROGRAMAçAO SUBTITULO PRODUTU	CREDITO EXTRAORDINARIO					VALOR
			E	G	R	N	F	
			S	P	O	L	T	
			F	O			E	





**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Na sessão do dia 21 do corrente, foi lido o Requerimento nº 659, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Srs. Senadores, solicitando calendário especial para a Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (PEC Paralela).

**O SR. WIRLANDE DA LUZ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

Na votação anterior, o meu voto foi “sim” e o painel não registrou o meu nome.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa registrará a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Wirlande.

Em votação o requerimento que propõe o calendário para a tramitação da PEC paralela.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento com o calendário de apreciação da PEC paralela queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Aprovado o requerimento, a Presidência convoca sessão deliberativa extraordinária a realizar-se amanhã, às 14 horas e 30 minutos, destinada à primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC 77-A (PEC paralela).

Fica cancelada a sessão deliberativa ordinária, em consequência da deliberação do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa projeto recebido da Câmara dos Deputados que será lido pela Sra. 1<sup>a</sup> Secretária, em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 320, DE 2005**

(Nº 1.682/2005, na Câmara dos Deputados)

**Escolhe o Senhor João Augusto Ribeiro Nardes para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 73, § 2º, inciso II, da Constituição Federal.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É escolhido o Senhor João Augusto Ribeiro Nardes para a cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 73, § 2º, inciso II,

da Constituição Federal e do art. 105, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, em decorrência da aposentadoria do Ministro Humberto Souto, publicada no **Diário Oficial** da União, Seção 2, de 3 de junho de 2004, página 1.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**INDICAÇÃO Nº 3, DE 2004**

Excelentíssimo Senhor  
Deputado João Paulo Cunha  
Presidente da Câmara dos Deputados  
Brasília – DF

Indica o nome do Deputado João Augusto Ribeiro Nardes para preenchimento da vaga de Ministro, aberta no Tribunal de Contas da União.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, tenho a honra de indicar, em nome do Partido Progressista – PP, o Deputado João Augusto Ribeiro Nardes, para a vaga de Ministro do Tribunal de Contas da União – TCU, em decorrência da aposentadoria do Ministro Humberto Guimarães Souto.

O Deputado Augusto Nardes, do PP – RS é Parlamentar de terceira legislatura na Câmara dos Deputados, tendo sido ainda Deputado Estadual da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, nas legislaturas de 1986 a 1990 e de 1991 a 1995, bem assim Vereador por Santo Ângelo – RS, no período de 1973 a 1977.

Como Vossa Excelência poderá verificar no **currículum vitae**, em anexo, o Deputado Augusto Nardes cumpriu relevantes funções nos setores público e privado, inclusive nas referidas Casas Legislativas, destacadamente no exercício de seus três mandatos de Deputado Federal, nos quais demonstrou inegável competência e dedicação.

Por essa razão, entendo que o mesmo está perfeitamente qualificado para o exercício do cargo de Ministro do TCU, merecendo os votos dos seus nobres Pares da Câmara dos Deputados.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência, protestos de elevada estima e consideração. – Deputado **Pedro Henry**, Líder do PP.

# **João Augusto Ribeiro Nardes**

---

## **DADOS PESSOAIS**

- Nome: João Augusto Ribeiro Nardes - PP - RS
- Profissão: Administrador de Empresas.
- Nascimento: 13 de outubro de 1952, Santo Ângelo - RS.
- Filiação: Onécimo Ribeiro Nardes e Cleny Maria Ribeiro Nardes.
- Cônjuge: Isabel Cristina Geiss Nardes.
- Filhos: Cristiane e Janaina.

## **LEGISLATURAS (CD):**

1995-1999 e 1999-2003 e 2003 - 2007

## **MANDATOS ELETIVOS:**

Vereador, 1973-1977, Santo Ângelo - RS - ARENA

Deputado Estadual (Constituinte), 1986-1990 - RS - PDS

Deputado Estadual, 1991-1995 - RS - PPR

Deputado Federal, 1995-1999 - RS - PPR

Deputado Federal, 1999-2003 - RS - PPB

Deputado Federal, 2003 - 2007 - RS - PP

## **FILIAÇÕES PARTIDÁRIAS:**

ARENA - 1970

PDS - 1986 - 1990

PPR - 1991-1995

PPB - 1995

PP - 2003

## **ATIVIDADES PARTIDÁRIAS:**

Membro, Comissão Executiva da ARENA, Santo Ângelo - RS

Vice-Líder do PDS, 1986 - 1988 e 1989

Membro, Comissão Executiva do PDS PPR, Porto Alegre - RS

Vice-Presidente, Diretorio Regional do PDS RS, 1988 - 1990

Vice-Líder do PPR, 1995

Vice-Líder do PPB, 1995-1997

Vice-Presidente, Fundação Milton Campos, 1995

Vice-Líder do Bloco PPB PL, 1996-1997

Vice-Presidente Nacional do PP, 2003

## **ATIVIDADES PROFISSIONAIS:**

Diretor, Empresa Agrícola Onccimo R. Nardes, Santo Ângelo - RS

Professor de Introdução à Economia, Instituto Lindolfo Collor, Porto Alegre - RS.

Diretor por 6 anos de Escritório de Contabilidade - Santo Ângelo - RS

Servidor da Organização Internacional do Trabalho - Genebra/Suíça - 2 anos

## **CARGOS PÚBLICOS:**

Diretor, SINE - Nucleo Regional, Santo Ângelo - RS, 1977

Coordenador, Assessoria de Emprego, Secretaria de Trabalho e Ação Social, Porto Alegre, RS, 1982-1983

Assessor, Secretaria de Coordenação e Planejamento, Porto Alegre - RS, 1984

Secretario-Executivo, FUNDU RIBANO, Porto Alegre - RS, 1985-1986



## **ESTUDOS E GRAUS UNIVERSITÁRIOS:**

Administração de Empresas. FISA FUNDAMES. Santo Ângelo. 1972-1977

Pós-Graduação em Política do Desenvolvimento. Institut Université d'Études. Genebra. Suíça. 1978-1982

Mestrado em Est. Desenvolvimento. Institut Université d'Études. Genebra. Suíça.

## **OUTROS CURSOS:**

Formação Política. 1º Estágio. Santo Ângelo - RS. 1976

2º Estágio. Curitiba - PR. 1976.

3º Estágio. São Paulo - SP. 1977

Sociedade Brasileira de Cultura

Internacional de Estudos Sociais. OIT. Genebra. Suíça

Mesa-Redonda Política Emprego. OIT. Lisboa, Portugal, e Genebra. Suíça:

Inglês. Inst. Educacional de Línguas. Porto Alegre - RS. 1977

Francês. Centro de Treinamento da OIT. Genebra. Suíça. 1978

Administração de Pessoal. Estágio. FISA/FUNDAMES. Santo Ângelo. 1979

Inglês. London Study Center. Londres. Inglaterra. 1981.

## **SEMINÁRIOS, CONFERÊNCIAS E CONGRESSOS:**

Congresso Latino-Americano de Interact Club. Montevideu, Uruguai, 1970. Buenos Aires, Argentina, 1974, e São Paulo, SP. 1975

I e II Conferências Nacionais de Rotaract Club. Londrina, PR. 1973, e Recife, PE. 1974

III Fórum de Debates sobre a Realidade Brasileira. Porto Alegre - RS. 1975

I Congresso Estadual de Vereadores do Rio Grande do Sul. Porto Alegre - RS. 1975

Palestras - Rotaract Club perante a Comunidade. Recife - PE. 1975

A Responsabilidade do Jovem no Mundo de Hoje. São Paulo - SP. 1975

A Responsabilidade do Jovem na Comunidade. Caxias do Sul - RS. 1975.

A OIT. Santo Ângelo - RS. 1978

O Papel da OIT. Santo Ângelo - RS. 1978

O Trabalho no Rio Grande do Sul e as Funções da STAS. Cerro Largo - RS. 1982

O Japão de Hoje. Porto Alegre - RS. 1985

A Economia Japonesa e suas Perspectivas para o Mundo. Santana do Livramento - RS. 1991

A Educação Brasileira Comparada com a Educação Japonesa. ALMG. 1992.

## **ATIVIDADES PARLAMENTARES:**

### **- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS**

CPI Desperdício do Dinheiro Público: Presidente. 1992

CPI LBA: Presidente. 1988

Mesa: Vice-Presidente. 1991-1992.

### **- CONGRESSO NACIONAL:**

Comissão Mista Crédito Rural: Suplente. 1995:

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização: Titular. 1995-1996 e 1997-1998:

Comissão Mista Instituição do SIMPLES: Vice-Presidente, 1996, e Titular, 1996:

Comissão Mista Valor Total Anual das Mensalidades Escolares: Suplente. 1998;

Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL. Titular, 1997.

Comissão Parlamentar de Inquérito das Obras Inacabadas: Titular. 2001.

Comissão Parlamentar de Inquérito da CPMF: Titular. 2002

Comissão Parlamentar de Inquérito do INSS: Titular. 2002

Comissão de Relações Exteriores: Titular. 2003

Comissão de Agricultura e Política Rural: Suplente. 2003

Comissão Especial do Sistema Tributário Nacional: Suplente. 2003

Comissão Parlamentar de Inquérito do Serasa - Titular. 2003

**CÂMARA DOS DEPUTADOS:****COMISSÕES PERMANENTES:**

Agricultura e Política Rural: Suplente. 1995-1996 e 1997-1998; e Titular. 1996-1997 e 1998 e 2001

Constituição e Justiça e de Redação: Suplente. 1995

Defesa Nacional: Suplente. 1995-1996 e 1997

Economia, Indústria e Comércio: Suplente. 1998

Educação, Cultura e Desporto: Titular. 1995-1996 e 1997-1998, e Suplente. 1998

Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa: Coordenador 1998-1999-2000

Comissão de Trabalho: Suplente. 1999

Comissão de Viacão e Transportes: Suplente. 1999

Comissão de Agricultura: Vice-Presidente. 1999 – membro titular. 2000

Frente Parlamentar da Agricultura: Coordenador 1999

Comissão de Economia: Membro – 2000

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização: Membro Suplente – 2000

Comissão Especial do Código Civil: Membro Titular – 2000.

**COMISSÕES ESPECIAIS:**

Débitos nas Operações de Crédito Rural: Suplente. 1995

PEC n.º 182/94, Admissão de Professores Estrangeiros e Concessão de Autonomia às Instituições de Pesquisa: Suplente. 1995

PEC n.º 188/94, Anistia dos Militares: Terceiro-Vice-Presidente. 1995, e Titular. 1995

PEC n.º 233/95, Educação: Titular. 1996

PEC n.º 361/96, Usinas Hidrelétricas: Titular. 1998

PEC n.º 370/96, Autonomia das Universidades: Titular. 1996

PEC n.º 4/95, Concessão e Distribuição do Gas Canalizado: Titular. 1995

PEC n.º 460/97, Sistema de Controle Interno da Administração Pública: Autor. 2001

PL n.º 1.325/95, Cria CNRPC, e PL n.º 1.457/96, Institui a Lei de Proteção de Cultivares: Titular. 1996-1997, PEC 618 – A (Patrimônio Genético).

Comissão Parlamentar de Inquerito das Obras Inacabadas: Vice-presidente - 2001

Comissão Especial para Análise da PEC 353 - Titular

### COMISSÕES EXTERNAS

Destinar Imóveis Rurais da Administração Pública Federal para o Programa de Reforma Agrária - Titular, 1995-1996.

## **CONSELHOS, FRENTES E GRUPOS PARLAMENTARES E OUTROS**

Frente Parlamentar da Agricultura: Coordenador, 1996 e Membro, 1996 - Presidente, 1999

Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa: Coordenador, 1996/1997/1998/1999/2000/2001/2002/2003

INDAGRO – Instituto Nacional do Desenvolvimento do Agronegócio: Fundador e Presidente - 2000.

Frente Parlamentar do Cooperativismo – FRENGCOOP: Coordenador Adjunto.

## **CONDECORAÇÕES:**

Medalha Seival, Tramandaí - RS, 1985

Título Destaque, CEF, 1987

Troféu Jovem Talento, 1989

Troféu Deputado Destaque, Prefeitura Municipal de Palmeira das Missões, RS, 1991

Troféu Leão de Honra, Associação dos Empresários, RS, 1993

Título Emérito, CRA, 1994

Cidadão Emérito, Câmara Municipal, Vitória das Missões, RS, 1994

Homem de Ouro do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995

Cidadão Honorário de São Miguel das Missões, RS, 1996

Destaque Missionero, Santo Ângelo - RS, 1997

Troféu Símbolo Internacional, Os Destaques do MERCOSUL, 1997-1998

Medalha Ordem do Mérito Militar, Comendador, 1998

Destaque Imprensa, Fontoura Xavier - RS, 1998



- Amigo Imensuravel. São Luiz Gonzaga - RS. 1998
- Destaque Gente que E Lider. Espumoso - RS. 1998
- Politico Mais Atuante. Santo Ângelo - RS. 1998
- Trofeu Tropeiro Missioneiro. 1999. Santo Ângelo - RS
- Prêmio Destaque 2000. Santo Ângelo - RS
- Troféu Mérito Logista. CDL - Santo Ângelo - RS 26/07/2000
- Titulo de Cidadão Salzanense. Liberato Salzano - RS 01/06/2000
- Titulo de Cidadão Seber - Junho 2000
- Titulo de Cidadão São Miguel das Missões. 2000
- Talentos Midia 2000 - 18/11/2000 - Alegrete (RS)
- Troféu Mão Preta (Associação Brasileira de Produtores de Sementes) - Brasilia - 27/11/2000 - Hotel Nacional
- Troféu politico mais atuante - Santo Ângelo (RS) - Nov-2000.
- Destaque Politico - Jornal O Semanário - Bento Gonçalves (RS) - Out-2000
- Medalha do Mérito Aeronáutico - Brasilia (DF) - 2001
- Cidadão Sedenovense - Sede Nova (RS) - 2003
- Cidadão Patrulhense - Santo Antônio da Patrulha (RS) - 2003
- MISSÕES OFICIAIS:**
- Encontro Internacional sobre Política Econômica. Tóquio. Japão. 1989.
- Viagem a convite do Governo chinês. Pequim. China. 1992.
- Viagem a convite do Governo japonês. Tóquio. Japão. 1992.
- Viagem a convite do Governo americano. NAFTA/MERCOSUL - Washington. E.U.A. 1993.

Viagem aos Estados Unidos como Coordenador da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa, junho de 1997

Viagem ao Canadá na Convenção e Feira do FOOD MARKETING INSTITUTE - FMI'98, Chicago Dallas, EUA, maio de 1998

Viagem ao Canadá como Vice-Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, junho de 1999

Viagem aos Estados Unidos (SEATTLE) III CONFERÊNCIA MINISTERIAL DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO - OMC, 30/11 a 03/12/1999 - participando como Presidente da Frente Parlamentar da Agricultura e Observador Oficial Parlamentar da Câmara dos Deputados

Viagem a Chicago - EUA - como Representante Oficial da Câmara Federal e Presidente da Frente Parlamentar da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, a convenção e feira do FOOD MARKETING INSTITUTE - FMI - 2000, no período de 05 a 13 de maio de 2000.

Viagem a Europa (Suíça) e Estados Unidos - representante Oficial da Câmara Federal e Presidente da Frente Parlamentar da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte - Missão Oficial para conhecimento da área econômica e sistema bancário - 2001

Viagem a Portugal - membro da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados - Audiências com autoridades portuguesas para tratar da situação dos brasileiros em Portugal - 2003

Representante da Frente Parlamentar do Esporte - Viagem a Santo Domingo - República Dominicana acompanhando a comitiva do Ministro do Esporte com vistas a colher subsídios para o Pan-Americano de 2007 - 2003

#### LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

#### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....  
Art. 73. O Tribunal de Contas da união, integrado por nove Ministros, tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no art. 96.

.....  
§ 2º Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos:

.....  
II - dois terços pelo Congresso Nacional.  
.....

LEI Nº 8.443, DE 16 DE JULHO DE 1992

#### Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.

.....  
Art. 105. O processo de escolha de ministro do Tribunal de Contas da União, em caso de vaga ocorrida ou que venha a ocorrer após a promulgação da Constituição de 1988, obedecerá ao seguinte critério:  
.....

II - na segunda, terceira, quinta, sexta, oitava e nona vagas, a escolha será da competência do Congresso Nacional;

.....  
Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Humberto Lucena, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, tem 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 1993

#### Regulamenta a escolha de Ministros do Tribunal de Contas da União pelo Congresso Nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A escolha do Ministro do Tribunal de Contas da União, a que se refere ao art. 73, § 2º e, inciso II da Constituição Federal, ocorrerá dentre os brasileiros que preencham os seguintes requisitos:

I - mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade;  
II - idoneidade moral e reputação ilibada;  
III - notórios conhecimentos em uma das seguintes áreas:

- a) jurídica;
- b) contábil;
- c) econômica;
- d) financeira; ou

e) de administração pública;

IV – mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados no inciso anterior.

Art. 2º As vagas abertas na composição do Tribunal de Contas da União, a que se refere o **caput** do art. 1º deste decreto legislativo, serão preenchidas, na ordem estabelecida no art. 105, inciso II da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, mediante iniciativa, alternadamente, da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.

§ 1º No prazo de cinco dias úteis, contado da notícia de abertura de vaga na composição do Tribunal de Contas da União, dar-se-á a habilitação de candidato indicado pelas lideranças da Casa.

§ 2º A indicação será instruída com o **curriculum vitae**, do candidato e submetida à comissão competente após a leitura em plenário.

§ 3º A arguição pública do candidato será procedida somente perante a comissão iniciadora do processo, devendo ser feita em prazo não superior a três dias úteis, contado do recebimento da indicação.

§ 4º Será pública a sessão de arguição do candidato e secreto o voto, vedada a declaração ou justificação, exceto quanto ao aspecto legal.

Art. 3º A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados submeterão à apreciação, do Plenário da respectiva Casa, projeto de decreto legislativo aprovando a escolha do Ministro do Tribunal de Contas da União.

§ 1º O parecer da comissão deverá conter relatório sobre o candidato e elementos informativos necessários ao esclarecimento do Plenário.

§ 2º O parecer, com o projeto de decreto legislativo, será apreciado pelo Plenário, em sessão pública e votado por escrutínio secreto.

Art. 4º O candidato escolhido por uma Casa será submetido à aprovação da outra, em sessão pública e mediante votação por escrutínio secreto.

Parágrafo único. Considera-se escolhido o candidato que lograr a aprovação de ambas as Casas o Congresso Nacional.

Art. 5º O nome do Ministro do Tribunal de Contas da União escolhido pelo Congresso Nacional, será comunicado, mediante mensagem ao Presidente da República para o fim do disposto no art. 84, inciso XV, da Constituição Federal.

Art. 6º A primeira escolha de Ministro do Tribunal de Contas da União, de competência do Congresso Nacional, dar-se-á por iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Art. 7º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 22 de abril de 1993. – Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Humberto Lucena, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 1993

**Regulamenta a escolha de Ministros do Tribunal de Contas da União pelo Congresso Nacional.**

**Retificação**

No Decreto Legislativo nº 6, de 1993, publicado no **Diário Oficial** da União, Seção I, de 23-4-1993, página 5.265, no parágrafo único do art. 4º.

Onde se lê:

...a aprovação de ambas as Casas o Congresso Nacional, Leia-se.

...a aprovação de ambas as Casas o Congresso Nacional.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Humberto Lucena, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 18, DE 1994

**Altera o Decreto Legislativo nº 6, de 1993, que “regulamenta a escolha de Ministros do Tribunal de Contas da União pelo Congresso Nacional”.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O **caput** do art. 3º e seu § 2º do Decreto Legislativo nº 6, de 1993, passa a vigor com a seguinte redação.

“Art. 3º A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados submeterão à apreciação do Plenário da respectiva Casa, a escolha do Ministro do Tribunal de Contas da União.

1º.....

§ 2º O parecer será apreciado pelo Plenário em sessão pública e votado por escrutínio secreto.” Art. 2º Fica revogado o art. 4º e seu parágrafo único do Decreto Legislativo nº 6, de 1993.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 28 de abril de 1994, – **Humberto Lucena**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 320, DE 2005

**Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 320, de 2005 (nº 1.682/2005, na Câmara dos Deputados), que escolhe o Senhor João Augusto Ribeiro Nardes para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 73, § 2º, inciso II, da Constituição Federal.**

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Passa-se à votação que, de acordo com o disposto no art. 383, inciso VII, combinado com o art. 291, inciso I, alínea “e”, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE) – Sr. Presidente, na votação anterior, acompanho a Bancada do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa registrará a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>, de acordo com a referência do PSDB.

As Sr<sup>es</sup> e os Srs. Senadores já podem votar.

*(Procede-se à votação nominal pelo processo eletrônico.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Havendo a aquiescência das Lideranças, passamos à imediata apreciação da matéria.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Sr. Presidente, o Deputado Nardes foi indicado pela Câmara dos Deputados. Estamos votando matéria da Câmara dos Deputados. O Poder Legislativo conhece o Depu-

tado Nardes. Eu sei que o voto é secreto, mas eu secretamente...

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, respeitando evidentemente a natureza do regime de votação, respeito a indicação da Câmara dos Deputados, que é o Deputado Augusto Nardes. É fundamental que mantenhamos essa relação entre as duas Casas, de respeito à indicação do nome do Deputado Augusto Nardes para Ministro do Tribunal de Contas da União, feita pela Câmara dos Deputados.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador César Borges.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou sendo informado de que, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, está começando agora o depoimento do Sr. Molina. Sou membro efetivo da Comissão, estou aqui votando, cumprindo o meu dever com o Plenário, com a Casa, e lá a reunião está sendo iniciada pelo vice-Presidente. Creio que isso não deveria estar acontecendo.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – É, Sr. Presidente, não se pode iniciar a reunião pelo vice-Presidente se o Presidente está aqui presente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Srs. Senadores, esta Presidência já determinou a suspensão dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, enquanto estamos em processo de votação durante a Ordem do Dia.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, queria pedir a todos do PMDB que conhecem o Deputado que dessem o seu voto.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, quero apenas dar um testemunho aqui sobre o Deputado Augusto Nardes: com seis mandatos, formado no exterior. Acompanhei-o numa visita a Portugal e fiquei muito orgulhoso quando o vi sendo tratado com tanta distinção pelo Sr. Primeiro-Ministro Manuel Durão, que fez a ele os maiores elogios.



Portanto, Sr. Presidente, está aqui uma figura que merece o nosso voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, na verdade, trata-se de um gesto, inicialmente, de educação política. O Deputado Augusto Nardes, colega de tantos de nós, que sempre primou por uma conduta correta na Câmara dos Deputados, foi referendado por maioria expressiva dos Srs. Deputados.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Muito ajuda quem não falar. Vamos votar.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Portanto, por conhecê-lo, por ter sido seu colega, e pelo respeito que o Senado tem pela Câmara dos Deputados, nós vemos que o lógico, o lícito, o legítimo, é sufragar o nome do Deputado Augusto Nardes e manter essa regra da melhor convivência política, ao mesmo tempo prestando um grande serviço ao Tribunal de Contas da União, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, o Deputado João Augusto Nardes tem uma vasta e brilhante carreira parlamentar, seis mandatos como Deputado Federal, representando o grandioso Estado do Rio Grande do Sul. Tem uma carreira política e é profissional exemplar. Por isso, Sr. Presidente, S. Ex<sup>a</sup> merece a solidariedade, o apoio e o respeito desta Casa, como mereceu da Câmara dos Deputados e de todos os seus Colegas.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, o voto é secreto, não se pode manifestar preferência. Agora, eu quero dizer que o PFL tem o maior apreço pelo Deputado Augusto Nardes, a quem apoiou, na Câmara dos Deputados, na disputa que ocorreu, e o tem em altíssima conta. Pediria a todos os Senadores do PFL que registrassem o seu voto, com as considerações que faço.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Sérgio Zambiasi.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (Bloco/PTB – RS) – Presidente Renan Calheiros, o Deputado Augusto

Nardes foi Colega, Deputado Estadual, na Assembléia do Rio Grande do Sul. Falo em nome do PTB, mas também em nome de nossa Bancada gaúcha, Senador Pedro Simon, Senador Paim: temos convicção de que se trata de um reconhecimento ao seu grande trabalho como Parlamentar, um reconhecimento interpartidário, um reconhecimento da articulação que o Deputado Nardes promoveu aqui neste Congresso Nacional. Não tenho dúvida de que, lá no Tribunal de Contas da União, sob as ordens de outro gaúcho, Ministro Adylson Motta, nós teremos, no Ministro Nardes, um digno representante deste Congresso Nacional. Estamos, como gaúchos, muito orgulhosos de vê-lo indicado pela Câmara dos Deputados e acolhido no nosso Senado Federal.

**O Sr. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senadora Lúcia Vânia.

**A SRA LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, associe-me a todos os Srs. Senadores que aqui já falaram das qualidades do Deputado Nardes. Quero aqui dizer da minha alegria em vê-lo disputando esse cargo, uma vez que é uma pessoa de grandes qualidades, é uma pessoa qualificada para enriquecer os quadros do Tribunal de Contas da União.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Se todos os Srs. Senadores já votaram, vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

**O SR. LEOMAR QUINTANILHA** (PMDB – TO) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Leomar Quintanilha.

**O SR. LEOMAR QUINTANILHA** (PMDB – TO) – Sr. Presidente, apesar de saber que a votação é secreta, eu não poderia me furtar a dar este testemunho, principalmente do período em que convivi com o Deputado Augusto Nardes. Tivemos uma convivência estreita durante muito tempo, e ele, com seu comportamento correto, liso, de elevado espírito público, conquistou a simpatia, a confiança e o respeito de todos os seus Pares. Seguramente, S. Ex<sup>a</sup> dignificará o País na sua representação no Tribunal de Contas da União.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou proclamar o resultado.

## Senado Federal

## VOTAÇÃO SECRETA

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 320, DE 2005

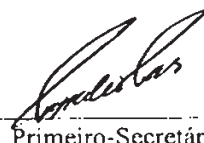
Sr. JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES, PARA EXERCER O CARGO DE MINISTRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Num. Sessão: 1 Num. Votação: 2 Abertura: 28/6/2005 19:53:12  
 Data Sessão: 28/6/2005 Hora Sessão: 14:00:00 Encerramento: 28/6/2005 20:00:44

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	Votou	PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	Votou	PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou	PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou	PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou	PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
PFL	BA	ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	Votou	Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou	PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
PMDB	MA	ANTÔNIO LEITE	Votou	PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou	Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BÔTELHO	Votou	PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou	PP	DF	VALMIR AMARAL	Votou
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou	PMDB	RR	WIRLANDE DA LUZ	Votou
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	Votou				
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou				
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou				
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou				
PFL	PB	EFFRAIM MORAIS	Votou				
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou				
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou				
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou				
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou				
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou				
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou				
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou				
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	Votou				
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	Votou				
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou				
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou				
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	Votou				
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	Votou				
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou				
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	Votou				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou				
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou				
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou				
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou				
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou				
PMDB	TO	LÉOMAR QUINTANILHA	Votou				
PSDB	SC	LÉONEL PAVAN	Votou				
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou				
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou				
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	Votou				
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou				
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou				
PFL	PE	MARCÓ MACIEL	Votou				
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou				
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	Votou				
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou				
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou				
Bloco-PPS	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	Votou				
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou				
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou				
PSDB	CE	RÉGINALDO DUARTE	Votou				
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou				
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou				

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 61  
 Votos NÃO : 06 Total : 69  
 Votos ABST. : 02



Primeiro-Secretário  
 Senador Papaléo Paes  
 Suplente de Secretário

*(Procede-se à apuração)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 61 Srs. Senadores; e NÃO, 06. Houve 02 abstenções.

Total: 69 votos.

A matéria vai à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

**PARECER Nº 1.019, DE 2005  
(Escolha de Autoridade)**

**Discussão, em turno único, do Parecer nº 1.019, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, sobre a Mensagem nº 160, de 2005 (nº 362/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a escolha do Dr. Antonio Fernando Barros e Silva de Souza para exercer o cargo de Procurador-Geral da República.**

Em discussão o parecer, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do art. 288, inciso III, “d”, do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores já podem votar.

*(Procede-se à votação nominal pelo processo eletrônico.)*

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Pedro Simon.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero apenas salientar a felicidade da escolha do novo Procurador-Geral da República. Trata-se de um homem de excepcional qualidade, do mesmo estilo do atual Procurador, de quem é vice e por quem foi indicado, quando havia incertezas e dúvidas sobre quem seria o novo Procurador. Temos a alegria de dizer que é um Procurador da maior dignidade, da maior capacidade e que vai continuar o trabalho do atual Procurador.

Felicito o Presidente Lula pela indicação e a nós pela aprovação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Se todos os Senadores já votaram, vou encerrar a votação. (Pausa.)

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Osmar Dias, Líder do PDT, com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR. Pela ordem.) – Só para concordar com o Senador Pedro Simon e dizer que o nosso indicado, em quem estamos votando, tem também a virtude de ser do Paraná.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, de pai cearense e mãe pernambucana.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra o Senador Flávio Arns.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Também quero reforçar as opiniões já manifestadas e dizer do excelente trabalho que o Dr. Cláudio Fonteles desempenhou neste momento no Brasil. S. Ex<sup>a</sup> colocou realmente a credibilidade do Ministério Público, que já era boa, num patamar ainda mais reconhecido no Brasil. A sua figura pessoal é extraordinária. Todos no Brasil, quando se referem ao Procurador-Geral da República, enaltecem o trabalho de S. Ex<sup>a</sup>, que estabeleceu novos parâmetros para o País. Ficamos muito felizes pelo fato de o Senador Alvaro Dias, como Relator desse processo para o novo Procurador, ter opinado favoravelmente a uma indicação que também é um consenso na área. Desejamos que o novo Procurador a ser sufragado no Senado Federal continue o bom trabalho que o Ministério Público vem desempenhando no País. É uma honra.

Acho que ele não é do Paraná, mas fez todos os estudos na Universidade Federal do Paraná, que, aliás, na área do Direito e em outras também, vem conquistando conceitos bastante elevados, o que demonstra a qualidade da universidade pública no nosso País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra o Senador Aloizio Mercadante, pela ordem.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria, em primeiro lugar, de prestar minha homenagem ao Procurador-Geral da República, Cláudio Fonteles, que deu estatura, dignidade, independência ao Ministério Público e cumpriu, portanto, um mandato exemplar, do ponto de vista da sua função.

Quero também registrar que o Vice-Procurador-Geral da República, Sr. Antonio Fernando Barros e Silva de Souza, não só tem uma carreira acadêmica de estatura, de competência, de credibilidade em todo o seu currículo profissional, mas também, no âmbito do Ministério Público, foi indicado praticamente como o grande consenso da instituição, o primeiro, o mais votado da lista, ele que já é o Vice-Procurador-Geral da República.

Acho que nós temos um grande desafio nessa nova gestão: a independência, o rigor, a fiscalização do Ministério Público, mas também a coibição dos abusos e muitas vezes do vedetismo de alguns Procuradores que exorbitam de suas funções e prejulgam, não atendendo com responsabilidade uma função que é tão importante na República.

O Conselho Superior do Ministério Público junto com o Sr. Antonio Fernando Barros e Silva de Souza tenho certeza vão dar o equilíbrio necessário da firmeza, da independência, do rigor e, ao mesmo tempo, do equilíbrio da justiça, que é indispensável ao bom exercício do Ministério Público.

Parabéns ao Sr. Cláudio Fonteles e sobretudo à indicação do Vice-Procurador-Geral da República, que já vem dessa experiência, dessa vivência e seguramente amadurecerá esse processo de construção que os Constituintes nos legaram, que é o papel decisivo que o Ministério Público cumpre na nossa República.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, apenas também para felicitar o Presidente Lula por essa feliz indicação. O Presidente já fora feliz antes, ao indicar Cláudio Fonteles, que iniciou uma fase nova de independência, de competência e decência na Procuradoria-Geral da República.

O Dr. Antonio Fernando certamente dará continuidade a esta fase, que eu diria fundamental, de recuperação da credibilidade de uma das instituições mais importantes do País, dará seqüência a essa fase de dignificação da Procuradoria-Geral da República.

Para nossa honra, é alguém que passou pelo Paraná, pela Universidade Federal, que militou na sua atividade profissional no nosso Estado e vem para Brasília certamente nos orgulhar e sobretudo honrar a função que exercerá a partir dos próximos dias.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sem

dúvida, é de se repetir o elogio ao Dr. Cláudio Fonteles, que, além de ter cumprido uma excelente gestão, uma correta gestão, demonstrou desapego ao poder e demonstrou apego, sim, à dignidade do Ministério Público, o que tem tudo para ser continuado, com toda a consolidação que vem do acúmulo de fatos positivos na gestão que se iniciará agora, pelo que suponho, com o Dr. Antonio Fernando Barros e Silva de Souza.

O Dr. Antonio Fernando é um homem respeitado por sua categoria e tem todos os predicados para realizar uma gestão baseada na impessoalidade, baseada no espírito de corpo, e não no corporativismo. O corporativismo enfeia o espírito de corpo. O espírito de corpo, eu o justifico, eu o entendo. O corporativismo, eu o deploraria. Ele tem tudo para fazer uma justa avaliação dos casos que lhe cheguem às mãos porque esse é o seu passado, esse tem sido o seu presente e, sem dúvida, o Brasil espera, com muito respeito, que seja esse o seu futuro.

Portanto, saúdo quem me parece será o futuro Procurador-Geral da República, desejando que sirva ao País, servindo com a dignidade de sempre ao Ministério Público, que tem entre erros e acertos um saldo muito significativo a favor da coisa pública neste País.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Edison Lobão.

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA) – Sr. Presidente, ainda não havia sido sabatinado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e o Dr. Cláudio Fonteles já declarava que só aceitaria um mandato de Procurador-Geral da República. Cumpriu o que havia prometido.

Durante o seu período de Procurador, há que se admitir que ele exerceu bem as atribuições que lhe foram cometidas.

Do novo Procurador, o Dr. Antonio Fernando Barros e Silva de Souza, o que se espera é que seja sobretudo justo nas suas importantes decisões. Pelo ordenamento jurídico do País, o Procurador-Geral da República tem uma participação fundamental nas decisões maiores que se tomam na Justiça do nosso País.

Quando o Procurador-Geral da República resolve exercer a sua função mais voltado para os holofotes, seguramente não cumpre bem o seu papel. Mas, conhecendo o Dr. Antonio Fernando como conheço, estou na firme persuasão de que ele ficará distante da publicidade e muito próximo do bem-estar de todas as pessoas a quem lhe cumpre, por dever de ofício, zelar dos seus interesses. Cumprimento, pois, o Dr. Cláudio Fonteles, que se retira da Procuradoria-Geral da República, e o Dr. Antonio Fernando, a quem desejo fecundas realizações nesse ofício.



**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, saúdo e parabenizo o Dr. Cláudio Fonteles, porque é a primeira vez que vejo um homem público que tinha direito a discutir e a desejar sua recondução abrir mão disso. É louvável, e muito pouca gente tem-se comportado dessa forma.

De outra parte, desejo todo sucesso ao Dr. Antonio Fernando Barros e Silva de Souza, porque a missão não é fácil, mas ele está extremamente preparado para enfrentá-la.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

## Senado Federal

## VOTAÇÃO SECRETA

## PARECER Nº 1.019, DE 2005 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. ANTONIO FERNANDO BARROS E SILVA DE SOUZA, PARA EXERCER O CARGO DE PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Num. Sessão: **1** Num. Votação: **3** Abertura: **28/6/2005 20:01:47**  
 Data Sessão: **28/6/2005** Hora Sessão: **14:00:00** Encerramento: **28/6/2005 20:13:06**

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	Votou	PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou
Bloco-PT	SP	ALDIZIO MERCADANTE	Votou	PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou	Bloco-PT	MT	SÉRY S LHESSARENKO	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JULIA CAREPA	Votou	PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou	PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou	Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	MA	ANTÔNIO LEITE	Votou	PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou	PP	DF	VALMIR AMARAL	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou	PMDB	RR	WIRLANDE DA LUZ	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou				
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou				
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	Votou				
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou				
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou				
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou				
PFL	PB	EFFRAIM MORAIS	Votou				
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou				
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou				
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou				
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou				
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou				
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou				
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou				
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	Votou				
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	Votou				
PFL	PI	HERACLITO FORTES	Votou				
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou				
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	Votou				
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	Votou				
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou				
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	Votou				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou				
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou				
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou				
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou				
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou				
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou				
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou				
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou				
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou				
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	Votou				
PMDB	PI	MAO SANTA	Votou				
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou				
PFL	PE	MARÇO MACIEL	Votou				
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou				
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	Votou				
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou				
PMDB	AP	PAPALEO PAES	Votou				
Bloco-PPS	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	Votou				
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou				
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	Votou				
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou				
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou				
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou				
PMDB	RJ	SERGIO CABRAL	Votou				

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : **61**  
 Votos NÃO : **04** Total : **66**  
 Votos ABST. : **01**



Primeiro-Secretário

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 61; e NÃO, 04.

Houve 01 abstenção.

Total: 66 votos.

Está aprovado o nome do Dr. Antonio Fernando Barros e Silva de Souza para exercer o cargo de Procurador-Geral da República.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, sei que já passou, mas enalteço e cumprimento o Procurador-Geral da República, Dr. Antonio Fernando Barros e Silva de Souza, que certamente estará à altura do extraordinário Dr. Cláudio Fonteles, que merece todo o nosso aplauso.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Item extraputa:

**MENSAGEM Nº 130, DE 2005**

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

**Mensagem nº 130, de 2005 (nº 224/2005, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a escolha do Sr. Appio Claudio Muniz Acquarone Filho, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Unida da Tanzânia.**

Concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário, Senador Papaléo Paes, para a leitura do parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

**PARECER Nº 1.028, DE 2005 – CRE**

**O SR. PAPALÉO PAES** (PMDB – AP. Para emitir parecer:) – Sr. Presidente, o indicado recebeu 15 votos favoráveis, nenhum voto contrário, nenhum voto em branco, nenhum voto nulo e nenhuma abstenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998, e nos termos do disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores já podem votar.

Vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

*(Procede-se à votação nominal e secreta por eletrônico.)*

**Senado Federal****VOTAÇÃO SECRETA****MENSAGEM Nº 130, DE 2005 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)**

Sr. APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA UNIDA DA TANZÂNIA

Num. Sessão: I Num. Votação: 4 Abertura: 28/6/2005 20:13:54  
Data Sessão: 28/6/2005 Hora Sessão: 14:00:00 Encerramento: 28/6/2005 20:16:54

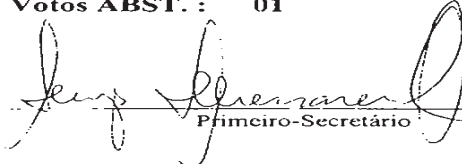
Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOÍZIO MÉRCADEANTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
Bloco-PT	PA	ANÁ JULIA CAREPA	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PMDB	MA	ANTÔNIO LEITE	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
Bloco-PT	DF	CRISTÓVAM BUARQUE	Votou
Bloco-PT	MS	DELÍCIO AMARAL	Votou
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLÉIDE	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	Votou
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDÉLI SALVATTI	Votou
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MÓTTA	Votou
Bloco-PSB	AP	JOÃO CARIBÉRIE	Votou
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou
PMDB	PB	JOSÉ MAHANHAO	Votou
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou
PMDB	PA	LUIZ OTAVIO	Votou
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	Votou
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
Bloco-PSB	TO	NEZINHO AL ENCAR	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
Bloco-PPS	CE	PATRICIA SAROYA GOMES	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PÉDRO SIMÓN	Votou
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
PFL	SP	ROMÉU TUMA	Votou
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	Votou
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SÉRY S LHE SSARENKO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PP	DF	VALMIR AMARAL	Votou
PMDB	RR	WIRLANDÉ DA LUZ	Votou

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 52  
Votos NÃO : 07  
Votos ABST. : 01

Total : 60

  
Primeiro-Secretário

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 52 Srs. Senadores; e NÃO, 07. Houve uma abstenção.  
Total: 60 votos.

Está aprovado o nome do Embaixador Appio Claudio Muniz Acquarone Filho para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Unida da Tanzânia.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

### MENSAGEM Nº 154, DE 2005

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

**Mensagem nº 154, de 2005 (nº 337/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Luiz Felipe de Seixas Corrêa, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Alemanha.**

Concedo a palavra à Sr<sup>a</sup>. 1<sup>a</sup> Secretária, Senadora Serys Shlessarenko, para a leitura do parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

### PARECER Nº 1.029, DE 2005 – CRE

**A SRA. SERYS SHLESSARENKO** (Bloco/PT – MT. Para emitir parecer:) – O indicado recebeu na Comissão 14 votos favoráveis e nenhum contrário.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998, e nos termos do disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores já podem votar.

*(Procede-se à votação nominal e secreta por meio eletrônico.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Informo à Casa que ainda teremos duas votações nominais.

Comunico à Casa que estou assinando, neste momento, a mensagem ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República comunicando a aprovação do nome, pelo Senado Federal, do Dr. Antonio Fernando Barros e Silva de Souza para exercer o cargo de Procurador-Geral da República.

Cinqüenta e oito Srs. Senadores já votaram. Vou encerrar a votação e proclamar o resultado. (Pausa.)

*(Procede-se à apuração)*

### Senado Federal

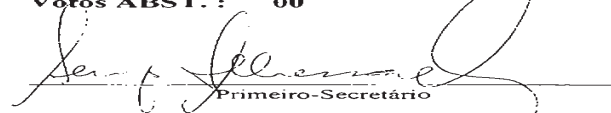
#### MENSAGEM Nº 154, DE 2005 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA, PARA EXERCER O CARGO DE EMBaixADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

Num Sessão:	1	Num Votação:	5	Abertura:	28/6/2005 20:17:29		
Data Sessão:	28/6/2005	Hora Sessão:	14:00:00	Encerramento:	28/6/2005 20:19:28		
Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	Votou	PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou	PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou	PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JULIA CAREPA	Votou	PFL	BA	RODOLFO TOURINHO	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou	PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTONIO CARLOS VALADARES	Votou	PMDB	RJ	SERGIO CABRAL	Votou
PMDB	MA	ANTONIO LEITE	Votou	PSDB	PE	SERGIO GUERRA	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGILIO	Votou	PTB	RS	SERGIO ZAMBIASI	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou	Bloco-PT	MT	SERYS SHLESSARENKO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou	PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou	PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	Votou
Bloco-PT	MS	DELCLIDIO AMARAL	Votou	Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou	PP	DF	VALMIR AMARAL	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou	PMDB	RR	WIRLANDE DA LUZ	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou				
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou				
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARRIS	Votou				
PSDB	PA	FLEKA RIBEIRO	Votou				
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou				
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JUNIOR	Votou				
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	Votou				
P-SOL	AL	HEZONIA ALENA	Votou				
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou				
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	Votou				
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	Votou				
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou				
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou				
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou				
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou				
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou				
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou				
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou				
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou				
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	Votou				
PMDB	PI	MAO SANTA	Votou				
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou				
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou				
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENÇAR	Votou				
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou				
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou				
Bloco-PPS	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	Votou				
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou				

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 52  
Votos NÃO : 06  
Votos ABST. : 00  
Total : 58

  
Primeiro-Secretário

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 52 Srs. Senadores; e NÃO, 06. Não houve abstenção.

Total: 58 votos.

Está aprovado o nome do Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Alemanha.

A Mesa registrará, com muita satisfação, o voto de V. Ex<sup>a</sup>, Senador José Sarney.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

### MENSAGEM Nº 159, DE 2005

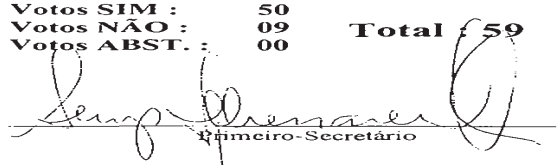
(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

**Mensagem nº 159, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a escolha do Sr. André Mattoso Maia Amado, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Japão.**

#### Senado Federal

### MENSAGEM Nº 159, DE 2005 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. ANDRÉ MATTOSO MAIA AMADO, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO AO JAPÃO

Num Sessão:	1	Num. Votação:	6	Abertura:	28/6/2005 20:20:13		
Data Sessão:	28/6/2005	Hora Sessão:	14:00:00	Encerramento:	28/6/2005 20:22:32		
Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	Votou	PP	DF	VALMIR AMARAL	Votou
Blcco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou	PMDB	RR	WIRLANDE DA LUZ	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou	<i>Presidente: RENAN CALHEIROS</i>			
PFL	BA	ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	Votou	<b>Votos SIM :</b>	<b>50</b>	<b>Votos NÃO :</b>	<b>09</b>
Blcco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou	<b>Votos ABST. :</b>	<b>00</b>	<b>Total :</b>	<b>59</b>
PMDB	MA	ANTÔNIO LEITE	Votou				
PDT	RR	AUGUSTO BOTEELHO	Votou	Primeiro-Secretário			
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou				
Blcco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou				
Blcco-PT	MS	DELÍDIO AMARAL	Votou				
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou				
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou				
Blcco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou				
PFL	PE	EFRAIM MORAIS	Votou				
Blcco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou				
Blcco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou				
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou				
PMDB	RN	GABRIEL ALVES FILHO	Votou				
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou				
PMDB	MG	HELIO COSTA	Votou				
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	Votou				
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou				
Blcco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou				
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	Votou				
Blcco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	Votou				
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou				
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou				
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou				
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou				
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou				
PMDB	TO	LEONEL QUINTANILHA	Votou				
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou				
PSDB	GO	LUCIANO VIANA	Votou				
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou				
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	Votou				
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou				
PFL	PE	MARCO MARCEL	Votou				
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou				
Blcco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	Votou				
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou				
PMDB	AP	PAPALDO PAES	Votou				
Blcco-PPS	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	Votou				
Blcco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou				
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	Votou				
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou				
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou				
PFL	SP	ROMÉU TUMA	Votou				
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	Votou				
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou				
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou				
Blcco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou				
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou				
PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	Votou				
Blcco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou				
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou				

Concedo a palavra à Sr<sup>a</sup> 1<sup>a</sup> Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko, para a leitura do parecer.

### PARECER N.º 1.030, DE 2005– CRE

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/ PT – MT. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, o indicado obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional com 15 votos favoráveis e nenhum voto contrário.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998, e nos termos do disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

Esclareço ao Plenário que a votação será pelo sistema eletrônico.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores já podem votar.

Vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

*(Procede-se à votação nominal e secreta por meio eletrônico)*



**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 50 Srs. Senadores; e NÃO, 09.

Não houve abstenção.

Total: 59 votos.

Está, portanto, aprovado o nome do Embaixador André Mattoso Maia Amado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Japão.

Será feita a devida comunicação ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à última votação nominal.

Item extrapauta.

### **PARECER Nº 979, DE 2005**

(Escolha de Autoridade)

**Discussão, em turno único, do Parecer nº 979, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Ideli Salvatti, sobre a Mensagem nº 142, de 2005 (nº 299/2005, na origem), de 19 de maio do corrente ano, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a escolha do Sr. Cláudio Maierovitch Pessanha Henriques para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.**

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com o disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores já podem votar.

*(Procede-se à votação nominal e secreta por meio eletrônico.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Consulto a Casa e os Srs. Líderes partidários se poderemos votar alguns requerimentos de urgência que se encontram sobre a mesa, todos com pareceres das Comissões Técnicas pela aprovação. Vamos rapidamente proceder à votação desses requerimentos, alguns já há bastante tempo sobre a mesa.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSD – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSD – AM) – Na votação passada, cheguei a supor mesmo que havia completado o processo de votação e terminei – a falha deve ter sido minha – não o fazendo.

Registro apenas que o Embaixador André Amado é um dos Diplomatas mais competentes com que conta o Itamaraty. Ele é experiente, sério, de formação acadêmica sólida, tendo todas as condições para representar bem o Brasil. Ele estava em Lima, onde fez uma brilhante atuação, possuindo todos os atributos para representar muito bem o País aonde quer que lhe envie o Governo Brasileiro, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, numa prova de confiança à Mesa, como os pareceres são favoráveis, V. Ex<sup>a</sup> pode votar todos em globo e nós votaremos.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Senador Antonio Carlos Magalhães está sugerindo a votação em globo dos requerimentos de urgência com pareceres favoráveis.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a confiança.

**O SR. HÉLIO COSTA** (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

**O SR. HÉLIO COSTA** (PMDB – MG) – Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> se refere a todo e qualquer requerimento colocado na Mesa do Senado no momento ou apenas com parecer favorável da Mesa?

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Só os requerimentos de urgência com pareceres favoráveis das Comissões Permanentes.

Vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

*(Procede-se à apuração)*

## Senado Federal

## VOTAÇÃO SECRETA

## PARECER Nº 979, DE 2005 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. CLAUDIO MAIEROVITCH PESSANHA HENRIQUES, PARA SER RECONDUZIDO AO CARGO DE DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA

Num.Sessão: 1  
Data Sessão: 28/6/2005

Num.Votação: 7  
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 28/6/2005 20:22:59  
Encerramento: 28/6/2005 20:25:58

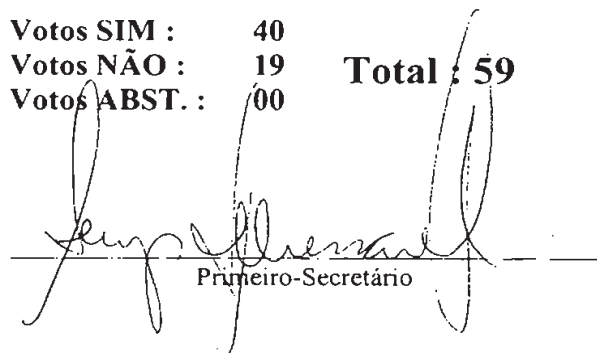
Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PMDB	MA	ANTÔNIO LEITE	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
Bloco-PT	MS	DELCIDIO AMARAL	Votou
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPPLY	Votou
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JUNIOR	Votou
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	Votou
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	Votou
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	Votou
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou
PMDB	GO	MAGUIÃO VILELA	Votou
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
Bloco-PPS	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PSDB	CE	RÉGINALDO DUARTE	Votou
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	Votou
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PP	DF	VALMIR AMARAL	Votou
PMDB	RR	WIRLANDE DA LUZ	Votou

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 40  
Votos NÃO : 19  
Votos ABST. : 00

Total : 59

  
Primeiro-Secretário

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Votaram SIM 40 Srs. Senadores; e NÃO, 19.

Não houve abstenção.

Total: 59 votos.

Está, portanto, aprovado o nome do Dr. Cláudio Maierovich Pessanha Henriques para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa.

Será feita a devida comunicação ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Primeiro requerimento de urgência.

Na sessão do dia 06 do corrente foi lido o **Requerimento nº 559, de, de 2005**, para o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2003, que deixou de ser votado naquela oportunidade em razão de encontrar-se a pauta sobrestada por medida provisória.

Em votação o requerimento de urgência.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria constará da Ordem do Dia da segunda sessão deliberativa ordinária subsequente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Sobre a Mesa requerimento que será lido pela Sr<sup>a</sup> 1<sup>a</sup> Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte

### REQUERIMENTO Nº 724, DE 2005

Nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, requeremos urgência para o PRS nº 58, de 2005, advindo da MSF nº 156, de 2005, que “Propõe ao Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até trinta e oito milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal, destinada ao financiamento parcial do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros – PROMOEX”.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2005.

#### COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS MENSAGEM SENADO FEDERAL Nº 156, DE 2005 NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O REQUERIMENTO DE URGÊNCIA NA REUNIÃO DE 24/06/05, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

#### Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL)	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
ALMEIDA LIMA (PSDB)	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ALVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB)
	PMDB
RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA
LUIZ OTÁVIO	2-HÉLIO COSTA
GARIBALDI ALVES FILHO	3-ANTÔNIO LEITE
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5-VAGO
GILBERTO MESTRINHO	6-GERSON CAMATA
VALDIR RAÜPP	7-PAPA LEO PAES
JOSÉ MARIANHÃO	8-JOÃO BATISTA MOTTA
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-IDELI SALVATTI (PT)
ANA JULIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
DELCIDIO AMARAL (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPLYCY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO CARIBERIBE (PSB)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRICIA SABOYA GOMES (PPS)	7-SERYS SLHESARENKO (PT)
	PDT
OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PERES

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Aprovado.

Consulto a Casa se podemos votar a matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – **Item extrapauta:**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 58, DE 2005**

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 724, de 2005 – art. 336, “II”)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 58, de 2005 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.022, de 2005, Relator: Senador Demóstenes Torres), que *autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor total de até trinta e oito milhões e seiscentos mil dólares dos Estados Unidos da América, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.*

A Presidência esclarece ao Plenário que poderão ser oferecidas emendas à proposição até o encerramento da discussão.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com abstenção da Senadora Heloísa Helena e do Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da redação final.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, parecer oferecendo a redação final ao **Projeto de Resolução nº 58, de 2005**, que será lido pela Sr<sup>a</sup> 1<sup>a</sup> Secretária em exercício, Senadora Serys Silhessarenko.

É lido o seguinte:

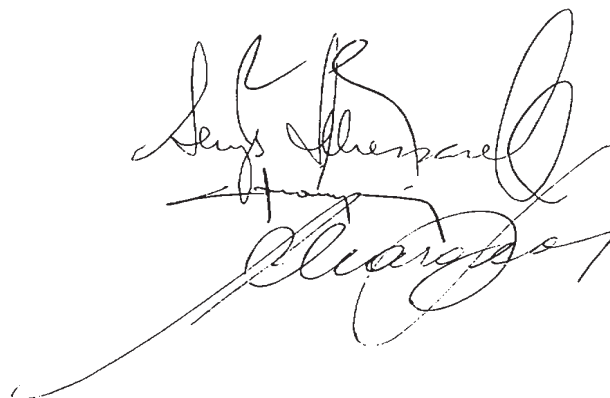
**PARECER Nº 1.931, DE 2005**

(Da Comissão Diretora)

**Redação final do Projeto de Resolução nº 58, de 2005.**

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 58, de 2005, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor total de até US\$38,600,000.00 (trinta e oito milhões e seiscentos mil dólares norte-americanos), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Sala de Reuniões da Comissão, 28 de junho de 2005.



**ANEXO AO PARECER Nº 1.031, DE 2005**

**Redação final do Projeto de Resolução nº 58, de 2005.**

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

**RESOLUÇÃO Nº , DE 2005**

**Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor total de até US\$38,600,000.00 (trinta e oito milhões e seiscentos mil dólares norte-americanos), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a República Federativa do Brasil autorizada a contratar operação de crédito externo no valor total de até US\$38,600,000.00 (trinta e oito milhões e seiscentos mil dólares norte-americanos), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.



Parágrafo único. Os recursos advindos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros – PROMOEEX.

Art. 2º As condições financeiras básicas da operação de crédito são as seguintes:

I – devedor: República Federativa do Brasil;

II – credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID;

III – valor total: até US\$38,600,000.00 (trinta e oito milhões e seiscentos mil dólares norte-americanos);

IV – modalidade de empréstimo: Mecanismo Unimonetário;

V – prazo de desembolso: até 4 (quatro) anos;

VI – amortização: parcelas semestrais e consecutivas, tanto quanto possível iguais vencendo-se a primeira 6 (seis) meses a partir da data inicialmente prevista para o desembolso final e a última o mais tardar 20 (vinte) anos após a assinatura do contrato;

VII – juros: exigidos semestralmente, calculados com base no custo de captação do Banco para empréstimos unimonetário qualificados, apurados durante os 6 (seis) meses anteriores aos respectivos vencimentos, acrescidos de margem razoável, expressa em termos de porcentagem anual, para cobertura de despesas administrativas;

VIII – comissão de crédito: exigida semestralmente nas mesmas datas de pagamentos dos juros, e calculada com base na taxa de até 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano), sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato, sendo que, a princípio o mutuário pagará taxa de 0,25% a.a. (vinte e cinco centésimos por cento ao ano); podendo este percentual ser modificado semestralmente pelo Banco sem que, em caso algum, possa exceder o percentual previsto de 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano);

IX – recursos para inspeção e supervisão geral: durante o período de desembolsos, não serão reser-

vados recursos para atendimento de despesas de inspeção6% supervisão gerais, salvo se o Banco estabelecer o contrário durante tal período. Em nenhum caso, para atender as referidas despesas em um semestre determinado, poderão destinar-se recursos superiores a 1% (um por cento) do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendidos no prazo original de desembolsos.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Aprovado o projeto e estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a redação final.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que a aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Sr<sup>a</sup> 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 725, DE 2005**

Nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, requeremos urgência para o PLC nº 89, de 2004, que “autoriza o Poder Executivo a efetuar contribuições ao Grupo dos 24 (G-24)”.

Sala das Comissões, 28 de junho de 2005.

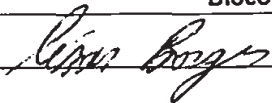
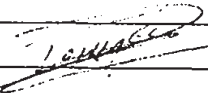
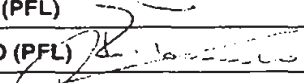
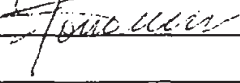
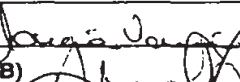
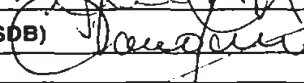
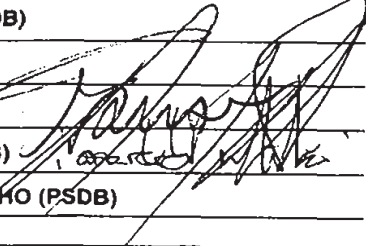
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS  
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2004  
NÃO TERMINATIVO

ASSINARAM O REQUERIMENTO DE URGÊNCIA NA REUNIÃO DE 23 / 06 / 05, OS SENHORES(AS)  
SENADORES(AS):


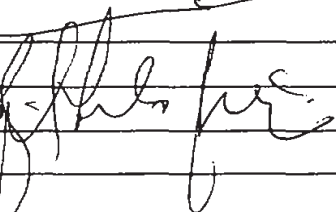
PRESIDENTE: 

RELATOR(A): \_\_\_\_\_

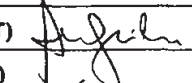
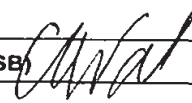
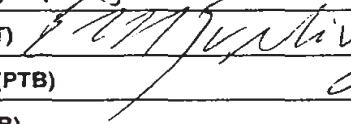
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL) 	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL) 
RODOLPHO TOURINHO (PFL) 	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL) 	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
ALMEIDA LIMA (PSDB)	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB) 	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB) 	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB) 
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB)

PMDB

RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA
LUIZ OTÁVIO	2-HÉLIO COSTA
GARIBALDI ALVES FILHO	3-ANTÔNIO LEITE 
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- VAGO
GILBERTO MESTRINHO 	6-GERSON CAMATA
VALDIR RAUPP	7-PAPALÉO PAES
JOSÉ MARANHÃO	8-JOÃO BATISTA MOTTA

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-IDELI SALVATTI (PT)
ANA JÚLIA CAREPA (PT) 	2-AELTON FREITAS (PL)
DELCÍDIO AMARAL (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB) 
EDUARDO SUPLYCY (PT) 	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO CAPIBERIBE (PSB)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS)	7-SERYS SLHESSARENKO (PT)

PDT

OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PERES
------------	--------------------

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS  
PL 89, DE 19 2004  
25

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria constará da Ordem do Dia da segunda sessão deliberativa ordinária subsequente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Sr<sup>a</sup> 1<sup>a</sup> Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

### REQUERIMENTO Nº 726, DE 2005

Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência, para o Projeto de Lei da Câmara nº 26 de 2005 que “Inscreve o nome de José Bonifácio de Andrada e Silva no livro dos Heróis da Pátria”

Sala das Sessões, 28 de junho de 2005. – Senador **Romeu Tuma**.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**ASSINAM O REQUERIMENTO DE URGÊNCIA AO PLC Nº 026/05  
NA REUNIÃO DE 14/06/05, OS SENHORES SENADORES:**

### BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE	10- TASSO JEREISSATI

### PMDB

HÉLIO COSTA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
GERSON CAMATA	4- PAPALÉO PAES
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
WIRLANDE DA LUZ	7- (VAGO)
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

### BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

AELTON-FREITAS	1- PAULO PAIM
CRISTOVAM BUARQUE	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIOA RNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- NEZINHO ALENCAR

### PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNCIO DA FONSECA
-----------------	------------------------

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento de urgência, passa-se à sua imediata apreciação.

**Item extrapauta:**

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2005 (nº 5.973/2001, na Casa de origem), que *inscreve o nome de José Bonifácio de Andrada e Silva no Livro dos Heróis da Pátria, tendo*

Parecer favorável sob nº 1.015, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

Não foram oferecidas emendas à proposição dentro do prazo regimental.

Tem a palavra o Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, essa foi uma mensagem mandada pela Câmara dos Deputados, da Deputada Telma de Souza, que é de Santos, e é uma homenagem ao centenário de José Bonifácio, o Herói da Independência.

Dessa forma, eu pediria o voto favorável, já que é uma homenagem justa e correta que a História pode prestar a José Bonifácio.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradecemos a intervenção de V. Ex<sup>a</sup>, que é o Relator da matéria, Senador Romeu Tuma.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam permanecerem sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, DE 2005

**Inscreve o nome de José Bonifácio de Andrada e Silva no Livro dos Heróis da Pátria.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Será inscrito no Livro dos Heróis da Pátria, que se encontra no Panteão da Liberdade e da

Democracia, o nome de José Bonifácio de Andrada e Silva.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada a Ordem do Dia São os seguintes os itens sobrestados:

**2**

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31, DE 2000 (Votação nominal)

Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças.*

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

**3**

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2002

(Votação adiada, em virtude de requerimento aprovado em 23.2.2005)  
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que *inclui § 8º no artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).*

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

**4**

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2004 (Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004,



tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.863, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

## 5

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia*.

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

## 6

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 87, DE 2003

(Discussão adiada, em virtude de requerimento aprovado em 26.4.2005)

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais* (dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer favorável, sob nº 685, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

## 7

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2003, tendo como primeiro

signatário o Senador Pedro Simon, que *altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral*.

Parecer sob nº 463, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ que apresenta.

## 8

### PROJETO DE LEI DO CÂMARA Nº 73, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 2004 (nº 834/2003, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional da Imigração Japonesa*.

Parecer favorável sob nº 9, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Ger-son Camata.

## 9

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2005

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – “Desmanche”, que *altera a redação do art. 126 da lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os artigos 126-A e 126-B*.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em sessão anterior foi lido o **Requerimento nº 604, de 2005**, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, solicitando, nos termos do art. 71, inciso IV, da Constituição Federal, seja realizada, pelo Tribunal de Contas da União, auditoria sobre a utilização do cartão de crédito corporativo por parte dos servidores da Administração Federal.

Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Na sessão do dia 22 de junho do corrente, foi lido o **Requerimento nº 665, de 2005**, do Senador Papaléo Paes, solicitando, nos termos do art. 71, inciso VII, da Constituição Federal, sejam solicitadas ao Tribunal de Contas da União informações sobre a redução do coeficiente de participação de Macapá, Estado do

Amapá, no Fundo de Participação dos Municípios, no exercício de 2004/2005.

Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência tomará as providências necessárias para fazer cumprir a deliberação do Plenário.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pela Sr<sup>a</sup> 1<sup>a</sup> Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

São lidos os seguintes:

#### REQUERIMENTO Nº 727, DE 2005

Senhor Presidente,

Na qualidade de integrante do Comitê de Coordenação das Mulheres Parlamentares, instituído pela 1<sup>a</sup> Conferência Mundial das Mulheres Parlamentares para a Tutela da Criança e do Adolescente, cuja reunião será realizada em Genebra, Suíça, no dia 11 de julho de 2005, requeiro, nos termos do inciso II, **a**, do Artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja concedida licença para desempenhar a referida missão.

Comunico, por oportuno, que estarei ausente do País no período de 7 a 15 de julho.

Salas das Sessões, 28 de junho de 2005. – Senadora **Patrícia Saboya Gomes**.

#### REQUERIMENTO Nº 728, DE 2005

Senhor Presidente,

Tendo sido designado por V.Ex<sup>a</sup>, para participação de uma Frente Parlamentar do Cooperativismo Português, a ser realizado em Portugal, dentro do acordo de cooperação técnica com a FENACHE (Federação Nacional das Cooperativas Habitacionais Econômicas de Portugal).

Requeiro, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do art. 40, § 1<sup>o</sup>, inciso I, do Regimento Interno, a necessária autorização para o desempenho da referida missão no período de 30-6-2005 a 8-7-2005.

Informo que estarei ausente do País no período de 30-6-2005 a 8-7-2005.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2005. – **Jonas Pinheiro**.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação os Requerimentos n<sup>os</sup> 727 e 728, de 2005, de pareceres favoráveis, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes e do Senador Jonas Pinheiro, respectivamente.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que os aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Sr<sup>a</sup> 1<sup>a</sup> Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação os Requerimentos n<sup>os</sup> 727 e 728, de 2005, de pareceres favoráveis, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes e do Senador Jonas Pinheiro, respectivamente.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que os aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Sr<sup>a</sup> 1<sup>a</sup> Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 729 DE 2005

**Requer Voto de Aplauso ao hospital Universitário Getúlio Vargas, de Manaus, AM, pelo transcurso de seu 40<sup>o</sup> aniversário de criação.**

Requeiro nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Hospital Universitário Getúlio Vargas, de Manaus – AM, pelo transcurso, no dia 27 de junho de 2005, do seu 40<sup>o</sup> aniversário de criação.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso proposto seja levado ao conhecimento do diretor Dr. Sérgio Ferreira Filho e, por seu intermédio a toda a equipe médica, os auxiliares e funcionários administrativos do Hospital.

#### Justificação

A homenagem que ora formulo justifica-se Universitário Getúlio Vargas, pertencente à Universidade Federal dos Amazonas. Dedicado ao atendimento das populações mais desprotegidas do Estado, esse hospital é também uma verdadeira escola, confundindo-se, aliás, com a história da Medicina no Amazonas.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2005. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – As matérias extrapauta que acabamos de votar foram apreciadas na prorrogação da sessão.

A Presidência, de acordo com as indicações das Lideranças, que já totalizam a maioria absoluta de membros, nos termos do art. 108 do Regimento Interno, designa a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a questão das privatizações realizadas no Brasil, no período de 1990 a 2004, e os critérios adotados pelo Banco Nacional de Desenvolvi-

mento Econômico e Social (BNDES) para concessões de empréstimos nos processos de privatização, criada pelo Requerimento nº 161, de 2005.

### Senadores

Titular	Suplente
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Arthur Virgílio (PSDB)	Flexa Ribeiro (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	
José Jorge (PFL)	Marco Maciel (PFL)
Rodolpho Tourinho (PFL)	

### PMDB

Garibaldi Alves Filho	Hélio Costa
Amir Lando	Mão Santa
Pedro Simon	

### Bloco de Apoio ao Governo S(PT, PSB, PTB, PL E PPS)

Ana Júlia Carepa (PT)	Roberto Saturnino (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	Marcelo Crivella (PL)
Eduardo Suplicy (PT)	

### PDT / P-SOL

Jefferson Péres (PDT)	Heloísa Helena (PSOL)
-----------------------	-----------------------

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pela Sr<sup>a</sup> 1<sup>a</sup> Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

São lidos os seguintes:

OF. GLPMDB Nº 232/2005

Brasília, 28 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Nos Termos regimentais, encaminho a Vossa Excelência os nomes dos Senhores membros da Banca do PMDB que integrarão a Comissão Parlamentar de Inquérito nº 245, de 2004 – CPI dos Bingos” em substituição aos anteriormente indicados, ficando a mesma assim constituída:

Titulares	Suplentes
Valdir Raupp	Alberto Silva
Hélio Costa	Ramez Tebet
Leomar Quintanilha	José Maranhão
Garibaldi Alves Filho	

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

Ofício nº 132/05-GLPSDB

Brasília, 28 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, venho solicitar a substituição do Senador Almeida Lima pelo Senador Reginaldo Duarte para integrar como Titular a Comissão Parlamentar de Inquérito, “destinada a investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”, criada pelo Requerimento nº 245, de 2004.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Serão feitas as substituições solicitadas.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy e, em seguida, aos Senadores Antonio Carlos Magalhães, Heráclito Fortes, Hélio Costa e Arthur Virgílio.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para esclarecimento, essa CPI é do Senado Federal? É isso? Queria apenas confirmar.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sim, Senador Suplicy.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero me congratular com o PMDB pelas indicações que fez para a CPI da Privatização. Eram pessoas de muito valor que sempre foram desvalorizadas no PMDB e que hoje realmente vêm para isso. É muito bom, porque serão pessoas que vão investigar e vão demonstrar o erro da Oposição em querer fazer essa CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes da minha questão de ordem, seria possível V. Ex<sup>a</sup> declinar o nome do autor da proposta?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Primeiro subscritor da proposta: Senador Arthur Virgílio.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – O Senador Arthur Virgílio é o autor da proposta da CPI da Privatização. Creio que S. Ex<sup>a</sup> fez isso em um ato solidário para atender à ânsia da Oposição de olhar pelo espelho retrovisor.

Tenho a impressão de que criaremos um impasse institucional muito grave, porque o desejo da Oposição é de destituir o Presidente Fernando Henrique do Poder. Considero uma demonstração de grandeza e de altivez do Governo brasileiro tomar essa decisão a partir do PT, dois anos e meio após o início do atual Governo.

Parabéns ao PT por mais essa demonstração de grandeza e de altivez que dá à Nação brasileira. Concordo que essa CPI tem que ser apurada, mas não nos devemos desviar dos fatos, devemos apurar Correios, mensalão, “panelão” e o que vier por aí.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria também, a exemplo do Senador Antonio Carlos Magalhães, felicitar o PT por ter finalmente reconhecido o valor do Senador Pedro Simon, uma das figuras mais íntegras e mais respeitadas desta Casa, para participar da CPI da Privatização. Assim também os Senadores Mão Santa e Sérgio Cabral, figuras que, até este momento, foram impedidas, alijadas do processo de qualquer CPI. Quero dar parabéns ao próprio PMDB, que finalmente reconheceu essas lideranças como realmente dignas de participar, em seu nome, dessas investigações. Temos plena confiança de que S. Ex<sup>as</sup> trabalharão com a maior altivez e dignidade, representando à altura a história do PMDB. Fico muito feliz com essas indicações.

Quero felicitar, também, o Senador Mercadante, por ter aceitado, finalmente, que esses três grandes Senadores participassem da CPI, porque, até agora, ele estava relutando a que eles participassem da CPI dos Correios, da CPI do Mensalão e de qualquer outra CPI que envolvesse o Governo e o PT. Ele agora, finalmente, se rendeu à grandeza e à dignidade desses Senadores, o que mostra que está realmente mudando. Fico feliz com isso.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas comunicar que a CPI dos Bingos se reunirá amanhã, ao meio-dia, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Senador Antonio Carlos Magalhães comunica à Casa que a CPI dos Bingos se reunirá amanhã, ao meio-dia, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra por ter sido citado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concederei a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, em seguida a palavra, que já concedi, do Senador Hélio Costa.

**O SR. HÉLIO COSTA** (PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas informar que amanhã, às 10 horas, na Comissão de Educação, estaremos ouvindo, em audiência pública, o Ministro Tarso Genro, sobre a sua nova versão da proposta de reforma universitária.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Em primeiro lugar, Sr. Presidente, em nenhum momento fui procurado pela Liderança do PMDB para sugerir qualquer tipo de indicação. Não fui procurado, não indiquei e não fui consultado. Portanto, não procede a afirmação que foi feita neste plenário.

Em segundo lugar, tenho dito e reiterado a esta Casa que, do meu ponto de vista, a CPMI não foi uma iniciativa nem da nossa Bancada nem do Governo. Tenho reiterado nesta Casa – e o fiz na semana passada, mais de uma vez, elogiando, inclusive, um pronunciamento do Senador Arthur Virgílio, feito em maio de 2001 – que uma sucessão de CPIs, necessárias ou não, fictícias ou não, cria uma crise no Parlamento, prejudicando o andamento dos trabalhos e podendo, inclusive, incidir sobre a governabilidade. Citei-o, elogiando a coerência de S. Ex<sup>a</sup> com aquele pronunciamento e o que tinha feito no âmbito do colégio de Líderes. S. Ex<sup>a</sup> reafirmou sua posição, que é a minha. Tenho, recorrentemente, expressado esse sentimento. Não creio que concentrarmos um conjunto tão grande de comissões parlamentares de inquérito neste momento ajude o Senado ou o País. Creio que não contribui com o País nem com o Senado.

Minhas reflexões e minhas preocupações têm sido expressas publicamente. Entendo que deveríamos concentrar o nosso esforço em concluir a CPMI dos Correios. Temos a CPI da Terra e a CPI da Imigração Ilegal e deveremos ter, até amanhã, uma nova CPI sobre a compra de votos no âmbito da Câmara dos Deputados. Se não for aprovada lá, há uma CPI



mista, e aí será aprovada pelo Congresso Nacional. A minha posição, que quero mais uma vez reiterar, é que vejo que problema de decoro de deputado deve ser tratado no âmbito da Câmara dos Deputados. Não acho que o Senado deva se envolver com essa matéria, e disso isso várias vezes dessa tribuna, mas entendo que, se a Câmara não tomar uma atitude, é evidente que a CPI mista já foi protocolada, será lida e será, portanto, encaminhada.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente...

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Também quero destacar, só para concluir, que a decisão do Supremo Tribunal Federal foi que, para todas as CPIs apresentadas, as Lideranças que não indicaram o nome, a Presidência o faria à revelia da Liderança. Essa a decisão do Supremo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O que não foi o caso. Os nomes foram todos indicados pelos Líderes partidários.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Na outra também, todas as Lideranças se adiantaram e indicaram os nomes com antecedência.

Por tudo isso, acho que deveríamos avaliar o momento que estamos vivendo. Estamos na última semana antes do recesso legislativo. As duas CPIs, a dos Correios e a da compra de votos, devem funcionar, devem desempenhar suas funções, o Congresso Nacional tem a obrigação de ir até o fundo nessas apurações, identificar toda e qualquer irregularidade, todo e qualquer desvio de conduta, para encaminhar à Justiça e ao Ministério Público. A Corregedoria e o Ministério Público já estão investigando todos esses episódios. Acho que deveríamos avaliar, pois não vejo que a concentração de todas essas CPIs venha a contribuir para o andamento dos trabalhos do Congresso Nacional, para o processo legislativo, para o momento que estamos atravessando.

Mais uma vez expresso a minha posição, manifestada no Colégio de Líderes, que sustentei da tribuna, sustentei do plenário e venho refletindo que essas CPIs terão que ser instaladas. Elas foram apresentadas, estão com os membros indicados. É uma decisão em que a indicação é necessária, mas a decisão do Supremo não obriga à instalação. Então, deveríamos refletir sobre a oportunidade de instalarmos essa CPI. Não acho que seja o melhor momento, no final do semestre, na última semana do processo legislativo, com todos os problemas que já temos e o desafio imenso do Congresso em apurar os episódios que estão aí.

Esta é a ponderação que faço, mais uma vez, é a minha recomendação a esta Casa.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, apenas para colaborar com...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, citado que fui, peço a palavra com base no art. 14 do Regimento da Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio e já darei a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Heráclito Fortes.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, solicito que leia os nomes do PMDB que foram substituídos para que possa convocá-los.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento de substituição de nomes do PMDB ainda será lido.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, com a permissão do Senador Arthur Virgílio, apenas para colaborar com esse discurso republicano do nosso Líder do PT, a sugestão é se fazer a fusão da CPI dos Correios com a CPI do Mensalão. Já sabemos que elas são siamesas. Economizaríamos tempo e avançaríamos com mais rapidez. É só uma questão de boa vontade. Tenho a impressão de que o caminho mais lógico, Senadores Arthur Virgílio e Aloizio Mercadante, é a fusão das duas. Teríamos uma CPI com o mesmo objetivo e o mesmo fim, até porque os fatos estão conectados. A Nação toda sabe disso.

É uma sugestão, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Vou conceder a palavra...

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas por ter sido citado. Serei muito breve.

Primeiro, do ponto de vista constitucional e regimental, não tem nenhum sentido. A CPI dos Correios está em andamento, ela tem um fato determinado, um foco e uma investigação traçada. Vou repetir o meu argumento: problema de decoro parlamentar de Deputado deve ser feito no âmbito da Câmara dos Deputados e não deve ser feito pelo Senado Federal.

Por último, só quero esclarecer, particularmente ao Senador Tasso Jereissati, que a indicação do PMDB foi feita no mês de maio, em 22 de maio. Por isso, não só não fui consultado como fiquei sabendo que é uma indicação muito antiga, que não foi feita agora, e eu não tenho qualquer incidência. Porque, como meu nome foi mencionado...

**O Sr. Tasso Jereissati** (PSDB – CE) – Estou parabenizando, porque eu vejo Senadores...

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – ... só estou ponderando que não foi feita agora e que eu não fui consultado nem naquela ocasião nem em nenhuma oportunidade sobre os critérios do PMDB. Só estou esclarecendo a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pela ordem, porque fui citado, eu gostaria apenas de esclarecer que estou elogiando porque estranhei enormemente a ausência, na CPI dos Correios, de Senadores desse porte, com a atuação que têm, principalmente do Senador Pedro Simon, que é uma lenda e um homem que se destaca em todas as CPIs. Estranhei profundamente. E agora, na CPI da Privatização, em que S. Ex<sup>a</sup> era excluído, ele está colocado, como também, do PT, o Senador Eduardo Suplicy, que não aparece em nenhuma dessas outras CPIs, de repente aparece nesta. Acho que este é um momento importante, pois vemos essas figuras importantes sendo colocadas no seu devido lugar e tendo o seu devido respeito. Pena que isso não tenha sido reconhecido antes, mas é sempre bom que haja o reconhecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, antes de mais nada, chamo a atenção para o fato de que nesta CPMI o Bloco da Minoria, PLF e PSDB, indica quatro Senadores e o PMDB indica três Senadores. Creio que está espancada a dúvida a respeito de quem deveria ter a direção da CPMI dos Correios e Telégrafos. Quatro é maior do que três e lá cinco deveria ter sido considerado maior do que quatro – e até vai indo muito bem o Senador Delcídio Amaral –, mas insistimos que houve uma manobra transformando, ficticiamente, minoria em maioria. Aqui está.

Quero ver agora qual é a mágica — para mim pode colocar Relator, não faço a menor questão —, mas queria ver se teria uma mágica absoluta em impedirem que se tivesse aqui uma posição de direção. Quis apenas repor a questão da matemática.

Mas, Sr. Presidente, quero me regozijar. Apresentei este requerimento porque havia um certo clima, à época, do tipo “se insistirem nessa, faremos aquela”. Então façam aquela e aquela é esta, das privatizações. Está aqui.

Na Câmara está saindo uma e me questiono: será que vale a pena esperarmos pela da Câmara? Por que não fazemos aqui a do Senado, de uma vez por todas, que foi decisão da nossa Bancada, reunida no nosso almoço semanal? Por que não fazemos, então, a do Senado?

Mas fico feliz por algumas coisas. A Senadora Heloísa Helena está de volta às CPIs.

E digo a V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Heloísa Helena, o que já havia dito na reunião com o Presidente Renan Calheiros, quando V. Ex<sup>a</sup> era substituída pelo Senador Geraldo Mesquita, que, se a questão fosse o seu Partido ter registro definitivo ou não, se fosse o motivo para impedi-la de participar de uma CPI, pelo que V. Ex<sup>a</sup> representa para opinião pública, eu disse ao Senador Geraldo Mesquita que o PSDB cederia uma das suas vagas para V. Ex<sup>a</sup> ou para ele e, mais ainda, com a altivez de quem já fez isso e nunca se aproximou do P-SOL para pedir voto em comissões em que o seu Partido se utiliza de uma das vagas que poderia ter cabido a algum Senador do PSDB.

O Senador Pedro Simon não foi considerado útil – não quero entrar na economia interna do PMDB – para investigar o Governo Lula e os Correios e Telégrafos. S. Ex<sup>a</sup> certamente colocará todo o seu talento na investigação sobre os fatos da privatização. Fico feliz de ver o Senador Pedro Simon reintegrado ao esforço para que se chegue a verdades positivas nesta Casa.

Senador Eduardo Suplicy, a quem não me atrevo a oferecer uma das vagas para que defendesse o Governo Lula na CPI dos Correios, não está mais marginalizado. O Senador Suplicy já pode voltar a integrar CPIs. Graças a Deus, não há nenhuma proibição limitando, cassando, castrando o mandato do Senador Eduardo Suplicy.

Temos absoluta convicção de que faremos um grande debate. Vamos ser bem francos.

Vou até dizer, Senadora Heloísa Helena, que considero impossível que, com tanto dinheiro em voga, não tenha havido alguém que se tenha locupletado. Resta saber se sim ou se não. Mas caso de Polícia, vamos tratar como caso de Polícia, da maneira mais clara.

Vamos também, nessa comissão parlamentar de inquérito – por isso insisti tanto na presença do Senador Tourinho, junto ao Líder José Agripino, e insisti tanto na presença do Senador Tasso Jereissati, pela qualidade de ambos –, discutir visões de mundo. Vamos discutir se foi melhor ou não para a economia brasileira. Vamos discutir se foi melhor ou não para a competitividade sistêmica da nossa economia. Vamos discutir ou não se isso tem ou não relação com a virada da balança comercial brasileira. E, se quiser voltar para o capítulo ético, não sei o que estaria sendo hoje dessa crise faminta e pantagruélica que toma conta do tecido da sociedade brasileira se houvesse mais Telebras, mais estatais para os Partidos fazerem esse loteamento torpe e sórdido que foi agora revelado à Nação.

Portanto, não consigo imaginar um mistério; não consigo imaginar nada de mais; não consigo imaginar

um motivo para se ter sentimento negativo em relação a uma comissão parlamentar de inquérito que haverá de pôr à prova quem tem ou não visão aberta, moderna, inteligente e lúcida sobre os caminhos da economia brasileira.

Para mim, tem que haver mais privatizações. Quero privatizar o IRB antes que continuem a assaltá-lo, como estão fazendo. Quero quebrar o monopólio e privatizar o IRB. Tem que haver mais privatizações, Senador Antonio Carlos Magalhães. É preciso retomar aquele trabalho interrompido por um Governo que fica meio hermafrodita: não sabe se estatiza; não sabe se privatiza. Essa coluna-do-meio cívica não faz bem à saúde política, à credibilidade deste Governo.

Portanto, para mim, não há nada de mais, Sr. Presidente. Não há nada de mais. Para mim, há um fato corriqueiro. Alguém diz: “Puxa, o Simon não podia estar naquela, podia estar nesta”! Ao contrário, para mim, é motivo de felicidade. O Senador Pedro Simon podia estar nas duas. Ou alguém pensa que o Senador Pedro Simon seria um torquemada contra Lula ou contra seu Governo na CPI dos Correios? Quem não sabe da integridade do Senador Pedro Simon? Quem não sabe da pureza de alma do Senador Eduardo Suplicy? Ou alguém acha que o Senador Eduardo Suplicy seria um bate-pau, seria um pau-mandado de alguém na Comissão dos Correios? Quem não sabe que o Senador Eduardo Suplicy haveria de ter isenção, haveria de saber investigar? Quem não sabe da posição da Senadora Heloísa Helena?

Volto a dizer, Senadora Heloísa Helena, que V. Ex<sup>a</sup> me conhece um pouco. Sei que V. Ex<sup>a</sup> pensa completamente diferente de mim quanto à visão de mundo. Há vaga para V. Ex<sup>a</sup> se por ventura, por qualquer razão, V. Ex<sup>a</sup> não puder, com o seu Partido, integrar essa CPI, ou para o Senador Geraldo Mesquita na comissão das privatizações. V. Ex<sup>a</sup>, lá, pode contrariar a minha palavra, contrariar a palavra dos meus companheiros, contrariar a nossa visão de mundo. Se V. Ex<sup>a</sup> descobrir algum fato delituoso, gostaria de partilhá-lo com V. Ex<sup>a</sup>, gostaria de denunciá-lo junto com V. Ex<sup>a</sup>, gostaria de fazer com que a Nação repudiasse aquele fato delituoso ao lado de V. Ex<sup>a</sup>.

Ou seja, é preciso percebemos que não tem cabimento pensarmos em País diferente fazendo uma política tão velha.

Imagino, Sr. Presidente, que vamos dar uma grande demonstração de capacidade, com um Senado lúcido e, como sempre, vigilante em relação a essas coisas da corrupção.

No mais, as advertências que tinha que ter feito, já fiz todas.

Estão me falando da tal CPI de Santo André. Suponho que deveríamos esperar esta leva para retomar. Há coisas insepultas, há coisas tão esquisitas, há certos tabus. Alguns cultivam tabus. Eu não cultivo tabus; o meu Partido não cultiva tabus. O meu Partido quer ver qual é a verdade a que chegará o Senado da República; o meu Partido acredita que aquele caminho foi o melhor e o único que poderia ter sido trilhado pela economia brasileira àquela altura.

Quem pensa o contrário, eu respeito; quem pensa o contrário, eu acato; quem pensa o contrário que venha com argumentos terçar as armas do convencimento contra nós na comissão parlamentar de inquérito. Quem por ventura entender de apontar algo delituoso não se julgue o dono absoluto da virtude, porque estaremos lá para partilhar a boa virtude de investigar a favor da lisura, para que nunca mais se repitam no futuro eventos que podem ter ocorrido no passado.

Ou seja, que fato bom! Quero olhar, Sr. Presidente, o lado positivo, quero olhar o lado bonito, quero olhar o lado do Senado maduro. Por que tanta paúra?

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PDSB – AM)** – Concedo o aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães, com muita alegria.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)** – Senador Arthur Virgílio, apenas quero dizer que isso é uma tática para não haver a CPI do Bingo e diminuir o ímpeto dos Correios. Façam CPI à vontade. Inclusive, poderíamos convocar o Congresso para o mês de julho, a fim de que todo mundo soubesse das CPIs. Isso é uma jogada.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM)** – Sem dúvida, Senador Antonio Carlos Magalhães, temos que dar um salto de qualidade.

O salto de qualidade é: vamos nos referir ao famoso cartão SUS. Por que não também? Alguém pode estar indignado com o que possa ter havido de corrupção se por ventura houve no processo de privatizações, Senador Tasso Jereissati? Se alguém está indignado não precisa esperar a instalação de CPI para exigir a investigação cabal e as conclusões totais a respeito desse caso. Se alguém não está indignado, isso aqui não é futebol, não é pingue-pongue, não é basquetebol, para se fazer jogo tático, não beisebol – você fica na frente e eu fico atrás; eu pego a bola e depois passo para você.

Isso aqui não é jogo, Senador Eduardo Suplicy, de troca-troca. Isso aqui é para definirmos se temos ou não capacidade de revelar cidadãos indignados que vão atrás de suas convicções, haja o que houver,

custe o que custar e doa a quem doer. Não àquela indignação ocasional.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** (PFL – BA)

– Permite-me V. Ex<sup>a</sup> mais um aparte?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Concedo o aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães, com muita honra.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** (PFL – BA)

– Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Arthur Virgílio, que o PT está no Governo e está sofrendo esses processos. Reaja, mostre o que houve na privatização! Venha para a tribuna discutir o que houve na privatização. Por que ficaram calados esse tempo todo? São cúmplices? É isso que está demonstrando com essa posição agora.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Vamos, Senador Antonio Carlos Magalhães, sem prejuízo da investigação.

Hoje, o Senador Tasso Jereissati falou algo que foi absolutamente oportuno sobre o cartão SUS. Não preciso ser o Montenegro do Ibope para imaginar que as pessoas estão muito mais interessadas no cartão SUS do que no “mensalão” que este Governo instituiu. Não acredito. Mas deve estar todo mundo preocupado com “mensalão”, disse o Senador Jereissati. Claro que estou ironizando.

A Senadora Heloísa Helena me chamava a atenção dizendo que às vezes elogiamos alguém por ironia, e pode ser que pessoas muito puras de alma e pouco afeitas a esse jogo da esgrima parlamentar entendam que aquela ironia é elogio mesmo. Então, vamos ser bem claros: trata-se de ironia clara e da grossa, ironia enorme, forte, ironia funda, ironia que não sei se é fina.

Só fico indignado se... Não existe essa de “indignado se”, mas de “indignado quando”, “indignado porque”, “indignado com razões fortes”.

Concedo, com muita alegria, o aparte ao Senador Eduardo Suplicy, que é recomposto na inteireza do seu mandato parlamentar, que estava castrado, pois parece que V. Ex<sup>a</sup> não era visto como alguém que pudesse participar de uma CPI. Já pode. Que bom!

Vamos revirar do avesso as privatizações, os fundos de pensão, o que possa haver de equivocado. Vamos ver o que deu certo, o que deu errado. V. Ex<sup>a</sup> é um economista. V. Ex<sup>a</sup> não é outra coisa a não ser um grande economista e um grande Parlamentar. Estamos aqui saudando V. Ex<sup>a</sup>, com todo o respeito que V. Ex<sup>a</sup> merece de todos os colegas.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Agradeço a oportunidade, Senador Arthur Virgílio, mas, tendo em vista as observações feitas pelo Senador Tasso Jereissati e por V. Ex<sup>a</sup>, eu me sinto, Sr Presidente, na

responsabilidade de pedir, pelo art. 14, daqui a instantes, a palavra para uma explicação pessoal. Do contrário, seria muito longo no aparte. Gostaria de informar, Senador Arthur Virgílio, que já participo da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra. Portanto, já tenho, além das responsabilidades...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Só não deixaram V. Ex<sup>a</sup> participar da dos Correios. Eu acompanhei bem o caso.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Mas informo a V. Ex<sup>a</sup> que transmi ao Líder, Senador Delcídio Amaral, que, no caso de haver a CPMI do Mensalão – é claro que ainda depende de decisão da Câmara dos Deputados se haverá apenas a CPI da Câmara dos Deputados sobre o tal “mensalão” ou se será mista –, eu me interessei em fazer parte dela. O Senador Delcídio Amaral disse que, em havendo a comissão, serei indicado. Obviamente, sinto-me no dever de atender às responsabilidades que me são atribuídas, cooperando com o Partido dos Trabalhadores e com tudo o que considero o melhor para ajudar o Governo do Presidente Lula. E vou pedir a atenção, já que V. Ex<sup>a</sup> me citou por pelo menos seis ou oito vezes, pois usarei da palavra em seguida, conforme estabelece o art. 14.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte, Senador Arthur Virgílio?

**O Sr. Edison Lobão** (PFL – MA) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador Arthur Virgílio?

**O Sr. Sérgio Guerra** (PSDB – PE) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador Arthur Virgílio?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Ouço V. Ex<sup>a</sup> com prazer, Senador Heráclito Fortes; em seguida, os Senadores Edison Lobão e Sérgio Guerra.

**(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)**

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senador Arthur Virgílio, peço permissão a V. Ex<sup>a</sup> para fazer um esclarecimento. A imprensa, no fim de semana, divulgou que o Senador Eduardo Suplicy foi perdoado, foi consagrado no Teatro Opinião, em São Paulo. Todos aqueles companheiros que participaram de uma tentativa de execução da imagem de S. Ex<sup>a</sup>, pelo fato de ter assinado a CPMI dos Correios...

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Teatro Oficina, perdão.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Teatro Oficina. De ter assinado a CPMI dos Correios...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Senador Heráclito Fortes, no Teatro Oficina, o PT mudou de opinião sobre o Senador Eduardo Suplicy?

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Exatamente. Todos o homenagearam: os candidatos a Governador



e todos os presentes, inclusive o Senador Aloizio Mercadante. Faltou apenas o Deputado José Dirceu, que lançou candidatura em seu retorno.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Ele não foi lá?

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Não foi ao Teatro Oficina. Porém, essa é uma rixa antiga, que eles próprios resolverão. Ou eles reconsideravam a posição que adotaram com o Senador Eduardo Suplicy ou cairiam na lama da opinião pública paulista, porque perceberam que o Senador Eduardo Suplicy estava realmente com a razão. O que o PT defende hoje não é o que o PT defendia antes em praça pública. E a única maneira foi essa festa consagrada em homenagem ao Senador Eduardo Suplicy. Fique tranqüilo porque, até que outra crise apareça, S. Ex<sup>a</sup> volta a ser a estrela, volta a ser pessoa querida no seio dos petistas.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Concedo o aparte ao Senador Edison Lobão, por favor.

**O Sr. Edison Lobão** (PFL – MA) – Senador Arthur Virgílio, estou convencido de que a CPI do BNDES terá o mérito de revelar o acerto das privatizações. O Brasil não é mais uma nação artesanal. É um grande país, uma grande economia. O mundo inteiro, civilizado, fez privatizações. A Inglaterra – a Grã-Bretanha – privatizou tudo o que tinha. A Rússia procede assim, a China, a Itália, todos os países. A privatização foi feita mediante uma licitação internacional às claras, da qual todos os interessados participaram. Não tenho dúvida, primeiramente, do acerto; segundo, de que essa CPI contribuirá apenas para revelar o que aconteceu de bom para o Brasil em virtude das privatizações. Não sei o que seria da economia do País se não houvessem sido agregados esses valores resultantes da privatização. Não sei onde estaríamos hoje.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Tenho a impressão de que, com mais alguns cargos preenchidos daquele jeito, a vaca estaria indo para o brejo. É a impressão que me passa, para usarmos uma linguagem de pecuária e de compra de boi, que está na moda ultimamente. Ou o boi estaria indo para o brejo, Sr. Presidente, porque, quando se fala em compra, fala-se em boi. Embora o ditado diga “vaca”, geralmente compra-se boi. Estou tentando apenas entrar na moda, quero me enturmar, até essa distância.

Mas, Sr. Presidente, encerro meu pronunciamento. E agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pela generosidade, chamando a atenção para o fato de que devemos trabalhar com base na mais absoluta normalidade. Toda aquela discussão sobre quem deveria presidir ou relatar a CPMI

foi meramente política. Apontamos os dados, Senador Cristovam Buarque, e não vamos, pura e simplesmente, tergiversar diante da verdade.

Apresentamos os dados da CPMI do Banestado. O Presidente foi o Senador Antero Paes de Barros, e o Deputado do PT de São Paulo, o Relator. A CPMI da Terra, em um acordo dos blocos majoritários, teve o Senador Alvaro Dias, do Bloco PSDB/PFL, como Presidente e, como Relator, o ilustre Deputado do PT de Pernambuco. De repente, quando chega aquela que investigaria o Governo Lula, o Governo que aí está, começou uma discussão sobre quem era a maioria, sobre como devia ser, como não devia ser.

Recomendei à minha mulher que retirasse minha filhinha de dez anos da frente da televisão, porque ela estava desaprendendo matemática. Eu disse: “Tire a Carol, porque, depois de um esforço danado, colégio caro, de repente, vão dizer a ela que quatro é mais do que cinco. Não vou permitir que deseduquem minha filhota”. Portanto, recomendei: “Nada de cena muito pesada. Tire a menina da sala. Ela tem só dez aninhos” quando veio essa história da matemática errada.

Agora, novamente, temos quatro do Bloco da Minoria e três do PMDB. Tenho a impressão de que, se medirmos a qualidade, vamos empatar, porque são todos os sete – seis, tirando a minha figura – pessoas de enorme valia pública. Ocorre um empate, se procurarmos por qualidade aqui. Se procurarmos por número, digo à minha filha, que está me ouvindo: “Minha filha, por favor, quatro é mais do que três, cinco é mais do que quatro. Carol, não acredite no resto. Esse pessoal não está querendo que você passe de ano. Carol, querida, o pessoal não quer que você passe de ano, minha filha! E você precisa de matemática para ter um raciocínio lógico, para ter um raciocínio limpo”.

Enfim, deveria hoje o Senador César Borges ser o Presidente ou o Relator daquela CPMI. É um fato, ou seja, o tempo...

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senador Arthur Virgílio, dentro da lógica, gostaria que V. Ex<sup>a</sup> colaborasse: a apuração vai começar de 2004 para trás ou de trás para 2004? Porque, em 2004, existe uma transação envolvendo a Embratel e a Telmex, para a qual o Deputado Roberto Jefferson chama a atenção da sociedade no **Jornal do Brasil** de domingo. E S. Ex<sup>a</sup> não está errando nos prognósticos dele. Portanto, Sr. Presidente, dentro da cronologia, temos que apurar os mais recentes. Creio que a operação da Telmex deve ser apurada, e o Deputado Roberto Jefferson deve ser ouvido sobre o que sabe a respeito da compra, que foi comemorada com a presença da Embaixadora do México, em uma festa na casa de uma antiga militante do PT, em Brasília.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Encerro, Sr. Presidente, agradecendo ao Senador Heráclito Fortes e dizendo que é tão grave esse quadro que vivemos que será impossível, Senador Eduardo Azeredo, não discutirmos mensalão na CPI das Privatizações! Claro! Se, privatizando, não há mensalão, e, não privatizando, houve mensalão, como não vamos discutir IRB? Como não vamos discutir o episódio dos Correios? Como não vamos discutir o que teria sido? Ou seja, para mim, se é de antes para trás, de trás para diante, pouco se me dá. O importante é termos um roteiro correto e concreto, é termos dessa vez o reconhecimento da boa matemática, é colocarmos esta e as demais Comissões Parlamentares de Inquérito para trabalhar e cumprir com o seu papel. E vamos investigar e passar a limpo todos esses episódios, para que o Brasil se torne uma nação cada vez mais afeita à sinceridade e cada vez menos casada com gestos inúteis, nesta sociedade exigente de hoje, de hipocrisia política.

Era exatamente o que tinha a dizer, por enquanto, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente, por ter sido citado pelo art. 14.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Arthur Virgílio.

Darei já a palavra a V. Ex<sup>a</sup>. V. Ex<sup>a</sup> foi citado, mas foi muito bem citado.

Vou dar a palavra ao Senador Efraim, ao Senador Sérgio Guerra e à Senadora Heloísa Helena e, depois, ouviremos V. Ex<sup>a</sup>, com muita satisfação.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu queria, mais uma vez, dizer que tenho tido muita preocupação com o agravamento dos fatos e tenho procurado conduzir esta Casa com absoluta isenção e serenidade.

Mais do que nunca, pensando no País, pensando na economia, pensando nas instituições, é fundamental que conversemos. Esta Casa sempre deu demonstração de bom senso, de maturidade, e, mais do que nunca, precisamos demonstrar isso ao Brasil.

Eu me coloco inteiramente à disposição, independentemente de qualquer conotação política ou partidária, mas fazendo valer esses valores, para que possamos conversar.

Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra, Senador Efraim.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, inicialmente quero parabenizar V. Ex<sup>a</sup> pela forma como vem conduzindo os trabalhos desta Casa, as CPIs do Congresso. V. Ex<sup>a</sup> merece o nosso respeito e o nosso apoio.

Pedi a palavra pela ordem para comunicar um fato ao País. Aconteceu no meu Estado, a Paraíba, e se encontra em vários *sites* no meu Estado, inicialmente no Paraíba *on line*. Vejam V. Ex<sup>as</sup> aonde chegamos.

Esta é a manchete do Paraíba *on line* sobre a ex-prefeita de Campina Grande, Cozete, do PT :

Familiares e auxiliares de ex-prefeita eram contemplados com o mensalão.

A pessoa responsável pelo recebimento de ‘vales’ [lá não é mensalão, é vale] na Secretaria de Finanças de Campina Grande, na gestão da ex-prefeita Cozete Barbosa (PT), revelou em depoimento ao Promotor Herbert Targino os beneficiários dessas retiradas.

Prestem bem atenção V. Ex<sup>as</sup> e o Brasil:

O servidor afirmou que “sempre fazia ‘vales’ na tesouraria” e entregava os numerários às seguintes pessoas: Francisca Carvalho (ex-secretária de Assuntos Jurídicos), Josenilta Dantas (Josy, secretária particular da ex-prefeita), ‘Seu Sena’ (pai de Cozete), Socorro Ramalho (ex-chefe de gabinete da PMCG e presidente municipal do PT), Francisco Avelino ‘Didi’ (irmão da Cozete), Ana Lígia Barbosa (irmã de Cozete).

O servidor também mencionou repasses para Paulo de Tarso Medeiros (ex-secretário, ex-presidente do Instituto de Previdência de Campina Grande e atual vereador), Conceição Trindade, uma das dirigentes do PT de Campina Grande – para pagamentos da casa da prefeita –, Edilza Vidal (ex-coordenadora política do gabinete da prefeita) e Jack (filho de Cozete).

Todos com direito a vales ou mensalão, como seja.

O pior, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é outra denúncia feita ao Ministério Público, com provas, que diz que a ex-prefeita do PT fez campanha com dinheiro público, pagando à produtora. E sabe quem aparece como beneficiário? Adivinhem. Duda Mendonça. Está aqui. Vou ler: “Aleni (que é o nome da figura) disse ainda que entregou em mãos à presidente do Partido dos Trabalhadores em Campina Grande, Socorro Ramalho, a importância de R\$100 mil, dinheiro que seria entregue a Duda Mendonça. A ex-secretária de finanças prometeu dar depoimento ao Ministério Público...” Era a tesoureira da Prefeitura.

Eu queria fazer essa denúncia ao País porque, lamentavelmente, atinge as finanças do segundo Município mais importante do meu Estado, Campina Grande, uma cidade que todos conhecem pelo trabalho, pelo povo trabalhador, hospitaleiro, que está aí ago-

ra fazendo o maior São João do mundo. E o que nos aparece é o PT, que, parece-me, a partir do Sr. Delúbio, do Sr. Sílvio e outros mais, espalhou essa história por todo o Brasil.

Lamentavelmente é mais um fato que, com certeza, vai mostrar ao Brasil que temos muito que apurar com o mensalão. Daí, sinceramente, dizer que, se fizer na Câmara dos Deputados a tal da CPI dos salários ou da compra de voto, é medo mesmo do PT, porque sabemos da força da CPI Mista.

Então, Sr. Presidente, vou torcer para que, amanhã, V. Ex<sup>a</sup> possa anunciar uma Comissão Mista do mensalão, principalmente agora em que os companheiros do PT que não estavam no mensalão apareceram lá na Prefeitura de Campina Grande: vereadores do PT, presidente do PT, ex-prefeita do PT, dentro exatamente do seu mandato.

Era isso que queria comunicar a V. Ex<sup>a</sup> e às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores e ao Brasil, pois, lamentavelmente, ocorre isso lá no meu Estado, a Paraíba.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, penso que vivemos um momento de insensatez exacerbada. No Senado, por várias razões, mais do que na Câmara, estão concentradas as maiores responsabilidades. A primeira grande responsabilidade neste instante é a de esclarecer o povo brasileiro. Há uma maré de acusações, umas graves, outras nem tanto, e a sociedade, de maneira geral, assume uma enorme irritação.

Eu estava, há pouco mais de duas horas – estiveram lá também os Senadores Arthur Virgílio, José Agripino, Lúcia Vânia, Osmar Dias –, numa reunião com produtores rurais. O Senador José Agripino e o Senador Arthur Virgílio fizeram alguns comentários claramente políticos sobre esta crise. Houve uma verdadeira exacerbação emocional quando essa questão foi colocada. As ruas estão olhando atentas e precisam ter respostas seguras. Eu não estou satisfeito com o que está acontecendo nem, de maneira nenhuma, otimista.

Uma palavra sobre essa chamada CPI das Privatizações. Eu não saberia dizer se ela caberia antes ou se não caberia. Mas tenho certeza de que ela não cabe agora, porque carrega atraso alfandegário. É claramente uma resposta a uma outra CPI, como se o Brasil, a sociedade inteira tivesse de se submeter a esse cenário de respostas precárias, que nos comprometem ao invés de nos engrandecer.

Preocupa-me o andamento da chamada CPI dos Correios. Vamos ser sinceros: não pode ser contida e

não deve ser limitada. É evidente que o que se deu nos Correios é parte de um processo. Ouvimos, hoje, alguns arapongas lá. Sinceramente, passei por lá e não fiquei. Não acho que é o centro do problema saber se uma fita gravada sobre alguém, funcionário de quarta qualidade, representa exatamente o conteúdo do que temos de investigar.

Amanhã teremos o depoimento de quatro diretores. Há denúncias de que 10, 15, 20 contratos na área dos Correios são suspeitos, têm aparente irregularidade. Até agora, nenhum Senador da Comissão Parlamentar de Inquérito teve acesso a esses contratos. O Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto explicou a questão com todas as letras. Seria imprudente – não para nós da Oposição, que poderíamos até fazer uma festa política, mas dessas que não se concluem – ouvir amanhã esses quatro diretores se não tivermos acesso a nenhum dos contratos que devem ser investigados. Os diretores têm informações, detalhes de sua gestão. Nós vamos chegar lá sem detalhes, sem informação alguma. Ponderei nesse sentido da forma mais equilibrada possível. Outros Parlamentares o fizeram, mas nossas ponderações não foram acolhidas.

Sobre o “mensalão”. É claro que é conveniente que esse episódio seja tratado na Câmara. Não é uma boa atitude Senadores fiscalizarem Deputados. Mas quero dizer que não é nada absurdo que Senadores fiscalizem Deputados, nem que Deputados fiscalizem Senadores. Em uma CPI como a dos Anões do Orçamento, Senadores foram investigados por Deputados, Deputados foram investigados por Senadores. Houve imensa comoção. Foram apuradas as responsabilidades, e a CPI chegou a bom termo. Não podemos deixar de falar a verdade agora. Não podemos tentar encobrir com um lençol um corpo que a sociedade já percebe estar contaminado. Se o Congresso cumprir o seu papel, salvaremos as instituições e a democracia; se não cumprir, estarão ameaçadas no seu núcleo, na sua confiança essencial.

Vejo com preocupação essa maré de precariedade. Penso que o Presidente do Senado tem imensa responsabilidade agora. Lideranças como a do meu Partido, a do Senador Arthur Virgílio não têm sido suficientemente compreendidas, S. Ex<sup>a</sup> não tem tido colaboração no seu projeto, que é semelhante ou igual a esse que defendo, não tem tido compreensão no plural. Meu Partido e a Oposição de uma maneira geral não pretendem, não são golpistas, nem por formação nem por ação. Agora, não adianta querer fazer manobras para reduzir CPIs, para tumultuar processos que não podem ser tumultuados, porque vamos pagar, no plural, altos preços por isso. Sinto que é preciso uma interferência, uma intervenção para que não continue-

mos na marcha da insensatez e, sim, num programa para chegarmos a conclusões no mais breve espaço de tempo possível.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Senadora Heloísa Helena

**A SRA HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, sabe o Senador Arthur Virgílio o carinho que tenho por ele, pela Goretti, pela esposa dele; a prova disso é que até lhe confio o meu filho. Então, é porque realmente tenho muito carinho. Mas sabe ele também exatamente o que penso do Governo Fernando Henrique; sabe exatamente o que penso do Governo Fernando Henrique. Passei quatro anos nesta Casa ora como Senadora, ora como Líder do PT no Senado, ora como Líder da Oposição ao Governo Fernando Henrique e posso até ser convencida do contrário por uma CPI, mas hoje não tenho dúvida de que existem, que foram patrocinados crimes contra a Administração Pública, tráfico de influência, intermediação de interesse privados, exploração de prestígio no Governo Fernando Henrique, no processo de privatização. Pode uma CPI me mostrar exatamente o contrário, mas acho que aconteceu.

Espero ter a oportunidade de participar da CPI como suplente do Senador Jefferson Péres. Claro que é estranhíssimo que agora eu possa participar porque sei o que foi tentado para me tirar da CPI dos Correios, mas vou falar como professorinha sertaneja simplória para que as pessoas possam entender, de fato, o que está acontecendo. Não gosto da sofisticação quando ela se assemelha à arte do cinismo e da dissimulação, como o Cardeal Mazarin dizia que era o mundo da política. O que está acontecendo aqui claramente é um jogo sórdido de chantagem explícita. Como se instalou a CPI dos Bingos e, portanto, toca no Sr. Waldomiro, na estrutura de lavagem do dinheiro sujo do narcotráfico e nos tapetes do Palácio do Planalto, imediatamente se responde, de forma revanchista, chantagista e sórdida, com a CPI das Privatizações.

Apenas para deixar absolutamente claro: sempre que eu tiver possibilidade de participar, vou participar, cumprindo minha obrigação constitucional com zelo e honestidade, com a minha própria consciência, as minhas convicções ideológicas, a minha visão de mundo. Agora me sinto na obrigação de dizer sem sofisticação, sem marola, sem manobras nas palavras: o que existe é claramente um jogo sórdido de chantagem explícita porque se apoiou e vão investigar os bingos. Então imediatamente responde-se com a privatização.

Espero que o povo brasileiro possa ver todas as comissões parlamentares de inquérito funcionando. É

bom deixar absolutamente claro: a CPI dos Correios, que era o mecanismo fraudulento para que empresários ganhassem licitações fraudadas para assim ter dinheiro para pagar o “mensalão”, ela vai ter que ser tratada com as duas formas ao mesmo tempo, não tenho dúvida disso, infelizmente, para tristeza profunda minha, mas vão acabar sendo discutidas as duas coisas na CPI dos Correios. Fraudava-se licitação, a licitação fraudada era vitoriosa para o empresário que, por sua vez, compensava a licitação fraudada, entregando dinheiro para depois ser distribuído, numa verdadeira guerra de gangues partidárias entre os que estão parasitando a máquina pública.

Vou estar atuando com a mais absoluta serenidade, tratando dos procedimentos investigatórios, como é minha obrigação constitucional, e com obrigação com a minha própria consciência. Mas não posso deixar de dizer isso até porque são três anos de cobrança aqui e um ano em que eu cobrava quando eu era da Executiva do PT que tudo aquilo que dizíamos, que inclusive se apresentou no programa de Governo, quando estava sendo construído, com a participação extremamente especial do Celso Daniel, em que nós dizíamos exatamente isso, que ia investigar, que ia auditar, que ia fazer isso ou aquilo outro. Depois de três anos de Governo não se fez nada, acobertou-se, prevaricou-se; e agora, como uma forma sórdida, faz-se esse jogo de chantagem. Então, espero que se possa investigar tudo: Fernando Henrique, Lula, qualquer um de nós, que se possa investigar tudo porque o povo brasileiro já está muito cansado de tanto cinismo e tanta dissimulação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

Em seguida, darei a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas, motivado pela intervenção do Senador Sérgio Guerra, de voltar a expressar o meu ponto de vista e recolocar algumas questões em seus devidos lugares.

Primeiro, quero lembrar que esta CPI não foi apresentada pela base do Governo. Segundo, quanto às indicações, nós não apresentamos os nomes porque não achávamos oportuna a realização de nenhuma das duas, nem a dos Bingos, nem a das Privatizações. Considerávamos inoportuno tratar dessa matéria neste momento.

No caso específico do Sr. Waldomiro, quero lembrar que foram feitas duas CPIs, os três ex-Presidentes da Loterj foram enquadrados em vinte artigos do



Código Penal, inclusive o Sr. Waldomiro Diniz. Houve quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico, houve inquérito na Polícia Federal. Tudo o que se podia fazer foi feito, e agora o processo dele está na Justiça. Cabe à Justiça tomar as providências finais.

Em relação aos Bingos, temos um projeto tramitando na CCJ. Inclusive o Senador Antonio Carlos Magalhães nomeou relator, e eu disse que a minha posição continua sendo contrária aos bingos. Penso que temos que tomar uma providência radical em relação a essa matéria. E é uma matéria que o Senado Federal seguramente vai pautar e discutir. Por tudo isso, sobretudo pela intervenção, eu diria, bastante responsável e lúcida do Senador Sérgio Guerra, eu gostaria de concluir a minha reflexão, propondo que o Presidente da Casa chame as Lideranças da Casa para que avaliemos o momento e estabeleçamos um cronograma de trabalho para o Senado, que vejamos de fato como deveremos realizar esse trabalho de investigação e de apuração.

É evidente que tenho uma profunda discordância tanto do prejulgamento, da condenação precipitada, desse clima de denunciamento que estamos vivendo. E acho que tudo tem que ser avaliado, investigado, pessoas que tiverem praticado qualquer tipo de ilícito, seja quem for. Ter carteirinha do PT não é passaporte para a impunidade de quem quer que seja. Temos o Estado de Direito, temos exigências legais que serão cumpridas e definidas pelo Partido e pelas instituições republicanas para quem quer que seja. Isso vale para o nosso e para os demais Partidos.

Então, a CPI dos Correios vai investigar tudo, apurar tudo, e punir quem tiver praticado qualquer ato de corrupção. Da mesma forma, a CPI da compra de votos, tenho certeza, vai a fundo, inclusive subsidiada pela Corregedoria e pelo Conselho de Ética da Câmara, que já estão investigando com transparência, chamando as testemunhas e apurando esses episódios.

Por tudo isso, são essas as duas questões fundamentais sobre as quais o Brasil aguarda resposta neste momento. Há matérias muito importantes para o País que devem ser encaminhadas no Poder Legislativo. Veja que com o funcionamento de uma única CPI não houve reunião na Comissão de Assuntos Econômicos pela segunda semana seguida, como não houve também na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania na semana passada. Da mesma forma, teremos dificuldades na CCJ amanhã, porque a CPI vai funcionar no mesmo horário.

Pergunto aos Senadores que conhecem esta Casa: como é possível estarmos em dez Comissões Permanentes com três CPIs que já estão funcionando e instalar mais duas, que vão envolver de 15 a 22 Senadores? Eu disse isso publicamente várias vezes.

No entanto, a interpretação de uma parte da imprensa é a de que se quer abafar a CPI. Abafar o quê? O Ministério Público, a Corregedoria, a Polícia Federal... Há duas CPIs funcionando e estão propondo mais uma na Câmara dos Deputados para investigar os fatos de forma completa.

Desde já adianto que se a CPI do Mensalão for mista o Senador Eduardo Suplicy estará lá. S. Ex<sup>a</sup> reivindicou a participação na CPI das privatizações, na CPI do Mensalão e já está na CPI da Terra, como outros Senadores estão em outras funções. Cada Senador, pelo art. 145, só pode participar de uma CPI. Estamos inclusive deixando de cumprir o Regimento Interno.

Antes o Senador podia ser membro de duas comissões – em uma como titular e em outra como suplente – e de uma CPI como titular. Agora, são três comissões, mas não foi revogado o capítulo das CPIs. Portanto, cada Senador só pode participar de uma comissão. Sequer estamos considerando o Regimento da Casa, que talvez seja uma regra sábia para que possamos orientar nossas atitudes.

Por tudo isso, Sr. Presidente, pondero a V. Ex<sup>a</sup>, ao Senador Antonio Carlos Magalhães, que aqui está, ao Senador Arthur Virgílio, Senador Eduardo Azeredo, Senador Sérgio Guerra que avaliemos amanhã a conjuntura com responsabilidade. Estamos na última semana do semestre legislativo. Vamos ponderar ao Senado, que tem sido uma Casa de equilíbrio, de moderação, se realmente devemos dar este passo que estamos dando. No meu ponto de vista, não tem racionalidade. Não deveria ser dado desta forma. Deveríamos, sim, estabelecer um calendário, concluir uma etapa, investigar os Correios e a compra de votos. Encerrado esse capítulo, instalaríamos as outras CPIs, mas não agora dessa forma que – creio – não está sendo motivada nem pela racionalidade.

Isso só está posto, porque o Supremo julgou e, ao fazê-lo, interferiu na vida do Poder Legislativo – temos de cumprir a sentença do Supremo – e obrigou o Presidente da Casa a indicar, caso as Lideranças não o fizessem. As Lideranças indicaram. Evidentemente, não iam delegar a responsabilidade ao Presidente da Casa, pois não seria correto. Contudo, o Supremo não exige que seja instalada a comissão neste momento.

Trata-se de uma decisão política do Senado. Vamos assumir a nossa responsabilidade política e conservar o caminho em que nós, durante dois anos e meio, estivemos e que não foi marcado nem pelo revanchismo, nem pelo ataque irresponsável, nem pela autofagia. Foi, sim, marcado para apurar e investigar quando há fatos determinados que precisam ser investigados com todo o rigor.

Por isso tudo, a minha sugestão é que V. Ex<sup>a</sup> marque a reunião de Líderes, que sentemos à mesa amanhã, avaliemos com cautela e responsabilidade o momento. Evidentemente, depois tomaremos uma decisão coletiva. É a ponderação que faço à Casa e ao Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros – PMDB-AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senado Renan Calheiros, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero agradecer a atenção do Senador Tasso Jereisatti, do Senador Arthur Virgílio e também do Senador Aloizio Mercadante, que mencionaram a minha disposição de participar das diversas CPIs que estão ocorrendo no Congresso Nacional. Eu gostaria de aproveitar essa oportunidade, já que foi citada a plenária ocorrida domingo último, no Teatro Oficina, inclusive pelo Senador Heráclito Fortes, para dizer que, de fato, perguntei às pessoas que poderiam estar avaliando, na medida em que sou Senador já no segundo mandato – estou no meio do 15º ano, serão 16 anos no ano que vem –, se o Partido dos Trabalhadores devia indicar-me novamente para um novo mandato e assim eu ser eleito em 2006.

Outro dia, o jornalista Fernando Rodrigues, Presidente Renan Calheiros, me perguntou: “Mas será que não é demais 24 anos como Senador? Será que não deveria ter alguma limitação? No México, por exemplo, sabe V. Ex<sup>a</sup> que cada Parlamentar pode exercer apenas uma vez o mandato. E há muitos ali que se candidatam a Deputado e, depois, a Senador. Há uma limitação”. Isso está no contexto do direito à reeleição. Acredito mesmo que poderíamos estar pensando muito no direito à reeleição dos Chefes do Poder Executivo e nos mandatos parlamentares, nas Câmaras Municipais, nas Assembleias Legislativas e no Congresso Nacional, no Senado e na Câmara dos Deputados.

Eu avalei que era importante perguntar às pessoas se deveria eu ser novamente candidato ao Senado.

Será que não seria o caso de as pessoas responderem: está na hora de você dedicar-se mais a ser professor de Economia, a escrever livros, reflexões sobre o que se passou, ou – quem sabe? – contribuir como jornalista, ou até fazer algumas coisas agradáveis? Quem sabe, ir cantar com os meus filhos – o Supla, o André e o João –, o que gosto de fazer. Imaginem se eu tivesse tempo para ensaiar com eles. Quem sabe? Talvez eu pudesse cantar melhor, e assim por diante, ou seja, fazer outras coisas na vida.

Então, eu achei mais do que justo perguntar às pessoas. E eis que eu tive uma resposta tão positiva. E é sobre isso que eu gostaria de falar. Vou aproveitar para dar a notícia, Senador Renan Calheiros.

Primeiro, quero informar que, para esse encontro, eu fiz questão de gastar o mínimo possível. Aproveitei os instrumentos que tenho, como, por exemplo, encaminhar *e-mails* a tantas pessoas. Hoje a Internet facilita muito. Pedi que fossem impressos quinze mil volantes pequenos, onde estava escrito: “Venha à plenária do Senador Suplicy”. Havia também uma pequena foto minha com o dizer: “É diferente de tudo que está aí”. Esse foi o mote da minha campanha em 1985, quando fui candidato a Prefeito e na ocasião foi eleito Jânio Quadros. Carlito Maia, Erazê Martinho e Chico Malfitani tinham colocado esse mote, que foi rememorado recentemente por mim quando um amigo meu disse que eu era um tanto estranho, mas ele próprio tinha dito que eu havia aprovado o mote “diferente de tudo que está aí” e era consistente com aquele mote.

Quero aproveitar a oportunidade para agradecer a cerca de 600 pessoas. Alguns que estavam na porta, das 3 horas da tarde até às 19 horas, disseram que de 500 a 600 pessoas apareceram no Teatro Oficina. Quero agradecer muito a José Celso Martinez Corrêa, e informar que fiz questão de perguntar-lhe quanto custaria se eu usasse durante quatro horas o Teatro Oficina. Ele disse que não custaria nada, mas os serviços do homem que cuida da iluminação e do som e do homem responsável pela segurança dos camarins, para que ninguém entre lá e pegue as coisas bonitas usadas na apresentação de “Os Sertões” estavam estimados em R\$900,00.

Fiz questão de pagar R\$2.000,00 para que a diferença ficasse como contribuição para a viagem que os 65 membros de **Os Sertões** que vão para a Alemanha. Foram convidados para apresentarem **A Luta**, a primeira parte de **Os Sertões** – já são quatro partes de **Os Sertões**. Um dia, quem sabe, poderão os baianos ver.

São seis horas cada uma dessas partes. Agora, são os alemães que vão assistir em setembro. Eles foram convidados especialmente para o mais importante festival de teatro da Alemanha. Eu quero muito agradecer a José Celso e a todo o seu elenco, que tiveram uma energia tão positiva para essa plenária.

Agradeço ao Presidente Nacional do PT, José Genoíno, que ali disse que sou imprescindível neste Senado Federal e que não há dúvida de que serei o candidato no ano que vem; aos três candidatos ao Governo do Estado de São Paulo pelo PT, meu colega Senador Aloizio Mercadante, Deputado João Paulo Cunha, que foi Presidente da Câmara dos Deputados, e Marta Suplicy. Os três foram muito bem recebidos e cada um expressou o quanto avaliam que eu seja importante aqui. Os candidatos a Presidente do PT, José Genoíno, Plínio de Arruda Sampaio, Walter Pomar e Marcos Sokol – Raul Pont e Maria do Rosário são do Rio Grande do Sul e não poderiam se deslocar, vieram dizer da importância de eu ser o Senador aqui por mais oito anos. Também os Deputados Federais Ivan Valente e Ricardo Zarattini, que aqui ali estiveram. Os Deputados Estaduais Simão Pedro Schioveti, Renato Simões, José Zico Prado de Andrade; os Vereadores Paulo Teixeira, Paulo Roberto Fiorillo e Chico Macena; e Soninha Francine, radialista, que serviu como mestre-de-cerimônias. Paulinho Bururu, Prefeito de Jandira, e Miro do Táxi, Vice-Prefeito; Wagner Lino, Vereador do PT. Mas também estiveram ali, Sr. Presidente, os movimentos sociais.

**(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)**

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Eduardo Suplicy, estamos concluindo a Ordem do Dia. Há um requerimento do Senador Tasso Jereissati que pretendemos votar.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, vou concluir. Quero apenas dizer que foram os ambulantes do Parque Ibirapuera, os trabalhadores dos Correios, os moradores de rua, os movimentos sociais os mais diversos, o jurista Celso Antonio Bandeira de Mello, que fez um maravilhoso pronunciamento, o Professor Dalmo de Abreu Dallari, que ali chegou com os seus netos e falou coisas tão bonitas do tempo até que eu havia... Caso eu tivesse sido escolhido Prefeito ou designado Secretário de Negócios Jurídicos, ele lembrou desse episódio, e tantas pessoas, Sr. Presidente, inclusive...

**(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)**

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Bárbara Abramo, lembrando o meu irmão Cláudio Abramo e tantos...

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Eduardo Suplicy, eu queria cooperar com a sua carreira política.

**(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)**

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Só quero dizer, Senador Mão Santa, que eu me senti com uma extraordinária energia positiva para continuar aqui debatendo com V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me permite? A maratona de V. Ex<sup>a</sup> tem de continuar.

**(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)**

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Rui Barbosa, 31 anos. Agora que V. Ex<sup>a</sup> está na metade.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex<sup>a</sup> não pode conceder apartes. V. Ex<sup>a</sup> está falando na forma do art. 14.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Quero dizer que estou extremamente animado para cumprir todas as funções que o PT atribuir a mim, inclusive o meu Líder, na CPI da Privatização ou na da Terra, onde já estou. Poderei colaborar na CPI dos Correios, na do Mensalão...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Na dos Correios não.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – A do Mensalão talvez exista. Se for CPI mista... Eu não posso em todas, simultânea e regimentalmente.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Um passarinho me disse que não pode.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Mas eu disse que, se houver a do Mensalão, até prefiro ficar nela, porque eu considero importante cooperar para fazer aquilo que o Presidente Lula disse: espero que o Congresso Nacional possa realizar, com equilíbrio, a apuração mais completa dos fatos, mesmo que seja para “cortar a própria carne”. Quaisquer que sejam os responsáveis, há que se apurar até o fim todos os episódios para o bem do Brasil. É o que a população brasileira espera.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.)*

Para citar e agradecer  
 todos os desta lista

**PARLAMENTARES E AUTORIDADES DA PLENÁRIA**

- José Genoíno – Presidente do PT Nacional
- Sen - Aloizio Mercadante – Senador PT/SP e Vice-Presidente do PT Nacional
- DF - João Paulo Cunha – Deputado Federal PT/SP, ex-presidente da Câmara dos Deputados
- Marta Suplicy – ex-Deputada Federal, ex-Prefeita de São Paulo e Vice-Presidente do PT Nacional
- DF - Ivan Valente – Deputado Federal PT/SP
- DF - Ricardo Zaratini – Deputado Federal PT/SP
- Simão Pedro Schioveti – Deputado Estadual PT/SP
- Renato Simões – Deputado Estadual PT/SP
- José Zico de Andrade Prado – Deputado Estadual PT/SP
- Paulo Teixeira – Vereador PT/SP
- Chico Macena  
Vereador SP - Paulo Roberto Fiorillo – Vereador PT-SP
- Soninha Francine – Vereadora PT/SP
- Wagner Lino – Vereador PT/SP
- Paulinho Bururu – Prefeito de Jandira
- Miro do Táxi – Vice Prefeito de Jandira
- Marcio Rodrigues de Carvalho Barros – Vereador de Praia Grande
- Jilmar Tatto – ex-Deputado Federal e Candidato à presidência do PT Estadual
- Walter Pomar – Candidato à presidência do PT Nacional
- Marcos Sokol – Candidato à presidência do PT Nacional
- Plínio de Arruda Sampaio – Candidato à presidência do PT Nacional
- Prof. Dalmo de Abreu Dallari – Professor de direito e jurista
- Celso Antonio Bandeira de Mello – Professor de direito e jurista
- Nita Freire – Educadora
- Paulo Nogueira Batista - Economista e professor

28.6.05

SENADOR EDUARDO  
SUPlicy



- Percival Maricatto – Presidente do PNBE
  - José Celso Martinez Correa – Ator, Diretor, Dramaturgo
  - Antonia Cileide Oliveira de Souza – Pres. Cooperativa dos Ambulantes do Ibirapuera
  - Susana Prado – Psicanalista
  - Bárbara Abramo – Fundação Perseu Abramo
  - Liana Borges – Presidente da COOPERAPIC
  - Betty Mindlin – Antropóloga e economista
  - Ferréz – Escritor
  - Gilberto Perri – Secretário de Finanças de São Carlos-SP
  - Odilon Guedes – ex-vereador PT-SP
  - José Xavier Cortez – Empresário, Editora Cortez
  - Nazen Nascimento – Professor titular de engenharia da Unesp de Guaratinguetá
  - Detentos do Rap – Conjunto de Rap de Capão Redondo
  - Bezita Matarazzo Suplicy – Psicóloga e psicanalista
- Superint. Ação Comunitária Brasil do RJ*  
*Marília Pastuk*  
*Dr. Fio Cruz*  
~~*Ação de Inconstitucionalidade*~~  
*Coop. do Consórcio Mac. da Foz de Iguaçu do RJ*  
*Quissol, Godoi, Fundação*  
*Aposentados do Bancário, Trabalhadores dos Correios, Morimentos de Moradia*

#### DEPOIMENTOS GRAVADOS PARA A PLENÁRIA

- 1- Celso Antonio Bandeira de Mello – Professor de direito e jurista
- 2- Antonio ~~Flávio~~ <sup>Manoel</sup> Filho – Ouvidor das policias de São Paulo
- 3- Nita Freire – Educadora
- 4- Lilia Azevedo – Grupo Solidário São Domingos
- 5- Fredy Ghedini – Presidente Sindicato dos Jornalistas de S. Paulo
- 6- Maria Tereza Augusti – Presidente Instituto Florestan Fernandes
- 7- Antonia Cileide Oliveira de Souza – Presidente da Cooperativa dos Ambulantes Ibirapuera
- 8- Paulo Paim – Senador PT/RS
- 9- Cristovão Buarque – Senador PT/DF
- 10- Heloisa Helena – Senador Psol/AL
- 11- Povo Fala (mais ou menos 20 depoimentos)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Antes de retomar a votação, darei duas informações rapidamente. Uma delas é à Senadora Heloísa Helena e à Casa.

Quando discutimos, na última quinta-feira, sobre a possibilidade de o pessoal participar das Comissões Parlamentares de Inquérito, ficou combinado que, a partir daquela data, nós conversaríamos para decidir o que o fazer, e o que tivesse sido realizado antes deixaríamos como estava, para não permitir que se substituísse um espaço já anteriormente ocupado.

Portanto, para essa Comissão Parlamentar de Inquérito, quanto à designação da Senadora Heloísa Helena, o ofício foi mandado para todos os Líderes Partidários no dia 26 de abril e a resposta à Senadora Heloísa Helena, fazendo a indicação, ocorreu no dia 04 de maio exatamente.

Respondendo ao Senador Antonio Carlos sobre a composição da CPI dos Bingos, em função das novas designações do Líder do PMDB, Senador Ney Suassuna, eu gostaria de comunicar que, nos termos regimentais, o Senador Ney Suassuna encaminhou à Mesa do Senado Federal os nomes que integrarão a Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, CPI dos Bingos, em substituição aos anteriormente indicados, ficando a mesma assim constituída – os nomes do PMDB, evidentemente, titulares: Senador Valdir Raupp, Senador Hélio Costa, Senador Leomar Quintanilha, Senador Garibaldi Alves. Suplentes: Senador Alberto Silva, Senador Ramez Tebet e Senador José Maranhão.

O PSDB acaba de fazer uma substituição também, datada do dia 28 de junho. Nos termos regimentais, solicita substituição do Senador Almeida Lima pelo Senador Reginaldo Duarte para integrar, como titular, a Comissão de Inquérito destinada a investigar as casas de bingo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em sessão anterior, foi lido o **Requerimento nº 448, de 2005**, do Senador Tasso Jereissati, solicitando que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2004, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, a matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e de Turismo, retorna à Comissão de Serviços e Infra-Estrutura, e, posteriormente, vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Relações Exteriores e Defesa Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Nezinho Alencar e Arthur Virgílio enviaram discursos à Mesa para serem publicados

na forma do disposto no art. 203, combinado com o Inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. NEZINHO ALENCAR** (Bloco/PSB – TO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores,

Enquanto as atenções se voltam quase cem por cento para o descalabro de pseudos políticos, se desenrola no Hospital da Esperança, na Capital Pernambucana, um aflitivo drama de saúde de uma verdadeira e incontestada Liderança Política do nosso País.

Refiro-me ao mito vivo Miguel Arraes de Alencar. Um cearense de nascença, da cidade de Araripe, que faz história em Pernambuco, onde até então desenvolveu brilhante carreira como homem público, tendo ocupado inúmeros e importantes postos políticos, tal qual o de secretário de estado, deputado estadual, federal, prefeito do Recife, e governador do estado, o que lhe fez valer a condição de ícone da população da Zona Rural, onde é reverenciado quase como um santo em razão das realizações de seus governos.

Sim, excelentíssimos senhores e senhoras senadores, no Sertão de Pernambuco, os sertanejos chegam a atribuir poderes sobrenaturais a Miguel Arraes. **O Diário de Pernambuco** conta, em matéria especial sobre nosso grande líder do PSB, que são corriqueiras “as histórias de quem já ouviu eleitores pedirem ao ex-governador para fazer chover na Região ou que acreditam que tocar nele é sinal de boa sorte e saúde para a família”.

A devoção daquele sofrido povo, que lhe agradecerá eternamente pelo bem que lhes trouxe a eletrificação rural por ele iniciada antes do golpe militar, em 1962, e terminada somente 32 anos depois, em 1994, quando concluiu seu segundo mandato no governo dos pernambucanos, se junta e confunde com a admiração e infundável entusiasmo daqueles, que como eu, pautam a atuação política pelos seus exemplos.

A história profissional desse grande líder brasileiro teve início em 1932, quando se mudou para a cidade do Recife, depois de concluir o curso secundário na cidade do Crato, no Ceará. Naquela capital nordestina trabalhou como funcionário público do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e depois de concluir a Faculdade de Direito, quando já tinha completado seus 31 anos de idade, em 1948, ingressou na política vindo a ocupar a pasta de secretário estadual da Fazenda, na gestão do ex-governador Barbosa Lima Sobrinho.

Disputou a primeira eleição em 1950, para o cargo de deputado estadual e venceu novamente esse mesmo pleito em 1958. Deixou a Assembléia Legislativa em 1959 para ser secretário da fazenda do então Governador Cid Sampaio. No mesmo ano disputou o cargo majoritário do Executivo municipal e foi eleito Prefeito do Recife pelo PST.

Quando conquistou, em 1962, o primeiro mandato de governador do Estado de Pernambuco, obteve 47.98% dos votos e derrotou, naquela oportunidade os

candidatos Armando Monteiro do PSB e João Cleofas da UDN. Essa expressiva votação fortaleceu-lhe as convicções e fez com que dedicasse especial atenção ao campo, passando a intermediar uma negociação entre as Ligas Camponesas e os usineiros, o que valeu para os camponeses receber, a partir de então, o tão sonhado salário mínimo.

No agito do Golpe de 1964, recusou-se perempitoriamente a renunciar ao governo do estado e, por isso, saiu preso do Palácio do Campo das Princesas. Esse fato marcou de forma definitiva seu, sua carreira política e a História Moderna do Brasil.

Mantido preso por quase um ano no arquipélago de Fernando de Noronha, conheceu a força outras unidades prisionais até obter um **habeas corpus** do Supremo Tribunal Federal.

Em maio de 1965, Miguel Arraes deixou a prisão e o solo brasileiro, em direção à Argélia, onde permaneceu até 1979, quando recuperou os direitos políticos a partir da anistia.

Seu retorno ao Brasil e ao Estado de Pernambuco foi marcado por uma verdadeira comoção popular. Prova disso foi o grande comício no Largo de Santo Amaro, no dia 16 de setembro de 1979, onde estiveram presentes cerca de 60 mil pessoas.

Eleito deputado federal, em 1982, Miguel Arraes obteve o maior número de Votos no Norte/Nordeste pelo PMDB e, em 1986, voltou reeleito ao Palácio do Campo das Princesas, com 53,5% dos votos válidos, firmando de maneira inequívoca sua liderança e significado para nós seus admiradores.

Passados os anos de governo, retornou ao Congresso Nacional, desta vez como o deputado federal mais votado do Brasil pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), do qual já era presidente e fundador.

O terceiro mandato como Governador de Pernambuco teve início em 1994, depois de uma vitória contra o candidato Gustavo Krause (PFL), por mais de 300 mil votos de diferença. Em 1998, Arraes tentou a reeleição mas foi derrotado por Jarbas Vasconcelos (PMDB), com cerca de um milhão de votos de diferença. Em 2002, elegeu-se novamente deputado federal.

Sua trajetória mostra que não pode haver qualquer pessoa que conteste sua liderança, sua probidade e total ética na vida pública.

Esse grande nordestino, nesses momentos bichudos, de CPMI de “mensalões”, “bingos” etc, serve como referência e esperança a nós brasileiros que acreditam ser possível a construção de uma sociedade brasileira justa e honesta. Que Miguel Arraes de Alencar, o mito vivo, possa se recuperar dos graves problemas de saúde que lhe afligem, neste momento, e voltar ao convívio do povo brasileiro trazendo-nos sua sabedoria e servindo-nos de modelo de retidão e competência como homem público.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado!

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores,

### **PF Começa no Amazonas Ofensiva de Fiscalização Nacional**

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

Era de se esperar e está-se confirmando uma ação mais efetiva da Polícia Federal no combate à corrupção no País. Essa nova ofensiva, influenciada pelas revelações de propinas nos Correios, começa no meu Estado, o Amazonas e como foi noticiado pela imprensa, a PF efetuou a prisão de 18 policiais rodoviários, envolvidos em corrupção.

Manifesto aqui meu apoio a essa ação moralizadora, esperando que doravante tais procedimentos sejam mais freqüentes e até mesmo permanentes. Com isso, sem dúvida, o País afasta a imagem até então vigente da impunidade.

Leio, a propósito, matéria publicada na edição de hoje de **O Estado de S. Paulo**, dando conta dos resultados da operação da Polícia Federal no Amazonas.

Segundo o relato, a Polícia Federal descobriu 18 policiais rodoviários que cobravam de R\$1 mil a R\$2 mil para a passagem livre de uma carreta nos postos de fiscalização no Amazonas.

Além dos policiais presos, estão envolvidos em irregularidades 20 empresários e empregados de empresas de transporte, que teriam concordado com o pagamento do pedágio.

Em consequência das primeiras investigações, já foi exonerado o suposto líder do grupo de policiais, que é o guarda rodoviário federal Jones Andrade Menezes. Outros 17 policiais envolvidos ficarão afastados de seus cargos enquanto durar a investigação.

A operação da PF no Amazonas teve a participação de 305 policiais, atingindo, além de Manaus, também os municípios de Presidente Figueiredo, Coari e Parintins.

Segundo as notícias, entre as 12 empresas de transporte de cargas envolvidas, figuram a Cometa, Ebrom, AeroTRANS, Transcearense, Oliva Pinto, Thimbar e MLGF.

Cumprimento a Polícia Federal por essas ações.

Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa extraordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

**ORDEM DO DIA****Item único  
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 77-A, DE 2003***(Incluído na Ordem do Dia nos termos do art. 358 do Regimento Interno)*

Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40,

*195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências.*

Relator : Senador Rodolpho Tourinho

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a Sessão às 21 horas e 48 minutos).***ATA DA 73ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA,  
REALIZADA EM 1º DE JUNHO DE 2005  
(Publicada no DSF de 02 de JUNHO de 2005)****RETIFICAÇÃO**

Na página 017129, na lista da votação nominal do Parecer nº 599, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/33, de 2005 (nº 17/2005, na origem), pela qual o Supremo Tribunal Federal submete à deliberação do Senado a indicação do Juiz do Trabalho, Dr. Hugo Cavalcanti Melo Filho para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

*Onde se lê:*

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bioco-PL	MG	AELTON FREITAS	Votou
PSDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou
Bioco-PT	SP	ALOÍZIO MERCADANTE	Votou
PSDB	PA	ALVARO DIAS	Votou
PMDB	RO	AMIR LANGO	Votou
Bioco-PT	PA	ANA JULIA CAREPA	Votou
PFL	PA	ANTONIO CARLOS MACALHÃES	Votou
Bioco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALAQUARES	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
Bioco-PT	DF	CRISTOVAM BUARGUE	Votou
Bioco-PT	MS	DELÍCIO AMARAL	Votou
PFL	GO	DEMOSTRÊNES TORRES	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
Bioco-P	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
Bioco-PT	RO	FATIMA CLÉIDE	Votou
Bioco-PTB	RN	FERNANDO BIZERRA	Votou
Bioco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PMDB	RN	GABRIEL CARVALHO FILHO	Votou
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JUNIOR	Votou
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou
PMDB	MG	HELIO COSTA	Votou
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	Votou
PFL	PI	HERACLITO FORTES	Votou
Bioco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PERES	Votou
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	Votou
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	Votou
PFL	RN	JOSÉ ARRIBINO	Votou
PFL	PE	JOSE JORGE	Votou
PMDB	PB	JOSE MARANHÃO	Votou
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou
PSDB	GO	LUCIA VIANA	Votou
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou
PMDB	MT	LUIZ SOARES	Votou
Bioco-PL	ES	MAGNO MALTA	Votou
PMDB	GO	MAGNITO VILELA	Votou
Bioco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou
PFL	PE	MARCO MAGIEL	Votou
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	Votou
Bioco-PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
Bioco-PSB	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	Votou
PFL	DF	PAULO OCTAVIO	Votou
Bioco-PT	DF	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PÉDRO SIMON	Votou
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	Votou
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou
Bioco-PTB	MS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bioco-PT	RN	SFRYS SLESARENKO	Votou
Bioco-PT	AC	SIBA MACHADO	Votou
PSDB	CE	TASSO JERISSATI	Votou
PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	Votou
Bioco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	RR	WIRLANDE DA LUZ	Votou

Presidentes: RENAN CALHEIROS



# Ata da 93ª Sessão Deliberativa Extraordinária, em 29 de junho de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência do Sr. Tião Viana

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS ACHAM-  
SE PRESENTES AS SRAS. E OS SRS.  
SENADORES

## SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA ÀS 14:30 HORAS

Período : 29/6/2005 07:33:45 até 29/6/2005 21:20:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X		PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X		PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X		PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X		PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X		PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X		Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X		Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PMDB	MA	ANTÔNIO LEITE	X		PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X		PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X		Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X		PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X		PP	DF	VALMIR AMARAL	X	
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	X		PMDB	RR	WIRLANDE DA LUZ	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X						
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X						
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X						
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X						
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCY	X						
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X						
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X						
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X						
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X						
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X						
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X						
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X						
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X						
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	X						
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X						
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X						
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X						
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X						
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X						
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X						
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X						
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X						
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X						
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X						
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X						
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X						
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X						
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X						
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X						
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X						
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X						
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	X						
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	X						
PFL	PE	MARCO MACIEL	X						
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X						
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X						
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	X						
PDT	PR	OSMAR DIAS	X						
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	X						
Bloco-PPS	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	X						
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X						
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X						
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X						
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X						
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X						
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X						

**Compareceram: 73 Senadores**

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana – Bloco/PT – AC) – A lista de presença acusa o comparecimento de 73 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana – Bloco/PT – AC) – Sras e Srs. Senadores, a Mesa informa que, tendo em vista decisão tomada ontem para que pudéssemos votar hoje a proposta de emenda à Constituição como votação complementar à reforma da previdência, nós precisamos adequar o Regimento à oportunidade da sessão que foi devidamente decidida pela Mesa no dia de ontem. Precisaremos, então, realizar oito sessões extraordinárias na tarde de hoje para o devido cumprimento regimental. Diante disso, a Mesa entende que a única maneira de acomodar tal situação é que, em cada sessão extraordinária, na Hora do Expediente, será facultada a palavra a um orador inscrito no dia de ontem e, evidentemente, aos Srs. Líderes por seu interesse e para contribuir com os debates.

Não haverá comunicação inadiável nem outro tipo de matéria, sob pena de não conseguirmos cumprir a meta de votação da PEC. Tal decisão está respaldada em interpretação a partir do art. 187 e seguintes do Regimento Interno.

Assim, pedimos a compreensão de todos os Srs. Senadores. Como serão oito sessões, haverá oito oradores inscritos e ainda os Srs. Líderes. Quem não for Líder efetivo pode, inclusive, pedir uma delegação numa situação excepcional.

Essa é a manifestação da Mesa, antes de iniciarmos os nossos trabalhos.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PL – RJ) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Hélio Costa e, em seguida, aos Senadores Marcelo Crivella e Paulo Paim.

**O SR. HÉLIO COSTA** (PMDB – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é para pedir minha inscrição pela Liderança do PMDB, antes da Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex<sup>a</sup> está inscrito.

Senador Marcelo Crivella.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PL – RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, dentro das regras que V. Ex<sup>a</sup> acaba de anunciar, peço a palavra como Líder do Partido Liberal.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu buscava me inscrever para uma

comunicação inadiável, mas, pelo anúncio de V. Ex<sup>a</sup> – com o qual concordo, porque temos que agilizar a votação da PEC paralela, na qual V. Ex<sup>a</sup>, como Relator, e todos nós temos todo o interesse –, vou tentar falar pela Vice-Liderança do Partido.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

O Senador Marcelo Crivella terá a palavra logo após a leitura do expediente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº SCTC/7/2005

Brasília, 7 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, informo que em reunião realizada no dia 1º de junho p.p., esta Subcomissão deliberou por unanimidade, solicitar a Vossa Excelência que, tão logo a pauta do Plenário se encontre desobstruída, inclua para votação o Projeto de Lei do Senado nº 263 de 2002, de autoria do Senador Luiz Pastore, que “Altera os artigos 18 e 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para disciplinar a concessão de incentivos fiscais à cultura”, aprovado na Comissão de Educação em 1º de junho de 2004.

Esta solicitação se deve ao fato de que o projeto supra citado aperfeiçoa, sobremaneira, um dispositivo da Lei Rouanet ampliando o leque relativo à captação de recursos para a indústria cinematográfica.

Agradecendo as providências que Vossa Excelência determinar a respeito, aproveito o ensejo para renovar meus protestos de alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Sérgio Cabral**, Presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2002, a que se refere o expediente que acaba de ser lido, será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, propostas de emenda à Constituição que passo a ler.

São lidas as seguintes:

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30, DE 2005

**Dá nova redação Constituição Federal, para conferir auto-executoriedade às decisões do Tribunal de Contas da União.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos ao § 3º do art. 71 da para conferir auto-termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 3º do art. 71 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 71. ....

.....  
 § 3º As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa gozarão de auto-executoriedade, ficando o Tribunal investido de poderes constritivos típicos das autoridades judiciais para satisfação do crédito, respeitados os princípios do devido processo legal, da ampla defesa, do contraditório, da apreciação de lesão ou dano pelo Poder Judiciário, dentre outros.

.....(NR)”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

A função de fiscalização e controle das contas públicas surgida com o constitucionalismo e o Estado de Direito implantado, por sua vez, com a Revolução Francesa – tem se revelado uma tarefa básica dos parlamentos e meio pelo qual o estado é capaz de tornar eficaz a observância do princípio da legalidade, pois é da essência do Estado Democrático de Direito sujeitar toda a sua atividade ao império da lei. No caso brasileiro, tal fiscalização constitui o controle externo da Administração Pública, exercido pelo Congresso Nacional com ajuda do Tribunal de Contas da União.

Ocorre que, muito embora os Tribunais de Contas disponham de poderes para levar a efeito a fiscalização das contas públicas e proceder à imputação de débitos e multas, a redação do § 3º do art. 71 da Constituição Federal obriga a Administração Pública a movimentar a máquina judiciária para o recebimento dos créditos decorrentes das decisões do Tribunal, o que, a um só tempo, acarreta ineficiência do sistema e assoberba o Poder Judiciário.

Diante dessa constatação, nossa proposta dá nova redação ao § 3º do art. 71 da Constituição, a fim de conferir auto-executoriedade às decisões do Tribunal de Contas da União de que resulte imputação de débito ou multa, concedendo-se à Corte poderes constritivos típicos das autoridades judiciais para fazer valer o que foi decidido, sem excluir, evidentemente, de apreciação desse ato o Poder Judiciário.

Aliás, é sempre bom lembrar que as decisões do Tribunal de Contas da União são atos administrativos, e por isso mesmo subordinam-se aos princípios da Administração Pública previstos no art. 37 da Constituição Federal, quais sejam o princípio da legalidade, da moralidade, da impessoalidade, da publicidade e da eficiência; daí porque as decisões do Tribunal de Contas deve ter, como todo e qualquer ato administrativo, o atributo a auto-executoriedade, isto é, a admissão da execução de ofício das decisões administrativas sem intervenção do Poder Judiciário. Desse ponto de vista, o ato administrativo vale como própria “sentença” do juiz, ainda que possa ser revista por este<sup>1</sup>.

Nesse sentido, para o jurista Marçal Justen Filho, a auto-executoriedade, só deve ser aplicada em situações excepcionais e observados os princípios da legalidade e da proporcionalidade. Não há autoexecutoriedade sem lei que a preveja, e mesmo assim a auto-executoriedade só deverá ser aplicada quando não existir outra alternativa menos lesiva. No caso, é patente que as decisões do Tribunal de Contas deverão ser dotadas de auto-executoriedade, em vista da especialização da sua atribuição de fiscalizar o uso de recursos públicos, do profissionalismo do seu quadro funcional, da rapidez com que poderá recuperar os recursos públicos sem sobrecarregar o Poder Judiciário. É notório que o interesse público exige essa demanda.

Ademais, a vigente Constituição traça limites à executoriedade em seu art. 5º, incisos XXXV e LV, que garante a ampla defesa e o contraditório, além da apreciação pelo Poder Judiciário de toda lesão ou ameaça de lesão ao direito, sem contudo mencionada restrição constitucional suprimir o atributo da auto-executoriedade do ato administrativo, até porque, sem ele, dificilmente poderia a Administração em certos momentos concluir seus projetos administrativos ou exercer com eficiência sua função pública.

Entendemos que tal providência terá extrema importância no combate à malversação de recursos públicos, pois dará plena efetividade às decisões do TCU.

Não temos dúvida de que, aprovada e promulgada a Proposta de Emenda à Constituição que ora apresentamos, estar-se-á a inaugurar no Brasil uma nova fase de zelo pela coisa pública, razão pela qual pedimos aos nobres pares o apoio indispensável à sua aprovação.

Sala das Sessões, 29 de junho de 2005. – **Antonio Carlos Valadares.**

<sup>1</sup>José dos Santos Carvalho Filho, **Manual do, Direito Administrativo**, 12ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004, p. 91.





## LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....  
 Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....  
 XXXV – a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

.....  
 LV – aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

.....  
 Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

.....  
 Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

.....  
 § 3º As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.

.....  
*(Á Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)*

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 31, DE 2005**

**Dá nova redação ao inciso III do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, para dispor que as unidades de conservação da natureza serão criadas mediante lei.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. seguinte emenda ao texto constitucional:

Artigo único. O inciso III do § 1º do art. 225 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 225. ....  
 .....

III – definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo que lei disporá sobre a criação, a alteração e a supressão dessas áreas, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;  
 .....(NR)”

**Justificação**

A delimitação de espaços territoriais com a finalidade de preservar e conservar a diversidade biológica e os atributos abióticos especiais de determinada área é medida essencial para a consecução de uma política que efetivamente proteja o meio ambiente.

A importância das unidades de conservação nesse processo foi reconhecida, de forma explícita, pela Constituição Federal, ao tratar especificamente do tema no art. 225, § 1º, inciso III, e estabelecer que, com vistas a assegurar às presentes e futuras gerações o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe ao Poder Público “definir em todas as unidades da Federação espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos”.

O mesmo dispositivo constitucional determina que a alteração e a supressão de áreas ambientalmente protegidas só poderão ser autorizadas mediante lei. Não estabelece, entretanto, a natureza do ato instituidor da unidade de conservação. Nesse contexto jurídico, o Poder Executivo Federal vem criando Parques Nacionais, Estações Ecológicas, Florestas Nacionais e outras categorias de unidades de conservação mediante decreto.

Essa sistemática adotada para a criação de unidades de conservação tem aliado a participação do Poder Legislativo no processo de definição e estabelecimento de áreas ambientais protegidas, retirando do Congresso Nacional incumbência assegurada pela própria Carta Magna. Como admitir que para suprimir ou alterar uma unidade de conservação exige-se lei específica, e para criá-la, não?

As unidades de conservação, de modo geral, são estabelecidas em áreas muito extensas, que ocupam não só território da União, mas também propriedade particular ou de domínio de outro ente federativo que não seu instituidor. Evidentemente, esse fato gera esvaziamento econômico da área e, uma vez criadas as unidades por decreto federal, à margem da participação do poder público estadual afetado pela medida e dos demais segmentos interessados, o potencial de conflito tem-se acirrado de forma indesejável.

O sucesso de uma unidade de conservação está intimamente associado ao seu grau de integração à

dinâmica econômica e social da região. Para cumprir com seus objetivos, as áreas protegidas devem ser concebidas dentro de um amplo processo de planejamento, com vistas ao desenvolvimento local.



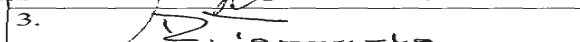





No entanto, a política de criação de unidades de conservação que vem sendo implementada no País parece, em grande medida, priorizar a proteção integral da biodiversidade e dos processos ecológicos de **per si**, em detrimento de uma visão global do desenvolvimento sustentável, que contemple as comunidades locais e as eleja como parceiras e não adversárias, com conseqüências danosas tanto do ponto de vista social e econômico quanto ambiental.


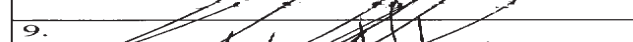



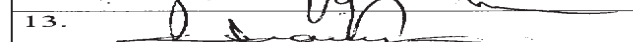
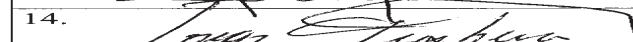

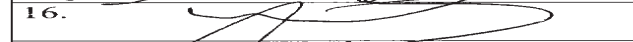

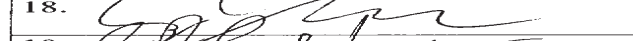




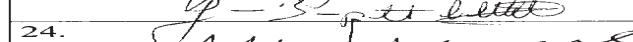


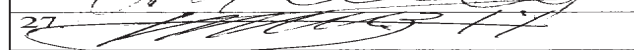
Diante do exposto, consideramos importante e necessário alterar o inciso III do § 1º do art. 225 da

Constituição Federal, de modo a estabelecer de forma clara e incontestante que a criação de unidades de conservação da natureza dar-se-á mediante lei. O Congresso Nacional é o fórum adequado para que sejam conduzidos, de modo democrático e participativo, os debates pertinentes e garantir que todas as vozes sejam ouvidas no processo de definição e criação desse importante instrumento de gestão ambiental.

Pelas razões citadas, contamos com o apoio dos nobres colegas Senadores para o acolhimento da PEC que apresentamos, e, dessa forma, construir uma política de proteção ambiental voltada para o desenvolvimento social e econômico do País.

Sala das Sessões, 29 de junho de 2005.

1.		Mozartido
2.		Seonel Parari
3.		RODOLPHO TOURINHO.
4.		Raul B. Bar
5.		Francisco
6.		Edson Lobato
7.		Antônio Leite
8.		JOE AGRIPINO

9.		FLAVIO ZEIN
10.		Flávio ARNS
11.		Romeu Tuma
12.		JOSE JORGE
13.		EFRAIN MORAIS
14.		JONAS PINHEIRO.
15.		JOSÉ GIL QUELHA
16.		HERSCUTO FORTES
17.		JEFFERSON PERES
18.		INVENIO DE FONSECA
19.		GILBERTO MESTRINHO
20.		Capelô Bag
21.		MAGUI TO VIEIRA
22.		VALDIR RAUPT
23.		JOÃO BATISTA NEIRA
24.		Ney SUASSUNA
25.		EDUARDO AZEVEDO
26.		REGINALDO DURANTE
27.		WIRLANDE DA LUZ

## LEGISLAÇÃO CITADA

## CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

.....  
 § 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

.....  
 III – definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

.....  
*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – As propostas de emendas à Constituição que acabam de ser lidas estão sujeitas às disposições específicas constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

As matérias serão publicadas e despachadas à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

### MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

– Nº 166, de 2005 (nº 369/2005, na origem), de 20 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2005 (nº 520/2003, na Casa de origem), que cria no âmbito do Ministério da Cultura o Prêmio de Artes Plásticas Marcantônio Vilaça e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.125, de 20 de junho de 2005.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Será encaminhado à Câmara dos Deputados um exemplar de autógrafo do projeto sancionado.

O processado vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF/LID/Nº 271/2005

Brasília, 24 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o deputado Colbert Martins, em substituição ao meu nome, para integrar, como membro titular, a Comissão Mista destinada a proferir parecer à MP nº 253, de 2005, que “prorroga o prazo previsto no art. 32 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. Atenciosamente. – Deputado **Dimas Ramalho**, Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF/LID/Nº 288/2005

Brasília, 29 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o deputado Geraldo Resende, para ocupar a vaga de suplente, na Comissão Mista de Orçamento.

Atenciosamente, – Deputado **Dimas Ramalho**, Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência designa o Deputado Geraldo Resende, como suplente, para compor a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of nº 654/05 – BLP

Brasília, 29 de junho de 2005

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V. Ex<sup>a</sup> que o Bloco PL/PSL indica, como titular, o Deputado Welinton Fagundes (PL/MT) em substituição ao Deputado Inaldo Leitão (PL/PB), para integrar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar as causas e conseqüências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Sandro Mabel**, Líder do Bloco PL/PSL.

OF/GAB/I/Nº 829

Brasília, 29 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que a Deputada Rose Freitas passa a participar, na qualidade de Titular, da Comissão Mista de Planos, Públicos e Fiscalização, em substituição ao Líder, Deputado José Borba.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e elevada consideração. – **Deputado José Divino**, Vice-Líder do PMDB, no exercício da Liderança.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 238, DE 2005

**Dispõe sobre a concessão do benefício do seguro-desemprego à pessoa física que, trabalhando na pesca artesanal, exerce sua atividade na confecção e reparos de embarcações e petrechos, na captura ou coleta de caranguejos, mariscos ou algas, no seu processamento, e à que contribui diretamente para o exercício da pesca, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, passa a vigorar acrescido do seguinte § 1º, renumerando-se os atuais §§ 1º e 2º para §§ 2º e 3º:

Art. 1º.....

§ 1º Equipara-se ao pescador profissional referido no **caput**, para fins de recebimento do benefício do seguro-desemprego, a pessoa física que, trabalhando na pesca artesanal, exerce sua atividade na confecção e reparos de embarcações e petrechos, na captura ou coleta de caranguejos, mariscos ou algas, no seu processamento, e a que contribui diretamente para o exercício da pesca, na forma do regulamento.

.....

Art. 2º Os incisos I e II do art. 2º da Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003 passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º.....

.....

I – registro de pescador profissional, ou a ele equiparado, nos termos do § 1º do art. 1º, devidamente atualizado, emitido pela Secreta-

ria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, com antecedência mínima de um ano da data do início do defeso;

II – comprovante de inscrição no Instituto Nacional do Seguro Social – INSS como pescador, ou a ele equiparado, nos termos do § 1º do art. 1º, e do pagamento da contribuição previdenciária;

..... (NR)”

Art. 3º O inciso VII do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pela Lei nº 8.398, de 7 de julho de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12.....

VII – como segurado especial: o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais, o pescador artesanal e a pessoa física que, trabalhando na pesca artesanal, exerce sua atividade na confecção e reparos de embarcações e petrechos, na captura ou coleta de caranguejos, mariscos ou algas, no seu processamento e a que contribui diretamente para o exercício da pesca, bem como o assemelhado, que exerçam essas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com auxílio eventual de terceiros, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros e filhos maiores de quatorze anos ou a eles equiparados, desde que trabalhem, comprovadamente, com o grupo familiar respectivo.

.....(NR)”

Art. 4º O inciso VII do art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pela Lei nº 8.398, de 7 de janeiro de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. ....

.....

VII – como segurado especial: o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais, o garimpeiro, o pescador artesanal e a pessoa física que, trabalhando na pesca artesanal, exerce sua atividade na confecção e reparos de embarcações e petrechos, na captura ou coleta de caranguejos, mariscos ou algas, no seu processamento e a que contribui diretamente para o exercício da pesca, bem como o assemelhado, que exerçam suas atividades, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros e filhos maiores de quatorze anos ou a eles equiparados, desde que



trabalhem, comprovadamente, com o grupo familiar respectivo.

.....(NR)”

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

A pesca artesanal marinha e de águas interiores, segundo a Confederação Nacional de Pescadores, abrange um contingente de cerca de 2,1 milhões de pescadores. Trata-se, sem dúvida alguma, de importante atividade econômica, geradora de alimentos e de ocupação de mão-de-obra, que, atualmente, encontra-se bastante desamparada.

Nas comunidades pesqueiras ribeirinhas e litorâneas, assistimos a uma intensa crise decorrente da especulação imobiliária, com reflexos imediatos no declínio da pesca artesanal. Os conseqüentes aumentos da pobreza e da exclusão social dessas populações têm mudado a natureza do trabalho das mulheres, que passam a se integrar em atividades diretamente ligadas à pesca, como também em atividades relacionadas à produção de artesanato tradicional.

Geralmente, quando se fala de comunidades pesqueiras, imagina-se, muito freqüentemente, atividades produtivas e agentes sociais relacionados apenas ao ato de pescar. São esquecidas aquelas pessoas, principalmente as mulheres, que desenvolvem suas atividades não só como pescadoras, mas também na confecção e reparos de embarcações e petrechos, ou como aqüicultoras, artesãs, catadoras de caranguejos e siris, marisqueiras, isqueiras, desfiladeiras de peixes, tratadeiras de couro de peixe etc... Enfim, são milhares de trabalhadores, muitos deles com a responsabilidade de serem chefes de família, aos quais não são assegurados ainda todos os direitos trabalhistas e previdenciários, bem como não lhes são satisfeitas as necessidades básicas como saúde, educação e alimentação.

Nesse contexto, estamos convencidos da necessidade de sua inclusão imediata na Previdência Social e entre os beneficiários do seguro-desemprego, estendendo-lhes, dessa forma, não só os direitos previdenciários como também o benefício do seguro-defeso, hoje restritos ao pescador artesanal. Assim, asseguraríamos a todos aqueles que, diretamente, estão envolvidos na pesca artesanal, os benefícios próprios e devidos àqueles participantes da atividade pesqueira.

Diante do elevado alcance social dessa medida, temos certeza de contar com o apoio dos ilustres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, 29 de junho de 2005. – **Valdir Raupp.**

### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.779, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2003.

**Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal.**

Art. 1º O pescador profissional que exerça sua atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de parceiros, fará jus ao benefício de seguro-desemprego, no valor de um salário-mínimo mensal, durante o período de defeso de atividade pesqueira para a preservação da espécie.

§ 1º Entende-se como regime de economia familiar o trabalho dos membros da mesma família, indispensável à própria subsistência e exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados.

§ 2º O período de defeso de atividade pesqueira é o fixado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, em relação à espécie marinha, fluvial ou lacustre a cuja captura o pescador se dedique.

Art. 2º Para se habilitar ao benefício, o pescador deverá apresentar ao órgão competente do Ministério do Trabalho e Emprego os seguintes documentos:

I – registro de pescador profissional devidamente atualizado, emitido pela Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República, com antecedência mínima de um ano da data do início do defeso;

II – comprovante de inscrição no Instituto Nacional do Seguro Social – INSS como pescador, e do pagamento da contribuição previdenciária;

LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991

**Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.**

Art. 12. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas:

VII – como segurado especial: o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais, o garimpeiro, o pescador artesanal e o assemelhado, que exerçam

essas atividades, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros e filhos maiores de 14 anos ou a eles equiparados, desde que trabalhem, comprovadamente, com o grupo familiar respectivo. (Redação dada pela Lei nº 8.398, de 7-1-92)

.....  
LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991

**Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.**

.....  
Art. 11. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas:

.....  
VII – como segurado especial: o produtor, o parceiro, o meeiro, e o arrendatário rurais, o garimpeiro, o pescador artesanal e o assemelhado, que exerçam suas atividades, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros e filhos maiores de 14 (quatorze) anos ou a eles equiparados, desde que trabalhem, comprovadamente, com o grupo familiar respectivo. (O garimpeiro está excluído por força da Lei nº 8.398, de 7-1-92, que alterou a redação do inciso VII do art 12 da Lei nº 8.212 de 24-7-91).

.....  
*(Às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.)*

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 239, DE 2005**

**Altera o art. 53 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para dispor sobre a utilização do período de suspensão da veiculação de propaganda eleitoral.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 53 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

Art. 53. ....

.....  
§ 3º O período de suspensão da veiculação de propaganda eleitoral a que se refere o § 1º será destinado à divulgação de propaganda institucional educativa de interesse da cidadania, seguida da informação de que a

programação normal foi suspensa por desobediência à lei eleitoral.

§ 4º As peças publicitárias e sua disponibilização serão de responsabilidade do Tribunal Superior Eleitoral. (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Justificação**

A iniciativa que ora apresentamos tem por escopo aprimorar as instituições democráticas de nosso País, auxiliando na construção da consciência cidadã por meio dos poderosos meios de comunicação, que vêm a ser a televisão e o rádio.

Se a propaganda eleitoral do partido foi suspensa por desobediência à Lei e o espaço resultante vier a ser utilizado para transmitir mensagens de caráter educativo, e não apenas para a transmissão periódica da informação do motivo da suspensão, esse precioso tempo estará cumprindo uma função social altamente relevante e justificando com galhardia o dinheiro público gasto com tal espaço.

Pela prática vigente, no período citado é transmitida somente a informação, de caráter formal, do motivo da suspensão, ou seja, em razão de veiculação de propaganda degradante ou injuriosa. Pensamos que, dessa forma, as instituições brasileiras estão abrindo mão de uma valiosa oportunidade para levar até a coletividade informações educativas que muito contribuirão para a educação do povo. Essas informações poderão conter mensagens relativas à saúde, à educação e aos direitos dos cidadãos, entre outras que, sem dúvida, contribuirão para o fortalecimento do regime democrático, tendo em vista que visariam, por excelência, ao bem comum.

No intuito, pois, de oferecer mais uma contribuição para o aperfeiçoamento de nossa legislação eleitoral, base da construção de um Estado Democrático de Direito, apresentamos a presente proposição, esperando de nossos ilustres Pares a sua acolhida.

Sala das Sessões, 29 de junho de 2005. – **Fátima Cleide.**

*LEGISLAÇÃO CITADA*

LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997

**Estabelece normas para as eleições.**

O Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

**Disposições Gerais**

Art. 1º As eleições para Presidente e Vice-Presidente da República, Governador e Vice-Governador de

Estado e do Distrito Federal, Prefeito e Vice-Prefeito, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual, Deputado Distrital e Vereador dar-se-ão, em todo o País, no primeiro domingo de outubro do ano respectivo.

Parágrafo único. Serão realizadas simultaneamente as eleições:

I – para Presidente e Vice-Presidente da República, Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual e Deputado Distrital;

II – para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador.

Art. 53. Não serão admitidos cortes instantâneos ou qualquer tipo de censura prévia nos programas eleitorais gratuitos.

§ 1º É vedada a veiculação de propaganda que possa degradar ou ridicularizar candidatos, sujeitando-se o partido ou coligação infratores à perda do direito à veiculação de propaganda no horário eleitoral gratuito do dia seguinte.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, a requerimento de partido, coligação ou candidato, a Justiça Eleitoral impedirá a reapresentação de propaganda ofensiva à honra de candidato, à moral e aos bons costumes.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania decisão terminativa.)

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 240, DE 2005

### Acrescenta dispositivos à Lei nº 11.116, de 18 de maio de 2005, para instituir o Fundo de Apoio ao Biodiesel.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescentem-se à Lei nº 11.116, de 18 de maio de 2005, os seguintes artigos:

“Art. 8º-A. Fica instituído o Fundo de Apoio ao Biodiesel (FAB), de natureza contábil, com a finalidade de prover recursos financeiros para fomentar a produção de biodiesel.

Parágrafo único. Para os efeitos dessa lei, consideram-se como beneficiários os produtores que tenham o selo de combustível social.”

“Art. 8º-B Constituem receitas do FAB:

I – recursos do Orçamento Geral da União, transferidos pelo Tesouro Nacional;

II – recursos transferidos por instituições governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais;

III – doações de qualquer natureza;

IV – rendimentos de aplicações financeiras de suas disponibilidades; e

V – outras receitas que lhe forem atribuídas.

Parágrafo único. O saldo positivo apurado em cada exercício financeiro será transferido para o exercício seguinte a crédito do FAB.”

“Art. 8º-C A gestão do FAB caberá:

I – ao Ministério de Minas e Energia (MME), na qualidade de formulador da política de promoção do uso do biodiesel;

II – à Caixa Econômica Federal (CEF), na qualidade de agente operador e de administradora do patrimônio do Fundo; e

III – ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), na qualidade de parceiro na fiscalização e controle social do uso do selo de combustível social.

Parágrafo único. O MME e o MDA regulamentarão os critérios e as condições para seleção dos produtores a serem beneficiados pelo Fundo.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

A presente proposição destina-se a instituir o Fundo de Apoio ao Biodiesel (FAB), com o propósito de fomentar a produção de biodiesel.

O biodiesel já vem sendo apontado, há algum tempo, como combustível capaz de amenizar diversos problemas enfrentados pelo Brasil. Em 2004 o governo lançou o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) e, no final do ano, editou a Medida Provisória nº 214, de 2004, convertida pelo Congresso na Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que introduziu o biodiesel na matriz energética nacional. Subseqüentemente, foi editada a Medida Provisória nº 227, de 2004, convertida pelo Congresso na Lei nº 11.116, de 18 de maio de 2005, que garante incentivos à produção e uso do biodiesel no País: permite o estabelecimento de alíquotas reduzidas para contribuições sociais (PIS/Pasep e Cofins), dependendo da matéria-prima utilizada, do produtor-vendedor, e da região de produção da matéria-prima;

O governo preocupa-se muito com o impacto social do programa e, por essa razão, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, autorizaram a criação do selo “Combustível Social” para o biodiesel. O selo identificará produtores de biodiesel que promo-

vam a inclusão social e o desenvolvimento regional, por meio da geração de emprego e de renda para os agricultores familiares enquadrados nos critérios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Para receber o selo “Combustível Social”, o produtor deverá apresentar projeto específico junto ao MDA, que o avaliará dentro dos seguintes critérios: adquirir de agricultor familiar matéria-prima para a produção de biodiesel em uma quantidade mínima definida pelo MDA; celebrar contratos com os agricultores familiares, especificando as condições comerciais que garantam renda e prazos compatíveis com a atividade, conforme estabelecidos pelo MDA; e assegurar assistência e capacitação técnica aos agricultores familiares.

O produtor de biodiesel que fizer jus ao selo terá acesso a alíquotas de PIS e Cofins com coeficientes de redução diferenciados, acesso a melhores condições de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e acesso preferencial às compras governamentais de combustíveis. A BR Distribuidora será parceira na aquisição de biodiesel com o selo “Combustível Social”.

Ocorre que essas medidas não são suficientes para promover o biodiesel na escala desejada. Por esta razão, o projeto em tela institui um fundo com o propósito de transferir, para os produtores contemplados, recursos para investimento em projetos que incrementem a produção. O resultado será um aumento do emprego, da renda, e da produção de um combustível verdadeiramente nacional e mais benéfico para o meio ambiente.

Diante dos enormes benefícios que tal fundo poderá trazer para a dinamização do programa do biodiesel, pedimos o apoio dos nobres colegas para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 29 de junho de 2005. – **Sérgio Guerra.**

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.116, DE 18 DE MAIO DE 2005

**Dispõe sobre o Registro Especial, na Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, de produtor ou importador de biodiesel e sobre a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins sobre as receitas decorrentes da venda desse produto; altera as Leis nºs 10.451, de 10 de maio de 2002, e 11.097,**

#### **de 13 de janeiro de 2005; e dá outras providências.**

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 8º As pessoas jurídicas sujeitas à apuração da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, nos termos dos arts. 2º e 3º das Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, poderão, para fins de determinação dessas contribuições, descontar crédito em relação aos pagamentos efetuados nas importações de biodiesel.

Parágrafo único. O crédito será calculado mediante:

I – a aplicação dos percentuais de 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento) para a Contribuição para o PIS/Pasep e de 7,6% (sete inteiros e seis décimos por cento) para a Cofins sobre a base de cálculo de que trata o art. 7º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, no caso de importação de biodiesel para ser utilizado como insumo; ou

II – a multiplicação do volume importado pelas alíquotas referidas no art. 4º desta lei, com a redução prevista no art. 5º desta lei, no caso de biodiesel destinado à revenda.

*(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)*

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 241, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

**Altera o Código Tributário Nacional para permitir o fornecimento de informações protegidas por sigilo fiscal ao Poder Legislativo Federal.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 1º do art. 198 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso III:

“Art. 198.....

§ 1º.....

III – solicitações fundamentadas do Poder Legislativo Federal que se fizerem necessárias ao exercício de sua competência constitucional e legal, aprovadas pelo Plenário da Câmara dos Deputados, do Senado Federal



ou de suas respectivas comissões parlamentares de inquérito.

.....(NR)”

Art. 2º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

O Poder Legislativo tem, sempre, encontrado grande dificuldade em obter informações protegidas por sigilo fiscal, mesmo quando essas são indispensáveis ao exercício de sua função fiscalizadora.

Isso tem ocorrido porque não há, na legislação, uma explicitação dessa possibilidade, como ocorre com o sigilo bancário.

Efetivamente, enquanto a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, que dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências, não deixa dúvidas sobre a competência das Casas do Congresso Nacional em solicitar a transferência desse tipo de informação, quando necessário, a Lei Complementar nº 104, da mesma data, que alterou o Código Tributário Nacional, para dentre outras coisas, disciplinar os casos em que pode haver quebra do sigilo fiscal, não previu a possibilidade de a Câmara dos Deputados e o Senado Federal assim procederem.

Ora, o sigilo fiscal é, indiscutivelmente, espécie do mesmo gênero a que pertence o sigilo bancário. Ambos, conforme já é pacífico na doutrina e na jurisprudência, enquadram-se no direito à privacidade. Conforme define Celso Bastos, em trecho sobre o sigilo bancário que pode ser extrapolado para o sigilo fiscal, in “Estudos e pareceres – Direito Público”, p. 68:

O sigilo bancário é uma das formas de proteção constitucional à intimidade, como à saciedade já ficou assentado. Com efeito, é hoje universalmente reconhecido – ao menos nos países que adotam declarações de direitos humanos – que o homem é portador de um centro de intimidade, de um núcleo indevassável da sua personalidade, de uma área inacessível ao público, onde precisamente se insere o segredo que precisa ser protegido, tanto porque corresponde a uma exigência natural do ser humano, como porque a evolução tecnológica tem tornado hoje possível uma devassa da vida íntima das pessoas, insuspeitada por ocasiões das primeiras declarações de direitos.

A inviolabilidade da intimidade é assegurada pelo inciso X do art. 5º da Lei Maior, **verbis**:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....  
X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

Essa inviolabilidade, entretanto, não é absoluta. Ensina Sérgio Carlos Covello, em trabalho denominado “O sigilo bancário como proteção à intimidade” (Revista dos Tribunais, ano 78, nº 648, p. 29), cuja extrapolação para o sigilo fiscal é, também, factível:

Certo que o sigilo bancário não é absoluto. Ele possui limites legais e naturais que estabelecem limites legais e naturais que estabelecem contornos. Em nosso ordenamento, o sigilo cede ante o Poder Judiciário, ante o fisco e ante as comissões parlamentares de inquérito. Paralelamente, existem abrandamentos da obrigação fundados na vontade do titular do sigilo e na própria natureza da atividade bancária.

Mas esses limites não o desnaturam como direito de personalidade, pois modernamente todos os direitos comportam limitações, em vista das exigências sociais e em atenção ao bem comum.

Ainda considerando as similaridades conceituais existentes entre os sigilos bancário e fiscal, vale comentar que o Supremo Tribunal Federal tem entendido que se é certo que o sigilo bancário, que é espécie de direito à privacidade, que a Constituição protege art. 5º, X não é um direito absoluto, que deve ceder diante do interesse público, do interesse social e do interesse da Justiça, cedo e, também, que ele há de ceder na forma e com observância de procedimento estabelecido em lei e com respeito ao princípio da razoabilidade (Recurso Extraordinário nº 219.780).

Afirma, ainda, o Pretório Excelso, no Mandado de Segurança nº 23.452:

...Não há, no sistema constitucional brasileiro, direitos ou garantias que se revistam de caráter absoluto, mesmo porque razões de relevante interesse público ou exigências derivadas do princípio de convivência das liberdades legitimam, ainda que excepcionalmente, a adoção, por parte dos órgãos

estatais, de medidas restritivas das prerrogativas individuais ou coletivas, desde que respeitados os termos estabelecidos pela própria Constituição. O estatuto constitucional das liberdades públicas, ao delinear o regime jurídico a que estas estão sujeitas – e considerado o substrato ético que as informa permite que sobre elas incidam limitações de ordem jurídica, destinadas, de um lado, a proteger a integridade do interesse social e, de outro, a assegurar a coexistência harmoniosa das liberdades, pois nenhum direito ou garantia pode ser exercido em detrimento da ordem pública ou com desrespeito aos direitos e garantias de terceiros....

Assim, de conformidade com jurisprudência já consolidada da Corte Suprema, três são os requisitos para se permitir o rompimento do sigilo fiscal: a existência de interesse público, social ou da Justiça; a previsão em lei; e a razoabilidade.

Ora, do exposto, não é difícil constatar que, hoje, a dificuldade que o Congresso Nacional enfrenta para obter informações protegidas por sigilo fiscal deriva, apenas, da falta de previsão expressa em lei sobre o tema, uma vez que, tendo em vista o papel institucional desta Casa, não se pode discutir a existência, no caso, de interesse público e razoabilidade.

Assim, para suprir essa lacuna, estamos propondo uma alteração no Código Tributário Nacional, estendendo ao sigilo fiscal as mesmas normas já aplicáveis ao sigilo bancário, com a finalidade de dar ao Congresso Nacional, sem polêmicas desnecessárias, os instrumentos para que o Poder Legislativo possa exercer, plenamente, as suas elevadas missões constitucionais, dentre as quais se destaca a fiscalização dos atos do Poder Executivo.

Sala das Sessões, 29 de junho de 2005. – senador **Tião Viana**, senador **Marco Maciel**.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966  
(Denominada Código Tributário Nacional  
Pelo Ato Complementar nº 36,  
de 13 de Março de 1967)

**Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.**

## TÍTULO IV Administração Tributária

### CAPÍTULO I Fiscalização

Art. 198. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades. (Redação dada pela Lei nº 104, de 10-1-2001)

§ 1º Excetuam-se do disposto neste artigo, além dos casos previstos no art. 199, os seguintes: (Redação dada pela Lei nº 104, de 10-1-2001)

I – requisição de autoridade judiciária no interesse da justiça; (Incluído pela Lei nº 104, de 10-1-2001)

II – solicitações de autoridade administrativa no interesse da Administração Pública, desde que seja comprovada a instauração regular de processo administrativo, no órgão ou na entidade respectiva, com o objetivo de investigar o sujeito passivo a que se refere à informação, por prática de infração administrativa. (Incluído pela LCD nº 104, de 10-1-2001)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

#### O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às comissões competentes.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 59, DE 2005

**Modifica a redação do art. 162 do Regimento Interno do Senado Federal, para fixar nova sistemática de votação das matérias.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art. 162 do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 1º e 2º:

“Art. 162. ....

§ 1º As proposições poderão ser votadas logo após o anúncio do início de sua discussão.

§ 2º As proposições serão apreciadas em períodos de trinta minutos, segundo a regra do § 1º, mediante horário pré-fixado na Ordem do Dia.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

Objetiva-se, com esta proposição, aumentar a eficiência do processo legislativo, em decorrência da celeridade na votação das matérias em pauta, sem prejuízo da qualidade e do caráter democrático das discussões. Para isso, são acrescentados dois parágrafos ao art. 162 do Regimento Interno do Senado (RISF), permitindo que os senadores votem matéria cuja discussão tenha sido iniciada, e estabelecendo, além de uma duração de trinta minutos para a apreciação de cada proposição, a inclusão do horário de votação na Ordem do Dia, para que os senadores possam acompanhar melhor as deliberações de seu interesse.

Sala das Sessões, 29 de junho de 2005. – senador **Gérson Camata**.

### LEGISLAÇÃO CITADA

#### REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

#### RESOLUÇÃO Nº 93, DE 1970

**Texto editado em conformidade com a Resolução nº 18, de 1989, consolidado com as alterações de correntes de emendas à Constituição, leis e resoluções posteriores, até 2002.**

.....  
Art. 162. A Ordem do Dia terá início, impreterivelmente, ao término do tempo destinado à Hora do Expediente, salvo prorrogação.  
.....

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 60, DE 2005

**Altera o art. 228 do Regimento Interno do Senado Federal, para permitir que especialistas convidados emitam parecer a respeito de proposições legislativas sob exame de Comissão.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art. 228 do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar acrescido do §§ 2º e 3º, renumerando-se o parágrafo único como § 1º:

“Art. 228. ....

§ 1º Para discussão e votação, o parecer será incluído na ordem do dia.

§ 2º Admite-se, nas comissões, que o parecer seja apresentado por especialista de notório saber, indicado por Senador e aprovado pela maioria absoluta dos membros.

§ 3º O parecer a que se refere o § 2º, para ser objeto de apreciação, será necessariamente subscrito por um senador. (NR)”

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

É cada vez mais generalizado, na sociedade e neste Congresso Nacional, o sentimento de que o processo legislativo deve ser mais vivo, mais transparente, mais aberto à participação da sociedade e, assim, mais qualificado.

O que estamos a propor com a presente iniciativa não constitui inovação, pelo menos quanto ao procedimento legislativo adotado em países como a Inglaterra. Lá, especialistas têm o direito à palavra não apenas para emitir opinião sobre projetos em tramitação, mas também para apresentar pareceres a esse respeito. Os pareceres, conforme é do conhecimento de todos, são proposições legislativas.

Ao propor medida assemelhada em nosso País, cercamo-nos de diversos cuidados: em primeiro lugar, o especialista, além de ter notório saber, deve ser convidado pela maioria da comissão técnica especializada; em segundo lugar, o parecer somente será sujeito à apreciação da comissão caso um senador da República o subscreva. Por fim, limitamos a participação do especialista convidado ao âmbito das comissões técnicas, por entender que as manifestações técnicas e políticas do Plenário devem ser reservadas aos detentores de mandato popular, em homenagem à soberania do voto.

Não é novidade que, até mesmo no funcionamento do Supremo Tribunal Federal se admite que especialistas, convidados, opinem sobre processo sob exame daquele excelso pretório, na condição de “amigo da causa”, ou **amicus curie**, para usar a expressão latina. Entende-se que um esclarecimento técnico especializado pode ajudar no deslinde de uma questão jurídica complexa.

Para aproximar o Parlamento da sociedade civil e para qualificar tecnicamente o exame das proposições legislativas da competência do Senado Federal, apresentamos este Projeto de Resolução, na expectativa de contar com o apoio dos eminentes Pares.

Sala das Sessões, 29 de junho de 2005. – senador **Gerson Camata**.

## LEGISLAÇÃO CITADA

## REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

## RESOLUÇÃO Nº 93, DE 1970

**Texto editado em conformidade com a Resolução nº 18, de 1989, consolidado com as alterações de correntes de emendas à Constituição, leis e resoluções posteriores, até 2002.**

.....  
 Art. 228. Constitui proposição o parecer que deva ser discutido e votado pelo Plenário, quando não concluir pela apresentação de projeto, requerimento ou emenda.

Parágrafo único. Para discussão e votação, o parecer será incluído em Ordem do Dia.  
 .....

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
 – A Presidência comunica ao Plenário a abertura de prazo de cinco dias úteis, perante a Mesa, para recebimento de emendas, aos Projetos de Resolução nºs 59 e 60, de 2005, que acabam de ser lidos, nos termos do art. 235, II, a, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
 – Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella, como Líder do PL, por cinco minutos.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA)  
 – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
 – Senadora Ana Júlia Carepa, pela ordem.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição no momento adequado para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
 – Senadora Ana Júlia Carepa, não é possível a inscrição para comunicação inadiável, somente por designação de Liderança, porque realizaremos oito sessões extraordinárias.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA)  
 – Então, solicito minha inscrição para falar pela Liderança do PT e vou apresentar a delegação.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (Bloco/PTB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
 – Senador Mozarildo Cavalcanti, pela ordem.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (Bloco/PTB – RR. Pela ordem.) – Peço também minha inscrição, como Líder, antes da Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
 – V. Ex<sup>a</sup> está inscrito.

Com a palavra, o Senador Marcelo Crivella.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PL – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, como é do conhecimento desta Casa, acabo de regressar dos Estados Unidos, onde estive durante uma semana visitando brasileiros presos como imigrantes ilegais e mantendo conversações com autoridades norte-americanas para libertá-los e trazê-los de volta ao Brasil. Embora essa seja a terceira vez que vou aos Estados Unidos com o mesmo propósito, continua sendo uma experiência chocante, sobretudo porque o número de imigrantes ilegais brasileiros que tentam entrar nos Estados Unidos sobe exponencialmente.

Sabemos que essa situação não se resolverá rapidamente. Ela é determinada por condições sociológicas e econômicas no Brasil e nos Estados Unidos, que só mudarão com o tempo. Poderá, porém, ser minorada. A primeira tarefa que nos compete – e já é assunto da Comissão Parlamentar de Inquérito presidida pelo Senador Hélio Costa e vice-presidida por mim – é, como medida de urgência, proteger os nossos concidadãos que estão presos. Depois, demovê-los dessa idéia de se arrisarem a entrar nos Estados Unidos ilegalmente. E, por fim, mediante gestões diplomáticas, conseguirmos do governo norte-americano uma cota maior de imigração anual para brasileiros. A média histórica são de seis mil, muito inferior ao que se concede ao México, à China, ao Vietnã, às Filipinas e a outros países.

Quero dar a V. Ex<sup>as</sup>, inicialmente, um relato sucinto do que vi nas prisões do Texas na semana em que estive lá, e que comuniquei às autoridades norte-americanas do Department of Homeland Security (DHS).

Em Limestone, ao mesmo tempo em que os brasileiros se declaram gratificados pelo adequado tratamento pessoal recebido, reclamam da falta de informação sobre o processo de deportação, da ausência de formulários em português, da dificuldade de acesso a chamadas telefônicas e do excesso de pimenta na comida servida. A propósito, ouvi essas reclamações desde a primeira visita, em janeiro e dezembro do último ano. Porém, até agora, nada foi feito, mesmo sob promessas do DHS de que cuidaria disso.

No MacLennan County Detention Center, encontrei uma senhora de 54 anos, chamada Lázara Viana de Carvalho, cujo filho no Brasil é epilético. Foi a fim de tentar uma vida melhor para ela e para ele. Contatei sua família no Brasil e confirmei sua história. E, profundamente chocado, solicitei às autoridades norte-americanas que abreviassem a sua deportação, porque seu filho necessita de sua assistência no Brasil, e já estava lá há 60 dias.



Há também o caso de Luciane Lopes Moraes – que vale a pena ser contado aqui –, que está grávida de sete meses e que deve ser mandada de volta antes que as companhias aéreas se recusem a correr o risco de transportá-la.

Achei adequado o tratamento prestado aos jovens no La Esperanza Home for Boys e nos International Education Services. Fiz questão de comunicar isso às autoridades, nomeando inclusive os funcionários encarregados, Sr<sup>a</sup> Cynthia Hinojosa e o Sr. Ruben Gallegos, a quem agradei pessoalmente em nome do Governo brasileiro.

Em Frio County Jail, as condições são péssimas. Os detidos são autorizados a ter banho de sol apenas uma vez por semana; a roupa de cama é insuficiente e algumas estão rasgadas; não há assistência médica apropriada; a comida é horrível, e o lugar onde eles ficam é imundo, porque existem muitas pessoas para o pequeno espaço, e eles não recebem material de limpeza. Até a água de beber é servida tépida.

No Texas Parole Violators Facility, a situação é igualmente péssima. Na primeira vez em que visitei este lugar, em janeiro de 2004, saí com a impressão de que não serve nem para imigrantes ilegais, nem para pessoas que violaram o livramento condicional, como está em seu nome. Os detidos reclamaram de falta de sol, de comida saudável, de acesso ao telefone e de falta de informações de processos. Além disso, estão misturados com pessoas processadas por diferentes motivos, tendo sido reportados casos de brigas, conflitos etc. O pior de tudo são as condições imundas dos banheiros e das celas.

Ponderei às autoridades norte-americanas que essas duas prisões, Frio County Jail e Texas Parole Violators, revelam condições absolutamente inaceitáveis mesmo diante dos mais baixos padrões dos direitos humanos.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não vou apelar aqui...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PL – RJ)

– Sr. Presidente, peço que me conceda três minutos para concluir.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex<sup>a</sup> dispõe de mais três minutos.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PL – RJ)

– ... ao sentimentalismo dos Srs. Senadores e de quem nos assiste pela TV Senado, mas qualquer um de V. Ex<sup>as</sup> pode imaginar perfeitamente o que sentem e o que sofrem esses milhares de brasileiros que decidem, correndo graves riscos, inclusive de morte, tentar a sorte nos Estados Unidos. Não quero neste momento falar à emoção de V. Ex<sup>as</sup>; quero falar às mentes.

Estive em Miami, na Flórida, e lá se vive uma explosão de empregos. A taxa de desemprego é de 3%, uma das menores dos Estados Unidos, tecnicamente considerada de pleno emprego. E não se vê isso apenas nas estatísticas. Vê-se isso nas placas que estão nos *shoppings*, nos restaurantes, no comércio, que necessitam de pessoas para trabalhar. E pasmem! Em um dos piores presídios que visitei – citei anteriormente, o Frio County Detention Center –, os brasileiros estão tomando um banho de sol por semana, quando o regulamento prevê três. E a roupa de cama é inadequada, e a comida, mal servida. O diretor me explicou que isso se dá por falta de mão-de-obra.

Então, temos brasileiros presos, de um lado, porque querem trabalhar nos Estados Unidos, e temos serviços deficientes nos Estados Unidos por falta de mão-de-obra. É uma situação paradoxal.

Uma jovem perguntou-me: “Mas por que é assim? Eles têm emprego demais e falta gente para trabalhar, e nós temos trabalho de menos, com excesso de gente para trabalhar? Qual seria a diferença, Senador, entre os países?”

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, há muitas diferenças entre os Estados Unidos e o Brasil. Não vou me deter sobre isso. Vou mencionar apenas a diferença que, a meu juízo, fundamentalmente explica o fato de eles terem empregos sobrando e de nós termos empregos de menos: é a política macroeconômica. Os Estados Unidos, tradicionalmente, praticam políticas de pleno emprego. Eles têm uma política expansiva, e nós temos uma política contracionista; eles têm gastos deficitários, empurrando a demanda efetiva, e nós temos superávit primário, contraindo o consumo; eles têm taxa básica real de juros de zero por cento...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PL – RJ)

– ... e nós temos taxa real básica de 13%, inibindo o crédito e o investimento.

Os nossos jovens estão arriscando sua vida e sua dignidade para procurar trabalho remunerado nos Estados Unidos porque nós, a elite política e a elite econômica deste País, estamos praticando uma política macroeconômica suicida, que atende exclusivamente aos interesses do capital financeiro especulativo. Em maio, a taxa do desemprego absoluto, no Brasil, caiu ligeiramente, 0,6 ponto percentual, mas a taxa de subemprego subiu quase três pontos. Juntos, o desemprego e subemprego representam hoje 30% da população economicamente ativa ou quase um terço dela. Isso clama aos céus, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores. Isso é simplesmente intolerável. Essa é a grande mazela...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PL – RJ)  
– ...e o grande problema do nosso Governo nos dias de hoje.

O drama dos brasileiros presos nos Estados Unidos é apenas um aspecto, na verdade secundário, da tragédia social que estamos vivendo aqui, nas nossas grandes metrópoles, onde já...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– Para concluir, mais um minuto, Senador Marcelo Crivella.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PL – RJ)  
– Muito obrigado, Sr. Presidente. Vou concluir em um minuto.

... onde já não se controla mais a segurança. Entre os desempregados e os subempregados, cerca de 60% são jovens de 15 a 24 anos. Qual a perspectiva de vida deles? Qual é a esperança que podem ter? Será que terão uma luz no fim do túnel?

Nossos prisioneiros nos Estados Unidos são vítimas de outra prisão, esta aqui mesmo, no Brasil. É a prisão de nossas mentes. É a prisão do neoliberalismo. É a prisão dos que, em nome de uma falsa responsabilidade fiscal e de uma falsa política financeira saudável, travam o desenvolvimento do País e nos impedem de alcançar um ciclo de prosperidade.

É esse, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o recado que lhes trago das prisões norte-americanas, onde se encontram mais de 20 mil brasileiros que querem trabalhar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– Agradeço-lhe, Senador Marcelo Crivella.

Concedo a palavra ao nobre Senador Hélio Costa, para uma comunicação de Liderança, nos termos do art. 14, inciso II, alínea **b** do Regimento Interno.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de até sete minutos.

**O SR. HÉLIO COSTA** (PMDB – MG. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, antes de mais nada, cumprimento o Senador Marcelo Crivella, Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que apura a imigração ilegal para os Estados Unidos e para outros países.

S. Ex<sup>a</sup> fez essa viagem pouco antes de ser indicado Vice-Presidente, mas chega com um relatório que só acrescenta o espanto de todos os brasileiros, ao ver o tratamento dispensado àqueles que foram presos ao cruzar a fronteira americana sem seus documentos.

Na verdade, as informações oficiais obtidas na sexta-feira da semana passada de autoridades ameri-

canas mostram que 23.814 mil brasileiros estão presos nos Estados Unidos por razão de imigração ilegal. É esse o motivo da instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da qual sou o Presidente; o Senador Marcelo Crivella é o Vice-Presidente e o Deputado João Magno, o Relator.

Vamos investigar os crimes que são cometidos no aliciamento de jovens menores: falsificação de passaporte, de documentos, de certidão de idade, de todo tipo de papel que é necessário para uma viagem ao exterior, além, evidentemente, da cobrança de uma taxa de US\$10 mil, ou seja, R\$25 mil ou R\$30 mil para se render a este sonho que, na realidade, se transforma em um pesadelo, porque, ao cruzar a fronteira no Rio Grande, já há um policial americano com um 38 na testa do coitado do brasileiro, que está achando que vai realizar o seu sonho.

É apenas um breve comentário que faço na esteira do discurso feito aqui pelo ilustre Senador Marcelo Crivella, no retorno de sua viagem aos Estados Unidos, onde foi visitar os nossos companheiros patrícios que estão presos lá em prisões americanas.

Ao mesmo tempo, quero saudar os oficiais da Polícia Militar que se encontram presentes na nossa galeria, os representantes dos funcionários públicos, os delegados de polícia que vieram de várias partes do Brasil, todos aqueles que foram afetados direta ou indiretamente pelas modificações que foram realizadas no decorrer da discussão da reforma da previdência. E, certamente, a expectativa de que, hoje, à tarde, aqui, no Senado da República, possamos corrigir – e ainda há tempo – alguns erros que não foram sanados lamentavelmente nem nessa última oportunidade.

Um exemplo típico é uma proposta que fiz, uma emenda que apresentei em defesa do *status* dos delegados de polícia do Brasil inteiro. Se se exige de um delegado de polícia o diploma de bacharel para que ele esteja naquela posição, é evidente que ele tem o direito de ter a sua função equiparada como bacharel no serviço público. Isso, lamentavelmente, não foi sequer absorvido pelo Relator. E vamos tentar encaminhar a matéria essa tarde, como votação em separado, para ver se recuperamos esse texto, que é tão importante para essa classe tão esquecida, que é o policial civil, militar, todos eles, aqueles que põem a cara na reta contra o bandido, todas as tardes, neste País violento, lamentavelmente, onde mais de 40 mil pessoas morrem por ano vitimadas por arma de fogo, segundo as pesquisas mais recentes, e onde o policial, seja ele militar ou civil, é o menos atendido e lembrado, tendo que lutar, permanentemente, pelos seus direitos.

Por isso, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ainda tenho esperanças de que, nesta tarde, posamos

rever alguns pontos básicos do texto da PEC paralela, a fim de darmos direito a quem o merece.

Finalmente, quero-me reportar a uma reunião realizada ontem, no gabinete do Ministro Antonio Palocci, com as presenças dos Líderes dos principais Partidos do Congresso Nacional. Fui a ela representando o PMDB, na qualidade de Vice-Líder do Partido e Vice-Líder do Governo, e tive a oportunidade de receber a informação do Sr. Ministro Antonio Palocci de que estão sendo liberados cerca de R\$81 milhões para a complementação da Linha 1 do metrô de Belo Horizonte, obra da maior importância que, há 10 anos, está aguardando recursos para a sua finalização. Da mesma forma, o Ministro informou aos Senadores Tasso Jereissati e Patrícia Saboya, do Ceará, que o metrô de Fortaleza será contemplado e que o de Salvador – estava presente o Senador Antonio Carlos Magalhães – também será recompensado por todo o atraso na liberação de verbas passadas.

Esse é o caminho que o Governo encontra, Senador Tião Viana, para mostrar sua verdadeira ação efetiva, fazendo com que obras como essas, que estão paralisadas desde o Governo passado, sejam concluídas, porque são importantes para a comunidade. Elas são fundamentais para cidades como Belo Horizonte, Fortaleza e Salvador, cuja população precisa desse sistema de transporte coletivo eficiente e capaz.

Por isso, estou muito feliz com a reunião que a Liderança fez, ontem, com o Ministro Antonio Palocci, o qual deu a maior atenção aos Senadores. S. Ex<sup>a</sup> estabeleceu que, a partir de agora, essa Comissão extra-oficial de Senadores vai fazer o acompanhamento da liberação desses recursos, para que possamos atender às cidades que estão com obras importantes de infraestrutura paralisadas há tantos anos. E quem vai ser beneficiado? O povo, o trabalhador que precisa, que faz uso do sistema de transporte coletivo.

Portanto, ficam meu agradecimento ao Sr. Ministro Antonio Palocci e, ao mesmo tempo, a esperança e a expectativa de que, hoje à tarde, Sr. Presidente, possamos refazer alguns pontos da PEC paralela para atender a essa classe sofrida e esquecida dos servidores públicos da União.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– Concedo a palavra ao nobre Senador Leonel Pavan. A seguir, realizaremos a Ordem do Dia.

Senador Leonel Pavan, V. Ex<sup>a</sup> dispõe de até dez minutos. (Pausa.)

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (Bloco/PTB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas registrar a presença de uma comissão de estudantes da Faculdade Roraimense de Ensino Superior – FARES –, chefiada pelo Coordenador do Curso de Economia, Professor João da Rocha Vieira, e composta pelos estudantes Vilma da Silva Santos, Onélia de Magalhães Ferreira, Luciana Maciel Araújo, Franciany Dias Mendes, Wagton Oliveira Cardoso, Yana Bessa Gomes G. da Silva, Narislene Nascimento da Silva, Pedro Américo, Maria das Graças M. Medeiros Porto e Alexandre Mota.

Esses jovens estão aqui concluindo uma atividade cultural, inclusive com palestras na Unieuro e no Banco Central. Desejo-lhes uma boa estada entre nós e quero que saibam da minha felicidade por vê-los em Brasília. Portanto, peço esse registro nos Anais da Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, hoje estamos vivendo um dos dias mais importantes para a sociedade brasileira. Além da CPML que está ocorrendo no Senado Federal, para depurar alguns setores públicos que, infelizmente, encontram-se no meio da lama em função de atos de corrupção, vamos discutir a PEC paralela. Trabalharemos para aprová-la e garantir os direitos e benefícios dos delegados e integrantes das Polícias Militar, Civil e Federal, e do Fisco, setores de extrema importância para a segurança e para a economia do nosso País.

Certamente, os Senadores votarão “sim”, para que a sociedade brasileira seja reconhecida pelo seu valor e esses setores sejam reconhecidos pela importância que têm para o nosso País.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, sociedade brasileira, hoje estão reunidos, em Brasília, milhares de agricultores. Um “tratoção”, com três ou quatro mil tratores, ocupa todas as ruas e avenidas que contornam o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional. Essa mobilização pacífica foi feita para chamar a atenção do Governo Federal e do Congresso Nacional.

Quero ler um folheto escrito pelos agricultores:

Por que este movimento?

Para chamar sua atenção à situação difícil que enfrenta a agricultura brasileira e, conseqüentemente, os produtores rurais responsáveis por ela e pela produção de alimentos para o nosso país, **que responde por 47% do PIB nacional**. Veja, portanto, a importância do agronegócio na vida de cada brasileiro, se o



setor for mal, todos serão prejudicados (comércio, indústria, prestadores de serviços e etc) (setores que justamente trabalham no setor alimentício do nosso País e do mundo).

As informações que chegam ao grande público estão completamente fora da realidade atual, mostram sempre um agricultor elitizado, capitalizado e ganhando rios de dinheiro, o que não é a realidade que estamos vivendo, e caso nada seja feito para equilibrar as despesas com as receitas e adequar os pagamentos dos débitos ao fluxo de caixa da atividade, certamente será a **falência da agricultura nacional**.

Fala-se do grande crescimento da agricultura brasileira, dos recordes sucessivos de produção de alimentos, da alta tecnologia utilizada, mas não informam que este sucesso todo ocorre às custas do endividamento do produtor rural, que, para isso, adota tecnologia de primeiro mundo, mas tem custos e juros exorbitantes, muito acima dos praticados por eles.

Eles, os agricultores, dizem ser os maiores responsáveis pela produção do País a seus próprios custos. É verdade, Sr. Presidente! Não é possível ouvirmos seguidamente, das tribunas do Senado e da Câmara Federal e também na mídia nacional, o Governo dizer, com orgulho, sobre os recordes ocorridos na agricultura, como se fosse ele, o Governo, o grande responsável por tudo isso! O que vemos aqui são os agricultores a nos mostrar que, se existem recordes, eles ocorrem por causa do trabalho, do suor e dos investimentos próprios dos agricultores! Infelizmente, o Governo Federal não tem dado a devida atenção aos nossos agricultores!

Segundo dados fornecidos pela nossa Assessoria, a crise afeta mais fortemente alguns setores, em especial, as culturas de soja, do arroz, do milho, do algodão, do trigo, do feijão, do vinho e da bovinocultura de corte. No caso do algodão, por exemplo, houve uma redução de R\$1,5 bilhão em relação ao ano passado; no que se refere ao arroz, R\$3,1 bilhões em relação ao faturamento bruto do ano passado; que houve uma queda da receita bruta de quase R\$4 bilhões no milho, e o mesmo acontece com a soja. Vejam que a perda chega, este ano, a quase 19 milhões de toneladas em relação à safra de 2004. O País está regredindo nesse setor, e não vemos, por parte do Governo, nenhum investimento correto e decente. Não estão atendendo nem a agricultura familiar nem aos pequenos agricultores do nosso País. No entanto, o Governo se orgulha de uma safra gorda, excessiva, na verdade, em cima do suor dos nossos trabalhadores.

Talvez seja por isso – e vou conceder um aparte a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Ramez Tebet – que o Governo Federal não consegue aliados; não consegue ter, hoje, 100% do PMDB; não consegue ter o apoio dos Governadores. Eu falava, em discurso recente, que o Governo Federal não consegue apoio porque está passando uma alergia muito forte. O meu pai, no Rio Grande do Sul, quando jovem, Senador Ramez Tebet, dizia-me que, quando queriam acabar com um baile no Rio Grande do Sul, surgia um cidadão e jogava pó-de-mico no salão. Ali, o pessoal, arrastando suas botas enquanto dançavam, faziam com que o pó-de-mico subisse, e todos fugiam. Dá a impressão de que soltaram pó-de-mico no Palácio do Planalto. Ninguém quer pegar. Isso, o que está acontecendo! E o PMDB não quer dar uma de barata tonta, não quer “atravessar o galinheiro”, porque sabe que o momento está muito difícil. Talvez seja por isso que o Governo Federal não consegue apoio: porque não investe, como deve investir tanto na agricultura, como na educação, na saúde e na assistência à população brasileira.

Concedo o aparte, com muita honra, ao Senador Ramez Tebet.

**O Sr. Ramez Tebet** (PMDB – MS) – Senador Leonel Pavan, infelizmente a campanha soou. O pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> está brilhante. Solidarizo-me com V. Ex<sup>a</sup>. Todos sabemos – os fatos e os números indicam e a realidade está a demonstrar – que essa é a maior e mais grave crise que a agricultura atravessa. Espero que a voz de V. Ex<sup>a</sup> e a de tantos outros Senadores ecoem. Ontem ocupei essa tribuna, não com o brilho de V. Ex<sup>a</sup>, para abordar o mesmo assunto tratado hoje por V. Ex<sup>a</sup>. Oxalá se encontre uma solução, no mínimo para diminuir o sofrimento e as agruras dos homens que produzem neste País. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>!

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, querido amigo Ramez Tebet. V. Ex<sup>a</sup>, um dos grandes Parlamentares do nosso País, quando exerceu a Presidência do Senado da República, orgulhou a todos que aqui estavam. À época, eu era Prefeito, e senti-me orgulhoso em ter uma pessoa como V. Ex<sup>a</sup> presidindo o Senado.

Sr. Presidente, quero dizer que nós, da Oposição, não estamos fazendo oposição com raiva, com o fígado, mas, sim, uma oposição equilibrada. Estamos alertando o Governo de sua importância e de como deve proceder junto à população brasileira. Sabemos que o Governo passa por uma situação difícil – esperamos que ele possa sair dessa dificuldade, atendendo aos anseios do povo brasileiro.

Sr. Presidente, finalizo, cumprimentando os oficiais da Polícia Militar e os do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, os Cadetes da Academia da Polícia



Militar do Distrito Federal, os Auditores fiscais de vários Estados do Brasil, que estão aqui aflitos, buscando, pelo menos, garantir os seus direitos. É isso que, hoje, vamos fazer aqui: atender aqueles que buscam apoio de todos nós, Parlamentares, pois temos a obrigação de fiscalizar e cobrar do Governo respeito pelos nossos Estados, respeito pela instituição e, sobretudo, respeito pelo Brasil.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Passa-se à

## ORDEM DO DIA

Item único:

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 77-A, DE 2003

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 358 do Regimento Interno.)*

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências.

Concedo a palavra ao nobre Relator, Senador Rodolpho Tourinho, para proferir o seu parecer.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de até trinta minutos, nos termos do art. 140 do Regimento Interno.

### PARECER Nº 1.032, DE 2005 – PLEN

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, ex-Relator da PEC da Previdência, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a primeira coisa que teria a declarar é que essa relatoria da PEC paralela, a que fui incumbido de fazer, seguramente é uma relatoria diferente. Entendo ser essa uma relatoria que vem acompanhada de um acordo feito nesta Casa, que incluiu desde o Senhor Presidente da República, Ministros de Estado e, efetivamente, todas as Lideranças desta Casa, assim como todos as Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores, o que acabou se transformando em um acordo, que foi votado nesta Casa e que obteve um placar de 69 votos a favor e nenhum voto contrário, à unanimidade dos presentes. Assim sendo, trata-se de uma relatoria em que não expressei, necessariamente, todas as minhas opiniões, mas, sim, em que há uma reflexão acerca do acordo feito aqui no Senado. Como disse, a PEC paralela surgiu de um grande acordo po-

lítico, o qual me impus respeitar quando da elaboração do relatório cuja apresentação iniciei.

É necessário registrar que, de outra parte, quando da tramitação da matéria na Câmara dos Deputados, depois de ela ter saído desta Casa, após o grande acordo feito aqui, a PEC paralela foi aperfeiçoada, sem que se desvirtuassem as bases do acordo original. Assim, não haveria por que não acolher essas alterações naqueles pontos em que não houve colisão com o espírito da PEC paralela. Reafirmo o espírito da PEC paralela, que mantereirei ao longo do tempo em que falarei do relatório.

Finalmente esse relatório também busca soluções constitucionais e regimentais que permitam a promulgação mais rápida da PEC paralela em análise. Por que mais rápido? Porque ela deveria ter sido promulgada há cerca de um ano e meio, quando foi à Câmara – depois daquele acordo que aqui foi feito por unanimidade –, onde demorou cerca de um ano e quatro meses.

Também foi importante, nesse raciocínio, buscar soluções constitucionais que atendessem rapidamente a milhões de pessoas, a milhões de servidores que dependem hoje da aprovação dessa PEC.

Colocadas essas diretrizes que nortearam o trabalho, passo a comentar os diversos pontos da PEC paralela, a PEC nº 77-A, de 2003, na ordem em que as matérias aparecem na proposição, expondo a forma como se deu a sua apreciação em cada uma das Casas, assim como o tratamento a ser dado em etapas posteriores.

A primeira questão é a do subteto remuneratório para Estados, Distrito Federal e Municípios. Em primeiro lugar, o texto original do Senado Federal previa, além dos subtetos já fixados na Constituição Federal, a possibilidade de instituição de um valor de referência como subteto dos Estados, Distrito Federal e Municípios. O primeiro ponto nele colocado, em relação a subteto, é o de que os Estados passariam a ter a possibilidade de fixar um valor de referência como subteto, algo entre os subsídios do Governador e do Judiciário, que seria de 90,25% do salário do Ministro do Supremo.

O segundo ponto é que o texto permitia também que os Estados e o Distrito Federal fixassem como subteto único o subsídio dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, fixando, ainda, o prazo para adoção dessas providências.

O terceiro ponto é que, além disso, ele vedava a redução do subsídio dos Governadores, até que fosse fixado o valor de referência – refiro-me, volto a repetir, a tudo aquilo que foi colocado e aprovado na PEC paralela. E, por último, determinava que o subsídio dos

Governadores não poderia ser utilizado como subteto, se o seu valor fosse reduzido. Esses eram os quatro pontos básicos em relação a subteto, que foram colocados no texto.

A Câmara dos Deputados promoveu grandes mudanças nesse tópico todo. Em primeiro lugar, fixou um piso para o subsídio dos Governadores igual à metade do dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, hoje em torno de R\$19 mil. Sobre esse ponto, entendo que não pode a União impingir ônus aos Estados e ao Distrito Federal, fixando um piso para a remuneração de Governadores que, em alguns entes da Federação, poderá representar um problema muito sério. Então, no relatório, como minha primeira manifestação, voto pela supressão desse dispositivo.

Em segundo lugar, a Câmara – estou tratando do que ela modificou – eliminou o valor de referência, que ficava a critério de cada Estado, de cada Governador, desde que obtivesse a legislação pela Assembleia Legislativa, bem como o prazo para adoção desse valor.

No meu entender, essas alterações promovidas pela Câmara dos Deputados, neste ponto, distorceram completamente o espírito da PEC paralela, colidindo com a primeira diretriz que estabeleci para conduzir este relatório.

Meu voto é pelo retorno ao texto da PEC paralela, à exceção da fixação de prazo, sobre o qual mantenho a supressão, já que a adoção do valor de referência é uma faculdade.

O terceiro ponto alterado pela Câmara eliminou o prazo para adoção do subteto único dos Estados e do Distrito Federal. Pela razão já exposta, neste ponto, meu voto é pela manutenção da supressão, já que a adoção do teto único é uma faculdade.

O quarto ponto é que a Câmara eliminou a vedação à utilização como subteto do subsídio do Governador em caso de haver uma redução nominal desse valor do subsídio. Nesse ponto considero a supressão meritória, já que esse assunto deve ficar sob a competência dos Estados. Meu voto é pela manutenção dessa supressão.

O quinto ponto é que foi mantida a possibilidade de os Estados e o Distrito Federal estabelecerem um subteto do Poder Judiciário como seu subteto único, explicitando que esse limite não se aplica aos subsídios dos Deputados Estaduais, Distritais e dos Vereadores. Quanto a isso, não há divergência entre Senado e Câmara, e a matéria deverá ser promulgada, se aprovada.

Outro ponto é que a Câmara também explicitou que as chamadas verbas indenizatórias não estão compreendidas no teto. Trata-se de uma medida efeti-

vamente declaratória, que visa deixar o teto constitucional mais claro. Eu proponho a promulgação.

Finalmente, a Câmara incluiu os Delegados de Polícia, os Advogados e os Agentes Fiscais Tributários organizados em carreira no subteto do Poder Judiciário dos Estados e do Distrito Federal. Essa alteração feita pela Câmara dos Deputados também não nos parece poder ser acolhida. A inserção de um novo subteto para algumas categorias funcionais do Poder Executivo, dos Estados e do Distrito Federal poderá implicar aumento do respectivo limite remuneratório e permitir pagamento considerado excessivo a alguns agentes públicos, bem como crescimento das despesas públicas com pessoal. Ela abre também a possibilidade de ocorrer desrespeito aos limites fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Além disso, é bom que se registre que a definição do que sejam carreiras exclusivas de Estado não é pacífica. Assim, é possível, na matéria, ter-se desde uma visão absolutamente minimalista até uma concepção ampla, que abarque um grande número de atividades dentro do Estado.

Cabe ainda lembrar que tramita, no Congresso Nacional, projeto de lei da Câmara que, objetivando regulamentar parte da Reforma Administrativa de 1998, entre outros aspectos, tenta listar quais seriam as carreiras exclusivas de Estado. A lista já chegou a 26 categorias, mas a matéria é tão polêmica, que, iniciada a tramitação em outubro de 1998, encontra-se em apreciação pela Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados desde outubro de 2003. Isso torna clara a inconveniência de se tratar da inclusão de novas carreiras exclusivas de Estado nesta proposta de emenda constitucional, que trata especificamente da reforma da Previdência e de um acordo feito aqui no Senado, que permitiu a aprovação da reforma da Previdência.

Com essas alterações em relação à inclusão de algumas carreiras no subteto, ficam prejudicadas as sugestões dos nobres Senadores Paulo Paim, Leonel Pavan, Luiz Otávio, Mozarildo Cavalcanti, Sérgio Guerra e Papaléo Paes, oferecidas à proposição, todas versando sobre a inclusão de outras carreiras nos subvetos estaduais e municipais.

Por fim, em relação às sugestões apresentadas à proposição pelos Senadores, resta apenas discorrer sobre a sugestão do Senador Hélio Costa, que considero não se tratar de uma alteração da reforma da Previdência, mas da reforma administrativa decorrente da Emenda Constitucional nº 19, de 1998, que introduziu, para fins de teto, os valores recebidos dos cofres públicos pelo servidor público.

Entendo que essa matéria não constou da discussão que envolveu os Partidos políticos, os Senadores

aqui representados, suas Lideranças, os Ministros e o próprio Presidente, na PEC paralela. Manifesto-me, assim, pela sua rejeição.

O segundo ponto do meu relatório:

### **2 – Possibilidade da adoção de requisitos e critérios diferenciados para aposentadoria de portadores de deficiência e de servidores que exercem atividades de risco.**

Neste ponto, não há divergência. O texto do Senado Federal autorizou que lei complementar defina, para os deficientes físicos, requisitos e critérios de aposentadoria diferenciados dos usados para as pessoas sem deficiência. A Câmara dos Deputados atendeu o mesmo objetivo de forma diversa. Cuidou ainda, a Câmara, da inclusão da possibilidade de existirem normas especiais para a aposentadoria dos servidores policiais civis – as chamadas “atividades de risco”. Ainda que o novo texto trate da matéria de forma um pouco diferente, retirando o tema da competência legiferante dos Estados e do Distrito Federal, como fazia o texto do Senado Federal, a alteração deve ser acolhida em nome da agilização da promulgação da “PEC Paralela”. A matéria, que foi um dos claros compromissos feitos quando do nascimento da proposição, faz justiça aos portadores de deficiência e está pronta para ser promulgada.

Cumprir registrar, entretanto, que, no tocante ao art. 5º, introduzido na PEC pela Câmara dos Deputados, que trata da contribuição para o custeio do regime de previdência pelos portadores de doença incapacitante em gozo do benefício na data da promulgação desta Emenda, há necessidade de um reparo fundamental, qual seja, o de incluir a expressão “na forma da lei” após a expressão “portadores de doença incapacitante”. A inserção da expressão “na forma da lei” está em consonância com o que já dispõe o inciso I do §1º do art. 40 da Constituição, que disciplina a aposentadoria por invalidez, exigindo a regulamentação por lei.

Assim, visando agilizar a promulgação da “PEC Paralela”, estou propondo emenda modificando o referido art. 5º, e a inclusão do texto corrigido na nova proposta de emenda à Constituição, a ser remetida à Câmara dos Deputados.

### **3 – Aumento da faixa de isenção de contribuição previdenciária para inativos e pensionistas portadores de doença incapacitante.**

Esse é outro aspecto em que as duas Casas não divergiram. A Câmara dos Deputados aperfeiçoou o texto introduzindo dispositivo explicitando que os novos limites se aplicam aos atuais aposentados e pensionistas.

Proponho, portanto, a promulgação do texto.

### **4 – Ampliação do controle social sobre a Previdência Social.**

A proposta original do Senado Federal incluiu na Carta Magna dispositivos prevendo que tanto o regime geral como os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos deveriam disponibilizar informações pormenorizadas sobre as suas contas e realizar censos periódicos de seus segurados.

A Câmara dos Deputados optou por retirar todas essas normas da Constituição e introduzi-las na legislação ordinária, o que foi feito na Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, que regulamentou aspectos da Emenda Constitucional nº 41, de 2003.

Pode-se, talvez, afirmar que essa opção reduziu a efetividade das alterações, uma vez que Estados e Municípios não estarão obrigados ao controle social referido. Entretanto, parece-me mais prudente aguardar os respectivos resultados, não se justificando atrasar a promulgação da presente proposição por essa razão.

Novamente, proponho a promulgação do texto.

### **5 – Ampliação das opções de alíquotas e bases de cálculo diferenciadas das contribuições para a seguridade social.**

A “PEC Paralela”, em sua redação original, estabelecia que as contribuições sociais dos empregadores para a seguridade social poderiam ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão do porte da empresa ou da condição estrutural ou circunstancial do mercado de trabalho. A Câmara dos Deputados apenas retirou do texto a expressão “ou circunstancial”.

Efetivamente, a alteração não prejudica o texto aprovado no Senado Federal, uma vez que seria muito complexo estabelecer a diferença entre as condições estruturais e circunstanciais do mercado de trabalho. Assim, especialmente em nome da agilização do processo e por não trazer maior entrave e não ter nenhum significado maior, não há por que deixar de acolher a redação da Câmara.

Proponho, portanto, a promulgação do texto.

### **6 – Ampliação do sistema de inclusão previdenciária.**

Esse era, Sr. Presidente – e V.Ex<sup>a</sup> deve se recordar –, um dos pontos principais ou do coração da “PEC Paralela”, a inclusão das donas-de-casa e das pessoas que não tinham vínculo empregatício. Esse é um ponto absolutamente fundamental.

O texto aprovado originalmente no Senado Federal explicitava que o sistema especial de inclusão previdenciária teria alíquotas e carências inferiores aos vigentes para os demais segurados do regime geral de previdência social (RGPS). Ademais, afirmava que

esse sistema especial abrangeria as donas-de-casa e os trabalhadores sem vínculo empregatício.

A Câmara dos Deputados manteve essencialmente as alterações feitas pelo Senado Federal, apenas retirando a explicitação da extensão do sistema especial de inclusão para os trabalhadores sem vínculo, que, de fato, já estavam nele incluídos. Essa alteração é prudente, pois evita a possibilidade de migração de trabalhadores formais para a informalidade.

Além disso, o texto daquela Casa excluiu, do texto já constante da Constituição sobre a matéria, a vedação de aposentadoria por tempo de contribuição dentro do sistema especial de inclusão previdenciária. A manutenção da expressão mereceu apenas um voto favorável daquele Plenário da Câmara contra 313 pela sua exclusão.

Também nesse ponto, a Câmara dos Deputados manteve o princípio que presidiu a elaboração da “PEC Paralela”, de, ampliando o texto constitucional, reduzir o número gigantesco de pessoas excluídas dos benefícios previdenciários.

Como o detalhamento do sistema de inclusão ainda depende de lei, parece-me que nada obsta a aprovação do texto da Câmara dos Deputados.

Dessa forma, proponho a promulgação desse texto.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Permite-me V.Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Não são permitidos apartes em parecer de relator, infelizmente.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Senador Eduardo Suplicy, teria muito prazer, mas não lhe posso conceder o aparte.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente. Por uma questão de organização da sessão, Sr. Presidente. Isso me preocupa. Pela importância e relevância do parecer do Senador Rodolpho Tourinho, porque ainda não temos um número suficiente de Senadores no plenário, eu queria fazer um apelo a V. Ex<sup>a</sup> se seria possível convocar os Senadores, dada a leitura, a que estamos atentos, do relatório, algo tão importante que precede a votação de matéria importante, Sr. Presidente: a PEC paralela.

Então, peço apenas que V. Ex<sup>a</sup> faça um apelo aos Srs. Senadores de que, daqui a instantes, teremos um processo de votação. É uma contribuição à atenção que merece o Senador Rodolpho Tourinho.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Mesa já fez a devida manifestação de informação sobre o andamento da sessão. Teremos cinco sessões extraordinárias, havendo votação, mais três em turno

suplementar. Os Srs. Senadores terão ampla oportunidade de participar do debate. Mas as palavras de V. Ex<sup>a</sup> somam-se à intenção do Relator, da Mesa e dos partidos sobre a matéria.

Com a palavra o Senador Rodolpho Tourinho.

**O SR. ROMEUTUMA** (PFL – SP) – As Comissões podem continuar funcionando? Isso é o que pergunto, porque está sendo chamado todo mundo.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Vou determinar à Secretaria que suspenda imediatamente o trabalho das Comissões.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Retorno a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – O sétimo ponto, Sr. Presidente:

### **7 – Concessão de paridade plena para os servidores públicos e seus pensionistas na transição.**

Outra vez quero chamar a atenção para a importância deste tema, que foi, digamos assim, o coração maior da “PEC Paralela”: a paridade entre ativos, inativos e pensionistas. Essa questão da paridade entre ativos, inativos e pensionistas e a questão da inclusão previdenciária das donas-de-casa e das pessoas sem vínculo empregatício, eu diria, constituem-se efetivamente no que de mais importante foi feito, ou de que trata a “PEC Paralela”. Aliás, o que originou a “PEC Paralela” foi exatamente essa questão da paridade, dentro da idéia de garantir uma transição menos gravosa aos servidores que tinham expectativa de se aposentarem sob os critérios anteriormente existentes.

Tanto o Senado Federal quanto a Câmara dos Deputados, em relação aos aposentados, asseguraram a paridade entre ativos e inativos. Houve, entretanto uma diferença no tratamento das pensões.

O Senado Federal havia deferido a paridade aos pensionistas que se enquadrassem nas regras de transição criadas pela Emenda Constitucional nº 41/2003, mas havia deixado os pensionistas fora da paridade na chamada Regra 95, criada na própria PEC paralela. A Câmara dos Deputados inverteu essa situação, concedendo a paridade para as pensões enquadradas na Regra 95 e retirou o direito à paridade dos pensionistas enquadrados nas regras de transição que haviam sido criadas antes da PEC paralela.

A inclusão da paridade para as pensões da Regra 95, no texto da Câmara dos Deputados, atende ao espírito da PEC paralela e, portanto, deve ser acatada.

Entretanto, no meu entendimento, a supressão da paridade para os pensionistas das regras de transição da EC nº 41, em relação aos ativos e inativos, confronta-se com o ponto principal da PEC paralela. Nesse sentido, entendo, que a mudança realizada na Câmara dos Deputados merece reparo por ser



um compromisso inarredável nosso e também de todos os Senadores com assento nesta Casa quando aprovaram a PEC paralela por unanimidade.

Com a finalidade de não retardar a promulgação da presente proposta, o que traria grandes prejuízos àqueles que são objeto da PEC paralela, proponho neste parecer a promulgação do texto que veio da Câmara, garantindo, primeiro, a paridade plena entre ativos, inativos e pensionistas da chamada Regra 95; em segundo lugar, a paridade plena entre ativos e inativos da regra de transição da Emenda Constitucional nº 41. Além disso, conforme o exposto, proponho seja assegurada também a paridade aos pensionistas da regra de transição da Emenda nº 41, retirada pela Câmara dos Deputados, constante da proposta de emenda à Constituição a ser remetida pelo Senado àquela Casa.

O oitavo ponto é a instituição de mais uma opção de transição beneficiando os servidores com maior tempo de contribuição para aposentadoria. Foi a criação, na PEC paralela, da chamada Regra 95. Essa alteração permite a redução de um ano na idade mínima para aposentadoria integral e com paridade, de 60 anos, se homem, e 55 anos, se mulher, para cada ano de contribuição que exceder, respectivamente, 35 e 30 anos, desde que o servidor atenda a determinadas condições. É a chamada Regra 95. É outro importante ponto da PEC paralela, dentro de sua diretriz de reduzir a rigidez das regras de transição colocadas pela Emenda Constitucional nº 41, de 2003.

O texto da Câmara dos Deputados promove uma alteração na versão original, ao limitar essa possibilidade somente aos servidores que ingressarem no serviço público até a promulgação da Emenda Constitucional nº 20, de 1998, a reforma da previdência feita no Governo anterior. Trata-se de alteração razoável, uma vez que somente aqueles servidores detinham expectativa de se aposentarem com paridade e integralidade antes dos 60, se homem, ou 55 anos, se mulher, e, portanto, merece ser acolhida.

Proponho, portanto, a promulgação do texto.

O nono ponto é a redução dos requisitos de aposentadoria.

Outra modificação promovida pela Câmara foi a inclusão de norma que reduz em cinco anos os requisitos de idade, tempo de contribuição, tempo de efetivo exercício no serviço público, tempo na carreira e tempo no cargo em que se dará a aposentadoria de professores.

Ora, novamente estamos diante de um tema que distorce o espírito da PEC paralela, pois não fez parte do acordo feito nesta Casa, a que já me referi várias vezes neste parecer, colidindo com a primeira diretriz que estabeleci para conduzir este relatório.

Ademais, o dispositivo foi mal construído e, na prática, equivale à revogação do requisito fundamental de exigência de, pelo menos, cinco anos no cargo em que se dará a aposentadoria.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Peço à equipe de som que corrija o defeito do microfone do orador.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Desta forma, parece-me que, também aqui, o texto da Câmara dos Deputados deve ser suprimido.

Pelo exposto, proponho a supressão desse texto.

Por último, o décimo ponto é a questão da vigência.

A PEC paralela, em sua redação original, estabeleceu que os novos parâmetros para os subtipos estaduais e municipais, bem assim a faculdade de Estados e do Distrito Federal fixarem limite único para fins de subtipo, teriam vigência retroativa a 31 de dezembro de 2003, data da promulgação da Emenda Constitucional nº 41.

O texto da Câmara dos Deputados fixou, entretanto, que não apenas esses dois pontos, mas toda a Emenda Constitucional que resultar da proposição em exame terá efeito retroativo à data da vigência da EC nº 41, de 2003.

Note-se que o aprimoramento realizado pela Câmara não fere o espírito da PEC paralela, em primeiro lugar porque o texto originado por esta Casa já previa a retroatividade dos dois pontos já mencionados e, em segundo, porque, na época da aprovação da PEC paralela no Senado, o acordo previa uma tramitação rápida na Câmara, dando agilidade à promulgação – o que efetivamente não ocorreu.

Entendo que a alteração promovida pela Câmara é meritória, uma vez que o objetivo inicial da PEC paralela foi o de amenizar alguns dos efeitos da reforma da previdência que não puderam ser inseridos na Emenda Constitucional nº 41, de 2003. Fica evidente que a decisão dos Deputados visou a evitar qualquer prejuízo aos servidores em decorrência da demora daquela Casa na aprovação de PEC paralela.

Há que se ressaltar, entretanto, um equívoco técnico na redação desse dispositivo. Na verdade, a Emenda entra em vigor na data de sua publicação; o que se pretende retroagir são seus efeitos. Isso está sendo corrigido por emenda de redação, uma vez que não implica alteração de mérito.

Proponho, dessa forma, a promulgação do texto.

Como conclusão, Sr. Presidente, se aprovadas as alterações acima comentadas, poderá o Congresso Nacional promulgar imediatamente a PEC paralela

da reforma da previdência, honrando os compromissos feitos quando da tramitação da proposição que deu origem à Emenda Constitucional nº 41, de 2003, e quitando a dívida que ele possui com a sociedade brasileira desde então.

### Voto

Ante o exposto, o voto é, na forma do art. 133, I, do Regimento Interno do Senado Federal, pela aprovação da PEC nº 77-A, de 2003, rejeitadas as Sugestões nºs 1 a 9 e adotando-se as alterações a seguir, que constam do parecer e que são consolidadas em Proposta de Emenda à Constituição que irá retornar à Câmara dos Deputados, na forma do art. 133, V, a, do mesmo diploma legal, exceto as supressões ao § 3º do art. 28 da Constituição Federal constante do art. 1º da PEC nº 77-A, de 2003, e ao § 1º do art. 3º da PEC nº 77-A, de 2003.

Por último, Sr. Presidente, para finalizar, esclareço que, dos 19 pontos ou temas que foram tratados na Câmara, dois deles não aproveitamos, nem propusemos sua promulgação e, sim, a sua rejeição. Foram aproveitados 14 dos 19 temas. Três dos 19 temas voltam à Câmara para nova apreciação. O primeiro deles diz respeito ao valor de referência; o segundo ponto diz respeito à paridade dos pensionistas, inteiramente justo; e o terceiro ponto é aquele de acrescentar, na forma da lei, a questão das doenças incapacitantes.

Entendo, Sr. Presidente, que o que pôde ser aproveitado daquilo que veio da Câmara foi aproveitado e entendo que o nosso parecer reflete – e teria de refletir – aquilo que foi consagrado aqui num acordo entre todos os Senadores, desde que foi votado, por unanimidade, o acordo da PEC paralela.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

É o seguinte o parecer na íntegra:

## PARECER Nº DE 2005

### EM SUBSTITUIÇÃO

**A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003, que altera os artigos 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências.

**RELATOR: Senador RODOLPHO TOURINHO**

### I – RELATÓRIO

Retorna ao exame do Senado Federal a Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003, (originalmente, PEC nº 77, de 2003, no Senado Federal, e nº 227, de 2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências, a chamada “PEC Paralela da Reforma da Previdência”.

A proposição, que teve como primeira signatária a ilustre Senadora IDELI SALVATTI, nasceu no Senado Federal com o objetivo de promover ajustes na Reforma da Previdência, a Emenda Constitucional nº 41, de 2003, que resultou da PEC nº 67, de 2003, para viabilizar politicamente a sua aprovação sem alterações. Conforme a sua justificação:

Assim, em decorrência dos debates e dos acordos políticos envolvendo todos os partidos políticos a respeito da Reforma da Previdência, considerando a necessidade da promulgação das partes da PEC nº 67, de 2003, em torno das quais há concordância das Casas do Congresso Nacional, apresentamos esta proposta de Emenda à Constituição.

Na sua tramitação, a “PEC Paralela” também reuniu diversas emendas apresentadas à PEC nº 67, de 2003.

Efetivamente, o eminente Senador TIÃO VIANA, relator das duas propostas, concluiu o seu relatório sobre as emendas apresentadas à PEC nº 67, de 2003, pelo destaque, para proposição em separado, nos termos do inciso V, b, do art. 133 do Regimento Interno, das emendas nºs 1 a 8, 10 a 17, 19, 20, 22, 35, 47, 48, 52 a 57, 59, 65, 78 a 80, 82, 83, 86 a 89, 93 a 96, 133, 134, 137, 138, 144 a 150, 153, 154, 157, 159, 167, 170, 171, 173, 174, 178, 179, 182 a 185, 187, 193, 195, 197, 200 a 202, 204, 207 a 213, 217, 218, 224, 225, 233, 236, 240, 242, 251, 255, 259, 261, 265, 268, 269, 271, 272, 277, 279, 282, 296, 297, 298, 300, 301, 304 a 306, 312, 314, 318 e 331.

Essas emendas foram consolidadas numa única proposta de emenda à Constituição, lida em 2 de dezembro de 2003, que recebeu o número 92.

Conforme foi, mesmo, discutido nesta Comissão quando da tramitação da matéria, esse posicionamento do ilustre Relator foi tomado para viabilizar a tramitação da já referida PEC nº 77, de 2003. Assim, para evitar que essa última proposição sofresse os efeitos do disposto no § 5º do art. 60 da Constituição, *que determina que a matéria constante de proposta de emenda [à Constituição] rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa*, optou-se por não dar parecer pela rejeição das emendas à PEC nº 67, de 2003, que se referiam a matéria tratada na PEC nº 77, de 2003.

Na continuidade dos acordos concertados em torno da questão da previdência, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em 4 de dezembro de 2003, aprovou por unanimidade, em votação simbólica, substitutivo à PEC nº 77, de 2003. O referido substitutivo, essencialmente, consolida o texto original dessa proposição, com a PEC nº 92, de 2003 (cuja prejudicialidade é recomendada no parecer da CCJ), e os últimos acertos feitos entre o Governo e os partidos políticos.

A PEC foi aprovada em segundo turno pelo Senado Federal em 17 de dezembro de 2003 com 64 votos favoráveis e nenhum contrário e encaminhada à Câmara dos Deputados.

Naquela Casa, onde recebeu o nº 227, de 2004, a matéria foi aprovada em 16 de março de 2005, na forma de substitutivo, e retornou a esta Casa.

Por força do que determina o art. 367 do Regimento Interno do Senado Federal, a PEC tramita nesta Casa como proposta nova, recebendo, nesse outro exame, o nº 77-A, de 2003.

## Foram apresentadas as seguintes Sugestões:

Nº	Senador	Objetivo	Justificação
1	Leonel Pavan	Acrescenta ao inciso XI do art. 37 constante do art. 1º do Substitutivo da Câmara à PEC 77/2003 a expressão "e aos militares dos estados e do Distrito Federal".	Corrigir o equívoco da não inclusão dessas carreiras, também típicas de estado, no rol dos beneficiados pela medida.
2	Luiz Otávio	Acrescenta ao final do inciso XI do art. 37 da Constituição, constante do art. 1º da PEC 77-A, de 2003, a expressão "e aos militares dos Estados e do Distrito Federal".	Corrigir o equívoco da não inclusão dessas carreiras, também típicas de estado, no rol dos beneficiados pela medida.
3	Luiz Otávio	Dá nova redação ao inciso XI do art. 37 da Constituição Federal, constante do art. 1º da PEC 77-A, de 2003, para inserir os policiais civis e os militares dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira.	Corrigir o equívoco da não inclusão dessas carreiras, também típicas de estado, no rol dos beneficiados pela medida.
4	Paulo Paim	Altera a redação do inciso XI do art. 37 da Constituição Federal, constante da PEC 77A/2003, para inserir os Policiais e Bombeiros Militares dos Estados e do Distrito Federal.	Corrigir o equívoco da não inclusão dessas carreiras, também típicas de estado, no rol dos beneficiados pela medida.
5	Mozarildo Cavalcanti	Inserir no inciso XI do art. 37, constante do art. 1º do substitutivo da Câmara dos Deputados à Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 2003, a expressão "e aos militares dos Estados e do Distrito Federal".	Corrigir o equívoco da não inclusão dessas carreiras, também típicas de estado, no rol dos beneficiados pela medida.
6	Sérgio Guerra	Dá nova redação ao inciso XI do art. 37 da Constituição Federal, constante do art. 1º da PEC 77-A, de 2003, para suprimir a expressão "dos Estados e do Distrito Federal".	Os Fiscais Tributários dos Municípios foram omitidos do subteto fixado. Não há como tratar diferentemente as Administrações Tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. A supressão sugerida eliminará o caráter restritivo somente aos Estados e Distrito Federal, e fará com que todos os entes da federação sejam alcançados pelo subteto.
7	Papaléo Paes	Incorpora ao texto do inciso XI do art. 37 da Constituição Federal a expressão "e Peritos Criminais".	A carreira de perito criminal consiste na produção de prova material na instrução penal, tarefa esta que exige para seus responsáveis um tratamento de igual status ao dos delegados de polícia.



Nº	Senador	Objetivo	Justificação
8	Paulo Paim	Altera a redação do inciso XI do art. 37 da Constituição Federal, constante da PEC 77A/2003, para inserir os Policiais e Bombeiros Militares dos Estados e do Distrito Federal, e os pentos oficiais.	Corrigir o equívoco da não inclusão dessas carreiras, também típicas de estado, no rol dos beneficiados pela medida.
9	Hélio Costa	Altera a redação do inciso XI do art. 37 e do §11 do art. 40 da Constituição Federal, constante da PEC 77A/2003, para: a) suprimir, na primeira alteração, a expressão “e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória”; b) suprimir, na segunda alteração, a expressão “e ao montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma desta Constituição, cargo em comissão declarado em lei de livre provimento e exoneração, e de cargo eletivo”.	Pretende o autor afastar a aplicação do teto à soma dos proventos de aposentadoria com remunerações de cargo efetivo, comissionado ou eletivo. Tanto as remunerações quanto os proventos estariam, individualmente, sujeitos ao teto, mas não a soma destes com aquelas. O direito aos proventos foi adquirido em virtude dos anos de serviços prestados e não podem ser submetidos a uma restrição discriminatória em relação a aposentados que assumem novas funções públicas.

## II – ANÁLISE

Como já se referiu acima, a chamada “PEC Paralela” surgiu de um grande acordo político construído no seio desta Casa. Esse acordo envolveu todos os partidos políticos aqui representados, além da Liderança do Governo, do próprio Presidente da República e dos Ministros da Casa Civil e da Previdência Social.

Trata-se, assim, do principal pilar da “PEC Paralela” que se impõe respeitar. É essa a primeira e inarredável diretriz que conduz este relatório.

É necessário registrar, de outra parte, que, quando da tramitação da matéria na Câmara dos Deputados, ela recebeu alguns aperfeiçoamentos que não desvirtuaram as bases do acordo original. Assim, não há porque não acolher essas alterações, naqueles pontos em que não colidirem com o “espírito” da “PEC Paralela”.

Finalmente, o relatório também buscará as soluções constitucionais e regimentais que permitam a promulgação mais rápida da PEC ora em análise, inclusive com o objetivo de tornar efetivo o compromisso do Congresso Nacional com a sociedade e a opinião pública quando da tramitação e aprovação da Reforma da Previdência, a Emenda Constitucional nº 41, de 2003.

✓

Cumpro registrar que durante o trabalho de relatoria, participei de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais no dia 7 de abril de 2005, atendendo a requerimento do senador Paulo Paim, com vistas a tratar das alterações propostas pela Câmara dos Deputados, quanto à inclusão das categorias de procuradores, defensores públicos, advogados, agentes fiscais e delegados de polícia como detentores do direito ao teto de Desembargadores, tendo sido ouvidos os representantes do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social, da Federação Nacional do Fisco Estadual, da Associação dos Oficiais da Brigada Militar, da Associação dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil, da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil, do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal, da Associação Nacional dos Procuradores da República, e da Associação dos Delegados da Polícia Federal.

Recebi manifestações, em documentos, de cerca de 90 (noventa) entidades representativas das categorias dos servidores públicos federais, estaduais e municipais, e de mais de mil mensagens eletrônicas na caixa postal institucional do meu Gabinete.

Tomei ainda a iniciativa de convidar ao meu Gabinete, para audiência, o Presidente do MOSAP – Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas, que representa cerca de 700 entidades de servidores públicos do Legislativo, Judiciário e Executivo, em todas as esferas da federação.

Atendi em audiência, no meu Gabinete, representante da Associação de Professores Aposentados do Magistério Público do Estado de São Paulo para expor reivindicação da entidade em relação aos subtetos salariais dos Estados e Municípios.

Não é demais registrar, ainda, a importância fundamental de se ouvir a manifestação dos Governadores dos Estados e do Distrito Federal, acerca dos efeitos da “PEC Paralela” naqueles entes da federação, uma vez que a Reforma da Previdência advinda da Emenda Constitucional nº 41, de 2003 foi fruto de acordo que envolveu também os Governadores.

Assim, visando agilizar o trabalho de relatoria, e por acordo com o senador Marcelo Crivella, retiramos o requerimento de audiência pública com os Governadores, que havíamos assinado em conjunto, e passei a contactar pessoalmente cada um dos chefes do Executivo estadual mediante ofício. Em resposta, recebi pedido de apoio de vinte e um Governadores: Ceará, Piauí, Alagoas, Bahia, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Pará, Tocantins, Acre, Rondônia, Mato Grosso, Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná.

Ressalte-se que os Governadores que se manifestaram formalmente sobre a “PEC Paralela”, cada um com enfoque próprio pautado na realidade do respectivo Estado, fizeram alertas que julgo importante registrar: *se aprovado, o novo texto pode significar um panorama de grandes dificuldades para as administrações estaduais, com conseqüências sobre a ordem econômica do País; os erários estaduais ficarão impossibilitados de cumprir as determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal, uma vez que estarão sendo impelidos a extrapolar os limites de suas despesas com pessoal; a vinculação do subsídio de Governador a, no mínimo, 50% do subsídio mensal dos Ministros do STF abre exceção ao princípio da não-vinculação remuneratória estabelecida no inciso XIII do art. 37 da Constituição, além de prejudicar o planejamento financeiro-econômico daqueles entes da federação, uma vez que a realidade financeira do STF é totalmente distinta da dos Estados; questiona-se, ainda, como os Estados mais pobres da federação poderão custear aumentos iguais aos oferecidos pela União ao STF; a elevação da faixa de não-incidência de contribuição previdenciária e a inclusão de novas carreiras do Poder Executivo Estadual no limite remuneratório do Judiciário implicará expressivo aumento dos gastos públicos provenientes do impacto financeiro negativo de tais medidas; a aprovação da PEC dificultará, no futuro, o equilíbrio financeiro e atuarial de vários outros regimes próprios de previdência.*

Também o Conselho Nacional de Secretários de Administração – CONSAD trouxe ao conhecimento deste Relator a “Carta de Cuiabá”, resultado do Fórum Nacional de Secretários de Estado de Administração realizado em 31 de março de 2005, apresentando preocupações quanto à inclusão de carreiras nos limites dos subtetos estaduais e também sobre a retroatividade dos efeitos da “PEC Paralela”, alertando sobre o expressivo aumento dos gastos públicos decorrentes do impacto financeiro negativo proveniente dessas alterações.

Ao seu turno, o Conselho Nacional dos Dirigentes dos Regimes Próprios de Previdência Social (Conaprev) elaborou a “Carta de Goiânia”, entendendo que as alterações da “Pec Paralela” caracterizam anacronismo diante das últimas reformas previdenciárias, no que concerne à sustentabilidade e mesmo à viabilidade dos regimes de previdência dos servidores públicos.

Colocadas essas diretrizes que nortearam o trabalho deste Relator, passo a comentar os diversos pontos da PEC nº 77-A, de 2003, na ordem em que as matérias aparecem na proposição, expondo a forma como se deu sua apreciação em cada uma das Casas, assim como o tratamento a ser dado em etapas ulteriores.

## 1. SUBTETO REMUNERATÓRIO PARA ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS

O texto original do Senado Federal previa, além dos subtetos já fixados na Constituição Federal, a possibilidade da instituição de um valor de referência como subteto dos Estados, Distrito Federal e Municípios, permitindo também que os Estados e o Distrito Federal fixassem, como subteto único, o subsídio dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, fixando ainda o prazo para a adoção dessas providências. Além disso, vedava a redução dos subsídios dos Governadores até que fosse fixado o valor de referência, e determinava que o subsídio dos Governadores não poderia ser utilizado como subteto se o seu valor fosse reduzido.

A Câmara dos Deputados promoveu grandes alterações nesse tópico. Em primeiro lugar, fixou um piso para o subsídio dos Governadores, igual à metade do dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, hoje de R\$ 19.117,19. Eliminou o valor de referência, o prazo para a adoção desse valor e para adoção do subteto único dos Estados e do Distrito Federal, além da vedação à utilização, como subteto, do subsídio do Governador em caso de redução nominal.

*Foi mantida a possibilidade de os Estados e o Distrito Federal estabelecerem o subteto do Poder Judiciário como o seu subteto único, explicitando que esse limite não se aplica aos subsídios dos Deputados Estaduais e Distritais e dos Vereadores.*

Além disso, a Câmara também explicitou que as chamadas verbas indenizatórias não estão compreendidas no teto.

Finalmente, incluiu os Delegados de Polícia, os Advogados e os Agentes Fiscais Tributários organizados em carreira no subteto do Poder Judiciário nos Estados e do Distrito Federal.

Preliminarmente, é bom que se registre que a definição do que sejam carreiras exclusivas de Estado não é pacífica. Na verdade, ela envolve uma questão mais ampla que é a própria definição de quais devem ser as atividades do setor público. Assim, é possível, na matéria, ter-se desde uma visão absolutamente minimalista até uma concepção ampla, que abarca um grande número de atividades dentro do Estado.



Nesse sentido, cabe aqui lembrar que tramita no Congresso Nacional projeto de lei da Câmara que, objetivando regulamentar parte da Reforma Administrativa de 1998, entre outros aspectos tenta listar quais seriam as carreiras exclusivas de Estado. A lista já chegou a vinte e seis categorias, mas a matéria é tão polêmica que, iniciada a tramitação em outubro de 1998, encontra-se em apreciação pela Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados desde outubro de 2003. Isso torna clara a inconveniência de se tratar da inclusão de novas carreiras exclusivas de Estado nesta PEC que trata especificamente de Reforma da Previdência.

Em meu entender as alterações promovidas pela Câmara dos Deputados na “PEC Paralela”, na questão dos subtetos remuneratórios para Estados, Distrito Federal e Municípios, distorceram completamente o espírito da proposta, colidindo com a primeira diretriz que estabeleci para conduzir este relatório.

Entendo ainda que não pode a União impingir ônus aos Estados e ao Distrito Federal, fixando um piso para a remuneração dos Governadores que, em alguns entes da federação, poderá representar aumento de despesas.

De sua parte, a segunda e a terceira alterações são, efetivamente, declaratórias e visam a deixar o texto constitucional mais claro.

A última alteração feita pela Câmara dos Deputados também não nos parece poder ser acolhida. A inserção de um novo subteto para algumas categorias funcionais do Poder Executivo, dos Estados e do Distrito Federal, implicará o aumento do respectivo limite remuneratório, podendo permitir pagamento considerado excessivo a alguns agentes públicos e crescimento das despesas públicas com pessoal. Abre também a possibilidade de ocorrer atentado aos limites fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Assim, estou propondo a supressão do texto aprovado pela Câmara para o §3º do art. 28 da Constituição Federal, e a alteração do inciso XI do art. 37 da Constituição, mantendo-se o texto constitucional vigente para viabilizar a promulgação imediata da presente proposição. No entanto, o texto deste dispositivo, com a redação aprovada pelo Senado Federal, passa a compor nova proposta de emenda à Constituição, a ser remetida à Câmara dos Deputados.

Com essas alterações, ficam prejudicadas as Sugestões nºs 1 a 8 oferecidas à proposição.

## **2. POSSIBILIDADE DA ADOÇÃO DE REQUISITOS E CRITÉRIOS DIFERENCIADOS PARA APOSENTADORIA DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA E DE SERVIDORES QUE EXERCEM ATIVIDADES DE RISCO**

Neste ponto não há divergência. O texto do Senado Federal autorizou que lei complementar defina, para os deficientes físicos, requisitos e critérios de aposentadoria diferenciados dos usados para as pessoas sem deficiência. A Câmara dos Deputados atendeu o mesmo objetivo, de forma diversa. Cuidou ainda, a Câmara, da inclusão da possibilidade de existirem normas especiais para a aposentadoria dos servidores policiais civis – as chamadas “atividades de risco”. Ainda que o novo texto trate da matéria de forma um pouco diferente, retirando o tema da competência legiferante dos Estados e do Distrito Federal, como fazia o texto do Senado Federal, a alteração deve ser acolhida em nome da agilização da promulgação da “PEC Paralela”. A matéria, que foi um dos claros compromissos feitos quando da nascimento da proposição, faz justiça aos portadores de deficiência e está pronta para ser promulgada.

Cumpra registrar entretanto que, no tocante ao art. 5º introduzido na PEC pela Câmara dos Deputados, que trata da contribuição para o custeio do regime de previdência pelos portadores de doença incapacitante em gozo do benefício na data da promulgação desta Emenda, há necessidade de um reparo fundamental, qual seja, o de incluir a expressão “na forma da lei” após a expressão “portadores de doença incapacitante”. A inserção da expressão “na forma da lei” está em consonância com o que já dispõe o inciso I do §1º do art. 40 da Constituição, que disciplina a aposentadoria por invalidez exigindo a regulamentação por lei.

Assim, visando agilizar a promulgação da “PEC Paralela”, estou propondo emenda suprimindo integralmente o referido artigo 5º, e a inclusão do texto corrigido na nova proposta de emenda à Constituição, a ser remetida à Câmara dos Deputados.

## **3. AUMENTO DA FAIXA DE ISENÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA INATIVOS E PENSIONISTAS PORTADORES DE DOENÇA INCAPACITANTE**

Esse é outro aspecto em que as duas Casas não divergiram. Trata-se de aprovar o texto sem mais demora. A Câmara dos Deputados aperfeiçoou o texto introduzindo dispositivo explicitando que os novos limites se aplicam aos atuais aposentados e pensionistas.

#### **4. AMPLIAÇÃO DO CONTROLE SOCIAL SOBRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL**

A proposta original do Senado Federal incluiu na Carta Magna dispositivos prevendo que tanto o regime geral como os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos deveriam disponibilizar informações pormenorizadas sobre as suas contas e realizar censos periódicos de seus segurados.

A Câmara dos Deputados optou por retirar todas essas normas da Constituição e introduzi-las na legislação ordinária, o que foi feito na Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, que regulamentou aspectos da Emenda Constitucional nº 41, de 2003.

Pode-se, talvez, afirmar que essa opção reduziu a efetividade das alterações, uma vez que Estados e Municípios não estarão obrigados ao controle social referido. Entretanto, parece-me mais prudente aguardar os respectivos resultados, não se justificando atrasar a promulgação da presente proposição por essa razão.

#### **5. AMPLIAÇÃO DAS OPÇÕES DE ALÍQUOTAS E BASES DE CÁLCULO DIFERENCIADAS DAS CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURIDADE SOCIAL**

A “PEC Paralela”, em sua redação original, estabelecia que as contribuições sociais dos empregadores para a seguridade social poderiam ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão do porte da empresa ou da condição estrutural ou circunstancial do mercado de trabalho. A Câmara dos Deputados apenas retirou do texto a expressão “ou circunstancial”.

Efetivamente, a alteração não prejudica o texto aprovado no Senado Federal, uma vez que seria muito complexo estabelecer a diferença entre as condições estruturais e circunstanciais do mercado de trabalho. Assim, especialmente em nome da agilização do processo, não há porque não acolher a redação da Câmara Baixa.

#### **6. AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE INCLUSÃO PREVIDENCIÁRIA**

O texto aprovado originalmente no Senado Federal explicitava que o sistema especial de inclusão previdenciária teria alíquotas e carências inferiores aos vigentes para os demais segurados do regime geral de previdência social (RGPS). Ademais, afirmava que esse sistema especial abrangerá as donas de casa e os trabalhadores sem vínculo empregatício.

A Câmara dos Deputados manteve essencialmente as alterações feitas pelo Senado Federal, apenas retirando a explicitação da extensão do sistema especial de inclusão para os trabalhadores sem vínculo, que de fato, já estavam nele incluídos. Essa alteração é prudente, pois evita a possibilidade de migração de trabalhadores formais para a informalidade.

Além disso, o texto daquela Casa excluiu, do texto já constante da Constituição sobre a matéria, a vedação de aposentadoria por tempo de contribuição dentro do sistema especial de inclusão previdenciária. A manutenção da expressão mereceu apenas um voto favorável daquele Plenário contra 313 pela sua exclusão.

Também nesse ponto a Câmara dos Deputados manteve o princípio que presidiu a elaboração da “PEC Paralela”, de, ampliando o texto constitucional, reduzir o número gigantesco de pessoas excluídas dos benefícios previdenciários.

Como o detalhamento do sistema de inclusão ainda depende de lei, parece-me que nada obsta a aprovação do texto da Câmara dos Deputados.

## **7. CONCESSÃO DE PARIDADE PLENA PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS E SEUS PENSIONISTAS NA TRANSIÇÃO**

Esse – posso afirmar – é o “coração” da “PEC Paralela”; foi na verdade um dos pontos que a originou, dentro da idéia de garantir uma transição menos gravosa aos servidores que tinham expectativa de se aposentarem nos critérios anteriormente existentes.

Do ponto de vista dos aposentados, os textos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal não têm qualquer divergência. Houve, entretanto, uma diferença no tratamento das pensões que originarem dos servidores que estão no processo de transição.

O Senado Federal havia deferido a paridade entre ativos, inativos e pensionistas que se enquadrassem nas regras de transição que haviam sido criadas pela Emenda Constitucional nº 41, de 2003, mas havia deixado os pensionistas fora da paridade na chamada “Regra 95”, que é a regra de transição criada pela própria “PEC Paralela”, com paridade plena apenas entre ativos e inativos. Ao seu turno, a Câmara dos Deputados inverteu a situação, concedendo a paridade para as pensões enquadradas na “Regra 95”, mas retirando o direito à paridade dos pensionistas enquadrados nas regras de transição que haviam sido criadas pela EC 41/2003.

A inversão ocorrida na Câmara dos Deputados resultou de acordo realizado naquela Casa após a paridade para as pensões, constante do texto do Senado Federal, ter sido rejeitada no texto aprovado na Câmara, por ter obtido apenas 305 votos, três a menos do que o quórum constitucional.

✓



Nesse acordo, do qual participaram todos os partidos com assento na Câmara Baixa e a liderança do Governo, a paridade para as pensões dentro das regras de transição instituídas pela “PEC Paralela” (a “Regra 95”) foi incluída em emenda aglutinativa que obteve votação unânime. Foram 369 votos favoráveis e nenhum contrário.

Ora, pode-se afirmar que a inclusão da paridade para as pensões da “Regra 95”, no texto da Câmara dos Deputados, atende ao espírito da “PEC Paralela” e portanto deve ser acatada, uma vez que, como já disse, o restabelecimento da paridade foi o “coração” desta PEC.

Entretanto, cumpre registrar que, no meu entendimento, a supressão da paridade plena para os pensionistas das regras de transição da EC nº 41, de 2003, em relação aos ativos e inativos, fere de morte o ponto principal da “PEC Paralela”, que inspirou o surgimento dessa Proposta de Emenda à Constituição. Nesse sentido, a mudança realizada na Câmara dos Deputados merece reparo por ser um compromisso inarredável deste Relator, do meu Partido – o PFL – e também de todos os senadores com assento nesta Casa quando a aprovaram por unanimidade.

Com a finalidade de não retardar a promulgação da presente proposta, o que traria grandes prejuízos àqueles que são objeto da “PEC Paralela”, proponho neste parecer a promulgação do texto que veio da Câmara, garantindo desde logo a paridade entre ativos e inativos, e assegurando a paridade aos pensionistas em alteração que constará da proposta de emenda à Constituição a ser remetida à Câmara dos Deputados.

## **8. INSTITUIÇÃO DE MAIS UMA OPÇÃO DE TRANSIÇÃO BENEFICIANDO OS SERVIDORES COM MAIOR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**

Essa alteração permite a redução de um ano na idade mínima para aposentadoria integral e com paridade, de sessenta anos, se homem, e cinquenta e cinco anos, se mulher, para cada ano de contribuição que exceder, respectivamente, trinta e cinco e trinta anos, desde que o servidor atenda determinadas condições – é a chamada “Regra 95”. É outro importante ponto da “PEC Paralela”, dentro de sua diretriz de reduzir a rigidez das regras de transição colocadas pela Emenda Constitucional nº 41, de 2003.

O texto da Câmara dos Deputados promove uma alteração na versão original, ao limitar essa possibilidade somente aos servidores que ingressaram no serviço público até a promulgação da Emenda Constitucional nº 20, de 1998, a Reforma da Previdência do Governo anterior. Trata-se de alteração razoável, uma vez que somente aqueles servidores detinham

expectativa de se aposentarem com paridade e integralidade antes dos sessenta, se homem, ou cinquenta e cinco anos, se mulher, e, portanto, merece ser acolhida.

## 9. PROFESSORES

Outra modificação promovida pela Câmara foi a inclusão de norma que reduz em cinco anos os requisitos de idade, tempo de contribuição, tempo de efetivo exercício no serviço público, tempo na carreira e tempo no cargo em que se dará a aposentadoria.

Ora, novamente estamos diante de um tema que distorce o espírito da “PEC Paralela”, pois não fez parte do acordo a que já me referi neste parecer, colidindo com a primeira diretriz que estabeleci para conduzir este relatório.

Ademais, o dispositivo foi mal construído e, na prática, equivale à revogação do requisito fundamental de exigência de, pelo menos, cinco anos no cargo em que se dará a aposentadoria.

Destarte, parece-me que, também aqui, o texto da Câmara dos Deputados deve ser suprimido.

## 10. VIGÊNCIA

A “PEC Paralela”, em sua redação original, estabeleceu que os novos parâmetros para os subtetos estaduais e municipais, bem assim a faculdade de Estados e do Distrito Federal fixarem limite único para fins de subteto, teriam vigência retroativa a 31 de dezembro de 2003, data da promulgação da Emenda Constitucional nº 41, de 2003.

O texto da Câmara dos Deputados fixou, entretanto, que não apenas esses dois pontos, mas toda a Emenda Constitucional que resultar da proposição em exame terá efeito retroativo à data de vigência da EC nº 41, de 2003.

Note-se que o aprimoramento realizado pela Câmara não fere o espírito da “PEC Paralela”, em primeiro lugar porque o texto originado por esta Casa já previa a retroatividade dos dois pontos já mencionados, e em segundo porque, na época da aprovação da “PEC Paralela” no Senado, o acordo previa uma tramitação rápida na Câmara, dando agilidade à promulgação – o que efetivamente não ocorreu.

É bom que se registre que, dos vinte e sete Governadores, apenas dois manifestaram-se, especificamente, contrários a essa retroatividade, e vinte e cinco não se manifestaram sobre o assunto.

Por outro lado, a principal preocupação externada pelos Governadores já está sendo atendida pela supressão do novo texto proposto para o inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, a que me referi anteriormente.

Entendo que a alteração promovida pela Câmara é meritória, uma vez que o objetivo inicial da “PEC Paralela” foi o de amenizar alguns dos efeitos da Reforma da Previdência que não puderam ser inseridos na EC nº 41, de 2003, fica evidente que a decisão dos Deputados visou a evitar qualquer prejuízo aos servidores em decorrência da mora daquela Casa na aprovação da “PEC Paralela”.

Há que se ressaltar, entretanto, um equívoco técnico na redação desse dispositivo. Na verdade, a Emenda entra em vigor na data de sua publicação; o que se pretende retroagir são os seus efeitos. Isso está sendo corrigido por emenda de redação, uma vez que não implica alteração de mérito.

## 11. ANÁLISE DA SUGESTÃO Nº 9

A Emenda nº 9, de autoria do eminente senador Hélio Costa, na verdade não busca alterar a “PEC Paralela”, mas sim a Reforma Administrativa decorrente da Emenda Constitucional nº 19, de 1998, que introduziu, para fins de “teto”, os valores recebidos dos cofres públicos pelo servidor público.

Considerando um dos pilares que nortearam este parecer, qual seja, o de respeitar o grande acordo político construído no seio desta Casa na construção da “PEC Paralela”, entendo que esta matéria não constou da discussão que envolveu os partidos políticos aqui representados, as Lideranças, os Ministros da Casa Civil e da Previdência, e o próprio Presidente da República.

Nesse sentido, manifesto-me pela sua rejeição por ser inoportuna na atual Proposta de Emenda à Constituição e por entender, ainda, que a providência adotada pela Reforma Administrativa é importante para as finanças públicas, na medida em que impede a percepção de altos estímulos dos Tesouros Públicos e que faz justiça, uma vez que não haveria porque privilegiar aqueles que têm acumulação lícita no caso do teto remuneratório. A sua finalidade é exatamente o de impedir que qualquer pessoa receba remuneração excessiva.

Assim, se aprovadas as alterações acima comentadas, poderá o Congresso Nacional promulgar imediatamente a “PEC Paralela da Reforma da Previdência”, honrando os compromissos feitos quando da tramitação da proposição que deu origem à Emenda Constitucional nº 41, de 2003, e quitando a dívida que ele possui com a sociedade brasileira desde então.

### III – VOTO

Ante o exposto, o voto é, na forma do art. 133, I, do Regimento Interno do Senado Federal, pela aprovação da PEC nº 77-A, de 2003, rejeitadas as Sugestões nºs 1 a 9 e adotando-se as alterações a seguir, que são consolidadas em Proposta de Emenda à Constituição que irá retornar à Câmara dos Deputados, na forma do art. 133, V, *a*, do mesmo diploma legal, exceto as supressões ao §3º do art. 28 da Constituição Federal constante do art. 1º da PEC nº 77-A, de 2003, e ao §1º do art. 3º da PEC nº 77-A, de 2003:

#### EMENDA Nº 1 – RELATOR

Suprima-se, no art. 1º da PEC nº 77-A, de 2003, o §3º proposto para o art. 28 da Constituição Federal.

#### EMENDA Nº 2 – RELATOR

Modifique-se, no art. 1º da PEC nº 77-A, de 2003, o texto proposto para o inciso XI do art. 37 da Constituição Federal conforme o seguinte:

“Art. 37.....

.....  
 XI – Observado o disposto nos arts. 21, XIII, XIV, 22, XVII, 27, § 2º, 28, § 2º, 29, V e VI, 32, § 3º, 37, X, 39, § 4º, 49, VII e VIII e 142, VIII, não poderão a remuneração, o subsídio, os proventos de aposentadoria, ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais, dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, detentores de mandatos eletivos, membros, servidores e pensionistas:

✓



- a) de qualquer dos Poderes e do Ministério Público da União exceder o subsídio mensal, em espécie, dos *Ministros do Supremo Tribunal Federal*;
- b) do Poder Judiciário e do Ministério Público dos Estados exceder o subsídio mensal, em espécie, dos *Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça*, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se esse limite aos *Procuradores e Advogados dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, organizados em carreira, e aos Defensores Públicos*;
- c) do Poder Executivo dos Estados e do Distrito Federal exceder o subsídio mensal do Governador, ou, na forma da Lei, respectivo valor de referência, não inferior a esse subsídio, nem superior ao subsídio mensal do *Desembargador do respectivo Tribunal de Justiça*, estabelecendo-se, em seu âmbito, mediante lei de iniciativa do *Poder Executivo, como limite, o disposto na alínea b deste inciso*;
- d) do Poder Legislativo dos Estados e do Distrito Federal exceder o subsídio mensal dos *Deputados Estaduais e Distritais*, facultando-se estabelecer, em seu âmbito, mediante lei, como limite, o disposto na alínea *b* deste inciso;
- e) dos Poderes do Município exceder o subsídio mensal do *Prefeito*, ou, na forma da Lei, respectivo valor de referência, não inferior a esse subsídio, nem superior ao subsídio mensal do *Desembargador do respectivo Tribunal de Justiça*, facultando-se estabelecer, em seu âmbito, mediante lei de iniciativa do Poder Executivo, como limite, o disposto na alínea *b* deste inciso.

.....(NR)''

### EMENDA Nº 3 – RELATOR

Suprima-se o §1º do art. 3º da PEC nº 77-A, de 2003, renumerando-se o §2º daquele artigo como “Parágrafo único”.

**EMENDA Nº 4 – RELATOR**

Modifique-se o art. 5º da PEC nº 77-A, de 2003, conforme o seguinte:

**“Art.** Os servidores inativos e os pensionistas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, portadores de doença incapacitante, na forma da lei, em gozo de benefícios na data de publicação da Emenda Constitucional resultante da PEC nº 77-A, contribuirão para o custeio do regime de que trata o art. 40 da Constituição Federal na forma prevista em seu § 21.”

**EMENDA Nº 5 – (DE REDAÇÃO) RELATOR**

Dê-se ao art. 7º da PEC nº 77-A, a seguinte redação:

**“Art. 7º** Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data da vigência da Emenda Constitucional nº 41, de 2003.”

Em decorrência das Emendas 2 e 4, apresento ainda a seguinte Emenda:

**EMENDA Nº 6 – RELATOR**

Inclua-se, na PEC nº 77-A, de 2003, o seguinte artigo:

**“Art.** Aplica-se o disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, às pensões derivadas dos proventos de aposentadoria dos servidores públicos que se aposentarem na forma do *caput* do art. 6º da mesma Emenda.”

**EMENDA Nº 7 – RELATOR**  
**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO A SER REMETIDA À**  
**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**Proposta de Emenda à Constituição nº , de 2005**

Disciplina a fixação do limite remuneratório para os agentes públicos dos Poderes Legislativo e Executivo dos Estados e do Distrito Federal, determina a aplicação do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, às pensões derivadas dos proventos de aposentadoria dos servidores públicos que se aposentarem na forma do *caput* do art. 6º da mesma Emenda, e disciplina a forma de contribuição dos servidores portadores de doença incapacitante para o custeio da Previdência Social.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º** O inciso XI do art. 37 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 37.....**

.....  
 XI – Observado o disposto nos arts. 21, XIII, XIV, 22, XVII, 27, § 2º, 28, § 2º, 29, V e VI, 32, § 3º, 37, X, 39, § 4º, 49, VII e VIII e 142, VIII, não poderão a remuneração, o subsídio, os proventos de aposentadoria, ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais, dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, detentores de mandatos eletivos, membros, servidores e pensionistas:

- a) de qualquer dos Poderes e do Ministério Público da União exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal;
- b) do Poder Judiciário e do Ministério Público dos Estados exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se esse limite aos Procuradores e Advogados

dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, organizados em carreira, e aos Defensores Públicos;

c) do Poder Executivo dos Estados e do Distrito Federal exceder o subsídio mensal do Governador, ou, na forma da Lei, respectivo valor de referência, não inferior a esse subsídio, nem superior ao subsídio mensal do Desembargador do respectivo Tribunal de Justiça, estabelecendo-se, em seu âmbito, mediante lei de iniciativa do Poder Executivo, como limite, o disposto na alínea *b* deste inciso;

d) do Poder Legislativo dos Estados e do Distrito Federal exceder o subsídio mensal dos Deputados Estaduais e Distritais, facultando-se estabelecer, em seu âmbito, mediante lei, como limite, o disposto na alínea *b* deste inciso;

e) dos Poderes do Município exceder o subsídio mensal do Prefeito, ou, na forma da Lei, respectivo valor de referência, não inferior a esse subsídio, nem superior ao subsídio mensal do Desembargador do respectivo Tribunal de Justiça, facultando-se estabelecer, em seu âmbito, mediante lei de iniciativa do Poder Executivo, como limite, o disposto na alínea *b* deste inciso.

.....(NR)''

**Art. 2º** Aplica-se o disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, às pensões derivadas dos proventos de aposentadoria dos servidores públicos que se aposentarem na forma do *caput* do art. 6º da mesma Emenda.

**Art. 3º** Os servidores inativos e os pensionistas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, portadores de doença incapacitante, na forma da lei, em gozo de benefícios na data de publicação da Emenda Constitucional resultante da PEC nº 77-A, contribuirão para o custeio do regime de que trata o art. 40 da Constituição Federal na forma prevista em seu § 21.

**Art. 4º** Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data da vigência da Emenda Constitucional nº 41, de 2003.

Da mesma forma, a aprovação do presente parecer possibilitará a promulgação imediata da proposição a seguir:



**EMENDA Nº 8 – RELATOR**  
**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**  
**A SER PROMULGADA**

**Proposta de Emenda à Constituição nº , de 2005**

Altera os artigos 37, 40, 195 e 201 da  
 Constituição Federal, para dispor sobre a  
 Previdência Social, e dá outras providências.

**Art. 1º Os arts. 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:**

“Art. 37 .....

§ 11. Não serão computadas, para efeito dos limites remuneratórios de que trata o inciso XI, as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei.

§ 12. Para os fins do disposto no inciso XI, fica facultado aos Estados e ao Distrito Federal fixar, em seu âmbito, mediante emenda às respectivas Constituições e Lei Orgânica, como limite único, o subsídio mensal dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, não se aplicando o disposto neste parágrafo aos subsídios dos Deputados Estaduais e Distritais e dos Vereadores.”

“Art. 40. ....

§ 4º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores:

X

I – portadores de deficiência;  
 II – que exerçam atividades de risco;  
 III – cujas atividades sejam exercidas **exclusivamente** sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

§ 21. A contribuição prevista no § 18 incidirá apenas sobre as parcelas de proventos de aposentadoria e de pensão que superem o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, quando o beneficiário, na forma da lei, for portador de doença incapacitante.”

“Art. 195. ....

§ 9º As contribuições sociais previstas no inciso I deste artigo poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica, da utilização intensiva de mão-de-obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho.”

“Art. 201. ....

§ 1º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física e quando se tratar de segurados portadores de deficiência, nos termos definidos em lei complementar.

§ 12. Lei disporá sobre sistema especial de inclusão previdenciária para atender a trabalhadores de baixa renda e àqueles sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencentes a famílias de baixa renda, garantindo-lhes acesso a benefícios de valor igual a um salário mínimo.

§ 13. O sistema especial de inclusão previdenciária de que trata o §12 terá alíquotas e carências inferiores às vigentes para os demais segurados do regime geral de previdência social.”

**Art. 2º** Aplica-se aos proventos de aposentadorias dos servidores públicos que se aposentarem na forma do caput do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, o disposto no art. 7º da mesma Emenda.

**Art. 3º** Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 40 da Constituição Federal, ou pelas regras estabelecidas pelos arts. 2º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até 16 de dezembro de 1998 poderá aposentar-se com proventos integrais, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições:

I – trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

II – vinte e cinco anos de efetivo exercício no serviço público, quinze anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria;

III – idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites do art. 40, § 1º, inciso III, alínea a, da Constituição Federal, de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso I deste artigo.

**Parágrafo único.** Aplica-se ao valor dos proventos de aposentadorias concedidas com base neste artigo o disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos de servidores falecidos que tenham se aposentado em conformidade com este artigo.

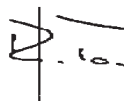
**Art. 4º** Enquanto não editada a lei a que se refere o § 11 do art. 37 da Constituição Federal, não será computada para efeito dos limites remuneratórios de que trata o inciso XI do mesmo artigo, qualquer parcela de caráter indenizatório, assim definida pela legislação em vigor na data de publicação da Emenda Constitucional nº 41, de 2003.

**Art. 6º** Revoga-se o parágrafo único do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003.

Art. 7º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de vigência da Emenda Constitucional nº 41, de 2003.

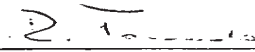
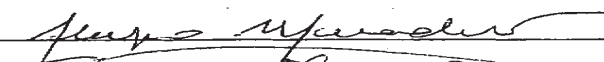
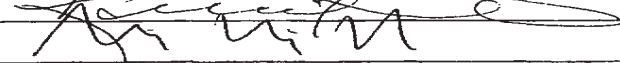


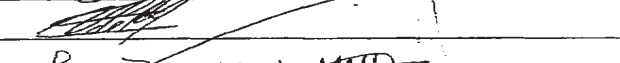

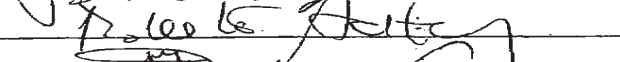
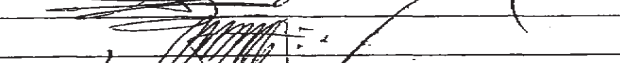
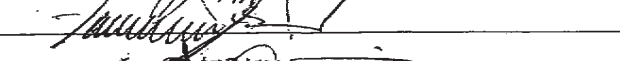
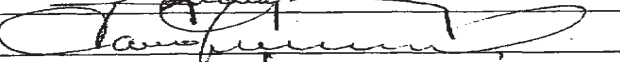
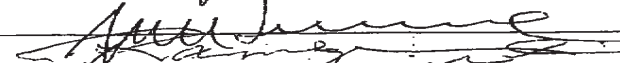
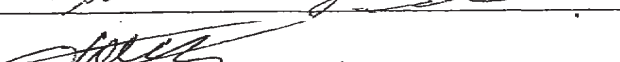



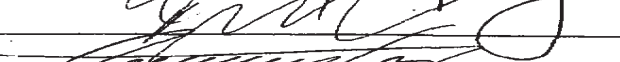
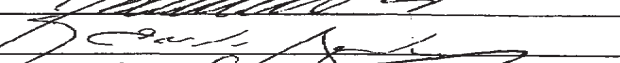

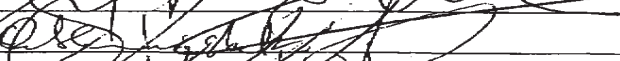



Sala das Sessões, 29 de junho de 2005

, Presidente

 , Relator.

PARECER Nº 1.032, DE 2005

EMENDA Nº 7-RELATOR À PEC nº 77-A, de 2003

- 1. 
- 2. 
- 3. 
- 4. 
- 5. 
- 6. 
- 7. 
- 8. 
- 9. 
- 10. 
- 11. 
- 12. 
- 13. 
- 14. 
- 15. 
- 16. 
- 17. 
- 18. 
- 19. 
- 20. 
- 21. 
- 22. 
- 23. 
- 24. 
- 25. 
- 26. 
- 27. 
- 28. 
- 29. 
- 30. 

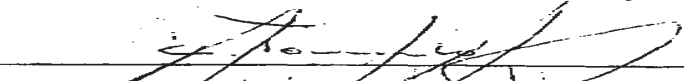
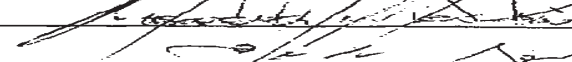


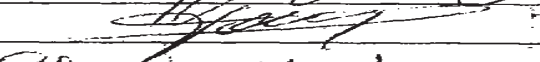
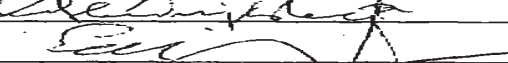
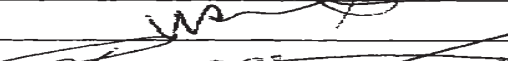


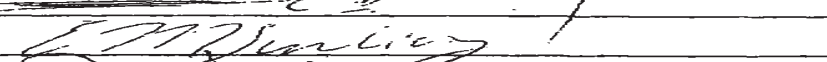

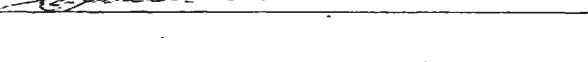

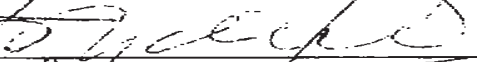
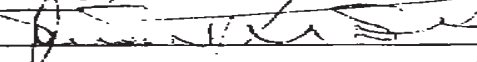
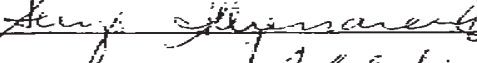



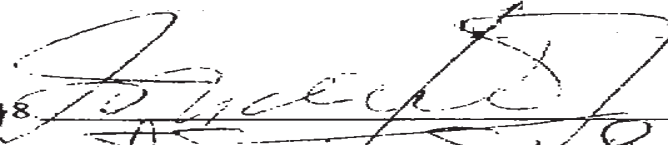
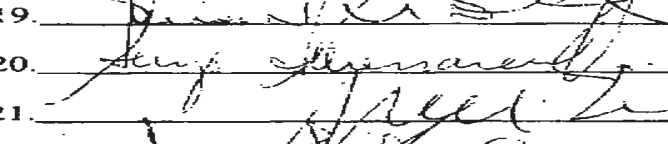
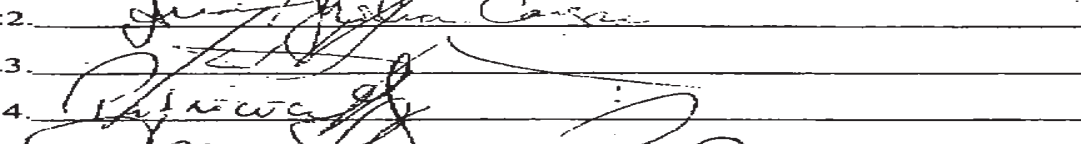
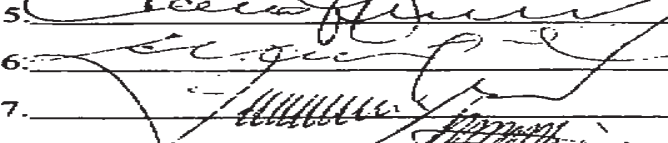

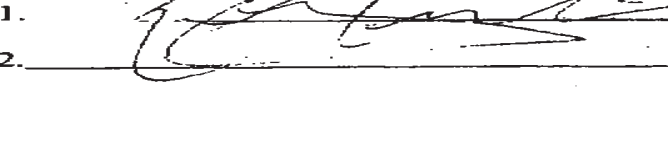

Parecer nº 1.032, de 2005  
Emenda nº 8, de Relator à PEC 77-A, de 2003.

- 1 ~~\_\_\_\_\_~~
- 2 ~~\_\_\_\_\_~~
- 3 ~~\_\_\_\_\_~~
- 4 ~~\_\_\_\_\_~~
- 5 ~~\_\_\_\_\_~~
- 6 ~~\_\_\_\_\_~~
- 7 ~~\_\_\_\_\_~~
- 8 ~~\_\_\_\_\_~~
- 9 ~~\_\_\_\_\_~~
- 10 ~~\_\_\_\_\_~~
- 11 ~~\_\_\_\_\_~~
- 12 ~~\_\_\_\_\_~~
- 13 ~~\_\_\_\_\_~~
- 14 ~~\_\_\_\_\_~~
- 15 ~~\_\_\_\_\_~~
- 16 ~~\_\_\_\_\_~~
- 17 ~~\_\_\_\_\_~~
- 18 ~~\_\_\_\_\_~~
- 19 ~~\_\_\_\_\_~~
- 20 ~~\_\_\_\_\_~~
- 21 ~~\_\_\_\_\_~~
- 22 ~~\_\_\_\_\_~~
- 23 ~~\_\_\_\_\_~~
- 24 ~~\_\_\_\_\_~~
- 25 ~~\_\_\_\_\_~~
- 26 ~~\_\_\_\_\_~~
- 27 ~~\_\_\_\_\_~~
- 28 ~~\_\_\_\_\_~~
- 29 ~~\_\_\_\_\_~~
- 30 ~~\_\_\_\_\_~~

PARECER Nº 1.032, DE 2005

EMENDAS NºS 1 E 3-RELATOR À PEC Nº 77-A, DE 2003  
(SUPRESSIVAS)

- 1. 
- 2. 
- 3. 
- 4. 
- 5. 
- 6. 
- 7. 
- 8. 
- 9. 
- 10. 
- 11. 
- 12. 
- 13. 
- 14. 
- 15. 
- 16. 
- 17. 

- 18. 
- 19. 
- 20. 
- 21. 
- 22. 
- 23. 
- 24. 
- 25. 
- 26. 
- 27. 
- 28. 
- 29. 
- 30. 
- 31. 
- 32. 

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Rodolpho Tourinho.

O parecer é favorável, concluindo pela apresentação das Emendas de nºs 1 a 8, do Relator, sendo que as de números 2, 4, 5 e 6, do Relator, estão consolidadas no texto da Emenda nº 7, do Relator, com proposta de retorno à Câmara dos Deputados; e a de número 8, do Relator, com proposta de texto a promulgar.

Completada a instrução da matéria, a Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões consecutivas, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre, neste momento, a primeira sessão de discussão.

Em discussão a proposta e as emendas. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa, para prosseguimento da discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Convoco sessão deliberativa extraordinária do Senado, a realizar-se hoje, às 15 horas e 46 minutos, para a segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 15 horas e 42 minutos.)*

# Ata da 94ª Sessão Deliberativa Extraordinária, em 29 de junho de 2005

## 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros e Tião Viana.

ÀS 15 HORAS E 46 MINUTOS ACHAM-SE PRESENTES AS SRAS. E OS SRS. SENADORES

### SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA ÀS 14:30 HORAS

Período : 29/6/2005 07:33:45 até 29/6/2005 21:20:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X		PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X		PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X		PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X		PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X		PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X		Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X		Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PMDB	MA	ANTÔNIO LEITE	X		PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X		PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X		Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X		PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X		PP	DF	VALMIR AMARAL	X	
Bloco-PT	MS	DELÍCIO AMARAL	X		PMDB	RR	WIRLANDE DA LUZ	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X						
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X						
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X						
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X						
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYC	X						
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X						
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X						
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X						
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X						
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X						
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X						
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X						
PMDB	AM	GILBERTO MESTRIÑO	X						
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	X						
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X						
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X						
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X						
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X						
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X						
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X						
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X						
PFL	SC	JÓRGE BORNHAUSEN	X						
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X						
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X						
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X						
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X						
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X						
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X						
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X						
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X						
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X						
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	X						
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	X						
PFL	PE	MARCO MACIEL	X						
PTB	RR	MÓZARILDO CAVALCANTI	X						
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X						
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	X						
PDT	PR	OSMAR DIAS	X						
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	X						
Bloco-PPS	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	X						
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X						
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X						
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X						
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X						
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X						
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X						

**Compareceram: 73 Senadores**



**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 73 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 730, DE 2005**  
(REQUERIMENTO Nº 28, DE 2005/CRE)

Requeiro nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam encaminhados Votos de Aplauso em nome do Senado Federal, por intermédio desta Comissão de Relações Exteriores, ao Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, senhor Koichiro Matsuura, em face do brilhante trabalho desenvolvido pela Unesco no Brasil, e especialmente pelo seu representante Doutor Jorge Werthein.

Só um idealista como ele seria capaz de transformar o escritório brasileiro da Unesco no mais importante do mundo. Durante sua gestão, iniciada em 1996, Jorge Werthein aumentou de 25 para 250 o número de funcionários e aumentou o volume de recursos captados cerca de 25 vezes, perfazendo 30% do volume de operações da Unesco em todo o mundo. Os investimentos saltaram de 12 para 300 milhões de reais por ano.

Nos dias de hoje, a Unesco conta com escritórios-antena em várias capitais brasileiras, como em Porto Alegre, Natal, Cuiabá, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo. Posso dizer com segurança que a ampliação das atividades dessa Organização nos últimos anos é impressionante. Muitos são os projetos de abrangência nacional que contam com a participação ou com o assessoramento técnico da Unesco, mediante parcerias estabelecidas com o Governo e com entidades da sociedade civil.

Como é o caso do Programa Brasil Alfabetizado, que envolve desde o Ministério da Educação até empresas e governos locais, com um público-alvo de 4,5 milhões de pessoas até 2006. E o caso, também, do Programa Saúde e Prevenção nas Escolas, parceria estabelecida pela Unesco com o MEC e com o Ministério da Saúde no sentido de educar preventivamente nossos jovens. Outro exemplo de enorme importância é a parceria com a Rede Globo no Programa Criança Esperança, que a partir de 2004 passou a contar com a participação da Unesco.

Nesta semana foi lançado nesta Casa o estudo “Mortes matadas por armas de fogo no Brasil 1979

– 2003”, comparando a situação do Brasil com outros países, que é importante documento de pesquisa para a nossa reflexão quanto à Campanha do Desarmamento.

São exemplos que revelam a extraordinária contribuição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO ao Brasil, e que justificam esta manifestação, destacando o trabalho dos seus servidores e, especialmente, de seu representante Doutor Jorge Werthein, pelos relevantes serviços prestados ao nosso país.

Sala das sessões, 29 de junho de 2005. – **Sérgio Zambiasi**, Autor – **Marco Maciel** – **Rodolpho Tourinho** – **João Batista Motta** – **Flexa Ribeiro** – **Eduardo Azeredo**, Presidente em exercício – **Lúcia Vânia** – **Romeu Tuma** – **Eduardo Suplicy** – **Pedro Simon** – **Cristovam Buarque** – **Hélio Costa** – **Marcelo Crivella** – **Arthur Virgílio**.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**REQUERIMENTO Nº 731, DE 2005**

Requeiro, com base no art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nº 101, de 2004, que institui o Plano Setorial de Desenvolvimento do Gás, e 226, de 2005, sobre a importação, exportação, processamento, transporte, armazenagem, liquefação, regaseificação, distribuição e comercialização de gás natural, por regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões, 29 de junho de 2005. – **Cesar Borges**.

**REQUERIMENTO Nº 732, DE 2005**

**Requer desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2001.**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2001, afim de que este possa ter tramitação autônoma, do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2002.

**Justificação**

O Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2001 visa possibilitar ao trabalhador possuidor de conta vinculada no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, a aquisição de veículo automotivo para uso particular.

O nobre relator do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2002, ao qual o referido projeto está apenso, diz à página 9 de seu relatório, no tópico que versa sobre o PLS nº 281, de 2001 que, não obstante o mérito da propositura, “é fundamental estabelecer prioridades”.

É de meu entendimento que a prioridade de quem não possui casa própria, é a casa própria. Assim como quem já a possui, e esta se localiza afastada do seu local de trabalho, lazer, e demais necessidades sua e de sua família, como médicos, clínicas, etc., seja a aquisição de um veículo.

No intuito de estabelecer esta prioridade, e entendendo que o PLS nº 281, de 2001, versa sobre tema distinto do discorrido no PLC nº 18, de 2002, solicito a tramitação autônoma do projeto de minha autoria.

Sala das Sessões, 29 de junho de 2005. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

**O SR. ARTHUR VIRGILIO** (PSDB – AM) – Sr.

Presidente, pela ordem.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Sr.

Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Pela ordem, Senador Arthur Virgílio e Senador Jefferson Péres.

**O SR. ARTHUR VIRGILIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, registro a presença neste plenário de uma figura singular, que é o Senador Paulo Brossard de Souza Pinto. Na verdade, um dos heróis brasileiros na luta pela redemocratização, pela reconstitucionalização do País.

O Senador Paulo Brossard adentrava este plenário e me dizia que preferia ficar lá nos fundos porque este recinto é sagrado – referindo-se, certamente, à sua condição de ex-Senador. Nada mais modesto e nada mais digno da personalidade de um homem do tamanho de Paulo Brossard do que esse gesto.

Mas a Casa deve registrar que ninguém honrou mais este recinto sagrado do que Paulo Brossard. Portanto, neste Senado, ele fica nos fundos, fica na frente, ele senta na presidência, ele faz o que ele quiser. O Senado tem o maior orgulho em ter como um de seus membros o eternamente Senador Paulo Brossard de Souza Pinto.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Jefferson Péres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de falar no que me trouxe à tribuna, quero corroborar as palavras do Senador Arthur Virgílio. Quando vejo uma

figura com a estatura moral e intelectual do ex-Senador Paulo Brossard, entro em crise de nostalgia.

Sr. Presidente, quero deixar consignado que não concordo – que fique registrado nos Anais da Casa a minha inconformação – com a quebra de prazos. Essas sessões sucessivas, com intervalos de cinco minutos, são uma maneira de fazer de conta que se cumpre o Regimento. Não posso fazer nada, mas que fique registrado o meu mais veemente protesto.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, pela Liderança do PTB. A seguir, ao Senador Jorge Bornhausen pela Liderança do PFL.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de até cinco minutos, Senador Mozarildo.

Volto, antes, a informar ao Plenário que a Mesa está encaminhando as sessões extraordinárias, que serão em número de cinco, e depois três, em turno suplementar. Serão oito no total, da seguinte forma: um orador regularmente inscrito no dia de ontem usa a palavra por dez minutos e os líderes têm direito ao uso da palavra. Com isso, passamos à Ordem do Dia e votamos a sessão extraordinária seguinte.

Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR. Como líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero fazer um registro da VII Reunião Binacional Brasil-Venezuela, para desenvolvimento fronteiriço, ocorrido na cidade de Santa Helena do Uairém, na Venezuela, na fronteira com o Brasil, da qual tive a honra de participar como enviado especial do Senado e como membro da Comissão de Relações Exteriores desta Casa.

Participei da abertura dos trabalhos, da composição das Mesas e estou, inclusive, aguardando a ata final dessa reunião, para que possamos trazer esse debate para a Comissão de Relações Exteriores, porque, hoje, Brasil e Venezuela estão muito bem em termos de relação entre Caracas e Brasília, entre Caracas, alguns outros pólos importantes industriais, como São Paulo.

Mas nós, de Roraima, que estamos encostados na Venezuela, podemos mesmo dizer que estamos dentro da Venezuela, não temos tido até agora nenhum benefício prático. A mesma coisa, com a parte da Venezuela que toca no Brasil, que toca, portanto, no meu Estado de Roraima.

Temos, ao contrário, uma série de dificuldades, tanto para a pessoa ir de um lado para outro, seja o venezuelano vir para o Brasil, como o brasileiro ir para a Venezuela. Temos dificuldades no que tange ao comércio tanto para um lado quanto para o outro, mas,

principalmente, no que tange à exportação do meu Estado para a Venezuela.

Essa foi a VII Reunião Binacional, mas é bom que se frise que a sexta foi realizada há oito anos, ou seja, entre a sexta e a sétima reuniões se passaram oito anos. Temos visto, aliás com muita frequência, o Presidente Lula ir a Caracas, o Presidente Chávez vir a Brasília. Entre os Presidentes as relações estão maravilhosas; entre Caracas e Brasília, também uma beleza; no entanto, entre o Brasil que está realmente encostado na Venezuela, que, aliás, não é só o meu Estado – o meu Estado é o que está mais –, como também o Estado do Amazonas e o Estado de Bolívar, do lado da Venezuela, é preciso que haja um trabalho muito sério.

O Itamaraty faz esse trabalho, mas, quando é a hora da execução, quando envolve outros Ministérios, temos uma série de entraves, uma série de burocracias, que prejudicam sobremodo o Estado de Roraima, um Estado que precisa produzir – e está produzindo arroz, soja –, com índices de produtividade excelentes, mas que tem dificuldade para exportar. Conseqüentemente, a indústria que poderia surgir daí, a indústria da fabricação de ração, e o que poderia surgir em decorrência dessa indústria de ração, que é a avicultura e a suinocultura, ficam prejudicadas.

Assim, o meu Estado se prejudica muito. Já é prejudicado por uma série de problemas, principalmente quanto à questão das terras, à questão fundiária, tanto do lado da questão indígena quanto do lado da questão das terras arrecadadas pelo Incra. O meu Estado tem disponível apenas 9% das suas terras e, ainda assim, esses 9% não estão regulamentados. E, além disso, temos dificuldade de exportar o que produzimos.

Portanto, apresentarei um relatório sobre essa minha viagem, já que fui oficialmente representando o Senado, e vou trazer, como membro da Comissão de Relações Exteriores, o problema para ser discutido por aquele Colegiado, a fim de que esta Casa acompanhe – como Casa que representa os Estados e, portanto, neste caso, estará representando os Estados de Roraima e do Amazonas – e ajude no sentido de fazermos uma integração entre o Brasil e a Venezuela, como eu disse na abertura dos trabalhos, Sr. Presidente, que não seja apenas pelo mar ou pelo ar, que são as formas de se chegar ao Sul e ao Sudeste do Brasil, mas também por terra, pela BR-174, que une Boa Vista, a nossa capital, a Caracas, via Santa Helena do Uairém a Pacaraima e que vai também até o Estado do Amazonas.

Queremos, portanto, essa integração feita pela rodovia que existe. Precisamos beneficiar a população

brasileira que lá está e que, na verdade, passa à margem desses acordos binacionais.

É o depoimento que eu queria deixar, Sr. Presidente, registrando que, tão logo eu receba a ata resultante dessa reunião, pretendo propor um grande debate na Comissão de Relações Exteriores, ouvindo tanto o lado venezuelano quanto o lado brasileiro e, aí, especificamente, os lados roraimense e amazonense do Brasil para estabelecermos uma estratégia que possa, efetivamente, desenvolver aquela fronteira.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (Bloco/PTB – RR) – Só para terminar, Sr. Presidente, gostaria de dizer que não temos nada contra a que o restante do Brasil se beneficie com essa integração, mas queremos ter a primazia, visto que pagamos um preço alto por morar lá, vítimas que somos de endemias que não existem em São Paulo, como malária, dengue e tantas outras. Queremos, assim, ter o apoio econômico e social que o Estado merece.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Jorge Bornhausen, pela Liderança do PFL, por até sete minutos.

**O SR. JORGE BORNHAUSEN** (PFL – SC. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, cumpro o dever, como Presidente Nacional do PFL, face à decisão da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, aprovando o projeto de reforma política, de colocar aqui a posição do meu Partido.

Em primeiro lugar, faço-o em homenagem àquele que, fora do Parlamento e no Parlamento, tem sido sempre o grande defensor da reforma política: o Senador Marco Maciel. Faço-o também para elogiar meu companheiro de Partido, Deputado Ronaldo Caiado, que cumpriu uma missão, procurando o consenso, mas que, afinal, não se constitui no documento de reforma política que o PFL considera que o País precisa.

Devo dizer que o Senado Federal, entre 1999 e 2001, aprovou todos os itens infraconstitucionais em um ajuste feito entre o PSDB, o PFL e o PMDB, que redundou na filiação partidária como um instrumento de fidelidade, na alteração da legislação eleitoral, diminuindo os prazos de campanha, acabando com os “showmícios”, acabando com o boca-de-urna, que é uma verdadeira compra de votos, estabelecendo o fim da coligação na eleição proporcional, atendendo à solicitação de um inteligente projeto do Senador Antonio Carlos Valadares, criando a federação dos partidos e, finalmente, com a fidelidade, com o fim da eleição proporcional e com a aprovação do projeto do então

Senador Roberto Requião de listas mistas, aprovou o financiamento público de campanha.

Esses projetos foram, de forma fatiada, levados à Câmara dos Deputados, em 2001, e lá permaneceram sem solução, primeiro na gestão Aécio Neves, que, tendo assumido compromissos na sua candidatura a Presidente da Câmara, retirou a urgência do projeto.

Posteriormente, na atual Legislatura, tivemos também a criação de uma comissão que, sem examinar os projetos do Senado, resolveu criar um único projeto, desmobilizando a forma correta da aprovação desta Casa, para juntar tudo e entregar à consideração do Plenário, de uma forma única, aquilo que havia sido colocado habilmente de forma dividida.

Nessa ocasião, colocamo-nos a favor dos projetos do Senado e, mais uma vez, premido pelas circunstâncias, o Presidente da Câmara dos Deputados aceitou a retirada da Ordem do Dia da discussão da reforma política, em função da reeleição e de exigências do Partido da Base Aliada.

O PFL é a favor da reforma política. Acompanhamos a tentativa válida e nobre do Senador Renan Calheiros no sentido de encontrar uma fórmula para que pudéssemos avançar no assunto. Entre reuniões realizadas com o Presidente desta Casa, os Presidentes e Líderes do PT, do PSDB, do PMDB e do PFL, ficou acordado que não haveríamos de fazer qualquer modificação na cláusula de desempenho, que já existe na lei atual e que entra em vigor em 2006, e que votaríamos a fidelidade partidária por filiação e a federação de partidos para entrar em vigor em 2006. Votaríamos, também, as listas se fossem puras, mistas, o fim das coligações partidárias e o financiamento público de campanha para se iniciar, em 2008, nas eleições de Prefeitos e Vereadores.

O acordo foi descumprido. Votou-se uma reforma política fora daquilo que havia sido combinado com os Presidentes dos quatro maiores Partidos e seus Líderes.

Por isso, desta tribuna, devo dizer que o PFL não aceita o projeto que está para ser votado na Câmara dos Deputados, porque diminui a cláusula de barreira, a cláusula de desempenho, que é o fator essencial...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. JORGE BORNHAUSEN** (PFL – SC) – ...e, ao mesmo tempo, estabelece um sistema de listas com reserva de mercado, começando, com isso, a impedir a renovação dos Partidos políticos.

Se admitirmos a lista com o resultado da eleição passada, o Presidente do PT, José Genoíno, que foi candidato a Governador de São Paulo, em nome do seu Partido, será o último da lista do PT para a Câma-

ra dos Deputados. É por isso que não aceitamos essa posição. Queremos a votação dos projetos do Senado e a manutenção da cláusula de desempenho, para que possamos, aí sim, avançar na reforma política.

Concedo um aparte ao Senador Marco Maciel e, em seguida, ao Senador Eduardo Azeredo.

**O Sr. Marco Maciel** (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Caro Presidente e Senador Jorge Bornhausen, quero iniciar minhas palavras cumprimentando V. Ex<sup>a</sup> pela oportunidade do discurso que profere hoje, no Senado Federal. V. Ex<sup>a</sup> fez um breve e bem articulado histórico da tramitação das chamadas reformas políticas no Congresso Nacional, que prefiro denominá-las de reformas institucionais, tal o alcance que possuem para melhorar a governabilidade em nosso País. V. Ex<sup>a</sup> conclui as suas palavras demonstrando, de forma muito clara, que diverge da proposição agora em processo de discussão na Câmara dos Deputados. Concordo com os argumentos de V. Ex<sup>a</sup>, e até vou acrescentar mais um. Sempre tenho presente em momentos de crise como este, que não é um bom caminho votar matérias que devem ser discutidas e pensadas sem açonamento. Corre-se sempre o risco de que essas matérias sofram a influência da moldura das circunstâncias e, conseqüentemente, não tenham a perenidade que desejamos. Devemos pensar essas reformas como algo fundamental para o País, para o fortalecimento de suas instituições, para melhor desempenho do sistema eleitoral e partidário, do sistema de Governo, instrumento também de fortalecimento da Federação, de *aggiornamento* das instituições republicanas. Portanto, são matérias que devem ser examinadas com tranqüilidade, livres de pressões. Daí por que quero me solidarizar com as palavras de V. Ex<sup>a</sup> e esperar que a Câmara dos Deputados não ponha em votação essas matérias neste instante. Talvez tenhamos uma ocasião logo mais adiante para apreciá-las adequadamente e dar a contribuição que a sociedade brasileira espera do Congresso Nacional. Felicito V. Ex<sup>a</sup> pela oportunidade do pronunciamento.

**O Sr. Eduardo Azeredo** (PSDB – MG) – Senador Jorge Bornhausen, sou testemunha do esforço de V. Ex<sup>a</sup> para que tivéssemos uma reforma política, assim como o Senador Marco Maciel. Juntos participamos de diversas e diversas reuniões, buscando chegar a um projeto mínimo de reforma política. Entretanto, não é razoável aceitarmos a redução da cláusula de desempenho, porque ela fará com que permaneçam esses partidos artificiais, partidos de aluguel. Não se pode também deixar de lado a fidelidade partidária. A própria questão das listas ainda é polêmica. O PSDB é favorável, como Presidente do Partido sou favorável, mas não como está proposta para as próximas eleições.



A idéia que estava combinada entre os presidentes dos quatro maiores partidos é que fizéssemos uma experiência da lista nas eleições municipais de 1998. Então, quero me solidarizar com V. Ex<sup>a</sup>, dizendo também da dificuldade do PSDB de avançar na reforma política dessa maneira. Seria até um ponto positivo da crise, se avançássemos com a reforma política, mas não como está.

**O SR. JORGE BORNHAUSEN** (PFL – SC) – Agradeço ao Senador Marco Maciel as palavras sábias, lembrando que, em 1995, S. Ex<sup>a</sup> foi o primeiro a dizer que a primeira reforma deveria ser a política.

Agradeço, também, o testemunho do eminente Presidente do PSDB, que participou dessas negociações e do acordo feito com o Presidente desta Casa, Senador Renan Calheiros.

Sr. Presidente, essa é a posição do meu Partido, o PFL.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Pausa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Passa-se à

## ORDEM DO DIA

Item único:

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 77-A, DE 2003

(Incluído na Ordem do Dia nos termos do art. 358 do Regimento Interno.)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências, tendo.

Parecer nº 1.032, de 2005, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Relator: Senador Rodolpho Tourinho.

O parecer é favorável, concluindo pela apresentação das Emendas de nºs 1 a 8, do Relator, sendo que as de nºs 2, 4, 5 e 6, do Relator, estão consolidadas no texto da Emenda nº 7, do Relator, com proposta de retorno à Câmara dos Deputados; e a de nº 8, do Relator, com proposta de texto a promulgar.

Completada a instrução da matéria, a Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões consecutivas, em

fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre, neste momento, a segunda sessão de discussão.

Em discussão a proposta e as emendas.

Com a palavra o nobre Senador Paulo Paim, que dispõe de até dez minutos para discutir a matéria.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, com licença do Senador Paulo Paim, que já vai entrar na discussão, vou optar para fazer a discussão da matéria na última sessão.

Como existe um burburinho nos corredores, e muitas vezes os burburinhos expressam as verdades que estão sendo articuladas por diversas forças políticas, vamos deixar clara a posição do P-Sol: só acatamos a decisão de adiar a votação da PEC paralela do dia de hoje, se for devidamente acordada com todas as categorias ou membros do Ministério Público, procuradores, delegados de polícia de carreira, advogados e agentes fiscais tributários dos Estados e do Distrito Federal, policiais e bombeiros militares dos Estados e do Distrito Federal e dos defensores públicos. Portanto, se essas categorias nos procuram, acatamos qualquer sugestão que seja apresentada sobre o adiamento; senão, queremos votar hoje a PEC paralela.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana – Bloco/PT – AC) – Tem a palavra o Senador Paulo Paim, para discutir.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, embora eu tenha trazido à tribuna um discurso por escrito, vou solicitar que ele seja registrado nos Anais da Casa.

Quero iniciar meu comentário pela fala da Senadora Heloísa Helena.

Considero o absurdo do absurdo nós não votarmos essa matéria hoje. Dá a impressão de que todos nós – e sei que isto não é verdade – estamos fazendo uma grande farsa, enganando a população por quase dois anos, Senador Rodolpho Tourinho. Todos os Senadores e Senadoras trabalharam para este momento acontecer. Até um tempo atrás, nós reclamávamos da Câmara. Mas a Câmara, enfim, embora tardiamente, votou, e encaminhou a peça para nós. O Senador Rodolpho Tourinho apresentou seu relatório e a Casa tem que votar o requerimento que eu entreguei à Mesa e combinei com todos os Líderes da Situação e da Oposição. Não houve quem não assinasse o requeri-

mento para que a matéria fosse votada hoje, inclusive alterando todos os prazos. O Senador Tião Viana, que foi Relator do projeto original da PEC paralela, está fazendo o seu papel.

Eu confesso a todos que vou dar aqui um testemunho, mas não é para ganhar na emoção: Senadora Heloísa Helena, o meu irmão mais velho, de 70 anos, diabético, morreu nesta madrugada em São Paulo. Liguei para os outros dez irmãos e disse a eles: “Sou titular da CPI dos Bingos, como posso não estar aqui hoje? Trabalhei junto com todos os Senadores em cima da PEC paralela. Há um acordo firmado, do Líder do Governo à Oposição, para que a matéria seja votada hoje”. O que me responderam os dez irmãos consultados? “Fique aí, cumpra o seu papel.” Fizemos o traslado de São Paulo para Porto Alegre e ele será enterrado, provavelmente, essa madrugada. Ariovaldo Paim, que faleceu, sabe que a melhor forma de eu homenageá-lo não é estar no velório, mas estar aqui, trabalhando, votando, participando e dizendo ao povo brasileiro que, depois de um ano e meio, o Congresso, o Senado da República há de votar.

Se querem fazer uma enganação – e sei que os Senadores não querem fazer isso –, liberem-me pelo menos para que eu possa ir ao enterro! Se é essa a proposta, de enganar de novo o povo brasileiro, de não se votar nada, liberem-me, deixem-me ir para casa cuidar do velório do meu irmão!

Não pensem que eu gosto de dizer isso aqui. Eu o faço com indignação e com tristeza, porque confiei em todos os Líderes, Senador Rodolpho Tourinho. Antes de encaminhar à Mesa, conversei com V. Ex<sup>a</sup>, que leu o relatório e disse que eu podia encaminhar: “Se depender do meu relatório, não votarão se não quiserem”.

Faço este apelo a toda a Casa: vamos votar! Que cada um vote com a sua consciência. Cada partido vai ter a sua posição. O que não pode acontecer é não votarmos.

Em meu discurso por escrito, Senador Arthur Virgílio, eu cito todos os Líderes, um por um, de forma elogiosa, como todos merecem, porque foram os Líderes que construíram essa proposta. Não foi o Tião Viana, não foi o Rodolpho Tourinho, não foi o Paulo Paim. Foi um grande acordo, firmado após conversa com todos os setores.

Conversava agora, por exemplo, com o representante do Diap. Ele não me autorizou, mas vou dizer, Senador Rodolpho Tourinho. O representante do Diap, que ouviu as entidades, elogiou o seu relatório, um relatório brilhante.

Ora, se o Brasil quer, se as entidades querem, por que não votar? Se há divergências, que se chegue a

um acordo. Vamos votar. O que não podemos é, mais uma vez, dar a impressão, Senador Tião Viana – V. Ex<sup>a</sup>, que relatou a matéria – que nós estamos aqui protegendo uma decisão que não pode mais ser protelada. Queiramos ou não, há uma insegurança.

Senador Aloizio Mercadante, um aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Aloizio Mercadante** (Bloco/PT – SP) – Senador Paulo Paim, eu não poderia deixar de solicitar um aparte, primeiramente para prestar a minha homenagem a V. Ex<sup>a</sup> e, em particular, meus pêsames pela perda do seu irmão no dia de hoje. V. Ex<sup>a</sup>, da tribuna, mostra não apenas o espírito público, o compromisso que tem com o seu mandato, com este Parlamento, mas também com as bandeiras que V. Ex<sup>a</sup> empunha ao longo da vida parlamentar e política. V. Ex<sup>a</sup> tem um papel fundamental na construção desse acordo da PEC paralela. E, hoje, demonstra, mais uma vez, que cumpre acordo, que honra acordo e que vai até o fim com os seus compromissos. Nós aprovamos a PEC paralela por unanimidade, e é essa mesma unanimidade que eu reivindico hoje em torno daquilo que saiu do Senado e que deve ser preservado nesta votação. Quero apenas ponderar com V. Ex<sup>a</sup> que o nosso quórum, infelizmente, é de apenas 56 Senadores. Precisamos de 49 Senadores para aprovar a matéria. Então, havendo quórum que nos dê a segurança da aprovação, podemos votar. Por isso, faço um apelo do microfone para que aqueles que ainda não deram presença que venham ao plenário, que compareçam. Em segundo lugar, nós podemos votar desde que haja um acordo efetivo de todos os partidos de aprovar aquilo que foi o projeto do Senado Federal. Agradeço o aparte e presto aqui minhas homenagens, junto, infelizmente, com os meus pêsames, a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Permite-me um aparte?..

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Senador Suplicy, por favor.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Também quero, em primeiro lugar, Senador Paulo Paim, transmitir os meus sentimentos pelo falecimento do seu irmão e também homenageá-lo diante desse sentimento de dor por que passa a sua família. V. Ex<sup>a</sup> aqui dá uma demonstração efetiva do compromisso com uma das batalhas mais importantes, da qual sou testemunha, da sua vida parlamentar. V. Ex<sup>a</sup> dedicou-se ao estudo e ao aperfeiçoamento dessa proposta de emenda à Constituição, quando, no ano passado, aqui examinamos a reforma da previdência, de uma maneira exemplar, com extraordinária dedicação, energia, ouvindo todos os segmentos da população no Brasil inteiro, não apenas no Rio Grande do Sul. Posso per-

ceber hoje o seu senso de responsabilidade e o chamamento, a conclamação que está fazendo a todos os Líderes, que inclusive concordaram com V. Ex<sup>a</sup> em votarmos essa matéria hoje. Nós estamos a apenas um dia do término do semestre, então há o compromisso de todos nós de votarmos essa matéria. O Líder do Governo, Aloizio Mercadante, acaba de registrar que somos 56 Senadores presentes em plenário e trata-se apenas de conseguirmos a presença de um número suficiente para, então, votarmos essa matéria, sobretudo com o compromisso de todos de votarmos de acordo com a nossa consciência. Cumprimento-o pela atitude exemplar na defesa que faz de algo em que V. Ex<sup>a</sup> tanto acredita e pelo que se empenhou valorosamente. A sua família está compreendendo o seu gesto, e o povo do Rio Grande do Sul também. Espero que haja também o respeito de todos os 81 Senadores pelo empenho de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Concedo um aparte ao Senador Ney Suassuna.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Nobre Senador, quero, em nome do PMDB, apresentar os nossos pêsames e louvar a correção com que V. Ex<sup>a</sup> sempre se comporta nesta Casa.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Ney Suassuna.

Não precisaria aqui repetir, mas essa PEC paralela interessa a milhões de brasileiros, e não apenas a servidores públicos. Estão consagrados, nessa PEC paralela, a aposentadoria para a dona-de-casa, a paridade, a integralidade, a regra de transição para quem começou a trabalhar mais cedo – e quem começa a trabalhar mais cedo são os mais pobres. Também contempla, pela forma ampliada, que idosos com doença incapacitante praticamente não vão pagar os 11%. Está contemplado o controle social, que é o combate à corrupção, tão falado e defendido, tenho certeza, pelos 81 Senadores. Está contemplada a aposentadoria especial para as pessoas portadoras de deficiência.

Será que não podemos votar? Claro que podemos votar, Senadora Ana Júlia, que me pede um aparte nesse momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Paulo Paim, infelizmente o tempo de discussão está prejudicado. E alerta a nobre Senadora Ana Júlia e todo o Plenário que, se temos alguma chance de votar a matéria, ela deve ocorrer aproveitando-se o tempo de que dispomos, e não dilatando-o.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, acato a ponderação de V. Ex<sup>a</sup> porque quero

votar a matéria. Por isso, concluo minhas palavras nesses 50 segundos.

Eu diria, Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, que todos os senhores foram muito generosos.

Eu me lembro do Senador Jefferson Péres naquela noite histórica, em que eu aqui subi e votei a favor da PEC original. V. Ex<sup>a</sup> votou contra, mas disse, num segundo momento: “Se a PEC paralela for de verdade, se for para ser cumprida, não vou criar nenhum obstáculo”. E pediu que se rompessem todos os prazos. Assim também ocorreu com os Senadores José Agripino, Arthur Virgílio, enfim, com todos.

Senador Romeu Tuma, eu teria que citar todos aqui, e este é o momento do pagar para ver. É a hora da verdade, para se saber quem quer votar a PEC paralela e quem não quer. Tenho certeza de que ela será votada no dia de hoje. Quero que todos nós cheguemos nos nossos Estados, agora no recesso, e possamos dizer à população: “Não rendeu muito esse primeiro semestre, mas, pelo menos, milhões e milhões de brasileiros estão...”

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – ...contemplados com a PEC paralela”.

Obrigado, Sr. Presidente.

### **SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.**

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco – PT/RS. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, nos dias em que vivemos uma coisa parece ter sido esquecida: a palavra empenhada. O descontentamento, o descrédito passa a valer nessas horas.

Alguns dizem: “Foi-se o tempo em que a palavra bastava”. Bem, felizmente, hoje temos uma prova de que isso não é verdade. Ao contrário, a palavra empenhada ainda é muito importante. Os acordos realizados com base na confiança ainda valem.

Dizemos isso porque hoje estamos obtendo uma prova disso. Há cerca de pouco mais de um ano e meio nós, Senadores, firmamos um acordo com o Executivo. Um acordo que visava garantir uma série de benefícios aos nossos servidores públicos.

Após uma série de encontros e desencontros, enfim, esse acordo foi cumprido. É com enorme alegria que dizemos: a PEC paralela da Reforma da Previdência foi aprovada.

Hoje a população brasileira conquista uma vitória. Talvez não a sonhada, mas, inegavelmente, obtivemos uma vitória.

E quando falamos em vitória não estamos nos referindo a uma vitória pessoal ou de nós, Parlamen-

tares, mas, sim, uma vitória de cada cidadão brasileiro, de cada um dos servidores públicos.

Repetimos: após mais de um ano e meio, afinal, a PEC paralela da Reforma da Previdência foi aprovada.

Como dissemos, talvez a matéria não fosse o ideal sonhado por nossos servidores, mas foi a alternativa encontrada para driblarmos o impasse que nos foi apresentado com a reforma da Previdência. Temos de admitir isso.

Fomos muito criticados quando propusemos, em outubro de 2003, a PEC paralela. Mas, como já dizia Graham Bell, não devemos nunca andar apenas pelo caminho traçado, pois ele conduz somente até onde os outros foram. E nós não podemos permanecer assim.

Ao contrário, nossa função, como legisladores que somos, é de encontrar caminhos que nos levem à construção de um país melhor.

Nossa obrigação é lutar para que os erros não permaneçam, não sejam perpetuados.

No dia 8 de outubro de 2003, a proposta foi apresentada aqui no Senado, sendo encaminhada para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Uma proposta ampla que alterava os artigos 40, 144, 149, 194, 195 e 201 da Constituição Federal. A proposta de reforma da Previdência – a PEC 67/03, transformada em EC 41/03-, trazia uma série de pontos que, a nosso ver, retrocediam. Então, como poderíamos concordar com isso?

O texto original da PEC paralela garantia, entre outros, os seguintes pontos:

– **Integralidade** – Garante aposentadoria integral e paridade plena ao servidor que, tendo ingressado no serviço público até 31 de dezembro de 2003, preencher os requisitos do artigo 6º da Emenda Constitucional 41: 35 de contribuição, no caso dos homens, e 30 anos para as mulheres; 60 ou 55 de idade, para homens e mulheres, respectivamente; 20 anos de serviço público, sendo dez na carreira e cinco no cargo.

A EC 41, na verdade, já assegurava a integralidade, mas não garantia a paridade. Esta só vai ser assegurada com a PEC paralela, que revoga o Parágrafo Único do art. 6º da Emenda Constitucional 41.

– **Paridade plena** – Assegura paridade plena a todos os servidores que, tendo ingressado no serviço público até 31 de dezembro de 2003, preencherem todas as exigências para aposentadoria integral, citadas acima. Dizendo de outro modo, estende a paridade plena do artigo 7º da E.C. 41 aos servidores que se aposentarem com base no art. 6º da própria E.C. 41.

– **Paridade das pensões** – Fica assegurada a aplicação da regra de paridade plena, constante do

artigo 7º da E.C. 41, de 2003, às revisões de pensões derivadas de proventos de servidores falecidos cujas aposentadorias tenham sido concedidas com base na regra de transição abaixo. Há, aqui, uma incoerência, que o relator propõe correção numa nova PEC que será enviada à Câmara, para garantir paridade plena aos pensionistas de servidor que tenha se aposentado com base o art. 6º da E.C. 41.

– **Regra de transição geral** – Possibilita ao servidor que ingressou no serviço público até 16 de dezembro de 1998 se aposentar integralmente e com paridade plena antes da idade mínima exigida na Emenda Constitucional 41. Isso desde que tenha pelo menos 25 anos de serviço público, 15 na carreira, cinco no cargo e comprove tempo de contribuição acima do exigido, no caso de 30 anos para a mulher e de 35 para o homem. Para cada ano que o servidor exceder no tempo de contribuição, ele poderá reduzir ou abater um ano na idade mínima. É a conhecida regra 95 para os homens ou fórmula 85 para as mulheres, que poderá ser alcançada com a soma da idade com o tempo de contribuição.

– **Teto nacional** – O teto nacional de remuneração e proventos no serviço público, que exclui apenas as parcelas indenizatórias previstas em lei, será equivalente ao subsídio de ministro do Supremo Tribunal Federal, correspondente, em valores de dezembro de 2004, a R\$19.170,00, podendo chegar a R\$21.500,00 em 2005 e R\$24.500,00 em 2006, se aprovado o projeto do Supremo Tribunal Federal que define o novo teto nacional.

– **Aposentadorias Especiais** – Assegura aposentadoria especial, nos termos de lei complementar, para os portadores de deficiência, para os servidores que exercem atividade de risco e para os servidores cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem à saúde ou à integridade física.

– **Contribuição da Empresa para o INSS** – Modifica o §9º do artigo 195 da Constituição Federal para permitir que a contribuição do empregador para a Previdência Social (INSS) possa ter base de cálculo e alíquota diferenciada em razão não apenas da atividade econômica ou da utilização intensiva de mão-de-obra, mas também do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho.

– **Inclusão Previdenciária** – Lei disporá sobre sistema especial de inclusão previdenciária, com alíquotas e carências inferiores às vigentes para os segurados em geral, destinado a atender trabalhadores de baixa renda e àqueles sem renda própria, desde que pertencentes a famílias de baixa renda, que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico, ga-



rantido-lhes o acesso a benefício de valor igual a um salário mínimo.

– **Vigência da PEC Paralela** – Estabelece que os efeitos da PEC paralela, cuja vigência se inicia com a publicação do texto promulgado, serão retroativos a 31 de dezembro de 2003. Essa retroação é produto de emenda dos deputados Carlos Mota e Dr<sup>a</sup> Clair, aprovada na Câmara e mantida, com emenda de redação, no texto do relator do Senado.

Pontos mantidos e hoje assegurados.

Como todos os senhores sabem, a proposta de reforma previdenciária foi aprovada aqui no Senado porque nós Senadores fizemos um acordo com o Executivo. Obtivemos a garantia de que a PEC paralela seria aprovada rapidamente.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, sabemos que o processo de discussão da PEC paralela foi longo. Aqui no Senado a matéria tramitou até o dia 22 de dezembro de 2003 – sob relatoria do Senador Tião Viana –, e, em 6 de janeiro de 2004, ela foi recebida pela Câmara dos Deputados. Lá entrou como PEC 227/04.

Apesar de termos a garantia de que ela seria aprovada imediatamente, isso não aconteceu. Mas, não desistimos de lutar por garantias aos nossos cidadãos. Estávamos constantemente cobrando a aprovação da matéria. Cobrando o compromisso que havia sido firmado.

Na Câmara a proposta foi avaliada, primeiramente, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação. Muitas emendas foram apresentadas à proposta. Muita discussão em torno da matéria e muita insatisfação de nossa gente.

São incontáveis as mensagens que recebemos em nosso gabinete, mensagens de pessoas esperanças em ter seus direitos adquiridos.

Os Deputados Maurício Rands e José Pimentel, Relatores da PEC na CCJR e na Comissão específica da Câmara, respectivamente, trabalharam muito para que obtivéssemos o texto final e, em 23 de março desse ano, a matéria retornou ao Senado.

Com algumas alterações, sabemos, mas também temos consciência de isso faz parte do processo de análise.

Novamente aqui no Senado, agora sob relatoria do Senador Rodolpho Tourinho, a matéria voltou a ser debatida, e é com imensa alegria que dizemos: ontem o relatório foi apresentado para que, hoje, possamos votar a matéria.

Meus amigos, é com a satisfação de quem, lá atrás, dizia que o acordo seria cumprido que hoje ressaltamos a importância da participação das entidades dos servidores públicos nesse trabalho. Elas pressionaram, lutaram para que a PEC existisse. Ba-

talharam para que alcançássemos os direitos a que tanto almejávamos.

Também é com esse mesmo contentamento que parabenizamos todos os líderes pelo grande entendimento feito: Senador Aloizio Mercadante, Senador Delcídio Amaral, Senador José Jorge, Senador Ney Suassuna, Senador João Capiberibe, Senador Osmar Dias, Senador José Agripino, Senador Marcelo Crivella, Senador Valmir Amaral, Senador Arthur Virgílio, Senadora Heloísa Helena, Senador Mozarildo Cavalcanti; assim como todos os Vice-líderes.

Enfim podemos dizer à nossa gente: Sim, temos agora garantidas a aposentadoria integral; a aposentadoria para as donas-de-casa, a aposentadoria especial para deficientes. Asseguramos a paridade, o subteto, a regra de transição, a não-contribuição de inativos por doenças incapacitantes e o controle social da Seguridade Social.

Finalmente, à semelhança de um ex-técnico da seleção brasileira, podemos dizer àqueles que duvidaram da aprovação: “Vocês terão de nos engolir! O acordo, enfim, foi cumprido”.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a aprovação da PEC paralela é mais que apenas o cumprimento de um acordo. É mais que uma conquista para os nossos servidores... A aprovação da PEC paralela é a prova de que nosso País honra seus compromissos. O fio do bigode, a palavra empenhada, ainda valem.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– Senador Paulo Paim, receba V. Ex<sup>a</sup> os sentimentos de toda a Mesa do Senado Federal e seguramente de todos os Srs. Senadores pela perda lamentável do seu irmão.

Concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma para discutir a matéria por até dez minutos.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PL – RJ)  
– Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra pela ordem, Senador Crivella.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PL – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero apenas, corroborando com o apelo feito pelo Senador Paulo Paim, dizer que o Partido Liberal se encontra na Casa e quer votar essa matéria, ao mesmo tempo em que apresenta os votos de pesar ao irmão do Senador Paim.

Deixo registrado que colaboramos com esse texto e temos o maior interesse em que ele seja votado ainda hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP. Para discutir. Sem revisão do roador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu também, Senador Crivella, como V. Ex<sup>a</sup> e como o Senador Paim, quero que se vote essa PEC paralela.

Senadora Heloísa Helena, o grande problema é que o nosso Relator Rodolpho Tourinho, no bem elaborado relatório ...

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Senador Tuma, V. Ex<sup>a</sup> me concede só um minuto?

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Pois não.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – V. Ex<sup>a</sup> acabou de começar esse pronunciamento, mas eu só queria registrar – que V. Ex<sup>a</sup> recebeu tão bem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – a presença desse nordestino tricampeão do mundo, orgulho nosso, Acelino Freitas Popó. (Palmas.)

Figura maravilhosa! Se a Senadora Heloísa tivesse feito um treino com ele ontem, a situação ia ferver!

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Precisei apertar, senão... Eu acho que o Popó perde, se se fizer uma aposta. O Suplicy já desafiou o Popó.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – E quebrou um copo.

Eu só queria registrar, Sr. Presidente, que todos os recordes de boxe no mundo pertencem a Acelino Popó, o nosso baiano. E dizer também que se tornar um jogador de futebol famoso, saído do Brasil, é fácil, porque o celeiro é aqui, mas se tornar tricampeão de boxe num país em que não há cultura de boxe, como há de futebol, sem dúvida nenhuma é um grande feto que orgulha todos nós.

Estou muito feliz de apresentar o meu amigo Popó.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, vou ser rápido porque voltarei à tribuna na hora da votação e da discussão de destaques que farei a essa emenda.

Senadora Heloísa Helena, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Senador Rodolpho Tourinho, com quem conversei longamente em várias audiências sobre o pedido de manutenção da emenda que foi aprovada praticamente por unanimidade, na Câmara dos Deputados, incluindo no teto os delegados de polícia, os advogados do Estado e os fiscais de renda, digo sempre que essa pressão que os Srs. Governadores têm feito sobre os Senadores, Senador Jefferson Péres, não implica o aumento de despesa no Orçamento. O teto não é o

pisso; o teto é a possibilidade máxima de ganho de um funcionário. Por que os delegados, os policiais não estão ganhando o salário do teto atual? Há quanto tempo não recebem aumentos? Verifiquem isso com esses policiais militares que aqui estão.

A nossa luta era para incluí-los na PEC, é isso que queremos, e não retirar o benefício de outras autoridades, por serem carreiras jurídicas. A Constituição de 1988, por um lapso, retirou os delegados da carreira jurídica, mas incluiu a obrigatoriedade da graduação em Direito para o concurso público de delegado, o que será um pré-requisito para o cargo. Então, tem-se que restabelecer isso moralmente para podermos reconhecer a importância dessa atividade.

Senador Jefferson Péres, o Hino Nacional diz assim: “Verás que um filho teu não foge à luta nem teme quem te adora à própria morte”.

Hoje, com a atividade que se exerce na Polícia, esses militares são os únicos que, ao se levantarem – policiais militares, policiais civis –, ao colocarem o pé no chão, eles sabem que estão oferecendo a própria vida em defesa da sociedade.

Ninguém sabe o que é, o que representa para a sociedade a atividade policial. Temos um amor imenso pela sociedade. Fui policial por 50 anos. Aposentei-me agora por causa da idade.

Faço um apelo. Tenho 56 assinaturas de Senadores que apóiam a emenda, que foi aprovada por unanimidade, contra 13 votos, num total de mais de 400 votos na Câmara dos Deputados.

Então, se há uma pressão de governadores sobre os parlamentares, não vejo nenhuma razão, porque, se se fizer o cálculo orçamentário, não há nenhuma razão de se aumentar, porque quem dá aumento é o governador, que apresenta a proposta à assembléia legislativa. Ela aprova ou não o aumento.

Dizem que vai sobrecarregar o Orçamento. Sobrecarregar em quê? Sobrecarregar como? Qual foi o aumento que, nesses dois anos, foi dado pelo teto que representa a PEC atual? Nenhum aumento, Senador. É desesperador!

Hoje, uma mulher de policial militar tem que lavar a roupa dentro de casa, na pia; pendurá-las atrás da geladeira para secar, porque se o bandido souber que mora um policial ali, ele vai ser morto.

Temos que reconhecer isso e manter nessa PEC os benefícios para as Polícias. V. Ex<sup>a</sup> quer incluir os policiais militares e os bombeiros, que são heróis anônimos, que dia e noite estão combatendo as desgraças da sociedade com um despreendimento total espiritual e físico. As famílias deles ficam orando para que eles voltem com vida para casa.

**O Sr. Geraldo Mesquita Júnior** (P-SOL – AC) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte, Senador?

**O Sr. Leonel Pavan** (PSDB – SC) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte, Senador?

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Pois não e, em seguida, V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Leonel Pavan** (PSDB – SC) – Senador Romeu Tuma, estamos acompanhando há muito tempo a sua aflição em relação a essa emenda, para que as Polícias sejam reconhecidas. Hoje mesmo, quando eu estava preparando uma emenda à PEC, não estava incluída na nossa emenda a Polícia Civil, os Delegados. V. Ex<sup>a</sup> olhou – eu também não tinha notado – e chamou a atenção. Corremos e corrigimos. Incluímos a Polícia Civil, porque ela merece. Não é possível que o Governo queira combater a violência no País sem reconhecer o valor daqueles que são os primeiros a colocar a sua própria vida em jogo para dar segurança aos brasileiros. Temos que combater a violência investindo no social, na criança, na educação, na saúde, mas também naqueles que estão colocando o seu corpo à frente das armas, enfrentando os bandidos. E o Governo, todos os governos precisam reconhecer a força e o valor dessas instituições – Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal, inclusive o próprio Fisco, que procura levar pelo menos à risca a arrecadação no seu País, punindo aqueles que burlam a lei. O Fisco precisa também ser incluído, o Ministério Público também precisa ser reconhecido. Não é possível! O Governo Federal, infelizmente, não está tendo essa sensibilidade com esses setores. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Obrigado, Senador.

Ouçõ o Senador Geraldo Mesquita.

**O Sr. Geraldo Mesquita Júnior** (P-SOL – AC) – Senador Tuma, serei muito rápido para não tomar seu tempo. Quero apenas lembrar algo muito importante. Caso seja aprovado por esta Casa o dispositivo que é pretensão dessas categorias que V. Ex<sup>a</sup> já listou, que a Senadora Heloísa há pouco mencionou, que querem se incluir na proteção do teto, isso não obriga os Governadores a qualquer aumento. Esse dispositivo, sim, assegura e estabelece a garantia de que eles não terão seus vencimentos reduzidos. Essa é uma informação que precisa ser colocada com a maior clareza, porque os Governadores se escondem atrás da ameaça de obrigatoriedade de aumentos salariais e não deixam claro o reverso dessa moeda. Esse dispositivo assegura a essas categorias o direito de não terem reduzidos seus vencimentos. Esse é outro ponto muito importante que deve ser esclarecido absolutamente.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Agradeço profundamente a intervenção de V. Ex<sup>a</sup> e peço que seja incorporada a minha manifestação.

Sr. Presidente Renan Calheiros, tenho aqui 53 assinaturas de Srs. Senadores, apoiando a forma com que foi aprovada no Senado. Peço encarecidamente aos Senadores, meus amigos que amam as polícias dos seus Estados, que não tirem essa esperança de ver que V. Ex<sup>a</sup>s votarão conosco na aprovação do que a Câmara se posicionou numa discussão tão bonita e com uma votação tão brilhante.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Romeu Tuma, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Romeu Tuma.

Eu gostaria de lembrar à Casa que ontem fizemos um acordo para que a PEC paralela pudesse ser apreciada hoje pelo Senado Federal, num calendário absolutamente especial. No que depender desta Presidência e da Mesa como um todo, faremos o que for preciso para concluir essa votação hoje.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Edison Lobão, para discutir a matéria. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador José Agripino, Líder do PFL no Senado Federal, para discutir a matéria.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Para discutir. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, sinto-me uma espécie de padrinho da PEC paralela. Foi produto de uma longa discussão, de muito debate, de muita provocação ao Governo por parte da Oposição. Cheguei a manifestar publicamente a minha desconfiança com relação à eficácia, à sinceridade do Governo. Naquela época era o Senador Tião Viana o Relator da matéria. E quando colocava minha desconfiança, colocava a minha provocação, porque era a forma que tínhamos – nós que defendíamos uma regra de paridade e integralidade, uma melhor regra de transição e a isenção da contribuição para os portadores de doenças contagiosas – de provocar a eficácia de pelo menos esses três pontos, que a ferro e a fogo haviam sido negociados pelo Bloco de Oposição com o Governo, que cedeu pela pressão que fizemos.

Essa matéria foi remetida à Câmara. Depois de muito tempo de tramitação, de muita discussão, ela foi aprovada. Alguns itens foram incorporados à PEC paralela, e ela chega de volta agora ao Senado.

Tive o cuidado, pelo fato de o Senador Rodolpho Tourinho ser um dos nossos integrantes da Bancada

do PFL no Senado, de levar o texto do relatório de S. Ex<sup>a</sup> para consideração e apreciação dos 16 Senadores do PFL, para que fizesse uma exposição sobre seu pensamento e seus pontos de vista e ouvisse as reações dos companheiros do PFL.

Há um ponto unânime, de convergência total: todos entendemos que é urgente votar aquilo que votamos aqui no Senado, que foi aprovado na Câmara com alguns acréscimos. Mas pelo menos o coração daquilo que significou a PEC paralela, qual seja a garantia da integralidade e da paridade, melhorada como foi pelo Senador Rodolpho Tourinho, a regra de transição que diminui em um ano a idade de aposentadoria por cada ano de contribuição a mais do que o estipulado na Lei e mais a isenção da contribuição para os portadores de doenças, que são pontos que significam conquistas e que queríamos ver eficazes de imediato. Este é um ponto que reúne a unanimidade.

Por esta razão – e o texto do Senador Tourinho contempla este mérito –, vamos todos votar a favor do texto básico do Senador Tourinho. Mas, em minha Bancada, há destaques de autoria de alguns Companheiros, como o Senador Romeu Tuma. São destaques que têm mérito, na visão de S. Ex<sup>a</sup>. Os Governadores do PFL também têm uma posição verbalizada à Bancada pela sua Liderança, que será devidamente considerada. Então, nós temos a posição dos Governadores, a nossa consciência e a posição divergente de alguns dos nossos Senadores.

Eu votarei a favor do texto do Senador Rodolpho Tourinho. Mas vou tomar a iniciativa de abrir a questão para que cada Senador possa apresentar os destaques que julgar convenientes e votar de acordo com a sua consciência e a sua conveniência.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, Líder da Bancada do PSDB no Senado Federal.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Para discutir. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu retomo as longas e intermináveis discussões em torno da chamada Reforma Previdenciária.

Lembro-me, Senador Tião Vianna, da atuação dedicada de V. Ex<sup>a</sup>, da forma competente como se houve, articulando a aprovação da matéria. Lembro-me também de algo que não estava ao seu alcance – era uma atitude de Governo –, de uma certa intransigência oficial ao não aceitarem, Senador Edison Lobão – V. Ex<sup>a</sup> que presidiu com tanta competência a Comissão de Justiça naquele momento –, as idéias apresentadas não pelas Oposições, mas por Senadores de origens variadas e procedências ideológicas

díspares entre eles. O fato é que cerca de 700 destaques foram apresentados, quando o Governo estava no seu início, exuberante, e todos foram derrubados. E nós falávamos, àquela altura, de pequenas humanizações com impacto fiscal mínimo. Falávamos de facilitar a aprovação do todo, Senador Jefferson Péres, a sinalização importante de o País votar uma reforma previdenciária, mas sem o exagero de se buscar um “plus a mais” com requinte de crueldade social. Falávamos de pessoas idosas, de renda mais baixa; falávamos de pessoas inválidas, de renda menor; falávamos de alguma regra de transição; falávamos, enfim, de não se mexer tão bruscamente nas vidas dos que sofriam aquela reforma.

Lembro-me, Sr. Presidente – e é tão bom poder repetir isso agora –, de que o meu primeiro discurso foi na tentativa de votar a proposta da reforma da Previdência. Entendo que o Brasil precisava e precisa resolver essa enorme pendência que é o déficit previdenciário. E eu disse: “Vou votar.” Na minha cabeça estava que eu e meus companheiros apresentaríamos certas emendas, certos destaques e seríamos contemplados em alguma coisa, quem sabe na proporção do que representássemos no todo da Casa. Não conseguimos, não por falta de boa vontade do Senador Tião Viana, que foi um grande Relator – não me canso de repetir isso –, mas porque o Governo fechou um pacote e, praticamente, não deixou margem para que houvesse qualquer negociação por parte do Senador Tião Viana.

Então, aos poucos, fomos caminhando na direção da votação contrária à reforma da Previdência. Na votação, eu disse: “Estou votando contra a reforma da Previdência” – e liberei a minha Bancada para que cada um tomasse a decisão que a consciência apontasse como a melhor – “apesar de ser a favor de uma reforma da Previdência, porque, em 700 tentativas, vi que o Governo não se dignara a contemplar nenhuma delas.” Foi esse exatamente o caso. Não nego a necessidade de uma reforma da Previdência.

Entendo que o Governo, em algum momento, percebeu que não constituiria a maioria para aprovar a reforma, até porque alguns Senadores da sua Base, do PT e do PMDB – vejo aqui o Senador Paulo Paim, e também os Senadores Ramez Tebet e Mão Santa –, diziam: “Não vamos aprová-la tal como está.”

Ora, os votos desses Senadores somados aos nossos impediriam o êxito da proposta apresentada pelo Governo. Logo, ou o Governo cederia exatamente aquilo que pedíamos – talvez tenha cedido até mais do que aquilo que pedíamos nos nossos destaques –, e aí viabilizaria a sua proposta de reforma previdenciária, ou, em uma saída engenhosa, que veio do



talento parlamentar do Senador Tião Viana, criar-se-ia algo parecido com o que se criou, que é a chamada PEC paralela.

A PEC paralela, depois de muitas marchas e contramarchas, chega a seu momento culminante ou perto dele, até porque ela ainda retornará, se modificada, à Câmara dos Deputados. A PEC paralela, portanto, é uma conquista de um consenso que se formou no Senado. Foi a demonstração para o Governo de que ele precisava auscultar mais as suas Bases e levar em conta os votos de uma Oposição que depois se revelaria coesa, numerosa, forte, expressiva.

Portanto, hoje estamos vendo o coroamento desse acordo, desse entendimento. Em outras palavras, o Governo não aprovaria tudo que queria porque faltava a ele número, votos, inclusive alguns do Partido dos Trabalhadores e de outros Partidos componentes da Base de apoio ao Presidente Lula, e também porque, pelas negativas que nos deu, excluía ele a hipótese de nós da Oposição votarmos de maneira uníssona, talvez unânime, com a proposta.

Refleti que o Governo obteria um ganho fiscal mínimo, pequeno, e arriscaria perder uma matéria que é necessária para o País. O Governo, por causa de um mínimo... Eu dizia que, por mais que o Governo quisesse, ele não equacionaria isso, a não ser ao longo do tempo. A sinalização de que o Governo estava tentando uma reforma da Previdência era boa para os mercados, a sinalização era boa para os investidores, a sinalização era boa para todos aqueles que fazem a economia real do País funcionar. O Governo, então, com um pouco mais de ganho, Senadora Lúcia Vânia, ou com um pouco menos de ganho, teria dado a sinalização. O Governo poderia, portanto, ter-nos atendido, e nós teríamos todos votado a favor da Reforma da Previdência.

Como não nos atendeu, depois teve que nos atender, até porque atendeu àqueles que dissentiam do Governo em alguns pontos, que se somaram conosco, fazendo algo que também satisfiz, acredito eu, ao conjunto dos Senadores desta Casa, até porque, se não me engano, a matéria foi aprovada por unanimidade. Portanto, este é um dia que julgo importante, que julgo relevante.

Quero aqui ressaltar que o Governo teve méritos ao ceder na hora certa. Quando viu que não tinha alternativa, soube ceder – há quem, mesmo sem alternativa, insista em não ceder. Quero ressaltar Os que dissentiram do Governo na sua Base e que, portanto, viabilizaram a PEC paralela, tornando-a real, e quero ressaltar o papel dos Líderes dos Partidos de Oposição, dos integrantes da Bancada Opositora, que, desde o começo, pensaram em

humanizar a reforma, em torná-la mais justa, em torná-la menos dura, ela, que é necessária e que, necessariamente, é dura, necessariamente mexe com a vida de pessoas, mas que poderia dar a mesma sinalização de austeridade, sem virar do avesso, de maneira brusca, vidas, carreiras, expectativas, sonhos e possibilidades.

Portanto, quando votei contra a reforma da Previdência, não me senti incoerente. Alguém me dizia: “Mas você votou no Governo passado a favor da reforma da Previdência?” Era mais amena a reforma que mereceu o meu voto. E eu queria retomar o espírito da reforma que a atual base de apoio ao Governo não deixou ser aprovada no passado porque não lhe interessava, até eleitoralmente, que fosse assim.

Não me senti incoerente; ao contrário, senti-me bem, porque não negava a necessidade da reforma da Previdência e, por outro lado, não abria mão das humanizações, não abria mão dos detalhes que poderiam fazer dessa reforma algo mais palatável para um segmento que não pode ser desprezado, que é o servidor público deste País.

É muito fácil estigmatizar. No “reinado” Collor era assim, servidor público era sinônimo de tudo o que não servia, de tudo o que não prestava. E parecia moderno virar as costas para qualquer reivindicação dos servidores públicos.

Não entendo assim. Até pela minha coerência parlamentarista, entendo que, se sou parlamentarista, tenho que pensar em uma burocracia bem paga, bem treinada e qualificada, uma burocracia que um dia, inclusive, Senadora Heloísa Helena, afaste perigos como esses que estamos vivendo agora, de “mensalões”, de corrupção.

Digo a V. Ex<sup>a</sup> que, quando o Primeiro Ministro francês assume seu lugar no Palácio do Matignon\*, ele entra com seis pessoas no máximo. Acredito que ele entre com a secretária, com o chefe de gabinete, com o assessor de imprensa, com o motorista e não sei se com mais alguém. Ele entra no Matignon e toma posse do Primeiro Ministério com seis pessoas, se tanto.

Disse-me aqui um Senador muito querido nosso que o Primeiro Ministro pode entrar com a namorada, mas dificilmente ele a emprega. Aqui no Brasil o pessoal tem a mania de empregar até as namoradas. Lá na França, não. A namorada dele que se vire e que arranje o seu emprego. O Primeiro Ministro exerce esse cargo em um País que não tolera formas diretas ou indiretas de nepotismo. Então, o Primeiro Ministro na França espelha a confiança que o Estado Francês tem no servidor público, porque não está perguntando se ele vota em Jospin, em Chirac, em Le Pen ou em Raymond Barre.

Ninguém pergunta a um servidor público a que Partido ele pertence. Não existe a figura do aparelhamento do Estado. Pura e simplesmente ele é servidor do Estado francês. E, se ele brincar, perde seu emprego, que é bem pago na França. Não existe essa história de traficar documento. O Deputado do Partido queridinho dele recebe um documento para complicar a vida do Governo... Não, corrupção é discutida às claras e as punições são claras também.

Portanto, eu que sou parlamentarista, tenho que acreditar que o Estado brasileiro tem que dedicar atenção especial a uma política de valorização do servidor público, para que possamos chegar ao Parlamentarismo. Fora disso não faremos realidade, não faremos letra de realidade a figura do Parlamentarismo, que para mim é o melhor antídoto para a crise.

Havendo uma crise, se fosse parlamentarista o sistema político vigente no País, Senador José Agripino, o Presidente se manteria – é claro – e cairia o Primeiro Ministro. Haveria, então, uma recomposição do Gabinete e não teríamos crise alguma. O povo já estaria julgando todo esse pessoal de “mansalões”, “mensalinhos” e “quinzenões”. Estariam todos sendo julgados já pelo povo, em uma eleição marcada para dali a quinze dias, e pronto. Essa eleição seria realizada, sabendo-se que, dali a seis meses, poderia haver outra. Assim, por si só, ela já seria uma marca contra o poder econômico.

Portanto, eu, que sou parlamentarista, entendo que se deve valorizar o servidor público, sim. Claro que com responsabilidade fiscal, claro que olhando as contas da Previdência, do Estado. Não sou da política da mágica, da política, como diziam os meus adversários de antes e que hoje estão no Governo, da vontade política. Eles achavam que bastava vontade política para se operar o milagre no País. Eu não acredito que milagre se opere nem com vontade nem sem vontade política. Eu não acho que ninguém aqui seja capaz de fazer milagre. Acredito, sim, em trabalho, em seriedade. Acredito em uma política constante para nós equilibrarmos as aspirações dos servidores públicos com as necessidades da economia brasileira.

Em outras palavras, votei, feliz e coerente, contra a reforma que não transigia, que era cruel, e voto hoje, Senador Paulo Paim, com muita alegria, a PEC Paralela que construímos juntos, que foi um acordo do conjunto do Senado e que vem atender exatamente aquilo que era a condição que eu gostaria de colocar para o Governo: aceite o que estou pedindo, que é mais ou menos o que está na PEC Paralela, e eu voto tranquilamente uma reforma que julgo necessária para o País.

Portanto, Sr Presidente, é um belo dia para o Senado. Acredito que obteremos uma votação bastante expressiva a favor da reforma que, sem dúvida alguma, vem com a marca, no seu relatório, com a marca da competência, do apuro técnico, da sensibilidade política, com a competência do Senador Rodolpho Tourinho, por todos nós estimado e respeitado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Arthur Virgílio.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Azeredo.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero trazer aqui o apelo para a aprovação da PEC paralela.

Quando o projeto ainda era discutido, apresentei uma emenda a favor das pessoas com deficiência, para que elas pudessem ter requisitos e critérios diferenciados. Não foi possível aprovar no projeto, mas, graças à sensibilidade do Senador Tião Viana, implantamos na PEC paralela esses requisitos e critérios diferenciados para a aposentadoria de portadores de deficiência. O Ministro Berzoini, na época, mostrou sua sensibilidade no sentido que nós possamos ter este tratamento, mais equilibrado, que reconheça que essas pessoas precisam que o Poder Público as veja de forma diferenciada, discriminando-se positivamente.

Não há divergência, nesse ponto, da parte do Relatório do Senador Rodolpho Tourinho, um Relatório trabalhado e muito bem estudado. O Senador Rodolpho Tourinho está de parabéns pelo seu desempenho neste projeto, como, aliás, em todos os outros que tem participado aqui. Mas o texto do Senado Federal autorizou, neste caso do portador de deficiência, que lei complementar defina, para os deficientes físicos, requisitos e critérios de aposentadoria diferenciados dos usados para as pessoas sem deficiência.

A matéria, que foi um dos claros compromissos feitos quando do nascimento da proposição, faz justiça aos portadores de deficiência e está pronta para ser promulgada.

Então, a minha palavra é apenas para enfatizar a importância de que a PEC paralela está também fazendo justiça às pessoas com deficiência que terão, portanto, requisitos e critérios diferenciados para a aposentadoria.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa, para prosseguimento da discussão.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 733, DE 2005**

**Requeremos Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Ariovaldo Paim, irmão do Senador Paulo Paim, ocorrido hoje, em São Paulo.**

Requeremos, nos termos do art. 218, do regimento interno, a inserção em ata de Voto de Pesar, pelo falecimento, ocorrido hoje em São Paulo, do Sr. Ariovaldo Paim, irmão do Senador Paulo Paim.

Requeremos, também, que este Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família do Dr. Ariovaldo Paim e, especialmente ao Senador Paulo Paim.

#### **Justificação**

O Voto de Pesar que ora requeremos é uma homenagem de sentimento e de solidariedade ao ilustre Senador Paulo Paim, pela perda do irmão, Sr. Ariovaldo Paim.

Sala das Sessões, 29 de junho de 2005. – **Pedro Simon – José Agripino**, Líder do PFL – **Sérgio Zambiasi – Arthur Virgílio**, Líder do PSDB – **José Jorge**, Líder da Minoria.

#### **REQUERIMENTO Nº 734, DE 2005**

**Requer Voto de Aplauso ao Hospital Universitário Getúlio Vargas, de Manaus, AM, pelo transcurso de seu 40º aniversário de criação.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do regimento interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Hospital Universitário Getúlio Vargas; de Manaus–AM, pelo transcurso, no dia 27 de junho de 2005, do seu 40º aniversário de criação.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso proposto seja levado ao conhecimento do Diretor Dr. Sérgio Ferreira Filho e, por seu intermédio, a toda a equipe médica, os auxiliares e funcionários administrativos do Hospital.

#### **Justificação**

A homenagem que ora formulo justifica-se pela relevância da atuação do Hospital Universitário Getúlio Vargas; pertencente à Universidade Federal do Amazonas. Dedicado ao atendimento das populações mais desprotegidas do Estado, esse hospital é também uma verdadeira escola, confundindo-se, aliás, com a história da Medicina no Amazonas.

Sala das Sessões, 29 de junho de 2005. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Convoco sessão deliberativa extraordinária do Senado, a realizar-se hoje, às 16 horas e 59 minutos, para a terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 16 horas e 54 minutos.)*

# Ata da 95ª Sessão Deliberativa Extraordinária, em 29 de junho de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência do Sr. Renan Calheiros

ÀS 16 HORAS E 59 MINUTOS ACHAM-SE PRE-  
SENTES AS SRAS. E OS SRS. SENADORES

## SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA ÀS 14:30 HORAS

Período : 29/6/2005 07:33:45 até 29/6/2005 21:20:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X		PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X		PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X		PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X		PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CARÉPA	X		PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
PFL	BA	ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	X		Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X		Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PMDB	MA	ANTÔNIO LEITE	X		PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X		PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X		Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X		PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X		PP	DF	VALMIR AMARAL	X	
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	X		PMDB	RR	WIRLANDE DA LUZ	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X						
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X						
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X						
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X						
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X						
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X						
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X						
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X						
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X						
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X						
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X						
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X						
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X						
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	X						
P-SOL	AL	HELOÍSA HELENA	X						
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X						
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X						
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X						
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X						
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X						
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X						
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X						
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X						
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X						
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X						
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X						
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X						
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X						
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X						
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X						
Bloco-PL	ES	MAGNÓ MALTA	X						
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	X						
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	X						
PFL	PE	MARCO MACIEL	X						
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X						
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X						
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	X						
PDT	PR	OSMAR DIAS	X						
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	X						
Bloco-PPS	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	X						
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X						
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X						
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X						
PSDB	CE	RÉGINALDO DUARTE	X						
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X						
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X						

**Compareceram: 73 Senadores**



**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A lista de presença acusa o comparecimento de 73 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, pela Liderança da Minoria, por cinco minutos.

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA) – Sr. Presidente, indago a V. Ex<sup>a</sup> em que posição estou eu inscrito.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex<sup>a</sup> está inscrito devidamente e será o próximo orador a assomar à tribuna.

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA) – Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG. Pela Liderança da Minoria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, volto a esta tribuna para tratar de um assunto que, particularmente, sempre me preocupa muito, que é a exatidão dos números. Sou da área de ciências exatas, como analista de sistemas e engenheiro mecânico, e sempre me preocupa muito que o Governo venha usando números incorretos. Há duas semanas, utilizei a tribuna para lembrar de números incorretos e da comparação de métodos diferentes por parte do Governo com relação ao emprego.

Hoje, quero fazer da tribuna uma breve comunicação sobre mais um exagero demográfico por parte do Presidente da República. Em pronunciamento à Nação, na semana passada, o Presidente Lula disse que a transposição do rio São Francisco vai atender 12 milhões de famílias do Nordeste brasileiro. Foi isto: 12 milhões de famílias do Nordeste brasileiro.

Pois bem, pela geografia e demografia brasileira, podemos estimar que 12 milhões de famílias vão significar entre 48 e 60 milhões de pessoas, com quatro ou cinco pessoas por família. Ora, o Nordeste brasileiro tem 47 milhões e 741 mil pessoas. O Presidente disse que a transposição vai atender a 12 milhões de famílias, podendo chegar, então, a 60 milhões de pessoas, mas o Nordeste tem 47 milhões e 741 mil pessoas. Pelo censo do IBGE, são 13 milhões na Bahia; 7,9 milhões em Pernambuco; 7,4 milhões no Ceará; 5,6 milhões no Maranhão; 3,5 milhões na Paraíba; 2,8 milhões no Piauí; 2,8 milhões no Rio Grande do Norte; 2,8 milhões em Alagoas; 1,8 milhão em Sergipe.

A transposição, entretanto, não atingirá todos os Estados nem todas as regiões. Os números disponíveis pelos estudos sobre a transposição mostram que, na verdade, serão atendidas, na Paraíba, no eixo leste, 400 mil pessoas e, no eixo norte, 211,5 mil; no Rio

Grande do Norte, cerca de 328 mil pessoas; no Ceará, 2,2 milhões de habitantes, pessoas concentradas em Fortaleza. Essa soma atinge 3.139.500 pessoas.

Portanto, levaram o Presidente da República a um erro, a um exagero demográfico enorme. É preciso que as pessoas que o assessoram preparem os números de maneira mais adequada. No importante pronunciamento feito à Nação – era o momento correto de fazê-lo –, o Presidente Lula disse que 12 milhões de famílias serão beneficiadas pela transposição. Sabemos que não é verdade. São três milhões de pessoas, bem diferente de 12 milhões de famílias, que chegariam a 60 milhões de habitantes.

Por isso, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, registro essa diferença enorme em relação aos números apresentados pelo Governo. Faço essa breve comunicação em nome da Liderança do meu Partido no sentido de mostrar que o Governo precisa ter mais cuidado com os números que divulga, para ter credibilidade. Já houve erro quanto ao número de empregos, quanto ao número de habitações construídas, e comete-se um claríssimo erro quando se diz que a transposição beneficia 12 milhões de famílias ou 60 milhões de pessoas. Na verdade, é um vigésimo desse montante: três milhões de pessoas, se a transposição porventura ocorrer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão.

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, por muitos anos, tentamos, no Congresso Nacional, votar a emenda da reforma da Previdência.

Todos sabemos das dificuldades por que passa a Previdência brasileira. Apresentando um déficit da ordem de R\$40 bilhões por ano, superior a todo o investimento do Governo Federal, tornava-se insustentável a situação dela própria.

Todavia, por se tratar exatamente de uma questão de fundamental importância, mas que mexia profundamente nos direitos adquiridos, a referida reforma, por muitos anos, patinou pelas Comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal sem ser votada.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA) – Concedo o aparte ao Senador Eduardo Suplicy, com todo o prazer.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Registro um momento importante para o esporte brasileiro, porque a Seleção brasileira está jogando tão

excepcionalmente bem que foi aplaudida de pé pelos alemães. Ela acabou de marcar 4x0 numa das partidas mais belas, que fez grande parte das pessoas que estavam assistindo vibrar com a Seleção. Era a boa notícia que gostaria de dar a um Senador brasileiro, Senador Edison Lobão.

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> por ter trazido o encanto que faltava ao meu discurso.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Permite-me um aparte, Senador Edison Lobão?

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA) – Concedo o aparte ao Senador Arthur Virgílio.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Consta que V. Ex<sup>a</sup> foi um grande meio-campista no Maranhão nos bons tempos da juventude, enfim, muito bem gozada aquela época. É verdade?

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA) – Em parte, é verdade. Era o ponta-direita. (Risos.)

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, afinal, assumi a Presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e decidi que alguma coisa precisava ser feita antes que ruísse todo o sistema previdenciário brasileiro. Pusemos em votação essa emenda, que tramitava paulatinamente pelas comissões do Senado, nomeei Relator o Senador Tião Viana, que fez um trabalho admirável. Durante semanas e semanas, discutimos exaustivamente essa matéria.

Realizamos audiências públicas, ouvimos interessados, autoridades e encaminhamos a votação. Devo dizer que alguns Senadores da Comissão se destacaram no exame dessa matéria tão importante. Cito os Líderes José Agripino, Arthur Virgílio, Aloizio Mercadante, o Líder Jefferson Péres, o Líder do PT e tantos Líderes que se dedicaram ao exame e encaminhamento de votação dessa importante matéria.

Mas chegamos ao final, Sr. Presidente, no instante da votação, e verificamos que direitos adquiridos ao longo de décadas estavam sendo gravemente afetados pela votação da emenda que havia sido concebida. Paramos, então, para pensar um pouco, o Presidente da Comissão, o Relator, os Líderes, e chegamos à conclusão de que seria indispensável a votação daquela matéria, sim, mas também de uma PEC a quem demos o nome de PEC paralela, para corrigir alguns dos excessos que estavam sendo introduzidos na primeira.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA) – Não tivesse havido essa criatividade, que é própria da imaginação dos políticos, não teríamos votado a primeira PEC da Previdência Social.

Sr. Presidente, creio que realizamos um bom trabalho. Amenizamos a situação crítica da Previdência com essa emenda constitucional votada. Foi à Câmara e, agora, volta alterada. Uma das alterações é aquela que diz respeito à reivindicação legítima dos delegados de Polícia Civil e dos oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA) – Sr. Presidente, sou favorável a essa iniciativa que beneficia os nossos policiais brasileiros. Este é um País imenso, que depende fundamentalmente, para sua segurança, do aparelho policial. Se é assim, devemos prestigiá-los também com a nossa atenção e com a possibilidade – ainda não é uma realidade, mas será uma possibilidade – concreta de melhoria em seus vencimentos, o que eles merecem de sobra.

Eles têm, portanto, a minha solidariedade e o meu apoio.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela, por até cinco minutos.

Em seguida, darei a palavra, com muita satisfação, à Senadora Ideli Salvatti.

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Brasil todo aguarda a votação da PEC Paralela, que é de fundamental importância. Temos que ter a responsabilidade de votar o quanto antes, se possível ainda hoje, essa matéria, que é relevantíssima para milhões e milhões de brasileiros.

Sr. Presidente, com relação a esse assunto, penso que todos os argumentos já foram exauridos, esgotados, e não há mais nada a acrescentar.

Eu gostaria apenas de chamar a atenção para o problema dos agricultores. Há, hoje, cerca de 20 a 30 mil agricultores nas imediações do Congresso Nacional e do Palácio do Planalto, fazendo, naturalmente, seu protesto, e automaticamente apresentando suas reivindicações, a meu ver, muito justas.

Vim a esta tribuna inúmeras vezes dizer que a agricultura brasileira está asfiziada, e os produtores, desesperados. Uma situação inédita. A agricultura brasileira nunca passou por uma fase tão negra como a que está passando. Alertei inúmeras vezes os Ministros. Pessoalmente, falei com o Ministro Antônio Palocci, com o Ministro da Agricultura e com milhares de pessoas próximas do Presidente a fim de atender às reivindicações dos agricultores, a meu ver extremamente justas.

A primeira delas diz respeito ao seguro-rural. O mundo inteiro tem seguro-rural, o Brasil não. O agricul-

tor tem que dar um salto no escuro todo ano. E, quando tem uma frustração de safra, tem que vender suas propriedades: a terra, a casa, o automóvel, assim por diante. O México, há nove anos, adotou o seguro-rural, que é um sucesso. Atualmente, exporta muito mais do que o Brasil. A Argentina e outros países da América do Sul também adotaram.

A segunda diz respeito aos genéricos. Os agricultores estão cansados de pedir genéricos para a agricultura. Nós, seres humanos, estamos usando genéricos, a preços mais baratos. As plantas não podem ter remédios genéricos. Quer dizer, os agricultores estão nas mãos de quatro ou cinco multinacionais, que colocam o preço que querem, e os agricultores são obrigados a comprar porque não têm outra opção. Não podem comprá-los em países vizinhos, como o Paraguai, onde um remédio que no Brasil custa R\$600, naquele país custa R\$150 ou R\$200. O agricultor brasileiro não pode comprar porque a Polícia Federal prende e processa, como há muitos processados. Se há genéricos para nós humanos, por que não conceder a fabricação de genéricos para a agricultura, que baixaria os preços?

São decisões políticas, decisões de Governo que não são tomadas: seguro-rural, genéricos e prorrogação. Prorrogação, naturalmente. Os agricultores não têm como pagar. Como vão pagar? O prazo tem que ser prorrogado mesmo.

São três medidas que o Governo tomaria sem problema algum. Mas não. Estão aí 20 mil a 30 mil agricultores e não sei quantas máquinas e tratores. O Governo tem que antecipar essas coisas, tem que discutir, tem que evitar e que atender as reivindicações justas.

Hoje, ouvi alguém dizer que era reivindicação de ricos. Não interessa se é rico ou se é pobre. O que interessa é a justiça das reivindicações. Se são justas, têm que ser atendidas, seja para rico, para pobre, para quem for. O que tem que se questionar é se são justas. E, a meu ver, são justas.

**O Sr. Ramez Tebet** (PMDB – MS) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador Maguito Vilela?

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO) – Concedo o aparte, com muito prazer, ao ilustre Senador Ramez Tebet, representante do Mato Grosso do Sul e, automaticamente, do Centro-Oeste brasileiro.

**O Sr. Ramez Tebet** (PMDB – MS) – Senador Maguito Vilela, é com muito prazer que ouvimos V. Ex<sup>a</sup>, que fala em nome de Goiás. Aliás, ontem, quando procurei visitar algumas caravanas do meu Estado, notei a pujança do Estado que V. Ex<sup>a</sup> representa. Notei que o Estado de Goiás está com presença maciça. Junto minha voz à voz de V. Ex<sup>a</sup>, mais uma vez. Ocupei a tribuna não com o brilhantismo com que V. Ex<sup>a</sup> ocupa, e tenho aparteado todos os Senadores que estão

sensíveis à crise da agricultura. Como V. Ex<sup>a</sup> disse, o seguro existe nos grandes países do mundo, estamos pagando caríssimo pelos insumos, a política cambial também tem prejudicado a agricultura, e até a inclemência do tempo tem prejudicado. Tudo isso a exigir, como V. Ex<sup>a</sup> diz, urgentes providências por parte do Governo a fim de minorar a grave crise por que passam os agricultores do País. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO) – Agradeço muito e, sem dúvida, acolho as palavras de V. Ex<sup>a</sup>, que enriquecem meu pronunciamento.

V. Ex<sup>a</sup> abordou a questão do dólar. Os agricultores compraram com dólar. E estão vendendo, agora, com o dólar bem menor. Quer dizer, não estão recebendo por seus produtos nem o preço de produção. Nem o preço de produção está sendo coberto!

É uma situação grave, uma situação difícil, e o Governo tem que ter sensibilidade e procurar atender a reivindicações. Neste país, é fácil ser comerciante, ser industrial. Todavia, ser produtor de alimentos é quase que um ato de heroísmo, nas atuais circunstâncias.

Portanto, Sr. Presidente, quero aqui manifestar, mais uma vez, meu apoio a todos os agricultores brasileiros.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Antes de conceder a palavra à Senadora Ideli Salvatti, peço a atenção da Casa para designar uma Comissão formada pelos Senadores Maguito Vilela, Lúcia Vânia, Heloísa Helena, Sérgio Guerra, Presidente da Comissão de Agricultura do Senado Federal, e Jonas Pinheiro para que possam conversar com os manifestantes que se encontram em frente ao Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria de cumprimentar as Senadoras e os Senadores aqui presentes e que não se encontram no cafezinho assistindo ao emocionante jogo do Brasil.

Ontem, não tive a oportunidade de fazer o registro, mas quero fazê-lo hoje, a respeito de uma matéria publicada no **Valor Econômico** e que diz respeito a um assunto que já tive a oportunidade de trazer em outras ocasiões a esta tribuna. O assunto diz respeito à tratativa que vem dentro de um conjunto de ações que o Governo Lula vem adotando com relação ao setor da construção civil. Todos nós sabemos que esse é um setor que tem grande capilaridade, que tem um repique econômico, de aquecimento da economia, em todos os cantos do País, e emprega muitos trabalhadores. Desempenha, portanto, um papel econômico



de fundamental importância no desenvolvimento, no emprego, na geração de oportunidades. Normalmente, a construção está vinculada ou a obras públicas ou a habitação, moradia, tanto as financiadas pelos recursos públicos como as financiadas pelo sistema financeiro. Entre as inúmeras medidas adotadas, várias já passaram pelo Congresso Nacional, como as questões de desoneração tributária, medidas adotadas para incentivar o Sistema Financeiro da Habitação, a questão do patrimônio de afetação, que modificou as relações entre os que constroem e os que compram, os que adquirem imóveis para habitação. Todas essas medidas são extremamente importantes. Têm dado um resultado significativo porque aumentou o volume, além de os recursos alocados pelo Governo Federal, pelo Governo Lula, na área de habitação, terem crescido de forma significativa, comparando-se com os dados anteriores. Houve um aquecimento, tanto que o setor da construção civil teve, agora nesse último período, uma criação, uma geração de empregos, como há 10 anos, há 11 anos, não tínhamos no Brasil.

Ontem, na matéria do **Valor Econômico** veio a público... Quando o Presidente assinou o Fundo Nacional de Habitação Popular, na primeira emenda para a qual os brasileiros colheram assinaturas – projeto de iniciativa popular –, houve uma cerimônia muito emocionante no Palácio. O Presidente da República foi, como cidadão, um dos que subscreveram o projeto. Naquela solenidade, o Presidente Lula já havia sinalizado que, além das medidas adotadas para o setor da construção civil, estava estudando a possibilidade de termos uma redução de impostos, uma modificação no sistema de crédito voltada, exatamente, para a construção civil, para aqueles materiais básicos da construção civil. É o que aquece todo esse mercado. É o que se costuma chamar de “efeito formiguinha”. É aquela pequena reforma, aquele pequeno cômodo que a pessoa vai construindo em sua casa de mutirão, em parceria com a família. Isso, efetivamente, traz um aquecimento para o setor tanto da indústria da construção civil, quando do comércio.

O Ministro Furlan, na reunião do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, disse de forma muito explícita que há uma grande possibilidade de preparação desse kit da construção civil, com propostas para a redução de tributos incidentes sobre materiais como cimento, tintas e outros produtos usados para reformas de casas. Essa iniciativa visaria ampliar o tal “comércio formiguinha” na construção civil. Então não poderia deixar de citá-la até porque esse debate, essa discussão foi levantada no final do ano passado pelo setor do comércio de construção civil no meu Estado, Santa Catarina. Fizemos, no início do ano, a primeira audiência com o Ministro Furlan. Todo esse debate vem sendo realizado, acabou se transformando numa

pauta nacional e, agora, estamos exatamente focando esse tema para que se concretize.

A proposta do Ministro Furlan é que esse assunto seja incluído na medida provisória que ensejou uma série de reduções tributárias ao longo de todo o debate e que já está tramitando na Câmara. Portanto, se tivermos a capacidade de concluir a negociação, ainda que por meio de emenda nessa MP, que já tramita na Câmara, poderemos obter avanço para esse setor.

Sr. Presidente, se V. Ex<sup>a</sup> me conceder mais um ou dois minutinhos, gostaria, apenas para depois não me inscrever novamente, de falar da minha emoção ao obtermos **quorum**, neste plenário, para votarmos hoje a PEC paralela.

Essa PEC, elaborada por iniciativa do nosso querido Senador Tião Viana, Relator dessa proposta da reforma da Previdência, foi aprovada, debatida, discutida, negociada à exaustão aqui no Senado e que, infelizmente, depois ficou muito tempo na Câmara. Agora está de volta, e estamos, a partir do Parecer do Senador Rodolpho Tourinho, em condições de votar o Parecer apresentado. É muito importante para nós que seja votado sem risco de retorno à Câmara.

Que possamos promulgar questões importantíssimas como a regra de transição, aquela situação – e lembro muito bem, foi o Senador Paulo Paim o primeiro a levantar a questão de que deveria ter uma justiça – dos que começam a trabalhar muito cedo e que, portanto, acumulam um tempo de contribuição. Não consideramos justo que eles continuem trabalhando ainda mais para alcançar a idade. Então a regra de transição é exatamente para tentar diminuir, minimizar essa situação, fazendo justiça ao trabalhador, estabelecendo que, para cada ano a mais trabalhado, haja um ano a menos na exigência da idade. Essa regra é de fundamental importância.

Todo o Magistério brasileiro está aguardando pela aprovação dessa regra. Como professora da rede estadual, sei que se há um setor onde se começa a trabalhar muito cedo é o Magistério. Por isso, obtermos uma aposentadoria com cinco anos a menos do que os demais trabalhadores, a diferença entre homens e mulheres, no ensino fundamental, no ensino médio, na educação infantil – a grande maioria, em algumas situações, quase que a totalidade é de mulheres – é aguardada por todo o Magistério brasileiro.

Por último, quanto à inclusão previdenciária, a PEC paralela faz justiça ao criar uma condição diferenciada para aqueles que não têm hoje acesso à Previdência. Pretende-se que esses, através de tempo de contribuição diferenciado, de valor diferenciado, de percentual diferenciado, possam ser incluídos e, ao final da vida, possam auferir uma aposentadoria de um salário mínimo e aí...

*(Interrupção do som.)*



**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Só mais um minutinho, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com muito prazer, Senadora.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – ... incluem-se setores significativos da população brasileira, entre eles as mulheres donas-de-casa que se dedicam, ao longo de toda a sua vida, ao cuidado da sua família. Por isso eu faço aqui o apelo.

Fico até emocionada quando, no Relatório do Senador Rodolpho Tourinho, S. Ex<sup>a</sup> lembra algo que a gente, às vezes, até se esquece: eu fui a primeira signatária da PEC paralela e, mais do que ninguém, estou com muita força, vontade e disposição, que consigamos construir a condição para votar e sancionar de imediato esses importantes... São catorze pontos que seriam imediatamente sancionados, promulgados, e entrariam em vigor, beneficiando algo em torno de cinco milhões de brasileiros que estão aguardando ansiosamente a promulgação da PEC paralela.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência designa, com muita satisfação, a nobre Senadora Maria do Carmo Alves para representar o Senado Federal na reunião do Conselho da Justiça Federal, a realizar-se amanhã, em Aracaju, Sergipe.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à

## ORDEM DO DIA

### Item único:

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 77-A, DE 2003

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 358 do Regimento Interno.)*

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências.

Parecer nº 1.032, de 2005, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Relator: Senador Rodolpho Tourinho.

O parecer é favorável, concluindo pela apresentação das Emendas de nºs 1 a 8, do Relator, sendo que as de nºs 2, 4, 5 e 6, do Relator, estão consolidadas no texto da Emenda nº 7, do Relator, com proposta

de retorno à Câmara dos Deputados; e a de nº 8, do Relator, com proposta de texto a promulgar.

Completada a instrução da matéria, a Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões consecutivas, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre, neste momento, a terceira sessão de discussão.

Em discussão a proposta e as emendas.

Para discutir, concedo a palavra ao nobre Senador Juvêncio da Fonseca. S. Ex<sup>a</sup> tem até dez minutos.

**O SR. JUVÊNIO DA FONSECA** (PDT – MS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o projeto da PEC paralela, aprovado aqui, foi à Câmara Federal onde, através de emendas, se incluiu, para que fossem beneficiados com subtetos, os delegados de polícia, os fiscais de renda, os procuradores e outros servidores públicos federais.

Voltando a esta Casa, o projeto hoje é submetido à discussão para aprovação.

O Relatório do eminente Relator Senador Rodolpho Tourinho abrigou todas as questões da PEC paralela, para que pudéssemos votar aqui, com consciência, este projeto tão sentido pelo povo brasileiro, pela demora no cumprimento do acordo aqui capitaneado pelo ilustre Senador Paulo Paim e que hoje chega às nossas mãos novamente para o final de discussão e aprovação pelo Senado Federal.

O eminente Relator, Senador Rodolpho Tourinho, em razão da inclusão dessas autoridades policiais fazendárias e procuradores no subteto, disse o seguinte no seu relatório:

A última alteração feita pela Câmara dos Deputados também não nos parece poder ser acolhida. A inserção de um novo subteto para algumas categorias funcionais do Poder Executivo, dos Estados e do Distrito Federal, implicará um aumento do respectivo limite remuneratório, podendo permitir pagamento considerado excessivo a alguns agentes públicos e crescimento das despesas públicas com pessoal.

Eu peço permissão ao ilustre Relator para divergir dessa colocação em seu relatório. Vamos especificar apenas os delegados de Polícia e as outras autoridades elencadas neste artigo. Esse subteto, pela simples alusão ao subteto, a simples fixação de subteto, sem falar em valores, não significa, em hipótese nenhuma, aumento de despesa. Apenas fixa teto, não piso.

Quantas vezes nós falamos isso aqui nos corredores do Congresso Nacional? Quantas vezes expli-

camos a todos os Senadores e Deputados que essa é a interpretação séria, justa, perfeita desse acréscimo que fez a Câmara dos Deputados e o fez muito bem? Observem bem os senhores que talvez a impossibilidade da votação seja em razão da contrariedade de alguns Governadores de Estado que dizem que haverá aumento da despesa e que não vão suportar essa despesa. Não é verdade. Fixação de teto não é fixação de piso. Não têm obrigação de pagar aumento nenhum.

O Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, no meu Estado, em documento desta data, 29 de junho de 2005, diz assim:

O Governo do Estado de Mato Grosso do Sul já fixou a prática, como teto, para remuneração de delegado de Polícia e fiscais de renda, o subteto do Poder Judiciário. Portanto, por parte dessa Administração não há oposição na inclusão dessas categorias na denominada PEC Paralela.

O simples fato de se adotar o subteto não significa que se adotou um piso. Esse mesmo procedimento se deu em nove Estados: Paraná, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Rio de Janeiro, Amazonas, Pernambuco e Tocantins. E nem assim esses Estados estão pagando o subteto fixado por lei. E nós sabemos que aqui há diversos ex-Governadores, ex-Prefeitos municipais que sabem como se procede à fixação do salário dos servidores.

Se tem um teto, não é piso. Somente por meio de uma proposta de lei na Assembléia Legislativa ou Câmara Municipal é que se faz aumento do salário, dos vencimentos. Sem essa proposta, não haverá aumento. Portanto, a simples fixação de teto não significa aumento. Tanto isso é verdade que todos esses Estados adotaram subteto e não há nenhum Estado falido. Por que esses Estados estão reclamando, estão afirmando categoricamente esse fato sem que correspondam à realidade? Principalmente quando se beneficia delegado de Polícia; sem falar nos demais. Por que o salário de delegado é diferenciado do salário de desembargador, do Ministério Público e de todas as outras autoridades, embora também o exercício dessa função é de exclusividade: o delegado não pode exercer outra atividade. Tem que ter também nível superior, ser bacharel em Direito. Apesar de tudo isso, seus vencimentos têm de ser diferenciados. Por quê? Quantas e quantas vezes vimos e conhecemos a luta de um delegado de Polícia lá na periferia de uma cidade, numa pequena delegacia, trabalhando intensamente, arriscando a própria vida para compor a questão social? Diante disso, o que as autoridades hoje estão acolhendo como justiça para essa função tão perigosa? Ainda alegam que, se pagarem, o Estado terá grave prejuízo. Grave prejuízo é o Estado não pagar bem esses agentes da Administração Pública.

O servidor mal pago é um mal servidor, é um servidor descontente; o serviço não será desempenhado como deve. Portanto, sou favorável à aprovação da PEC Paralela com o destaque oferecido pelo Senador Romeu Tuma, ou seja, a inclusão desses servidores no subteto, conforme está bem explicitado e bem colocado aqui na sua justificativa pelo ilustre Senador Romeu Tuma.

Concedo aparte ao nobre Senador Ramez Tebet.

**O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS)** – Senador Juvêncio da Fonseca, está V. Ex<sup>a</sup> brilhante na argumentação, até porque quis esclarecer à Casa que, sendo aprovado o destaque, não significa aumento automático para essas categorias. É evidente que não! V. Ex<sup>a</sup> está esclarecendo muito bem. O aumento de servidor público é feito por lei de iniciativa do Governador do Estado. Isso é vedado ao Parlamento. Então não há risco nenhum, sustento eu – e V. Ex<sup>a</sup> melhor do que eu –, na aprovação do destaque encabeçado pelo Senador Romeu Tuma. Meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS)** – Meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>. Muito obrigado Senador Ramez Tebet.

Eu acrescentaria o seguinte: que há uma resistência na aprovação dizendo que outras categorias vão reivindicar. E aí como é que ficará? Ora, as outras categorias que trabalhem no sentido de buscar soluções também para o seu específico problema, que aqui estará o Congresso Nacional pronto para receber essas informações, essas reivindicações e trabalhar, como estamos trabalhando nesta PEC, para a sua aprovação.

**O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL)** – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão, para o prosseguimento da discussão.

**O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL)** – Convoco sessão deliberativa extraordinária do Senado, a realizar-se hoje, às 17 horas e 40 minutos, para procedermos à quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003.

**O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL)** – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 17 horas e 38 minutos.)*

# Ata da 96ª Sessão Deliberativa Extraordinária, em 29 de junho de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência do Sr. Renan Calheiros.

ÀS 17 HORAS E 40 MINUTOS ACHAM-SE PRE-  
SENTES AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

## SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA ÀS 14:30 HORAS

Período : 29/6/2005 07:33:45 até 29/6/2005 21:20:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X		PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X		PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X		PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X		PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X		PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X		Bloco-PT	MT	SÉRYSLHESSARENKO	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X		Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PMDB	MA	ANTÔNIO LEITE	X		PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X		PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X		Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X		PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X		PP	DF	VALMIR AMARAL	X	
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	X		PMDB	RR	WIRLANDE DA LUZ	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X						
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X						
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X						
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X						
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X						
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X						
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLÉIDE	X						
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X						
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X						
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X						
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X						
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X						
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X						
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	X						
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X						
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X						
Bloco-PT	SC	IDÉLI SALVATTI	X						
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X						
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X						
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X						
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X						
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X						
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X						
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X						
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X						
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X						
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X						
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X						
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X						
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X						
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X						
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	X						
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	X						
PFL	PE	MARCO MACIEL	X						
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X						
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X						
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	X						
PDT	PR	OSMAR DIAS	X						
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	X						
Bloco-PPS	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	X						
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X						
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X						
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X						
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X						
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X						
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X						

**Compareceram: 73 Senadores**

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A lista de presença acusa o comparecimento de 73 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à

## ORDEM DO DIA

Item único:

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 77-A, DE 2003

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 358 do Regimento Interno.)*

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências.

Relator: Senador Rodolpho Tourinho.

Parecer nº 1.032, de 2005, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Relator: Senador Rodolpho Tourinho.

O parecer é favorável, concluindo pela apresentação das Emendas de nºs 1 a 8, do Relator, sendo que as de nºs 2, 4, 5 e 6, do Relator, estão consolidadas no texto da Emenda nº 7, do Relator, com proposta de retorno à Câmara dos Deputados; e a de nº 8, do Relator, com proposta de texto a promulgar.

Completada a instrução da matéria, a Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões consecutivas, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre, neste momento, a quarta sessão de discussão.

Em discussão a proposta e as emendas.

Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho para discutir a matéria. S. Exª dispõe de até dez minutos.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente,

Srªs e Srs. Senadores, a PEC paralela da Previdência originou-se de um acordo de Lideranças que possibilitou a aprovação da Reforma da Previdência, ficando os itens não consensuais para aprovação posterior.

Percebe-se que a Reforma da Previdência (Emenda Constitucional nº 41) não concebeu uma regra de transição que contemplasse de forma adequada aqueles servidores que já possuíam significativo tempo de contribuição ou aposentados e pensionistas atingidos pelas modificações geradas. Além disso, Sr. Presidente, a Emenda Constitucional não se deteve a situações especiais como a dos servidores aposentados por invalidez.

Dessa forma, a função primordial da PEC paralela consiste em humanizar a Reforma da Previdência. Garantir os avanços obtidos com a Reforma, contudo, rever as distorções e injustiças advindas dela.

Um dos principais avanços da Reforma da Previdência, objeto de consenso no Senado Federal, já que a proposta original de isentar os aposentados por invalidez da contribuição dos inativos não foi aprovada, foi a de apenas taxar essa categoria de inativos a partir do dobro do teto instituído para os outros servidores. A Câmara dos Deputados manteve sabiamente o texto do Senado Federal. Vejo que essa proposta vai ao encontro de uma justa reivindicação dos aposentados por invalidez. O aposentado por invalidez possui características bem específicas, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores: primeiro, em razão de sua aposentadoria, ele é impedido por lei de exercer qualquer atividade remuneratória na iniciativa privada; segundo, em virtude da doença ou do acidente que o incapacitou para o trabalho, o aposentado por invalidez tem a necessidade de dispor de uma parte substancial do que percebe para a compra de medicamentos ou custeio de tratamento de saúde.

Outro ponto a se destacar na PEC paralela é a adoção de uma regra de transição mais clara que não penalize os servidores que estejam em idade próxima à exigida para a aposentadoria, bem como a situação de aposentados e pensionistas atingidos pela Reforma, estabelecendo uma transição menos gravosa. O relatório do Senador Rodolpho Tourinho preserva o “espírito” da PEC, que foi objeto de consenso da Casa, já que a Câmara inverteu a solução concebida pelo Senado, concedendo a paridade às pensões enquadradas na “Regra 95”, mas retirando o direito à paridade dos pensionistas enquadrados nas regras de transição que haviam sido criadas pela Emenda Constitucional nº 41.



O Relator propõe, Sr. Presidente, com propriedade, que incorporem a proposta advinda da Câmara, mas que retornemos à paridade dos pensionistas aos ativos e inativos, pois, como bem afirmou o Senador Rodolpho Tourinho, “a supressão fere de morte o ponto principal da PEC paralela”.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quanto ao piso estabelecido para Governadores de Estado, equivalente a 50% do subsídio em espécie dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, apesar de o eminente Relator ser contrário a essa concessão, deve-se compreender que, se não houver um piso para esses salários, os Governadores poderão utilizar o achatamento dos seus salários como forma de não possibilitar aos servidores do Executivo melhoria salarial.

Outro aspecto importante da PEC paralela é o que trata o § 4º do art. 40, que faz a ressalva dos servidores que poderão receber tratamento diferenciado pelo regime da Previdência: I – portadores de deficiência; II – que exerçam atividades de risco; III – cujas atividades sejam exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

Outra grande inovação da PEC paralela foi abranger – o Regime Geral da Previdência Social – as donas-de-casa e os trabalhadores sem vínculo empregatício. A questão, no entanto, depende de regulamentação legal para entrar em vigor e se destinará às trabalhadoras e donas-de-casa de baixa renda.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, muitas outras conquistas poderiam ser elencadas com relação à PEC paralela. O que há de se lamentar aqui – mas devemos deixar de lado a lamentação – é que se tenha demorado tanto a aprovar essa PEC principalmente na Câmara dos Deputados onde ela passou mais de um ano esperando ser votada enquanto que aqui no Senado da República ela foi gerada, foi concebida, e votada num prazo muito curto.

Deve-se isso à pertinácia, à sensibilidade, à obstinação do Senador Paulo Paim, que sempre clamou pela votação imediata e urgente da PEC paralela. Deve-se a S. Ex<sup>a</sup> um gesto importante. S. Ex<sup>a</sup> transpôs os umbrais do Senado Federal para negociar na Câmara dos Deputados para convencer os Srs. Deputados e as Sr<sup>as</sup> Deputadas a votarem a PEC paralela. Por isso, na tarde de hoje, a exemplo de outros Senadores e Senadoras, homenageio o Senador Paulo Paim, porque sei que ele, que poderia estar vivendo um dia de alegria, de satisfação, pela votação da PEC Paralela, entretanto, está vivendo um momento triste na sua vida com o desaparecimento do seu irmão mais velho, o mais velho dos dez irmãos Paim. Mas o Senador aqui está e, conforme disse no seu pronunciamento, autorizado pela sua família, vai continuar aqui para que possamos votar a PEC Paralela.

A ele e a tantos outros – não sei se estou cometendo injustiça –, ao Senador Tião Viana, ao Senador Rodolpho Tourinho, Relator, as minhas homenagens, na certeza de que votaremos a PEC Paralela imediatamente, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não mais havendo quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa, para prosseguimento da discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Convoco sessão deliberativa extraordinária do Senado, a realizar-se hoje, às 17 horas e 53 minutos, para a quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 17 horas e 51 minutos.)*

# Ata da 97ª Sessão Deliberativa Extraordinária, em 29 de junho de 2005

## 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência do Sr. Renan Calheiros

ÀS 17 HORAS E 53 MINUTOS ACHAM-SE PRESENTES  
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

### SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA ÀS 14:30 HORAS

Período : 29/6/2005 07:33:45 até 29/6/2005 21:20:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS		X	PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO		X
PMDB	PI	ALBERTO SILVA		X	PFL	SP	ROMEU TUMA		X
Bloco-PT	SP	ALOÍZIO MERCADANTE		X	PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL		X
PSDB	PR	ALVARO DIAS		X	PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA		X
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA		X	PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI		X
²FL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES		X	Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO		X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES		X	Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO		X
²MDB	MA	ANTÔNIO LEITE		X	PSDB	CE	TASSO JEREISSATI		X
²SDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO		X	PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO		X
²DT	RR	AUGUSTO BOTELHO		X	Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA		X
²FL	BA	CÉSAR BORGES		X	PMDB	RO	VALDIR RAUPP		X
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE		X	PP	DF	VALMIR AMARAL		X
Bloco-PT	MS	DELCIDIO AMARAL		X	PMDB	RR	WIRLANDE DA LUZ		X
²FL	GO	DEMÓSTENES TORRES		X					
²FL	MA	EDISON LOBÃO		X					
²SDB	MG	EDUARDO AZEREDO		X					
²SDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS		X					
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCY		X					
²FL	PB	EFRAIM MORAIS		X					
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE		X					
²TB	RN	FERNANDO BEZERRA		X					
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS		X					
SDB	PA	FLEXA RIBEIRO		X					
MDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO		X					
-SOL	AC	GERALDO MÉSQUITA JÚNIOR		X					
MDB	ES	GERSON CAMATA		X					
MDB	AM	GILBERTO MESTRINHO		X					
MDB	MG	HÉLIO COSTA		X					
-SOL	AL	HELOISA HELENA		X					
FL	PI	HERÁCLITO FORTES		X					
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI		X					
DT	AM	JEFFERSON PÉRES		X					
MDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA		X					
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBÉRIE		X					
²L	MT	JONAS PINHEIRO		X					
²L	SC	JORGE BORNHAUSEN		X					
²L	RN	JOSÉ AGRIPINO		X					
²L	PE	JOSÉ JORGE		X					
MDB	PB	JOSÉ MARANHÃO		X					
MDB	AP	JOSÉ SARNEY		X					
DT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA		X					
²DB	SC	LEONEL PAVAN		X					
²DB	GO	LÚCIA VÂNIA		X					
MDB	PA	LUIZ OTÁVIO		X					
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA		X					
MDB	GO	MAGUITO VILELA		X					
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA		X					
²L	PE	MARCO MACIEL		X					
²B	RR	MOZARILDO CAVALCANTI		X					
MDB	PB	NEY SUASSUNA		X					
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR		X					
DT	PR	OSMAR DIAS		X					
MDB	AP	PAPALÉO PAES		X					
Bloco-PPS	CE	PATRICIA SABOYA GOMES		X					
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM		X					
MDB	RS	PEDRO SIMON		X					
MDB	MS	RAMEZ TEBET		X					
MDB	CE	REGINALDO DUARTE		X					
MDB	AL	RENAN CALHEIROS		X					
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO		X					

Compareceram: 73 Senadores

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A lista de presença acusa o comparecimento de 73 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à

## ORDEM DO DIA

Item único:

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 77-A, DE 2003

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 358 do Regimento Interno)*

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências.

Parecer nº 1.032, de 2005, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Relator: Rodolpho Tourinho.

O parecer é favorável, concluindo pela apresentação das Emendas de nºs 1 a 8, do Relator, sendo que as de números 2, 4, 5 e 6, do Relator, estão consolidadas no texto da Emenda nº 7, do Relator, com proposta de retorno à Câmara dos Deputados; e a de número 8, do Relator, com proposta de texto a promulgar.

Completada a instrução da matéria, a Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões consecutivas, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre, neste momento, a quinta e última sessão de discussão.

Sobre a mesa, emenda que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Gilberto Mes-trinho.

É lida a seguinte:

EMENDA Nº 9-PLEN  
(À PEC Nº 77ª DE 2003)

I – Altere-se a redação do inciso XI do art. 37 da Constituição Federal, constante da PEC 77 A/2003, na forma que segue:

Art. 37.....

XI – a remuneração e o subsídio aos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, Dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio dos Prefeitos, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo, o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores, delegados de Polícia de Carreira, Advogados e agentes Fiscais Tributários dos Estados, do Distrito Federal, organizados em carreira, Policiais e Bombeiros Militares dos Estados e do Distrito Federal e aos Defensores Públicos (NR).

### Justificação

O texto da reforma da previdência em todas as suas versões tem trazido muita polêmica devido à péssima redação e má técnica legislativa, pois nunca se viu no parlamento um inciso constitucional que mais parece uma dissertação, tudo isso devido à tentativa de alcançar uma redação completa, esquecendo-se dos demais dispositivos constitucionais.

Assim, essa emenda procura colocar topograficamente o texto na Constituição, como por exemplo, o limite remuneratório dos Desembargadores que deve estar no art. 93 e no art. 37; ao mesmo tempo observa a melhor técnica legislativa subdividindo o inciso.

Outro aspecto que tem causado muita polêmica é estabelecer quais são as carreiras exclusivas de Estado que também ficarão no teto do Desembargador, e entendemos que a melhor redação é aquela que preserva a autonomia política e administração do Ente federado, dentro do seu Poder Constituinte derivado

decorrente, enumerando-se as principais carreiras que exercem atividades exclusivas de Estado em conformidade com o que prescreve o art. 247 da Constituição Federal, dentre elas o tratamento isonômico para os Procuradores, Agentes Fiscais, Delegados de Polícia, Advogados e Oficiais Militares.

Essas são as razões que nos levam a apresentar esta Emenda e temos a certeza que os nobres Pares darão o apoio necessário à sua aprovação.

Sala das Comissões, de de 2005. – **Heloísa Helena.**

Sala das Sessões, em de 2005.

*Heloísa Helena* SENADOR LEONEL PAVAN  
*José Sarney*  
*Augusto Botelho*  
*Mozartillo*  
*FLEXA RIBEIRO*  
*Alfredo*  
*Alfredo*

ASSINATURAS PARA EMENDA À PEC Nº 77-A / 2003

NOME	ASSINATURA
1- <i>[assinatura]</i>	<i>HECÍCLITO</i>
2- <i>Heloísa Helena</i>	<i>Heloísa Helena</i>
3- <i>[assinatura]</i>	<i>WIRLANDE DA CUNHA</i>
4- <i>[assinatura]</i>	<i>ALTON FREITAS</i>
5- <i>ARVALDO DIAS</i>	<i>[assinatura]</i>
6- <i>[assinatura]</i>	<i>CÉSAR BORGES</i>
7- <i>GERARDO MESQUITA JR</i>	<i>[assinatura]</i>
8- <i>[assinatura]</i>	<i>José Sarney</i>
9- <i>[assinatura]</i>	
10- <i>[assinatura]</i>	<i>BALISACI</i>
11- <i>[assinatura]</i>	<i>MAGNO MALTA</i>
12- <i>[assinatura]</i>	
13- <i>[assinatura]</i>	<i>ALDO REPP</i>
14- <i>[assinatura]</i>	<i>MOZARTILDO</i>
15- <i>[assinatura]</i>	<i>[assinatura]</i>
16- _____	_____
17- _____	_____
18- _____	_____



EMENDA Nº 10-CCJ  
(à PEC nº 77-A, de 2003)

Dê-se ao inciso XI do art. 37 e ao § 11 do art. 40 da Constituição Federal, na forma do art. 1º da PEC 77-A, de 2003, a seguinte redação:

“Art. 37.....  
.....

XI – a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e, nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a 90,25% (noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores, aos Defensores Públicos, aos Delegados de Polícia, aos Advogados e aos Agentes Fiscais Tributários dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira;

..... (NR)”

“Art. 40.....  
.....

§ 11. Aplica-se o limite fixado no art. 37, XI, à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da

acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o regime geral de previdência social.

..... (NR)”

### Justificação

Esta emenda tem por escopo suprimir do inciso XI do art. 37 a expressão “e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória” e do § 11 do art. 40 da Constituição Federal a expressão “e ao montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma desta Constituição, cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, e de cargo eletivo.”

Mediante essa alteração, afastamos a aplicação do teto à soma dos proventos de aposentadoria com remunerações de cargo efetivo, comissionado ou eletivo. Tanto essas remunerações quanto os proventos em si estariam sujeitos individualmente ao teto remuneratório, mas não a soma destes com aquelas. Trata-se de medida de justiça, uma vez que a situação atual se revela discriminatória em relação a aposentados que assumem novas funções públicas. O direito aos proventos foi adquirido em virtude dos anos de serviços prestados. Submetê-lo a uma restrição dessa natureza significa atentar contra um patrimônio intangível, legitimamente incorporado à esfera de direitos do indivíduo.

Demais disso, a diminuição dos valores percebidos a título de remuneração representa uma ofensa ao princípio da isonomia, pois o aposentado que assumiu novas funções estará prestando os mesmos serviços que outro ocupante de cargo idêntico e recebendo remuneração inferior, apenas e tão-somente porque é aposentado. Em outras palavras, o fato de ele ter trabalhado durante anos a serviço da nação é tomado como motivo para punição.

Com o objetivo de corrigir essa odiosa distorção, apresentamos a presente emenda, para a aprovação da qual solicitamos o apoio de nossos pares.

Sala da Comissão, **Hélio Costa**.

EMENDA Nº 9 – CCJ, À PEC 77- A, DE 2003

ASSINATURA	NOME
	VÁLDIN STAUPE
	Nezário AZEVEDO
	MAGUETO VILELA
	Luiz OTSUKA
	MAGNO MALTA
	José Maria
	Wickberg

	GATIBUSCELLO
	Luiz Jaime
	MARCELO
	Ney SASSANO
	ALBERTO SILVA
	Capitão
	Sergio Sauer
	H. Helena

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em discussão a proposta e as emendas. (Pausa.)

Concedo a palavra à nobre Senadora Heloísa Helena, para discussão da proposta e da emenda da PEC paralela.

Antes, se V. Ex<sup>a</sup> desejar, eu queria comunicar à Casa que esta Presidência designou uma comissão para conversar com os agricultores que se encontram em frente ao Congresso Nacional. O Senador Jonas Pinheiro pediu a palavra para fazer um informe dessas conversações.

Peço permissão à Senadora Heloísa Helena para, inicialmente, conceder a palavra ao Senador Jonas Pinheiro. Em seguida, V. Ex<sup>a</sup> terá direito à falar. Vamos ouvir, também, o Senador Sérgio Guerra, que é Presidente da Comissão de Agricultura do Senado Federal.

Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro.

**O SR. JONAS PINHEIRO** (PFL – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não é novidade para esta Casa o que está acontecendo. Quantas vezes assumimos esta tribuna para pedir especial atenção para o desespero que existe no campo. Não há como o agricultor pagar suas contas. O que ele produziu, ou perdeu com a seca, ou está estocado nos seus armazéns sem preço. Oferecem R\$19,00 para o arroz no Rio Grande do Sul, quando o custo de produção varia entre R\$28,00 e R\$29,00.

Hoje, por volta das 14 horas, fizemos uma parte da negociação. Posso citar como exemplo recurso para pagamento da dívida com fornecedores, máquinas, equipamentos, fungicidas, inseticidas, herbicidas e fertilizantes.

O BNDES vai disponibilizar R\$3 bilhões. O produtor vai pagar, desse recurso, para pagamento desses insumos, juro da TJLP, que está em torno de 9% ao ano, mais 5%. Acontece que esses 5% estão sendo negociados pelo próprio Governo, para que as empresas que vão receber esse dinheiro e que já ganharam muito dinheiro nesses últimos anos paguem os 5% além da TJLP, que, como disse, será paga pelo produtor.

Outra reivindicação são as moléculas para a produção de agrotóxicos. O veneno, do outro lado da divisa do Brasil, é 70% mais barato do que aqui, porque lá eles vendem a molécula para formular o produto. No Brasil, esse produto não é vendido como genérico, mas como marca, e é caríssimo. Portanto, o que pedem os produtores? O Governo acenou com a possibilidade de importar essas moléculas para produzir esses insumos genericamente, com facilidade, para não ficar prejudicado pela Anvisa, pelo Ibama ou pelo Ministério da

Agricultura, que, às vezes, para autorizar um produto, passa três anos analisando-o.

O problema do seguro-rural é importantíssimo. É lei. O Governo cortou o dinheiro que incluímos no Orçamento para este ano. O Governo promete participar com a cota dele no seguro-rural do País. A dívida do Pesa e da securitização está no Tesouro Nacional de forma indevida, porque o Pesa e a securitização foram feitos entre o Banco do Brasil e o produtor, de acordo com o que reza o crédito rural. E hoje estão sendo processados no Cadin os produtores que não conseguem ou não conseguiram pagar a conta.

Existe uma comissão, que será formalizada amanhã, que, no prazo de trinta dias, vai sugerir o que fazer com a securitização e com o Pesa, que não pode ser pago este ano. Portanto, quem vinha pagando normalmente até o ano de 2004 e este ano não pode pagar em função da crise da agricultura vai ter uma solução para isso.

Por outro lado, o recurso para a política de garantia de preço mínimo, que nós queríamos que fosse R\$2 bilhões, o Governo já liberou R\$400 milhões e em setembro vai liberar mais R\$600 milhões. É pouco, mas garante, de certa forma, a negociação, a compra, ou então o processo de EGF (Empréstimo do Governo Federal) e AGF (Aquisição do Governo Federal) e outros mecanismos de comercialização do nosso produto agrícola.

Qual o assunto que afeta hoje os produtores que estão aqui na frente, que basicamente são os agricultores do Rio Grande do Sul? É o preço do arroz.

O Governo oferece de R\$22,00 a R\$23,00 a saca. O custo de produção é de R\$29,00 a R\$30,00 a saca, e os agricultores aceitam R\$25,00. Portanto, é muito pouca coisa para o Ministro Antonio Palocci criar toda essa celeuma. São apenas R\$2,00 a mais por saca de arroz.

O segundo ponto, que tem que ser negociado agora, é a prorrogação das dívidas de custeio no Banco do Brasil este ano. O Governo, Sr. Presidente, quer prorrogar apenas por um mês a dívida, justificando que se prorrogar por um ano faltará dinheiro para financiar a lavoura deste ano. Todavia, um mês não resolve o problema. É isto também o que querem os produtores, que a dívida no Banco do Brasil possa ser negociada para o próximo ano.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte, Senador?

**O SR. JONAS PINHEIRO** (PFL – MT) – Permita-me apenas falar do terceiro aspecto da negociação, que é a interrupção da cobrança judicial, porque, se não houver a suspensão da cobrança judicial, não adianta ter dinheiro para a agricultura, porque o pro-

dutor não terá acesso a esse crédito, em razão da sua inadimplência.

São esses três aspectos que queremos negociar, agora, no Palácio, onde uma comissão de agricultores, por meio dos seus líderes e dos Deputados Federais da Comissão de Agricultura, já está sentada negociando esses três aspectos para resolvermos o problema que temos aí fora.

Concedo o aparte ao Senador Ney Suassuna.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Senador Jonas Pinheiro, quero me solidarizar com V. Ex<sup>a</sup> e com todos os agricultores. No caso da Paraíba, a negociação, principalmente com o Banco do Brasil, e a não-cobrança judicial são primordiais, por uma razão muito simples: neste ano, além de tudo, tivemos irregularidade nas chuvas, então, não tivemos a primeira safra, e a chuva que caiu tardiamente não permitiu uma safra até agora. Existem aqui e ali algumas manchas que provavelmente vão dar algo. Mas para nós é primordial, por isso estamos solidários com a luta dos agricultores e com V. Ex<sup>a</sup>, que sempre foi nesta Casa um defensor da agricultura.

**O SR JONAS PINHEIRO** (PFL – MT) – Obrigada, prezado Líder.

Vamos ouvir outro aparte.

**O Sr Leonel Pavan** (PSDB – SC) – Senador Jonas Pinheiro, eu gostaria de alertar para o seguinte: talvez os Senadores aqui não tenham tomado conhecimento ainda do que está acontecendo lá fora. Estivemos em uma comissão a Senadora Heloísa Helena, os Senadores Jonas Pinheiro, Sérgio Guerra, eu, Eduardo Suplicy, Maguito Vilela, além da Senadora Lúcia Vânia, representante de Goiás. Os agricultores estão organizados, muito organizados. Querem inclusive invadir o Congresso. Os tratores estão ligados, e são centenas deles. Os agricultores estão super revoltados, não queriam receber sequer a Comissão do Senado. Eles estavam realmente muito agitados e deram um tempo. Se não for resolvido hoje, ninguém vai segurá-los. São mais de 10 mil pessoas; são dois ou três mil tratores ligados, e os agricultores estão querendo entrar aqui. A Polícia não vai dar conta. O Senador Jonas Pinheiro, com muito brio, falando com um megafone, conseguiu conter a fúria, por enquanto. Esperamos que o Presidente da República se sensibilize e reveja a sua proposta, senão hoje poderá acontecer algo que será muito ruim para a Nação brasileira. Os agricultores estão organizados, e quem esteve lá sentiu a revolta, a emoção de mulheres, de homens, de senhores, de idosos, todos revoltados. Então, Senador Jonas Pinheiro, é preciso que V. Ex<sup>a</sup>, que está comandando esse processo de negociação, adiante isso ao Presidente, para que não tenhamos algo mais grave ainda hoje.

Ficam aqui os meus cumprimentos, porque V. Ex<sup>a</sup> conseguiu conter, pelo menos por enquanto, a fúria e a revolta dos agricultores que estão prontos para entrar no Congresso, se nós não dermos hoje uma definição que eles tanto esperam.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, direi poucas palavras porque o nosso companheiro Senador Leonel Pavan foi extremamente realista. Não é situação simples, mas complicada. Subestimá-la é um grave erro.

Há muito tempo Senadores aqui vêm levantando essa questão com bastante contundência, mas ela não tem sido enfrentada no tempo devido, da forma adequada. Efetivamente, estamos diante de um quadro que considero de extrema gravidade. Não é apenas mais uma manifestação na frente do Congresso. Não é apenas uma categoria indignada, é uma população, que ali se fazia representar, com toda a esperança perdida e com capacidade de atuar de forma completamente fora do controle. A liderança lá já não conseguia falar mais com ninguém. A própria liderança do movimento não conseguia ser ouvida. Tivemos sorte e prudência. Tivemos a ajuda do Senador Jonas Pinheiro, a inteligência da Senadora Heloísa Helena, o trabalho da Senadora Lúcia Vânia, a palavra dos Senadores Leonel Pavan e Maguito Vilela. Envidamos todo o esforço possível, mas é preciso que esta Casa tome consciência da gravidade real deste fato. Tenho vinte anos de Parlamento e nunca vi nada parecido com o que vi hoje.

**A Sr<sup>a</sup> Lúcia Vânia** (PSDB – GO) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, Senador Jonas Pinheiro?

**O SR. JONAS PINHEIRO** (PFL – MT) – Sr. Presidente, concluo o pronunciamento. V. Ex<sup>a</sup> me pediu que desse uma explicação sobre a situação. Evidentemente, as Senadoras Lúcia Vânia e Heloísa Helena gostariam de falar sobre o mesmo tema.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concederei a palavra a S. Ex<sup>as</sup> com muita satisfação. Muitíssimo obrigado, Senadores Jonas Pinheiro e Sérgio Guerra, Presidente da Comissão de Agricultura do Senado Federal.

Mais do que nunca entendo que é extremamente importante termos bom senso e serenidade. O papel dessa Comissão que designamos é relevante para que possamos negociar uma solução. O que não pode acontecer é a continuidade de pressão sobre o Congresso Nacional, que nunca deu as costas ao País, muito menos à agricultura. Temos feito todo o possível



para colaborar com a solução, quer seja com relação à renegociação de dívida, quer seja com relação à recomposição do orçamento do Ministério da Agricultura.

É claro que sabemos que os agricultores perderam renda, que a safra caiu, mas o Congresso tem feito a sua parte. E fazemos um apelo para que o Poder Executivo faça a sua para sairmos daqui com uma negociação que eventualmente atenda aos dois lados, aos agricultores e ao interesse nacional.

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo pela sensatez de suas palavras. Mas eu gostaria aqui de chamar a atenção do Líder José Agripino para o esforço que os Senadores Jonas Pinheiro e Sérgio Guerra têm feito aqui na Comissão de Agricultura, pois ambos têm responsabilidade com o setor. E esse esforço não tem tido nesta Casa a força que entendemos ser necessária, Senador José Agripino Maia. V. Ex<sup>a</sup> é um homem sensato e sabe que tanto o Senador Jonas Pinheiro como o Senador Sérgio Guerra são ponderados, sensatos, equilibrados. Se hoje S. Ex<sup>as</sup> assumem a tribuna, no comando desta Comissão, para dizer que a situação é grave, eu gostaria que as Lideranças de Oposição e de Situação e o próprio Presidente do Partido dedicassem um tempo para aprofundarem-se nesse assunto.

Eu estive com o Deputado Ronaldo Caiado, em nome do Senado Federal, junto com o Presidente Lula e os demais deputados vinculados à agricultura. Naquela ocasião, o Presidente comprometeu-se conosco a anunciar hoje uma série de medidas que viessem ao encontro da reivindicação dos produtores. No entanto, segundo informação do Senador Jonas Pinheiro, algumas dessas reivindicações foram atendidas; não foram repassadas às pessoas, porque se estavam aguardando as 18 horas, horário em que o Presidente se comprometeu a anunciar. E a situação é mesmo de extrema gravidade. Sei disso, porque há aqui seis mil pessoas e três mil tratores de Goiás, e vi aquelas pessoas do meu Estado, que são, por índole, acanhadas e tímidas, com um poder de agressividade que me assustou. Isso não é próprio do goiano, principalmente do produtor rural. Se a situação chegou a esse ponto, significa que é extremamente grave.

Portanto, fica aqui o nosso alerta.

Cumprimento a Senadora Heloísa Helena, pela força e pelo carinho que as pessoas têm por S. Ex<sup>a</sup>; o Senador Sérgio Guerra, sensato; os Senadores Jonas Pinheiro, Leonel Pavan, Maguito Vilela, o Senador Suplicy e todos aqueles que puderam cumprir a missão determinada por V. Ex<sup>a</sup>.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Lúcia Vânia.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Agripino. Em seguida, à Senadora Heloísa Helena, se ainda desejar falar sobre a negociação com os agricultores.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, citado que fui pela Senadora Lúcia Vânia, desejo dizer a V. Ex<sup>as</sup> que ontem estive no encontro das lideranças do campo, que se reuniram na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, e lá encontrei os Parlamentares mais ligados ao setor, a começar pelo Presidente daquela Comissão, o Deputado Ronaldo Caiado, e o Senador Sérgio Guerra.

Sr. Presidente, compreendo perfeitamente a revolta incontida dos agricultores que estão postados em frente ao Congresso, com os tratores que estão penhorados ou em processo de penhora, porque eles não vão poder pagar. Está afixado nos motores: “financiado”, “financiado”, “financiado”. Sei o porquê da revolta dos agricultores.

Não são os agricultores do meu Nordeste, que são verdadeiros heróis, porque lutam contra todo tipo de adversidade, e que têm uma situação de imensa dificuldade com relação a débitos. A inadimplência dos agricultores pequenos do Nordeste chega a quase 40% com o dinheiro tomado dos fundos constitucionais e chega a 65% na repactuação da securitização. Eu, o Senador Renan Calheiros, a Senadora Heloísa Helena, o Senador Antonio Carlos Valadares já fomos ao Ministério da Fazenda algumas vezes cuidar da repactuação dessas dívidas.

Entretanto, o que está acontecendo com os agricultores de Mato Grosso, de Goiás, do Tocantins, do Mato Grosso do Sul, do Brasil do Centro-Oeste, da agricultura venturosa que, no ano passado, produziu exportações que significaram 41% das exportações brasileiras e que neste ano caíram para 36%? Estão angustiados, Sr. Presidente, por algo que aconteceu com eles e que eles viram acontecer diante da impabilidade do Governo, que foi o responsável pela sua debacle: a taxa de juros.

A taxa de juros tanto encareceu os seus empréstimos como baixou a cotação do dólar. Eles fundaram suas safras com o dólar valendo R\$3,10; compraram fertilizante, semente e tudo mais com o dólar a R\$3,10. Mas a taxa de juros alta no Brasil, 13% real, fez com que os dólares do mundo todo viessem para cá e a superoferta determinasse a queda da cotação cambial, prejudicando a quem? A eles, os agricultores, que assistiram ao Governo promover o espetáculo da queda do valor do real em relação ao dólar, impassível.

Então, eles vieram para cá, protestar. A indignação deles deve-se ao fato de muitos deles, há anos, plantarem, colherem, pagarem suas dívidas, e seguirem vivendo com decência; comprarem camionete, melhorarem a casa, subindo de vida. De repente, estão entrando em uma pior e vêm para a porta do Congresso Nacional.

Desejo dizer à Senadora Lúcia Vânia o que disse ontem aos representantes da categoria: o Governo entende a linguagem do confronto. Na hora em que bloquearmos votações, o Governo chegará com soluções. Não tenho dúvida em dizer que o meu Partido apoiará, junto com Lideranças de outros Partidos, uma manifestação firme em defesa da agricultura brasileira.

As providências solicitadas foram aqui muito bem enumeradas pelo Senador Jonas Pinheiro. O que se quer, S. Ex<sup>a</sup> já disse. Com a palavra, o Governo, que se orgulha tanto do produto agrícola brasileiro, que se jacta tanto e se vangloria tanto de ter, no seu território, uma das mais competitivas agriculturas do mundo. Está na hora de ele preservar esse patrimônio, antes que seja tarde, porque os tratores estão roncando. Entre a roncadeira dos tratores e a falência do sistema, estamos pertinho.

Aqueles que estão aqui perto e aqueles com quem falei ontem podem estar certos de que a Liderança do PFL se juntará às Lideranças de outros Partidos para defender, junto ao Governo, os seus interesses e aquilo que significa, na verdade, a sua sobrevivência.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, fiz parte da comissão designada pela Presidência da Casa para tentar estabelecer, juntamente com todos os Senadores citados aqui e mais a Senadora Lúcia Vânia, mecanismos de negociação com os pequenos e médios produtores que estavam lá fora.

Vimos de tudo: senhores de muita idade que não conseguiam conter as lágrimas, senhoras que gritavam a dor de seu filho, gestos carinhosos como o de nos dar uma flor, atravessando mansamente o lago. No entanto, vimos também outros fatos muito interessantes.

Primeiramente, assistimos às pessoas gritando o que elas entendem ser o Congresso Nacional. Não adianta alguns Parlamentares apresentarem projetos, não adianta alguns Parlamentares se identificarem com o setor. De fato, a multidão está lá fora gritando mensalão! mensalão! e outras palavras mais graves contra o Congresso Nacional, porque é assim mesmo que as pessoas vêm esta Casa. Não adianta dizer-

mos que Parlamentar cumpre parte, que Congresso cumpre parte...

O Senador Eduardo Suplicy viu exatamente o que estava ocorrendo lá fora. O motivo dessa manifestação é o fato de o Governo, meu querido Senador Suplicy, não ter política nem para sem-terra nem para “com-terra”. Muitos que estavam lá fora, muitos Senadores aqui e muitos Deputados lá, que várias vezes fizeram discursos contra os sem-terra quando ameaçavam invadir o Palácio do Planalto – do Governo – e o Congresso Nacional, viram hoje as suas próprias bases, os pequenos, os médios e os grandes produtores absolutamente aterrorizados com suas próprias condições, querendo também invadir e ocupar o Congresso Nacional.

E por quê? Porque o Congresso Nacional não se respeita. Se ele se respeitasse... O Deputado Pauderney Avelino está certo: o Presidente não respeita o Congresso Nacional, porque este não se respeita. Quanto a muitas medidas e outras matérias que estão para ser votadas, na semana passada, inclusive, a base de bajulação do Governo foi à Comissão de Assuntos Econômicos impedir a aprovação de projetos que tratam da repactuação da dívida do setor produtivo rural. Muitos.

É por isso que eles estão lá fora a esbravejar. S. Ex<sup>a</sup> meu querido Senador Eduardo Suplicy viu e emocionou-se. Conheço S. Ex<sup>a</sup> e sua emoção quando ficou diante daquilo que estava sendo verbalizado. As pessoas estão lá fora querendo invadir o Congresso Nacional, porque este não se respeita, funciona como um anexo arquitetônico medíocre diante do Palácio do Planalto e é incapaz de votar projetos que tratem da correção das distorções do saldo devedor, da repactuação da dívida, da política de preços. Ele é incapaz de agir assim, porque quem manda no Congresso Nacional, quem lhe põe o garrote é o Presidente Lula e o Ministro da Fazenda.

**O Sr. Leonel Pavan** (PSDB – SC) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Ouço com prazer primeiramente o Senador Eduardo Suplicy e depois a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Leonel Pavan, contando com a delicadeza e a tolerância da Mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senadora Heloísa Helena, V. Ex<sup>a</sup> está falando pela ordem, não podendo ceder apartes nem ao Senador Eduardo Suplicy tampouco ao Senador Leonel Pavan.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Pronto. Então, os dois podem se inscrever para falar sobre os andamentos dos trabalhos pela ordem.

Senador Suplicy e Senador Pavan, eu teria o maior prazer em lhes conceder o aparte, mas ambos podem se inscrever e falar pela ordem.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiramente, quero cumprimentá-lo pela forma democrática com que exerce seu trabalho

Senadora Heloísa Helena, quando chegamos, o povo gritava “mensalão, mensalão, mensalão”, mostrando que está revoltado com essa situação, e quem estava lá eram os Senadores. Em seguida, o grito foi aumentando e começaram a gritar “fora PT!”, devagarzinho. De repente, eram mais de dez mil pessoas gritando “fora PT!”. Eu não vi lá o agricultor Marcos Valério. Vimos lá agricultores mesmo que diziam: “Nós precisamos comer. Temos que plantar, temos que comer, queremos sobreviver”. Lá, eles estavam organizados. Então, quero dizer à Senadora Heloísa Helena que, entre outros gritos, o que lá ouvimos foram palavras de ordem contra o Presidente, contra o PT e contra a corrupção, que, infelizmente, está empobrecendo a classe política do nosso País.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Senador Eduardo Suplicy, concedo a palavra, pela ordem, a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, achei importante que V. Ex<sup>a</sup> tenha designado uma comissão de Senadores para dialogar com os agricultores que estão lá fora.

É uma situação inusitada, Sr. Presidente, porque é fato que o acesso ao Congresso Nacional está impedido, continua impedido. Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, trata-se de uma situação inusitada, porque o acesso ao Congresso Nacional continua obstruído. Ainda ontem, quando isso aconteceu, conversamos com as lideranças do “tratoação”, que desobstruíram a passagem. Mas agora é tal a situação de ânimo, de preocupação, de ansiedade entre os agricultores, que eles continuam a colocar os seus tratores nas vias de acesso ao Congresso Nacional, que se encontra, portanto, cercado e obstruído. Se, porventura, algum Senador estiver querendo entrar de carro pela entrada normal do Congresso Nacional, pela chapalaria, ele não conseguirá, tendo de vir por outro lugar ou a pé.

Pude testemunhar, Sr. Presidente, o que outros Senadores informaram: de fato, há um sentimento de rebelião, de protesto, muito forte, com respeito aos con-

gressistas como um todo. É fato que gritaram “mensalão” quando um grupo de oito Senadores fomos até lá. É fato que também gritaram “fora PT!”. Ouvi isso. Eu era o Senador do PT que estava lá. Senti isso como algo que às vezes somos obrigados a ouvir, em função de fatos que estão acontecendo em nosso País, no Congresso Nacional. Portanto, é importante que estejamos dispostos a ouvir ora as manifestações de aplauso, ora as manifestações de protesto.

Foi importante, Sr. Presidente, que tivéssemos ido lá para evitar que ocorresse qualquer violência, qualquer situação que não fosse de respeito à Casa dos representantes do povo. A situação ainda não está calma, Sr. Presidente, e é necessário um esforço ainda maior de todos nós para superar este grave problema.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Em discussão a proposta e as emendas, em primeiro turno.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena. (Pausa.)

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Desculpe-me, Sr. Presidente, mas o Senador Tião Viana estava me trazendo uma coisa muito séria agora.

É o destaque?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A proposta, a PEC e as emendas.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Esta é a última sessão?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – É a última sessão, exatamente.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – É porque fui cumprir a outra tarefa, Sr. Presidente.

Esta é a última sessão de discussão?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – É a última.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, eu falo depois do Senador Romeu Tuma então.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – E a emenda de V. Ex<sup>a</sup> já foi lida.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Eu estou inscrito para discutir, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex<sup>a</sup> quer discutir, deseja discutir?

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Quero, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>, Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Eu vou só fazer uma referência ao que já falei da tribuna.

O Relator, que fez um bem elaborado relatório, suprimiu a emenda, que, por unanimidade, praticamente, foi aprovada na Câmara, que prevê a inclusão das carreiras jurídicas, principalmente delegados de polícia, agentes fiscais e procuradores, no teto das carreiras jurídicas. E com essa supressão, teremos uma grande dificuldade em colocar, moralmente, os delegados de polícia como membros da carreira jurídica. É uma recomposição que se faz da Constituição anterior a 1988, quando foi retirado. Assim, estou apresentando um destaque para reconsideração e reintegrar aqui no Senado essa emenda aprovada na Câmara, para ser aprovado de acordo com o que veio.

Há outras que estão sendo apresentadas sobre as polícias militares e há outras emendas em discussão. Então, vou pedir destaque daquela que foi aprovada na Câmara, praticamente por unanimidade, por mais de 400 votos contra 13 ou 14 votos, pois o Relator, com quem conversei, e minhas lideranças, que me autorizaram inclusive a apresentar a emenda, estão sob pressão governamental. Os Governadores estão dizendo que isso traz problema orçamentário. Não traz, Sr. Presidente, porque o teto não representa aumento do orçamento, ele só fixa até quanto pode ganhar, porque, se mexesse no orçamento, todos que estão no teto de hoje teriam tido aumento, e há dois anos que não há aumento. Então, quem concede aumento é o Governador, pela Assembléia Legislativa.

Dessa forma, defendo, se for preciso, o meu destaque, que já está sobre a mesa.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, com a palavra o Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós da Oposição estamos preocupados com o que está acontecendo na Câmara. Na realidade, o Governo retirou a MP 249, retirou três urgências constitucionais, ainda não foi encaminhada aquela MP 241, que votamos ontem, de tal maneira que a idéia lá é votar a CPI da compra de votos e do mensalão juntas, o que hoje tentamos evitar.

Assim, eu gostaria de perguntar a V. Ex<sup>a</sup> se essa do mensalão, da compra de votos é exatamente aquela na qual estão como primeiros assinantes os Deputados Janene, Waldemar Costa Neto e Sandro Mabel, que são os mais acusados, vamos dizer assim. Eu gostaria de perguntar a V. Ex<sup>a</sup> se está mantida a reunião do Congresso para hoje à noite, para que possamos ler a CPI do Mensalão.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Exatamente, Senador José Jorge. Está mantida a convocação para logo mais às 20 horas, para que possamos ler o requerimento que cria a Comissão Parlamentar de Inquérito do chamado mensalão. Vou estar pronto precisamente, como da vez anterior, às 20 horas para iniciarmos a sessão e fazermos a leitura do requerimento.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, só para encerrar. Em relação à MP 241, V. Ex<sup>a</sup> vai mandar ainda hoje para a Câmara Federal?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou mandar. Estou ultimando a remessa da medida provisória.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Cabral.

**O SR. SÉRGIO CABRAL** (PMDB – RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei breve. Quero apenas, Sr. Presidente, nesta quinta e última discussão do primeiro turno, dizer que mantenho a minha coerência com a votação de 2003, quando houve aqui uma postura bem clara em defesa do Estado brasileiro, em defesa das carreiras de Estado.

Homenageio a Senadora por Alagoas Heloísa Helena e o Senador por São Paulo Romeu Tuma com esses dois destaques que vão ao encontro da defesa do Estado, do Estado de Direito Democrático, de um Estado fortalecido nas suas carreiras-chaves. A carreira do Fisco é uma carreira-chave. Estamos com essa questão da corrupção, da roubalheira. É fundamental valorizar os fiscais dos Estados, da Federação; são profissionais responsáveis pela arrecadação de tributos, para fortalecer o investimento em educação, em saúde, em segurança pública.

Por falar em segurança pública, também estou ao lado dos delegados de polícia, dos oficiais da Polícia Militar, que merecem o prestígio desta Casa, que merecem, na PEC paralela, ter o mesmo *status* das demais carreiras.

Por isso, manifesto coerência com a minha postura de 2003, nesta Casa, em defesa das chamadas carreiras de Estado. Acompanharei os destaques dos Senadores Heloísa Helena e Romeu Tuma.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, Líder do PMDB.



**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, teremos cerca de uma hora de dez minutos para votar a matéria antes da sessão do Congresso, que V. Ex<sup>a</sup> deseja abrir, impreterivelmente, às 20 horas. Hoje, poderíamos votar o projeto e, amanhã, os destaques.

Além disso, lembro que, hoje, numa CPI, três pessoas ainda serão ouvidas. Talvez fosse melhor que a Presidência da CPI pautasse de modo diferente, espaçando um pouco mais, porque não vai dar de se ouvirem três diretores hoje.

Levanto esses problemas relacionados a tempo e peço a V. Ex<sup>a</sup> que nos dê uma orientação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem peça a palavra, encerro a discussão, em primeiro turno.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de mais nada, quero concordar com a proposta dos Senadores José Agripino e Ney Suassuna no sentido de votarmos hoje o corpo da matéria e de deixarmos para adiante – com mais tempo para a maturação devida e necessária – os destaques.

Sr. Presidente, é de espantar. Tenho em mão o **Diário Oficial**. Trata-se da mais curta edição do **Diário Oficial** que já saiu no País e da mais ridícula, como disse muito bem o Senador Antonio Carlos Magalhães.

A medida provisória da Timemania é revogada por uma outra, para destravar a pauta da Câmara. Como não deu para encher a página inteira, foi publicado no **Diário Oficial**: “Você sabia que a obra **Marília de Dirceu**, do inconfidente mineiro Thomaz Antônio Gonzaga, foi impressa em 1810 na Imprensa Régia”? Eu não sabia. “Você sabia que Machado de Assis, autor de romances como **Dom Casmurro** e **Quincas Borba**, entre outros, trabalhou na Imprensa Nacional, onde chegou a ser ajudante do diretor de publicação do **Diário Oficial**”? Eu também não sabia. Li Machado de Assis mais de uma vez, praticamente todo ele. Depois há “www.in.gov.br”, que parece, sinceramente, Sr. Presidente, mais um endereço de *sex hot* do que qualquer outra coisa.

Para mim, isso é um despautério, um absurdo. É extemporâneo, é um exagero. Como disse o Senador Jefferson Péres, parece coisa de ditadura. É um desprezo e passa dos limites, Sr. Presidente.

Temos que nos posicionar diante do fato. É grave porque colocam o Presidente nessa questão. Tra-

ta-se de o Presidente da República revogando uma medida provisória para destravar a pauta para que se aprove algo, denuncio agora, como um complô. É um escândalo dentro de um escândalo. Os primeiros signatários dessa CPI são, respectivamente, os Srs. José Janene e Sandro Mabel, e a ementa é grotesca: “compra de votos de deputados do PP e do PL”. Está mal feita a ementa.

Trata-se de um complô para, segundo me passam figuras respeitadas da Câmara, como o Deputado Alberto Goldman, o Deputado Roberto Freire, o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto e o Deputado Eduardo Paes, no fundo, no fundo, tentarem controlar essa tal CPI e chegarem no máximo à cassação do Sr. Roberto Jefferson. É insano, porque não é isso que vai ocorrer; é insano porque é descabido; é insano porque é insano, Sr. Presidente.

Portanto, não podemos mais fechar os olhos a essa escalada da insensatez no País. Isso é um desrespeito ao Congresso, é uma desmoralização para a instituição congressional.

Gostaria que, por outro lado, a Câmara se reco-brasse disso e que o Senado repudiasse essa edição do **Diário Oficial** com o vigor que merece um fato dessa monta. Isso vai ficar para a história, mas para a parte de trevas da história, para a parte obscura e não para a parte brilhante da história que estamos escrevendo, para passarmos como herança para nossos menores, para nossos filhos e para nosso netos, Sr. Presidente.

Vou pedir a inserção nos Anais da Casa desse **Diário Oficial** como um momento de nódoa no Congresso Nacional. Estou começando a achar que é preciso, sim, fazermos a tal CPI mista. Eu que sou refratário, que cedi aos argumentos de que era complicado deputado ser investigado por senador, começo a entender que é preciso irmos mais fundo nisso, porque estão descendo a ladeira. Se falei em escalada da insensatez, estou falando também em descer a ladeira quando se fala de decoro. O decoro está perdendo. Estamos perdendo espaço e temos que reagir de maneira incisiva.

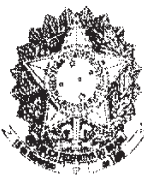
Esse **Diário Oficial** é algo que queima as nossas mãos. Isso deve ficar nos Anais do Congresso como prova do nosso repúdio a uma atitude que não engrandece, de jeito algum, o Presidente da República e o Executivo e não deixa de ser uma afronta à soberania do Legislativo, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º do Regimento Interno.)

EDIÇÃO EXTRA

ISSN 1677-7042



# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil

Imprensa Nacional



SEÇÃO

1

Ano CXLI N° 123-A

Brasília - DF, quarta-feira, 29 de junho de 2005

**Sumário**

Presidência da República..... 1

**Atos do Poder Executivo**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 254, DE 29 DE JUNHO DE 2005.

Revoga a Medida Provisória nº 249, de 4 de maio de 2005, que dispõe sobre a instituição de concurso de prognóstico destinado ao desenvolvimento da prática desportiva, a participação de entidades desportivas da modalidade futebol nesse concurso, o parcelamento de débitos tributários e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica revogada a Medida Provisória nº 249, de 4 de maio de 2005.

Art. 2º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de junho de 2005; 184ª da Independência e 117ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
*Dilma Rousseff*

**Presidência da República**

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

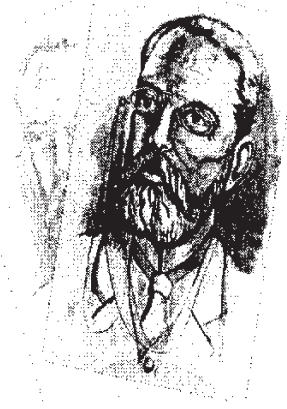
MENSAGEM

Nº 398, de 29 de junho de 2005. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto da Medida Provisória nº 254, de 29 de junho de 2005, que revoga a Medida Provisória nº 249, de 4 de maio de 2005, que dispõe sobre a instituição de concurso de prognóstico destinado ao desenvolvimento da prática desportiva, a participação de entidades desportivas da modalidade futebol nesse concurso, o parcelamento de débitos tributários e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS".


Nº 399, de 29 de junho de 2005. Encaminhamento ao Congresso Nacional o texto do projeto de lei que "Dispõe sobre a instituição de concurso de prognóstico destinado ao desenvolvimento da prática desportiva, a participação de entidades desportivas da modalidade futebol nesse concurso, o parcelamento de débitos tributários e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS".

Autorizo. Em 29 de junho de 2005.

TABELA DE PREÇOS DE JORNAL AVULSOS		
Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 04 a 25	R\$ 0,30	R\$ 2,80
de 80 a 156	R\$ 1,10	R\$ 3,50
de 160 a 250	R\$ 1,90	R\$ 4,40
de 254 a 500	R\$ 3,50	R\$ 6,00
de 504 a 824	R\$ 6,20	R\$ 8,70



...a obra "Marília de Dirceu", do inconfiante mineiro Thomaz Antonio Gonzaga, foi impressa em 1810 na Imprensa Régia?

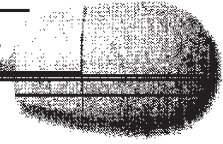


Que Machado de Assis, autor de romances como "Dom Casmurro" e "Quincas Borba", entre outros, trabalhou na Imprensa Nacional, onde chegou a ser ajudante do diretor de publicação do Diário Oficial?

O site da **Imprensa Nacional** está de **cara nova**. Visite-nos.

A informação oficial ao alcance do seu mouse.

**www.in.gov.br**



**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido nos termos regimentais.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de ponderar que, basicamente, o que está havendo na Câmara dos Deputados é um esforço grande para instalar uma CPI que investigue as graves denúncias apresentadas e que colocam sob suspeição uma parte dos Parlamentares daquela Casa. Essa é uma matéria que diz respeito ao decoro parlamentar. O decoro parlamentar é uma questão que cada Casa deve tratar com rigor e com os instrumentos que a Constituição estabelece: a Corregedoria, no caso da Câmara; o Conselho de Ética e uma CPI, CPI que possa quebrar o sigilo bancário, fiscal, telefônico, investigar e apurar. Por isso, há um esforço grande para que essa CPI seja aprovada na Câmara.

Entendi, inclusive, que esse era o sentimento majoritário dos Senadores com quem conversei, que essa CPI deveria ser feita na Câmara, porque não há Senador envolvido, nem suspeição ou denúncia referente a esta Casa. Como se trata de matéria de decoro parlamentar, deveria ser investigada no âmbito da Câmara dos Deputados.

Em segundo lugar, o Governo, ao retirar uma medida provisória, permite que essa matéria seja tratada ao longo deste ano, desta sessão legislativa. Não prejudica o andamento da matéria, inclusive porque já havia uma série de emendas e de discussões em relação ao projeto da Timemania que podem ser recuperadas no segundo semestre, com tranquilidade, aprofundadas e equacionadas do ponto de vista da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Não há prejuízo algum no que se refere à tramitação da matéria. Prejuízo haverá ao Congresso Nacional se uma CPI não for instalada para investigar esse episódio.

Hoje mesmo, pela manhã, algumas Lideranças da Oposição ponderaram que a CPI não deveria tratar do chamado “mensalão” e da compra de votos na reeleição, que esse era um fato anterior e que poderia ser tratado por uma CPI específica, e que, se houvesse uma CPI na Câmara dos Deputados que tratasse apenas da questão do “mensalão”, haveria acordo.

Ponderei isso com as Lideranças da Câmara dos Deputados e creio que há a disposição de que a CPI concentre sua investigação nas denúncias feitas recentemente. Poderíamos tratar, futuramente, desse assunto por intermédio de uma CPI específica, mas

aquela Casa tem que responder à Nação, tem que dar satisfação, tem que apurar os fatos, tanto a Corregedoria quanto o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, e este, com toda a transparência. As testemunhas estão sendo ouvidas, a imprensa está acompanhando, e todas as denúncias estão sendo apuradas. Com a CPI, fortaleceremos o processo de apuração.

Portanto, a Câmara dos Deputados deve essa resposta, deve instituir uma CPI e investigar, com todo rigor, esse episódio.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra a Senadora Heloísa Helena.

**O SR. JORGE BORNHAUSEN** (PFL – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em seguida, Senador Jorge Bornhausen, darei a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, com muita satisfação. A Senadora Heloísa Helena havia pedido a palavra anteriormente.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, acontecem muitas coisas ao mesmo tempo. Eu iria me inscrever para discutir, mas não havia mais prazo para a discussão da matéria. Dessa forma, vou deixar para discutir o mérito da tal da PEC paralela nas votações dos destaques, porque há muitos destaques para votação em separado.

Só não posso deixar de registrar e repudiar a ação do Governo. Algumas vezes, fico realmente com vontade de vomitar, **ad nauseum**, porque não posso ter de volta os melhores anos de minha vida que dei para construir essa farsa, infelizmente. E dá angústia ouvir o Líder do Governo falar. Parece cinismo, dissimulação. Pelo amor de Deus, quando as Lideranças do Governo tentam justificar isso, parece cinismo. Não sei como conseguimos agüentar o que estamos vivendo. Dizer que é problema de decoro parlamentar é mentira! O agravo da pena é que é a quebra do decoro e a cassação do mandato. O que estamos discutindo é outra coisa.

Mais uma vez, o **Diário Oficial** mostra claramente o crime de responsabilidade cometido pelo Presidente da República, que estabeleceu o balcão de negócios sujos, em que distribui cargos, prestígio, liberação de emendas, poder e mensalão, o que é crime de responsabilidade.

Infelizmente, estamos vendo uma atitude golpista do Poder Executivo contra o Congresso Nacional, o que caracteriza, claramente, crime de responsabilidade, porque impede, como manda a Constituição Federal, o livre exercício do Congresso Nacional. E espero que o Congresso Nacional se respeite. A única coisa que se espera é que o Congresso Nacional se respeite.

É só, Sr. Presidente.

Eu gostaria de me inscrever para discutir a PEC paralela nos destaques para votação em separado das emendas que o Senador Romeu Tuma, eu, o Senador Leonel Pavan tivemos a oportunidade de apresentar.

**O SR PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Bornhausen.

**O SR JORGE BORNHAUSEN** (PFL – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> tem se destacado pela maneira equilibrada com que dirige o Senado Federal. Nós não temos razão para não nos orgulharmos da condução do Senado, dirigido por V. Ex<sup>a</sup> neste momento tão difícil.

Por isso, pedi a palavra pela ordem, para salientar a responsabilidade do Parlamento, que é constituído das duas Casas: a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. O que assistimos hoje na Câmara vem denegrir a atuação daquela Casa. Com a participação direta do Presidente da República, foram retiradas uma medida provisória e três urgências constitucionais, para que viesse a ser votada uma CPI cujas assinaturas iniciais são de pessoas citadas no caso do “mensalão”.

É inadmissível que isso tenha curso, até porque, Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> sabe perfeitamente que uma CPI mista não tem poder de cassar mandato de nenhum Deputado ou Senador. Isso é uma incumbência de cada Casa.

Mas é muito mais fácil fazer com que o Congresso Nacional esteja representado como um todo, que o Parlamento possa ser respeitado, porque é uma base fundamental para o processo democrático. E que V. Ex<sup>a</sup> assuma, mais uma vez, a Liderança do Congresso Nacional e remeta imediatamente à Câmara a Medida Provisória nº 241, votada ontem, a fim de que fique isento de qualquer responsabilidade. Avise a esta Casa e ao Presidente da Câmara dos Deputados, para que o Parlamento não seja arranhado.

Confio na condução de V. Ex<sup>a</sup>. Cada Casa saberá cumprir sua responsabilidade, punindo aqueles que foram irresponsáveis, após amplo direito de defesa. Mas entendo que o Parlamento é um só, a responsabilidade é de todos, e a condução de V. Ex<sup>a</sup> deve continuar nesse caminho reto e de segurança para todos nós, Senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço as palavras de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Jorge Bornhausen.

Comunico à Casa e ao Brasil que já assinei os autógrafos da Medida Provisória nº 241, de 2005, envie à Câmara dos Deputados, determinando ao Secretário-Geral da Mesa que fizesse isso no mais curto espaço de tempo possível.

Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho para proferir parecer sobre a Emenda nºs 9 e 10.

#### **PARECER Nº 1.033, DE 2005 – PLEN**

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, dentro daquilo que eu já havia explicitado no parecer e para manter sua coerência e o acordo aqui feito em relação à PEC paralela, sou de parecer contrário.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer do Relator é contrário.

Eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup>, Senador Rodolpho Tourinho, emitisse parecer também sobre a Emenda de nº 10, do Senador Hélio Costa.

#### **COMPLEMENTO AO PARECER Nº 1.033, DE 2005 – PLEN**

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, também sobre esta emenda, eu já havia emitido parecer quando da leitura do meu relatório e, repito, para manter a coerência do meu relatório, para manter o espírito do que foi construído no acordo da PEC paralela, entendendo inteiramente as razões que levaram o Senador Hélio Costa a fazê-lo, mas, por força do acordo da PEC paralela, também mantenho o parecer contrário.

**O SR. HÉLIO COSTA** (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar o pedido de votação em separado da emenda.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, ouço V. Ex<sup>a</sup>, Senador Hélio Costa, e comunico à Casa que os pareceres do Relator Rodolpho Tourinho são contrários às emendas.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

**O SR. HÉLIO COSTA** (PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a preocupação que tive ao apresentar a emenda foi exatamente a de não deixar que se perpetuasse uma injustiça cometida com algumas categorias do funcionalismo público, na medida em que, na Câmara dos Deputados, foi feita uma emenda ao art. 37, inciso XI, pela qual se dava a uma série de categorias os mesmos benefícios daqueles de quem é exigido o diploma de bacharel em Direito.

Ora, se se exigisse do Delegado de Polícia o título de bacharel em Direito para que possa prestar concurso e, depois de aprovado, ser admitido, ele precisa ser reconhecido na sua carreira no mesmo nível daqueles dos quais também se exige o diploma de bacharel. Essa foi a única razão da minha proposta, da minha emen-



da. Infelizmente, o texto da Câmara foi modificado. Ele vinha descrevendo todos aqueles que teriam direito a ser enquadrados no art. 37, mas, quando chegou no item em que diz: "... aos delegados de polícia, aos advogados e aos agentes fiscais tributários dos Estados, do Distrito Federal, organizados em carreira...", retira-se esse texto. Esse texto foi eliminado, o que prejudicou não só os delegados de polícia do Brasil inteiro, mas também os agentes fiscais.

Temos aqui que ressaltar a objetividade da proposta que fiz, porque em nenhum momento nós estamos nos referindo a aumento de salário. Estamos, sim, pedindo o reconhecimento formal dos delegados de polícia como carreira jurídica, porque, antes de serem aprovados em concurso para o cargo, os candidatos têm de apresentar diploma de bacharel em Direito. É um pré-requisito, como está dizendo o ilustre Senador Romeu Tuma, que tem uma carreira inteira na Polícia Federal e reconhece esse direito dos delegados de Polícia.

Observe-se que para ser Delegado de Polícia em uma sociedade como a nossa, que se moderniza a cada instante, em que a Polícia precisa estar sempre pronta para receber a modernidade que vem de outros países, de outros setores, exige-se do delegado o título de bacharel para prestar o exame, para prestar o concurso. Agora, é evidente que ele tem de ser equiparado, a nível salarial, àqueles que têm carreira pautada em cima de um diploma de bacharel. Quer dizer, nada mais justo do que fazer isso.

Eu até entendo a posição do Senador Rodolpho Tourinho, ao retirar do texto da Câmara esse item em particular. Mas, considerando a inteligência, a capacidade legislativa, especialmente observando o trabalho que fez, tão bonito e tão apropriado, tão capaz e competente como Relator desta matéria tão difícil, eu pediria a S. Ex<sup>a</sup> que encontrasse um caminho para que possamos resguardar esse direito lá na frente. Já que fizemos uma PEC Paralela da PEC, eu entendo que é perfeitamente possível fazer-se uma PEC Paralela da PEC Paralela, resguardando, quem sabe, essa posição. Senador Rodolpho Tourinho, foi esse o caminho que entendi pudesse certamente, mais à frente, atender àqueles que se sentem prejudicados.

No momento em que o Brasil lamentavelmente registra cerca de 40 mil mortes violentas por armas de fogo, em que estamos perdendo mais cidadãos brasileiros, homens e mulheres, principalmente jovens, do que em uma guerra – menos de dois mil americanos morreram até agora na Guerra do Iraque, e nós perdemos 35 mil jovens na guerra do crime organizado no Brasil –, temos que fazer alguma coisa para proteger o profissional, seja ele militar, seja da Polícia Civil.

Essas pequenas coisas, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, prejudicam até mesmo aqueles que estão pensando no futuro em fazer uma carreira como Delegado de Polícia, como policial, seja militar, seja civil. Por que razão se faz uma restrição dessa? Qual a justificativa? Porque vai aumentar a folha de pagamento dos Estados – foi essa uma das razões que eu insistentemente ouvi de vários governadores. Mas não se está falando de aumento de salário e sim de reconhecimento de carreira. Para se ter aumento de salário, o governador vai ter que mandar para a Assembléia Legislativa uma proposta, que, se aprovada, será sancionada pelo governador, qualquer governador. Então, está longe de ser uma proposta de aumento de salário.

Mas, se não aprovarmos a emenda que apresentei, não fica aberto um caminho para se corrigir o erro, vamos perpetuá-lo. Quer dizer, a lei vai ser fechada em copas. Infelizmente, se não aprovarmos, neste momento, essa proposta, lá na frente, não teremos opção. Se, amanhã, o governador quiser fazer a proposta de aumento, de reconhecimento da carreira, não poderá fazê-lo porque não está na lei.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, sei que o Governo está encaminhando contra, mas o nosso Partido, o PMDB, está encaminhando a favor. Na melhor das hipóteses, o nosso Líder está dizendo aos nossos companheiros que têm algum compromisso firmado com o Governo que está liberando a Bancada, mas, pela Vice-Liderança do PMDB, votamos a favor desta proposta, porque é justa. É justa para uma categoria que está sendo prejudicada neste momento. Se não fizermos isso, lá na frente, os governadores dos Estados não vão ter opção de ajudar os profissionais da segurança pública, da Polícia Militar e da Polícia Civil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PL – RJ) – Para encaminhar, Sr. Presidente. Posso encaminhar?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pode encaminhar, mas tínhamos proposto uma outra seqüência: votaríamos os requerimentos e, depois, votaríamos os destaques, concedendo a palavra para encaminhar cada um dos destaques.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PL – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, então, vamos seguir a sua metodologia para chegarmos ao final da nossa sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Marcelo Crivella.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, Senadora Heloísa Helena.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – É só para saber se eu vou ter oportunidade de falar, porque sei que não posso pedir a palavra pela ordem, como outros pediram e entraram na discussão do tema. Sempre me sinto muito mal ou em fazer de conta que não conheço o Regimento Interno ou em fraudar o Regimento Interno, conforme o que me interessa. Então, não quero pedir a palavra pela ordem, porque quero discutir o mérito. E não existe encaminhamento para requerimento de destaque. Não existe.

Então, somente quero garantir que eu possa falar sobre estes temas, no momento em que V. Ex<sup>a</sup> entender mais oportuno.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senadora Heloísa Helena, eu queria dizer, mais uma vez, à Casa e a V. Ex<sup>a</sup> que V. Ex<sup>a</sup> falará quantas vezes for preciso. O Regimento lhe garante esse direito.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Posso falar agora?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agora, não. Agora, o Regimento não lhe garante a palavra. V. Ex<sup>a</sup> falará na discussão da emenda, no encaminhamento da emenda. Neste momento, estamos votando os requerimentos. V. Ex<sup>a</sup>, que entende de Regimento, sabe muito bem disso. Quando da discussão, chamei V. Ex<sup>a</sup>, que gentilmente transferiu a palavra ao Senador Romeu Tuma.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup> pela ordem.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, talvez não consigamos nos compreender bem. Apenas solicitei que houvesse uma permuta com o Senador Romeu Tuma. V. Ex<sup>a</sup> não entendeu. Deve ter muitas dificuldades de entender o que eu verbalizo. Não entendeu. Tudo bem. Deixei para lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – É verdade.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Então, inscreva-me novamente. Só quero saber uma coisa. Evidentemente, não sei se as emendas dos destaques que fiz serão votadas, porque talvez não votemos todas hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaremos todas preferencialmente.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Sendo assim, reitero a V. Ex<sup>a</sup>, Exm<sup>o</sup> Sr. Presidente, por favor, que me inscreva para fazer o encaminhamento das emendas destacadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A inscrição do autor é automática. V. Ex<sup>a</sup>, portanto, na forma do Regimento, está inscrita.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 735 DE 2005

Nos termos do artigo 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado, requeiro destaque para votação em separado do artigo 37, inciso XI, da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 – redação aprovada pela Câmara dos Deputados – para que conste do texto a ser promulgado.

Entendemos que o texto dado ao inciso XI, do citado artigo, pela Câmara dos Deputados é mais abrangente, fazendo justiça às categorias incluídas como típicas de Estado.

Por assim entender, requeiro o presente destaque para a votação em separado, pretendendo que a redação encaminhada pela Câmara conste do texto que vai à promulgação, e rejeitando a redação proposta pelo Relator.

Sala das Comissões, 29 de junho de 2005. – **Romeu Tuma.**

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria destacada será apreciada oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício Senador Papaléo Paes.

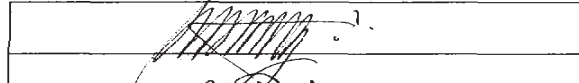
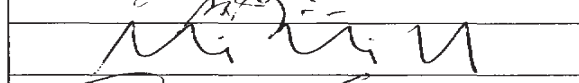
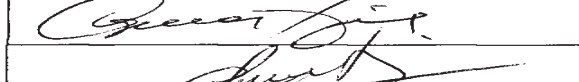


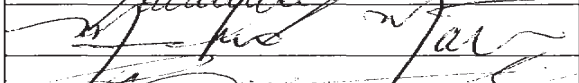
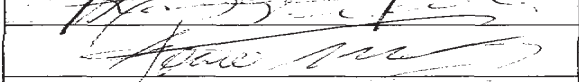


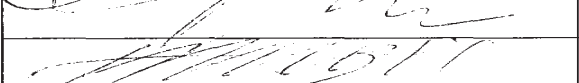

É lido o seguinte:

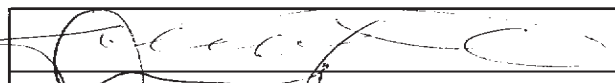
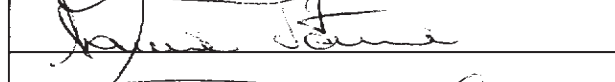
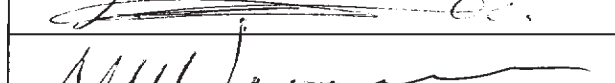
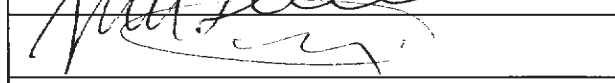


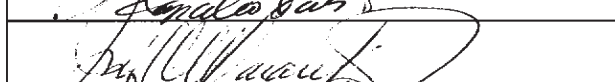
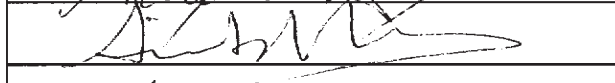

#### REQUERIMENTO Nº 736, DE 2005

Requeiro destaque para votação em separado da Emenda Modificativa nº 2, de autoria do relator, Senador Rodolpho Tourinho, apresentada a Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003

Sala das Sessões, 29 de junho de 2005. – **Hélio Costa.**

APOIAMENTO AO DESTAQUE PARA VOTAÇÃO EM SEPARADO DA EMEND SUPRESSIVA Nº 2, DO RELATOR, À PEC 77-A, DE 2003

ASSINATURA	NOME
	
	NEZINHO PLEINAR
	
	Luiz Carlos
	
	MARCO MARIN
	RAMOS TEBET
	
	Francoise
	Suzana
	Wenderson

	CARIBALIS
	Carla Carne
	MARCELO
	Key Sora Sora
	ALBERTO SILVA
	República
	Jose Maranhão
	Jose Sora Sora
	H. Helena

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria destacada será apreciada oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 737, DE 2005

##### DESTAQUE

(PEC Nº 77-A, DE 2003)

Requeiro, nos termos do art. 312, destaque para votação da Emenda de nº 9, de minha autoria e de outros Senadores.

Sala das Sessões, 29 de junho de 2005.

Nelsons Milone  
PAVAN  
MOZARILSO  
ATB  
João A. Capistrano  
OSMAR DIAS  
PDT-PSE  
Jean

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria destacada será apreciada oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 738, DE 2005

Requeiro destaque para votação em separado da Emenda nº 10-CCJ, de minha autoria, apresen-

tada à Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003.

Sala das Sessões, 29 de junho de 2005. – **Hélio Costa**.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento do Senador Hélio Costa.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria destacada será apreciada oportunamente.

Passa-se à votação da Emenda nº 7 do Relator, ressalvado o destaque apresentado à PEC nº 77 para que conste do texto a promulgar referente ao art. 37, inciso XI.

De acordo com o disposto no art. 60, § 2º, da Constituição, combinado com o art. 288, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria depende para sua aprovação do voto favorável de três quintos da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, para encaminhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Para encaminhar, concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PL – RJ. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero encaminhar à Bancada do PL, que hoje está em peso porque entende a importância, a relevância desta matéria que vamos votar agora, a PEC Paralela, ressalvados os destaques. Nosso encaminhamento é o voto “sim”. Votamos com o Relator e depois votaremos os destaques, Sr. Presidente!

**O SR. ROMEUTUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, estamos votando só o texto, sem prejuízo dos destaques? Os destaques serão votados posteriormente?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Exatamente, sem prejuízo dos destaques já separados em função da aprovação dos requerimentos.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Magno Malta.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente solicito que V. Ex.<sup>a</sup> dê uma orientação ao Plenário.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PFL – PB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para orientar a Bancada do PMDB. Em relação ao projeto, o PMDB vota “sim”.



**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Para esclarecer à Casa: vamos votar a Emenda nº 7, do Relator, ressalvados os destaques apresentados.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Primeiro o texto, ressalvados os destaques.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Sr. Presidente, peça a palavra para encaminhar pelo PDT.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Estamos votando a Emenda nº 7, que foi apresentada pelo Relator, ressalvados os destaques.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente!

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Estamos discutindo então a Emenda nº 7, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Estamos em processo de votação.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Para encaminhar, concedo a palavra a V. Ex<sup>ª</sup>, com satisfação, Senador Valadares.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a emenda nº 7, do Relator, letra **c**, diz assim:

Art. 1º O inciso XI do art. 37 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 37. ....

XI – .....

**c)** [a remuneração não poderá exceder(...) do Poder Executivo dos Estados e do Distrito Federal exceder o subsídio mensal do Governador, ou, na forma da Lei, respectivo valor de referência, não inferior a esse subsídio, nem superior ao subsídio mensal do Desembargador do respectivo Tribunal de Justiça, estabelecendo-se, em seu âmbito, mediante lei de iniciativa do Poder Executivo, como limite, o disposto na alínea *b* deste inciso;

De fato, Sr. Presidente, é uma redação supercomplicada para que não se entenda o verdadeiro objetivo desta emenda, que visa, única e exclusivamente, a atender o pleito dos Governadores, em contraposição ao destaque que será apresentado, ou que já foi apresentado, pelo nobre Senador Romeu Tuma. Por isto aqui, Sr. Presidente, o subsídio mensal do Governador será a referência para a remuneração dos funcionários do Poder Executivo.

No âmbito federal, Sr. Presidente, a referência é o Ministro do Supremo Tribunal Federal, e nem por

isso o Presidente da República é obrigado a conceder um aumento, ferindo até a Lei de Responsabilidade Fiscal, de tal modo que o funcionário de determinado órgão tenha uma remuneração igual à do Ministro do Supremo Tribunal Federal. Então, essa conversa dos Governadores de que haverá uma evasão da Lei de Responsabilidade Fiscal, um verdadeiro caos nas finanças do Estado se o referencial for o desembargador, não passa de uma conversa fiada. De vez, Sr. Presidente, que o Governador, mesmo havendo mil greves, mil manifestações, não é obrigado a conceder aumentos fora dos trâmites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Não compreendo por que essa pressão dos Governadores sobre o Senado Federal para impor uma solução ditatorial, demagógica, humilhante a determinadas carreiras de Estado, como defensores públicos, delegados, fiscais da Receita Estadual. Quem disse que eles estão pleiteando aumento? De forma nenhuma. Eles estão apenas querendo ser considerados como tal, ou seja, que haja uma carreira de Estado protegendo seus profissionais; que os funcionários da Receita Estadual sejam respeitados, que os delegados sejam respeitados, que os procuradores, os defensores públicos, enfim, todos aqueles que defendem a sociedade sejam protegidos por uma legislação e não sejam submetidos à vontade do Governador, que tem uma carreira eminentemente política e transitória, enquanto a do Desembargador é uma carreira permanente, efetiva, que não se pode mudar com uma eleição, nem com um ato demagógico.

Por essa razão, Sr. Presidente, antecipo o meu voto favorável ao destaque do Senador Romeu Tuma, que protege as carreiras de Estado contra a demagogia, contra a possível discriminação de Governadores que passam quatro, oito anos no Estado, enquanto os servidores públicos são obrigados, pagando à Previdência Social, a ficar pelo menos 35 anos prestando serviços ao Estado.

Por isso, Sr. Presidente, não entendo como foi apresentada esta emenda, tirando a proteção das carreiras de Estado.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Para orientar a Bancada, concedo a palavra ao Senador Osmar Dias e, em seguida, à Senadora Heloísa Helena.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – O PDT vota a favor da emenda.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senadora Heloísa Helena, com a palavra.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, uma questão de ordem. Está havendo uma dúvida: se aprovar a Emenda nº 7, inciso XI, prejudica os destaques feitos?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não, o Parecer do Relator concluiu pela apresentação de duas emendas: a Emenda nº 7, que está em processo de votação – os Srs. Líderes estão tendo a palavra para orientar suas Bancadas –, e a Emenda nº 8. Estão ressalvados, nas duas hipóteses, os destaques aprovados aqui, com a aprovação dos referidos requerimentos.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, é evidente que V. Ex<sup>a</sup> deu uma explicação absolutamente concreta e formal. Mas, a preocupação do Senador Romeu Tuma é absolutamente correta e a do Senador Antonio Carlos Valadares também. Por quê? Primeiro – e o Senador Rodolpho Tourinho sabe disso, ele sabe que respeito a posição dele, embora tenha uma concepção de Estado brasileiro distinta da minha –, o que está aqui absolutamente claro é a recomposição do texto que foi aprovado aqui na primeira votação da PEC paralela. É isso.

Então, a partir do momento em que se recompõe o texto, conforme foi votado aqui na PEC paralela, e esse texto é aprovado, acaba criando um problema muito grave para quem está defendendo determinadas carreiras.

A recomposição do texto impede, não formalmente, mas, de fato, todos os outros, porque tudo isso que está na Emenda do Senador Rodolpho Tourinho está em outras emendas nossas também, do Senador Leonel Pavan, do Senador Romeu Tuma, do Senador Hélio Costa, minha e de vários Senadores. Então, a recomposição do texto daqui aniquila a introdução de outras carreiras. Digo isso para que todos saibam: quem votar “sim” a essa emenda não vai poder dizer aos delegados, aos bombeiros, aos militares, aos agentes do fisco, que quer votar com eles, porque vai ficar, objetivamente, impedido de fazê-lo, pois há recomposição formal e total do que foi aprovado aqui. Então, é essencial que nós derrotemos essa emenda para que nós possamos rediscutir a matéria. O próprio Senador Tourinho ou outros Senadores poderão até, nas votações seguintes, tentar tirar aquilo que queremos aprovar: destaque para a votação em separado de um termo ou outras coisas mais. Digo isso apenas para que saibamos o que está sendo votado. Compreendo e respeito a concepção de Estado do Senador Tourinho, mas divirjo completamente de S. Ex<sup>a</sup>. Não respeito aqueles que um dia diziam uma coisa e hoje

dizem outra, mas entendo S. Ex<sup>a</sup>, que tem uma concepção distinta da minha.

Portanto, quem quiser incluir os trabalhadores que conquistaram determinados direitos na Câmara, ou o Corpo de Bombeiros e a Polícia Militar, objetivamente, tem de votar contra esta emenda que está sendo apresentada.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, uma questão ordem.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PL – RJ. Para questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu encaminhei a votação – e acho que V. Ex<sup>a</sup> tinha o mesmo entendimento que eu – pensando que estávamos votando, mas resguardando a votação dos destaques em um segundo momento. A explicação que a Senadora Heloísa Helena dá agora cria uma celeuma. Ela muda completamente o entendimento que tínhamos, acho que eu e V. Ex<sup>a</sup>, sobre o que estávamos votando. De tal maneira que eu pediria a V. Ex<sup>a</sup> a suspensão da votação para fazermos um debate e descobirmos, exatamente, o que estamos votando. O meu Partido, por exemplo, defende que os delegados tenham o mesmo direito que é dado às carreiras jurídicas do Estado. Faço essa consideração a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Quero, respondendo à questão de ordem do Senador Marcelo Crivella, mais uma vez, dizer à Casa, para que haja definitiva compreensão, que o Relator, Senador Rodolpho Tourinho, apresentou um parecer concluindo por duas emendas: a Emenda nº 7, que, se aprovada, remeterá o texto à Câmara dos Deputados, e a Emenda nº 8, cuja aprovação possibilitará a imediata promulgação do texto. Isso foi anunciado em todos os momentos do processo de votação, em todos os momentos. O Parecer, repito, conclui por duas emendas: a Emenda nº 7 que, se aprovada, remeterá o texto à Câmara dos Deputados, e a Emenda nº 8, que poderá ser promulgada imediatamente, uma vez que teria sido aprovada em dois turnos. Todos os destaques aprovados estão ressalvados.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente. Posso explicar?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa já fez a devida explicação.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, por favor!

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Se V. Ex<sup>a</sup> permitisse, Senadora Heloísa Helena, gostaria de dizer à Casa, mais uma vez, que o Parecer do Senador Rodolpho Tourinho conclui por duas emendas: a Emenda nº 7 e a Emenda nº 8. Não há nenhuma dúvida. Não é preciso, portanto, haver explicação.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Não é isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os destaques cujos requerimentos...

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Não foi feito destaque do que é relevante. Não foi feito destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Se V. Ex<sup>a</sup> permitir, quero mais uma vez explicar à Casa, saber se há dúvida no encaminhamento. Não há nenhuma dúvida. Outra coisa, para que as pessoas saibam, não há nenhuma diferença de mérito na posição que V. Ex<sup>a</sup> defende nem na posição que o Presidente defende.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Estou conduzindo a votação com isenção.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Não tenho dúvida.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Mas é importante que se diga isso, porque a insistência na votação leva a entender que alguém talvez esteja criando dificuldade para a aprovação do que se quer aqui. Não é isso. Não é isso.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, preciso fazer um esclarecimento único. Eu não estou dizendo que V. Ex<sup>a</sup> está manipulando; só estou dizendo que nós não apresentamos um requerimento de destaque para votação em separado de um detalhe, como foi corretamente observado pelo Senador Valadares. E o Senador Tuma sabe que, quando incluímos os destaques para introduzir as carreiras, ninguém fez destaque sobre isso porque não era isso que estava sendo discutido.

Todos os destaques apresentados aqui eram para introduzir as carreiras de Estado que foram suprimidos ou assegurados. Não estou tratando disso; estou tratando de outra coisa. A partir do momento em que se

aprova essa emenda pode-se incluir carreiras de Estado, mas retira-se o teto, preserva-se o teto que eles tiraram na Câmara. Não existe nenhuma emenda que trate de “ou de qualquer outra natureza”. É só isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Se não existe emenda, se não existe destaque, qual é a culpa da Mesa? A Mesa pôs em votação todos os requerimentos de destaque.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Da Mesa nenhuma. Eu só orientei a votação corretamente, porque quem votar esta aqui vai derrubar a aspiração de todas as outras categorias. Orientei certo. Só estou dizendo isso porque mesmo os destaques feitos não preservam aquilo que é essencial, que é a questão do teto. Então, é só isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Isso já foi sobejamente explicado.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Essa emenda nº 7, porque modifica a votação aprovada na Câmara, se for aprovada, vai ter que voltar para tramitar na Câmara. Já foi explicado, já repeti várias vezes. Não há nenhuma dúvida, portanto.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Sr. Presidente, também pedi a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, Senador Osmar Dias, com muita satisfação. Darei a palavra a V. Ex<sup>a</sup> a seguir, Senador Arthur Virgílio.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É apenas para dizer o seguinte: conversei com a Bancada do PDT e todos querem votar para incluir as carreiras de Delegado, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros. Mas, se estiver correta a interpretação da Senadora Heloísa Helena e do Senador Antonio Carlos Valadares, eu modifico a orientação à Bancada, porque a Bancada quer votar a favor das carreiras. Sendo assim, vou retirar a recomendação de voto que fiz e me reunir novamente com a Bancada do PDT para decidirmos o que fazer.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente...

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra o Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, diante de todo esse quadro que nos envolve – tivemos aqui conversas informais envolvendo os Líderes Aloizio Mer-

cadante, José Agripino e Ney Suassuna e o PSDB –, a indicação que fazemos, em face de toda essa confusão que aí está posta, é deixarmos a votação para agosto. Entendo que nós jogaríamos para agosto. Nós estamos vivendo um momento em que esta matéria está na Ordem do Dia, tecnicamente está na Ordem do Dia da Câmara, mas não está na ordem do dia da política do País – é a sensação que me ocorre –, e percebo que seria sábio, diante de tantas dúvidas que estão sendo colocadas, nós darmos um certo tempo para a maturação disso e jogarmos para agosto. Isso reflete a minha opinião. O Senador Ney Suassuna diz que gostaria de ver isso votado amanhã, mas entendem os Líderes Aloizio Mercadante e José Agripino que a perspectiva seria de se deixar para após o período do recesso parlamentar, Sr. Presidente.

Essa, portanto, é a posição que recolhi dos Líderes e a posição que transmito a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já são 19 horas e 32 minutos. Sobre as coisas que se imaginava haver consenso, está visto que não há consenso. Eu acho de bom alvitre, e digo mais: para os próprios interessados nas emendas que estão destacadas é muito mais produtivo, muito mais interessante o adiamento para que haja esclarecimento e para que as pessoas fiquem mais conscientes do voto – para os próprios interessados, eu quero que eles fiquem conscientes disso.

A dúvida com relação ao texto consensual existe, que dirá com relação às emendas, que têm pressão e contrapressão. Nada melhor, nada mais razoável do que nós adiarmos a votação – a discussão está encerrada – e reunirmos os Líderes para fazer uma apreciação mais detida sobre esse assunto, para votarmos.

Eu concordo com o Senador Arthur Virgílio. Não creio que dê para votar amanhã. Eu lamento muito. O Senador Paulo Paim, cujo irmão faleceu hoje, ficou no plenário para votar a PEC Paralela. Lamento muito pelo ocorrido com o irmão dele e pela presença compulsória no Plenário. Mas, humildade diante dos fatos. Eu acho que é muito melhor nos entendermos no sentido de prorrogar a votação dessa matéria, que é confusa e pode criar dificuldades ou prejuízos para muita gente, se não for votada de forma refletida.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Jefferson Péres.

Em seguida, ouviremos o relator e todos os que estão pedindo a palavra pela ordem.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acho sábia a colocação do Senador José Agripino. É por isso, Sr. Presidente, que eu sou contra a supressão dos prazos regimentais para as emendas à Constituição. Não é formalismo não, Sr. Presidente. O regimento é sábio. É para que não se repitam erros como esse que íamos cometendo agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Vamos ouvir o Senador Rodolpho Tourinho, que é o Relator revisor e tem precedência para falar. Em seguida, darei a palavra a todos os Srs. Senadores.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Eu me inscrevo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A V. Ex<sup>a</sup> também.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu queria deixar bem esclarecido esse aspecto para que não haja dúvida nenhuma com relação ao texto, porque, em relação ao texto, não há dúvida. Existiam dezenove pontos ou temas, vamos chamar assim, que foram modificados na Câmara. Desses dezenove, o que fizemos para retornar ao espírito da PEC paralela, para retornar àquele acordo que havia sido feito aqui, que tinha sido votado aqui por 69 votos a zero? Então, ficam separados em três aspectos.

Primeiro, daqueles dezenove pontos, dois itens foram desprezados: a questão do piso dos governadores e a redução dos cinco anos de prazo para os professores.

Mas para que se retorne – é bom entender isso no momento – ao texto da PEC paralela original, para que se retorne ao acordo original, é preciso que sejam aprovadas as minhas duas emendas: a Emenda nº 07 e a Emenda nº 08.

Da Emenda nº 07 constam três pontos que terão de voltar à Câmara, porque houve modificação no texto. A primeira questão é o valor de referência. A segunda questão é de menor importância porque apenas define na lei as doenças incapacitantes.

Mas eu queria chamar a atenção de todos, Sr. Presidente, para o ponto mais importante. O coração da PEC paralela, a razão de ela existir sempre foi a paridade dos pensionistas. Se nós derrubarmos agora, neste momento, a Emenda nº 07, estaremos derrubando não só a questão do valor de referência, que, do ponto de vista dos governadores, não tem maior importância, mas, do ponto de vista desta Casa, estaremos derrubando o coração da PEC paralela, que é a questão da paridade dos pensionistas no regime de transição da Emenda nº 41.



Esse é o grande problema sobre o qual se deve refletir, porque perdida esta oportunidade da questão da paridade não teremos outra.

A Emenda nº 08 tem 14 pontos que, se forem aprovados aqui, podem ser promulgados todos. Também refletem parte do coração ou não da PEC paralela em temas como a questão de verba indenizatória, que é um item declaratório; o teto único; atividades de risco e deficientes; contribuição de deficientes; alíquotas diferenciadas; critérios diferenciados de aposentadoria; donas-de-casa; alíquotas de sistema especial; paridade dos aposentados, no caso aqui no regime da Regra nº95; a Regra nº 95 em si; paridade de aposentados e pensionistas; verba indenizatória. Quer dizer, todos os aspectos que podem ser votados sem nenhum tipo de problema e imediatamente promulgados.

Agora, para que se retorne – eu volto a repetir –, Senadora Heloísa Helena, à PEC Paralela, que todos nós votamos aqui por 69 votos, precisaríamos aprovar as Emendas nºs 7 e 8. Por quê? Porque a Emenda nº 7, além dessa questão do valor de referência, contém a paridade dos pensionistas. Então, era somente para isso que eu queria chamar a atenção.

Eu não tiro a razão de V. Ex<sup>a</sup> quando fala que, realmente ao se votar essa, fica prejudicada a outra. Agora, é uma forma como foi feita e mexida na Câmara e que não teria outra maneira de ser feita aqui. Essa é a questão.

Do ponto de vista dos governadores – quero deixar claro, tem-se falado aqui naquilo que foi solicitado por S. Ex<sup>as</sup> – eu queria requerer para juntar ao processado, Sr. Presidente, a manifestação de 21 Estados em relação à entrada de outras categorias. São 21 Estados que representam mais de 92% da somatória do PIB.

Requeiro à Mesa que junte isso ao processado, para que então faça parte de todo esse processo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o PMDB, como o PSDB e o PFL, também vai optar por votar posteriormente, porque, na dúvida – agora, não mais, porque o Relator acabou de esclarecer e de dar as informações –, preferimos fazer as correções. No PMDB, a questão não será fechada, pois eu mesmo votarei com os delegados e com os fiscais.

*(Manifestação das galerias.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, estou falando em nome da Bancada do PT, com a tranquilidade de uma Bancada que fechou questão de que queremos resgatar o que acordamos aqui em uma PEC que nasceu neste Senado da República. Temos que lembrar que a idéia da PEC paralela é garantir a paridade para milhões de aposentados, que – resalto – são exatamente os que recebem menos no nosso País; garantir a integralidade no momento em que o cidadão for aposentar-se; garantir aposentadoria para as donas-de-casa; garantir, sim, a aposentadoria especial para os deficientes; garantir a não-contribuição da amplíssima maioria dos aposentados que têm doenças incapacitantes; garantir controle social da Previdência. Esse é um tema extremamente atual no momento em que estamos vivendo.

Não temos medo de votar neste momento, porque estaremos atrasando para milhões de pessoas a possibilidade da paridade e da integralidade, a possibilidade de garantir benefícios para deficientes, a possibilidade de garantir benefício maior para aqueles que têm doenças incapacitantes.

Nós, no Senado, temos apenas como possibilidade de votar aquilo que o Senador Rodolpho Tourinho relatou. Queremos apresentar sem medo a nossa posição a favor de milhões de pessoas no nosso País.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Ana Júlia Carepa.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, estamos em um momento muito delicado do debate. Estamos diante de uma matéria legislativa que tem impacto direto sobre, pelo menos, cinco milhões de brasileiros, servidores de carreira de Estado, servidores de diversas naturezas, empregadas domésticas, pessoas com doenças incapacitantes, pessoas que têm doenças do envelhecimento e que teriam efetiva proteção social nessa matéria.

Eu sei o zelo e a profundidade com que o Senador Tourinho se dedicou a esta matéria. Entendo e respeito muito o conteúdo e o conhecimento que a Senadora Heloísa possui sobre o Regimento; sei da preocupação de S. Ex<sup>a</sup> hoje de proteger as categorias que não estariam beneficiadas no relatório, na Emenda nº 7 e na Emenda nº 8, do Senador Tourinho, mas temos de

ter clareza também de um ponto: o Senador Tourinho não tinha condição regimental de alterar a expressão que a Senadora Heloísa citou aqui, mas a Câmara dos Deputados tem toda e absoluta autoridade legislativa e regimental para fazê-lo.

Então, aquilo que S. Ex<sup>a</sup> não pôde fazer a Câmara dos Deputados pode, que é restituir a expressão que a Senadora usou “de qualquer natureza.” Não há razão para não votarmos hoje esta matéria. Se a Senadora Heloísa Helena disser “Está em risco a não aprovação no Senado, do ponto de vista regimental, dos servidores de carreira”, perfeito. Regimentalmente, S. Ex<sup>a</sup> está amparada. Agora, o Senador Tourinho não podia colocar a expressão “de qualquer natureza.” O Senado não pode. Quem pode é a Câmara dos Deputados. Quando aprovarmos o relatório do Senador Tourinho, as Emendas nºs 7 e 8 vão para a Câmara dos Deputados e se constituem em matéria nova, com plenos poderes de alteração naquela Casa.

Então, o que estamos fazendo aqui é grave. Podemos estar definitivamente colocando fim à PEC paralela da Previdência Social. O apelo que faço aos Líderes Partidários é para que reconsiderem. Este é o momento, pois talvez não tenhamos outra oportunidade de aprovar uma matéria que teve verdadeiros missionários, como os Senadores Ramez Tebet, Paulo Paim, pessoas que dedicaram todo o seu esforço parlamentar e a sua solidariedade a essa causa, que envolve carreiras de Estado e pessoas com falta de proteção social. Há carreiras de Estado em debate e temos toda a polêmica e todo o apoio de quase todos os Senadores, mas há pessoas desprotegidas: de empregada doméstica a portador de invalidez, doenças incapacitantes e do envelhecimento, cujo impacto da Previdência original a PEC paralela diminuiria.

Era o que tinha a dizer Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a lúcida intervenção de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Tião Viana.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em seguida darei a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

**O SR. PAULO PAIM** (PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Paulo Paim, V. Ex<sup>a</sup> terá já direito à palavra.

Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente,

gostaria de fazer um apelo a V. Ex<sup>a</sup> e aos Líderes. Se a PEC paralela não pode ser votada hoje, que não a deixemos para agosto, que a votemos amanhã, Sr. Presidente. Amanhã, todos nós estaremos aqui e poderemos perfeitamente chegar a uma solução para esse impasse apresentado por vários Senadores.

Em homenagem ao Senador Paulo Paim, levando em conta o sacrifício que S. Ex<sup>a</sup> fez para estar aqui hoje, mesmo tendo o seu irmão sepultado no Rio Grande do Sul, votemos a PEC paralela amanhã. Penso que daria perfeitamente para se concretizar isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a intervenção do Senador Garibaldi Alves.

O Brasil e a Casa sabem o esforço que esta Mesa fez para votarmos hoje a PEC paralela. Como Líder do PMDB, trabalhei bastante para que tivéssemos a PEC paralela como alternativa à Reforma da Previdência Social. Sou daqueles que não entendem que isso implica despesa automática. Sempre defendi esse argumento.

De modo que não tenho absolutamente nenhuma responsabilidade se não votarmos. Sempre trabalhei para que votássemos. Realizamos várias sessões extraordinárias. Fiz questão de estar aqui, na Mesa, enquanto acontecia o jogo do Brasil, para que pudéssemos avançar no calendário e votar a PEC paralela, que é fundamental para o nosso País. Mesmo quando algumas pessoas diziam que a PEC paralela era um lixo, eu já a defendia como uma alternativa inteligente à Reforma da Previdência Social.

Ouçó o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, eu também gostaria de falar pela ordem.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, reafirmo, em meu nome e em nome da Senadora Heloísa Helena, que o P-SOL quer votar essa matéria hoje.

O que não admitimos é que isso seja tratado de forma a iludir e a enganar servidores de categorias que estão aqui na maior expectativa de serem contemplados com uma medida justa e correta.

Ressalvo a condução da Mesa e a seriedade do Senador Rodolpho Tourinho e, como a Senadora Heloísa Helena, não partilho da sua concepção de Estado, mas ressalvo a seriedade com que S. Ex<sup>a</sup> se houve na Relatoria dessa matéria.

Agora, fico espantado com uma coisa: ontem, votamos aqui uma medida provisória cristalina, da maior clareza, transferindo dinheiro para as ratazanas deste País, para a “banqueirada” internacional. É simples:

duzentos e tantos milhões de reais. Não tem vírgula, não tem ponto, não tem nada, na maior simplicidade. Quando se trata de conceder benefício para trabalhador neste País, é essa enrolação, essa embromação.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Vejam o que pode ocorrer: adiarmos, mais uma vez, a votação de uma matéria, porque nem os Parlamentares no Senado estão firmemente compreendendo o que pode ocorrer.

Quero afirmar que, quando se trata de defender o capital, de transferir dinheiro para a “banqueirada”, tudo é de uma simplicidade incrível neste Parlamento; quando se trata de transferir benefício para trabalhador, é essa situação caótica, difícil, complexa, exatamente para evitar que os trabalhadores recebam o benefício a que fazem jus.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se me permitir, não quero entrar no mérito da minha situação hoje no plenário, mas quero fazer uma pergunta: a quem interessa não votar a PEC paralela? A quem interessa?

Cinco a seis milhões de brasileiros estão esperando por uma decisão. Se o problema é procedimento, vamos discutir um método de procedimento. Quando conseguimos a assinatura de todos os Líderes – V. Ex<sup>as</sup> sabem que tenho um enorme respeito por todos os Líderes e por todos os Senadores –, entendi que desta vez era para valer. Não seria como da outra vez, em que fui à tribuna defender a PEC original, com o compromisso de que a PEC paralela seria votada. Passou um ano e meio, e ela não foi votada.

No momento em que a construção aponta paridade, integralidade, regra de transição para os mais pobres – porque estes começam a trabalhar mais cedo –, não-contribuição dos inativos com doenças incapacitantes, os tais dos 11%, garantindo ainda a possibilidade, nos Estados, de assegurarem até mesmo teto único, como já fez o Rio Grande do Sul mediante uma emenda constitucional, a pergunta é esta: há uma força oculta que não consigo enxergar e que não quer a PEC paralela? E não é só por causa da questão específica dos Delegados ou dos Policiais Militares. Há uma

força oculta trabalhando no Senado, e, com certeza absoluta, sinto-me novamente enrolado.

Estou entendendo a situação dos Srs Líderes, mas quero fazer, mais uma vez, um apelo: por que não votar? Vamos ver onde está o problema e vamos a voto. Lembro-me do PMDB do grande Ulysses Guimarães, por quem fui liderado na Constituinte, de Mário Covas, que faleceu, e de tantos outros. Ulysses dizia: “Senhores e senhoras, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, não há entendimento; vamos para o voto”.

Não podemos protelar novamente. Transferir para agosto? Todos sabem – porque aqui ninguém está com bico de criança – que não se votará também em agosto, nem em setembro, tampouco em outubro ou dezembro. Vão jogar para as calendas gregas, porque não querem aprovar a PEC paralela e cumprir o acordo que todos firmamos!

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Essa é a verdade! Todos sabem muito bem o que estou dizendo.

É por isso que faço um apelo a todos os Líderes. Tenho um carinho enorme por todos e não me canso de dizer isso. Vamos votar! Cada um deve assumir a sua responsabilidade perante a história. No dia em que lá subi e votei pela PEC original do Governo, assumi a responsabilidade e fui chamado de farsante.

Meu amigo Pedro Simon, lembro-me de que V. Ex<sup>a</sup> me dizia: “Paim, vou acompanhá-lo, vou para tribuna e vou defender. Agora, eu não participo de farsa, como sei que você também não participa.” Por isso votamos a favor naquele momento e acreditamos na PEC paralela.

Não votá-la neste momento é enganar o País, o que nos deixa a todos muito mal. Vejam a situação hoje fora do Congresso. Com todo o respeito, eu diria que me sentiria – porque não falo pelos Líderes – um irresponsável, depois de anunciarmos a todo o País essa grande obra, construída principalmente pelos Senadores, que tramitou na Câmara dos Deputados e retornou ao Senado Federal, se não a votássemos hoje. Este é um momento de muita tristeza, de tanta tristeza quanto a de não estar hoje no meu Rio Grande do Sul, porque confiei mais uma vez.

Senador Leonel Pavan, sei que V. Ex<sup>a</sup> quer falar em seguida. Este é o apelo que faço: vamos votar! A vida é assim. Isso é democracia. Foi assim, hoje pela manhã, na CPI dos Bingos. Houve **quorum** e votamos. Indicaram o Presidente, e já estamos indicando o Relator. Foi democrático. Eu estava lá e não podia discordar. Se não há acordo, que se decida no voto. Foi assim na

CPI dos Correios. Não houve acordo, então se decidiu no voto. Vamos votar! Alguém vai perder; alguém vai ganhar. Mas, com certeza, se votarmos, independentemente do resultado, mais de seis milhões de brasileiros baterão palmas para o Senado da República.

Obrigado, Presidente. (Palmas.)

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concederei a palavra a V. Ex<sup>a</sup> pela ordem.

Senador Paulo Paim, V. Ex<sup>a</sup> tem absoluta razão! Todos estamos fazendo um esforço enorme para que possamos avançar no calendário de votação. Sugiro mais: desejaria fazer um apelo à Casa para que iniciássemos o processo de votação e, se houver alguma dificuldade com relação à votação primeira da Emenda nº 7, sugerida pelo Relator Rodolpho Tourinho, que votássemos a Emenda nº 8, porque, tão logo seja votada em dois turnos pelo Senado, pode ser promulgada imediatamente. O que não podemos é perder tempo, absolutamente perder tempo! (Palmas.)

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** (PSDB – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Siqueira Campos.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** (PSDB – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, creio que perguntar, como diz o ditado popular, não ofende. Não seria o caso de consultar se o Relator não retira a Emenda nº 7, Sr. Presidente? Regimentalmente é possível, para que ficássemos livres para votar a matéria e decidir no voto os destaques do Senador Romeu Tuma, Sr. Presidente?

A consulta que faço é ao Relator, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Rodolpho Tourinho.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Desejo relembrar o seguinte: retomar a PEC paralela significa aprovar a Emenda nº 8, que seria imediatamente promulgada, não retornaria à Câmara, nem sofreria modificação alguma a mais. Mas significaria também aprovar a Emenda nº 7. Isso é o que retoma o espírito da PEC paralela. Só que, na Emenda nº 7, volta à Câmara. São três itens que voltam à Câmara. Quem pode alterar é a Câmara, que o fará da forma como desejar. Mas, para retomar o espírito da PEC paralela, teria que ser dessa forma.

Agora, na Emenda nº 7, há a questão da paridade dos pensionistas, do regime de transição, da EC nº 41/03. E penso que isso não deve ser retirado.

**O Sr. Ramez Tebet** (PMDB – MS) – Senador Tourinho, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – É claro.

**O Sr. Ramez Tebet** (PMDB – MS) – É só para que V. Ex<sup>a</sup> possa esclarecer se, no entendimento de V. Ex<sup>a</sup> como Relator, a votação “sim” ou “não” da Emenda nº 7 elimina os destaques.

Nós vamos chegar à votação dos destaques? Eis a grande pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Ramez Tebet, eu gostaria de, mais uma vez, explicar à Casa que, independentemente das votações das emendas sugeridas pelo Relator, a votação dos destaques já está assegurada pelos requerimentos que nós aprovamos.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Todos os destaques apresentados estão ressalvados para votação posterior. São quatro os destaques.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pode-se votar sim, mas eles serão inócuos. Eu consultei o Relator. Há um texto consensual, que, aprovado, vai à sanção, e outro, que é a Emenda nº 7, que contém as modificações, que, aprovado, inviabiliza a votação dos destaques.

Poderia ser feita a modificação ou o acolhimento do pleito dos destaques na Câmara. Ou seja, a discussão voltaria para a Câmara. Então, o que quero dizer...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador José Agripino, a Constituição estabelece que qualquer emenda à Constituição terá que ser votada em dois turnos, nas duas Casas do Congresso Nacional. Como houve alteração na Câmara dos Deputados, e essa matéria estaria sendo votada aqui pela primeira vez, como consequência, teria que voltar para a Câmara. Mas os destaques que foram apresentados, que incluem carreiras, especificamente, foram ressalvados, serão votados todos. Os destaques que foram apresentados à Mesa serão todos votados, estão ressalvados. Os apresentados à Mesa – é importante que se diga.

**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PDT – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.



**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Juvêncio.

**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PDT – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o destaque refere-se ao inciso XI do art. 37.

O inciso XI do art. 37, conforme veio da Câmara, tem uma redação extensa e contínua até o final, sem divisões – **a, b, c, d, e, f** ou o que seja. Já a emenda apresentada, a Emenda nº 7, também ao inciso XI do art. 37, modifica a técnica da redação.

Complemento minha argumentação, Sr. Presidente.

Sabemos que há um destaque do ilustre Senador Romeu Tuma para ser votado. Se esse destaque for aprovado, como ele será inserido na Emenda nº 7? Porque ele está fora completamente da técnica de redação da Emenda nº 7. Seria, na Emenda nº 7, a letra **f**, para poder complementar o destaque feito pelo ilustre Senador? Porque, se não for assim, não há como inseri-lo na redação da Emenda nº 7.

Esse é o meu ponto de vista. Talvez fosse necessário consertar essa emenda do Senador Tuma, nesse destaque, inserindo a letra **f**, para complementar tecnicamente e de maneira perfeita a redação da Emenda nº 7.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Juvêncio, a questão é de mérito; não significa votar ou não votar os destaques que estão sobre a mesa. Não há o que fazer senão votar, porque há uma dificuldade, uma incompreensão, uma divergência de mérito. Não há o que fazer processualmente. Temos, se for o entendimento da Casa, que votar a PEC Paralela, votar o parecer do Relator e votar os destaques apresentados. Não há outro caminho senão esse.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Osmar Dias, com muita satisfação.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não sei se estou enganado, mas o caso é mais simples do que parece. Se V. Ex<sup>a</sup> colocar em votação a Emenda nº 7, aqueles que querem a inclusão das carreiras de Delegado, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, votarão contra a Emenda nº 7. Quem votar a favor da Emenda nº 7 estará recuperando o texto do Senado, que não incluía essas carreiras.

Então, esta discussão poderia ser resumida em votarmos da seguinte forma: quem quer a inclusão das carreiras vota contra a Emenda nº 7.

Vamos colocá-la em votação, Sr. Presidente.

O PDT vota contra a Emenda nº 7. (Manifestação das galerias.)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL. *Fazendo soar a campainha.*) – Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho, para que esclareça a questão apresentada pelo Senador Osmar Dias.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Peço ao Senador Osmar Dias para, se possível, repetir a questão.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Osmar Dias, o Relator pede a V. Ex<sup>a</sup>, gentilmente, que refaça a intervenção para que S. Ex<sup>a</sup> possa esclarecer.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou repetir. A interpretação que faço, depois de tudo que ouvi, é simples: a Emenda nº 7 recupera o teto, que é a PEC que saiu do Senado para ser votada na Câmara. Se quisermos incluir as carreiras como a Câmara aprovou, não podemos aprovar a Emenda nº 7, temos que rejeitá-la. Aprovando a Emenda nº 7, não haverá possibilidade de votarmos destaques para a inclusão das carreiras, porque a Emenda nº 7 já estabelece o teto. É isso que estou interpretando, Sr. Presidente. Se V. Ex<sup>a</sup> colocar em votação, os Senadores que querem incluir as carreiras votam contra a Emenda nº 7; os Senadores que querem não incluir as carreiras votam a favor da Emenda nº 7. Simples.

É essa a interpretação que estou dando, repetindo: com essa interpretação, o PDT vota contra a Emenda nº 7, porque quer incluir as carreiras. (Manifestação das galerias.)

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Relator, que tem precedência, e em seguida ouvirei o Senador Tião Viana e a Senadora Ideli Salvatti.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero acrescentar o seguinte: a interpretação dada pelo Senador Osmar Dias, que já tinha sido dada pela Senadora Heloísa Helena, como eu havia confirmado, é verdade. Agora, pode ser modificada? Pode. Na Câmara, porque esta Emenda voltará para a Câmara.

No entanto, ao derrotar esta Emenda nº 7, a minha preocupação é que estaremos também retirando a paridade dos pensionistas do regime de transição da Emenda nº 41, porque ela está junto.

**A Sr<sup>a</sup> Heloísa Helena** (P-SOL – AL) – Você pode incluir, como Relator.

**O SR. RELATOR** (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Não, não posso. Ela já está aqui, ela já faz parte. (Manifestação das galerias.)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Então, é essa a posição. O que o Senador Osmar disse é verdade. Para modificar, na Câmara; agora, se votar contra, vota contra a paridade dos pensionistas.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Tião Viana.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu pediria apenas um minuto de atenção do Senador Osmar Dias. Tenho certeza de que ainda há uma confusão instalada aqui.

Quando o Senador Tourinho apresenta a Emenda nº 8, diz o seguinte: “Aprovada. Promulgada. Não há divergência entre ninguém aqui.” Na Emenda nº 7, ele não tem poder constitucional, não tem poder regimental de inserir os termos que a Senadora Heloísa apresentou no debate aqui: “De qualquer natureza.” Essa expressão não pode ser reconstituída, porque foi suprimida na Câmara dos Deputados, na PEC Paralela.

O limite de S. Ex<sup>a</sup> é aprovar como está. Restaura os destaques de votação em separado, como foi votado o requerimento – há três destaques –, e podemos aprová-los ou não. Aprovados os destaques, incorporam-se, a carreira é reintroduzida, e haverá o problema – é o que a Senadora Heloísa Helena quer dizer e que o Senador Osmar Dias externa como preocupação – de não ser amparado o teto, porque o teto de governador foi aprovado. Então, quem tem poder para alterar isso é unicamente a Câmara dos Deputados, e não o Relator. Jamais o Relator, Senador Tourinho, poderá fazer isso aqui. Não adianta pôr destaque de votação em separado disso, porque não temos poder para aprovar. O nosso limite é o que S. Ex<sup>a</sup> apresentou.

A Câmara dos Deputados vai tratar isso como uma matéria nova e poderá reconstituir o teto – não o teto de governador, mas o de ministro do Supremo – que quiser. Agora, o Relator não pode. Constitucionalmente, S. Ex<sup>a</sup> está impedido, porque foi suprimido o item na Câmara dos Deputados. Então, essa confusão não pode ficar entre nós. Podemos estar sacrificando o debate da paridade; estamos sacrificando muita coisa por falta de entendimento em uma matéria que é simples.

O Relator fez o que pôde, aprovou, e não tem poder para inserir isso. Ninguém aqui tem condições de apresentar um destaque de votação em separado de teto. Não cabe porque foi suprimido na Câmara dos Deputados. Por outro lado, a Câmara – quando a Emenda

da nº 7 for para lá – tem todo o poder de restituição e de modificação porque tratará desse item como uma matéria nova. É o que deve ficar entendido. Por isso, peço a reconsideração do Líder Osmar Dias.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero apenas informar, para que todo o Plenário tenha ciência, que vários Líderes não estão presentes no momento deste debate tão relevante, tão importante e tão controverso – dadas as diversas opiniões e propostas apresentadas – porque foram acionados para buscar uma negociação com os agricultores que estão mobilizados. Temos uma situação bastante delicada em torno do Congresso, aqui na Esplanada. Alguns Senadores estiveram lá, trouxeram ao plenário suas impressões sobre esse clima, e solicitaram que os Senadores Aloizio Mercante, Sérgio Guerra, Arthur Virgílio e o Senador Pedro Simon, em nome do PMDB, se deslocassem em busca de negociação para que a situação, que é bastante delicada, possa ter uma solução.

Então, Sr. Presidente, falo apenas para registrar. Pode estar chamando a atenção o fato de que determinados Senadores, tão falantes em outras situações, não estejam presentes neste momento de debate. Então, falo para informar ao Plenário e àqueles que estão nos assistindo neste momento.

Na linha que estamos debatendo, a partir do momento em que ficar claro o que votaremos, penso que o encaminhamento está de bom tamanho e espero que possamos, efetivamente, fazer a votação, tendo a clareza de que vamos fazer a melhor votação possível neste momento com o Relatório apresentado pelo Senador Rodolpho Tourinho.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra a Senadora Heloísa Helena.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu sei que existe um dilema na Casa, que está absolutamente claro para todas as pessoas, porque muitos Parlamentares se comprometeram com o fisco, com os delegados, com os policiais militares e se vêem na obrigação de derrotar a Emenda nº 7 para conseguirem introduzir as carreiras. Não é só introduzir as carreiras. Quando a Mesa colocar em votação, da forma correta, como vai colocar em votação, é simplesmente para a introdução das carreiras. Não resolve, porque preserva o teto, que é o teto dos Governadores e, portanto, não é reivindicação das carreiras.

As carreiras estão solicitando não é simplesmente que o nome dos delegados, dos policiais esteja aqui. Não é isso! A reivindicação das carreiras é objetiva

em relação ao teto. Portanto, se votarmos a emenda, recompomos o teto. Podemos até votar favoravelmente a minha emenda, à do Romeu Tuma, à do Pavan, mas vai ser inócuo, como disse aqui o Senador José Agripino.

O acordo e o apelo que podemos fazer – e aí vai ser um apelo que não é uma discussão regimental, até porque essa votação não é regimental, mas uma votação que representa um acordo das Lideranças, e por isso está sendo votada – é no sentido de que o Relator possa dissociar, porque, quando S. Ex<sup>a</sup> trouxe a Emenda nº 7, ele misturou algumas coisas. Não é a Emenda nº 8, pois não estamos aqui tratando de deficientes, não estamos tratando de doença crônico-degenerativa, não estamos tratando de aposentadoria para a dona-de-casa. Não tem nada disso! O impasse que está criado é em relação ao teto, reivindicação legítima das categorias, e à questão da paridade. O apelo que faço a todos os Líderes e ao Senador Rodolpho Tourinho é para desmembrar a Emenda nº 7. Podemos votar a paridade e votar a questão do teto. Assim resolvemos o problema de pronto. Se desmembrar, só para não enrolarmos ninguém, podemos votar... Podemos, Senador Tião Viana, porque vamos recompor o art. 11, que veio da Câmara. Desculpe-me, Sr. Presidente.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Estou apelando para que haja um desmembramento. A Emenda nº 7 introduziu coisas importantes para nós. O Senador Rodolpho Tourinho pode desmembrar, com um acordo de Líderes. Hoje, esta Casa pode votar a paridade, que é o art. 2º, que está contido na Emenda nº 7. Portanto, não vamos trocar para inventar coisas. Não vamos dizer que ou votamos a paridade das pensionistas ou votamos a extinção do teto para a inclusão das carreiras. Isso não é verdade! Podemos desmembrar e faço um apelo para que isso aconteça. Sei que é uma questão que não é regimental, assim como esta sessão. Quebramos o interstício, não por um acordo de Líderes, mas pela vontade da unanimidade da Casa, porque todos querem votar hoje, e podemos votar tudo hoje. Podemos votar a paridade e também a reivindicação legítima das categorias que foram incluídas na Câmara, o que significa tirar a questão do teto...

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – ...e, portanto, derrubar uma parte da Emenda nº 7, do Senador Rodolpho Tourinho, que pode – faço mais um apelo a V. Ex<sup>a</sup> – desmembrar por acordo de Líderes.

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Edison Lobão.

Em seguida, darei a palavra, também pela ordem, aos Senadores José Agripino, Juvêncio da Fonseca, Osmar Dias e vamos ouvir, ao fim e ao cabo, o Senador Rodolpho Tourinho.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Sr. Presidente, também peço a palavra pela ordem, em seguida.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – E também a V. Ex<sup>a</sup>.

Com a palavra o Senador Edison Lobão.

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ninguém negará que esta é uma das leis mais importantes que estamos votando nos últimos anos. Não podemos cometer aqui equívocos fundamentais, pelo menos, e estamos prestes a fazê-lo. A Senadora Heloísa Helena se refere a um dilema, que eu traduziria como uma opção. O que S. Ex<sup>a</sup> diz é que temos que fazer uma opção, ou pela paridade, que envolve cerca de seis milhões de brasileiros, ou pelas carreiras. Isto é tudo que não queremos. Nós desejamos que a paridade se concretize e que as carreiras sejam contempladas.

Faço, então, uma sugestão a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente. Diante de tudo isso, repetindo a última frase da minha fala, não queremos fazer uma opção entre as carreiras e a paridade. A paridade significa seis milhões de brasileiros, que não podemos prejudicar em nome das carreiras. O que nós, Senadores, desejamos é contemplar a paridade, que já existe, restando ser confirmada, e contemplar também as carreiras.

Sr. Presidente, já são vinte horas. Não nos custa ficarmos aqui até as 24 horas. Proponho, então, a V. Ex<sup>a</sup> que suspenda a sessão por meia hora para que V. Ex<sup>a</sup>, com a sua assessoria, com o Relator, Senador Rodolpho Tourinho, com o Relator anterior, Senador Tião Viana, e com os Líderes, que não se encontram todos presentes, encontre um caminho, uma solução. Nunca se dirá que, regimentalmente, não há solução.

Votamos aqui o parlamentarismo há trinta anos, e todos temos que ter a memória dele. Em nome do interesse superior do País, nós o fizemos em algumas horas, quando, de fato, eram necessários alguns dias. Acho que devemos repetir isso agora. Não podemos correr o risco de cometer um erro fatal quanto aos direitos daqueles seis ou sete milhões de brasileiros que estão nos vendo e desejando uma solução. Mas também não queremos cometer injustiça com aqueles que pleiteiam a sua inclusão nas carreiras de Estado.

É a proposta que faço a V. Ex<sup>a</sup>.



**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador José Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aparentemente, estamos diante de um grande embrulho, mas não estamos, não. Está muito fácil de entender. Vou procurar explicar, rapidamente, o que estou percebendo.

A Emenda nº 8 traduz todos os avanços da PEC paralela: a paridade e integralidade, a regra de transição e a não-contribuição dos idosos portadores de doenças incapacitantes. Não há dúvida com relação a ela.

O Relator Rodolpho Tourinho, na Emenda nº 7, definiu um teto e uma coisa muito boa, que tem que ser considerada, que é a garantia da paridade e integralidade aos pensionistas.

O que temos de fazer? No primeiro momento, fazer uma opção. Aprovamos a Emenda nº 7 e definimos um teto e inviabilizamos as emendas no Senado, porque na Câmara pode ainda haver uma solução para as carreiras de Estado – auditores fiscais, delegados de polícia; aprovamos a paridade para pensionistas e prejudicamos os pleitos das categorias que solicitam ou derrubamos, criamos uma expectativa para as carreiras e prejudicamos de plano todos os pensionistas. Fora isto, temos uma saída, que é desmembrar. Eu concordo em desmembrarmos a Emenda nº 7. Pegamos o que tem de bom, que é a garantia da paridade aos pensionistas – é muito fácil identificar; creio que são os arts 2º e 3º –, e o resto vai para voto. Decide-se no voto. Quem tiver mais votos ganha. Acho que toda a questão se resume, basicamente, a isso aí.

Quanto à pergunta do Relator sobre se estou de acordo com o desmembramento, sim, estou de acordo. Acho que o PFL está de acordo, embora eu tenha uma posição em relação ao pleito das carreiras de Estado, que expressarei na hora certa.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra o Senador Osmar Dias.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a minha fala é rápida. Já falaram por mim a Senadora Heloísa Helena e o Senador José Agripino. Nós queremos atender àquilo que era a proposta original da PEC paralela – todos os pensionistas e a paridade –, mas incluir as carreiras.

Então, no PDT – e eu já consultei os Senadores –, concordamos com o desmembramento da Emenda nº 7, para votarmos hoje, para votarmos já, Sr. Presidente.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar pelo PL.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PL – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – V. Ex<sup>a</sup>, com toda paciência com que conduz esta sessão, acabou por permitir que surgisse um caminho para que possamos traduzir, no voto, o pensamento da maioria dos Senadores.

Se o Senador Tourinho concordar em desmembrar, para que não se prejudique, na Emenda nº 7, a paridade, podemos votar e finalmente aprovar essa PEC que nasceu no Senado. O PL está pronto para fazer essa votação e encaminha nesse sentido, Sr. Presidente.

**O SR. HÉLIO COSTA** (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

**O SR. HÉLIO COSTA** (PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, no momento em que eu apresentei o meu destaque em separado, fiz uma ressalva de que competia, evidentemente, ao ilustre Relator, Senador Rodolpho Tourinho, encontrar um caminho, com a sua habilidade legislativa, de fazer prevalecer os direitos que queremos incluir dos delegados, dos fiscais, de todos aqueles que merecem essa posição de carreira, sem prejuízo da votação que se poderia proceder naquele momento e que não seria o ideal para ninguém, principalmente para quem defende a PEC paralela e os direitos dos trabalhadores.

Estamos chegando, depois de toda essa discussão, à proposta inicial que fizemos nesta Casa. Preservando os direitos, queríamos que o Senador Tourinho, desmembrando, então, a Emenda nº 7, resolvesse posteriormente como que é que vamos atender à reivindicação daqueles que merecem o seu projeto de carreira.

Sou inteiramente a favor, Sr. Presidente, e entendo que o PMDB também vota nesse sentido.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Demóstenes Torres e, em seguida ao Senador Antonio Carlos Valadares.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, parece-me que a solução é aquela apontada pela Senadora Heloísa Helena e pelo Senador José Agripino.



Não podemos dizer que o Senador Rodolpho Tourinho tenha agido de forma incorreta. Pelo contrário, S. Ex<sup>a</sup> sempre disse que iria agir dessa forma, que iria apresentar essas emendas. Temos que fazer um apelo ao Senador Rodolpho Tourinho no sentido de que essa matéria relativa ao subteto efetivamente seja desmembrada da Emenda nº 7, porque é a única alternativa que podemos encontrar para fazer o acréscimo.

Caso contrário, se votarmos “não”, estaremos rejeitando, como já alertou o Senador Rodolpho Tourinho, a paridade, a previdência para donas de casa e outras matérias, inclusive a isenção para as doenças incapacitantes. Quem vai votar contra? Ninguém. Não temos como fazê-lo.

Se o Senador Rodolpho Tourinho fizer esse desmembramento, poderemos votar pelo fim do subteto, ou melhor, pela adoção do subteto no nível do Supremo Tribunal Federal e não dos Governadores de Estado, como muitos Parlamentares querem fazer.

Fazemos este apelo ao Senador Rodolpho Tourinho não para colocá-lo numa situação de dificuldade, porque é um homem extremamente correto, decente e está fazendo o que disse que iria fazer. Pediria, então, ao Senador que atendesse este apelo: desmembre esta matéria para que possamos, efetivamente, votá-la sem controvérsia. Ou seja, a controvérsia existe só no mérito. Há quem é a favor e quem é contra.

Pediria ao Senador Rodolpho Tourinho que, se pudesse, se não violentasse sua opinião, adotasse essa providência.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Antes de conceder a palavra, pela ordem, ao Senador Antonio Carlos Valadares, informo que essa hipótese de desmembramento não existe regimentalmente. O que pode haver – se chegar à Mesa, darei encaminhamento – é a reformulação do parecer ou, então, apresentação de destaque pelo Relator. Mas a hipótese de desmembramento não existe no Regimento.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Podemos adotar qualquer hipótese regimental que efetivamente possa ser aceita pelo Relator e que contemple efetivamente o Plenário da Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Daremos conseqüência a qualquer alteração de parecer levada a efeito pelo Relator, mas apenas nessa condição; ou, então, com relação à apresentação de um destaque.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se o ilustre Relator, que – sabemos – é um Parlamentar responsável, sempre agiu na conformidade do Regimento e sempre adota uma postura democrática, não aceitar essa proposta do desmembramento, poderia talvez, de acordo com as Lideranças, aceitar um requerimento de destaque em que, por meio do voto, poderemos desmembrar esse dispositivo que muitos não aceitam – inclusive eu, a Senadora Heloísa Helena e vários Senadores –, que retira as chamadas carreiras de Estado. Esse desmembramento seria efetivado com a permissão do Relator, pelo voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Somente o Relator pode fazer alteração.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – É isso que estou propondo. Que S. Ex<sup>a</sup> faça ou permita que o façamos, com aceitação da Mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Magno Malta. Em seguida, darei a palavra ao Relator.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, num primeiro momento, o Líder do nosso Partido orientou o voto “sim”. Estabeleceu-se a confusão. A Senadora Heloísa Helena foi à tribuna e restabeleceu a verdade, que é algo primário.

Nós que já fomos Deputados Federais, percebemos que quem tem um primeiro mandato não tem essa vivência da questão da revisão, do que se modifica na Câmara e do que se resgata no Senado. É esse o impasse por que estamos passando com a Emenda nº 7.

O Líder orienta, então, o voto “não”. Derrubar-se-ia a Emenda nº 7, uma pequena parte. O Senador Tião faz uma explicação. Fica tudo mais difícil ainda para se entender.

Na verdade, o que estamos querendo é a inclusão das carreiras de Estado. Mas queremos a paridade, queremos a regra de transição. Brigamos pela “PEC Tião Viana”. Esse negócio de PEC paralela é invenção. A PEC é Tião Viana, pois foi S. Ex<sup>a</sup> quem inventou essa PEC. Fomos na boa-fé do Tião, acreditando no Senador Tião.

Mas nós, Sr. Presidente, não podemos nos dar ao luxo de sair hoje à noite daqui sem votar. Foi um ano e meio de espera. Precisamos contar com a sensibilidade, o bom senso e a capacidade daquele Relator, que sabe tudo, Senador Rodolpho Tourinho.

Quando cheguei no Parlamento pela primeira vez, numa câmara de vereadores, a primeira frase que ouvi foi “o Plenário é soberano, pode tudo”, e já vi fazer chover no Parlamento.

Portanto, se o Plenário é soberano e se há a disponibilidade e sensibilidade do Relator, que tem – e muita – capacidade, vamos fazer esse desmembramento, solicitando-lhe que faça o destaque, com a vênua da Mesa, para votarmos hoje e respondermos à Nação, que espera um ano e meio que incluamos as carreiras de Estado.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. NEY SAUSSUNA** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou conceder a palavra ao Relator, que tem preferência. Em seguida, darei a palavra aos demais Senadores.

Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de deixar muito claro, aliás com muita coerência com o que venho falando da tribuna desde duas e meia da tarde. Hora nenhuma perdi a coerência daquilo que estou dizendo, daquilo que foi construído, mesmo porque a construção desse parecer, desse relatório, foi longa. Não é de repente que se faz um parecer desse. Trata-se de matéria altamente complexa, que demandou muitas horas, não só para ouvir delegados, auditores, Polícia Militar – que ainda não está nessas cogitações, mas certamente será incluída –, de discussão em meu gabinete.

Sempre tive o cuidado, Sr. Presidente, de, em todos esses momentos, consultar as Lideranças.

E aqui, hoje, eu disse, umas duas vezes, que não sentia o relatório como meu. Eu sentia que tinha que ser um relatório daquilo que representou a aprovação aqui – 69 votos a zero – por unanimidade, conseqüentemente, em um grande acordo feito, incluindo o Presidente da República, Ministros e todas as Lideranças desta Casa, com quem venho discutindo esse tempo todo inclusive.

No momento em que foi estabelecida uma regra daquilo que seria feito, que era voltar ao espírito da PEC paralela, era isto que se buscava: votar o acordo que havia sido feito nesta Casa, que foi para a Câmara dos Deputados e demorou muito tempo. O que sempre

presidiu a confecção do relatório foi voltar ao espírito da PEC paralela. Foi isso que fiz. E, ao fazê-lo, tive de construir aquilo que seria promulgado. Dos 19 itens, promulgam-se imediatamente 14, e 3 pontos ficariam para a apreciação pela Câmara dos Deputados, voltando àquela Casa, não podendo ser promulgados. Se aprovados aqui, voltariam para a Câmara dos Deputados. Um desses itens é a Emenda nº 7.

Para mexer nisso, nessa construção que não é minha, elaborada ao longo de tanto tempo com tantas pessoas e tantos Líderes envolvidos, somente posso aceitar se houver uma decisão unânime dos Líderes desta Casa. Além do mais, ao longo desse tempo, também tive a presença nesta Casa, visitei e recebi documentação ou cartas de 21 a 22 Governadores, que representam mais de 92% do PIB, na soma desses Estados. Portanto, não posso decidir sozinho. Não posso decidir apenas com base em um apelo, porque eu seria absolutamente irresponsável se assim procedesse. Não sou irresponsável. Construí a PEC paralela ao longo de muito tempo, com uma coerência muito grande, que não surgiu apenas de mim, mas da conversa com boa parte dos Srs. Senadores, com boa parte do corpo técnico da Casa, da Consultoria, das áreas envolvidas e dos Governos estaduais.

Sr. Presidente, era o que tinha a declarar. Essa é a minha posição.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concederei, em seguida, a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero reforço as palavras do Senador Rodolpho Tourinho. Acompanhei, nos últimos momentos, algumas transformações que ocorreram durante as discussões que fazem parte do próprio Parlamento, mas também tenho acompanhado uma pressão gigantesca exercida sobre um Senador somente, como se ele sozinho estivesse absolutamente teimoso em relação ao ponto de vista que iria contra o consenso desta Casa, de todos os Partidos e de todos os Senadores. Isso não é verdade. Isso foi construído em uma discussão envolvendo todas, ou quase todas, as Lideranças de Oposição e de Governo, que, infelizmente, em razão da pressão dos agricultores que ocorre lá fora agora, não estão presentes. Discutiu-se o assunto com praticamente todos os Senadores e todos os Governadores de Estado.

Lembro que a queda do subteto e a inclusão dessas carreiras com a queda do subteto representam um gigantesco esforço fiscal para todos os Estados de maneira igual.

*(Manifestação das galerias.)*

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Esse tipo de pressão que está acontecendo na platéia, e que também tem contribuído para esta situação, é ilegítimo e injusto. E eu não aceito. Não me importa que a categoria fique contra mim, mas não aceito, porque não estamos sendo sinceros e votando com convicção – alguns. Estamos votando em razão dessa pressão.

Peço ao Sr. Presidente que, se houver mais alguma manifestação desse tipo, seja evacuado das galerias o responsável, porque não aceitamos essa situação. Temos que votar com a mesma liberdade e consciência com que votamos em qualquer lugar. Não será grito nem vaia que fará alguém votar. Solicito, então, providências de V. Ex<sup>a</sup>.

Se há desejo desta Casa de fazer um acordo, que ele seja feito com espírito de seriedade, avaliando-se todas as conseqüências que podem acontecer neste momento para o País e para os Estados em questão.

Ninguém é contra categoria alguma, mas sim contra se tomar uma medida que pode ter efeitos que os Estados não suportem. Se é essa a vontade desta Casa, vamos tomá-la, mas não em virtude de pressão, acossando-se um Senador que, inclusive, foi extremamente consciente – todos acompanhamos –, atendendo a todos e ouvindo-os para se chegar a um consenso.

Era o que tinha a expor, Sr. Presidente.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Ideli Salvatti.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, fiz questão de dar ciência a todo o Plenário a respeito da ausência de determinados Líderes, que estão em uma tarefa que entendo de fundamental importância neste momento.

Desde que começaram os apelos para o Senador Rodolpho Tourinho, vim de lá já falando: “Isso não pode sobrar para o Senador Tourinho”. Por quê? Porque o Senador é a pessoa que construiu o parecer, e construiu-o a muitas mãos, com a participação de todos os Líderes. Todos corroboraram a lógica e a linha do relatório que S. Ex<sup>a</sup> apresentou aqui – ou melhor, Senadora Heloísa Helena, a ampla maioria dos Líderes;

talvez apenas o P-SOL não tenha participado. Mas a Casa está representada por intermédio da posição de seus Líderes no parecer do Senador Rodolpho Tourinho. Portanto, em hipótese alguma, podem ser feitos apelos ao indivíduo Senador Rodolpho Tourinho porque S. Ex<sup>a</sup> não é detentor, em seu relatório, de sua vontade pessoal, mas da vontade da ampla maioria dos Líderes, que foi a de recompor o que aprovamos, negociamos na PEC paralela, nesta Casa, no final de 2003.

Assim sendo, não há condição de que o Senador Rodolpho Tourinho, individualmente, tome qualquer posição, a não ser que uma nova reunião, um novo acordo, uma nova proposição de Líderes possa dar segurança para que S. Ex<sup>a</sup> continue na mesma linha. Penso até que, por uma questão de justiça com o posicionamento sempre muito equilibrado, tranqüilo e conciliador da posição majoritária da Casa que o Senador sempre leva em consideração, em respeito a esse tipo de posicionamento que S. Ex<sup>a</sup> sempre exerceu, esta Casa não pode fazer apelos individuais para que S. Ex<sup>a</sup> modifique. Que tenhamos a capacidade de reconstituir o apoio, toda a convergência da maioria dos Líderes.

Quero votar a matéria hoje, mas com respeito ao que votamos no ano passado e ao que construímos em cima do relatório do Senador Rodolpho Tourinho. Por isso, se não for possível construir o acordo neste momento, até pela ausência dos demais Líderes já citados, que suspendamos a sessão. Que façamos amanhã, na sexta-feira, quando for necessário e conveniente, mas que façamos com a tranqüilidade daquilo que o Senador Rodolpho Tourinho representa em seu relatório, que é a posição majoritária e ampla dos Líderes, que é a de reconstituir o que votamos em 2003, na chamada PEC paralela, cujo Relator foi o Senador Tião Viana.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra, pelo art. 14.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Em seguida, darei a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, pelo art. 14, Senadora Heloísa Helena.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, diante das palavras dos Senadores Rodolpho Tourinho, Tasso Jereissati e, agora, da Senadora Ideli Salvatti, posso apenas concordar inteiramente. Não posso aceitar que os Líderes não comandem suas Bancadas! Se isso ocorre, que entreguem o cargo! Mas se os Líderes comandam suas Bancadas, que façam um acordo a fim de que o Relator, tão competente, um dos mais competentes Senadores da República, tenha o amparo, o respaldo para modificar algo do relatório.



Isso também se passa, Sr. Presidente, porque cedi a apelos de V. Ex<sup>a</sup> e de outros, para que o assunto não fosse à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e viesse logo para o plenário. Foi um erro. Dos que me pediram mais do que meu; e meu, porque aceitei, porque, se fosse da Comissão de Justiça, não haveria esta situação que temos aqui hoje.

Conseqüentemente, quero dizer que não vou ter medo, como o Senador Tasso Jereissati disse, de platéia de advogados ou de quem quer que seja. Até porque não vejo que os advogados ou os delegados sejam melhores do que os policiais militares. E, muitas vezes, há coisas que beneficiam os delegados e que não beneficiam os policiais militares, com os quais eu tenho o compromisso de não permitir que haja uma diferenciação.

Portanto, Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> está numa posição difícil, eu reconheço, mas V. Ex<sup>a</sup> não pode querer que o Senador Tourinho modifique o parecer dele sem que ele tenha apoio total das Lideranças desta Casa. Se ele não tiver, vamos ficar com o parecer dele e, talvez, obstruir, para que não haja número.

Eu queria dizer isso a V. Ex<sup>a</sup> e o faço lamentando, porque sei do esforço de V. Ex<sup>a</sup>. Ainda hoje pela manhã, combinamos coisas que aqui não estão se realizando, e pessoas que estavam lá presentes modificaram totalmente o seu pensamento. Como sou uma pessoa que, quando diz uma coisa, quer cumpri-la, estou dizendo a V. Ex<sup>a</sup> a minha posição, que acho que deveria ser a do meu Partido.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Pelo art. 14, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Ney Suassuna; em seguida, a Senadora Heloísa Helena.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero iniciar apoiando inteiramente as palavras de Ideli e dos demais Senadores, que falaram da correção e da transparência do Senador Relator.

No entanto, há Líderes que não estão aqui presentes, como o do PSDB, o do Governo. Do Líder do Governo, acabei de receber uma mensagem pedindo que deixássemos para votar amanhã, que suspensõessemos a sessão e que fizéssemos um acordo com todos os Líderes para apoiar, dar respaldo ao Relator. Acho que é a coisa mais prudente diante do quadro. Mas, com toda a certeza, não deixaríamos de votar amanhã. Votaríamos amanhã – acabei de falar com o Líder José Agripino, acabei de receber o recado do Líder Mercadante. Penso que esse é o pensamento da

maioria dos Líderes. Não podemos faltar, de maneira alguma, com o Relator e também não podemos deixar de votar a matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senadora Heloísa Helena, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Para uma explicação pessoal. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, é apenas para recolocar a verdade. Não vi – alguém precisa dizer quem foi, mostrar qual foi o assunto – alguém desqualificando o Senador Rodolpho Tourinho. Só quero que alguém diga quem foi que desqualificou o Senador Tourinho. O que não pode é se esconder atrás do relatório do Senador Tourinho, comprometer-se com categorias e aqui se votar diferente.

O Senador Tourinho, desde o primeiro momento dessa discussão na Casa, disse a posição dele. Nunca o Senador Tourinho manipulou, manobrou, conversou. Alguns outros fizeram, assinaram emendas com os delegados, assinaram emendas com os Fiscos dos Estados, assinaram emendas com os policiais militares e, depois, querem se esconder atrás do relatório do Senador Tourinho.

Senador Tourinho, V. Ex<sup>a</sup> sabe que divirjo completamente da concepção programática de Estado que V. Ex<sup>a</sup> tem. Mas a primeira pessoa que falou sobre isso fui eu. Eu disse que respeito inteiramente a concepção de Estado que V. Ex<sup>a</sup> tem e também disse que, em nenhum momento, V. Ex<sup>a</sup> mentiu para categoria nenhuma. Em nenhum momento!

Agora, pode deixar para amanhã com acordo dos Líderes, como o Senador Ney Suassuna falou, como o Senador José Agripino falou. Pode deixar para amanhã, não tem nenhum problema. Mas, amanhã, vamos discutir aquilo que é essencial, que é discutir também a concepção de aparelho de Estado, o endividamento dos Estados. O Senador Tasso Jereissati trouxe um elemento sobre o qual é importante que façamos o debate no mérito. Só não se pode dizer que é acordo de Líderes ou parecer do Senador Rodolpho Tourinho, para esconder o mérito que vamos votar.

Então, Senador Rodolpho Tourinho, tenha a certeza de que, como V. Ex<sup>a</sup>, como o Senador Tasso Jereissati, que têm uma concepção programática de Estado diferente do meu, que acham que isso significará um impacto nas contas do Estado, esse debate será feito com o mais absoluto zelo.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Que é necessário que haja um acordo das Lideranças amanhã, que isso seja transferido para amanhã, está ab-



solutamente correto que isso seja feito. O importante é deixar claro que, na votação propriamente dita, ninguém vai poder fazer um discurso para a categoria e outro para uma outra categoria. Isso não poderá ser feito.

Então, quando falamos, tenha certeza, Senador Rodolpho Tourinho, que não foi em nenhum momento... Pelo contrário, apelar a V. Ex<sup>a</sup> significa inclusive que, no momento, V. Ex<sup>a</sup> pode estar acima dos Líderes. Para mim, não tem essa história de Líder não. Para mim, o Parlamentar mais simples tem o mesmo poder de qualquer Líder. O Líder vota pela Bancada se não tiver verificação de **quorum**, se não tiver verificação nominal. Tenha certeza: divirjo da concepção de V. Ex<sup>a</sup>, mas o respeito, porque V. Ex<sup>a</sup>, em nenhum momento, como outros Parlamentares aqui, vários outros Senadores, se negaram... Quando eu conversava com muitas categorias, perguntava com quem eles conversaram: “Senador tal disse que não vota porque discorda; Senador tal disse que não vota porque discorda”. Respeito inteiramente. Só não pode fazer jogo duplo: dizer uma coisa no Estado e, aqui, fazer outra. É só isso.

Então, tenha a certeza de que respeito todas as concepções programáticas aqui discutidas. E o apelo que fiz foi simplesmente para possibilitar que isso fosse votado com o desmembramento, com o destaque, ou com qualquer outro nome que seja dado.

Agora, se é necessário acordo com todos os Líderes, que se faça. Não há nenhum problema.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria fazer uma proposta. Acho que a radiografia do problema está colocada, está feita. Temos um texto que convém e temos outro texto que tem uma vantagem e que cria uma outra desvantagem. A vantagem é de beneficiar os pensionistas; a desvantagem é de impedir a votação e aprovação de benefícios para categorias que estão aqui pleiteando há muito tempo.

O Senador Rodolpho Tourinho pede o amparo dos Líderes para que ele possa dar forma – e é possível – ao problema, dar forma a uma solução, que existe: basta que se separe o art. 2º e o art. 3º da Emenda nº 7 do restante, para se poder votar algo que é bom, proposto pelo Senador Rodolpho Tourinho, e uma outra coisa que possibilita ou não, no voto, o benefício para as carreiras de Estado.

Como não estão aqui presentes o Líder do Governo, o Líder do PSDB, acho que, até por um gesto de deferência, deveríamos adiar a nossa decisão até amanhã, com o compromisso de ficarmos aqui e votarmos de todo o jeito, decidirmos isso no voto. Mas, separando pragmaticamente: “Se você fizer isso, você pode

possibilitar isso e isso; não, se você votar aqui, você beneficia esses, mas prejudica esses outros todos”. Vamos dar o benefício que o Relator está garantindo e deixar a votos o filtro para que, no voto, se beneficiem ou não as carreiras de Estado. A minha proposta é que, aguardando a presença dos demais Líderes, dando cobertura ao Senador Rodolpho Tourinho, adiemos para amanhã a decisão e marquemos uma reunião de Líderes para amanhã, pela manhã, para que possamos discutir com o Relator os prós e os contras, avaliar as conseqüências financeiras para os Estados e tomar uma deliberação refletida e pensada.

Essa é a proposta que faço.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>, Senador Demóstenes.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, quando fiz o apelo ao Senador Tourinho, realmente o fiz em forma de apelo, porque acho que é o mais sensato. A única pessoa que pode desmembrar o assunto, via emenda, é o Senador Tourinho. E S. Ex<sup>a</sup> foi absolutamente correto na sua posição desde o início. Nós conversamos várias vezes. Eu disse a ele: “Vou votar contra subteto”. E, depois, disse-lhe a razão. Acho que nós não devíamos ter subtetos. Hoje, há possibilidade – pela norma atual – de termos cinco mil subtetos no Brasil. Cada prefeito, cada governador... É um verdadeiro absurdo o que estamos fazendo, inclusive juridicamente. Mas tudo bem! Essa é uma matéria que nós vamos tratar amanhã.

Qual o porquê do apelo? Porque eu quero votar a favor da paridade, eu quero votar a favor da isenção para doenças incapacitantes, eu quero votar a favor da concessão do benefício previdenciário para a dona-de-casa, mas quero votar contra o subteto. Eu quero votar contra o subteto! Então, não estou pedindo ao Senador Tourinho que mude o parecer dele; estou pedindo ao Senador Tourinho que desmembre a sua emenda em duas outras emendas – e isso só pode ser feito por ele –, para que eu possa votar favoravelmente às matérias que eu quero e contra a matéria do sub-teto, que eu não quero. Quem é que pode fazer isso, sem modificar o seu parecer, mas simplesmente desmembrando a questão? O próprio Senador Rodolpho Tourinho. O apelo é nessa direção, Sr. Presidente, tão-somente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou conceder a palavra, pela ordem, ao Senador Tião Viana, ao Senador Osmar Dias e depois ao Senador Marcelo Crivella.

**O SR. TIAO VIANA** (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, há uma manifestação favorável a que se adie a decisão. Não é o

meu posicionamento. Meu posicionamento pessoal é o de que estamos prontos para votar, é o de que devemos votar esta matéria.

Tenho sempre uma crítica muito grande ao Plenário. Parece-me que nem 10% dos Senadores lêem as matérias antes de vir para o plenário, procurando refletir sobre elas, procurando um entendimento com seus partidos. Chegam aqui e querem descobrir a pólvora. Começam a achar soluções milagrosas ou tragédias para o que foi construído. É o caso desta matéria, que foi construída pelo Senador Rodolpho Tourinho, com zelo, com dedicação, foi discutida com os setores da sociedade. O entendimento regimental é claro. O Senador Antonio Carlos Magalhães, ontem, foi sensível ao dar uma oportunidade ao Plenário: caso se julgasse maduro para votar, que o fizesse. O Senador Paulo Paim tem falado há meses e meses, bem como o Senador Ramez Tebet. Mas parece-me que hoje ninguém está preparado para votar a matéria.

Confesso que não entendo. Não entendo que pessoas que condenaram com veemência a PEC Paralela encontrem hoje uma solução milagrosa para ela. Creio que temos que ter uma posição coerente com o que temos de entendimento sobre as matérias. Meu posicionamento foi sempre claro em relação a isso.

Tenho certeza absoluta de que é a Câmara dos Deputados que pode modificar a matéria. O que modificarmos aqui não vai valer. Se alterarmos o inciso XI, a matéria vai ter que ir para a Câmara dos Deputados do mesmo jeito. Se o argumento aqui é que a Câmara dos Deputados não quer votar mais nada, não vai votar mais nada, muito menos devemos agora alterar o inciso XI e mandar para lá. Então, se há um parecer pronto, por que não votar e aguardar que a Câmara dos Deputados vote? Se houvesse divergência da Câmara dos Deputados, apresentaríamos outra proposta de emenda à Constituição. Aí é lógico, aí é coerente.

Sr. Presidente, no mais, confesso que só me causa decepção o comportamento de não se analisar em profundidade as matérias antes da votação, de não se construir antes – como se deve – uma matéria que vai atingir diretamente mais de cinco milhões de brasileiros, brasileiros pobres, além de alguns servidores de carreira de Estado. E aqui se causa um prejuízo dessa natureza. Para mim, votar amanhã não é um problema, mas temos todas as condições de votar hoje e votar com absoluta clareza. Não vejo motivo para que não se entenda o Regimento da Casa nesta hora.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com muita

serenidade, porque os ânimos já estão exaltados, quero dizer três coisas basicamente.

Primeiro, tenho o apoio da minha Bancada para a decisão que estou tomando. Portanto, a minha Bancada, em comum, decidiu aquilo que estou dizendo aqui; não estou falando por mim, estou falando pela minha Bancada. Segundo, como Líder, assim como a Senadora Heloísa Helena, também não participei de nenhuma reunião para a confecção deste relatório. É para deixar claro que não houve a participação das lideranças partidárias na elaboração do relatório. Alguns líderes podem ter participado. Terceiro, quero deixar muito claro o meu respeito pelo Senador Tourinho, que é um Senador sério, estuda as matérias que relata e relata com convicção.

O que estamos pedindo – e o Senador Demóstenes Torres foi muito feliz quando falou – não é que S. Ex<sup>a</sup> mude o relatório, mas que haja um desmembramento para que possamos votar separadamente cada um dos itens constantes da Emenda nº 7. Apenas isso. Se precisar do respaldo dos líderes para que isso ocorra, o Senador Rodolpho Tourinho pode contar com o apoio do PDT inteiro não para alterar o relatório e a sua convicção, mas para separá-lo para permitir que cada Senador vote de acordo com a sua convicção na paridade e no teto.

Quanto ao adiamento para amanhã, ele pode até acontecer, mas, por parte do PDT, estamos prontos para votar hoje. Se for adiado para amanhã, vamos respeitar, mas é claro que amanhã tem que ser votado porque, senão, só em agosto, setembro, outubro, sei lá quando.

É só isso, Sr. Presidente, que eu gostaria de dizer.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PL – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, venho corroborar as palavras do Senador Osmar Dias pelo seguinte: também sou Líder, mas, como todos os Senadores desta Casa, recebemos o relatório hoje. Debrucei-me sobre ele a tarde inteira. Gostaria de votar os avanços, mas também gostaria – e isso foi questão fechada na minha Bancada – que a inclusão feita na Câmara dos Deputados para essas carreiras de Estado fosse mantida aqui. Isso porque, Sr. Presidente, na minha Bancada, entendemos que é difícil explicar ao Delegado de Polícia sobretudo que não podemos

lhe garantir o direito de amanhã ter um salário melhor por questões de equilíbrio fiscal, ao mesmo tempo em que pagamos mais de R\$120 bilhões todos os anos em forma de juros – e 80% disso a sete mil, oito mil brasileiros. Não podemos explicar àqueles que saem à rua para defender a vida dos nossos filhos que para eles não há dinheiro.

Porém, Sr. Presidente, tentamos construir no plenário uma solução. É do Parlamento. Não sabemos quais são os destaques que vão ser apresentados. V. Ex<sup>a</sup> teve uma paciência enorme, nós estamos aqui há três, quatro horas de pé, tentando construir essa solução que expressa a maioria dos Senadores aqui presentes, e o Plenário deve ser soberano.

V. Ex<sup>a</sup> vai ter que decidir. O Relator, sabiamente – e o Senador Rodolpho Tourinho tem dado a nós um exemplo de equilíbrio extraordinário na vida parlamentar –, diz que deve, que quer consultar o restante dos líderes. Eu me disponho, estamos aqui para isso, para conversar e votar amanhã. A decisão cabe a V. Ex<sup>a</sup>.

Agora, com relação ao Partido Liberal, nossa posição é clara, Sr. Presidente. Queremos, sim, votar a paridade, votar a aposentadoria especial daqueles que adquiriram doenças incapacitantes no curso do trabalho ou que têm incapacidades físicas, deficiências físicas, que é o que diz a reforma, o que diz a nossa emenda. Queremos votar, sim, Sr. Presidente, a inclusão das carreiras de Estado não para que tenham aumento agora, mas para que sejam capazes de, no futuro, atingir o teto que já é dado a outras carreiras. Portanto, o PL está pronto a votar. Se for hoje, votamos assim. Se for amanhã, votaremos da mesma maneira, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan, pela ordem.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é bom deixarmos claro aqui uma coisa. Ouvei aqui diversos pronunciamentos de parlamentares que, há alguns meses, eram contra qualquer benefício às categorias; que defendiam a reforma da Previdência com unhas e dentes, sob as ordens e os tentos do Governo. Tanto que só foi possível aprovar a reforma da Previdência em função de um acordo.

Vimos aqui a Senadora Heloísa Helena ser expulsa do PT porque era contra a reforma da Previdência. Vimos Deputados serem expulsos do PT porque eram contra a reforma da Previdência da forma que estava.

Quem quis fazer a reforma daquela forma foi o Governo Federal. Hoje, vendo e ouvindo pessoas aqui, é como se esta coisa toda estivesse sendo criada por outras pessoas; criadas pelos governadores. Também há interesses dos governadores, mas, se há dificuldades para aprovar a PEC, quem está criando a dificuldade é o Governo Federal, porque se o Governo quisesse realmente beneficiar as categorias deveria ter incluído, sugerido na Câmara Federal que essas categorias tivessem suas vantagens, seus direitos. Estamos aqui hoje fazendo emendas para resgatar o direito dessas categorias. E se a PEC for aprovada hoje ou amanhã o será em virtude da pressão muito mais da Oposição.

E digo que só foi aprovada a reforma da Previdência em função do acordo. Do contrário, a reforma não passaria aqui. E do acordo constava a PEC paralela. Estou ouvindo aqui discursos de pessoas do Governo que antes não discursavam dessa forma. Sabemos muito bem de pessoas que defenderam a PEC como Tião Viana, como Paulo Paim, que defenderam com unhas e dentes a mesma reforma, é verdade. Mas quero dizer, Senador Tião Viana, que não se pode fazer demagogia hoje, jogando a responsabilidade para alguns Senadores e alguns Partidos, que antes, só aprovaram a reforma da Previdência em virtude do acordo relativo à PEC paralela.

Se quiserem votar hoje, vamos votar. Só há um porém: desmembrar é um perigo. Daqui a pouco vão ter de discutir a transição, vão ter de discutir a paridade e podem ser rejeitadas a paridade e a transição. É um perigo!

Por isso, minha gente, eu não falo em nome do meu Partido. Falo em meu nome. Estou falando em meu nome. Eu tenho compromisso com essas classes. Estou defendendo a PEC desde o início e não vou me curvar à ordem de ninguém, até porque ninguém me telefonou, ninguém me pediu, nenhum Governador do meu Partido me telefonou, nem o Governador do meu Estado, Santa Catarina, porque eles conhecem minha posição, conhecem minha personalidade. Sabem da forma como vou votar. Essa PEC precisa ser votada hoje ou amanhã, mas deve atender a essas categorias que representam a sociedade brasileira a toda hora, principalmente nas dificuldades maiores, como a segurança.

**O SR. PRESIDENTE**(Renan Calheiros. PMDB –AL) – Senador Romeu Tuma, eu darei a palavra a V. Ex<sup>a</sup> e, em função da manifestação óbvia dos Srs. Líderes, vou decidir o encaminhamento que entendo ser uma decisão de comum acordo com o que quer e pensa a Casa.

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ROMEUTUMA** (PFL – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria apenas dizer claramente que o que eu fiz no destaque da minha emenda era o reflexo de uma luta de que o Senador Tião Viana é testemunha. Desde o primeiro instante lutei para incorporar à PEC principal as reivindicações, inclusive com respeito à paridade, aos pensionistas e a todas as regras que foram tiradas da primeira PEC.

Elas foram retiradas, e o Governo cantou uma grande vitória. Tal retirada acabou trazendo consequências graves, principalmente para os aposentados, que têm dificuldade financeira até para adquirir remédios e outros meios para sobreviver.

Então, em homenagem ao Senador Antonio Carlos Magalhães, se me permitirem, pois eu sei a defesa que S. Ex<sup>a</sup> faz das polícias, o que tenho acompanhado de perto, eu queria somente dizer, Senador, que todos esses dias nós estávamos discutindo como incluir as polícias militares, porque eu sou policial por inteiro; não sou policial civil. Eu chefiar organizações policiais e sempre tive o apoio irrestrito da polícia militar em todas as missões em que deles precisei e tenho o destaque também para a polícia militar.

Senador Rodolpho Tourinho, V. Ex<sup>a</sup> sabe que nunca tive a intenção de criar nenhum problema para V. Ex<sup>a</sup>, que fez um relatório brilhante e cauteloso, buscando sempre o interesse, principalmente, dos Governadores.

Na minha pasta, há quatro ofícios de Governadores diferentes que apoiaram a emenda sobre a incorporação que veio da Câmara como aprovada e estávamos lutando para que também fosse incluída a polícia militar. Então, nunca discriminei a polícia militar, pelo contrário, sempre que assomei à tribuna, defendi os policiais militares até com emoção, pensando que têm o direito de ser incorporados e, talvez, merecer o aumento, pois as polícias militares e as polícias, de modo geral, estão percebendo salários aquém do necessário para realmente cumprir suas missões.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje de manhã, foi instalada a CPI dos Bingos e recebi dos companheiros da CPI, ao lado do Senador Mozarildo Cavalcanti – S. Ex<sup>a</sup> na condição de Vice-Presidente e eu, na condição de Presidente –, unanimidade na escolha. Como defende a Minoria desta Casa (PSDB, PFL e PDT) que, na CPI, se faz necessário o contraditório – defendemos isso na CPI dos Correios, quando o Governo ganhou a eleição para Presidente,

entendemos que caberia a nós, da Oposição, a indicação do Relator –, entendi, ao lado dos companheiros, que a indicação que cabe a mim para o Relator caberia ao Governo, porque aceitamos o contraditório, queremos a transparência e a boa investigação.

Comunico à Casa que tentei conversar com o Líder do Governo, que fugiu de todos os entendimentos. Mas peço a V. Ex<sup>a</sup>, que é Presidente desta Casa, e aos Líderes que transmitam ao Líder do Governo que, em entendimento com meu Vice-Presidente, estamos esperando amanhã até às 10 horas da manhã a indicação do Relator. Caso contrário, nós a faremos. Mas não venha o Governo amanhã dizer que não fomos liberais.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** (PFL – BA) – Passe para às 12 horas.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Passarei para às 12 horas, atendendo a V. Ex<sup>a</sup>.

Logo em seguida, reuniremos a Comissão e faremos a indicação do Relator. Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, e ao Plenário a atenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Valdir Raupp, Arthur Virgílio, Valmir Amaral, a Sr<sup>a</sup> Senadora Ana Júlia Carepa, o Sr. Senador Gerson Camata, a Sr<sup>a</sup> Senadora Lúcia Vânia, e os Srs. Senadores Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Alvaro Dias, Sérgio Guerra e Teotônio Vilela Filho enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o Inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não faz muito tempo, consultei o Ministério da Justiça acerca da possibilidade de criação de uma delegacia da Polícia Federal numa determinada cidade de meu Estado, Rondônia, onde acreditava ser necessária uma atuação mais presente dessa Instituição.

A resposta me veio em um ofício assinado pelo Assessor Especial do Ministro, Sr. Paulo Pires de Campos, que, por sua vez, consultou a Diretoria-Geral da Polícia Federal.

Infelizmente, a solicitação que fiz foi, de maneira muito respeitosa – diga-se de passagem –, negada.

À sua resposta a este Parlamentar, o Assessor Especial do Ministro anexou o despacho da Divisão de Organização e Métodos do Departamento de Polícia Federal (DPF), bem como o despacho final do Diretor de Administração e Logística do mesmo DPF, ambos extremamente elucidativos acerca dos graves problemas pelos quais a Polícia Federal vem passando. Com o objetivo de transmitir minha preocupação



com os dados que me foram mostrados é que decidi vir falar-lhes desta tribuna.

Acontece, Sr. Presidente, que a Polícia Federal, atualmente, não tem recursos humanos suficientes sequer para atender à demanda já existente, muito menos para cogitar expandir sua atuação, abrindo novas delegacias.

São cerca de oito mil policiais para atuar nos mais de 8,5 milhões de quilômetros quadrados de nosso território, o que significa mais de mil quilômetros quadrados para cada policial. Repito: mil quilômetros quadrados, Sr. Presidente, para cada servidor policial federal. Seria como ter apenas 21 policiais para cuidar de todo o Estado de Sergipe, ou seis para o Distrito Federal.

Obviamente, há que levar em conta o fato de que o Brasil possui grandes áreas despovoadas, notadamente em minha Região. A operação de divisão da área da Nação pelo número de policiais federais serve apenas para ilustrar a carência desse tipo de servidor, que é enorme.

Mesmo tendo realizado concursos públicos nos anos de 2001 e 2004, pelos quais foram abertas cerca de 5.500 vagas para a carreira policial federal, esse quantitativo – que, aliás, só será plenamente preenchido nos próximos três anos – será suficiente apenas para a manutenção do número atual de servidores. É que o quadro funcional está bastante envelhecido, dado o longo período no qual não houve concursos. Somente em 2003, por exemplo, aposentaram-se quase mil policiais federais.

Vivemos o contra-senso de ter uma população com taxas ainda significativas de crescimento, bem como índices cada vez mais elevados de violência, e, ao mesmo tempo, nosso efetivo policial, na melhor das hipóteses, estar sendo mantido no mesmo patamar. Esse é um paradoxo pelo qual toda a população pagará caro, visto que estará cada vez mais desprotegida, em especial quanto ao tráfico de drogas e ao crime organizado.

Em sua negativa a meu pedido de criação de uma nova delegacia no Estado de Rondônia, com muita propriedade, o Sr. Oswaldo Gomide, Chefe da Divisão de Organização e Métodos, lembrou que a criação de novas unidades depende não apenas do efetivo policial, mas também de toda uma estrutura de suporte, e que a falta desta alimenta o lento e contínuo processo de descrédito da instituição, pelo não cumprimento eficaz do espectro de responsabilidades que lhe são atribuídas.

No documento, ainda é ressaltado o fato de que algumas Superintendências Regionais do DPF estão encontrando dificuldades para dar sustentação ao funcionamento de unidades subordinadas. Muitas delas, apesar de instaladas em 2002 e 2003, não foram sequer inauguradas; e outras não possuem efetivo próprio, necessitando da manutenção de equipes que

funcionam em sistema de rodízio e são integradas por policiais e servidores administrativos de outras regiões, onerando o DPF com gastos de passagens e diárias, além de comprometer a continuidade das investigações em andamento.

Por tudo isso, Sr. Presidente, nobres Colegas, quero deixar registrados meu alerta e minha preocupação com a situação da Polícia Federal, uma instituição da qual depende a segurança de nosso País.

Muito obrigado.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. – Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, era de se esperar e está-se confirmando uma ação mais efetiva da Polícia Federal no combate à corrupção no País. Essa nova ofensiva, influenciada pelas revelações de propinas nos Correios, começa no meu Estado, o Amazonas, e, como foi noticiado pela imprensa, a PF efetuou a prisão de 18 policiais rodoviários, envolvidos em corrupção.

Manifesto aqui meu apoio a essa ação moralizadora, esperando que doravante tais procedimentos sejam mais freqüentes e até mesmo permanentes. Com isso, sem dúvida, o País afasta a imagem até então vigente da impunidade.

Leio, a propósito, matéria publicada na edição de hoje de **O Estado de S. Paulo**, dando conta dos resultados da operação da Polícia Federal no Amazonas.

Segundo o relato, a Polícia Federal descobriu 18 policiais rodoviários que cobravam de R\$1 mil a R\$2 mil para a passagem livre de uma carreta nos postos de fiscalização no Amazonas.

Além dos policiais presos, estão envolvidos em irregularidades 20 empresários e empregados de empresas de transporte, que teriam concordado com o pagamento do *pedágio*.

Em conseqüência das primeiras investigações, já foi exonerado o suposto líder do grupo de policiais, que é o guarda rodoviário federal Jones Andrade Menezes. Outros 17 policiais envolvidos ficarão afastados de seus cargos enquanto durar a investigação.

A operação da PF no Amazonas teve a participação de 305 policiais, atingindo, além de Manaus, também os municípios de Presidente Figueiredo, Coari e Parintins.

Segundo as notícias, entre as 12 empresas de transporte de cargas envolvidas, figuram a Cometa, Ebrom, Aerotrans, Transcearense, Oliva Pinto, Thimbar e MLGF.

Cumprimento a Polícia Federal por essas ações.

Também, Sr. Presidente, ocupo a tribuna neste momento para registrar a entrevista intitulada “O Islã é fascista”, publicada na revista *Veja*, de 22 de junho do corrente.

A entrevista mostra um relato corajoso da parlamentar holandesa Ayaan Hirsi Ali. Nascida na Somália há trinta e cinco anos, vivenciou a terrível opressão da qual as mulheres muçulmanas são vítimas, sofreu abusos e mutilações. Refugiou-se na Holanda, onde estudou Ciências Políticas e foi eleita membro do Parlamento. Mesmo longe de seu país, tem sido alvo de ameaças de morte por ter escrito o roteiro de "Submission", o curta-metragem de dez minutos que descreve a violência exercida contra as mulheres muçulmanas.

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Senhor Presidente, que a referida matéria seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# "O Islã é fascista"

## Ameaçada de morte por fanáticos, a política holandesa diz que qualquer sociedade que vive sob os preceitos do Corão se torna patológica

Antonio Ribeiro

**A**pós descarregar toda a munição da pistola no cineasta Theo van Gogh, o fundamentalista islâmico Mohammed Bouyeri aproximou-se da vítima. Ajoelhado numa rua de Amsterdã, Van Gogh murmurou: "Tem certeza de que não podemos conversar?". O assassino cortou-lhe a jugular com uma faca de açougueiro e, com outra, espetou no cadáver uma carta endereçada à holandesa de origem somali Ayaan Hirsi Ali: "A próxima será você". Ayaan é parlamentar em seu país e roteirista de *Submission — Parte I*, o curta-metragem de Van Gogh sobre a repressão sofrida pelas mulheres no Islã. Esse é um assunto que ela conhece bem. Aos 5 anos, sofreu excisão do clitóris. Aos 22, fugiu de um casamento arranjado com o primo pelo pai. Refugiada na Holanda, trabalhou como tradutora nos centros sociais para imigrantes e foi brilhante universitária de ciências políticas. Na semana passada, sete meses depois da ameaça de morte, Ayaan, uma negra longilínea de 35 anos, desceu de um carro blindado numa rua de Paris. Escortada por seis guarda-costas, falou com exclusividade a VEJA sobre sua renúncia ao islamismo, sobre fundamentalismo e sobre seu encontro com outra célebre vítima da violência religiosa, o escritor britânico Salman Rushdie (tema da reportagem especial que começa na página 16 desta edição).

**Veja** — Por que seus inimigos preferem a ameaça de morte ao debate de idéias?

**Ayaan** — A razão é simples: eles não têm nenhum argumento lógico para opor aos meus. Usam o instrumento dos perdedores, a intimidação. Num debate, eles sabem de antemão que seriam derrotados. O assassinato bárbaro de Theo van Gogh pretendeu mostrar o fim de quem ousa criticar o Islã. Enganaram-se. A dor da perda reforçou minha certeza. Essa gente deve ser confrontada. A tarefa dispensa o medo da controvérsia. O combate contra eles começa com a palavra.

**Veja** — Qual é o problema com o Islã?

**Ayaan** — O problema é o Corão e o profeta Maomé. É a mensagem à qual está sujeito 1,2 bilhão de indivíduos no mundo. O Islã não é só uma religião, mas uma civilização. Seu aspecto político e social, regido por códigos severos, contém sementes fascistas. É um sistema que espolia as liberdades do indivíduo e intervé na sua privacidade sem admitir ser contestado. Nenhum muçulmano é livre para questionar a sua crença religiosa. Ao contrário da Bíblia e do Talmude, livros sagrados dos monoteísmos abraâmicos semelhantes ao islamismo, quaisquer exegese do Cor-

rão é inadmissível. Os muçulmanos devem crer, cegamente. Eu aprendi a decorar o *Corão* desde a infância, posso recitar suras inteiras. Algumas delas servem para justificar a violência, liberar a consciência dos seus autores e também dos observadores passivos. Segundo o livro sagrado do islamismo, os fiéis devem aspirar, em permanência, ao conhecimento. O mesmo livro diz que Alá sabe tudo. Toda fonte de conhecimento está contida no *Corão*. Pergunto, como conciliar as duas exigências? Qualquer comunidade que vive segundo os preceitos de Maomé e do *Corão* torna-se patológica.

**Veja** — *Numa entrevista, a senhora qualificou o profeta Maomé de tirano e perverso. Por que pensa assim?*

**Ayaan** — Disse isso e não nego, nem me arrependo. O calendário marca o ano de 2005, mas os fundamentalistas islâmicos exigem dos muçulmanos imitação perfeita de um comportamento tribal de 2 000 anos atrás. Maomé, o guia infalível, disse haver uma só verdade, e em seu nome revogou toda liberdade. Era um tirano, sim. Maomé seduziu e violou Zainab, a mulher de um pupilo. Isso não é perverso? Permita-me ir além. O profeta casou-se com Aisha, uma menina de 9 anos, filha do seu melhor amigo. Ele não esperou nem a criança atingir a puberdade, apesar da súplica paterna, para pedir a sua mão em casamento. Aisha foi prometida aos 6 anos de idade. Hoje no Irã, casamentos desse tipo são perfeitamente legais, frequentes. Alguns muçulmanos reivindicam poder emular, sem entraves, esse modelo de moralidade. Trata-se de pedofilia pura. Na Holanda, Maomé seria levado pela polícia às barras de um tribunal.

**Veja** — *Qual a diferença entre os fundamentalistas das diversas religiões?*

**Ayaan** — Em teoria, nada diferencia um fanático cristão ou judeu de um fanático muçulmano. Na prática, eles se sentem mais à vontade no Islã.

**Veja** — *Por quê?*

**Ayaan** — Além de encontrar justificativa religiosa farta, a crítica dos membros de sua própria crença é quase

nula. Quando o papa se posiciona contra o uso de contraceptivos, católicos do mundo inteiro contestam sem sofrer represálias. A cantora Madonna desperta antipatia em puritanos com a canção *Like a Prayer*, mas sua cabeça não está a prêmio. Ninguém

**“Em nome da convivência multicultural, intelectuais do Ocidente hesitam em pôr em evidência a situação subjugada da mulher no Islã. Ora, aqui não cabem relativismos. Abuso e mutilação sexual são crimes, e ponto final. Hoje, agora, já!”**

degolou os humoristas do Monty Python por ter realizado o filme *A Vida de Brian*, uma sátira sobre Jesus Cristo exibida no mundo todo. Esse espaço de tolerância não existe no mapa do Islã, mesmo que muito almejado em silêncio. O Islã está como o pai do terrorista Mohamed Atta depois dos atentados de 11 de setembro de 2001. Traumatizado, desamparado, cego. “Meu filho não tem nada a ver com isso. Foi obra da CIA, dos judeus!” O pai não se deu conta da parte maléfica do filho. Recuso que uma religião, outrora pacífica, plena de força e energia, tenha no seu âmago o fanatismo e a violência.

**Veja** — *Como a senhora descreve a situação das mulheres no Islã?*

**Ayaan** — Numa cena do curta-metragem *Submissão — Parte I*, a câmera mostra o corpo da personagem Zainab, espancada pelo marido. Zainab está coberta por hematomas, feridas, cicatrizes e pelos versos do *Corão* que au-

torizam o marido a bater, caso ele julgue a esposa desobediente. Os fundamentalistas islâmicos ficaram irados ao ver os versos sagrados escritos no corpo de uma mulher. O resto, para eles, é normal. Tive um professor que me obrigava a escrever versos do *Corão* em tabulários. Um hábito em desuso desde o século XVI. Um dia, recusei-me a obedecer. Ele me vendou os olhos, levei uma surra até conseguir me livrar da venda. Encolerizado, ele me pegou pelos cabelos e bateu minha cabeça contra um muro. Desmaiei.

**Veja** — *Como a platéia não religiosa respondeu ao filme?*

**Ayaan** — De forma positiva, mas eu esperava uma dose maior de indignação dos liberais laicos, intelectuais e políticos da esquerda. O pessoal que acha ter o monopólio dos bons sentimentos. Na verdade, eles padecem do velho paradoxo da Revolução Francesa, que promoveu os direitos humanos em casa, mas manteve a escravidão nas colônias. Em nome da convivência multicultural, do respeito às tradições de outrem, esses intelectuais do Ocidente hesitam em colocar em evidência a situação subjugada da mulher dentro do Islã. Eles têm receio de ofender, de suscitar cólera, e assim ajudam a perpetuar o sofrimento e a injustiça. Ora, aqui não cabem relativismos. Abuso e mutilação sexual são crimes, e ponto final. Hoje, agora, já! Tampouco deve ser tolerado o assédio, a perseguição da qual são vítimas os homossexuais muçulmanos. Os ocidentais não podem fazer vista grossa nem calar, como já fizeram durante a existência dos gulags soviéticos. O Islã não viveu o Iluminismo. As sociedades islâmicas enfrentam os mesmos problemas do cristianismo anterior ao século XVIII. Ainda não se estabeleceu o justo equilíbrio entre razão e religião.

**Veja** — *O que é a “obsessão do hímen”, uma expressão que a senhora utiliza com frequência?*

**Ayaan** — No Islã, moças sem hímen intacto são consideradas “objetos usados”. Muitas jovens, ao perder a virgindade, vêm para a Europa submeter-se a cirurgias reparatórias. Na Holanda, ate nem pouco tempo atrás, em res-



peito ao multiculturalismo as imigrantes muçulmanas eram reembolsadas pela seguridade social. Aos 5 anos, fui submetida à clitorectomia, uma prática encorajada pelos clérigos islâmicos. Essa é a maneira extrema de garantir a virgindade antes do casamento. Na falta de uma mulher disponível, a minha excisão foi feita por um homem. Relatórios da ONU revelam que 98% das meninas na Somália são submetidas à excisão do clitóris. Os outros 2% são a margem de erro.

**Veja** — *Pode haver convivência pacífica entre o Islã e o Ocidente?*

**Ayaan** — Espero que sim. No entanto, posso afirmar sem equívoco, o Islã atual é incompatível com o estado de direito das democracias ocidentais. A sobrevivência das democracias ocidentais depende da sua vitalidade em defender os valores liberais. A escolha que o século XXI oferece aos muçulmanos é clara: modernidade ou regime tribal. Eu proponho às comunidades islâmicas fazer uma reflexão crítica da sua doutrina religiosa, a exemplo dos fiéis de todas as grandes religiões. Se dizem que é preciso rezar cinco vezes ao dia, vamos demonstrar, empiricamente, que isso é impraticável no âmbito de uma vida moderna. Eu proponho às comunidades islâmicas reter a espada que corta a cabeça de quem pensa por si mesmo. Onde não se pode criticar, todos os elogios são suspeitos. Caso eu estivesse num país muçulmano, já estaria morta. É do interesse tanto do mundo ocidental quanto do mundo islâmico promover a crítica entre os muçulmanos. Enfrentar o fundamentalismo é um objetivo comum.

**Veja** — *Como foi seu encontro com o escritor britânico Salman Rushdie, que também teve de viver escondido por causa de ameaças religiosas?*

**Ayaan** — Trocamos impressões sobre a vida cativa. Ela coloca em risco pessoas próximas e, devido a isso, inibe até iniciar relacionamentos amorosos. Ele me aconselhou a seguir firme em frente, sem deixar que essa situação me enlouqueça. Ambos sabemos que haverá sempre um fanático em nosso encalço. Eu relatei a ele uma história da minha juventude. Quando o aiatolá Khomeini emitiu

um fatwa contra Rushdie, eu era uma estudante devota da Escola Secundária de Meninas Muçulmanas de Nairóbi, no Quênia. Eu e minhas colegas ficamos, imediatamente, solidárias com o líder iraniano que tomava a defesa do sagrado *Corão* e punia o autor

.....

**“A escolha que o século XXI oferece aos muçulmanos é clara: modernidade ou regime tribal. Proponho às comunidades islâmicas fazer uma reflexão crítica da sua doutrina religiosa e reter a espada que corta a cabeça de quem pensa por si mesmo”**

.....

de um romance, suposta blasfêmia contra o profeta Maomé, nosso venerável guia. O fato vinha corroborar nosso aprendizado diário, a indignidade dos kafirs, os infiéis, os não muçulmanos. A primeira coisa que veio à minha cabeça foi: “Esse Rushdie deve ser morto”.

**Veja** — *O que ele disse?*

**Ayaan** — Rushdie sorriu. Foi gentil ao lembrar que, na época, eu era apenas uma garota.

**Veja** — *Por que a senhora propõe fechar as escolas muçulmanas na Holanda?*

**Ayaan** — Os professores das escolas muçulmanas holandesas ensinam a ser hostil às leis do país. Dizem aos seus alunos: “Nós vivemos na terra do inimigo, somos subjugados pelas leis dele. A lei suprema é a vontade de Alá, revelada pelo arcanjo Gabriel a Maomé, transcrita no *Corão*”. Esses estabelecimentos de ensino pu-

blico recebem ajuda do governo. Não, não e não! A escola deve ser um lugar neutro, com o objetivo de preparar os alunos para a vida numa sociedade sintonizada com seu tempo, fundada no espírito crítico e no ensino da cidadania. Os holandeses, que vivem em um dos países mais tolerantes da Europa, ficam exasperados de ver, em manifestações de rua, jovens muçulmanos holandeses gritando “*Hamas, Hamas! Judeus para a câmara de gás!*”.

**Veja** — *A Turquia deve ser aceita como integrante da União Européia?*

**Ayaan** — Sim, desde que o governo turco implemente, durante o período de candidatura, as medidas exigidas pela União. Elas beneficiarão os turcos em geral e, em particular, as mulheres muçulmanas, que terão seus direitos mais bem respaldados. Já se percebem alguns passos tímidos nessa direção. A questão geográfica, se a Turquia pertence ou não à Europa, é hipócrita. Por trás dela estão o preconceito da extrema direita nacionalista européia e o medo da competição de mercado que atormenta os partidos da esquerda demagógica. A objeção geográfica nunca foi apresentada quando convidaram a Turquia para ingressar na Otan. Negar a inclusão da Turquia reforçaria a posição dos fundamentalistas muçulmanos turcos. Trava-se atualmente uma batalha de corações e mentes contra o islamismo político. Veja os efeitos catastróficos da tortura a que soldados americanos submeteram os prisioneiros iraquianos da penitenciária de Abu Ghraib. Os fundamentalistas acharam ótimo.

**Veja** — *Líderes das comunidades muçulmanas européias acusam de projetar uma experiência de vida traumática sobre um grupo inteiro. Aceita essa crítica?*

**Ayaan** — Isso é uma estratégia conhecida para desviar-se da verdadeira questão: o Islã quer ir para a frente ou para trás?

**Veja** — *A senhora abandonou a sua religião, tornou-se apóstata. Mas, se um dia encontrasse com Deus, o que gostaria de ouvir dele?*

**Ayaan** — *Você é religiosa.*



**O SR. VALMIR AMARAL** (PP – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, há séculos não nos encontrávamos tão fortemente confrontados com questões de ordem moral e ética. A humanidade, com os gigantescos e velocíssimos avanços da ciência, coloca, diante de si, cruciais dilemas de ordem deontológica, como há muito não se via.

E são indagações que estão muito além das que são postas pelas revoluções de costumes, que os séculos propiciaram à sempre inquieta comunidade humana. São questionamentos que derivam, principalmente, dos progressos que alcançamos na biogenética.

De fato, meus nobres Pares, a milenar ambição do homem de ser capaz de reproduzir o ato criador original nunca esteve tão presente na mente dos cientistas e nos debates sociais. Beiramos o poder divino de criar seres vivos. Os incríveis saltos que conseguimos dar, nas últimas décadas, no conhecimento da estrutura fundamental dos seres, geraram, como conseqüência, complexas e delicadas questões no campo da moral.

Todos se lembram, certamente, do episódio da clonagem da ovelha Doly e das discussões, ainda não esgotadas, sobre se seria lícito intervir na geração dos seres ou não. Depois disso, novas experiências e descobertas aconteceram na biogenética, alargando, ainda mais, o campo das discussões deontológicas; experiências e descobertas que alcançaram, o que seria inevitável, o próprio homem, quando passamos a ser capazes de trabalhar o DNA humano.

Ora, Senhor Presidente, desde o momento em que a ciência foi capaz de entender a importância do DNA para os seres vivos, este ácido se tornou, gradativamente, um dos mais importantes instrumentos de conhecimento sobre o homem. Não apenas de conhecimento, mas do poder de intervenção do homem em si mesmo. E isso nos aproximou, perigosa ou felizmente, dependendo do paradigma de cada um, do poder divino de criação.

Estamos, pois, diante de um fato científico que tem profundas e radicais conseqüências sobre a sociedade. Nós somos capazes de extrair o DNA de qualquer ser vivo e, com ele, formar bancos de informação genética sobre os seres humanos que transcendem, em muito, a mera estocagem de dados. Na verdade, os bancos de DNA constituem muito mais do que informação. Eles são matéria-prima para manipulação genética.

Eis a razão de minha intervenção neste momento!

Assim como tivemos, e ainda temos, que lidar com a regulação social do mundo virtual da Internet, devemos questionar e debater a regulação da estocagem e do uso do DNA, práticas já existentes, mas não satisfatoriamente reguladas.

De fato, se olharmos para o mundo vegetal e animal, os bancos de germoplasma já são uma realidade técnica, perfeitamente assimilada pela sociedade. As questões de ordem moral e ética estão sendo gradativamente resolvidas, passado o primeiro impacto traumático da clonagem da ovelha.

Há, contudo, uma importante lacuna de regulação da manipulação da informação genética, no que respeita ao DNA humano. Exemplo recentíssimo da falta de controle social é a venda, pela Internet, por empresa norte-americana, de material coletado em indígenas brasileiros, sem autorização expressa, nem dos índios, nem das autoridades tutelares brasileiras.

Paralelamente, Sr. Presidente, não podemos ignorar a enorme importância, para a sociedade, do uso da informação fornecida pelo DNA. É o caso de sua utilização forense, nas comprovações de paternidade e maternidade, ou de identificação de criminosos a partir da investigação criminal científica.

Tais práticas, mesmo largamente difundidas, estão longe de abarcar todas as potencialidades de uso da informação genética. Só no campo dos testes de identificação, há vastíssima utilidade.

Nos exames pré-nupciais, o teste de DNA identifica se algum membro do casal é portador de gene defeituoso e estabelece a probabilidade de que a prole herde tal gene. No rastreamento de doenças de manifestação tardia, o teste pode detectar ocorrências em adultos com determinada carga genética. E, assim por diante, Senhoras e Senhores Senadores, há vastíssimo campo de uso do DNA só na identificação de características de seus possuidores. O que não dizer quando se pensa nas possibilidades de manipulação desse ácido.

Estamos, pois, sendo chamados a uma importante discussão sobre como regular o uso social da informação genética. E um dos pontos iniciais dessa discussão é o que fazer com os bancos de dados de DNA. E a questão não é meramente teórica, já que existem, no Parlamento brasileiro, projetos de lei para a criação de bancos de DNA a partir da coleta de material dos recém-nascidos, como os projetos apresentados em 1996, 1999 e, mais recentemente, em 2002, na Câmara dos Deputados.

É verdade que, do ponto de vista técnico, não há problemas maiores a resolver. Mas da ótica do controle e segurança da informação contida nesses bancos, há gravíssimas conseqüências a considerar.

De fato, o uso inadequado ou não autorizado da informação genética pode causar graves danos ao cidadão, incluindo estigmatização, discriminação e preconceito. Mesmo assim, o Brasil ainda não estabeleceu, até hoje, proteção legal para os dados genéticos. E existem riscos concretos de perda do controle sobre

a informação pessoal, possibilitando o uso indevido dos dados genéticos, como a recusa, por parte de seguradoras, de proponentes de seguros de vida ou saúde; ou a eliminação de candidatos a emprego em processos seletivos em empresas; ou a não-concessão de benefícios por parte de instituições de governo.

Essas, Senhoras e Srs. Senadores, são questões importantíssimas. E sobre elas a sociedade deve se manifestar, em defesa de seus legítimos interesses coletivos e individuais, de cada cidadão.

As questões são tão relevantes que impulsionaram o desenvolvimento da bioética. Desse avanço surgiu a conclusão de que os avanços na biogenética têm a capacidade de mudar a sociedade humana. É nesse ponto que estão colocadas as indagações fundamentais:

Que tipo de mudanças queremos? Que uso podemos e queremos fazer desses novos conhecimentos? Em que tipo de sociedade queremos nos transformar? Sob que condições a reprodução da espécie humana deverá ou poderá se fazer daqui em diante?

A ciência aplicada não pode ser amoral. Ela deve ter como objetivo fundamental o bem-estar coletivo e individual do ser humano. Por isso, Senhor Presidente, proponho que o Senado Federal, para fim de regulação social, tome a iniciativa de realizar audiências públicas sobre o uso e manipulação da informação genética. Estou convencido de que, com isso, prestaremos um enorme serviço à Nação brasileira e evitaremos grandes problemas sociais e jurídicos em futuro próximo, muito mais próximo do que se poderia imaginar.

Para dar conseqüência a esta minha proposta, julgo mais do que oportuno que a Comissão de Assuntos Sociais realize uma primeira audiência pública o mais brevemente possível. Reunir especialistas na matéria e pessoas representativas da sociedade é, fora de dúvida, o caminho mais transparente para alcançarmos uma regulação socialmente justa para a estocagem e uso do DNA humano.

Muito obrigado, Senhor Presidente,

Era o que eu tinha a dizer.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, no último dia 24, realizamos em Belém reunião de que participei na qualidade de representante da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da qual sou Vice-Presidente.

O objetivo principal era discutir a extensão do fornecimento da energia proveniente da hidrelétrica de Tucuruí aos municípios da margem esquerda do rio Amazonas e pertencentes ao arquipélago do Marajó, que até hoje são supridos por usinas a óleo diesel.

Tivemos a oportunidade de ouvir as demandas de todos aqueles municípios que se sentem aliados há

muitos anos de uma política que fomente verdadeiramente o desenvolvimento sustentável daquela região. São duas regiões com forte vocação também para o turismo, mas que não têm recebido por parte do Poder público estadual uma atenção especial. É com enorme satisfação que vejo o Governo Federal apresentar propostas concretas, sendo que algumas já vêm sendo realizadas. São obras importantes e que levam dignidade ao povo das duas regiões. As demandas são muitas e certamente todas não serão atendidas com muita rapidez, pois foram anos de abandono e descaso. Porém, o mais importante é que hoje aquela população tem voz e tem sido chamada para ser ouvida.

Nessa reunião, tivemos a oportunidade de ouvir 43 pessoas representando os municípios, dentre essas o Deputado Federal José Lima, os Deputados Estaduais Arnaldo Jordy, representando a Assembléia Legislativa do Estado, e o Deputado Estadual João Ferrari Júnior, representante do governo estadual, prefeitos, Presidente da Associação dos Municípios do Calha Norte, Sr. Nelson Luiz Diniz da Conceição, representantes dos órgãos federais, diretores da concessionária de energia no Pará e representantes dos senadores do Pará.

Tanto a Eletronorte como a Rede Celpa apresentaram seus projetos que viabilizarão o fornecimento de energia oriundo da UHE de Tucuruí aos municípios.

A Rede Celpa identificou nos projetos que a travessia do rio por uma rede elétrica seria obstáculo para a interligação elétrica Breves/Portel dos municípios da margem esquerda do rio Amazonas, a travessia do rio. Porém, o estudo feito identifica que em alguns pontos essa ligação poderá ser feita por meio subaquático. Esse estudo foi elaborado por técnicos da Universidade Federal do Pará, tendo a participação de uma empresa dinamarquesa. Participaram ainda as empresas Jarí, Alcoa e Mineração Rio do Norte, que já iniciaram negociações junto a Eletronorte para iniciarem uma parceria público-privada. Os projetos são, portanto, viáveis, especialmente com parceria entre empresas, governo estadual e Governo Federal.

Os prefeitos das regiões demonstraram certa angústia quanto aos recursos que foram previstos no Orçamento Geral da União e que sofrem ameaças de corte. Diante disto, buscaremos reunir-nos com a Ministra da Casa Civil, Dilma Roussef e com o Ministério de Minas e Energia, além da Eletrobrás, Eletronorte e Governo do Estado do Pará.

Queremos que seja assegurado a esses 27 municípios o fornecimento de energia elétrica, superando um passado de exploração e exclusão do povo do Estado do Pará.

Muito obrigada. – **Ana Júlia Carepa.**

**O SR. GERSON CAMATA** (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, fazer com que a música erudita não se limite às salas de espetáculos, aos ambientes refinados e silenciosos, é fundamental para popularizar as obras clássicas, aproximá-las da população.

É digno de registro nesta tribuna, como ação que promove a descoberta de novos horizontes culturais, o projeto Concertos Populares, que vem sendo desenvolvido pela Orquestra Filarmônica do Espírito Santo, por iniciativa do Governo do estado, nas escolas da rede pública capixaba.

O projeto consiste em apresentações gratuitas, realizadas em escolas, centros comunitários, igrejas e outros espaços, com objetivo de mostrar, em linguagem simples e objetiva, a música dos grandes compositores, inclusive brasileiros, como Carlos Gomes e Villa-Lobos. Foram promovidas apresentações da Orquestra nos ginásios das escolas de Vitória durante o mês de maio. Em junho, será a vez do município da Serra. Durante o mês de julho a orquestra estará em Cariacica e, em agosto, tocará em Vila Velha.

Não há dúvida de que a Orquestra encontrou um meio muito eficiente de difundir os clássicos entre os jovens. Como mostrou uma reportagem do programa Bom Dia Brasil, da Rede Globo, exibida hoje (terça-feira, 31 de maio), os concertos nas escolas são precedidos de uma conversa do maestro Helder Trefzger, em que ele fornece à platéia explicações sobre as obras a serem apresentadas e detalhes das vidas de seus autores.

A reportagem comprova que empreendimentos como o da Filarmônica do Espírito Santo têm excelente aceitação, pois em todas as apresentações nas escolas as crianças não só acompanham a orquestra, cantando e batendo palmas, como querem ouvir mais. O projeto Concertos Populares merece vida longa, e seria melhor ainda vê-lo sendo copiado no restante do País, prefeituras e governos estaduais. – **Senador Gerson Camata.**

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, na semana passada, apresentei nesta Casa um Projeto de Lei que estabelece diretrizes para o saneamento básico no Brasil e cria uma política nacional para o setor. O projeto é o resultado das reflexões e do trabalho dos governos estaduais, por meio do Fórum Nacional dos Secretários Estaduais de Saneamento, e recebeu também contribuições de outras entidades do setor e de técnicos e juristas especializados.

Pois algo curioso aconteceu logo depois de apresentado o projeto: no final da semana, o Governo Federal decidiu que o Ministério das Cidades vai entregar o seu projeto de uma Lei de Diretrizes e de Política Nacional de Saneamento, nesta sexta-feira, ao presi-

dente da Câmara, Severino Cavalcanti, e solicitar que ele tramite em regime de urgência.

No mesmo dia em que anunciou a apresentação da proposta do Governo, o Secretário Nacional de Saneamento do Ministério das Cidades, Abelardo de Oliveira Filho, disparou críticas ao projeto de lei que apresentei, dizendo, entre outras coisas, que as empresas estaduais de saneamento querem criar uma reserva de mercado para o setor estatal, não apresentam propostas para os direitos dos usuários nem para os subsídios cruzados e querem reduzir o papel da união ao de mero repassador de recursos.

Tal afirmação não é verdadeira. Existe a obrigatoriedade de regular todos os prestadores, da mesma forma, com metas e padrões de serviços, sejam eles públicos ou privados, municipais ou estaduais. Outra mentira é dizer que o projeto de lei não protege o consumidor: ao contrário, todo o Código de Defesa do Consumidor permanece aplicado ao setor, ou seja, são mantidos todos os mecanismos de defesa do consumidor.

É preciso destacar que não há como analisar o projeto de lei do Governo, pois ele não é de conhecimento público. A única versão disponível, na página do Ministério das Cidades, desmente as declarações do secretário. Mas as declarações do secretário permitem deduzir que o projeto de lei do governo apresenta grandes riscos de inconstitucionalidade, em relação à proposta de política de saneamento, com normas de cooperação da União com Estados e Municípios, pois a mesma deveria ser feita por meio de Lei Complementar, segundo dispõe o artigo 23, parágrafo único, da Constituição Federal.

Também há preocupações com relação ao tema dos subsídios tarifários: sua estrutura por meio de fundos vai inviabilizar sua aplicação, pois os fundos são sujeitos ao contingenciamento orçamentário e as empresas que vierem a utilizar esses recursos para atender às famílias e municípios mais pobres ficarão impedidas de acessar financiamentos, pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Isto será muito grave para o setor e agravará as desigualdades sociais e territoriais.

Outro ponto que me preocupa bastante é o envio do projeto com urgência constitucional: neste regime, o Congresso tem que aprová-lo em 45 dias, ou seja, não haverá tempo para discussões. As duas casas terão que formar comissões especiais, o que também limitará os debates. Além de altamente questionável do ponto de vista da democracia, inviabilizando uma análise profunda e cuidadosa dos parlamentares e a participação da sociedade, a medida certamente será inócua, pois dificilmente haverá tempo e condição política de cumprir os prazos de votação, travando a pauta parlamentar e criando mais um impasse. – **Senador Gerson Camata.**



**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “A corrupção em nossa história”, de autoria do articulista Boris Fausto, publicado no jornal **Correio Braziliense** em sua edição de 4 de junho do corrente.

O articulista, em seu artigo, comenta a evolução da corrupção no país, demonstrando que o tema levou muito para que se tornasse uma mal suscetível de ampla indignação social e, ao mesmo tempo, um recurso de luta política.

Aponta em suas palavras que: “Por ora, o tema da luta contra a corrupção está mais nas mãos da

sociedade do que dos partidos, respeitadas as vozes partidárias sérias que existem – e não são tão poucas assim. Mas sociedade e política são vasos comunicantes e a opinião pública, assim como os movimentos sociais, não podem enfrentar isoladamente um problema histórico tão enraizado e com tantas facetas”.

integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

## *A corrupção em nossa história*

BORIS FAUSTO

### *Após a democratização, pela primeira vez, um partido de esquerda, o PT, assumiu a luta contra a corrupção*

**A** CORRUPÇÃO faz parte de nossa história desde o primeiro momento em que Cabral e seu séquito puseram os pés nas costas da Bahia. Mas levou muito tempo para que ela se tornasse um mal suscetível de ampla indignação social e, ao mesmo tempo, um recurso da luta política.

Se é possível datar fatos dessa natureza, o ano de 1945 é um bom começo. Foi o ano do lançamento da União Democrática Nacional (UDN), que levantou como bandeira, entre outros pontos, a moralização da sociedade e dos costumes políticos.

Na luta que empreendeu para afastar Getúlio do poder, em 1953-1954, a UDN martelou o tema da corrupção, denunciando, por exemplo, favores concedidos pelo Banco do Brasil ao jornalista Samuel Wainer, editor de “Última Hora” —um dos poucos jornais que, não por acaso, faziam a defesa do presidente. Nas semanas que antecederam o suicídio de Getúlio, as acusações ganharam ímpeto. Ele próprio teria dito a conhecida frase de que, sem ser de seu conhecimento, um “mar de lama” invadira o Palácio do Catete.

Mas faltava ao udenismo apoio popular, embora encantasse a classe média letrada. Isso fez com que as denúncias de corrupção pudessem ser convertidas em “moralismo” pelos adversários trabalhistas e fossem vistas pela massa como manobras dos privilegiados contra o homem que representava os interesses dos trabalhadores. Mais ainda, os comunistas do PCB, embora integrados na campanha pela renúncia de Getúlio, viam na bandeira da luta contra a corrupção apenas uma manobra pequeno-burguesa, destinada a desviar as massas do caminho revolucionário.

Quem percebeu que o tema traria altos dividendos políticos, numa versão populista, foi Jânio Quadros. De vassoura em punho, prometeu varrer a corrupção e venceu assim as eleições de outubro de 1960, diante do sóbrio general Lott. Logo depois veio a renúncia, mas isso é outra e desastrosa história.

O desenvolvimentismo de Juscelino e o populismo radical que Jango acabou por assumir passaram ao largo do combate à corrupção, deixando a denúncia das práticas delituosas, mais uma vez, nas mãos da chamada direita. Quando os militares tomaram o poder, no movimento de março/abril de 1964, a tão alegada necessidade de reprimir duramente comunistas e corruptos atraiu muitos setores da classe média. Por fim, tudo acabou como acabou.

Após a democratização, pela primeira vez, um partido de esquerda —o PT— assumiu como um dos seus temas básicos a luta contra a corrupção. A opção não se impôs da noite para o dia, mas ganhou força, principalmente, sob influência das lideranças de inspiração católica. A “ética na política” se transformou, assim, na irmã das propostas de ruptura do modelo econômico.

Se, internamente, mais do que outra coisa, a ruptura do modelo como passo no rumo do socialismo embalou os corações petistas, na sociedade em geral a valorização da ética ficou em primeiro plano. Mesmo quem estava vacinado contra ilusões revolucionárias reconhecia que o PT era um partido diferente dos demais, por seu maior compromisso ético. O monopólio da virtude, que o partido se atribuía, tinha muito de arrogante, mas minimizava-se esse aspecto em nome de uma qualidade maior.

Passados quase dois anos e meio do governo Lula, a bandeira petista da ética na política esfrangeou-se. Os fatos mostram que não há exagero na afirma-

ção. Basta lembrar o caso triste e escabroso do assassinato do prefeito Celso Daniel, ainda objeto de tantas dúvidas; as alianças sem princípios com partidos e personagens turvos; o caso abafado envolvendo Waldomiro Diniz, assessor de José Dirceu; o recente escândalo dos Correios que, mais uma vez, o governo e o PT querem abafar, impedindo a instalação da CPI ou cortando-lhes as asas.

Tudo isso vem provocando o desalento e as críticas de vários petistas ou ex-petistas, embora o chamado realismo da direção partidária e de muitos setores, que se beneficiaram com a chegada ao poder, olhe para a oposição interna como quem olha para crianças embaladas em sonhos.

Ao mesmo tempo, o tema da denúncia de práticas condenáveis, sob diferentes aspectos, indo da crítica ao nepotismo à corrupção sem disfarces, ganhou definitivamente a opinião pública. Vejam, por exemplo, os números da recente pesquisa CNT/Sensus, apontando a corrupção como o maior motivo para não ter orgulho do Brasil, superando até a violência. Ainda, o fato de que 86% das pessoas entrevistadas, que dizem ter conhecimento do caso, apóiam a formação da CPI dos Correios.

Por ora, o tema da luta contra a corrupção está mais nas mãos da sociedade do que dos partidos, respeitadas as vozes partidárias sérias que existem —e não são tão poucas assim. Mas sociedade e política são vasos comunicantes e a opinião pública, assim como os movimentos sociais, não podem enfrentar isoladamente um problema histórico tão enraizado e com tantas facetas. Para finalizar, nesse campo, como em tantos outros, a prática indica que caminhar passo a passo, com medidas concretas, vale mais do que mil slogans.

Boris Fausto, historiador, é presidente do Conselho Acadêmico do Gacint (Grupo de Conjuntura Internacional) da USP. É autor de, entre outras obras, “A Revolução de 30” (Cia. das Letras).

bfausto@attglobal.net



**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Cheque, ônus e bônus”, de autoria do articulista Clóvis Rossi, publicado no jornal **Folha de S. Paulo** na sua edição de 7 de junho do corrente.

O artigo inicia com a seguinte pergunta: “O presidente Lula sabia do esquema do mensalão? E, se sabia, o que fez?”. Segue dizendo: “Mas não há elementos para afirmar que Lula nada fez. De todo modo, se ele acreditar na frase que lhe atribuem (...) teria de

ficar em cima da investigação que seus subordinados dizem ter feito.”

Para que conste dos Anais do Senado, requieiro, Sr. Presidente, que o artigo acima citado passe a integrar este pronunciamento.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CLÓVIS ROSSI

## Cheques, ônus e bônus

**SÃO PAULO** - O ponto-chave nessa história do “mensalão” denunciado pelo deputado Roberto Jefferson a Renata Lo Prete, desta **Folha**, é o seguinte: o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sabia do esquema? E, se sabia, o que fez?

Se sabia e nada fez, cometeu crime de responsabilidade, o que pode dar até em impeachment. Que o presidente sabia, o próprio Planalto admite. O problema é que há duas versões para a segunda pergunta. Jefferson diz que Lula chorou e o esquema cessou. Mas não houve apuração.

Já o Palácio do Planalto diz que o presidente passou a bola para Aldo Rébello, que a repassou para Arlindo Chinaglia, o líder na Câmara, que chegou à conclusão de que era denúncia velha, surgida em setembro, pelo deputado Miro Teixeira, que teria se desmentido depois.

Parece claro que a cúpula do governo/PT foi, para ser bem brando, descuidada na apuração de uma denúncia da maior gravidade. Mas não há elementos para afirmar que Lula nada fez. De todo modo, se ele credi-

tasse na frase que lhe atribuem — segundo a qual daria um cheque em branco para Jefferson e, não obstante, dormiria tranqüilo—, teria de ficar em cima da investigação que seus subordinados dizem ter feito.

Agora, a **Folha** ouviu que, cheque a Jefferson, “nem preenchido”.

Tarde demais. O estrago já está feito. Tão feito que o ministro Márcio Thomaz Bastos (Justiça) teve de esquecer pronunciamento já gravado sobre combate à corrupção, porque falava dos Correios e do IRB, mas não da entrevista de Jefferson.

Ou seja, dia sim, outro também, há alguma denúncia do gênero.

Nesse cenário, barrar investigações, quaisquer que sejam, equivale à confissão de culpa. Aí, de duas uma: ou o governo sabe que uma CPI trará mais fatos comprometedores à luz do dia ou é tonto de preferir ficar com o ônus de ser visto como culpado sem o eventual bônus de a investigação dissipar ao menos algumas dúvidas que flutuam sobre a pátria.

@ → [crossi@folhasp.com.br](mailto:crossi@folhasp.com.br)

**O SR REGINALDO DUARTE** (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>a</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do “Painel do Leitor”, da **Folha de S. Paulo**, publicado no último dia 9 de junho do corrente.

As opiniões publicadas naquela coluna da **Folha de S. Paulo** ilustram a indignação da população brasileira com as denúncias de corrupção no governo Lula, especialmente nos casos dos correios e do “mensalão”.

Assim, Sr. Presidente, requeiro que o “Painel do Leitor” acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**PAINEL DO LEITOR**

O “Painel do Leitor” recebe colaborações pelo correio (al. Barão de Limeira, 425, 4º andar, São Paulo SP, CEP 01207-900), por fax (011) 7222-1644) e por e-mail. Pedese que as cartas sejam concisas e contem em nome completo, endereço, telefone e, exceto em mensagens por e-mail, assinatura. A Folha se reserva o direito de selecionar cartas e publicar trechos. E-mail: leitor@folha.com.br

**Mensalão**

“A estratégia do senhor Delúbio Soares de abrir seu sigilo bancário e fiscal é para rapear quem? Ninguém o acusa de embelesar nada. Em primeiro lugar está o fato ilícito de comprar o Congresso, o que já é crime. Em segundo lugar, o que nós, pobres mortais, queremos saber é: de onde veio o dinheiro do ‘mensalão’? Quem está financiando esse esquema? Onde está guardado o dinheiro? Que tal se o PT abrisse suas contas?”

Gladis Henne Eboli (São Paulo, SP)

★

“O ministro das Cidades, Ovídio Dutra, diz que o governo ‘paga’ pelas más companhias a que foi forçado a se aliar. Falou ele dizer que ‘paga muito’, ainda! R\$ 30 mil por mês dá para alimentar 600 pessoas pelo programa Fome Zero. O que queremos saber, senhor ministro, é de onde vem esse dinheiro.”

Hermínio Silva Júnior (São Paulo, SP)

★

“Não há mais nenhuma dúvida de que o Brasil precisa de uma profunda reforma política. O Executivo, em seus níveis federal, estadual e municipal, não conseguindo maiorias em suas instâncias legislativas, transforma-as em balcões de negócios, onde apoios são comprados com verba pública.

No Brasil, a frase do grande humorista **Graciliano Marx** continua atual como nunca: ‘Se você não gosta dos meus princípios, eu posso trocá-los’.”

Clóvis Céspedes Grandos (São Bernardo do Campo, SP)

★

“As instituições brasileiras realmente estão podres. O linguajar do presidente do PT é como se ele ainda estivesse tratando de guerrilha. Não se fala em investigar as denúncias, mas em trocar uma sujeira por outra. O fato existe. Resta saber quem dará mais para calar ou para abrir a boca de quem sabe das maracujaias que envolvem o PT, seus dirigentes, seus comparsas e o presidente da República, que, salvo melhor juízo, ou é leniente ou é o bobo da corte.”

João Israel Neiva (Belo Horizonte, ME)

★

“Pelo que afirmou o deputado Roberto Jefferson, Delúbio Soares, o tesoureiro do PT, criou um novo Bolsa-Família. Resta ao povo brasileiro esperar que as

tumúltias beneficiadas com esse novo ‘programa social’ sejam reveladas, mas, pelo que vimos até agora, se o Delúbio enviou a ‘verba’, ninguém a recebeu.”

Simão Pedro Marinho (Belo Horizonte, MG)

★

“Não posso deixar passar sem reparo a afirmação do editorial ‘A política como negócio’ (Opinião, 8/6) de que ‘não há muita diferença entre o ‘mensalão’ de hoje e a compra de votos para aprovar a emenda da reeleição em 1997’.

Pelos indícios aparecidos até agora, o ‘mensalão’ seria parte de uma ampla rede de corrupção com ramificações no Executivo, no Legislativo e em partidos de sustentação do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O presidente do PT B acusa o tesoureiro do PT de integrar essa rede. A denúncia que o deputado Roberto Jefferson tornou pública na entrevista à **Folha** foi feita antes em privado a vários ministros do presidente da República.

Ninguém acusou membro nenhum do governo anterior nem do PSDB por nada remotamente parecido. As extensivas

investigações do Ministério Público e da imprensa sobre a suposta compra de votos para a emenda da reeleição não encontraram qualquer elemento material ou testemunhal que apoiasse as especulações e as insinuações a esse respeito.

Sou testemunha de que a orientação transmitida aos que cuidaram do preenchimento de cargos no governo Fernando Henrique Cardoso foi a de não abrir mão de requisitos de competência e de honestidade na seleção dos candidatos. Pessoas indicadas foram recusadas por se julgar que lhes faltavam tais requisitos. O esforço pela profissionalização do serviço público foi constante. O Estado saiu de grandes áreas, como telecomunicações, tradicionalmente sujeitas à manipulação política. Ampliaram-se os cargos privativos de servidores de carreira selecionados por critérios profissionais e processos transparentes, como ocorreu no Inca e no INSS.

Desconhecer a diferença entre as duas situações é injusto e prejudica a contribuição — de resto notável — da **Folha** para a formação de opinião bem informada sobre fatos políticos tão graves.”

Eduardo Graeff, ex-secretário-geral da Presidência da República no governo Fernando Henrique Cardoso (Brasília, DF)

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “No mundo da lua”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 19 de maio do corrente ano.

O autor destaca que há muito não se via tanta desarticulação num governo. Destaca, também, que a maior responsabilidade por essa desarticulação é

do Presidente Lula, que gerencia mal a crise em seu governo.

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Sr. Presidente, que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

VALDO CRUZ

## No mundo da lua

**BRASÍLIA** - *A oposição está em festa. Não poderia haver melhor momento para criar uma CPI destinada a investigar negociatas nos Correios do governo Lula. Uma boa chance para desgastá-lo no ano que antecede a eleição presidencial.*

*Naturalmente, diante da completa desarticulação petista, tudo pode ficar pior. Em vez de uma, Lula pode enfrentar duas CPIs — a dos Bingos, criada para investigar Waldomiro Diniz, pode ressuscitar.*

*Arquivada por falta de indicação de membros pelo então presidente do Senado, José Sarney, a CPI dos Bingos pode ser instalada por determinação do STF. A oposição recorreu ao Supremo contra seu engavetamento. O julgamento está 4 a 0 contra o PT. Faltam dois votos.*

*Caos é o que vai reinar no Legislativo se esse cenário se confirmar. Duas CPIs ao mesmo tempo. Uma delas mirando o ministro José Dirceu (Casa Civil), o alvo da oposição ao propor a dos Bingos.*

*Lula, enquanto isso, vai retardando algo que mina seu governo a cada*

*dia: mudar sua articulação política. Seus auxiliares já não sabem o que fazer diante da relutância presidencial em tirar Aldo Rebelo.*

*Atropelados pelo seu próprio amorismo, restou ao PT reagir ameaçando instalar a CPI do Setor Elétrico, investigando as privatizações da era tucana. Aí o Congresso pára de vez e estaremos na crise institucional anunciada por FHC.*

*Uma coisa é certa. Há muito não se via tanta desarticulação num governo. Há tempo para consertar o estrago? Talvez haja para amenizá-lo.*

*Afinal, daqui para a frente o quadro político estará sempre contaminado pelo clima eleitoral. Acabou o refresco para o governo Lula.*

*Interessa a tucanos e pefelistas ir sangrando Lula até a campanha eleitoral de 2006. Nem é preciso muito esforço. O PT ajuda — e muito.*

*A maior responsabilidade, porém, é do presidente. Enquanto gerencia mal a crise, compara-se ao melhor de JK. Se não cair na real, vai ficar sem mais quatro anos.*



**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Para 59%, Presidente não mais defende as idéias que o elegeram”, publicada pelo jornal Folha de São Paulo de 5 de junho de 2005.

Segundo pesquisa do datafolha, para 59% dos entrevistados o Presidente da República deixou de defender a maior parte das idéias que tinha antes de ser eleito, assim que assumiu o cargo. O PT passa por uma grande crise interna, com várias alas do partido inconformadas com a política econômica e com as alianças políticas adotadas pelo Palácio do Planalto.

to. É exatamente esse descompasso que a pesquisa demonstra.

Para concluir, Sr. Presidente, requeiro que a reportagem acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**DATAFOLHA** *Políticos e banqueiros são os segmentos sociais mais favorecidos; os mais prejudicados são os trabalhadores*

# Para 59%, presidente não mais defende as idéias que o elegeram

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A pesquisa Datafolha registra um aspecto do governo Lula que vem sendo alvo de ataques do seu próprio partido: para expressivos 59% dos entrevistados, o presidente da República “deixou de defender a maior parte das idéias que tinha antes de ser eleito”.

O PT passa atualmente por uma grande crise interna, com várias alas do partido inconformadas com a política econômica e com as alianças políticas adotadas pelo Palácio do Planalto.

Alguns congressistas já se desligaram da sigla e fundaram uma nova agremiação, o PSOL. Na semana que terminou ontem, outro quadro histórico do PT, Cristovam Buarque, anunciou que não disputará o governo do Distrito Federal em 2006. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que apoiou a CPI dos Correios, foi retirado da chapa majoritária que disputará a direção da sigla no segundo semestre.

Essa diáspora no PT nunca foi tão bem retratada de maneira científica como na pesquisa do Datafolha. Entre os entrevistados que se declararam petistas, nada menos do que 42% acham que Lula abandonou a maior parte de suas idéias depois de ascender ao Palácio do Planalto.

Nos outros partidos, sempre mais de 60% acreditam que o presidente passou a ter idéias diferentes depois de tomar posse. Apesar de desacreditado por par-

DEPOIS QUE LULA ASSUMIU...		
	Total	Partido do PT
Ele deixou de defender a maior parte das idéias que tinha antes de ser eleito	59%	42%
Ele continua defendendo a maior parte das idéias que tinha antes	34%	55%
Outras respostas		1%
Não sabe		3%

te considerável do PT, é entre os petistas que Lula continua com a imagem menos desgastada.

#### Beneficiados

Na semana em que o governo federal mais se esmerou pela “operação abafa” contra a CPI dos Correios, prometendo liberar verbas do Orçamento para deputados e senadores, o Datafolha constatou que os brasileiros identificam nos políticos os maiores beneficiados pela administração petista de Lula.

Para 29% dos pesquisados, são os políticos de maneira geral os que mais se saem bem na administração Lula. Esse número vem crescendo. Em dezembro passado, eram apenas 21% os que escolhiam essa resposta — que é estimulada junto com outras sete.

Em dezembro, os políticos rivalizavam com o setor agrícola. Naquele mês, 17% achavam que a agricultura era a área mais beneficiada sob Lula.

Agora, subiu no imaginário dos

pesquisados a categoria dos políticos e os bancos. Para 24%, o setor bancário é o que mais se beneficia com Lula no poder. Nas últimas semanas, as instituições financeiras vêm anunciando lucros recordes, muitos desses resultados lastreados na política de juros altos do governo federal.

Agricultura, com 11% de citações, caiu para o terceiro lugar.

#### Prejudicados

Embora o Partido dos Trabalhadores tenha chegado ao poder, para os entrevistados pelo Datafolha são os “trabalhadores de um modo geral” os mais prejudicados no governo Lula.

Essa categoria está na dianteira há algum tempo, mas vem perdendo terreno. Em dezembro de 2003, para 40% os trabalhadores eram os mais prejudicados. O setor que aparece na segunda colocação é o setor agrícola (15%), seguido por comércio e serviços (ambos com 14% cada um).

(FERNANDO RODRIGUES)



**O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO** (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores: ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Veja no que deu a caixa-preta do Judiciário”, de autoria do ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Maurício Corrêa, publicado no jornal Correio Braziliense de 12 de junho do corrente.

O artigo, ao tratar da atual crise política que o país enfrenta, mostra que “As causas maiores de todo o episódio estão no próprio presidente da República. Falta-lhe, senão mais preparo escolar, pelo menos alguma experiência na arte de administrar a coisa pública. Nesse mister não provou até agora a menor eficiência”.

E continua: “Se estivesse preparado para a missão de governar, hoje não estaria a engolir as próprias palavras, sujeito à indigestão com a roubalheira que se propaga ao seu redor, como está a ocorrer nos Correios, no IRB, no Ibama”

Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# Veja no que deu a caixa-preta do Judiciário

**MAURÍCIO CORRÊA**

Advogado

**N**inguém deseja que o país se despenque desfiladeiro abaixo, nem tampouco que toda essa tempestade que desabou sobre o Palácio do Planalto e deixou perplexa a nação desemboque em instabilidade institucional. Muito menos que degenerem num quadro mais azedo que possa conduzir ao impeachment do chefe da nação. O povo brasileiro não merece mais esse solavanco. Fui, quem sabe, um dos primeiros a falar sobre a fragilidade do governo do PT e particularmente do presidente da República, quando, ainda como presidente do Supremo Tribunal Federal, concedi entrevista à revista *Veja*, em sua edição 1.818, de 3 de setembro de 2003, em que alertei sobre o despreparo e vulnerabilidade dos que haviam se instalado no comando maior do país. Recebi aplausos do Brasil inteiro, mas também críticas de vários setores, inclusive de pesados ataques de boa parte da mídia. Em seguida, os fatos provaram que eu estava certo.

Embora já conhecesse o presidente como colega na Constituinte de 88, sem, contudo, privar de uma relação mais próxima, foi durante o período em que exerci a presidência do STF que melhor pude avaliar algo de seu caráter e personalidade. Já na minha posse a que compareceu, o que de praxe sucede com frequência em atos semelhantes naquela Corte, com a presença de presidentes da República, seus trejeitos, meneios e contrações faciais não negavam a discordância do discurso que então pronunciava. Sucessivos episódios que se seguiram puseram à mostra tudo o que pude intuir des-

ses contornos que nele pressentia existir e que me levaram a supor não preencher as indispensáveis condições para o exercício da mais alta magistratura nacional.

O Brasil se regozijou, nas últimas eleições, com a vitória do líder sindicalista do ABC Paulista que se elegeu presidente da República. Afinal, um operário chegar ao topo da hierarquia da vida política brasileira realmente é algo inusitado num país como o nosso, comandado tradicionalmente por conservadores e carente de lideranças superiores autenticamente populares. Apesar de haver demonstrado durante todo o período de atuação sindical, ao longo das campanhas eleitorais do passado e agora, já na Presidência da República, grande verve na comunicação com o povo, pouco a pouco foi exibindo seu lado negativo de manifesta ojeriza e preguiça no desempenho do dia-a-dia da atividade administrativa.

Além dessa carência, a cultura desenvolvida na pregação petista, que guarda no fundo indissociável disposição a posturas autoritárias e auto-suficientes, subsumiu no presidente achar-se dono exclusivo do melhor para o Brasil. Nada mais errático. Ninguém é dono sozinho de obras que dependem de muitos. O equívoco inspirado na prepotência acabou por projetar o imaculado PT nos braços de alianças com partidos e pessoas de outras crenças ideológicas e comportamentais que outrora jamais admitiu pudesse agregar-se à pureza de seu sangue. Deu no que deu. Até o próprio tesoureiro do partido é hoje denunciado como agente encarregado da compra de votos na Câmara dos Deputados e outras coisas mais. Enfim, está provado que o santo também é pecador, como

pecadores são todos, pelo menos do pecado original.

Para tentar livrar-se dos efeitos da explosão da bomba no meio parlamentar e palaciano, põe-se o presidente em ação para expelir agentes da administração contra os quais pesam sérias suspeitas. Teria ele combustível para prosseguir? Afastar, por exemplo, seu ministro da Previdência e o presidente do Banco Central, que respondem a inquéritos em trâmites no Supremo Tribunal Federal? Pago para ver. É uma meia-sola o que se propõe fazer, com o que se busca ultrapassar os efeitos da tormenta.

Último que tenhamos um torneiro-mecânico na Presidência da República. Seria ele, entretanto, capaz de conjurar a crise? Penso que não. As causas maiores de todo o episódio estão no próprio presidente da República. Falta-lhe, senão mais preparo escolar, pelo menos alguma experiência na arte de administrar a coisa pública. Nesse mister não provou até agora a menor eficiência.

Para exercer a Presidência da República exige-se, no mínimo, ser um estadista ou parecer ser um. Veja se alguém com tal envergadura provocaria um outro poder com a assadilha de que seria preciso “abrir a caixa-preta” do Poder Judiciário. Para averiguar o quê? Morosidade no julgamento de processos? Preguiça de juiz? Perseguição? Assassinato? Roubo?

Se estivesse preparado para a missão de governar, hoje não estaria a engolir as próprias palavras, sujeito à indigestão com a roubalheira que se propaga ao seu redor, como está a ocorrer nos Correios, no IRB, no Ibama... Além da lamentável compra de votos de parlamentares pelo tesoureiro do PT. Seguramente isso não é a caixa-preta do Judiciário!

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência comunica aos Srs. Senadores que a sessão conjunta do Congresso Nacional anteriormente convocada para hoje, às 20 horas, fica transferida para amanhã, dia 30 do corrente, quinta-feira, às 13 horas, no plenário da Câmara dos Deputados.

Se for o caso, faremos a leitura do Requerimento que cria a CPI do Mensalão.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Expressando o que pensa a Casa e por solicitação reiterada dos Srs. Líderes Partidários, convoca sessão deliberativa extraordinária a realizar-se amanhã, às 10 horas, com a seguinte

## ORDEM DO DIA

### 1

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 77-A, DE 2003

*(Incluído na Ordem do Dia nos termos do art. 358 do Regimento Interno)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências.

Pareceres de Plenário, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, sob os nºs:

– 1.032, de 2005, favorável, com a apresentação das emendas nºs 1 a 8, do Relator; e

– 1.033, de 2005, contrário às Emendas nºs 9 e 10, de Plenário.

### 2

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31, DE 2000

*(Votação nominal)*

Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves,

que acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças.

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

### 3

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29 DE 2002

*(Votação adiada, em virtude de requerimento aprovado em 23-2-005)  
(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que inclui § 8º no artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

### 4

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2004

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.863, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 12, DE 2003**

*(Votação nominal, se não houver emendas)*

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 87, DE 2003**

*(Discussão adiada, em virtude de requerimento aprovado em 26-4-2005)*

*(Votação nominal, se não houver emendas)*

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais* (dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer favorável, sob nº 685, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 42, DE 2003**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para*

*a aposentadoria compulsória do servidor público em geral.*

Parecer sob nº 463, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ que apresenta.

8

**PROJETO DE LEI DO CÂMARA Nº 73, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 2004 (nº 834/2003, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional da Imigração Japonesa.*

Parecer favorável sob nº 9, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gerson Camata.

9

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2005**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – “Desmanche”, que *altera a redação do art. 126 da lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os artigos 126-A e 126-B.*

10

**MENSAGEM Nº 2, DE 2005**

*Escolha de Chefe de Missão Diplomática*

Discussão, em turno único, da Mensagem nº 2, de 2005 (nº 962/2004, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Luiz Augusto de Castro Neves*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular da China, exercer o de Embaixador do Brasil junto à Mongólia.

## 11

**MENSAGEM Nº 4, DE 2005***Escolha de Chefe de Missão Diplomática*

Discussão, em turno único, da Mensagem nº 4, de 2005 (nº 5/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Frederico Cezar de Araujo*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade da Austrália, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República de Vanuatu.

## 12

**MENSAGEM Nº 114, DE 2005***Escolha de Chefe de Missão Diplomática*

Discussão, em turno único, da Mensagem nº 114, de 2005 (nº 156/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Sérgio França Danese*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Argelina Democrática e Popular.

## 13

**MENSAGEM Nº 121, DE 2005***Escolha de Chefe de Missão Diplomática*

Discussão, em turno único, da Mensagem nº 121, de 2005 (nº 180/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Flávio Roberto Bonzanini*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática do Congo.

## 14

**MENSAGEM Nº 127, DE 2005***Escolha de Chefe de Missão Diplomática*

Discussão, em turno único, da Mensagem nº 127, de 2005 (nº 201/2005, na ori-

gem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Ricardo Carvalho do Nascimento Borges*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Suriname

## 15

**MENSAGEM Nº 129, DE 2005***Escolha de Chefe de Missão Diplomática*

Discussão, em turno único, da Mensagem nº 129, de 2005 (nº 214/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Marcelo Leonardo da Silva Vasconcelos*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Angola.

## 16

**MENSAGEM Nº 131, DE 2005***Escolha de Chefe de Missão Diplomática*

Discussão, em turno único, da Mensagem nº 131, de 2005 (nº 225/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Carlos Eduardo Sette Camara da Fonseca Costa*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República das Filipinas.

## 17

**MENSAGEM Nº 139, DE 2005***Escolha de Chefe de Missão Diplomática*

Discussão, em turno único, da Mensagem nº 139, de 2005 (nº 290/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *João Batista Cruz*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo



de Embaixador do Brasil junto à República de Guiné-Bissau.

18

**MENSAGEM Nº 140, DE 2005**

*Escolha de Chefe de Missão Diplomática*

Discussão, em turno único, da Mensagem nº 140, de 2005 (nº 291/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Luiz Fernando Gouvêa de Athayde*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago.

19

**MENSAGEM Nº 145, DE 2005**

*Escolha de Chefe de Missão Diplomática*

Discussão, em turno único, da Mensagem nº 145, de 2005 (nº 326/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Luiz Filipe de Macedo Soares Guimarães*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.

20

**MENSAGEM Nº 153, DE 2005**

*Escolha de Chefe de Missão Diplomática*

Discussão, em turno único, da Mensagem nº 153, de 2005 (nº 336/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Clodoaldo Hugueney Filho*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil em Genebra.

21

**MENSAGEM Nº 155, DE 2005**

*Escolha de Chefe de Missão Diplomática*

Discussão, em turno único, da Mensagem nº 155, de 2005 (nº 338/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Edmundo Sussumu Fujita*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Indonésia.

22

**MENSAGEM Nº 158, DE 2005**

*Escolha de Chefe de Missão Diplomática*

Discussão, em turno único, da Mensagem nº 158, de 2005 (nº 341/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha da Senhora *Maria Celina de Azevedo Rodrigues*, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Comunidades Europeias.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 21 horas e 8 minutos.)*

**DISCURSOPROFERIDOPELOSSR.SENADOR EDUARDO SUPLY NA SESSÃO DO DIA 28 DE JUNHO DE 2005, QUE ORA SE REPUBLICA PARA FAZER CONSTAR RETIFICAÇÕES NO DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR.**

**O SR. EDUARDO SUPLY** (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senado Renan Calheiros, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero agradecer a atenção do Senador Tasso Jereisatti, do Senador Arthur Vir-

gílio e também do Senador Aloizio Mercadante, que mencionaram a minha disposição de participar das diversas CPIs que estão ocorrendo no Congresso Nacional. Eu gostaria de aproveitar essa oportunidade, já que foi citada a plenária ocorrida domingo último, no Teatro Oficina, inclusive pelo Senador Heráclito Fortes, para dizer que, de fato, perguntei às pessoas que poderiam estar avaliando, na medida em que sou Senador já no segundo mandato – estou no meio do 15º ano, serão 16 anos no ano que vem –, se o Partido dos Trabalhadores devia indicar-me novamente para um novo mandato e assim eu ser eleito em 2006.

Outro dia, o jornalista Fernando Rodrigues, Presidente Renan Calheiros, me perguntou: “Mas será que não é demais 24 anos como Senador? Será que não deveria ter alguma limitação? No México, por exemplo, sabe V. Ex<sup>a</sup> que cada Parlamentar pode exercer apenas uma vez o mandato. E há muitos ali que se candidatam a Deputado e, depois, a Senador. Há uma limitação”. Isso está no contexto do direito à reeleição. Acredito mesmo que poderíamos estar pensando muito no direito à reeleição dos Chefes do Poder Executivo e nos mandatos parlamentares, nas Câmaras Municipais, nas Assembléias Legislativas e no Congresso Nacional, no Senado e na Câmara dos Deputados.

Eu avaliei que era importante perguntar às pessoas se deveria eu ser novamente candidato ao Senado. Será que não seria o caso de as pessoas responderem: está na hora de você dedicar-se mais a ser professor de Economia, a escrever livros, reflexões sobre o que se passou, ou – quem sabe? – contribuir como jornalista, ou até fazer algumas coisas agradáveis? Quem sabe, ir cantar com os meus filhos – o Supla, o André e o João –, o que gosto de fazer. Imaginem se eu tivesse tempo para ensaiar com eles. Quem sabe? Talvez eu pudesse cantar melhor, e assim por diante, ou seja, fazer outras coisas na vida.

Então, eu achei mais do que justo perguntar às pessoas. E eis que eu tive uma resposta tão positiva. E é sobre isso que eu gostaria de falar. Vou aproveitar para dar a notícia, Senador Renan Calheiros.

Primeiro, quero informar que, para esse encontro, eu fiz questão de gastar o mínimo possível. Aproveitei os instrumentos que tenho, como, por exemplo, encaminhar *e-mails* a tantas pessoas. Hoje a Inter-

net facilita muito. Pedi que fossem impressos quinze mil volantes pequenos, onde estava escrito: “Venha à plenária do Senador Suplicy”. Havia também uma pequena foto minha com o dizer: “É diferente de tudo que está aí”. Esse foi o mote da minha campanha em 1985, quando fui candidato a Prefeito e na ocasião foi eleito Jânio Quadros. Carlito Maia, Erazê Martinho e Chico Malfitani tinham colocado esse mote, que foi rememorado recentemente por mim quando um amigo meu disse que eu era um tanto estranho, mas ele próprio tinha dito que eu havia aprovado o mote “diferente de tudo que está aí” e era consistente com aquele mote.

Quero aproveitar a oportunidade para agradecer a cerca de 600 pessoas. Alguns que estavam na porta, das 3 horas da tarde até às 19 horas, disseram que de 500 a 600 pessoas apareceram no Teatro Oficina. Quero agradecer muito a José Celso Martinez Corrêa, e informar que fiz questão de perguntar-lhe quanto custaria se eu usasse durante quatro horas o Teatro Oficina. Ele disse que não custaria nada, mas os serviços do homem que cuida da iluminação e do som e do homem responsável pela segurança dos camarins, para que ninguém entre lá e pegue as coisas bonitas usadas na apresentação de “Os Sertões” estavam estimados em R\$900,00.

Fiz questão de pagar R\$2.000,00 para que a diferença ficasse como contribuição para a viagem que os 65 membros de **Os Sertões** que vão para a Alemanha. Foram convidados para apresentarem **A Luta**, a primeira parte de **Os Sertões** – já são quatro partes de **Os Sertões**. Um dia, quem sabe, poderão os baianos ver. São seis horas cada uma dessas partes. Agora, são os alemães que vão assistir em setembro. Eles foram convidados especialmente para o mais importante festival de teatro da Alemanha. Eu quero muito agradecer a José Celso e a todo o seu elenco, que tiveram uma energia tão positiva para essa plenária.

Agradeço ao Presidente Nacional do PT, José Genoíno, que ali disse que sou imprescindível neste Senado Federal e que não há dúvida de que serei o candidato no ano que vem; aos três candidatos ao Governo do Estado de São Paulo pelo PT, meu colega Senador Aloizio Mercadante, Deputado João Paulo Cunha, que foi Presidente da Câmara dos Deputados, e Marta Suplicy. Os três foram muito

bem recebidos e cada um expressou o quanto avalliam que eu seja importante aqui. Os candidatos a Presidente do PT, José Genoíno, Plínio de Arruda Sampaio, Walter Pomar e Marcos Sokol – Raul Pont e Maria do Rosário são do Rio Grande do Sul e não poderiam se deslocar, vieram dizer da importância de eu ser o Senador aqui por mais oito anos. Também os Deputados Federais Ivan Valente e Ricardo Zarattini, que aqui ali estiveram. Os Deputados Estaduais Simão Pedro Schioveti, Renato Simões, José Zico Prado de Andrade; os Vereadores Paulo Teixeira, Paulo Roberto Fiorillo e Chico Macena; e Soninha Francine, radialista, que serviu como mestre-de-cerimônias. Paulinho Bururu, Prefeito de Jandira, e Miro do Táxi, Vice-Prefeito; Wagner Lino, Vereador do PT. Mas também estiveram ali, Sr. Presidente, os movimentos sociais.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Eduardo Suplicy, estamos concluindo a Ordem do Dia. Há um requerimento do Senador Tasso Jereissati que pretendemos votar.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, vou concluir. Quero apenas dizer que foram os ambulantes do Parque Ibirapuera, os trabalhadores dos Correios, os moradores de rua, os movimentos sociais os mais diversos, o jurista Celso Antonio Bandeira de Mello, que fez um maravilhoso pronunciamento, o Professor Dalmo de Abreu Dallari, que ali chegou com os seus netos e falou coisas tão bonitas do tempo até que eu havia... Caso eu tivesse sido escolhido Prefeito ou designado Secretário de Negócios Jurídicos, ele relembrou desse episódio, e tantas pessoas, Sr. Presidente, inclusive...

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Bárbara Abramo, lembrando o meu irmão Cláudio Abramo e tantos...

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Eduardo Suplicy, eu queria cooperar com a sua carreira política.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Só quero dizer, Senador Mão Santa, que eu me senti com uma extraordinária energia positiva para continuar aqui debatendo com V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me permite? A maratona de V. Ex<sup>a</sup> tem de continuar.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Rui Barbosa, 31 anos. Agora que V. Ex<sup>a</sup> está na metade.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex<sup>a</sup> não pode conceder apartes. V. Ex<sup>a</sup> está falando na forma do art. 14.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Quero dizer que estou extremamente animado para cumprir todas as funções que o PT atribuir a mim, inclusive o meu Líder, na CPI da Privatização ou na da Terra, onde já estou. Poderei colaborar na CPI dos Correios, na do Mensalão...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Na dos Correios não.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – A do Mensalão talvez exista. Se for CPI mista... Eu não posso em todas, simultânea e regimentalmente.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Um passarinho me disse que não pode.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Mas eu disse que, se houver a do Mensalão, até prefiro ficar nela, porque eu considero importante cooperar para fazer aquilo que o Presidente Lula disse: espero que o Congresso Nacional possa realizar, com equilíbrio, a apuração mais completa dos fatos, mesmo que seja para “cortar a própria carne”. Quaisquer que sejam os responsáveis, há que se apurar até o fim todos os episódios para o bem do Brasil. É o que a população brasileira espera.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.)*

**PARLAMENTARES E AUTORIDADES PRESENTES NA PLENÁRIA DO SENADOR EDUARDO MATARAZZO SUPLYCY, REALIZADA NO TEATRO OFICINA, EM SÃO PAULO EM 27/06/2005**

- **José Genoio** – Presidente do PT Nacional
- **Aloizio Mercadante** – Senador PT/SP e Vice-Presidente do PT Nacional
- **João Paulo Cunha** – Deputado Federal PT/SP, ex-presidente da Câmara dos Deputados
- **Marta Suplicy** – ex-Deputada Federal, ex-Prefeita de São Paulo e Vice-Presidente do PT Nacional
- **Ivan Valente** – Deputado Federal PT/SP
- **José Zico de Andrade Prado** – Deputado Federal PT/SP
- **Renato Simões** – Deputado Estadual PT/SP
- **Simão Pedro Schioveti** – Deputado Estadual PT/SP
- **Chico Macena** – Vereador PT/SP
- **Horácio Neto** – Vereador PT/S. Caetano
- **Márcio Rodrigues de Carvalho Barros** – Vereador de Praia Grande
- **Paulo Roberto Fiorillo** – Vereador PT-SP
- **Paulo Teixeira** – Vereador PT/SP
- **Soninha Francine** – Vereadora PT/SP
- **Vera Severiana** – Vereadora PT/SP
- **Wagner Lino** – Vereador PT/SP
- **Paulinho Bururu** – Prefeito de Jandira
- **Miro do Táxi** – Vice Prefeito de Jandira
- **Jilmar Tatto** – ex-Secretário de Abastecimento do Município de São Paulo e candidato à presidência do PT Estadual
- **Markus Sokol** – Candidato à presidência do PT Nacional
- **Plínio de Arruda Sampaio** – Candidato à presidência do PT Nacional
- **Walter Pomar** – Candidato à presidência do PT Nacional

**ALGUMAS PERSONALIDADES DENTRE AS DEMAIS DE 500 PESSOAS PRESENTES**

- **“Seu” Antoninho** – Associação dos Catadores de Papel e Trabalhadores em Reciclagem
- **Adílio Roque e “Chicão”** – representantes do Fórum de Ex-Presos Políticos e Perseguidos de São Paulo
- **Alexandre** – Representante do Sindicato dos Vidreiros
- **Ana Maria Rose** – presidente da Casa do Jovem Profissional
- **Anita Puerta Nogueira** – pesquisadora e aluna da Universidade da Terceira Idade
- **Antônia Cileide Oliveira de Souza** – Pres. Cooperativa dos Ambulantes do Ibirapuera
- **Bárbara Abramo** – Fundação Perseu Abramo
- **Besita Matarazzo Suplicy** – Psicóloga e psicanalista, superintendente da Casa do Jovem Profissional
- **Betty Mindlin** – Antropóloga e economista
- **Carlos Gilberto Pereira, o “Carlão”** – vice-presidente do Movimento Nacional dos Direitos Humanos
- **Celso Antônio Bandeira de Mello** – Professor de direito e jurista
- **Celso Fontana** -Advogado



- **Cláudio Muller** - Dentista
- **Cloves de Castro** - Petista Ex-militante da ALN
- **Corujito** – Sindicato dos Condutores
- **Dalmo de Abreu Dallari** – Professor de direito e jurista
- **Dulce Maia** – teatróloga
- **Eola Monteiro** -Atriz
- **Ferréz** – Escritor
- **Felipe Gomes** -Assoc. Paulista dos Estagiários de Direito-APED
- **Gilberto Perri** – Secretário de Finanças de São Carlos-SP
- **Iara Machado** – da CUT e Representante da Economia Informal
- **Josê** - Assessora do Deputado Estadual Italo Cardoso
- **José Celso Martinez Correa** – Ator, Diretor, Dramaturgo
- **José Luis Silva** -Assessor Dep.Federal Vicentino
- **José Xavier Cortez** – Empresário, Editora Cortez
- **Leandro Belini** - Unitrabalho
- **Liana Borges** – Presidente da COOPERAPIC
- **Lú Rocha** -Comerciante
- **Márcia Lima** – líder do Movimento GLTBS
- **Miguel Rocha** -Cia. de Teatro Heliópolis
- **Nazen Nascimento** – Professor titular de engenharia da Unesp de Guaratinguetá
- **Nita Freire** – Educadora
- **Odilon Guedes** – ex-vereador PT-SP
- **Padre Roberto**
- **Palmira Amâncio** – economista
- **Paulo Nogueira Batista Júnior** – Economista e professor
- **Percival Maricatto** – Coordenador do PNBE
- **Susana Prado** – Psicanalista
- **Walter Behr** – Ibama
- Aposentados do Banespa
- Detentos do Rap – Conjunto de Rap de Capão Redondo
- Grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo – com 9 pessoas (toda a diretoria)
- Movimentos de moradia de vários lugares de São Paulo
- Representantes (vários) da Apeoesp
- Representantes da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia
- Sindicato dos Professores Municipais
- Trabalhadores dos Correios

#### **DEPOIMENTOS GRAVADOS PARA A PLENÁRIA**

1. **Celso Antônio Bandeira de Mello** – Professor de direito e jurista
2. **Antônio Funari Filho** – Ouvidor das polícias de São Paulo
3. **Nita Freire** – Educadora
4. **Lília Azevedo** – Grupo Solidário São Domingos
5. **Fredy Ghedini** – Presidente Sindicato dos Jornalistas de S. Paulo
6. **Maria Tereza Augusti** – Presidente Instituto Florestan Fernandes
7. **Antônia Cileide Oliveira de Souza** – Presidente da Cooperativa dos Ambulantes Ibirapuera
8. **Paulo Paim** – Senador PT/RS
9. **Cristóvam Buarque** – Senador PT/DF
10. **Heloísa Helena** – Senador Psol/AL
11. Povo Fala (25 depoimentos)

# Ata da 98ª Sessão Deliberativa Extraordinária, em 30 de junho de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana e Pedro Simon.

ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESEN-  
TES AS SRAS. E OS SRS. SENADORES

## SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA ÀS 10:00 HORAS

Período : 30/6/2005 07:25:00 até 30/6/2005 20:04:17

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X	X
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X	X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	X
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X
PMDB	MA	ANTÔNIO LEITE	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	X
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	X
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	X	X
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	X
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X	X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	X
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X	X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	X
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	X
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	X
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	X
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	X	X
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X	X
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	X
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	X
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	X
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X	X
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X	X
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X	X
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	X

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X	X
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	X
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X	X
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	X	X
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	X
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	X
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	X
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	X	X
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X
Bloco-PPS	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	X	X
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	X
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	X
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	X
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	X
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	X
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	X
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
Bloco-PT	MT	SÉRY S LHESSARENKO	X	X
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	X
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	X	X
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PP	DF	VALMIR AMARAL	X	X
PMDB	RR	WIRLANDE DA LUZ	X	X

**Compareceram: 72 Senadores**

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 72 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a sessão de hoje é a continuidade do que foi discutido e estabelecido ontem, além de haver uma pauta de 15 itens, entre os quais a votação de nomes de embaixadores.

A Mesa, portanto, dando continuidade aos trabalhos de ontem e não havendo oradores regularmente inscritos, passa a inscrever agora quem quiser fazer uso da palavra. Já estão inscritos o Senador Marco Maciel, a Senadora Ana Júlia Carepa, o Senador Edison Lobão e o Senador Tião Viana. Isso se dará até que tenhamos...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Senador José Jorge.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– ...até que tenhamos **quorum** qualificado para iniciarmos a Ordem do Dia.

Enquanto isso, é claro, será facultada a palavra aos Srs. Líderes de maneira normal, lembrando que o Líder tem precedência sobre o orador inscrito.

A Mesa faz a opção de estabelecer dez minutos para cada orador, incluindo os Líderes, para que possamos alcançar o **quorum** e darmos início à Ordem do Dia, a fim de votarmos matérias relevantes.

Entre os itens da pauta, destaco o da Proposta de Emenda à Constituição, a chamada PEC paralela. Ficou entendido que haveria nova discussão entre os Líderes e a sua possível votação no dia de hoje.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Jorge e, depois, ao Senador Leonel Pavan.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever como Líder da Minoria.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Daqui a pouco, eu terei de ir a uma outra reunião, mas eu gostaria de ficar inscrito como Líder da Minoria.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Leonel Pavan.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, eu gostaria também de requerer a minha inscrição para poder usar da palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O Senador Leonel Pavan será o quinto orador ins-

crito; o Senador José Jorge, o primeiro Líder inscrito após o Senador Marco Maciel, que tem a palavra por dez minutos.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Sibá Machado, pela ordem.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição pela Liderança do Bloco.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Mesa aguarda a delegação da Liderança.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Está registrada?

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex<sup>a</sup> está inscrito, Senador Sibá Machado.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE. Pela Liderança do PFL. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, nos últimos dias, com muita razão, as denúncias de corrupção têm dominado o noticiário da imprensa e, sobretudo, os debates no Congresso Nacional. Entretanto, há igualmente outras questões de importância crucial para o País que não podem deixar de ser abordadas e que exigem ações urgentes por parte do Governo. Uma delas, Sr. Presidente, é a crise por que vem passando a Bolívia, cujo significado transcende, em muito, os limites de suas fronteiras.

Trata-se de uma crise, como sabemos, que atinge o Brasil de muitas formas, e a mais imediata é a forte dependência que o País tem do gás boliviano. Dos 40 milhões de metros cúbicos de gás que o Brasil consome diariamente, nada menos do que 24 milhões de metros cúbicos são importados da Bolívia. E sabemos que qualquer programa de substituição de importação que venha a ser adotado levará pelo menos três a quatro anos para que entre efetivamente em operação. Vale dizer que essa é uma questão aguda e, certamente, exige um acompanhamento muito próximo do Governo brasileiro.

Esses dados relativos ao gás já seriam suficientes para expor as graves conseqüências para o Brasil, que decorreriam do agravamento da crise boliviana. É preciso do Governo medidas de curto prazo, portanto, que possam evitar o risco real de um racionamento ou, como alguns chamam, de um “apagão”, decorrente da necessidade de remanejar o suprimento e o uso de recursos energéticos. Mas, ao mesmo tempo, o fato serve para destacar a importância de se rever o planejamento da matriz energética brasileira para os próximos anos.

Não vou me alongar, Sr. Presidente, na discussão das conseqüências da crise política na Bolívia

para o sistema de suprimento energético do Brasil e dos possíveis encaminhamentos de solução a curto, médio e longo prazo. Aliás, a propósito, essa questão vem sendo tratada no Senado Federal, de forma, aliás, muito competente pelo Senador Rodolpho Tourinho, que, como é o caso do Senador José Jorge, exerceu o cargo de Ministro de Minas e Energia no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

O que o Senador Tourinho propõe é uma revisão do marco regulatório brasileiro referente ao uso e à exploração de recursos energéticos, uma vez que ainda não se dá um papel destacado ao gás na matriz energética do nosso País.

Atualmente, esse insumo ainda é visto como simples subproduto do petróleo. E, do ponto de vista de estratégia de distribuição, tal como ocorre com muitos outros recursos, não se contempla a necessidade de investimentos em regiões menos industrializadas, como é o caso do Nordeste brasileiro.

Devo dizer que, quando Vice-Presidente da República, consegui que a Petrobrás construísse o gasoduto Pilar-Cabo, saindo de Alagoas e indo até a região metropolitana do Recife; gasoduto esse integrante do sistema Nordeste, o que ajudou, e muito, a que melhorar a oferta de gás em Pernambuco e também no Nordeste. Mas é fundamental que continuemos a dar atenção prioritária a essa questão.

Por outro lado, Sr. Presidente, voltando à questão boliviana, estima-se que os investimentos feitos lá, pela Petrobras, ultrapassem mais de um bilhão de dólares. Além disso, a implementação das reivindicações dos movimentos populares, que levaram, por sinal, à renúncia do Presidente Carlos Mesa, e que já tinham precipitado anteriormente a renúncia de Sanches de Louzada, resultarão num aumento de preços de gás e do petróleo comprados na Bolívia em mais de cinquenta milhões de dólares por mês. A Petrobras já está arcando com um prejuízo correspondente a mais ou menos 1% de seu lucro. Esse aumento, portanto, poderá produzir, como consequência inevitável, um efeito inflacionário na economia brasileira, decorrente do encarecimento desses insumos básicos e, conseqüentemente, dos seu repasse para a economia com reflexo para toda sociedade.

Outro provável efeito do agravamento da crise na Bolívia será o aumento da imigração ilegal para o Brasil. Mesmo antes da crise, já se calculava que existia, somente na cidade de São Paulo, uma comunidade estimada de mais de 100 mil bolivianos. Com toda a certeza, o agravamento da crise aumentará ainda mais as pressões, para que bolivianos busquem oportunidades junto a países vizinhos e, de modo especial, o

Brasil, que tem com a Bolívia uma fronteira de mais – se não estou equivocado – de 3.400 quilômetros.

Assim, a crise na Bolívia chama nossa atenção ser inédita em termos de suas repercussões para o Brasil. Pela primeira vez esta geração vive de perto a experiência de enfrentar uma crise que se desenrola num outro país e da qual somos participantes ativos não somente por laços de amizade ou por opção política, mas por variadas formas de interdependência econômica, social e política.

O Brasil é um País que tem com a Bolívia fronteiras – como se diz amiúde – vivas, isto é, que desfrutam até de certa densidade demográfica e expressão econômica. Para dar um exemplo, a região de Santa Cruz de la Sierra interage muito com o Brasil. Obviamente, temos interesse, cada vez mais, em estreitar as relações com a Bolívia em todos os aspectos, sobretudo porque a Bolívia, já há alguns anos, passou a ser um Estado associado ao Mercosul. Ela não integra o núcleo fundador do Cone Sul – Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai –, mas se integrou, a exemplo de outros países, ao Mercosul. Conseqüentemente, também temos com a Bolívia esse enlace.

Do ponto de vista mais geral e de longo prazo, a crise na Bolívia chama também a nossa atenção para a gravidade das conseqüências da crise institucional. Aí, Sr. Presidente, passo a tratar de outro assunto, que também caracteriza a crise boliviana.

Estamos observando que a crise institucional na Bolívia pode levar a uma certa anomia, isto é, à inobservância das leis, do cumprimento dos contratos, gerando incerteza jurídica no País irmão. Certamente, isso poderá não somente afetar os nossos interesses, mas também poderá produzir conseqüências graves, inclusive no que diz respeito à fruição das chamadas franquias democráticas.

Sabemos que qualquer contrato pode, e às vezes até deve, ser revisto e que, geralmente, os contratos dispõem de cláusulas de revisão, mas é importante ter presente que no caso em apreço, o da Bolívia, há algo mais relevante a considerar, que é a possibilidade de agravamento da crise institucional se não houver uma compreensão do governo e povo boliviano e também dos seus vizinhos, dentre os quais destaco o Brasil, da imprescindibilidade de rápida solução da crise boliviana.

Devemos, e logo, ampliar a interlocução política com aquele país, buscando encontrar caminhos que ajudem a solução dos seus problemas e, assim, contribuir para melhorar o desempenho da América do Sul no conjunto da sociedade internacional.

É importante – reitero – assinalar as crises que ocorrem na América do Sul de alguma forma alteram



a percepção que se tem, no exterior, do desempenho democrático dos nossos países.

Essas reflexões sobre a Bolívia nos remetem a considerações mais gerais a respeito da crise que vive o continente sul-americano neste momento. Como se sabe, em fins da década de 80 do século passado e, sobretudo, após a queda do Muro de Berlim, começamos a viver, na América do Sul, de um modo geral, uma benfeitoria “onda democrática”, que se espalhou por praticamente todos os países da região. Havia um ambiente de grande otimismo no mundo e a principal razão, sem dúvida, eram os acontecimentos que se desenrolavam no leste europeu. Enfim, a queda do que se chamou de “socialismo real” trouxe ao convívio democrático uma dezena de nações, a começar pela própria Rússia, que avança nesse sentido. Essas nações, por décadas, haviam vivido sob regimes autoritários – poderíamos dizer ditaduras – e, agora, passavam a conviver com uma imprensa livre, com instituições civis sem a interferência governamental e com organizações partidárias que podem disputar o poder por meio de eleições abertas.

Também em outras partes do mundo, a mesma “onda democrática” se fez sentir. Eu lembraria a África do Sul, por exemplo, cujo *apartheid* foi abolido e onde um presidente negro, ícone de uma forte liderança africana, Mandela, foi eleito, sendo depois substituído por Thabo Mbeki, que era o seu vice-presidente. Isso mostra, portanto, que, afortunadamente, vivemos novos tempos.

Concomitantemente com essa “onda democrática”, é bom lembrar que algo muito positivo foi o surgimento de pactos, que ensejaram também a melhoria da condição social do nosso povo.

Vou concluir, Sr. Presidente.

Enfim, a ordem democrática traz consigo, sempre, a expectativa de que o abandono do Estado de exceção e o fortalecimento do Estado de direito, sobretudo do Estado democrático de direito, como diz a nossa Constituição de 1988, promovam, efetivamente, condições para que se construam o desenvolvimento econômico, pela estabilidade das regras, e, sobretudo, o desenvolvimento social, pela redução das desigualdades de renda e das disparidades entre as regiões.

Por outro lado, também é importante lembrar que ainda temos, com relação à questão democrática, problemas muito graves a vencer.

Em recente pesquisa sobre a situação da democracia no continente, o PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, órgão da ONU, que realiza também pesquisas relativas a questões econômica, política e social – apontou para o fato preocupante de que, de forma geral, a democracia não se constitui

num padrão perfeitamente compreendido e assimilado pela população da América Latina e, nomeadamente, da América do Sul, e que a maioria das pessoas tendem a dar maior importância ao progresso econômico e às oportunidades de emprego do que às instituições democráticas. Isso, de alguma forma, refere-se também às pesquisas feitas pelo Barômetro Latino-Americano, que, freqüentemente, mostram que a sociedade não tem uma exata consciência da importância da democracia e, muitas vezes, considera que mais importante do que a ordem democrática é a ...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE) – ... busca da melhoria da condição social.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Nobre Senador Marco Maciel, peço a V. Ex<sup>a</sup> que encerre o seu pronunciamento.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE) – Já estou encerrando, Sr. Presidente.

Então, a pesquisa do PNUD conclui que o autoritarismo, um eufemismo – diria – para a tirania ou para a ditadura, é sempre a tentação que pode medrar entre os nossos povos. Evidentemente, isso não se aplica ao Brasil, porque sabemos que já vivemos, em nosso País, uma democracia robusta, mas, de toda a maneira, não é esse o quadro que ainda observamos na América Latina, de modo geral, e, de modo particular, na América do Sul.

Essas pesquisas foram, é verdade, objeto de muita controvérsia entre políticos e especialistas, mas todos concordaram sobre o fato de que as conclusões constituíam um alerta importante a respeito da fragilidade da democracia no Continente.

Essa consideração é importante, Sr. Presidente, sobretudo porque estamos buscando expandir o Mercosul, que já, hoje, não se constitui apenas dos países do Cone Sul – Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai –, mas tende a se converter, como preconizava o Presidente Fernando Henrique Cardoso, ...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE) – ... numa grande associação de todos os países da América do Sul, ou seja, todos os 12 países situados na América do Sul, criando, assim, condições para que possamos ter presença na sociedade internacional e, com isso, possamos participar, de melhor forma, das negociações para a construção da Alca, ou mesmo para o nosso enlace com a Comunidade Européia, que avança, também, nem sua consolidação institucional, econômica e política de toda a Europa. Aliás, sempre repito que a União Européia, certamente, é o modelo que deve

inspirar a nossa caminhada com vistas a consolidar o Mercosul.

Neste momento, deve estar bem clara a percepção de que o Brasil tem responsabilidades e até mesmo o dever de cooperar para a tênue linha que sustenta a ordem institucional seja preservada. Essa é, na verdade, a condição básica sobre a qual qualquer discussão a respeito de direitos e interesses poderá ser conduzida construtivamente no futuro.

Sr. Presidente, palavras, tendo em vista a limitação do tempo, eu faria apenas duas colocações.

Primeiramente, Sr. Presidente, com relação à matriz energética, precisamos dar velocidade à definição dessa questão, sobretudo...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE) – ... no caso específico do gás e, de modo particular, com relação ao Nordeste. Não podemos, mais uma vez, ficar excluídos da possibilidade de ter acesso ao gás. O Nordeste é, certamente, a Região de menor nível de desenvolvimento do País e, portanto, padece de muitas carências.

As restrições energéticas podem ser prejudiciais para que a nossa economia continue a crescer, já que não temos outras alternativas de aproveitamento hidroelétrico, pois que todas as barragens, passíveis de aproveitamento no rio São Francisco, foram realizadas. Então, não temos outros caminhos a não ser procurar novas fontes, entre elas a energia nuclear, a energia eólica, subsidiariamente, mas também, e sobretudo, o gás, daí porque a Petrobras e o Governo brasileiro devem olhar com mais cuidado para essa crucial questão energética de nossa região.

Por fim, Sr. Presidente, ...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE) – .... concluo minhas palavras fazendo um apelo ao Governo brasileiro para que dê mais atenção à questão boliviana, não só pela vizinhança que temos com o país limero, mas pelos vínculos históricos que com ele possuímos. V. Ex<sup>a</sup>, que é representante do Acre, sabe muito bem que conseguimos resolver, graças ao talento de Rio Branco, a questão fronteira com a Bolívia. O Brasil, hoje, é um País que se orgulha em não ter problema fronteira com nenhum país vizinho, embora tenhamos fronteiras com 10 países. Então, é fundamental que o Governo brasileiro, e de modo particular nossa Chancelaria, que é competente, olhe mais para essa questão e procure interagir com o governo e a sociedade bolivianos para que possamos ultrapassar mais rapidamente essa crise, que afeta um país vizinho – e queremos que nossos vizinhos caminhem bem –, mas

que também afeta o nosso País, tendo em vista questões que já tive a oportunidade de expor.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço ao Senador Marco Maciel.

Concedo a palavra à nobre Senadora Ana Júlia Carepa.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de até dez minutos.

A seguir, concederei a palavra ao Senador Sibá Machado, pela Liderança, e, ao Senador Edison Lobão, respectivamente.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, vivemos momentos de tormenta política, com denúncias de corrupção surgindo de todas as partes, envolvendo políticos e empresários. Apesar de ninguém ficar contente com tais fatos, pessoalmente, entendo que podemos ver tudo isso de forma positiva, penso que, no cômputo final de toda essa agitação, todos poderão sair ganhando: o povo e o Governo brasileiro, nossas instituições, nossos valores, nossa dignidade como Nação. Sairemos mais limpos, mais éticos, e, com certeza, mais íntegros.

Em várias outras oportunidades, elogiei o trabalho da Polícia Federal e, aqui, reitero o elogio. Desde 2003, no início do Governo Lula, a Polícia Federal tem tido respaldo e espaço para agir, desbaratando quadrilhas que atuam nos mais diversos tipos de crimes no País. A imprensa também tem tido importante papel, divulgando denúncias, levando os fatos ao conhecimento da população, formando opinião, esclarecendo informações.

Porém, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, muitas vezes, em meio a um turbilhão de denúncias, pessoas e entidades inocentes são atingidos. E até que se esclareçam os fatos, o peso dessas denúncias permanece sobre os ombros de quem foi apontado como responsável por atos ilícitos. E foi isso que aconteceu recentemente com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, mais precisamente com uma das pessoas mais respeitadas deste País, o Ministro Patrus Ananias.

Em reportagem divulgada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, no dia 23 de junho passado, intitulada “PF investiga contas de propaganda do Governo”, o referido Ministério, assim como o responsável pela Pasta, o Ministro Patrus Ananias, foram citados como acusados de terem montado esquema regional de Caixa 2, que teria sido suprido por intermédio de verbas destinadas à publicidade.

Parece-me que o referido jornal não ouviu previamente o Ministro Patrus ou a sua assessoria antes de divulgar tais informações, prática que os bons jorna-

listas conhecem. Se os tivessem ouvido, saberia que as verbas de publicidade de utilidade pública, previstas no orçamento do Ministério para 2004, ano em que o referido Ministério foi criado, no total de R\$9,269 milhões, foram rigorosamente empregadas na produção de publicações, campanhas publicitárias e eventos, de acordo com as rubricas previstas na Lei Orçamentária, como informa nota do Ministério. Saberia ainda o jornal – e se fosse um bom jornalista – que os gastos foram motivo de prestação de contas detalhada, e toda a documentação encontra-se à disposição para audição. Em 2005, as verbas publicitárias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome somam R\$10 milhões, recursos cuja aplicação está subordinada à conclusão do processo de licitação de agência de publicidade, em curso.

Sinto-me no dever de lembrar aos profissionais da imprensa a importância de seu trabalho, assim como a dimensão que ele pode tomar, elevando ou jogando na lama o nome de pessoas e entidades que, por muitas vezes, levaram décadas para construí-lo. A responsabilidade sobre aquilo que divulga deve ser prioridade para o bom profissional da imprensa. Ter em mente a força de uma informação, que será lida por milhares de pessoas e a extensão das consequências dessa informação na vida dos envolvidos, é essencial e primordial nessa profissão. Acusações vagas, infundadas, sem provas, demonstram um trabalho sem ética, sem consciência, sem profissionalismo, um trabalho leviano. A seriedade e a responsabilidade, assim como sua ausência, já levaram muitos jornais e jornalistas à credibilidade e reconhecimento ou ao total descrédito e chacota.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por entender que fora atingido com a referida reportagem, “está adotando providências que visem a proteger seus direitos, inclusive na esfera judicial”. E, aqui, em nome da justiça, expressei meu total apoio ao Ministro Patrus Ananias, homem sério, idôneo, que, agora, se vê envolvido em denúncias inconseqüentes. E eu ousou aqui chamar o testemunho do Senador Pedro Simon, que conhece S. Ex<sup>a</sup>, o Ministro Patrus Ananias, e sabe de sua seriedade e de sua idoneidade.

Agora, vejamos V. Ex<sup>as</sup>: enquanto a imprensa coloca no foco dos escândalos de corrupção pessoas ligadas ao Governo e ao PT, o Ministério Público vem investigando, desde 2002 – e, Senador Sibá Machado, em 2002, o Presidente do Brasil, parece-me, era Fernando Henrique Cardoso –, acusação sobre empresa de publicidade, que tem entre seus proprietários o Sr. Marcos Valério, que, aliás, já trabalhou no Governo Fernando Henrique Cardoso. A SMPB teria recebido, indevidamente, R\$5,4 milhões da Fundacentro,

fundação pertencente ao Ministério do Trabalho, que atua nas áreas de medicina e segurança do trabalho, durante o Governo FHC. A Fundacentro contratou a referida agência em 1997, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, quando o mineiro Paulo Paiva era Ministro do Trabalho.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA) – Em 2002, os Procuradores propuseram uma ação de improbidade contra os diretores da Fundacentro, da SMPB e da Agência Quality, outra contratada, da qual pedem que eles devolvam R\$5,86 milhões ao Erário.

Ainda, em 2002, a Juíza Federal Lesley Gasparini considerou que havia indícios de irregularidades e determinou a quebra do sigilo bancário das agências de publicidade e dos diretores da Fundacentro. Decretou também a indisponibilidade dos bens dos envolvidos para garantir um eventual ressarcimento à Fundacentro. A ação corre sob sigilo de Justiça.

Em função de todos os fatos que estão ocorrendo e, infelizmente, sempre ocorreram no Brasil, é preciso que se diga que o Governo Lula vem lutando, bravamente, contra o mal da corrupção. Prova disso é o anúncio que será feito, em breve, pelo Presidente, do mais significativo programa de fortalecimento do sistema de controle externo dos gastos de Estados e Municípios, o Programa de Modernização do Controle Externo de Estados e Municípios, Promoex. Realizado pelos 33 Tribunais de Contas Estaduais e Municipais existentes no País, será mais uma iniciativa do Governo para o combate à corrupção. O programa contará com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com a contrapartida dos Governos Estaduais e do Governo Federal. Assim, os Tribunais de Contas terão, nos próximos seis anos, US\$121,4 milhões, para aplicar na modernização, treinamento de pessoal e outras melhorias específicas, como ampliação de instalações e renovação de frota de veículos.

*(A Presidência faz soar a campanha.)*

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA) – O apoio do atual Governo ao Promoex é a prova cabal de que o Presidente Lula trava uma luta obstinada contra a corrupção, investindo no controle externo de forma nunca feita antes por nenhum outro Governo. Embora a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, Atricon, tenha apresentado o Promoex ao Governo Federal em 2001, ainda na gestão FHC, que deu início ao processo, o programa só andou, realmente, durante os dois últimos anos, na gestão do Presidente Lula.



Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores e todos aqueles que nos assistem e nos ouvem, o sistema de controle externo das contas públicas existe no Brasil há 115 anos, quando foi criado o Tribunal de Contas da União (TCU), dedicado à auditoria dos gastos federais. Os últimos Tribunais de Contas Estaduais foram criados há cerca de 15 anos, nos ex-territórios. Previstos na Constituição como órgãos auxiliares dos Legislativos na fiscalização dos gastos do Executivo...

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senadora?

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte? Só faltam dois minutos.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA) – Assim que eu concluir, darei um aparte aos dois Senadores, com certeza.

Esses tribunais têm sua cúpula formada por integrantes indicados pelos próprios governantes, levando alguns setores políticos e sociais a duvidarem da autonomia do controle externo.

O novo sistema ganhou fôlego com a criação do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) e com a Lei de Responsabilidade Fiscal, que elegeram os Tribunais de Contas os principais fiscalizadores do cumprimento dos tetos para determinados gastos e endividamento público determinados na legislação. Se antes esses tribunais tinham o poder político de aprovar ou rejeitar as contas dos governantes, agora também julgam se Prefeitos e Governadores cumprem ou não a lei fiscal.

Em declarações recentes, o Presidente da Atricon, o Conselheiro Carlos Pinna de Assis, disse que estudos indicam que o setor público brasileiro ainda é muito pouco auditado, com baixo índice de auditor em relação à população e em comparação com o volume de receitas arrecadadas com a cobrança de tributos e transformadas em despesas. Segundo ele, são muitos gastos para uma estrutura de fiscalização muito desigual, e, nessa condição, muita coisa acaba escapando, especialmente nos Estados do Norte e Nordeste, onde os tribunais sentem a falta de apoio financeiro.

Por isso, Sr. Presidente, sinto-me tranqüila e, acima de tudo, orgulhosa pela força e determinação do Presidente Lula no combate definitivo à corrupção em nosso País. Sei que Sua Excelência passará para a história como o Presidente que teve a coragem de expor seu próprio Governo para o bem maior da Nação brasileira. E espero que casos de leviandade, como este que envolve o nome do Ministro Patrus Ananias...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Peço a V. Ex<sup>a</sup> que conclua.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA) – ... do Ministro Patrus Ananias, não se repitam, como outros.

Tenho certeza de que Senadores e Deputados de Oposição têm S. Ex<sup>a</sup> na mais alta conta, em relação à sua honestidade, à sua probidade. O Ministro Patrus Ananias é um homem extremamente católico. Vejo com alegria a concordância do Senador Pedro Simon quanto à honestidade de S. Ex<sup>a</sup>.

Então, temos de ter cuidado. A imprensa não pode ser leviana e imputar a esse Ministro algo que estava sendo, na verdade, levantado, investigado no Governo anterior, quando sequer o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome existia e Patrus não ocupava o cargo de Ministro.

Portanto, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é preciso fazer justiça e não fazer caça às bruxas.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado, pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, se V. Ex<sup>a</sup> permitir, darei o aparte.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Infelizmente, o tempo de V. Ex<sup>a</sup> está esgotado, Senadora Ana Júlia Carepa.

Nobre Senador Heráclito Fortes...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria fazer um pedido de informação à Casa, porque foi muito curioso o discurso da Senadora Ana Júlia Carepa e muito oportuno. S. Ex<sup>a</sup> mostra aqui que, já no Governo passado, o Sr. Marcos Valério estava envolvido com corrupção e teve seu sigilo bancário quebrado.

A grande pergunta que a Nação quer saber é: se o PT sabia de tudo isso, por que transformou esse corrupto em seu tesoureiro? Se esse homem tinha todos esses defeitos, por que foi ser tesoureiro, seu confidente? E a outra pergunta: no Governo Fernando Henrique existia mensalão? Onde?

Ninguém está questionando a agência de publicidade, mas a utilização da agência de publicidade para a montagem desse famigerado mensalão, que caiu no colo do antes invicto PT, que agora não tem mais autoridade de combater a corrupção no Brasil: caiu na vala comum.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA) – Peço a palavra pelo art. 14 do Regimento Interno, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra pelo art. 14, por cinco minutos, para uma explicação pessoal.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA.

Para explicação pessoal. Sem revisão da oradora.)

– Obrigada, Sr. Presidente.

Falo com toda a tranquilidade e de cabeça erguida, até porque tenho confiança – e sei que a grande maioria do povo brasileiro também a tem – no Presidente Lula. Isso não significa dizer que não existam erros e pessoas que não tenham errado. Não quero prejudicar, mas jamais inocentar previamente quem tenha cometido erros. Por isso estamos exigindo a apuração de todos os fatos.

O que fiz foi um pronunciamento, Senador, exatamente para defender a honra de um homem como o Ministro Patrus Ananias. Senador Hélio Costa, V. Ex<sup>a</sup> conhece a honestidade e a honra de S. Ex<sup>a</sup>.

Não venham generalizar e jogar lama em todos, achando que o povo brasileiro não percebe. Se for feita uma investigação mais profunda da vida dos que jogam lama em todos, de alguns políticos, em nosso País, que estão no poder há décadas e décadas, o povo brasileiro verá, sim, muita lama.

Não quero ser injusta, Sr. Presidente, mas sempre vou sair em defesa, quando houver uma acusação absolutamente leviana como essa. Não concordamos com qualquer tipo de preferência, seja de A, de B ou de C, em termos de agência, mas não venham acusar, de forma injusta, absolutamente leviana, não-profissional ou muito pouco profissional, como têm feito alguns setores da imprensa, que sequer ouvem as pessoas. A revista **Veja** agiu dessa forma em relação a dois políticos do meu Estado. Ouviu o Deputado Aírton Faleiro e não colocou uma única linha do que S. Ex<sup>a</sup> falou. Colocou o nome desses Parlamentares na lama, dizendo que S. Ex<sup>as</sup> davam a senha para o desmatamento, quando são pessoas que passaram sua vida inteira contra o desmatamento, a favor das reservas extrativistas e do desenvolvimento sustentável.

A imprensa séria tem um papel importantíssimo no País, mas aqueles profissionais levianos e inseqüentes têm tanta culpa quanto aqueles que também mexem no dinheiro público e o usam para benefício próprio.

Infelizmente, não estão deixando fazer a CPI da Compra de Votos na Câmara dos Deputados. E não é o PT que não está querendo que ela seja feita. Por que não querem fazer a CPI da Compra de Votos na Câmara, lá, onde Deputados estão sendo acusados?

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA)

– Portanto, quem está impedindo a instalação da CPI da Compra de Votos, do Mensalão e de tantas outras compras de voto de que temos informação neste País não é o Partido dos Trabalhadores.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado, pela Liderança do Bloco de apoio ao Governo, por cinco minutos.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – São cinco minutos ou dez minutos, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– É que houve uma presença grande de oradores, e, assim, vamos ter de seguir a ordem do Regimento. Seriam dez minutos se houvesse escassez de oradores. São cinco minutos, com dois minutos de tolerância. Então, V. Ex<sup>a</sup> dispõe de até sete minutos.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC. Pela Liderança do Bloco/PT. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, gostaria de tratar um pouco sobre o movimento que está acampado aqui, em Brasília, o movimento dos produtores rurais, setor da economia nacional de considerável importância para o equilíbrio da balança comercial, das exportações nacionais. É setor responsável por larga margem de geração de empregos no campo, conseqüentemente evitando que as cidades inchem ainda mais provocando desordens sociais de todas as matizes. É sabido que o custo de um emprego gerado na cidade é avaliado em até cinco vezes mais que o custo do emprego gerado no campo.

Ontem, não tive a oportunidade de participar da comissão que a Presidência criou para receber as lideranças do movimento e também não pude estar aqui no momento em que essa comissão prestava esclarecimento a esta Casa sobre o resultado das negociações. Mas fiquei pensando, de ontem para hoje, em alguns cenários, em como o Movimento Social Nacional tem sido tratado pelo Congresso Nacional e por sucessivos governos, nas mudanças de comportamento de um para outro momento.

Sr. Presidente, pela Rádio Senado, ouvi os pronunciamentos de vários colegas Senadores, fiquei um pouco apreensivo e resolvi vir à tribuna de hoje apresentar um pensamento que tenho: prefiro que estejam três mil, quatro mil, cinco mil tratores nos arredores do Congresso Nacional a que aqui estivessem aqui tanques, como ocorreu na votação da emenda Dante de Oliveira, que pedia a eleição direta para Presidente da República. Preferimos que, no Congresso Nacional,

haja todos os tipos de manifestações civis, de qualquer natureza, a que houvesse manifestação militar.

O que me chamou a atenção não é aquilo que o movimento está reivindicando, que considero absolutamente justo. E por que as reivindicações são justas? Porque o setor agrícola tem uma liquidez de curtíssimo prazo, de no máximo um ano, ou seja, todos os investimentos de um ano têm de ser resolvidos no ano seguinte. E esse segmento da sociedade brasileira, esse setor da economia, convive com adversidades as mais diferentes, seja a visão administrativa do Governo do momento, seja a própria mãe natureza, ora chovendo demais ora chovendo de menos, seja ainda a intervenção direta da economia mundial.

É claro que, nos anos de 2002, 2003 e 2004, esse setor teve muitos ventos favoráveis, mas agora estamos convivendo com uma situação complicada. Em algumas regiões do País, está chovendo demais; em outras regiões, está chovendo de menos. As pessoas fizeram contratos bancários para financiar a safra. As pessoas assinaram contratos com o Governo mediante um tipo de perfil da economia e, agora, estão justamente, no meu entendimento, fazendo essa reivindicação. Como o setor não tem capital próprio para sobreviver a uma turbulência dessa natureza, é claro que tem de pedir socorro ao Erário Público Federal.

O que me chamou a atenção ontem, Sr. Presidente, foi a veemência de alguns colegas ao falarem do perigo que representava o movimento, do nervosismo que as lideranças desse movimento transportavam, como se fosse a primeira vez no Brasil que houvesse movimento social, como se fosse a primeira vez no Brasil que o Congresso Nacional recebesse a visita de manifestantes dos diversos lugares brasileiros.

Concordo que há dois tipos de interesse: de um lado, resolver um problema real, claro e objetivo; de outro lado, tirar casquinhas da oposição política.

Quanto a isso, lembro bem a esta Casa o que foi a greve dos petroleiros, que também reivindicavam, naquele momento, condições de vida melhores. Mas o Governo decidiu que iria enfrentar aquela greve; foi uma decisão política. A Justiça votou que, por cada dia de greve, o Sindicato e a Federação Única dos Petroleiros deveriam pagar R\$100 mil/dia de multa. Cada vez que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra vem a esta cidade...

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, nobre Senador Sibá Machado?

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – ...esse Movimento é tratado com sarcasmo, com desprezo, sem respeito algum.

Qualquer movimento que vier a Brasília com suas justas reivindicações tem de ser tratado com a respeitabilidade que merece.

Fico preocupado, porque é como se nunca tivéssemos visto o movimento social brasileiro dizer “vamos invadir o Congresso” ou “vamos fazer não sei o quê”. Dizem: “Cuidado! O pessoal está muito nervoso! O pessoal disse ‘Fora PT!’” É claro que qualquer pessoa que esteja realizando um processo de reivindicação dessa natureza...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – ...irá, com certeza, atacar quem achar que está na sua frente.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Ouço, com atenção, V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senador Sibá Machado, o Piauí, neste momento, enche-se de orgulho por ver V. Ex<sup>a</sup> na tribuna, representando o Acre. Não é à toa que a imprensa começa a ver V. Ex<sup>a</sup> como a nova estrela que surge no Senado, representando o PT. Hoje, V. Ex<sup>a</sup> é unanimidade entre os companheiros como o homem de discurso mais denso e mais cheio de conteúdo. V. Ex<sup>a</sup> tem uma característica virtuosa: não faz como a maioria do PT, que fala com retrovisor, olhando para o passado. V. Ex<sup>a</sup> sabe muito bem que bala velha bate catolé e que bala que dói é nova. O PT quer responder com bala velha às balas que recebe no peito toda hora pelas contradições cometidas. Para não ficar mal interpretada a minha palavra à Senadora Ana Júlia Carepa, digo que não fiz nenhuma ilação com relação ao Ministro Patrus Ananias. Conheço S. Ex<sup>a</sup> muito pouco – de seu trabalho, conheço quase nada –, mas sei que é homem de bem e respeitado. Mas o PT, agora, é assim. Antigamente, Senador Pedro Simon, todo mundo no Partido era honesto, à prova de qualquer suspeita. Hoje, não. Estão contando a dedo os honestos para servir como exemplo. Por que colocar o Ministro Patrus Ananias como referência? No momento, o Brasil está atrás dos corruptos e não dos honestos. Os honestos são honestos por obrigação. Era isto que a sociedade brasileira esperava do PT: que trouxesse, no seu elenco de escolhidos, de ungidos como Ministros do novo messias que surgiu, homens comprometidos com a ética na política e com a honestidade. Essa história de estar pinçando o Patrus Ananias e o Presidente Lula como se fossem um troféu é diversionismo. Parabênizo V. Ex<sup>a</sup> pelo discurso que faz, com conteúdo, lembrando muito bem os episódios das eleições diretas e da emenda Dante de Oliveira.

Penso que, dos que estão neste plenário, apenas os Senadores Edison Lobão, Pedro Simon e José Jorge e eu estávamos presentes naquele momento. Sabemos o que foi aquilo e não queremos que volte. Senador Sibá Machado, V. Ex<sup>a</sup> está de parabéns, e o Piauí está orgulhoso por haver, por excesso de produção humana, mandado V. Ex<sup>a</sup> para o Acre para servir o Brasil.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, conceda-me trinta segundos para concluir.

Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Heráclito Fortes.

Concluo dizendo que o Governo já avançou bastante nas negociações com o setor, mas existem duas pendências do lado do Governo que podem vir a gerar inflação. Uma delas é aumentar o preço do arroz por tabela, por decreto. O preço do arroz no mercado, segundo informação, está na ordem de até R\$20,00 – o exemplo do preço nacional é o arroz do Rio Grande do Sul. Mas é claro que nada impede que o Governo receba os manifestantes. Com certeza, o Ministro Antonio Palocci, o Ministro Roberto Rodrigues, todas as autoridades do campo financeiro do Governo vão encontrar a saída adequada. Isso é natural de uma negociação. Eu não vejo aqui motivo de polvorosa, de que o mundo vá se acabar. Não é a primeira vez que o Brasil convive com um movimento social. Este é mais um movimento que, com uma justa luta, uma justa causa, uma justa reivindicação, será tratado com todo o respeito pelo Presidente Lula. Com certeza, encontraremos o caminho mais salutar. Não se pode é querer que o Presidente faça aqui pirotecnia, venda uma imagem que não existe, diga que está tudo bem, que vai assinar tudo que se quer, porque estaria sendo irresponsável no comando da Nação.

Para encerrar, peço que as nossas CPIs coloquem o foco no câncer brasileiro, que se chama corrupção. É a isso que a CPI deve se reportar. E se tem que pegar a data atual ou a data do passado daqueles que promovem a corrupção no Brasil, é isso que o Brasil espera, é isso que o Presidente Lula espera, é isso que esperam todas as autoridades, o Congresso Nacional e, principalmente, a sociedade. E, no caso, o Partido dos Trabalhadores, o meu Partido, a nossa Bancada, muito bem liderada por V. Ex<sup>a</sup> no ano de 2003, contribuirá para o sucesso dessas investigações.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, nobre Senador Sibá Machado.

Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão.

S. Ex<sup>a</sup> disporá de dez minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Rapidamente, Senador Tião Viana, faço um apelo a V. Ex<sup>a</sup>, pois sei que V. Ex<sup>a</sup> já está encaminhando, para que convocássemos os Senadores e Senadoras para virem ao plenário.

Eu saio de um colégio de líderes, neste momento, de uma reunião, e, por unanimidade, foi decidido que a PEC paralela vai ser votada. Tenho certeza de que essa posição vai ser expressa aqui, em seguida, pelos Líderes. Quando tivermos **quorum**, a votação continuará.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Senador Edison Lobão.

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, todos estamos assistindo em Brasília ao que se batizou como o “tratoço”, a que acaba de se referir o Senador Sibá Machado. Trata-se de mais uma manifestação popular de grande envergadura, que, fato inédito no setor agropecuário, está reunindo mais de 15 mil trabalhadores do campo e mais de 2 mil tratores. Fácil imaginar os ingentes sacrifícios dos que participam da logística dessa mobilização. Homens e mulheres pacíficos – todos –, serenos, geralmente conformados com o não reconhecimento do seu trabalho, que, no seu desespero, abandonaram a paz das suas casas e de seus ambientes rurais para trazerem ao Governo Federal e à consciência da opinião pública a gravidade do seu protesto e da sua advertência pela crise que envolve a agropecuária brasileira.

O Senador Osmar Dias, em notável discurso proferido no último dia 28, retratou com fidelidade a crise que afeta a agricultura brasileira. Lembrou a fundamental importância da agropecuária para a nossa economia, um setor que emprega – aí, chamo a atenção das Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores – nada menos do que 37% dos trabalhadores brasileiros, exporta mais de 40% de tudo o que exportamos e é responsável por 33% da renda nacional.

Portanto, quando o Senador Sibá Machado diz que este é um movimento como outro qualquer, não é. Trata-se de um movimento que representa 40% de nossas exportações e 33% da renda nacional. Portanto, há que se reparar com cuidado esse setor da economia nacional, sob pena de, desorganizado-o, levarmos o País para a desordem econômica e para o desemprego.



Referiu-se S. Ex<sup>a</sup> o Senador Osmar Dias a fatos desagradáveis em torno de um encontro das lideranças com o Presidente da República e citou a disparidade brutal da carga tributária imposta à produção agrícola do Brasil em comparação com os nossos concorrentes do Mercosul. A importação do arroz do Uruguai e do trigo da Argentina, além da deterioração dos preços do algodão e da soja, está ocasionando prejuízos insuportáveis aos agricultores brasileiros, a exigirem providências emergenciais para o encontro de soluções definitivas que amparem o esforço dos que elevaram tal setor a um patamar internacional de excelência. No entanto, o preço que atualmente se oferece a esses citados produtos não paga sequer o custo da sua produção.

Uma das reivindicações dos que participam do “tratoação” reclama a urgente implantação de um seguro rural que atenda à realidade de nossa agricultura. O que atualmente existe – Lei nº 10.823/2003 e o decreto que a regulamentou – não corresponde, segundo os agricultores, ao que seria justo como contrapartida dos esforços daqueles que atendem aos apelos oficiais e dedicam-se às plantações.

É oportuno lembrar, nesta oportunidade, o Projeto nº 338 – Complementar, de 1999, que institui o Sistema de Apoio ao Seguro Rural, de acordo com o disposto nos incisos II e VI do art. 192 da Constituição Federal. Aprovado no Senado a 18 de outubro de 2000 – portanto, há cinco anos – por 52 votos, dormita nos dias de hoje na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, em tramitação provavelmente travada pelo acúmulo das medidas provisórias.

Essa proposição de minha autoria é anterior à do Governo Federal ora vigente, mas os chamados “legisladores” do Poder Executivo preferem apropriar-se das idéias parlamentares em vez de estimulá-las e aprová-las. Assim atuaram em que pesassem às opiniões de especialistas no assunto que, sobre o projeto, disseram constituir-se no “instrumento que está faltando para proporcionar um extraordinário avanço da agropecuária brasileira. O nosso homem do campo, sob a proteção de tal lei, terá a segurança de que fatores adversos e inesperados não ameaçarão o trabalho e os recursos que investiu para a produção. O seguro rural estará em condições de preservar patrimonialmente os esforços de uma vida dedicada ao campo”.

Não vou detalhar o referido Projeto nº 338, aprovado pelo Senado, o que seria inócuo. Não posso deixar, porém, de recordar os conceitos, registrados em nossos anais, dos ilustres Colegas que lhe deram guarida.

A começar pelo Senador que o relatou e lhe deu parecer favorável, o nobre atual Vice-Presidente da República José Alencar, que disse num trecho do

seu trabalho: “...É um projeto que traz condições excepcionais para que o desenvolvimento das atividades agrícolas e também da pecuária se realizem com maior segurança”.

O Senador Osmar Dias, com a sua autoridade de profundo conhecedor dos problemas rurais, asseverou que “... A aprovação desse projeto por esta Casa e pela Câmara dos Deputados significará a realização de um sonho antigo dos agricultores, dos produtores rurais”.

Em discurso, disse também o Senador Ramez Tebet: “... este projeto tem que ser louvado. O Estado de Mato Grosso do Sul quer agradecer ao Estado do Maranhão, Estado representado pelo Senador Edison Lobão, estendendo também os cumprimentos ao Estado de Minas Gerais”.

O Senador Gerson Camata, testemunha no Espírito Santo dos problemas enfrentados pelos agricultores do seu Estado, foi levado por seu gentil entusiasmo a dizer: “...posso afirmar ao Senador Edison Lobão que esse projeto vale o mandato dele. Se mais nada ele fizesse neste mandato, a ousadia na redação do projeto, o cuidado na elaboração de todos os seus itens já valeriam, repito, o mandato de S. Ex<sup>a</sup>...”.

O Senador Eduardo Suplicy e os então senadores Arlindo Porto, Ricardo Santos e Jonas Pinheiro foram outras respeitáveis vozes que reconheceram no Projeto nº 338, de 1999-Complementar, as soluções para o seguro rural que o projeto do governo não conseguiu atender.

Ora, parece-me um absurdo que projeto com tema dessa importância, conscientemente estudado, analisado e apoiado por senadores de alta qualificação, não tivesse uma tramitação urgente. O governo anterior não lhe deu atenção, e os assessores do atual – que tem como Vice-Presidente da República o antigo relator do Projeto nº 338 – desconhecaram o detalhe de que poderiam aprimorá-lo, se este fosse o desejo dos setores dirigentes.

Se assim tivessem agido, o “tratoação” que sensibiliza o país talvez não tivesse sido necessário, pois os efeitos de um seguro rural justo teriam amparado aqueles que, pelas incertezas climáticas, sentem-se hoje percorrendo os os campos das suas amarguras.

Não é esta a primeira vez que, desta tribuna, lanço o meu protesto contra a desatenção do Estado, aqui movido pelo Executivo, às proposições das Casas Legislativas. Que ao menos desta vez se atente para os inúmeros e valiosos projetos através dos quais senadores e deputados oferecem os caminhos que o Executivo não tem encontrado para conduzir o Brasil a bom termo.

Srs. Senadores, o meu receio maior neste momento é que, desorganizando o campo, desatendendo os produtores agrícolas, nós desestimulemos a agri-



cultura e a pecuária. E o mais grave está, exatamente, na perda de produtividade. Se os produtores agrícolas não forem ouvidos pelo governo federal neste instante, a produtividade agrícola cairá e, com isso, nós vamos desorganizar, por mais de cinco anos, toda a agricultura brasileira, com graves prejuízos para a nação, para o nível de emprego, para as exportações e para a economia.

Sobre os ombros do Governo Federal pesa uma responsabilidade grande que terá de resolver, sob pena de falta de sensibilidade, neste momento.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O Sr. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge, como Líder, por até sete minutos. A seguir, o Senador Tião Viana.

**O Sr. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores...

**O Sr. Aloizio Mercadante** (Bloco/PT – SP) – Senador, poderia só pedir um aparte muito breve? Eu solicitaria que fosse tocada a campanha para que possamos começar a Ordem do Dia. Estamos com **quorum** muito baixo, e hoje está na pauta uma matéria muito relevante, que é a PEC paralela. Nós precisaríamos dar prosseguimento às votações de ontem. Agradeço-lhe, Senador José Jorge.

**O Sr. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Pois, não. Eu também faço um apelo, já que estou com a palavra, para que os Senadores compareçam aqui para que possamos iniciar a votação da PEC paralela.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, com essa questão do “mensalão”, da CPI dos Correios, enfim, com todas essas acusações que estão sendo feitas agora no Brasil ao Poder Executivo e, inclusive, ao próprio Poder Legislativo, principalmente à Câmara, apareceu um novo personagem nacional, que é o Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza, dono de duas agências de publicidade que prestam serviços ao Governo.

Tivemos a atenção despertada para essa questão da publicidade oficial, que atinge valores altíssimos. Só para se ter uma idéia, vejamos o caso da Petrobras, que é a maior empresa brasileira, empresa altamente lucrativa.

A propósito, sempre se disse que o melhor negócio do mundo é empresa de petróleo bem administrada e o segundo melhor negócio do mundo é empresa de petróleo mal administrada, que, aparentemente, é o caso da Petrobras neste momento. Não obstante isso, ainda é uma empresa que tem lucros extraordinários, já que um barril de petróleo explorado pela Petrobras custa em torno de US\$12 e, no mercado, é vendido

atualmente por US\$60. Com isso, a Petrobras tem recursos para aplicar em qualquer coisa que deseje, mas isso não impede que ela também observe a produtividade e o uso desses recursos.

Nesta semana tivemos informações de que a Petrobras tinha multiplicado por três as suas despesas com publicidade, que já eram altas: a Petrobras gastou, em 2002, R\$252 milhões em publicidade e patrocínios, e este ano está previsto um gasto de mais R\$700 milhões. Portanto, essas despesas foram multiplicadas por três em apenas três anos.

Há cerca de quinze dias, vimos uma matéria baseada em pesquisa do IBGE mostrando os gastos das empresas privadas e públicas com publicidade. A Petrobras, Senador Pedro Simon, está em segundo lugar, ela só perde mesmo para as Casas Bahia.

Todos os que estão aqui devem ver diariamente dezenas de comerciais das Casas Bahia em todos os canais de televisão, mesmo porque elas vendem eletrodomésticos e outros produtos para os quais quanto mais promoção fazem, mais facilmente vendem seus produtos.

Se observarmos as empresas que produzem cervejas e refrigerantes, bem como outras empresas que vendem seus produtos enfrentando concorrência no mercado em todo território nacional, veremos que a Petrobras gasta mais do que elas. E o que chama mais a atenção nisso é o seguinte: a Petrobras não participa do mercado de concorrência. Quer dizer, a Petrobras vende um produto que só ela tem e, assim mesmo, para grandes distribuidoras. Quem é que vende gasolina, óleo diesel, nafta etc? Só a Petrobras e assim mesmo para grandes consumidores, que são as distribuidoras. Portanto, para entrar no mercado, a Petrobras não precisa de publicidade alguma. A Petrobras precisa de publicidade institucional para, exatamente, melhorar o nome da empresa, mas não precisa desse dinheiro todo.

Sr. Presidente, como é que a Petrobras gasta? Todos nós sabemos que toda essa questão de publicidade foi concentrada na secretaria comandada pelo Ministro Gushiken. Esta semana saiu informação sobre uma revista que é do irmão da esposa do Ministro Gushiken, cunhado do Ministro – ele tem três revistas cuja circulação é muito limitada. Segundo essa informação, a Petrobras teria colocado publicidade nessa revista no valor de um milhão de reais durante o ano passado.

O que se conclui é que, na realidade, esse é um instrumento muito poderoso de pressão. O Sr. Marcos Valério retirou vinte milhões de reais, em dinheiro, colocou esse dinheiro no bolso e foi a Brasília – todas as vezes que ele tirava dinheiro, viajava para Brasília. E foi numa dessas viagens que, supostamente, pelo que diz o Deputado Roberto Jefferson e também pelo

que diz o tesoureiro do PTB, ele fez o pagamento de quatro milhões que o PT tinha prometido ao PTB.

Por que o Dr. Marcos Valério tinha tanto dinheiro para ser distribuído? Eram propagandas, agências de publicidade que prestavam serviços que davam uma tal lucratividade que lhe permitiam fazer essa operação.

Por outro lado, também verificamos que esse contrato do Sr. Marcos Valério é apenas a ponta do *iceberg*, porque, na verdade, existem muitas outras agências de publicidade que prestam serviço às estatais. Por exemplo, a Petrobras aplica mais de R\$700 milhões por ano somente em publicidade.

Se verificarmos a relação das agências, as que prestam serviços à iniciativa privada, as maiores e as melhores agências não são as mesmas que trabalham para o Governo. As agências que prestam serviços ao Governo são outras – que entram nesse jogo político –, ficando muitas delas restritas praticamente a pagamentos em relação ao Governo.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, já vou encerrar. Fiz uma convocação para que o Ministro Luiz Gushiken e seus dois principais auxiliares sejam convocados à CPI dos Correios para que esclareçam os contratos de publicidade que os Correios têm com essas e outras empresas.

Gostaria de dizer que cabe a nós, aqui no Senado, como subproduto disso tudo, prepararmos um projeto de lei onde possamos redefinir a relação das agências de publicidade com as empresas estatais. Na verdade, empresas grandes, como o Banco do Brasil e Caixa Econômica, por exemplo, precisam muito mais de publicidade que a Petrobras; os próprios Correios precisam muito mais que a Petrobras, porque prestam serviço diretamente ao público. No entanto, a Petrobras é a que mais gasta e é a que menos precisa. Então, temos obrigação de corrigir essas distorções, e isso pode ser feito por meio de um projeto de lei que refaça as relações entre as empresas estatais e as agências de publicidade, para que as melhores empresas, aquelas que realmente participam no mercado privado, sejam as que também trabalhem nas empresas estatais.

Portanto, Sr. Presidente, vou preparar esse projeto e apresentá-lo à Casa.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. José Jorge, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Pedro Simon.*

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon. PMDB – RS) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, preciso de uma orientação da Presidência. Ontem, o Senador Amir Lando, o Senador Demóstenes Torres e eu, cumprindo a missão do Senado Federal de ir a Rondônia para acompanhar as investigações daquela situação, viemos de lá com o entendimento de que a Presidência deveria nos autorizar – a esta comissão – a continuar os nossos trabalhos normalmente durante o mês de julho, até porque os procedimentos a serem tomados pela comissão não podem esperar o retorno oficial dos trabalhos em agosto. Então, gostaria de saber da Presidência se isso é possível e, sendo possível, se eu teria que remeter algum requerimento ou coisa parecida ainda hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon. PMDB – RS) – Possível é, mas é importante que V. Ex<sup>a</sup>, o Senador Demóstenes Torres e o Senador Amir Lando façam um requerimento à Presidência prestando contas do que fizeram e pedindo a prorrogação. É importante que seja feito hoje porque esta é a última sessão.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon. PMDB – RS) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PL – RJ. Pela ordem.) – Peço a V. Ex<sup>a</sup> que me inscreva para falar antes da Ordem do Dia, como Líder do PL.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon. PMDB – RS) – V. Ex<sup>a</sup> terá o uso da palavra assegurado.

Com a palavra o companheiro Senador Tião Viana.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Nobre Senador Pedro Simon, digno Presidente neste momento do Senado Federal, trago à tribuna um assunto que julgo de enorme alegria e satisfação para o povo da Amazônia, para o povo brasileiro e, de modo distinto, para o povo do meu Estado do Acre. Trata-se da campanha mundial Mil Mulheres para o Prêmio Nobel da Paz 2005, uma iniciativa inédita que propõe a indicação de mil mulheres para concorrerem, coletivamente, ao famoso prêmio concedido na Noruega.

Com enorme satisfação registro que dentre as indicadas encontram-se 52 brasileiras, sendo uma delas a pedagoga e militante do meu Estado, Maria da Conceição Maia de Oliveira.

Uma amiga, uma mulher brilhante que nasceu em Rio Branco. Formada em Pedagogia, com mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Federal do Acre, Concita Maia, como é

mais conhecida, é uma dessas mulheres cuja bravura e capacidade de liderança justificam o renome. Ela é respeitada pelos movimentos sociais e temida pelos inimigos da paz e da coletividade.

Concita desenvolve um importante trabalho de articulação no norte do País e, particularmente, no Estado do Acre.

Fundadora e coordenadora do Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (Mama), é uma das responsáveis pela criação do Movimento das Mulheres do Acre (MMA) e da Rede Acreana de Mulheres e Homens.

Integra a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, além de ser membro do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e do Conselho de Sábias da Rede de Mulheres da América Latina e do Caribe.

Felizmente, seu trabalho tem angariado respeito tanto no plano nacional quanto no internacional. Em 2001, integrou a delegação brasileira na Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação, Xenofobia e Outras Formas Correlatas de Intolerância, na África do Sul. Também atuou como delegada, pelo Brasil, na Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, na ONU, que teve lugar em Joanesburgo, África do Sul, em 2002. No ano seguinte, participou do Fórum Social Panamazônico sobre o tema Gênero e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia. Inarredável em sua trajetória, em 2004, chegou a vez de ser agraciada com o Prêmio Taylor & Francis, do 15th Internacional Congress On Women's Health Issues, em São Paulo.

Sua paixão pela cultura popular e pelas populações tradicionais da Amazônia faz com que esteja sempre presente e, quase sempre, à frente de ações ligadas à educação e ao meio ambiente. Dessa maneira, Concita tem prestado assessoria e consultoria a diversos projetos de alfabetização para comunidades indígenas, associações de parteiras, lavadeiras, seringueiros e agricultores.

Sua vida tem sido dedicada a reunir, em torno de um mesmo ideal de solidariedade, justiça e melhoria social, categorias profissionais as mais distintas, muitas delas detentoras de um saber transmitido por meio de uma longa tradição oral. Embora todos os grupos recebam dela igual atenção e carinho, é às mulheres que dedica a maior parte do seu tempo, de sua militância e de sua energia. Além de parteiras e lavadeiras, são artesãs, curandeiras, quebradeiras de coco de babaçu, professoras, rezadeiras, pescadoras, mulheres simples e anônimas, cuja força reside na capacidade de doação e de resistência.

Concita Maia e suas companheiras lutam, com o seu jeito simples e cheio de sabedoria, dia após dia,

contra as mais diferentes e perversas formas de discriminação e violência. É com o seu canto que denunciam, como fazem as quebradeiras de coco, os abusos cometidos por fazendeiros e latifundiários contra o meio ambiente e a vida.

São mães, esposas, filhas e profissionais competentes a zelar pela coletividade com os instrumentos de que dispõem: talentos, rezas, mezinhas, persistência, coragem e uma ativa e profícua militância cotidiana.

Promovido pela Fundação Suíça pela Paz, uma organização não-governamental, o Movimento Mil Mulheres para o Prêmio Nobel da Paz 2005 angariou o respaldo e a participação de 225 países e tem, como principal objetivo, valorizar e conferir maior visibilidade à atuação feminina na luta em defesa dos direitos humanos.

O comitê organizador elegeu, em cada uma das 25 regiões do planeta em que a campanha foi lançada, um grupo de mulheres que têm um trabalho de destaque na promoção em defesa desses direitos, na proteção de crianças e de outros grupos de risco, na eliminação da pobreza...

**A Sr<sup>a</sup> Serys Shessarenko** (Bloco/PT – MT) – Um aparte, Senador.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – ... na preservação do meio ambiente, no combate à violência e à discriminação, na formulação de uma ordem econômica justa, na promoção de negociações de paz, na ampliação do acesso à saúde e à educação, na documentação de crimes de guerra e violações de direitos humanos ou na ação contra proliferação de armas.

Cada candidatura foi submetida a uma análise rigorosa. As mil mulheres relacionadas terão suas vidas documentadas em vídeos e filmes, em áudios e textos, e os seus trabalhos serão analisados e utilizados em estudo sobre conflitos e processos de paz.

São mulheres de todo mundo: artistas, agricultoras, intelectuais, professoras, médicas, profissionais liberais, religiosas e líderes comunitárias que lutam pela paz e pela construção de um futuro em que a violência não impere, um futuro onde as crianças sejam apenas crianças e a sociedade possa zelar pelo seu pleno desenvolvimento.

Instituído em 1901, o Prêmio Nobel da Paz foi conferido a uma mulher, ao longo de todo esse tempo, apenas onze vezes, Senadora Serys. Tal disparidade denuncia a falta de equanimidade que ainda hoje impera na avaliação e no reconhecimento público do trabalho efetuado por homens e mulheres.

Lamentavelmente, em pleno século XXI, nossas sociedades teimam em relegar o universo de ações desenvolvidas pelas mulheres, conferindo sempre peso maior àquelas levadas a cabo por homens.

Embora, atualmente, elas sejam um pouco mais respeitadas e obtenham melhores colocações e condições de trabalho, de maneira geral, a batalha pela equivalência continua acirrada. Vem daí a importância de se propor que mil mulheres recebam o Prêmio Nobel da Paz. É uma forma de se fazer justiça a elas e, ao mesmo tempo, um ousado ato político que premia o coletivo em detrimento do individual.

A lista oficial da campanha Mil Mulheres para o Prêmio Nobel da Paz 2005 foi entregue, no final de janeiro deste ano, ao Comitê de Nomeações em Oslo.

Resta-nos esperar e torcer para que o comitê admita a relevância histórica de uma tal iniciativa, colaborando para conferir, de forma simbólica, por meio da premiação coletiva a essas mil mulheres, o merecido reconhecimento internacional ao impressionante trabalho em favor da paz desenvolvido por mulheres em todo o mundo.

Da minha parte, presto minha homenagem, nas pessoas das indicadas brasileiras e, particularmente, na de minha conterrânea, Concita Maia, às mulheres cuja valiosa e incansável atuação faz de nós pessoas melhores, mais ternas, mais tolerantes.

A todas elas desejo sucesso e que a história lhes faça mais justiça, resgatando do anonimato suas mais belas e valorosas conquistas.

Antes de conceder o aparte à Senadora Serys Slhessarenko e ao Senador Sibá Machado, cito ainda a Dr<sup>a</sup> Zilda Arns Neumann, como reconhecida e indicada entre as mulheres brasileiras; a Deputada Luiza Erundina de Sousa, Ana Maria Machado, Concita Maia – que já citei e a quem já me referi –, Rose Marie Muraro, Marina Silva e Mayana Zatz.

Sei que a Senadora Marina Silva receberá, em breve, a mesma manifestação carinhosa por sua indicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon. PMDB – RS) – É importante salientar que é a primeira vez que o Brasil é indicado para o Prêmio Nobel da Paz.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – É a primeira vez em toda a história.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon. PMDB – RS) – É uma indicação coletiva, mas começamos. É a primeira vez que o Brasil é indicado para esse prêmio.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Este é um momento extraordinário, pois a notícia nos anima a alma e a esperança por um mundo melhor, com mais equilíbrio entre homens e mulheres.

Concedo um aparte à nobre Senadora Serys Slhessarenko, depois aos Senadores Sibá Machado e Cristovam Buarque.

**A Sr<sup>a</sup> Serys Slhessarenko** (Bloco/PT – MT) – Senador Tião Viana, V. Ex<sup>a</sup> traz uma temática da

maior relevância. Como Presidente da Comissão Temporária do Ano Internacional da Mulher Latino-Americana e Caribenha, considero da maior relevância o movimento Mil Mulheres pela Paz, do qual tenho participado. V. Ex<sup>a</sup> traz essa temática e elenca alguns nomes de brasileiras que estão nesse grupo. Isso é da maior relevância, Senador Tião Viana, até porque a Dra Zilda Arns, a Deputada Luiza Erundina e tantas outras mulheres como Clara Charf – que participou da coordenação desse processo no Brasil –, já foram premiadas e homenageadas no País. O Senado da República homenageia cinco mulheres por ano com o prêmio Bertha Lutz. São mulheres que prestaram grandes serviços especialmente à causa de gênero. Acabo de vir do Interlegis, onde abrimos um debate, também por causa do ano internacional, pois são muitas as atividades da Comissão das Mulheres Latino-Americanas e Caribenhas. Estão participando quinze Assembléias Legislativas, discutindo assédio moral e outras questões, com juízes do trabalho, professores, como a professora Maria de Fátima, da Universidade do Rio Grande do Norte, e tantas outras personalidades. Portanto, o Brasil está participando para valer na busca da superação da discriminação e da violência contra a mulher. E o Senado da República está dando uma grande quota de participação. Louvo muito o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>. Conclamo todos os Senadores a procederem dessa forma, em vários ângulos, em relação à superação da discriminação de gênero neste País.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Agradeço à nobre Senadora Serys Slhessarenko, que tem marcado a luta das mulheres no Parlamento brasileiro com sua atuação diária, missionária, a favor de um espaço mais digno para as mulheres, numa sociedade infelizmente cheia de injustiças e discriminações.

Permita-me, Senador Sibá Machado, pedir a V. Ex<sup>a</sup> que seja o responsável por trazer a história e a biografia da nossa maravilhosa Ministra Marina Silva, que, sem dúvida alguma, será muito bem defendida por V. Ex<sup>a</sup>. Não o fiz, respeitando a cumplicidade de mandato que V. Ex<sup>a</sup> tem com a Ministra Marina Silva, e sabendo que V. Ex<sup>a</sup> o fará em breve.

Concedo um aparte ao Senador Sibá Machado, com a tolerância do nobre Presidente.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Mais uma vez, agradeço a V. Ex<sup>a</sup>. É um caso de irmandade. Sinto-me numa família, devido à grandeza do pensamento brilhante de V. Ex<sup>a</sup>, que tem sido motivo de muito alegria para toda a população acreana. Para ser bem sucinto, Sr. Presidente, solicito, se for possível, transformar o pronunciamento do Senador Tião Viana num manifesto desta Casa, pela conquista de espaço das



mulheres escolhidas para receber tão importante prêmio de reconhecimento dessa causa, sendo 52 delas brasileiras e, para nossa maior alegria, duas delas do eminente Estado do Acre. Então, peço a V. Ex<sup>a</sup> que, se possível, transforme esse pronunciamento num manifesto desta Casa a esse brilhante movimento nacional de mulheres, pela conquista tão relevante para a sociedade como um todo. Muito obrigado.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, já encerro. Antes, porém, concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco/PT – DF) – Senador Tião Viana, quero apenas cumprimentá-lo e dizer que V. Ex<sup>a</sup> trouxe algo que nos orgulha, pois seria um prêmio muito valioso para todos nós. Gostaria de fazer um pequeno esclarecimento ao Presidente, Senador Pedro Simon. Eu também não estava alerta, Senador, até que recentemente uma pessoa veio visitar-nos e lembrou-nos que o Brasil já teve alguns ganhadores do Nobel: soldados brasileiros das tropas de Paz das Nações Unidas. A Tropa de Paz das Nações Unidas recebeu o Prêmio Nobel há alguns anos e, entre os soldados, estavam alguns brasileiros que carregam, com muito orgulho, o título. Recebi, há pouco, um senhor que fez parte desse grupo. Mas isso não desmerece a colocação de V. Ex<sup>a</sup> de que o Brasil está atrasado em relação ao mundo, por não termos ainda ganhadores do Prêmio Nobel. Em parte, claro, pela nossa educação. Se tivéssemos tido uma boa educação ao longo dos últimos 100 anos, já teríamos dois ou três Prêmios Nobel de Literatura, como têm outros países da América Latina. Parabéns, Senador Tião Viana, por ter trazido esse assunto!

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, encerro sem mais nenhuma manifestação, ouvindo o Senador Eduardo Suplicy, contando suas palavras como as minhas últimas.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Ape- nas para cumprimentar sua iniciativa, prezado Senador Tião Viana, de enaltecer a iniciativa da sugestão à Academia de Ciências da Noruega, que confere o Prêmio Nobel, de considerar o trabalho extraordinário de mil mulheres, entre as quais mulheres brasileiras que têm se distinguido na luta pelos direitos à cidadania. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pela iniciativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon. PMDB – RS) – Com a palavra, pela Liderança do PL, o Senador Marcelo Crivella, por cinco minutos.

**O SR. SÉRGIO CABRAL** (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

*O Sr. Pedro Simon deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Sérgio Cabral.

**O SR. SÉRGIO CABRAL** (PMDB – RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup>, como 1º Vice-Presidente, honra e muito este Plenário e esta Casa, mas quero registrar como o Senador Pedro Simon ficou bem sentado na cadeira de Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O Senador Pedro Simon é nosso Presidente honorável, nobre Senador Sérgio Cabral, sem dúvida alguma.

A Mesa faz um apelo a todos os Srs. Senadores que estão nos gabinetes para que venham ao plenário. Temos matérias da maior relevância para votar e já vamos iniciar a Ordem do Dia.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O Senador Marcelo Crivella já está na tribuna. A seguir, terá a palavra o Senador Arthur Virgílio.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PL – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, mais uma vez venho ao plenário do Senado Federal para denunciar uma conspiração.

Aqui estão vários Fiscais da Receita e Oficiais do Corpo de Bombeiros, que quero saudar, valorosos guerreiros de meu País – estamos assistindo, em meio a uma crise política, uma saída que parece a solução e não é. O Deputado Delfim Netto, um homem com um passado brilhante, que já prestou grande serviço à Nação, independente, mas que chega a uma certa idade independente até de bom senso, está propondo nos jornais, conversando com Parlamentares e capitalistas para se reduzir o déficit nominal a zero.

Venho aqui como Senador e brasileiro. O déficit nominal, na verdade, não existe, porque o Governo está gastando menos do que arrecada. Aí está o superávit de quase R\$100 bilhões que fizemos no ano passado. Enquanto isso, as nossas estradas, os nossos hospitais...

Na semana passada estive nos Estados Unidos, onde mais de 20 mil brasileiros estão presos porque não têm emprego no Brasil. Não temos déficit nominal real. O déficit nominal é a diferença do que nós nos comprometemos a pagar aos capitalistas deste País, aos banqueiros e à elite brasileira, que tem hoje R\$1

bilhão nas mãos do Governo como déficit, como dívida pública; e o superávit que praticamos.

Ora, os juros são de R\$120 bilhões, o superávit de R\$80 bilhões, fica um déficit de R\$40 bilhões. A proposta do Deputado Delfim Netto não é reduzir o déficit nominal baixando os juros, mas subindo o superávit. E esse superávit vai sair do salário dos senhores; esse superávit não pode ir para pagar os reajustes que vocês deveriam ter já há onze anos. Este é o problema que nós vivemos hoje, uma conspiração, um déficit público de R\$1 trilhão, sendo que 80%, R\$800 bilhões, pertencem a sete ou oito mil brasileiros que, no ano passado, receberam mais de R\$100 milhões de juros por essa dívida.

É impressionante como este País continua o mesmo desde a época da Colônia. É impressionante como os instrumentos das elites são os mesmos. Agora mesmo, assistimos, em horário nobre, a uma novela que aponta como esperança a emigração. Não quero acusar a autora nem os artistas, mas essa novela serve como instrumento das elites para exportar pobres, tirar do País aqueles que deveriam usufruir da riqueza nacional. E o nosso País é muito rico, mas porque temos uma elite retrógrada, egoísta e que exige de nós os maiores juros praticados neste País, não podemos dar saída à fila de pessoas que se formam na frente dos hospitais. E, na minha cidade do Rio de Janeiro, já são quase uma dezena de pessoas que, no último ano, morreram porque não foram assistidas. Ficavam na porta dos hospitais com falta de ar, com dor de estômago, com todo tipo de problema, porque não havia nem médico, nem remédio.

A **Folha de S. Paulo** de hoje traz na capa uma notícia preocupante: Furnas, a nossa maior hidrelétrica em Minas Gerais, estaria sendo usada para arrecadar R\$3 milhões por mês para pagamento de propinas. Notícia grave, na capa de um dos jornais mais importantes do nosso País! Ali se fala em pagamento de Deputados, de diretores da companhia e de Partidos políticos. Um horror!

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PL – RJ)

– Essa notícia sai ao mesmo tempo em que a classe política e o próprio Governo, extremamente fragilizados, recebem como saída estratégica para a crise um acordo de zerar o déficit nominal, como expus aqui aos senhores presentes, impondo, mais uma vez, sacrifício ao povo brasileiro. Onde é que isso vai parar?

Isso clama aos céus, isso clama aos homens de boa vontade. Diz a Bíblia que a única saída para a crise é a verdade. Eu não era político, eu era missionário na África, quando assisti, via televisão, a uma

grande confusão com Senadores eminentes. Assisti **pari passu** até o momento em que vi o depoimento do Senador Arruda, e achei aquilo um alívio, porque o Senador...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PL – RJ)

– Sr. Presidente, já vou concluir.

Em um momento extremo de lucidez, o Senador Arruda, aqui deste plenário, cumpriu o que Cristo disse: “Só há uma coisa que liberta das algemas, é a verdade. E ele disse assim: “Olha, tentei por todos os caminhos me furtar, fugir, encontrar uma saída, mas, hoje, venho aqui e declaro a verdade: fiz o que não devia ter feito e peço perdão a minha família, aos amigos e aos eleitores, mas estou dizendo a verdade.”

Tornou-se, na Legislatura seguinte, o Deputado Federal mais votado do País proporcionalmente.

Não há outra saída, senhores, a saída é a verdade.

E é esta verdade que eu clamo. A verdade de se conhecer o verdadeiro País em que vivemos. De se dizer a verdade doa a quem doer; punindo-se quem tenha que ser punido.

Sr. Presidente, o povo brasileiro já não agüenta mais. Essa é a mensagem que trago das prisões americanas. Lá se encontram 20 mil brasileiros que querem trabalhar: do Rio, de Minas, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, de Rondônia, do Mato Grosso etc. Eles não encontraram trabalho aqui e foram buscar lá. País tão rico como o nosso não pode continuar sendo tão mal dividido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, pela Liderança do PSDB, por até sete minutos. Em seguida, iniciaremos a Ordem do Dia.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu tenho alertado para o caráter de certa forma imaturo e inseguro do Governo e de seus articuladores ao reagirem, como reagem, às denúncias graves de corrupção, envolvendo o Governo do Presidente Lula da Silva. Mais tarde, lerão os registros na imprensa dos fatos correntes e perceberão, primeiramente, o peso do ridículo; em segundo lugar, a sensação que passam de sentimentos de culpa, de insegurança; em terceiro lugar, notarão que todo o esforço que têm despendido no que possam chamar de articulação – e articulação eu não vejo que seja parecido com ela o que fazem eles –, é defensivo, não compreendendo que um responsável e correto Depu-

tado do Partido dos Trabalhadores, Deputado Paulo Delgado, em entrevista do último fim de semana ao jornal **O Globo** disse a única verdade irrecorrível e que, portanto, deve ser seguida pelo Governo e pelo PT. Paulo Delgado disse: “Só a verdade salva o Governo e salva o PT, mais nada.”

As tergiversações para quebrar o sigilo do Sr. Marcos Valério retrocedem ao período tal. Essa fixação quase que sexual no Presidente Fernando Henrique, é algo quase que sexual. Eu fico impressionado porque extrapola os limites da racionalidade.

Mas, muito bem, o que nós queremos é saber não quando investigam nem quem investigam, é saber que vão investigar, sim, as atividades do Sr. Valério neste Governo. A opinião pública está sedenta por notícias e por afirmações nesse campo.

E aí a pendência na Câmara, num processo demoralizante da tal CPI para investigar o mensalão, tendo como primeiros signatários o Sr. Mabel e o Sr. Janene, acusados diretamente, colocados sob suspeição diretamente nesse processo, numa ingenuidade da Câmara – de setores da Câmara, não da Câmara como um todo –, imaginando que é possível controlar qualquer CPI. Se o Presidente da CPI for o Sr. Mabel e o Relator for o Sr. Janene, ainda assim a opinião pública vai exigir, vai cobrar e vai obter a explicação cabal de todas as denúncias ligadas a esse episódio vergonhoso que é o “mensalão”. E por trás dessa fragilidade, dessa falta de consciência e de competência, existe, Senador Heráclito Fortes, o autoritarismo.

Quero ler aqui um trecho de entrevista recente à revista **Imprensa**, concedida pelo notável jornalista Boris Casoy. E é de espantar, Senador Pedro Simon, o que ele diz!

**Imprensa:** Você sofreu muita pressão do Governo e do PT?

**Boris:** Muita... Mas muita mesmo... No começo da administração do PT, pressionaram a direção violentamente para me tirar da Record. Ameaçaram cortar a publicidade. A diretoria me deixou a par o tempo todo.

**Imprensa:** E isso acabou?

**Boris:** Acabou no dia 13 de fevereiro, quando aconteceu o caso Waldomiro [não houve nenhuma conversão do Governo à democracia; houve o caso Waldomiro, que reduziu um pouco o salto alto em que estavam montados os dirigentes deste Governo e deste Partido].

**Imprensa:** Por quê?

**Boris:** As razões da pressão eram as mais estúpidas possíveis. Eles me atacaram

muito no caso do Banestado. E agora eu entendo porque... pelo menos eu suponho.

Fizeram uma grande pressão... Não sei se a diretoria vai gostar... Queriam que eu não cobrisse mais o caso Celso Daniel. E olha que eu cobria de maneira absolutamente neutra. Eu não podia ligar o Roberto Teixeira ao Lula. Nem dizer que era amigo do Lula.

**Imprensa:** Eles chegaram a te processar?

**Boris:** Não, porque não fiz acusação nenhuma. Eles, no começo do Governo, não suportavam, por exemplo, que nós puséssemos um debate do Congresso no ar, onde, ao invés de terminar com o PT, a discussão terminava com a Oposição, com o Virgílio [no caso, exatamente este seu colega]. Foram reclamações diárias. Diziam que eu era tucano.

“Eu não defendo o Lula ou fora Lula”, diz, com muita justeza, Boris Casoy.

Em outro trecho, o jornalista Boris Casoy estabelece um paralelo entre os Presidentes Collor, que não interferiu no trabalho dele; Sarney, que não interferiu no trabalho dele; Itamar, que não interferiu no trabalho dele e Fernando Henrique, que tampouco fez qualquer pedido nesse sentido. E se refere de maneira muito respeitosa ao Presidente que não tomou posse, Tancredo Neves, que também respeitava o direito de a imprensa cobrir e aceitava as críticas que se pudessem fazer a quem governa. Quem governa tem que ser, às vezes, até elogiado, para ter estímulo, para fazer, portanto, mais coisas boas a partir desse estímulo. E, quando erra o administrador, ele deve ser criticado, até para não repetir o erro, para não repetir o equívoco.

Mas fico impressionado porque o jornalista Boris Casoy, do alto da sua responsabilidade, diz que foi pressionado, que quiseram a cabeça dele. Era o Partido dos Trabalhadores pedindo a cabeça de um jornalista independente e ameaçando cortar a verba de publicidade da TV Record, para que ela, portanto, se credenciasse; se o fizesse, cairia nas boas graças do Governo, se aderisse ao Governo de maneira servil. Ela não o fez e, portanto, merece esse registro positivo, quando manteve no ar um telejornalismo que é tradição, e tradição de respeito, de isenção e de seriedade.

Volto a dizer, Senador Pedro Simon, Sr. Presidente e prezado amigo Tião Viana, que o Governo tem contra ele o relógio, o cronômetro do tempo político. Ele não pode mais tergiversar, ele precisa responder cabalmente às denúncias duras de corrupção que sofre essa gestão.

Do ponto de vista do seu Partido, que é o mais importante Partido de sustentação, ele precisa enfrentar



as denúncias cada vez mais pesadas que pairam sobre as cabeças de dirigentes, como na do Sr. Delúbio e na do Sr. Silvio Pereira, numa hora em que avultam os indícios e as constatações de financiamento desse “mensalão”.

Diz a **Folha de S. Paulo** que eram R\$20 milhões os do Banco Rural, saques vultosíssimos, Senador Ramez Tebet, às vésperas de reuniões com dirigentes do PT. Já diz **O Estado de S. Paulo** que há mais R\$20 milhões do Banco do Brasil. Então, são 40 milhões. Quarenta milhões é dinheiro para muito “mensalão”!

Portanto, o que a Nação cobra e espera são respostas, e não mais evasivas; respostas, e não mais atitudes ridículas, infantis, deprimentes, depreciativas, auto-depreciativas, de revanche. A Nação espera por respostas. Se o Governo não é capaz de dá-las, este Governo terá problemas cada vez maiores de governabilidade, terá cada vez maiores problemas para cumprir aquilo que todos esperamos que ele seja capaz de cumprir: o seu mandato constitucional, o seu mandato de quatro anos. Ninguém mais do que eu defende a legalidade neste País, mas é preciso que o Governo se credencie ao respeito da opinião pública e que saiba valorizar o seu mandato, que saiba valorizar este mandato construído por 53 milhões de eleitores.

Mentira não cabe mais. Deboche com o **Diário Oficial** não cabe mais. Desrespeito à opinião pública não cabe mais. Revanche cretina não cabe mais. O que cabe é apurar os fatos, e se tem, em qualquer quadrante, alguém usufruindo de dinheiro público, isso deve ser apontado à opinião pública, deve ser apontado à Justiça, e a punição deve desabar sobre a cabeça de todo e qualquer culpado.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Se puder...

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço ao nobre Senador Arthur Virgílio.

Infelizmente, o tempo está esgotado, Senador Heráclito, em função do risco de não aprovarmos a PEC paralela. Sei que V. Ex<sup>a</sup> tem total solidariedade a essa matéria, mas temos muitos itens e queremos aproveitar ao máximo a presença dos Senadores.

Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, fui citado pelo Senador Arthur Virgílio em seu pronunciamento e invoco a V. Ex<sup>a</sup> o art. 14 do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex<sup>a</sup> tem direito a se pronunciar de acordo com o art. 14 do Regimento.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Senador Arthur Virgílio, com sua lucidez costumeira, invoca-me como testemunho em fatos que hoje toda a Nação vê estarecida.

Virou prática do Governo mirar-se em exemplos ou em possíveis exemplos do Governo passado, mas a sociedade brasileira sabe que não é isso que está em questão. O que está em questão, Sr. Presidente, é exatamente a quebra de compromisso assumido em praça pública pelo atual Governo, de banir a corrupção no País. Se existia essa corrupção que eles tanto dizem que existia no passado, por que providências não foram tomadas no momento inicial da posse? Por que não se nomearam comissões de sindicância? Por que não se apuraram os fatos de maneira rápida e exemplar? Por que se encobriram, por exemplo, os fatos envolvendo o Sr. Waldomiro Diniz? Talvez, esse tenha sido um grande erro e um mau exemplo que o Governo deu.

Sr. Presidente, há pouco, repito, uma Senadora do PT, escalada que foi, citou o exemplo da empresa hoje envolvida em corrupção, uma empresa de publicidade que teria prestado serviços ao governo passado.

Senador Romeu Tuma, é de se perguntar, estarecido: se o PT, bem informado, sabia de tudo isso, por que contratou essa empresa e transformou o seu executivo no homem de maior ligação entre o núcleo duro do Partido e os tentáculos da corrupção, que motivaram ou que causaram a constituição do mensalão nesta Casa?

Portanto, Sr. Presidente, fiz questão de usar o art. 14 do Regimento Interno apenas para reforçar o que disse o Senador Arthur Virgílio, tendo eu dividido com S. Ex<sup>a</sup> algumas tarefas no Governo do Presidente Fernando Henrique – S. Ex<sup>a</sup> como Líder e como Ministro; eu como Líder. Em momento algum, presenciamos, nem sequer de longe, mensalão ou qualquer indício de corrupção cujas providências não tivessem sido tomadas imediatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Não há mais oradores inscritos.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 61, DE 2005

**Altera o Regimento Interno do Senado Federal com o objetivo de dar nova disciplina à Hora do Expediente.**



O Senado Federal resolve:

Art. 1º Os arts. 17, 156, 160 e 176 passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 17. Haverá, sobre a mesa, no Plenário, livro especial no qual se inscreverão os Senadores que quiserem usar da palavra, em conformidade com o art. 176, devendo ser rigorosamente observada a ordem de inscrição.

..... (NR)”

“Art. 156. Não serão permitidos oradores na Hora do Expediente, que será destinada exclusivamente à leitura do expediente, ressalvado o disposto nos arts. 159 e 160, finda a qual, passar-se-á imediatamente à Ordem do Dia.

..... (NR)”

“Art. 160. A Hora do Expediente poderá ser dedicada a comemoração especial, com a duração de até uma hora e trinta minutos, em virtude de deliberação do Senado, obedecido, no que couber, o disposto no art. 199, observadas as seguintes normas:

..... (NR)”

“Art. 176. Esgotada a Ordem do Dia, todo o tempo restante da sessão será destinado ao uso da palavra pelos oradores inscritos na forma do disposto no art. 17, assegurada a preferência para as lideranças. (NR)”

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados os arts. 158, o inciso III do art. 160 e 161 do Regimento Interno do Senado Federal.

### Justificação

O nosso objetivo é aumentar a eficiência das Sessões do Plenário do Senado Federal, mediante o melhor aproveitamento da Hora do Expediente, disciplinada nos arts. 156 a 161, do Regimento Interno desta Casa, que seria destinada exclusivamente à leitura do expediente, após a qual deve-se passar imediatamente para a apreciação da Ordem do Dia, concluindo-se o tempo para o término da sessão com o uso da palavra pelos oradores inscritos.

Atualmente, a Hora do Expediente, que tem a duração de uma hora e trinta minutos, podendo ser prorrogada em quinze minutos (art. 158, § 1º, do Regimento), destina-se à leitura do expediente e aos oradores inscritos, de acordo com o mencionado art. 156.

Entendemos que a regra regimental atual prejudica a apreciação da extensa pauta do Plenário ao destinar tanto tempo para o pronunciamento dos Senhores Senadores –, que reconhecemos de grande

importância para sua atuação parlamentar em razão de tratar de relevantes temas nacionais e regionais –, antes de se iniciar a Ordem do Dia.

Assim, o nosso projeto transfere o tempo destinado ao uso da palavra dos oradores para após a Ordem do Dia, sem prejuízo, portanto, da manifestação dos Senhores Senadores a respeito dos assuntos que desejam tratar em seus pronunciamentos, podendo, até mesmo, superar a duração de uma hora e meia da atual Hora do Expediente, se a Ordem do Dia for esgotada rapidamente, tendo em vista a duração da sessão ordinária ser de quatro horas e trinta minutos (art. 155 do Regimento).

Mantivemos, no entanto, a regra prevista no art. 160 do Regimento, que destina o atual tempo de uma hora e meia da Hora do Expediente para comemoração especial.

Finalmente, observamos que a divulgação das sessões mediante a TV e Rádio Senado exigem de nós Senadores a demonstração de maior objetividade no cumprimento das tarefas diretamente vinculadas à formação das leis, mediante a imediata discussão e, em seguida, votação das matérias incluídas na pauta de deliberação da Casa. Desse modo, evita-se que o telespectador ou ouvinte desista de acompanhar a sessão em razão de os oradores da Hora do Expediente discorrerem a respeito de temas que, muitas vezes, são de interesses apenas regional.

Acreditamos que não haverá objeção para aprovar a proposição tendo em vista o seu elevado mérito, pois poderá trazer grandes benefícios para o bom funcionamento da Casa, em especial do Plenário.

Sala das Sessões, 30 de junho de 2005. – Senador **Gerson Camata**.

### LEGISLAÇÃO CITADA

#### REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

#### RESOLUÇÃO Nº 93, DE 1970

**Texto editado em conformidade com a Resolução nº 18, de 1989, consolidado com as alterações decorrentes de emendas à Constituição, leis e resoluções posteriores, até 2002.**

.....  
Art. 17. Haverá, sobre a mesa, no plenário, livro especial no qual se inscreverão os Senadores que quiserem usar da palavra, nas diversas fases da sessão, devendo ser rigorosamente observada a ordem de inscrição.

§ 1º O Se na dor só poderá usar da palavra mais de duas vezes por semana se não houver outro orador inscrito que pretenda ocupar a tribuna.

§ 2º A inscrição será para cada sessão, podendo ser aceita com antecedência não superior a duas sessões deliberativas ordinárias ou não deliberativas. (NR) (\*\*)

Art. 156. A primeira parte da sessão, que terá a duração de uma hora, será destinada à leitura do expediente e aos oradores inscritos na forma do disposto no art. 17.

§ 1º Constituem matéria da Hora do Expediente:

I – a apresentação de projeto, indicação, parecer ou requerimento não relacionado com as proposições constantes da Ordem do Dia;

II – as comunicações enviadas à Mesa pelos Senadores;

III – os pedidos de licença dos Senadores;

IV – os ofícios, moções, mensagens, telegramas, cartas, memoriais e outros documentos recebidos.

§ 2º O expediente será lido pelo Primeiro-Secretário, na íntegra ou em resumo, a juízo do Presidente, ressalvado a qual quer Senador o direito de requerer sua leitura integral.

Art. 157. Não será lido, nem constituirá objeto de comunicação em sessão pública, documento de caráter sigiloso, observandose, quanto ao expediente dessa natureza, as seguintes normas:

I – se houver sido remetido ao Senado a requerimento de Senador, ainda que em cumprimento à manifestação do Plenário, o Presidente da Mesa dele dará conhecimento, em particular, ao requerente

II – se a solicitação houver sido formulada por comissão, ao Presidente desta será encaminhado em sobre carta fechada e rubricada pelo Presidente da Mesa;

III – se o documento se destinar a instruir o estudo de matéria em curso no Senado, tramitará em sobre carta fechada, rubricada pelo Presidente da Mesa e pelos presidentes das comissões que dele tomarem conhecimento, feita na capa do processo a devida anotação.

Art. 158. O tempo que se seguir à leitura do expediente será destinado aos oradores da Hora do Expediente, podendo cada um dos inscritos usar da palavra pelo prazo máximo de vinte minutos.

§ 1º A Hora do Expediente poderá ser prorrogada pelo Presidente, uma única vez, pelo prazo máximo de quinze minutos, para que o orador conclua seu discurso, caso não tenha esgotado o tempo de que disponha, ou para atendimento do disposto no § 2º, após o que a **Ordem do Dia** terá início impreterivelmente.

§ 2º Se algum Senador, antes do término da Hora do Expediente, solicitar à Mesa inscrição para

manifestação de parecer, comemoração ou comunicação inadiável, explicação pessoal ou para justificar proposição a apresentar, o Presidente lhe assegurará o uso da palavra na prorrogação.

§ 3º No caso do § 2º, somente poderão usar da palavra três Senadores, dividindo a Mesa, igualmente, entre os inscritos, o tempo da prorrogação.

§ 4º As inscrições que não puderem ser atendidas em virtude do levantamento ou da não realização da sessão, comemoração especial, ou em virtude do disposto no § 5º, transferir-se-ão para a sessão do dia seguinte e as desta para a subsequente. (\*)

§ 5º Havendo, na Ordem do Dia, matéria urgente compreendida no art. 336, I, não serão permitidos oradores na hora do expediente.

§ 6º Ressalvado o disposto no art. 160, II, não haverá prorrogação da Hora do Expediente, nem aplicação do disposto no § 2º, se houver número para votação ou se, na sessão, se deva verificar a presença de Ministro de Estado. (NR)

Art. 159. Na hora do expediente, só poderão ser objeto de deliberação requerimentos que não dependam de parecer das comissões, que não digam respeito a proposições constantes da Ordem do Dia ou os que o Regimento não determine sejam submetidos em outra fase da sessão.

Art. 160. O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente poderá ser dedicado à comemoração especial, em virtude de deliberação do Senado, obedecido, no que couber, o disposto no art. 199, observadas as seguintes normas: (\*\*)

I – haverá inscrições especiais para a comemoração; (\*\*)

II – o período da Hora do Expediente será automaticamente prorrogado, se ainda houver oradores para a comemoração; (\*\*)

(\*) Resolução no 37/95

(\*\*) Regulamentado pelo Ato da Mesa nº 1/97

III – se o tempo normal da Hora do Expediente não for consumido pela comemoração, serão atendidos os inscritos na forma do disposto no art. 17. (\*)

Art. 161. Terminados os discursos da Hora do Expediente, serão lidos os documentos que ainda existirem sobre a mesa.

Parágrafo único. Quando houver, entre os documentos a serem lidos, requerimentos a votar, e se mais de um Senador pedir a palavra para encaminhar a votação, esta ficará adiada para o fim da Ordem do Dia.

Art. 176. Esgotada a Ordem do Dia, o tempo que restar para o término da sessão será destinado, pre-

ferencialmente, ao uso da palavra pelas lideranças e, havendo tempo, pelos oradores inscritos na forma do disposto no art. 17.

.....

.....

## PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 62, DE 2005

**Altera o inciso V do art. 14 do Regimento Interno do Senado Federal, para limitar o encaminhamento de votação ao autor, relator ou autor de emenda à proposição.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O inciso V do art. 14 do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14. ....

.....

V – no encaminhamento de votação (art. 308 e parágrafo único do art. 310), uma só vez, por cinco minutos, o autor, o relator da comissão de mérito ou o autor de emenda à proposição;

..... (NR)”

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

Como é do conhecimento geral, o encaminhamento da votação tem por objetivo oferecer aos Senadores mais uma oportunidade de discordar sobre a matéria, antes da votação, para induzir, favorável ou contrariamente, a decisão dos demais. É justo, portanto, que se limite o uso da palavra, nessa fase do processo, ao autor da proposição, ao relator na comissão e ao autor de emenda, que conhecem melhor a matéria, com a finalidade de tornar mais objetiva essa fase da sua discussão. A alteração, se aprovada, facultará ao autor a defesa de sua iniciativa e ao relator ou autor de emenda a exposição de seus pontos de vista sobre o tema em discussão, o que certamente resultará em maior esclarecimento dos demais nessa fase preparatória da votação.

Sala das Sessões, 30 de junho de 2005. – Senador **Gerson Camata**.

### LEGISLAÇÃO CITADA

.....

### CAPÍTULO V Do Uso da Palavra

Art. 14. O Senador poderá fazer uso da palavra:  
I – nos sessenta minutos que antecedem a Ordem do Dia, por vinte minutos;

II – se líder:

a) por cinco minutos, em qual quer fase da sessão, excepcionalmente, para comunicação urgente de interesse partidário;

.....

### SUBSEÇÃO V

#### Do Encaminhamento da Votação

Art. 308. Anunciada a votação de qualquer matéria, é lícito ao Senador usar da palavra por cinco minutos para encaminhá-la.

.....

Art. 310. Não terão encaminhamento de votação as eleições e os seguintes requerimentos:

I – de permissão para falar sentado;

II – de prorrogação do tempo da sessão;

III – de prorrogação de prazo para apresentação de parecer;

IV – de dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos para inclusão de determinada matéria em **Ordem do Dia**;

V – de dispensa de publicação de redação final para sua imediata apreciação;

VI – de Senador, solicitando de órgão estranho ao Senado à remessa de documentos;

VII – de comissão ou Senador, solicitando informações oficiais;

VIII – de comissão ou Senador, solicitando a publicação, no **Diário do Senado Federal**, de informações oficiais;

IX – de licença de Senador;

X – de remessa a de terminada comissão de matéria despachada a outra;

XI – de destaque de disposição ou emenda.

Parágrafo único. O encaminhamento de votação de requerimento é limitada do ao signatário e a um representante de cada partido ou bloco parlamentar, salvo nas homenagens de pesar.

.....

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 242, DE 2005

**Regulamenta a letra f do inciso III do art. 52 da Constituição Federal.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Senado Federal deverá aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha dos Presidentes das autarquias, fundações e empresas públicas da Administração Federal.

Parágrafo único. Os Presidentes das autarquias, fundações e empresas públicas serão sabatinados após audiência prévia da Comissão de Ética Pública vinculada à Presidência da República.

Art. 2º Os demais titulares de Diretorias das entidades de que trata a presente lei terão suas indicações submetidas à audiência prévia da Comissão de Ética Pública.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

Os especialistas e estudiosos dos mecanismos de combate à corrupção são hoje unânimes em afirmar que não basta a repressão aos atos criminosos, devendo empenhar-se a alta Administração Pública em adotar, concomitantemente, medidas preventivas.

Nesse sentido, o ex-Presidente da Comissão de Ética Pública, vinculada à Presidência da República, Dr. João Geraldo Piquet Carneiro, valendo-se de sua experiência no exercício da função, recomendou que os titulares de outros órgãos públicos, como os mencionados na presente proposição, devam ser sabatinados pelo Senado e previamente avaliados na Comissão de Ética Pública. Tal medida, segundo ele, viria servir de processo de filtragem, capaz de contribuir para evitar escândalos envolvendo titulares de altos cargos na Administração Federal.

É no intuito de colaborar com os esforços que hoje são feitos para debelar esse verdadeiro mal crônico que ameaça as instituições brasileiras, que apresentamos o presente projeto de lei.

Sala das Sessões, 30 de junho de 2005. – Senador **Tião Viana**.

### LEGISLAÇÃO CITADA

#### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....  
Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

.....  
III – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

a) Magistrados, nos casos estabelecidos nesta Constituição;

b) Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República;

c) Governador de Território;

d) Presidente e diretores do Banco Central;

e) Procurador-Geral da República;

f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

.....  
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 243, DE 2005

**Altera a Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, para aplicar, no que couber, às testemunhas que colaborem com os trabalhos de investigação de comissão parlamentar de inquérito, as medidas de proteção especial às testemunhas de que trata a Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, passa a vigor acrescida dos seguintes artigos:

Art. 3º-A. Aplica-se, no que couber, às testemunhas que colaborem com os trabalhos de comissão parlamentar de inquérito na elucidação de crimes e de atos de improbidade administrativa, o disposto na Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999.

Art. 3º-B. A concessão da ajuda financeira, de que trata o inciso V do art. 7º da Lei 9.807, de 13 de julho de 1999, às testemunhas da investigação promovida por comissão parlamentar de inquérito fica condicionada à demonstração de que, em função dessa participação, sofram restrições à liberdade de exercício de trabalho, ofício ou profissão.

Art. 3º-C. A concessão da ajuda financeira de que trata o art. 3º B obedecerá ao seguinte rito:

§ 1º O requerimento do interessado será direcionado, conforme o caso, ao Presidente do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal que instruirá e processará o pedido com base nos elementos coligidos ao longo da investigação parlamentar e concluirá pela concessão ou não da ajuda financeira.

§ 2º A ajuda financeira de que trata este artigo será concedida em prestação mensal, permanente e continuada, mediante decreto legislativo ou resolução unicameral, e correrá à conta do Tesouro Nacional.

§ 3º O valor da ajuda financeira mensal será calculado com base na remuneração percebida no momento da participação na Comissão Parlamentar de Inquérito, levando-se em consideração a perspectiva de progressão profissional da testemunha.

§ 4º Serão observadas, a título de reajuste da ajuda financeira mensal, as mesmas condições aplicadas à categoria profissional a que pertencer a testemunha.



§ 5º O valor da ajuda financeira mensal não será inferior ao do salário mínimo.

§ 6º No caso de falecimento do beneficiário, o direito à percepção da ajuda financeira mensal transfere-se aos seus dependentes, observados os critérios fixados na legislação previdenciária cabível.

§ 7º O direito à percepção da ajuda financeira mensal de que trata este artigo cessará quando o beneficiário obtiver colocação no mercado de trabalho.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

As Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) são instituto presente em nosso ordenamento constitucional desde a Constituição de 1934, suprimido da competência do Poder Legislativo na Carta de 1937, reinserido e presente em todas as Constituições desde 1946. Em todas essas épocas, e mais acentuadamente nas duas últimas décadas, a CPI têm prestado relevantes serviços ao País, ajudando a depurar os três Poderes.

Em face do poder investigatório típico de autoridades judiciais que lhes foi constitucionalmente atribuído, a CPI reuniram elementos suficientes que redundaram, por exemplo, até em impeachment de Presidente da República, além da perda de mandato de diversos parlamentares.

Os seguidos sucessos demonstram que a investigação parlamentar é um poderoso instrumento a serviço da elucidação de graves irregularidades e crimes perpetrados contra o interesse coletivo, alguns verdadeiras afrontas à moralidade e dilapidações do patrimônio público.

Em que pese a atualidade do cinquentenário diploma legal, ele tem merecido contínuos e necessários aperfeiçoamentos, tornando-o contemporâneo à hermenêutica dos direitos fundamentais individuais em face dos Poderes do Estado. Como a evolução da sociedade exigiu, as instituições responderam à altura.

O Supremo Tribunal Federal, na esteira de sucessivas decisões, fixou as modernas balizas da atuação da CPI, especialmente no que concerne à necessidade de motivação dos pedidos de quebra de sigilos bancário, fiscal e telefônico; à obrigatoriedade de respeito ao direito contra a auto-incriminação; à vedação de determinação de busca domiciliar, dentre outros aspectos. Veja-se, nesse sentido, remédios constitucionais como os **habeas corpus** nºs 79244/DF e 79812/SP e os mandados de segurança nºs 23452/RJ, 23639/DF, 23642/DF e 23652/DF.

O Parlamento manteve-se ativo quanto à necessidade de atualizar e modernizar tão relevante instrumento investigatório. Conferiu prioridade aos processos, administrativos ou judiciais, instaurados a partir das conclusões das CPIs conforme o previsto na Lei nº 10.001, de 4 de setembro de 2000, que dispôs sobre a prioridade nos procedimentos a serem adotados pelo Ministério Público e por outros órgãos a respeito das conclusões das comissões parlamentares de inquérito.

O Congresso Nacional promoveu ainda, por intermédio da Lei nº 10.679, de 23 de maio de 2003, adequações ao tratamento conferido ao depoimento das testemunhas, permitindo que se fizessem acompanhar por advogado.

Esses aperfeiçoamentos têm de continuar, inclusive, para conferir ainda mais valor às CPIs e às personagens que as tomam possíveis e lhes dão respaldo legal e popular, além de afastar ou reduzir as possibilidades de impunidade. Oferecer dignidade a quem reforça uma CPI é o mínimo que se pode fazer em termos de evolução legislativa.

É sabido que grande parte das mais importantes revelações que levou à elucidação de graves irregularidades e crimes investigados pelas CPIs deve-se ao depoimento de pessoas corajosas, íntegras e, às vezes, humildes financeiramente, como secretárias, motoristas e outros auxiliares.

Após o depoimento nas CPI e a intensa exposição na mídia, essas pessoas, que deveriam ter suas iniciativas louvadas e reconhecidas, sofrem profunda discriminação e se deparam com graves restrições ao ingresso ou à manutenção no mercado de trabalho.

A conseqüência imediata dessa perversa lógica é um rol de infortúnios, como desemprego, miséria, alcoolismo e a impossibilidade de prover sua subsistência e a de sua família. O resultado a médio prazo é a inibição da ida das pessoas à CPI, pois elas podem se perguntar: “O que vou ganhar com meu patriotismo, se a Comissão Parlamentar de Inquérito pode acabar em pizza e a punição pode sobrar para mim e para minha família?”. É a linguagem do povo para expressar um sentimento do povo.

Ademais, a tendência de ampliar as garantias das testemunhas – o que, de um lado, objetiva proteger a integridade física e mental daqueles que se dispõem a contribuir para a elucidação de graves irregularidades, e, de outro, tenciona criar mecanismo de estímulo à produção de provas – manifestou-se no ordenamento jurídico pátrio com a publicação da Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, que dispõe sobre o programa especial de proteção a vítimas e testemunhas de crimes, ameaçadas em razão de colaborarem com a investigação ou processo criminal.

É justo e necessário estender essas medidas de proteção às testemunhas da investigação parlamentar, tão importante quanto a investigação criminal realizada pelas autoridades policiais, pelo Ministério Público ou pelas autoridades judiciais.

Portanto, o objetivo e a essência da presente proposição são simples e fundamentais para o importante instituto da CPI: garantir o pagamento de ajuda financeira mensal e a concessão de outras medidas de proteção às testemunhas de colaborem com a CPI e que sofram, em razão disso, grave ameaça e restrição ao direito fundamental de exercer livremente sua profissão, trabalho ou ofício, previsto no inciso XIII do art. 5º da Constituição Federal.

O instrumento adequado ao reconhecimento dessa situação é o decreto legislativo, no caso de comissão parlamentar mista de inquérito, ou a resolução unicameral, no caso de CPI restrita a uma das Casas do Congresso Nacional, que estabelecerá, em cada caso, as balizas legais à ajuda financeira mensal.

Registre-se que o requerimento do interessado será direcionado, conforme o caso, ao Presidente do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal que instruirá e processará o pedido com base nos elementos coligidos ao longo da investigação parlamentar e concluirá pela concessão, ou não, da ajuda financeira mensal por decreto legislativo ou resolução parlamentar.

Pelo exposto, e em face de seu fundamento humanitário e da evolução das CPs, espero a acolhida da presente proposição.

Sala das Sessões, 30 de junho de 2005. – Senador **Demóstenes Torres**.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 1.579, DE 18 DE MARÇO DE 1952

#### **Dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito.**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 3º Indiciados e testemunhas serão intimados de acordo com as prescrições estabelecidas na legislação penal.

Parágrafo único. Em caso de não comparecimento da testemunha sem motivo justificado, a sua intimação será solicitada ao juiz criminal da localidade em que resida ou se encontre, na forma do artigo 218 do Código do Processo Penal.

LEI Nº 10.679, DE 23 DE MAIO DE 2003

#### **Dispõe sobre a atuação de advogado durante depoimento perante Comissão Parlamentar de Inquérito.**

O Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, passando o atual parágrafo único a vigorar como § 1º:

“Art. 3º .....  
§ 1º (atual parágrafo único).

§ 2º O depoente poderá fazer-se acompanhar de advogado, ainda que em reunião secreta.” (NR)

#### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

#### TÍTULO II Dos Direitos e Garantias Fundamentais

#### CAPÍTULO I Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XIII – é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

Art. 2º Esta lei entra em Vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de maio de 2003; 182º da Independência e 115º da República. – **JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA – Márcio Thomaz Bastos – Álvaro Augusto Ribeiro Costa**.

LEI Nº 9.807, DE 13 DE JULHO DE 1999

#### **Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente**

**prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal.**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

**CAPÍTULO I**

**Da Proteção Especial a Vítimas e a Testemunhas**

Art. 1º As medidas de proteção requeridas por vítimas ou por testemunhas de crimes que estejam coagidas ou expostas a grave ameaça em razão de colaborarem com a investigação ou processo criminal serão prestadas pela União, pelos Estados e pelo Distrito Federal, no âmbito das respectivas competências, na forma de programas especiais organizados com base nas disposições desta lei.

§ 1º A União, os Estados e o Distrito Federal poderão celebrar convênios, acordos, ajustes ou termos de parceria entre si ou com entidades não governamentais objetivando a realização dos programas.

§ 2º A supervisão e a fiscalização dos convênios, acordos, ajustes e termos de parceria de interesse da União ficarão a cargo do órgão do Ministério da Justiça com atribuições para a execução da política de direitos humanos.

Art. 2º A proteção concedida pelos programas e as medidas dela decorrentes levarão em conta a gravidade da coação ou da ameaça à integridade física ou psicológica, a dificuldade de preveni-las ou reprimi-las pelos meios convencionais e a sua importância para a produção da prova.

§ 1º A proteção poderá ser dirigida ou estendida ao cônjuge ou companheiro, ascendentes, descendentes ou dependentes que tenham convivência habitual com a vítima ou testemunha, conforme o especificamente necessário em cada caso.

§ 2º Estão excluídos da proteção os indivíduos cuja personalidade ou conduta seja incompatível com as restrições de comportamento exigidas pelo programa, os condenados que estejam cumprindo pena e os indiciados ou acusados sob prisão cautelar em qualquer de suas modalidades. Tal exclusão não trará prejuízo a eventual prestação de medidas de preservação da integridade física desses indivíduos por parte dos órgãos de segurança pública.

§ 3º O ingresso no programa, as restrições de segurança e demais medidas por ele adotadas terão sempre a anuência da pessoa protegida, ou de seu representante legal.

§ 4º Após ingressar no programa, o protegido ficará obrigado ao cumprimento das normas por ele prescritas.

§ 5º As medidas e providências relacionadas com os programas serão adotadas, executadas e mantidas em sigilo pelos protegidos e pelos agentes envolvidos em sua execução.

Art. 3º Toda admissão no programa ou exclusão dele será precedida de consulta ao Ministério Público sobre o disposto no art. 2º e deverá ser subseqüentemente comunicada à autoridade policial ou ao juiz competente.

Art. 4º Cada programa será dirigido por um conselho deliberativo em cuja composição haverá representantes do Ministério Público, do Poder Judiciário e de órgãos públicos e privados relacionados com a segurança pública e a defesa dos direitos humanos.

§ 1º A execução das atividades necessárias ao programa ficará a cargo de um dos órgãos representados no conselho deliberativo, devendo os agentes dela incumbidos ter formação e capacitação profissional compatíveis com suas tarefas.

§ 2º Os órgãos policiais prestarão a colaboração e o apoio necessário à execução de cada programa.

Art. 5º A solicitação objetivando ingresso no programa poderá ser encaminhada ao órgão executor:

- I – pelo interessado;
- II – por representante do Ministério Público;
- III – pela autoridade policial que conduz a investigação criminal;
- IV – pelo juiz competente para a instrução do processo criminal;
- V – por órgãos públicos e entidades com atribuições de defesa dos direitos humanos.

§ 1º A solicitação será instruída com a qualificação da pessoa a ser protegida e com informações sobre a sua vida pregressa, o fato delituoso e a coação ou ameaça que a motiva.

§ 2º Para fins de instrução do pedido, o órgão executor poderá solicitar, com a aquiescência do interessado:

I – documentos ou informações comprobatórios de sua identidade, estado civil, situação profissional, patrimônio e grau de instrução, e da pendência de obrigações civis, administrativas, fiscais, financeiras ou penais;

II – exames ou pareceres técnicos sobre a sua personalidade, estado físico ou psicológico.

§ 3º Em caso de urgência e levando em consideração a procedência, gravidade e a iminência da coação ou ameaça, a vítima ou testemunha poderá ser colocada provisoriamente sob a custódia de órgão policial, pelo órgão executor, no aguardo de decisão do conselho deliberativo, com comunicação imediata a seus membros e ao Ministério Público.

Art. 6º O Conselho deliberativo decidirá sobre:

I – o ingresso do protegido no programa ou a sua exclusão;

II – as providências necessárias ao cumprimento do programa.

Parágrafo único. As deliberações do conselho serão tomadas por maioria absoluta de seus membros e sua execução ficará sujeita à disponibilidade orçamentária.

Art. 7º Os programas compreendem, dentre outras, as seguintes medidas, aplicáveis isolada ou cumulativamente em benefício da pessoa protegida, segundo a gravidade e as circunstâncias de cada caso:

I – segurança na residência, incluindo o controle de telecomunicações;

II – escolta e segurança nos deslocamentos da residência, inclusive para fins de trabalho ou para a prestação de depoimentos;

III – transferência de residência ou acomodação provisória em local compatível com a proteção;

IV – preservação da identidade, imagem e dados pessoais;

V – ajuda financeira mensal para prover as despesas necessárias à subsistência individual ou familiar, no caso de a pessoa protegida estar impossibilitada de desenvolver trabalho regular ou de inexistência de qualquer fonte de renda;

VI – suspensão temporária das atividades funcionais, sem prejuízo dos respectivos vencimentos ou vantagens, quando servidor público ou militar;

VII – apoio e assistência social, médica e psicológica;

VIII – sigilo em relação aos atos praticados em virtude da proteção concedida;

IX – apoio do órgão executor do programa para o cumprimento de obrigações civis e administrativas que exijam o comparecimento pessoal.

Parágrafo único. A ajuda financeira mensal terá um teto fixado pelo conselho deliberativo no início de cada exercício financeiro.

Art. 8º Quando entender necessário, poderá o conselho deliberativo solicitar ao Ministério Público que requiera ao juiz a concessão de medidas cautelares

direta ou indiretamente relacionadas com a eficácia da proteção.

Art. 9º em casos excepcionais e considerando as características e gravidade da coação ou ameaça, poderá o conselho deliberativo encaminhar requerimento da pessoa protegida ao juiz competente para registros públicos objetivando a alteração de nome completo.

§ 1º A alteração de nome completo poderá entender-se às pessoas mencionadas no § 1º do art. 2º desta Lei, inclusive os filhos menores, e será prece-dida das providências necessárias ao resguardo de direitos de terceiros.

§ 2º O requerimento será sempre fundamentado e o juiz ouvirá previamente o Ministério Público, determinando, em seguida, que o procedimento tenha rito sumaríssimo e corra em segredo de justiça.

§ 3º Concedida à alteração pretendida, o juiz determinará na sentença, observando o sigilo indispensável à proteção do interessado:

I – a averbação no registro original de nascimento da menção de que houve alteração de nome completo em conformidade com o estabelecimento nesta lei, com expressa referência à sentença autorizatória e ao juiz que a exarou e sem a aposição do nome alterado;

II – a determinação aos órgãos competentes para o fornecimento dos documentos decorrentes da alteração;

III – a remessa da sentença ao órgão nacional competente para o registro único de identificação civil, cujo procedimento obedecerá às necessárias restrições de sigilo.

§ 4º O conselho deliberativo, resguardado o sigilo das informações, manterá controle sobre a localização do protegido cujo nome tenha sido alterado.

§ 5º Cessada a coação ou ameaça que deu causa à alteração, ficará facultado ao protegido solicitar ao juiz competente o retorno à situação anterior, com a alteração para o nome original, em petição que será encaminhada pelo conselho deliberativo e terá manifestação prévia do Ministério Público.

Art. 10. A exclusão da pessoa protegida de programa de proteção a vítimas e a testemunhas poderá ocorrer a qualquer tempo:

I – por solicitação do próprio interessado;

II – por decisão do conselho deliberativo, em consequência de:

**a)** cessação dos motivos que ensejaram a proteção;

**b)** conduta incompatível do protegido.



Art. 11. A proteção oferecida pelo programa terá a duração máxima de dois anos.

Parágrafo único. Em circunstâncias excepcionais, perdurando os motivos que autorizam a admissão, a permanência poderá ser prorrogada.

Art. 12. Fica instituído, no âmbito do órgão do Ministério da Justiça com atribuições para a execução da política de direitos humanos, o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas, a ser regulamentado por decreto do Poder Executivo.

## CAPÍTULO II

### Da Proteção aos Réus Colaboradores

Art. 13. Poderá o juiz, de ofício ou a requerimento das partes, conceder o perdão judicial e a conseqüente extinção da punibilidade ao acusado que, sendo primário, tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e o processo criminal, desde que dessa colaboração tenha resultado:

I – a identificação dos demais co-autores ou partícipes da ação criminosa;

II – a localização da vítima com a sua integridade física preservada;

III – a recuperação total ou parcial do produto do crime.

Parágrafo único. A concessão do perdão judicial levará em conta a personalidade do beneficiado e a natureza, circunstâncias, gravidade e repercussão social do fato criminoso.

Art. 14. O indiciado ou acusado que colaborar voluntariamente com a investigação policial e o processo criminal na identificação dos demais co-autores ou partícipes do crime, na localização da vítima com vida e na recuperação total ou parcial do produto do crime, no caso de condenação, terá pena reduzida de um a dois terços.

Art. 15. Serão aplicada em benefício do colaborador, na prisão ou fora dela, medidas especiais de segurança e proteção a sua integridade física, considerando ameaça ou coação eventual ou efetiva.

§ 1º Estando sob prisão temporária, preventiva ou em decorrência de flagrante delito, o colaborador será custodiado em dependência separada dos demais presos.

§ 2º Durante a instrução criminal, poderá o juiz competente determinar em favor do colaborador qualquer das medidas previstas no art. 8º desta lei.

§ 3º No caso de cumprimento da pena em regime fechado, poderá o juiz criminal determinar medidas es-

peciais que proporcionem a segurança do colaborador em relação aos demais apenados.

### Disposições Gerais

Art. 16. O art. 57 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, fica acrescido do seguinte § 7º:

“§ 7º Quando a alteração de nome for concedida em razão de fundada coação ou ameaça decorrente de colaboração com a apuração de crime, o juiz competente determinará que haja a averbação no registro de origem de menção da existência de sentença concessiva da alteração, sem a averbação do nome alterado, que somente poderá ser procedida mediante determinação posterior, que levará em consideração a cessação da coação ou ameaça que deu causa à alteração.”

Art. 17. O Parágrafo único do art. 58 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, com a redação dada pela Lei nº 9.708, de 18 de novembro de 1998, passa a ter a seguinte redação:

“Parágrafo único. A substituição do prenome será ainda admitida em razão de fundada coação ou ameaça decorrente da colaboração com a apuração de crime, por determinação, em sentença, de juiz competente, ouvido o Ministério Público.”(NR)

Art. 18. O art. 18 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 18. Ressalvado o disposto nos arts. 45, 57, § 7º, e 95, parágrafo único, a certidão será lavrada independentemente de despacho judicial, devendo mencionar o livro de registro ou o documento arquivado no cartório.” (NR)

Art. 19. A União poderá utilizar estabelecimentos especialmente destinados ao cumprimento de pena de condenados que tenham prévia e voluntariamente prestado a colaboração de que trata esta lei.

Parágrafo único. Para fins de utilização desses estabelecimentos, poderá a União celebrar convênios com os Estados e o Distrito Federal.

Art. 20. As despesas decorrentes da aplicação desta lei, pela União, correrão à conta de dotação consignada no orçamento.

Art. 21. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de julho de 1999; 178º da Independência e 111º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Renan Calheiros.**

.....  
(À Comissão de Constituição Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 244, DE 2005

### Define responsabilidades e fixa prazos relativos ao Plano Nacional de Educação aprovado pela Lei nº 10.172/01.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Incumbe à União articular os Estados e o Distrito Federal para elaborar, no prazo de até 6 meses, os respectivos planos decenais de educação, em consonância com o Plano Nacional de Educação.

Parágrafo Único. A assistência financeira da União aos Estados e ao Distrito Federal, na função educação, fica condicionada à aprovação dos respectivos planos de educação no prazo estabelecido no **caput**.

Art. 2º É de responsabilidade da União:

a) promover a avaliação do Plano Nacional de Educação, no decorrer dos próximos 12 meses, com vistas à sua adequação às demandas educacionais dos sistemas de ensino, sem prejuízo do disposto no **caput** do Art. 3º da Lei nº 10.172;

b) Instituir, no prazo de 90 dias, o sistema nacional de avaliação previsto no Art. 4º da Lei nº 10.172/01, disponibilizando os instrumentos de avaliação criados para todos os entes federados, com o fim de assegurar dimensão nacional à avaliação do Plano Nacional de Educação;

c) Promover divulgação periódica do Plano Nacional de Educação, através da publicidade institucional, a partir de 90 dias da aprovação desta lei, com a finalidade de incentivar a participação da sociedade em seu acompanhamento e avaliação.

Parágrafo Único. O descumprimento dos prazos estabelecidos no **caput** importará em crime de responsabilidade da autoridade competente para o seu cumprimento.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

### Justificação

Constitui-se um fato lamentável verificar que o Plano Nacional de Educação, aprovado através da Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, para o decênio de janeiro 2001 a janeiro 2011, está sendo descumprido

e até desconsiderado pelo Governo na execução das políticas públicas de educação.

Como é sabido o Plano Nacional de Educação é o resultado do esforço e da luta que todos fizemos nesta Casa e na Câmara Federal, com o incentivo da sociedade, para que o Brasil pudesse dispor de um Plano Nacional com a forma e a força de uma lei.

Fazendo uma retrospectiva pode-se verificar que foi muito longa a caminhada histórica para que o Plano Nacional fosse uma lei e não uma simples carta de intenções ou um plano sem força para obrigar o gestor público a cumpri-lo.

A luta para dar caráter de lei ao plano nacional foi iniciada de forma mais incisiva com o Manifesto dos Pioneiros da Educação, em 1932, os quais, por primeiro, propuseram um plano de educação unitário e de bases científicas.

Apesar de todo o processo realizado para transformar em lei o plano nacional e da existência de todos estes ordenamentos jurídicos, o Governo Federal está administrando a educação sem o Plano Nacional, que é exatamente a lei que devia estar orientando seus planejamentos e seus investimentos em educação.

Torna-se imprescindível criar mecanismos legais de responsabilização dos governos federal, estaduais e municipais para que o Plano Nacional seja efetivamente executado, com os ajustes que se fizerem necessários à luz da Lei nº 10.172/01.

É o que se pretende com o presente projeto de lei, que fixa um prazo de 6 (seis) meses para que todos os planos estaduais e do Distrito Federal sejam concluídos, de forma articulada pela União; condiciona a assistência financeira da União, na função educação, à conclusão dos seus próprios planos; fixa prazos para a União, sob pena de responsabilidade dos dirigentes, efetuar uma ampla avaliação do plano, para criar sistema de avaliação e os instrumentos pertinentes e para fazer divulgação do plano nacional incentivando a sociedade a acompanhar e avaliar a execução do próprio plano.

Não se estende o prazo de elaboração dos Planos de Educação nem as respectivas sanções aos municípios, em vista das condições precárias de muitos deles para uma elaboração científica e participativa, bem como dos riscos de desvios de autoria para essas peças de planejamento educacional.

Ademais, a aprovação dos Planos Estaduais, induzirá a que os municípios, pelo regime de colaboração, elaborem seus próprios planos.

Estas medidas são necessárias para salvar o Plano Nacional, o qual, por omissão dos governos dos diversos entes federados e principalmente da União poderá tornar o período de 2001 a 2011 na Década Perdida da Educação para a nação brasileira.

Sala das Sessões, 30 de junho de 2005. – Senador **José Jorge**.

### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10172 , DE 9 DE JANEIRO DE 2001

#### Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

Art. 3º A União, em articulação com os Estados, o Distrito Federal, os municípios e a sociedade civil, procederá a avaliações periódicas da implementação do Plano Nacional de Educação.

§ 1º O Poder Legislativo, por intermédio das Comissões de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados e da Comissão de Educação do Senado Federal, acompanhará a execução do Plano Nacional de Educação.

§ 2º A primeira avaliação realizar-se-á no quarto ano de vigência desta Lei, cabendo ao Congresso Nacional aprovar as medidas legais decorrentes, com vistas à correção de deficiências e distorções.

Art. 4º A União instituirá o Sistema Nacional de Avaliação e estabelecerá os mecanismos necessários ao acompanhamento das metas constantes do Plano Nacional de Educação.

*(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, cabendo à última a decisão terminativa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– A Presidência comunica ao Plenário a abertura de prazo de cinco dias úteis, perante a Mesa, para recebimento de emendas, aos **Projetos de Resolução nºs 61 e 62, de 2005**, que acabam de ser lidos, nos termos do art. 235, II, a, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– O Senhor Presidente da República adotou, em 29 de junho de 2005, e publicou, no mesmo dia e ano, a **Medida Provisória nº 254, de 2005**, que “revoga a Medida Provisória nº 249, de 4 de maio de 2005, que dispõe sobre a instituição de concurso de prognóstico

destinado ao desenvolvimento da prática desportiva, a participação de entidades desportivas da modalidade de futebol nesse concurso, o parcelamento de débitos tributários e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS”.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

### SENADORES

Titulares	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)</b>	

José Jorge (PFL)	vago
Álvaro Dias (PSDB)	vago
Tasso Jereissati (PSDB)	vago
César Borges (PFL)	vago

#### PMDB

Ney Suassuna	Luiz Otávio
Maguito Vilela	Gerson Camata
Hélio Costa	Leomar Quintanilha

#### Bloco de Apoio ao Governo(PT/PSB/PL)

Delcídio Amaral (PT)	vago
Sibá Machado (PT)	vago
Antônio Carlos Valadares(PSB)	vago

#### PDT

Osmar Dias	vago
------------	------

#### PTB

Mozarildo Cavalcanti	Sérgio Zambiasi
----------------------	-----------------

#### PP\*

Valmir Amaral	vago
---------------	------

### DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
<b>PT</b>	

Paulo Rocha	Fernando Ferro
Colombo	Henrique Fontana

#### PMDB

José Borba	Benjamin Maranhão
Mendes Ribeiro Filho	Asdrúbal Bentes

#### Bloco (PFL/PRONA)

Rodrigo Maia	Murilo Zauith
Roberto Brant	Kátia Abreu

#### PSDB

Alberto Goldman	Eduardo Paes
-----------------	--------------

	<b><u>PP</u></b>	
Pedro Canedo		Mário Negromonte
	<b><u>PTB</u></b>	
José Múcio Monteiro		Ricarte de Freitas
	<b><u>PL</u></b>	
Sandro Mabel		Miguel de Souza
	<b><u>PPS</u></b>	
Dimas Ramalho		Rogério Teófilo
	<b><u>PSB</u></b>	
Renato Casagrande		Dr. Ribamar Alves
	<b><u>PC do B*</u></b>	
Renildo Calheiros		Jamil Murad

\* Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no **DO**: 29-6-2005 (Ed. Extra)
- Designação da Comissão: 30-6-2005
- Instalação da Comissão: 1º-8-2005
- Emendas: até 5-8-2005 (7º dia da publicação)
- Prazo final na Comissão: 29-6-2005 a 12-8-2005 (14º dia)
- Remessa do processo à CD: 12-8-2005
- Prazo na CD: de 13-8-2005 a 26-8-2005 (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: 26-8-2005
- Prazo no SF: de 27-8-2005 a 9-9-2005 (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: 9-9-2005
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 10-9-2005 a 12-9-2005 (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 13-9-2005 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 27-9-2005 (60 dias)

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 57, de 2005**, de autoria do Senador Sérgio Guerra, que *altera a redação dos arts. 114 e 209 do Regimento Interno do Senado Federal, para dispor sobre as atas.*

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e Diretora.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

**PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL  
Nº 32, DE 2005**

**Acrescenta a letra g ao inciso III do art. 52; e os §§ 2º, 3º e 4º ao art. 87, da Constituição Federal.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional.

Art. 1º O inciso III do art. 52 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido da seguinte alínea **g**:

“Art. 52. ....  
I – .....  
II – .....  
III – .....  
a) .....  
b).....  
c).....  
d).....  
e).....  
f).....  
g) Ministros de Estado.”(AC)

Art. 2º O art. 87 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“Art. 87. ....  
§ 1º.....  
I – .....  
II – .....  
III – .....  
IV – .....

§ 2º Os Ministros de Estado serão nomeados pelo Presidente da República após aprovação, por maioria absoluta, pelo Senado Federal.(AC)

§ 3º Os Ministros de Estado, indicados durante o recesso parlamentar, responderão interinamente pela pasta, até a apreciação de seu nome pelo Senado Federal.(AC)

§ 4º Os Ministros de Estado indicados durante o recesso parlamentar serão sabatinados pelo Senado Federal na primeira semana após o início dos trabalhos das Comissões Permanentes.” (AC)

Art. 3º Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.



### Justificação

O renomado jurista Pontes de Miranda, em seus Comentários à Constituição de 1967, ao tratar do art. 36 daquela Carta Magna, já chamava a atenção para o fato de que a possibilidade de parlamentares serem investidos na função de Ministro de Estado configurava uma exceção ao princípio da independência dos poderes. E argumentava:

“Nos Estados Unidos da América, os membros do Poder Legislativo não podem ser Ministros de Estado. Na Inglaterra, como nos outros Estados parlamentaristas, a resposta é positiva. No Brasil, sob o regime presidencialista, admitiu-se o que era peculiar ao regime parlamentar. Foi um bem, ou foi um mal? Com isso, em vez de se prestigiar o povo, através do Parlamento, ou do Congresso Nacional, abriu-se brecha na independência do Poder Legislativo: “Vós não podeis governar”; diz o Presidente da República, ‘mas aos que me queiram servir como ajudantes, eu tirarei daí e lhes proporcionarei oportunidade de comando governamental, o que vos permitirá torcer o Congresso Nacional’. Somente após a Revolução de 1930, com o propósito de desdemocratização do Brasil, foi que se feriu o Congresso Nacional com a permissão de senadores e deputados reduzidos a Ministros de Estado, e a difusão da vontade de irem os deputados e senadores aos Ministérios. Antes, como nos Estados Unidos da América, o deputado ou senador que era convidado para Ministro tinha de renunciar explícita ou tacitamente. Diminuiu-se, profundamente, a responsabilidade do Poder Legislativo. Ministro de Estado, que é deputado ou senador fica, praticamente, um tanto protegido, politicamente, pelo Poder Legislativo, ao mesmo tempo que se torna intermediário, subalterno do Presidente da República.”

Com efeito. Além do desrespeito à vontade popular, que elegeu o parlamentar, a ocupação por este de cargo de Ministro enseja a que o Presidente possa vir também a sujeitar a vontade do Poder Legislativo, quando determina ao Ministro seu retorno (via de regra) temporário, com o só objetivo de mudar a correlação de forças no Parlamento, quando lhe interessa aprovar matérias que possam estar sofrendo forte oposição. Mais ainda: essa exceção enseja também a esdrúxula situação a que Pontes de Miranda alu-

de, pois a imunidade parlamentar não se interrompe quando do exercício do cargo de Ministro, embora o parlamentar se torne um subordinado do Presidente da República.

Em boa hora, os problemas aqui apontados poderão vir a serem sanados pela iniciativa do Deputado Carlos Souza e outros, consubstanciada na Proposta de Emenda à Constituição nº 306, de 2004, cujo parecer, pela admissibilidade, já se encontra pronto para ser incluído na Ordem do Dia, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

Todavia, a meritória proposta encabeçada pelo Deputado, não contempla outro mecanismo – também inspirado na tradição norte-americana – e que aperfeiçoará sobremaneira o presidencialismo brasileiro. Trata-se da obrigatoriedade de sabatina dos indicados pelo Presidente para o cargo de Ministro de Estado pelo Senado Federal.

A tese, igualmente desposada por Pontes de Miranda nos referidos Comentários..., inspira-se no art. 2º, Seção II, Cláusula 2 da Constituição americana, e apresenta vantagens. De um lado, torna o Legislativo, por sua Câmara Alta, co-responsável pela nomeação e, de outro lado, tende a evitar a prepotência, ou o certo desprezo, com que os Ministros de Estado costumam se comportar em relação ao Poder Legislativo, sobretudo enquanto vigorar o instituto das Medidas Provisórias. E nem se diga que a sabatina inviabilizaria o início da nova administração, porque a posse do Presidente se dá em data distinta daquela em que se iniciam os trabalhos legislativos. Para afastar esse óbice, a proposta permite que o Presidente escolha seus auxiliares, que exercerão internamente seus cargos, até que se inicie a nova legislatura, devendo o Senado sabatiná-los na primeira semana após a instalação das Comissões Permanentes desta Casa.

O tema, objeto da presente proposta, não é estranho aos integrantes da mais alta Corte brasileira. Recentemente, assim se pronunciou o Ministro Gilmar Mendes, durante a discussão e votação pelo Supremo Tribunal Federal da questão sobre a concessão do status de Ministro ao Presidente do Banco Central: “o requisito de aprovação pelo Senado é objeto de reserva legal aberta. Potencialmente qualquer cargo público, inclusive o de Ministro de Estado, pode vir a se submeter à regra de sabatina prévia do Senado.” ([www.canaljustica.jor.br](http://www.canaljustica.jor.br)).

Idêntica posição tem o ex-Presidente da Comissão de Ética Pública da Presidência da República, advogado João Geraldo Piquet Carneiro em entrevistas

ta ao jornalista Luiz Orlando Carneiro, **verbis**: “Um aspecto que considero importante é o da sabatina prévia pelo Senado para ministros e secretários de Estado, secretários-executivos, dirigentes de autarquias e órgãos reguladores, como já se faz para a nomeação do presidente e dos diretores do Banco Central Também seria importante a audiência prévia da Comissão de Ética Pública sobre os indicados para esses e outros altos cargos da Administração Federal. Não adianta, como se tem falado por aí, reduzir drasticamente cargos de confiança, o que impedirá que o governo recrute técnicos altamente qualificados

oriundos do setor privado. O que é realmente importante é o processo de filtragem.” **In** é preciso prevenir a corrupção” (grifos originais:www.presidência.gov.br) Embora discorde da posição do citado advogado, no que diz respeito ao enxugamento dos cargos de livre provimento – objeto da **PEC** nº 10, de 2005, de minha Autoria, transcrevo suas afirmações, porque elas também apontam para outra consequência da adoção da sabatina, qual seja, a de instrumento preventivo de combate à corrupção.

Sala das Sessões, 30 de junho de 2005. – Senador **Tião Viana**, Senador **Marco Maciel**.

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27

*LEGISLAÇÃO CITADA*  
**CONSTITUIÇÃO DA**  
**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

.....  
 Art. 52. Compete privativamente ao senado Federal:

.....  
 III – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

- a) Magistrados, nos casos estabelecidos nesta Constituição;  
 b) Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República;  
 c) Governador de Território;  
 d) Presidente e diretores do Banco Central;  
 e) Procurador-Geral da República;  
 f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

.....  
 Art. 87. Os Ministros de Estado serão escolhidos dentre brasileiros maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos.

Parágrafo único. Compete ao Ministro de Estado, além de outras atribuições estabelecidas nesta Constituição e na lei:

I – exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração federal na área de sua competência e referendar os atos e decretos assinados pelo Presidente da República;

II – expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos;

III – apresentar ao Presidente da República relatório anual de sua gestão no Ministério;

IV – praticar os atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas pelo Presidente da República.

.....  
*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
 – A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e remetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. PSDB Nº 690/2005

Brasília, 30 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, como membros titulares, os Deputados Paulo Bauer e Bosco Costa em

substituição aos Deputados Sílvio Torres e Narcio Rodrigues, para integrarem a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Respeitosamente, – Deputado **Alberto Goldman**, Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
 – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF/LID/Nº 291/2005

Brasília, 29 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o deputado Ivo José – PT/MG, para ocupar a vaga de suplente, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, com a finalidade de apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros países, e assegurar os direitos de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior.

Atenciosamente, – Deputado **Dimas Ramalho**, Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência designa o Sr. Deputado Ivo José como suplente, para compor a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros países, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of. nº 636/05-BLP

Brasília, 27 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Na oportunidade em que o saúdo respeitosamente, venho solicitar especial deferência de V. Ex<sup>a</sup> no sentido de designar o Deputado Coronel Alves (PL/AP), como titular, e o Deputado Wanderval Santos (PL/SP), em substituição aos anteriormente indicados, na Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 253, de 22-6-2005, que “Prorroga o prazo previsto no art. 32 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Deputado **Sandro Mabel**, Líder do Bloco PL/PSL.

OF. nº 637/05-BLP

Brasília, 27 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Na oportunidade em que o saúdo respeitosa-mente, venho solicitar especial deferência de V. Ex<sup>ª</sup> no sentido de designar o Deputado Paulo Marinho (PL/MA), como titular, e o Deputado Wanderval Santos (PL/SP), em substituição aos anteriormente indica-dos, na Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 251, de 14-6-2005, que “Insti-tui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos — PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial — PET, al-tera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho — CLT, e dá ou-tras providências”.

Sendo o que se apresenta para o momento, rei-tero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Deputado **Sandro Mabel**, Líder do Bloco PL/PSL.

OF. GLPMDB nº 233/2005

Brasília, 30 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Ex-celência a indicação do Senador Luiz Otávio, como membro titular, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha, e este em substituição, como membro suplente, ao Senador Ramez Tebet na Comissão Par-lamentar de Inquérito dos Bingos, ficando a mesma assim constituída:

**Titulares**

Senador Valdir Raupp  
Senador Hélio Costa  
Senador Luiz Otávio  
Senador Garibaldi Alves Filho

**Suplentes**

Senador Alberto Silva  
Senador Leomar Quintanilha  
Senador José Maranhão

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

Ofício nº 131/05-GLPSDB

Brasília, de junho de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, venho solicitar a substi-tuição dos Senadores Arthur Virgílio e Tasso Jereissati pelos Senadores Sérgio Guerra e Flexa Ribeiro como

Titulares, e o Senador Flexa Ribeiro pelo Senador Leo-nel Pavan como Suplente, para integrarem a Comis-são Parlamentar de Inquérito, “destinada a investigar a questão das privatizações realizadas no Brasil”, criada pelo Requerimento nº 161, de 2005.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. 75/05

Brasília, 29 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a indicação do Senador Flexa Ribeiro, como membro titular a Co-missão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fis-calização.

Cordialmente, Senador **José Jorge**, Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– A Presidência designa o Sr. Senador Flexa Ribeiro como titular, para compor a Comissão Mista de Pla-nos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº GBPM-077/2005

Brasília, 30 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Cumprimentando cordialmente Vossa Excelên-cia, tenho a honra de indicar o nome do Excelentís-simo Senhor Senador Heráclito Fortes para compor, na condição de suplente, a CPI das Privatizações, em substituição ao Excelentíssimo Senhor Senador Marco Maciel, pelo Bloco Parlamentar da Minoria.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero meus protestos da mais distinta consideração.

Cordialmente, Senador **José Jorge**, Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– Será feita a substituição solicitada.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– Passa-se à



## ORDEM DO DIA

A Presidência propõe ao Plenário, nos termos do inciso XIV do art. 48 do Regimento Interno, que as deliberações da Ordem do Dia se iniciem pela escolha de embaixadores.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Não havendo objeção, passamos ao Item 15.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como o **quorum** está baixo e há Comissões em funcionamento, sugiro que V. Ex<sup>a</sup> suspensa esses trabalhos para que haja número suficiente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência determina a imediata suspensão dos trabalhos das Comissões e agradece a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – **Item 15:**

### MENSAGEM Nº 129, DE 2005

*Escolha de Chefe de Missão Diplomática*

Discussão, em turno único, da Mensagem nº 129, de 2005 (nº 214/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Marcelo Leonardo da Silva Vasconcelos*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Angola.

Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mão Santa.

### PARECER Nº 1.034, DE 2005 – PLEN

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Para proferir parecer.) – O Senhor Presidente da República encaminha ao Senado Federal o nome do Sr. *Marcelo Leonardo da Silva Vasconcelos*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Angola.

S. Ex<sup>a</sup> teve o seu nome aprovado pela Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Em discussão o parecer. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação, que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 06 de maio de 1998, nos termos do disposto do art. 383, VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto em sessão pública.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

Há um problema na digitação do nome no painel, por isso o impedimento de alguns segundos. (Pausa.)

Faço, mais uma vez, um apelo a todas as Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores que estejam em seus gabinetes ou nas Comissões para que venham imediatamente ao plenário. As Comissões têm a determinação da Mesa de suspender suas atividades imediatamente. (Pausa.)

O painel está liberado.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

*(Procede-se à votação nominal pelo sistema eletrônico.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Vou encerrar a votação. (Pausa.)

Alerto ao Plenário que apenas 39 Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores votaram até o momento. Precisamos de **quorum** qualificado, porque há matéria constitucional a ser votada a seguir.

Às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que estão nos gabinetes peço que venham ao plenário para votar. (Pausa.)

**O SR. EFRAIM MORAES** (PFL – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

*O Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Efraim Moraes para uma comunicação.

**O SR. EFRAIM MORAES** (PFL – PB. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje, ao meio-dia, teríamos uma reunião da CPI dos Bingos para procedermos à indicação do nome do Relator. Ontem, ao ser eleito para presidir a referida Comissão, mesmo sem a presença do Governo, tomamos uma posição que entendemos legítima: o direito ao contraditório, praxe desta Casa. Quando se tem um Presidente que seja do Governo, para que se tenha o contraditório, para que se tenha transparência, entendemos, nós da Oposição, que caberia à Oposição fazer a indicação do Relator. Isso não aconteceu na CPMI dos Correios. Então, ao sermos eleito ontem, entendemos que caberia, por uma questão de coerência da Oposição, procurar o Governo e pedir que indicasse o Relator. Neste momento, quero comunicar a V. Ex<sup>a</sup> e à Casa que a Comissão suspende a reunião em função da Ordem do Dia, mas já anuncia, por indicação do Governo, e principalmente do PMDB, o nome do Senador Luiz Otávio, que não se encontrava indicado na CPI, mas foi substituído por uma indicação

do Senador Ney Suassuna. Portanto, comunico a V. Ex<sup>a</sup> e aos Pares desta Casa que o Relator da CPI que tenho a honra de presidir será o Senador Luiz Otávio, por indicação do Bloco do Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a comunicação a V. Ex<sup>a</sup>.

Todos já votaram? Vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Sibá Machado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, lembro a V. Ex<sup>a</sup> que o Senador Tião Viana presidia a sessão até o presente momento, e não votou ainda. Como não estou vendo S. Ex<sup>a</sup> aqui no plenário, gostaria de lembrar a S. Ex<sup>a</sup> que vote para complementar o **quorum**. Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Ata registrará o voto e a participação do Senador Tião Viana.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana, pela ordem.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para esclarecer que, por estar presidindo a sessão há alguns minutos, tendo a honra de ser substituído por V. Ex<sup>a</sup>, não posso votar neste momento, porque o meu nome está trancado. No próximo item, eu votarei.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Já pedi a Ata para fazer o devido registro da presença e da participação de V. Ex<sup>a</sup>.

*(Procede-se à apuração.)*

#### MENSAGEM Nº 129, DE 2005 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. MARCELO LEONARDO DA SILVA VASCONCELOS, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DE ANGOLA

Num.Sessão: 1  
Data Sessão: 30/6/2005

Num.Votação: 1  
Hora Sessão: 10:00:00

Abertura: 30/6/2005 11:54:04  
Encerramento: 30/6/2005 12:05:26

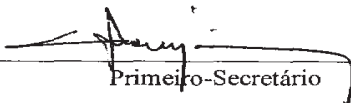
Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PMDB	MA	ANTÔNIO LEITE	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	Votou
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	Votou
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PFL	PE	JOSÉ JORGÉ	Votou
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	Votou
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	Votou

PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
Bloco-PPS	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PP	DF	VALMIR AMARAL	Votou
PMDB	RR	WIRLANDE DA LUZ	Votou

Operador: MARCOS JOSÉ MARTINS COSTA Emissão: 30/6/2005 12:05:27

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Presidente: TIÃO VIANA			

Votos SIM : 50  
Votos NÃO : 05      Total : 56  
Votos ABST. : 01

  
Primeiro-Secretário  
Senador EFRAIM MORAIS  
Primeiro-Secretário

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 50 Srs. Senadores; e, NÃO, 5.

Houve uma abstenção.

Total: 56 votos.

Aprovado o nome do Sr. Marcelo Leonardo da Silva Vasconcelos, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Angola.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 16:**

**MENSAGEM Nº 131, DE 2005**

*Escolha de Chefe de Missão Diplomática*

Discussão, em turno único, da Mensagem nº 131, de 2005 (nº 225/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Carlos Eduardo Sette Câmara da Fonseca Costa*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República das Filipinas.

Para a leitura do parecer, concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Edison Lobão, para a leitura do parecer.

**PARECER Nº 1.035 DE 2005 – PLEN**

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, a indicação do nome do Sr.

Carlos Eduardo Sette Câmara da Fonseca Costa, obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com 14 votos favoráveis e nenhum voto contrário; portanto, pela unanimidade dos Membros presentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer do Relator é, portanto, favorável.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação, que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 06 de maio de 1998, nos termos do disposto do art. 383, VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto em sessão pública.

Esclareço ao Plenário que a votação será pelo sistema eletrônico.

As Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores já podem votar.

*(Procede-se à votação nominal pelo sistema eletrônico.)*

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a V. Ex<sup>a</sup> que substitua o meu nome no painel eletrônico, pois ainda consta como se eu estive na Presidência dos trabalhos da Casa. porque votei, mas, a rigor, não posso votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Todos votaram? Vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

*(Procede-se à apuração.)*







**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Se todos os Srs. Senadores já votaram, vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

Votaram SIM 46 Srs. Senadores; e NÃO 9 Srs. Senadores.

Não houve abstenção.

Total: 55 votos.

Está aprovado o nome do Sr. João Batista Cruz para o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Guiné-Bissau.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – **Item 18:**

### MENSAGEM Nº 140, DE 2005

*Escolha de Chefe de Missão Diplomática*

Discussão, em turno único, da Mensagem nº 140, de 2005 (nº 291/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Luiz Fernando Gouvêa de Athayde*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de

Embaixador do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago.

Concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais, para a leitura do parecer.

### PARECER Nº 1.037, DE 2005 – PLEN

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, concluída a votação, procedeu-se à contagem dos votos, apurando o resultado de 15 votos favoráveis.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais, é favorável.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação, que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 06 de maio de 1998, nos termos do art. 383, VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto em sessão pública.

Esclareço ao Plenário que a votação será pelo sistema eletrônico.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

*(Procede-se à votação nominal pelo sistema eletrônico.)*

### MENSAGEM Nº 140, DE 2005 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. LUIZ FERNANDO GOUVEA DE ATHAYDE, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DE TRINIDAD E TOBAGO

Num. Sessão: 1  
Data Sessão: 30/6/2005

Num. Votação: 4  
Hora Sessão: 10:00:00

Abertura: 30/6/2005 12:13:14  
Encerramento: 30/6/2005 12:15:27

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PMDB	MA	ANTÔNIO LEITE	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	Votou
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PERES	Votou
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou
PMDB	GO	MAGUI TO VILELA	Votou
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
Bloco-PPS	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
PFL	SP	ROMÉU TUMA	Votou
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	Votou
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUFF	Votou
PP	DF	VALMIR AMARAL	Votou
PMDB	RR	WIRLANDE DA LUZ	Votou

Operador: MARCOS JOSÉ MARTINS COSTA Emissão: 30/6/2005 12:15:29

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 45  
Votos NÃO : 11  
Votos ABST. : 00  
**Total : 56**

  
Primeiro-Secretário

Senador EFRAIM MORAIS  
Primeiro-Secretário

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 45 Srs. Senadores; e, NÃO, 11. Não houve abstenção.

Total: 56 votos.

Aprovado o nome do Sr. Luiz Fernando Gouvêa de Athayde, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago.

Será feita a devida comunicação ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 19:**

**MENSAGEM Nº 145, DE 2005**

*Escolha de Chefe de Missão Diplomática*

Discussão, em turno único, da Mensagem nº 145, de 2005 (nº 326/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Luiz Filipe de Macedo Soares Guimarães*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.

Concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais, para a leitura do parecer.

**PARECER Nº 1.038, DE 2005 – PLEN**

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, concluída a votação na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, procedeu-se à contagem dos votos, apurando-se o seguinte resultado: 14 votos favoráveis. O nome foi aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer do Relator é favorável.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação, que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 06 de maio de 1998, nos termos do disposto do art. 383, VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto em sessão pública.

Esclareço ao Plenário que a votação será pelo sistema eletrônico.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

*(Procede-se à votação nominal pelo sistema eletrônico.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Faço um apelo aos Srs. Líderes, para que convoquem suas Bancadas. Haverá votações importantíssimas hoje, com **quorum** qualificado, e é necessária a presença de todos no plenário.

Peço, portanto, que todos os Senadores e Senadoras que se encontram em outras dependências da Casa venham ao plenário.

Senador Ney Suassuna, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o PMDB não só está fazendo esse apelo por meio do sistema de comunicação, como também já mandou ligar para todos os seus Senadores, para que estejam presentes, uma vez que está havendo votações importantes. A presença de cada um, no plenário, é importante.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Jorge, Líder da Minoria nesta Casa e no Congresso Nacional.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de aproveitar este momento, em que estamos fazendo essas votações, para fazer um apelo ao Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, ao próprio Governo e aos Líderes da Base do Governo, a fim de que indiquem os diretores para os cargos de agências que estão vagos.

Há o caso da Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica. Há mais de um mês, encerrou-se o mandato de dois diretores dessa agência importantíssima. Estamos no último dia de votação, e o nome desses diretores ainda não foi encaminhado ao Congresso Nacional.

A Aneel é uma agência que tem de resolver uma série de questões de natureza burocrática, do dia-a-dia, com toda a sua diretoria. São cinco diretores. Com dois a menos, ficam somente três, e, no momento em que um deles tiver qualquer problema, a diretoria não poderá se reunir.

Assim, é grave que uma agência com a importância da Aneel fique, todo esse tempo, sem dois diretores. Faço um apelo ao Governo, para que encaminhe, o mais rápido possível, o nome desses diretores, a fim de que possamos analisá-los e aprová-los.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador José Jorge.

Vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

*(Procede-se à apuração.)*





votação, procede-se à contagem dos votos apurando-se o seguinte resultado: votos favoráveis – 14.

Aprovado o parecer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer é favorável.

Em discussão o parecer.

Com a palavra o Senador Hélio Costa.

**O SR. HÉLIO COSTA** (PMDB – MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para registrar que o Embaixador Clodoaldo Huguene é um dos melhores quadros do Itamaraty, um dos diplomatas mais capazes, competentes; já esteve na Organização Mundial do Comércio, nas Nações Unidas e hoje vai representar, mais uma vez, muito bem o nosso País.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Hélio Costa.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Mozarildo Cavalcanti, ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria, já que não teremos mais a oportunidade

de falar como oradores, porque vamos votar a PEC paralela, de fazer um registro dos 12 anos de criação do Centro Federal de Ensino Tecnológico do Estado de Roraima, que se comemora hoje. Amanhã, espero fazer um pronunciamento em que relatarei o histórico daquela instituição que tem prestado relevantes serviços ao meu Estado.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Continua em discussão o parecer. (Pausa.)

Não mais havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação, que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 06 de maio de 1998, nos termos do disposto do art. 383, VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto em sessão pública.

Esclareço ao Plenário que a votação será pelo sistema eletrônico.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores já podem votar.

*(Procede-se à votação nominal pelo sistema eletrônico.)*

#### MENSAGEM Nº 153, DE 2005 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. CLODOALDO HUGUENEY FILHO, PARA EXERCER O CARGO DE DELEGADO PERMANENTE DO BRASIL EM GENEBRA

Num. Sessão: **1** Num. Votação: **6** Abertura: **30/6/2005 12:20:44**  
Data Sessão: **30/6/2005** Hora Sessão: **10:00:00** Encerramento: **30/6/2005 12:23:16**

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	Votou
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PMDB	MA	ANTÔNIO LEITE	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	Votou
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
PFL	PB	EFFRAIM MORAIS	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	Votou
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	Votou
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	Votou
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	Votou
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
Bloco-PPS	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	Votou
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PP	DF	VALMIR AMARAL	Votou

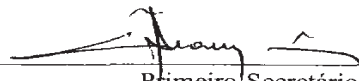
Operador: MARCOS JOSÉ MARTINS COSTA Emissão: 30/6/2005 12:23:18

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 43

Votos NÃO : 09 Total : 52

Votos ABST. : 00

  
Primeiro-Secretário

EFRAIM MORAIS  
Primeiro-Secretário

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Votaram SIM 43 Srs. Senadores; e, NÃO, 09.  
Não houve abstenção.

Total: 52 votos.

Aprovado o nome do Sr. Clodoaldo Hugueney Filho.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – **Item 21:**

### MENSAGEM Nº 155, DE 2005

#### Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Discussão, em turno único, da Mensagem nº 155, de 2005 (nº 338/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Edmundo Sussumu Fujita*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Indonésia.

Concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais, para a leitura do parecer.

### MENSAGEM Nº 155, DE 2005 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. EDMUNDO SUSSUMU FUJITA, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DA INDONÉSIA

Num.Sessão: 1  
Data Sessão: 30/6/2005

Num.Votação: 7  
Hora Sessão: 10:00:00

Abertura: 30/6/2005 12:23:36  
Encerramento: 30/6/2005 12:25:59

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	Votou
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	Votou
Bloco-PT	SP	ALDIZIO MERCADANTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PMDB	MA	ANTÔNIO LEITE	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
Bloco-PT	MS	DELÍCIO AMARAL	Votou
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	Votou
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
PMDE	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	Votou
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	Votou
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	Votou
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	Votou

### PARECER Nº 1.040, DE 2005 – PLEN

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB. Para proferir parecer.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Concluída a votação, procede-se à contagem dos votos, apurando-se o seguinte resultado: 16 votos favoráveis.

Portanto, o parecer é favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer é favorável.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação, que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 06 de maio de 1998, nos termos do disposto do art. 383, VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto em sessão pública.

Esclareço ao Plenário que a votação será pelo sistema eletrônico.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores já podem votar.

*(Procede-se à votação nominal pelo sistema eletrônico.)*

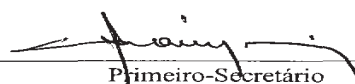
Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
Bloco-PPS	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
PMDB	RJ	SERGIO CABRAL	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAÜPP	Votou
PP	DF	VALMIR AMARAL	Votou

Operador: MARCOS JOSÉ MARTINS COSTA

Emissão: 30/6/2005 12:26:01

Presidente: RENAN CALHEIROS

**Votos SIM : 48**  
**Votos NÃO : 07**      **Total : 56**  
**Votos ABST. : 01**

  
Primeiro-Secretário

Senador EFRAIM MORAIS  
Primeiro-Secretário

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 48 Srs. Senadores; e, NÃO, 7.

Houve uma abstenção.

Total: 56 votos.

Aprovado o nome do Sr. Edmundo Sussumu Fujita.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 22:**

#### **MENSAGEM Nº 158, DE 2005**

##### *Escolha de Chefe de Missão Diplomática*

Discussão, em turno único, da Mensagem nº 158, de 2005 (nº 341/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha da Senhora *Maria Celina de Azevedo Rodrigues*, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Comunidades Européias.

Concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais, para a leitura do parecer.

#### **PARECER Nº 1.041, DE 2005 – PLEN**

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB. Para proferir parecer.) – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Sr. Presidente, concluída a votação, procedeu-se à contagem dos votos, apurando-se o seguinte resultado: votos favoráveis, 16. O Parecer é favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer é favorável.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação, que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 06 de maio de 1998, nos

termos do disposto do art. 383, VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto em sessão pública.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores já podem votar.

*(Procede-se à votação nominal e secreta pelo sistema eletrônico.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Faço um apelo aos Srs. Senadores que se encontram em outras dependências da Casa para que compareçam ao plenário. Vamos ter votações importantes, inclusive, a votação da PEC paralela.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, o PMDB...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Ney Suassuna.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PMDB já comunicou ao Senador Efraim Morais e ao Líder do Partido, José Agripino, que o Relator da CPI dos Bingos será o Senador Garibaldi Alves Filho, em vez do Senador Luiz Otávio.

São tantas as CPIs em funcionamento na Casa que temos de organizar melhor. Guardo o Senador Luiz Otávio para outra missão.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Ney Suassuna, é importante que V. Ex<sup>a</sup> formalize a indicação do Senador Garibaldi Alves Filho e mande-a, por escrito, à Mesa e ao Senador Efraim Morais, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Declaro encerrada a votação. Vou proclamar o resultado.

*(Procede-se à apuração.)*

**MENSAGEM Nº 158, DE 2005 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)**

Sra. MARIA CELINA DE AZEVEDO RODRIGUES, PARA EXERCER O CARGO DE REPRESENTANTE PERMANENTE DO BRASIL JUNTO ÀS COMUNIDADES EUROPEIAS

Num.Sessão: 1  
Data Sessão: 30/6/2005

Num.Votação: 8  
Hora Sessão: 10:00:00

Abertura: 30/6/2005 12:26:23  
Encerramento: 30/6/2005 12:29:11

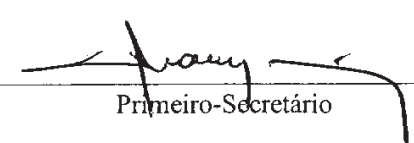
Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	Votou
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PMDB	MA	ANTÔNIO LEITE	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	Votou
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	Votou
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	Votou
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	Votou
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
Bloco-PPS	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	Votou
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PP	DF	VALMIR AMARAL	Votou
PMDB	RR	WIRLANDE DA LUZ	Votou

Operador: MARCOS JOSÉ MARTINS COSTA Emissão: 30/6/2005 12:29:13

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 46  
Votos NÃO : 10 Total : 56  
Votos ABST. : 00

  
Primeiro-Secretário

Operador EFRAIM MORAIS  
Primeiro-Secretário

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 46 Srs. Senadores; e, NÃO, 10. Não houve abstenção. Total: 56 votos.

Aprovado o nome da Sr<sup>a</sup> Maria Celina de Azevedo Rodrigues para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Comunidades Europeias.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 10:**

**MENSAGEM Nº 2, DE 2005**  
*Escolha de Chefe de Missão Diplomática*

Discussão, em turno único, da Mensagem nº 2, de 2005 (nº 962/2004, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Luiz Augusto de Castro Neves*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para,



cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular da China, exercer o de Embaixador do Brasil junto à Mongólia.

Concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais, para leitura do parecer.

#### **PARECER Nº 1.042, DE 2005 – PLEN**

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, concluída a votação, procedeu à contagem dos votos, apurando-se o seguinte resultado: votos favoráveis 12. O parecer é favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer é favorável.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação, que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 06 de maio de 1998, nos termos do disposto do art. 383, VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto em sessão pública.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores já podem votar.

*(Procede-se à votação nominal e secreta pelo sistema eletrônico.)*

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra pela ordem ao nobre Líder da Minoria, Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, comunico à Mesa que, por cessão do Bloco da Minoria, indicaremos o Senador Geraldo Mesquita Júnior para uma vaga de suplente na CPI dos Bingos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e informo que é importante a formalização da indicação do Senador Geraldo Mesquita Júnior à Mesa.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Aloizio Mercadante e, em seguida, à Senadora Ana Júlia Carepa.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a inclusão na pauta do projeto de lei já aprovado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que aprova o texto da Convenção Internacional para Supressão do Financiamento ao Terrorismo, adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 9 de dezembro de 1999 e assinada pelo Brasil em 10 de novembro de 2001. Já foi entregue à Secretaria-Geral das Nações Unidas com a referida Convenção o apoio do Brasil. Peço que seja incluído na pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não havendo objeção da Casa, incluiremos na pauta, com muita satisfação, o item sugerido pelo Senador Aloizio Mercadante.

Com a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente, só para que possa registrar, já que o painel não registrou na votação anterior, o meu voto. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Ata registrará a intenção de voto de V. Ex<sup>a</sup>.

Vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

*(Procede-se à apuração.)*



à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Frederico Cezar de Araujo*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade da Austrália, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República de Vanuatu.

Concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais, para a leitura do parecer.

#### PARECER Nº 1.043, DE 2005 – PLEN

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, concluída a votação, procedeu à contagem dos votos, apurando-se o seguinte resultado: votos favoráveis 13. O parecer é favorável.

#### MENSAGEM Nº 4, DE 2005 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. FREDERICO CEZAR DE ARAUJO, PARA CUMULATIVAMENTE COM O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À COMUNIDADE DA AUSTRÁLIA, EXERCER O DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DE VANUATU

Num.Sessão:	1	Num.Votação:	10	Abertura:	30/6/2005 12:32:48
Data Sessão:	30/6/2005	Hora Sessão:	10:00:00	Encerramento:	30/6/2005 12:34:39

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	Votou
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PMDB	MA	ANTÔNIO LEITE	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
Bloco-PT	MS	DELCIDIO AMARAL	Votou
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	Votou
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	Votou
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	Votou
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	Votou
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	Votou
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PMDB	PB	NÉY SUASSUNA	Votou
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	Votou

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer é favorável.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação, que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 06 de maio de 1998, nos termos do disposto do art. 383, VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto em sessão pública.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores já podem votar.

Faltam apenas três votações secretas. Em seguida, passaremos, efetivamente, à Ordem do Dia convencional.

(Procede-se à votação nominal pelo sistema eletrônico.)

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
Bloco-PPS	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PP	DF	VALMIR AMARAL	Votou
PMDB	RR	WIRLANDE DA LUZ	Votou

Operador: MARCOS JOSÉ MARTINS COSTA Emissão: 30/6/2005 12:34:41

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 50  
Votos NÃO : 08  
Votos ABST. : 00

Total : 58

Primeiro-Secretário

Senador EFRAIM MORAIS  
Primeiro-Secretário

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 50 Srs. Senadores; e, NÃO, 8. Não houve abstenção.

Total: 58 Votos.

Aprovado o nome do Sr. Frederico Cezar de Araujo. Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 12:**

### MENSAGEM Nº 114, DE 2005

#### Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Discussão, em turno único, da Mensagem nº 114, de 2005 (nº 156/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Sérgio França Danese*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Argelina Democrática e Popular.

Concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais, para a leitura do parecer.

### PARECER Nº 1.044, DE 2005 – PLEN

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, na Comissão de Relações Ex-

teriores e Defesa Nacional, foi concluída a votação. Procedeu-se à contagem dos votos, apurando-se o seguinte resultado: votos favoráveis 14. O parecer é favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer é favorável.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação, que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 06 de maio de 1998, nos termos do disposto do art. 383, VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto em sessão pública.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores já podem votar.

*(Procede-se à votação nominal e secreta pelo sistema eletrônico.)*

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar aos Senadores que ainda não votaram que votassem, porque estamos com **quorum** acima do número de votos constantes do painel neste momento. (Pausa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada a votação.

*(Procede-se à apuração)*

### MENSAGEM Nº 114, DE 2005 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. SÉRGIO FRANÇA DANESE, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA ARGELINA DEMOCRÁTICA E POPULAR

Num.Sessão: **1**  
Data Sessão: **30/6/2005**

Num.Votação: **11**  
Hora Sessão: **10:00:00**

Abertura: **30/6/2005 12:35:01**  
Encerramento: **30/6/2005 12:38:26**

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	Votou
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PMDB	MA	ANTÔNIO LEITE	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
Bloco-PT	MS	DELÍCIDIO AMARAL	Votou
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO DUPLICI	Votou
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	Votou
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	Votou
PFL	PI	HERÁGLITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SÁLVATTI	Votou
PMDB	ES	JOSÉ BATISTA MOTTA	Votou
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	Votou
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	Votou
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PMDB	PA	LUÍZ OTÁVIO	Votou
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	Votou
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	Votou
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
Bloco-PPS	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	Votou
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PP	DF	VALMIR AMARAL	Votou
PMDB	RR	WIRLANDE DA LUZ	Votou

Operador: MARCOS JOSÉ MARTINS COSTA

Emissão: 30/6/2005 12:38:27

Presidente: RENAN CALHEIROS

**Votos SIM : 53**  
**Votos NÃO : 10** **Total : 63**  
**Votos ABST. : 00**

  
Primeiro-Secretário

Senador EFRAIM MORAIS  
Primeiro-Secretário



**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 53 Srs. Senadores; e, NÃO, 10. Não houve abstenção.

Total: 63 votos.

Aprovado o nome do Sr. Sérgio França Danese. Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 13:**

### MENSAGEM Nº 121, DE 2005

#### Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Discussão, em turno único, da Mensagem nº 121, de 2005 (nº 180/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Flávio Roberto Bonzanini*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática do Congo.

### MENSAGEM Nº 121, DE 2005 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. FLÁVIO ROBERTO BONZANINI, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

Num.Sessão: 1  
Data Sessão: 30/6/2005

Num.Votação: 12  
Hora Sessão: 10:00:00

Abertura: 30/6/2005 12:38:47  
Encerramento: 30/6/2005 12:41:02

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	Votou
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou
PFL	BA	ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PMDB	MA	ANTÔNIO LEITE	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	Votou
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	Votou
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	Votou
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	Votou
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	Votou
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	Votou

Concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais, para a leitura do parecer.

### PARECER Nº 1.045, DE 2005 – PLEN

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, concluída a votação, procedeu à contagem dos votos, apurando-se o seguinte resultado: votos favoráveis 15. O parecer é favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer é favorável.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação, que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 06 de maio de 1998, nos termos do disposto do art. 383, VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto em sessão pública.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores já podem votar.

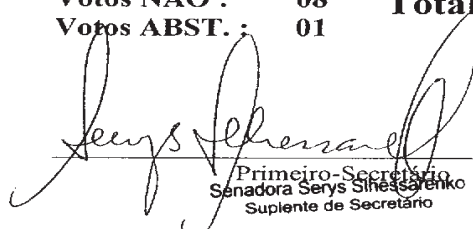
(Procede-se à votação nominal pelo sistema eletrônico.)

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
Bloco-PPS	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	Votou
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SÉRY S LHESSARENKO	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PP	DF	VALMIR AMARAL	Votou
PMDB	RR	WIRLANDE DA LUZ	Votou

Operador: MARCOS JOSÉ MARTINS COSTA Emissão: 30/6/2005 12:41:04

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 49  
Votos NÃO : 08  
Votos ABST. : 01  
**Total : 58**

  
Primeiro-Secretário  
Senadora Serys S Lheessenko  
Suplente de Secretário

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 49 Srs. Senadores; e, NÃO, 8.

Houve uma abstenção.

Total: 58 votos.

Está, portanto, aprovado o nome do Sr. Flávio Roberto Bonzanini.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à última votação secreta.

Item 14:

### MENSAGEM Nº 127, DE 2005

#### Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Discussão, em turno único, da Mensagem nº 127, de 2005 (nº 201/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. *Ricardo Carvalho do Nascimento Borges*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Suriname.

O Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais, fará a leitura do parecer.

### PARECER Nº 1.046, DE 2005 – PLEN

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, a indicação do nome do Sr. Ricardo Carvalho do Nascimento Borges obteve aprovação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional: “Concluída a votação, procede-se à contagem dos votos, apurando-se o seguinte resultado: votos favoráveis: 12”.

Portanto, o parecer é favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação, que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 06 de maio de 1998, nos termos do disposto do art. 383, VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto em sessão pública.

Esclareço ao Plenário que a votação será feita pelo sistema eletrônico.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação nominal pelo sistema eletrônico.)

## VOTAÇÃO SECRETA

### Senado Federal

#### MENSAGEM Nº 127, DE 2005 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. RICARDO CARVALHO DO NASCIMENTO BORGES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DO SURINAME

Num.Sessão: 1  
Data Sessão: 30/6/2005

Num.Votação: 13  
Hora Sessão: 10:00:00

Abertura: 30/6/2005 12:41:22  
Encerramento: 30/6/2005 12:44:21

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	MG	AELTON FREITAS	Votou
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOÍZIO MERCADANTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PMDB	MA	ANTÔNIO LEITE	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CESAR BORGES	Votou
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JUNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou
PMDB	MS	HÉLIO COSTA	Votou
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	Votou
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	Votou
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	Votou
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	Votou
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
PDT	MS	JUVENCIO DA FONSECA	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	Votou
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
Bloco-PPS	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	Votou
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
PFL	SP	ROMELU TUMA	Votou
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	Votou
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SHESSARENKO	Votou
Bloco-PT	AC	SIRÁ MACHADO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PP	DF	VALMIR AMARAL	Votou

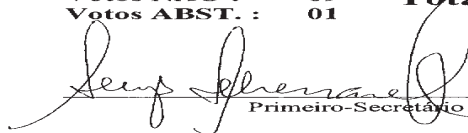
Operador: MARCOS JOSÉ MARTINS COSTA

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	RR	WIRLANDE DA LUZ	Votou

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 47  
Votos NÃO : 09  
Votos ABST. : 01

Total : 57



Primeiro-Secretário

Senadora Serys Shessarenko  
Suplente de Secretário

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 47 Srs. Senadores; e, NÃO, 9.

Houve uma abstenção.

Total: 57 votos.

Aprovado, portanto, o nome do Sr. Ricardo Carvalho do Nascimento Borges.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Sr<sup>a</sup> 1<sup>a</sup> Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 739, DE 2005

Senhor Presidente,

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso, do Regimento Interno, para o Projeto de Decreto Legislativo nº 129, de 2005. Utilizações Pacíficas da Energia Nuclear.

Sala das Sessões, 30 de junho de 2005. – **José Jorge – Aluízio Mercadante – Arthur Virgílio – José Agripino – Ney Suassuna.**

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento lido.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se à apreciação da matéria.

#### Item extrapauta:

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 129, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 129, de 2005 (Nº 117/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa para Desenvolvimento das Utilizações Pacíficas da Energia Nuclear, celebrado em 25 de outubro de 2002, em Paris.*

Parecer favorável, sob o nº 459, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

#### (\*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 129, DE 2005

(Nº 117/2003, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa para o Desenvolvimento das Utilizações Pacíficas da Energia Nuclear, celebrado em 25 de outubro de 2002, em Paris.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa para o Desenvolvimento das Utilizações Pacíficas da Energia Nuclear, celebrado em 25 de outubro de 2002, em Paris.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(\*) A íntegra do texto encontra-se publicada no DSF, de 24-3-2005.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº 132, que, a pedido do Senador Aloizio Mercadante, contando com a aquiescência dos Líderes partidários desta Casa, foi colocado prioritariamente na pauta, na Ordem do Dia.

#### Item extrapauta:

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 132, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 132, de 2005 (nº 986/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Internacional para Supressão do Financiamento do Terrorismo, adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 9 de dezembro de 1999, e assinada pelo Brasil em 10 de novembro de*

2001, e o texto da declaração entregue à Secretaria-Geral das Nações Unidas por ocasião da assinatura da referida Convenção.

Parecer favorável, sob nº 461, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, por votação simbólica, o projeto de decreto legislativo.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**(\*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 132, DE 2005**

(Nº 986/2003, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o texto da Convenção Internacional para Supressão do Financiamento do Terrorismo, adotada pela Assembléia-Geral das Nações Unidas, em 9 de dezembro de 1999, e assinada pelo Brasil em 10 de novembro de 2001, e o texto da declaração entregue à Secretaria-Geral das Nações Unidas por ocasião da assinatura da referida Convenção.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Convenção Internacional para Supressão do Financiamento do Terrorismo, adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 9 de dezembro de 1999, e assinada pelo Brasil em 10 de novembro de 2001, e o texto da declaração entregue à Secretaria—Geral das Nações Unidas por ocasião da assinatura da referida Convenção.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(\*) A íntegra do texto encontra-se publicada no **DSF**, de 24-3-2005.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à apreciação do Requerimento nº 730, de 2005.

**Item extrapauta:**

**REQUERIMENTO Nº 730, DE 2005**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 730, de 2005, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando o envio de voto de aplauso ao Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Tecnologia, a Unesco, em face do brilhante trabalho desenvolvido pela Unesco no Brasil, especialmente por seu representante, Dr. Jorge Whertein.

Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência tomará as providências necessárias, a fim de que se cumpra a deliberação deste Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Volta-se ao Item 1 da pauta.

**Item 1:**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 77-A, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências.

Pareceres de Plenário, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, sob os nºs:

– 1.032, de 2005, favorável, com a apresentação das emendas nºs 1 a 8, do Relator; e

– 1.033, de 2005, contrário às Emendas nºs 9 e 10, de Plenário.

A matéria teve sua discussão encerrada em sessão deliberativa extraordinária realizada ontem e teve sua votação transferida para hoje.

Passa-se à votação.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Se fosse possível, Sr. Presidente, queria fazer uma consulta à Mesa.



**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, hoje pela manhã, com o cavalheirismo do nosso Carreiro e da Cláudia e com o apoio da Consultoria, que acompanhou de perto o trabalho brilhante do Senador Rodolpho Tourinho, tentou-se verificar como poderia ser resolvido o impasse das emendas destacadas. Comuniquei isso a V. Ex<sup>a</sup>.

Diante disso, pergunto se está correta uma inversão de votação da Emenda nº 8, anterior à de nº 7, porque a de nº 8, pacificamente, já vai para a promulgação, segundo as explicações. Votaríamos o destaque apresentado por mim. E, quanto à Emenda nº 7, teríamos de votar o destaque da Polícia Militar, em razão de não ter sido apreciada ainda pela Câmara – a de nº 7 volta totalmente à Câmara.

Pergunto a V. Ex<sup>a</sup> se é correta essa colocação feita, se isso é possível e se o Relator concorda com a inversão.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Antes de responder a consulta de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Romeu Tuma, concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Heloísa Helena.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – É sobre o andamento dos trabalhos mesmo, Sr. Presidente.

Primeiro, é importante deixar absolutamente caracterizado que se nós votarmos... Existe uma polêmica, aqui no plenário, se há ou não **quorum**. Embora estejamos no painel com 71 Senadores, podemos fazer uma verificação de **quorum** para ver se todos que assinaram estão em plenário. Digo isso porque na última votação havia apenas 51 Senadores, e não sabemos se é porque estão em outras Comissões ou alguma outra coisa. Mas este problema, verificar se há realmente **quorum** para votar uma proposta de emenda constitucional, podemos resolver, já que há 71 no painel e havia 51 na última votação. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto diz respeito a votar a Emenda nº 8, que é consenso. No entanto, se não se votam os destaques do Senador Romeu Tuma, Senador Hélio Costa, meu e do Senador Leonel Pavan, acaba que não se pode promulgar a emenda, porque foram ressaltados os destaques. Acabamos, portanto, ficando no mesmo problema. Podemos até iniciar a votação, mas permanece o problema, o impasse. Desculpe, Senador Romeu Tuma.

Outra coisa que é importante também e sobre a qual continuamos a apelar é a seguinte: é evidente que, por mais que eu seja muito amada por Deus,

Bispo Crivella, não consegui ainda a onipresença. Então, como eu estava na reunião da CPI, participando do depoimento de um dos diretores, não pude estar na outra reunião dos Líderes, mas todos sabemos que existe possibilidade de resolver o problema da Emenda nº 7. Com o acordo dos Líderes, como foi proposto ontem, o Senador Rodolpho Tourinho – que, corretamente, não quer assumir sozinho uma responsabilidade dessas – pode mudar o seu relatório. E mudar o relatório de S. Ex<sup>a</sup> significa que, em vez de uma única emenda chamada Emenda nº 7, ficará a Emenda nº 7, com o art. 37, XI, que é o problemático, e uma outra emenda – o número, ele se encarregará de dar – que tratará do art. 2º e 3º, que falam da questão das pensionistas.

Objetivamente, então, com o acordo dos Líderes e com a concordância do Senador Rodolpho Tourinho, que é o único que pode fazer um novo relatório, podemos resolver o problema que, de fato, existe: o problema da Emenda nº 7. Mas o problema permanece na Emenda nº 8, se não tivermos **quorum**, hoje, para votar as alterações.

Como estão todos dizendo que não há **quorum**, talvez a Mesa pudesse... V. Ex<sup>a</sup>, ilustríssimo Sr. Presidente, poderia solicitar não necessariamente uma verificação de **quorum**, para não criar – embora formalmente seja isso – o problema de uma hora para se pedir nova verificação de **quorum**, mas para que possamos saber qual o **quorum** real. No painel, há 71; na última votação, havia 51.

Então, solicito a V. Ex<sup>a</sup> que isso seja providenciado como primeiro ponto e possamos, a partir daí, discutir todas as outras alterações que objetivamente podem ser feitas.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou ouvir os Srs. Líderes partidários sobre encaminhamento...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Talvez, Sr. Presidente, se for feito um requerimento de inversão, pode-se testar o **quorum** pela aprovação ou não do requerimento de inversão.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou exatamente ouvir os Srs. Líderes partidários sobre o encaminhamento da votação, especificamente sobre a proposta do Senador Romeu Tuma, de inversão da votação para que, se for o caso, se essa for a decisão dos Líderes e do Plenário, possamos votar, em primeiro lugar, a Emenda nº 8.

Vou começar ouvindo a Senadora Heloísa Helena.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, fiz todas as considerações anteriores. O

problema é que é um assunto complexo, mas que interessa a todos que aqui estão. Votar apenas a Emenda nº 8 não resolve o problema, porque, se não votarmos os destaques – os requerimentos de destaques já foram aprovados –, iremos votar a Emenda nº 8 para quê? Para ir à promulgação. E ela não pode ser promulgada porque foram ressaltados os destaques. Então, entra naquele mesmo problema.

Portanto, se é para iniciar a votação naquilo que tem consenso, naquilo que tem acordo, não há nenhum problema, todos votamos a Emenda nº 8. Agora, precisamos antecipadamente saber se, nos assuntos que são polêmicos, que tratam das emendas do Senador Leonel Pavan, do Senador Hélio Costa, do Senador Romeu Tuma e minha – e essa é a preocupação do Senador Antonio Carlos Valadares também – temos condições objetivas de resolver hoje.

Uma outra coisa, a LDO vai para a próxima semana? Então, isso significa que vamos ter, inclusive, tempo para votar. A posição do P-SOL é de votar hoje. O P-SOL compreende, e não tem ninguém que possa dizer o contrário do ponto de vista técnico, que o Senador Rodolpho Tourinho, com o apoio de todos os Líderes, pode mudar o relatório sim. S. Ex<sup>a</sup> pode transformar a Emenda nº 7 em duas outras emendas. A emenda polêmica é apenas o art. 1º da Emenda nº 7. Então, podemos resolver tudo hoje. Se houver boa vontade, podemos resolver tudo, absolutamente tudo, hoje.

Essa é a posição do P-SOL.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não precisa dizer, mas é óbvio que, para efeito de verificação do **quorum**, vamos ter a votação do requerimento de inversão de pauta, que é uma oportunidade para se fazer isso, se os Srs. Líderes quiserem.

Quero deixar claro, mais uma vez, que o encaminhamento da votação será democraticamente decidido pelos Líderes, se for o caso. No que depender desta Presidência, vamos fazer o possível para agilizar o procedimento de votação. E, se possível, concluir o mais rapidamente esse processo.

Antes de ouvir os Líderes, eu gostaria de, rapidamente, dar a palavra, pela ordem, ao Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Renan Calheiros, fui convidado, hoje pela manhã, falei primeiro com o Senador Romeu Tuma, para ir ao colégio de líderes. Qual a proposta do Senador Romeu Tuma, que, no meu entendimento, contempla as entidades?

Estou preocupado, pois está dando a impressão – sei que não é a intenção da Senadora Heloísa Helena – de que se começarmos a discutir, discutir – todo mundo tem vô marcado –, de fato, não vai dar **quorum**.

Estou preocupado, Senadora Heloísa Helena, e quero fazer um apelo a V. Ex<sup>a</sup>, e a todos os Líderes: qual a proposta do Senador Romeu Tuma, que o Colégio de Líderes, pelo que entendi, aceitou? É procedimento. E vamos para o voto, pelo amor de Deus! Votamos a Emenda nº 8...

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Deixe-me concluir, pelo menos.

Votamos a Emenda nº 8 e, em seguida, votamos a emenda do Senador Romeu Tuma, o destaque. Em seguida, votamos a Emenda nº 7 e os destaques correspondentes à Emenda nº 7. É votar. Fora disso, os Senadores já estão indo, temos problema de vô.

Vou ser bem franco, tenho a impressão de que – não sei – há um jogo para não aprovar. E tem tudo para aprovar essa emenda hoje. Digo isso porque estou convicto pelo **quorum** que temos neste momento. Quem tiver dúvida, vota contra ou favor. Eu votarei com a minha consciência.

Então, o apelo que faço aos Líderes é para que votemos. E vou encerrar, porque senão também eu estarei fazendo obstrução se falar demais.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Art. 14, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Paulo Paim, se essa for a decisão da Casa, faremos com absoluta satisfação.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Para uma explicação pessoal. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, serei absolutamente rápida. Os únicos Senadores que estão querendo obstruir são aqueles que correram ou estão querendo correr para o aeroporto. Não é o nosso caso, até porque temos hoje CPI até muito tarde. Eu viro a noite, vou pela madrugada.


Quando foi para votar a reforma da previdência, para retirar direitos históricos dos trabalhadores, saímos daqui duas horas da manhã. Portanto, vamos acabar com essa “preguicite” explícita e fica todo mundo aqui para votar hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pela 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessa-renko.

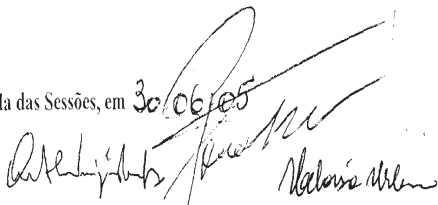
É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 740, DE 2005****Preferência para votação de emenda.**

Nos termos do art. 311, inciso II, do Regimento Interno, requero preferência para a Emenda nº 8 à PEC nº 77-A, de 2003, a fim de ser votada antes da de nº 7.



Sala das Sessões, em 30/06/05



**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se, portanto, por mandamento do requerimento aprovado, à votação, em primeiro lugar, da Emenda nº 8.

De acordo com o art. 60, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 288, II, do Regimento Interno, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável de 3/5 da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

Votação da Emenda nº 8 do Relator, ressaltados os destaques aprovados ontem aqui.

Se desejarem, os Srs. Líderes poderão orientar suas Bancadas.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores já podem votar.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, a Emenda nº 8 é 90% do que foi o acordo votado no ano passado com relação à reforma da previdência. Ela contém as coisas boas, as melhorias em relação à reforma da previdência votada no ano passado. Estabelece uma regra de transição mais justa, garante a não-contribuição da previdência aos portadores de doença incapacitante, mantém a integralidade e a paridade, exceto para os pensionistas que estão na Emenda nº 7. Mas garante aquilo que foi aprovado no ano passado no que diz respeito à integralidade e à paridade.

Há consenso com relação a essa matéria na Bancada do PFL. Nós recomendamos e pedimos o voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PFL recomenda o voto “sim”.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, retomo o discurso do início dos debates sobre a reforma previdenciária nesta Casa.

Sou da corrente que acredita necessário se fazer um ajuste da previdência e tentei, por todas as vias, votar a favor da proposta do Governo. Dizia que algumas amenizações eram necessárias, que o importante era a sinalização e que o ganho fiscal a mais era ínfimo, levando em conta a mudança brusca na vida de pessoas que tinham se dedicado ao serviço público, com toda honra e toda dignidade ao longo de tanto tempo. Foram mudanças bruscas de regras. Disse mais: que fazia muita esperança de que, com as cerca de 700 emendas de destaques apresentadas ao longo dos debates na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa, dali poderia sair o consenso.

Em atendido no que hoje é a PEC paralela, eu poderia ter feito aquilo que gostaria de ter feito e não consegui fazer, que era votar a favor. Muito bem! A PEC paralela passou, virou consenso, foi para a Câmara. Obtivemos, então, a possibilidade de, dizendo “sim” a ela, reparar algumas injustiças com a paridade, alguma regra de transição, preservação do direito adquirido. Enfim, ficou melhor e sem grandes perdas fiscais.

Portanto, Sr. Presidente, com toda consciência e coerência, a Bancada do PSDB vota “sim” à Emenda nº 8.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de encaminhar a votação, em primeiro lugar, elogiando o trabalho do Senador Rodolpho Tourinho, que, fundamentalmente, em seu parecer, restituiu o fundamental do que foi o acordo feito nesse cenário por todos os Senadores quando aprovamos a PEC paralela.

Na construção da PEC paralela, houve a participação decisiva de Senadores, como o Senador Paulo Paim, o Senador Tião Viana, que era o Relator. Foi uma inovação regimental que permitia aprovar a reforma da Previdência e, ao mesmo tempo, atender a demandas novas, que eram apresentadas e que foram incorporadas na discussão, reflexão e análise dos Senadores.

Com tudo o que está na PEC paralela, que saiu do Senado e foi à Câmara dos Deputados, temos compromisso. Por isso, temos todo o compromisso com

o parecer do Senador Rodolpho Tourinho, que, com espírito público, com seriedade e com independência, mesmo sendo um Senador de Oposição, expressou o voto de cada Senador ou Senadora desta Casa.

Os temas novos que vieram da Câmara eu gostaria de discutir no momento oportuno. Acho que devemos fazer uma discussão mais aprofundada sobre as implicações e os desdobramentos de cada uma das mudanças feitas e nunca debatidas no Senado Federal. O que foi discutido, acordado, pactuado, assumido no Senado Federal é o que está no parecer do Senador Rodolpho Tourinho.

Por isso, como a Emenda nº 8 é o fundamental do acordo da PEC paralela, foi aprovada por um acordo de todos os Partidos desta Casa e foi expressa no parecer do Senador Rodolpho Tourinho, encaminhamos o voto “sim”.

Sobre as demais questões, irei me pronunciar no momento oportuno.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Para orientar a sua Bancada, concedo a palavra ao Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que, na realidade, nós, da Minoria, votaremos com o parecer do Senador Rodolpho Tourinho, que tentou exatamente trazer para a Casa aquilo que tínhamos combinado quanto à votação da PEC paralela.

Então, como membro da Bancada do PFL e da Bancada da Minoria, sempre que possível, evidentemente, vamos pedir o voto de todos os membros da nossa Bancada para que acompanhem nas votações o parecer do Senador Rodolpho Tourinho. S. Ex<sup>a</sup> elaborou seu parecer com muita consciência.

Evidentemente, como o Senador Aloísio Mercadante disse, há alguns temas novos que talvez não sejam votados hoje, mas isso não quer dizer que, no futuro, não se possa ter uma emenda constitucional que trate desses assuntos.

Infelizmente, alguns temas vieram da Câmara e não foram suficientemente discutidos. Essa é uma votação, podemos chamar, emergencial pela demora que o projeto teve naquela Casa. Então, vamos orientar todas as votações no sentido de acompanhar o parecer do Senador Rodolpho Tourinho.

Muito obrigado.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra o Senador Marcelo Crivella para encaminhar a votação.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os Líderes estão encaminhando a votação e, em seguida, darei a palavra a V. Ex<sup>a</sup> e ao Senador Delcídio Amaral.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Partido Liberal manifestou ontem a sua posição de que a PEC paralela recebeu avanços na Câmara dos Deputados. Esses avanços contemplam carreiras de Estado, que entendemos não serem despesas imediatas para o Estado. Despesa imediata para o Estado é essa proposta que hoje o Governo se empenha junto, com o Deputado Delfim Netto\*, para reduzir o déficit nominal a zero. Isso sobe o superávit, que já é um absurdo, de 4% para 5% a 6%.

É impressionante, Sr. Presidente, como temos tanto dinheiro para pagar juros, mas não temos coragem sequer para estabelecer tetos que não são – repito – despesas imediatas, terão de ser negociados em seus Estados. E muitos tetos em vigor as carreiras de Estado ainda não atingiram.

Portanto, o PL vota o requerimento para inverter a pauta e votar a Emenda nº 8, embora achando que depois não teremos **quorum** para votar os destaques que incluirão as carreiras. Porém, queremos dar nossa posição, estabelecer nosso princípio de votação: estamos de acordo com os avanços feitos na Câmara dos Deputados e incluídos na conhecida PEC paralela.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Osmar Dias, como vota o PDT?

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Sr. Presidente, o PDT vai manter a posição de votar “sim” na Emenda nº 8, lamentando apenas o fato de a Câmara dos Deputados ter levado tantos meses para nos encaminhar a PEC paralela. Tal fato nos obrigou a quebrar os prazos regimentais, resultando no debate de ontem e no de hoje, que teriam sido dispensados, se a PEC tivesse passado pelos trâmites normais, principalmente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Lamentamos esse fato, mas votamos “sim” na Emenda nº 8.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.



Senador Ney Suassuna, como vota o PMDB?

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, o PMDB vota “sim”, porque foi um compromisso de toda esta Casa. Então, estamos apoiando essa parte e pedimos a todos os companheiros do PMDB que votem “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senadora Ideli Salvatti, como vota o PT?

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, não vou fazer o encaminhamento, mas sim o Senador Delcídio Amaral. Quero apenas fazer um registro, por uma questão de justiça.

O Senador Tião Viana, o artífice da PEC paralela, que encabeçou todo o processo em 2003, infelizmente, não pôde estar presente a esta votação. Seu filho vai sofrer uma cirurgia em São Paulo e por isso S. Ex<sup>a</sup> viajou há poucos minutos para acompanhá-lo.

Entendo que é de fundamental importância deixar registrado o quanto o Senador Tião Viana gostaria de estar compartilhando este momento de votação da PEC paralela, com a qual S. Ex<sup>a</sup> teve todo compromisso e empenho na sua elaboração, negociação e aprovação no final de 2003.

Faço esse registro para que não paire mesmo nenhuma dúvida diante de certas insinuações e afirmações feitas aqui. Que não paire nenhuma dúvida a respeito da responsabilidade do Senador Tião Viana, que não está presente neste momento aqui por um problema de família e por sua responsabilidade paterna. Então, determinadas insinuações que sempre são jogadas não cabem em nenhum momento em relação à responsabilidade do Senador Tião Viana, sempre muito pronto e prestimoso no encaminhamento de matérias relevantes como a reforma da Previdência.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Ata registrará a integralidade da intervenção de V. Ex<sup>a</sup>.

Senador Delcídio Amaral, como vota o PT?

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, o PT e os Partidos de apoio ao Governo votam “sim” e quero registrar também o trabalho desenvolvido na construção da PEC paralela não apenas pelo Senador Tião Viana, mas também o empenho e o trabalho do Senador Paulo Paim. Gostaria também de registrar toda a engenharia desenvolvida pelo Senador Rodolpho Tourinho que está nos levando à votação da PEC paralela no dia de hoje. Registro a maneira séria, competente, o exemplo de homem público que é o Senador Rodolpho Tourinho.

O PT e os Partidos do Bloco de apoio ao Governo votam “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – Senador Mozarildo Cavalcanti, como vota o PTB? (Pausa.)

Senador Sibá Machado?

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, também não poderia deixar de fazer um registro, porque essa matéria pode, mais uma vez, representar o equilíbrio do exercício da democracia.

Todas as reformas, inevitavelmente, no seu início, geram algum tipo de transtorno. E todo tipo de reforma, é claro, nasce de uma necessidade; necessidade daquele que detém a responsabilidade de conduzir os rumos desta Nação.

A reforma da Previdência chegou a esta Casa da forma como todos nós assistimos, houve até quebra-quebra, empurra-empurra, momentos de constrangimentos e algo parecido.

Foi um ano de ardorosas conversas aqui, em alguns momentos bastante exaltadas e chegou-se a um produto final que foi o texto votado na Câmara dos Deputados. Aqui, o nosso Relator, Senador Tião Viana, sabiamente, construiu um meio-termo para que se pudesse promulgar o texto original da Câmara sem nenhum prejuízo do avanço nos debates para aperfeiçoamento.

Estávamos na iminência da votação, na convocação extraordinária de janeiro de 2004, mas o Brasil inteiro, e principalmente as pessoas que aguardavam a decisão, tiveram que esperar até agora a votação dessa matéria.

Também não posso deixar de parabenizar todas as pessoas que se empenharam ao máximo em cada um dos itens, pessoas que já elogiei, como o Senador José Jorge, pela sua presença firme na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; o Relator e as pessoas que participaram. Das pessoas do meu Partido, preciso fazer um tributo ao Relator, Senador Tião Viana, e a este companheiro Senador Paulo Paim, que não arredou pé um milímetro até agora para ver essa decisão tomada.

Portanto, Sr. Presidente, incluo-me na emoção de todos em presentear o Brasil com a conclusão, com a definição, ao fim e a cabo, dessa tão esperada votação da PEC paralela, sem nenhum prejuízo daquilo que ainda venha a ser aperfeiçoado no futuro.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Mozarildo Cavalcanti, como vota o PTB?

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Sr. Presidente, o PTB vota “sim”, em consonância com a posição que adotou na votação e na formatação da PEC paralela. E, aqui, ressalto o trabalho do Senador Sérgio Zambiasi.

Lembro, especialmente, que não poderíamos votar essa PEC, que é a verdadeira PEC paralela, sem relembrar o compromisso que assumimos com a Nação. Como foi lembrado pela Senadora Ideli Salvatti, registramos o trabalho do Senador Tião Viana, que foi

o Relator, e do Senador Paulo Paim, que foi um grande batalhador dessa matéria.

Hoje, resolvemos o problema da PEC paralela, mas temos que resolver a Emenda nº 7, que eu diria é complemento da PEC paralela, para poder realmente sanar algumas falhas e esquecimentos e aperfeiçoar ainda mais essa questão da Previdência, incluindo várias categorias, como os delegados, a polícia militar, os bombeiros, o pessoal do Fisco. Enfim, que possamos concluir essa mudança na Previdência da forma menos dolorosa possível e o mais abrangente em termos de benefícios.

Muito obrigado.

**O SR. JOSÉ SARNEY** (PMDB – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Presidente José Sarney, pela ordem. Em seguida, concederei a palavra ao Senador Leonel Pavan.

**O SR. JOSÉ SARNEY** (PMDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esta é a oportunidade que tenho de não fugir a um dever de consciência e testemunhar, perante a Casa, o trabalho desenvolvido pelo Senador Paulo Paim na votação da PEC da Previdência nesta Casa.

Presidi a Casa e pertencia o Senador Paulo Paim à Mesa, como também o Senador Sérgio Zambiasi, e, certamente, S. Ex<sup>a</sup> foi, naquele instante, um dedicado servidor dessa causa.

Entendo que todos nós trabalhamos muito porque era uma matéria difícil, o Senado teve um momento alto, de absoluta compreensão na votação daquela matéria, mas alguns dos nossos colegas tinham um engajamento maior porque se tratava de tema a eles afeto há longo tempo, inclusive ao Senador Paulo Paim, que eu tenho o dever de testemunhar. E testemunhar também que nós encontramos uma solução para votar a Emenda depois que o Senador Tião Viana sugeriu e articulou a PEC paralela, que encontrou da parte de todos uma grande compreensão e possibilitou que o Senado votasse a Emenda da Previdência.

Lamentamos apenas que a Câmara dos Deputados, durante tanto tempo, tenha guardado essa emenda e que só agora a tenha enviado ao Senado.

Quero ressaltar, também, neste momento de votação, o trabalho, mais uma vez, eficiente, competente e dedicado do Senador Rodolpho Tourinho, que, nesta Casa, tem sido um exemplo de como se comporta e se aprofunda nos temas que são submetidos ao seu exame.

Muito obrigado.

**O Sr. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a intervenção de V. Ex<sup>a</sup>, Senador José Sarney.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Leonel Pavan.

**O Sr. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, a minha questão não é discutir aqui se é melhor a emenda A ou a emenda B, porque já sabemos o que vamos votar. Eu sou autor de uma emenda, juntamente com nossa querida Senadora Heloísa Helena.

Quero deixar registrado ao povo brasileiro que não é possível ficarmos ouvindo aqui demagogias. Se na época em que propôs a reforma da Previdência, o Governo tivesse a mesma intenção que muitos falam aqui hoje, não precisaríamos estar discutindo uma PEC paralela. Todos se recordam que o Governo Federal, argumentando que a Previdência estava falida, que a Previdência precisava de uma reforma ampla, tentou empurrar – e empurrou – uma reforma repudiada pelo povo brasileiro, favorável ao Governo. E isso foi feito pelo Governo do PT, Sr. Presidente. O Governo do PT! E todos sabem que foram expulsos Deputados Federais e a Senadora Heloísa Helena foi punida por manter a coerência. Então, é importante deixar ressaltado que, se houvessem, antes, tomado a mesma providência que querem tomar agora, não estaríamos hoje aqui, debatendo.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Para finalizar, Sr. Presidente, é importante dizer que, nos trabalhos realizados sobre a Previdência, inclusive os velinhos foram penalizados pelo Governo do PT, que sempre afirmou: “Deve-se reformar para salvar a Previdência”. E, agora, Senadores do Governo usam o microfone como se fossem os salvadores da pátria.

Sr. Presidente, nós, da Oposição é que conseguimos, com pressão e por meio da exigência, do acordo feito, aprovar a PEC paralela ou fazer um acordo para que essa PEC fosse discutida aqui, hoje.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, creio que a votação já pode ser encerrada e já podemos buscar o resultado. Vamos ser claros: esta é a primeira votação, e temos de partir para a segunda. Portanto, não estou entendendo esse debate. Já votaram 65 Senadores, Sr. Presidente. Creio que V. Ex<sup>a</sup> poderia concluir.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex<sup>a</sup> fala por todos nós, mais uma vez.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, Senadora Heloísa.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Estou inscrita, do mesmo jeito que todos tiveram esse direito.

Cada um que está falando está preocupado em honrar o compromisso que foi feito com os policiais militares, com os bombeiros, com o Fisco e com os delegados. Ao falar, estamos monitorando o painel para ver se há **quorum**. Essa é uma tática absolutamente normal de quem quer aprovar uma determinada matéria. Como somos nós que vamos ter de colocar 49, estamos aqui fazendo aquilo que é próprio, legítimo, transparente e belo no processo parlamentar de parte de quem quer aprovar uma determinada emenda.

Essa emenda que estamos votando minimiza o ultraje que foi patrocinado contra os trabalhadores do setor público, especialmente os mais pobres, que ganham menores salários. Criou-se uma dinâmica no imaginário popular, mentirosa, de que a reforma da Previdência era para acabar com os super-salários e impôs-se uma situação constrangedora aos pobres que ganham um salário mínimo ou um salário mínimo e meio, espalhados em mais de cinco mil prefeituras do

País. Os pobres é que foram penalizados com a reforma da Previdência, que foram obrigados a trabalhar mais oito anos para não terem um corte de até 35% na sua aposentadoria; e os trabalhadores do setor privado, obrigados a trabalhar mais dez anos para não terem um corte de até 45% na sua aposentadoria, fora o desconto, que lembra aqui o Senador Romeu Tuma.

O que essa emenda faz é restituir um ano dos muitos que foram usurpados, roubados para fazer o jogo dos banqueiros, dos “zinzins”, dos fundos de pensão, das seguradoras de seguro privado. Isso tem que ser lembrado, para que não se apague da mente e do coração dos pobres, que foram penalizados.

E ainda há algo que, infelizmente, vai sobrar para a Câmara fazer, que é consertar o salário das professoras. Sequer um ano as “bichinhas” ganharam, Senador Tuma! As professoras ficaram de fora. Espero que essa situação seja consertada no futuro.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Se todos já votaram, vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à votação nominal pelo sistema eletrônico.)

## VOTAÇÃO NOMINAL

### Senado Federal

#### EMENDA Nº 8 - TEXTO QUE VAI À PROMULGAÇÃO - PEC 77-A/2003 (1º TURNO)

EMENDA Nº 8 (DO RELATOR), À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 77-A, DE 2003, EM PRIMEIRO TURNO. (TEXTO QUE VAI À PROMULGAÇÃO)

Num. Sessão: **1** Num. Votação: **14** Abertura: **30/6/2005 13:00:53**  
Data Sessão: **30/6/2005** Hora Sessão: **10:00:00** Encerramento: **30/6/2005 13:24:01**

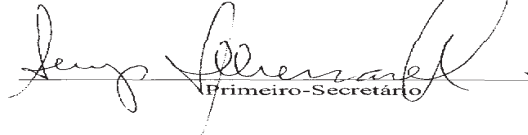
Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Blcco-PL	MG	AELTON FREITAS	SIM
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	SIM
Blcco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	SIM
Blcco-PT	PA	ANA JULIA CAREPA	SIM
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	SIM
Blcco-PSB	SE	ANTONIO CARLOS VALADARES	SIM
PMDB	MA	ANTONIO LEITE	SIM
PSDB	AM	ARTHUR VIRGILIO	SIM
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM
PFL	BA	CÉSAR GORGES	SIM
Blcco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	SIM
Blcco-PT	MS	DELCIDIO AMARAL	SIM
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	SIM
PFL	MA	EDISON LOBAO	SIM
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	SIM
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	SIM
Blcco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	SIM
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	SIM
Blcco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	SIM
Blcco-PT	PR	FLAVIO ARNS	SIM
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	SIM
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	SIM
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	SIM
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	SIM
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	SIM
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	SIM
Blcco-PT	SC	IDELI SALVATTI	SIM
PDT	AM	JEFFERSON PERES	SIM
Blcco-PSB	AP	JOAO CAPIBERIBE	SIM
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	SIM
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM
PFL	PE	JOSÉ JORGE	SIM
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	SIM
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	SIM
PDT	MS	JUVENCIO DA FONSECA	SIM
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	SIM
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	SIM
PMDB	PA	LUIZ OTAVIO	SIM
Blcco-PL	ES	MAGNO MALTA	SIM
Blcco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	SIM
PFL	PE	MARCO MACIEL	SIM
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	SIM
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	SIM
Blcco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	SIM
PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM
Blcco-PPS	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	SIM
Blcco-PT	RS	PAULO PAIM	SIM
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	SIM
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	SIM
Blcco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	SIM
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	SIM
PFL	SP	ROMEU TUMA	SIM
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	SIM

Operador: MARCOS JOSÉ MARTINS COSTA

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	SIM
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	SIM
Blcco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO	SIM
Blcco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	SIM
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	SIM
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	SIM
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM
PP	DF	VALMIR AMARAL	SIM
PMDB	RR	WIRLANDE DA LUZ	SIM

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : **65**  
Votos NÃO : **00** Total : **65**  
Votos ABST. : **00**

  
Primeiro-Secretário

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 65 Srs. Senadores; e nenhum voto contrário.

Não houve abstenções.

Total: 65 votos (Palmas.)

Aprovada.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à votação do destaque.

Votação do inciso XI do art. 37, da Constituição Federal, constante do art. 1º da PEC nº 77-A, de 2003, destacado pelo **Requerimento nº 735, de 2005**, do Senador Romeu Tuma, para que integre o texto a promulgar.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma, autor do destaque, nos termos do art. 300, XVII, do Regimento Interno, por até cinco minutos.

Nesta oportunidade, somente o Senador Romeu Tuma pode falar, e os Líderes, posteriormente, poderão orientar as suas bancadas.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a minha emenda, de acordo com o art. 312, inciso II, do Regimento Interno, é para restabelecer o texto, que foi aprovado praticamente por unanimidade na Câmara Federal.

Esse texto recompõe aquilo que veio da Câmara, estendendo o teto dos Ministros do Supremo Tribunal Federal para delegados de polícia, auditores fiscais e advogados. A Câmara não estendeu o benefício às polícias militares que aqui se encontram. Como há a idéia, que foi proposta pela Consultoria, Senador Marcelo Crivella – que me tem ajudado muito nessa discussão, Senadora Heloisa Helena, que tem sido um baluarte na defesa do interesse dessas categorias profissionais –, ela poderá ser inserida na Emenda nº 07, que retorna para a Câmara, com a Emenda da Senadora Heloisa Helena, do Senador Hélio Costa, de todos que ...

**A Srª Heloisa Helena** (P-SOL – AL) – Senador Leonel Pavan também.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – (...) do Senador Pavan e de tantos outros que estão trabalhando nesse sentido.

Eu queria fazer um apelo. Tenho aqui 56 assinaturas de Srs. Senadores que apoiaram o destaque da emenda. Estão aqui os 56. Que eles correspondam a essa expectativa, a essa esperança que foi dada aos policiais e aos membros da Receita.

Senador Marcelo Crivella, não podemos nos esquecer: durante a Revolução Francesa, um dos doze itens para a manutenção da Revolução Francesa foi a criação de uma força policial para garantir os direitos da constituição imposta pela Revolução, o que, hoje,

é o exemplo dos comportamentos republicanos nas democracias.

As polícias – e falo de maneira geral, a Polícia Civil, a Polícia Militar – têm um papel importantíssimo na defesa da integridade do cidadão e do seu patrimônio. Não podemos deixar, pois, de reconhecer a importância desse papel.

O dinheiro que é arrecadado para a defesa das aplicações sociais, Senador Ney Suassuna – V. Exª conhece isso bem –, vem da Receita, que trabalha com afinco para buscar o dinheiro com que se paga os salários dos funcionários.

Quando se diz que os Governadores estão contra isso, tenho algumas cartas, que vieram de alguns Estados, onde se lê que eles não são contrários a essas emendas. Por quê? Porque elas não inferem em aumento do Orçamento. Há um exemplo claro aqui, Senador. V. Exª já foi à tribuna várias vezes defender as Forças Armadas. O Presidente da República, como Comandante-em-Chefe das Forças Armadas, prometeu dividir em três parcelas o aumento necessário para se recompor o salário das Forças Armadas. E os 23% deste ano foram negados indevidamente, e os militares não reagiram.

A competência para se oferecer aumento não vem do teto; o teto não corresponde ao aumento que se tem de dar ao funcionário público. O teto é o máximo que pode ser ganho. Não foi dado ao Exército e não houve reação. Se o Governo não apresentar ao Congresso um projeto de aumento, ele não sai.

Se os Estados tivessem que dar aumento baseado nos tetos, já teriam que ter dado, porque ele já está há mais de dois anos vigorando, Senador Ney Suassuna.

Por isso, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, essa colocação não é muito correta, no que se refere à análise dos Governadores. Ela não impõe qualquer aumento do Orçamento. Não há indício de que vão entrar em greve, como estão dizendo os Governadores, para se exigir aumento. Existem os estatutos que reprimem qualquer tipo de manifestação mais rigorosa dos funcionários. Vários funcionários fazem greve hoje porque os salários estão muito aquém da necessidade e muito longe do teto.

Faço uma apelo: aprovem a emenda, porque ela é correta. Aprovem a emenda da Polícia Militar para que ela seja reapreciada na Câmara dos Deputados, porque, infelizmente, não o foi e não poderá ser promulgada com a aprovação do Senado, a não ser o destaque, no caso das Polícias, da Receita e dos advogados, porque essa matéria já foi aprovada na Câmara. Ela só recompõe o relatório, que veio quase por unanimidade – foram mais de 300, quase 400 votos contra 13



– na Câmara. Os Deputados chegaram a analisar, isso não foi feito a bel-prazer ou por amor aos delegados. Não estou homenageando a polícia, estou pedindo um reconhecimento do trabalho e da importância que as polícias e o Corpo de Bombeiros têm. Por várias vezes, fui à tribuna para destacar o trabalho heróico que eles têm feito na defesa social e civil.

Faço este apelo, Sr. Presidente, e sei que vários Senadores já se manifestaram favoravelmente. Tenho 56 assinaturas que dão apoio a essa emenda.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pela oportunidade e confio, com fé em Deus, que ela será vitoriosa.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a intervenção de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Romeu Tuma.

Para não deixar dúvidas e antes de conceder a palavra aos Líderes Partidários para que possam orientar as suas Bancadas, quero, definitivamente, dizer que quem votar “sim” aprovará o destaque do Senador Romeu Tuma, que inclui o inciso XI no texto a ser promulgado, alterando, portanto, o parecer. Quem votar “sim” altera o parecer e aprova o texto do Senador Romeu Tuma.

Os Srs. Líderes Partidários já podem orientar as suas Bancadas.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores já podem votar.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Para encaminhar, Sr. Presidente, pelo PDT.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PL – RJ) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Sr. Presidente, por duas razões básicas o PDT vai votar “sim”. Primeiro, pelo reconhecimento da importância dessas carreiras; segundo, porque não estamos propondo aumento de despesa e sim a possibilidade, que o Estado vai avaliar, de conceder aumento a essas carreiras. Por essas razões, o PDT vota cem por cento “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PDT recomenda o voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, o PL, já na reforma da Previdência, na PEC paralela e na outra reforma da emenda principal, embora sendo Base do Governo, votou contra, principalmente, a taxaço dos inativos.

Agora, Sr. Presidente, já comuniquei ao Líder do Governo que o Partido não abre mão de recompensar essa classe de delegados. Somos favoráveis à inclusão dos policiais militares, dos fiscais e dos bombeiros, para

que esses funcionários possam ter, deste Governo, o mesmo prestígio que é dado ao capital.

É impressionante, mas quando vamos votar alguma emenda que fale de despesa com pessoal há um medo, um terror de se quebrar, eu diria, o Orçamento Fiscal do Governo. A mesma coisa não vemos quando o Copom se reúne a cada mês, mantendo ou elevando taxas de juros extorsivas, as maiores do mundo.

Não é possível, Sr. Presidente, que o PL seja insensível à causa daqueles que saem à rua para defender, com o sacrifício da própria vida, os nossos filhos; dos que são encarregados de arrecadar os tributos deste País; dos que se arriscam para apagar incêndios; ou dos policiais militares, de todas as tropas do País. Não podemos deixar de ser sensíveis.

Há um pleito deles que não significa, de maneira nenhuma, aumento de despesas num primeiro momento, mas apenas o direito de poderem negociar nas Assembléias Legislativas e com seus Governos Estaduais uma pretensão justa para os seus vencimentos.

Não posso explicar-lhes que, em um País onde se pagam mais de R\$100 bilhões como remuneração ao capital, não se possa encontrar dinheiro para dar-lhes o que merecem.

Portanto, Sr. Presidente, o PL vota favoravelmente ao destaque apresentado pelo brilhante Senador Romeu Tuma, e vota unanimemente, Senador.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu gostaria, inicialmente, antes de dar o meu parecer sobre essa emenda, de dizer às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que respeito as posições contrárias ao meu parecer. Entendo perfeitamente a posição de cada um dos Srs. Senadores e eu gostaria de explicar um pouco, também, a minha posição. Acredito que isso seja importante porque tratamos, neste momento, de assunto referente aos auditores fiscais e fui Secretário de Fazenda do Estado da Bahia, por oito anos, e Presidente do Confaz, o Conselho Fazendário que reúne todos os Secretários de Fazenda.

Em primeiro lugar, não entendo ter desprestigiado essa classe ou outras classes, como as de delegados de polícia, polícia militar e bombeiros. Esse é um assunto importante e entendo que deva ser discutido, não só nesses casos como até em outros. O meu parecer refletiu, primeiramente, a posição de coerência com o acordo feito aqui.

Olhando um pouco para trás, quando assumi a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, no então

Governo de Antonio Carlos Magalhães, entendi e conheci o que era um Estado com suas finanças destruídas. Não estou dizendo que isso vai destruir as finanças, não é isso, mas entendo que foi muito duro fazer o ajuste fiscal necessário, porque ele não foi conjuntural, mas estrutural, tanto assim que dura até hoje. A Secretaria de Fazenda da Bahia é exemplo desse ajuste estrutural que foi feito.

Vi também, depois, o que, para todos os Estados, deveria ser feito, e acabou sendo feito. Coordenei, pelo lado dos Estados, a renegociação das suas dívidas. Conseguimos, inclusive, à custa de subsídios para os Estados dados pelo Governo Federal, arrumar toda essa parte financeira, que era absolutamente inviável, tanto em relação a questões com o Banco Mundial e com o BID, de financiamentos, quanto internamente. Depois, trabalhei, dentro dessa coordenação, representando o Secretário de Fazenda, na Lei de Responsabilidade Fiscal, que é uma coisa das mais importantes feitas até hoje e que precisa se mantida, respeitada e ainda aperfeiçoada.

No meu parecer, não busquei o caminho mais fácil. Este, para mim, talvez fosse o de concordar com uma série de posições, pelo meu ponto de vista pessoal e afetivo quanto à classe dos auditores fiscais, cujo trabalho reconheço absolutamente fundamental.

Existem várias imperfeições nesse sistema, sobretudo quando se compara, na Bahia pelo menos, essa questão com a dos Procuradores do Estado, que não estão no mesmo nível de igualdade, *status* e ganhos. Isso me preocupa. No entanto, considere que o momento de discutir não é este. Entendo que devem ser discutidas tanto as questões dos delegados, como as dos policiais militares e dos auditores. Eu entendi que, naquele momento de fazer o relatório da PEC paralela, eu tinha de expressar o consenso, o acordo que havia sido feito aqui, que havia sido votado como este foi, com o resultado, agora, de 65 votos a zero. No acordo, foram 69 votos a zero.

Sr. Presidente, era a explicação que eu queria dar. Ela entra um pouco no campo pessoal, mas também sou muito claro na questão institucional, posicionando-me contrariamente à emenda do Senador Romeu Tuma.

Creio que S. Ex<sup>a</sup> entende as minhas razões, por acreditar que este não é o momento para se tratar desse assunto.

Muito obrigado.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, na Bancada do PMDB não houve unanimidade; não houve uma posição homogênea. Por isso, a Liderança deixa a questão em aberto. Pessoalmente, votarei “sim”, mas a questão está em aberto na Bancada do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu gostaria de dizer que, nesta Casa, todos querem prestigiar os servidores da segurança pública: os delegados, que patrocinam os inquiridos; a PM, que protege a população; os bombeiros, que salvam vidas. São categorias fundamentais, especialmente em um País que vive a crise da violência. Aprovamos o Estatuto do Desarmamento. Estamos fazendo um referendo como parte de um esforço imenso de protegermos vidas e criarmos uma cultura de segurança e de paz. Portanto, é legítimo que esses profissionais estejam aqui, porque são muito respeitados não só pelo povo brasileiro como por esta Casa e pelos Governadores de Estado.

Gostaria de dizer também que, infelizmente, na vida pública, a gente nunca pode fazer tudo o que gostaria, porque as restrições são muito severas, especialmente quando discutimos as finanças públicas. A reforma da previdência começou porque há uma grave crise nas finanças públicas do País. A taxa de juros é o sinal, é o elemento, é a expressão do tamanho da dívida pública e da dificuldade que o Estado tem de financiar suas despesas. E, como a longevidade aumenta, os gastos com previdência crescem a cada ano.

Todos os países, hoje, debatem a necessidade de reformas na previdência, para poderem dar sustentabilidade, a longo prazo, a esse regime de proteção social. Foi isso que fizemos na reforma da previdência. Fizemos um projeto de acordo entre o Governo Federal e os 27 Governadores de Estado. E, em todo o processo, o Governo acompanhou os Governadores de Estado. Essa matéria não diz respeito ao Governo Federal diretamente; não interfere nas finanças do Governo Federal. Essa é uma matéria que diz respeito fundamentalmente aos Governos de Estado.

Todos os Secretários de Fazenda do País e os 24 Governadores manifestaram a esta Casa, pessoal e publicamente, que não poderíamos, neste momento, aprovar essa matéria. Fiz um pedido, inclusive, aos delegados, que tinham um conceito muito positivo: o de que eles trabalham o inquirido judicial e, portanto, deveriam ser uma carreira jurídica. Argumento semelhante expressaram os auditores fiscais à função de carreira do Estado. A Polícia Militar nos disse: “Se

fosse concedido aos delegados, teria de ser, necessariamente, extensivo à Polícia Militar, porque, não é possível trabalharmos na segurança pública, termos o mesmo risco e a mesma atividade e termos lugares diferentes no Estado brasileiro.

Por tudo isso, essa não é uma questão simples, nem fácil.

Pergunto a esta Casa se o Governo Federal pode, neste momento, abandonar a demanda dos Governadores e dizer: “Não, eu voto favoravelmente à emenda”. O Ministro Márcio Thomaz Bastos ligou-me para dizer: “Mercadante, você tem de trabalhar para aprovar a emenda”. Falei a S. Ex<sup>a</sup>: “Ministro, traga o apoio dos Governadores, mostre que é viável financeiramente nos Estados, que eu, seguramente, vou à tribuna e vou defender”. Nós começamos essa reforma com um acordo com os 27 Governadores. O Senador Rodolpho Tourinho – a cada dia que passa, mais o admiro – expressou, desta tribuna, a posição dos Governadores de Estado. Eu poderia, quem sabe – porque, no meu Estado, eu sou oposição –, ter um discurso muito mais fácil, mas não o farei.

Sr. Presidente, ontem, recebi uma carta do Secretário do Governador Aécio Neves e perguntei ao Senador Eduardo Azeredo: “Procede essa informação de que o Governador apóia essa medida?” O Governador ligou aqui, na mesma hora, e falou comigo: “Mercadante, vocês não podem aprovar! Eu não tenho como suportar essa passagem dessa forma. Posso encaminhar à Assembléia Legislativa um teto intermediário. Nós podemos pactuar, nos Estados, um teto intermediário, e, portanto, há a possibilidade de revisão. Mas eu não posso absorver um impacto, neste momento, nas finanças do Estado”.

Por isso, vou encaminhar uma proposta concreta e peço que os Senadores reflitam.

Tenho dúvidas e vou expressá-las antes, no sentido de que essa emenda, se for votada, não será aprovada. Tenho grandes dúvidas de que será aprovada. O que colhi das principais Lideranças desta Casa é que ela – alguns, inclusive, falaram com vários Governadores antes de tomar decisão, e vários Senadores receberam telefonemas de seus Governadores – dificilmente seria aprovada.

Quero ser transparente com as categorias que estão aqui, pelo respeito que tenho, porque falo o que penso e também não escondo o voto, porque, nesta Casa, há uma certa divisão de trabalho, depende do Líder do Governo. Essa não é uma matéria que depende de Líder do Governo; ela depende dos Governadores! Mas o Líder de Governo tem uma posição totalmente solidária e disse, desde o início: “Senador Rodolpho Tourinho, faça o seu parecer, que, o que for, eu vou

seguir-lo e acompanhá-lo. Faça o que achar que deve fazer e consulte os Governadores”. S. Ex<sup>a</sup> os consultou e fez aquilo que o conjunto de Governadores deste País pede que esta Casa faça.

A situação fiscal dos Estados não é fácil! Em alguns Estados, é muito grave. Por isso, proponho, que não votemos esse destaque. Pondero ao Senador Romeu Tuma que não vote, porque acho que não será aprovado. Que encaminhemos essa discussão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania! Nós nunca pactuamos isso na reforma previdenciária. Isso não fez parte de nosso acordo. Ninguém pode reivindicar que aprovemos aquilo que não foi pactuado. O nosso compromisso começa e termina na PEC paralela, em que foram seis meses de negociação. Nunca negociamos essa matéria, a não ser nos corredores. Não houve estudo, não ouvimos as finanças, não ouvimos os Governadores se esses dados do impacto fiscal nos diversos Estados da Federação são procedentes ou não.

Por isso, a ponderação que faço é que deveríamos remeter essa discussão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprofundar a Emenda nº 7 e toda essa discussão de carreiras do Estado e voltar para votarmos com convicção e com profundidade. Nas condições em que está posta – eu disse isso desde o primeiro dia da reforma da previdência –, vou respeitar o acordo com os Governadores, porque S. Ex<sup>as</sup> encaminharam a esta Casa a proposta de reforma previdenciária de todos os Partidos, junto com o Presidente da República. Não posso arredar pé do acordo que fiz com os Governadores e com o Senador Rodolpho Tourinho, que era da Oposição. Poderia falar: “Não, não vou relatar essa matéria, deixo para o Governo a responsabilidade, sempre difícil, de governar”. Mas não. Fez com seriedade, fez com transparência e fez aquilo que os 27 Estados da Federação esperam que o Senado Federal, que é a Casa da Federação, do pacto federativo, faça.

Portanto, a minha proposta era não votar agora, encaminhar essa matéria para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para aprofundarmos essa discussão e tentarmos encontrar uma saída mediada. Se for votada, creio que dificilmente será aprovada.

Não tenho condição, como Líder do Governo, de romper o acordo que fiz com os Governadores, expresso no parecer do Senador Rodolpho Tourinho. E o parecer não é de S. Ex<sup>a</sup>; o parecer é assinado pelos Governadores de Estado deste País. Foram S. Ex<sup>as</sup> que pediram que esse parecer fosse feito dessa forma. E não é nem responsabilidade do Governo Federal; é dos Governadores. Mas somos a Casa do pacto fede-



rativo e devemos escutar a situação fiscal e financeira dos Estados da Federação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Peço aos Srs. Líderes que orientem suas Bancadas.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias, pela ordem.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, apenas quero discordar da forma como está sendo conduzido esse processo neste momento, porque encaminhar a votação não é debater a matéria. Pelo que vejo, estamos novamente debatendo a matéria. E vamos ficar aqui, pelo jeito, sem votá-la.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex<sup>a</sup> tem absoluta razão, Senador Osmar Dias. O problema é que a orientação da Bancada é uma simples intervenção, e, na medida em que um estende a intervenção, temos de dar um tratamento igual para os outros, o que acaba delongando o processo, infelizmente.

Não tenho como não dar a palavra, para orientar a sua Bancada, ao Senador Arthur Virgílio. Depois, eu a concederei a todos os outros Líderes.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quanto a essa matéria, prefiro falar daqui.

Não sei de muita negociação em corredores. Chego, e com muita clareza, à posição que aqui vou revelar. Cheguei a pensar na “habilidade”, que tem aspas; vou optar por não usar a habilidade que reprovou, que condeno.

Compreendo a posição de alguns companheiros de Bancada que pensam diferentemente de mim nesse episódio, diferentemente da maioria da Bancada do PSDB, mas, com toda a clareza, neste momento, recomendo que acompanhem o Senador Rodolpho Tourinho, Relator dessa matéria. E o faço seguro, primeiro, de que estamos honrando o compromisso com os servidores públicos nos termos da PEC paralela; segundo, de que estou levando em conta um conjunto de atitudes já por mim sobejamente reveladas a auditores, a delegados, as quais passam pela minha relação, pela minha preocupação com os Governadores do País, de um modo geral, e com os Governadores do PSDB, em particular.

Não há quem possa ter ouvido, em qualquer conversa minha sobre essa matéria, algo que não traduzisse essa sinceridade. Sem dúvida, se encaminho contra o destaque e a favor do relatório do Senador

Rodolpho Tourinho, não tenho como não admitir que devemos, sim, reabrir essa discussão para estabelecer, efetivamente, o que é ou não carreira de Estado. Algumas delas são claramente carreiras de Estado; outras podem ser ou não, a depender do convencimento que se estabeleça na discussão.

Há o episódio relatado pelo Líder do Governo, que, para nós, pesa. Polícia Militar fora e Polícia Civil dentro? Parece-me que isso seria danoso para a convivência entre as duas corporações ao longo do trabalho que ambas têm de fazer em conjunto pela segurança pública. Entendo que temos de trabalhar um estatuto único para as duas polícias; isso me parece justo.

Ainda que V. Ex<sup>a</sup> tenha uma emenda sobre isso, Senadora Heloísa Helena, tenho o compromisso claro de não votar. Por isso vim falar daqui; por isso não falei de lá. Vim falar daqui, porque me sinto melhor; posso olhar a todos e simplesmente optar, depois da meditação que realizei, com base nos meus compromissos partidários e na audiência que fiz à minha Bancada; posso, portanto, tomar uma decisão transparente, que reflète um mandato que é livre.

Às vezes, o processo de decisão impõe torturas, dificuldades, dores, penas, mas as decisões têm de ser tomadas. Chegou o momento da decisão, e a que estou tomando é esta, com clareza e sem “habilidades”, pois nós pesamos, medimos e entendemos que este deveria ser o voto do PSDB: entendo um ou outro que queira discrepar, mas a orientação muito clara é no sentido de respaldarmos o relatório do Senador Rodolpho Tourinho, que abre espaço – enquanto se discute o que é ou não carreira de Estado – para que se estabeleçam, nos Estados, os tetos.

Portanto, é exatamente isso, Sr. Presidente, sem alegria, até com dor, mas com a consciência de que, neste momento, é o que me era dado fazer. Volto a dizer a V. Ex<sup>a</sup> que conversei com diversos grupos e a todos eu disse a mesma coisa, referindo-me ao que seria a inoportunidade deste momento, ao que seria o provável resultado que será estampado, daqui a pouco, no painel. A todos disse uma coisa só, uma só palavra, uma só linguagem.

Vejo Senadores pedindo apartes, mas sinto que não posso concedê-los, não é, Sr. Presidente? Não posso conceder apartes. Sem dúvida, os que pedem terão ocasião de falar.

Enfim, é uma hora de decisão. A decisão oficial do PSDB está tomada e é clara: pelo respaldo ao relatório do Senador Rodolpho Tourinho, e, portanto, votando não à propositura do nosso respeitável, querido e eminente Senador Romeu Tuma.

Muito obrigado.



**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PL – RJ)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Darei a palavra, pela ordem, a todos, com muita satisfação. Eu queria apenas que os Srs. Líderes orientassem suas Bancadas para que pudéssemos abrir o painel.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – É o que estou querendo fazer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Senador José Agripino, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, o autor do destaque é um digno representante dos quadros do Partido da Frente Liberal. A posição do Partido é refletida, embora condoída, é verdade.

Ao longo desses últimos dois meses, fui alvo de inúmeros questionamentos por parte de Governadores – do meu Partido e de outros –, que fazem apelos candentes, que querem se dar bem com os auditores fiscais, com os policiais. Não há nenhuma razão para S. Ex<sup>as</sup> se indisporerem com essas categorias, que são grandes prestadoras de serviço à sociedade que dirigem. E fazem um apelo candente no sentido de que não aproveamos as matérias que deixam as carreiras de Estado na posição que elas pleiteiam. É uma posição dura, mas que tem de ser tomada.

Gostaria de apresentar uma proposta diferente da que o Senador Aloizio Mercadante expôs. Conversei com o Senador Romeu Tuma, consultando sobre a proposta de remessa dessa e de outras matérias constantes de destaques à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para um debate mais refletido. Em princípio, a posição de S. Ex<sup>a</sup> não é favorável, por uma razão que é convincente: a de que isso impedirá a promulgação, a sanção da Emenda nº 8, que aprovamos por unanimidade, e que significa, na verdade, o grosso das conquistas pelas quais tanto pugnamos.

O que desejo fazer? Ouvi, ao longo do tempo, a opinião de Governadores e recebi, com todo o respeito, no meu gabinete e nos corredores, grupos de representantes dos servidores; recolhi os argumentos com toda a consideração. Penso que é preciso, Senador Arthur Virgílio, um cotejo refletido. Queria, portanto, fazer uma proposta aos Líderes.

Vamos ter de votar essa matéria, para definir a PEC paralela de uma vez por todas; não podemos procrastinar. Definitivamente, não podemos procrastinar. Mas não podemos também apenas considerar a opinião dos Governadores, sem ouvir os argumentos das categorias que aqui estão. Seria o caso de nós, os Líderes, tomarmos o compromisso de partirmos para a elaboração de uma nova PEC, que consultasse as reivindicações dessas categorias que consideramos

carreiras de Estado, para que, sob a nossa responsabilidade, o argumento fosse colocado de parte a parte para que pudéssemos avançar – com o compromisso real das Lideranças – no rumo de uma coisa refletida, pensada, avaliada. Quanto isso custa? Custa “x”. O Estado pode arcar? Pode ou não? Se não puder, paciência. Não vamos quebrar o Estado, mas também não vamos negar às categorias o direito de reivindicar e ver suas reivindicações refletidas e consideradas.

Dito isso, Sr. Presidente, afirmo que a decisão do PFL é a de abrir questão. Eu não poderia jamais fechar questão, vendo a posição do Senador Romeu Tuma, por quem todos nós temos enorme consideração, desrespeitada ou desprestigiada. A matéria é questão aberta. Pessoalmente, vou acompanhar o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senadora Heloísa Helena, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Peço a palavra pela Liderança do PDT, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Darei, com muito prazer.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (Bloco/PTB – RR) – Sr. Presidente, também peço a palavra pela Liderança do PTB.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PSB.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Darei a palavra a todos. No entanto, pediria, mais uma vez, a simplificação da orientação para que possamos, como consequência disso, abrir o painel. Esta é uma votação importante, que depende de **quorum** qualificado. Talvez a delonga não colabore com o resultado que muitos querem.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Tenho a palavra, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra, V. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, este é um debate extremamente importante, porque, de fato, envolve a concepção de Estado que cada Parlamentar tem. É evidente que, como é complexo e introduz elementos ideológicos, programáticos, filosóficos, não vamos dar conta dele totalmente agora.

Respeito muito a postura dos Governadores, não há nenhum problema. O Governador do meu Estado também ligou, não para me pedir o voto, porque já sabia qual era, mas para saber como estava a correlação de forças no plenário, porque S. Ex<sup>a</sup> tem uma preocupação muito grande comigo. Mas, para mim, há

uma coisa muito objetiva: os Governadores passam, e o Estado brasileiro fica.

Por isso, esse é o debate que temos de fazer. É importante primeiro dizer àqueles que acham que o Governo Federal não tem compromisso com o tema que ele tem sim. O Governo Federal pode auxiliar os Governadores a resolver o problema de suas finanças combatidas. Os Governadores, ao invés de estarem conspirando contra os interesses das categorias, deveriam estar em marcha a Brasília, para exigir do Governo Federal a diminuição da taxa de juros, porque cada vez que aumenta a taxa de juros, para engordar a pança dos banqueiros, aumenta o volume da dívida, o que compromete mais ainda a receita líquida real para pagar juros e serviços da dívida.

É importante também dizer que não existe pacto imediato, até porque, para que houvesse aumento do salário das categorias, precisaria que seus respectivos Governadores encaminhassem uma mensagem à Assembléia Legislativa dando conta do aumento salarial.

Portanto, o Governo Federal tem responsabilidade. Ele pode diminuir a taxa de juros, diminuir o montante da dívida, repactuar a dívida pública dos Estados e Municípios, que, cada vez mais, não estão tendo condições nem de melhorar as condições de trabalho dos trabalhadores no setor público, nem de fazer investimentos. Isso pode, sim, ser feito.

É importante também dizer que as que estão sendo contempladas são categorias cujas atividades são exclusivas do aparelho de Estado. Elas não podem ser terceirizadas, a outros não podem ser delegadas essas funções. É impossível. Não se pode delegar a função do aparelho do Estado dos Militares, dos Civis, dos Bombeiros, dos Auditores, do Fisco, dos Delegados ou dos Defensores Públicos. Não existe essa delegação. Não pode ser feita. Ela é da natureza do Estado brasileiro. Portanto, é essencial que elas possam ser incorporadas. É essencial.

Queria eu também que estivéssemos aqui votando – espero que a Câmara conserte isso – para as professoras, para os outros trabalhadores do setor público, especialmente as professoras, as trabalhadoras da educação que ficaram de fora, mesmo tendo sido incluídas na Câmara. Portanto, o Governo Federal pode ajudar, pode auxiliar os Municípios, diminuir a taxa de juros, repactuar a dívida pública dos Estados e Municípios. E não tem aumento. Para existir aumento, precisa que o Governador encaminhe uma mensagem para a Assembléia Legislativa aumentando os salários. O Senador Rodolpho Tourinho e vários outros Senadores têm uma concepção e uma compreensão de aparelho

de Estado completamente distinta da minha. Respeito isso. Fora disso, é delonga, é discurso político.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores já podem votar.

No entanto, continuarei dando a palavra aos Líderes, como fizemos anteriormente, e, em seguida, darei a palavra pela ordem a todos os Senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Mozarildo Cavalcanti, para orientar sua Bancada.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (Bloco/PTB – RR) – Sr. Presidente, no PTB a questão está em aberto. Pessoalmente, votarei a favor do destaque.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Delcídio Amaral.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, a Bancada do PT fechou questão pelo “não”. Portanto, o voto da Bancada do PT é “não”; questão fechada da Bancada com relação ao destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Jefferson Péres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Sr. Presidente, na ausência do Líder Osmar Dias, cabe a mim orientar a Bancada do PDT.

Responsavelmente, Sr. Presidente, responsavelmente o PDT fecha questão em torno do voto “sim”. Por que responsavelmente, Sr. Presidente? Porque, como já foi dito aqui exaustivamente, estamos votando um teto e não um piso.

O que há por trás disso, na verdade? Os Governadores querem ficar na posição cômoda, fixar um teto baixo para dizerem aos delegados, aos fiscais, aos militares: “Eu gostaria muito de dar esse reajuste a vocês, mas não posso porque já foi atingido o teto constitucional”. Com o teto mais alto, eles não podem ter esse discurso, Sr. Presidente, eles têm de dizer claramente aos reivindicantes: “Eu não vou dar o aumento a vocês porque tenho outras prioridades”. É com essa impopularidade que eles não querem arcar. Mas, então, eles sejam homens públicos, porque homem público tem que ter a coragem de ser impopular, não se respaldando num teto constitucional para não dar aquilo que, na verdade, não querem dar.

Por isso, por sabermos que não vamos quebrar as finanças de Estado nenhum, até porque é um teto da Lei de Responsabilidade Fiscal, Sr. Presidente, o PDT recomenda o voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Senador Tasso Jereissati.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Da-

rei a palavra a todos.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Sr.

Presidente, Srs. Líderes, eu gostaria de pedir a atenção do Senador Aloizio Mercadante, do Senador José Agripino, inclusive da Senadora Heloisa Helena também, porque tenho uma PEC em andamento na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cujo relator é o Senador Demóstenes Torres, na qual colocamos em discussão a questão das polícias militar e civil, se é objeto constitucional a separação obrigatória das polícias, que haja obrigatoriamente uma polícia militar e uma polícia civil. Propomos nessa PEC a desconstitucionalização com o objetivo de, no futuro, fazer-se uma polícia única, como é em toda parte do mundo. Sei que isso é uma discussão polêmica, mas é uma discussão, do ponto de vista do sistema de segurança, inadiável neste País.

Estamos propondo que essa discussão seja levada a efeito nessa PEC que já está tramitando na CCJ, cujo relator é o Senador Demóstenes, de maneira profunda. Não existe, por parte de ninguém, nenhum desapareço. Pelo contrário, a maior admiração pela polícia, pelos delegados e por todos aqueles que a compõem, o entendimento de que é uma carreira de Estado. No entanto, é impossível fazer-se isso sem se discutir a questão da polícia militar também, é praticamente impossível. Então, que nesse PEC possamos até discutir um novo estatuto, um novo plano de cargos e salários, dentro de uma visão de uma nova polícia, de uma nova concepção, abrangendo todas as carreiras de uma forma muito mais profunda do que a que estamos discutindo hoje.

É essa a nossa proposta, de maneira que não possamos passar por um problema tão grave, de uma maneira superficial, olhando apenas um lado do problema. Qual é a preocupação dos Governadores que existe aqui? O choque, o impacto que terá sobre as contas e as finanças dos Estados.

Estamos olhando, simplesmente, sob esse aspecto. Do outro lado, os delegados estão olhando, simplesmente, sob o lado de ter isonomia com as outras carreiras jurídicas. E essa questão é muito mais abrangente.

O que estamos propondo é que, como já existe uma PEC em andamento, que essa questão seja discutida na sua total abrangência nessa PEC em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Eduardo Azeredo.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Sr.

Presidente, Srs. Senadores, a minha intervenção vai na mesma linha da do Senador Tasso Jereissati,

Estamos discutindo, na verdade, duas questões: uma, a das carreiras de Estado, das carreiras jurídicas em que os delegados têm toda razão pela sua formação, os auditores também; a outra, a do teto. Por que as duas estão juntas?

Na época em que discutimos aqui a reforma da Previdência, cheguei inclusive a apresentar uma proposta de que tivéssemos subteto único, em que os Três Poderes tivessem o mesmo subteto, não ter a diferenciação entre os três. Isso não foi possível.

Agora, temos uma realidade. Vamos ser sinceros, esse problema só surgiu porque existe um teto do Judiciário mais alto do que o teto do Executivo. Esse problema não surgiria se não fosse isso.

A proposta do Senador Tourinho mostra o caminho, deixa claro para os Governadores que eles poderão colocar subtetos diferenciados, subtetos intermediários. E essa é a posição que o Senador Aloizio Mercadante colocou aqui, da nossa conversa com o Governador Aécio Neves. É a posição de Minas Gerais. O salário do Governador é de R\$10.500,00, que é o teto do Executivo, mas S. Ex<sup>a</sup> está disposto a mandar uma proposta intermediária para a assembléia e que contemple, de maneira adequada, a parte final de algumas carreiras, como a dos delegados e a dos auditores.

É o que gostaria de colocar aqui. Vamos discutir carreira de Estado, sim. As carreiras de natureza jurídica são importantes. Os delegados têm razão. Os policiais militares têm razão em querer a isonomia com a Polícia Civil. Não é razoável que a Polícia Civil tenha uma carreira com salários mais elevados do que a Polícia Militar. No entanto, este não é o momento de se discutir isso.

Estamos discutindo o teto, cujo caminho é proposto pelo Senador Rodolpho Tourinho, para que cada Estado tenha um teto diferenciado. O Piauí poderá ter um teto menor do que Minas Gerais, já que tem menores condições financeiras. Minas Gerais poderá ter um teto menor que São Paulo, o Estado mais rico do País. Precisamos ter o que, realmente, a realidade demonstra.

Por isso, Sr. Presidente, esta posição, explicando a postura do Governador Aécio Neves, que não está contra carreira alguma. Há um tratamento adequado para cada momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PL – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vamos ouvir inicialmente o Senador Marcelo Crivella, que há muito pede a palavra pela ordem.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PL – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para anunciar, rapidamente, que se encontram em nosso plenário todos os representantes do Movimento de Consciência Negra no Brasil.

Está aqui conosco também o Netinho, que é um líder desse movimento. (Palmas.) Ele vem nos visitar e dar um abraço em V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em nome do Senado Federal, agradeço as honrosas presenças dos representantes do Movimento de Consciência Negra, como também a do cantor Netinho. Ficamos felizes e honrados com suas visitas. Agradeço também a gentileza dos Senadores Marcelo Crivella e Paulo Paim. Estamos felizes, satisfeitos e, como disse, honrados.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, além de saudar o Netinho e toda a delegação, registro a presença do Deputado Estadual Sebastião Almeida, de São Paulo, do PT de Campinas, que faz parte desse grupo da Consciência Negra. Estão inaugurando o primeiro canal de TV aberto, dirigido a esse público que construiu esta Nação e que tem um patrimônio cultural e uma contribuição a todos os valores fundamentais do povo brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a presença também do nobre Deputado que nos visita. É uma honra muito grande.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** (PSDB – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Eduardo Siqueira Campos, concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup> pela ordem.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** (PSDB – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, declaro, em primeiro lugar, que sempre respeitei todas as vezes em que meu Partido fechou questão sobre determinada matéria. Sr. Presidente, desde Deputado Federal, nunca coloquei uma assinatura numa CPI para retirá-la depois. Por isso, penso para fazer. Fiz com as categorias compromisso. Entendo ser legítima a causa. Compreendo também a posição dos governadores, mas, pior, no meu entendimento, Sr. Presidente, é desprestigiar as carreiras que estão em questão.

Por essa razão, voto favoravelmente ao destaque do Senador Romeu Tuma.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. HÉLIO COSTA** (PMDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra V. Ex<sup>a</sup>, Senador Demóstenes Torres.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Senador Tasso Jereissati faz uma ponderação interessante. Qual foi a ponderação de S. Ex<sup>a</sup>? S. Ex<sup>a</sup> apresentou uma proposta de emenda à Constituição que desconstitucionaliza as polícias, possibilitando aos Estados que quiserem, inclusive, fazer com que as polícias possam unir-se, transformando-se em uma única. Ou seja, se a União, até hoje, não conseguiu fazer a unificação, abre-se espaço para que o Estado que quiser e tiver condições possa fazê-lo. Isso, naturalmente, não impede que possamos votar já o teto diferenciado para policiais, tanto civis quanto militares.

O chamado subteto é uma excrescência. Existe um subteto para os Municípios com base no salário dos prefeitos; outro, para os Estados, com base no salário dos governadores. Isso possibilita que, no Brasil, existam mais de cinco mil subtetos diferentes.

E mais: os governadores e prefeitos recebem salários políticos. Quantos governadores, demagogicamente, não reduzem seus salários? O salário de um policial ficará jungido à vontade do governador? O policial não poderá mais planejar sua vida? Não só o policial, mas o funcionário público comum, vai comprar uma casa e não pode comprá-la a prestação. Por quê? E se o próximo governador diminuir seu próprio salário, estabelecendo-o como teto? E isso é constitucional!. Então é absurdo. Não há qualquer propósito. Ademais, adotando-se um subteto, isso não significa que o policial civil ou militar ganhará no teto.

Então, a preocupação do Senador Eduardo Azevedo já está absolutamente completa. Se o Piauí quiser pagar R\$3 mil, Minas Gerais quiser pagar R\$5 mil, e São Paulo quiser pagar R\$8 mil, não haverá problema algum. Se forem aprovadas as emendas do querido Senador Romeu Tuma e da Senadora Heloísa Helena – primeiro, a do Senador Romeu Tuma, depois, a da Senadora Heloísa Helena –, tanto a Polícia Civil quanto a Polícia Militar estarão contempladas nesse teto de Ministro do Supremo Tribunal Federal, o que é justo, correto e plenamente viável.

Não há possibilidade alguma de esse teto ter impacto em folha. O que o governador não quer é resistir à pressão, e governador foi feito para resistir à pressão. Como diz o Senador Jefferson Péres, não



tem de dar desculpa; tem de enfrentar a situação. E o teto é justo. Se promotor tem, se juiz tem, por que policial militar e policial civil não podem ter o mesmo teto de Ministro do Supremo Tribunal Federal? É justo, é lógico, é correto.

Por isso, votarei favoravelmente à emenda da Senadora Heloísa Helena e, agora, à do Senador Romeu Tuma.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Demóstenes Torres.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

**O SR. HÉLIO COSTA** (PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, assim como o Senador Romeu Tuma e a Senadora Heloísa Helena, apresentei também destaque para votação em separado no que diz respeito exatamente ao inciso XI deste artigo que estamos discutindo.

Reporto-me inicialmente ao discurso da Senadora Heloísa Helena e, depois, ao discurso que acaba de ser feito pelo Senador Demóstenes Torres, porque o voto “sim” de um e de outro representa, na realidade, a preocupação que também temos de que este Plenário, esta Casa do Congresso Nacional, não assuma a responsabilidade dos governadores. A lei é muito clara e não está autorizando aumento de salário de ninguém, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, mas está deixando uma porta, um caminho. Lá na frente, se o governador assim entender, poderá enviá-la à assembleia legislativa; se tiver a aprovação dos deputados estaduais, depois, poderá sancionar esta lei. Aí sim, ele estará autorizando o aumento.

O que se faz aqui hoje não é autorização de aumento. Estamos apenas reconhecendo uma carreira, principalmente daqueles que estão especificados, sim, dentro do que foi aprovado na Câmara dos Deputados. Nós temos aqui rigorosamente a relação de todos. Citamos, especificamente, os delegados de polícia, os advogados, os agentes fiscais tributários do Estado, do Distrito Federal, organizados em carreira.

Agora, parece-me que o acordo feito, aqui no Senado Federal, não passou pelo acordo da Câmara. Este é o texto da Câmara dos Deputados, que, ao chegar ao Senado, no acordo feito na Liderança do Senado, eliminou essa frase da lei, tirou esse pedaço do texto.

A minha emenda, ou seja, a proposta que faço de votação em separado, tem uma vantagem sobre a emenda do Senador Romeu Tuma, porque ela tem de voltar à Câmara. Ela volta à Câmara. Pode-se, evi-

dentemente, na Câmara, incluir-se a Polícia Militar, de fato e de direito. Nós devemos rever esse texto lá, na Câmara.

Não passa por nossa cabeça, em nenhum momento, Sr. Presidente, a idéia de que vamos perder a oportunidade de atender a reivindicação da classe simplesmente porque os Srs. Governadores pediram para votarmos contra. Digo isso com todo o respeito aos Governadores, porque, afinal de contas, não estamos dando aumento; estamos abrindo um caminho, uma porta para que se possa fazer isso no futuro.

Vou deixar para discutir, no momento em que estivermos com a votação da Emenda nº 07, pelo Destaque nº 10, a questão da Polícia Militar, para falarmos sobre a cumulatividade de salários.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador José Maranhão.

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, aqui foi tomado como argumento fundamental para combater essa emenda a posição dos Governadores. A mim me parece, porém, que os Governadores estão centrados numa questão muito mais política do que econômica, financeira dos Estados. Vou votar favoravelmente, apesar dos anúncios de que a emenda não passa, por uma questão de compromisso e por uma questão de consciência.

Se aprovássemos essa emenda, segundo os Governadores, as administrações estaduais se inviabilizariam. Acontece que não estamos aqui votando salário; estamos votando apenas um teto. O que os Governadores não querem mesmo é o desconforto, como disse aqui o Senador Jefferson Peres, de discutir com as categorias, na hora em que se lhes apresentarem as reivindicações, se o Estado pode ou não pode, se convém ou não convém, na visão de cada administração, a concessão de um aumento.

Por isso, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, resolvi votar favoravelmente à emenda, porque não quero discriminar as categorias. Temos de reconhecer todas as categorias em igualdade de condições. Se os Governadores estão ou não estão satisfeitos com a nossa posição, se querem transferir para nós, inclusive, o ônus político de negar esse direito, aí é outra história. Em minha visão, a questão para eles é muito mais política do que econômica.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Juvêncio da Fonseca.

**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PDT – MS) – Sr. Presidente, meu partido já fechou questão com

o voto “sim”, mas quero me manifestar em função dos argumentos que estão se repetindo aqui, argumentos absurdos.

O Senador José Maranhão quase me tirou o discurso: como é que se podem transferir as aflições do Governador para esta Casa. Nós é que ficaríamos aflitos para justificar às categorias, que estão aí, por que elas não foram incluídas nesse projeto. Quer dizer que quem manda aqui é Governador de Estado?

Ainda pergunto o seguinte: foram ouvidos os nove Governadores que já adotaram o subteto? Não foram ouvidos. Foram ouvidos aqueles que têm mais medo político das categorias e não aqueles que estão em busca de uma solução social para as categorias.

Também faço uma proposta. Foi colocado aqui o seguinte: que o projeto inclui a Polícia Civil e exclui a Militar. Por que não se estabelece a paridade entre o salário do delegado e o salário do coronel? Coronel ganha muito mais do que delegado. O PM, coitadinho, o soldado, sofre, mas aqueles qualificados da PM, os coronéis aposentados e os coronéis da ativa, estão ganhando muito mais do que um delegado de polícia.

Temos de acabar com a farsa desta declaração, segundo a qual, periclitam as finanças dos Estados. O que temos nós a ver com a má gestão dos Estados? Neste País está periclitando o salário do trabalhador; está periclitando, isto sim, a economia nacional em razão dessas benesses dos juro exorbitantes que pagamos. Isso sim! Vamos acabar com a farsa e dizer sim à emenda do Senador Romeu Tuma, um homem de sensibilidade que representa muito bem o seu Estado, não só por sua história, mas por sua postura moral aqui dentro desta Casa.

Voto “sim” e, graças a Deus, o PDT fechou questão no particular.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Antonio Carlos Valadares. Em seguida, darei a palavra a todos os que a solicitam.

Faço um apelo para que os Srs. Senadores compareçam ao plenário pois estamos fazendo uma votação importante.

Senador Antonio Carlos Valadares.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Câmara dos Deputados, por meio dos partidos majoritários, pronunciou-se favoravelmente a uma emenda que é hoje objeto de destaque do nobre e eminente Senador Romeu Tuma. O que deseja

o Senador Romeu Tuma é restabelecer, restaurar o que a Câmara dos Deputados, por meio de mais de quatrocentos parlamentares, conseguiu aprovar naquela Casa.

Não entendo essa falta de sintonia – estou fazendo uma crítica democrática, pois o Senado é outra Casa – entre as lideranças dos diversos partidos que compõem a Câmara dos Deputados e as lideranças do Senado Federal.

O meu partido, por exemplo, Sr. Presidente, o PSB, votou favoravelmente a essa emenda. Por que aqui vou votar contra? Para atender os Governadores? Não vou atender os Governadores; vou atender o imperativo da minha consciência. Se esta Casa fosse como o Senado russo, que é composto dos governadores das províncias, aí sim, os governadores poderiam mandar, poderiam desfazer o que a Câmara fez. Somos uma casa representativa da Federação, é bem verdade, mas não somos obrigados – não existe nada na Constituição nesse sentido – a votar de acordo com a vontade dos Governadores de Estado.

Eu já fui Governador, tenho o maior respeito pelos Governadores e quero o respeito deles. E o respeito que eu exijo dos Governadores é que não me coloquem como ignorante, como analfabeto, como uma pessoa que não entende de nada e vota de acordo com a platéia. Só porque delegados, agentes fiscais, e advogados estão aqui vou votar em determinado sentido? Não. Eu vou votar de acordo com a minha consciência, e quero que os Governadores me respeitem porque eu os respeito. Afinal de contas, repito, já fui governador e nunca pressionei o Senado, nunca pressionei a Câmara dos Deputados para, apresentando argumentos falsos, conseguir que votassem determinada matéria.

Vejam o primor de documento que foi apresentado ao nobre Relator. Aliás, quero abrir parênteses, Sr. Presidente: este Relator, que é da Bahia, o Senador Rodolpho Tourinho, é um homem sério e, acima de tudo, sincero, porque S. Ex<sup>a</sup> colocou aqui o que os Governadores pensam, mas o pensamento destes, além de errado, não tem unanimidade.

Eles dizem, em resumo:

Se aprovado, o novo texto pode significar um panorama de grandes dificuldades para as administrações estaduais, com conseqüências sobre a ordem econômica do País; os Erários estaduais ficarão impossibilitados de cumprir as determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal...

Tudo isso, Sr. Presidente, é para quem não entende. Mas, para nós que entendemos, isso é uma grande mentira. Não passa de um besteiro. E não é besteiro do relator, que é um homem sério. S. Ex<sup>a</sup> tinha

que colocar aqui, neste documento, no seu parecer, o que os Governadores pensam, mas acredito que o relator não vai pensar que vamos acreditar que as administrações estaduais vão entrar em polvorosa, e que os Governadores serão obrigados a dar aumento de qualquer maneira.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Para terminar, Sr. Presidente, em nível de Governo Federal, o referencial, o teto é quem? É o Ministro do Supremo. E o Presidente da República vai dar um aumento fora da Lei de Responsabilidade Fiscal? De forma nenhuma! Não é isso que querem os delegados, não é isso o que querem os agentes fiscais. E, quanto à polícia militar, isso pode ser corrigido no próximo destaque da Senadora Heloísa Helena.

Até quero agradecer ao nobre Líder do PT, Delcídio Amaral, que agiu com muita elegância ao dizer que fechou questão na Bancada do PT, mas não fechou questão na Bancada do Bloco, do qual eu faço parte. Por isso, Sr. Presidente, voto de acordo com minha consciência. Quero ressaltar, neste instante, a lisura, a honradez do relator, mas não concordo, de forma alguma, com o documento dos Governadores. Afinal de contas, isto aqui não é um tribunal russo.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Antonio Carlos, pela ordem.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, penso que V. Ex<sup>a</sup> tem sido extremamente bondoso, porque quando o Senador já votou não tem por que falar depois. Se já deu o seu voto, não tem por que falar depois.

Outra coisa a se dizer é a seguinte: se querem agradar aos advogados, não precisam ofender à polícia militar, que isso eu não permito, acho um desaforo. Conseqüentemente, V. Ex<sup>a</sup> deve fazer a votação e não dar a palavra a quem já votou, para atacar Governadores, que são também representantes do povo tanto quanto são os Senadores.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Peço a compreensão da Casa. Realmente, não é regimental esse debate. Por exemplo, já concedi a palavra, pela ordem, ao Senador Mozarildo Cavalcanti...

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Só para uma re-

tificação. É que anunciei, como Líder, que o voto estava aberto na minha Bancada e que eu iria votar “sim”.

Ocorre que, após o meu anúncio, reunimo-nos e resolvemos, a Bancada em peso, fechar questão e votar “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra pela ordem à Senadora Ideli Salvatti e, depois, ao Senador Heráclito Fortes. E vou encerrar a votação.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, é claro que já declarei o meu voto, mas como estava sendo debatido também me inscrevi, porque tenho o entendimento de que a votação que vamos realizar agora é uma votação que incide sobre uma questão que todos gostaríamos que acontecesse. Mas dependendo do resultado dessa votação, não vai acontecer. E é isso que é importante deixar claro.

Se aprovarmos a Emenda nº 7, não iremos promulgar todos os 14 pontos aprovados, porque vai haver alteração no texto e terá que voltar para a Câmara.

Então, todo o debate que está aqui colocado, inclusive considero que o encaminhamento é muito responsável, no sentido como foi feito na lógica de rejeitarmos para poder encontrar uma saída, para que todos esses assuntos que são pertinentes, importantes e relevantes possam ter continuidade e uma solução de encaminhamento de votação, inclusive retornando para a Câmara o máximo possível. No entanto, com a negativa da Emenda nº 7, podemos promulgar os 14 pontos e beneficiar a todos que nos propusemos: as donas-de-casa, a questão de um ano a mais de trabalho um ano a menos de contribuição; isso é que é importante que seja promulgado. Assim, se não rejeitarmos a Emenda nº 7, não promulgaremos. Essa é a questão.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero justificar aqui o meu voto. Duas coisas que não gosto de fazer: a primeira é contrariar orientação de Líder do meu Partido e, a segunda, é quebrar palavra. Assumi um compromisso de que votaria atendendo à reivindicação dos policiais militares e vou honrar esse voto.

E fico na maior tranquilidade porque o Governador do meu Estado não me procurou, não recebi nenhum telefonema de S. Ex<sup>a</sup>, até porque lhe falta autoridade para tratar da questão de custos com o servidor público no Estado. Se a máquina do Estado do Piauí está inchada é por contratações feitas para atender a compromissos locais. Não é essa a questão. De forma que quero deixar claro que o meu voto é um voto de

compromisso assumido e fiquei muito confortado ao ter comunicado ao Líder do meu Partido a minha posição, e ele ter-me deixado à vontade para o voto.

Muito obrigado.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Magno Malta, vou encerrar a votação, mas antes V. Ex<sup>a</sup> está pedindo a palavra. Assim, ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a exemplo de todos os oradores que se pronunciaram e dentro do que me é direito, quero reafirmar, com a categoria, aquilo que lhes havia prometido por consciência. Reafirmo também que não sou movido à platéia. Sou liderado pela minha consciência e pelo entendimento mais claro e primário de que não estamos fazendo aumento de salário, mas, tão-somente, votando aqui no senti-

do de poder contemplar tanto as categorias, porque poderemos fazer inclusão das polícias na emenda da Senadora Heloísa Helena, que será a segunda a ser votada, como a todos os interessados.

Quanto à discussão com o seu Governador, fico muito a cavaleiro também, porque não recebi nenhum telefonema do Governador, tratando desse assunto comigo. Reafirmo isso porque assinei compromisso, como muitos o fizeram, até porque a vida diz que aquilo que é combinado não é caro.

Por isso, reafirmo o meu voto, no fechamento de questão do meu Partido, pelo voto “sim”, e por conta da liderança da minha consciência sobre as minhas atitudes.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência vai encerrar a votação e proclamar o resultado.

*(Procede-se à votação nominal pelo sistema eletrônico.)*

## VOTAÇÃO NOMINAL

### Senado Federal

#### INCISO XI DO ART. 37, DA PEC 77-A/2003 (1º TURNO)

INCISO XI DO ARTIGO 37, DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 77-A, DE 2003 - REDAÇÃO APROVADA PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS - PARA QUE CONSTE DO TEXTO A SER PROMULGADO

Num. Sessão: **1** Num. Votação: **15** Abertura: **30/6/2005 14:00:35**  
Data Sessão: **30/6/2005** Hora Sessão: **10:00:00** Encerramento: **30/6/2005 14:37:53**

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	SIM	PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	SIM
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	NÃO	PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	SIM	PP	DF	VALMIR AMARAL	SIM
Bloco-PT	PA	ANA JULIA CAREPA	NÃO	PMDB	RR	WIRLANDE DA LUZ	SIM
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	NÃO				
Bloco-PSB	SE	ANTONIO CARLOS VALADARES	SIM				
PSDB	AM	ARTHUR VIRGILIO	NÃO				
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM				
PFL	BA	CÉSAR BORGES	NÃO				
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	NÃO				
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	NÃO				
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	SIM				
PFL	MA	EDISON LOBÃO	SIM				
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	NÃO				
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	SIM				
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	NÃO				
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	NÃO				
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	SIM				
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	NÃO				
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	NÃO				
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	SIM				
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	SIM				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	NÃO				
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	SIM				
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	SIM				
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	SIM				
PFL	PI	HERACLITO FORTES	SIM				
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	NÃO				
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	SIM				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	NÃO				
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	SIM				
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	SIM				
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	SIM				
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	SIM				
PSDB	GO	LUCIA VÂNIA	SIM				
PMDB	PA	LUIZ OTAVIO	NÃO				
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	SIM				
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	SIM				
PFL	PE	MARCO MACIEL	NÃO				
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	SIM				
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	SIM				
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	SIM				
PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM				
Bloco-PPS	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	NÃO				
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	NÃO				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	NÃO				
PMDB	MS	PAMEZ TEBET	SIM				
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	NÃO				
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	NÃO				
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	NÃO				
PFL	SP	ROMEU TUMA	SIM				
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	SIM				
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	NÃO				
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	SIM				
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	NÃO				
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	NÃO				

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : **34**  
Votos NÃO : **26** Total : **60**  
Votos ABST. : **00**

  
Primeiro Secretário



**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 34 Srs. Senadores; e, NÃO, 26.

Não houve abstenções.

Total: 60 votos.

Rejeitado, portanto, a expressão destacada pelo Senador Romeu Tuma. Fica prejudicado o Requerimento nº 736, de 2005.

É a seguinte a declaração de voto encaminhada à Mesa:

### DECLARAÇÃO DE VOTO

Senhor Presidente,

Comunico a V. Ex<sup>a</sup>, que o meu voto ao inciso XI do art. 37 da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003, com a redação aprovada pela Câmara dos Deputados, destacado pelo Requerimento nº 735, é Sim, que deixei de registrar no painel eletrônico de votação.

Sala das Sessões, 30 de junho de 2005. – **Efraim Morais**.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votação da Emenda nº 7, do Relator (texto que retorna à Câmara), ressalvados os destaques ontem aprovados.

Os Srs. Líderes poderão orientar as suas Bancadas, mas apenas orientar as suas Bancadas.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> permitiria que eu agradecesse aos que concorreram, os 36 que votaram a favor, e deixar bem claro que, em hipótese alguma, deixamos de fora a polícia militar. Eles não foram colocados na Câmara e, aqui, tentamos recompor na emenda da Senadora, que eu assinei, juntamente com o Senador Hélio Costa e todos que a apresentaram.

Portanto, só gostaria de deixar isso claro e agradecer, cumprimentar o Senador Rodolpho Tourinho pela compreensão e pela liberdade com que pudemos conversar para avanço da nossa proposta.

Muito obrigado, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a Emenda nº 7, que é a Emenda do Senador Rodolpho Tourinho, quero lembrar à Casa que, se aprovada, retornará à Câmara dos Deputados.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, o PMDB deixa a questão em aberto.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Delcídio Amaral.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, o PT e o Bloco de Apoio ao Governo votam “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PT e o Bloco de apoio ao Governo votam

“sim”, pela aprovação da Emenda nº 7, proposta pelo Relator Rodolpho Tourinho.

Indago ao Relator se deseja fazer uso da palavra, se considera que há alguma explicação a ser dada à Casa. (Pausa.)

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores já podem votar.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, posso orientar a Bancada?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, eu o faço por solicitação do novo membro, Senador Sérgio Guerra.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, do mesmo jeito que o Senador Romeu Tuma, quero agradecer a todos os que se esforçaram para viabilizar o mecanismo. No caso da Polícia Militar e dos Bombeiros, ainda será votada a minha emenda, mas é evidente que, pela pressão dos Governadores, já se imagina o que poderá acontecer.

Parabenizo a luta de todas as categorias que se empenharam. A luta ainda não terminou. Apenas uma batalha foi perdida, mas muitas outras virão. A emenda voltará para a Câmara, caso não se aprove também aqui a minha emenda, que trata da Polícia Militar e dos Bombeiros.

Sei que é muito doloroso, sei que é constrangedor, sei que é mais constrangedor ainda quando os senhores conhecem quais os Senadores que assinaram as emendas e depois não honraram as suas assinaturas aqui. Sei que todos respeitam muitos dos votos “não” que foram dados, porque foram aqueles que não se comprometeram, mas sabemos também qual é o significado disso.

Então, para todas as categorias, levo a certeza de que apenas uma batalha foi perdida e de que muitas outras virão. Na Câmara dos Deputados, vamos nos empenhar também. Os Senadores Romeu Tuma, Hélio Costa, Leonel Pavan, Antonio Carlos Valadares, todos nos empenharemos muito mais, para que possamos retomar essa conquista bela e legítima de vocês na Câmara, que, infelizmente, para tristeza de todos nós, o Senado derrotou. Mas é apenas uma batalha perdida. Na Câmara, continuará a discussão.

É bom porque todo mundo viu o que aconteceu. Tem-se de fazer pressão nos Governadores, para evitar os argumentos fraudulentos. Temos de pressionar todas as organizações, para que possamos, mais uma vez, alterar a matéria na Câmara dos Deputados.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer um apelo a todos os Senadores para votarem esse artigo. Não quero nem entrar no mérito do voto favorável ou contrário à matéria. Cada um que vote com a sua consciência! Mas, se obstruirmos essa votação, derrubaremos, inclusive, aquela que foi votada por unanimidade. Por quê? Porque vai cair a sessão e não teremos votado, em segundo turno, a Emenda nº 8, que contempla todos os pobres.

Peço que votem, porque, se não houver **quorum**, não votaremos, em segundo turno, a Emenda nº 8, do Senador Rodolpho Tourinho, que contempla todos os pobres.

Não estou entrando no mérito: “sim”, “não” ou “abstenção”. Por favor, vamos votar! Caso contrário, todo esforço será desnecessário e vai se fazer o jogo daqueles que não queriam a PEC paralela. É fazer o jogo de quem nunca quis a PEC paralela! Qual é a intenção? Não promulgar nem sequer a Emenda nº 8. Quero só alertar que a intenção é não promulgar a Emenda nº 8.

Acredito que todos temos o compromisso de permitir que V. Ex<sup>a</sup> promulgue a Emenda nº 8.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Paulo Paim, V. Ex<sup>a</sup> tem absoluta razão. É importante que todos votem para não derrubar o **quorum**, a fim de que possamos, se for a vontade da Casa, dos Líderes partidários, concluir o segundo turno da Emenda nº 8. É importante essa advertência do Senador Paulo Paim.

Tem a palavra o Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, a Liderança do PSDB pede a presença em plenário de todos os Senadores do Partido e orienta no sentido de respaldarem, pelo voto “sim”, o relatório consistente do Senador Rodolpho Tourinho.

Então, o PSDB pede a presença dos seus Senadores, e sua Liderança recomenda, enfaticamente, o voto “sim” a mais esse dispositivo do competente e consistente relatório do Senador Rodolpho Tourinho.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, perdemos, e é duro perder. Mas a vida continua. Quanto à Emenda nº 7, alguns diriam: vamos derrubar, vamos negociar. Mas ela tem a paridade das pensionistas que, naquele regime da transição, poderão receber o mesmo aumento do pessoal da ativa.

Dessa maneira, com esse argumento, encaminho o voto “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, para orientar a Bancada.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – O PTB vota “sim” e lamenta que tenhamos perdido a votação de destaque anterior.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PTB vota “sim”.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino

**O SR. JOSÉ AGRIPINIO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero fazer um apelo aos Senadores do PFL que estejam fora do plenário para que venham aqui, porque estamos com 42 votos apenas. E vejam bem: a aprovação dessa Emenda nº 7 significa uma conquista para os pensionistas, que passam a gozar dos benefícios, da paridade e da integralidade. A Emenda nº 7 contempla os pensionistas. É uma coisa boa, mas só será aprovada, se merecer 49 votos “sim”. Não há no painel nem 49 votos, entre os “sim” e os “não”.

Então, com a recomendação do voto “sim” a essa emenda, em nome dos pensionistas, a quem desejamos beneficiar, peço aos Senadores do PFL que venham ao plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – É importante que os Srs. Senadores que se encontram em outras dependências da Casa compareçam ao plenário, para que haja **quorum** e para que possamos votar, em segundo turno, a Emenda nº 8, proposta pelo Senador Rodolpho Tourinho. Como consequência do encaminhamento adotado pelo Senado, faremos a promulgação rapidamente.

Faço um apelo às Sr<sup>as</sup> Senadoras e aos Srs. Senadores que estão em outras dependências da Casa, no cafezinho e nos gabinetes, para que venham ao plenário.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um alerta sobre algo que eu nem tinha percebido e que a Assessoria me lembra. Essa emenda trata da paridade dos pensionistas, ela é muito importante. Nós a tínhamos aprovado no Senado, a Câmara a retirou, e o Senador Rodolpho Tourinho a introduziu novamente. Então, está assegurada aqui a paridade dos pensionistas.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex<sup>a</sup> tem absoluta razão. Na verdade, foi a paridade que inspirou a própria PEC paralela. Colocamos outras questões também de interesse dos servidores públicos, mas o que inspirou a PEC paralela, na verdade, foi a paridade. Foi por meio da paridade que começamos a discuti-la.

Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Garibaldi Alves Filho.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes da votação anterior, o Senador José Agripino, falando a respeito do pleito dessas categorias, afirmou que poderia ser feito um estudo mais aprofundado a respeito dessas reivindicações, levando em conta um cotejo entre a situação financeira dos Estados e, claro, o que as categorias estavam postulando.

Depois desse resultado, que trouxe um desalento para as categorias, creio que poderia ser feita uma comissão, sob a inspiração dos Líderes – e é isso o que peço ao Senador José Agripino –, no sentido de que haja esse debate, já que se falou muito rapidamente a respeito dessas questões. Nós sabemos que cada Estado tem uma realidade. Temos de observar que, hoje, os Estados vivem uma situação de penúria. Mas há Estados que vivem uma situação melhor e outros que vivem uma situação de deterioração das suas finanças. Assim, seria o caso de se examinar tudo isso.

Sr. Presidente, nós, que votamos “sim” na votação anterior, queremos que agora se diga “sim” a essa reflexão mais aprofundada a respeito dos problemas da Polícia Militar, dos advogados, dos auditores fiscais, daqueles que realmente têm uma responsabilidade muito grande na condução dos negócios de Estado.

Portanto, fica aqui, Sr. Presidente, esse apelo.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Sérgio Zambiasi, com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, reforço o apelo feito pelo nosso querido companheiro, Senador Paulo Paim, de que precisamos, para ver aprovada essa emenda, que é um compromisso assumido quando da elaboração da PEC paralela, de 49 votos “sim”. Isso tem um valor muito especial. Queremos chamar a atenção de todos, porque, eventualmente, algum companheiro ou companheira pode ter votado pela abstenção ou votado “não”, e isso pode causar um enorme prejuízo àquelas pessoas que contribuíram uma vida inteira com o seu trabalho no serviço público e que, não vendo aprovada a emenda, serão seriamente prejudicadas.

Apelo para que consigamos o fenômeno da primeira votação, que é, quem sabe, concluir a Emenda nº 7 com a sua aprovação unânime.

Muito obrigado.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – Com a palavra, V. Ex<sup>a</sup>, Senador Magno Malta.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro

lugar, quero conclamar a Bancada do PL, que apesar de pequena, não está completa, falta o Senador Aelton Freitas, a quem apelo para que venha ao plenário, porque é importantíssima a votação da Emenda nº 7.

Quero também corroborar a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho, até porque perguntar não ofende – e quem é indouto tem de perguntar mesmo –, e pergunto se V. Ex<sup>a</sup>, por uma iniciativa da Mesa, não poderia de fato efetivar ou recomendar aos Líderes que constituíssem essa comissão no sentido de estudar a possibilidade sugerida pelo Relator, Senador Rodolpho Tourinho, no sentido de buscar uma nova PEC para a inclusão das carreiras de Estado. (Pausa.)

Esse balançar de cabeça de V. Ex<sup>a</sup> significa o quê?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – Significa que estou recolhendo a sugestão de V. Ex<sup>a</sup> e vou pedir aos Líderes partidários que façam as indicações para que possamos constituir essa comissão para estudar a possibilidade que V. Ex<sup>a</sup> sugere.

Muito obrigado.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra, Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHAES** (PFL – BA. Pela ordem.) – Apenas para dizer que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania não pode ficar alheia a esse assunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Senador Antonio Carlos Magalhães, em boa hora, lembra que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania não pode ficar alheia. Portanto, a recomendação é que se compatibilizem os esforços não para que uma comissão substitua a outra, não é isso – sabemos da precedência, da importância e da palavra final, do ponto de vista da constitucionalidade e da juridicidade, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania –, mas no sentido de criar uma alternativa para que possamos dar respostas à sociedade.

Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estamos nos aproximando do final da votação, ainda que tenhamos um segundo turno. Mas quero cumprimentar, sobretudo, aqueles que tanto se empenharam, como os Senadores Paulo Paim, Rodolpho Tourinho, Tião Viana, e todas as Lideranças, para que estivéssemos votando hoje a fase final desta PEC paralela.

Cumprimento também V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, e destaco o empenho de todos os Senadores sobretudo por um aspecto, qual seja, que, diante das Comissões

Parlamentares de Inquérito em funcionamento nesse período, nós, aqui, no Senado Federal, continuamos a votar proposições de grande relevância, atendendo, assim, ao próprio apelo do Presidente Lula de que o Congresso Nacional continuasse a trabalhar e que as próprias investigações em andamento sobre assuntos graves não sejam em prejuízo da continuidade dos nossos trabalhos no Congresso Nacional.

Informo ainda, Sr. Presidente, que, enquanto estamos nesta sessão votando a PEC paralela, no Palácio do Planalto, foi feito o anúncio, por parte do Presidente Lula e do Ministro Waldir Pires, da Controladoria-Geral da República, de medidas da maior relevância para prevenção e combate à corrupção, como o decreto instituindo o Sistema de Corregedoria do Poder Executivo Federal; o decreto instituindo as sindicâncias patrimoniais; o projeto de lei para criminalização do

enriquecimento ilícito, que é de grande importância e que poderá ser aperfeiçoado por nós, aqui, no Congresso Nacional; e ainda o decreto instituindo o Portal da Transparência, que se torna um instrumento muito adequado para que todos nós, Congressistas, e qualquer cidadão brasileiro possamos acompanhar de perto como são realizados os gastos do Governo Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Peça a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou encerrar a votação e proclamar o resultado. Em seguida, darei a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

(Procede-se à votação nominal pelo sistema eletrônico.)

## VOTAÇÃO NOMINAL

### Senado Federal

#### EMENDA Nº 7 - TEXTO QUE RETORNA À CÂMARA - PEC 77-A/2003 (1º TURNO)

EMENDA Nº 7 (DO RELATOR), À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 77-A, DE 2003, EM PRIMEIRO TURNO. TEXTO QUE RETORNA À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Num. Sessão: **1**  
Data Sessão: **30/6/2005**

Num. Votação: **16**  
Hora Sessão: **10:00:00**

Abertura: **30/6/2005 14:40:52**  
Encerramento: **30/6/2005 14:58:10**

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	SIM	PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	SIM
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	SIM	PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	SIM
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	SIM	PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	SIM	PP	DF	VALMIR AMARAL	SIM
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	SIM	PMDB	RR	WIRLANDE DA LUZ	SIM
PFL	BA	ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	SIM				
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM				
PMDB	MA	ANTÔNIO LEITE	SIM				
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	SIM				
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM				
PFL	BA	CÉSAR BORGES	SIM				
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	SIM				
Bloco-PT	MS	DELCIDIO AMARAL	SIM				
PFL	GO	DÊMÓSTENES TORRES	SIM				
PFL	MA	EDISON LOBÃO	SIM				
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	SIM				
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	SIM				
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	SIM				
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	SIM				
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	SIM				
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	SIM				
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	SIM				
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	SIM				
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	SIM				
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	SIM				
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	SIM				
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	SIM				
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	SIM				
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	SIM				
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	SIM				
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	SIM				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPIANO	SIM				
PFL	PE	JOSÉ JORGE	SIM				
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	SIM				
PDT	MS	JUVENCIO DA FONSECA	SIM				
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	SIM				
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	SIM				
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	SIM				
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	SIM				
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	SIM				
PFL	PE	MARCO MACIEL	ABST.				
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	SIM				
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	SIM				
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	SIM				
PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM				
Bloco-PPS	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	SIM				
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	SIM				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM				
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	SIM				
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	SIM				
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	SIM				
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	SIM				
PFL	SP	ROMEU TUMA	SIM				
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	SIM				
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	SIM				
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	SIM				

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : **60**  
Votos NÃO : **00** **Total : 61**  
Votos ABST. : **01**

  
Primeiro-Secretário



**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 60 Srs. Senadores; não houve voto NÃO.

Houve uma abstenção apenas.

Total: 61 votos.

Aprovada a Emenda nº 7, na forma do parecer do Senador Rodolpho Tourinho. (Palmas.)

É a seguinte a declaração de voto encaminhada a Mesa.

### DECLARAÇÃO DE VOTO

Sr. Presidente, comunico a V.Exª, que meu voto à Emenda nº 7, do Relator, oferecida à Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003, é “sim”.

Sala das sessões, 30 de junho de 2005. – **José Sarney**.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Já concederei a palavra a V. Exª pela ordem.

Em votação a Emenda nº 9, de Plenário.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma retificação. Apareceu no painel como eu tendo votado “abstenção”. Minha intenção – aliás, seguindo orientação de meu Líder – era no sentido de votar “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – A Mesa registrará o voto de V. Exª, Senador Marco Maciel, com muita satisfação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação a Emenda nº 9, de Plenário, destacada pelo Requerimento nº 737, de 2005, da Senadora Heloísa Helena.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, Senadora Ideli Salvatti.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora) – Queríamos apenas fazer o registro – parece-me que é também a intenção do Senador Leonel Pavan – de que estamos recebendo a visita da princesa e da rainha da 19ª Festa da Marejada, do Município de Itajaí, Santa Catarina, cidade de colonização portuguesa. A Marejada é uma festa portuguesa que ocorre no Estado de Santa Catarina e

faz parte das festividades do mês de outubro. Ocorrerá de 7 a 23 daquele mês, no Município de Itajaí, movida aos bons produtos vindos do fundo do mar catarinense, que animam toda aquela festa. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – Agradecemos, felizes e honrados também, a presença neste plenário da rainha e da princesa, que representam, sem dúvida, a beleza da mulher brasileira e catarinense.

Senador Leonel Pavan, V. Exª tem a palavra.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, é claro que, primeiramente, quero endossar as palavras da Senadora Ideli Salvatti em relação à rainha e à princesa.

Mas queria deixar registrada uma questão, Sr. Presidente. Essa emenda, sem tirar o mérito e o objetivo maior, já que a Senadora Heloísa Helena tem aparecido como autora da emenda, quero apenas acrescentar que também sou autor dessa emenda. Nós a assinamos em conjunto. Até comentamos, a Senadora Heloísa Helena e eu, que buscamos o voto, um a um, para essa emenda. Há dias estamos trabalhando nisso, e esperamos que esse esforço seja aqui reconhecido pelos Srs. Senadores.

Não se trata de corrigir. É acrescentar. A emenda tem como autores a Senadora Heloísa Helena e o Senador Pavan.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena, nos termos do art. 300, XVII, do Regimento Interno.

Mais uma vez, faço um apelo à Casa para que possamos simplificar o processo de votação.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é evidente que essa emenda foi elaborada não apenas pelo Senador Pavan e por mim. Para ser construída, para ser apresentada, ela precisou da assinatura de mais de 50 Parlamentares, para que pudéssemos aprová-la. Há muitos Parlamentares com quem tentei muito conversar; o Senador Romeu Tuma tentou muito também, assim como os Senadores da Bahia – ainda na primeira votação – e o Senador Lobão.

Temos a concepção de que o aparelho de Estado é essencial para atender os pobres. É muito fácil falar as palavras “pobres”, “oprimidos” e “marginalizados”. Mas quem atende os pobres, os oprimidos e os marginalizados, na área de segurança pública, é a Polícia Militar e a Polícia Civil.

Muitos podem ter o carro blindado, podem dar segurança ao filho, podem ter uma firma de vigilância na porta de casa, mas a grande maioria da população brasileira necessita da Polícia Militar, da Polícia Civil e do aparato de segurança pública. Precisa disso. E, para que esse trabalho seja viabilizado com as condições de dignidade, são essenciais a melhoria das condições de trabalho e das condições salariais.

Muitas vezes, nós, que militamos na área de direitos humanos, queremos mudar a formação da Polícia Militar e da Polícia Civil, para evitar que ela funcione simplesmente como um instrumento de combate à pobreza, mas sabemos que, muitas vezes, o policial militar e o policial civil moram na favela e não têm condições de oferecer uma vida digna para os seu filho; moram perto do crime organizado, como já denunciou muitas vezes o Senador Marcelo Crivella. Ele está morando lá, pertinho! Ele está vendo que, muitas vezes, o seu filho, a sua esposa ou o seu esposo – quando se trata de uma mulher policial militar – estão sendo submetidos ao risco constante.

Se existem problemas de promiscuidade com o crime organizado, mantemos as estruturas e os mecanismos internos para controlar e evitar a promiscuidade. Mas o que é inaceitável, absolutamente inaceitável, é que seja desprezado o aparato de segurança pública como mecanismo essencial, absolutamente essencial, para se garantir melhores condições de vida para a população mais pobre do nosso País.

É por isso que pedimos que todos os Senadores votem essa emenda, para que possamos introduzir no debate a Polícia Militar. A Polícia Civil não ficará de fora, porque a emenda volta à Câmara e, portanto, todos poderão ser reincorporados.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra aos Srs. Líderes para orientar as suas Bancadas.

É importante que possamos avançar no calendário da votação.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, se me permitir, pela ordem.

Só quero fazer um apelo aos Líderes: todo mundo já tem consciência da matéria. Vamos votar porque, senão, caso não votemos em segundo turno a PEC, anula-se todo o esforço que V. Ex<sup>a</sup> e todos os Senadores fizeram. Vamos votar a matéria. Todo mundo já tem consciência dos votos.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Eduardo Siqueira Campos.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** (PSDB – TO) – O painel, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vamos abrir o painel. As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores já podem votar.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** (PSDB – TO) – Sr. Presidente, pretendo me utilizar deste tempo não para atrasar a votação, mas para anunciar que, nesta votação, vou seguir a mesma posição que mantive na emenda que tinha por objetivo as carreiras dos delegados, do Fisco.

Sr. Presidente, digo, com muita tranquilidade, que o Governador do meu Estado não me ligou. Ele não me ligou porque está constrangido, Sr. Presidente, certamente, por manter sete parentes, em primeiro grau, apenas na condição de secretário – e secretário extraordinário; por ter colocado mais de 40 parentes em segundo e em primeiro graus. Bastava que ele não tivesse todos esses parentes empregados, que, certamente, poderíamos implantar a justa reivindicação das categorias.

Mais do que isto, Sr. Presidente: o Governador se reúne com 15 líderes do interior, um outro dia. O **Diário Oficial** publica 15 nomeações. Ou seja, o Tocantins, que, durante anos, primou pela responsabilidade fiscal, sempre pagou e honrou em dia os seus compromissos, estaria em ótimas condições. Cada Estado tem a sua peculiaridade. O nosso Estado, Sr. Presidente, sempre primou pela folha baixa, pelo alto índice de investimento, mas, infelizmente, não é o que está acontecendo.

Portanto, talvez tenha sido por isso que o Governador não tenha me ligado, pelo seu constrangimento em relação ao que vem fazendo com o Estado.

Mas vamos dar aqui, não só à PM quanto aos delegados, mais uma vez, a nossa demonstração de que estamos com eles nessa justa reivindicação.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (Bloco/PBT – RR) – Sr. Presidente, para encaminhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Mozarildo, para orientar.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (Bloco/PBT – RR) – A Bancada do PTB votará “sim”.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, o PMDB continua com a questão em aberto. Eu vou votar “sim”, mas a Bancada do PMDB está liberada.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Senador Ney Suassuna vota “sim” e abre a questão na Bancada.

Senador Osmar Dias.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu lhe darei a palavra, Senador Tuma.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Sr. Presidente, o PDT, sendo coerente com a votação da Emenda nº 8, vota “sim” também nesta emenda da Senadora Heloísa Helena e do Senador Leonel Pavan.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (PL – RJ) – Sr. Presidente, para orientar.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Crivella, como vota o PL?

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (PL – RJ) – O PL vota “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PL vota “sim”.

Senador José Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, pelas mesmas razões aqui expostas, por ocasião da votação da emenda do Senador Romeu Tuma, abro a questão no PFL, porque há posições divergentes.

Eu, pessoalmente, acompanho o Relator, o Senador Rodolpho Tourinho, e recomendo o voto “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Mercadante.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pelas mesmas razões já debatidas anteriormente, o Governo encaminha o voto do Relator, o voto “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Delcídio.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – A Bancada do PT, questão fechada, vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, vou ser bem rápido.

Quero prestar minha homenagem à Polícia Militar e aos Senadores que conosco trabalharam para corrigir um lapso da Câmara em não incluir as Polícias Militares na aprovação da PEC paralela.

A Senadora Heloísa Helena colocou perfeitamente a situação dos PMs. Senadora, vi esposas de PMs dizendo que, por morarem em áreas onde a bandidagem tem uma predominância, elas são obrigadas a lavar a roupa do seu companheiro, do seu marido, do seu filho ou do seu irmão na pia da cozinha e secá-la atrás da geladeira, porque, se alguém percebe a farda

pendurada lá fora, os policiais, sem dúvida, são mortos, sem nenhuma explicação.

Então, esse é um risco permanente, e temos que dar dignidade de trabalho aos policiais, sejam civis ou militares. E os governadores não estão fazendo questão disso. Eles pensam que pôr mais polícia na rua resolve a situação, mas se esquecem de que cada policial tem família, tem a sua dignidade e tem que ser respeitado para poder prestar o brilhante serviço que presta à sociedade.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senadora Heloísa, para orientar a Bancada.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (PSOL – AL) – Para orientar a Bancada, Excelentíssimo, ilustríssimo Sr. Presidente!

Sei. Até já fico imaginando qual será o resultado da votação, porque todos aqui conversam, se conhecem e já se pode imaginar.

Então, vamos prestar uma homenagem aos bombeiros, aos policiais militares, do mesmo jeito que para as outras categorias. A luta continua.

Já perdi muitas coisas na vida. Muitas! Coisas que nem imaginei que ia perder! Já perdi muitas coisas na vida, mas o mais importante é não perder a vergonha na cara, o amor no coração, a dignidade e a capacidade de lutar.

Portanto, a minha homenagem aos bombeiros, à Polícia Militar e a todas as outras categorias que lutaram tanto e que, com certeza, vão continuar lutando muito mais, porque a emenda volta para a Câmara e, lá, inicia-se uma outra batalha.

Então, o Senador Geraldo Mesquita e eu, a nossa humilde Bancada do P-SOL, agradecemos de coração a todos os outros Senadores, além do Senador Pavan e da Senadora Lúcia Vânia, que nos auxiliaram para que pudéssemos apresentar essa emenda.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Peço às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que compareçam ao plenário.

Pergunto se todos já votaram. Se todos já o fizeram, vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

Mais uma vez peço às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que compareçam ao plenário, pois estamos em processo de votação.

*(Procede-se à votação nominal pelo sistema eletrônico.)*

## VOTAÇÃO NOMINAL

## Senado Federal

## EMENDA Nº 9-PLEN, À PEC 77-A/2003 (1º TURNO)

EMENDA Nº 9-PLEN (DESTACADA PELO REQUERIMENTO DA SENADOR HELOISA HELENA), À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 77-A, DE 2003). EM PRIMEIRO TURNO.

Num.Sessão: 1 Num.Votação: 17 Abertura: 30/6/2005 15:04:54  
Data Sessão: 30/6/2005 Hora Sessão: 10:00:00 Encerramento: 30/6/2005 15:12:04

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	SIM	<i>Presidente: RENAN CALHEIROS</i>			
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	SIM				
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	NÃO				
PSDB	PR	ALVARO DIAS	SIM	<b>Votos SIM : 33</b>			
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	ABST.	<b>Votos NÃO : 21</b>			
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM	<b>Votos ABST. : 01</b>			
PMDB	MA	ANTÔNIO LEITE	SIM	<b>Total : 55</b>			
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	NÃO				
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM				
PFL	BA	CÉSAR BORGES	NÃO				
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	NÃO				
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	NÃO				
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	SIM				
PFL	MA	EDISON LOBÃO	SIM				
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	NÃO				
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	SIM				
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	SIM				
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	SIM				
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	NÃO				
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	NÃO				
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	NÃO				
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	NÃO				
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	SIM				
P-SOL	AC	GERALDO MÉSQUITA JÚNIOR	SIM				
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	SIM				
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	SIM				
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	SIM				
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	NÃO				
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	NÃO				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	NÃO				
PFL	PE	JOSÉ JORGE	NÃO				
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	SIM				
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	SIM				
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	SIM				
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	SIM				
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	NÃO				
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	SIM				
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	SIM				
PFL	PE	MARCO MACIEL	NÃO				
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	SIM				
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	SIM				
PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM				
Bloco-PPS	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	NÃO				
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	NÃO				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM				
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	SIM				
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	NÃO				
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	NÃO				
PFL	SP	ROMEU TUMA	SIM				
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	SIM				
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	SIM				
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	NÃO				
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	SIM				
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM				
PMDB	RR	WIRLANDE DA LUZ	SIM				

  
Primeiro-Secretário



**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 33 Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores; e, NÃO, 21.

Houve uma abstenção.

Total: 55 votos.

Rejeitada a emenda de nº 9.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação a Emenda nº 10, de Plenário, destacada pelo Requerimento nº 738, do Senador Hélio Costa.

Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa, nos termos do art. 300, XVII, do Regimento Interno.

**O SR. HÉLIO COSTA** (PMDB – MG. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a emenda a que se refere a votação de destaque em separado que apresento cobre dois aspectos específicos com relação ao inciso XI do art. 37.

Lamentavelmente, a primeira parte da minha emenda foi derrotada, na medida em que propunha o retorno ao texto da Câmara dos Deputados para poder incluir o reconhecimento da carreira, com o correspondente salário correto, dos delegados de Polícia, dos advogados e dos agentes fiscais tributários dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira.

Infelizmente, na votação da proposta do Senador Romeu Tuma, essa parte da minha emenda ficou prejudicada. Ainda assim, insisto na posição que assumi anteriormente, de que não se tratava – e não se trata – de aumento de salário específico imediato, porque os Governadores teriam que assumir a posição, primeiro, de mandar para a Assembléia esse assunto, que lá seria aprovado. Depois, então, o Governador poderia, se quisesse, fazer o aumento de salário.

Infelizmente, essa proposição ficou prejudicada.

A segunda proposição que faço, dentro da mesma emenda e do destaque que solicitei, diz respeito à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos. Há impossibilidade de se obter isso, ou seja, a soma total dos proventos. O relatório do Senador Tourinho, lamentavelmente, impede isso e eu queria fazer uma observação sobre essa questão.

Na verdade, estamos confundindo duas coisas que não podem ser confundidas: pensão e salário ou proventos.

A pensão é um direito. O trabalhador paga, durante a vida inteira, para ter direito à pensão. Se ele morre, a pensão é da sua mulher e dos seus filhos.

Ele pagou por essa pensão. Ele contribuiu para essa pensão. Não é salário. Quando se obtém um salário e a pessoa está aposentada, esse salário também paga, ele também contribui. Então, essas duas coisas não podem ser confundidas, mas estão sendo, na medida em que o §11º diz: “aplica-se o limite fixado no art. 37, inciso XI, à soma total dos proventos da inatividade”. Então, eu não posso juntar as duas coisas.

Agora, vejam o exemplo que vou dar: uma professora ganha R\$600 por mês, tem dez filhos e um marido que ganha R\$900 mensais. Este morre e deixa para ela uma pensão de R\$900 – vamos imaginar, hipoteticamente, que ele tenha deixado o total da sua pensão. A professora, com dez filhos e ganhando R\$600, tem o direito de receber uma pensão do marido, de R\$900, mas não pode receber R\$1,5 mil. Ela só pode receber os R\$900.

Estamos nivelando todos, na realidade, supondo que todo funcionário público ganha R\$22 mil, R\$23 mil ou R\$27 mil por mês. Não é verdade.

Da mesma forma cometemos outra injustiça, porque um delegado em Minas Gerais, Estado que tem um déficit zero, ganha, no começo de carreira, R\$3,2 mil. No final da carreira, Sr. Presidente, R\$4 mil.

Por essa razão, estou aqui, insistentemente, defendendo essa posição, não só dos delegados, mas também dos fiscais e daqueles todos que contribuem. São funcionários públicos que precisam, sim, de atenção especial dentro dessa reforma que estamos fazendo.

Aquilo tudo que for possível revermos, ainda na Câmara dos Deputados, ou então a proposta que fiz no primeiro discurso que aqui pronunciei nesses termos, Sr. Presidente, ainda está em tempo de levarmos à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Essa proposta teria, inclusive, a participação do próprio Relator, Senador Rodolpho Tourinho, que conhece muito bem o assunto e fez um belíssimo, sem dúvida nenhuma, muito bem preparado relatório, podendo contribuir, com a sua inteligência e capacidade, para encontrarmos caminhos que corrijam essas distorções e injustiças cometidas contra algumas das classes de funcionários públicos deste País.

Sr. Presidente, ainda é tempo, porque essa emenda que estou pedindo que seja aprovada pode corrigir a injustiça que se faz, no momento, contra aqueles que são aposentados, têm uma outra função qualquer e, lamentavelmente, não podem somar seus proventos, porque esta lei não aceita isso.

Vou dar um outro exemplo: imaginem um oficial da Polícia Militar que esteja, neste momento, reforma-

do, com um salário que não é lá essas coisas, porque todo mundo sabe que funcionário público, neste País, com exceção de uma pequena elite, não ganha coisa nenhuma. Ele vai trabalhar na instituição que apóia, que defende os interesses dos aposentados da Polícia Civil ou Militar, mas não pode somar os proventos à sua aposentadoria.

Assim, perde-se o interesse de se participar dessas instituições, pois ninguém quer trabalhar de graça. Hoje, nesses institutos, trabalham-se 10 ou 15 horas por dia e é necessária a permanente presença do diretor daquele funcionário específico do setor. Então, mais uma vez, estamos cometendo essa injustiça.

Esse é o problema de fazermos as coisas a toque de caixa. Todas essas leis são mandadas para a Câmara dos Deputados, que gasta os 45 dias. Depois, quando chegamos aqui, ficamos atrasados.

Da mesma forma, a Câmara levou meses para aprovar a PEC paralela. Agora, quando ela chega aqui, deve ser votada a toque de caixa, correndo, no último dia de sessão legislativa: ou se aprova hoje ou vai-se prejudicar o funcionário, porque não há paridade, não tem isso, não tem aquilo.

Sr. Presidente, ainda há tempo. Devemos voltar, no segundo semestre, com o compromisso de rever esses pontos que não foram adotados, que não foram aceitos no relatório do ilustre Senador Rodolpho Tourinho.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores poderão orientar suas Bancadas.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – O voto é “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, a Bancada do PT vota “não”.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, sem querer ser chato e já sendo, apelo às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores votarmos celeremente, pois, pelo que entendi, esse é o último destaque de votação. Depois votaremos, o que é mais importante, o segundo turno da PEC paralela. Se a aprovarmos em segundo turno, ela será promulgada de imediato.

Portanto, é o apelo que faço a V. Ex<sup>as</sup>, inclusive para que suspendam seus votos, se possível, para encerrarmos este semestre com chave de ouro, sob a coordenação de V. Ex<sup>a</sup> e do Relator Rodolpho Tourinho.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Informo à Casa que ainda temos mais duas emendas a votar para completarmos o primeiro turno. Só depois é que votaremos a PEC em segundo turno. Portanto, mais uma vez, é importante simplificarmos o processo de votação. (Pausa.)

Mais uma vez apelo às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que se encontram em outras dependências da Casa ser fundamental as presenças de S. Ex<sup>as</sup> em plenário, porque teremos esta e mais duas votações para concluirmos o primeiro turno da votação da PEC paralela. Só então poderemos iniciar a votação em segundo turno.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores já podem votar.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, o PFL acompanha o acordo e vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PFL acompanha o acordo e vota “não”.

Senador Ney Suassuna, como vota o PMDB?

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – O PMDB continua com a questão em aberto. A Bancada pode deliberar por si só.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PMDB continua com a questão em aberto.

Senador Marcelo Crivella, como vota o PL?

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PL – RJ) – O PL vota “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PL vota “sim”. É a recomendação do Senador Marcelo Crivella.

É importante a participação de V. Ex<sup>as</sup>, pois, ainda teremos, depois desta votação nominal, evidentemente, mais duas.

Todos já votaram? Vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra para orientar a Bancada.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Arthur Virgílio, tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra para orientar a Bancada.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, o PSDB recomenda o voto “não” para manter o compromisso que julga justo de dar suporte ao Relatório consistente e competente do Senador Rodolpho Tourinho.

Vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

*(Procede-se à votação nominal pelo sistema eletrônico.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 26 Srs. Senadores; e, NÃO, 25. Não houve abstenção.

Total: 51 votos.

Rejeitada a Emenda nº 10, do Senador Hélio Costa.

É a seguinte a declaração de voto encaminhada à Mesa.

### DECLARAÇÃO DE VOTO

Sr. Presidente, comunico a V.Ex<sup>a</sup> que meu voto à Emenda nº 10 – PLEN, de autoria do Senador Hélio Costa, oferecida à Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003. é “sim”.

Sala das sessões, 30 de junho de 2005. – **José Sarney.**

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votação, em globo, das Emendas nºs 1 e 3, do Relator (supressivas).

A Presidência esclarece que são emendas supressivas. Assim, quem vota “sim” aprova as emendas e as suprime do texto da PEC paralela, acompanhando, evidentemente, o Relator Rodolpho Tourinho.

Repito: quem vota “sim” aprova as emendas e as suprime automaticamente do texto da PEC paralela, acompanhando o nobre Relator.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Líderes, se desejarem, poderão orientar suas Bancadas.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores já podem votar.

Peço disponibilizar o painel.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – O PMDB vota “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PMDB vota “sim”.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra, para orientar a Bancada.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral para orientar a Bancada.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, o PT e os Partidos da Base de Apoio ao Governo votam “sim”, acompanhando o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PT recomenda o voto “sim”, com o Relator.

Concedo a palavra, para orientar a Bancada, ao Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, o PSDB recomenda o voto “sim”, com o Relator.

**O SR. JOSÉ AGRIPINIO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, o PFL vota com o Relator. Vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PSDB e o PFL votam também com o Relator. Senador Marcelo Crivella, como vota o PL?

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, o PL acompanha a Base do Governo e vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PL vota “sim”.

Senadora Heloísa Helena, como vota o P-SOL?

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Vota “sim”, porque já não existe mais nenhuma alternativa. Estamos votando “sim” até para possibilitar que haja as correções necessárias na Câmara dos Deputados; correções que vão desde as carreiras exclusivas do Estado até os professores e os trabalhadores na educação, que ficaram fora, em função da infâmia imposta pelos Governadores em deixarem de olhar o que pagam para encher a pança dos banqueiros, deixando os trabalhadores do setor público numa situação como essa.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – O PDT vota “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PDT vota “sim”. É a recomendação do Senador Osmar Dias.

Encerrada essa votação, haverá a votação, em segundo turno, da PEC paralela.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Ney Suassuna.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, ainda teremos sessão do Congresso hoje?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Ainda teremos duas votações no primeiro turno.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Sim. Mas, depois, teremos sessão do Congresso?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Já tive oportunidade de dizer a alguns Líderes que a sessão do Congresso foi convocada para às 13 horas e não pôde acontecer exatamente pela coincidência de sessões na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Como temos feito até agora, convidarei os Líderes partidários para que façamos outra reunião a fim de decidirmos que procedimento adotar, o que fazer. Tão logo concluamos esse processo de votação, combinarei uma hora para conversar com os Líderes partidários a fim de resolvermos esse impasse. A sessão do Congresso Nacional se realiza apenas se não houver sessão da Câmara ou no próprio Senado. Assim, para resolvermos o impasse, é importante ouvir os Srs. Líderes e também o Presidente da Câmara dos Deputados.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Ficamos ao aguardo da convocação de V. Ex<sup>a</sup>. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Farei a convocação ainda para hoje, a fim de que possamos conversar, Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

Vou encerrar a votação.

*(Procede-se à votação nominal pelo sistema eletrônico.)*



## VOTAÇÃO NOMINAL


## Senado Federal

## EMENDAS NºS 1 E 3, (SUPRESSIVA) À PEC 77-A/2003 (1º TURNO)

Num.Sessão: 1  
Data Sessão: 30/6/2005

Num.Votação: 19  
Hora Sessão: 10:00:00

Abertura: 30/6/2005 15:26:37  
Encerramento: 30/6/2005 15:31:49

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	SIM	<b>Votos NÃO : 00 Total : 52</b> <b>Votos ABST. : 00</b>			
Bloco-PT	SP	ALOÍZIO MERCADANTE	SIM				
PSDB	PR	ALVARO DIAS	SIM				
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	SIM				
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM	Primeiro-Secretário			
PMDB	MA	ANTÔNIO LEITE	SIM				
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	SIM				
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM				
PFL	BA	CÉSAR BORGES	SIM				
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	SIM				
Bloco-PT	MS	DELÍCIO AMARAL	SIM				
PFL	MA	EDISON LOBÃO	SIM				
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	SIM				
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	SIM				
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	SIM				
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	SIM				
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	SIM				
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	SIM				
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	SIM				
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	SIM				
P-SOL	AC	GÉRALDO MESQUITA JÚNIOR	SIM				
PMDB	MG	HELIO COSTA	SIM				
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	SIM				
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	SIM				
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	SIM				
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	SIM				
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	SIM				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM				
PFL	PE	JOSÉ JORGE	SIM				
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	SIM				
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	SIM				
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	SIM				
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	SIM				
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	SIM				
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	SIM				
PFL	PE	MARCO MACIEL	SIM				
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	SIM				
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	SIM				
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	SIM				
PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM				
Bloco-PPS	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	SIM				
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	SIM				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM				
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	SIM				
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	SIM				
PFL	SP	ROMEU TUMA	SIM				
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	SIM				
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	SIM				
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	SIM				
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	SIM				
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM				
PMDB	RR	WIRLANDE DA LUZ	SIM				

Presidente: RENAN CALHEIROS

**Votos SIM : 52**

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 52 Srs. Senadores. Não houve votos contrários.

Não houve abstenções.

Total: 52 votos.

Aprovadas, portanto, as emendas supressivas, na forma do parecer do nobre Relator.

As declarações de voto encaminhadas à Mesa vão à publicação no local adequado.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, acabei não votando e quero registrar meu voto, se possível.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Ata registrará a intenção de voto de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A matéria aprovada constará da Ordem do Dia da próxima sessão, para a primeira sessão de discussão, em segundo turno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 741, DE 2005**

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requero sejam prestadas pelo Senhor Ministro da Saúde, Dr. Humberto Costa, informações sobre quais as ações realizadas pelo Ministério da Saúde com o intuito de se detectar possíveis falhas na execução do projeto de combate à dengue no Município de Boa Vista – RR.

Requero ainda que seja informado o montante de recurso alocado naquele município destinado ao referido projeto.

#### **Justificação**

Este ano, a população de Roraima e, sobretudo, a população do Município de Boa Vista foi assolada por uma epidemia de dengue preocupante, com um aumento considerável em relação ao ano de 2004.

Segundo dados do Diretor de Endemias do Estado, Dr. James Rodrigues, Roraima experimentou neste ano um aumento de 42% nas notificações de dengue, sendo que destes mais de 90% dos novos casos estão na Capital Boa Vista.

Reforçam a urgência das informações, bem como indica a necessidade de ações concretas do Ministério da Saúde, o Decreto nº 6.463, de 27 de junho de 2005, do Governo do Estado de Roraima que “Declara estado de calamidade pública no setor hospitalar do Estado de Roraima e dá outras providências” afim

de se evitar dano potencial à saúde da população daquele Estado.

No dia 22 de junho do ano fluente, proferi discurso no plenário do Senado Federal denunciando a situação calamitosa no Município de Boa Vista e no dia 23 encaminhei ofício ao Ministro da Saúde solicitando informações.

Diante do silêncio do Ministro da Saúde, faço uso deste expediente afim de que as informações requeridas sejam prestadas pelo titular daquela pasta ministerial.

Sala das Sessões, 30 de junho de 2005. – **Mozarildo Cavalcanti**.

(À Mesa para decisão.)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 742, DE 2005**

Requero, com base no art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 15, de 2004, tramite em conjunto com o PLS nº 96, de 2002, e o PLS nº 310, de 2004, já apensados, uma vez que as três proposições dispõem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 30 de junho de 2005. – **Roberto Saturnino**.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento que acaba de ser lido será publicado e, posteriormente, incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, II, “c”, 8, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 743, DE 2005**

Com base no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requero voto de aplauso para a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), na pessoa de seu Presidente, Dr. Ricardo Teixeira, pela conquista pela Seleção Brasileira de Futebol, da Copa das Confederações, realizada neste mês de junho, na República Federal da Alemanha.

#### **Justificação**

O futebol é o esporte mais popular do Brasil, que desperta a paixão nacional e motiva muitos jovens brasileiros à prática esportiva nas escolas, nos cen-

tros de lazer, nos clubes e em praças públicas, e que, por muitas vezes, oferece uma oportunidade única de vida para muitos adolescentes carentes do País. Sendo assim, o Senado Federal não poderia deixar de se manifestar e se congratular com a Confederação Brasileira de Futebol, na pessoa de seu presidente, pelo desempenho e pela competência demonstrados em todo o transcurso da competição. Desse modo, cumprimos o corpo administrativo, a comissão técnica e todos os nossos jogadores, que deram prova de dedicação e patriotismo, além de muito orgulho ao povo brasileiro.

Sala das Sessões, 30 de junho de 2005. – **Luiz Otávio.**

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento que acaba de ser lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Convoco sessão extraordinária do Senado, a realizar-se hoje, às 15 horas e 35 minutos, para a primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 15 horas e 32 minutos.)*

# Ata da 99ª Sessão Deliberativa Extraordinária, em 30 de junho de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência do Sr. Renan Calheiros.

ACHAM-SE PRESENTES ÀS 15 HORAS E 34 MINUTOS OS SRS. E AS SRªS SENADORES:

## REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA ÀS 10:00 HORAS

Período : 30/6/2005 07:25:00 até 30/6/2005 20:04:17

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X	X	PFL	SP	ROMEU TUMA	X	X
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X	X	PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X	PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X	PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	X	Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	X
PFL	BA	ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	X	X	Bloco-PT	AC	SIBA MACHADO	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X	PSDB	CE	TASSO JEREÍSSATI	X	X
PMDB	MA	ANTÔNIO LEITE	X	X	PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	X	Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
PDT	RR	AUGÚSTO BOTELHO	X	X	PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	X	PP	DF	VALMIR AMARAL	X	X
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X	PMDB	RR	WIRLANDE DA LUZ	X	X
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	X	X					
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	X					
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	X					
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X					
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X	X					
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPPLY	X	X					
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X	X					
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	X					
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	X					
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	X					
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X					
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	X					
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X					
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X					
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	X					
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	X	X					
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X	X					
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	X					
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X					
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	X					
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	X					
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X	X					
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X	X					
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X	X					
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X					
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	X					
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	X					
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X					
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X	X					
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	X					
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X					
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	X					
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X	X					
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	X	X					
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	X					
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	X					
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	X					
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	X					
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	X	X					
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X					
Bloco-PPS	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	X	X					
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X					
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X					
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	X					
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X	X					
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X					
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	X					
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	X					

Compareceram: 72 Senadores



**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A lista de presença acusa o comparecimento de 72 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em resposta à solicitação do Senador Sibá Machado, no sentido de que a Comissão Especial Externa, criada pelos **Requerimentos nºs 535 e 536, de 2005**, funcionem no período de 1º a 31 de julho, a Presidência informa a S. Exª que ela poderá funcionar até o dia em que for aprovado o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, do Congresso Nacional.

Portanto, se não aprovarmos o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, tudo continuará como está. Não haverá, portanto, recesso do Congresso Nacional, ou seja, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à

### ORDEM DO DIA

#### Item 1:

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 77-A, DE 2003

Discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que *altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social e dá outras providências.*

Pareceres de Plenário, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, sob os nºs:

– 1.032, de 2005, favorável, com a apresentação das Emendas nºs 1 a 8, do Relator; e

– 1.033, de 2005, contrário às Emendas nºs 9 e 10, de Plenário.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 363 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante três sessões, em fase de discussão em segundo turno, quando poderão ser oferecidas emendas que não envolvam o mérito da matéria.

Transcorre, neste momento, a primeira sessão de discussão.

Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária, para o prosseguimento da discussão, como exige a Constituição Federal.

Convoco sessão do Senado, a realizar-se às 15 horas e 36 minutos, para a segunda sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 77, a PEC paralela.

**O SR. JOSÉ AGRIPIANO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Exª.

**O SR. JOSÉ AGRIPIANO** (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estamos votando a PEC paralela, fazendo um esforço e estava lembrando-me do dia de ontem, que foi tensíssimo, em que não conseguimos votar a matéria de hoje.

Estava, também, na pauta do Congresso o “tratoração”, que dissolveu-se, de certa forma, em função do diálogo que foi estabelecido, com compromissos tomados pela área própria do Governo, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e pelo próprio Presidente da República.

Comunico à Casa que estávamos conversando, no café do Senado – o Senador Arthur Virgílio também vai manifestar-se sobre isso –, com lideranças do setor rural e com Deputados e Senadores de diversos Partidos, que se mostraram indignados com a procrastinação da solução do que foi prometido ontem, do cumprimento dos compromissos para relaxar a tensão que do campo se transferiu para a Praça dos Três Poderes, na busca da sobrevivência.

Gostaria de manifestar a V. Exª e aos demais Senadores a minha indignação, mas também a crença em que os compromissos tomados ontem com as lideranças parlamentares do setor rural serão cumpridos. Se não o forem, nós, que acompanhamos esse assunto muito de perto, que estivemos reunidos na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara e que tomamos o compromisso com as lideranças do campo, que são grandes empregadores neste País, vamos usar as armas ao nosso alcance. Se estão partindo para o confronto de prometer e não cumprir, vamos devolver na mesma moeda, vamos para o confronto.

Há uma Lei de Diretrizes Orçamentárias, que vai entrar na devida apreciação em tempo concomitante com a solução dos problemas da área rural, que teve uma solução proposta, prometida e não-cumprida. Olho por olho, dente por dente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a intervenção do Senador José Agripino.

Esta Presidência, mais uma vez, reforça o seu compromisso com a negociação. Ontem, constituímos uma comissão do Senado Federal, para que pudesse ajudar no encaminhamento de uma solução negociada com o Governo Federal.

Estamos, como sempre estivemos, cobrando uma solução para o agronegócio, para a agricultura; cobrando a recomposição do Orçamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Está havendo uma óbvia diminuição de safra, uma perda indiscutível de renda do nosso agricultor, do nosso produtor. E, mais do que nunca, este Congresso Nacional precisa fazer a sua parte, para que possamos todos, independentemente de partidos políticos, resolver essa situação, criar uma alternativa para ela.

Senador Arthur Virgílio, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, convocado pelo Senador Sérgio Guerra, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária desta Casa e figura pública da melhor lucidez, fui a uma rodada de negociações com Parlamentares, com dirigentes de associação ligados ao setor primário deste País e com o Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante.

Entendi que o grande mérito, o grande resultado dessa reunião foi precisamente a reabertura das negociações, que estavam enferrujadas – os canais estavam enferrujados. Imaginei que isso seria respondido pelo Governo sob a forma da boa vontade, levando em conta que, ontem, o quadro estava crítico e que, mais ainda, não é racional o Governo deixar em situação crítica a própria agricultura brasileira, tão responsável pela geração de empregos no País, tão responsável pelo saldo da balança comercial brasileira e tão responsável por qualquer índice, maior ou menor, de crescimento econômico em nossa economia.

Portanto, Sr. Presidente, quando vi, hoje, novamente emperrado o canal de negociação, vim à tribuna para pedir ao Líder Aloizio Mercadante que retomasse, com sua habilidade e competência política, a frente desse processo. Ao mesmo tempo, advirto o Governo da gravidade de, eventualmente, prometer em vão. Está brincando com fogo pela conjuntura que aí está, está brincando com fogo por ter, na verdade, nesse setor, o grande respaldo para o crescimento da economia, para a geração de empregos, para a evolução positiva do saldo da nossa balança comercial. E, se não trabalharmos com essa consciência, viveremos momentos graves.

Percebo que a Lei de Diretrizes Orçamentárias já começa, ela própria, a ficar em perigo. Nada se tem contra a votação, mas ouço dos Líderes ruralistas que partirão para emperrar esse processo. Afinal de contas,

se se reabriu a negociação ontem, foi para se chegar a bom termo.

O Governo, portanto, deve olhar com zelo e com sensibilidade para a agricultura e deve zelar pelos compromissos que assume. Portanto, que cumpra o compromisso desta vez! Imagino que é uma tarefa a ser liderada pelo Líder Aloizio Mercadante, mas com a advertência que a Oposição faz ao Governo. Não fomos lá à toa, não fomos lá a passeio, fomos ao Palácio do Planalto para negociar com o Governo, com o Ministro Rodrigues, visando a impedir que se estabelecesse um clima de caos. E o clima, ontem, era de caos na cidade que é a sede do poder político do País. Está o Governo com a palavra, e a Oposição, de sobreaviso, por entender que a situação é bastante grave.

Não podemos nos alienar. Ontem, assim estávamos. Sr. Presidente, digo a V. Ex<sup>a</sup> que até essa tradição de termos o Parlamento voltado para dentro é uma tradição arquitetônica, e ousou, enfim, criticar o mestre Niemeyer. O parlamento alemão é virado para fora. Este nosso permite que nos alheemos de tudo. Quando, ontem, pisei na calçada, fora do Congresso, percebi a gravidade do quadro. Até então, eu achava que tudo se resumia à PEC paralela e que tudo se resumia a essas gravíssimas denúncias de corrupção que têm assolado este Governo. Lá fora, percebi que a vida real da cidade de Brasília estava tomada pelo caos, em verdadeira polvorosa.

Portanto, sensibilidade, cumprimento da palavra e determinação para resolver o impasse devem ser as palavras de ordem do Governo Federal diante do quadro que aí se encontra!

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, informo aos nobres Parlamentares da Bancada Ruralista que o que foi acordado ontem está mantido. É a informação que acabei de receber do Ministro da Agricultura. Não procede a informação que está sendo apresentada neste momento. O que foi pactuado ontem está mantido. É a informação que acabei de receber do Ministro Roberto Rodrigues.

Em segundo lugar, a negociação, de fato, não aconteceu. Uma das razões é a de que o Presidente, ontem, tinha solicitado que o Ministro Palocci, o Ministro Roberto Rodrigues e eu próprio participássemos dessa negociação, que era para ser às dez horas, e houve sessão legislativa; era para ser às 13h30min, e continuávamos votando. Evidentemente, eu na poderia sair, como ontem eu saí – e não poderia sair –,

porque faltava votar uma matéria muito importante: a PEC paralela.

Faltam 20 minutos para concluirmos. Quero, inclusive, fazer uma proposta de encaminhamento, para que votemos as duas emendas, uma votação única de segundo turno, que o Regimento nos permite.

Encerrando, evidentemente, a minha tarefa, eu me deslocarei para o Ministério da Agricultura, para que possamos sentar, com dez representantes, que é o que foi acordado ontem com as entidades e com o Parlamento, e buscar o encaminhamento.

Por último, quero agradecer ao Senador Arthur Virgílio, ao Senador Sérgio Guerra, ao Senador Jonas Pinheiro e aos demais Parlamentares que estiveram conosco ontem à noite buscando exatamente o entendimento. O compromisso do Governo era o de que o canal de negociações estaria aberto, mas que não concluiríamos a negociação, em função do clima que tinha sido criado na cidade, no Congresso Nacional.

Mas, na medida em que os espíritos se desarmaram, as negociações continuam, e vamos sentar à Mesa agora, para concluir o processo que estava em andamento.

É o informe que eu gostaria de dar a todos os presentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu gostaria de agradecer, com muita satisfação, a presença aqui de uma representação de Deputados que convergem na defesa do agronegócio, do campo brasileiro. Aliás, fizemos isso ontem – repito –, formando uma Comissão, para que pudesse ajudar nessa negociação, cujo cumprimento, mais do que nunca, é fundamental.

Registro, com satisfação, a presença da Deputada Kátia Abreu, do Deputado Luís Carlos Heinze, do Deputado César Silveira, do Deputado Sciarra, do Deputado Waldemir Moka e de outros Deputados que muito nos honram, bem como do Presidente da Comissão, o nosso querido Deputado Ronaldo Caiado.

Registro também a presença do Colégio Equipe, de Patos de Minas, a presença de alunos do Colégio Gama, de São Gotardo, Minas Gerais.

Muito obrigado pela presença de vocês.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos da presente sessão, convocando sessão deliberativa extraordinária, a realizar-se hoje, às 15 horas e 46 minutos, com a seguinte:

#### ORDEM DO DIA

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 77-A, DE 2003

Discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que *altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social e dá outras providências.*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 15 horas e 44 minutos.)*

# Ata da 100ª Sessão Deliberativa Extraordinária, em 30 de junho de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência do Sr. Renan Calheiros

(ÀS 15 HORAS E 34 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES AS SRAS. E OS SRS. SENADORES):

## REGISTRO DE COMPARECIMENTO

### Senado Federal

#### SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA ÀS 10:00 HORAS

Período : 30/6/2005 07:25:00 até 30/6/2005 20:04:17

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X	X	PFL	SP	ROMEU TUMA	X	X
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X	X	PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X	PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X	PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	X	Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	X
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	X	Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X	PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
PMDB	MA	ANTÔNIO LEITE	X	X	PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	X	Bloco-PT	AC	TÍAO VIANA	X	X
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X	PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	X	PP	DF	VALMIR AMARAL	X	X
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X	PMDB	RR	WIRLANDE DA LUZ	X	X
Bloco-PT	MS	DELÍCIO AMARAL	X	X					
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	X					
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	X					
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X					
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X	X					
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCY	X	X					
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X	X					
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	X					
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	X					
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	X					
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X					
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	X					
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X					
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X					
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	X					
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	X	X					
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X	X					
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	X					
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X					
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	X					
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	X					
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X	X					
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X	X					
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X	X					
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X					
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	X					
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	X					
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X					
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X	X					
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	X					
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X					
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	X					
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X	X					
PMDB	GO	MÁGUITO VILELA	X	X					
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	X					
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	X					
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	X					
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	X					
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	X	X					
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X					
Bloco-PPS	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	X	X					
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X					
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X					
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	X					
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X	X					
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X					
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	X					
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	X					

**Compareceram: 72 Senadores**



**SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 72 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Passa-se à

### ORDEM DO DIA

Item 1:

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

##### Nº 77-A, DE 2003

(Incluído na Ordem do Dia nos termos do art. 358 do Regimento Interno)

Discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que *altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências.*

A Presidência esclarece que, nos termos do disposto no art. 363 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante três sessões, em fase de discussão em segundo turno, quando poderão ser oferecidas emendas que não envolvam o mérito.

Segunda sessão de discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão para prosseguimento da discussão, como manda a Constituição Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Convoco sessão do Senado Federal a realizar-se às 15 horas e 51 minutos, para a terceira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 15 horas e 50 minutos.)*

# Ata da 101ª Sessão Deliberativa Extraordinária, em 30 de junho de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência do Sr. Renan Calheiros.

(ÀS 15 HORAS E 51 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES AS SRAS. E OS SRS. SENADORES):

## REGISTRO DE COMPARECIMENTO

### Senado Federal

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA ÀS 10:00 HORAS

Período : 30/6/2005 07:25:00 até 30/6/2005 20:04:17

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Blcco-PL	MG	AELTON FREITAS	X	X	PFL	SP	ROMEU TUMA	X	X
PMDB	PJ	ALBERTO SILVA	X	X	PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	X
Blcco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X	PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X	PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
Blcco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	X	Blcco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	X
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	X	Blcco-PT	AC	SIBA MACHADO	X	X
Blcco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X	PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
PMDB	MA	ANTÔNIO LEITE	X	X	PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	X	Blcco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
PDT	RR	AUGUSTO BÓTELHO	X	X	PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PFL	BA	CESAR BORGES	X	X	PP	DF	VALMIR AMARAL	X	X
Blcco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X	PMDB	RR	WIRLANDE DA LUZ	X	X
Blcco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	X	X					
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	X					
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	X					
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X					
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X	X					
Blcco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	X					
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X	X					
Blcco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	X					
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	X					
Blcco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	X					
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X					
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	X					
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X					
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X					
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	X					
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	X	X					
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X	X					
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	X					
Blcco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X					
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	X					
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	X					
Blcco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X	X					
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X	X					
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X	X					
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X					
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	X					
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	X					
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X					
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X	X					
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	X					
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X					
PMDB	PA	LUÍZ OTÁVIO	X	X					
Blcco-PL	ES	MAGNO MALTA	X	X					
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	X	X					
Blcco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	X					
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	X					
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	X					
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	X					
Blcco-PSB	TO	NEZINHO ALÊNCAR	X	X					
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X					
Blcco-PPS	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	X	X					
Blcco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X					
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X					
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	X					
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X	X					
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X					
Blcco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	X					
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	X					

**Compareceram: 72 Senadores**

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A lista de presença acusa o comparecimento de 72 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à:

### ORDEM DO DIA

#### Item 1:

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 77-A, DE 2003 (Incluído na Ordem do Dia nos termos do art. 358 do Regimento Interno)

Discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências.

Pareceres de Plenário, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, sob os nºs:

– 1.032, de 2005, favorável, com a apresentação das emendas nºs 1 a 8, do Relator; e

– 1.033, de 2005, contrário às Emendas nºs 9 e 10, de Plenário.

A Presidência esclarece ao Plenário, mais uma vez, que, nos termos do disposto no art. 363 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante três sessões, em fase de discussão em segundo turno, quando poderão ser oferecidas emendas que não envolvam o mérito da matéria.

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Darei a palavra a V. Exª no encaminhamento da votação. Só para simplificar.

Passa-se à votação das **Emendas nºs 7 e 8**, do Relator, em segundo turno.

De acordo com o disposto no art. 60, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 288, II, do Regimento Interno, a matéria depende, para a sua aprovação, do voto favorável de três quintos da com-

posição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena, para encaminhar a votação.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, só para que fique absolutamente registrado algo que não tivemos a oportunidade de discutir na primeira etapa de votação. Vamos manter o voto em função de todas as outras discussões que foram feitas, da diminuição da maldita penalização feita pelo Governo Federal, com a subserviência do Congresso Nacional, em relação aos trabalhadores do setor público. No entanto, deixo clara uma coisa muito preciosa, Senador Geraldo Mesquita Júnior: estabeleceu-se o teto para todo mundo, exceto para as personalidades políticas, porque ficaram de fora “dos efeitos remuneratórios de que trata o inciso XI as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei”.

Faço este registro para que todas as outras categorias briguem na Câmara. Nós vamos brigar também, e, quando chegar ao Senado, a guerra vai ser muito grande. Estabeleceu-se teto para todo mundo – governadores, preocupados; senadores, preocupados –, deixando as personalidades políticas livres, leves e soltas do teto estabelecido, apresentado de forma mentirosa, como se fosse a panacéia a resolver todo o problema fiscal, financeiro, contábil e orçamentário da União, dos Estados e dos Municípios.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra, V. Exª, Senador Osmar Dias.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão orador. Sem revisão do orador.) – Apenas para, em nome do PDT, pedir a V. Exª que abra o painel para que possamos votar.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem também.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Mandarei abrir o painel, como pede V. Exª.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço um apelo aos Srs. Senadores. O **quorum** está baixo e estamos confiando em todos os Senadores, nós todos, e é fundamental abrir o painel. Precisamos de 49; do contrário, tudo o que foi construído até o momento, uma luta de dois anos e meio de todos nós, cairá por terra.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Exª, mais uma vez, tem absoluta razão.

De acordo com a proposta do Sr. Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, faremos uma única votação, que envolve os dois textos citados.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores já podem votar.

*(Procede-se à votação nominal pelo sistema eletrônico.)*

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS)

– Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS)

– O PT e os partidos do Bloco de Apoio ao Governo votam “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – O PT recomenda o voto “sim”, e os Partidos de apoio ao Governo também.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Sr.

Presidente, o PSDB encaminha o voto “sim”.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presi-

dente, o PFL vota “sim” e recomenda o voto “sim”.

**O SR. LUIZ OTÁVIO** (PMDB – PA) – Sr. Presi-

dente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Luiz Otávio.

**O SR. LUIZ OTÁVIO** (PMDB – PA. Pela ordem.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB encaminha o voto “sim”.

O nosso Líder, Senador Ney Suassuna, ainda se encontra fazendo um pequeno lanche tendo em vista o adiantado da hora. S. Ex<sup>a</sup> faz um tratamento e, por isso, necessita alimentar-se de quatro em quatro horas.

Além disso, registro, Sr. Presidente, que apresentei, no dia de hoje, requerimento de voto de aplauso do povo brasileiro à Confederação Brasileira de Futebol pela vitória esmagadora do Brasil, ontem, na Alemanha, em Frankfurt, de 4x1 sobre a Argentina.

Os nossos cumprimentos ao Dr. Ricardo Teixeira, Presidente da CBF, a toda a equipe e, logicamente, à seleção brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Agradeço a lembrança de V. Ex<sup>a</sup>, com as nossas congratulações à seleção brasileira, à CBF, ao Presidente Ricardo Teixeira, pela grande exibição, grande vitória e sobretudo pela conquista da Copa das Confederações.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO)

– Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO. Pela

ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quando se votou a PEC principal, assomei à tribuna e disse que essa PEC paralela faria jus ao nome, pois ela jamais se encontraria com a outra, a não ser no infinito.

Como errei, a base governista votou na Câmara e votou nesta Casa, então, quero retroagir no meu posicionamento e parabenizar o Senador Tião Viana, o Senador Paulo Paim e o Senador Aloizio Mercadante, que, efetivamente, cumpriram com a palavra, fazendo com que essa PEC fosse aprovada.

Então, venho aqui, um ano e meio depois, porque disse que viria reconhecer que o Governo tinha agido e que seus agentes tinham empenhado a sua palavra e cumprido. De sorte que estou cumprindo o que disse há um ano e meio.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Muito bem, Senador Demóstenes Torres.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PL – RJ)

– Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao nobre Senador Marcelo Crivella.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PL – RJ.

Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o PL vota “sim”, como votou no primeiro turno, congratulando-se com os Senadores desta Casa por estarmos hoje aprovando um projeto de tamanha relevância, principalmente para os funcionários públicos, Sr. Presidente, que, com essa emenda, passam a ter paridade; a partir de agora, os portadores de doenças incapacitantes, os portadores de deficiência ou aqueles que adquiriram essas doenças durante o trabalho não pagam mais os 11%, a não ser na diferença que passar de R\$5 mil.

Sr. Presidente, hoje é uma grande conquista para essas pessoas. É conquista também para a empregada doméstica, para aquelas que trabalham no serviço doméstico e que agora vão ter acesso a uma previdência social.

Portanto, temos todas as razões para nos congratularmos, nos felicitar, para acreditar que o Brasil, com a aprovação da PEC paralela, é um pouco mais justo com os seus filhos.



Portanto, o Partido Liberal encaminha o voto “sim”. Peço a presença do nobre Senador Magno Malta. O Senador Aelton Freitas já votou. Assim, juntos, nós três poderemos votar unanimemente pela aprovação, em segundo turno, da PEC paralela.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Todos os Senadores já votaram?

Vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

Eu queria, antes de mais nada, comunicar mais uma vez aos Srs. líderes partidários das Bancadas das duas Casas do Congresso Nacional que estamos convocando uma reunião para logo mais, às 16 horas e 30 minutos, para que possamos decidir sobre a convocação do Congresso Nacional para, dentre outras coisas, fazermos a leitura do requerimento que cria Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o “mensalão”.

Tentamos realizar sessão ontem, mas não foi possível fazê-lo; marcamos, então, sessão hoje, às 13 horas, mas também não foi possível realizá-la em função de estarem ocorrendo sessão nas duas Casas do Congresso Nacional. É importante que, de uma vez por todas, possamos decidir, acabar com esse impasse, para que o Congresso Nacional volte a se reunir para cumprir esse papel.

Antes de conceder a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, gostaria de parabenizar todos os Srs. Senadores, todos os membros do Senado Federal, porque hoje vamos concluir a votação de todas as matérias que se encontravam prontas para votar, que se encontravam na Ordem do Dia. Mais uma vez, este Senado Federal faz a sua parte. Apesar das dificuldades políticas, da crise e das medidas provisórias, este Senado votou a pauta toda, esgotou a pauta, e é muito relevante que isso seja registrado aqui pelo Presidente do Senado Federal.

Muito obrigado. Parabéns a todos.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, seria importante que o Senador Delcídio Amaral nos informasse sobre o início da reunião da CPMI para que aqueles que dela desejarem participar ou a ela assistir possam organizar seu tempo. Solicito que o Senador Delcídio Amaral, se puder, converse com o

Senador Renan Calheiros para que, na hipótese de ser marcada sessão do Congresso Nacional, haja coordenação dos horários da reunião da CPMI e da reunião do Congresso Nacional. Dessa forma, todos os Congressistas poderão se organizar para ambas as finalidades.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, gostaria de fazer um esclarecimento relativamente ao que aconteceu ontem, quando cerca de oito Senadores estivemos presentes defronte ao Congresso Nacional para dialogar com os que estavam participando daquela manifestação dos agricultores.

Sr. Presidente, em qualquer situação em que movimentos sociais estejam procurando dialogar conosco aqui, realizando manifestações, sempre tenho procurado dialogar com quaisquer que sejam os movimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Trata-se apenas de ouvir as pessoas com atenção e, sobretudo, solicitar calma e respeito ao Congresso Nacional, ainda mais diante da obstrução que fizeram ontem aqui na via de acesso ao Congresso Nacional.

Muito obrigado.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Ouço V. Ex<sup>a</sup>, Senador Delcídio Amaral.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, temos de começar os trabalhos da CPI. Pediria a V. Ex<sup>a</sup> informação sobre o horário de término da sessão, porque o Deputado Roberto Jefferson já se encontra no Senado. Seria muito importante o esclarecimento de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Gostaria de, mais uma vez, pedir simplificação: que fizessemos o mínimo de intervenções. É fundamental que seja concluída a votação da PEC Paralela. Peço desculpas a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Delcídio Amaral, e transmita esse pedido de desculpas a todos os membros da comissão parlamentar de inquérito. Vamos concluir em pouquíssimos minutos se esse for o desejo da Casa.

Está encerrada a votação.

Vou proclamar o resultado.

*(Procede-se à apuração)*



**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 61 Srs. Senadores.

Não houve votos contrários.

Não houve abstenções.

Total: 61 votos.

Está aprovada, em segundo turno.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, redações finais que passo a ler.

São lidos os seguintes:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA  
E CIDADANIA

**PARECER Nº 1.047, DE 2005**

**Redação final da Proposta de Emenda  
à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227, de  
2004, na Câmara dos Deputados) – texto  
que vai à promulgação.**

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania apresenta a redação final da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227, de 2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências – texto que vai à promulgação.

Sala de Reuniões da Comissão, 30 de junho de 2005.

**ANEXO AO PARECER Nº 1.047, DE 2005**

**Redação final da Proposta de Emenda  
à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227, de  
2004, na Câmara dos Deputados) – texto  
que vai à promulgação.**

**EMENDA CONSTITUCIONAL Nº , DE 2005**

**Altera os arts. 37, 40, 195 e 201 da Cons-  
tituição Federal, para dispor sobre a previ-  
dência social, e dá outras providências.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os arts. 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 37. ....

§ 11. Não serão computadas, para efeito dos limites remuneratórios de que trata o inciso XI do **caput** deste artigo, as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei.

§ 12. Para os fins do disposto no inciso XI do **caput** deste artigo, fica facultado aos Estados e ao Distrito Federal fixar, em seu âmbito, mediante emenda às respectivas Constituições e Lei Orgânica, como limite único, o subsídio mensal dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, não se aplicando o disposto neste parágrafo aos subsídios dos Deputados Estaduais e Distritais e dos Vereadores.”(NR)

“Art. 40. ....

§ 4º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores:

I – portadores de deficiência;

II – que exerçam atividades de risco;

III – cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

§ 21. A contribuição prevista no § 18 deste artigo incidirá apenas sobre as parcelas de proventos de aposentadoria e de pensão que superem o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 desta Constituição, quando o beneficiário, na forma da lei, for portador de doença incapacitante.”(NR)

“Art. 195. ....

§ 9º As contribuições sociais previstas no inciso I do **caput** deste artigo poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica, da utilização intensiva de mão-de-obra, do porte da

empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho.

.....“(NR)  
“Art. 201. ....  
.....

§ 1º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física e quando se tratar de segurados portadores de deficiência, nos termos definidos em lei complementar.

.....  
§ 12. Lei disporá sobre sistema especial de inclusão previdenciária para atender a trabalhadores de baixa renda e àqueles sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencentes a famílias de baixa renda, garantindo-lhes acesso a benefícios de valor igual a um salário mínimo.

§ 13. O sistema especial de inclusão previdenciária de que trata o § 12 deste artigo terá alíquotas e carências inferiores às vigentes para os demais segurados do regime geral de previdência social.”(NR)

Art. 2º Aplica-se aos proventos de aposentadorias dos servidores públicos que se aposentarem na forma do **caput** do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, o disposto no art. 7º da mesma Emenda.

Art. 3º Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 40 da Constituição Federal ou pelas regras estabelecidas pelos arts. 2º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até 16 de dezembro de 1998 poderá aposentar-se com proventos integrais, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições:

I – trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

II – vinte e cinco anos de efetivo exercício no serviço público, quinze anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria;

III – idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites do art. 40, § 1º, inciso III, alínea **a**, da Constituição Federal, de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso I do **caput** deste artigo.

Parágrafo único. Aplica-se ao valor dos proventos de aposentadorias concedidas com base neste artigo o disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003,

observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos de servidores falecidos que tenham se aposentado em conformidade com este artigo.

Art. 4º Enquanto não editada a lei a que se refere o § 11 do art. 37 da Constituição Federal, não será computada, para efeito dos limites remuneratórios de que trata o inciso XI do **caput** do mesmo artigo, qualquer parcela de caráter indenizatório, assim definida pela legislação em vigor na data de publicação da Emenda Constitucional nº 41, de 2003.

Art. 5º Revoga-se o parágrafo único do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003.

Art. 6º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de vigência da Emenda Constitucional nº 41, de 2003.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

#### PARECER Nº 1.048, DE 2005

#### Redação final da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-B, de 2003 - texto que retorna à Câmara dos Deputados.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania apresenta a redação final da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-B, de 2003, que disciplina a fixação do limite remuneratório para os agentes públicos dos Poderes Legislativo e Executivo dos Estados e do Distrito Federal, determina a aplicação do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, às pensões derivadas dos proventos de aposentadoria dos servidores públicos que se aposentarem na forma do **caput** do art. 6º da mesma Emenda, e disciplina a forma de contribuição dos servidores portadores de doença incapacitante para o custeio da Previdência Social — texto que retorna à Câmara dos Deputados.

Sala de Reuniões da Comissão, em 30 de junho de 2005.

Handwritten signatures of the members of the Commission of Constitution, Justice and Citizenship, including the Rapporteur. The signatures are in black ink and are arranged in a vertical column on the right side of the page. The name 'Relator' is written next to the top signature.



**ANEXO AO PARECER Nº 1.048, DE 2005**

**Redação final da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-B, de 2003 - texto que retorna à Câmara dos Deputados.**

**EMENDA CONSTITUCIONAL Nº , DE 2005**

**Disciplina a fixação do limite remuneratório para os agentes públicos dos Poderes Legislativo e Executivo dos Estados e do Distrito Federal, determina a aplicação do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, às pensões derivadas dos proventos de aposentadoria dos servidores públicos que se aposentarem na forma do caput do art. 6º da mesma Emenda, e disciplina a forma de contribuição dos servidores portadores de doença incapacitante para o custeio da Previdência Social.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso XI do art. 37 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 37. ....

.....  
 XI — observado o disposto nos arts. 21, XIII e XIV; 22, XVII; 27, § 2º; 28, § 2º; 29, V e VI; 32, § 3º; 37, X; 39, § 4º; 49, VII e VIII; e 142, VIII, não poderão a remuneração, o subsídio, os proventos de aposentadoria, ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais, dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, detentores de mandatos eletivos, membros, servidores e pensionistas:

**a)** de qualquer dos Poderes e do Ministério Público da União exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal;

**b)** do Poder Judiciário e do Ministério Público dos Estados exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se esse limite aos Procuradores e Advogados dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, organizados em carreira, e aos Defensores Públicos;

**c)** do Poder Executivo dos Estados e do Distrito Federal exceder o subsídio mensal do Governador, ou, na forma da Lei, respectivo valor de referência, não inferior a esse subsídio, nem superior ao subsídio mensal do Desembargador do respectivo Tribunal de Justiça, estabelecendo-se, em seu âmbito, mediante lei de iniciativa do Poder Executivo, como limite, o disposto na alínea **b** deste inciso;

**d)** do Poder Legislativo dos Estados e do Distrito Federal exceder o subsídio mensal dos Deputados Estaduais e Distritais, facultando-se estabelecer, em seu âmbito, mediante lei, como limite, o disposto na alínea **b** deste inciso;

**e)** dos Poderes do Município exceder o subsídio mensal do Prefeito, ou, na forma da Lei, respectivo valor de referência, não inferior a esse subsídio, nem superior ao subsídio mensal do Desembargador do respectivo Tribunal de Justiça, facultando-se estabelecer, em seu âmbito, mediante lei de iniciativa do Poder Executivo, como limite, o disposto na alínea **b** deste inciso;

.....” (NR)

Art. 2º Aplica-se o disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, às pensões derivadas dos proventos de aposentadoria dos servidores públicos que se aposentarem na forma do **caput** do art. 6º da mesma Emenda.

Art. 3º Os servidores inativos e os pensionistas da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, portadores de doença incapacitante, na forma da lei, em gozo de benefícios na data de publicação da Emenda Constitucional nº de 2005, contribuirão para o custeio do regime de que trata o art. 40 da Constituição Federal na forma prevista em seu § 21.

Art. 4º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data da vigência da Emenda Constitucional nº 41, de 2003.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL)  
 – Em discussão a redação final da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (Emenda nº 8).

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai a promulgação.

Em discussão a redação final da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-B, de 2003.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 5:**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 12, DE 2003**

**(Votação nominal, se não houver emendas)**

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Transcorre hoje a quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação será feita oportunamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros) – **Item 6:**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 87, DE 2003**

(Discussão adiada, em virtude de requerimento aprovado em 26.4.2005)  
**(Votação nominal, se não houver emendas)**

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais* (dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer favorável, sob nº 685, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária para prosseguimento da discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 7:**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 42, DE 2003**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral.*

Parecer sob nº 463, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ que apresenta.

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária para prosseguimento da discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros) – **Item 8:**

**PROJETO DE LEI DO CÂMARA Nº 73, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 2004 (nº 834/2003, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional da Imigração Japonesa.*

Parecer favorável sob nº 9, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gerson Camata.

Durante o prazo de cinco sessões perante a Mesa não foram oferecidas emendas à matéria.

Em discussão o projeto em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 73, DE 2004  
(Nº 834/2003 na Casa de Origem)**

**Institui o Dia Nacional da Imigração Japonesa.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional da Imigração Japonesa, a ser celebrado anualmente no dia 18 de junho – data da chegada do **Kasato-Muru**, primeiro navio com imigrantes japoneses.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros) – **Item 9:**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2005**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – “Desmanche”, que altera a redação do art. 126 da lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os artigos 126-A e 126-B.

A Presidência esclarece que a matéria será submetida a dois turnos de discussão e votação, nos termos do art. 143 do Regimento Comum. Ao projeto poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão nos termos da alínea “c” do art. 143 do Regimento Comum.

Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária para a segunda sessão de discussão, em primeiro turno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Fátima Cleide.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 744, DE 2005**

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, seja destinado o horário do expediente da Sessão do Senado Federal, no dia 19 de agosto do ano fluente, para homenagear a

Maçonaria brasileira pelo Dia do Maçom, que transcorrerá no dia 20 de agosto.

Sala das Sessões, 30 de junho de 2005. – **Mozarildo Cavalcanti – Jefferson Péres – Rodolpho Tourinho – Pedro Simon – Paulo Paiva – Gilberto Mestrinho – Gerson Camata – Francisco Pereira.**

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. senadores que o aprovam, permaneceram sentados. (Pausa)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, a Mesa encaminhará a decisão do Plenário.

Sobre a mesa, parecer que será lido pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Fátima Cleide.

É lido o seguinte:

**PARECER Nº 1.048, DE 2005**

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 238, de 2005 (nº 1.471/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Stênio Congro para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aparecida do Taboada, Estado do Mato do Grosso do Sul.

Relator: Senador **Delcídio Amaral**

Relator **ad hoc**: Senador **Augusto Botelho**

**I – Relatório**

Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 238, de 2005 (nº 1.471, de 2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Stênio Congro para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Aparecida do Taboado,

Estado do Mato do Grosso do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

**II – Análise**

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe também pronunciarse sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

Devido à sua especificidade, os canais de radiodifusão educativa são reservados à exploração da União, Estados e Municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, com finalidade educativa, conforme preceitua o art. 14 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou

a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações.

Não se aplicam à radiodifusão educativa as exigências da Resolução do Senado Federal nº 39, de 1992, que dispõe sobre formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão e permissão para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende os requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei

Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

### III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 238, de 2005, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Fundação Stênio Congro para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativas, na cidade de Aparecida do Taboado, Estado do Mato do Grosso do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 7 de junho de 2005.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 238/05 NA REUNIÃO DE 07/06/05  
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:  SEN: HE'LIO COSTA

### BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE	10- TASSO JEREISSATI

### PMDB

HÉLIO COSTA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
GERSON CAMARA	4- PAPALÉO PAES
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
WIRLANDE DA LUZ	7- (VAGO)
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

### BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM
CRISTOVAM BUARQUE	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	RELATOR:
ROBERTO SATURNINO	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
MOZARILDO CAVALCANTI	6- MAGNO MALTA
SÉRGIO ZAMBIASI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
	8- NEZINHO ALENCAR

### PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNIO DA FONSECA
-----------------	-----------------------

RELATOR AD HOC



LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 238 / 05

COMISSÃO DE ELIMINAÇÃO

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO	X			
JOSÉ JORGE	X				CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES					JOSÉ AGRIPINO	X			
EDISON LOBÃO	X				MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA				
TEOTÔNIO VILELA FILHO					EDUARDO AZEREDO				
GERALDO MESQUITA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
REGINALDO DUARTE	X				TASSO JEREISSATI				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HELIO COSTA					AMIR LANDO				
MAGUITO VILELA					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
GERSON CAMATA	X				PAPALÉO PAES				
SÉRGIO CABRAL	X				MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTAVIO	X			
WIRLANDE DA LUZ	X				VAGO				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					PAULO PAIM				
CRISTOVAM BUARQUE					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE	X				FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				DELCIDIO AMARAL				
IDELI SALVATHI					ANTÔNIO CARIOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI					NEZINHO ALENCAR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X				JUVENCIO DA FONSECA				

TOTAL: 18 SIM: 17 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: *[assinatura]*

SALA DAS REUNIÕES, EM 07/06/2005

*[assinatura]*  
 SENADOR HÉLIO COSTA  
 Presidente da Comissão de Educação

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA  
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção II

**Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V  
**Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,  
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

**Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.**

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

**Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.**

**DECRETO-LEI Nº 236,  
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967**

**Complementa e modifica a Lei nº 4.117 (\*), de 27 de agosto de 1962.**

Art. 14. Somente poderão executar serviço de televisão educativa:

- a) a União;
- b) os Estados, Territórios e Municípios;
- c) as Universidades Brasileiras;
- d) as Fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações.

§ 1º As Universidades e Fundações deverão, comprovadamente possuir recursos próprios para o empreendimento.

§ 2º A outorga de canais para a televisão educativa não dependerá da publicação do edital previsto do artigo 34 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com referência ao Ofício nº 81, de 2005, da Comissão de Educação, a Presidência comunica ao Plenário, que nos termos do art. 91, § 3º, do Regimento Interno, combinado com o Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Decreto Legislativo nº 238, de 2005, aprovado pela Comissão de Educação, seja apreciado pelo Plenário.

É o seguinte o ofício recebido:

Of. Nº CE/81/2005

Brasília, 29 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em caráter terminativo, na reunião realizada no dia 7 de junho p.p., os Projetos de Decretos Legislativos de nºs: 1.317, de 2004, 118, 179, 181, 188, 189, 193, 197, 203, 214, 217, 227, 229, 238 e 239, de 2005.

Atenciosamente, – **Hélio Costa**, Presidente da Comissão de Educação.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup> pela ordem para, em seguida, encerrar a sessão e permitir que possam ter início os trabalhos da comissão parlamentar de inquérito.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Gostaria de fazer duas indagações a V. Ex<sup>a</sup>. A primeira delas: V. Ex<sup>a</sup> já determinou a hora em que os líderes vão se reunir? A segunda: quando vamos votar a LDO? Já deram essa informação à Mesa?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Convido os Srs. Líderes partidários das Bancadas das duas Casas do Congresso Nacional para que possamos fazer, às 16 horas e 30 minutos, uma reunião e decidir sobre a data de convocação do Congresso Nacional para que seja feita a leitura do requerimento que cria comissão parlamentar de inquérito para investigar o “mensalão”.

É importante que saíamos desse impasse. Para marcar uma sessão do Congresso, é fundamental fazê-lo em consonância com os líderes, como temos feito até agora, e em consonância também com o Deputado Severino Cavalcanti, Presidente da Câmara dos Deputados.

Mais uma vez queria agradecer a todos os Senadores. Apesar da dificuldade política, da temperatura elevada, das medidas provisórias, o Senado votou tudo, absolutamente tudo que estava pronto para votar. Se não votarmos a LDO, vamos continuar os nossos trabalhos, sem interrupção, mas não por necessidade de reunirmos o Senado para votar, porque, graças a Deus e, sobretudo, à vontade da ampla maioria da Casa, da totalidade da Casa e dos Srs. líderes partidários, fizemos o nosso dever, votamos o que precisava ser votado.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os Srs. Senadores Teotônio Vilela Filho, Reginaldo Duarte, Alvaro Dias, Leonel Pavan, Flexa Ribeiro, Sérgio Guerra, a Sr<sup>a</sup> Senadora Serys Slhessarenko, e os Srs. Senadores Arthur Virgílio, Gerson Camata, Valdir Raupp e Ney Suassuna enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO** – (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna nesse momento para solicitar que seja dado como lido o discurso que estou encaminhando à Mesa sob o título “O fim do acordo com o FMI”.

O texto em questão mostra que a decisão do atual governo de não renovar o acordo com o FMI pode ser vista como uma decisão eleitoreira ou, no mínimo,

como uma decisão com um forte componente político. Afinal, o PT teve, e não tem mais, uma posição histórica contra os acordos do FMI. Ao não renovar o acordo, o partido deve estar se sentindo “mais à vontade” frente a seu eleitorado para as eleições do próximo ano.

Assim, Sr. Presidente, pela oportunidade do assunto, requeiro que o discurso em anexo seja dado como lido para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

Matéria referida:

**O FIM DO ACORDO COM O FMI**

O governo parece ter feito a coisa certa. Porém, tecnicamente falando, talvez na hora errada. A decisão de não renovar o acordo com o Fundo Monetário Internacional foi uma decisão política tomada em um momento em que, teoricamente, o Brasil enfrenta um cenário externo favorável. No entanto, o que vai acontecer se o esse cenário externo se deteriorar (hipótese razoável)? O governo voltaria ao FM1? Quando? Após a crise já estar instalada?

Para tranquilizar o mercado e mostrar o compromisso com o controle de gastos, o governo afirma que não vai mudar a política, garantindo que todos os compromissos fiscais serão mantidos. Essa garantia, no entanto, parece óbvia: o atual governo, com sua credibilidade só alugada, (e nunca nascida com tal vocação), não permitiria mesmo mudar a política econômica sem o aval do FMI.

É importante lembrar que o ex-presidente FHC, amparado em toda sua credibilidade, fez mudanças na política econômica, após a crise externa, a despeito do FMI:

adotou o câmbio flutuante – que o FMI não queria, pois propunha o currency board; adotou o regime de metas de inflação e propôs a Lei de Responsabilidade Fiscal, sob a descrença absoluta do Fundo. Há registro, inclusive, em carta do FMI, na época do anteprojeto da LRF, em que eles batiam tanto na proposta quanto o RI da época, ainda que por motivos diferentes. O governo FHC, então, insistiu nas mudanças, nos três novos pilares, e o FMI aceitou – até por que não tinha saída. Esses fatos precisam ser lembrados nos dias atuais.

Portanto, esse governo, que já é o supra-sumo do conservadorismo, agora, sem o FMI, vai ter menos condições ainda de mudar, por que, para mudar,

é preciso coragem política com planejamento técnico (se possível com uma boa dose de ousadia); ou seja, é preciso competência, o que falta a esse governo. Principalmente num momento em que as incertezas em relação à economia mundial estão crescendo. Os rumos da política monetária dos EUA e o preço internacional do petróleo servem bem para dar esse tom.

Sem o aval do Fundo, o mercado vai estar muito mais atento ao desempenho fiscal do atual governo. Qualquer alteração nas metas da economia em relação a medidas eventualmente anunciadas pode provocar desconfianças com muito mais facilidade.

E é sempre bom lembrar que o acesso ao Fundo é mais fácil se você já tiver um acordo do que se tiver que negociar, por mais que você tenha credibilidade, o que não parece ser o caso. Além disso, o fato de se ter um acordo com o Fundo representa, em princípio, uma sinalização para o mercado de que há apoio ao que está sendo implementado num país. Essa sinalização tem um peso para os mercados que não pode ser ignorado.

Na área fiscal, a ganância federal só não provoca um estrago maior no mercado porque o resultado global continua sendo escamoteado por vários artifícios, dentre eles, o acúmulo de restos a pagar sem que entrem na conta oficial da dívida pública (deve ser por isso que o Secretário do Tesouro Nacional sempre diz que não há problemas com os restos a pagar da ex-Prefeita de São Paulo) e, especialmente, o governo federal continuar “faturando” e se beneficiando do superávit gerado pelas estatais e sobretudo por Estados e Municípios, graças à supercorreção de suas dívidas.

Quero, inclusive, aproveitar esse momento para citar um “caso fiscal” do qual fui informado recentemente: em 2002, no acordo tampão com o FMI, em meio à campanha eleitoral, a Fazenda conseguiu convencer o fundo a tirar do controle do déficit o aumento de investimentos da Petrobras feito com recursos próprios. O FMI, que está sendo pressionado por todo o mundo para flexibilizar suas regras, cita o caso da Petrobrás, em documentos oficiais, pronunciamentos, etc. como uma amostra de quão flexíveis eles topam ser. Bem, quando olhamos todos os documentos oficiais, sues, etc., não há uma única referência a exclusão da Petrobras.

Ou seja, o governo está ignorando a moleza dada pelo FMI e continua “tratando”, enquadrando e contingenciando os investimentos da Petrobrás, aliás, como de qualquer outra empresa.

Para concluir, senhor Presidente, o governo Lula é mais realista do que o rei. Possivelmente caminhará para uma entre duas situações extremas: Ou apertará ainda mais o conservadorismo, precisando ser mais austero do que quando estava aqui o Fundo, diminuindo o ritmo de

crescimento, aumentando os juros e a carga tributária, etc., ou, no outro extremo, quando perceberem que o conservadorismo a nada levará, e, temendo que a reeleição já não seja mais garantida, partam para “arrebentar a boca do balão do gasto público”, gastando e investindo de qualquer jeito, às pressas, em volumes maciços (e é por isso que precisariam, mais do que nunca, continuar gerando mega superávits nas estatais).

Portanto, para finalizar, quero tentar fazer o exercício de enxergar essa decisão um pouco mais longe: A não renovação do acordo com o FMI pode ser vista como uma decisão eleitoreira ou, no mínimo, como uma decisão com um forte componente político. Afinal, o PT teve (não tem mais) uma posição histórica contra os acordos com o FMI; ao não renovar o acordo, o partido deve estar se sentindo mais à vontade para ir às eleições no próximo ano. Na verdade, agora, sem o FMI, fica a garantia de que a atual política econômica não muda até o final desse mandato. Para o governo, a partir de agora, é tudo ou nada: se a atual política falhar, não terá tempo de se recuperar.

É bom lembrar, só para terminar, que o acordo com o FMI termina, mas ainda há US\$ 23 bilhões a serem pagos ao Fundo até 2007.

Era o que tinha a dizer.

**O SR REGINALDO DUARTE** (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a imprensa do País continua dando destaque à crise política que se instalou no Brasil com as denúncias de corrupção nos Correios e de pagamento de uma “mesada” a deputados da base de apoio do governo, em troca de apoio político.

A revista **Veja**, em sua edição de 22 de junho do corrente, publicou duas matérias, intituladas “O pagador do mensalão” e “Nocaute”: a primeira mostra como atua o lobista amigo do tesoureiro do PT, acusado de ser o pagador do “mensalão” para os partidos da base aliada do governo. A segunda trata da saída do governo do Ministro José Dirceu, sob o peso da acusação de comandar o mensalão.

Sr. Presidente, pela oportunidade do assunto, requero que as matérias acima citadas sejam consideradas parte deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*



# O PAGADOR DO MENSALÃO

## Brasil

Quem é e como atua o lobista mineiro Marcos Valério, amigo do tesoureiro do PT, Delúbio Soares. Revelado por Roberto Jefferson, ele promete contra-atacar

— José Edward e Felipe Patury

O presidente licenciado do PTB, Roberto Jefferson, trouxe à luz na semana passada o nome de quem seria o pagador do mensalão para os partidos da base aliada do governo: o empresário mineiro Marcos Valério Fernandes de Souza. Em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, Jefferson disse que Marcos Valério era o operador do tesoureiro do PT, Delúbio Soares, desde o início do governo. Ele distribuiria o mensalão com a ajuda do líder do PP, deputado José Janene. Em depoimento na Câmara, Jefferson deu mais detalhes. Contou que fechou um acordo pelo qual o PT daria ao PTB dinheiro para financiar sua última campanha municipal, como VEJA havia revelado em reportagem publicada em setembro do ano passado. Valério, "um carequinha falante", segundo Jefferson, teria levado malas recheadas com notas de 50 e 100 reais etiquetadas pelo Banco do Brasil e pelo Banco Rural. Em duas viagens, ele teria dado 4 milhões de reais ao presidente do PTB e prometido fazer mais quatro entregas iguais. Depois, teria acertado

com o presidente do PT, José Genoíno, uma forma de legalizar o dinheiro, o que nunca aconteceu.

Na última semana, Valério refugiou-se em sua casa em Belo Horizonte. Orientado por seus advogados, evitou a imprensa. Procurado por VEJA, declarou, por intermédio de um assessor, que Jefferson mentiu o tempo todo em seu depoimento: "Todas as acusações que o deputado me imputou são mentirosas. Vou desmascarar uma por uma no Congresso ou nos tribunais, que são os foros adequados". Valério antecipou a amigos parte de sua linha de defesa. Garante que estava nos Estados Unidos no período em que, segundo Jefferson, teria entregue 4 milhões de reais ao PTB. Para provar sua versão, ele dispõe de cópia das passagens aéreas e do voucher do hotel Hilton Times Square, em Nova York, onde teria se hospedado entre 9 e 17 de julho de 2004.

Até o depoimento de Jefferson, Valério era um personagem conhecido apenas nas sombras dos ministérios. Apresentava-se e era apresentado como publicitário. Uma pesquisa mais aprofundada sobre sua vida, contudo, mostra que ele comprou participações em agências publicitárias sem nunca ter sido publicitário, e sim lobista do sistema financeiro. Valério compensava sua falta de experiência no ramo com a aptidão para a criação e o atendimento. Criação de negócios e atendimento a poderosos, bem entendido — nada a ver com aquelas duas áreas estratégicas da propaganda propriamente dita. Aos 48 anos, casado, pai de dois filhos, ele começou a vida como balconista de farmácia. Deu-se melhor no Bemge, o antigo banco oficial de Minas Gerais. Entrou na instituição como continuado, chegou a gerente e a conselheiro da distribuidora

de valores do mesmo banco. No fim dos anos 80, desembarcou em Brasília para trabalhar como "assessor informal" do então presidente do Banco Central, Elmo Camões. No organograma do BC, nunca existiu esse cargo. E Camões acabou perdendo o seu depois que se descobriu que seu filho estava envolvido em falcatruas do mercado financeiro. Após a experiência com Camões — por mares nunca dantes navegados, dizem alguns —, Valério passou a se apresentar como consultor do mercado financeiro. Sua tarefa era representar os bancos, principalmente os de Minas, nas suas negociações com o Banco Central. Foi só há nove anos que Valério entrou no mundo da publicidade. Ele descobriu que a SMP&B, uma agência de Belo Horizonte, atravessava dificuldades financeiras. Montou um plano para tirá-la do atoleiro e chamou o atual vice-governador de Minas, Clésio Andrade, do PL, para financiar a empreitada. Em 1997, Valério convenceu Andrade a comprar uma participação em outra agência mineira, a DNA, de propriedade de Daniel Freitas, sobrinho do vice-presidente José Alencar. Nos dois casos, Andrade adquiriu 50% do capital da agência e transferiu 10% para Valério como pagamento pelo seu trabalho. No ano seguinte, Valério comprou as duas participações de Andrade, que temia que as agências lhe trouxessem complicações na sua campanha para vice-governador. Hoje, Andrade se arrepende de sua sociedade com

Valério. “Ele é um homem truculento que faz tudo para ganhar dinheiro”, diz.

O vice-governador de Minas é um dos poucos que se queixam de Marcos Valério, que tem amigos espalhados por todos os cantos — um de seus principais talentos é sua habilidade de pular de galho em galho sem cair. Desde a época em que Sarney era presidente, tem se dado bem com qualquer governo. Na gestão de Fernando Henrique Cardoso, construiu uma sólida ponte com o ex-ministro das Comunicações Pimenta da Veiga. Com ele, a agência SMP&B passou a atender aos Correios. Valério permaneceu ligado aos tucanos até o início de 2002, quando o apoio de Pimenta à campanha de José Serra a presidente da República começou a esmorecer. Valério, então, se aproximou de Ciro Gomes, então candidato pelo PPS e hoje ministro da Integração Nacional. Desembarcou da campanha de Serra, mas não abandonou o amigo Pimenta da Veiga. A agenda de sua ex-secretária Fernanda Karina Somaggio, à qual VEJA teve acesso, mostra que o ex-ministro recebeu 50 000 reais do lobista em 2003 (veja reportagem na pág. 60).

Como Ciro não decolou, Valério procurou uma brecha para chegar ao PT no segundo turno da eleição presidencial. O caminho para a cúpula petista foi pavimentado pela sua sociedade com o sobrinho do vice-presidente José Alencar e por Virgílio Guimarães, para quem fazia de graça a campanha para deputado pelo PT. A campanha de Lula precisava saldar dívidas do primeiro turno. Valério aproveitou a oportunidade e firmou uma intensa amizade com o tesoureiro Delúbio Soares e o secretário-geral do PT, Sílvio Pereira. Depois da vitória de Lula, Valério usou a agência DNA para fazer a campanha do petista João Paulo Cunha a presidente da Câmara dos Deputados. Ganhou a eleição e a conta de 9,8 milhões de reais da casa para sua outra agência, a SMP&B.

Na sucessão de João Paulo, fez oficialmente a campanha de outro petista,

Luiz Eduardo Greenhalgh. Valério conquistou amigos graúdos no governo, mas continuava a recorrer ao amigo Virgílio Guimarães. “Ele é muito insinuante, tem uma maneira própria de nos envolver”, diz o deputado. Com a ajuda de Guimarães, levou José Augusto Dumont, do Banco Rural, para uma reunião no Banco Central. Dumont era um porta-voz dos ex-banqueiros Armando Monteiro Filho, do Mercantil de Pernambuco, e Ângelo Calmon de Sá, do Econômico. A massa falida dessas instituições detém títulos públicos que interessam ao Banco Rural. Há cinco anos, eles pedem sem sucesso que o Banco Central autorize a venda desses papéis, um negócio de 5,5 bilhões de reais. O Banco Central não topou.

Em outra operação financeira, Valério e Dumont se uniram ao tesoureiro petista Delúbio Soares. O trio pretendia criar o Banco do Trabalhador, uma instituição que centralizaria a movimentação bancária de todos os sindicatos ligados à Central Única dos Trabalhadores. Um trabalho de primeira, como se vê. Já tinham até elaborado um projeto que deveria ser encampado por parlamentares petistas, como João Paulo Cunha e o líder do governo na Câmara, Professor Luizinho. A idéia foi abandonada em abril do ano passado, quando Dumont morreu num acidente de automóvel. Delúbio compareceu ao enterro com um séquito de sindicalistas. Entre o fim de 2003 e o início de 2004, Valério e Delúbio tentaram colocar em prática outro plano ousado. Valério pretendia tocar um plano de campanha para as prefeituras pequenas e médias às quais o PT estivesse concorrendo. Elas teriam caixa único e uma estratégia comum. O plano chegou a ser implementado em algumas cidades do interior de São Paulo. O governo Lula foi generoso com as agên-

cias de Valério. Os gastos do Banco do Brasil com publicidade saltaram de 153 milhões para 238 milhões de reais entre 2003 e 2004, um aumento de 55%, bem acima do registrado nos anos anteriores. Cerca de 30% desse valor, 71,4 milhões de reais, foi parar nas mãos da DNA. O Banco Popular do Brasil, subsidiária do Banco do Brasil cujo objetivo é emprestar dinheiro à população de baixa renda, também contratou a agência de Valério e gastou 24 milhões de reais com propaganda.

Apesar de tantas atividades, Valério encontrou tempo para se meter na maior briga corporativa da última década — e hoje credita a isso uma parte dos ataques que tem recebido. Em 2004, a pedido do banqueiro Daniel Dantas, ofereceu-se para azeitar as relações do banco Opportunity com o PT. Dantas, dono do Opportunity, tornara-se inimigo fidalgo de boa parte do partido em 1998, quando comprou a Brasil Telecom com o dinheiro dos fundos de pensão estatais. Com a vitória de Lula, não queria cair em desgraça e pediu a Valério que o apresentasse a Delúbio. Em troca, a DNA de Valério conquistou as contas da Telemig Celular e da Amazônia Celular, ambas de Dantas. Delúbio encampou as teses de Dantas e passou a bombardear seus opositores no governo. Valério e Delúbio contaram com apoios de peso: do advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, amigo do peito do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, e do secretário petista Sílvio Pereira. No fim do ano passado, o quarteto quase conseguiu demitir o presidente da Previ, Sérgio Rosa, que comandava a guerra contra Dantas dentro do governo. Eles só não foram bem-sucedidos porque Luiz Gushiken, ministro da Comunicação do governo, impediu. Hoje, Kakay atua como um dos advogados de Dantas.

No ano passado, Valério rompeu com o Opportunity em circunstâncias

ainda obscuras. As relações amistosas deram lugar a ameaças. A seus assessores, Valério atribuiu ao Opportunity as gestões para que sua ex-secretária Fernanda Karina Somaggio o denunciasse publicamente. Na semana passada, a revista *IstoÉ Dinheiro* publicou uma entrevista em que Karina revela a ligação de Valério com o governo e confirma as denúncias do deputado Roberto Jefferson sobre as malas de dinheiro do mensalão. "Já vi o boy sair com o motorista para tirar 1 milhão de reais do Banco Rural. Para dividir dinheiro, entendeu?", diz ela. A revista diz ter feito a entrevista em dois momentos. No primeiro, em 2 de setembro de 2004, decidiu guardar a fita e "continuar avançando nas investigações". Depois que Jefferson fez as denúncias, voltou a procurar a secretária para uma nova entrevista. Dessa vez, resolveu publicá-la. Na quarta-feira passada, Fernanda Karina depôs na Polícia Federal. Entregou sua agenda e negou que tivesse visto malas de dinheiro na sede da empresa.

Valério conta a amigos uma história diferente — e cabeluda — sobre o episódio. Garante ter provas de que a agência de investigações Kroll ofereceu dinheiro para que a secretária falasse no ano passado. A Kroll, para quem não se lembra, é aquela agência de investigações flagrada em 2004 corrompendo funcionários públicos, bishi-

lhotando autoridades e pagando empregados de empresas privadas para que revelassem intimidades de seus patrões. Tudo a pedido de Dantas, em sua briga (*hoje já encerrada*) com a Telecom Itália pelo controle da Brasil Telecom. À Justiça, na qual é processada por Valério por extorsão, Karina admite ter recebido — e rejeitado — uma oferta de dinheiro em junho do ano passado por meio de um e-mail assinado por "AnaM e equipe". Nele, recebe a seguinte proposta: "Estamos dispostos a ajudá-la financeiramente para que você apenas responda a nossas perguntas sobre as coisas de seu ex-chefe. Pense que vai ser bom para nossa investigação e também bom para você, afinal você continua sem emprego". Valério diz a amigos ter certeza de que "AnaM e equipe" é um nome fantasia usado pelos investigadores da Kroll. Segundo a versão de Valério, o depoimento de Fernanda Karina não veio a público no ano passado porque ele conseguiu convencer a revista *IstoÉ Dinheiro*, pessoalmente, de que os relatos de Karina não tinham consistência. Valério mostrou a amigos o que seria uma cópia da matéria que sairia publicada em setembro. O documento, conforme seu relato, lhe teria sido entregue pelos dirigentes da editora responsável pela revista. Os editores de *IstoÉ*

*Dinheiro* explicaram que deixaram de publicar a reportagem em setembro porque não viram nela relevância jornalística. Só teriam dado importância à entrevista da secretária quando Jefferson revelou a atuação de Marcos Valério no governo petista.

Apesar disso, o empresário, ainda de acordo com relato de amigos, está convicto de que a entrada de um novo personagem, e não uma reavaliação editorial, fez a história de sua ex-secretária renascer. O personagem seria, na hipótese levantada pela defesa de Valério, o ex-governador do Rio de Janeiro Anthony Garotinho, candidato declarado à sucessão de Lula. Segundo a versão da defesa de Valério, Garotinho descobriu a existência do depoimento da secretária e fez de tudo para que a história viesse a público — em conluio com Roberto Jefferson. Os dois teriam objetivos próprios, mas uma estratégia comum: desgastar Lula. Jefferson ataca o governo para tentar salvar seu mandato. Garotinho quer que o PT chegue esfarrapado às eleições do ano que vem. Hoje secretário de Governo do Rio, Garotinho nega a teoria de Valério. "Eu só soube da entrevista dessa secretária pela TV durante o depoimento do Roberto Jefferson. Não a conheço e não falo com Roberto Jefferson há mais de um ano. Esse Marcos Valério está delirando." Pode ser ou não um delírio, mas sem dúvida todos esses escândalos são um pesadelo. ■

Com reportagem de Marcelo Carneiro, Ronaldo França, Carina Nucci e Francisco Mendes

## AS BOAS RELACOES DE MARCOS VALERIO

**O empresário Marcos Valério, acusado de ser o encarregado do PT de distribuir o mensalão a deputados, teve seis encontros com o tesoureiro Delúbio Soares em um ano. Está na sua agenda**

**V**EJA teve acesso à agenda que Fernanda Karina Somaggio, a ex-secretária do empresário Marcos

Valério, entregou na semana passada à Polícia Federal. Nela estão listados compromissos do seu ex-chefe em 2003. Valério, um dos proprietários da agência SMP&B, de Belo Horizonte, é acusado por Roberto Jefferson de ser o encarregado do PT de distribuir o mensalão a deputados da base aliada do governo. As anotações contidas no documento, feitas entre os dias 20 de maio e 15 de dezembro de 2003, comprovam a intimidade do empresário com figuras-chave do PT, mostram sua estre-

ta relação com o Banco Rural e confirmam a generosidade do dono da SMP&B — Valério costumava presentear membros do governo com canetas Montblanc, um mimo caro.

O tesoureiro do PT, Delúbio Soares, é citado doze vezes na agenda. Segundo as anotações de Fernanda Karina, ele teve, em menos seis reuniões com Valério, entre junho e dezembro de 2003, uma data: contou com a presença do diretor do Banco Opportunity Carlos Rodenburg (que, por sua vez, teve outras duas reuniões com Valé-



rio). O secretário-geral do partido, Silvio Pereira, comparece com sete citações e, de acordo com os registros, reuniu-se em quatro ocasiões com o dono da SMP&B em 2003. Outro petista que apareceu com frequência no documento é o deputado José Mentor. Há quatro menções ao seu nome, duas delas relacionadas ao Banco Rural. A agenda entregue pela ex-secretária Fernanda Karina à PF traz ainda o registro de dois depósitos bancários efetuados pela SMP&B naquele ano: um em benefício de um certo José Alves de Oliveira, no valor de 100 000 reais, e outro na conta do ex-ministro das Comunicações do governo Fernando Henrique Pimenta da Veiga. Segundo o ex-ministro, o depósito se refere a "honorários advocatícios". O depósito para Pimenta da Veiga, no valor de 50 000 reais, foi feito na conta-corrente do Banco Rural.

O Rural era, segundo afirma Roberto Jefferson, o banco que os petistas usavam para pagar os deputados do mensalão. A agenda entregue à PF faz cinco referências à instituição. Numa delas, Fernanda anota que "Marcos, Cristiano, Paulinho, Dr. Rogério" vão — para lugar não mencionado — em "avião do Banco Rural". Em outra, a secretária anota o adiamento de uma reunião de Valério, e outras três pessoas não identificadas, com o deputado José Mentor, registrando: "Assunto rural". O deputado

Mentor, que foi relator da CPI do Banestado, é acusado de ter "aliviado" a situação do Banco Rural no relatório final da CPI. A anotação da reunião com Mentor é acompanhada da seguinte observação: "Ideal para pessoa do banco".

Os registros indicam ainda que o empresário Valério é do tipo que se esforça para agradar aos amigos — em particular os do PT. Uma das anotações de Fernanda, por exemplo, se destina a lembrar o chelê de que

27 de novembro é o dia de aniversário da secretária de Silvio Pereira, Viviane. Outra, do dia 10 de junho — logo abaixo do registro de uma das reuniões do empresário com o tesoureiro Delúbio —, é um lembrete para a compra de duas canetas da marca Montblanc: uma para Marcus Flora e outra para o deputado João Paulo Cunha. Marcus Flora é o segundo homem na hierarquia da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, pasta do ministro Luiz Gushiken, que trata, entre outras coisas, da relação do governo com agências de publicidade. João Paulo Cunha foi presidente da Câmara dos Deputados, cuja conta publicitária pertence à SMP&B. No ano passado, a Câmara baixou uma portaria transferindo de um departamento para uma pessoa — no caso, um petista de sua confiança — a fiscalização do contrato entre a SMP&B e a Casa. Ouvido por VEJA, o deputado disse não se lembrar se, de fato, ganhou uma Montblanc de presente de Valério, mas afirmou ser "muito amigo" do empresário. Segundo João Paulo, a caneta "pode ter sido um presente de aniversário".

Thais Oyama e  
André Rizek

## AGENDA PODEROSA

Nomes ligados ao escândalo do mensalão que aparecem na agenda da ex-secretária de Marcos Valério e as suspeitas que eles suscitam — ou reforçam

### DELÚBIO SOARES

#### Suspeita

As agências de Marcos Valério, acusado de ser o distribuidor do mensalão, não prestam serviços ao PT,

mas as seis reuniões do tesoureiro do partido com Valério mostram que ambos tinham muito a conversar

### SILVIO PEREIRA

#### Suspeita

Jefferson acusa Silvio de ser, com Delúbio, responsável pela administração do mensalão. Silvio confirma ter estado com Valério, mas para tratar de "peças de publicidade para a campanha municipal de 2004". Diz que não gostou do material apresentado

### BANCO RURAL

#### Suspeita

O uso de um avião do banco e as diversas menções a ele na agenda da secretária de Valério reforçam a acusação de Jefferson de que era por meio da instituição que saía o dinheiro com que o empresário pagava aos deputados da base aliada.

### JOSÉ MENTOR

#### Suspeita

A observação de que uma das reuniões de Valério com o deputado, que foi relator da CPI do Banestado, é "ideal para pessoa do banco" reforça suspeitas contra o parlamentar. Mentor é acusado de ter favorecido o Rural ao excluí-lo do relatório final da CPI do Banestado

### JOÃO PAULO CUNHA

#### Suspeita

Portaria baixada na administração do ex-presidente da Câmara transferiu de um departamento para uma pessoa — no caso, um petista — a fiscalização do contrato entre a SMP&B e a Casa. O fato de Valério encomendar uma Montblanc para presentear o deputado pode ser prova de amizade ou de gratidão

## O AMIGO OCULTO

**A**té a semana passada, o melhor cartão de visita que se podia ter em Brasília era o de amigo do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu. Ser próximo do "homem" abria as portas de tanta poderosa, como bem sabem Antônio Carlos de Al-

modalidades que não constam dos manuais jurídicos mais ortodoxos. Um dos que falavam em nome de Dirceu era o empresário paulista Fernando Antônio Houmeaux de Moura. Segundo relatos de três pessoas ouvidas por VEJA, Moura algumas vezes colocava

cuvir as mensagens gravadas por Di ceu. O empresário passou despercebido no meio político de Brasília — o que não o impediu de fazer negócios com ele. Muitos negócios.

Moura, reconheça-se, é um exemplo de empresário que conseguiu dar a vo-



seu apartamento. Acabou condenado a dois anos e quatro meses de reclusão por não pagar impostos. Graças à sua amizade propagada com Dirceu, saiu do buraco. Afinal de contas, amigo é para essas coisas. Em 2002, Moura ajudou Dirceu a arrecadar dinheiro para sua campanha a deputado. Cabia à equipe do tesoureiro do PT, Delúbio Soares, recolher para José Dirceu o dinheiro obtido com a venda dos bônus eleitorais. Moura entrava em cena na fase seguinte, coletando em sigilo as doações feitas diretamente ao candidato. Ficou amigo também de Luís Favre, hoje

marido da ex-prefeita paulistana Marta Suplicy. Festejou a posse de Lula num jantar com Dirceu e a mulher do ex-ministro.

Na transição e nos primeiros meses do governo, Moura ajudou Sílvio Pereira a entrevistar candidatos para a diretoria de estatais, como a Petrobras, e a nomear gente para postos importantes do governo: Pediu a ajuda do ministro para emplacar um de seus irmãos na área de compras do Ministério da Saúde. Não conseguiu. Pouco depois, pas-

sou a informar Dirceu a respeito das negociações da GTEch, multinacional americana da área de loterias, com a Caixa Econômica Federal, em torno de um contrato no valor de 600 milhões de reais. Quando estourou o escândalo envolvendo Wladimir Diniz, assessor e amigo de Dirceu, em fevereiro de 2004, Moura foi orientado a sumir de Brasília. Mudou seus negócios para o Rio de Janeiro. Desde então, tenta sobreviver como fornecedor da Petrobras. Não vai mal. Já conseguiu um contrato para vender dutos e outro de afretamento de navios. A Petrobras afirma, contudo, que Moura não consta de sua lista de fornecedores.

## MENSALÃO 2 (O DE SÃO PAULO)

**V**EJA já havia tomado públicas, cerca de um mês atrás, as suspeitas da existência de um mensalão na cidade de São Paulo, que, à semelhança daquele que estaria em vigor na Câmara Federal em Brasília, destinava até 120 000 reais aos vereadores em troca de votos favoráveis à gestão petista. Na sexta-feira passada, o jornal *O Estado de S. Paulo* trouxe novos elementos para o caso. Segundo a reportagem, no primeiro semestre do ano passado, dois petistas de alto coturno — o secretário-geral, Sílvio Pereira, e o então secretário municipal de Comunicação, Valdemir Garreta — teriam oferecido 4 milhões de reais a dois dirigentes do PPS para que orientassem a bancada do partido a votar de acordo com os interesses da prefeita Marta Suplicy. A proposta, segundo a denúncia, teria ocorrido em duas oportunidades e contaria com a aprovação do tesoureiro do PT, Delúbio Soares. O presidente municipal do PPS, Carlos Fernan-

des, e o tesoureiro do partido, Rui Vicentini, teriam recusado o suborno.

Na ocasião, o PPS tinha dois parlamentares na Câmara: Edivaldo Estima e Myryam Athie. Um levantamento feito por VEJA, a partir de quatro votações consideradas polêmicas — as taxas de lixo e iluminação, o aumento do IPTU e a Lei Orgânica do Município, que reduziu as verbas para a área de educação —, mostra que, na maior parte delas, ambos deram votos favoráveis aos interesses da prefeita Marta. Essas votações ocorreram antes da suposta proposta feita pelos petistas aos líderes do PPS. O que chama atenção, porém, é a imensa maioria que a prefeita obteve em todas essas disputas. Em média, o governo obtinha, num universo de 44 vereadores — a Câmara tem 55, mas nem todos compareciam às votações —, 34 votos favoráveis e apenas 10 contra. “Essa margem tão elástica de apoio a um governo do PT, ainda mais em votações de pouco apelo

popular, como o aumento de taxas, sempre me surpreendeu”, diz o ex-vereador Cláudio Fonseca, que pertenceu à bancada do PCdoB na Câmara nos quatro anos do governo Marta. A ex-prefeita, por sua vez, voltou a negar as acusações de pagamento e chamou de “tentativa de linchamento do PT” as denúncias publicadas na imprensa. Sílvio Pereira e Valdemir Garreta fizeram coro a ela. “Eu nunca sequer apertei a mão desses senhores. Não me reuni com eles nem negocieei nada”, disse Garreta. Pereira se propôs a submeter-se a uma acareação com Fernandes e Vicentini. As suspeitas da existência de um mensalão na administração de Marta Suplicy haviam suscitado, na semana passada, o pedido de instauração de uma CPI na Câmara Municipal de São Paulo. Dias depois, o prefeito tucano José Serra orientou sua bancada a enterrar a iniciativa. Estranho.

Marcelo Carneiro

# NOCAUTE

Otávio Cabral

**H**á trinta meses, José Dirceu de Oliveira e Silva subiu a rampa do Palácio do Planalto e, fiel à sua história de militante cassado e exilado, fez de seu notável triunfo político um emocionado tributo aos que tombaram na luta contra a opressão. Na quinta-feira passada, José Dirceu de Oliveira e Silva, aos 59 anos, saiu do Palácio do Planalto pela porta dos fundos, sob o peso da acusação de comandar o mensalão, apelido da mesada de 30 000 reais com a qual o PT é suspeito de comprar o voto de deputados aliados. No discurso de despedida, ecoando o lamentável estilo dos políticos ortodoxos flagrados com a boca na botija, José Dirceu disse que saía de “mãos limpas” e “cabeça erguida”. O anúncio da demissão do ministro foi ainda precedido por uma cena melancólica. Ao depor no processo de cassação de seu mandato, o deputado Roberto Jefferson, do PTB, pediu a demissão de Dirceu. “Zé Dirceu, se você não sair daí rápido, você vai fazer réu um homem inocente, que é o presidente Lula.” E, olhando para a câmara de televisão, aduziu: “Rápido, sai daí rápido, Zé!”. Cinquenta horas depois disso, o que aconteceu? O Zé saiu. Informado da demissão por telefone, Jefferson deu gargalhadas.

A cronologia da demissão de Dirceu sugere que o governo, ao mesmo tempo em que tenta desqualificar Jefferson e suas denúncias, não consegue esconder que o deputado exerce algum poder sobre o próprio governo e os petistas mais estrelados. Ao depor no processo de cas-

sação de seu mandato, Jefferson procurou comportar-se como se fosse um, digamos assim, gigante da baixa política: confessou crimes que ele próprio cometeu, desmentiu mentiras que ele próprio contara antes e distribuiu acusações abertas a cinco ministros e sete deputados. Fez questão de inocentar o presidente Lula — “um homem de bem, honrado, simples, correto” — e acusar o que chamou de “cabeça do PT”, composta, além de José Dirceu, pelo presidente José Genoíno, pelo secretário-geral Sílvio Pereira e pelo tesoureiro Delúbio Soares. Apontou ainda o suposto operador do mensalão, o mineiro Marcos Valério Fernandes de Souza, que seria responsável por transitar com malas de dinheiro (veja reportagem na pág. 56). Numa das várias tentativas de purificar-se banhando-se em sua própria lama, Jefferson contou que a bancada do seu honrado PTB chegou a votar — votar! — se queria ou não receber o mensalão de 30 000 reais.

Seus petardos mais devastadores, no entanto, foram dirigidos contra José Dirceu e José Genoíno. Jefferson admitiu que mentira quando desqualificara uma reportagem publicada por VEJA em setembro de 2004, na qual se informava que a bancada do PTB estava irritada com o governo por razões financeiras. A revista noticiara que o PT comprara o apoio do PTB por 10 milhões de reais, mas entregara só parte do dinheiro. Na semana seguinte à publicação, Jefferson desmentiu a reportagem “veementemente”, mas agora confessou: o acordo existia, chegava a 20 milhões de reais e só 4 milhões foram pagos. Ele explicou que só desmentira tudo antes para “não atrapalhar a candidatura de Marta Suplicy”, que então concorria à reeleição para a prefeitura de São Paulo. Ao fazer a confis-

são, Jefferson comprometeu a si próprio e a Dirceu e Genoíno. Sobre Genoíno, disse que, ao receber malas de dinheiro do PT, indagou como esquentariam a grana. Genoíno, despreocupadamente, teria dito que tudo seria acertado mais tarde com uma manobra contábil entre os dois partidos. Sobre Dirceu, contou que o ministro reclamara que o PT estava na penúria porque a Polícia Federal, “meio tucana”, prendera dezenas de doleiros e “a turma que ajuda não está podendo internar dinheiro no Brasil”.

Ao encerrar seus trinta meses de governo acochado por denúncias de corrupção, José Dirceu assumiu seu posto como uma glória do governo, mas saiu de lá como sua tragédia. Foi ele quem levou para o regaço do governo legendas como PTB, PL e PP — e, ao executar sua estratégia, produziu um duplo desastre: uma base parlamentar gelatinosa e o escândalo do mensalão. “José Dirceu acabou vítima de si próprio”, analisa o filósofo Roberto Romano, professor de ética política da Universidade Estadual de Campinas. “Procurou Roberto Jefferson, que jamais cairia naturalmente no colo de um governo petista, e acabou destruído por ele. Era uma aliança nos moldes da máfia, que não tinha como acabar bem.” Na Casa Civil, a turma de Dirceu ficou conhecida como o pedaço mais contaminado do governo. Waldomiro Diniz, um de seus principais assessores, responsável pela negociação de cargos e emendas com deputados e senadores, caiu em fevereiro do ano passado ao ser

# OS ALTOS E... ...OS BAIXOS DE DIRCEU

## Janeiro/2004

### PODERES LIMITADOS

Na primeira reforma ministerial do governo, por sugestão do ministro Luiz Gushiken, Dirceu perde o comando da Coordenação Política para Aldo Rebelo. Passa a ser apenas o "gerentão" do governo

## Fevereiro/2004

### CASO WALDOMIRO DINIZ

O braço-direito de José Dirceu é flagrado em um vídeo pedindo propina durante a campanha eleitoral de 2002. Pela primeira vez, o governo cogita a demissão do ministro

## Maior/2005

### ESCÂNDALO DOS CORREIOS

VEJA revela uma rede de corrupção nos Correios e no Instituto de Resseguros do Brasil. O deputado federal Roberto Jefferson, presidente do PTB, é apontado como o líder do esquema

## 6 de junho/2005

### MENSALÃO

Em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, Roberto Jefferson denuncia o mensalão e diz que José Dirceu tinha conhecimento do esquema

## 1º de janeiro/2003

### ASCENSÃO

Na posse do presidente Lula, José Dirceu sobe a rampa do Palácio do Planalto, ao lado do general Jorge Felix, ministro do Gabinete de Segurança Institucional, momento que define como "o mais importante" de sua carreira política

## Junho/2003

### O SUPERMINISTRO

Tem sob controle quase 20 000 cargos de confiança na administração federal, coordena os ministérios e cuida da articulação política

## Dezembro/2003

### CAÇA AOS INFIEIS

Comanda a expulsão da senadora Heloísa Helena, que votou contra a reforma da Previdência. Também são banidos os deputados federais Luciana Genro (RS), João Fontes (SE) e Bahá (PA)

## 16 de junho/2005

### A QUEDA

Cinqüenta horas depois do depoimento de Roberto Jefferson ao Conselho de Ética da Câmara, 33 dias após a primeira denúncia de VEJA e 898 dias depois de ser empossado ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu deixa o cargo

pillado em vídeo em que pedira propina a um empresário de jogos. Marcelo Sampaio, seu assessor especial, deixou o governo sob investigação de que teria alertado sobre as manobras de Waldomiro Diniz e nada fizera para contê-las.

Agora, em o próprio José Dirceu, também com a nuca e o pescoço em um mar de suspeitas. E virar um ser a sete braços mais fiéis dentro do PT, todos igualmente sob a mira das câmeras de aquilão financeira eleitoral, clandestino e pagamento de mensalão, José Genoino, Sérgio Pereira e Deabro Soares. A ser interlocutores próximos, o presidente Lula disse que a demissão de José Dirceu, companheiro de tantos anos com o qual mantém uma relação de respeito

embora não tenha por aí, mas é de vez por outra, com a deixei, como de 1977, e sempre trata meus de governo. E até com a presença que teria sido essa, de novo, a dificuldade do presidente em definir quem quer que seja o "pior" em, quando a demissão é um corte ao próprio carne — quanto a importância que Dirceu assumiu dentro do governo desde o momento da posse. "O Dirceu foi a pessoa mais importante do governo", diz o líder do PT no Senado, Delcílio do Amaral, escalado para o delicado cargo de presidente da CPI dos Correios. "Ele não tinha crise de consciência, seguia o PT, mostrava ao partido claramente o ônis e

debatido, mas o governo não conseguiu controlar a situação", afirma o líder do PTB, Roberto Jefferson.

Uma vez caída a "torre de Babel", o governo Lula vai ter que lidar com a crise de liderança dos seus assessores. A saída é promover a preservação sua própria. No entanto, a primeira medida é a reestruturação do ministério. Mas os indícios apontam para a troca partidarizada. Uma lista era enviada por deputados para serem nomeados a serem nomeados. O deputado Sérgio Mabele, do PT, foi citado, por exemplo,



é um dos acusados por Jefferson de receber o mensalão. Mabel nega com veemência, mas, coincidentemente, em março passado, demitiu seis funcionários de seu escritório político em Goiânia — cada um recebia cerca de 5 000 reais. Dois dos demitidos contaram a VEJA que o deputado, ao dispensá-los, alegou que a fonte de onde vinham os recursos secara. José Janene, do PP do Paraná, também nega ter embolsado mensalão, mas até o ex-tesoureiro de seu partido, Benedito Domingos, sentiu-se à vontade para vir a públi-

co e dizer que um “zunzunzum” dá conta de que o mensalão era distribuído no apartamento de Janene. “A casa do Janene era chamada de pensão”, disse Benedito Domingos em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*.

Já apareceram indícios de que o mensalão também circulava dentro do honrado PTB, aquele partido cuja banca — nunca é demais lembrar — levou a voto a proposta da mesada. Em maio de 2003, três deputados filiados à época ao PSDB foram avisados pelo então presidente do partido, José Aníbal, de que poderiam ser expulsos da legenda porque vinham votando com o governo. Os três pediram socorro a José Dirceu. Não se sabe o que aconteceu na Casa Civil, mas o fato é que, no mês seguinte, os três procuraram os líderes tucanos e disseram o seguinte: topariam ficar no PSDB, e não votar mais com o governo, se recebessem o mesmo que lhes foi oferecido para abandonar-se para o PTB: 30 000 reais por mês mais uma quantia entre 300 000 e 500 000 reais para honrar dívidas, além de um cargo na hidrelétrica de Furnas. VEJA confirmou a história com três líderes tucanos. Os deputados negam. “Quem falou isso é um irresponsável”, diz Jovair Arantes, filiado ao PTB desde 7 de agosto de 2003. “É uma tremenda acusação falsa”, diz Salvador Zimbaldi, no PTB desde 7 de agosto de 2003.

Osmânio Pereira não foi localizado por VEJA. Ele filiou-se ao PTB em 7 de agosto de 2003.

Além do escândalo do mensalão, o governo de Lula, agora que tenta inaugurar uma nova fase, também terá de lidar com a suspeita crescente de que permitia que os aliados se locupletassem em cargos públicos. Em seu depoimento, Jefferson confessou abertamente que os partidos só exigem cargos no governo com o objetivo de levantar dinheiro — e não, como diz o discurso da hipocrisia, para “ajudar o Brasil”. Ele também admitiu, confirmando outra reportagem de VEJA, que realmente pressionara Lídio Duarte, então presidente do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), a extorquir uma gorda mesada ao PTB dos clientes da estatal. Essa confissão tem um significado especial, pois revela os métodos delinquentes do PTB — e quem mais? — para financiar suas campanhas e confirma o que dizia Maurício Marinho no célebre vídeo da corrupção nos Correios. Rememorando: Maurício Marinho dizia, no que depois chamou de “bravatas”, que o PTB fazia indicações para cargos federais com o objetivo de arrecadar dinheiro. É precisamente o que Jefferson confirmou ao depor na semana passada em relação ao IRB. Era só no IRB?

É difícil prever como o presidente Lula atravessará as investigações, para o bem de seu governo e de sua biografia. Embora ciente de que não tinha alternativa senão se livrar de José Dirceu, Lula manifestou certa perplexidade na semana passada. “E agora, como é que fica meu governo?”, comentou com interlocutores próximos. Lula está decidido a recolocar seu governo nos trilhos, ainda que seja preciso voltar a cortar na própria carne. Quer recuperar sua autoridade. Na semana passada, ele deixou evidente seu desgosto com a forma como vem sendo retratado em charges de jornais e em programas de humor — com desrespeito, em sua opinião. Em pleno choque de perder um auxiliar como Dirceu, Lula voltou a ameaçar desistir da reeleição. “Eu não sou Collor. Não sou Fernando Henrique.

Não vou sujar minha biografia por causa de uma reeleição”, desabafou. O complicado é que Lula tem sido enfático apenas nas palavras. Em seu programa quinzenal de rádio, disse que estava “indignado”

com as denúncias de corrupção e prometeu que não sobrará “pedra sobre pedra”. Mas dois dos sete diretores afastados do comando dos Correios sob denúncias de corrupção foram contratados como “consultores” da nova diretoria sem que se tenha colhido um único indício de que ambos sejam inocentes. Na sexta-feira, voltaram a ser exonerados.

Com a saída de Dirceu, o presidente aproveitará para fazer uma reforma ministerial — panacéia que aparece em todos os momentos de dificuldade, mas que, até agora, nunca saiu do papel. Os meandros da reforma não estão decididos — há especulações variadas em torno de nomes e cargos, mas a direção das mudanças está definida. Lula quer aproximar-se da oposição, com a qual Dirceu queimou todas as possibilidades de dialogar. Para tanto, o presidente cogita trazer para o governo, ou colocar em cargos vitais, gente com bom trânsito nas hostes oposicionistas. É nesse contexto que surgiu na semana passada o nome do empresário Abílio Diniz, dono da rede de supermercados Pão de Açúcar, que seria convidado para um ministério — ora o Desenvolvimento Social, ora a Fazenda. Abílio Diniz é um freqüente interlocutor dos tucanos. “Estive com o presidente na terça-feira, mas não recebi nenhum convite”, mandou dizer Abílio Diniz, por intermédio de sua assessoria de imprensa. Ele diz que, na conversa com Lula, apenas prometeu contribuir com o governo na condição de empresário.

Para enfrentar os tormentosos dias que virão, o presidente Lula também quer o que todo presidente sempre quer: reforçar sua base de apoio no Congresso Nacional. Para isso, Lula está tentando atrair o PMDB, que já tem dois ministérios no governo. Mas, para o constrangimento de Lula e num sinal eloqüente da gravidade da situação, esse PMDB, celebrado por sua voracidade fisiológica, começa a achar que, em vez de entrar ainda mais no governo, talvez seja a hora de sair inteira-



mente dele. A outra opção do presidente para reforçar a base parlamentar é despachar de volta para o Congresso alguns ministros que têm mandato parlamentar e podem exercer alguma influência na Casa. São cinco: Ricardo Berzoini (Trabalho), Aldo Rebelo (Coordenação Política), Eduardo Campos (Ciência e Tecnologia), Eunício Oliveira (Comunicações) e Patrus Ananias (Desenvolvimento Social). O desafio é quem colocar no lugar deles. Até a semana passada, o presidente não decidira se a nova equipe ministerial teria um perfil marcadamente político, para ajudar nas votações no Congresso, ou se seria predominantemente técnica, para azeitar setores emperrados da máquina administrativa.

Entre os maiores conselheiros do presidente, a saída de José Dirceu não provocará

alterações significativas.

Os mais influentes tendem a permanecer sendo dois ministros. Um é Antônio Palocci, cujo festejado desempenho no comando da política econômica tem ampliado consideravelmente sua influência junto ao presidente. O outro é Luiz Gushiken, da Secretaria de Comunicação, certamente o ministro que mais priva da intimidade de Lula. Em seus trinta meses de governo, José Dirceu vinha perdendo espaço para ambos. Não era um conselheiro influente, pois a área sob a qual tinha responsabilidade — a política num primeiro momento e, depois, a gerência administrativa do governo — não vinha exibindo os resultados desejados. E, além disso, não perdia uma oportunidade para fustigar a política econômica de seu colega Palocci. No início do governo, Dirceu simplesmente bombardeava a orientação econômica de Palocci. Agora, em seus derradeiros meses, vencido pelo sucesso da política econômica, pedia apenas correções pontuais nas metas de inflação ou na taxa de juros. Sua saída talvez traga mais tranquilidade à equipe econômica. Na sexta-feira, depois do anúncio de sua demissão, o mercado reagiu com total serenidade.

Ao contrário de Luiz Gushiken, José Dirceu nunca teve uma relação de amizade com o presidente Lula. Os dois são de origens distintas. Dirceu começou a militância política no movimento estudantil, presidiu a União Estadual dos Estudantes, foi exilado, trocou guerrilha em Cuba, fez cirurgia plástica para viver clandestinamente no Brasil da ditadura militar. Já o presidente entrou na política pelo meio sindical, sempre foi mais pragmático, nunca viveu na clandestinidade e, em vez de ficar absorvido pela burocracia partidária e pelas articulações de bastidores, sempre preferiu o contato com a massa e sua posição de liderança popular. Entre eles há respeito, admiração — mas há, sobretudo, hierarquia. Agora, de certo modo, Dirceu volta à sua origem. Ao reassumir seu mandato parlamentar, também volta a lidar com a burocracia partidária como membro da cúpula do PT. E Lula mantém-se o homem das massas. Na semana passada, ele recebeu uma boa notícia nesse terreno: as primeiras pesquisas de opinião pública feitas depois dos escândalos não afetaram sua popularidade. Lula conserva, por enquanto, o respeito popular que conquistou. Mas o estrago na imagem imaculada está feito. Tem conserto? ■

## AS CONFISSÕES

Na semana passada, o deputado Roberto Jefferson, bolado por ter mentido ao declarar que o conteúdo das denúncias publicadas pela VEJA a respeito da mãe de todos os Deuses, seu valor é ainda maior quando o confessor não se exime de culpa, imputando a si próprio uma acusação criminosa. É o caso de Jefferson nas duas confissões em que, agora, confessa o que antes negava em relação às reportagens da VEJA. Na primeira, ele confessa um crime eleitoral, que pode lhe render até três anos de cadeia, por enviar informações à Justiça Eleitoral. Na segunda, ao pressionar um servidor público a obter clientes, Jefferson pode ser acusado de tráfico de influência, cuja pena máxima é de cinco anos de prisão.

## O QUE VEJA PUBLICOU

Na edição de 22 de setembro de 2004, VEJA publicou reportagem na qual denunciava que o PTB estava se rebelando contra o governo por falta de dinheiro. A revista informou que o PT comprara o apoio do PTB por 10 milhões de reais, mas só entregara parte do dinheiro. A reportagem dizia ainda que o acordo fora negociado por Jefferson com José Genóio, presidente do partido, e o então ministro José Dirceu da Casa Civil.

Em nota oficial, o deputado Rogério Jefferson disse que a denúncia era "maldosa e irrisuável" e garantiu que "não houve qualquer acordo financeiro entre o PT e o PTB, especialmente envolvendo o apoio às candidaturas de um ou outro partido. O acordo foi político".

Em seu depoimento ele confessou que mentiu: "Naquele momento, essa informação prejudicaria voluntariamente a campanha de Marta Suplicy". Jefferson disse que a mentira foi combinada com José Genóio, presidente do PT. "Falei para o Zé Genóio: 'Deixa que eu mato no peito isso'". Jefferson revelou que o valor do acordo era de 20 milhões de reais, e não de 10 milhões, como VEJA noticiara, mas o PT só pagou 4 milhões de reais.

Na edição de 25 de maio passado, VEJA publicou reportagem mostrando que Jefferson pressionava Lídio Duarte, então presidente do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), a repassar 400 000 reais mensais ao PTB. O dinheiro deveria ser extraído de operações irregulares na estatal. Depois de um bom tempo sendo pressionado por Jefferson e seu preposto, o corretor de seguros Henrique Brandão, Lídio Duarte resolveu deixar o cargo.

Jefferson fez silêncio sobre a acusação, mas o ex-presidente do IRB Lídio Duarte, ao depor na polícia, negou tudo. Duas semanas depois, VEJA publicou as transcrições da gravação em que Duarte contava detalhes do esquema. "O partido (PTB) tem despesas com os diretórios, com as festas, com os jantares, com não sei o que. Cada indicado tem de colocar 400 000 reais por mês", dizia Duarte.

## ALTO E BAIXO

Na semana passada, Jefferson admitiu que pressionava Lídio Duarte a arrancar dinheiro de clientes do IRB. Disse que esse fora um compromisso assumido por Duarte quando ganhou o cargo. "Ele disse que sentaria na presidência do IRB e ajudaria o PTB, que ele ia juntar de cinco a seis brokers, cada um daria 60 000 reais ao PTB, todo mês. Nunca cumpriu a palavra que empenhou, mas eu assumi isso de público", disse Jefferson.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho à tribuna para registrar a matéria intitulada “Lula, agora, resolveu demonstrar preocupação”, publicada no Jornal do Brasil em sua edição de 23 de maio do corrente.

Depois de dizer que não estava preocupado com a corrupção supostamente montada pelo PTB nos Correios e no Instituto de Resseguros do Brasil, o presidente Lula resolveu convocar o ministro da Justiça e determinar que tudo seja investigado de forma “rigorosa, ampla, impessoal”. Definitivamente não temos um presidente preparado o suficiente. A reunião na Base Aérea de Brasília, pouco antes de seguir viagem rumo à Coréia do Sul e ao Japão, foi pouco mais que nada.

JORNAL DO BRASIL

## ÉTICA NA POLÍTICA

# Lula, agora, resolveu demonstrar preocupação

Governo decide dar visibilidade ao empenho em apurar corrupção, via Polícia Federal

**BRASÍLIA** – Depois de usar de ironia na sexta-feira para dizer que não estava preocupado com a possibilidade de instalação de uma CPI para investigar a denúncia de corrupção nos Correios, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva resolveu demonstrar publicamente que, de fato, o governo tem o interesse de esclarecer o caso. Ontem antes de embarcar para o Japão e Coréia do Sul, o presidente determinou ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que a investigação seja feita de forma “rigorosa, ampla e impessoal, sem proteger nem perseguir ninguém”.

Diante da determinação de Lula, que também defendeu o deputado Roberto Jefferson, dizendo estar solidário e chamando-o de parceiro, ontem mesmo o ministro da Justiça pediu para ao diretor da Polícia Federal, Paulo Lacerda, a abertura de inquérito policial com o objetivo de investigar as possíveis irregularidades no Instituto de Resseguros do Brasil (IRB).

Segundo reportagem da revista *Veja* desta semana, a autarquia seria obrigada a pagar mesada ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A determinação teria partido do presidente do partido, deputado Roberto Jefferson, que, em troca da indicação para a presidência do Instituto, teria de receber R\$ 400 mil por mês. Pressionado a liberar o dinheiro, o ex-presidente do IRB, Lídio Duarte, pediu demissão há dois meses. O partido, segundo Duarte, tinha o objetivo de, no fim do ano, graças às “mesadas”, conseguir uma caixa de aproximadamente R\$ 5 milhões.

– Ele (o presidente Lula) recomendou uma apuração rigorosa, ampla, que não proteja nem persiga ninguém. Que seja impessoal – afirmou Thomaz Bastos.

Márcio Thomaz Bastos disse ainda que o presidente ficou satisfeito com o relatório da Polícia Federal sobre a pri-

meira semana de investigações nos Correios. Semana passada, a pedido de Lula, a PF deflagrou a chamada Operação Deus nos Acuda para apurar o pagamento de propina para um diretor dos Correios.

– O inquérito corre em segredo de justiça e está numa fase delicada e aguda de planejamento – disse o ministro.

A convocação do ministro quando novas denúncias no IRB surgiram e a coletiva em um domingo pela manhã é sintomático que o governo decidiu dar visibilidade para o seu empenho via PF e que está preocupado com a instalação da CPI.

### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“Lula, agora, resolveu demonstrar preocupação”

### Presidente pede apuração rigorosa e, impessoal

O ministro da Justiça fez elogios em especial à atuação da Polícia Federal ao garantir que “ela trabalha com total imparcialidade”. Ele deu como exemplo a operação que a PF realizou no estado de Alagoas. Na última terça-feira, nove prefeitos, dois ex-pre-

feitos, dois secretários municipais e 14 empresários foram presos em Alagoas acusados de desvio de recursos da merenda escolar, além de formação de quadrilha, falsidade ideológica e lavagem de dinheiro. A Polícia Federal estimou que o valor das fraudes nas 11 prefeituras envolvidas se aproxime de R 2 milhões.

– Esta operação foi feita agora em Alagoas, onde efetivamente se pode dizer que as pessoas estavam tirando o leite da boca das crianças, porque ali se tratava do desvio de merenda escolar, de acesso à educação. Esta ação é paradigmática, pedagógica, que deve servir de exemplo – afirmou

Sobre uma suposta ligação entre as denúncias envolvendo o ministério da Saúde, na chamada Operação Vampiro, e as denúncias dos Correios, o ministro Márcio Thomaz Bastos confirmou haver suspeitas de que algumas empresas estejam envolvidas nos dois casos, mas disse que ainda não teve confirmação do fato.

## Objetivo: derrubar CPI

A estratégia de anunciar abertura de inquérito para esvaziar uma CPI não é nova. O governo fez o mesmo para derrubar a instalação da CPI do Banestado, mas acabou derrotado, e também no caso de Waldomiro Diniz, ex-assessor do Planalto.

O novo inquérito seria uma espécie de desmembramento de outra investigação já em andamento: a que apura supostos casos de corrupção nos Correios. Os dois casos envolvem acusações de que o PTB comanda esquemas de corrupção na máquina pública.

O ministro da Justiça rotulou o atual momento do inquérito dos Correios, aberto há uma semana, de "delicado" e "agudo", admitindo ainda a possibilidade de ligação do atual caso com a Operação Vampiro, que apurou fraudes no Ministério da Saúde.

Nesta semana, os três principais alvos da investigação sobre um suposto esquema de corrupção nos Correios deverão ser ouvidos pela Polícia Federal

(PF). Serão convocados para depor o ex-diretor do Decam (Departamento de Contratação e Administração de Material) Maurício Marinho, o ex-diretor de Administração Antônio Osório Batista, filiado ao PTB, e seu ex-assessor-executivo Fernando Leite de Godoy.

O IRB, uma sociedade de economia mista, foi criado em 1939, graças ao então presidente Getúlio Vargas. O objetivo é regular o resseguro, além de promover o desenvolvimento das operações de seguros no país. No início do ano, o governo admitiu que

pretende privatizar o instituto. Pelo projeto, o governo pretende vender a parte. O Tesouro Nacional detém 51% das ações, e as seguradoras, 49%.

O resseguro é uma operação realizada quando uma companhia assume um contrato de seguro superior à sua capacidade financeira. No resseguro, ela repassa esse risco, parcial ou integral, a outra companhia.

Com agências

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado "Más Companhias", de autoria do articulista Valdo Cruz, publicado no jornal **Folha de S. Paulo** na sua edição de 9 de junho do corrente.

O artigo trata da reação do Ministro das Cidades, Olívio Dutra, em meio a todos os fatos políticos da atualidade: "Estamos pagando um preço alto pelas más companhias que tivemos de ter em nome da governabilidade". E segue relatando a tese de uma ala petista que, no início do governo, defendia uma boa convivência com tucanos, "Só que o chefe da Casa Civil, José Dirceu, não concordava em essa aproximação".

## Rumo a Coréia do Sul

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva chega hoje em Seul, capital da Coréia do Sul, acompanhado de cinco ministros de Estado. O petista chegou a convidar 12 ministros para estarem na comitiva, mas a crise política por causa da possível instalação da CPI dos Correios acabou impedindo a viagem da maioria dos que estavam convocados.

Estarão com o presidente os ministros Antonio Palocci Filho (Fazenda), Luiz Fernando Furlan (Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), Dilma Rousseff (Minas e Energia), Roberto Rodrigues (Agricultura) e Celso Amorim (Relações Exteriores). Entre os faltosos mais importantes estão José Dirceu (Casa Civil), Paulo Bernardo (Planejamento), Eduardo Campos (Ciência e Tecnologia) e Eunício Oliveira (Comunicações).

Também estava prevista e acabou cancelada a presença do presidente do Banco Central, ministro Henrique Meirelles. O ministro Walfrido Mares Guia (Turismo) iria se encontrar com a comitiva.

O perfil dos ministros escolhidos para permanecerem no

Brasil é nitidamente político: Dirceu, Paulo Bernardo, Eunício Oliveira e Eduardo Campos são deputados federais e mantêm constante relação com os congressistas da base aliada ao Planalto.

No Brasil, vão ajudar o presidente a tentar a contornar a ameaça de CPI No Japão e na Coréia, deixarão insatisfeitas platéias de empresários. Cerca de 500 homens de negócios haviam se inscrito para ouvir as autoridades brasileiras que agora não estarão presentes.

Não é a primeira vez que um presidente do Brasil visita o Oriente com a cabeça na política brasileira.

Em 1996, o então presidente Fernando Henrique Cardoso declarou em Ióquio que iria "esclarecer o Congresso" sobre a CPI dos Bancos. À época, o tucano manobrava para impedir a instalação de uma investigação sobre a ajuda oficial aos bancos em dificuldade. Apesar da desidratação da comitiva de Lula, o presidente conseguiu levar dois governadores de Estado. Germano Rigotto (PMDB-RS) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

Folhapress

E finaliza dizendo: "Pelo visto, o problema não é só das péssimas companhias, mas também de amigos amadores e suicidas".

Para que conste dos Anais do Senado da República, requeiro, Senhor Presidente, que o artigo acima citado passe a integrar este pronunciamento.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.).



VALDO CRUZ

## Más companhias

**BRASÍLIA -** *Ministro do governo Lula, Olívio Dutra sentenciou: estamos pagando um preço alto pelas más companhias que tivemos de ter em nome da governabilidade.*

*O amigo de primeira hora de Lula se referia ao fato de, não tendo maioria no Congresso, o governo petista ter buscado alianças com partidos agora no centro dos escândalos, como PTB, PP e PL.*

*Podia ser diferente? Um pouquinho, no mínimo, podia. E faria uma grande diferença. Bastava ter prevalecido a tese de uma ala petista que, no início do governo, defendia uma boa convivência com tucanos, principalmente, e pefelistas.*

*Não custa lembrar que, no primeiro ano da administração Lula, boa parte dos projetos vitais do governo foram aprovados no Congresso com votos de tucanos e de pefelistas.*

*Só que o chefe da Casa Civil, José Dirceu, não concordava com essa aproximação. Dinamitou todas as pontes que os ministros Antonio Palocci e Luiz Gushiken tentaram construir com os tucanos.*

*Resultado: Lula passou a depender cada vez mais dos votos de partidos altamente fisiológicos, sem perfil programático, como o PMDB e os demais agora engolfados pelo escândalo das mesadas.*

*Claro que essa boa convivência com PSDB e PFL não poderia durar o mandato inteiro. Na eleição presidencial, estariam — e estarão — em campos opostos. Mas o rompimento foi muito prematuro.*

*Agora mesmo, o erro do passado se repete. Na crise atual, os tucanos optaram por um tom moderado. Os petistas, porém, insistem em ameaçar o PSDB com uma investigação do escândalo da compra de votos da reeleição de FHC.*

*Correm o risco de perder a ajudazinha que os tucanos estão dando nesse momento. Por sinal, podem ficar também sem o apoio das ditas más companhias, que, ontem, reagiram às declarações de Olívio Dutra.*

*Pelo visto, o problema não é só das péssimas companhias, mas também de amigos amadores e suicidas.*

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>es</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria publicada no jornal Correio Brasiliense, de 06 de junho de 2005, intitulada “Promessas ao vento”.

O artigo aponta que, transcorrida mais da metade do seu mandato, Lula ainda está distante de cumprir seu programa de governo sobre o combate de desvio de dinheiro público.

Diversos pontos apresentados pelo então candidato como sendo essenciais ao combate à corrupção e ao desvio de dinheiro público não saíram do papel. Cita como exemplo o SIAFI, Sistema Integrado de Administração Financeira, que continua inacessível para a imensa maioria da população, apesar do plano de torná-la público à sociedade. O governo também não

efetuou a prometida reestruturação, capacitação e ampliação do Banco Central para que ele seja capaz de agir preventivamente frente às irregularidades.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



CORREIO BRAZILIENSE

# PROMESSAS ao vento

Transcorrida mais da metade do seu mandato, Lula ainda está longe de cumprir programa de governo contra o desvio de dinheiro público

ERIKA KLINGL  
DA EQUIPE DO CORREIO

“O governo deve partilhar com o Congresso uma atitude de combate intransigente a práticas de relações espúrias do Executivo com parlamentares, com objetivo de conquistar seus votos ou obter sua omissão na atividade fiscalizadora.” A frase, lida no auge do escândalo dos Correios e acompanhando o esforço do governo em sepultar a comissão parlamentar de inquérito destinada a investigar o flagrante de cobrança de propina por servidor público, parece discurso de oposição. Mas não é. Essa é uma das principais diretrizes do programa de governo de Luiz Inácio Lula da Silva no caderno temático de combate à corrupção, quando ele ainda era candidato em 2002. Quem assina a apresentação do material é Antonio Palocci, ministro da Fazenda, que na semana passada entrou em campo para ajudar a minar a CPI a partir da liberação de emendas para os parlamentares.

O documento, de 16 páginas, é repleto de exemplos como esse. São inúmeros compromissos que, pelo menos nos dois

anos e meio de governo, não saíram do papel. O Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) continua inacessível para a imensa maioria da população, apesar do plano de torná-lo público à sociedade. “Para que todos os cidadãos possam saber quanto, como e onde são gastos os recursos públicos federais, é necessário democratizar o acesso a esse banco de dados”, cita o programa de Lula. Além disso, a linguagem do orçamento não foi simplificada, como determinava o candidato e muito menos foram promovidos cursos de capacitação para que as pessoas entendessem como funciona o orçamento.

Também ficou faltando a prometida reestruturação, capacitação e ampliação da área de fiscalização do Banco Central para que ele seja capaz de agir preventivamente frente às irregularidades. É só lembrar do Banco Santos, que de deixou um rombo, estimado durante o processo de intervenção, de mais de R\$ 2 bilhões. “O PT se elegeu com o discurso da ética e adotou postura distinta depois que chegou ao poder”, provoca o líder do PFL na Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (RJ).

Alguns compromissos ficaram só no discurso de campanha por falta de investimentos. A presidente da União Nacional de Auditores da Receita Federal (Unafisco), Maria

Lúcia Fattorelli, não esconde a revolta quando lê o compromisso que trata da Secretaria ligada ao Ministério da Fazenda. Ela ainda espera o dia em que o governo vá “fortalecer a Secretaria da Receita Federal, com investimentos em novas tecnologias, valorização da carreira do auditor fiscal, em particular com capacitação permanente em novos métodos de trabalho como inteligência fiscal”, conforme cita o documento.

“Infelizmente esse compromisso não chegou nem perto de ser cumprido. Na década de 80 eram 12.500 auditores. Hoje, são 7.600”, conta Maria Lúcia. Nos últimos dois anos, foram contratados menos de 300 novos profissionais. “As atividades econômicas aumentam a cada dia e nós não temos legislação adequada nem estrutura para trabalhar de forma eficiente.” Procurada pelo Correio, a Receita Federal não se manifestou.

Outro assunto que está no programa de governo de Lula e ainda não avançou é o compromisso contra o nepotismo. A Câmara chegou a instalar a comissão especial que consolidará projetos que visam proibir a contratação de parentes por integrantes do serviço público. A comissão será comandada por dois deputados — Carlos Manato (FDT-ES) e Jackson Barreto (PFB-SF) — que contratam ou já contrataram familiares.

## COMPROMISSOS DE CAMPANHA

### O QUE NÃO SAIU DO PAPEL

- ✓ Regulamentar o acesso da sociedade, por meio da internet, ao Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi)
- ✓ Partilhar com o Congresso Nacional uma atitude “de combate intransigente a práticas de relações espúrias do Executivo com parlamentares, visando conquistar seus votos ou obter sua omissão na atividade fiscalizadora”
- ✓ Fortalecer a Secretaria da Receita Federal, com investimentos em novas tecnologias, valorização da carreira do auditor fiscal, em particular com capacitação permanente em novos métodos de trabalho, como inteligência fiscal.
- ✓ Simplificar a linguagem do orçamento e promover cursos de capacitação para sociedade

### O QUE ESTÁ EM EXECUÇÃO

- ✓ Fortalecer os conselhos sociais na definição, fiscalização e avaliação da eficácia na aplicação dos recursos de políticas públicas — na maioria dos casos, no entanto, os grupos não têm autonomia e estrutura para acompanhar gastos em programas como o Fundo Nacional de Educação Fundamental (Fundef)
- ✓ Revestir as licitações e os contratos públicos de total transparência mediante universalização das tecnologias de informação e comunicação, possibilitando à sociedade o acesso a todos os atos dos procedimentos licitatórios — o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve assinar nos próximos dias um decreto para tornar obrigatório o uso de pregões para a aquisição de produtos quantificáveis
- ✓ Realizar acordos com outros países para facilitar as investigações sobre lavagem de dinheiro e remessa de recursos ilícitos para o exterior — o Brasil tem acordos de cooperação com nove países, além de 32 em fase de negociação

- ✓ Construir um inovador modelo de Orçamento Participativo que preveja, no mínimo, a representação dos governadores, dos prefeitos e de entidades da sociedade civil
- ✓ Reestruturar, capacitar e ampliar a área de fiscalização do Banco Central para que ele seja capaz de agir preventivamente frente às irregularidades
- ✓ Criar um sistema de ouvidorias que abranja toda a administração
- ✓ Baixar ao normativo próprio no âmbito do Executivo para proibir, nesta esfera de poder, a nomeação de parentes e afins para cargos, empregos e funções de confiança, chefia ou assessoria, de cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, até o segundo grau de parentesco
- ✓ Os partidos da Coligação Lula Presidente comprometem-se a enviar mensagem ao Congresso Nacional para garantir a vedação da prática do nepotismo no âmbito da Administração Pública direta e indireta, inclusive das fundações, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios

- ✓ Estabelecer o controle e a fiscalização rigorosos sobre importações e exportações de bens e serviços realizadas por pessoas físicas e empresas, principalmente quando estabelecidas em paraísos fiscais
- ✓ Reestruturar e fortalecer a Controladoria Geral da União, dotando-a de instrumental e competência para o exercício de sua vocação — foram contratados 300 novos analistas e implementado o sorteio mensal de municípios para serem auditados
- ✓ Articular as ações da Receita Federal, da Polícia Federal, do Ministério Público, do Banco Central, do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas da União e do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo. Este último deve ser reforçado em suas competências e capacidade operacional — no governo Lula a Polícia Federal fez 75 operações, boa parte delas em parceria com algum órgão de fiscalização

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a última entrevista do Deputado Roberto Jefferson concedida à **Folha de S. Paulo** e que foi publicada em sua edição de 12 de junho do corrente.

Nessa última entrevista, o Presidente do PTB, entre várias afirmações, revelou novos detalhes sobre o “mensalão”, afirmando que os recursos destinados ao “esquema” vinham de estatais e empresas privadas e eram distribuídos em ação comandada pelo tesoureiro petista, Delúbio Soares.

#### FOLHA DE S. PAULO

### ESCANDALO DO “MENSALÃO”

*Roberto Jefferson acusa Polícia Federal de agir politicamente e diz que caiu em ‘armadilha’ preparada pelo ministro José Dirceu*

# ‘Se fizerem algo comigo, cai a República’

DA EDITORA DO PAINEI

Na última parte da entrevista, Roberto Jefferson se diz convencido de que caiu numa “armadilha” do ministro José Dirceu ao retirar sua assinatura do pedido de CPI dos Correios. A partir daí, “retrai-se”, recusou o noticiário, e eu vi claramente a mão do governo”.

A mesma mão ele vê na orientação do trabalho investigativo da Polícia Federal. “A PF faz tudo na correria para eu chegar de cabeça baixa à Comissão de Ética.”

O deputado lança um desafio: dúvida que Dirceu venha a público negar suas acusações. Rejeita a ideia de estar praticando chantagem ao não contar sua história toda de uma vez e se diz tranquilo, apesar de tudo. “Estou muito seguro de que estou fazendo bem tanto ao meu partido, lavando o rosto do meu partido, quanto à sociedade brasileira.” (RFP)

★

**Folha - Qual é o caminho a percorrer para comprovar a prática do “mensalão” no Congresso?**

**Jefferson** - Já tem deputada em Goiás [Raquel Silveira, licenciada, do PSDB] dizendo que foi assediada pelo líder do PL na Câmara, Sandro Mabel (GO), [com a proposta de] R\$ 1 milhão de lúvas e R\$ 30 mil por mês.

Isso ninguém segura. Era de conhecimento público. Eu li que o próprio presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, já ouvira falar do “mensalão”. Era uma coisa que Brasília sabia. Só que ninguém queria dizer. O meu papel foi só o de destampar a panela e tornar isso público.

**Folha - O deputado Miro Teixeira (PT- RJ) confirmou ter sido procurado pelo sr., mas disse que o sr. se recusou a tornar pública a denúncia da prática do “mensalão”.**

**Jefferson** - É um equívoco dele. Eu falei com ele quando ele era ministro. Mais de um ano atrás. Na frente dos deputados João Lyra (PTB-AI) e José Máximo.

Ele deixou o Ministério das Comunicações. Veio ser líder do governo na Câmara. Al me chama: “Roberto, vamos colocar para fora esse ‘mensalão’”. Eu digo: “Vamos, mas depois de dizer ao presidente Lula, porque eu tenho certeza de que ele não sabe disso”.

Porque havia, até janeiro deste ano, um cordão sanitário em torno do presidente Lula. Nós não conseguimos conversar com ele. Nós só chegávamos até o Zé Dirceu, ou até o Aldo Rebelo.

A primeira vez que eu pude conversar com o presidente Lula no gabinete dele despachando foi em janeiro deste ano. E quando eu disse a ele, olhando nos olhos dele, do “mensalão”, o choque dele... Eu tenho seis mandatos. Eu sou deputado federal desde o presidente Figueiredo. Eu nunca tinha ouvido falar de financiamento de bancada aliada na base pelo partido do governo. E contei isso ao presidente Lula. E vi a reação dele de perplexidade. E então as coisas pararam.

Mas o que eu estranho é que a Abin, depois que eu disse isso ao presidente Lula, parte para mandar arapongas contra o PTB. Al guém, dentro do governo, não gostou que nós passamos essa informação ao presidente Lula.

**Folha - Como o sr. vê a reação do ministro Dirceu à sua entrevista?**

**Jefferson** - Eu vejo que ele está esperando para ver como vou me colocar para ele poder se manifestar. Eu posso apostar que ele vai falar depois desta entrevista que eu dei. Eu duvido, du-vi-do, que ele negue o que eu estou dizendo.

**Folha - O sr. concordou com o discurso do Planalto segundo o qual o “mensalão”, se existiu, é problema do PT e não do governo?**

**Jefferson** - Eu acho que está certo, mas tem gente do governo metida. O ministro Aldo Rebelo, quando ainda líder do governo na Câmara, foi informado por mim do “mensalão”. Ele já sabia. É um homem digno. Tentou resolver. Conversou conosco que isso iria

Para concluir, Sr. Presidente, requeiro que a entrevista seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

dar um escândalo nacional.

Quando ele fala “o governo”, está se referindo ao presidente Lula. Esse não sabia, nitidamente.

É não é o PT. Não são os deputados ou os senadores do PT. Isso eu quero deixar claro aqui. É essa cabeça do PT: Genoíno, Delúbio, Silvinho Pereira, Zé Dirceu. É essa cabeça que, para não distribuir poder — porque o PT tem 20% do Congresso, mas na Esplanada tem 80% do PT —, para que isso não desse uma crise...

Esse negócio de exercício mercenário, “mensalão”, começou agora, com o Genoíno, o Delúbio e o Zé Dirceu. E ele se torna efetivo — eu me recordo bem da conversa do [José Carlos] Martinez comigo — em agosto de 2003. Porque havia uma grande insatisfação, não se repartia poder, não se nomeava ninguém para cargo nenhum, e eles começaram a compensar a ausência da transferência de poder.

O PT entendia, na sua cabeça, a sua cúpula, que era muito mais barato alugar um deputado do que discutir com os partidos um projeto de governo.

**Folha - Como o sr. compara a reação do governo à primeira reportagem de “Veja” sobre os Correios e a exibida após suas declarações?**

**Jefferson** - Num primeiro momento, o Zé Dirceu ficou muito hostil comigo depois do meu discurso na Câmara, quando eu assinei a CPI. Na véspera, houve reunião da Executiva do PTB para que todos os companheiros assinassem a CPI e nós devolvéssemos os cargos ao governo.

À noite, os ministros tentaram vir à minha casa: Ciro Gomes, Paulo Bernardo [Planejamento], Zé Dirceu, Aldo Rebelo. Para me demover de assinar a CPI. Eu disse: “Não vou recebê-los. Porque isso tudo foi tramado pelo governo”. Vários para a CPI, a maneira mais clara de limpar a honra do PTB.

No dia seguinte, eu estava tomando banho, toca o interfone, a

empregada aqui de casa, a Elza, manda subir os ministros Aldo Rebelo e Zé Dirceu. Quando eu saio do banho estão os dois sentados na sala da minha casa...

Eu coloquei ao Zé Dirceu tudo o que eu já disse a você na entrevista passada. Nesse ínterim, sobe um boletim da Polícia Federal, trazido pelo advogado do PTB, dizendo que o Maurício Marinho [funcionário dos Correios flagrado em gravação recebendo propina e citando Jefferson] descredenciara a lita.

Eu falei: “Se é assim, eu não tenho nenhum problema em retirar a assinatura da CPI. Mas Zé Dirceu, vocês, que estiveram a corda até romper, me explicarão como foi essa coisa de Furnas”.

Al ele repetiu a conversa do Chitraglia. Que recebeu pressão do Severino e do Janene, com ameaça de assinar a CPI, e que adiante eles reconduziriam o Pirandei.

Eu falei: “Mas me importa a restauração da minha honra. A ‘Veja’ está fazendo um verdadeiro linchamento”. Ele respondeu: “Roberto, na ‘Veja’ não tenho nenhuma ação, porque a ‘Veja’ é turca”. Eu falei: “Mas ‘O Globo’ e a ‘Globo’ estão repetindo o linchamento”. Ele falou: “No ‘Globo’ eu falo por cima. Dá para segurar”.

Retirar a assinatura foi o meu maior erro. Depois que fiz isso, recordei o noticiário contra o PTB. Eu entendi que foi uma armadilha do Zé Dirceu para mim. Recordei o noticiário, e eu vi claramente a mão do governo.

**Folha - Via onde e como?**  
**Jefferson** - Nas matérias que saíram na revista “Epoca” e no “Globo”, no fim de semana seguinte. Violentamente contra mim e contra o PTB. Eu falei: “Eu errei, eu me enfraqueci ao retirar a assinatura da CPI, e o Zé Dirceu armou essa arapuca para mim”.

Foi quando disse ao Walfrido: “Vou botar tudo no colo do PTB. Toda a corrupção que tem dentro dessa estrutura de relações da cúpula do PT em algumas empresas

do governo no colo do PTB”.

Eu li agora que a PF “identificou um esquema de corrupção nos Correios, no IRB e na Eletronorte”. Vão colocar no nosso tolo. Vão enterrar a CPI e, enterrando a CPI, é inquerito, e o delegado da PF está agindo politicamente. Ele só vem para cima do PTB. Aliás, numa violenta ilegalidade, porque, para investigar deputado federal, tem que ser Supremo, não pode ser juiz de primeiro grau.

Todas as diligências — apreensão de documentos, prisões de pessoas, apreensões de computadores — têm sido autorizadas por juiz de primeiro grau contra o deputado federal Roberto Jefferson, quando o foro competente devia ser o Supremo Tribunal Federal.

Hoje [sexta-feira] no “Globo”, num noticiário promovido pelo governo, sai que eu mandei gravar o Marinho. Que a PF e o governo “desconfiam” que o deputado Roberto Jefferson, presidente do PTB, foi à Abin e pediu que um órgão de Estado filmasse o Marinho. Olha a conversa!

Eu vejo nitidamente o dedo desse segmento — Zé Dirceu, Genoino, Delúbio — para colocar esse cadáver podre no colo do PTB.

**Folha** - E quanto a seu amigo Henrique Brandão, dono da corretora de seguros Assurê, contra quem a PF diz ter obtido indícios?

**Jefferson** - É meu amigo há 30 anos, um homem honrado. E eu quero dizer uma coisa: foi o único que ajudou o PTB, da maneira possível, nas eleições municipais.

Eles querem pegar o Henrique Brandão para me atingir pessoalmente e ao meu partido como um todo. Ele não é suspeito de nenhuma irregularidade. Por que a invasão da casa dele, do escritório dele, apreensão de computador?

Eu vejo claramente que está havendo um inquerito político, e isso semana a semana vou ir recrudescer porque eu marquei o meu depoimento, aberto à imprensa, na Comissão de Ética, na próxima terça-feira, às 14h30. Está havendo uma correria política da PF no Ministério da Justiça para tentar enfraquecer o que eu de-

vo dizer ao Brasil. A PF faz tudo na correria para eu chegar de cabeça baixa à Comissão de Ética.

**Folha** - Na entrevista que concedeu quarta-feira, Delúbio Soares o acusou de praticar chantagem. O sr. não acha que, ao não contar sua história toda de uma vez, o sr. respalda essa interpretação?

**Jefferson** - Em hipótese alguma. Chantagem é para ganhar dinheiro, ter contraprestação financeira. Eu falei do “mensalão” aos ministros no ano passado. Isso não é chantagem, é advertência.

É que eu acho que chegamos a um ponto em que exauriu a relação. Há companheiros no partido que pensam que podem continuar na base do governo. Eu entendo que acabou a relação.

Eu tenho de ter cuidado, porque na segunda-feira passada houve aqui em casa uma reunião da cúpula do PTB para pedir que eu renunciasse. Mas as coisas têm de ser paulatinas. Tenho de consolidar minha posição dentro do partido. Se eu tivesse renunciado, eu seria jogado aos leões na arena.

Eu pedi prazo a eles, até a reunião do Diretório Nacional [no próximo dia 17]. Eu tenho também uma disputa política interna. Um grupo que quer sair, um grupo que quer ficar. Então, não se trata de chantagem. É cautela para proteger minha posição no partido até a reunião do diretório.

Se eu falo paulatinamente não é por chantagem. É para ir mostrando como as coisas se deram. Eu sento, fico aqui pensando, tomo notas das coisas que aconteceram, tentando rememorar com clareza os fatos para não ferir a verdade e não entrar em contradição. Com toda a serenidade.

**Folha** - Nos últimos dias, o sr. passou a temer por sua segurança?

**Jefferson** - Não temo, não. Depois do que eu já disse, se fizeram alguma coisa comigo, cai a República. Creio em Deus. Rezo. E estou muito seguro de que estou fazendo bem tanto ao meu partido, lavando o rosto do meu partido, quanto à sociedade brasileira. Tenho certeza de que as coisas serão diferentes a partir de agora.

**O LÍDER DO PP**

## Polêmico, Janene nega ser aliado do governo Lula

JOSÉ MASCHIO

Em meio à maior crise política da atual administração federal, que culminou com a instalação da CPI dos Correios, o deputado José Janene (PP-PR), 49, líder do partido na Câmara, nega ser um aliado do governo Lula, apesar de a sigla estar na base de apoio no Congresso.

Polêmico, o parlamentar, que iniciou sua carreira política em 1981, pelo PMDB, coleciona processos por licitações fraudulentas. Em 1992, em sua primeira participação eleitoral, já tinha migrado para o PDT, quando ficou como suplente de deputado. Foi nesse ano que sofreu seu primeiro processo.

Sua empresa na época, a Eletrojan, foi acusada de superfaturar postes de iluminação pública na construção de uma avenida em Foz de Iguaçu (PR). A empresa acabou falida, mas Janene diz que venceu no STF (Supremo Tribunal Federal).

Eleito deputado federal em 1994 pelo então PST — que virou PP, virou PPB e voltou a PP —, não deixou mais o partido, acumulando acusações e mandatos. Hoje, é presidente do PP no Paraná e lidera a sigla na Câmara.

Nesse período sofreu, só em Londrina (PR), sua base eleitoral, sete processos por participação efetiva no esquema de corrupção que desviou R\$ 169 milhões da Prefeitura de Londrina na administração Antônio Belinati (ex-PFL, hoje no PSC), cassado em maio de 2000.

“Consegui fazer subir todos os processos para o STF e vou provar que sou inocente. Fui vítima de um Mi-

nistério Público ensandecido”, diz na defesa. Nesses processos, era acusado de ser o mentor intelectual das fraudes em Londrina.

Não por acaso, a maior testemunha de acusação da Promotoria do Paraná nas ações contra ele e o então prefeito Belinati foi um ex-assessor pessoal de Janene: Eduardo Alonso, que fez acordo com a Promotoria e denunciou o esquema.

Em novembro de 2002, o dileiro Alberto Youssef — considerado pela Procuradoria o maior articulador do esquema de lavagem de dinheiro pelas contas CC5 (contas de não-residentes) — foi preso em Londrina. Com ele, foi encontrado um cheque nominal a Janene de R\$ 150 mil. Na época, Janene disse ser um “avaliador” de uma transação entre o dileiro e um advogado.

Youssef acabou fazendo acordo com a Justiça Federal com o benefício da delação premiada — quando o acusado consegue o benefício de pena menor em troca da delação. Youssef abriu todo o esquema de lavagem de dinheiro à Procuradoria. No entanto, se recusou a comentar com a Folha sobre a participação de Janene no esquema de lavagem.

Janene nega participação. “Sou polêmico, mas não devo nada a ninguém.” Ele refuta também que seu partido tenha alguma participação no governo Lula. Nega, por exemplo, ter sido o responsável, junto com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, pela indicação do atual chefe da Divisão de Polícia Federal em Londrina.

Segundo apurou a Folha, Janene tem forte influência sobre as indicações para cargos de confiança no Paraná, ou em órgãos como os ministérios do Trabalho e da Agricultura, a PF e Furnas.



Jefferson nega ter gravações e diz que negociava cargos no Planalto, numa sala reservada a Silvio Pereira, na presença de Delúbio e Dirceu

# ‘Não tenho fitas, vou relatar fatos que vivi’

DA EDITORA DO PAINEL

Nos trechos abaixo, Roberto Jefferson nega ter prova do pagamento do “mensalão” para mostrar à CPI. “Tenho a palavra e a vivência desta relação de dois anos e meio com o governo do PT.”

O presidente do PTB também descreve as negociações de seu partido com o PT para a ocupação de cargos no governo. “Noventa por cento das conversas eram no palácio, numa salinha reservada ao Silvio Pereira. De vez em quando o Delúbio metia a mão na porta, entrava, sentava, conversava e saía. O Zé Dirceu participava. O Genoio também. (RLP)

★

**Folha - A semana foi marcada por rumores de que o sr. teria comprometedoras. Isso é verdade?**

**Roberto Jefferson** - A única fita que tenho é a da entrevista que a Folha gravou e a Comissão de Fidejussão da Câmara está pedindo. Não tenho nenhuma fita. Não faço isso. Eu vou [no depoimento desta terça] relatar fatos que vivi neste ano e meses em que presido o PTB. Das reuniões que tive com Genoio, Delúbio, Silvio Pereira [secretário-geral do PT], com o Zé Dirceu. Das conversas que tivemos tanto para construir a aliança do PTB com o governo quanto a aliança eleitoral do PT com o PTB.

**Folha - No depoimento desta terça, e depois na CPI, o sr. tem a apresentar unicamente o seu relato?**

**Jefferson** - Vou colocar claramente ao Brasil tudo o que vivenciei, tudo o que conversei, tudo de que tratei. Tenho a palavra e a vivência desta relação de dois anos e meio com o governo do PT.

**Folha - Que avaliação o sr. faz das reações dos membros do governo citados em sua entrevista anterior?**

**Jefferson** - Os ministros foram covardes com o presidente. O ministro Palocci [Fazenda], que sabia do “mensalão” porque eu falei para ele. O ministro Walfrido [Turismo] errou por não ter dito ao presidente sobre o “mensalão”, porque eu falei com ele. O ministro Giro [Integração] sabia. O Zé Dirceu. Conversei com ele várias vezes sobre o “mensalão”. Deixaram o presidente completamente desinformado de algo que

viciou a relação do governo, e do comando do PT em especial, com a base aliada no Congresso.

Quando de minha conversa com o presidente este ano, lá no gabinete dele no Palácio do Planalto, estávamos eu e o ministro Walfrido, quando eu disse a ele do “mensalão”. Ele tornou um susto. Expliquei a ele no que consistia: um reparte de recursos do Delúbio para líderes e presidentes de partido da base aliada dividirem um dinheiro por mês com representantes de suas bancadas, em especial o PP e o PL. O PTB fora convidado a participar e repeliu.

Acho que os ministros traíram a confiança do presidente. Como pode ministros minimizarem, dizendo que não havia importância em minhas palavras, e ter essa explosão no Brasil quando a Folha as coloca para a opinião pública? Só eles não tinham dimensão da explosão que isso iria provocar?

O presidente [quando ouviu o relato], foi como se alguém dissesse “olha ali a tua mulher com outro homem”. Aquela reação de surpresa, de mágoa, as lágrimas brotaram. Ele me pediu que explicasse como funcionava o “mensalão”. Eu disse. Depois ele se levantou, me deu um abraço e eu saí. E o que eu sei, até pela vivência da Casa — essas coisas não se escondem — é que houve uma atitude forte, porque o “mensalão” secou.

E nós estamos assistindo a uma crise de abstinência. O corpo mole é porque está faltando aquilo que o Delúbio sempre transferiu a líderes e presidentes da base: o dinheiro para pagar o exército mercenário, as bancadas de aluguel.

**Folha - Que avaliação o sr. faz da entrevista do tesoureiro do PT?**

**Jefferson** - Achei que ele foi fraco. Não teve como enfrentar a imprensa. O Genoio parecia um cão de guarda. Se alguém tentava uma segunda pergunta, o Genoio cortava. A meu ver, Delúbio não convenceu. Não esclareceu sua relação com os partidos que compõem a base do governo.

**Folha - Como se estabeleceu a relação do PTB com a cúpula petista?**

**Jefferson** - Quando, lá atrás, o José Carlos Martinez era presidente do PTB, e nós começamos a constituir a relação, depois de nomeado o Walfrido Mares Guia

ministro do Turismo, o segundo cargo foi o do delegado regional do Trabalho no Rio, Henrique Pinho. Toda a estrutura abaixo dele foi nomeada pelo Silvio Pereira.

Outro cargo: Fernando Cunha, para a BR Distribuidora. Toda a estrutura abaixo do Fernando Cu-



*Achei que ele [Delúbio Soares, tesoureiro do PT] foi fraco. Não teve como enfrentar a imprensa. O Genoio parecia um cão de guarda. A meu ver, Delúbio não convenceu*

nha foi nomeada pelo Silvio Pereira. Na área de Petrobras, de petroquímica, quem manda é ele.

Um dia perguntei: “Mas como é isso? Vocês dão a cabeça e tomam o corpo?”. E ele disse que esse era o jeito do PT de repartir poder.

Foi assim no Departamento Nacional de Infra Estrutura e Transportes. A primeira indicação para o DNIT, feita pela bancada de São Paulo, acho que é Pimentel o nome [Sérgio Pimentel], esse que hoje aparece nos jornais. Toda a estrutura abaixo foi montada pelo Silvio e pelo Delúbio. O gerente, um tal de Lauro [Lauro Corrêa], é homem do PT. Ele mandava mais que o diretor-geral do DNIT.

O PT nomeava as pessoas que controlavam a estrutura de poder por baixo dos nomeados do PTB.

**Folha - A quem o sr. se refere quando fala na direção do PT?**

**Jefferson** - Genoio, Marcelo Sereno, Delúbio Soares, Zé Dirceu, que sempre soube de tudo. Várias vezes eu conversei com o Genoio e com o Delúbio no gabinete do ministro Zé Dirceu. Tudo era tratado com o conhecimento dessas pessoas e do Silvio Pereira. Isso no início do governo. Há uma

salinha contígua à do gabinete do ministro Zé Dirceu no Palácio do Planalto, e de vez em quando nós fazíamos essas conversas.

Noventa por cento das conversas eram feitas no palácio, numa salinha que era reservada ao Silvio Pereira. De vez em quando o Delúbio metia a mão na porta, entrava, sentava, conversava e saía. O Zé Dirceu participava da conversa, e o Genoio também.

**Folha - Após a primeira reportagem da “Veja” sobre os Correios, duas nomeações iminentes de petebistas foram abortadas: uma na empresa e outra em Furnas, certo?**

**Jefferson** - O doutor Ezequiel Ferreira, indicado pelo senador do PTB Fernando Bezerra [líder do governo no Congresso], nunca chegou a ser diretor dos Correios. Iria para a Tecnologia, ocupada pelo doutor Eduardo Medeiros, indicado pelo Silvio Pereira. Era uma negociação que cortava um pedaço de poder do PT na carne.

Furnas foi o próprio presidente Lula que ofereceu ao PTB. Na diretoria de Engenharia, a mais poderosa do setor elétrico do país, está o doutor Dimas Toledo. Há 12 anos. É muito ligado ao governador Aécio Neves (PSDB).

O presidente queria tirá-lo porque houve um programa em Minas, num repasse de recursos federais de mais de R\$ 1 bilhão, o “Luz para Todos”. E quando houve a exploração política desse programa, o Aécio só botou na placa “governo de Minas Gerais”. E o presidente se sentiu traído.

Com a ajuda do então presidente da Eletronorte, meu companheiro Roberto Salmeron, eu cheguei ao nome de Francisco Pirandini, um técnico de altíssimo nível, que já trabalhou com o senador Delcídio [Amaral], líder do PT no Senado. Levei o currículo ao presidente Lula, que mandou que eu despachasse de uma vez com o ministro José Dirceu e levasse uma cópia para a ministra Dilma Rousseff [Minas e Energia].

Ela disse: “É um dos melhores nomes”. Aí começamos as pressões para que o Dimas não saísse. Do presidente Itamar Franco, lá em Roma, no enterro do papa. De grandes empreiteiras. Até o Zé Dirceu disse: “A pressão está muito forte para não trocar”. Eu disse:



"O PTB não é problema. Nós não queremos gerar uma crise".

Quando nós voltamos, Walfredo e eu, para conversar com o presidente, nós nos dispusemos a abrir mão. Ele falou: "Não. Eu faço questão". Ficou marcada a assembleia, se não me engano para 16 de maio. Dia 14 de maio saíram as primeiras denúncias da "Veja".

Na assembleia, a ministra mandou suspender a troca. Três dias depois, vem conversar comigo em casa o Arlindo Chinaglia [petista, líder do governo na Câmara]. Logo depois do meu discurso na Câmara, falando em nome pessoal, para pedir que eu matasse no peito, que o PTB puxasse a crise para si e esclarecesse rapidamente, e que depois as coisas caminhassem normalmente, que aconteceria a nomeação em FURNAS. E eu disse: "Mas por que você

fala isso?". Ele respondeu: "Porque foi o governo que sustou".

Quando saiu a matéria da "Veja", o Janene e o Severino Cavalcanti [presidente da Câmara, PP-PE] foram para cima do Zé Dirceu para impedir que houvesse essa troca. Eles adotaram o Dimas como indicação do PP. Pressão direta do Janene e do Severino para que eles não assinassem a CPI.

#### O NOVO PERSONAGEM

### Marcos Valério domina mercado publicitário de MG

DA AGENCIA FOLHA  
DA REPORTAGEM LOCAL  
DA SUCCURSAL DE BRASÍLIA

O publicitário Marcos Valério citado por Roberto Jefferson é o empresário Marcos Valério Fernandes de Souza, que integra um grupo publicitário formado pelas agências DNA Propaganda e SMP&B Comunicação. Com sede em Belo Horizonte, o grupo detém cinco contas do governo federal, entre elas a do Banco do Brasil.

Esse grupo já detinha, por meio da DNA, a conta do BB durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). O grupo expande seus negócios e vê também crescer o número de processos na Justiça, nos

quais é réu, e o de atuações fiscais por irregularidades.

Em 1996, a SMP&B Publicidade, dos sócios Cristiano de Mello Paz e Ramon Hollerbach, estava em situação financeira precária. Então, em julho daquele ano, foi criada a SMP&B Comunicação, com o ingresso de dois novos sócios: Clésio Andrade (PL), atual vice-governador de Minas e presidente da CNT (Confederação Nacional dos Transportes), e Marcos Valério, um ex-servidor do Banco Central com fama de ter muito conhecimento da área financeira.

A partir daí, a SMP&B Comunicação se associou à DNA Propaganda, criada em 1932 e que, hoje, é a maior agência de publicidade mineira. A DNA teve como presidente Daniel Freitas, sobrinho do vice-presidente da República, José Alencar (PL). Daniel morreu em outubro de 2002.

Hoje a DNA detém as contas de publicidade do Banco do Brasil, da Eletrobrás e do Ministério do Trabalho. A SMP&B Comunicação trabalha para os Correios e para o Ministério do Esporte. E trabalha também para a Câmara dos Deputados desde 2003. Foram os publicitários do grupo que fizeram a campanha do petista João Paulo Cunha para a presidência da Casa naquele ano.

Das agências sócias, a DNA foi a que mais cresceu.

E as duas SMP&B enfrentam agora processo na Justiça por um ato comercial realizado em 1996 —dois anos depois, em 1998, Clésio Andrade saía da sociedade para disputar o governo de Minas como vice na chapa de Eduardo Azeredo (PSDB).

Em abril passado, conforme noticiou a Folha, o Ministério Público Estadual propôs ação de reparação de danos ao patrimônio público por conta de uma fazenda superavaliada ter sido doada ao então banco estatal Credicreal para cobrir empréstimo feito pela SMP&B Publicidade. O prejuízo causado, segundo o Ministério Público, teria sido de R\$ 8 milhões.

Clésio Andrade nega participação nesse caso, porque alega que ele era sócio só da SMP&B Comunicação.

Clésio e Marcos Valério hoje não se se falam. Após perder a eleição, surgiram rumores de que Clésio tentou voltar para a agência, mas que os sócios não se interessaram pelo seu retorno, pois as empresas já não precisavam mais dele. Clésio negou à Folha essa versão e disse que não se interessava mais pela sociedade, embora tenha dito que enfrentou dificuldades para reaver o dinheiro de sua parte. Após desistir de uma ação na Justiça, houve acordo.

(PAULO PEIXOTO, MARIO CÉSAR CARVALHO E LEONARDO SOUZA)

#### MINISTROS

*Acho que os ministros traíram a confiança do presidente. Só eles não tinham dimensão da explosão que isso [a denúncia sobre o "mensalão"] iria provocar?*

# Verba do 'mensalão' vinha de empresas, diz Jefferson

★ *Presidente do PTB revela detalhes sobre a mesada e diz não ter gravações*

★ *Delúbio distribuía o dinheiro, que chegava 'em malas', afirma deputado*

RENATA LO PRETE  
DITORA DO PAINEL

Depois de anunciar que só voltaria a falar na sindicância da Câmara e na CPI, o deputado Roberto Jefferson decidiu romper o silêncio e, na noite de sexta-feira, revelou novos detalhes sobre o "mensalão", que denunciara em entrevista à Folha publicada na segunda. De acordo com o presidente do PTB, os recursos para alimentar esse esquema, que consistiria no pagamento de mesadas de R\$ 30 mil, pelo PT, a deputados de outros parti-

dos da base aliada, vinham de estatais e de empresas privadas. Dinheiro que, segundo ele, chegava a Brasília "em malas" para ser distribuído em ação comandada pelo tesoureiro petista, Delúbio Soares, com a ajuda de "operadores" como o publicitário Marcos Valério e o líder do PP na Câmara, José Janene (PP-PR).

Evadido ao centro do noticiário pelos escândalos nos Correios e no IRB e transformado em pivô da pior crise política enfrentada por Lula a partir da denúncia do "mensalão", Jefferson nega ter gravações comprome-

tedoras contra autoridades do governo, contrariando os rumores que tomaram conta de Brasília ao longo da semana. “Tenho a palavra e a vivência desta relação de dois anos e meio com o governo do PT.”

Ao repisar o histórico do que teriam sido suas advertências contra o “mensalão”, Jefferson não poupa muustros, mas procura proteger Lula, a quem nada teria sido relatado até uma conversa com o próprio deputado no início deste ano. A partir daí, volta a dizer Jefferson, a mesada teria cessado. “O corpo mole [na Câmara] é porque está faltando aquilo que o Delúbio sempre transferiu a líderes e presidentes da base.”

Se poupa Lula, Jefferson faz o oposto com o ministro José Dirceu e com os demais integrantes do que ele chama de “cabeça” do PT: José Genoíno, Delúbio Soares, Silvío Pereira e Marcelo Sereno. Narra suas reuniões com esse time para tratar da distribuição de cargos, em uma sala “reservada ao Silvío Pereira” ao lado do gabinete de Dirceu no Palácio do Planalto.

Do apartamento funcional que ocupa em Brasília, Roberto Jefferson concedeu por telefone a entrevista que segue abaixo e nas duas páginas seguintes. O deputado diz não temer por sua segurança. “Se fizerem alguma coisa comigo, cai a República.”

## ‘É transferência de dinheiro à vista’

**Folha - De onde vem o dinheiro para pagar o “mensalão” que, segundo o seu relato, era pago pelo PT a deputados de partidos aliados do governo no Congresso?**

**Jefferson -** Vem de operações com empresas do governo e com empresas privadas.

**Folha - Que operações?**

**Jefferson -** Transferência de dinheiro à vista. Esse dinheiro chega a Brasília, pelo que sei, em malas. Tem um grande operador que trabalha junto do Delúbio, chamado Marcos Valério, que é um publicitário de Belo Horizonte.

É ele quem faz a distribuição de recursos. Sei que o deputado José Janene (PP-PR) é um dos operadores. Ele vai na fonte, pega, vem, é tido como um dos operadores do “mensalão”. Inclusive eu já vi o ministro Zé Dirceu [chefe da Casa Civil], muito irritado com ele porque ele se apresentava como “operador do Zé Dirceu”. Ele também é um dos homens que constroem o caixa para repartição entre deputados do PP e do PL.

**Folha - Qual era exatamente o papel de Marcos Valério?**

**Jefferson -** Ele é operador do Delúbio, desde o início do governo. O Janene faz a mesma operação. É de conhecimento notório.

**Folha - O sr. poderia citar nomes de deputados que recebiam essa remuneração mensal?**

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, participei ativamente das negociações sobre a liberação de recursos para o setor da agricultura. Fiz, em meu gabinete inúmeras reuniões com os maiores produtores do meu Estado, ouvindo atentamente suas reivindicações e me posicionando diante da grave crise que abate o setor. Foram conversas francas, colocando que esta crise, se não sairmos da monocultura, do mono-negócio, não será estancada. Alertei os agricultores de Mato Grosso para a necessidade de ampliarmos nossas atividades agrícolas, diversificando-as, indo desde o manejo sustentável de nossas florestas como para a exploração do mercado de carbono. Estive ainda com os agricultores na esplanada, dialogamos. Almoçamos juntos e estarei com a categoria para levarmos esta luta adiante e espero sinceramente, coroados de êxito.

ra a imprensa investigar. Mas eu sei que as direções do PP e do PL recebiam. Não é segredo. Eles insistiram isso para o Zé Múcio [deputado por Pernambuco e líder do PTB na Câmara], que não quis entrar. Eu quero inclusive dizer aqui que, quando o Múcio veio conversar comigo a primeira vez, quando o Delúbio Soares [tesoureiro do PT] o procurou, o Múcio veio a mim e disse: “Roberto, estou com você, sou contra receber “mensalão”. Mas nós já sabíamos naquela época, meados de 2003, que havia esse repasse de recursos ao PL e ao PP.

Se você perguntar: “Tem prova? Fotografou? Gravou?”. Não. Mas era conversa cotidiana na Câmara a repartição de mesada entre os deputados da base aliada, em especial o PL e o PP. Nunca ouvi falar do PMDB, e tenho certeza de que os deputados e os senadores do PT jamais receberam isso.

**Folha - O presidente do PL, deputado Valdemar Costa Neto (SP), já anunciou a decisão de processá-lo.**

**Jefferson -** É um direito dele. Na colocação que fiz, eu o atingi duramente. Ele tem o direito democrático de me processar.

**Folha - Houve problema de dinheiro entre PT e partidos da base na campanha municipal?**

**Jefferson -** Eu e o líder Zé Múcio acalmamos nossa base dizendo o

salão”, que desmoraliza e escraviza o deputado, e nas eleições a gente compõe com o PT uma troca de apoio e pede o financiamento para candidaturas que nós entendemos que devemos ganhar.

Foi pedida ao PTB, pelo José Genoíno [presidente do PT] e pelo Delúbio, uma planilha por Estados de campanhas a efeito que o PT financiaria para nós. Apresentamos uma planilha de R\$ 20 milhões. Esse recurso foi aprovado pelos dois e pelo Marcelo Sereno [secretário de Comunicação do PT]. No princípio de julho de 2004, eu reuni o partido e comuniquei. O repasse do dinheiro se daria em cinco etapas.

O primeiro recurso chegou na primeira quinzena de julho: R\$ 4 milhões, em dinheiro, em espécie. Em duas parcelas: uma de R\$ 2,2 milhões e, três dias depois, uma de R\$ 1,8 milhão. Quem trouxe o recurso à sede do PTB foi o Marcos Valério, em malas de viagem.

Eu e o Emerson Palmieri [tesoureiro informal do PTB] dividimos esses recursos entre candidatos. E assumimos o compromisso, que era o do Genoíno comigo, que outras parcelas viriam. Elas não vieram, e os candidatos do PTB que haviam assumido compromissos de campanha entraram em crise brutal. Essas coisas foram esticando a corda, tensionando a relação

### FRASES

*José Janene [líder do PP] era um dos operadores. Ele vai na fonte, pega, vem*

*Se você perguntar: “Tem prova? Fotografou? Gravou?”. Não. Mas era conversa cotidiana na Câmara*

*Foi pedida ao PTB, pelo Genoíno e pelo Delúbio, uma planilha de campanhas a efeito que o PT financiaria. Apresentamos uma planilha de R\$ 20 milhões. Esse recurso foi aprovado pelos dois*

A seguir leio reportagem sobre os desdobramentos das negociações junto ao Governo:

### Governo anuncia liberação de R\$3 bi para agricultura.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva cedeu em parte às reivindicações dos produtores rurais, garantindo R\$ 3 bilhões do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para renegociação das dívidas com a iniciativa privada. Prometeu, ainda, reavaliar a liberação de defensivos importados dos países do Mercosul e a facilitação no registro dos agroquímicos.

As decisões foram comunicadas em reunião entre o presidente da República, os governadores de Mato Grosso, Blairo Maggi, Mato Grosso do Sul, Zeca do PT, Goiás, Marconi

Perillo, e Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, representantes da organização do Tratoração e o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues.

Os recursos deverão ser disponibilizados, conforme informações da assessoria do Tratoração, no prazo de dez dias a um custo de 9,75% mais 4% de juros ao ano. Porém, o produtor arcará com uma taxa do crédito rural de 8,75%. Os outros 5% deverão ser custeados pela indústria que compra a produção agrícola. Os recursos liberados pelo BNDES serão destinados a todos os produtores, com exceção aos do Rio Grande do Sul, os quais já se beneficiaram com R\$ 1 bilhão do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) liberado recentemente.

Em relação aos importados, o assunto deverá ser discutido na próxima reunião da Camex (Câmara de Comércio Exterior) prevista para julho.

Mesmo com todas as promessas, os produtores não ficaram satisfeitos com o volume ofertado de recursos e com a falta de garantias.

Segundo o Presidente da Associação dos Produtores de Soja (Aprosoja), Rogério Salles, durante todo o dia de ontem o clima entre eles foi tenso, a reunião com os manifestantes foi suspensa algumas vezes. “Eles não aceitam voltar para casa só com promessas e querem tudo por escrito. Além disso, estão preocupados com a falta de capital para a nova safra”, informou Salles.

“O Presidente Lula não incluiu no acordo repasse de verba para prorrogação da dívida de custeio e não mencionou acerca do preço do arroz. Estamos discutindo sobre isso ainda”, disse Salles. A reunião, suspensa à tarde, só retornaria por volta das 18 horas e não tinha hora para acabar. Até o fechamento da edição, não tinham sido confirmados o horário e o dia em que os produtores deixariam a capital federal.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs; Senadores, o Presidente Lula perdeu a oportunidade de evitar que se inscrevesse na sua biografia mais uma e agora mais grave marca de autoritarismo. Lula foi longe, editou uma MP revogando outra que travava a pauta da Câmara e mandou editar uma edição extra de uma página do **Diário Oficial da União**. Tudo a toque de caixa e tudo à-toa.

Ontem à tarde, li aqui aquela desfigurada edição do **Diário Oficial**, já inscrita nos Anais do Senado da República, para que o historiador do amanhã possa avaliar a postura do Presidente Lula, que diz uma coisa e faz outra.

O Presidente diz que *o Governo quer apurar tudo à exaustão*. E à sorrelfa age em contrário, sem perceber que cada vez mais mergulha ou escorrega na pista de lama em que se transformou seu Governo.

O resultado dessas posições agride a Nação. Leio hoje no editorial de **O Estado de S. Paulo** essas três linhas:

“A sociedade já tem motivos para perder a paciência não só com os chavões do presidente, mas sobretudo com a distância abissal entre as suas exhibições de desassombro verbal e as ações concretas dos parlamentares do seu partido para esconder os pratos sujos.”

Na **Folha de S. Paulo**, o jornalista Clóvis Rossi usa a figura de *Pinóquio* para ilustrar o triste comportamento do Presidente e dos petistas: **O Pinóquio da estrela vermelha**.

Essas duas matérias estão anexadas a este pronunciamento para que, assim, passem a constar dos Anais do Senado da República.

Era o que eu tinha a dizer.

#### **DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matérias referidas:

#### **A única agenda positiva**

No encontro com o presidente Lula, a que o levou o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, na segunda-feira à noite, o governador de Minas Gerais, Aécio Neves, ouviu de seu anfitrião, entre uma queixa e outra sobre as suas dificuldades: “Quero tudo em pratos limpos.” Lula já deve ter perdido a conta de quantas vezes disse isso ou coisa parecida desde que irromperam as denúncias de corrupção no governo e no relacionamento do PT com os outros partidos da base aliada.

E a sociedade já tem motivos para perder a paciência não só com os chavões do presidente, mas sobretudo com a distância abissal entre as suas exhibições de desassombro verbal e as ações concretas dos parlamentares do seu partido para esconder os pratos sujos.

Tanto na CPI mista do Congresso como no Conselho de Ética da Câmara, a conduta dos representantes governistas se orienta claramente pela intenção de atrapalhar as apura-



ções. Na Comissão, passando por um episódio que por pouco não termina em baixaria, envolvendo o deputado petista Maurício Rands e a senadora ex-petista Heloísa Helena, o PT conseguiu impedir a antecipação, da semana que vem para ontem, do depoimento do publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza, o mais do que provável “homem da mala” do esquema de suborno de políticos denunciado pelo deputado Roberto Jefferson. E, no Conselho, as intervenções dos deputados do PT ao longo do depoimento da ex-secretária de Marcos Valério Fernanda Karina Somaggio tinham o evidente propósito de desqualificá-la. Eles sabem o que fazem – e não é crível que o presidente da República não saiba que o que fazem é tudo, menos limpar pratos. De fato, a CPI que nasceu (porque o governo não conseguiu abortá-la) como uma investigação sobre cobrança de propinas nos Correios e eventualmente em outras estatais logo se transformou, pela força das coisas, em CPI de Jefferson – e agora em CPI de Valério. Há poucas dúvidas de que ele, mais do que ninguém, é a figura cujas atividades e teias de lucrativas relações no PT e no governo, quando expostas à luz do dia, permitirão ligar os pontos no intrincado mapa da corrupção federal.

No fim da semana passada, a imprensa comprovou, com base em dados do Conselho de Controle das Atividades Financeiras, o que Fernanda Karina vinha dizendo, de forma genérica, sobre seu ex-patrão.

Entre julho de 2003 e maio de 2005, ele sacou, em dinheiro, um total de R\$ 20,9 milhões. Quase 3/5 dessa dinheirama entre setembro e março de 2004, no auge do troca-troca de partidos promovido na Câmara pelo então ministro José Dirceu e dos acertos para a definição de candidaturas às eleições municipais. E ontem se comprovou, com base na agenda de Fernanda entregue à Polícia Federal, que datas dos saques coincidiam com as das reservas em um hotel de Brasília para o chefe e, ao menos em um caso, para a sua gerente-financeira Simone Vasconcelos. Ao Conselho de Ética, Fernanda disse que ela relatou que ficava em um quarto de hotel, o dia todo: “Era um entra-e-sai de homem (...). Só contava dinheiro e passava para essas pessoas.”

As fontes primárias da bolada ainda são desconhecidas. Mas é significativo que no ano passado a Receita tenha multado uma das agências de Valério, a DNA, em R\$ 63,2 mi-

lhões por receber, em sua conta no Banco do Brasil, depósitos de origem não comprovada e por movimentar recursos muito superiores ao faturamento declarado. Em suma, tudo que servir para não manter o foco da apuração no publicitário “amigo do peito” do tesoureiro do PT, Delúbio Soares, e do secretário-geral Sílvio Pereira, é abafa ou diversionismo, o que vem a dar no mesmo. É o caso da transparente jogada petista para criar na Câmara uma CPI do “mensalão”, que investigaria também – a esta altura – compras de votos em 1997, quando o Congresso aprovou a emenda da reeleição.

Diante disso, o presidente Lula deve entender que esgotou a sua cota de juras de não deixar “pedra sobre pedra” em busca da verdade, enquanto o PT trata de fazer o contrário. Ou ele manda já o partido mudar de atitude – publicamente –, ou será tido como cúmplice, quando não mentor, do ocultamento das evidências de podridão. Ao governador Aécio, Lula defendeu uma “agenda positiva”. Ele que não se iluda: a única agenda positiva, hoje, é a do esclarecimento cabal das falcatruas denunciadas, com a identificação e punição dos seus responsáveis últimos.

## CLÓVIS ROSSI

### O Pinóquio da estrela vermelha

**SÃO PAULO** – Leitor encontrará a seguir a razão pela qual tudo o que o PT e seu governo dizem é pouco ou nada confiável. São trechos da resolução política que foi aprovada pelo 12º Encontro Nacional do partido, realizado em dezembro de 2001, na bica da campanha eleitoral.

“A centralidade do social exigirá a democratização da propriedade, com uma profunda reforma urbana que garanta habitação e acesso aos serviços públicos e uma ampla reforma agrária e apoio à agricultura familiar. No campo, o fim da violência e da impunidade do latifúndio é compromisso do novo governo”. Alguém viu algo parecido no governo Lula?

Mais: “Em segmentos como petróleo, energia, transporte, saneamento, bancos, onde a presença de empresas públicas ainda é relevante, ela deverá ser preservada, consolidada e AMPLIADA, em novas áreas, como na pesquisa em biotecnologia e em engenharia genética”. Cadê tudo isso?

Mais: “O programa de privatizações deve ser suspenso e reavaliado, auditadas as operações já realizadas, especialmente onde existem



indícios de má utilização dos recursos públicos ou negligência na preservação dos interesses nacionais”. Alguém ouviu falar?

Mais: “Com relação à dívida externa, (...) será necessário denunciar o acordo com o FMI para liberar a política econômica das restrições impostas ao crescimento e à defesa comercial do país, estabelecer mecanismos transparentes de controle sobre a entrada e a saída de capital, estimular a reinversão do investimento direto estrangeiro através da taxação das remessas de lucros e dividendos”. Precisa comentar?

Detalhes nada ociosos: encontro nacional é a instituição suprema do partido e as decisões do 12º Encontro jamais foram revogadas. Autor do texto parcialmente reproduzido: Celso Daniel, assassinado no ano seguinte, crime jamais devidamente esclarecido, aliás.

**O SR. GERSON CAMATA** (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não é segredo para ninguém que vivemos um grave momento na história política do País. A credibilidade de nossas instituições está ameaçada por inquietantes denúncias de corrupção, e sua reputação e seu futuro serão, sem dúvida, determinados por nossa reação: ou fazemos tudo o que estiver ao nosso alcance para esclarecê-las – apurando-as até o fim e, se for o caso, punindo exemplarmente os culpados – ou fingimos que nada de sério está acontecendo e, como tantas vezes já ocorreu neste país, sepultamos tais denúncias sob o manto da indiferença.

Felizmente, o Congresso já fez sua escolha, e esta foi pela completa elucidação. O mesmo pode ser dito do presidente da República, que garantiu que os fatos serão esclarecidos, mesmo que para tanto seja preciso, como ele disse, “cortar na própria carne”.

O Presidente, em seu programa de rádio, ressaltou que a corrupção no Brasil não é algo novo, e que seu governo a tem combatido. Sabemos todos que é um problema antigo em nosso país, mas não devemos deixar que a convivência com episódios lamentáveis amorteça nossas consciências. Tampouco podemos permitir que, por apatia ou negligência, esmoreça a determinação de investigar as denúncias. É fundamental que, se houver culpados, eles sejam descobertos e castigados com rigor, sem contemplações.

Tenho certeza de que nossas instituições só colherão benefícios de sindicâncias aprofundadas sobre as recentes denúncias de corrupção. Precisamos delas para esclarecer a amplitude e as ramificações da atuação de elementos perniciosos, para depurar a vida política do País e tranqüilizar a população.

Os Partidos de oposição ao governo têm cumprido seu papel, ao reivindicar a investigação imediata das denúncias. Já os integrantes da base aliada, infelizmente, demoraram para perceber a necessidade de uma ação rápida e saneadora. O esclarecimento de acusações de assalto aos cofres públicos não pode ser confundido com uma tentativa de desestabilizar o atual governo, até porque, volto a ressaltar, o próprio presidente da República manifestou o propósito de não deixar pedra sobre pedra para ver tudo elucidado.

Necessitamos de investigações profundas e livres de pressões. É um erro supor que elas serão prejudiciais ao País. Dono de uma biografia inatacável, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não perdeu a capacidade de indignar-se diante da corrupção. Devemos seguir o seu exemplo.

Também quero dizer, como segundo assunto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que ocupei esta tribuna em inúmeras ocasiões para protestar contra decisões equivocadas do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, o Cade, a respeito da venda da Chocolates Garoto, uma das indústrias de maior importância do Espírito Santo, com projeção internacional, que foi adquirida pela filial brasileira da Nestlé.

Hoje, quero registrar minha satisfação – e, tenho certeza, a de toda a população do Estado – com a decisão do juiz Itagiba Catta Preta Neto, da Quarta Vara da Justiça Federal de Brasília, que ontem concedeu liminar suspendendo os prazos estabelecidos pelo Cade para que a Nestlé venda a Garoto.

O prazo de 150 dias definido pelo Cade para a venda da empresa começou a contar no último dia 16, mas o juiz considerou necessária a sua suspensão, para que ele possa formar um juízo mais consistente sobre a legitimidade e legalidade da decisão.

Além do Cade, o juiz também vai ouvir a direção do Sindicato dos Trabalhadores em Alimentação e Afins do Espírito Santo, representante dos funcionários da Garoto, que emprega mais de três mil pessoas.

Tenho certeza de que este é o primeiro passo para a correção da flagrante injustiça cometida pelo Cade ao vetar a compra da Garoto pela Nestlé.

Semanas atrás, apresentei um Projeto de Decreto legislativo para sustar os efeitos das decisões administrativas proferidas pelo Cade no julgamento do caso Nestlé/Garoto.

Na ocasião, ressaltei que o Conselho, além de lento – demorou mais de dois anos para apreciar a compra – foi incoerente, se levarmos em conta decisões anteriores em outros casos, e praticou diversas irregularidades durante a instrução e o julgamento.

Existem vícios de nulidade processual na apreciação de provas e recursos, bem como no exercício de direitos

de defesa processual e de contraditório. O Cade também violou o princípio da livre iniciativa econômica, expresso no artigo 170 da Constituição, porque as restrições às concentrações de empresas, indicadas no artigo 54 da lei 8.884, podem ser compensadas com as eficiências econômicas geradas pelo ato de concentração.

Acredito que a Justiça saberá reconhecer que as decisões do Cade, no caso Nestlé/Garoto, são inconstitucionais e atentam contra o desenvolvimento do Espírito Santo e do Brasil, comprometendo dezenas de milhares de empregos – não só os diretos, mas os de uma complexa cadeia produtiva existente em torno da Garoto – e gerando um clima de incerteza prejudicial à estabilidade econômica.

**O SR VALDIR RAUPP** (PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, num País tão carente de experiências administrativas inovadoras e competentes, os bons exemplos precisam ser mais do que lembrados: devem ser enaltecidos. Nesse sentido, gostaria de prestar uma sincera homenagem à Prefeita Sueli Aragão, que vem administrando, de forma brilhante, o Município de Cacoal, no meu querido Estado de Rondônia.

Posso afirmar, com absoluta segurança e inabalável certeza, que, nos últimos anos, Cacoal se transformou numa das melhores cidades do Brasil para se viver. A Capital do Café passou também a ser a Capital da Educação! E educação é a chave-mestra do desenvolvimento, a chave que não só abre, mas escancara as portas da prosperidade e do bem-estar social.

Sabendo que nada se faz sem um bom planejamento, a Prefeitura de Cacoal propôs à sociedade local o Plano Decenal de Educação, que, após exaustiva discussão com todos os setores interessados, foi transformado em lei pela Câmara Municipal. Poucos Municípios brasileiros contam com um instrumento desse porte, que abarque sugestões planejadas para médio e longo prazo.

Investimentos massivos foram feitos num arrojado programa de inclusão digital, que equipou as escolas municipais, tanto da zona urbana quanto da rural, com computadores de última geração. Numa época em que os conhecimentos de informática têm o poder de incluir ou excluir cidadãos do mercado de trabalho, os jovens de Cacoal podem vislumbrar um futuro promissor.

Mas não basta equipar as escolas. É preciso capacitar os professores, para que possam oferecer ao aluno um ensino de qualidade. Atenta a esse fato, a Prefeitura tem investido na formação permanente dos profissionais de educação. Diversos cursos de reciclagem vêm sendo realizados, sempre abordando temas escolhidos pelos próprios professores. São os mestres a mostrar que o saber nasce do aprendizado constante!

A administração da Prefeita Sueli Aragão acabou com a diferença de qualidade entre o ensino rural e o urbano. Foi implantada a polarização das escolas rurais, como meio de oferecer aos filhos dos agricultores uma educação de qualidade, adequada ao meio rural e com currículos atualizados.

A polarização exigiu a construção, em tempo recorde, de novas salas de aula, cozinhas e refeitórios, além da contratação de professores e pedagogos. Escolas que atendiam de 15 a 20 alunos passaram a receber de 300 a 400 alunos, algumas ultrapassando os 600!

Reza o dito popular que “saco vazio não se põe de pé”. É verdade: aluno com fome nada aprende. Ciente dessa realidade, a Prefeitura implantou um programa pioneiro no Brasil, o “Café na Escola”. Por meio dele, cada criança recebe, antes de entrar em sala de aula, leite com multimistura, um pão e uma fruta. Essa medida simples, porém de extrema importância, acabou com a evasão escolar e reduziu, drasticamente, os níveis de repetência no Município.

A construção da Escola Cidadã é um exemplo claro do novo paradigma da educação em Cacoal: valorização da formação integral do aluno e interação constante entre escola e comunidade. A unidade oferecerá creche, alfabetização, ensino fundamental e centro de inclusão digital, além de atividades esportivas e recreativas para os idosos, e um posto de saúde para atender toda a comunidade.

Tantas iniciativas no campo da educação, e também na área de saúde e de assistência social, renderam a Sueli Aragão o prêmio de Prefeita Amiga da Criança, um reconhecimento da Fundação Abrinq pelo respeito aos direitos da criança e do adolescente. De parabéns, igualmente, está a população de Cacoal, por ter à frente do Município uma pessoa do quilate de sua Prefeita, exemplo de competência, seriedade e dedicação, para todo administrador público deste País!

Muito obrigado!

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) –

#### **(Moção de Reconhecimento à primeira Igreja Evangélica do Brasil)**

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, por mais que nos pareçam evidentes, os conceitos de liberdade e de igualdade entre todas as pessoas só foram aceitos há relativamente pouco tempo.

Durante a maior parte de sua história, a humanidade se pautou por uma mentalidade tribal, que negava ao outro qualquer reconhecimento.

Para essa mentalidade, uma pessoa que não pertencesse ao meu grupo, minha classe, minha tribo ou minha fé não possuiria direitos de qualquer espé-

cie. Aos estranhos estariam reservados unicamente a opressão, a conquista e o extermínio.

Apenas a partir do final do Século XVIII, a Era Moderna possibilitou a evolução de um pensamento que se caracteriza pela busca do caráter universal daquilo que significa pertencer à espécie humana.

Superados os particularismos excludentes, resta o reconhecimento de uma dignidade que pertence, indistintamente, a todos os homens e mulheres, sem exceção.

Entretanto, o final do Século XX, bem como o início do Século XXI, tem se destacado, infelizmente, pelo retorno da intolerância e da xenofobia que julgávamos, senão mortas, definitivamente marginalizadas.

É neste tempo sombrio, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que gostaria de ressaltar a grata lembrança da comemoração dos 150 anos de instalação e funcionamento da primeira igreja evangélica que se instalou em nosso País, pelo trabalho abnegado do médico escocês Robert Kalley e de sua esposa Sara Poulton Kalley.

Com efeito, já em 1810 fora autorizada a realização de cultos protestantes no Brasil, desde que realizados em caráter privado, sendo restrito qualquer tipo de proselitismo.

Já a Constituição do Império, não obstante estabelecer uma religião de Estado, reconhecia o livre exercício da fé, desde que observada a proibição de templos que exibissem publicamente essa forma.

Em decorrência, a atividade das denominações protestantes se restringia ao auxílio espiritual às colônias de imigrantes e a seus descendentes, como, por exemplo, a Igreja Episcopal Britânica e a Igreja Evangélica Alemã, que, desde a década de 1820, se dedicavam a realizar seus cultos nas línguas respectivas.

Em 1855, tendo sido forçados a abandonar a Ilha da Madeira, em razão de perseguições religiosas, o Dr. Kalley e sua esposa aceitaram o desafio de exercerem, no Brasil, o trabalho missionário que haviam desempenhado em Portugal e entre os membros da colônia portuguesa nos Estados Unidos.

Inicialmente exercendo seu mister no Rio de Janeiro e em Petrópolis, o casal Kalley logrou granjear o respeito da população local, a despeito de alguns mal-entendidos.

Por sua dedicação no combate à epidemia de cólera que atacava a cidade serrana, o Dr. Kalley chegou a ser reconhecido por Dom Pedro II, que lhe fez prolongada visita durante uma enfermidade.

Estabelecida sua Igreja na Capital Imperial e em razão de sua retidão e seu zelo evangelizador, os Kalleys foram convidados a também exercerem sua atividade no Município de Niterói, dando prosseguimento ao seu pioneiro trabalho missionário em língua portuguesa.

E são esses dois templos, o da ladeira do Barroso, no Rio, e o da rua da Conceição, em Niterói, os

marcos fundamentais da atividade evangélica congregacional no Brasil.

Essa atividade, no entanto, não se desenvolveu de forma sempre tranqüila. Com a complacência das autoridades imperiais, por inúmeras vezes os Kalley sofreram ataques jornalísticos e mesmo físicos, os quais suportaram de maneira exemplar.

Retornando definitivamente para a Escócia em 1876, Robert Kalley e sua esposa são lembrados, ainda hoje, como os primeiros difusores da fé evangélica no Brasil, tendo, também, legado o primeiro hinário religioso em língua portuguesa do qual se tem notícia.

As dificuldades por eles enfrentadas para o exercício de sua religião, bem como sua firmeza, sua dedicação e sua abnegação são exemplos que, nestes tempos de intolerância crescente, devemos manter em mente, para que tenhamos a força moral de garantir a todos os homens e mulheres a dignidade humana que a todos é devida.

E, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, é em razão de seu exemplo e pela passagem do sesquicentenário de sua ação missionária, que gostaria de propor, neste momento, uma Moção de Reconhecimento ao trabalho pioneiro que Robert Reid Kalley e Sara Poulton Kalley e seus sucessores da Igreja Evangélica Congregacional desenvolveram e têm desenvolvido no Brasil, trazendo conforto e esperança que alimentam as almas e tornam homens e mulheres melhores.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 16 horas e 10 minutos.)*

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**3ª Sessão Legislativa Ordinária da**  
**52ª Legislatura - 2005**

**Resenha Mensal das matérias apreciadas**  
**referente ao mês de junho de 2005**  
**(Período de 1º a 30/6/2005)**

**I - MEDIDAS PROVISÓRIAS**

**1 – APROVADAS NA FORMA DE PROJETO DE LEI DE**  
**CONVERSÃO E ENVIADAS À SANÇÃO:**

<b>Total .....</b>	<b>5</b>
--------------------	----------

**Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2005** (oferecido pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 234, de 2005), que *altera os arts. 54, 57, 59, 60 e 2.031 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, e o art. 192 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, e dá outras providências.*

**Sessão:** 08.6.2005

**Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2005** (oferecido pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 235, de 2005), que *dispõe sobre o Programa Universidade para Todos – PROUNI e altera o inciso I do art. 2º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.*

**Sessão:** 08.6.2005

**Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2005** (oferecido pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 238, de 2005), que *institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003 e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências.*

**Sessão:** 09.6.2005



**Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2005** (oferecido pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 237, de 2005), que *autoriza a União a prestar auxílio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País; altera a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.*

**Sessão:** 09.6.2005

**Sessão:** 16.6.2005 (aprovação de retificação do texto do Projeto de Lei de Conversão)

**Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2005** (oferecido pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 239, de 2005), que *acrescenta artigo à Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.*

**Sessão:** 15.6.2005

## **2 – APROVADA NA FORMA DE MEDIDA PROVISÓRIA (PREFERÊNCIA), PREJUDICADO O PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO, E DEVOLVIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS:**

<b>Total .....</b>
--------------------

**Medida Provisória nº 241, de 2005**, que *abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Justiça e da Defesa e dos Encargos Financeiros da União, no valor global de R\$ 299.594.749,00 (duzentos e noventa e nove milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, setecentos e quarenta e nove reais) para os fins que especifica.*

**Sessão:** 28.6.2005

## **II – PROJETOS DE LEI APROVADOS E ENVIADOS À SANÇÃO:**

De iniciativa da Câmara dos Deputados ...	2
<b>Total.....</b>	<b>2</b>

**Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2005** (nº 5.873/02, na Casa de origem), que *inscreve o nome de José Bonifácio de Andrada e Silva no Livro dos Heróis da Pátria.*

**Sessão:** 28.6.2005

**Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 2004** (nº 834/2003, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional da Imigração Japonesa.*

**Sessão:** 30.6.2005

### III – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS:

De iniciativa do Senado Federal .....	12
<b>Total.....</b>	<b>12</b>

**Projeto de Lei do Senado nº 453, de 2003**, de autoria do Senador Paulo Paim, que *dispõe sobre o acesso aos cursos de graduação no ensino superior público.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 13.6.2005

**Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2004**, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que *acrescenta parágrafo ao art. 2º da Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992* (dispõe sobre a competência do juízo da Vara da Família, assegurado o segredo de família, relativa à investigação de paternidade de filhos havidos fora do casamento).

**(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

**Sessão:** 13.6.2005

**Projeto de Lei do Senado nº 360, de 2004**, de autoria do Senador João Ribeiro, que *institui do Dia Nacional do Fonoaudiólogo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 13.6.2005

**Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2005**, de autoria do Senador Osmar Dias, que *denomina “Aeroporto de Londrina – Governador José Richa” o Aeroporto de Londrina, no Estado do Paraná.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 13.6.2005

**Projeto de Lei do Senado nº 456, de 2003**, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que *acrescenta dispositivo à Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, para tornar disponível a equoterapia no âmbito do Sistema Único de Saúde.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)**

**Sessão:** 16.6.2005

**Projeto de Lei do Senado nº 199, de 2003**, de autoria do Senador Roberto Saturnino, que *dispõe sobre a destinação a ser dada aos valores relativos às cotas de fundos de investimento em títulos e valores mobiliários representativas de fundos fiscais criados pelo Decreto-Lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967, não resgatadas por seus respectivos titulares.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)**

**Sessão:** 22.6.2005

**Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2004**, de autoria do Senador Romeu Tuma, que *altera o art. 57 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para obrigar a que as bulas de medicamentos sejam impressas com letras cujas dimensões permitam a leitura fácil.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)**

**Sessão:** 22.6.2005

**Projeto de Lei do Senado nº 282, de 2004**, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que *institui o Dia Nacional de Combate à Psoríase.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 22.6.2005

**Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2004**, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que *acrescenta alínea ao § 3º do art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para estender o benefício fiscal às doações e patrocínios destinados à construção de salas de cinema em municípios com menos de cem mil habitantes.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 22.6.2005

**Projeto de Lei do Senado nº 512, de 2003**, de autoria do Senador Jonas Pinheiro, que *torna obrigatória a proteção contra radiação ultravioleta nos óculos de sol e dá outras providências.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)**

**Sessão:** 23.6.2005

**Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2004**, de autoria do Senador Marco Maciel, que *denomina “Ordem do Mérito das Comunicações Jornalista Roberto Marinho” a “Ordem do Mérito das Comunicações”.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 23.6.2005

**Proposta de Emenda à Constituição nº 77-B, de 2003**, tendo como primeiro signatário o Senador Rodolpho Tourinho, que *disciplina a fixação do limite remuneratório para os agentes públicos dos Poderes Legislativo e Executivo dos Estados e do Distrito Federal, determina a aplicação do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, às pensões derivadas dos proventos de aposentadoria dos servidores públicos que se aposentarem na forma do caput do art. 6º da mesma Emenda, e disciplina a forma de contribuição dos servidores portadores de doença incapacitante para o custeio da Previdência Social.*

**Sessão:** 30.6.2005

#### IV - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO:

De iniciativa do Senado Federal .....	40
De iniciativa da Câmara dos Deputados	261
<b>Total.....</b>	<b>301</b>

**Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2003** (nº 306/2000, na Câmara dos Deputados), que *acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura.*

**Sessão:** 1º.6.2005

**Projeto de Resolução nº 16, de 2005** (OFS nº 27/99), de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que *suspende a execução da Lei nº 2.200, de 3 de junho de 1983, que acrescentou o § 4º ao art. 27 da Lei nº 1.444, de 13 de dezembro de 1966, ambas do Município de Sorocaba/São Paulo, e, em parte, a execução do art. 12 da Lei ordinária federal nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, no ponto em que revogou o art. 15 do Decreto-Lei nº 57, de 18 de novembro de 1966.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

**Sessão:** 06.6.2005

**Projeto de Resolução nº 17, de 2005** (OFS nº 40/2000), de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que *suspende a execução de parte do art. 15 da Medida Provisória nº 1.212, de 28 de novembro de 1995, e de igual disposição constante das medidas provisórias reeditadas, bem como de parte do art. 18 da Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

**Sessão:** 06.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 102, de 2005** (nº 1.361/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Ação Candeias FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Candeias, Estado da Bahia.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 09.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 104, de 2005** (nº 1.318/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Telecomunicações Góis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itamaraju, Estado da Bahia.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 09.6.2005



**Projeto de Decreto Legislativo nº 782, de 2004** (nº 161/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Fundação Cultural e Recreativa Donaria Rodrigues a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serrano do Maranhão, Estado do Maranhão.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 13.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 991, de 2004** (nº 846/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Emissoras Rádio Marajoara Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Belém, Estado do Pará.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 13.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.171, de 2004** (nº 779/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Constelação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guarabira, Estado da Paraíba.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 13.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.177, de 2004** (nº 802/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Sousa FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sousa, Estado da Paraíba.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 13.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.241, de 2004** (nº 541/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Nossa Senhora de Fátima a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tenório, Estado da Paraíba.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 13.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.286, de 2004** (nº 520/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Social do Município de Alagoa Nova a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alagoa Nova, Estado da Paraíba.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 13.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.299, de 2004** (nº 706/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura dos Inhamuns Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tauá, Estado do Ceará.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 13.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.335, de 2004** (nº 1.082/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Amigos de Pedras de Fogo-PB a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedras de Fogo, Estado da Paraíba.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 13.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.365, de 2004** (nº 892/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio FM Pequeno Vale – FM Pequeno Vale a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipumirim, Estado de Santa Catarina.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 13.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.370, de 2004** (nº 980/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Fraternidade para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 13.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.374, de 2004** (nº 1.016/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Vale do Sabugy Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Luzia, Estado da Paraíba.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 13.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.382, de 2004** (nº 3.161/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Apoio Comunitário Itabiritense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itabirito, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 13.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.383, de 2004** (nº 1.117/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Imbahá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 13.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.384, de 2004** (nº 1.119/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Panamericana S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 13.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.389, de 2004** (nº 1.128/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Difusora de Pirassununga Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pirassununga, Estado de São Paulo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 13.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.396, de 2004** (nº 1.157/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cidade Morena FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belém, Estado do Pará.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 13.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.400, de 2004** (nº 1.163/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio e Televisão Atalaia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Óbidos, Estado do Pará.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 13.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.421, de 2004** (nº 1.181/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores de Juruáia – MG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juruáia, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 13.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.424, de 2004** (nº 1.185/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Social de Livramento a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Livramento, Estado do Paraíba.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 13.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.435, de 2004** (nº 1.256/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão a Portal Sistema FM de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Carlos, Estado de Santa Catarina.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 13.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.440, de 2004** (nº 1.269/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores da Barra do Boi a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nossa Senhora da Glória, Estado de Sergipe.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 13.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.444, de 2004** (nº 1.095/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rede Família de Comunicação S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Limeira, Estado de São Paulo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 13.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.455, de 2004** (nº 970/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Santo André Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santo André, Estado de São Paulo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 13.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.456, de 2004** (nº 1.000/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Fundação Educacional Rádio e TV Natureza de Paranapanema a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paranapanema, Estado de São Paulo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 13.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.459, de 2004** (nº 1.010/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Mogi Guaçu Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mogi Guaçu, Estado de São Paulo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 13.6.2005



**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.460, de 2004** (nº 1.053/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Monumental de Aparecida Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Aparecida, Estado de São Paulo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 13.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.463, de 2004** (nº 1.100/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Educativa de Radiodifusão Comunitária – Acerc a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Branca, Estado de São Paulo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 13.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.464, de 2004** (nº 3.073/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural Pampiana – ACCP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vila Nova do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 13.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.465, de 2004** (nº 1.131/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio 105 FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jundiá, Estado de São Paulo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 13.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.468, de 2004** (nº 1.176/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Apoio e Desenvolvimento Cultural de Traipu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Traipu, Estado de Alagoas.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 13.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.469, de 2004** (nº 712/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Vale do Jacuí Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 13.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.483, de 2004** (nº 771/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Princesa do Jacuí Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Candelária, Estado do Rio Grande do Sul.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 13.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 2005** (nº 459/2000, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Artística e Cultural de Areia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Areia, Estado da Paraíba.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 13.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 2005** (nº 811/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio e Televisão Jarana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paragominas, Estado do Pará.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 13.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2005** (nº 974/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada a Penedo Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Penedo, Estado de Alagoas.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 13.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 2005** (nº 979/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural, Artística e Social de Integração Comunitária de São Manuel a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Manuel, Estado de São Paulo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 13.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 2005** (nº 997/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Educadora de Guaíba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guaíba, Estado do Rio Grande do Sul.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 13.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2005** (nº 1.167/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza o Governo do Estado de Alagoas a executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Calvo, Estado de Alagoas.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 13.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2005** (nº 1.229/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza o Governo do Estado de Alagoas a executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arapiraca, Estado de Alagoas.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 13.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 2005** (nº 1.240/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rádio Educativa Brumas FM para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brumado, Estado da Bahia.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 13.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 36, de 2005** (nº 1.242/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Papanduva Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Papanduva, Estado de Santa Catarina.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 13.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 2005** (nº 1.248/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Fronteira Oeste Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 13.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 2005** (nº 1.249/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Guarujá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 13.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 2005** (nº 1.250/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio e Televisão Ponta Negra Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santarém, Estado do Pará.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 13.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 55, de 2005** (nº 1.306/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube do Pará PRC-5 Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Belém, Estado do Pará.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 13.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 62, de 2005** (nº 530/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Tabajara FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 13.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 70, de 2005** (nº 1.235/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores do Povoado Tabuleiro Grande – Anadia – Alagoas – Ascompotag a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anadia, Estado de Alagoas.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 13.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 83, de 2005** (nº 1.307/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Independência de Catolé do Rocha Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Catolé do Rocha, Estado da Paraíba.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 13.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 89, de 2005** (nº 1.320/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Comunitária do Movimento Sócio-Cultural e Educativo de Itatim – ABCCI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itatim, Estado da Bahia.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 13.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 165, de 2005** (nº 1.317/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Produção FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Palmitos, Estado de Santa Catarina.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 13.6.2005



**Projeto de Decreto Legislativo nº 815, de 2004** (nº 256/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Jubiaba Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mirante da Serra, Estado de Rondônia.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 16.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.136, de 2004** (nº 437/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Fronteira Oeste Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barrucão, Estado do Paraná.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 16.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.182, de 2004** (nº 888/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Educadora Laranjeiras do Sul Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 16.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.202, de 2004** (nº 850/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Fundação Educacional Dom Pedro Felipak para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Wenceslau Braz, Estado do Paraná.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 16.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.219, de 2004** (nº 1.030/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Universidade Católica de Pelotas para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 16.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.238, de 2004** (nº 597/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da TV Independência S/A para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 16.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.250, de 2004** (nº 604/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Folha de Londrina Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Londrina, Estado do Paraná.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 16.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.318, de 2004** (nº 982/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cidade Jandaia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jandaia do Sul, Estado do Paraná.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 16.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.344, de 2004** (nº 1.103/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Mário Teixeira Marinho a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itambaracá, Estado do Paraná.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 16.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.390, de 2004** (nº 1.133/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Estância Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Águas de São Pedro, Estado de São Paulo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 16.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.394, de 2004** (nº 1.138/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Laranjense (Ascol) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Laranja da Terra, Estado do Espírito Santo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 16.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.409, de 2004** (nº 1.178/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Rádio Clube de Mimoso do Sul a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mimoso do Sul, Estado do Espírito Santo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 16.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.426, de 2004** (nº 1.194/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Tokaia Eventos Comunitários e Culturais da Cidade de Perdigão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Perdigão, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 16.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.437, de 2004** (nº 1.262/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Super Rádio DM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Afonso Cláudio, Estado do Espírito Santo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 16.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.442, de 2004** (nº 1.272/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Guaraciama – MG Ascog a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaraciama, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 16.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.452, de 2004** (nº 922/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Líder de Votuporanga Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Votuporanga, Estado de São Paulo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 16.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.461, de 2004** (nº 1.056/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Independente de Barretos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Colina, Estado de São Paulo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 16.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.462, de 2004** (nº 1.099/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária do Alto do Ginásio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sertãozinho, Estado de São Paulo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 16.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.487, de 2004** (nº 787/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Difusora Santarritense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 16.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.489, de 2004** (nº 378/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educacional e Cultural de Ipanema para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Ipanema, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 16.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.490, de 2004** (nº 963/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à S.A. Rádio Guarani para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda curta na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 16.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 2005** (nº 658/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária do Guaé (ABCCG) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caucaia, Estado do Ceará.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 16.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 2005** (nº 853/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Araripe de Campos Sales Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campos Sales, Estado do Ceará.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 16.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2005** (nº 1.158/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube Pontagrossense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 16.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 68, de 2005** (nº 1.230/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Amigos do Bairro Santa Tereza a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 16.6.2005



**Projeto de Resolução nº 19, de 2005**, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que *suspende a execução do art. 10 da Lei Federal nº 2.145, de 29 de dezembro de 1953, com a redação da Lei Federal nº 8.307, de 30 de dezembro de 1991.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

**Sessão:** 16.6.2005

**Projeto de Resolução nº 20, de 2005**, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que *suspende a execução do art. 11 do Convênio ICM nº 66, de 14 de dezembro de 1988, do Ministério da Fazenda.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

**Sessão:** 16.6.2005

**Projeto de Resolução nº 21, de 2005**, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que *suspende a execução do art. 1º da Lei nº 10.389, de 26 de dezembro de 1990, do Município de São Carlos, no Estado de São Paulo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

**Sessão:** 16.6.2005

**Projeto de Resolução nº 22, de 2005**, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que *suspende a execução do inciso II do art. 10 da Lei Municipal nº 11.154, de 30 de dezembro de 1991, do Município de São Paulo, no Estado de São Paulo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

**Sessão:** 16.6.2005

**Projeto de Resolução nº 23, de 2005**, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que *suspende a execução do art. 119 da Lei nº 744, de 25 de agosto de 1992, do Município de Nova Bassano, no Estado do Rio Grande do Sul.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

**Sessão:** 16.6.2005

**Projeto de Resolução nº 24, de 2005**, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que *suspende a execução dos arts. 212, 213, 214 e 215 da Lei Municipal nº 1.942, de 22 de dezembro de 1983, do Município de Votuporanga, no Estado de São Paulo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

**Sessão:** 16.6.2005

**Projeto de Resolução nº 25, de 2005**, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que *suspende a execução do art. 59 da Lei Estadual nº 5.466, de 26 de setembro de 1991, do Estado da Paraíba.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

**Sessão:** 16.6.2005

**Projeto de Resolução nº 27, de 2005**, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que *suspende a execução dos artigos 86, incisos I, II e III; 87, incisos I e II; 91; 93, incisos I e II; e 94, incisos I e II, todos da Lei Municipal nº 6.989, de 29 de dezembro de 1966, do Município de São Paulo, no Estado de São Paulo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

**Sessão:** 16.6.2005

**Projeto de Resolução nº 28, de 2005**, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que *suspende a execução do art. 21 da Lei Municipal nº 1.990, de 1º de dezembro de 1988, do Município de Manaus, no Estado do Amazonas.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

**Sessão:** 16.6.2005

**Projeto de Resolução nº 29, de 2005**, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que *suspende a execução do art. 2º da Lei Municipal nº 2.080, de 30 de dezembro de 1993, do Município do Rio de Janeiro, na parte em que revogou o art. 29 da Lei Municipal nº 691, de 24 de dezembro de 1984, do mesmo Município, no Estado do Rio de Janeiro.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

**Sessão:** 16.6.2005

**Projeto de Resolução nº 30, de 2005**, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que *suspende a execução do art. 1º da Lei Estadual nº 13.270, de 27 de julho de 1999, do Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

**Sessão:** 16.6.2005

**Projeto de Resolução nº 31, de 2005**, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que *suspende a execução do inciso III do art. 6º da Lei Estadual nº 6.606, de 20 de dezembro de 1989, do Estado de São Paulo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

**Sessão:** 16.6.2005

**Projeto de Resolução nº 32, de 2005**, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que *suspende, nos termos do art. 52, X, da Constituição Federal, a execução da Lei nº 10.533, de 30 de novembro de 1993, do Estado do Paraná.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

**Sessão:** 16.6.2005

**Projeto de Resolução nº 33, de 2005**, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que *suspende a execução do art. 39 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Paraná.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

**Sessão:** 16.6.2005

**Projeto de Resolução nº 34, de 2005**, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que *suspende a execução da expressão “Federal ou da”, constante da alínea c do inciso I do art. 106 da Constituição do Estado de Sergipe.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

**Sessão:** 16.6.2005

**Projeto de Resolução nº 35, de 2005**, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que *suspende a execução da alínea h do inciso I do art. 12 da Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991, acrescentada pelo § 1º do art. 13 da Lei Federal nº 9.506, de 30 de outubro de 1997.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

**Sessão:** 16.6.2005

**Projeto de Resolução nº 36, de 2005**, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que *suspende a execução do art. 12 e seus parágrafos da Lei Estadual nº 6.929, de 2 de dezembro de 1975 (Estatuto da Magistratura), do Estado do Rio Grande do Sul.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

**Sessão:** 16.6.2005

**Projeto de Resolução nº 37, de 2005**, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que *suspende a execução dos arts. 2º e 4º do Decreto-Lei nº 2.295, de 21 de novembro de 1986.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

**Sessão: 16.6.2005**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 440, de 2004** (nº 315/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Eirunepé a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Eirunepé, Estado do Amazonas.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 17.6.2005**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 508, de 2004** (nº 3.083/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Urbano de Tarrafas – Ceará - Asdut a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tarrafas, Estado do Ceará.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 17.6.2005**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 591, de 2004** (nº 807/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede de Radiodifusão Novidade Técnica Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 17.6.2005**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 733, de 2004** (nº 421/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária em Prol de Araguari – Acepa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araguari, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 17.6.2005**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 736, de 2004** (nº 431/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Rádio Educativa de Uberaba – Fureu para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 17.6.2005**



**Projeto de Decreto Legislativo nº 751, de 2004** (nº 3.058/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Comunicação Beneficente Comunitária Interativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra do Salitre, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 786, de 2004** (nº 192/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação dos Produtores Rurais de Chácara a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chácara, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 866, de 2004** (nº 426/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Central do Triângulo Mineiro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Monte Alegre de Minas, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 871, de 2004** (nº 449/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Fundação Maria de Jesus Pessoa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chapadinha, Estado do Maranhão.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 904, de 2004** (nº 3.178/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária FJB FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Geraldo do Baixio, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 925, de 2004** (nº 506/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Rio Grande Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lavras, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 948, de 2004** (nº 567/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Vitória de Divinópolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 955, de 2004** (nº 3.059/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente Universo - Acobeu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caratinga, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 962, de 2004** (nº 17/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Embracet - Empresa Brasileira de Comunicação, Educação e Turismo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sabinópolis, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 966, de 2004** (nº 166/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Ascombap - Associação Comunitária de Cultura e Comunicação do Barro Preto a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.004, de 2004** (nº 584/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM do Vale do Piracicaba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de João Monlevade, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.071, de 2004** (nº 659/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Pedra Pintada - ACP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itacoatiara, Estado do Amazonas.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.095, de 2004** (nº 848/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Itacaiúnas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Marabá, Estado do Pará.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.128, de 2004** (nº 198/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Uberlândia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.148, de 2004** (nº 705/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Aracati Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Aracati, Estado do Ceará.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.149, de 2004** (nº 707/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura da Bahia S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Salvador, Estado da Bahia.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.166, de 2004** (nº 764/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Maciço de Baturité Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Baturité, Estado do Ceará.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.169, de 2004** (nº 773/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Difusora de Itacoatiara Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itacoatiara, Estado do Amazonas.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.208, de 2004** (nº 977/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São Pedro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tejuçuoca, Estado do Ceará.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.210, de 2004** (nº 985/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Liberdade de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aratuba, Estado do Ceará.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.224, de 2004** (nº 238/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Universal Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Teodoro Sampaio, Estado de São Paulo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.232, de 2004** (nº 575/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Iguatú Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sobral, Estado do Ceará.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.234, de 2004** (nº 580/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Apoio ao Cidadão Carente – A.A.C.C. a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.253, de 2004** (nº 620/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Bahiana de Itaberaba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itaberaba, Estado da Bahia.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005



**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.264, de 2004** (nº 1.034/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Paraíso Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Maceió, Estado de Alagoas.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.269, de 2004** (nº 1.043/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Liberdade de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tianguá, Estado do Ceará.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.278, de 2004** (nº 1.214/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Morro Alto FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arroio do Meio, Estado do Rio Grande do Sul.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.290, de 2004** (nº 590/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Uirapuru Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.293, de 2004** (nº 651/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Iguaíense Novo Milênio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iguaí, Estado da Bahia.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.295, de 2004** (nº 667/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Prefeitura Municipal de Taquari para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.298, de 2004** (nº 699/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Evangelii Nuntianti para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Parintins, Estado do Amazonas.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.331, de 2004** (nº 1.076/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Caraíbas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Irecê, Estado da Bahia.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.355, de 2004** (nº 1.135/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Sul Paraná Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Mateus do Sul, Estado do Paraná.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.359, de 2004** (nº 576/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cristal Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Marmeleiro, Estado do Paraná.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.380, de 2004** (nº 1.084/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Emissora Sul Goiana de Quirinópolis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Quirinópolis, Estado de Goiás.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.387, de 2004** (nº 1.125/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura dos Palmares S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Palmares, Estado de Pernambuco.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.393, de 2004** (nº 1.137/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Liberdade de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão*

*sonora em frequência modulada na cidade de Santa Quitéria, Estado do Ceará.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.399, de 2004** (nº 1.162/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Maringá de Pombal Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pombal, Estado da Paraíba.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.403, de 2004** (nº 1.169/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Comunitária de Galante a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.405, de 2004** (nº 1.172/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Liberal Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Belém, Estado do Pará.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.408, de 2004** (nº 1.177/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Beneficente de Marapanim a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marapanim, Estado do Pará.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.410, de 2004** (nº 1.179/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa Casa da Providência para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Reriutaba, Estado do Ceará.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.414, de 2004** (nº 1.197/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Nelson Ribeiro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Vitória do Palmar, Estado do Rio Grande do Sul.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.415, de 2004** (nº 1.198/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Creche Godiva Agostini da Matta a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Miradouro, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.417, de 2004** (nº 1.203/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Assistencial Manje a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.419, de 2004** (nº 1.211/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária “FM” de Tupanatinga – Pernambuco a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tupanatinga, Estado de Pernambuco.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.422, de 2004** (nº 1.183/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Resgate a Cultura do Rio das Traíras a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Trairi, Estado do Ceará.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.423, de 2004** (nº 1.184/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão para o Desenvolvimento Cultural e Social de Maetinga a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maetinga, Estado da Bahia.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.427, de 2004** (nº 1.195/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico, Amigos da Cidade de Jacarezinho a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jacarezinho, Estado do Paraná.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**



**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.429, de 2004** (nº 1.199/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária em Defesa do Desenvolvimento de Wanderley - Adwan a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Wanderley, Estado da Bahia.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.432, de 2004** (nº 1.208/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Itabaiana FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lagoa Seca, Estado da Paraíba.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.439, de 2004** (nº 1.268/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural São Judas Tadeu para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itaúna, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.447, de 2004** (nº 417/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Saúde a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Saúde, Estado da Bahia.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.448, de 2004** (nº 461/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural dos Amigos de Nova Esperança do Piriá - Acanep a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Esperança do Piriá, Estado do Pará.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.451, de 2004** (nº 862/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Rainha de Senhor do Bonfim Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Senhor do Bonfim, Estado da Bahia.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.453, de 2004** (nº 961/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Atlântica de Santos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santos, Estado de São Paulo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.454, de 2004** (nº 962/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Paranapanema Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Piraju, Estado de São Paulo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.481, de 2004** (nº 769/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Fundação Roberto Rabello de Comunicação Social para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Afonso Cláudio, Estado do Espírito Santo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.485, de 2004** (nº 783/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Mello e Bruno Comunicação e Participações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barão de Cocais, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 2005** (nº 617/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cidade de Maracaju Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Maracaju, Estado de Mato Grosso do Sul.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 2005** (nº 801/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Tropical de Dionísio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Dionísio, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 2005** (nº 856/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Curvelo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Curvelo, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 2005** (nº 1.035/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Pimenta Bueno Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pimenta Bueno, Estado de Rondônia.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 2005** (nº 1.040/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Emissora de Educação Rural Santarém Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Santarém, Estado do Pará.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 2005** (nº 1.050/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Itacoatiara Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itacoatiara, Estado do Amazonas.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2005** (nº 1.187/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Montes Belos de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paraúna, Estado de Goiás.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2005** (nº 1.218/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio Monte Castelo FM (ACRMCFM) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mariano Moro, Estado do Rio Grande do Sul.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 2005** (nº 1.260/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Amigos de Carai (Acac) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carai, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 51, de 2005** (nº 1.328/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Tanabi Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tanabi, Estado de São Paulo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 54, de 2005** (nº 1.296/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Comunitária FM – AMCRC/FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquarussu, Estado de Mato Grosso do Sul.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 56, de 2005** (nº 1.309/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Cultural Princesa do Sul para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2005** (nº 1.335/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Antônio Dias a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Antônio Dias, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 66, de 2005** (nº 1.227/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cidade FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bela Vista de Minas, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005



**Projeto de Decreto Legislativo nº 73, de 2005** (nº 1.259/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação de Radiodifusão Rodesindo Pavan para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 17.6.2005**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 75, de 2005** (nº 1.265/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Cerrito, Estado de Santa Catarina.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 17.6.2005**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 78, de 2005** (nº 1.283/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da J.M.B. Empreendimentos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 17.6.2005**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 81, de 2005** (nº 1.290/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Anunciação a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 17.6.2005**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 82, de 2005** (nº 1.293/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária A Voz de São João da Barra a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 17.6.2005**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 84, de 2005** (nº 1.308/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Fundação Cultural Celinauta para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 17.6.2005**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 85, de 2005** (nº 1.312/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de*

*Moradores da Comunidade Nossa Senhora de Fátima a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Babaçulândia, Estado do Tocantins.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 87, de 2005** (nº 1.315/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Acocab – Associação Comunitária do Desenvolvimento Cultural e Artístico de Boa Vista da Aparecida - PR a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 91, de 2005** (nº 1.329/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Costa Azul Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ubatuba, Estado de São Paulo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 98, de 2005** (nº 1.342/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Roberto Rabello de Comunicação Social para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 108, de 2005** (nº 419/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Ação Social São Francisco de Assis - Asfa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palhoça, Estado de Santa Catarina.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 110, de 2005** (nº 854/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Fundação Emissora Rural A Voz do São Francisco para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 116, de 2005** (nº 1.224/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação*

*Comunitária Santa Luzia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 17.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 459, de 2004** (nº 2.934/2003, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Pratapolense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pratápolis, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 20.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 513, de 2004** (nº 3.085/2003, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João da Lagoa, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 20.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 916, de 2004** (nº 366/2003, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitária, Educativa e Cultural de Alto Alegre do Maranhão - Acecaa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Alegre do Maranhão, Estado do Maranhão.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 20.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.009, de 2004** (nº 616/2003, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente Cultural de Radiodifusão Comunitária de Bom Jesus dos Perdões - R.C.P. - FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jesus dos Perdões, Estado de São Paulo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 20.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.185, de 2004** (nº 896/2003, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM 101.1 de Pouso Alegre Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 20.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.214, de 2004** (nº 1.004/2003, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a concessão da Rádio*

*Tropical de Três Corações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Três Corações, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 20.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.223, de 2004** (nº 2.729/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão do Sistema de Radiodifusão Veredas de Unai Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Unai, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 20.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.247, de 2004** (nº 564/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Capivari de Baixo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capivari de Baixo, Estado de Santa Catarina.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 20.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.254, de 2004** (nº 621/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Princesa do Vale de Camapuã S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Camapuã, Estado de Mato Grosso do Sul.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 20.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.256, de 2004** (nº 623/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Televisão Atalaia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 20.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.305, de 2004** (nº 809/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Continental Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 20.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.311, de 2004** (nº 934/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da*



*Fundação Cultural João Paulo II para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 20.6.2005**

*Projeto de Decreto Legislativo nº 1.339, de 2004 (nº 1.091/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Campo Alegre Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Verde de Mato Grosso, Estado de Mato Grosso do Sul.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 20.6.2005**

*Projeto de Decreto Legislativo nº 1.395, de 2004 (nº 1.140/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Nhamundá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nhamundá, Estado do Amazonas.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 20.6.2005**

*Projeto de Decreto Legislativo nº 1.404, de 2004 (nº 1.171/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Sociedade Assistencial de São João Batista - SAB a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João Batista, Estado do Maranhão.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 20.6.2005**

*Projeto de Decreto Legislativo nº 1.430, de 2004 (nº 1.200/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente Dom Lino - ABDL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Russas, Estado do Ceará.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 20.6.2005**

*Projeto de Decreto Legislativo nº 1.433, de 2004 (nº 1.253/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Educadora do Nordeste e Correio da Semana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sobral, Estado do Ceará.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 20.6.2005**

*Projeto de Decreto Legislativo nº 1.443, de 2004 (nº 1.273/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Grupo Mutirão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Luís Gomes, Estado do Rio Grande do Norte.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)****Sessão: 20.6.2005**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.446, de 2004** (nº 320/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Amigos de Passagem Franca a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Passagem Franca, Estado do Maranhão.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)****Sessão: 20.6.2005**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 15, de 2005** (nº 1.037/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Floresta Negra Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)****Sessão: 20.6.2005**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 2005** (nº 1.057/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da TV O Estado – Florianópolis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)****Sessão: 20.6.2005**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2005** (nº 1.182/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Radio Santa Tereza do Oeste Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Tereza do Oeste, Estado do Paraná.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)****Sessão: 20.6.2005**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2005** (nº 1.239/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universidade do Contestado – Campus de Concórdia para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)****Sessão: 20.6.2005**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 38, de 2005** (nº 1.245/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural de Joinville para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)****Sessão: 20.6.2005**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 43, de 2005** (nº 1.258/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Meio Ambiente e Desenvolvimento Artístico e Cultural de Fonte Boa – Ascomadafb a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fonte Boa, Estado do Amazonas.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 20.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 48, de 2005** (nº 1.285/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Rural de São João Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São João D'Aliança, Estado de Goiás.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 20.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 57, de 2005** (nº 1.311/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Interativa de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Laguna, Estado de Santa Catarina.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 20.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 58, de 2005** (nº 1.319/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Centralinense de Radiodifusão Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Centralina, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 20.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 2005** (nº 1.222/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Tupancy a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arroio do Sal, Estado do Rio Grande do Sul.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 20.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 65, de 2005** (nº 1.225/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Artística “Joaquim Pereira Cruz” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conquista, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 20.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 71, de 2005** (nº 1.236/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Botelhense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Botelhos, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 20.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 74, de 2005** (nº 1.263/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Lagoa do Mato a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa do Mato, Estado do Maranhão.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 20.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 79, de 2005** (nº 1.287/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária para o Desenvolvimento Artístico e Cultural a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Leandro Ferreira, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 20.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 90, de 2005** (nº 1.327/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores do Bairro de Itapeua a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Raposa, Estado do Maranhão.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 20.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 92, de 2005** (nº 1.330/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Educadora de Rolim de Moura Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rolim de Moura, Estado de Rondônia.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 20.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 93, de 2005** (nº 1.331/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária N'Ativa FM de Tabuleiro do Norte a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tabuleiro do Norte, Estado do Ceará.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 20.6.2005



**Projeto de Decreto Legislativo nº 94, de 2005** (nº 1.332/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Fundação Antônio Dias de Lima - FADL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bonito de Santa Fé, Estado da Paraíba.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 20.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 101, de 2005** (nº 1.349/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação da Rádio Comunitária do Bairro Santo Antônio FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeiro do Itapemirim, Estado do Espírito Santo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 20.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 103, de 2005** (nº 1.254/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cidade do Rio de Janeiro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 20.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 105, de 2005** (nº 797/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Esperança Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Esperança, Estado do Paraná.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 20.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 2005** (nº 1.071/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Universitária Metropolitana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 20.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 2005** (nº 2.320/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Orlandia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Orlandia, Estado de São Paulo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 20.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 109, de 2005** (nº 510/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Pérola FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bragança, Estado do Pará.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 20.6.2005**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 111, de 2005** (nº 869/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Alagoas Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Maceió, Estado de Alagoas.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 20.6.2005**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 112, de 2005** (nº 964/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Alvorada de Estrela D'Oeste Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Estrela D'Oeste, Estado de São Paulo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 20.6.2005**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 113, de 2005** (nº 969/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação União de Comunicação para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 20.6.2005**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 2005** (nº 3.235/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Santa Ediwiges a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 20.6.2005**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 119, de 2005** (nº 1.232/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cadeado para o Desenvolvimento Cultural e Artístico a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Augusto Pestana, Estado do Rio Grande do Sul.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 20.6.2005**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 120, de 2005** (nº 1.291/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação*

*Benevente de Moradores a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anchieta, Estado do Espírito Santo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 20.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 121, de 2005** (nº 1.094/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Moreno Braga Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Vigia, Estado do Pará.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 20.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 122, de 2005** (nº 1.096/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Jornal do Povo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Limeira, Estado de São Paulo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 20.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 141, de 2005** (nº 1.365/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Rolim de Moura Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rolim de Moura, Estado de Rondônia.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 20.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 142, de 2005** (nº 1.367/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza o Grupo de Apoio Comunitário - GAC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 20.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 143, de 2005** (nº 1.368 /2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM Maior de Aracati Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aracati, Estado do Ceará.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 20.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 145, de 2005** (nº 1.372/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária Nossa Gente a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maracás, Estado da Bahia.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)****Sessão: 20.6.2005**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 150, de 2005** (nº 866/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Paraíso de Comocim Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tabuleiro do Norte, Estado do Ceará.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)****Sessão: 20.6.2005**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 152, de 2005** (nº 1.020/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Antena 5 FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carnaubal, Estado do Ceará.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)****Sessão: 20.6.2005**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 153, de 2005** (nº 3.169/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Voz do Povo – ARCVP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de João Alfredo, Estado de Pernambuco.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)****Sessão: 20.6.2005**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 154, de 2005** (nº 1.160/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura Norte Paranaense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paranavaí, Estado do Paraná.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)****Sessão: 20.6.2005**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 155, de 2005** (nº 1.191/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão ao Sistema de Comunicação São Miguel do Araguaia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mozarlândia, Estado de Goiás.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)****Sessão: 20.6.2005**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 159, de 2005** (nº 1.234/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Fundação de Assistência Comunitária "José Belém" a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vigia, Estado do Pará.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)****Sessão: 20.6.2005**



**Projeto de Decreto Legislativo nº 161, de 2005** (nº 1.244/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Amigos do Vale do Guaporé (AAVG) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 20.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 162, de 2005** (nº 1.295/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Jaguapitã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguapitã, Estado do Paraná.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 20.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 163, de 2005** (nº 1.305/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e Televisão OM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Londrina, Estado do Paraná.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 20.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 164, de 2005** (nº 1.310/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Contemporânea Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 20.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 166, de 2005** (nº 1.333/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Central de Pompéia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pompéia, Estado de São Paulo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 20.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 167, de 2005** (nº 1.338/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultura e Cidadania de Jardim a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jardim, Estado do Ceará.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 20.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 168, de 2005** (nº 1.345/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Unidos para Sempre a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição do Araguaia, Estado do Pará.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 20.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 169, de 2005** (nº 1.348/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Divulgação Comunitária da Vila Tropical e Região Sul de Santa Maria a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 20.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 170, de 2005** (nº 1.358/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Terra FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 20.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 171, de 2005** (nº 1.344/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Amigos de Pinhais a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pinhais, Estado do Paraná.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 20.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 172, de 2005** (nº 1.359/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural Alto Alegre a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 20.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 173, de 2005** (nº 2.462/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à SJC - Sistema Juinense de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Castanheira, Estado de Mato Grosso.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 20.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 176, de 2005** (nº 1.237/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Mauá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Giruá, Estado do Rio Grande do Sul.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 20.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 178, de 2005** (nº 1.363/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Emissora Convenção de Itu S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itu, Estado de São Paulo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 20.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 180, de 2005** (nº 1.373/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Sociedade de Assistência e Ocupação do Menor – Proame a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Alves, Estado de São Paulo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 20.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 182, de 2005** (nº 1.410/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Josué Pereira para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Lourenço da Mata, Estado do Pernambuco.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 20.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 183, de 2005** (nº 1.411/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à E.F. Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 20.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 184, de 2005** (nº 1.413/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão a Studio G Comunicação e Marketing Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Catalão, Estado de Goiás.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 20.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 185, de 2005** (nº 1.418/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação dos*

*Defensores da Cultura e da Arte Popular de Catunda a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Catunda, Estado do Ceará.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 20.6.2005**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 187, de 2005** (nº 1.445/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural "Orlando do Carmo Arantes" de Edéia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Edéia, Estado de Goiás.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 20.6.2005**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 213, de 2005** (nº 1.444/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social – Fuvates para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 20.6.2005**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 160, de 2005** (nº 1.238, de 2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Clube do Pará PRC-5 Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Belém, Estado do Pará.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 22.6.2005**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.165, de 2004** (nº 753/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Caldense – Açõocaldas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caldas, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 24.6.2005**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.184, de 2004** (nº 894/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Terra de Montes Claros Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 24.6.2005**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.194, de 2004** (nº 776/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Fundação Cultural João Paulo II para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.*



**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)****Sessão: 24.6.2005**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.199, de 2004** (nº 690/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Scala FM Stéreo de Belo Horizonte Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)****Sessão: 24.6.2005**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.329, de 2004** (nº 1.073/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Barra do Garças Limitada para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)****Sessão: 24.6.2005**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 69, de 2005** (nº 1.233/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural e Educacional Cascaje para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)****Sessão: 24.6.2005**

**Projeto de Resolução nº 38, de 2005** (OFS nº 55/96), de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que *suspende a execução do art. 36 da Lei Estadual nº 7.366, de 29 de março de 1980, do Estado do Rio Grande do Sul.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)****Sessão: 24.6.2005**

**Projeto de Resolução nº 39, de 2005** (OFS nº 16/2002), de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que *suspende a execução, no caput do art. 47 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, da remissão feita ao inciso I do art. 29 da mesma Carta.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)****Sessão: 24.6.2005**

**Projeto de Resolução nº 40, de 2005** (OFS nº 15/2001), de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que *suspende a execução dos seguintes dispositivos legais: na Lei Estadual Complementar nº 9, de 2 de agosto de 1993, do Estado de Pernambuco: arts. 3º, 5º e parágrafos, 6º, 7º e 8º.*

*II; no art. 7º, parágrafo único, da Lei Estadual nº 8.034, de 1º de novembro de 1979, com a redação dada pelo art. 8º da Lei Estadual Complementar nº 9, de 2 de agosto de 1993, ambas do Estado de Pernambuco, da expressão “e do órgão Especial”; no Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Pernambuco, conforme a Resolução nº 70, de 9 de outubro de 1993, daquele Tribunal: no art. 3º, da expressão “da Corte Especial”; do art. 8º, II; no art. 8º, §§ 1º e 2º, da expressão “a Corte Especial”; do art. 12, I e II; no art. 28 da expressão “as da Corte Especial”; do art. 34, I, “b”, e, no § 2º, da expressão “ou da Corte Especial”; no art. 8º da Resolução nº 70, de 1993, da expressão “integrantes da Corte Especial”.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

**Sessão:** 24.6.2005

**Projeto de Resolução nº 41, de 2005** (OFS nº 21/2004), de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que *suspende, nos termos do art. 52, X, da Constituição Federal, a execução § 2º do art. 20 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Goiás.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

**Sessão:** 24.6.2005

**Projeto de Resolução nº 42, de 2005** (OFS nº 87/97), de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que *suspende a execução do subitem 2.2.3 do Setor II da Tabela III da Lei Municipal nº 5.641, de 22 de dezembro de 1989, do Município de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

**Sessão:** 24.6.2005

**Projeto de Resolução nº 43, de 2005** (OFS nº 100/97), de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que *suspende a execução dos arts. 8º e 9º da Lei Estadual nº 3.310, de 27 de dezembro de 1979, do Estado do Espírito Santo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

**Sessão:** 24.6.2005

**Projeto de Resolução nº 44, de 2005** (OFS nº 21/98), de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que *suspende a execução dos arts. 7º, incisos I e II, 87, incisos I e II, e 94 da Lei Municipal nº 6.989, de 29 de dezembro de 1966, com a redação dada pela Lei Municipal nº 11.152, de 30 de dezembro de 1991, ambas do Município de São Paulo, no Estado de São Paulo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

**Sessão:** 24.6.2005

**Projeto de Resolução nº 45, de 2005** (OFS nº 74/98), de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que *suspende a execução do inciso XVIII do art. 51, e respectivo parágrafo único, do Decreto Legislativo Municipal nº 12, de 2 de abril de 1990 - Lei Orgânica do Município de Cidreira, no Estado do Rio Grande do Sul.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

**Sessão:** 24.6.2005

**Projeto de Resolução nº 46, de 2005** (OFS nº 43/99), de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que *suspende a execução da Resolução nº 8/94-GP, de 23 de fevereiro de 1994, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

**Sessão:** 24.6.2005

**Projeto de Resolução nº 47, de 2005** (OFS nº 45/2000), de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que *suspende a execução do art. 1º da Lei Municipal nº 1.513, de 27 de dezembro 1989, que alterou a redação do art. 29 da Lei Municipal nº 691, de 24 de dezembro de 1984, ambas do Município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

**Sessão:** 24.6.2005

**Projeto de Resolução nº 48, de 2005** (OFS nº 17/2001), de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que *suspende a execução do art. 1º da Lei Municipal nº 10.991, de 13 de junho de 1991, do Município de São Paulo, no Estado de São Paulo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

**Sessão:** 24.6.2005

**Projeto de Resolução nº 49, de 2005** (OFS nº 23/2001), de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que *suspende a execução do inciso V do art. 9º da Lei Estadual nº 6.176, de 18 de janeiro de 1993, alterada pela Lei Estadual nº 6.490, de 10 de agosto de 1994, ambas do Estado do Mato Grosso.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

**Sessão:** 24.6.2005

**Projeto de Resolução nº 50, de 2005** (OFS nº 4/2002), de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que *suspende a execução do art. 10 da Lei Municipal nº 7.673, de 23 de março de 1995, e do Decreto Municipal nº 9.643, de 10 de maio de 1995, ambos do Município de Fortaleza, no Estado do Ceará.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

**Sessão:** 24.6.2005

**Projeto de Resolução nº 51, de 2005** (OFS nº 19/2002), de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que *suspende a execução do art. 119 da Lei Municipal nº 2.303, de 2 de dezembro de 1991, do Município de Sarandi, no Estado do Rio Grande do Sul.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

**Sessão:** 24.6.2005

**Projeto de Resolução nº 52, de 2005** (OFS nº 21/2002), de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que *suspende a execução da Lei Estadual nº 10.521, de 20 de julho de 1995, do Estado do Rio Grande do Sul.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

**Sessão:** 24.6.2005

**Projeto de Resolução nº 53, de 2005** (OFS nº 22/2002), de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que *suspende a execução da Lei Municipal nº 11.659, de 4 de novembro de 1994, do Município de São Paulo, no Estado de São Paulo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

**Sessão:** 24.6.2005

**Projeto de Resolução nº 54, de 2005** (OFS nº 29/2002), de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que *suspende a execução do inciso I do artigo 29 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

**Sessão:** 24.6.2005

**Projeto de Resolução nº 55, de 2005** (OFS nº 20/2004), de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que *suspende a execução do § 3º do art. 90 da Constituição do Estado de São Paulo.*



**(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

**Sessão:** 24.6.2005

**Projeto de Resolução nº 56, de 2005** (OFS nº 29/2004), de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que *suspende a execução do art. 96 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

**Sessão:** 24.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.267, de 2004** (nº 1.039/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Eldorado de Mineiros Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mineiros, Estado de Goiás.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 28.6.2005

**Projeto de Resolução nº 58, de 2005**, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor total de até trinta e oito milhões e seiscentos mil dólares dos Estados Unidos da América, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.*

**Sessão:** 28.6.2005

**Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003** (nº 227, de 2004, na Câmara dos Deputados), tendo como primeiro signatário o Senador Rodolpho Tourinho, que *altera os artigos 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências .*

**Sessão:** 30.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 129, de 2005** (nº 117/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa para Desenvolvimento das Utilizações Pacíficas da Energia Nuclear, celebrado em 25 de outubro de 2002 , em Paris.*

**Sessão:** 30. 6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 132, de 2005** (nº 986/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Internacional para Supressão do Financiamento do Terrorismo, adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 9 de dezembro de 1999, e assinada pelo Brasil em 10 de novembro de 2001, e o texto da declaração entregue à Secretaria-Geral das Nações Unidas por ocasião da assinatura da referida Convenção.

**Sessão:** 30. 6.2005

## V - MENSAGENS RELATIVAS A ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA:

<b>Total .....</b>	<b>19</b>
--------------------	-----------

**Mensagem nº 119, de 2005** (nº 175/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal, a indicação da Senhora *Vera Pedrosa Martins de Almeida*, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Francesa.

**Sessão:** 1º.6.2005

**Mensagem 124, de 2005** (nº 186/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor *Luiz Augusto Saint-Brisson de Araújo Castro*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Peru.

**Sessão:** 1º.6.2005

**Mensagem 125, de 2005** (nº 194/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora *Kátia Godinho Gilaberte*, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Senegal.

**Sessão:** 1º.6.2005

**Mensagem nº 130, de 2005** (nº 224/05, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor *Appio Claudio Muniz Acquarone Filho*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Unida da Tanzânia.

**Sessão:** 28.6.2005

**Mensagem nº 154, de 2005** (nº 337/05, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor *Luiz Felipe de Seixas Corrêa*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Alemanha.

**Sessão:** 28.6.2005

**Mensagem nº 159, de 2005** (nº 342/05, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor *André Mattoso Maia Amado*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Japão.

**Sessão:** 28.6.2005

**Mensagem nº 2, de 2005** (nº 962/2004, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Luiz Augusto de Castro Neves*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular da China, exercer o de Embaixador do Brasil junto à Mongólia.

**Sessão:** 30.6.2005

**Mensagem nº 4, de 2005** (nº 5/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Frederico Cezar de Araujo*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade da Austrália, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República de Vanuatu.

**Sessão:** 30.6.2005

**Mensagem nº 114, de 2005** (nº 156/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Sérgio França Danese*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Argelina Democrática e Popular.

**Sessão:** 30.6.2005

**Mensagem nº 121, de 2005** (nº 180/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Flávio Roberto Bonzanini*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática do Congo.

**Sessão:** 30.6.2005

**Mensagem nº 127, de 2005** (nº 201/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Ricardo Carvalho do Nascimento Borges*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações

Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Suriname

**Sessão:** 30.6.2005

**Mensagem nº 129, de 2005** (nº 214/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Marcelo Leonardo da Silva Vasconcelos*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Angola.

**Sessão:** 30.6.2005

**Mensagem nº 131, de 2005** (nº 225/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Carlos Eduardo Sette Camara da Fonseca Costa*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República das Filipinas.

**Sessão:** 30.6.2005

**Mensagem nº 139, de 2005** (nº 290/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *João Batista Cruz*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Guiné-Bissau.

**Sessão:** 30.6.2005

**Mensagem nº 140, de 2005** (nº 291/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Luiz Fernando Gouvêa de Athayde*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago.

**Sessão:** 30.6.2005

**Mensagem nº 145, de 2005** (nº 326/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Luiz Filipe de Macedo Soares Guimarães*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.

**Sessão:** 30.6.2005

**Mensagem nº 153, de 2005** (nº 336/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor

*Clodoaldo Hugueneu Filho*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil em Genebra.

**Sessão:** 30.6.2005

**Mensagem nº 155, de 2005** (nº 338/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Edmundo Sussumu Fujita*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Indonésia.

**Sessão:** 30.6.2005

**Mensagem nº 158, de 2005** (nº 341/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha da Senhora *Maria Celina de Azevedo Rodrigues*, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Comunidades Europeias.

**Sessão:** 30.6.2005



**DE AUTORIDADES:**

<b>Total .....</b>	<b>16</b>
--------------------	-----------

**Parecer nº 595, de 2005**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/29, de 2005 (nº 535/2005, na origem), pelo qual a Procuradoria-Geral da República submete à deliberação do Senado a indicação da Procuradora Regional da República, Dra. *Janice Agostinho Barreto Ascari*, pelo Ministério Público Federal, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público

**Sessão:** 1º.6.2005

**Parecer nº 596, de 2005**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/30, de 2005 (nº 535/2005, na origem), pelo qual a Procuradoria-Geral da República submete à deliberação do Senado a indicação da Subprocuradora-Geral do Trabalho, Dra. *Ivana Auxiliadora Mendonça Santos*, pelo Ministério Público do Trabalho, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

**Sessão:** 1º.6.2005

**Parecer nº 597, de 2005**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/31, de 2005 (nº 535/2005, na origem), pelo qual a Procuradoria-Geral da República submete à deliberação do Senado a indicação do Procurador da Justiça Militar, Dr. *Osmar Machado Fernandes*, pelo Ministério Público Militar, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

**Sessão:** 1º.6.2005

**Parecer nº 598, de 2005**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/32, de 2005 (nº 535/2005, na origem), pelo qual a Procuradoria-Geral da República submete à deliberação do Senado a indicação do Promotor de Justiça, Dr. *Gaspar Antônio Viegas*, pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

**Sessão:** 1º.6.2005

**Parecer nº 599, de 2005**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/33, de 2005 (nº 17/2005, na origem), pelo qual o Supremo Tribunal Federal submete à deliberação do Senado a indicação do Juiz do Trabalho, Dr. *Hugo Cavalcanti Melo Filho* para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

**Sessão:** 1º.6.2005

**Parecer nº 600, de 2005**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/34, de 2005 (nº 453/2005, na origem), pelo qual o Superior Tribunal de Justiça submete à deliberação do Senado a indicação do Juiz Federal *Ricardo César Mandarinó Barretto* para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

**Sessão:** 1º.6.2005

**Parecer nº 601, de 2005**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/18, de 2005 (nº 88/2005, na origem), pelo qual pelo qual o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil submete à deliberação do Senado a indicação do Dr. *Francisco Ernando Uchoa Lima* para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

**Sessão:** 1º.6.2005

**Parecer nº 602, de 2005**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/19, de 2005 (nº 88/2005, na origem), pelo qual o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil submete à deliberação do Senado a indicação do Dr. *Luiz Carlos Lopes Madeira* para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

**Sessão:** 1º.6.2005

**Parecer nº 603, de 2005**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/35, de 2005 (s/nº, na origem), pelo qual os Líderes Partidários desta Casa submetem à deliberação do Senado Federal a indicação do Senhor *Alberto Machado Cascais Meleiro* para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

**Sessão:** 1º.6.2005

**Parecer nº 604, de 2005**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/36, de 2005 (nº 583/2005, na origem), pelo qual a Câmara dos Deputados submete à deliberação do Senado Federal a indicação do Senhor *Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque Silva* para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

**Sessão:** 1º.6.2005

**Parecer nº 686, de 2005**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/38, de 2005 (nº 776/2005, na origem), pelo qual o Presidente do Senado Federal submete à deliberação desta Casa a indicação do Procurador de Justiça *Paulo Sérgio Prata Rezende* para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

**Sessão:** 1º.6.2005

**Parecer nº 687, de 2005**, da Comissão de Constituição, Justiça e

Cidadania, sobre o Ofício nº S/39, de 2005 (nº 777/2005, na origem), pelo qual o Presidente do Senado Federal submete à deliberação desta Casa a indicação do Procurador de Justiça *Luciano Chagas da Silva* para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

**Sessão:** 1º.6.2005

**Parecer nº 688, de 2005**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/40, de 2005 (nº 778/2005, na origem), pelo qual o Presidente do Senado Federal submete à deliberação desta Casa a indicação do Promotor de Justiça *Saint'Clair Luiz do Nascimento Júnior* para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

**Sessão:** 1º.6.2005

**Parecer nº 979, de 2005**, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre a Mensagem nº 142, de 2005 (nº 299/05, na origem), de 19 de maio do corrente, pela o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Cláudio Maierovich Pessanha Henriques* para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa.

**Sessão:** 28.6.2005

**Parecer nº 1.019, de 2005**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 160, de 2005 (nº 362/2005, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor *Antonio Fernando Barros e Silva de Souza* para exercer o cargo de Procurador-Geral da República, na vaga decorrente do término do mandato do Doutor Cláudio Lemos Fonteles, com mandato de 2 anos.

**Sessão:** 28.6.2005

**Projeto de Decreto Legislativo nº 320, de 2005** (nº 1.682/2005, na Câmara dos Deputados), que escolhe o Senhor *João Augusto Ribeiro Nardes* para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 73, § 2º, inciso II, da Constituição Federal.

**Sessão:** 28.6.2005

## VII - REQUERIMENTO DE VOTO DE APLAUSO, CENSURA OU SEMELHANTE:

De iniciativa do Senado Federal .....	1
<b>Total.....</b>	<b>1</b>

**Requerimento nº 730, de 2005**, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando o envio de voto de aplauso ao Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco, Senhor Koichiro Matsuura, em face do brilhante trabalho desenvolvido pela Unesco no Brasil, e especialmente pelo seu representante Doutor Jorge Werthein.*

**Sessão:** 30.6.2005

## VIII – REQUERIMENTOS DE AUDITORIA PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO:

Total.....	2
------------	---

**Requerimento nº 604, de 2005**, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que *requer, nos termos do artigo 71, inciso IV, da Constituição Federal, combinado com o artigo 133, inciso V, "D" do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitado ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria sobre a utilização do cartão de crédito corporativo por parte dos servidores da Administração Federal.*

**Sessão:** 28.6.2005

**Requerimento nº 665, de 2005**, de autoria do Senador Papaléo Paes, que *requer, nos termos do inciso VII do art. 71 da Constituição Federal, seja solicitado ao Tribunal de Contas da União sobre a redução do coeficiente de participação de Macapá, Estado do Amapá, no Fundo de Participação dos Municípios (FPM) no exercício de 2004 e 2005, conforme as Decisões Normativas do TCU nºs 54 de 2003 - TC nº 020.256/2003-9, e 63 de 2004 - TC nº 013.324/2004-9.*

**Sessão:** 28.6.2005

## IX - REQUERIMENTOS DIVERSOS:

Total.....	1
------------	---

**Requerimento nº 448, de 2005**, de autoria do Senador Tasso Jereissati, *solicitando que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2004, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Desenvolvimento Regional e Turismo.*

**Sessão:** 28.06.2005

## X – MATÉRIA REJEITADA:

De iniciativa da Câmara dos Deputados .....	1
<b>Total.....</b>	<b>1</b>

**Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2005** (nº 444/2003, na Casa de origem), que *estabelece a obrigatoriedade de as companhias teatrais ou de atores que tenham obtido financiamento público ou incentivos fiscais previstos na legislação cultural federal vigente realizarem apresentação gratuita para as escolas públicas do ensino fundamental e médio.*

**(Art. 254 do Regimento Interno do Senado Federal)**

**Sessão:** 20.6.2005



## XI - OUTRAS DELIBERAÇÕES:

De iniciativa do Senado Federal .....	22
<b>Total.....</b>	<b>22</b>

**Requerimento nº 580, de 2005**, de autoria dos Senadores Romeu Tuma e Renan Calheiros, *solicitando voto de aplauso à Imprensa brasileira, que comemora em todo país, no dia 1º de junho, o seu dia.*

**Sessão:** 1º.6.2005

**Requerimento nº 590, de 2005**, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio e Sérgio Cabral, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do médico Afonso Fatorelli, oftalmologista precursor no Brasil da técnica que simplificou as operações de catarata.*

**Sessão:** 02.6.2005

**Requerimento nº 592, de 2005**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao escritor Demosthenes Ribeiro Carminé, pela sua posse na Academia Amazonense de Letras.*

**Sessão:** 03.6.2005

**Requerimento nº 607, de 2005**, de autoria do Senador Reginaldo Duarte, *solicitando homenagem de pesar pelo falecimento do Frei Humberto, Hubert Engelbert Wallschalag, ocorrido no dia 5 de junho de 2005, em Fortaleza.*

**Sessão:** 07.6.2005

**Requerimento nº 613, de 2005**, de autoria do Senador Tasso Jereissati e outros Srs. Senadores, *solicitando a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Ex-Senador José Afonso Sancho, ocorrido em Fortaleza.*

**Sessão:** 08.6.2005

**Requerimento nº 627, de 2005**, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio e Aloizio Mercadante, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do líder político português Álvaro Cunhal, ocorrido no dia 14 de junho de 2005, e dá outras providências.*

**Sessão:** 14.6.2005

**Requerimento nº 629, de 2005**, de autoria do Senador Leonel Pavan, *solicitando voto de aplauso em homenagem ao Município de Ilhota, em Santa Catarina, pela passagem de seus 47 anos de emancipação política.*

**Sessão:** 14.6.2005

**Requerimento nº 630, de 2005**, de autoria do Senador Leonel Pavan, *solicitando voto de aplauso em homenagem ao Município de Itajaí, em Santa Catarina, pela passagem de seus 145 anos de fundação.*

**Sessão:** 14.6.2005

**Requerimento nº 645, de 2005**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso a Claudinei Quirino, o atleta sempre vitorioso, que se despede das pistas de atletismo com um saldo altamente positivo.*

**Sessão:** 16.6.2005

**Requerimento nº 646, de 2005**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao Juiz Yedo Simões de Oliveira, pela posse no cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.*

**Sessão:** 16.6.2005

**Requerimento nº 647, de 2005**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à Brasília Super Rádio FM, pelo transcurso, hoje, de seu jubileu de prata.*

**Sessão:** 20.6.2005

**Requerimento nº 649, de 2005**, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio e Sérgio Cabral, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do músico Mestre Zé Paulo ocorrido em 14 de junho de 2005.*

**Sessão:** 21.6.2005

**Requerimento nº 650, de 2005**, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio e Sérgio Cabral, *solicitando voto de pesar pelo falecimento da cantora e atriz Norma Suely ocorrido em 14 de junho de 2005.*

**Sessão:** 21.6.2005

**Requerimento nº 655, de 2005**, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores, *solicitando voto de lembrança pelo transcurso do 1º aniversário de falecimento de Leonel Brizola.*

**Sessão:** 21.6.2005

**Requerimento nº 656, de 2005**, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Paulo Affonso Martins de Oliveira, ex-Secretário-Geral da Câmara dos Deputados.*

**Sessão:** 21.6.2005

**Requerimento nº 661, de 2005**, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, *solicitando votos de congratulações ao Desembargador Hugo Bengtsson, pela eleição como novo Presidente do Tribunal de Justiça de Minas*

*Gerais.*

**Sessão:** 22.6.2005

**Requerimento nº 663, de 2005**, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, *solicitando votos de congratulações ao Dr. Miguel Srougi, por sua condução à titularidade da cadeira de Urologia da Faculdade de Medicina da USP.*

**Sessão:** 22.6.2005

**Requerimento nº 702, de 2005**, de autoria do Senador Paulo Paim, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Ubirajara Leme Valdez, ocorrido no dia 23 de junho de 2005.*

**Sessão:** 24.6.2005

**Requerimento nº 704, de 2005**, de autoria do Senador Luiz Otávio, *solicitando inserção em ata voto de pesar pelo falecimento do advogado e professor Otávio Mendonça, ocorrido em Belém, no dia 24 de junho de 2005.*

**Sessão:** 27.6.2005

**Requerimento nº 705, de 2005**, de autoria do Senador Luiz Otávio, *solicitando inserção em ata voto de pesar pelo falecimento do advogado Paulo de Tarso Dias Klautau, ocorrido no dia 15 de junho de 2005, em Belém.*

**Sessão:** 27.6.2005

**Requerimento nº 729, de 2005**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao Hospital Universitário Getúlio Vargas, de Manaus/AM, pelo transcurso de seu 40º aniversário de criação.*

**Sessão:** 28.6.2005

**Requerimento nº 733, de 2005**, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ariovaldo Paim, irmão do Senador Paulo Paim, ocorrido em 29.6.2005, em São Paulo.*

**Sessão:** 29.6.2005

## XII - ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE VIGÊNCIA DE MEDIDA PROVISÓRIA

<b>Total.....</b>	<b>2</b>
-------------------	----------

**Ato nº 23, de 2005** – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 17 de junho de 2005, a vigência da Medida Provisória nº 247, de 15 de abril de 2005, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, de Minas e Energia, dos Transportes, da Cultura, do Meio Ambiente e da Defesa, no valor global de R\$ 586.011.700,00, para os fins que especifica.*

(publicado no Diário Oficial da União de 07.6.2005, seção I)

**Ato nº 25, DE 2005** – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 21 de junho de 2005, a vigência da Medida Provisória nº 248, de abril de 2005, que *dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005, e dá outras providências.*

(publicado no Diário Oficial da União de 17.6.2005, seção I)

<b>SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS</b> <b>(1º a 30 de junho de 2005)</b>	
Deliberativas Ordinárias	12
Não Deliberativas	7
Deliberativas Extraordinárias	8
Especial	2
<b>Total</b>	<b>29</b>



## SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL (1º a 30 de junho de 2005)

<b>MATÉRIAS APROVADAS .....</b>	<b>360</b>
<b>I – Medidas Provisórias aprovadas .....</b>	<b>6</b>
1 – aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão da Câmara dos Deputados e enviada à sanção .....	5
2 – aprovada na forma da Medida Provisória (preferência), prejudicado o Projeto de Lei de Conversão, e devolvida à Câmara dos Deputados .....	1
<b>II – Proposições aprovadas e enviadas à sanção .....</b>	<b>2</b>
<b>III - Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados .....</b>	<b>12</b>
1 – Por decisão do Plenário.....	1
1.1 - Proposições do Senado .....	1
2 – Por decisão terminativa.....	11
2.1 - Proposições do Senado .....	11
<b>IV - Proposições aprovadas e enviadas à promulgação .....</b>	<b>301</b>
1 - Concessões de telecomunicações.....	257
2 - Operações de crédito.....	1
3 – Suspensão de atos normativos declarados inconstitucionais.....	39
4 – Acordos internacionais.....	2
5 – Propostas de Emenda à Constituição.....	2
<b>V – Escolha de Chefes de Missões Diplomáticas.....</b>	<b>19</b>
<b>VI – Escolha de autoridades .....</b>	<b>16</b>
<b>VII – Voto de aplauso, censura ou semelhante .....</b>	<b>1</b>
<b>VIII – Auditoria do Tribunal de Contas da União .....</b>	<b>2</b>
<b>IX – Requerimentos diversos.....</b>	<b>1</b>
<b>MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO .....</b>	<b>1</b>
<b>X – Matéria rejeitada .....</b>	<b>1</b>
<b>TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS .....</b>	<b>361</b>

**ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE MEDIDA PROVISÓRIA ..... 2**

**SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO DE 15 DE  
FEVEREIRO A 30 DE JUNHO DE 2005**

**SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS PELO SENADO FEDERAL NA 3ª  
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA  
(15 de fevereiro a 30 de junho de 2005)**

Deliberativas Ordinárias .....	49
Não Deliberativas .....	34
Deliberativas Extraordinárias .....	11
Especial .....	6

**Total ..... 100**

\* Reuniões ..... 4

**MATÉRIAS APROVADAS ..... 1.039**

**I – Medidas Provisórias aprovadas ..... 15**

1 – Aprovadas, na forma de Projeto de Lei de Conversão apresentado pela Câmara dos Deputados, e enviadas à sanção..... 8

2 – Aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação ..... 3

3 – Aprovadas com alterações e devolvidas à Câmara dos Deputados .... 3

4 – Aprovada na forma da Medida Provisória (preferência), prejudicado o Projeto de Lei de Conversão, e devolvida à Câmara dos Deputados ..... 1

**II - Projetos aprovados e enviados à sanção ..... 13**

**III – Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados ..... 50**

1 - Em decisão terminativa.....35

1.1 Projetos de Lei do Senado Federal.....35

2 - Por decisão de Plenário.....15

2.1 - Do Senado Federal.....11

2.2 – Da Câmara dos Deputados.....4

**IV - Projetos aprovados e enviados à promulgação ..... 824**

1 - Concessões de telecomunicações.....768

2 - Acordos Internacionais.....5

3 - Operações de crédito.....6

4 – Propostas de Emenda à Constituição.....3

5 – Suspensão de atos normativos declarados inconstitucionais 39

6 – Outros.....3

**V – Mensagens relativas à escolha de Chefes de Missão Diplomática ..... 25**

**VI – Pareceres referentes a Mensagens de Escolha de Autoridade ..... 43**

**VII – Requerimentos de Votos de Aplauso, Censura ou Semelhante ..... 8**

**VIII – Requerimentos de Criação de Comissão Temporária ..... 4**

**IX – Requerimentos de Auditoria do Tribunal de Contas da União ..... 5**

**X – Requerimentos Diversos..... 52**

**MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO ..... 16**

**XI - Matérias prejudicadas..... 7**

**XII - Matérias rejeitadas ..... 4**

**XIII - Matérias retiradas pelos autores..... 5**

**TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS ..... 1.055**

**ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE MEDIDA PROVISÓRIA ..... 21**

**REQUERIMENTOS DE CRIAÇÃO DE CPI DEFERIDOS ..... 2**

**CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS PELA  
SECRETARIA-GERAL DA MESA  
SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL**

Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/832/2005	01/06/2005	Comunica que a Comissão Mista de Inquérito (CPMI do BANFSTADO), com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil para os paraísos fiscais, conforme a descrição pela Operação Macuco, encerrou seus trabalhos em 27 de fevereiro de 2005, sem apresentação de relatório.	Daniel Fontenelle Sampaio Juiz Federal da 1ª Vara Seção Judiciária do Ceará
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/851/2005	02/06/2005	Solicita ao Relator do PLS nº 421, de 2003, Senador Demóstenes Torres, compatibilização do texto do Projeto com a Lei nº 10.406, de 2002, tendo em vista a referida Lei contemplar modificações constantes do Projeto, a fim de proceder elaboração dos autógrafos a serem encaminhados à Câmara dos Deputados.	Senador Demóstenes Torres
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/1010/2005	06/06/2005	Encaminha informações para Corregedoria sobre a CPMI BANFSTADO. Contorno Ofício 001/2005 da Corregedoria.	Vereador Waldi Mutan Corregedor-Chefe Câmara Municipal de São Paulo
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/1007/2005	07/06/2005	Comunica a leitura do Requerimento nº 589/2005 do Senador Heitor Costa que solicita inclusão na Ordem Dia do Projeto de Lei do Senado nº 34/2003 e solicita a manifestação dessa Comissão sobre o requerimento para ser subnunciado ao Plenário do Senado Federal.	Senador Antonio Carlos Magalhães Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Senador Elfrain Morais Primeiro-Secretário SF	OF/SF/1040/2005	13/06/2005	Agradece remessa do ofício OS-6/SF nº 235, de maio de 2005, referente às matérias de iniciativa do Senado Federal que tramitam na Câmara dos Deputados. Encaminha relação proposições de iniciativa da Câmara dos Deputados e seu estágio de tramitação no Senado.	Deputado Inocêncio Oliveira Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados
Senador Renna Calheiros Presidente SF	OF/SF/1051/2005	15/06/2005	Responde o OF/047/SE/C/20ª Vara referente à necessidade de instruir autos de Ação Popular. Encaminha textos dos Decretos Legislativos nº 6 e 7 1995 os quais dispõem sobre remuneração de membros Congresso Nacional durante a 50ª e 51ª Legislaturas.	Alexandre Vidigal de Oliveira Juiz Federal 20ª Vara da Seção Judiciária Distrito Federal
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/1070/2005	17/06/2005	Ofício encaminhado ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania CJI, sugerindo o reexame do Parecer que conclui por Projeto de Resolução sobre o Ofício "S" nº 13, de 1999	Senador Antonio Carlos Magalhães Presidente Comissão Constituição, Justiça e Cidadania

Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/1067/2005	17/06/2005	Ofício encaminhado ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, sugerindo, por economia processual, a revisão dos pareceres que concluíram por Projetos de Resolução sobre os Ofícios "S" nº 6, de 2002 e 21, de 2000.	Senador Antonio Carlos Magalhães Presidente Comissão Constituição, Justiça e Cidadania
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/1077/2005	17/06/2005	Encaminha pedido da Senadora Fátima Cleide, conforme OF/00735/2005/GSFCE. Solicita encaminhar a Presidência da Câmara dos Deputados as notas taquigráficas da reunião da CPMI da Terra.	Deputado Severino Cavalcanti Presidente Câmara Deputados
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/1068/2005	17/06/2005	Ofício encaminhado ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, sugerindo, por economia processual, a revisão dos pareceres que concluíram por Projetos de Resolução sobre os Ofícios "S" nº 1, de 2001 e 25, de 1999.	Senador Antonio Carlos Magalhães Presidente Comissão Constituição, Justiça e Cidadania
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/1071/2005	17/06/2005	Ofício encaminhado ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, sugerindo, para ser fiel à decisão do STF, a revisão do parecer que concluiu por Projetos de Resolução sobre os Ofícios "S" nº 2, de 2001 e "S" nº 52, de 2000.	Senador Antonio Carlos Magalhães Presidente Comissão Constituição, Justiça e Cidadania
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/1072/2005	17/06/2005	Ofício encaminhado ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, sugerindo, para ser fiel à decisão do STF, a revisão do parecer que concluiu por Projeto de Resolução sobre o Ofício "S" nº 29, de 2003.	Senador Antonio Carlos Magalhães Presidente Comissão Constituição, Justiça e Cidadania
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/1073/2005	17/06/2005	Ofício encaminhado ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, sugerindo, para ser fiel à decisão do STF, a revisão do parecer que concluiu por Projeto de Resolução sobre o Ofício "S" nº 20, de 2003.	Senador Antonio Carlos Magalhães Presidente Comissão Constituição, Justiça e Cidadania
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/1074/2005	17/06/2005	Ofício encaminhado ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, sugerindo, para ser fiel à decisão do STF, a revisão do parecer que concluiu por Projeto de Resolução sobre o Ofício "S" nº 13, de 2003.	Senador Antonio Carlos Magalhães Presidente Comissão Constituição, Justiça e Cidadania
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/1075/2005	17/06/2005	Ofício encaminhado ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, sugerindo, para ser fiel à decisão do STF, a revisão do parecer que concluiu por Projeto de Resolução sobre o Ofício "S" nº 11, de 2003.	Senador Antonio Carlos Magalhães Presidente Comissão Constituição, Justiça e Cidadania



Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/1076/2005	17/06/2005	Ofício encaminhado ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, sugerindo, para ser fiel à decisão do STF, a revisão do parecer que concluiu por Projeto de Resolução sobre o Ofício "S" nº 11, de 2003.	Senador Antonio Carlos Magalhães Presidente Comissão Constituição, Justiça e Cidadania
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/1069/2005	17/06/2005	Ofício encaminhado ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, sugerindo, por economia processual, a revisão dos pareceres que concluíram por Projetos de Resolução sobre os Ofícios "S" nº 16, de 2003, 4, de 2001 e 23, de 2000.	Senador Antonio Carlos Magalhães Presidente Comissão Constituição, Justiça e Cidadania
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/1113/2005	21/06/2005	Responde o OF/392/2005/GSSS. Informa as providências adotadas pela guarda no acervo de documentos produzidos pela CPMI do BANESTADO.	Senadora Serys Slhessarenko
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/1112/2005	22/06/2005	Ofício encaminhado ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, sugerindo a revisão do parecer que concluiu por Projeto de Resolução sobre o Ofício "S" nº 62, de 2000.	Senador Antonio Carlos Magalhães Presidente Comissão Constituição Justiça Cidadania
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/1114/2005	23/06/2005	Solicita a indicação de 4 (quatro) senadores do Bloco Parlamentar da Minoria, dois titulares e dois suplentes para comporem a Comissão Representativa do Congresso Nacional.	Senador Jose Jorge Líder Bloco Parlamentar Minoria
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/1115/2005	23/06/2005	Solicita a indicação de 4 (quatro) senadores do Bloco Parlamentar da Minoria, dois titulares e dois suplentes para comporem a Comissão Representativa do Congresso Nacional.	Senador Ney Saassuna Líder Partido Movimento Democrático Brasileiro - PMDE
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/1116/2005	23/06/2005	Solicita a indicação de 4 (quatro) senadores do Bloco Parlamentar da Minoria, dois titulares e dois suplentes para comporem a Comissão Representativa do Congresso Nacional.	Senador Delcídio Amaral Líder Bloco Apoio Governo
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/1280/2005	27/06/2005	Comunica a indicação dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito de que trata o Requerimento 245/2004, de acordo com a indicação das lideranças partidárias, conforme o OF/781/P/2005, relativo ao Mandado de Segurança 24849.	Ministro Nelson Jobim Presidente do STF
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/1279/2005	27/06/2005	Comunica a indicação dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito de que trata o Requerimento 245/2004, de acordo com a indicação das lideranças partidárias, conforme o OF/782/P/2005, relativo ao Mandado de Segurança 24848.	Ministro Nelson Jobim Presidente do STF
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/1278/2005	27/06/2005	Comunica a indicação dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito de que trata o Requerimento 245/2004, de acordo com a indicação das lideranças partidárias, conforme o OF/775/P/2005, relativo ao Mandado de Segurança 24847.	Ministro Nelson Jobim Presidente do STF

Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/1277/2005	27/06/2005	Comunica a indicação dos membros da Comissão Parlamentar de Ministro Nelson Jobim Inquirido de que trata o Requerimento 245/2004, de acordo com a Presidente do STF indicação das lideranças partidárias, conforme o OF/780/P/2005, relativo ao Mandado de Segurança 24846.	Ministro Nelson Jobim Presidente do STF
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/1276/2005	27/06/2005	Comunica a indicação dos membros da Comissão Parlamentar de Ministro Nelson Jobim Inquirido de que trata o Requerimento 245/2004, de acordo com a Presidente do STF indicação das lideranças partidárias, conforme o OF/774/P/2005, relativo ao Mandado de Segurança 24845.	Ministro Nelson Jobim Presidente do STF
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/1275/2005	27/06/2005	Comunica a indicação dos membros da Comissão Parlamentar de Ministro Nelson Jobim Inquirido de que trata o Requerimento 245/2004, de acordo com a Presidente do STF indicação das lideranças partidárias, conforme o OF/778/P/2005, relativo ao Mandado de Segurança 24831.	Ministro Nelson Jobim Presidente do STF
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/1282/2005	27/06/2005	Solicita o processado da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente A/2003, que altera os artigos 40, 144, 149, 194, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social e dá outras providências.	Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente Comissão de Constituição e Cidadania Justiça e Cidadania
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/1350/2005	29/06/2005	Informa a indicação da Senadora Maria do Carmo Alves para Ministro Edson Vidigal representar o Senado Federal na reunião do Conselho da Justiça Federal do Conselho da Justiça Federal dia 30 de junho de 2005, em Aracaju-SE, em resposta ao OF/PR/SI/2005020216/2005.	Ministro Edson Vidigal Presidente do Conselho da Justiça Federal

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL  
(52ª LEGISLATURA)**

	<b>BAHIA</b>	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
	<b>RIO DE JANEIRO</b>	PMDB	Garibaldi Alves Filho
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		<b>SANTA CATARINA</b>
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	<b>MARANHÃO</b>	BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PMDB	Antonio Leite	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		<b>ALAGOAS</b>
PFL	Roseana Sarney	P - SOL	Heloísa Helena
	<b>PARÁ</b>	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa		<b>SERGIPE</b>
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
	<b>PERNAMBUCO</b>	PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		<b>AMAZONAS</b>
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	<b>SÃO PAULO</b>	PSDB	Arthur Virgílio
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante		<b>PARANÁ</b>
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	<b>MINAS GERAIS</b>	BLOCO - PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		<b>ACRE</b>
PMDB	Hélio Costa	BLOCO - PT	Tião Viana
	<b>GOIÁS</b>	P - SOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	BLOCO - PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		<b>MATO GROSSO DO SUL</b>
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	<b>MATO GROSSO</b>	BLOCO - PT	Delcídio Amaral
Sem Partido	Luiz Soarez	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		<b>DISTRITO FEDERAL</b>
BLOCO - PT	Serys Shlessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	<b>RIO GRANDE DO SUL</b>	BLOCO - PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
BLOCO - PT	Paulo Paim		<b>TOCANTINS</b>
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	<b>CEARÁ</b>	BLOCO - PSB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
Sem Partido	Patrícia Saboya Gomes		<b>AMAPÁ</b>
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	<b>PARAÍBA</b>	BLOCO - PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		<b>RONDÔNIA</b>
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
	<b>ESPÍRITO SANTO</b>	BLOCO - PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		<b>RORAIMA</b>
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
	<b>PIAUI</b>	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Wirlande da luz

**COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**  
**1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**  
**(27 titulares e 27 suplentes)**

**Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
 Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
 Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344  
 E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)



**1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A  
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS  
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:  
Vice-Presidente:  
Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)



**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**  
(21 titulares e 21 suplentes)\*

**Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB**  
**Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

\* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE**  
**(8 titulares e 8 suplentes)**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS  
(7 titulares e 7 suplentes)****Presidente:****Vice-Presidente:****Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)



**2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE****(7 titulares e 7 suplentes)****Presidente:****Vice-Presidente:****Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**  
(23 titulares e 23 suplentes)

**Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL**  
**Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3113972 Fax: 3114315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR**  
(5 membros)

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**  
**Relator: Geral:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3113972 Fax: 3114315  
E – Mail: [sscomcej@senado.gov.br](mailto:sscomcej@senado.gov.br)

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**  
(27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
<b>PMDB</b>	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

\* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

\*\* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113498 Fax: 3113121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).



**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**  
**(12 titulares e 12 suplentes)**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
 Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
 Telefone: 3113498 Fax: 3113121  
 E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
(9 titulares e 9 suplentes)

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**  
(17 titulares e 17 suplentes)

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).



**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”**

(5 titulares e 5 suplentes)

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**  
**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**  
(19 titulares e 19 suplentes)

**Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT**  
**Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Cristovam Buarque	1. Serys Shessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
<b>PDT</b>	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos  
Telefone 3111856 Fax: 3114646  
E – Mail: [mariadul@senado.br](mailto:mariadul@senado.br) .

**7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT**  
**Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

\* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
 Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
 E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS  
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente: Senador**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
 Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
 E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)



**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
 Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
 E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA**  
(23 titulares e 23 suplentes)

**Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL**  
**Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
<b>PDT</b>	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

\* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente  
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3114607 Fax: 3113286  
E – Mail: [cantony@senado.gov.br](mailto:cantony@senado.gov.br).

**9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO**  
(17 titulares e 17 suplentes)

**Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

\* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

**10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA**  
(17 titulares e 17 suplentes)

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca



## CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

### COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

**1ª Eleição Geral:** 19.04.1995

**3ª Eleição Geral:** 27.06.2001

**2ª Eleição Geral:** 30.06.1999

**4ª Eleição Geral:** 13.03.2003

**Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA** <sup>13</sup>  
**Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES** <sup>2</sup>

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) <sup>10</sup>			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata <sup>11</sup>	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL <sup>5</sup>					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges <sup>4</sup>	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves <sup>12</sup>	SE	1306
PT <sup>1</sup>					
Heloísa Helena <sup>14</sup>	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) <sup>8</sup>			3. Eduardo Suplicy <sup>3</sup>	SP	3213
PSDB <sup>5</sup>					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) <sup>16</sup>		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca <sup>7</sup>	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB <sup>1</sup>					
(Vago) <sup>6</sup>			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB <sup>1</sup> , PL <sup>1-15</sup> e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) <sup>9</sup>		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 09.08.2004)

#### Notas:

<sup>1</sup> Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

<sup>2</sup> Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

<sup>3</sup> Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

<sup>4</sup> Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

<sup>5</sup> Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

<sup>6</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

<sup>7</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

<sup>8</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

<sup>9</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

<sup>10</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

<sup>11</sup> Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

<sup>12</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

<sup>13</sup> Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

<sup>14</sup> Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

<sup>15</sup> Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

<sup>16</sup> O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução nº 17, de 1993)

**COMPOSIÇÃO**

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-5259  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

# PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

## COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

Atualizado em 16.5.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-5257  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

**CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,  
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

**COMPOSIÇÃO**

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko  
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

<b>PMDB</b>
Senador Papaléo Paes (AP)
<b>PFL</b>
Senadora Roseana Sarney (MA)
<b>PT</b>
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
<b>PSDB</b>
Senadora Lúcia Vânia (GO)
<b>PDT</b>
Senador Augusto Botelho (RR)
<b>PTB</b>
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
<b>PSB</b>
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido
<b>PL</b>
Senador Magno Malta (ES)
<b>PPS</b>
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 09.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)



## ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
<b>AELTON FREITAS</b>			
Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2005, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que “estabelece as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências” para dispor sobre o acesso das pessoas portadoras de deficiência física ao interior de veículos de transporte coletivo. ....	215	Considerações acerca da instauração de CPI somente na Câmara dos Deputados para investigar as denúncias de corrupção.....	471
Manifestação organizada pela Confederação Nacional de Agricultura em Brasília, para solicitar apoio governamental ao setor agrícola. ....	279	Encaminha para a votação a Emenda nº 08 à Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. ....	575
<b>ALBERTO SILVA</b>			
Defesa da criação de uma câmara de gestão destinada a estudar alternativas para recuperação das rodovias brasileiras. ....	158	Encaminha para a votação o inciso XI do artigo 37 da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências.....	582
<b>ALOIZIO MERCADANTE</b>			
Considerações a respeito da instalação das CPIs. ....	67	Comentários sobre o acordo entre Governo e os manifestantes do “tratoração”. ....	610
Discorre a respeito de votações no Senado Federal. ....	208	<b>ALVARO DIAS</b>	
Homenagem pela escolha do Procurador-Geral da República, Cláudio Fonteles. ....	347	Solicitação encaminhada ao Ministro Waldir Pires, de prorrogação urgente do Conselho de Transparência e Combate à Corrupção. ....	112
Esclarecimentos sobre a instauração da CPI da Privatização. ....	364	Colaboração do PSDB no aperfeiçoamento da denominada “Medida Provisória do Bem”. ....	112
Considerações sobre as conseqüências das denúncias de corrupção. ....	372	Síntese de reportagens publicadas neste final de semana sobre as investigações de corrupção nos Correios e o pagamento de mensalão. ....	174
Discute a Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. Aparte ao Senador Paulo Paim. ....	438	Apoio às reivindicações da manifestação, de 28 de junho de 2005. Aparte ao Senador César Borges. ....	179
		Transcrição da matéria intitulada “Amanhã poderá ser tarde demais”, publicada no jornal O Correio Braziliense, no dia 15 de maio de 2005. ..	201
		Expectativa de que o Presidente da República constitua uma equipe competente para compor seu Ministério. ....	210
		Questionamentos sobre o funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito durante o recesso do Congresso Nacional no mês de julho. ..	291

## II

	Pág.		Pág.
Transcrição do artigo intitulado “No mundo da lua”, publicado no jornal Folha de São Paulo, no dia 19 de maio de 2005. ....	507	nário, em favor do Ministério da Defesa e de Encargos Financeiros da União. ....	320
Transcrição da matéria intitulada “Lula, agora, resolveu demonstrar preocupação”, publicada no Jornal do Brasil, no dia 23 de maio de 2005. ....	638	Comentários sobre as divergências contidas na PEC Paralela. ....	491
<b>ANA JÚLIA CAREPA</b>		<b>ANTÔNIO CARLOS VALADARES</b>	
Requerimento nº 709, de 2005, que requer a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2004, com o Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2000, já apensado aos Projetos de Lei nºs 263 e 295, de 2003. ....	220	Celeridade para as deliberações na CPI dos Correios. Aparte ao Senador César Borges. ....	181
Apoio para que a PEC Paralela seja votada prontamente. ....	481	Considerações sobre a implantação do projeto de transposição das águas do Rio São Francisco e apelo pela aprovação de proposta de emenda à Constituição, de autoria de S.Exa., que estabelece ações destinadas à revitalização do São Francisco. ....	243
Participação de S.Exa. em reunião que teve como objetivo discutir a extensão do fornecimento da energia proveniente da hidrelétrica de Tucuruí aos municípios da margem esquerda do rio Amazonas e pertencentes ao arquipélago de Marajó. ....	502	Importância do pronunciamento do Senador Osmar Dias sobre o setor agrícola. ....	243
Lições que devem ser tiradas da atual crise política. ....	522	Comenta o posicionamento contrário ao recesso parlamentar no mês de julho, tendo em vista a necessidade de continuidade dos trabalhos do Congresso Nacional. Aparte ao Senador Antônio Carlos Magalhães. ....	276
Faz explicação pessoal acerca dos questionamentos do Senador Heráclito Fortes. ....	524	Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2005, que dá nova redação a Constituição Federal, para conferir auto-executoriedade às decisões do Tribunal de Contas da União. ....	382
<b>ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES</b>		Encaminha à votação a Emenda nº 07 à Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. ....	477
Comentários sobre as evidências sobre a existência do mensalão. ....	195	Encaminha para a votação o inciso XI do artigo 37 da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. ....	590
Crescimento do município de Luís Eduardo, no Estado da Bahia. ....	195	<b>ARTHUR VIRGÍLIO</b>	
Dificuldades dos agricultores brasileiros, que se manifestarão em 28 de junho de 2005 em Brasília. ....	195	Esclarecimentos a respeito de reunião de líderes para tratar da instalação de CPI. ....	73
Apelo ao Governo para que adote medidas urgentes no sentido de minimizar a crise que afeta a agricultura brasileira. Aparte ao Senador Osmar Dias. ....	243	Comentários ao pronunciamento feito ontem pelo Presidente Lula em cadeia nacional de rádio e televisão. ....	94
Apoio às reivindicações dos trabalhadores do setor agrícola reunidos, hoje, em manifestação em Brasília. ....	276	Transcrição do artigo intitulado “Um mal chamado corrupção”, de autoria de Fátima Borges, publicado na coluna “No Divã” do jornal O Estado de Amazonas, no dia 12 de junho de 2005. ....	99
Posicionamento contrário ao recesso parlamentar no mês de julho, tendo em vista a necessidade de continuidade dos trabalhos do Congresso Nacional. ....	276	Posicionamento favorável à apuração das denúncias de corrupção. ....	176
Considerações sobre a instauração da CPI dos bingos. ....	304		
Discute o Parecer nº 1.027, de 2005, do Plenário do Senado Federal, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 241/2005, que abre crédito extraordi-			



## IV

	Pág.		Pág.
Senado nº 101, de 2004, que institui o Plano Setorial de Desenvolvimento do Gás, e 226, de 2005, sobre a importação, exportação, processamento, transporte, armazenagem, liquefação, regaseificação, distribuição e comercialização de gás natural, por regularem a mesma matéria. ....	433	Comentários sobre as divergências contidas na PEC Paralela. ....	493
<b>CRISTOVAM BUARQUE</b>		Projeto de Lei do Senado nº 243, de 2005, que altera a Lei nº 1.579, de 19 de março de 1952, para aplicar, no que couber, às testemunhas que colaborem com os trabalhos de investigação de comissão parlamentar de inquérito, as medidas de proteção especial às testemunhas de que trata a Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999. ....	540
Críticas ao pronunciamento de ex-oficial do exército, na tribuna da Câmara dos Deputados, que dizia se arrepende de não ter torturado um militante de esquerda. ....	152	Encaminha para a votação o inciso XI do artigo 37 da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. ....	588
Requerimento nº 707, de 2005, que requer voto de censura em repúdio à declaração feita pelo Coronel da Reserva do Exército, Lício Augusto Ribeiro Maciel, na tribuna da Câmara dos Deputados, no dia 17 de junho de 2005, de que se arrepende de não ter, como oficial das FFAA brasileiras, usado de violência física contra o Deputado José Genoíno, na época prisioneiro político. ....	220	Encaminha para a votação a Emenda nº 07 e 08 à Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. ....	616
Apelo ao Governo Federal para a execução do Plano Nacional de Educação. Aparte ao Senador José Jorge. ....	281	<b>EDISON LOBÃO</b>	
Satisfação com a indicação para o Prêmio Nobel da Paz de Concita Maia, reconhecida ativista social brasileira. Aparte ao Senador Tião Viana. ..	533	Apoio à criação de um novo Estado, o Maranhão do Sul. ....	84
<b>DELCIDIO AMARAL</b>		Considerações sobre instaurações de CPIs e CPIMs. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. ....	369
Requerimento nº 710, de 2005, que requer a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2003, com o Projeto de Lei do Senado nº 288. ....	220	Considerações sobre a votação da proposta de emenda à Constituição paralela à reforma da previdência social. ....	449
Parecer nº 1.049, de 2005 (da Comissão de Educação), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 238, de 2005 (nº 1.471/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Stênio Congro para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aparecida do Taboada, Estado do Mato Grosso do Sul. Observação: Parecer nº 1.049, de 2005. ....	623	Considerações acerca de pontos destoantes da PEC Paralela. ....	487
<b>DEMÓSTENES TORRES</b>		Considerações acerca do movimento dos produtores agrícolas denominado de “tratoração”. .	527
Projeto de Resolução nº 58, de 2005, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor total de até US\$ 38.600.000,00 com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. ....	356	Parecer nº 1.035, de 2005 – PLEN, sobre a Mensagem nº 131, de 2005, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a escolha do Senhor Carlos Eduardo Sette Câmara da Fonseca Costa, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República das Filipinas. ....	555
Considerações acerca de pontos destoantes da PEC Paralela. ....	488	<b>EDUARDO AZEREDO</b>	
		Transcrição do artigo intitulado “O curto Governo Lula”, de autoria do ex-Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, publicado no jornal Folha de São Paulo, no dia 19 de junho de 2005. ....	97
		Considerações sobre à reforma política. Aparte ao Senador Jorge Bornhausen. ....	436



	Pág.	V	Pág.
Discute a Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. ....	446		
Indagações sobre o número de famílias a serem atendidas pelo projeto de transposição das águas do Rio São Francisco. ....	449		
Encaminha para a votação o inciso XI do artigo 37 da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências.....	587		
<b>EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS</b>			
Encaminha para a votação a Emenda nº 09 à Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. ....	598		
<b>EDUARDO SUPLICY</b>			
Declaração do Fórum Internacional do Direito Universal à Água, realizado em Roma, na Itália. ....	182		
Interesse da população no desencadeamento das denúncias de corrupção. Aparte ao Senador Antônio Carlos Magalhães. ....	196		
Comentários sobre o “tratoço”. Aparte ao Senador Antônio Carlos Magalhães. ....	278		
Considerações sobre instaurações de CPIs e CPIMs. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. ....	368		
Explicação pessoal. ....	374		
Discute a Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. Aparte ao Senador Paulo Paim. ....	438		
Comentários sobre a manifestação “tratoço”. ....	467		
Encaminha para a votação a Emenda nº 07 à Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. ....	595		
<b>EFRAIM MORAIS</b>			
Questionamentos sobre a hipótese de envolvimento do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas recentes denúncias de corrupção. ....	292		
Discute o Parecer nº 1.027, de 2005, do Plenário do Senado Federal, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 241/2005, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa e de Encargos Financeiros da União. ....	325		
Denúncias de corrupção na prefeitura de Campina Grande – PB. ....	370		
Pede ao Governo que nomeie o relator da CPI dos Bingos. ....	496		
Comunica a escolha do Senador Luiz Otávio para relator da CPI dos Bingos.....	553		
Parecer nº 1.036, de 2005 – PLEN, sobre a Mensagem nº 139, de 2005, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a escolha do Senhor João Batista Cruz, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Guiné-Bissau. ....	557		
Parecer nº 1.037, de 2005 – PLEN, sobre a Mensagem nº 140, de 2005, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a escolha do Senhor Luiz Fernando Gouvêa de Athayde, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Trinidad e Tobago. ....	558		
Parecer nº 1.038, de 2005 – PLEN, sobre a Mensagem nº 145, de 2005, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a escolha do Senhor Luiz Filipe de Macedo Soares Guimarães, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. ....	559		
Parecer nº 1.039, de 2005 – PLEN, sobre a Mensagem nº 153, de 2005, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a escolha do Senhor Clodoaldo Hugueney Filho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil em Genebra. ....	560		

Pág.	Pág.
Parecer nº 1.040, de 2005 – PLEN, sobre a Mensagem nº 155, de 2005, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a escolha do Senhor Edmundo Sussumu Fujita, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Indonésia. ....	562
Parecer nº 1.041, de 2005 – PLEN, sobre a Mensagem nº 158, de 2005, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a escolha do Senhor Maria Celina de Azevedo Rodrigues, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às comunidades Européias. ....	563
Parecer nº 1.042, de 2005 – PLEN, sobre a Mensagem nº 02, de 2005, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a escolha do Senhor Luiz Augusto de Castro Neves, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular da China, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Mongólia. ....	565
Parecer nº 1.043, de 2005 – PLEN, sobre a Mensagem nº 04, de 2005, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a escolha do Senhor Frederico Cezar de Araujo, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade da Austrália, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Vanuatu. ....	567
Parecer nº 1.044, de 2005 – PLEN, sobre a Mensagem nº 114, de 2005, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a escolha do Senhor Sérgio França Danese, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Argelina Democrática e Popular. ....	568
Parecer nº 1.045, de 2005 – PLEN, sobre a Mensagem nº 121, de 2005, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a escolha do Senhor Flávio Roberto Bonzanini, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Em-	
baixador do Brasil junto à República Democrática do Congo. ....	569
Parecer nº 1.046, de 2005 – PLEN, sobre a Mensagem nº 127, de 2005, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a escolha do Senhor Ricardo Carvalho do Nascimento Borges, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Suriname. ....	570
<b>FÁTIMA CLEIDE</b>	
Projeto de Lei do Senado nº 239, de 2005, que altera o art. 53 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para dispor sobre a utilização do período de suspensão da veiculação de propaganda eleitoral. ...	390
<b>FLEXA RIBEIRO</b>	
Transcrição do artigo intitulado “Todos os homens de Roberto Jefferson”, de autoria do jornalista Gerson Camarotti, publicado no jornal O Globo, no dia 05 de junho de 2005. ....	104
Transcrição do artigo intitulado “Carrasco é tratado como fidalgo”, de autoria da colunista Dora Kramer, publicado no jornal O Estado de São Paulo, no dia 09 de junho de 2005. ....	199
Requerimento nº 712, de 2005, que solicita ao Senhor Ministro da Integração Nacional o inteiro teor dos relatórios atualizados do Sistema de Informações Gerenciais – SIG, com o histórico operacional dos Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, desde o seu advento até o ano de 2004. ....	221
Transcrição da matéria intitulada “Promessas ao vento”, publicada no jornal Correio Braziliense, no dia 06 de junho de 2005. ....	640
<b>GARIBALDI ALVES FILHO</b>	
Debate sobre a CPI dos Correios e a reforma política. ....	182
Discute a Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. ....	456
<b>GERALDO MESQUITA JÚNIOR</b>	

	Pág.		Pág.
Apóia o presidente do Senado e a instalação das CPIs no Senado. ....	51	Governo do Estado, nas escolas da rede pública capixaba. ....	503
Considerações a respeito de reunião de líderes para tratar da instalação de CPI. ....	77	Preocupação com a tramitação em urgência constitucional do projeto de lei do Governo Federal que trata da Lei de Diretrizes e de Política Nacional de Saneamento. ....	503
Comentários sobre a época de transição do Governo Fernando Henrique e o Governo Lula, quando o Presidente Lula deveria ter relatado as denúncias de corrupção do outro Governo. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. ....	87	Projeto de Resolução nº 61, de 2005, que altera o Regimento Interno do Senado Federal com o objetivo de dar nova disciplina à Hora do Expediente. ....	536
Homenagem ao Senhor José Augusto de Araújo. ....	89	Projeto de Resolução nº 62, de 2005, que altera o inciso V do art. 14 do Regimento Interno do Senado Federal, para limitar o encaminhamento de votação ao autor, relator ou autor de emenda à proposição. ....	539
Análise de matéria publicada hoje no jornal Folha de S.Paulo, a respeito de indícios de irregularidades envolvendo o Governo do Acre e uma agência de publicidade. ....	89	Defende investigações profundas de casos de corrupção no Governo. ....	649
Reunião com militantes e dirigentes do PSOL, ocorrido ontem na cidade do Rio de Janeiro, para debater a conjuntura política nacional. ....	146	Satisfação com decisão da Quarta Vara da Justiça Federal de Brasília, que concedeu liminar suspendendo os prazos estabelecidos pelo Cade para que a Nestlé venda a Garoto. ....	649
Posicionamento favorável à apuração das denúncias de corrupção. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. ....	177		
Discute o Parecer nº 1.027, de 2005, do Plenário do Senado Federal, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 241/2005, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa e de Encargos Financeiros da União. ....	326	HÉLIO COSTA	
Discute a Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. Aparte ao Senador Romeu Tuma. ....	443	Requerimento nº 703, de 2005, que solicita, ao Ministro de Estado das Comunicações, as informações pedidas a respeito da concessão outorgada à Fundação Cultural de Belo Horizonte. ....	119
Apoio para que a PEC Paralela seja votada prontamente. ....	482	Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2005, que dispõe sobre inserção de Imposto sobre Produtos Industrializados e Imposto de Importação incidente sobre ferramentas, máquinas, aparelhos e instrumentos adquiridos por profissional autônomo, quando destinados ao uso exclusivo da profissão. ....	215
GERSON CAMATA		Requerimento nº 714, de 2005, que requer que o Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2005, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo. ....	222
Requerimento nº 708, de 2005, que requer a tramitação conjunta dos Projetos a seguir: PLS nº 43 de 2005 e PLS nº 230 de 1995. ....	220	Requerimento nº 715, de 2005, que requer que o Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2005, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo. ....	222
Projeto de Resolução nº 59, de 2005, que modifica a redação do art. 162 do Regimento Interno do Senado Federal, para fixar nova sistemática de votação das matérias. ....	394	Requerimento nº 722, de 2005, que requer que o Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2005, seja encaminhado à Comissão de Educação para que se pronuncie sobre o mesmo. ....	225
Projeto de Resolução nº 60, de 2005, que altera o art. 228 do Regimento Interno do Senado Federal, para permitir que especialistas convidados emitam parecer a respeito de proposições legislativas sob exame de Comissão. ....	395	Considerações sobre a importância dos trabalhos da CPI da imigração. ....	398
Elogios ao projeto Concertos Populares, que vem sendo desenvolvido pela Orquestra Filarmônica do Estado do Espírito Santo, por iniciativa do		Informe sobre a reunião, ontem, com o Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, tratando da liberação de verbas para obras. ....	398

## VIII

	Pág.		Pág.
Defende emenda, de sua autoria, à Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. ....	472	Denúncias de corrupção no Governo do ex-Presidente, Fernando Henrique Cardoso. ....	372
Requerimento nº 736, de 2005, que requer votação em separado da Emenda Modificativa nº 02, de autoria do relator, Senador Rodolpho Tourinho, apresentada a Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003. ....	474	Comentários acerca das negociações de Comissão, designada pela Presidência do Senado Federal, com os manifestantes do “tratoração”. ....	466
Requerimento nº 738, de 2005, que requer destaque para votação em separado da Emenda nº 10 – CCJ, apresentada à Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003. ....	476	Críticas a sugestão do Senador Aloizio Mercadante sobre a instauração de CPI e não de uma CPMI. ....	471
Encaminha para a votação o inciso XI do artigo 37 da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. ....	589	Requerimento nº 737, de 2005 (PEC nº 77-A, de 2003), que requer destaque para votação da Emenda de nº 09. ....	476
Encaminha para a votação a Emenda nº 10 à Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. ....	601	Encaminha à votação emenda à Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. ....	478
HELOÍSA HELENA		Considerações acerca de pontos destoantes da PEC Paralela. ....	486
Balanço dos fatos políticos ocorridos nesta semana. ....	90	Comentários sobre as divergências contidas na PEC Paralela. ....	492
Preocupação com a investigação das denúncias de corrupção no atual governo. ....	156	Impasse na votação da PEC Paralela. ....	573
Importância da aprovação da reforma política a tempo para implantação das novas regras na próxima eleição. Aparte ao Senador Augusto Botelho. ....	162	Encaminha para votação a Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. ....	574
Considerações sobre os fatos ocorridos após a expulsão de S.Exa. do Partido dos Trabalhadores. ....	172	Requerimento nº 740, de 2005, que requer preferência para votação de emenda. ....	575
Celeridade para as deliberações na CPI dos Correios. Aparte ao Senador César Borges. ....	180	Encaminha para a votação a Emenda nº 08 à Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. ....	579
Defesa da Ministra Marina Silva e do Deputado João Alfredo em razão da aprovação do projeto de preservação do Complexo Estuarino Lagunar. ....	294	Encaminha para a votação o inciso XI do artigo 37 da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. ....	585
Discute o Parecer nº 1.027, de 2005, do Plenário do Senado Federal, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 241/2005, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa e de Encargos Financeiros da União. ....	321	Encaminha para a votação a Emenda nº 07 à Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. ....	593
		Encaminha para a votação a Emenda nº 09 à Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que	



	Pág.		IX Pág.
altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. ....	597	Agradecimento às manifestações de pesar pelo falecimento da mãe de S.Exa. ....	37
Encaminha para a votação a Emenda nº 07 e 08 à Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. ....	615	Comenta acerca da atual situação política brasileira. ....	37
<b>HERÁCLITO FORTES</b>		Considerações a respeito da instalação das CPIs .....	76
Apoio à criação de novos Estados, o Maranhão do Sul e o Estado do Gurguéia. Aparte ao Senador Edison Lobão. ....	84	Retrospectiva das ações efetivadas pela CPI dos Correios na semana passada. ....	166
Comentários a respeito da instalação de CPI. ....	87	Explicação pessoal sobre as contestações do Senador Heráclito Fortes. ....	171
Contestações ao pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti referente à CPI dos Correios. ...	168	Elogios ao Presidente Lula, pelos avanços na área de educação, em especial pela expansão do ensino profissionalizante voltado para as populações de baixa renda. ....	237
Ressalta as suas contestações ao pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti. ....	172	Apelo para que a votação da "PEC Paralela" seja o mais rápido possível. ....	312
Elogios ao Senador Eduardo Suplicy. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. ....	186	Resumo das ações governamentais adotadas para o setor de construção. ....	451
Dificuldades dos agricultores brasileiros, que se manifestarão em 28 de junho de 2005 em Brasília. Aparte ao Senador Antônio Carlos Magalhães. ...	196	Apelo pela aprovação da proposta de emenda paralela à reforma da previdência social. ....	451
Apoio às manifestações dos agricultores reunidos no "tratoração" em Brasília. Aparte ao Senador Mão Santa. ....	287	Defende que a PEC Paralela deve ser votada ainda nesta sessão.....	491
Discute o Parecer nº 1.027, de 2005, do Plenário do Senado Federal, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 241/2005, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa e de Encargos Financeiros da União. Aparte ao Senador José Agripino. ....	315	Encaminha para a votação a Emenda nº 08 à Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. ....	577
Considerações sobre instaurações de CPIs e CPMIs. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. ....	368	<b>JEFFERSON PÉRES</b>	
Questionamentos sobre o conhecimento e o envolvimento do PT com as denúncias de corrupção. ....	524	Comenta instalação de CPI. Aparte ao Senador Antônio Carlos Magalhães. ....	277
Elogios ao Senador Sibá Machado. Aparte ao Senador Sibá Machado. ....	526	Considerações sobre a não concordância de S.Exª com a quebra de prazos, sessões sucessivas com intervalos de cinco minutos uma maneira de fazer de conta que se cumpre o Regimento Interno. ....	434
Crítica à posição assumida pelo PT no momento de crise pelas denúncias de corrupção. Aparte ao Senador Sibá Machado. ....	526	Encaminha para a votação o inciso XI do artigo 37 da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. ....	586
Faz explicação pessoal sobre a sua posição acerca das denúncias de corrupção no PT. ....	536	<b>JOÃO BATISTA MOTTA</b>	
		Apoio às manifestações dos agricultores reunidos no "tratoração" em Brasília. Aparte ao Senador Mão Santa. ....	288
<b>IDELI SALVATTI</b>		<b>JOÃO CAPIBERIBE</b>	

X

	Pág.		Pág.
Sugestões para que haja mudanças na estrutura educacional. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. ....	239	Propõe uma reunião de líderes para o dia seguinte para que seja modificado ou não o texto da PEC Paralela. ....	493
Considerações sobre os conflitos entre a Assembléia Legislativa e o Governo de Rondônia. ..	240	Encaminha para a votação o inciso XI do artigo 37 da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. ....	585
<b>JONAS PINHEIRO</b>		Comentários sobre o acordo firmado pelo Governo com os manifestantes do “tratoração”. ....	609
Requerimento nº 728, de 2005, que informa ausência de sua S.Exª no período de 30 de junho a 08 de julho de 2005 para participar da Frente Parlamentar do Cooperativismo Português, a ser realizado em Portugal. ....	362	<b>JOSÉ JORGE</b>	
Comentários acerca das negociações de Comissão, designada pela Presidência do Senado Federal, com os manifestantes do “tratoração”. ....	463	Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2005, que altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para evitar que seja suspensa a transmissão radiofônica das sessões plenárias em andamento no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, em decorrência da veiculação obrigatória do programa “A Voz do Brasil”. ....	3
<b>JORGE BORNHAUSEN</b>		Esclarecimentos acerca das decisões tomadas em reunião entre líderes e o Presidente do Senado, sobre a instauração das CPIs. ....	34
Posicionamento do PFL em relação à reforma política. ....	435	Expectativa de que o Governo Federal socorra os municípios pernambucanos assolados pelas fortes chuvas. ....	35
<b>JOSÉ AGRIPINO</b>		Comentários às declarações do Presidente Lula feitas no dia 23 de Considerações a respeito da Medida Provisória nº 241 que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa e de Encargos Financeiros da União, no valor global de R\$ 99.594.749,00, para os fins que especifica. ....	35
Requerimento nº 706, de 2005, que requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 103 e 461, de 2003, que já tramitam em conjunto, como os de nºs 103, de 1999 e 83, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria. ....	121	Comentários às declarações do Presidente Lula feitas no dia 23 de junho de 2005, em rede nacional de televisão. ....	35
Investigações de corrupção com relação ao tesoureiro do PT, Delúbio Soares. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. ....	169	Solicita a expulsão de parlamentares envolvidos em novas denúncias de corrupção na Assembléia Legislativa de Rondônia. ....	143
Análise dos fatos que culminaram com a instalação da CPI dos Correios e sua provável relação com a denúncia de pagamento de “mensalão”. ...	173	Comentário sobre matérias divulgadas em revistas de circulação nacional, sobre denúncias de distribuição de dinheiro para pagamento de parlamentares. ....	143
Discute o Parecer nº 1.027, de 2005, do Plenário do Senado Federal, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 241/2005, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa e de Encargos Financeiros da União. ....	314	Posicionamento favorável à apuração das denúncias de corrupção. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. ....	177
Discute a Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. ....	443	Críticas ao Governo Lula quanto à escolha dos ministros que compõem o governo. Aparte ao Senador Alvaro Dias. ....	211
Considerações sobre encontro de S.Exª com as lideranças do campo na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados. ....	465	Requerimento nº 717, de 2005, que solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Antônio Palocci, informações a	
Sugestão para que a PEC Paralela seja votada após o recesso legislativo. ....	480		
Considerações acerca de pontos destoantes da PEC Paralela. ....	488		

	Pág.	XI	Pág.
respeito do contrato de prestação de serviço de publicidade e propaganda, estabelecido entre o Banco do Brasil e a empresa DNA Propaganda. ....	222		
Requerimento nº 718, de 2005, que solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Esporte, Agnelo Queiroz, a respeito do contrato de prestação de serviço de publicidade e propaganda, estabelecido entre o Ministério e a empresa SMP&B Publicidade. ....	223		
Requerimento nº 719, de 2005, que solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações, Eunício Oliveira, a respeito do contrato de prestação de serviço de publicidade e propaganda entre a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos –ECT e a empresa SMP&B Publicidade. ....	223		
Requerimento nº 720, de 2005, que solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado de Minas e Energias, Maurício Tolmasquim, a respeito do contrato de prestação de serviço de publicidade e propaganda, estabelecido entre a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletro-norte e empresa DNA Propaganda. ....	224		
Requerimento nº 721, de 2005, que solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, a respeito do contrato de prestação de serviço de publicidade e propaganda, estabelecido entre o Ministério e a empresa DNA Propaganda. ....	224		
Apelo ao Governo Federal para a execução do Plano Nacional de Educação. ....	280		
Discute o Parecer nº 1.027, de 2005, do Plenário do Senado Federal, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 241/2005, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa e de Encargos Financeiros da União. ....	309		
Críticas à atual administração da Petrobrás.	529		
Projeto de Lei do Senado nº 244, de 2005, que define responsabilidades e fixa prazos relativos ao Plano Nacional de Educação aprovado pela Lei nº 10.172/01. ....	546		
Apelo para que o Governo indique os nomes para diretores da Aneel. ....	559		
Requerimento nº 739, de 2005, que requer urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 129, de 2005 sobre utilizações pacíficas da energia nuclear. ....	571		
Encaminha para a votação a Emenda nº 08 à Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição		Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. ....	576
<b>JOSÉ MARANHÃO</b>			
		Encaminha para a votação o inciso XI do artigo 37 da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. ....	589
<b>JOSÉ SARNEY</b>			
		Encaminha para a votação a Emenda nº 08 à Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. ....	578
<b>JUVÊNCIO DA FONSECA</b>			
		Apoio às manifestações dos agricultores reunidos no “tratoração” em Brasília. Aparte ao Senador Mão Santa. ....	288
		Discute a Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. ....	453
		Encaminha para a votação o inciso XI do artigo 37 da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. ....	589
<b>LEONEL PAVAN</b>			
		Transcrição do artigo intitulado “Tudo à vista”, de autoria do colunista Jânio de Freitas, publicado no jornal Folha de São Paulo, no dia 09 de junho de 2005. ....	101
		Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2005, que dispõe sobre o pagamento do seguro-desemprego ao pescador artesanal e ao pescador profissional, na condição de empregado, por ocasião do período do defeso, e dá outras providências. ....	134
		Críticas ao Governo Lula. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. ....	147

## XII

	Pág.		Pág.
Debate sobre a questão do trabalho escravo e as medidas adotadas pelo Governo Federal para sua erradicação. ....	149	blicado na Folha de São Paulo, no dia 29 de maio de 2005. ....	100
Análise dos trabalhos legislativos frente às denúncias de corrupção. Aparte ao Senador Ney Suassuna. ....	155	Discute o Parecer nº 1.027, de 2005, do Plenário do Senado Federal, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 241/2005, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa e de Encargos Financeiros da União. ....	323
Importância da aprovação da reforma política a tempo para implantação das novas regras na próxima eleição. Aparte ao Senador Augusto Botelho. ....	162	Comentários acerca das negociações de Comissão, designada pela Presidência do Senado Federal, com os manifestantes do “tratoração”. ....	465
Realização, em Brasília, de manifestação dos agricultores para reivindicação de adoção de política para o setor. ....	399	Transcrição do artigo intitulado “A corrupção em nossa história”, de autoria do articulista Boris Fausto, publicado no jornal Correio Braziliense, no dia 04 de junho de 2005. ....	504
Debate sobre a votação da reforma da previdência. ....	399		
Discute a Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. Aparte ao Senador Romeu Tuma. ....	443	LUIZ OTÁVIO	
Informe sobre a situação crítica da manifestação “tratoração”. Aparte ao Senador Jonas Pinheiro. ....	464	Requerimento nº 704, de 2005, que requer voto de pesar pelo falecimento de Otávio Mendonça. ....	121
Comentários sobre a manifestação “tratoração”. ....	467	Requerimento nº 705, de 2005, que requer voto de pesar pelo falecimento de Paulo Tarso Dias Klautau. ....	121
Comentários sobre as divergências contidas na PEC Paralela.. ....	495	Parecer nº 1.026, de 2005 (da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle), sobre o Ofício “S” nº 03, de 2003 (nº 4.144/2002, na origem), da Ministra de Estado Corregedora-Geral da União, encaminhando ao Presidente do Senado Federal exemplar do Relatório Anual de Atividades da Corregedoria-Geral da União no ano de 2002. ....	230
Transcrição do artigo intitulado “Cheque, ônus e bônus”, de autoria do articulista Clóvis Rossi, publicado no jornal Folha de São Paulo, no dia 07 de junho de 2005. ....	505	Requerimento nº 743, de 2005, que requer voto de aplauso para a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), na pessoa de seu presidente, Dr. Ricardo Teixeira, pela conquista pela Seleção Brasileira de Futebol, da Copa das Confederações, realizadas no mês de junho, na República Federal da Alemanha. ....	606
Encaminha para a votação a Emenda nº 08 à Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. ....	578	Encaminha para a votação a Emenda nº 07 e 08 à Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. ....	616
Transcrição do artigo intitulado “Más companhias”, de autoria do articulista Valdo Cruz, publicado no jornal Folha de São Paulo, no dia 09 de junho de 2005. ....	639		
LÚCIA VÂNIA		MAGUITO VILELA	
Posicionamento da Oposição a respeito da instalação de CPI e importância da CPI que investigará a emigração ilegal. ....	93	Parecer nº 1.027, de 2005, do Plenário do Senado Federal, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 241/2005, que abre crédito extraordinário, em favor	
Comentário sobre a análise feita pelo Senador Arthur Virgílio sobre o pronunciamento do Presidente Lula. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. ...	96		
Transcrição do artigo intitulado “O nome da crise”, de autoria do jornalista Jânio de Freitas, pu-			



	Pág.		Pág.
			XIII
do Ministério da Defesa e de Encargos Financeiros da União. ....	306	Comentários sobre as divergências contidas na PEC Paralela. ....	494
Requerimento nº 723, de 2005, que dá preferência para o projeto a fim de ser votado antes do Substitutivo. ....	328	Preocupação com o anúncio da redução do déficit nominal a zero.....	533
Defesa do atendimento de reivindicações dos manifestantes do setor agrícola reunidos em Brasília no “tratoração”. ....	450	Encaminha para a votação a Emenda nº 08 à Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. ....	576
MAGNO MALTA		Encaminha para a votação o inciso XI do artigo 37 da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. ....	581
Considerações acerca de pontos destoantes da PEC Paralela. ....	489	Encaminha para a votação a Emenda nº 07 e 08 à Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências.....	616
MÃO SANTA		MARCO MACIEL	
Considerações sobre a desigualdade na distribuição de renda no país. ....	137	Lançamento, na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), de Compêndio da Doutrina Social da Igreja.....	78
Excesso de impostos cobrados pelo governo brasileiro. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. ....	147	Defesa da criação de uma câmara de gestão destinada a estudar alternativas para recuperação das rodovias brasileiras. Aparte ao Senador Alberto Silva. ....	159
Comentários ao pronunciamento de ex-oficial do exército, na tribuna da Câmara dos Deputados. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. ....	153	Importância da aprovação da reforma política a tempo para implantação das novas regras na próxima eleição. Aparte ao Senador Augusto Botelho. ....	161
Elogios ao Senador Eduardo Suplicy. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. ....	185	Considerações sobre o projeto de transposição das águas do Rio São Francisco. ....	295
Apoio às manifestações dos agricultores reunidos no “tratoração” em Brasília. ....	286	Posicionamento do PFL em relação à reforma política. Aparte ao Senador Jorge Bornhausen. ...	436
Discute o Parecer nº 1.027, de 2005, do Plenário do Senado Federal, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 241/2005, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa e de Encargos Financeiros da União. ....	324	Alerta para os efeitos da crise boliviana. ....	519
Parecer nº 1.034, de 2005 – PLEN, sobre a Mensagem nº 129, de 2005, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a escolha do Senhor Marcelo Leonardo da Silva Vasconcelos, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Angola. ....	553	MOZARILDO CAVALCANTI	
MARCELO CRIVELLA		Comentários à demarcação da reserva indígena Raposa/Serra do Sol, localizada no Estado de Roraima. Aparte ao Senador Augusto Botelho. ....	39
Requerimento nº 716, de 2005, que requer a tramitação em conjunto do PLS nº 291, de 2004, com o PLS nº 200, de 2000, por versarem sobre a mesma matéria. ....	222	Ineficácia do combate à dengue no Estado de Roraima. ....	43
Análise das dificuldades enfrentadas por imigrantes brasileiros ilegais nos Estados Unidos. ...	396	Comentários sobre o problema das drogas no Brasil. Aparte ao Senador Wirlande da Luz. ....	48

## XIV

	Pág.		Pág.
Explica que não pode comparecer à reunião realizada para que fossem indicados os nomes para compor as Comissões Parlamentares de Inquérito, mas já havia indicado nomes. ....	49	OSMAR DIAS	
Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2005, que dá nova redação ao inciso III do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, para dispor que as unidades de conservação da natureza sejam criadas mediante lei. ....	385	Apelo ao Governo para que adote medidas urgentes no sentido de minimizar a crise que afeta a agricultura brasileira. ....	241
Registra presença de uma comissão de estudantes da Faculdade Roraimense de Ensino Superior – FARES. ....	399	Comentários sobre as divergências contidas na PEC Paralela. ....	494
Requerimento nº 732, de 2005, que requer desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2001. ....	433	PAPALÉO PAES	
Registro da sétima Reunião Binacional Brasil-Venezuela, ocorrida na cidade de Santa Helena do Uairém, Venezuela. ....	434	Demora da aprovação da “PEC paralela” da Previdência. Aparte ao Senador Paulo Paim. ....	235
Encaminha para a votação a Emenda nº 08 à Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. ....	577	Parecer nº 1.028 de 2005 - CRE, sobre a Mensagem nº 130, de 2005 (nº 224/2005, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a escolha do Senhor Appio Cláudio Muniz Acquarone Filho, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Unida da Tanzânia. ....	350
Requerimento nº 741, de 2005, que solicita informações ao Senhor Ministro da Saúde, Dr. Humberto Costa, sobre quais as ações realizadas pelo Ministério da Saúde com o intuito de se detectar possíveis falhas na execução do projeto de combate à dengue no Município de Boa Vista – RR. ....	606	PATRÍCIA SABOYA GOMES	
Requerimento nº 744, de 2005, que seja destinado o horário do expediente da sessão do Senado Federal, no dia 19 de agosto de 2005, para homenagear a Maçonaria brasileira pelo Dia do Maçom, que transcorrerá no dia 20 de agosto de 2005. ....	623	Requerimento nº 727, de 2005, que requer licença para participar da 1ª Conferência Mundial das Mulheres Parlamentares para a Tutela da Criança e do Adolescente, cuja reunião será realizada em Genebra, Suíça, no dia 11 de julho de 2005. ....	362
NEZINHO ALENCAR		PAULO PAIM	
Votos de recuperação a Miguel Arraes, que enfrenta problemas de saúde. ....	378	Comentários sobre a atual situação política brasileira e sobre o discurso do Presidente da República. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. ....	37
NEY SUASSUNA		Comentários sobre o problema das drogas no Brasil. Aparte ao Senador Wirlande da Luz. ....	47
Análise dos trabalhos legislativos frente às denúncias de corrupção. ....	154	Defesa da gratuidade no transporte urbano para os idosos e pessoas portadoras de deficiência. ....	51
Comentários sobre as divergências contidas na PEC Paralela. ....	492	Falecimento do jornalista Ubirajara Leme Valdez, Diretor-Geral da Band no Rio Grande do Sul. ....	51
Comemoração dos 150 anos de instalação e funcionamento da primeira igreja evangélica, em reconhecimento ao trabalho pioneiro do médico escocês Robert Kalley e de sua esposa Sara Poulton Kalley. ....	650	Requerimento nº 702, de 2005, que requer voto de pesar pelo falecimento de Ubirajara Leme Valdez. ....	97
		Demonstra a sua simpatia pela aliança do PT com o PMDB. Aparte ao Senador Mão Santa. ....	139
		Registra crescimento da economia brasileira em 2004, conforme divulgação de índices oficiais. ....	140

	Pág.		Pág.
Comentário acerca da audiência pública realizada em Porto Alegre, que discutiu a questão fundiária de quilombos. ....	140	Apelo ao Governo para que adote medidas urgentes no sentido de minimizar a crise que afeta a agricultura brasileira. Aparte ao Senador Osmar Dias. ....	242
Comentários sobre artigo de autoria de S.Exa. intitulado “Os pilares para democratizar a economia e as decisões governamentais”. ....	140	Considerações sobre as reivindicações dos manifestantes do “tratoração”. Aparte ao Senador Maguito Vilela. ....	451
Comentários sobre a reforma ministerial, que seria melhor realizada em janeiro de 2006. Aparte ao Senador José Jorge. ....	145	REGINALDO DUARTE	
Explicação pessoal que defende o Governo Lula das críticas do Senador Geraldo Mesquita Júnior. ....	149	Transcrição do editorial “O ‘Mensalão’”, publicado no jornal Folha de São Paulo, no dia 07 de junho de 2005; do artigo intitulado “‘Mensalão’ agrava crise”, publicado no jornal O Estado de São Paulo, no dia 07 de junho de 2005; do artigo intitulado “Imobilidade preocupante”, de autoria de Merival Pereira, publicado no jornal O Globo, no dia 07 de junho de 2005; do artigo intitulado “Governo sabia de mensalão e não apurou; CPI é irreversível”, publicado no jornal O Estado de São Paulo, no dia 07 de junho de 2005; do artigo intitulado “Ciro diz que soube de denúncia de mesada”, publicado no jornal a Folha de São Paulo, no dia 07 de junho de 2005 e do artigo intitulado “Lula admite que sabia de mesada; governo prevê CPI”, publicado no jornal Folha de São Paulo, no dia 07 de junho de 2005. ....	105
Debate sobre a questão do trabalho escravo e as medidas adotadas pelo Governo Federal para sua erradicação. Aparte ao Senador Leonel Pavan.....	150	Transcrição do artigo intitulado “História da ruína petista-lulista”, de autoria de Vinícius Torres Freire, publicado no jornal Folha de São Paulo, no dia 06 de Junho de 2005. ....	203
Comentários ao pronunciamento de ex-oficial do exército, na tribuna da Câmara dos Deputados. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. ....	153	Transcrição do “Painel do leitor”, da Folha de São Paulo, publicado no dia 09 de junho de 2005. ....	506
Defende as escolhas do Presidente da República para os Ministros de Estado. Aparte ao Senador Alvaro Dias. ....	212	Transcrição das matérias intituladas “O pagamento do mensalão” e “Nocautê”, publicadas na revista Veja, em sua edição de 22 de junho de 2005. ....	628
Realização de audiência pública na Subcomissão Permanente da Igualdade Racial e Inclusão, para discutir o Estatuto da Igualdade Racial. ....	233		
Apelo pela aprovação da “PEC paralela” da Previdência, antes do recesso de julho. ....	233	RENAN CALHEIROS	
Apelo para que a votação da “PEC Paralela” seja o mais rápido possível. ....	312	Esclarece que a reunião com os líderes foi realizada para que fossem indicados os nomes para compor as CPIs. ....	49
Discute a Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. ....	437	ROBERTO SATURNINO	
Apelo para que a PEC Paralela seja votada prontamente.. ....	483	Requerimento nº 742, de 2005, que requer que o Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2004, tramite em conjunto com o PLS nº 96, de 2002, e o PLS nº 310, de 2004, já apensados, uma vez que as três proposições dispõem sobre a mesma matéria. ....	606
Impasse na votação da PEC Paralela.....	574		
PEDRO SIMON			
Requerimento nº 733, de 2005, que requer voto de pesar pelo falecimento do Senhor Ariovaldo Paim, irmão do Senador Paulo Paim.....	447		
RAMEZ TEBET			
Demora da aprovação da “PEC paralela” da Previdência. Aparte ao Senador Paulo Paim.....	234		
Apelo à marcha dos agricultores que está sendo realizada em Brasília, chamada de “tratoração” e apelo para que o governo atenda às reivindicações do setor agropecuário. ....	235		

## XVI

	Pág.		Pág.
<b>RODOLPHO TOURINHO</b>			
Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2005, que altera a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para submeter os serviços de geração, transmissão e distribuição de energia ao regime cumulativo da contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). .....	217	Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. ....	442
Parecer nº 1.032, de 2005 (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o a Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003, que altera os artigos 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências. ....	401	Discute a Emenda nº 09 – PLEN à Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. ....	467
Parecer nº 1.033, de 2005, sobre as Emendas nºs 09 e 10 da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003, que altera os artigos 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências. ....	472	Requerimento nº 735, de 2005, que requer destaque para votação em separado do artigo 37, inciso XI, da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 – redação aprovada pela Câmara dos Deputados – para que conste do texto a ser promulgado. ....	474
Esclarecimentos a dúvidas que surgiram durante a votação de emendas a PEC Paralela. ....	480	Comentários sobre as divergências contidas na PEC Paralela. ....	496
Defende que para haver mudanças na Emenda nº 07 da PEC Paralela é necessário acordo entre os líderes. ....	490	Impasse na votação da PEC Paralela. ....	573
Encaminha para a votação o inciso XI do artigo 37 da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. ....	581	Encaminha para a votação o inciso XI do artigo 37 da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. ....	580
Parecer nº 1.047, de 2005, que dá redação final da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227, de 2004, na Câmara dos Deputados) – texto que vai à promulgação. ....	619	<b>SÉRGIO CABRAL</b>	
Parecer nº 1.048, de 2005, que dá redação final da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-B, de 2003 – texto que retorna à Câmara dos Deputados. Observação: Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003. ....	620	Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2005, que dispõe sobre a preferência para maiores de 60 anos de idade no recebimento de precatórios. ....	225
<b>ROMEU TUMA</b>			
Homenagem aos 80 anos de atividade da General Motors no Brasil. ....	205	Parecer nº 1.025, de 2005 (da Comissão de Assuntos Sociais), sobre o Ofício “S” nº 43, de 2000 (nº 1.732/2000, na origem), do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, que encaminha ao Senado Federal cópia completa do Acórdão relativo ao Recurso de Ofício na Averiguação Preliminar nº 08000.000518/96-06, em que são representadas as empresa National Medical Care INC., Baxter Internacional INC. Baxter Hospitalar Ltda., referentes às denúncias de monopolização e cartelização da hemodiálise no Brasil. ....	228
Requerimento nº 726, de 2005, que requer urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2005, que “inscreve o nome de José Bonifácio de Andrada e Silva no livro dos Heróis da Pátria”. ....	359	Discute a Emenda nº 09 – PLEN à Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. ....	468
Discute a Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos		<b>SÉRGIO GUERRA</b>	



	Pág.		Pág.
Transcrição da matéria intitulada “Uma mentira contada na PF”, publicada pela revista Veja, edição de 08 de junho de 2005. ....	102	para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Alemanha. ....	351
Transcrição do artigo intitulado “O bombardeio das CPIs e a estratégia da vergonha”, de autoria do ex-Presidente do STF Maurício Corrêa, publicado no jornal O Correio Braziliense, no dia 05 de junho de 2005. ....	197	Parecer nº 1.030, de 2005 – CRE, sobre a Mensagem nº 159, de 2005, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a escolha do Senhor André Mattoso Maia Amado, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Japão. ....	352
Discute o Parecer nº 1.027, de 2005, do Plenário do Senado Federal, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 241/2005, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa e de Encargos Financeiros da União. ....	311	Parecer nº 1.031, de 2005 – Comissão Diretora, que dá Redação Final do Projeto de Resolução nº 58, de 2005. ....	356
Considerações sobre as denúncias de corrupção e instauração de CPIs que tratem dessas denúncias. ....	371	Satisfação com a indicação para o Prêmio Nobel da Paz de Concita Maia, reconhecida ativista social brasileira. Aparte ao Senador Tião Viana. ..	532
Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2005, que acrescenta dispositivos à Lei nº 11.116, de 18 de maio de 2005, para instituir o Fundo de Apoio ao Biodiesel. ....	391	Participação de S.Exa. nas negociações para a liberação de recursos para o setor agrícola. ....	646
Comentários acerca das negociações de Comissão, designada pela Presidência do Senado Federal, com os manifestantes do “tratoração”. ....	464	SIBÁ MACHADO	
Transcrição da matéria intitulada “Para 59%, Presidente não mais defende as idéias que o elegeram”, publicada pelo jornal Folha de São Paulo, no dia 05 de junho de 2005. ....	508	Requerimento nº 711, de 2005, sobre o PLC/64/2000, que “determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica”, seja submetido ao exame da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, além das comissões constantes no despacho inicial. ....	220
Transcrição da entrevista do Deputado Roberto Jefferson concedida à Folha de São Paulo, publicada no dia 12 de junho de 2005. ....	642	Pontos importantes da reforma política aprovados pela Câmara dos Deputados. ....	289
SÉRGIO ZAMBIASI		Importância do movimento dos produtores agrícolas chamado “tratoração”. ....	525
Requerimento nº 730, de 2005, que requer voto de aplauso em nome do Senado Federal, por intermédio da Comissão de Relações Exteriores, ao Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, Senhor Koichiro Matsuura, em face do brilhante trabalho desenvolvido pela UNESCO no Brasil, e especialmente pelo seu representante Doutor Jorge Werthein. ....	433	Satisfação com a indicação para o Prêmio Nobel da Paz de Concita Maia, reconhecida ativista social brasileira. Aparte ao Senador Tião Viana. ..	532
SERYS SLHESSARENKO		Encaminha para a votação a Emenda nº 08 à Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. ....	577
Parecer nº 1.029, de 2005 – CRE, sobre a Mensagem nº 154, de 2005 (nº 337/2005, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a escolha do Senhor Luiz Felipe de Seixas Corrêa, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores,		TASSO JEREISSATI	
		Requerimento nº 713, de 2005, que solicita informações ao Exmoº Senhor Ministro da Fazenda sobre os gastos com publicidade e aplicações financeiras do Banco Popular do Brasil. ....	221
		Defende a posição do Senador Rodolpho Tourinho em relação à Emenda nº 07 da PEC Paralela. ....	490

## XVIII

	Pág.		Pág.
Encaminha para a votação o inciso XI do artigo 37 da Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. ....	587	Proposta de Emenda Constitucional nº 32, de 2005, que acrescenta a letra g ao inciso III do art. 52; e os § 2º, 3º e 4º ao art. 87, da Constituição Federal. ....	548
<b>TEOTÔNIO VILELA FILHO</b>		<b>VALDIR RAUPP</b>	
Transcrição do artigo intitulado “Veja no que deu a caixa-preta do Judiciário”, de autoria do ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Maurício Corrêa, publicado no jornal Correio Braziliense, no dia 12 de junho de 2005. ....	509	Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2005, que dispõe sobre a concessão do benefício do seguro-desemprego à pessoa física que, trabalhando na pesca artesanal, exerce sua atividade na confecção e reparos de embarcações e petrechos, na captura ou coleta de caranguejos, mariscos ou algas, no seu processamento, e à que contribui diretamente para o exercício da pesca, e dá outras providências. ....	388
Transcrição para os Anais do Senado de discurso intitulado “O fim do acordo com o FMI”. ....	627	Preocupação com os problemas que levaram à negativa de pedido, de autoria de S.Exa., de criação de nova delegacia da Polícia Federal no estado de Rondônia. ....	496
<b>TIÃO VIANA</b>		<b>VALMIR AMARAL</b>	
Apelo para que a votação da “PEC Paralela” seja o mais rápido possível. ....	312	Enaltece a administração da Prefeita Sueli Aragão, do Município de Cacoal no Estado de Rondônia, que propôs o Plano Decenal de Educação. ....	650
Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2005 – Complementar, que altera o Código Tributário Nacional para permitir o fornecimento de informações protegidas por sigilo fiscal ao Poder Legislativo Federal. ....	392	<b>WIRLANDE DA LUZ</b>	
Apoio para que a PEC Paralela seja votada prontamente. ....	481	Aponta os principais problemas do ineficiente combate à dengue no Estado de Roraima. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. ....	45
Considerações acerca de pontos destoantes da PEC Paralela. ....	486	Importância da Semana Nacional Anti-drogas. ....	47
Comentários sobre as divergências contidas na PEC Paralela. ....	493		
Satisfação com a indicação para o Prêmio Nobel da Paz de Concita Maia, reconhecida ativista social brasileira. ....	530		
Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2005, que regulamenta a letra f no inciso III do art. 52 da Constituição Federal. ....	539		